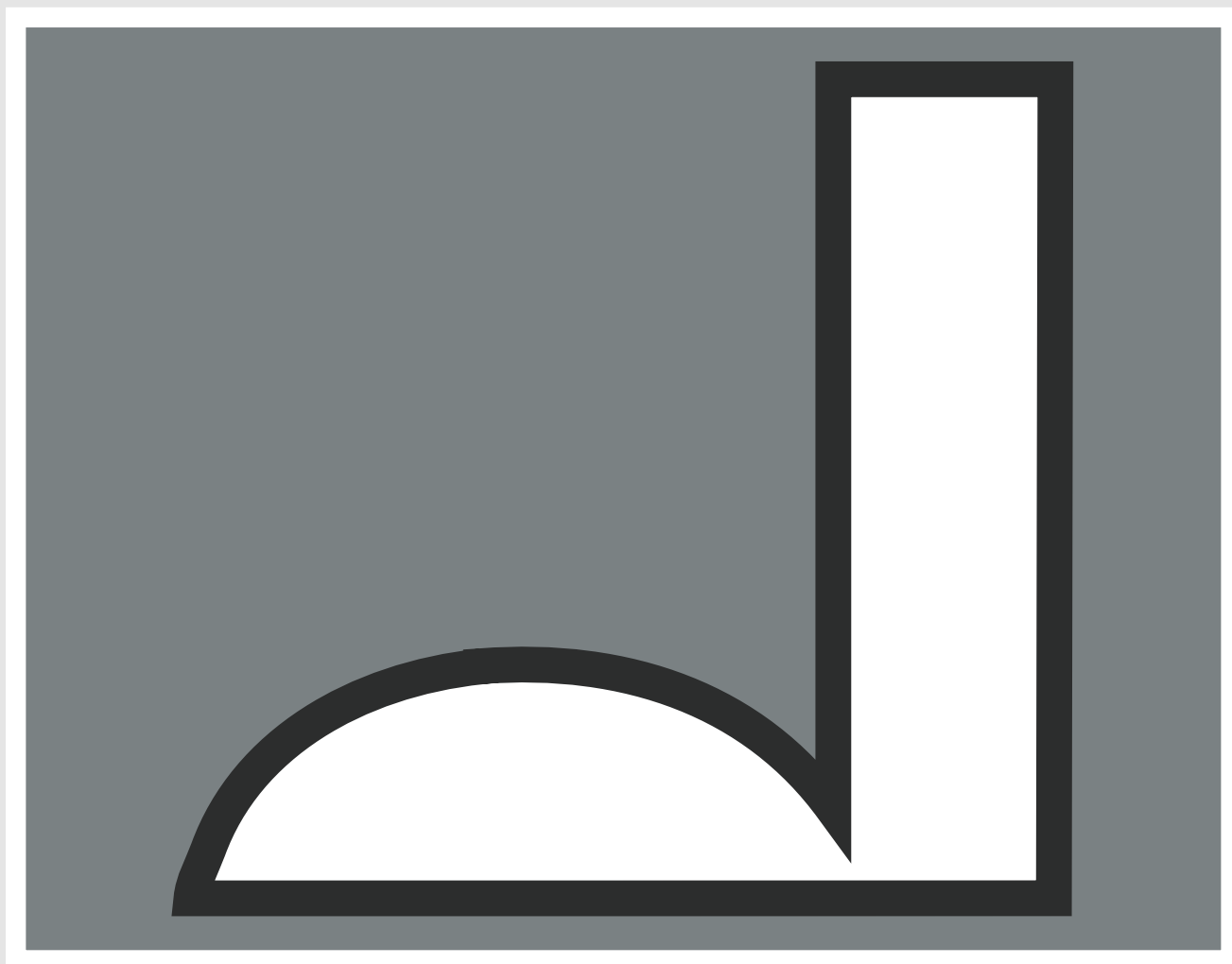




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 29 de fevereiro de 2012)

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXVII – SUP. "A" AO Nº 18 – SEXTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)		
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁶⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁸⁾ Ana Rita ⁽²³⁾ Aníbal Diniz ⁽²⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ⁽²⁹⁾ Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Líder Jayne Campos - DEM ⁽²⁴⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³¹⁾ Flexa Ribeiro ^(5,35) Lúcia Vânia ⁽³⁴⁾ Mário Couto ⁽³³⁾ Paulo Bauer ^(7,32) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁶⁾ Paulo Bauer ^(7,32) Flexa Ribeiro ^(5,35) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayne Campos ⁽²⁴⁾
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR ⁽¹⁹⁾	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira ⁽²⁹⁾ Lídice da Mata ⁽²⁹⁾ Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (Of nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Continho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 29 de fevereiro de 2012)	
1.2– ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
1.2.1– Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de fevereiro de 2012.	61
1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
1.2.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social	
Ata da 6ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2010.	84
1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
Ata da 67ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2011.	110
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2012.	135
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2012.	165
1.2.3.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2011.	201
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de fevereiro de 2012.	210
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2012.	220
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011.	230
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de fevereiro de 2012.	248
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2012.	279
1.2.5.1 – Subcomissão Permanente da Água	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2010.	307
1.2.5.2 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte	
Ata da 7ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2010.	308
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2010.	329
Ata da 99ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011.	347
1.2.6.1– Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2011.	362
1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
1.2.7.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2010.	372
1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2010.	384
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de dezembro de 2011.	415
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de fevereiro de 2012.	424
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2012.	445
1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011.	480
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2012.	490
1.2.9.1 – Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste	
Ata da 8ª Reunião realizada em 31 de maio de 2011.	494
1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011.	497



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2012**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Fevereiro/2012**

**A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

Sessões plenárias do Senado Federal
02 a 29/02/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	7
Especial	1
Não Deliberativa	10
Total de sessões realizadas	18

Quadro Geral de Matérias

02 a 29/02/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PLC	1	4	1	1	0	0	7
PLS	0	16	0	5	1	3	25
PDS	1	86	0	0	0	0	87
PRS	2	5	0	0	0	0	7
MSF	1	-	0	-	0	0	1
Total	5	111	1	6	1	3	127

Quadro Geral de Medidas Provisórias

02 a 29/02/2012

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PLV	2	2

Quadro de Requerimentos* 02 a 29/02/2012

Natureza	Total
Audiência de comissão	15
Auditoria	1
Congratulações, pesar e assemelhados	34
Criação ou alteração de comissão temporária	3
Desapensamento de matérias	2
Homenagem de pesar	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	20
Missão (em representação do Senado Federal)	12
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	5
Retirada de matéria	3
Tramitação conjunta	6
Total Geral	104

* No período de 02 a 29/02/2012 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

02 a 29/02/2012

	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	-	5	5
PROJETO DE LEI DO SENADO	16	-	16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	87	87
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	7	-	7
Total	23	92	115

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02 a 29/02/2012**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	25	1	24
Art. 40 ⁽²⁾	-	-	-
Art. 43, I ⁽³⁾	4	-	4
Art. 43, II ⁽⁴⁾	3	-	3
Soma	32	1	31
Requerimento para retirada	1	-	-
Total Geral	33	1	31

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) ***

02 a 29/02/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	12

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

02 a 29/02/2012

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 2**1. À sanção. Total: 2****Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 1/2012	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	28/02/2012
PLV 2/2012	Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	29/02/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 7**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 3****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 84/2004	Altera o art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. (Procedimentos e documentos relativos à petição solicitando autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo vivo, por pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo do receptor).	Aloysio Nunes Ferreira	08/02/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 33/2009	Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.	Luiz Bittencourt	09/02/2012
PLC 30/2010	Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.	Dr. Nechar	09/02/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 7**2. Ao arquivo. Total: 2****Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 54/2007	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica.	Pompeo de Mattos	17/02/2012

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 182/2010	Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências.	Aelton Freitas	09/02/2012

3. À sanção. Total: 2**Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 28/2010	Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.	Arnaldo Faria de Sá	09/02/2012
PLC 119/2011	Confere ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças.	Onofre Santo Agostini	24/02/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 25**1. À Câmara dos Deputados. Total: 16****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 16**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 415/2009	Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético - DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica.	Marisa Serrano	08/02/2012
PLS 578/2009	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida.	Serys Slhessarenko	08/02/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 25

1. À Câmara dos Deputados. Total: 16

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 27/2010	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.	Flávio Arns	08/02/2012
PLS 152/2010	Inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador.	Marisa Serrano	08/02/2012
PLS 114/2011	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da expressão pessoas portadoras de deficiência.	Rodrigo Rollemberg	08/02/2012
PLS 348/2011	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelecendo a retenção da receita de medicamentos sujeitos à prescrição de profissionais habilitados.	Vanessa Grazziotin	08/02/2012
PLS 436/2011	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social -, para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.	Humberto Costa	08/02/2012
PLS 216/2004	Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.	Alvaro Dias	09/02/2012
PLS 628/2007	Exclui os juros recebidos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, nas modalidades cumulativa e não-cumulativa.	Valdir Raupp	09/02/2012
PLS 27/2011	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.	Lindbergh Farias	09/02/2012
PLS 416/2011	Dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos.	Paulo Bauer	09/02/2012
PLS 432/2011	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Ana Rita	09/02/2012
PLS 721/2011	Dá nova redação ao art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para reduzir e escalonar, por faixa de receita bruta anual da pessoa jurídica, o valor das multas por descumprimento de obrigação acessória criada com base no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.	Francisco Dornelles	09/02/2012
PLS 492/2007	Suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	Flexa Ribeiro	24/02/2012
PLS 211/2010	Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.	Marisa Serrano	24/02/2012
PLS 153/2010	Denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará.	Flexa Ribeiro	27/02/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 25
2. Ao arquivo. Total: 9
Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 417/2005	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal.	Magno Malta	08/02/2012
PLS 83/2009	Altera as regras de premiação dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números.	Raimundo Colombo	09/02/2012
PLS 699/2007	Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais.	Renato Casagrande	24/02/2012
PLS 193/2008	Altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.	Tasso Jereissati	27/02/2012
PLS 5/2005	Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).	Valdir Raupp	29/02/2012

Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 651/2007	Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.	Marconi Perillo	14/02/2012

Retirada pelo autor. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 284/2008	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis.	João Vicente Claudino	07/02/2012
PLS 2/2006	Altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional.	Cristovam Buarque	16/02/2012
PLS 298/2008	Acrescenta inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os casais que necessitem tratamento por problemas de infertilidade, e dá outras providências.	Marcelo Crivella	29/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87
1. À promulgação. Total: 87
Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 241/2011	Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	29/02/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 366/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 62/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VOX 90 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 68/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada RÁDIO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 70/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO LIBERDADE E TRABALHO PELA CULTURA DE ALTINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 129/2011	Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 146/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MENSAGEM DE ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 151/2011	Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herculândia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 152/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 159/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE INDEPENDENTE DE PORTEIRINHA LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87

1. À promulgação. Total: 87

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 175/2011	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 176/2011	Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 177/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO RIACHO FUNDO II - CANDANGO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 191/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 192/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GUARARAPES METROPOLITANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 198/2011	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE PORTEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portel, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 200/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARACAJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 201/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCADORA DE OLÍMPIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 202/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MURIÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 203/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MAISA - ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 205/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 206/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87

1. À promulgação. Total: 87

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 207/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ALICE MARTINS PINHEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 208/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNDIDA FM DE CAXIAS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 209/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BARBACENA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 210/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES MARES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 211/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CASTELO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 212/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO-CULTURAL SANTA TEREZINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sucupira do Norte, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 213/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CORCOVADO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 214/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 215/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 218/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MEGA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 219/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CRUZEIRO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 220/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE VALEPARAIBANA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87

1. À promulgação. Total: 87

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 222/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fartura, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 225/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ARATU S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 227/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM GAMELEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 228/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAFARDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rafard, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 229/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 230/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO GOIANINHA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 231/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE FLORIANÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 247/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CHARRUA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 248/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTRELA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 253/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO HULHA NEGRA DE CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 258/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada a EMPREENDIMENTOS RADIOFÔNICOS SULMINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 261/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MAR AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87

1. À promulgação. Total: 87

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 262/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS VENCEREMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 268/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOVA DRACENA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 272/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE SERRANA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 275/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NORTE SUL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 277/2011	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO PAULO JACKSON para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 281/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTES CLAROS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 296/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TEUTÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 299/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 320/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MONTENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 339/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NORTE SUL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/02/2012
PDS 514/2006	Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 59/2008	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87

1. À promulgação. Total: 87

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 266/2008	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE OLIVEDOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivedos, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 350/2008	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CACARÉ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapé, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 1017/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO SERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 383/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE MONTEVIDÉO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 169/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE TARTARUGALZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 204/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 216/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ESMERALDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 217/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE MÚSICA E CINEMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 221/2011	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 223/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 232/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE SANTA CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 233/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE JUAZEIRO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87

1. À promulgação. Total: 87

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 252/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA IMIGRANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 259/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TIMBÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 264/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO SÃO JOSÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 266/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA NORTE DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 273/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE VÁRZEA DA PALMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 274/2011	Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO UNIÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 276/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 280/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LIDERSOM FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 284/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BARRIGA VERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 292/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-CULTURA DE ELDORADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 293/2011	Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO AÇÃO UNIDA PELA COMUNIDADE DE ORINDIÚVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orindiúva, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 295/2011	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO FRONTEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteiras, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 87**1. À promulgação. Total: 87****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 307/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA ARAÇÁ DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 308/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE CARDOSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 310/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUPER RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 314/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA MILÊNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012
PDS 341/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	24/02/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 7**1. À promulgação. Total: 7****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 2/2012	Autoriza o Município do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar parcialmente o "Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - PROAP - Etapa III".	Comissão de Assuntos Econômicos	28/02/2012
PRS 3/2012	Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	28/02/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 59/2011	Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução do parágrafo único do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Betim, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	07/02/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 7**1. À promulgação. Total: 7****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 60/2011	Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da expressão "e a seguradora" do antigo item 4 do § 1º do artigo 7º da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	07/02/2012
PRS 61/2011	Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da alteração promovida na Tabela "D" da Lei nº 7.603, de 27 de dezembro de 2001, pela Lei nº 8.943, de 29 de julho de 2008, do Estado de Mato Grosso.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	07/02/2012
PRS 62/2011	Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução dos arts. 190 a 193 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	07/02/2012
PRS 63/2011	Suspende a execução de parte do art. 33, § 4º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	07/02/2012

Matéria: Mensagem (sf). Total: 1**Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 149/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RICARDO MACHADO RUIZ para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.	Presidente da República	08/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104**Aprovada pela Mesa. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1533/2011	Tramitação conjunta - Projetos de Lei do Senado n°s 692, de 2011; 151 e 505, de 2007; e 99, 177 e 307, de 2011.	Ana Amélia	06/02/2012
RQS 1543/2011	Tramitação conjunta - Projetos de Lei do Senado n°s 176, de 2008; e 713, de 2011.	Demóstenes Torres	06/02/2012

Deferida pela Mesa. Total: 21

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1199/2011	Requer, nos termos nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações de competência do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS e do Conselho Nacional de Saúde - CNS, relativas ao contrato mantido pela Cruz Vermelha para gerenciamento de serviços no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, Paraíba.	Vital do Rêgo	06/02/2012
RQS 1223/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos IX e X, e 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Educação acerca do Edital SERES nº 01/2011, das Instituições de Educação Superior - IES - Faculdade de Medicina de Garanhuns - PE, bem como a razão do pedido de liminar, pelo MEC, para a suspensão do vestibular do ITPAC - Instituto Presidente Antônio Carlos.	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	06/02/2012
RQS 1299/2011	Requer, nos termos do artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, sobre a veracidade, ou não, da matéria "Brasil não paga a OEA por causa de Belo Monte", publicada no jornal O Estado de São Paulo, no dia 20 de outubro de 2011.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	06/02/2012
RQS 1305/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações a respeito da linha de crédito do Pronaf, denominada Pronaf Floresta.	Jorge Viana	06/02/2012
RQS 1331/2011	Requer, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado pedido de informações ao Ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada na revista Carta Capital, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título "Paranóia verde-oliva", com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha - Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	06/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104

Deferida pela Mesa. Total: 21

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1340/2011	Requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca dos serviços de transporte com balsas na travessia do Rio Madeira, na BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho.	Jorge Viana	06/02/2012
RQS 1347/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Justiça, informações relativas à estrutura administrativa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF).	Paulo Bauer	06/02/2012
RQS 1349/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobras, sobre os investimentos destinados ao setor de energia elétrica no Estado do Amazonas em 2012, através da Amazonas Energia.	Vanessa Grazziotin	06/02/2012
RQS 1351/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde acerca do programa "Saúde Não Tem Preço" no estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	06/02/2012
RQS 1352/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça, acerca da legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente no Brasil.	Blairo Maggi	06/02/2012
RQS 1353/2011	Requerem, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, acerca da legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente no Brasil.	Blairo Maggi	06/02/2012
RQS 1367/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Educação sobre a contratação de empresas de fachada, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação, para prestar a segurança da informação na internet.	Alvaro Dias	06/02/2012
RQS 1435/2011	Requer, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal c/c os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Exmº Srº Ministro da Saúde acerca dos procedimentos que estão sendo tomados para a liberação das pesquisas sobre a doença conhecida como MUCOPOLISSACARIDOSE e quais os critérios adotados pelo órgão para fornecimento de medicamentos aos portadores da doença e quantos são atendidos em todo país.	Cássio Cunha Lima	06/02/2012
RQS 1444/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com a alínea a, inciso I, do art. 215 e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobrás, informações acerca da ampliação do sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	06/02/2012
RQS 1455/2011	Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Fazenda relativas aos empréstimos concedidos pelo Banco da Amazônia - BASA no período de 2007 a 2010 e os locais onde foram aplicados os recursos.	Kátia Abreu	06/02/2012
RQS 1465/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde, sobre o montante total dos recursos repassados na área da saúde nos anos de 2007 a 2011 e sua respectiva Execução Orçamentária.	Aécio Neves	06/02/2012
RQS 1466/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e, ouvida a Mesa, informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre a arrecadação e destinação, desde 2002, da CIDE-COMBUSTÍVEIS.	Aécio Neves	06/02/2012
RQS 1467/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e ouvida a Mesa, informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca dos recursos repassados aos Estados da federação destinados ao combate à dengue.	Aécio Neves	06/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104

Deferida pela Mesa. Total: 21

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1471/2011	Requer, com fundamento no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com a alínea "a", inciso I do art. 215 e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, com relação ao fechamento das seis unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - presentes nos municípios do interior do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	06/02/2012
RQS 1475/2011	Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, a serem prestadas pela Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobras, referentes ao cumprimento do protocolo de intenções, assinado em 2005 com o Governo do Estado de Minas Gerais, para o investimento na instalação do pólo acrílico na Refinaria Gabriel Passos (Regap), bem como outras informações que menciona.	Aécio Neves	06/02/2012
RQS 618/2011	Requer, nos termos da Resolução nº 84, de 1996, do Senado Federal, a inserção de biografia e obra do ex-Senador Abdias do Nascimento como parte integrante da coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado".	Marta Suplicy	06/02/2012

Aprovada pelo Plenário. Total: 44

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 11/2012	Requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria nos contratos de obras e manutenção das rodovias federais que receberam recursos para operações denominadas "tapa buracos", no período de 2006 a 2011.	Alvaro Dias	07/02/2012
RQS 1422/2011	Solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Ana Rita	07/02/2012
RQS 1428/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2011; e 718, de 2007.	Eduardo Suplicy	07/02/2012
RQS 1431/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007.	Ana Amélia	07/02/2012
RQS 1432/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011.	Armando Monteiro	07/02/2012
RQS 1438/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010.	Armando Monteiro	07/02/2012
RQS 1439/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011.	Francisco Dornelles	07/02/2012
RQS 1440/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011.	Francisco Dornelles	07/02/2012
RQS 1446/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010.	Lúcia Vânia	07/02/2012
RQS 1453/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008.	João Vicente Claudino	07/02/2012
RQS 1454/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 172, de 2006 e 635, de 2007.	João Vicente Claudino	07/02/2012
RQS 1483/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011.	Ana Rita	07/02/2012
RQS 1522/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011.	Francisco Dornelles	07/02/2012
RQS 1523/2011	Desapensamento de matérias - Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011—Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005—Complementar; 90, de 2007—Complementar; e 21, de 2011—Complementar.	Lidice da Mata	07/02/2012
RQS 1524/2011	Desapensamento de matérias - Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010.	Inácio Arruda	07/02/2012
RQS 1532/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011.	Walter Pinheiro	07/02/2012
RQS 1537/2011	Tramitação Conjunta - Projetos de Lei do Senado nºs 354, de 2011; e 138, de 2008.	Eduardo Suplicy	07/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104

Aprovada pelo Plenário. Total: 44

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1557/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2008.	Francisco Dornelles	07/02/2012
RQS 1561/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011.	Mozarildo Cavalcanti	07/02/2012
RQS 1569/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011.	Ana Amélia	07/02/2012
RQS 1580/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 130, de 2011, e 277, de 2009.	Lídice da Mata	07/02/2012
RQS 1590/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011.	Demóstenes Torres	07/02/2012
RQS 4/2012	Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 2012 e do Senado Federal, no período de 13 a 17 de fevereiro de 2012, em virtude de compor a Delegação Brasileira que acompanhará a 51ª Sessão do Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres - Comitê CEDAW, que ocorrerá em Genebra, Suíça.	Ana Rita	07/02/2012
RQS 5/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Delegação Brasileira que acompanhará a 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres - Comitê CEDAW, que ocorrerá em Genebra, Suíça, no período de 13 de fevereiro a 02 de março, por designação da Presidência desta Casa. Comunica ainda que estará ausente do País entre os dias 11 a 18 de fevereiro de 2012.	Angela Portela	07/02/2012
RQS 14/2012	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 2011, de autoria do Senador Lobão Filho, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes heiondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações relativos a contratos, programas e ações nas áreas da saúde pública ou educação pública seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	Paulo Bauer	09/02/2012
RQS 1/2012	Requerem, nos termos dos arts. 154 e 199, do RISF, que seja aditada ao Requerimento nº 1.575, e 2011, a indicação do dia 18 de junho de 2012 para a realização da Sessão Especial em comemoração aos 50 anos de criação do Estado do Acre.	Jorge Viana	14/02/2012
RQS 1575/2011	Requerem, nos termos do art. 154, III, § 5º, e art. 199, §§ 1º e 2º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em comemoração aos 50 anos de criação do Estado do Acre, em data a ser agendada no mês de junho de 2012.	Jorge Viana	14/02/2012
RQS 1576/2011	Requerem, nos termos do art. 154, III, § 5º, e art. 199, §§ 1º e 2º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial para homenagear o Barão de Rio Branco no ano do seu centenário de falecimento, em data a ser agendada.	Jorge Viana	14/02/2012
RQS 2/2012	Requerem, nos termos dos arts. 154 e 199, do RISF, que seja aditada ao Requerimento nº 1.576, e 2011, a indicação do dia 05 de março de 2012 para a realização da Sessão Especial em homenagem ao Barão de Rio Branco no ano do seu centenário de falecimento.	Jorge Viana	14/02/2012
RQS 27/2012	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, no dia 9 de abril de 2012, destinada a homenagear os quarenta anos da criação da Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe.	Alvaro Dias	14/02/2012
RQS 30/2012	Requer, nos termos do inciso II do art. 74, combinado com o art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão temporária externa, composta por 5 (cinco) Senadores(as), com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	14/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104

Aprovada pelo Plenário. Total: 44

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 33/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011 - CN, licença dos trabalhos da Casa, no período de 20 a 24 de fevereiro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões de Mesa Diretiva e da Comissão de Assuntos Políticos da Assembléia Parlamentar Eurolatinoamericana - EUROLAT, nos dias 21 a 23 de fevereiro de 2012, na cidade do México, México, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 20 a 28 de fevereiro de 2012.	Roberto Requião	14/02/2012
RQS 34/2012	Requer, nos termos do art. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, com ônus para a Casa, no VI Fórum Mundial da Água: Tempo de Soluções, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da França, a ser realizado no período de 12 a 17 de março de 2012, em Marselha, França, a convite da Agência Nacional de Águas e designação do Presidente do Senado. comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 09 a 20 de março de 2012.	Jorge Viana	14/02/2012
RQS 42/2012	Requer, na forma do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal no VI Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Marselha, República Francesa, no período de 12 a 17 de março de 2012, e comunica, nos termos do art. 39, II, do referido Regimento, que se ausentará do País no período indicado.	Aloysio Nunes Ferreira	14/02/2012
RQS 43/2012	Requer, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, homenagens de pesar pelo falecimento do bispo diocesano de São José dos Pinhais (Paraná) e presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dom LADISLAU BERNASKI, ocorrido no dia 13 de fevereiro de 2012.	Sérgio Souza	14/02/2012
RQS 7/2012	Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar dos seguintes eventos nos respectivos países: visitar a fábrica e o escritório central da Laerdal Medical, na cidade de Stavanger - Noruega, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2012; conhecer a utilização da Faixa de 450 MHz, na capital Estocolmo - Suécia, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2012; visitar o Laboratório da B. Braun, em Melsungen - Alemanha, entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2012; participar do "GSMA Mobile World Congress 2012", que será realizado na cidade de Barcelona - Espanha, entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março de 2012.	Walter Pinheiro	14/02/2012
RQS 66/2012	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 17 de março de 2012, para participar do VI Fórum Mundial da Água: Tempo de Soluções, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da França, em Marselha, República Francesa. Comunica ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 11 a 19 de março de 2012.	Rodrigo Rollemberg	28/02/2012
RQS 67/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar do País entre os dias 12 e 17 de março de 2012, para participar do VI Fórum Mundial da Água: Tempo de Soluções, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da França, a realizar-se em Marselha, República Francesa, e, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, comunica que estará ausente do País no período de 10 a 18 de março de 2012.	Kátia Abreu	28/02/2012
RQS 72/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para integrar a delegação oficial do Senado Federal que participará do 6º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em Marselha, na França, no período de 12 a 17 de março de 2012, e nos termos dos artigos 13 e 39, I, comunica que estará ausente do país no período de 09 a 18 de março de 2012.	Sérgio Souza	28/02/2012
RQS 73/2012	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial, como observador, no seminário sobre relação entre taxas de câmbio e comércio internacional, promovido pela Organização Mundial do Comércio - OCM, a realizar-se em Genebra, Suíça, nos dias 27 e 28 de março de 2012, e comunica, nos termos do inciso I art. 39, do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 25 de março a 1º de abril de 2012.	Francisco Dornelles	28/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104

Aprovada pelo Plenário. Total: 44

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 75/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 17 de março de 2012, para representar o Senado Federal no VI Fórum Mundial da Água: Tempo de Soluções, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da França, a realizar-se em Marselha, República Francesa. Comunica, nos termos do art. 39, I, do mesmo Diploma Legal, que estará ausente do País no período de 10 a 16 de março de 2012.	Ricardo Ferraço	28/02/2012
RQS 39/2012	Requer, nos termos do art. 74, inciso II, e do art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por doze senadores, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	29/02/2012
RQS 40/2012	Requer, nos termos do art. 74, inciso II, e do art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por doze senadores titulares e igual número de suplentes, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	29/02/2012
RQS 85/2012	Requer, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, na feira "ITB BERLIN 2012", em Berlin, Alemanha e, nos termos do art. 39, inciso I, comunica que estará ausente do País no período de 5 a 11 de março de 2012.	Lídice da Mata	29/02/2012

Encaminhada pela Presidência. Total: 32

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 6/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de LUIZ ANTÔNIO CASTAGNA MAIA, ocorrido no dia 14 de janeiro de 2012.	Paulo Paim	03/02/2012
RQS 9/2012	Requerem, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Pesar à família do deputado federal MOACIR MICHELETTI, falecido no dia 30 de janeiro de 2012.	Ana Amélia	03/02/2012
RQS 10/2012	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família de Sebastião Carlos Ribeiro de Sousa, falecido no dia 16 de dezembro de 2011.	Wellington Dias	06/02/2012
RQS 12/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do deputado federal MOACIR MICHELETTI, ocorrido no dia 30 de janeiro de 2012.	Alvaro Dias	06/02/2012
RQS 15/2012	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR e encaminhamento de condolências à família pelo falecimento do deputado MOACIR MICHELETTI, ocorrido no dia 30 de janeiro de 2012.	Vanessa Grazziotin	07/02/2012
RQS 17/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares do ex-Deputado Federal LUIZ GONZAGA VASCONCELOS, falecido em 23 de janeiro de 2012.	Humberto Costa	07/02/2012
RQS 18/2012	Requerem, nos termos regimentais, inserção em ata de VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-governador de Sergipe, SEIXAS DÓRIA.	Antonio Carlos Valadares	07/02/2012
RQS 26/2012	Requer, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do cantor e compositor Vanderley Alves dos Reis, o Wando, aos 66 anos, em Nova Lima - MG, no dia 8 de fevereiro de 2012.	Eduardo Suplicy	08/02/2012
RQS 32/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelo Dia Nacional do Farmacêutico no Brasil, comemorado no dia 20 de janeiro, bem como seja encaminhado o referido voto à Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAPAR, em nome da sua presidenta, a senhora Célia Gervásio Chaves.	Vanessa Grazziotin	09/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104

Encaminhada pela Presidência. Total: 32

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 35/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Grupo ANDRÉ MAGGI, pela conquista da certificação ProTerra Standard - Norma internacional que estabelece critérios de responsabilidade socioambiental específicos para a atividades relacionadas ao agronegócio.	Vanessa Grazziotin	10/02/2012
RQS 41/2012	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, e do art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do deputado estadual pelo PT/São Paulo José Candido.	Eduardo Suplicy	13/02/2012
RQS 44/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de Voto de Pesar aos familiares de MARCELO DINO FONSECA, falecido no dia 14 de fevereiro de 2012.	Humberto Costa	14/02/2012
RQS 45/2012	Requer, nos termos regimentais, apresentação de condolências ao ex-Deputado Federal Flávio Dino, atual presidente da Embratur, e à professora da Universidade de Brasília Adriana Fonseca, em virtude do falecimento de seu filho Marcelo Dino Fonseca de Castro e Costa, ocorrido no dia 14 de fevereiro de 2012, em Brasília, Distrito Federal.	Inácio Arruda	14/02/2012
RQS 48/2012	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da jornalista cearense Ivonete Maia, presidente da Associação Cearense de Imprensa.	Inácio Arruda	14/02/2012
RQS 49/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e do art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 13 de fevereiro de 2012, de Dom LADISLAU BIERNASKI, bispo de São José dos Pinhais e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como a apresentação de condolências à sua família, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Comissão Pastoral da Terra.	Eduardo Suplicy	14/02/2012
RQS 59/2012	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Dino, filho do presidente da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), Senhor Flávio Dino e da professora da Universidade de Brasília - UnB, Adriana Fonseca.	Vanessa Grazziotin	16/02/2012
RQS 60/2012	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de voto de pesar pelo falecimento do Bispo Ladislau Biernaski, presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra).	Vanessa Grazziotin	16/02/2012
RQS 61/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, para Maria das Graças Foster pela nomeação para presidir a empresa petrolífera estatal - PETROBRAS.	Vanessa Grazziotin	16/02/2012
RQS 62/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Isabel do Rio Negro (AM), por estar completando 55 anos de criação, comemorado no dia 31 de dezembro de 2011, bem como seja encaminhado o referido voto à prefeita Eliete Cunha Beleza.	Vanessa Grazziotin	16/02/2012
RQS 63/2012	Requerem, nos termos do art. 215, inciso III, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, seja registrado nos Anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. MAURÍCIO CORRÊA, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2012.	Rodrigo Rollemberg	22/02/2012
RQS 65/2012	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do Suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e do Sargento Roberto Lopes dos Santos, militares da Marinha brasileira, vítimas do incêndio que atingiu a Estação Antártica Comandante Ferraz, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2012.	Rodrigo Rollemberg	27/02/2012
RQS 68/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do ex-governador do Paraná, João Mansur, ocorrido no dia 23 de fevereiro de 2012, em Curitiba/PR.	Alvaro Dias	27/02/2012
RQS 70/2012	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar, apresnetação de condolências às respectivas famílias e apresentação de condolências ao Comando Militar da Marinha do Brasil pelo falecimento do Suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e do Primeiro-Sargento Roberto Lopes dos Santos, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2012, quando tentavam combater o incêndio ocorrido na Estação Antártica Comandante Ferraz.	Sérgio Souza	27/02/2012
RQS 74/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR, pelo trágico falecimento do Deputado Estadual do Pará, Alessandro Novelino, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2012. Requer, ainda, que o referido Voto seja estendido ao assessor parlamentar José Augusto dos Santos, e ao piloto Roberto Carlos Figueiredo, também vítimas do acidente.	Mário Couto	28/02/2012

Matéria: Requerimento. Total: 104**Encaminhada pela Presidência. Total: 32**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 77/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos aos 30 anos da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), comemorado no dia 26 de fevereiro de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto à senhora Isa Assef dos Santos.	Vanessa Grazziotin	28/02/2012
RQS 78/2012	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e o primeiro-sargento Roberto Lopes dos Santos, em virtude do incêndio que destruiu a Base Brasileira na Antártica.	Vanessa Grazziotin	28/02/2012
RQS 79/2012	Requer nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal consignação nos anais do Senado de Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Alessandro Novelino.	Flexa Ribeiro	28/02/2012
RQS 80/2012	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos 45 anos da SUFRAMA, comemorado no dia 28 de fevereiro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Superintendente da Suframa, senhor Thomaz Nogueira.	Vanessa Grazziotin	29/02/2012
RQS 82/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplausos ao jornal CORREIO BRAZILIENSE pela reportagem especial sobre as belezas do Pará, intitulada "Viva o Pará", publicada em cinco páginas do Caderno "Turismo", da edição de 29 de fevereiro de 2012.	Mário Couto	29/02/2012
RQS 89/2012	Nos termos da alínea "e", do inciso II, do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado voto de pesar pelo falecimento, do advogado JOÃO DE BORBA, ex-presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2012, em Blumenau, Santa Catarina.	Paulo Bauer	29/02/2012
RQS 92/2012	Requer nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal VOTO DE PESAR pelo falecimento do Professor de Dança e Empresário Helly Batista, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2012.	João Vicente Claudino	29/02/2012
RQS 93/2012	Requer, nos termos do art. 318 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Dr. AMILCAR DA SILVA PEREIRA, ex-governador do Estado do Amapá, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2012, e nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências a sua família e ao Estado do Amapá.	Randolfe Rodrigues	29/02/2012

Publicada. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 51/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso em comemoração aos 80 anos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná.	Sérgio Souza	15/02/2012
RQS 64/2012	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Ministro da Justiça e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2012.	Cristovam Buarque	22/02/2012

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 54/2012	Retirada de matéria	Cristovam Buarque	16/02/2012
RQS 86/2012	Requer sejam determinadas providências quanto à republicação do discurso que pronunciou da tribuna do Senado Federal na sexta-feira, dia 17 de fevereiro de 2012, em razão de revisão procedida no texto após a publicação da correspondente Sessão do Senado Federal.	Pedro Simon	29/02/2012
RQS 90/2012	Requer, nos termos do art. 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei nº 298, de 2008.	Marcelo Crivella	29/02/2012

REQUERIMENTOS DE LICENÇA . Total: 33

(Sem ônus)

Arts. 13, 40, 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
1/2012-M	Cristovam Buarque	13	06.02 a 10.02	Atividade Parlamentar
2/2012-M	Kátia Abreu	13	07.02 a 11.02	Atividade Parlamentar
3/2012-M	Acir Gurgacz	43, II	13.02 a 29.02	Licença Particular
4/2012-M	Lúcia Vânia	13	07.02	Atividade Parlamentar
5/2012-M	Renan Calheiros	13	07.02	Atividade Parlamentar
6/2012-M	Clóvis Fecury	13	07.02 a 09.02	Atividade Parlamentar
7/2012-M	Antonio Russo	43, I	07.02 a 16.02	Licença Saúde
8/2012-M	Kátia Abreu	-	-	Retirada do Requerimento nº 2-M
9/2012-M	Kátia Abreu	13	8.02 a 11.02	Atividade Parlamentar
10/2012-M	Benedito de Lira	13	09.02	Atividade Parlamentar
11/2012-M	Cícero Lucena	13	09.02	Atividade Parlamentar
12/2012-M	Vital do Rêgo	13	09.02	Atividade Parlamentar
13/2012-M	Valdir Raupp	13	09.02	Atividade Parlamentar
14/2012-M	Sérgio Petecão	13	09.02	Atividade Parlamentar
15/2012-M	Lídice da Mata	13	09.02	Atividade Parlamentar
16/2012-M	Aécio Neves	13	09.02	Atividade Parlamentar
17/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	43, I	09.02 a 18.02	Licença Saúde
18/2012-M	Paulo Paim	13	14.02 a 16.02	Atividade Parlamentar
19/2012-M	Cícero Lucena	13	14.02 a 16.02	Atividade Parlamentar
20/2012-M	Clésio Andrade	13	09.02	Atividade Parlamentar
21/2012-M	Lobão Filho	43, I	23.01 a 22.03	Licença Saúde
22/2012-M	José Agripino	43, II	14.02 a 16.02	Licença Particular
23/2012-M	Ivonete Dantas	13	14.02 a 16.02	Atividade Parlamentar
24/2012-M	Ciro Nogueira	13	15.02	Atividade Parlamentar
25/2012-M	Francisco Dornelles	13	15.02	Atividade Parlamentar
26/2012-M	Marcelo Crivella	13	15.02	Atividade Parlamentar
27/2012-M	Ciro Nogueira	13	29.03 a 06.04	Atividade Parlamentar
28/2012-M	Wellington Dias	13	15.02 e 16.02	Atividade Parlamentar
29/2012-M	Marta Suplicy	43, II	16.02	Licença Particular
30/2012-M	Jader Barbalho	43, I	09 a 18.02	Licença Saúde
31/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	29.02	Atividade Parlamentar
32/2012-M	Jarbas Vasconcelos	13	01.03	Atividade Parlamentar
33/2012-M	João Vicente Claudino	13	01.03	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha 02 a 29/02/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 02 a 29/02/2012

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	-
Conjunta Solene	01
Total	01

Sessões Realizadas 02 a 29/02/2012

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	02/02/2012, às 16 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 02 a 29/02/2012

Nº	Assunto
1/2012 (public. no DOU de 01/02/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 548, de 28 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica".
2/2012 (public. no DOU de 03/02/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 543, de 24 de agosto de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de dezembro de 2011.
3/2012 (public. no DOU de 16/02/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 549, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona".
4/2012 (public. no DOU de 16/02/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 550, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, que "Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências".
5/2012 (public. no DOU de 28/02/2012)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 551, de 22 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2011, que "Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências".

**Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
02 a 29/02/2012**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
82/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o requerimento do Senador Francisco Dornelles, de retirada da Emenda nº 00003, de sua autoria, apresentada à Medida Provisória nº 555, de 2011, ora em tramitação nessa Casa.
81/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro de Estado da Integração Nacional o Ofício nº 18, de 2012-CN (nº 68/MI/2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012. A matéria, publicada no DSF de 24/02/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
80/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ofício nº 17, de 2012-CN (nº 052/2012-BNDES GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 24/02/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
79/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 236, de 2011-CN, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.424 foi julgada procedente, assentando a natureza condicionada da ação penal em caso de crime de lesão praticado contra a mulher no ambiente doméstico, dando interpretação conforme aos artigos 12, inciso I, e 16, ambos da Lei nº 11.340, de 2006, "Lei Maria da Penha". O expediente, juntado ao processo do Projeção de Lei da Câmara nº 37, de 2006, será encaminhado à Advocacia do Senado.
78/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 13, de 2012-CN (nº 56, de 2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2012. A matéria, publicada no DSF de 24/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
77/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado, em avulsos e no DSF do dia 11/02/2012, o Parecer nº 1, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Aviso nº 11, de 2012-CN, referente a obras com indícios de irregularidades graves. A matéria, retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a finalidade de atender às recomendações contidas no referido Parecer.
76/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Autoridade Pública Olímpica (APO), o Ofício nº 9/PRESI-APO, de 2012, na origem, encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO, no 2º semestre de 2011. O expediente foi autuado da seguinte forma: - Ofício nº 16/2012-CN, publicado no Diário do Senado Federal de 24/02/2012, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; - Ofício "S" nº 3, de 2012, que vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).
75/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 558, de 2011, que "Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências".
74/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 557, de 2011, que "Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para a Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999".
73/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 556, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências".
72/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 555, de 2011, que "Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências".
71/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 554, de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002".
70/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do Senador Cristovam Buarque e da Deputada Erika Kokay, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 23 de abril do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 50 anos de fundação da Universidade de Brasília - UNB. Solicita a indicação do orador dessa Casa na solenidade.
69/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do Senador Vicentinho Alves e do Deputado Eduardo Gomes, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 16 de abril do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Índio. Solicita a indicação do orador dessa Casa na solenidade.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
68/2012 CN	Sen. Kátia Abreu – Líder do Partido Social Democrático - PSD	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e o art. 10-A do Regimento Comum, a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, que integrarão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
67/2012 CN	Sen. Blairo Maggi – Líder do Partido da República - PR	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, referente à participação do Partido da República - (PR) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
66/2012 CN	Sen. Gim Argello – Líder do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, referente à participação do Partido Trabalhista Brasileiro - (PTB) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
65/2012 CN	Sen. Demóstenes Torres – Líder do Democratas - DEM	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, que deverão integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com a participação do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB-DEM), e conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
64/2012 CN	Sen. Álvaro Dias – Líder do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a indicação do nome de 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, que deverão integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com a participação do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB-DEM), e conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
63/2012 CN	Sen. Walter Pinheiro – Líder do Bloco de Apoio ao Governo – PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a indicação dos nomes de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco de Apoio ao Governo (PT-PDT-PSB-PCdoB-PRB) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
62/2012-CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Bloco Parlamentar da Maioria – PMDB/PP/PSC	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a indicação dos nomes de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB-PP-PSC) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
61/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, e o art. 10-A do Regimento Comum, a indicação dos membros dessa Casa que integrarão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
60/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação da pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 553, de 2011, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica”.
59/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os seguintes ofícios: - Ofício nº 0708699 – CONIN, de 2012, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2011, da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região; - Ofício nº T20-OFI-2012/01295, de 2012, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2011, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; - Ofício nº 152, de 2012, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2011, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; e - Ofício PRES nº 159, de 2012, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2011, da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região. As matérias publicadas no DSF de 10/02/2012, vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
58/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU, o Aviso nº 102-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 172/2012-TCU-Plenário, sobre reexame de decisão de A cordão anterior. A matéria, publicada no DSF de 10/02/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
57/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU, o Aviso nº 110-Seses-TCU-Plenário, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 173/2012-TCU-Plenário, referente à inexistência de irregularidades graves nas obras que menciona. A matéria, publicada no DSF de 10/02/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
56/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que de acordo com a indicação da Liderança do Democratas, a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), passa ser membro suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com a relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 03-L-Democratas/12, da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados.
55/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 15/2012-CN (Ofício nº 25/PRES-05-SEPLA-GS, na origem), que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente a o 3º quadrimestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 10/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
54/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência atuou, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Ofício nº 14, de 2012-CN (nº 0466/2011, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011 – primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”. A matéria, publicada em Suplemento ao DSF de 09/02/2012, retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
53/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência atuou, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Ofício nº 13, de 2012-CN (nº 0468/2011, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que “Encaminha a programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para o exercício de 2012”. A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 09/02/2012, retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
52/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 08/02/2012, o Aviso nº 2, de 2012-CN (nº 1802-Seses-TCU-Plenário/2011, na origem), do Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 030.993/2011-3. A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 09/02/2012, retransmite à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
51/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que com referência aos Ofícios nºs 1 e 3, de 2012-CN (nº 270 e 277, 2011, na origem), lidos na sessão do Senado Federal de 13/02/2012, encaminhando ao Congresso Nacional informações de execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estabeleceu-se, nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006, o calendário de tramitação. As matérias vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
50/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 26 de março do corrente, segunda-feira, excepcionalmente às dezessete horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil.
49/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do Senador Waldemir Moka e do Deputado Luis Carlos Heinze, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 6 de julho do corrente, sexta-feira, às quatorze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo. Solicita a indicação do orador dessa Casa na solenidade.
48/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento o Ofício nº 1, de 2012-CN (nº 270/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional informações de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), referentes aos meses de julho a setembro de 2011. A matéria vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
47/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento o Ofício nº 3, de 2012-CN (nº 277/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, informações de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por estado, referentes aos meses de julho a setembro de 2011, em meio digital. A matéria, publicada no DSF de 04/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
46/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 12, de 2012-CN (nº 24, de 2012, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 1, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 10 000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 08/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
45/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 12, de 2012-CN (Ofício nº CF-OFI-00198, de 2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 08/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
44/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 9, de 2012-CN (nº 15/2012, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 12, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 152.034.427,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
43/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 7, de 2012-CN (nº 12/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
42/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha para os devidos fins, o original do Requerimento s/n, de 2012, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, protocolizado na Secretaria da Comissão Representativa do Congresso Nacional, em 12 de janeiro do corrente.
41/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 8, de 2012-CN (nº 13/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2009 (PL nº 1.627, de 2007, nessa Casa), que "Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706 de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
17/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 1, de 2012, do Senador Walter Pinheiro, comunicando que foram detectados indícios de erro material nos autógrafos do PLN nº 29, de 2011, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". O Ofício será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
16/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro de Estado da Integração Nacional o Ofício nº 646, de 2011, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão Fiscal do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011. O expediente foi autuado da seguinte forma: - Ofício nº 2, de 2012-CN, publicado no DSF de 04/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. - Ofício "S" nº 1, de 2012, que vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Desenvolvimento Regional e Turismo.
15/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 25, de 2011-CN (nº 458/MF/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao terceiro trimestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 04/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
14/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do TCU o Aviso nº 40 GP-TCU, de 2012, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona. A matéria, publicada no DSF de 07/02/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
13/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os relatórios de gestão fiscal dos seguintes Órgãos: - Governo Federal (Mensagem nº 10, de 2012-CN; nº 18/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; - STF (Mensagem nº 11, de 2012-CN; nº 14/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; - Senado Federal (Ofício nº 4, de 2012-CN; Ato do Presidente nº 6, de 2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; - Câmara dos Deputados (Ofício nº 5, de 2012-CN; nº 65/12/GP, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; - MPU e MPDF e Territórios (Ofício nº 6, de 2012-CN; nº P GR/GAB/48/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; - TST (Ofício nº 7, de 2012-CN; nº TST/GDGSET/GP/15/2012, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; - Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 8, de 2012-CN; nº 002/2012/PRESI-CNMP, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2011; - Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 9, de 2012-CN; nº 14/GP-SOF/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; - TJDF e dos Territórios (Ofício nº 10, de 2012-CN; nº G PR 2561/2012, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011; e - TCU (Aviso nº 1, de 2012-CN; nº 34-GP/TCU, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2011. As matérias vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
12/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 5 de janeiro de 2012, a Medida Provisória nº 558, de 2012, que "Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/02/2012.
11/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 26 de dezembro de 2011, a Medida Provisória nº 557, de 2011, que "Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/02/2012.
10/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 23 de dezembro de 2011, a Medida Provisória nº 556, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/02/2012.
09/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 23 de dezembro de 2011, a Medida Provisória nº 555, de 2011, que "Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/02/2012.
08/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 23 de dezembro de 2011, a Medida Provisória nº 554, de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para a contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/02/2012.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
07/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 21 de dezembro de 2011, a Medida Provisória nº 553, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica". Nos termos do disposto no § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a matéria foi encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
06/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, para os arquivos daquela Casa, um exemplar da Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidente da República, bem como um exemplar da Mensagem do Poder Judiciário, e entregues ao Congresso Nacional na Sessão Solene de abertura dos trabalhos legislativos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.
04/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 4, de 2012-CN (nº 8/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007 - Complementar (PL nº 306, de 2008, nessa Casa), que "Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
03/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 3, de 2012-CN (nº 7/2012, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2007 (PL nº 6.822, de 2010, nessa Casa), que "Regulamenta o exercício das profissões de Catador de materiais recicláveis e de Reciclador de Papel". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
02/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1, de 2012-CN (nº 2/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010 (PL nº 694, de 1995, nessa Casa), que "Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
02 a 29/02/2012

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	1					
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original						
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	1					1
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	4					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	1					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	3					
Mensagens CN (MCN e MSG)	3					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	3					
Ofícios CN (OFN)	16					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	16					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	1					
Emendas	10					
Emendas de Iniciativa Popular						

- Validadas						
- Não Validadas						
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	36					1

Resultados das Reuniões

02 a 29/02/2012

Reunião convocada para 7 de fevereiro de 2012 (ordinária)

Comunicado nº 1/2012

Reunião convocada para 07/02/2012, às 14h30min

Pauta nº 1/2012

Em virtude de não ter havido quórum regimental para abertura dos trabalhos, o Deputado Claudio Cajado, no exercício da Presidência conforme dispõe o *art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional*, comunicou que a reunião não seria realizada.

Convocou reunião extra ordinária para o dia **8 de fevereiro, quarta-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L.DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião convocada para 8 de fevereiro de 2012 (extraordinária)

Comunicado nº 2/2012

Reunião convocada para 08/02/2012, às 15 horas

Pautas nºs 1 e 2/2012

Em virtude de não ter havido quórum regimental para abertura dos trabalhos, o Deputado Gilmar Machado (PT/ MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional*, comunicou que a reunião não seria realizada.

Convocou reunião ordinária para o dia **14 de fevereiro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 8 de fevereiro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L.DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião convocada para 14 de fevereiro de 2012 (ordinária)

Comunicado nº 3/2012

Reunião convocada para 14/02/2012, às 14h30min

Pauta nº 3/2012

Em virtude da inexistência de *quórum* regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente comunicou que a reunião não seria realizada.

O Presidente informou que no **dia 22 de março, quinta-feira, às 10 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. **Alexandre Antonio Tombini**, que irá discorrer sobre a *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil"* - referente ao 1º semestre do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, com a participação das seguintes Comissões:

.da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

.do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

.do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

E, convocou reunião ordinária para o dia **28 de fevereiro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L.DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião convocada para 28 de fevereiro de 2012 (ordinária)

Comunicado nº 4/2012
Reunião convocada para 28/02/2012, às 14h30min

Pauta nº 3/2012

Em virtude da inexistência de *quórum* regimental para abertura dos trabalhos, o Deputado André Zacharow (PMDB/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional, comunicou que a reunião não seria realizada.

E, convocou reunião ordinária para o dia **6 de março, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L.DANTAS
Secretária da Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES
C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
 Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02 a 29/02/2012

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR TIPO DE REUNIÃO	
ORDINÁRIAS	10
EXTRAORDINÁRIAS	23
CONJUNTAS	1
TOTAL	34

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	REUNIÃO CONJUNTA * – COMISSÕES PARTICIPANTES	TOTAL**
CAE	2	1	-	3
CAS	-	3	X	4
CCJ	3	1	-	4
CE	3	1	-	4
CMA	-	5	-	5
CDH	-	3	X	3
CRE	2	2	-	4
CI	-	2	-	2
CDR	-	2	-	2
CRA	-	1	-	1
CCT	-	2	-	2
CMMC	-	-	-	-
TOTAL	10	23	1	

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES CONJUNTAS	
1ª reunião	CAS e CDH
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 1	

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES(**)

CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	1
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CDH – Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1
CI – Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	2
CDR – Permanente do Desenvolvimento do Nordeste - CDRDN	1
TOTAL	6

TOTAL GERAL DE REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES	6

TOTAL GERAL DE REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	40

(**) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	1
Comissão de Educação – CE	1
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	4
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	3
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	2
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	1
TOTAL	13

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CAS e CDH	1
TOTAL	1

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	14

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												TOTAL
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	
PEC			1										1
PLS	5	8	2	1				2	3		2		23
SCD			1										1
PLC		4	1	2			1						8
PDS		1					1				31		33
PRS				1									1
RQS (SF)							1						1
MSF	4						1	1					6
AVS										1			1
TOTAL	9	13	5	4	-	-	4	3	3	1	33	-	75

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	12
PLC	2
PDS	31
TOTAL	45

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	1
PLS	11
SCD	1
PLC	6
PDS	2
PRS	1
RQS (SF)	1
MSF	6
AVS	1
TOTAL	30

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
-	11	3	6	13	13	9	5	6	5	3	-	74
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP												1
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP												1
CI – Temporária sobre Aviação civil – CISTAC												1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												3

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	72
Rejeitados	2
TOTAL	74

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	2
Rejeitados	1
TOTAL	3

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	2
Requerimento de Tramitação Autônoma	1
TOTAL	3

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES 02 a 29/02/2012

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

- **Dia 28 de fevereiro**

Finalidade:

Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Participante:

- o **Alexandre Tombini** - Presidente do Banco Central do Brasil

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

- **Dia 28 de fevereiro**

Finalidade:

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, que “dá nova redação ao Art. 102 e ao Art. 103-B da Constituição Federal, que dispõem sobre a competência do Supremo Tribunal Federal e sobre o Conselho Nacional de Justiça, para explicitar as competências do Conselho Nacional de Justiça, da Corregedoria Nacional de Justiça, e dá outras providências”, que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nº 42 e 51, de 2007, bem como a ouvir, no âmbito desta Comissão, a Corregedora Nacional de Justiça sobre os avanços registrados pelo Conselho Nacional de Justiça nestes 6 anos desde a sua criação.

Participantes:

- o **Eliana Calmon** - Corregedora Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - CNJ
- o **Paulo Schmidt** - Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)

- **Dia 29 de fevereiro**

Finalidade:

Expor os planos e diretrizes do Ministério para os próximos anos.

Requerimento de realização: nº 01/12-CE

Participante:

- o **Aloizio Mercadante** – Ministro de Estado da Educação

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

- **Dia 07 de fevereiro**

Finalidade:

Discutir os benefícios ambientais decorrentes da utilização da tecnologia de Rochagem na remineralização/rejuvenescimento dos solos, de forma a alterar os níveis de fertilidade, em atendimento ao Requerimento nº 75, de 2011-CMA.

Participantes:

- o **Cláudio Scliar** - Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME)
- o **Rubim Almeida Gonczarovska e Mariana Coelho de Sena** - Fiscais Federais Agropecuários

- do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- o **Suzi Huff Theodoro** - do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UNB)
- o **Eder Martins** - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- o **Carlos Augusto Posser Silveira** - Coordenador do Projeto Xisto Agrícola da EMPRAPA Clima Temperado
- o **Rafael Curimbaba Ferreira** - Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Curimbaba

• **Dia 14 de fevereiro**

Finalidade:

Conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá nos dias 12 a 17 de março de 2012, em Mar del Plata/França, em atendimento aos Requerimentos nº 110, de 2011-CMA e nº 2, de 2012-CMA.

Participantes:

- o **Benedito Braga** - Presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água
- o **Vicente Andreu Guillo** - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e Dr. Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA)
- o **Paulino Franco de Carvalho Neto** - Ministro Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE)
- o **Júlio Thadeu Kettelhut** - Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- o **Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles** - Presidente da Comissão Pró Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e Lago Paranoá
- o **Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides** - Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), incluído a partir de deliberação do Plenário da Comissão.

• **Dia 28 de fevereiro**

Finalidade:

Discutir o funcionamento do setor de aviação civil nacional, com foco nos seguintes temas:

1) Atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização de serviços de transporte aéreo no país;

2) Aeroportos e transporte aéreo - gargalos, segurança e qualidade de serviços.

Requerimento(s) de realização de audiência:

RMA Nº 131/2011 e RMA Nº 56/2011

Participantes:

- o **Juliana Pereira da Silva** - Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - MJ
- o **Luiz Miyada** - Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO
- o **Rogério Coimbra** - Secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR
- o **José Márcio Monsão Mollo** - Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias - SNEA
- o **Danielle Alcântara** - Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
- o **Adalberto Vasconcelos** - Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação do Tribunal de Contas da União
- o **Maria Elisa Novais** - Gerente Jurídica do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC

• **Dia 29 de fevereiro**

Finalidade:

Discutir a posição do Brasil no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá nos dias 20 e 22 de junho deste ano, na cidade do Rio de Janeiro.

Requerimento(s) de realização de audiência:

RMA Nº 6 / 2012 e RMA Nº 7 / 2012

Participantes:

Izabella Teixeira - Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente - MMA

- **Dia 06 de fevereiro**

Finalidade:

Discutir a situação dos planos de saúde privados no Brasil.

Participantes:

- o **Denise Rodrigues Eloi de Brito** - P residente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde
- o **Arlindo de Almeida** - Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo - ABRANGE
- o **Moacyr Roberto Tesch Auversvald** - Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade
- o **João Luis Barroca de Andrea** (em substituição a Maricé Ceschin - Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde - ANS)
- o **Moacir Meirelles** (em substituição a Warley Martins Gonçalves - Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP)
- o **Júlio Cezar Silva** (em substituição a José Calixto Ramos - P residente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST)
- o **Pedro Armengol** (em substituição a Artur Henrique da Silva Santos- Presidente da Central Única dos Trabalhadores)
- o **Lourenço Ferreira do Prado** (em substituição a Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT)
- o **Antonio José Santos** (em substituição a Cid Célio Jayme Carvalhães - Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM)
- o **Carlos Célio de Andrade Santos** (em substituição a Juliana Duarte - Gerente Administrativa da Fundação de Seguridade Social - GEAP)
- o **José Augusto** - Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores
- o **Maria Aparecida Diogo Braga** - Diretora do Controle de Qualidade da Fundação de Seguridade Social - GEAP

- **Dia 23 de fevereiro**

Finalidade:

Debater a reintegração de posse da área do Pinheirinho, em São José dos Campos - SP.

Participantes:

- o **Antonio Donizete Ferreira** - Líder Comunitário
- o **Aristeu Neto** (em substituição a Denis Pizzigatti Ometto, Advogado)
- o **Inês Magalhães** - Secretária Nacional de Habitação
- o **Ivan Valente** - Deputado Federal da Câmara dos Deputados
- o **Paulo Roberto Martins Maldos** - Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República
- o **Tonhão Dutra** - Vereador de São José dos Campos
- o **Maria Laura Silva de Sousa** - Moradora de Pinheirinho-SP
- o **David Washinton Castor de Sousa** - Morador de Pinheirinho-SP
- o **Valdir Martins de Sousa** - Líder Comunitário de Pinheirinho-SP
- o **José Maria de Almeida** - Presidente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU
- o **Marco Aurélio** - Deputado Estadual do PT/SP

- **Dia 27 de fevereiro**

Finalidade:

Debater o fim do fator previdenciário e o reajuste salarial dos aposentados e pensionistas que ganham acima de 1 (um) salário mínimo.

Participantes:

- o **André Luiz da Conceição** (em substituição a Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores)
 - o **José Augusto** - Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores
 - o **Celso Amaral de Miranda Pimenta** (em substituição a José Calixto Ramos - Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST)
 - o **Nelson de Miranda Osório** (em substituição a Warley Martins Gonçalves - Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP)
 - o **Paulo José Zanetti** (em substituição a Paulo Pereira da Silva - Presidente da Força Sindical)
 - o **Paulo Barela** (em substituição a Atnágoras Lopes - Membro da CSP-Conlutas)
 - o **Denisson Almeida Pereira** (em substituição a Carlos Eduardo Gabas - Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE)
 - o **Florian José Martins** (em substituição a Álvaro Sólón de França - P residente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP)
 - o **Edson de Camargo** - P residente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil da Central
-

Geral dos Trabalhadores do Brasil

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE)

• **Dia 09 de fevereiro**

Finalidade:

Prestar informações sobre as providências adotadas pelo governo brasileiro quanto aos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, bem como mostrar os resultados da 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Durban, África do Sul, que terminou em 11 de dezembro de 2011, em atendimento ao RRE nº 2/2012.

Participantes:

- o **Luiz Alberto Figueiredo Machado** – Embaixador Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores - MRE.

• **Dia 13 de fevereiro**

Finalidade:

Discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do país, especialmente no Estado do Amazonas, via o município de Tabatinga onde os haitianos estão vivendo em condições precárias e de grandes dificuldades.

Participantes:

- o **Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto** - Secretário Executivo do Ministério da Justiça – MJ
- o **Eduardo Ricardo Gradilone Neto** – Embaixador Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- o **Saul Nunes Bemergui** - Prefeito do Município de Tabatinga – Amazonas
- o **Rodrigo do Amaral Souza** – Ministro Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- o **Nilson Mourão** - Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

• **Dia 29 de fevereiro**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Altera a Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instruir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviço de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala”.

Participantes:

- o **Michel Platini** - Presidente do Sindicato dos Intérpretes de Libras
 - o **Moises Bauer** - Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONAD
 - o **Neivaldo Augusto Zovico** - Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos da Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos - FENEIS
 - o **Antônio José Ferreira** - Secretário do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONAD
 - o **Eduardo Levy** - Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL
 - o **Bruno Ramos** - Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
-

- CONJUNTAS -

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS) E
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)**

• Dia 14 de fevereiro
Finalidade:

"Debater a aplicação da Lei nº 9797/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer", em atendimento ao RAS nº 70/2011.

"Tratar sobre os problemas envolvendo as próteses de silicone das mamas PIP e Rofil", em atendimento ao RAS nº 01/2012-CAS.

"Debater os problemas com próteses de silicone francesas e holandesas", em atendimento ao RDH nº 08/2012-CDH.

Participantes:

- o **Luciano Ornelas Chaves** - 1º Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – SBCP
 - o **Jose Eduardo Fogolin Passos** - Coordenador Geral de Média e Alta Complexidade – DAE/SAS/MS
 - o **Carlos Vital Tavares Corrêa Lima** - Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM
 - o **Maira Caleffi** - Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA
 - o **Dirceu Barbano** - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
 - o **José Horácio Aboudib** - Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – SBCP
 - o **Arlindo de Almeida** - Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE
 - o **Rodrigo Wobeto** - Presidente da Associação das Vítimas da PIP
 - o **José Luiz Pedrini** - Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – SBM
-

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa

T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 10/2011 - Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.	Aprovado o Parecer, favorável com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	15
PROJETOS DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 5/2005 - Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).	Rejeitado o Projeto. (T)	CI	09
PLS 61/2006 - Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. (T)	CAS	29
PLS 492/2007 - Suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2007, e as Emendas nºs 2 e 3-CAE, e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2007 e a Emenda nº 1-CAS. (T)	CAE	07
Tramita em conjunto com			

PLS 699/2007 - Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais.			
PLS 651/2007 - Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	Rejeitado Projeto. (T)	CAE	07
PLS 193/2008 - Altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAE	07
PLS 93/2009 - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Lucena, no Estado da Paraíba.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CDR	28
PLS 427/2009 - Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.	Aprovado o Projeto, nos termos do Substitutivo. (T)	CI	09
PLS 66/2010 - Concede pensão especial aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, afetados pelo acidente grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	29
PLS 153/2010 - Denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará.	Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 01-CE. (T)	CE	07
PLS 158/2010 - Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda, até o limite máximo dos benefícios no Regime Geral de Previdência Social, os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de sessenta e cinco anos.	Aprovado o Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). (NT)	CAS	08
PLS 183/2010 - Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem programas e eventos de artes marciais como instrumento de combate às drogas.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAS	29
PLS 11/2011 - Altera a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C.	Aprovado Parecer favorável. (NT)	CAS	29
PLS 162/2011 - Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.	Aprovado o Parecer favorável, com a	CCJ	29

Emenda nº1-CCJ. (NT)			
PLS 170/2011 - Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências. Tramita em conjunto com o	Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 170/2011, na forma do Substitutivo, e pelo arquivamento do PLS nº 349/2011. (NT)	CDR	28
PLS 349/2011 - Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda que se refere a os incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.			
PLS 303/2011 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. (T)	CCJ	15
PLS 375/2011-Complementar - Altera o parágrafo único do art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 2-CAE. (NT)	CAE	07
PLS 379/2011 - Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação.	Aprovado o Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). (T)	CAS	29
PLS 407/2011 - Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o dano moral no caso de recusa de cobertura.	Aprovado o Parecer favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAS (NT)	CAS	29
PLS 418/2011-Complementar - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para atualizar os limites de enquadramento no Simples Nacional.	Aprovado o Parecer pela prejudicialidade. (NT)	CAE	07
PLS 430/2011 - Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CCT	08
PLS 470/2011 - Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CCT	08
PLS 521/2011 - Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema	Aprovado o Projeto, nos termos do Substitutivo oferecido, que é dado com o definitivamente adotado, conforme art. 284 do RISF (se m	CDR	14

Nacional de Turismo.	emendas). (T)			
PLS 650/2011 - Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	recer	CDR	14
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD				
SCD 268/2002 - Dispõe sobre o exercício da Medicina.	Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. (NT)		CCJ	08
PROJETOS DE LEI DA CÂMARA – PLC				
PLC 54/2007 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica.	Aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	recer	CAS	08
PLC 46/2011 - Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável nos termos da Emenda Nº 1-CAS (Substitutivo). (T)	recer	CAS	29
PLC 62/2011 - Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.	Aprovado o Parecer favorável com a Emenda nº 01-CE. (NT)	recer	CE	14
PLC 98/2011 - Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 26-CCJ. (NT)	recer	CCJ	15
PLC 118/2011 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	recer	CAS	15
PLC 119/2011 - Confere ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças.	Aprovado o Projeto (T)		CE	07
PLC 127/2011 - Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	recer	CRE	16
PLC 130/2011 - Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.	Aprovado Parecer favorável. (NT)	cer	CAS	29
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS				
PDS 514/2006 - Aprova o ato que outorga a permissão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)		CCT	08

PDS 59/2008 - Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 266/2008 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA A DE OLIVEDOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivedos, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 350/2008 - Aprova o ato que outorga a permissão à RÁDIO CACARÉ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapé, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 1017/2009 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO SERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 383/2010 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE MONTEVIDÉO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condição, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 593/2010 - Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.	Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011. (NT)	CAS	15
PDS 169/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORA DORES DE TARTARUGALZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 204/2011 - Aprova o ato que outorga a permissão à RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 216/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ES MERALDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 217/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE MÚSICA E CINEMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 221/2011 - Aprova o ato que outorga a permissão à SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 223/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO para explorar	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08

serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.			
PDS 232/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE SANTA CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 233/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE JUAZEIRO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 241/2011 - Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRE	09
PDS 252/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA IMIGRANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 259/2011 - Aprova o ato que outorga a permissão à RÁDIO TIMBÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do S Cedros, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 264/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO SÃO JOSÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 266/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA NORTE DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 273/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE VÁRZEA DA PALMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 274/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO UNIÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 276/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 280/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LIDERSOM FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08

PDS 284/2011 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BARRIGA VERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 292/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-CULTURA DE ELDORADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 293/2011 - Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO AÇÃO UNIDA PELA COMUNIDADE DE ORINDIÚVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orindiúva, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 295/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO FRO NTEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteiras, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 307/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA ARAÇÁ DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 308/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE CARDOSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 310/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUPER RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 314/2011 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA MILÊNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PDS 341/2011 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	08
PROJETO DE RESOLUÇÃO – PRS			
PRS 39/2011 - Designa Museu Histórico Senador Itamar Franco o Museu Histórico do Senado Federal.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CE	28
REQUERIMENTOS “SF” – RQS			
RQS (SF) 7/2012 - Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar dos seguintes eventos nos respectivos países: visitar a fábrica e o escritório central da Laerdal Medical, na cidade de Stavanger - Noruega, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2012; conhecer a utilização da Faixa de 450 MHz, na capital Estocolmo - Suécia, entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2012; visitar o Laboratório da B. Braun, e m	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	CRE	09

Melsungen - Alemanha, entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2012; participar do "GSMA Mobile World Congress 2012", que será realizado na cidade de Barcelona - Espanha, entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março de 2012.

MENSAGENS – MSF

MSF 137/2011 - Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire.

Apreciada a indicação (NT) **CRE 09**

MSF 149/2011 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RICARDO MACHADO RUIZ para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Aprovada a indicação. (NT) **CAE 07**

MSF 151/2011 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Aprovada a indicação. (NT) **CI 15**

MSF 3/2012 - Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Aprovada a indicação. (NT) **CAE 28**

MSF 5/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 280,000,000.00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o "Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM III".

Aprovada o Parecer favorável. (NT) **CAE 28**

MSF 6/2012 - Propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - PROAP - Etapa III".

Aprovada o Parecer favorável. (NT) **CAE 28**

AVISO – AVS

AVS 72/2011 - Encaminha cópia do Acórdão nº 1.554, de 2011, bem como dos respectivos Relatário e Voto que o fundamentam, referente à questionamento da legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - em favor do município de Enéas Marques/PR, mediante Nota de Empenho nº 2007NE512 (TC 002.852/2008-5).

Aprovado o Parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT) **CRA 08**

Instalação de Colegiados e Eleições

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA - CI

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL - CISTAC

- **Dia 09 de fevereiro**

Instalação dos trabalhos.

Eleição do Presidente da Subcomissão, Senador Vicentinho Alves.

- **Dia 29 de fevereiro**

Eleição do Vice-Presidente da Subcomissão, Senador Vicentinho Alves.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - CDRDN

- **Dia 09 de fevereiro**

Eleição do Vice-Presidente da Subcomissão, Senador Lauro Antônio.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura E Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS – Ofício “SF”
DIV – Diversos
AVS – Aviso
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02 a 29/02/2012

COMISSÕES TEMPORÁRIAS										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	2011	4								
	2012	2								
	Total	6								

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	2011	20 127		127	112				1	
	2012	1 15		15	9				-	
	Total	21 142		142	121				1	
ECAD RQS 547/2011	2011	16 147		141	96					
	2012	- -		-	1					
	Total	16 147		141	97					

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS
VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	2	17	17	-					

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia sete de fevereiro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Clésio Andrade e João Ribeiro, e, ainda, do Senador Pedro Taques. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, e Demóstenes Torres. O Presidente declara aberta a Reunião e comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 100 de 2011, de 7 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.724/2011-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 10 de 2011; Aviso nº 3 de 2012, de 18 de janeiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.647/2010-5, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 47 de 2010; Aviso nº 1 de 2012, de 27 de dezembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de novembro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 2 de 2012, de 29

de dezembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 4 de 2012, de 25 de janeiro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, e informando, em cumprimento ao art. 42 da mesma Resolução, que não consta dos registros do Ministério, dos meses de outubro a dezembro de 2011, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da primeira parte da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 149 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça”, tendo como Relator “ad hoc” o Senador Ivo Cassol, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Em 20/12/2011, o Presidente da Comissão designou o Senador Ivo Cassol Relator “ad hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Armando Monteiro. Em 20/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, devolve a relatoria ao Senador Armando Monteiro. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro, Relator da Matéria, Aloysio Nunes Ferreira e Lindbergh Farias. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Lindbergh Farias e Valdir Raupp para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Senhor Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça por dezessete votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da segunda parte da pauta. Item 1– Projeto de Lei da Câ-

mara nº 57 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado)”, tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador Humberto Costa. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. Item 2— Projeto de Lei do Senado nº 577 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que “dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar”, tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 3— Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 4— Projeto de Lei do Senado nº 2 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional”, tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 5— Projeto de Lei do Senado nº 107 de 2010-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966,

para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 6— Projeto de Lei da Câmara nº 85 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, que “determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate”, tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora, para reexame. Item 7— Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2011-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que “altera o parágrafo único do art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCT. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 2-CAE. Item 8— Projeto de Lei do Senado nº 418 de 2011-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para atualizar os limites de enquadramento no Simples Nacional”, tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Lindbergh Farias Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto. Item 9— Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor

sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências”, tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. Em 6/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 13/12/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do voto em separado pelo Senador Cyro Miranda, usam da palavra a Senadora Marta Suplicy, Relatora da Matéria, e os Senadores Cyro Miranda, Aloysio Nunes Ferreira, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, Casildo Maldaner, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, Romero Jucá. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, três votos favoráveis e nenhuma abstenção. Item 10— Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 699 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 492 de 2007 com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta e pela rejeição do PLS nº 699 de 2007 e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 699 de 2007 com a Emenda nº 1-CAS e pelo arquivamento do PLS nº 492 de 2007. Em 21/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Relator da Matéria, Romero Jucá, Lindbergh Farias, Marta Suplicy, Armando Monteiro, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, autor da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2007 e as Emendas nºs 2 e 3-CAE por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, e rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 699 de 2007 e a Emenda nº 1-CAS por 13 votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item— 11 Projeto de Lei do Senado nº 651 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento,

nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000”, tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 12— Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional”, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 13— Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente”, tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 14— Projeto de Lei do Senado nº 576 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “altera o art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, incluindo o § 4º para estipular a atualização monetária dos valores de indenização”, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 1 e 2 de 2012: o Requerimento nº 1 de 2012, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer seja convidado o senhor Luiz Felipe Denucci, ex-presidente da Casa da Moeda do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina de fornecedores da Casa da Moeda do Brasil e envio de dinheiro para o exterior; e o Requerimento nº 2 de 2012, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer seja convidado o excelentíssimo senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina de fornecedores da Casa da Moeda do Brasil e envio de dinheiro para o exterior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos,

lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral, Bloco;PT – MS) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico aos Srs. Membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento.

Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 100, de 07 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo TC019724/2011-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução (SF) nº 10, de 2011.

Aviso nº 03, de 18 de janeiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo TC025647/2010-5, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução (SF) nº 47, de 2010.

Aviso do Banco Central.

Aviso nº 01, de 2012 (27 de dezembro de 2011), do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento à Lei nº 9.069/95, demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de novembro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Avisos do Ministério da Fazenda.

Aviso nº 02, de 2012 (29 de dezembro de 2011), do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução (SF) nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Aviso nº 04, de 2012 (25 de janeiro de 2012), do Ministério da fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução (SF) nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios; e informando, em

cumprimento ao art. 42 da mesma Resolução, que não consta dos registros do Ministério, dos meses de outubro a dezembro de 2011, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Passemos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 149, DE 2011

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RICARDO MACHADO RUIZ para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria : Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Ivo Cassol

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Observações:

1. Em 20/12/2011, como disse, esta Presidência designou o Senador Ivo Cassol Relator *ad hoc* e, hoje, a restitui ao Senador Armando Monteiro.

2. Em 20/12/2011, foi concedida Vista Coletiva.

Como o Senador Ivo Cassol não se encontra presente, devolvo a relatoria ao Senador Armando Monteiro.

Gostaria também de registrar aqui que o Senador Demóstenes foi bastante contundente, apresentando uma série de questionamentos. O Senador Demóstenes não vai poder estar presente a esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em função de uma agenda que não estava programada na manhã de hoje, mas me comunicou agora, por telefone, que teve acesso às informações encaminhadas e nada tem a questionar com relação à documentação que ele próprio exigiu na sabatina do ano passado.

Portanto, eu gostaria de registrar que ele não vai estar presente, mas o Senador Demóstenes fez a cortesia de me ligar, hoje pela manhã, para que eu relatasse isso que acabei de dizer.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria o conduza ao plenário da Comissão.

O relatório já foi lido pelo Relator *ad hoc* na 70ª Reunião, realizada no dia 20/12, ocasião na qual foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator original agora, que reassumiu a relatoria e o seu relatório, Senador Armando Monteiro, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, eu creio que o relatório já era do conhecimento aqui dos nossos Pares.

Quero, mais uma vez, enfatizar o mérito desta indicação e dizer que o indicado reúne, portanto, todas as condições para postular esta indicação.

É esse o meu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Aloysio Nunes e, depois, Senador Lindbergh.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria colocar uma questão que não é mera formalidade e que diz respeito à substância do caso, sobre o caráter desta deliberação.

O Conselheiro Ricardo Machado Ruiz vai ser reconduzido ao cargo ou o cidadão Ricardo Machado Ruiz vai ser indicado para o cargo e vai ser submetido a esta sabatina com vista a iniciar um período novo? Porque o seu mandato, o seu período de atuação no Cade se expirou. E se o período se expirou no dia 18 – se não me engano – de janeiro, não há que se falar em recondução, mas em uma nova condução.

Então, a minha pergunta vai no sentido de buscar este esclarecimento: qual é a natureza da decisão que nós vamos tomar?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na verdade, viu, Senador Aloysio Nunes, nós estamos falando de recondução ao cargo, não ao mandato. Veja que aqui é um processo complexo. Há uma indicação pela Presidente da República, e essa indicação vem para este Senado Federal, que tem seu tempo para deliberar não é?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Se não fosse recondução ao cargo e fosse uma nova indicação, nós estaríamos admitindo até a possibilidade de uma terceira ocupação daquele espaço.

Então, para mim me parece bastante claro. Vou passar para a Mesa e o Presidente é que vai decidir, mas estou dando uma opinião.

No mais, Sr. Presidente, na verdade, já existiu a sabatina na última semana do ano passado. Inclusive, é importante dizer que o Senador Demóstenes Torres pediu que não fosse votado no outro dia. V. Exª tinha feito uma convocação para que a gente deliberasse no outro dia. Nós, de comum acordo com o Senador Torres, o qual disse que queria tempo para examinar os documentos, concordamos em deixar esta deliberação para o dia de hoje.

Então, respondendo à questão do Senador Aloysio Nunes, a que V. Exª vai responder, eu queria dar o encaminhamento, já que houve a sabatina, de começarmos o processo de votação porque temos também uma pauta extensa e a sabatina já houve naquela última semana do ano passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria dizer, só respondendo ao Senador Aloysio Nunes, que nós consultamos – até porque fomos alertados pela Consultoria do DEM –, nós procuramos também conversar com a Consultoria Jurídica do Senado, que entendeu que, como é o mesmo cargo, estando ou não este cargo ocupado, seria uma recondução, porque se trata da mesma pessoa para o mesmo cargo. E, ao mesmo tempo, nós nos pautamos por uma decisão já anterior da própria Comissão de Assuntos Econômicos – o Relator era o Senador Cícero Lucena –, que era o caso específico do Sr. Arthur Badin, que foi reconduzido ao cargo como Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade. E aconteceu a mesma coisa: ele foi sabatinado, o tempo passou, terminou o mandato, e o texto usado foi recondução. Então, já existe um caso pretérito, que trata especificamente e para o próprio Cade, do assunto que V. Exª manifestou com muita legitimidade e preocupação.

Portanto, eu acho que, esclarecida essa questão, dando continuidade à arguição, esclareço que o uso da palavra pelos Senadores e Senadoras obedecerá à ordem de inscrição, tendo cada Senador três minutos para as perguntas.

O Senador Lindbergh sugeriu que, como nós fizemos a sabatina no ano passado, se nós já poderíamos encaminhar para a votação o nome do Dr. Ricardo Ruiz.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, vou começar.

Os Senadores já podem votar aqui, porque eu já vou começar a distribuir as cédulas de votação. Ao

mesmo tempo, eu gostaria de solicitar aos demais Senadores titulares e suplentes da Comissão de Assuntos Econômicos que se encontram em seus gabinetes que, por favor, venham aqui à Comissão de Assuntos Econômicos para essa votação nominal pela recondução do Dr. Ricardo Ruiz ao Cade.

Portanto, estamos em processo de votação.

Senadores e Senadoras que quiserem votar, a urna está aberta. *(Pausa.)*

Volto a solicitar aos Senadores e às Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos que possam vir aqui para votação nominal de recondução do Dr. Ricardo Ruiz ao Cade. Eu solicitaria aos Senadores e às Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós já iniciamos o processo de votação do Conselheiro Ricardo Ruiz, do Cade – passou o Natal e o Ano Novo aí sofrendo, buscando documentos, pesquisando.

Eu não posso entrar nos próximos itens, porque nós estamos em processo de votação. A nomenclatura acabou de me impedir aqui de dar continuidade aos itens seguintes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, estamos em processo de votação e eu solicitaria aos Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos que possam aqui comparecer para votação nominal da recondução do Dr. Ricardo Ruiz ao Conselho do Cade. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias, voto qualificado do PT.

Gostaria de registrar aos Srs. Senadores e Senadoras que foram solicitadas as retiradas de pauta, primeiro, pelo Senador Jorge Viana, do item 3, e do item 4, pelo relator, Senador Wellington Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu também gostaria de solicitar a retirada de pauta do item 5, Projeto de Lei Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, do qual sou relator. Vamos tentar encontrar uma saída para aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, por solicitação do Senador Humberto Costa, relator da matéria, é também retirado o item 5 da pauta.

O item 6 também, retirado para reexame pela relatora, Senadora Ana Amélia.

Também o item 13, retirado de pauta a pedido do relator, Senador Wellington Dias.

Resumindo, Senador Ciro Nogueira, Senador Dorneles, atuante e competente Senador, retirados de pauta o item 3, o item 4, o item 5, o item 6 e o item 13. Agora também o item 14 – daqui a pouco acaba a pauta – a pedido do relator, Senador João Ribeiro.

E como se não bastasse, o Senador Acir Gurgacz também pede a retirada do item 2.

É tanta retirada de pauta que eu vou repetir aqui.

Portanto, retirados de pauta o item 2, o item 3, o item 4, o item 5, o item 6, o item 13 e o item 14.

Restou o item 7, de relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, o item 8, de relatoria do Senador Wellington Dias, o item 9, de relatoria da Senadora Marta Suplicy, o item 10, de relatoria do Senador Dornelles, o item 11, também de relatoria da Senadora Marta Suplicy, e o item 12, de relatoria do Senador João Ribeiro.

Já para adiantar aqui, como estamos em processo de votação... *(Pausa.)*

O Senador João Ribeiro também pede a retirada do item 12. Os dois projetos relatados pelo Senador João Ribeiro eu estou retirando de pauta por solicitação do Relator. Eu não vou ler de novo, porque, daqui a pouco, vão começar a diminuir mais ainda os itens da pauta.

Eu quero aproveitar também, seguindo os atos aqui aprovados da Comissão de Assuntos Econômicos... Como o Senador Alvaro Dias é o Relator e não está presente, pelos atos que nós aprovamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, nós precisamos aguardar a presença do Senador Alvaro Dias para proceder à leitura, Senadora Angela Portela, dos dois requerimentos. Seguindo os atos, nós vamos ler os dois requerimentos para votação na próxima terça-feira. Essas são as regras estabelecidas pelos atos aprovados por unanimidade pelos membros da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, chegando o Senador Alvaro Dias, nós vamos fazer a leitura dos dois requerimentos.

Estamos ainda em processo de votação.

Eu solicito, mais uma vez, aos Senadores e às Senadoras que são da Comissão de Assuntos Econômicos que venham ao plenário desta Comissão, porque nós estamos em votação nominal, votação pela recondução do Dr. Ricardo Ruiz ao Conselho do Cade. Insisto novamente para que os Senadores e as Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos venham ao plenário da CAE para votação nominal.

Estamos aguardando a presença...

Votação nominal. A Senadora Vanessa Grazziotin chegou para dar o quórum necessário.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Como vai meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Futura Prefeita de Manaus.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O que é isso? Eu lá quero isso nada!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Futura Prefeita de Manaus, Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Luiz Henrique também, ilustre Senador por Santa Catarina, honrado Governador.

Podemos fechar? *(Pausa.)*

Então, eu vou dar por encerrada a votação, Senadora Marta Suplicy, e indico o Senador Lindbergh Farias e o Senador Raupp como escrutinadores. Esta palavra “escrutinadores” é uma palavra meio... Senador Lindbergh e Senador Raupp, fiscal, escrutinador, tudo junto. *(Pausa.)*

Nós estamos procedendo agora à contagem dos votos. *(Pausa.)*

Portanto, dos 18 votantes, 17 votos “sim” e 1 voto “não”.

Portanto, está aprovada, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a recondução do Dr. Ricardo Ruiz.

Agora, resta a votação em plenário, Dr. Ricardo, mas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço urgência para levar ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e as Senadoras... *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não precisa daqui para a frente. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como, Gonzaga? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dispensa do interstício. Como? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem preferência regimental. Devagar, eu vou aprendendo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, peço que seja encaminhado, em caráter de urgência, para a votação em plenário, o nome do Dr. Ricardo Ruiz para recondução para Conselheiro do Cade, hoje, no plenário do Senado Federal.

Quero dar os parabéns ao Dr. Ricardo Ruiz. Sei que sofreu muito, mas, hoje, a votação foi bastante rápida e é importante, porque V. S^a tem executado um grande trabalho no Cade. Tenho certeza de que vai continuar assim. Sucesso. Esperamos que, hoje, votemos em plenário a recondução de V. S^a. Muito obrigado, Dr. Ricardo Ruiz.

Vamos dar continuidade à pauta.

Então, já com a presença do Senador Alvaro Dias, vou ler os requerimentos apresentados pelo Senador Alvaro Dias, para que eles venham a ser votados na terça-feira que vem, conforme rezam os atos aprovados aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Comissão de Assuntos Econômicos

REQUERIMENTO Nº 1, de 2012

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso V, §2º, do art. 58, da Constituição Federal, com o inciso V, art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Luiz Felipe Denucci, ex-Presidente da Casa da Moeda do Brasil, para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina de fornecedores da Casa da Moeda do Brasil e de envio de dinheiro para o exterior.

Justificação

A imprensa brasileira publicou, nos últimos dias, diversas denúncias apontando irregularidades na Casa da Moeda do Brasil.

Segundo as matérias, o ex-Presidente da Casa da Moeda do Brasil teria recebido recursos de fornecedores da instituição e enviado dinheiro para o exterior.

Ainda segundo as matérias, o Ministro Guido Mantega teria mantido Luiz Felipe Denucci no comando da Casa da Moeda mesmo após ser alertado pela Casa Civil e pelo PTB em agosto do ano passado das suspeitas de irregularidades envolvendo o presidente do órgão.

Somente agora, o Ministério da Fazenda decidiu instaurar comissão de sindicância investigativa para apurar as denúncias.

Portanto, o presente requerimento pretende esclarecer os fatos acima mencionados.

Eu estou fazendo a leitura do requerimento para que ele venha a ser votado na próxima terça-feira, conforme determinam os atos aprovados aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O outro requerimento, também de autoria do Senador Alvaro Dias.

Comissão de Assuntos Econômicos

REQUERIMENTO Nº 2, de 2012

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º do art. 58 da Constituição Federal, com o inciso V, art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina de fornecedores da Casa da Moeda do Brasil e envio de dinheiro para o exterior.

A justificativa é a mesma do requerimento anterior.

Portanto, lidos os requerimentos, nós os votaremos na reunião da próxima terça-feira.

Dando continuidade aos itens da pauta, eu vou começar pelo Item 1. O Senador Acir Gurgacz não o retirou.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado).

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 57, de 2009, de autoria do Deputado Celso Russomanno, tem por fim acrescentar dispositivo ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre as práticas abusivas vedadas ao fornecedor de produtos e serviços (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

O art. 1º propõe o acréscimo de inciso XIV ao art. 39 do CDC, para dispor que é vedado ao fornecedor de produtos e serviços cobrar adiantado do consumidor valor referente à mensalidade de serviço a ser prestado, seja o contrato de prazo certo ou de prestação continuada.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Como a análise está à disposição dos Srs. Senadores, eu entendo que não há necessidade de ler toda ela, Sr. Presidente.

Vou direto ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 57, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao inciso XIV do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara Nº 57, de 2009, a seguinte redação:

“XIV – cobrar adiantado do consumidor valor referente à mensalidade do serviço cuja prestação ainda não tenha se iniciado, seja o contrato de prazo certo ou de prestação continuada.

.....”
É o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação com a emenda.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, especialmente no que diz respeito aos serviços de prestação continuada dos planos de saúde, eu gostaria de dispor de um pouco mais de tempo para fazer um melhor estudo. Por essa razão, peço vista a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vista concedida ao Senador Humberto Costa do Item 1 da pauta.

Eu vou passar agora...

Como nós temos quórum, se todos assim entenderem, eu gostaria de votar já os itens terminativos: 9, 10 e 11.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2008

– Terminativo –

Altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto;

2. Em 6/12/2011, foi concedida Vista Coletiva;

3. Em 13/12/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. O relatório já foi lido pela Senadora Marta Suplicy na 68ª reunião, realizada em 6/12/2011, ocasião em que foi concedida vista coletiva. Pergunto à Relatora se deseja fazer uso da palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Cyro já leu o relatório dele?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não seria melhor que ele lesse antes de eu falar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pode ser.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para que apresente seu voto em separado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de saudar a todos e desejar um 2012 profícuo, com muito trabalho. Que realizemos aqui, nesta Comissão, presidida por este brilhante Presidente, todos os efeitos que esperamos.

Sr. Presidente, apresento um voto em separado, que acho que é da maior justiça. Quero pedir às Sr^{as} e aos Srs. Senadores muita atenção porque se trata, para o trabalhador, de desfazer-se uma das grandes injustiças que estamos cometendo com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Esse voto tem, por conseguinte, o sentido que se segue:

“Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos mensalmente com base no Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que venha substituí-lo, e serão objeto de capitalização de juros de:

I – 15% (quinze por cento) da diferença entre a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) e o INPC, limitado a 3% (três por cento) ao ano, durante os dois primeiros anos de permanência do trabalhador na empresa;

II – 20% (vinte por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 4% (quatro por cento) ao ano, do terceiro ao quinto ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

III – 30% (trinta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, do sexto ao décimo ano de permanência do trabalhador na mesma empresa;

IV – 40% (quarenta por cento) da diferença entre a taxa Selic e o INPC, limitado a

6% (seis por cento) ao ano, a partir do décimo primeiro ano de permanência do trabalhador na mesma empresa.

.....
§ 5º Não incidirá a capitalização de juros de que trata o caput se a diferença entre a taxa Selic e o INPC, ou o índice que venha substituí-lo, for negativa”

“Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art. 15, responderá pela incidência da INPC sobre a importância correspondente.

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido do INPC, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou fração, e multa, sujeitando-se também às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368.

§ 2º A incidência do INPC será cobrada por mês de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS.

§ 3º A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem:

I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação;

II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

§ 4º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido do INPC até a data da respectiva operação.”

Sr. Presidente, ainda justifico: temos aqui no jornal *Folha de S. Paulo*, de 23 de novembro, manchete que diz: “Governo estuda distribuir parte dos lucros do FGTS. Distribuição poderia dobrar rentabilidade.”

O Projeto do Senador Tasso Jereissati busca corrigir notória distorção, mas, ao instituir o índice do IPCA, ele realmente deixa a desejar porque a TR foi inferior. Para os senhores terem uma ideia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: a inflação de 2011... a TR deu um reajuste de 4,29%, já o IPCA registrou 6,5% e a poupança deu 7,3%. Então, não estamos corrigindo a inflação do ano.

De 2003 a 2011, o fundo deixou de absorver R\$92,7 bilhões. Em janeiro, só em janeiro de 2012, já perdeu R\$1,6 bilhão. Então, essa perda é irreparável. O trabalhador está vendo que esse fundo que foi instituído, que é o amparo para sua aposentadoria ou para outras finalidades, tem deixado a desejar.

E tenho também, Sr. Presidente, do nobre Ministro e ex-Presidente da Casa e desta Comissão, Garibaldi Alves, um parecer para restabelecer esses valores.

Ainda, Sr. Presidente, o Governo usa, em todas as suas correções, a taxa Selic, que é uma das mais altas e também cobra hoje juros dos Estados entre 14% e 19%. Então, aqui estamos apenas fazendo justiça a essa correção, porque o trabalhador tem tido essas perdas desde 2003, são 92,7 bilhões.

Peço a todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras que prestem muita atenção, porque é uma oportunidade que temos de corrigir essa grande distorção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Devolvo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

Depois, abrirei a discussão, se assim for necessário.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, a troca da TR pelo IPCA é, numa primeira análise, meritória, pois a TR não tem cumprido, realmente, o papel de índice de correção monetária e não tem evitado perdas inflacionárias das contas vinculadas do FGTS.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpe, Sr. Presidente. Não estou escutando.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não está funcionando o som?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria silêncio. As conversas paralelas estão altas demais.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Resumindo, é o que já falei. É meritória a substituição tentada por esse projeto, porque realmente a TR é um péssimo índice para atualizar qualquer coisa. Então, os números que o Senador Cyro Miranda colocou estão corretíssimos, e ele tem toda razão no mérito, é isso mesmo.

Agora, qual é o problema? O problema é que a troca não pode ser feita da forma como está sendo proposta. Ela teria de ser uma mudança geral no FGTS, tanto das contas vinculadas quanto das condições de concessão do crédito com recursos do FGTS.

Isso, nos dias de hoje, implicaria significativa elevação dos juros da casa própria e só seria viável quando a taxa de juros se reduzir mais ainda, aproximando-se dos 6% ao ano, o que nós esperamos que vá acontecer.

Quando isso ocorrer, nós deveríamos não só rever os índices de correção monetária, como a TR também, e abolir a fixação de juros remuneratórios por lei, como é o caso dos 3% do FGTS e os 6% da poupança, e nos aproximarmos do verdadeiro custo do dinheiro, que é dado pela taxa de juros de mercado.

Por isso, até mesmo nessa ocasião, a fórmula oferecida pelo Senador Tasso Jereissati ou pelo Senador Cyro Miranda também não seria adequada.

Reitero que não podemos considerar que esses fundos constituem importantes fontes de recursos para linhas de crédito, como para aquisição da casa própria, que o próprio trabalhador utiliza. Aprovando o presente projeto, estaríamos prejudicando o mesmo trabalhador cotista do FGTS a quem gostaríamos de beneficiar. O fato é que 85% – esse dado é importante – das contas vinculadas do FGTS têm saldo médio inferior a R\$1.000. Isso se deve ao fato de os recursos já terem sido sacados para serem utilizados, principalmente na contratação de crédito para aquisição da casa própria.

Então, vemos que a gente estaria beneficiando uma minoria de cotista que tem o recurso no fundo, e quem hoje usa o FGTS, que é o trabalhador, beneficia-se desse juro tão pequeno.

Então, isso, neste momento, é do jeito que tem que ser mesmo, senão vamos fazer uma devastação nessa questão do crédito para o trabalhador.

Calcula-se que a substituição da TR pelo IPCA como índice de correção das contas vinculadas como está sendo proposto vá implicar na elevação da taxa média dos contratos de financiamento imobiliário de 6% para 11%.

Então, imaginem: alguém tem uma casa própria financiada a 6% pelo FGTS, vai passar para 11%. Como é que a pessoa vai pagar? Nós teremos uma avalanche de inadimplência, inclusive nos financiamentos especiais do FGTS, com índice de até 5%, que são voltados para a população de baixa renda.

Para se ter uma ideia, em 2011, 83,5% dos recursos do FGTS para a casa própria foram destinados a famílias com renda até 5 salários mínimos. Se aprovassemos os dois projetos, tanto o do Senador Tasso, quanto o do Senador Cyro Miranda, estaríamos não só inviabilizando a contratação do crédito pelas famílias que mais precisam, como poderíamos fomentar a inadimplência entre as famílias que já contrataram esse crédito, como expliquei anteriormente.

Mexer com o lado do cotista sem mexer com o outro, o do mutuário, geraria um desequilíbrio financeiro ao FGTS que poderia levar à sua insolvência.

Quando passei a examinar esse projeto, por outras circunstâncias, algo que eu tinha em mente era exatamente a preocupação do Senador Cyro Miranda: isso é um descalabro! Como é que deixamos essa questão que o fundo do trabalhador acabe tendo essa perda absurda? Então, fiz um novo projeto, que vai melhorar a remuneração do trabalhador, sem impactar o custo do crédito para a casa própria. A minha proposta, o PLS 580, que foi do ano passado – que, quando transformado em lei, vai garantir a participação do trabalhador no resultado financeiro do fundo, podendo elevar em cerca de 50% os juros remuneratórios do

trabalhador –, é uma forma que foi encontrada para que possamos atingir a mesma finalidade, sem mexer na questão dos juros.

É um pouco mais extensa a explicação disso que está sendo proposto, já está com relatoria na Casa, do Senador Rollemberg, e não vou entrar nesse detalhe. Mas, de qualquer forma, esse projeto de hoje peço aos caros companheiros Senadores e Senadoras que avaliem com cuidado, porque realmente vai criar uma confusão. Além de uma confusão, é impossível, porque vai criar um impacto na economia que é totalmente inadequado neste momento, ainda mais que agora estamos propondo uma outra solução, que vamos usar do lucro que o fundo tiver para distribuir diretamente para o trabalhador para sua conta e remunerar de outra forma.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. A matéria está em discussão.

Senador Cyro Miranda, depois Senador Aloysio Nunes, depois Senador Lindbergh, Senador Flexa e Senador Casildo Maldaner.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu sei que a Senadora concorda com o princípio, mas acha que isso não é possível.

Mas, Senadora, eu quero dizer que estou propondo, nós estamos propondo apenas a correção, e não os juros. Nada pode haver uma correção abaixo da inflação. Isso está sendo corroído.

Quando S. Ex^a diz que temos em média mil reais, esses mil reais poderiam ser muito mais! E há mais uma outra coisa: inúmeras matérias publicadas nos principais jornais do País dão conta de que o Governo vem, diuturnamente, lançando mão dos depósitos do Fundo de Garantia. Esses depósitos poderiam ser maiores, favorecendo, inclusive, o Minha Casa, Minha Vida.

Nós temos também o seguinte: o trabalhador vai ganhar na remuneração do fundo. Mas, futuramente, nós podemos buscar a redistribuição do lucro do Fundo de Garantia – concordo com V. Ex^a. Como o Governo usa também, injustamente, o dinheiro do Fundo de Garantia – porque ele é extremamente atrativo, pois ele não paga nem a correção monetária – para outras finalidades, então, o trabalhador está perdendo, e muito, independentemente de projeto. E isso é só a troca do índice de correção. Isso não vai impactar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é fato conhecido de todos que o patrimônio do trabalhador constituído pelo Fundo de Garantia está sendo corroído pela inflação, uma perda cavalgar, absurda. Não apenas pela inflação, mas também por expedientes como esse a que se refere o Senador Cyro Miranda, de utilização de recursos do Fundo de Garantia, para implementar programas que, a rigor, deveriam ser implementados por recursos do Tesouro. É uma forma de dar barretada com chapéu alheio. Usam-se recursos do trabalhador, do patrimônio do trabalhador, para implementar programas do Governo.

De modo que esse fato é gritante, é conhecido, é notório: o patrimônio do trabalhador está sendo dilapidado por causa de um índice de inflação que não acompanha a inflação. Essa é que é a realidade dos fatos, não adiante esconder o sol com a peneira; é disso que se trata. Não é o problema dos juros. A proposta da Senadora Marta Suplicy é muito interessante, vamos distribuir o rendimento do fundo. Mas, o fato é que o fundo está sendo corroído, não está sendo atualizado sequer no mesmo nível da inflação. E mais, o índice de atualização dos recursos do fundo são, negavelmente, inferiores à remuneração da Caixa Econômica Federal pelos empréstimos que concede a título de financiamento para a habitação.

Eu fico com a posição do Senador Cyro Miranda, que resgata um projeto do Senador Tasso Jereissati e vai na mesma linha do parecer do atual Ministro da Previdência, o Ministro Garibaldi Alves.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Senador Lindbergh. Depois, o Senador Flexa, o Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, o argumento da Senadora Marta Suplicy é válido quando fala do impacto em cima da política habitacional e de uma necessidade do País, qual seja a de ampliar os investimentos. Mas, o argumento mais importante é outro, e nos aprendemos com os tucanos, inclusive isso, que na luta contra a inflação, a luta contra a indexação. É isso que está sendo proposto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O problema é que o índice de correção é inferior à inflação, Lindbergh. O trabalhador está sendo saqueado! Esse é que é o problema.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, Senador Aloysio! Indexar, aqui, ao INPC, por parte do Senado Federal, é uma falta de compromisso ao combate à inflação.

Isso veio do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; nós aprendemos isso, e o Brasil

não vai abrir mão disso. Nós estamos com uma política clara. A política da Presidenta Dilma é um novo rearranjo macroeconômico. E a última Ata do Copom indica que chegaremos em um dígito, talvez em abril, a 9,5% da taxa de juros. Mas isso significa uma vigilância total do Governo em relação a inflação.

Eu apresentei a esta Casa do Congresso Nacional, está tramitando, deve vir a esta Casa, inclusive, um projeto que proíbe qualquer indexação de contratos do Governo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Qual a idéia de V. Ex^a para corrigir, para que não haja perda?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Deixe-me falar sobre outra coisa.

Em relação a dívida pública, o esforço hoje do Ministério da Fazenda é diminuir a indexação com a taxa Selic e também com as outras taxas ligadas à inflação.

Então, faço um apelo, entendo a posição do Senador Cyro, que é meu amigo, um dos melhores Senadores desta Casa. Agora, isto aqui, nós estamos, na verdade, tirando forças do Governo na luta e no combate contra a inflação.

Eu acho...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Me permite um aparte, Senador?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, qual é a proposta de V. Ex^a? V. Ex^a deve reconhecer, como todos nós e todo o trabalhador reconhece que o seu custo, o seu patrimônio na forma de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço está sendo corroído, porque o índice que atualiza este recurso é inferior à inflação. Este é um problema reconhecido por todos, e V. Ex^a não desconhece. Qual é a proposta de V. Ex^a, então?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu faria uma proposta, Senador Aloysio. Sabe qual é? Primeiro, não indexarmos. Esse é um ponto. Acho que aí não passaria pelo projeto do Senador Cyro. E estamos abertos a fazer uma discussão aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos. A Senadora Marta Suplicy, eu sei que está tramitando um projeto de sua autoria...

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Concedo à Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio, com todo o respeito, hoje, o Fundo, os recursos do trabalhador que vão para lá, é ridículo. Con-

cordamos todos. Só que esta proposta vai criar para o trabalhador que empresta do fundo a impossibilidade de continuar emprestando, porque hoje os juros são de 5% para ele. Com essa proposta de atualização vai para 11; e a maioria das pessoas mutuárias desse fundo são pessoas que estão levando para a casa própria. Existe também empréstimo para saneamento, coisa e tal? Existe! Mas isso, também, de certa forma, atinge o trabalhador e permite fazer mais num país que está sem infraestrutura. Então, quando é que vai mudar? Qual é a proposta? No momento, vamos deixar exatamente do jeito que está porque foi de uma forma para compensar a economia do jeito que estava e que tinha poucas formas de flexibilidade, mas, quando a taxa de juros cair para seis por cento, nós vamos poder pensar, então, em toda a situação, porque, no momento, ninguém mencionou aqui algo que é extremamente importante: nós temos a rescisão das empresas, de que todo mundo se esquece de falar. Hoje, por exemplo, Senador Cyro, se uma empresa despede alguém por justa causa, o que acontece? Ela tem que pagar 40% do fundo desse trabalhador, que hoje é pequeno, é verdade, mas já imaginou com o que o senhor está propondo? Imediatamente, teríamos um aumento de 40%. As empresas, para despedirem sem justa causa, teriam que pagar 40% a mais. Isso também teria um impacto nas empresas.

O que estou falando não é que não pudéssemos, um dia, aumentar, mas não é apenas uma mudança no índice; o preço disso na cadeia produtiva como um todo é gigantesco. Então não dá para fazer só essa mudança. Temos que esperar a economia chegar aos seis por cento porque aí poderemos mudar tudo isso. Concorro plenamente com V. Ex^a que está totalmente equivocada essa remuneração, mas os instrumentos não são estes que estão sendo postos nesta discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, só para colocar para a senhora: eu quero só concluir uma coisa. Primeiro, não são 40%. E as empresas têm recursos para isso. Agora, eu estou preocupado com o trabalhador, é um dinheiro do trabalhador.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – É a multa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Agora, nós fizemos um levantamento e eu queria perguntar uma coisa: qual é a coerência de se pegar um dinheiro do fundo de garantia a cinco por cento? A Caixa Econômica hoje empresta de oito a doze por cento mais TR. Tenho documentos. De oito a doze. Então, você toma do trabalhador a cinco e vai emprestar de oito a doze mais TR. É uma incoerência. Estamos sacrificando o trabalhador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite, Senador? A Senadora Marta está sugerindo, claro que essa não é a intenção dela, que fique mais barato para o empregador demitir sem justa causa o empregado. É uma coisa maluca!

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não faça política, vai!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, para encerrar a minha fala.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Você está dizendo isto: vamos facilitar a demissão dos trabalhadores sem justa causa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou retornar a fala ao Senador Lindbergh e não tem que dar apartes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Foi o que a senhora disse.

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – E repito que acho ruim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a deu apartes para todos os Senadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas como eu não cederia um aparte ao Senador Aloysio Nunes? Como eu não cederia um aparte à Senadora Marta Suplicy?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias. Existem outros Senadores inscritos: Senador Flexa, Senador Casildo Maldaner, Senadora Vanessa Grazziotin...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero encerrar dizendo o seguinte: nós estamos abertos a qualquer debate. O que o Brasil aprendeu é que o caminho da indexação não é o melhor caminho. Principalmente nesse momento de esforço do Governo para dar continuidade à baixa da taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh por sua longa exposição entremeada por apartes.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio do Amaral, começamos 2012 muito bem. A Senadora Marta Suplicy defendendo lucro das empresas, em vez de defender os trabalhadores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, é impressionante. Senador Cyro, não podemos aumentar o índice de correção do FGTS porque as empresas pagarão 40% a mais ao demitir sem justa causa o trabalhador. Vai dar um custo maior para as empresas, em vez de beneficiar os trabalhadores. Parabéns, Senadora Marta, parabéns.

Eu vou votar com o substitutivo do Senador Cyro Miranda e com o projeto original do Senador Tasso Jereissati até porque não podemos ficar corroendo o pa-

trimônio dos trabalhadores que é o fundo de garantia, não podemos. É verdade que isso vai trazer impacto no financiamento da casa própria, só que está havendo desvio na utilização do FGTS. Ainda há pouco aprovamos aqui no Congresso Nacional a utilização dos recursos do FGTS para obras da Copa do Mundo. Aprovamos aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, mas aprovamos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas foi vetado pela Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aprovamos. Eu quero dizer que nós aprovamos.

Não quero dizer que não aprovamos; aprovamos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Há recursos do FGTS aplicados não somente, como V. Ex^a colocou, em casa própria para o trabalhador. A Caixa Econômica aplica e financia com TR mais 10%, 11% de juros.

V. Ex^a apresentou um projeto transferindo resultados para o trabalhador. V. Ex^a podia ter encurtado o caminho; podia ter feito um substitutivo nesse projeto que V. Ex^a está relatando e haveria uma grande economia processual para aprovar benefício para o trabalhador no rendimento da poupança dele.

Foi vetado para as obras da Copa do Mundo, mas não foi vetado para as obras do PAC. Há recursos do FGTS nas obras do PAC.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E está corretíssimo, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu não estou dizendo que não. Eu não estou dizendo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estão gerando emprego, aumentando investimento no País. Pelo amor de Deus!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Lindbergh, eu não estou dizendo que não é correto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É o Lindbergh...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Lindbergh está – ele veio com pilha nova demais – muito excitado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estamos todos com pilha nova. Isso é bom.

Senador Lindbergh, não estou dizendo que não seja correto; estou dizendo que é correto também que

o trabalhador seja remunerado pelo valor correto do capital que está no Fundo; só isso.

Senadora Marta, eu quero fazer uma proposta: vamos retirar o projeto de pauta...

A SR^a MARTA SUPLY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Vamos discutir mais profundamente, vamos pegar sua sugestão de verificar o rendimento para distribuir ao trabalhador, vamos pegar a proposta do Senador Cyro, vamos encontrar uma fórmula de atender o justo anseio do trabalhador, que tenha uma remuneração adequada a poupança dele, porque o Fundo nada mais é do que uma poupança para que o trabalhador possa, ao perder o emprego, ter uma forma de ser remunerado por aquilo que ele fez ao longo do seu tempo de trabalho.

Vou votar a favor do substitutivo do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, sou relator de uma proposta mais ou menos idêntica, de autoria do Senador César Borges. Nós começamos a fazer uma análise e a Consultoria nos informou que havia um projeto tramitando, que é esse que a Senadora Marta Suplicy está relatando. Pedimos à Mesa a juntada das duas propostas.

O que nos chamou a atenção, nobres colegas, foi que a Consultoria do Senado...

Aí chegamos à conclusão de que a remuneração que a Caixa estava dando aos recursos dos trabalhadores era somente a metade do que ela estava ganhando em cima disso. Quer dizer, a administração que a Caixa exercia sobre os recursos do Fundo era praticamente o mesmo valor que o trabalhador vem recebendo. Isso foi o que a Consultoria nos informou.

Em função disso, como estava tramitando esse projeto, se não me engano, do Senador Sérgio Guerra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – de autoria do Senador Tasso Jereissati e cuja relatora é a Senadora Marta Suplicy, nós pedimos a juntada para encontrarmos um denominador comum.

Agora nós precisamos atualizar e corrigir os recursos do trabalhador, Presidente. Não há a menor dúvida. Eu fico um pouco indeciso entre essa opção que a Senadora Marta está apresentando e o substitutivo do Senador Cyro Miranda. Fico um pouco na dúvida entre a proposta, o substitutivo do Cyro Miranda e a da Senadora Marta Suplicy. As duas propostas visam encontrar uma solução para o trabalhador, para melhorar, para não ficar como está, porque não pode. Não pode. Agora, eu não sei se talvez a proposta do

Senador Flexa de nós encontrarmos um caminho... Eu tenho um pouco de dúvida. Eu sei a diferença que há. Mas que nós precisamos recuperar os recursos, precisamos, sem dúvida alguma. Trago isso porque sou o Relator da proposta que era do Senador César Borges nesta Casa. Pedimos a juntada e a Senadora Marta está relatando a proposta.

Então, eu acho que nós precisamos atualizar. Eu não sei o que dá de diferença nisso, se tem uma expressão, se provoca a indexação, como diz o nosso Senador do Rio, ou não. Eu não quero também vincular àquele sistema vicioso que já tínhamos uma época. Também não quero. Só trago isso porque nós temos que pensar a respeito. É um fato novo se vincula ou não.

São as ponderações que trago, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e depois o Senador Francisco Dornelles.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou ser bem breve.

Faço questão de me manifestar pela importância do tema.

Opetei em votar com o relatório da Senadora Marta pelas razões que ela expõe. Não é só um carecimento da cadeia produtiva, mas do financiamento às pessoas, aos trabalhadores que, pela primeira vez, estão tendo a possibilidade de ter acesso à casa própria. É bom que se diga que o programa Minha Casa Minha Vida, no Brasil inteiro, está permitindo, pela primeira vez, com prestações que vão de R\$50,00 a R\$300,00, que trabalhadores, operários, serventes deste País possam ter acesso à casa própria. Então, tudo isso vai encarecer por um lado.

Por outro lado, ninguém tem dúvida, nem a Senadora Marta e nem qualquer um de nós, de que é preciso melhorar o nível de remuneração do FGTS, que é efetivamente o recurso do trabalhador. Entretanto, nós não podemos acender uma vela ao santo e outra ao diabo, porque aumenta de um lado e prejudica de outro.

Então, Senador Flexa, acho que V. Ex^a está certo. Nós precisamos pensar num novo projeto. Por que não construirmos um novo projeto juntos que não diga respeito exatamente a este?

Em relação a este aqui, eu acho que o relatório da Senadora Marta deverá ser aprovado. Em seguida, haverá outros. O próprio projeto que ela apresenta não resolve o problema, apenas reparte benefícios com os trabalhadores. Entretanto, os benefícios ainda são pequenos. Têm que ser maiores.

Indexado já é, Senador Lindbergh. Indexado já é. A TR é uma forma de indexação. Então já é. O que nós queremos é mudar o índice de indexação. Aliás, é

bom que se diga, desde quando vigora a TR? Eu não sei exatamente. Talvez o Senador Aloysio pudesse me dizer desde quando a TR é o indexador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desde 2003. Desde 2003 que ele funciona, não é?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senadora, me dá um aparte?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Indexado à inflação, Senadora, indexado à inflação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª colocou que talvez pudéssemos ver como juntar e tal. Eu acharia que, neste momento, aprovar uma nova indexação seria um desastre, inapropriado. Então o que eu proporia? Que nós rejeitássemos esse agora. Há um outro projeto que não vai mudar, como V. Exª falou muito bem, não vai mexer no índice, e que, então, não vai mexer no que hoje ocorre de perda, não estará mexendo na perda, mas já estará mexendo no que o trabalhador vai receber, porque vai distribuir lucros e não o principal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Que é o teu?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agora, quando nós vamos mexer? Essa é a pergunta que a Senadora fez. Nós vamos mexer quando a situação econômica permitir e for de 6% o juro. Nesse instante, nós vamos mexer, porque vai dar para fazer a grande transformação que nós estamos, há tanto tempo, pedindo para essa economia, quando chegarmos aos 6%.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, fiz questão de me manifestar para relatar as razões que me levam a votar favoravelmente com a Senadora Marta, porque acho que o caminho deve ser este: a gente ir construindo, todos nós, uma nova metodologia, um novo índice que só traga benefícios e não um que, ao mesmo tempo, traga benefícios e prejuízos, como já está destacado no relatório da Senadora Marta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, política é o fato e o momento. A baixa remuneração do FGTS é um fato. Eu tenho dúvidas se estamos no momento de modificar ou de introduzir modificações em problema de taxa de juros.

Essa distorção que existe no FGTS existe também no FAT. O FAT, você tem empresas que tomam dinheiro do FAT pagando o FGTS, pagando TJLP de 6% e aplicam seu capital próprio na Selic, com 12. Precisa ser corrigido também.

Existe distorção também na relação entre os juros da caderneta de poupança e os fundos. O dinheiro da poupança também tem sido baixamente remunerado. Agora, eu acho que isso tem que ser discutido de uma maneira conjunta. Nós não podemos, no momento, lançar ao mercado porque nós estamos começando a mexer em problema de taxa de juro. Eu acho inclusive que o momento não é propício para que medidas como essa sejam realmente aprovadas.

Por esse motivo, Senador Cyro, e com o coração sangrando por ficar contra a proposta de V. Exª, minha posição é contrária e apoio o relatório da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador...

Por gentileza, Presidente, é só para fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado. É só para fazer um comentário em cima da proposta da Senadora Marta.

É que há um problema. Nós ficamos na mão de um gestor que pode dar lucro ou não, ou pode dar um lucro insignificante para o fundo. Então, eu acho que isso também tem que ser bastante discutido. É pena que, fui informado pela Mesa, não é possível mais uma subcomissão para discutir esse tema que é da maior importância, quando nós podíamos agregar todos. Talvez, na Comissão de Assuntos Sociais, a gente consiga fazer uma subcomissão, porque este é um assunto que nós não podemos deixar para o nunca, porque, até atingir os juros de tanto e tal, já foram 92 bilhões de perda, entre 2003 e 2011, e quem sofre são os 90 milhões de mutuários do Fundo de Garantia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...que a Liderança do Governo acompanha o voto da Senadora Marta Suplicy, por todos os motivos que já foram muito bem colocados aqui.

A orientação do voto é acompanhando a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais quem queira discutir,

vamos colocar em votação o projeto, votação nominal. Quem vota com a Relatora, Senadora Marta Suplicy, vota “não” ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora, Sr. Presidente. Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora. Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com a Relatora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sempre chega alguém, Sr. Presidente, na décima hora para dizer que não é o momento para mexermos em todos os sentidos, em todos os juro, em todos os casos, como o Senador Dornelles, e aí clareia a situação. Para este momento, temos que ficar com a Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, V. Ex^a vota...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com a Relatora. Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, também é não.

Treze votos NÃO; e 03 votos SIM.

Portanto, a Comissão rejeita o projeto.

Eu peço aos Senadores e às Senadores que permaneçam, porque nós temos dois projetos em caráter terminativo também.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, DE 2007

– Terminativo -

Suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, DE 2007**
– Terminativo –

Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 492 de 2007 com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 699 de 2007 e da Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1. *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer pela aprovação do PLS nº 699 de 2007 com a Emenda nº 1-CAS e pelo arquivamento do PLS nº 492 de 2007;*

2. *Em 21/12/2011, foi concedida Vista Coletiva.*

O relatório já foi lido pelo Senador Francisco Dornelles, na 72ª reunião, realizada em 21/12, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Senador Dornelles se deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

V. Exª dispõe de dois minutos, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu gostaria de dizer que o projeto do Senador Flexa Ribeiro visa a permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos. Essa compensação hoje só é permitida no caso de tributos.

Eu queria dizer que antes da unificação da Secretaria da Receita com a Secretaria da Previdência era defensável a proibição da compensação de créditos. Com a criação da Secretaria da Receita Federal era de se esperar que essas restrições fossem eliminadas.

Eu aprovo, dou parecer favorável ao projeto do Senador Flexa Ribeiro, e apresento duas emendas: a primeira delas é para defender o cofre da Previdência e que diz o seguinte:

“O valor correspondente à compensação de débito relativo às contribuições será repassado ao Fundo do Regime Geral da Previdência, no máximo, dois dias úteis após em que ela for promovido.”

Estabeleço, também, a segunda emenda: “Que a lei entrará em vigor 180 dias após a sua publicação, para permitir que a Secretaria da Receita Federal tome as medidas administrativas cabíveis!”.

O meu parecer é pela aprovação do projeto do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, nós recebemos uma manifestação do Governo, inicialmente, de que este projeto não seria próprio neste momento. Mas, como falou muito bem o Senador Dornelles, já tendo sido Ministro da Previdência, entendendo que isso no futuro vai ocorrer, e esta matéria ainda vai para a Câmara dos Deputados, nós vamos dar uma posição divergente da orientação que recebemos, e vamos encaminhar favoravelmente o projeto, para votação, levando para a Câmara, para que ela possa ser efetivamente debatida na Câmara, melhorada, e a Receita Federal e a Fazenda possam efetivamente se organizar, no sentido de possibilitar esse encontro de contas que, na verdade, é bom para o contribuinte e é bom para a sociedade brasileira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, também homenageando o Senador Flexa Ribeiro, e homenageando o Senador Francisco Dornelles, vou mostrar aqui que, primeiro, o Governo argumenta que ainda não tem um sistema apropriado. Olha, este projeto ainda vai para a Câmara e o projeto é muito claro quando diz que são 180 dias. Então, acho que esta é uma posição altiva do Parlamento, firmando sua posição, e, com certeza, o Governo vai achar rapidamente um sistema adequado.

Então, por isso, quero parabenizar o Senador Flexa Ribeiro e dizer que o Presidente Delcídio, ao escolher o Senador Francisco Dornelles, praticamente, aprovou, garantiu a aprovação, por unanimidade, quem sabe, deste projeto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, também acho este projeto correto. E quero parabenizar o autor e o relator, porque, hoje, a Receita já pode fazer uso dessa dívida. Então, porque falar pode, a pessoa que deve também não pode ter o mesmo direito?

Então me parece de extremo bom senso. E o projeto dá seis meses para a Receita poder se adaptar, o que me parece correto também. Senão nós vamos ficar sempre esperando e nunca vai acontecer.

Eu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir... O salitante Senador Flexa Ribeiro... V. Ex^a não vai querer discutir o seu projeto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, Sr. Presidente, apenas para agradecer...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Senador Delcídio, eu queria apenas dar uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – OK. Então, para fechar o debate, Senador Flexa, seria importante o Senador Armando Monteiro dar uma palavra. E aí V. Ex^a faz um *grand finale*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Até porque o Senador Armando foi o meu Presidente na CNI, e tenho muita honra em ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, primeiro, o Senador Armando Monteiro. Depois, V. Ex^a, o *grand finale*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria me congratular com o nosso companheiro e amigo Senador Flexa Ribeiro e com o nosso Relator, Senador Dornelles, que, a meu ver, enriquece o projeto com essas duas emendas que foram apresentadas.

Eu queria lembrar aos companheiros que o Senado Federal retoma uma discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Código de Defesa do Contribuinte. Há mais de dez anos esta Casa discute o Código de Defesa do Contribuinte. E por que estou falando do Código de Defesa do Contribuinte? Porque o Brasil avançou em muitas áreas, mas, infelizmente, a relação fisco/contribuinte no Brasil ainda é marcada por uma posição de extrema desigualdade. Ou seja, o Estado está cheio de prerrogativas em face do contribuinte, e o contribuinte não tem prerrogativas em face do Estado. Então, já é tempo de estabelecer um padrão civilizado nessa relação, menos desequilibrado.

Então, meu caro Senador Flexa, um dos pontos centrais de um Código de Defesa do Contribuinte é dar mais clareza às normas tributárias; é admitir, por exemplo, que o processo de compensação tributária tem que se dar dessa forma e de forma automática. Portanto, são as informações, é a transparência.

Sendo assim, eu me congratulo com V. Ex^a porque esse projeto é uma boa forma de inaugurarmos algumas conquistas que o Código de Defesa do Con-

tribuinte haverá de proporcionar ao País quando da sua aprovação por esta Casa. Eu me congratulo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O Senador Moka é do Mato Grosso do Sul. Senador Flexa, o Senador Moka disse que quer falar para elogiar o projeto de V. Ex^a e o relatório do Senador Dornelles.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vou ser muito rápido, Senador Flexa.

O projeto é muito feliz. Acho que o Relator já disse que o Senador Lindbergh Farias não poderia ter sido melhor, até porque é uma voz muito respeitada em função da credibilidade e da experiência que acumulou.

Mas eu quero, se me permite, elogiar aqui a condução do Líder do Governo. Embora tivesse uma orientação diferente, o bom senso do Senador Romero Jucá propiciou isso, porque é evidente que a fala do Senador Romero Jucá na base aliada tem um peso significativo.

Dessa forma, parabeno o projeto de V. Ex^a e também me congratulo em especial com o equilíbrio, o bom senso e a inteligência do Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador...

O Senador Cyro Miranda também quer...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Elogiar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... falar antes de V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Flexa Ribeiro, o senhor foi de uma felicidade por duas vezes: uma pelo seu projeto e outra pela relatoria do Senador Francisco Dornelles. Esse projeto vem corrigir mais uma injustiça. Como é que pode você ter créditos e débitos com o mesmo credor e devedor e não poder compensar? Então, o senhor vai estabelecer aqui realmente uma justiça.

Quero parabenizá-lo pela sua clareza e o Senador Francisco Dornelles pela maneira que relatou, não deixando dúvida, e agradecer ao Senador Romero Jucá a compreensão e o bom senso. Acho que esse projeto vai fazer a diferença daqui para frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria que nós pudéssemos votar. Va-

mos votar! É mais importante que votemos, e depois eu agradecerei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo, vou iniciar a votação.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator Dornelles. Voto “sim”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o autor e com o Relator, ainda mais com o complemento do Senador Armando Monteiro, que trouxe uma clarividência extraordinária. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o inspirado autor e o competente Relator. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Parabenizando o Relator e cumprimentando também o Senador Flexa Ribeiro pela brilhante defesa, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Dornelles, eu não citei, porque é voto conhecido.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro, porque o Senador Flexa não vota.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Treze votos “Sim”, nenhum voto “Não”. Portanto, aprovado o PLS nº 492, de 2007, e as emendas de nºs 2 e 3 da CAE e rejeitado o PLS nº 699, de 2007, e a Emenda nº 1, da CAS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, dá para colher o voto do Senador Aloysio?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Nós já encerramos a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É só para serem 14 votos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas é um voto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se V. Ex^a puder, eu fiz uma corrida heróica da Comissão de Defesa do Meio Ambiente até aqui apenas para registrar o meu voto solidário ao nosso querido colega Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não podem ser 45, a gente faz 14.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio, não podemos considerar o voto de V. Ex^a, porque já havíamos encerrado a votação, mas fica como voto de louvor.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É só para agradecer, Presidente.

Eu disse há pouco que 2012 começava diferente e quero aqui reafirmar isso. Começamos diferente e bem. Uma prova é o que o Senador Jucá coloca, de que o Governo estende a mão para a Oposição.

Estou no Senado Federal há sete anos, Senador Jucá, e pela primeira vez eu vejo um gesto da situação não para esmagar a oposição, mas para mostrar a vontade de estender a mão no sentido de unir em benefício do nosso País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Você não perde por esperar, Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. Eu acho que são...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, nós temos mais um projeto que é terminativo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas acho que são gestos como esse, Senador Aloysio, que constroem. Esse é um projeto que não prejudica em nada, pelo contrário, só constrói.

Nós aprovamos a Receita do Brasil há cinco ou seis anos, então já podia estar construído esse sistema há muito tempo. Tenho certeza, Senador Jucá, de que esses seis meses mais o tempo para se aprovar na Câmara são suficientes para que possa haver essa compensação.

Senador Dornelles, V. Ex^a é o mestre, o professor de todos nós na área tributária, na área da economia. V. Ex^a ensina a todos nós. Obrigado por ter enriquecido o projeto. E obrigado aos pares por terem votado por unanimidade o projeto.

Realmente começo o ano abençoado por Deus e apoiado por todos os meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa, e parabéns pelo projeto, pela iniciativa. Os parabéns de todos nós da Comissão de Assuntos Econômicos.

Peço aos Senadores e às Senadoras que permaneçam, porque o Item 11 também é terminativo.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, DE 2007

– Terminativo –

Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra a Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Submete-se à análise desta Comissão o PLS nº 651, de 2007, de autoria do então Senador Marconi Perillo, que visa instituir o Conselho de Gestão Fiscal, de acordo com o art. 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A finalidade do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do projeto, é promover a harmonização e co-

ordenação das práticas de gestão fiscal das administrações direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O projeto dispõe ainda sobre as competências, composição e estrutura organizacional do Conselho.

A matéria foi despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a esta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Na CCJ, o projeto foi considerado inconstitucional, por invadir competência reservada privativamente ao Presidente da República.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000, determina a instituição do Conselho de Gestão Fiscal, para efetuar o acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal.

A disciplina proposta pelo PLS nº 651, de 2007, para a implantação do Conselho, mostra-se, em exame preliminar, adequada à criação de um arcabouço normativo que sustente instalação do órgão, proporcionando-lhe condições adequadas para o desempenho de seu papel institucional. No entanto, a inconstitucionalidade do projeto, já apontada pela CCJ, impede qualquer possibilidade de aprovação da proposta.

A criação ou extinção de Ministérios ou quaisquer órgãos da administração pública é matéria de lei de iniciativa reservada privativamente ao Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal.

Nesse contexto, o PLS 651, por ser de autoria parlamentar, incorre em vício de inconstitucionalidade formal. Ainda que o autor tenha tentado contornar esse impedimento vinculando o CGF ao Tribunal de Contas, o intuito disposto no art. 67 da LRF é claro no sentido de tratar-se de um órgão vinculado ao Poder Executivo. Foi nesse sentido que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.744, de 2000, que cria o CFG vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A despeito de já tramitar na Câmara há um bom tempo, o PL 3.744, de 2000, recebeu parecer favorável em junho do ano passado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Tenho certeza de que o projeto será aprovado oportunamente naquela Casa e teremos a oportunidade de aí apreciá-lo no Senado.

Por fim, vale dizer que o PLS 651, de 2007, também exacerba o intuito original da LRF ao conferir poder de voto exclusivamente aos representantes dos órgãos de controle externo, ou seja, dos

tribunais de contas, restando apenas uma participação subsidiária do Poder Executivo e das diferentes esferas.

Na justificação do projeto aponta-se inclusive o Conselho Nacional de Política Fazendária, o Confaz, como fórum deliberativo modelo para o CGF.

Vale lembrar que o Confaz é composto pelos secretários estaduais de Fazenda, além do secretário executivo do Ministério da Fazenda, ou seja, autoridades do Poder Executivo diretamente envolvidas na gestão fiscal e orçamentária de suas respectivas esferas.

Diante do exposto, votamos pela rejeição, por inconstitucionalidade do Projeto de lei do Senado nº 651, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, a Senadora Marta Suplicy tem toda razão. Há inconstitucionalidade por vício de iniciativa. Realmente, este projeto fica prejudicado.

Voto com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar o projeto em votação.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a relatora: não.

Quem vota com a relatora vota “não”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – “Não”, com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Marta Suplicy: voto já conhecido.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora, voto “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Meu voto é com a Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a Senadora Marta, “Não”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela rejeição, “Não”.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

“Não”.

Quinze votos “Não”.

Portanto, a Comissão rejeita o Projeto.

Temos mais dois itens somente, o Item 7 e o Item 8, para fechar a pauta.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 375, DE 2011 – Complementar**

– Não Terminativo –

Altera o parágrafo único do art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 2 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de lei que passo a relatar, de autoria do Senador Blairo Maggi, altera o parágrafo único do art. 64 da Lei nº 4.320, de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a União.

A proposição é composta por apenas dois artigos. O art. 1º altera o texto do dispositivo em tela, prescrevendo que o código de barras obrigatório deverá conter, no mínimo, informações sobre o pagamento, o órgão ou entidade que o efetuou, a pessoa física ou jurídica que o recebeu, e os servidores públicos credenciados para autorizá-lo e efetuá-lo.

O art. 2º traz a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas, e o projeto foi apreciado, com parecer favorável, pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

Superadas as questões regimentais e constitucionais, vamos ao mérito.

No mérito, Sr. Presidente, entendo que a proposição é positiva. Alinho-me com o entendimento do autor, Senador Blairo Maggi, de que a padronização dos documentos referentes a pagamentos na administração pública “viria a facilitar e agilizar sobremaneira o trabalho dos órgãos de controle interno e externo, bem como o dos órgãos de repressão, quando das investigações policiais”.

Rastrear o recurso público desviado é um dos maiores problemas enfrentados pelos órgãos de controle, interno e externo. A esses órgãos não é dado

sequer requerer quebras de sigilos fiscal, bancário e telefônico, entre outros. Creio que o aumento do volume de informações padronizadas, nos moldes sugeridos, para a movimentação do recurso público, especialmente no momento do pagamento de despesas, facilitará o trabalho de auditores, fiscais, promotores e autoridades policiais. Ainda mais havendo o suporte de recursos de informática, o que permitirá o ágil tratamento das informações e o cruzamento de dados.

Por essas razões, entendo oportuna a emenda aprovada pela CCT, que estendeu a obrigatoriedade de documento com código de barras para os pagamentos efetuados a favor do poder público, mediante alteração no art. 51 da Lei nº 4.320, de 1964. Assim, também apresento emenda nesse sentido.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2011 – Complementar, com a emenda que consta do nosso avulso.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira debater o assunto, em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da CAE.

Agradeço a relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

E vamos para o último item da pauta, item 8.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 418, DE 2011 – Complementar**

– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para atualizar os limites de enquadramento no Simples Nacional.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Como o Senador Senador Wellington Dias não se encontra presente, nomeio o Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vamos à análise.

À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes a tributos e normas gerais de direito tributário, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 418, de 2011 – Complementar, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis à legitimidade da iniciativa e à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. Quanto à juridicidade, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos – normatização via edição de lei complementar – está correto.

O PLS também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal. Finalmente, revela-se compatível com os princípios diretores do direito pátrio. Em sua tramitação, o PLS seguiu o Regimento Interno desta Casa. Em termos de técnica legislativa, foram observadas as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*.

Contudo, a matéria versada no PLS foi recentemente discutida pelo Congresso Nacional quando da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2011 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2011, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Poder Executivo, convertido na recente LCP nº 139, de 10 de novembro de 2011.

Essa norma, em seu art. 2º, modifica o art. 3º da LCP nº 123, de 2006, para aumentar os limites para enquadramento no Simples Nacional, mesmo objetivo do PLS nº 418, de 2011 – Complementar. Dessa forma, a teor do disposto no art. 334, inciso I, do RISF, a matéria está prejudicada, por haver perdido a oportunidade.

Diante do exposto acima, votamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2011 – Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias, pela brevidade da exposição. A matéria está em discussão.

Não havendo Senadoras e Senadores que queiram discutir a matéria, em votação o relatório do Senador *ad hoc* Lindbergh Farias.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. Portanto...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu gostaria de fazer um registro: este será um ano de

importância ímpar desta Comissão nos debates e na avaliação do pacto federativo, como bem já colocou V. Ex^a. Esta Comissão estará cuidando diuturnamente dessa questão. Enfrentaremos debates acirrados. Deverá voltar para o Senado Federal a questão dos *royalties*. E teremos, principalmente, o FPE. O Congresso Nacional tem o prazo até o final deste ano – o prazo dado na ADIN analisada pelo Supremo Tribunal Federal – portanto, até o final de 2012 para que possamos firmar uma nova legislação para a participação dos impostos arrecadados pela União.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a e a todos os membros da Comissão e também ao Congresso Nacional que apresentei, no início deste ano, logo que se abriram os trabalhos legislativos, um requerimento, junto ao Congresso Nacional, para que possamos formar uma comissão mista, Senadores e Deputados, para elaborar um anteprojeto que discipline a questão da redistribuição do FPE. Senão, teremos o seguinte: um projeto vindo da Câmara, outro indo do Senado. Daqui a pouco, eles irão se encontrar, e chegaremos ao final do ano, mesmo sabendo que é um ano curto no que diz respeito aos grandes debates, já que teremos um período eleitoral, e talvez não tenhamos um consenso ou o tempo necessário para os debates, para formarmos o melhor projeto de interesse da Nação.

E dentro desse tema do pacto federativo, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que agendasse, no âmbito desta Comissão, audiência pública, solicitada por mim e também pelo Senador Pimentel, para discutirmos aquele projeto das desigualdades regionais que está dentro da proposta desta Comissão da rediscussão do pacto federativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Faço coro: temos aí, na Comissão de Assuntos Econômicos, assuntos de extrema relevância para o País. V. Ex^a registrou muito bem o Fundo de Participação dos Estados. Nós precisamos ter uma solução ao longo deste ano para que isso passe a ser implementado a partir de 2013. E nós agendaremos essa audiência sobre as questões regionais, sobre as diferenças regionais e vamos anunciar rapidamente, possivelmente já na próxima semana, as audiências públicas que deixamos para 2012, até pela agenda complicada que foi a de 2011 para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer as palavras de V. Ex^a.

Dou por encerrada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos de 2012.

Teremos reunião na terça-feira próxima, às 10 horas da manhã.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e dois minutos, do dia vinte e seis de maio de dois mil e dez, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença do Senador José Nery e das Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Deixam de comparecer os Senadores Adelmir Santana, Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Presidente registra a presença dos Senhores João Billola, Coordenador para Assuntos de Igualdade Racial do GDF; Fernando Alves da Silva, Líder da Comunidade Cigana do Município de Mambai – GO; Rogério da Silva, Presidente da Associação do Centro de Referência Cigana; Luciana Aires, Assessora da Coordenadoria Estadual das Políticas de Igualdade Racial do Rio Grande do Sul – COPIR/RS; José Leandro Figueiredo Manguiera, Representante de Comunidade do Município de Mauriti – CE; Iracema Prates Garcez, Ciganos do Rio Grande do Sul – RS; Enildo Kalon, Conselheiro Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco, Associação dos Ciganos de Pernambuco; Alexsandro N. Vieira, Diretor dos Kalons Catatchos; Juvan Alves da Silva, Líder da Comunidade Cigana do Município de Posse – GO; Reginaldo Marckes Oliveira, Liderança dos Acampamentos Ciganos de Itapevi – SP, Núcleo de Estudo Ciganos Pacha Romale Drom; Roberto Cigano, Representante de setenta famílias da Comunidade do Vale do Rio Urucuiá – MG; Elias Alves da Costa, Presidente da Associação dos Ciganos Calon de Brasília e Entorno – ACC/DF; Vera Gomes, Gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR; Zanata Ribeiro Dantas, Representante da Associação Clã Calon Extremo Sul da Bahia; José Daniel Juarez Rolim, Conselho Ativo Latente de Ordem Nômada – CALON; Vanda Savá, Vice-Presidente

da Associação da Cultura Cigana de Campinas; Alexandro Reis, Secretário de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial SEPPIR/PR; Ivonete Carvalho, Diretora de Programas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR; Salomão de Souza Fernandes, Secretário Geral da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Marcos Frota, Presidente da Universidade Livre do Circo; Marlete Queiroz, Cigana Calin, Secretária da Associação Cigana das Etnias Calons – DF e Entorno; Elza Vieira da Rosa, Pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Museu de Antropologia. O Presidente comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 27, de 2010-CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir “Políticas Públicas para as comunidades ciganas no Brasil”, com a presença dos Senhores Eloi Ferreira de Araújo, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Edson Santos, Deputado Federal; Perly Cipriano, Subsecretário Nacional de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos; Padre Wallace do Carmo Zanon, Diretor Executivo da Pastoral dos Nômades do Brasil; Mirian Stanescon, Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Delegada e Conselheira de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro. Usam da palavra o Senador José Nery e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião **às** onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 02 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presente reunião... Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Perma-

nente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da 5ª Reunião da CASEMP de 2010. Os Senadores que aprovam, queiram... Senadores e Senadoras, que aprovam, queiram permanecer como se encontram.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento nº. 27, de 2010, na CAS, de minha iniciativa, para debater as políticas públicas para as comunidades ciganas no Brasil.

A Presidência gostaria de registrar as comemorações ao Dia Nacional do Cigano, dia 24 de maio, e também o Dia Internacional dos Ciganos, dia 08 de abril. Nós convidamos para que participem dessa Mesa... Logo após, aqui, a primeira fala, nós vamos convidar para fazer parte da Mesa: o Ministro de Estado e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, o Sr. Eloi Ferreira de Araújo; convidamos também o Sr. Edson Santos, Deputado Federal; convidamos também Perly Cipriano, Subsecretário Nacional de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos; convidamos também Padre Wallace do Carmo Zanon, Diretor Executivo da Pastoral dos Nômades do Brasil; convidamos também Mirian Stanescon, Conselheira Nacional da Promoção da Igualdade Racial, Delegada e Conselheira de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro.

Eu queria dizer a todos que eu cumprio horário. Para mim, 9 horas é 9 horas; comigo não tem essa história de dizer que vai iniciar às nove, e inicia às dez ou às onze. Eu digo isso para justificar a todos. Quando eu presidia a Comissão de Direitos Humanos, eu sempre adotei esse critério e, aqui, na subcomissão, também. Então, primeiro, eu quero cumprimentar a todos que estão aqui. Essa sessão, para mim, é uma sessão histórica. Eu, pelo menos, eu estou há 24 anos aqui, no Congresso, quatro mandatos como deputado federal e um como senador, e é a primeira vez que eu tenho a oportunidade de presidir uma sessão que vai tratar de um tema tão importante do nosso povo, que é a realidade da nação cigana. Então faço isso, podem vocês crer, com muito orgulho e muita satisfação. Diversas vezes estivemos em audiências públicas, ou mesmo em sessões de homenagens no Plenário do Senado ou da Câmara, quando lá se falava: "Nós, aqui, lutando sempre contra a discriminação de negros, índios, brancos, as mulheres...", aí levantava lá sempre dois, três companheiros ciganos e diziam: "E dos ciganos, Senador Paim". Então eu quero dizer que é com muito orgulho que nós estamos fazendo essa reunião, nesta quarta-feira, que vai ser transmitida para todo o Brasil,

para que a gente possa dar visibilidade a esse povo que, como outros, infelizmente, outras etnias, outros companheiros, enfim, índios, como os índios e negros, acabam sendo discriminados pelo preconceito que existe. Queiramos, ou não, existe, no nosso país e em outras partes do mundo. Então, nós, aqui, lutamos sempre na linha do combate a todo tipo de preconceito.

O que eu pergunto é se, aqui, algumas das pessoas que vão ser painelistas já estão no Plenário. A Mirian está já? O Edson Santos, que já está chegando para dialogar conosco. Enquanto os outros convidados estão se aproximando, eu vou dar a palavra, nesse momento, ao Senador José Nery, porque ele tem um comunicado muito importante a fazer à Casa, aproveitando que estamos ao vivo, para que todos os senadores, deputados, que puderem, estejam junto com ele – eu estarei com ele -, no encontro, ao meio-dia, com o Presidente Michel Temer, que vai tratar também de uma discriminação hedionda, que é o trabalho escravo. Senador José Nery, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, o senhor que preside essa Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, a qual eu tenho a honra de integrar e de trabalhar junto vários temas de relevância e de importância para os trabalhadores e para o povo brasileiro.

Queria, em primeiro lugar, Senador Paim, saudar a iniciativa da Subcomissão, presidida por V. Exa., e a sua iniciativa de aqui apresentar, aprovar o requerimento para a realização de uma Audiência Pública para discutir justamente políticas públicas para as comunidades ciganas, o que, mais uma vez, marca o protagonismo do seu mandato, da sua luta, inquestionavelmente no compromisso com os excluídos em geral. Não há um segmento dos trabalhadores e do povo para o qual V. Exa. não tenha aqui um projeto, uma emenda constitucional, um projeto de resolução, uma Audiência Pública, uma palavra, uma orientação, um chamamento, e é por isso que V. Exa. conquistou o respeito do Brasil, da luta do aposentado, da luta do salário mínimo, a luta contra qualquer tipo de discriminação. E mais uma vez, V. Exa. ousa, inova e protagoniza um debate no âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais... da Comissão de Assuntos Sociais e da sua Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ao trazer aqui a representação das comunidades ciganas e representação das instituições públicas, saudando aqui a presença do nosso amigo Perly Cipriano, aqui representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, aqui comparece para contribuir, participar desse importante debate.

Então as minhas palavras, Senhor Presidente, é para dizer que esta Casa escuta, e vai ouvir com atenção, as iniciativas que devem ser tomadas pelo Estado Brasileiro, pelos órgãos públicos. E é [ininteligível] ao Poder Legislativo abrir a possibilidade de ouvir os clamores, as reivindicações, as lutas, do povo cigano, da nação cigana, que aqui, com essa Audiência, tem, passam a ter, voz ativa, propositiva, e que não podem ser, como não devem ser nenhum ser humano, de qualquer etnia ou de qualquer grupo, raça, cor ou ideologia, não pode ser tratado com violência, com exclusão ou com preconceito.

Portanto, a grandeza e a importância desse momento é relevante para o Senado da República, para a Comissão de Assuntos Sociais e em especial para a Comissão de Defesa do Emprego e da Previdência Social, e, em especial, é relevante para a ação parlamentar do senador, do nosso Presidente Senador Paulo Paim.

Mas, Senador Paulo Paim, o dia de hoje também é um marco, porque estaremos recebendo aqui, no Senado Federal, a relatora da ONU para a situação de trabalho escravo contemporâneo, que, em visita ao Brasil, para conversar com o Governo, com as entidades da sociedade civil, também visita o Congresso Nacional, e a receberemos na [ininteligível], no final da manhã. E, também, como o senhor disse, hoje, ao meio-dia, estamos aqui, convidando a todos os parlamentares, membros da frente parlamentar mista e pela erradicação do trabalho escravo, para que hoje, ao meio-dia, possamos entregar ao Presidente da Câmara dos Deputados um manifesto consignado com mais de 300 mil assinaturas, pedindo a aprovação imediata da chamada PEC do Trabalho Escravo, que prevê o confisco de terras e propriedades onde for comprovado esse crime hediondo.

E, ontem, Senador Paulo Paim, tive a oportunidade de participar da abertura do Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que reuniu quatro Ministros de Estado do Governo Federal, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ayres Britto, o Ministério Público Federal e entidades da sociedade civil. Um evento protagonizado pela CONATRAI, em especial pelo Ministro Paulo Vannuchi, meu caro Perly, que eu creio que ali foi, e está sendo, até amanhã, um marco nessa retomada da mobilização política e social em prol da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Parabéns, Senador Paulo Paim, e aos convidados; estaremos todo ouvidos para discutir, debater e, sobretudo, ouvir as comunidades, a representação das comunidades ciganas no nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador José Nery. Já está aqui conosco, na Mesa, o Perly Cipriano, Secretário Nacional da Promoção de Defesa de Direitos Humanos, que vai ser o primeiro a usar a palavra, fazer a sua exposição, mas já, também, registramos conosco, no Plenário e também na Mesa, o Sr. João, Coordenador para Assuntos da Igualdade Racial do DF. O nosso Ministro, já o convido para a Mesa o Ministro, e também o nosso ex-ministro e sempre deputado. Convido os dois já para que venham para a Mesa, o Edson Santos e o nosso Ministro Eloi Ferreira.

Está aqui conosco, na Mesa, ao meu convite, a Marlete Queiroz, Cigana Calin, que é Secretária da Associação dos Ciganos do DF e Entorno. Está aqui, conosco, também, o Marcos Frota, que é um lutador pelas causas de combate a todo tipo de preconceito. Eu tomo a liberdade, Marcos Frota, pela simbologia, você que é um ator, um artista consagrado, que a gente desse uma salva de palmas para o Marcos Frota e para os ciganos.

[palmas]

Uma única salva de palmas.

Eu acho que vamos, de imediato, começar o nosso painel. Pelo menos, Ministro Eloi Ferreira de Araújo, que está na Mesa com a gente, pela minha orientação, você é o primeiro. Então, passamos a palavra, de imediato, ao Ministro Eloi Ferreira de Araújo, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, e, em seguida, o ex-Ministro Edson Santos, que é nosso deputado federal. Por favor, Ministro.

SR. MINISTRO ELÓI FERREIRA DE ARAÚJO: Bom-dia a todos e a todas, senadores, representantes da sociedade civil, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, e a Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e Previdência Social. Esse dia de debate sobre a questão do povo cigano, ele acontece em um momento também bastante especial. Nós temos, nesse mês de maio, o Dia Nacional do Cigano, lei sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que considerou a importância de tratar e de trazer às reflexões, de trazer para toda a sociedade brasileira, as questões do povo cigano. A SEPPIR, na sua criação, ela teve a preocupação acentuada do Presidente Lula de colocar dentro da missão da SEPPIR, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, acentuar que, dentre a sua missão, dentre as suas ocupações, está em pensar, em articular, em coordenar políticas para os povos ciganos do nosso país. E nessa direção de trabalhar a construção de políticas, articulação de políticas, é que nós temos buscado incessantemente construir um ambiente onde

os povos ciganos tenham superado, rompam com a invisibilidade nos espaços do poder, nos espaços públicos, na administração, enfim, em toda a sociedade.

O dia 24 de maio é o Dia Nacional do Povo Cigano. Nesse ano, participamos de uma atividade muito importante no Rio de Janeiro, organizada pela Fundação Santa Sara Kali, que mobilizou um número muito interessante de pessoas, apesar de ser uma segunda-feira, perto de umas quatro mil pessoas estiveram presentes na atividade do Dia Nacional do Cigano, organizado no Rio de Janeiro, no Parque Garota de Ipanema, no Arpoador. Uma atividade importante de reflexão, de pensar, e que foi organizada por uma dos membros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o órgão que assessora a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, e que tem, ali, assento uma representação dos povos ciganos, e nos ajuda, contribui conosco, no debate de discussão, no debate de pensar as políticas públicas e de nos ajudar na reflexão sobre como, nessa época, os povos ciganos têm que ser observados. Pedi, lá na Secretaria, Senador, na semana passada, para uma assessora buscar um pouco mais de memória do povo cigano, e daí, quando ela começou a buscar, encontrou uma pintura de Debret, que dá aquele quadro belíssimo de Debret, que tem aquela importância de ter retratado muito um repórter de época, só que com aquela pintura maravilhosa, e, na pintura dele, ele já dá conta – pintura de 1820, se não me engano -, dá conta da vida cigana naquela ocasião, e dá conta da imagem, da beleza daquelas senhoras, daquelas ciganas, descascando frutas e com aquela vida talvez bucólica daquela época, mas aquilo é o retrato de um pedaço da história do povo cigano no nosso país, mesmo porque os ciganos, quando vieram para o Brasil, muitos vieram também na condição de escravos, e, na condição de escravos, lutaram incessantemente, não aceitaram aquela condição, também, assim como os negros e negras, que vieram para o nosso país escravizados, que viemos escravizados, também não aceitaram, e os ciganos também são parte dessa nossa história do Brasil, história de lutas contra as desigualdades e contra a escravidão. Então tem uma relação muito próxima, em termos de memórias de luta, com os povos, com o povo negro do nosso país.

Na SEPPIR, nós temos algumas ações, ações que representam um pouco do que o Governo tem buscado realizar. Nesse dia 24 de maio, o Ministro da Secretaria de Direitos Humanos fez o lançamento da grande mobilização nacional, que dá continuidade ao registro civil. Nós temos que... Hoje, em cada dez crianças nascidas, nós temos o registro que, para nove, nós temos uma que ainda não possui esse registro civil.

Essa uma que ainda não possui, o que se identifica que pode ser ou cigana, ou indígena, ou quilombola, ou que está em áreas ribeirinhas, ou em populações mais distantes, mas a população cigana é identificada nessa falta do registro civil. Então, o Governo lançou, no dia 24 de maio, essa ampla mobilização pelo registro civil. Essa mobilização objetiva incluir, alcançar, chegar a esses segmentos, que ainda não... Estão afastados dessa possibilidade, desse direito que lhes dá a cidadania, que é o registro civil, para ingressarem nas escolas... Para serem cidadãos, de fato, precisam do registro civil.

Além disso, nós temos um trabalho que a SEPPIR iniciou junto com a ELETROBRAS, que foi a inauguração de um centro de referência cigana em Sousa, no Município de Sousa, na Paraíba; é um município que tem uma presença de população, de povos ciganos, muito intensa, muito grande, e, lá, naquela região, esse centro de referência, ele tem buscado agregar, buscado juntar, e nós temos dialogado e pensar políticas de inclusão para saúde, para educação, para própria ocupação e formação dos povos ciganos em toda aquela região. Nós temos, hoje, articulado junto com o Prefeito, a Prefeitura Municipal de Sousa, mais o Governo do Estado, uma forma de acentuar, ou de criar, uma perenidade em políticas públicas, em ações continuadas, naquele centro de referência cigano lá, na Região Nordeste. Esse é um desafio que tem nos perseguido, de acentuar, de buscar criar, naquele centro, um grande lugar de referência, mesmo porque, ali, aquela região de Sousa, na Paraíba, é uma região que tem uma presença de ciganos muito intensos, e pessoas que são protegidas por programas como Bolsa Família e outros programas do Governo Federal, voltados à inclusão e emancipação dos povos ciganos, sobretudo buscando dar-lhes qualidade de vida e visibilidade às suas causas, à sua luta, à sua vida.

Nós esperamos que esse centro de referência, até meados desse ano, que consigamos avançar, no sentido de dar ao Centro de Referência Cigano, lá em Sousa, na Paraíba, uma presença, uma constância, nas políticas e no desenvolvimento, nas ações dele, que, até agora, sofreram uma eternidade de interrupção, que nós não acolhemos essa interrupção e estamos buscando superar, para que aquelas comunidades lá tenham os seus direitos assegurados de fruírem dos bens que são disponibilizados naquele município, lá em Sousa, na Paraíba.

Em cooperação com o Ministério da Cultura, nós temos o Prêmio Culturas Ciganas, que está em pleno desenvolvimento. Nós teremos oficinas de divulgação e orientação do Prêmio Culturas Ciganas 2010; já tem oficinas realizadas em dez estados: da Bahia,

Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Esse prêmio é em parceria com o Ministério da Cultura e tem o objetivo de selecionar e premiar iniciativas de fortalecimento das expressões culturais dos povos ciganos. Nós temos também acompanhado e buscado criar uma ação de inclusão dos ciganos no Espírito Santo, na Cidade de Barra de São Francisco.

Enfim, são algumas das políticas que nós temos buscado articular e coordenar na SEPPIR, tendo em vista a inclusão dos povos ciganos.

Agora, de tudo, é importante sempre se observar, e ter atento, que a perseguição que os povos ciganos experimentaram ao longo de sua história, da sua vida... E ainda hoje, em países na Europa, os povos ciganos experimentam todo um sortilégio de perseguição e de infâmias. Não acontece no nosso país. No Brasil, por orientação do Presidente Lula, a SEPPIR e todo o Governo têm intensificado ações de inclusão, tanto assim que, na SEPPIR, que tem acolhida, no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, representação de povos ciganos, a reflexão do Governo em articular e formular inúmeras políticas de inclusão.

Então, no nosso país, Senador Paim, a gente tem orgulho de dizer que a par, apesar das dificuldades que todos experimentam de romper com a invisibilidade, de romper com perseguições. No nosso país, isso é uma página passada; o nosso país, hoje, trabalha incessantemente na construção da inclusão e de pensar políticas para os povos ciganos. Daí, quando nesse mês de maio, a gente tem o dia... Declarado o Dia Nacional do Cigano, por lei sancionada pelo Presidente Lula, reflete essa situação, que é de pensar, de articular, de estar ouvindo todas as contribuições dos povos ciganos, tendo em vista chegar próximo das políticas e avançar em políticas públicas de inclusão, e em políticas públicas que reconheçam a expressiva contribuição dos povos ciganos para a formação da nossa nação, porque, em todo tempo, a gente sempre pensa na poesia da União da Ilha, no Rio de Janeiro, não sei se o senhor conhece, quando... E além das novelas que já retrataram, mas o Rio de Janeiro, então, com a poesia da União da Ilha, deu uma beleza lúdica aos povos ciganos, com o samba "A cigana leu o meu destino", bonito e cantado em verso e... Quem festeja, vai a alguma festa urbana na nossa cidade e que tem o samba, sempre há de cantar que "*a cigana leu o meu destino, eu sonhei*", e sempre com o astral para cima, com a beleza que inspira a alegria, que é contagiante dos povos ciganos.

Então, essa audiência realizada, Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, V. Exa. receba os nossos cumprimentos e saiba que estamos juntos no comba-

te às desigualdades e à criação, a construção, de um ambiente de igualdade, de oportunidades, para todos os brasileiros: ciganos, indígenas, quilombolas, negros. E, aos ciganos, estamos juntos, juntos para conquistar um dia cada vez melhor para todos os brasileiros, especialmente para os ciganos e ciganas do nosso país.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Queremos registrar conosco, também, aqui, a Ivonete, da SEPPIR, que foi uma das articuladoras dessa Audiência Pública; o Alexandre Reis, Secretário da Comunidades Tradicionais, aqui conosco, também, da SEPPIR; já registrei o Marcos Frota, que é Presidente – eu não tinha lido o final – da Universidade Livre dos Circos; a Marlete Queiroz, Cigana Calin, Secretária da Associação Ciganos no DF e Entorno; e o João Bilola, está certo? Bilola. Coordenador para Assuntos de Igualdade Racial aqui do DF. Vamos, de imediato, passando a palavra para o nosso ex-Ministro e Deputado Federal Edson Santos. Está com a palavra, Deputado Edson.

DEPUTADO EDSON SANTOS (PT-RJ): Quero aqui cumprimentar a Mesa, em nome do Senador Paim... Bom, na verdade, dá para fazer o cumprimento de todos aqui. O Perly, representando, aqui, a Secretaria de Direitos Humanos; o Ministro Eloi Ferreira de Araújo, Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e a Marlete Queiroz, Cigana Calin. E, Senador Paim, eu quero primeiro registrar a admiração que tenho pelo seu empenho, pela sua dedicação às causas das populações mais vulneráveis desse país. O senhor representa, no Senado da República, os segmentos que mais precisam da voz, de ter a sua voz repercutida nos ambientes de poder. E esse evento que se realiza hoje, aqui, no Senado, é uma demonstração dessa sua vocação de defensor incondicional do povo, do povo trabalhador desse país, do povo que historicamente foi vítima da exclusão, da discriminação e de perseguição em nosso país.

É importante situar que, hoje, a gente vive um outro ambiente no Brasil, onde o Poder Executivo tem incentivado políticas de inclusão e de melhoria da qualidade de vida de segmentos que, ao longo da história do Brasil, não eram reconhecidos. A população cigana chega ao Brasil no Século XVI e tem intensificada a sua presença aqui, a partir do Século XIX, e é importante situar que a falta da identificação desses segmentos... Aqui chegavam colonos alemães, italianos, mas que não tinham a sua identidade reconhecida, a sua identidade cultural, a sua identidade nacional reconhecida pelo Estado, o que impossibilitava uma atuação do Estado voltado para a realidade específica

de cada segmento que aqui chegou, e isso vitimou, de uma forma muito intensa...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministro Deputado, é que chegou a nossa Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para prestigiar o evento da Subcomissão, é um sinal que estamos todos juntos na mesma caminhada.

[palmas]

A Presidente tem essa norma, é difícil a reunião da Subcomissão que ela não está presente. Então, vou pedir aqui, com a moçada, que coloque uma cadeira aqui, entre eu e o Ministro, para ela poder participar, aqui, diretamente conosco. Por favor, Ministro, continue com a palavra.

DEPUTADO EDSON SANTOS (PT-RJ): Eu falava... É um prazer a gente ver aqui não só o prestígio, mas o respeito que tem o Senador Paim, e a relação ampla que nutre aqui, no Senado da República, que possibilita que não só ele, mas a Presidente da Comissão esteja aqui presente. É um sinal que aquilo que o Senador Paim mete a mão tem legitimidade e um respeito grande, aqui, no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, só falta nós aprovarmos o Estatuto da Igualdade Racial, que V. Exa. foi o grande arquiteto na Câmara. Estamos trabalhando para que se atinja esse objetivo.

DEPUTADO EDSON SANTOS (PT-RJ): Agora, o Oscar Niemeyer, do Estatuto da Igualdade Racial, será V. Exa., aqui, no Senado da República.

Mas eu quero, aqui, dizer que o Brasil sempre tratou ou deixou de tratar, colocou na invisibilidade segmentos importantíssimos na formação da nação brasileira; a Comunidade Quilombola veio a ser reconhecida pelo Estado Brasileiro só na Constituição de 1988, onde, na disposição transitória da Constituição de 88, coloca a existência dos quilombos e a responsabilidade do Estado para com ele. Eu estou querendo colocar com isso que, a par do esforço que o Governo Federal vem fazendo, no sentido de resgatar essa dívida do Brasil para com esses segmentos, muito ainda há que se fazer. Ciganos aqui chegaram no Século XVI, mantidos em uma situação de exclusão, de perseguição e discriminação muito grande, ao longo desse tempo. É evidente que são novos tempos, hoje, no Brasil, mas é preciso a gente entender que esse acúmulo de ausência da presença do Estado junto às comunidades ciganas deixaram uma dívida muito grande a ser feita. O Governo do Presidente Lula encerra agora o seu oitavo ano, e não vamos pensar que, em oito anos, vai se resgatar direitos que foram sonegados ao longo de séculos nesse país. Então vale o dizer do poeta, que diz que, 'se muito vale o já feito,

mas vale o que será'. E do ponto de vista das comunidades remanescentes, das comunidades ciganas, é fundamental entender que a questão da alfabetização por meio de unidades móveis, a garantia de educação diferenciada para as crianças, respeitando suas crenças, costumes e tradições, matrículas para crianças e adolescentes, no máximo 24 horas, nas redes públicas estaduais e municipais, sempre que chegarem a uma nova cidade. É importante dizer, salientar que isso se deve ao caráter nômade de muitos grupos ciganos, aqui, no Brasil, e atendimento de saúde em unidades adequadas, levando em consideração as especificidades dessa parcela da população.

Acredita-se que, no Brasil, existam, hoje, cerca de 800 mil ciganos, e dados que colocam, que se concentram em cidades de pequeno porte, de até 50 mil habitantes. O IBGE traz uma informação de que houve avanço no reconhecimento, por parte dos municípios, da existência desses grupos ciganos em seu território. É fundamental a gente, enquanto Governo, Poder Público... Aqui está o Poder Legislativo Federal, o Senado da República, a Câmara de Deputados e também representantes do Poder Executivo Federal. É fundamental a gente entender que a coisa começa a ser desenhada em relação às comunidades ciganas. Primeiro, eu entendo que é importante ouvir-se a voz dos ciganos. O Ministro Eloi, aqui, colocou da presença de representação cigana no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. É importante para que essa representação tenha cada vez mais força, mais peso, dentro do Conselho, na construção de políticas, que os ciganos organizem-se para discutir a sua representação, que a comunidade cigana acompanhe a vida do Conselho, a participação de seus representantes no Conselho, interagindo com eles, para que eles tenham força na representação, no papel que desenvolvem enquanto representantes das comunidades ciganas no Brasil.

Nós tivemos a Conferência de Promoção da Igualdade Racial, onde grupos ciganos estiveram presentes e reuniram-se. É uma coisa ainda muito inédita. Eu acredito que, inclusive, em função da situação da exclusão e de perseguição, essa coisa da divisão e da dificuldade de aglutinação da comunidade cigana no Brasil deva-se a esse fenômeno da dificuldade e da falta de assistência do Estado para que as senhoras e senhores possam caminhar nesse sentido. Eu diria aos senhores que, quanto mais unidos e mobilizados estiverem os ciganos no Brasil, mais força eles terão para fazer presente as suas reivindicações junto ao Governo Federal.

E eu diria mais: quanto mais organizados e mobilizados estiverem, mais... teremos uma capacidade

maior de articular política com os senhores, que não pensem que essas políticas públicas sairão aqui do Palácio do Planalto, seja da SEPPIR ou da Secretaria de Direitos Humanos; essas políticas públicas terão de ser construídas com os senhores, com a participação dos senhores e das senhoras, e, para isso, é fundamental o avançar, o fortalecimento da organização dos senhores e das senhoras, enquanto ciganos no Brasil, para que o diálogo com o Poder Público, ele seja cada vez mais eficaz, seja cada vez mais produtivo, até porque quem conhece a realidade do dia a dia dos ciganos no Brasil são vocês. Na verdade, o nosso papel é exatamente articular com os senhores e com as senhoras os melhores investimentos voltados à melhoria da sua condição, da sua qualidade da vida.

Por isso, eu, na condição de Deputado Federal, hoje, me coloco à disposição, para dar continuidade a esse diálogo na Câmara. É evidente que a gente vive, assim, um novo momento no Brasil, mas não podemos sentar sobre os louros. Eu acho que temos que aprofundar essa caminhada do Estado Brasileiro, no sentido de prover de cidadania a maioria da nossa população, que, historicamente, esteve afastada da assistência e da proximidade do Estado Brasileiro, no sentido de fortalecer a sua cidadania no Brasil.

Então, Senador Paim, mais uma vez, eu quero cumprimentá-lo por essa iniciativa, e, enquanto Deputado Federal, o senhor tenha a certeza da nossa parceria, no sentido do fortalecimento do nosso trabalho no Congresso Nacional. Eu queria, ao final, pedir desculpas, porque eu estou com uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual eu sou membro na Câmara, e, por esse motivo, eu não poderei ficar para acompanhar o desenrolar dessa Audiência Pública. Parabéns aos ciganos, vamos firmes na luta, que a vitória final há de ser nossa. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Quero registrar a presença conosco de Vera Gomes, Gerente de Projetos da SEPPIR; o Salomão Sousa Fernandes, Secretário-Geral da UGT, União Geral dos Trabalhadores, e do meu amigo Patah, é isso? Cadê o comandante aqui? Isto, grande Patah, esteve comigo essa semana aqui. Luciana Aires(F), assessora COPPIR; Elza Vieira da Rosa, pesquisadora Questão Cigana, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Museu Afro; e Ivonete Carvalho. É isso? Iracema Prates Garcez, ciganas do Rio Grande do Sul; José Daniel Juarez Rolim(F), Conselho Ativo Latente da Ordem Nômade; Rogério da Silva, Presidente da Associação do Centro de Referência Cigana.

E passamos, de imediato, então, ao Perly Cipriano, e a nossa Senadora, Presidente da Comissão, usa a

palavra no momento que ela entender mais adequado. Então, Perly com a palavra.

SR. PERLY CIPRIANO: Bom-dia a todos e a todas! Senador Paulo Paim, Senadora Rosalba, Ministro Eloi, Ministro e Deputado que acaba de sair, Edson Santos, Marlete, Padre Wallace e a todos ciganos e não ciganos nesta audiência.

Primeiramente, em nome da Secretaria Especial de Direitos Humanos, queremos parabenizar essa iniciativa de grande importância para o Brasil e para o mundo. Os ciganos, possivelmente, têm 2.000 anos que saíram da Índia. Portanto, tem uma existência anterior a esses 2.000 anos de luta e de vivência. Nesses 2.000 anos, eles percorreram quase todos os países do mundo. Em todas as partes, eles trouxeram cultura, saber, ensinamentos, e praticamente em todos esses países eles sofreram preconceitos e discriminações. Os ciganos... E eu tenho repetido muitas vezes que eles são um pouco parecidos com o bálsamo que perfuma o machado que o corta, porque, embora sofrendo perseguição na Idade Média, na Alemanha, quando Hitler queria exterminar o povo judeu, junto com o povo judeu, queria exterminar o povo cigano. Possivelmente o holocausto cigano seja maior do que o holocausto judeu, são povos irmãos. Os ciganos sofreram nos regimes capitalistas e também nos regimes socialistas. Estive na antiga União Soviética, onde havia discriminação contra os ciganos. Diziam: "Quando a neve se vai, os ciganos chegam". O cigano atravessava a Europa e ia para aqueles países da antiga União Soviética, mas, lá, eles sofriam discriminação e preconceito. Os ciganos também, ainda hoje, hoje, na Itália, estavam tirando sangue das crianças ciganas para ter o DNA, para, um dia, se tiver que identificar os ciganos e botá-los para fora da Itália... Estão perseguindo ciganos na Itália, na Hungria, mesmo na Romênia, que tem, possivelmente, a maior nação cigana do mundo.

Nós, o Brasil, possivelmente, nós não temos dados precisos ainda, somos a segunda maior nação, possivelmente, não tem dados precisos ainda; somente agora o IBGE, depois de grande empenho da Secretaria Especial de Direitos Humanos com a SEPPIR e com o MINC, trabalhamos com o IBGE, que fez um primeiro registro de acampamentos ciganos nos municípios. Portanto informação prestada pelos prefeitos, são informações preciosas, porém, insuficiente, diante do número imenso de acampamentos ciganos, mas ainda não temos o registro também dos ciganos que vivem já nas cidades ou mesmo no campo. Conheço, no Espírito Santo, ciganos acampados, acampados não no acampamento cigano, acampamento de sem-terra. Lá estavam eles, também, reivindicando a sua terra,

e aqui, em Goiás, Mato Grosso, também tem ciganos que lutam pela posse da terra.

Esse país e já... O Ministro Edson Santos, o Edson Santos, o ministro também, que é ex-ministro, e Eloi, também, já falaram dessa trajetória. Desde que aqui chegaram os portugueses, ocupando a terra, escravizando, matando, exterminando, trouxeram os ciganos presos, expulsos da Europa, trazendo como se fossem vadios, ou, então, cigano negando a sua própria identidade, assim como aconteceu com os judeus. Os negros escravos vieram como escravos tiveram que negar, às vezes, a sua religião, ou negar que eles tivessem uma religião. Nesse período todo, eles constituem uma parte importante da história do nosso povo, de luta e de resistência. Esse povo, dizem que, ao sair da Índia, eles saíram com o seguinte lema: “O planeta é a minha terra...” – portanto, tudo é terra deles; “O universo é o meu teto...” – portanto, onde estiver, eles estão bem; “A minha religião é a liberdade”, onde os ciganos estiveram, eles estiveram lutando por liberdade. Então, é importante entender que esse talvez seja o maior ensinamento, possivelmente, quase de todos os povos do mundo.

E a discriminação contra o cigano é tão grande... É bem provável, Juscelino Kubitschek, segundo todos os historiadores, era um cigano, neto de cigano tcheco, mas não pode revelar-se como cigano, porque, com a discriminação, com o preconceito existente, as pessoas, às vezes, até negam. Nós, os negros, não podemos negar, porque a cor não deixa a gente negar, mas, senão, teria pessoas que teriam que dizer que nem é negro. Uma vez, o IBGE foi na minha casa, para me identificar, para falar da minha cor, eu era Secretário de Justiça. Quando eu disse que era negro, a pessoa: “Não, não, você não é negro”. A pessoa estava assustada, porque eu era Secretário de Justiça dizendo que era negro, é como se não pudesse. Mas o cigano... E também é bom dizer que os ciganos têm muitas cores, não só muitas etnias, muitas cores. Eu pessoalmente acho que tem um bom número de ciganos que eles também são negros, tem um grupo deles que também são negros. Então, o cigano andando pelo mundo, eles foram buscando e tendo identidade diferente. Então eu acho que, quando os ciganos estiveram presentes nas primeiras conferências de direitos humanos e nas duas conferências da SEPPIR, eles estiveram presentes, fazendo uma pauta de reivindicação, tem uma pauta imensa. Essa pauta, hoje, está na cartilha, dessa... “Povo Cigano – O Direito em suas Mãos”, aí estão contidas as demandas ciganas das diferentes conferências, da SEPPIR e da Conferência de Direitos Humanos, e ali são temas aparentemente simples. Os ciganos nômades não têm acesso ainda à Bolsa-

-Família, porque o prefeito e a prefeita, às vezes, não dá a Bolsa-Família porque eles irão para o município vizinho. É como se eles tivessem que negar a sua identidade para receber um direito. Então, nós estamos discutindo com o MDS, que está fazendo um esforço no sentido de constituir algo especial que o cigano nômade, a família nômade, pudesse ter acesso à Bolsa-Família. Claro que tem ciganos ricos. Os ciganos ricos não vão necessitar da Bolsa-Família, mas o número de ciganos acampados e pobres é muito numeroso, e eles não têm acesso à Bolsa-Família. Também está se criando um cartão Saúde Cigana.

O registro civil cigano... Nós estamos produzindo um material, juntamente com a SEPPIR, já fizemos o primeiro material, foi feito em Minas Gerais... A ideia é fazer o material para levar para o Brasil inteiro, porque, muitas vezes, o cigano nasce no acampamento e vai para outro município. Quando ele chega no outro município, vai num cartório, aí não registram. Se o cigano trouxer outros ciganos como testemunha de que aquele é filho daquele homem e daquela mulher, é bem provável que eles olhem para as outras duas testemunhas ciganas com suspeição, porque, como o cigano não deixa os filhos para trás... E, na Idade Média, muitas vezes levaram, nas suas caminhadas, os filhos de pessoas não ciganas, que tinham filho com outra mulher, e não queriam matar essa criança, não queria que a sua família descobrisse, entregava para que os ciganos levassem, e os ciganos conduziam, salvando aquela criança, e, às vezes, salvando até um casamento. Mas os ciganos, então, levaram a fama de que roubam criança. Assim a maioria das pessoas cresceu ouvindo falar isso contra o cigano. Portanto, é um povo que sofre um grau de discriminação maior do que todos os outros, porque ao cigano atribui-se, como se fosse na gene do cigano, o roubo de criança, o assalto. Agora mesmo, no Espírito Santo, um cigano está sendo procurado e foi condenado, o delegado faz um documento, dizendo: “A comunidade cigana aqui chegou e está gerando inquietação”. É a comunidade; portanto, as crianças, os que estão no ventre da mãe, o que tem dois anos, já são... É a comunidade que é criminosa. Posteriormente, o promotor também faz e está escrito, que os ciganos... Não era uma pessoa, porque um cigano eventualmente comete um crime como qualquer negro, branco, judeu, qualquer um pode cometer; não deve, mas pode cometer. Também o promotor faz o registro que é a comunidade, como se os ciganos, como um todo, cometessem o crime. E, lamentavelmente, o juiz, também ao condenar, utiliza o mesmo preconceito. Portanto, do delegado e, possivelmente, para agradar e atender interesses mesquinhos

de racistas. Eles eram racistas, mas atendiam também outros interesses racistas.

Então, primeiro, eu acho que é preciso combater toda forma de discriminação e preconceito. Lembrar que, além da Bolsa-Família, o cigano, a questão do registro é fundamental, mas fundamental é que a sua tenda seja reconhecida como a sua casa, tão sagrado quanto um apartamento em Brasília, tão sagrado como o Senado [palmas] e tão sagrado quanto uma igreja de alguém. Quase sempre a polícia entra nos acampamentos ciganos, revista todas as tendas... Se eventualmente um cigano cometer um crime, contra ele deverá proceder legalmente como faz contra qualquer raça ou etnia: localizar a pessoa, notificar; mas entram à noite, invadem todos os acampamentos, sem mandato.

Como Secretário de Justiça do Espírito Santo, presenciei um fato, que eles invadiram vinte acampamentos ciganos, porque houve a suspeição de roubo de uma arma. Eu dei entrevista, dizendo que, nos apartamentos mais modernos e chiques da Praia do Canto, que é do bairro nobre, deve ter muitas armas roubadas e traficadas, mas era o acampamento... Uma arma suspeita de roubar, invadiram vinte e tantos acampamento ciganos. Entre eles, foi levada uma cigana, com um filho de três dias, para a delegacia. Possivelmente, essa criança estava também sendo acusada. E agora vimos, em São Paulo, bem recente, quando uma cigana estava nas praças, lendo a mão, como elas fazem em todas as partes do mundo, é um elemento cultural, o Juiz recebeu uma denúncia de que a cigana estava explorando o seu filho. O Conselho Tutelar, que também estava despreparado, concordou com a medida. A Guarda Municipal foi na praça pública, à força, tomou a criança, a mãe chorando, desesperada, eles arrastaram à força essa criança e entraram num carro, dirigido por dois guardas municipais, e a criança sentada no colo, diante do volante.

Chega aqui a Mirian Stanescon, que é uma das pessoas que mais tem contribuído para a luta do povo cigano no Brasil e no mundo [palmas], e autora também da cartilha, do Conselho da Promoção da Igualdade Racial, que é muito importante. Por isso que eu digo que essa Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, ela vale o peso dela em ouro. Ela é pequena, mas ela tem um papel importante na construção da identidade desse país como nação.

[palmas]

A criança foi tomada da mãe, a guarda que levou a criança, botou a criança no colo diante do volante e sem nenhuma proteção, e foi muito difícil. Nós fizemos ligações para lá, apelamos, mandamos documento, a SEPPIR, através da ouvidoria, também trabalhou. Posteriormente soltaram, a criança foi levada para

um local, a criança chorava desesperadamente, uma criança de quase dois anos, parece, tomada à força, a criança não sabia ainda português, porque a mãe falava na sua língua com essa criança. Quando soltaram a cigana, a cigana deu a seguinte declaração: "Eu não tinha onde deixar a criança", e mostrou: "Eu estou amamentando o meu filho, por isso é que ela está junto comigo", mas o Juiz, o Conselho Tutelar, a Guarda Municipal e, lamentavelmente, parte da sociedade aceitaram esse fato abominável. Então é necessário trabalhar nesse sentido.

A questão também da terra, os ciganos, às vezes, lutam pela terra, embora sejam nômades para muitos lugares, mas muitos deles ainda querem um pedaço de terra para viver. Então eles têm que trabalhar nisso.

O Ministério do Trabalho também, a questão de trabalhar no sentido de assegurar ao cigano capacitação profissional, e o MEC... Está aí uma certa dívida aí, nós estamos trabalhando muito com o MEC nesse sentido. Eles vão realizar a educação cigana nômade, porque, como eles estão indo de um lugar para o outro, eles, às vezes, não têm essa possibilidade de assistir às aulas. Então, é preciso trabalhar com essa lógica. Então eu quero já dizer que, hoje, está aqui o Marcos Frota, que é uma das pessoas que nós mais admiramos. Eu, pessoalmente, acho que ele é cigano. Ele tem identidade cigana, mas eu tenho certeza absoluta que, se arranhar a pele dele, vai achar ciganos de várias etnias, que é muito dedicado a essa causa. Hoje, no circo, o Unicirco do Marcos Frota, aqui na Esplanada, vai ser apresentado... O MINC, o Ministério da Cultura vai fazer uma oficina sobre o prêmio da cultura cigana, e vamos ter, mais tarde, também, o Brasil Cigano, que é uma atividade, vai ter um show, uma atividade, com a presença de ciganos de muitos lugares. Aqui tem muitos ciganos, mas estão chegando... Atenção que estão chegando de ônibus, de muitos lugares, não havia possibilidade de chegar aqui para essa manhã, mas estarão lá, e, lá, certamente, a gente vai fazer referência, pelo menos, ao Tihany, que tem mais de cem anos, cigano que tem um modelo de escola de circo no mundo, e aí o Frota, como ele é um cigano, ele já está... Aquele circo do Marcos Frota, para mim, aquilo é um acampamento cigano, é uma tenda cigana. Por isso eu tenho certeza que a homenagem que ele vai prestar ao cigano será uma coisa de muita dignidade.

Então, eu quero já encerrar, dizer que quero, mais uma vez, parabenizar por essa iniciativa. É importante que o Poder Público trabalhe nesse sentido. E o Senado tomar uma iniciativa como essa vai ajudar muito a quebrar as discriminações, os preconceitos contra os ciganos, ciganos crianças, ciganos idosos, e que esse país, ao assimilar, ao não ter preconceito contra

o cigano, eles estão, de fato, construindo um projeto de nação do respeito à diversidade racial, étnica, religiosa, de orientação sexual, enfim, o projeto de nação. Não pode existir, dentro de um país como o nosso, nenhum tipo de discriminação contra nenhum povo. E os ciganos deram uma grande contribuição para esse país e continuarão dando essa contribuição. Portanto, todo o respeito e toda a valorização ao povo cigano é tudo aquilo que nós podemos fazer como tributo à contribuição que eles deram ao mundo.

Senador Paim, em nome do Senado, nós queremos dizer que, possivelmente, essa é uma das mais importantes audiências, não que as outras não sejam importantes, pela profundidade e pela discriminação de um povo invisível, mas não é um povo invisível, a SEPIIR está vendo, o Senado está vendo, e eles estão se organizando em associações, tem a cartilha, tem o Centro de Referência Cigana, que está indo, fazendo reuniões nos estados, ajudando a organizar. Não é política para o cigano, é com o cigano que nós vamos fazer política, e aqui é que o Senado está fazendo. Parabéns e muito obrigado, me sinto orgulhoso de estar aqui, nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Perly. Meus cumprimentos ao Perly, ao Edson, ao Eloi, que já falaram. E a nossa Presidente, como ela vai ter uma outra atividade, ela dará a sua mensagem agora e, em seguida, fala o Padre Wallace.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia, bom-dia a todos! Como o Senador Paim estava falando, eu vou ter que sair para ir à Comissão de Educação, onde eu sou a... Eu solicitei uma Audiência Pública para discutir já o Novo Plano Nacional de Educação. Então eu gostaria aqui de, inicialmente, cumprimentando a todos na pessoa do Ministro Eloi Ferreira de Araújo, Ministro de Estado, e Edson Santos, que teve também que já ir para outra atividade, Deputado Federal, Perly Cipriano, que aqui, com muita propriedade, nos colocou questões que realmente... É a pura realidade contra o preconceito, tabu. Padre Wallace, onde é que está o padre? Tudo bem, padre? Seja muito bem-vindo. E Mirian Stanescon, a Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e a nossa Marlete Queiroz, Cigana Calin. Quero também cumprimentar o Marcos Frota.

Eu acho que é isso mesmo, Marcos, todos nós... Aqui, no Brasil, é uma miscigenação completa, temos que ter alguma coisa no nosso sangue de cigano. Mas eu queria, aqui, só dizer, Senador Paim, de quanto foi oportuno e necessário que tenhamos essa Audiência Pública. O senhor, como Presidente da Subcomissão de Defesa do Emprego e da Previdência, trazer, para que a gente possa... Quanto mais pudermos debater,

mostrar essa realidade é importante para que possamos realmente superar tanto preconceito e tanto tabu. Eu sou de um estado no Nordeste, Rio Grande do Norte, a minha cidade o Marcos Frota conhece, já esteve lá, Mossoró. E eu sei que os ciganos estão em todos os recantos, não é diferente no Nordeste também. E existe, como em todo o Brasil e no mundo, a questão do preconceito. Quando eu digo no mundo, é porque eu vivenciei muitos momentos de preconceito, inclusive na Espanha. Na Espanha, quando você estava no próprio metrô e chegava um cigano, as pessoas olhavam uma para outra e diziam “itan”, parecia que estava dizendo um palavrão, “itan”, como se fosse uma coisa... E olha com um país turístico, onde muito do que se vai ver lá e que promove aquele país é da cultura, herança dos ciganos, porque o tablado é o cigano, é a dança cigana, a musica, e a coisa... Se você vai a Granada, você vai como um ponto turístico, conhecer lá as cavernas dos ciganos, onde eles viviam e onde, hoje, está tudo transformado em casas de espetáculos, em bares, restaurantes. E, mesmo assim, nesse país, eu senti mesmo de perto esse preconceito que eu pensava que era só aqui.

Quando era menina, tinha uma senhora que morava na minha casa, e olha que eu estava contando aqui ao ministro, ela era preta. Quer dizer, já... Você vê o... Era pretinha e tinha... E o conhecimento dela era... Um nível de educação muito pequeno tomava conta da gente. Então ela, quando queria que a gente ficasse quietinho, dizia: “Olha, fica aí, que os ciganos vêm aí”. Era como se dissesse: “O cigano come gente”. “Eles vão levar vocês, vai roubar vocês, vai raptar vocês”. Quer dizer, essa ideia, fazendo o medo em crianças. Veja como é forte isso.

Depois, eu já médica, eu sou pediatra, então eu trabalhava em um posto de saúde, mas trabalhava também em um pronto-socorro, ia todo dia dar um expediente lá, Paim. E os ciganos eu atendia, apesar de ser pediatra, atendia a todos, porque, quando você está no pronto-socorro de uma cidade... Na época, era o único que existia, fazia... E colegas meus... Quer dizer, a pessoa que me fez, quando criança, susto, era uma pessoa de nível educacional muito pouco, muito pequeno, mas eram colegas, médicos, pessoas já de uma formação bem maior, que chegava e diziam: “Por que é que você atende tanto esses ciganos?”, como que se dissesse assim... “Por quê? Eles não são gente? Eles adoecem como qualquer pessoa”. E chegavam ali porque, nas unidades da saúde, como havia aquele... era por bairro, já tinha... as pessoas já tinham a sua ficha, então eles não tinham condição de ser atendidos ali. Então iam, levavam os seus filhos para atender, eles próprios, os adultos, também iam para... Era uma

coisa, assim, uma assistência que não era ideal, mas era o que se podia fazer. Então, havia essa interrogação: “Por que é que o seu consultório, sua sala, está cheia de ciganos?”, como se eles não fossem pessoas como nós, como se vocês não fossem, que tivessem o mesmo direito de serem bem atendidos. Então, era isso que acho... Quer dizer, essa realidade existe, é muito forte e está no mundo todo, e é muito bom que a gente esteja aqui, discutindo, porque eu acho que, quanto mais existe um problema, nós não podemos deixar debaixo do tapete. A gente tem é que levantar, para valorizar, para saber o quanto vocês contribuem na cultura, em todos os aspectos. São cidadãos que têm direito a ter a sua liberdade, que esse... Acho que o dom maior de uma vida é liberdade, é ter a sua liberdade, e, se todo brasileiro entender realmente o que é liberdade, respeitar a liberdade que você tem, que você tem direito, e que cada um faz desse mundo a sua pátria.

Então, minha gente, parabéns. Obrigada pela presença. Vocês merecem e podem contar comigo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra, de imediato, ao Padre Wallace do Carmo Zanon, Diretor Executivo da Pastoral dos Nômades no Brasil. Depois, encerra a Mesa a Mirian Stanescon, que é Conselheira Nacional da Promoção da Igualdade Racial, Delegada e Conselheira Nacional dos Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro.

Agradeço aqui a nossa Presidente, pela sua participação. Eu convido que ela venha... Senta aqui, no lugar da nossa Presidente, que está saindo aqui.

SR. WALLACE DO CARMO ZANON: Gostaria de iniciar a minha fala saudando o Senador Paulo Paim, que a gente tem acompanhado o trabalho, aí, nessa luta pelas minorias; também saudar o Sr. Ministro Eloi Ferreira, Ministro da SEPPIR; Perly Cipriano, também grande guerreiro, lutador pela causa cigana na Secretaria Especial de Direitos Humanos; a Marlete, que está também na luta pelo povo cigano daqui da região do DF; também o Marcos Frota, ali, saudar; e, ao mesmo tempo, nós, da Pastoral dos Nômades, que trabalhamos com ciganos, circenses e parquistas, nos penitenciar diante dele e falar da nossa falta de ação junto ao circence. No passado, nós tivemos até alguns padres que já moraram junto dos circos. O Padre Frei Tadeu chegou a morar com o Frederico Orfei, que ensinou e caminhou muito conosco na Pastoral dos Nômades. Também acolher todos os nossos irmãos e irmãs ciganos e também não ciganos.

Então, nesses meus 17 anos de caminhada junto com os ciganos... Dentre eles, quatro eu morei junto

com ciganos de barraca. Então, apesar de não ser cigano, senti na pele o que é ser cigano, porque ser cigano não é simplesmente você ganhar, ter o ônus das danças, ter o ônus da música, mas, sim, também, você sentir na pele o preconceito, a falta de oportunidade, a falta de valorização, a falta do reconhecimento de, muitas vezes, como pessoa humana. Infelizmente, ainda nesse tempo, nessa pós, pós modernidade, ainda nós podemos perceber toda essa ação que ainda existe contra o povo cigano, que não é considerado nem como gente, como pessoa. E se nós olharmos nesse todo tempo que nós temos, refletindo um pouco de 30 anos de Pastoral dos Nômades, que tem aqui no Brasil, nós vamos perceber que muito foi feito nesses últimos tempos, a coisa caminhou bastante, poderíamos assim dizer. Se nós olharmos em todos os ministérios, a Secretaria Especial de Direitos Humanos tem uma parceria conosco no Centro de Referência do Direito do Povo Cigano, fizemos 27 reuniões, aí, pelo país afora, escutando o que é que os ciganos tinham, aproximando os ciganos das autoridades locais, tentando quebrar esse preconceito, vimos um resultado muito positivo. Muito foi feito para os ciganos nessa ação, e muita coisa vem acontecendo a partir dessas reuniões. Se nós olhamos o MDS... O bom do MDS é que ele trabalha na calada. Ele não está falando muito o que tem feito pelos ciganos, mas o MDS tem trabalhado, o MDS começou já a fazer, colher os nomes dos ciganos em algumas regiões, para ver o que pode ser feito. Já está havendo aí uma proposta nossa de ver a possibilidade do cigano nômade receber o Bolsa-Família a partir do endereço da sua associação. Então eu penso que é um grande caminho que a gente vê o esforço do MDS, buscando tentar resolver essa situação dos ciganos nômades em relação ao Bolsa-Família.

Devemos à SEPPIR, também, que tanto luta, tanto busca, tem o centro de referência lá. Mas busca muito e mais para tentar resolver algumas situações do povo cigano e incluir o povo cigano, como já incluiu no seu Conselho e também em outras áreas. A saúde também, a gente vem tentando caminhar um pouquinho aí com os ciganos. Então, a gente veio... Por isso que a Pastoral dos Nômades, sem vínculo direto com o governo, porque nós procuramos fazer a nossa parte nessa situação, tem colaborado, tem feito parcerias com o Governo Federal, porque vê boa vontade, vê vontade de ajudar o povo cigano, esse povo que foi sempre esquecido e deixado de lado. Então isso, para nós, é muito importante. Então, se a gente vê e conhece a boa vontade dessas pessoas, a gente vai. Por isso tem até o último agora e já ia esquecendo, injustamente, do MINC, também, com o Prêmio Cultura Cigana, participei de vários eventos com eles esses

dias, aí, tentando mostrar onde estão os ciganos, como chegar aos ciganos, como caminhar junto com eles.

E diante disso tudo, apesar de toda essa caminhada, eu penso que algo ainda pode ser feito, algo ainda deve ser feito para os ciganos. Por exemplo, eu percebo, e nós, da Pastoral, percebemos, um pouquinho falta de vontade, às vezes, ou sei lá o que é que está acontecendo, no Ministério da Educação, em tentar resolver a questão do povo cigano, em tentar entender o povo cigano. Nós vemos que outros ministérios, sim, estão buscando entender, caminhar junto. Agora, a gente percebe, às vezes, essa pouca... falta de vontade, não sei, ou limitação, talvez, também, do MEC, que poderia ter dado os passos maiores em relação à educação dos ciganos. Apesar que, nessa minha caminhada, e que a gente tem conhecido agora, nós temos percebido algo novo, primeiro descobrindo alguns doutores, algumas pessoas que já estão na faculdade, mesmo depois de uma certa idade, ter retomado os estudos... Por exemplo, temos aqui o Daniel, que agora voltou a fazer Direito, depois de um tempo que não conseguia fazer por causa de algumas limitações, agora voltou a caminhar, a fazer a faculdade. Muitos ciganos, também, crianças, nas escolas.

Então, hoje, nós poderíamos dizer que os ciganos não são tão analfabetos como nós diríamos. Eu mudei esse conceito, hoje, um pouco, porque tem muitas crianças na escola que estão estudando, porque o cigano não deixou de caminhar, o cigano mudou o jeito de caminhar, porque os ciganos, a gente percebe, se eu estiver errado, os ciganos podem me desmentir, o cigano, ele sempre caminhou numa certa região. O cigano não é de sair do Sul e ir para o Norte; o cigano sempre caminha naquela região e, antigamente, de tropa. Então, para você deslocar daqui para Alexânia, que são acho que 90 quilômetros, você tinha que ir a cavalo com tropa, você ia ter que ir parando. Então tinha mais visibilidade. Hoje, eles vão a Alexânia e voltam em 20 minutos de carro, e têm mais segurança dos ciganos que ficam acampados em certa região. Então vivem em um acampamento, estão ali mais parados, mas não deixaram de andar, não deixaram de caminhar. Com isso, estão tendo mais escolas, estão tendo, muitos deles, os documentos.

Então alguma coisa tem melhorado, porque os ciganos sempre falam comigo: "Padre, a vida de caminhar, de sair de cidade em cidade é muito sofrida", tem aqui o Elias, para gente conseguir um acampamento, um lugar para eles colocarem a sua barraca é a coisa mais difícil do mundo. Um dia desses, estávamos lá, no acampamento. Depois, com documento em mãos, chega a polícia, nunca vi tanta arma na minha vida, e ele tinha documento ainda. Uma diretora de uma certa

escola, vocês que são do GDF, depois poderiam apurar um pouco mais isso, falar para as crianças não chegarem na divisa da escola, porque a cigana poderia matar e depois comer as crianças que estavam na escola. Só que ela esqueceu que tinha três ciganinhos, cinco ciganinhos estudando naquela escola, que, depois, contaram para eles. Então, ainda a discriminação, a falta de pessoas preparadas, às vezes, para assumir até um cargo de diretora, ainda acontece muito e vai acontecendo mais o preconceito no meio dos ciganos.

Uma outra coisa, também, que nós já pedimos ao ministro, na época, Edson Santos, hoje também poderíamos pedir mais ao Sr. Ministro também, Eloi, a necessidade de um cigano lá dentro da SEPPIR. Claro que nós, assim, olhamos, reconhecemos o grande valor da busca, da luta que nós podemos ver que a Ivonete faz, com o Alex, que outras pessoas estão correndo muito, também que o próprio ministro está correndo, mas ter um cigano lá para ajudar mais na elaboração dos projetos, de conhecer mais a cultura, é essencial dentro desse ministério. Então é um apelo nosso aqui que... E tem pessoas preparadas, se nós procurarmos aí, a gente vai conseguir pessoas capazes de ajudar cada vez mais nesse trabalho que vocês já têm feito, têm buscado, né? Essa reunião, hoje, é fruto do empenho da SEPPIR, das pessoas que lutam, que sempre, às vezes, ligam para a gente, quando não têm o conhecimento, porque a gente sabe que, como alguém falou aqui, que, com oito anos, não dá para desfazer toda uma visão preconceituosa, como já dizia Einstein: "É mais fácil desarticular um átomo do que acabar com o preconceito na cabeça do ser humano". Então é difícil, tem dificuldade, a gente vê o trabalho, vê as lutas, mas a gente pede cada vez mais empenho nesse sentido de ajudar mais o povo cigano, porque os ciganos precisam desse apoio, os ciganos já estão fazendo um pouco a sua parte. Depois dessas nossas reuniões, nós já podemos ver mais de dez associações ciganas. A maioria deles aqui é presidente de associação de ciganos do Brasil. Então, já é um trabalho, eles também estão fazendo a sua parte.

Então, eu penso que, nessa conversa entre ciganos e Governo Federal, acho que pode acontecer muito... Podem, assim, valorizar muito, e o povo cigano pode melhorar muito a sua ação. E eu sempre falo para nós, lá da igreja, que também temos pessoas preconceituosas, lá dentro da nossa igreja, com certeza, a gente fala, a gente bate, lá a gente pode apertar um pouco mais, mas que nós temos que começar a aproveitar a beleza do povo cigano, a beleza da família, a beleza da unidade, a beleza da alegria dos ciganos, apesar de todas as dificuldades, sempre está buscando

lutar, sempre está buscando viver, vivenciar e superar todas aquelas dificuldades.

Então, nós agradecemos essa oportunidade que nós temos, e, diante dos ciganos, nós falamos que a luta continua, nós vamos continuar nessa luta em todos os momentos da nossa caminhada. E, também, na hora que for preciso elogiar o Governo Federal, e, também, na hora que for preciso, a gente criticar e achar que algo mais tem que ser pelo povo cigano. Então, muito obrigado. Deus abençoe a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos passar a palavra para a Marlete Queiroz, Cigana Calin. E só para ajudar o Plenário aí, não tem problema para mim o celular tocar, mas só peço aí para o companheiro dar um saidinha ali fora, atende e volta. A gente sabe que a gente pode ter uma comunicação urgente. Marlete, por favor, agradecendo ao Padre Wallace de Carmo Zanon pela sua palestra.

SRA. MARLETE QUEIROZ: Bom-dia a todos, a todas! Ministro Eloi, Sr. Perly, Padre Wallace, D. Mirian Stanescon, e principalmente ao senhor, Senador Paim, quando tive a oportunidade de estar junto ao senhor, naquela sessão solene em homenagem ao Zumbi dos Palmares, que deixei aquele bilhete para o senhor, pedindo que se lembrasse, no seu discurso, do povo cigano, e fico feliz [palmas] de saber que o senhor não nos esqueceu.

E quero falar, hoje, em nome dos ciganos de acampamento, porque é uma realidade ainda muito difícil. Nós temos a nossa Associação Cigana do DF e Entorno, mais de 2.500 ciganos, aqui, em Brasília e entorno, 99% analfabetos, sem certidão de nascimento, sem nenhum direito ainda adquirido. O caso que o Padre Wallace citou foi aqui em Brasília, a primeira vez que nós conseguimos uma concessão precária de uso para ficarmos noventa dias próximos a uma escola, e era a primeira vez que as ciganas, as crianças calons estavam estudando. E essa diretora disse que os ciganos arrancavam olhos, braços, pernas, e apontou para a avó de uma das crianças e disse que ela cozinhava os ciganos. Não conseguimos ficar nessa área, embora com direitos adquiridos, porque a CEB e a CAESB se recusaram a colocar água e luz, porque disseram que não colocavam água e luz em acampamento cigano. Isso nós, com a nossa associação... Então, a nossa realidade, a realidade dos ciganos de acampamento precisa ser vista, e eu fico muito feliz de estar aqui ao lado do senhor, podendo ter essa oportunidade, porque, pela primeira vez, nessa Casa, eu vi o senhor citando os ciganos, fiquei muito feliz e, agora, mais uma vez, nessa luta, porque aqui tem o Elias, tem o Dalson(F),

tem o [ininteligível], tem muitos líderes que nós estamos nos organizando nessas associações.

A dificuldade maior, eu quero ressaltar, é exatamente o analfabetismo, a falta de condição de chegar, os ciganos sabem o que querem, principalmente os ciganos de acampamento, ainda não sabem como fazer para adquirir os seus direitos, e a minha luta, a nossa luta, é claro que é essa visibilidade em todos os sentidos, que todos nós somos irmãos, todos nós somos ciganos, mas, hoje, a minha voz, a minha luta é os ciganos realmente necessitados, que são esses, que sofrem, senador. Outro dia, em Brasília, o Elias, aqui, teve a maior dificuldade de enterrar uma senhora cigana, aos 70 anos, porque ela não tinha certidão de nascimento. Então, se chegamos aos cartórios para registrar as crianças que são nascidas em acampamento, não se registra, porque não tem o endereço fixo. Então, aqui, no Distrito Federal, por exemplo, é muito grande. Então os ciganos só podem ficar dez, quinze dias acampados; não existe condições das crianças estudarem. Então, hoje, como o Padre citou muito bem, os ciganos continuam comercializando, mudou a maneira de comercializar, porque podem andar nos seus carros e é muito mais rápido, mas nós temos um sonho de ter uma vila cigana, onde os ciganos possam ficar nas suas barracas, ter visibilidade, a nossa cultura possa ser vista, possa ser admirada, os ciganos saiam do imaginário da sociedade, os ciganos, também, que queiram estar em acampamento, possam ter, junto a essas vilas, esses nossos acampamentos, um local para se instalarem, onde possam ser reconhecidos, onde realmente as barracas... Porque as autoridades policiais não só revistam as barracas, rasgam as barracas, as roupas, quebram tudo, seja eletrodoméstico, seja o que os ciganos tenham; entram... O mês passado, aqui no Arapoangas, no Distrito Federal, alguns PMs disseram aos ciganos que iam queimar as barracas. Muitos não tinham carro para se transportar, foram andando, quem conhece aqui, até Brasília a pé, com medo de serem assassinados.

Então existe, realmente, essa realidade dura, que eu acho que, hoje – acho não, tenho certeza -, essa Audiência Pública tem que servir para que nós possamos falar dessa realidade e possamos trabalhar dentro dessa realidade, sabe, possamos ter voz, mesmo aqueles ciganos calons, que são analfabetos, porque garanto ao senhor que é em torno, pelo menos aqui, em Brasília, e nas comunidades ciganas calons que a gente tem acesso, que são muitas, 99% dos ciganos são analfabetos, por falta de oportunidade, realmente, de estudarem. O senhor há que convir que, se ficar 10 dias num local e 10 dias em outro, não tem como uma criança... E, hoje, o sonho dos ciganos, não é,

Elias, é se assentarem e terem oportunidade de estudar, terem a oportunidade, dentro da comunidade dos ciganos calons, ter os ciganos que possam gerir as necessidades, essa realidade. Então é um apelo que eu faço aqui aos senhores, ao senhor, que se tornou uma pessoa muito querida para nós, que olhe e veja o que pode ser feito pelos ciganos de acampamento, que, até hoje, têm realmente todas as necessidades, e eu garanto ao senhor, nenhum direito adquirido, sequer de certidão de nascimento. Estão aqui os ciganos que vivem essa realidade, que podem constatar o que eu estou dizendo.

Então, em nome dos ciganos de acampamento, dos ciganos calons, eu quero pedir a esta Casa, pedir ao senhor, que olhe para nós, que nos ajude, que nos auxilie nessa nossa luta que nós estamos começando. [palmas]. Com todas as dificuldades que o senhor possa, ou não, imaginar, mas que é apenas o começo. E nós estamos aqui, unidos, organizados, apesar das dificuldades, porque montar uma associação com analfabetos é complicado. E mantê-la, gerir, mas, mesmo assim, nós estamos nos organizando, fazendo alfabetização nos acampamentos por nossa conta, para que possam ciganos estarem mais preparados, exatamente para nós lutarmos, porque nós é que temos que dizer o que nós necessitamos, nós que temos esse direito de ser gestores das nossas necessidades, e é preciso que o governo ouça os acampamentos ciganos, a voz dos acampamentos ciganos. [palmas]

Então essa é a minha fala. Quero agradecer muito ao senhor, por essa oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Marlete. Deixa eu cumprimentar aqui a Marlete, que, com certeza, emocionou todos nós com uma fala simples, direta, objetiva e contou essa realidade do povo cigano, que tenho certeza que o Brasil, que vai assistir que está assistindo e vai ser repetida essa filmagem pela TV Senado, aprendeu muito aqui, viu muito o que não sabia. É inadmissível que a gente tenha ainda uma situação como você descreveu aqui, desde invadir a casa, quebrar... No fundo, é quebrar a casa. Rasgar é quebrar. Quebrar os eletrodomésticos. Que direito que alguém acha que tem de fazer isso? E você dá esse dado que mais de 99% são analfabetos. Olha, parabéns pelo depoimento. E parabéns pela SEPPIR, também, que sei que está trabalhando muito, não é, Ivonete, nesse sentido, e nós vamos ser parceiros, aqui, viu? Pode ter certeza que o nosso trabalho aqui no Senado, a partir de hoje, escreve uma nova história. Eu acho que esse olhar, esse olhar para todos. A gente sempre fala que tem que olhar para todos, respeitando

as diferenças e em uma política de inclusão. Parabéns para a SEPPIR, por essa iniciativa.

[palmas]

Foi a SEPPIR que provocou essa Audiência Pública.

Eu passo, de imediato, agora, a palavra à Mirian Stanescon, e que aqui me disseram que ela fala por toda a comunidade a nível nacional. Por isso que eu fiz questão que você sentasse na cadeira da Presidenta. Está falando, aqui, como presidenta dessa Comissão.

SRA. MIRIAN STANESCON: É lamentável que...

Primeiro, eu queria pedir perdão, que eu acho que a maioria está sabendo, que eu fiz um evento no dia 24 de maio, comemorando o nosso dia, dia nacional. E essa cruzada pela paz mundial é realizada em uma praça pública, de frente para o mar, e foram três dias de vento, uma chuvinha. Então, realmente, eu queria pedir perdão ao senador, ao Ministro Eloi, ao Dr. Perly Cipriano, ao Padre Wallace, a você, que já conheço também, e dizer que a coisa mais chata para mim é me fazer esperar, eu acho um desrespeito. É por isso que eu queria pedir desculpa a todo o pessoal da Mesa e a todos vocês. Mas é que realmente eu não estou nem quase podendo respirar. Eu vou tentar, pelo menos hoje, Senador Paim, colocar para fora sentimentos meus, que eu venho atravessando durante décadas.

Uma vez eu li um livro que dizia assim: "O povo cigano: cidadão na sombra e um povo sem voz", e eu prometi a mim mesma que eu ia mudar esse rumo da prosa, e comecei, então, nessa cruzada pela paz mundial, a homenagear negros, judeus, índios e ciganos, porque, em nossa opinião, eram os povos mais discriminados e perseguidos da história do mundo.

Na minha vida, tudo tem um toque de Deus. Eu nunca podia imaginar que este movimento que eu comecei em 97 fosse me trazer para Brasília, participar da IX Conferência de Direitos Humanos e da I Conferência de Igualdade Racial, onde eu pude, nós pudemos colocar, através da Fundação Santa Sara Kali, da qual eu sou Presidente, todas as propostas e reivindicações ciganas que tinham sido ouvidas no Rio, por vários líderes que ouviram essas propostas. O que é que aconteceu, então, senador? Eu faço questão, que isso é uma satisfação que eu quero dar ao meu próprio povo. Porque, se a gente não organizar, nós vamos nadar, nadar, e como diz o outro, morrer na praia.

Então quando eu comecei, nós começamos esse trabalho, eu acreditei nesse sonho, eu acreditei que a gente podia tirar o povo cigano da invisibilidade que há séculos nós estávamos sendo submetidos. Antes, Dr. Perly falou da cigana de Jundiá, embora o que eu vou tentar explicar... Porque é muito fácil a pessoa ver a Mirian Stanescon lá em cima, no palco, pensa que

é fácil. Não foi, não. Porque eu sofri um preconceito fora do meu povo e dentro do meu povo, porque eu era mulher. Eu sou a primeira mulher cigana formada nesse país. Paguei um preço alto, com juro e correção monetária, mas, hoje, eu tenho um sonho realizado. Eu tenho uma sobrinha médica, eu tenho uma outra advogada, a minha filha já é advogada e a minha outra já está também fazendo Direito.

[palmas]

Quando eu falo para o meu povo que a história de que é costume cigano ser analfabeto, é bom perder esse costume, porque nós estamos em pleno Século XXI, na era da informática, e hoje quem é doutor e não sabe informática já é semianalfabeto. Estou certa? Então, não vem aquela história... E eu digo em meu livro que evolução não é perda de tradição. Eu evolui, mas mantive as tradições do meu povo.

[palmas]

Então cansei de ver o meu povo ser o excluído dos excluídos. Nunca, senador, nenhum governo neste país deu o carinho e a visibilidade que o Governo Lula deu ao meu povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita que eu cumprimente o Ministro Eloi, da SEPPIR, porque ele foi fundamental fazer tudo isso. Grande Ministro, grande Ministro.

[palmas]

SRA. MIRIAN STANESCON: Eu costumo dizer que, se o meu povo está, hoje... Pelo menos saiu da invisibilidade, nós temos três pessoas que temos que agradecer e não parar de agradecer. Uma é o Dr. Perly Cipriano--

[palmas]

Que eu falo sempre, ele não gosta, que é o patriarca dos ciganos. Porque, olha, rapaziada, não é mole, não. Muitas vezes, senador, eu chorei muito e quis desistir da luta, quem me acalentou e me deu força e me deu agarra foi esse homem que está aqui, que eu tenho, assim... Uma hora, eu olho como pai; outra hora, ele é meu irmão; outra hora, ele é meu amigo; outra hora, eu sou filha dele. Então, eu acho que o Perly é o nosso patriarca, porque sempre lutou a favor da gente.

Eu vi o Padre falar, o Dr. Perly falar... Quando aquela cigana foi presa em Jundiá, eu estava indo para Goiânia, Goiás. Eu fiquei desesperada, porque me ligaram de Campinas, e não era de Jundiá. Foi bom que a Vanda chegou. “Mirinha’, vê o que é que fizeram com a cigana”, que eles me chamam de “Mirinha”. Eu falei: “O que é?” Eu estava arrumando a mala, acabando de arrumar a mala. Aí eu liguei a televisão e vi aquele absurdo da criança ser arrancada das mãos, aquilo me deu uma raiva. E eu já com viagem marcada, liguei para a minha Presidente, Dra. Margarida

Pressburger, da OAB. Ela falou: “Liga, em meu nome, para São Paulo, e veja quem é o Presidente da OAB”. E assim foi feito.

Quando eu entrei em contato com o Dr. Frederico, que esteve conosco em uma solenidade que nós tivemos aqui, o Presidente da OAB de Jundiá, e o Dr. Frederico falou: “Vai em paz, que a gente te dá notícia”. Quando eu cheguei em Goiânia, à tarde, estava o Presidente da OAB de Jundiá, toda a SEPPIR se mobilizou, toda, todos os conselheiros da SEPPIR, o Ministro se mobilizou, e isso me emociona.

[palmas]

Porque, antigamente, eles pediam socorro e não tinham como ser socorridos. Hoje tem. Ou vai ligar para “Mirinha” ou liga para Perly. Então isso me marcou profundamente, e eu fiquei muito grata a todo o Conselho da SEPPIR, ao Dr. Perly, que ficou no telefone, eu desesperada, e, à tarde, soltaram a moça.

Escutei também a Senadora Rosalba falar que era difícil porque não atendiam ciganos. Os médicos não atendem, você vê, em pleno século XXI. V. Exa. imagine isso há séculos, onde os ciganos não eram atendidos nem pagando para o médico. E aquele lá de cima não dorme. O que é que ele deu ao meu povo? A sabedoria do uso das ervas, por isso nós somos grandes conhecedores de ervas, porque, quando Deus tira uma coisa, ele dá outra.

Então, quando eu falava isso, as pessoas diziam que eu estava exagerando. Essa história... Temos que mudar o rumo dessa prosa, que história é essa que basta ser cigano para ser suspeito? Então essa história tem que acabar. Os ciganos têm que se organizar. Fiquei feliz com a fala dessa menina, porque eu sei o quanto vocês são machões. E, às vezes, quando eu dizia que eu não abria do trabalho que eu cheguei até aqui, é vaidade? Não, já passei da época de vaidade. Não, é para dar exemplo, que uma mulher cigana pode chegar lá e honrar as tradições do seu povo.

[palmas]

Que história é essa? Eu já caí do cavalo várias vezes de escutar: “Por que é que não pode isso?”. “Ah, porque você é mulher”. Então existe um ditado cigano que diz: “Ao homem tudo, porque nada pega. À mulher nada, porque tudo pega.” E aí nasce uma sapeca que faz o diabo e nada pegou. Eu consegui dar uma credibilidade a esse trabalho, você veja como Deus, Excelência, é bom, no que eu quis ajudar os meus irmãos negros. Porque eu tinha sido aprovada, a minha cruzada pela paz mundial era a Caravana Cigana pela Paz. Quando eu cheguei em casa, mataram o índio Galdino. Eu falei: “Espera aí. Se eu abro a porta do prefeito, eu não posso lutar só pelo meu povo. Aí eu vou lutar pelo negro, pelo índio, pelo judeu”.

O que é que aconteceu com isso? Fiz amizades maravilhosas com verdadeiras lideranças negras.

[palmas]

Passaram-se os anos, tinha meia dúzia de gato-pingado nas conferências de ciganos, vocês sabem disso. Como é que nós aprovamos essas 29 propostas? Nós não tínhamos quórum suficiente. Os meus irmãos negros, os judeus, os índios, realmente se sensibilizaram com a causa cigana. Então eu estou cada vez mais consciente que hoje o meu trabalho não é só para o mundo cigano. Talvez eu tenha sido esse elo, e, cada vez que eu faço essa cruzada, eu chego a essa responsabilidade. O Ministro estava lá e aí teve condições de assistir: as pessoas vão lá para receber uma benção das águas, uma benção, porque as pessoas estão carentes. E quando o senhor faz de coração, a corrente cresceu muito.

O que é que eu faço todos os meses ali? Eu ensino ao povo de vocês, para os *gajês*, tudo que é bom do meu povo. Quero levar para o mundo *gajô(F)* tudo que é bom, que eu aprendi com a minha gente. E quero levar para o meu povo tudo de bom que aprendi com vocês. O que é ruim a gente deixa lá fora. E, nesse intercâmbio cultural, foi que, graças a Deus, eu costumo dizer, essa história de cidadão na sombra é um povo sem voz. Já fiz tanta palestra, já viajei tanto, já conversei tanto que adquiri um calo na garganta, qualquer coisa eu fico rouca.

E eu só estou esperando, e já está acabando, para que eu possa operar, porque emprestei muito a voz a vocês. E só estou esperando melhorar, acontecer o que a gente está esperando para poder operar, porque, se morrer, pelo menos cumpri a minha parte com o meu povo, com a minha santa. Eu prometi a ela que assentava ela no Parque Garota de Ipanema. Hoje, ela está assentada no parque mais nobre da cidade do Rio de Janeiro, junto à Secretaria de Cultura e à Prefeitura.

E o cigano, quando o Presidente Lula decretou o dia, e nós tivemos que [ininteligível], Presidente, eram dez e meia, onze horas da manhã. E estive com a D. Marisa, e falei para ele sobre o decreto. “Mas de onde?”. O Perly tinha me dito: “Está na mesa dele”. “Olha, eu queria tanto resgatar a autoestima do meu povo”. À tarde o Presidente assinou o decreto.

[palmas]

Custou alguma coisa aos cofres públicos? Não. Mas, com certeza, senador, resgatou a autoestima desse povo, que sempre foi o excluído dos excluídos.

Eu fui convidada agora pelo Dr. Gerson Bergher, aquela história... É muita história para contar. Mas um povo que vive em silêncio, eu tenho que contar, alguém tem que saber essa história. Em 1998, 2.000, eu fui

convidada para ir a uma palestra chamada Triângulos Roxos – As Vítimas Esquecidas do Nazismo. E eu fui. Foi no Palácio da Justiça. Assisti a todas as palestras e não vi um minuto sequer tocarem no holocausto cigano. Quando abriu pergunta para o público, eu fiz o meu protesto, dizendo que eu estava muito triste, já que nós somos ciganos, você vocês sabem que existe isso, que o único povo do mundo que o cigano não chama de *gajô(F)* é o judeu, nós chamamos de *gidan(F)*, que é uma mistura de judeu com cigano. E sempre nos foi ensinado que todo cigano era obrigado a dar guarida aos judeus, e eu estava lamentando que, naquela conferência, ninguém tivesse citado o nome do meu povo. Geralmente, varrem o povo cigano para debaixo do tapete.

Passaram-se dez anos, fui convidada pelo Dr. Gerson Bergher, porque vão fazer o memorial no Rio de Janeiro. Eu falei: “Vai ficar ruim, né? Mas eu vou”. E fiquei procurando, eu guardei, eu fui chorando no táxi, e guardei todo o material dessa conferência dos Triângulos Roxos. Quando eu cheguei lá, me deram a palavra, e eu contei essa história, que, há dez anos... Botei todo mundo doido lá em casa: “Dá esse papel”, até encontrar o material que eu guardei. E disse que estava muito triste, mas que, primeiro, há dez anos, não adiantava eu lutar pelos meus mortos, eu teria que, primeiro, resgatar a autoestima dos meus vivos.

[palmas]

Agora, tinha chegado a hora de começar a resgatar a memória dos nossos mortos. Aí eu dizia, na época, que parece que foi assim, um monte de cachorro que foi para a câmara de gás. As crianças ciganas não existiam, a esterilização cigana não existiu. Então, a bem da verdade, é bom que vocês resgatem esta memória. E isso é porque, infelizmente... Eu gostaria de ter mais tempo, ter mais condição, ter mais capacidade. Eu ouvi falar aqui, também, na história da invasão dos acampamentos. Há quanto tempo, Dr. Perly, eu venho pedindo para ver o que a gente faz para dar inviolabilidade ao acampamento cigano, que eles tenham o mesmo amparo constitucional que têm as nossas residências, porque a casa do cigano é a barraca. Não pensem vocês que eu não estou cutucando, não. Pedir, eu peço mais do que filho de cego. Mas eu peço, eu perturbo, Ivonete sabe disso, Alex sabe disso, eu vivo de pires na mão.

Então falando isso, e acho que já me estendi demais, mas eu precisava ter esse desabafo, porque eu estou com 62 anos, não sou mais criança. Vocês têm que se organizar. Se organizem, se aconselhem, parar com essa história de calon [ininteligível]. Todo mundo é cigano, nós temos que ter uma diretriz e só uma direção.

Quando nós fizemos as propostas, naturalmente nós pensamos mais no povo calon do que no kalderash. Porque você sabe que kalderash realmente não precisa de política pública, a maioria deles; quem precisa mais é o povo calon. E é por esse povo que eu vou de porta em porta, eu vivo de pires na mão. Então é isso que eu gostaria de vocês.

Parem. Se a moça tiver capacidade, deixa ela assumir a liderança. Sabe, essa história do homem e a mulher já era. Uma vez me disseram, senador, que eu tinha que respeitar fulano, que era um ignorante, desculpe, porque ele era homem. Desculpe, senador, mas você vai conhecer o outro lado da cigana. Eu falei: "A hora que vocês me apresentarem um homem que tenha parido outro homem, aí eu vou baixar a cabeça".

[palmas]

E aí parou com essa frescura de dizer que eu era mulher e que eu tinha que calar a boca. Só vou calar a boca e vou abaixar a cabeça quando alguém chegar com mais garra, com mais determinação, com mais capacidade. O que é que eu quero de vocês? Vocês não sabem como eu estou feliz de ver esse movimento crescendo. O Padre Wallace, o Dr. Perly, o Dr. Eloi sabem que, no início, era meia dúzia de gato-pingado, todo mundo com medo. É mentira, Ivonete? Eles tinham medo. Tinha uns que me perguntaram assim: "'Mirinha', eles não vão prender nós, não? Vão pegar o nosso endereço, depois?", por causa do nazismo. Até hoje temos dificuldade deles darem endereço, porque está muito fresca na memória do povo a história do nazismo.

O que é que o governo tem que fazer? Eles têm que adquirir a confiança que esse governo, graças a Deus, está nos dando. Graças a Deus, nós temos um Dr. Perly Cipriano. Graças a Deus nós temos um Dr. Eloi. Graças a Deus, nós temos a igreja ao nosso lado, talvez até resgatando uma dívida histórica para com o novo povo, por causa da Inquisição. Então, às vezes, eu falo demais, mas eu como livro, porque eu tenho que saber. Eu tenho que ter a cultura de vocês, mas também tenho que ter a cultura dos *gajês*. Porque eu estou cansada, senador, de ler coisas que não traduzem a realidade do meu povo, porque tudo que foi escrito para o cigano foi escrito por não cigano, não traduz a nossa realidade.

Então a primeira meta que eu vou ter agora, [ininteligível] fofoca para poder descansar a garganta, vou tascar-lhe caneta, porque alguém tem que contar a verdadeira história do povo cigano. Se organizem, meditem, deem voz à mulher, deem voz à criança, se unam, não permitam que fofquinha, disse-me-disse e lero-leros desarticulem o movimento de vocês, porque excluídos dos excluídos nós sempre fomos.

[palmas]

Mas uma coisa vocês podem ver: esse Governo, o Presidente Lula, estive falando com o Senador Paim, falei com a companheira Ivonete, com o Alex, que está aqui, vocês não têm noção do que a gente pede. Agora, se vinte pedirem juntos, vai nos fortalecer.

Então que esse governo seja abençoado. Que o senador, muito obrigada por ter aberto as portas do Senado. Hoje, o nosso povo, que era escorraçado, está sentado aqui, no Senado. Tem coisa mais bonita que isso? Tem coisa melhor do que isso? Para mim, a minha missão está cumprida, vocês sentarem aqui e serem respeitados. Está na hora de acabar com a história de o cigano se sentir estrangeiro na sua própria terra.

[palmas]

Nós somos cidadãos brasileiros, temos direitos constitucionais e temos direito também como minoria étnica. Que Deus abençoe todo o povo. E que Deus abençoe, senador, meu patriarca, meu Ministro, que eu amo de paixão, tenho certeza que vai nos ajudar. O caminho, agora, é de todos. Muito obrigada, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois das sábias palavras da Dra. Mirian, tenho certeza absoluta que não só o Plenário, mas, repito, pela TV Senado, doutora, a senhora deu uma aula aí, com emoção, com sentimento, com muita convicção, da importância dessa bela encaminhada. Eu estou muito satisfeito aqui. Estou orgulhoso de ter dado a cadeira que eu devia estar sentado e que foi da Presidente, para a senhora.

[palmas]

Nesse momento, a senhora falou como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão em Defesa do Emprego e dos Trabalhadores e da Previdência.

Mas vamos lá. Eu vou registrar a presença, aqui, de José Leandro Figueiredo Manguiera, representante da Comunidade Mauriti; Reginaldo Oliveira, liderança dos Acampamentos Ciganos, Núcleo de Estudos Ciganos; Pacha Romale Drom, Caminho da Vida Cigana; Fernando Alves da Silva, líder da Comunidade Cigana Mumbai; Zanata Ribeiro Dantas, representante da Associação Clã Calon, extremo sul, Bahia, e Elias Alves da Costa, presidente da ASC. O meu cumprimento a todos.

E eu recebi aqui também na Mesa... Ontem foi dia da Sara Kali, data universal. Há milênios, o povo cigano celebra essa data com festivais culturais. Então uma salva de palmas a essa data, que foi ontem, também.

[palmas]

Dia 24, eles estão lembrando aqui. E também a presença de Vanda Sava, Campinas, que está aqui também presente.

[palmas]

Deixa eu só dizer aqui para a Mirian, que ela diz que o tempo passou. Como a gente fala no Rio Grande, ela é uma guria de 60 anos, uma guria.

SRA. MIRIAN STANESCON: Fala sério.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sessenta e dois anos é uma guria. Sabe que idade que eu tenho? Quase a mesma que a sua, eu tenho 60 aninhos.

SRA. MIRIAN STANESCON: Está inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E vamos trabalhar juntos aí, muitos anos, ainda. Vamos trabalhar juntos, pode ter certeza.

Olha, me pediu a palavra e eu vou dar com muita satisfação, dois companheiros do Plenário. E eu vou tomar a liberdade de inscrever, também, Ivonete, para você também dar uma mensagem; foi o Marcos Frota, Presidente da Universidade Livre do Circo, e o Alexandre Reis, Secretário de Políticas de Comunidades Tradicionais, independente da ordem, Marcos Frota. Marcos, então.

SR. MARCOS FROTA: Bom-dia a todos. Na verdade, eu estou aqui apenas para agradecer toda a comunidade cigana, o carinho que eu tenho recebido por onde eu tenho andado. Todas as cidades brasileiras, com alguma atividade com o meu circo ou alguma outra atividade, eu sempre fui acolhido nas barracas, nas casas, nas caravanas, nas ruas, de uma maneira muito carinhosa pelo povo cigano. Aprendi muito. A comunidade cigana brasileira é responsável pela formação do meu caráter e da minha personalidade. Então tudo que eu possa fazer para retribuir o que eu recebi da comunidade cigana é pouco, perto da imensa sabedoria, sensibilidade artística, fé e espiritualidade que eu pude vivenciar, construindo amizades com a comunidade cigana.

Hoje, a convite do Dr. Perly e também da SEP-PIR, nós vamos realizar aqui, pela primeira vez, na Esplanada dos Ministérios, no Complexo Cultural da República, ao lado do Museu Nacional, da Biblioteca Nacional e do Teatro Nacional, está armada uma tenda de circo para abrigar a comunidade cigana. De uma maneira muito simples, vamos reverenciar a importância da contribuição do povo cigano à cultura, à cidadania e principalmente à espiritualidade brasileira. O Brasil, hoje, é a referência mundial de espiritualidade. O Planeta Terra espera a contribuição espiritual da nação brasileira. A nação brasileira não pode mais desperdiçar a contribuição espiritual que o povo cigano tem a dar.

Eu estou aqui não como artista, eu estou aqui como cidadão, eu tenho quatro filhos e preciso que o povo cigano seja realmente respeitado, para que ele possa aflorar e compartilhar com todos os outros segmentos da sociedade brasileira, a sua espiritualidade. O destino do Planeta Terra passa pelo solo brasileiro, nós somos a reserva natural, criativa, humana, mas principalmente espiritual do nosso planeta. Não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar a profunda, imensa, fecunda, forte, decisiva contribuição espiritual que o povo cigano tem a dar ao nosso povo.

A cultura cigana, através das suas músicas, das suas danças, da sua culinária, do seu vestimento, da sua fala e do seu espírito de liberdade, espírito libertador, tem que estar participando das nossas escolas. As crianças brasileiras precisam crescer já com o espírito aberto com relação à cultura cigana. O povo cigano tem muito a ensinar. O pouco que eu convivi com eles foi decisivo para eu compreender um pouco mais, ampliar o meu olhar, quebrar os preconceitos internos, os limites que eu tinha sobre a minha profissão, sobre a questão do circo e sobre a compreensão da complexidade da formação etnológica e cultural do nosso país.

Então movimentos como esse, capitaneados por pessoas de alta espiritualidade, como é o Dr. Perly, que eu tenho acompanhado nesses últimos 20 dias, dentro do gabinete dele. Infinitas ligações que ele dá para o país inteiro, para delegados de polícia, para assistência social, para prefeituras, no sentido de amparo, de acolhimento, de respeito às comunidades ciganas. Não vi, no Dr. Perly, nesses últimos 20 dias que convivi internamente, dentro do gabinete dele, nenhuma ponta de preconceito. O Dr. Perly, dentro do gabinete dele, é uma aula de como a gente deve estar realmente aberto, com o coração aberto, para acolher, compreender e desfrutar da importância da contribuição espiritual e cultural do povo cigano.

Então hoje, aqui, na Esplanada dos Ministérios, ali no Complexo Cultural da República, reunindo ciganos de todas as partes do Brasil, me empenhei junto com o Paulo Bilola, que está aqui representando a Secretaria da Justiça Cidadania do GDF, que, independente das dificuldades que a região e o Governo do GDF se encontra, o Paulo Bilola foi imediatamente parceiro para que a gente pudesse mobilizar [palmas] junto às empresas de ônibus, para poder buscar o povo de Mambáí, de Posse, de Planaltina de DF, Planaltina de Goiás e tantas outras cidades que eu conheci um pouquinho aqui, através de algumas lideranças.

Então, hoje, a gente vai ter uma pequena amostra da força da cultura desse povo, a milenar arte circense, pela qual tenho muito orgulho de participar, e estou comemorando aqui, em Brasília, 25 anos de picadeiro,

porque tudo começou na novela Cambalacho, há 25 anos atrás, em 85 para 86; não sobreviveria com as suas dificuldades, sem a contribuição da raça cigana, do povo cigano, da cultura cigana e da espiritualidade cigana. Então se tem duas culturas irmãs que devem se aproximar, se juntar e se fortalecer, para conquistar o exercício da cidadania e a formação de novas lideranças para o povo cigano, é justamente o povo cigano e o povo circense, até porque existem muitos e muitos e muitos circos brasileiros comandados por famílias ciganas, por clãs ciganos.

Então, mais uma vez, queria convocar a todos, para que, agora à tarde, com o lançamento do Prêmio da Cultura Cigana, com a presença dos secretários da SEPPIR e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com representantes do Ministro da Cultura, a gente não desperdice essa oportunidade de, uma maneira ou de outra, estarmos juntos, agradecendo a essa Audiência Pública aqui, mas vislumbrando, para as crianças ciganas, a possibilidade de um futuro maravilhoso, um futuro junto. E quem vai ganhar com isso, com certeza, é o Brasil. Queria deixar aqui, Paulo Paim, uma sugestão. O senhor é testemunha disso. Com o circo, e o protagonista do meu circo hoje é um artista cadeirante, é um artista deficiente, saído aqui da Favela de São Sebastião. Nós temos aqui, vivenciado juntos aqui, Paulo Paim, a questão da luta pela inclusão da pessoa com deficiência. E começou de uma maneira espontânea, e, hoje, tem uma força muito grande dentro do Senado, inclusive como todos os anos acontece aqui a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

[palmas]

Acontece em Audiências Públicas como essa, mas, principalmente – aí que vem a minha sugestão -, ocupa-se o Salão Negro, o Salão Nobre, os corredores da Câmara e do Senado Federal com manifestações artísticas das pessoas com deficiência. Então queria deixar aqui na Mesa, registrado, ao Senador Paulo Paim, que qualquer palavra que eu possa dirigir de elogio, de respeito, de gratidão é pouco perto do que o senhor significa na luta pela inclusão dos excluídos e todos os segmentos. Mas que marcasse uma data daqui para frente, que poderia ser perto da data do dia 24 de maio ou no mês de maio, regido pela energia espiritual de Santa Sara, que a gente ocupasse o Salão Negro ou o salão... os espaços nobres de galerias aqui, com a manifestação da cultura cigana, com exposições de quadros, com música, com dança, com culinária, que isso, de uma maneira ou de outra, servisse para atrair para Brasília os clãs ciganos, que pudessem com os seus acampamentos... Aqui acontece... Eu já estou aqui há algum tempo, venho sempre cá, o meu circo

vem sempre para cá, eu vejo tanto acampamento aqui na Esplanada dos Ministérios, por que não mascar um dia, um grande acampamento cigano ocupando toda a área do Ministério aqui, da Esplanada dos Ministérios, tendo como foco a manifestação da cultura cigana, que é libertadora, que é forte o suficiente para poder quebrar os preconceitos? E inclusive criar isso que a D. Mirian colocou aqui agora, que está na hora, realmente, do povo cigano se organizar internamente, quebrar as pequenas resistências que ainda tem, para poder ganhar força no cenário nacional. Espero todo mundo lá, agora, à tarde, na Unicirco.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem, Frota. E nós vamos encaminhar a sua sugestão para a Comissão de Assuntos Sociais junto com a Comissão de Direitos Humanos, para que possa, em parceria com a SEPPIR, ter essa iniciativa, no mês de maio de cada ano.

Passo a palavra ao Alexandro Reis, Secretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, SEPPIR.

SR. ALEXANDRO REIS: Bom-dia a todas e todos! Queria, inicialmente, saudar a Mesa, em nome do Senador Paulo Paim, que é o parceiro da promoção da igualdade racial no Brasil, a nossa Conselheira Mirian Stanescon, o nosso companheiro Perly Cipriano, a Sra. Marlete Queiroz, o Padre Wallace, em nome dos quais eu saúdo a todas as pessoas que estão participando, aqui, nessa Audiência Pública, toda a equipe aí, da SEPPIR, que está participando, a Ivonete, Vera Gomes, Kessie(F) e outras pessoas que não estão aqui, mas também que se envolveram nesse processo. E eu me inscrevi exatamente porque é uma sessão bastante emocionante, muito significativa para um processo de luta política, e realizar um evento aqui, nesta Casa, também dá a dimensão do que... Onde nós estamos e aonde precisamos chegar, no sentido da inclusão social, no sentido da articulação de políticas para as comunidades ciganas.

E aí eu queria tocar em dois pontos principais para tratar dessa questão. Primeiro, a SEPPIR é uma estrutura relativamente nova no ambiente da política pública, e a história do Brasil, a história administrativa política do Brasil, é uma história de não haver transversalidade, de não haver articulação entre as instituições. Isso gera um problema. O outro problema é que tratar de comunidade cigana, comunidade indígena, comunidade de terreiro, comunidade quilombola, é outra questão. A máquina pública não está preparada para tratar dessas temáticas, para fazer política pública para esse segmento. Então aí entram algumas questões importantes que o avanço se dá exatamente com as questões que nós... Eu acho bastante relevante

nesse processo. Uma é que o Brasil está avançando nesse processo de democracia. Nós precisamos avançar no processo de participação, de políticas públicas, de empoderamento dentro dessas comunidades mais vulneráveis. E isso é o que permite que a SEPPIR, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Cultura, a Secretaria de Justiça aqui do DF, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, consigam realizar as suas ações a partir da participação efetiva dessas comunidades, e, nesse sentido, a nossa Conselheira Mirian é de uma presença fundamental, para a gente ter energia política, para a gente ter compromisso moral e intelectual para fazer esse debate interno.

E eu tiro como um ponto de avanço a criação do GT Cigano. Essa é uma articulação importante que nós temos que valorizar nesse momento. As políticas de igualdade racial para população negra se iniciaram em um processo de criação desses GTs, dos Grupos de Trabalho Interministerial. E a partir daí surgiram algumas ações para o Ministério da Cultura, para a própria Secretaria de Direitos Humanos, e, hoje, nós temos programas voltados para as comunidades negras, voltadas para as comunidades indígenas, a partir desse processo. É fundamental que a gente tenha o fortalecimento desta ação, no sentido de que o combate à violência que se abate contra as comunidades ciganas, ele seja efetivado. Mas precisa ser efetivado não em uma ação com a Secretaria de Justiça, tão somente. É preciso envolver outros setores, é preciso envolver, de fato, a Secretaria de Educação, é preciso a gente ter maior capacidade de trabalhar com a questão da geração de renda para essas comunidades e principalmente, algo que eu acho importante: a gente precisa considerar a cultura nômade das comunidades, mas também precisamos considerar o desejo, a vontade e o direito de comunidade que também tem de estarem fixados, terem a sua terra, de terem as suas casas e terem os seus espaços que não sejam violados.

Então é esse processo que nós trabalhamos, senador, e, nesse sentido, eu acho que há algo também importante aqui, nessa Casa, que eu queria tocar. A luta de igualdade racial, que muita gente acha que é só uma luta para as populações negras, e não é. Aqui, nesse Senado, está sendo debatido, articulado, discutido o Estatuto da Igualdade Racial. Realizar essa demanda é uma demanda que vai servir para a população negra, evidente, mas vai servir também para a população cigana, a população quilombola, as populações ribeirinhas, porque é o momento que o Brasil precisa se encontrar para garantir aquilo que é o pilar fundamental na nossa Constituição, garantir justiça, garantir liberdade e solidariedade. Então, é importante que a gente tenha esse envolvimento [palmas], que

a gente tenha esses espaços articulados, e é assim que, Mirian, nós realizamos a Conferência, e eu fiquei bastante emocionado, aprendi... Eu fiquei no grupo que tratou das políticas para as comunidades ciganas, e eu senti a forma de articulação, a forma intensa como as comunidades ciganas se articulam e fazem o seu debate. O seu debate é fraterno, às vezes duro, mas é num processo extremamente interessante, muitas pessoas, às vezes: "Olha a população negra briga muito, a população indígena briga muito, a população..." E não é verdade, nós temos um papel aí desse processo, como você bem colocou aqui, de construção de unidade, e a unidade, ela se constrói também na contradição. Então esse é algo que eu aprendi naquele processo e que eu estou aprendendo com esse trabalho, com essa participação, com esses ministérios, com aliados que estão chegando e que há muito tempo estão nessa batalha. É por isso que nós acreditamos que a política de igualdade racial, a política de inclusão social no Brasil, ela precisa efetivamente ter a participação, o protagonismo desses grupos que sustentam e construíram o nosso país. Obrigado e muito axé para todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Alexandre, fez uma bela exposição, falando de todos aqueles que são, de uma forma ou de outra, excluídos, discriminados. Eu passo, de imediato, a palavra à Ivonete, da SEPPIR, que ajudou na articulação dessa Audiência Pública e muito.

SRA. IVONETE CARVALHO: Bom-dia a todos e a todas! Quero inicialmente saudar aqui o nosso Senador Paulo Paim, um grande conterrâneo, que nos orgulha muito ter um negro senador aqui nos representando, não só o Rio Grande do Sul, mas o Brasil, e uma figura que tem, a cada dia, se colocado no cenário nacional e internacional como esta figura que representa esses segmentos historicamente excluídos.

E aqui nós estamos felizes, senador, e Mirian, e Perly, e Marlete, Padre Wallace e aqui o nosso Secretário Alexandre, estamos muito felizes, nesse momento, de ter esse momento histórico, esse é um momento histórico. Com certeza, cada um, cada uma que está aqui contribuiu muito para esse processo. Nós só estamos aqui, hoje, porque somos fruto desta mobilização, desse convencimento coletivo, da importância de trazer esse debate para esse espaço privilegiado que pauta as políticas, que pauta o debate em nível nacional hoje, que é o Senado.

Então, Mirian, eu fiquei muito orgulhosa, enquanto mulher negra de ouvir aqui a tua fala, de ouvir a fala aqui da Marlete. Eu acho que o povo cigano está privilegiado com uma representação de vocês, aqui nessa Mesa, por toda a história de exclusão e discriminação

que a gente sabe que sofrem, não só as mulheres ciganas, mas as mulheres como um todo, as mulheres negras, as mulheres indígenas, as mulheres portadoras de deficiência. Então a discriminação em relação às mulheres, ela perpassa toda essa pluralidade étnica, e aqui vocês deram um exemplo de protagonismo, de brilhantismo das mulheres.

E aí não vou fazer aqui a fala institucional, porque o nosso secretário já fez, e o nosso ministro que estava aqui, o Ministro Eloi fez. Eu quero apenas dizer, enquanto liderança quilombola, que estou no governo, estou passando por essa experiência de Governo Lula, mas eu sou uma liderança do movimento quilombola do Rio Grande do Sul, minha neta, Daedi(F) Carvalho, do Quilombo do Barro Vermelho, no Rio Grande do Sul.

Eu quero dizer que tem algumas questões que você pontuou aí, Marlete, pontuaram aqui, que são fundamentais, que o senador reforçou, que é a importância da mobilização desse segmento. Se nós, quilombolas, se o movimento negro brasileiro avançou na sua pauta, foi graças à mobilização do movimento social, do processo organizativo desse movimento social. E vocês estão dando passos importantíssimos no sentido de ter as suas associações, as suas organizações de representações a nível nacional, e eu acredito que quanto mais o movimento cigano se fortalecer no Brasil, mais avanço nós teremos nas políticas públicas. Porque comprometidos nós estamos, não é, Perly? Nós temos vontade política e temos comprometimento político. Esse governo tem o comprometimento com aqueles segmentos historicamente excluídos, que sempre ficaram à margem da sociedade, e nós estamos aí, trabalhando essas pautas historicamente à margem da sociedade. Mas o processo organizativo do movimento social é fundamental, porque nós nos sentiremos mais fortalecidos e respaldados dentro da estrutura de governo, para continuar avançando. É importante pautar. Esse debate não é apenas um debate que deva ser pautado para o Governo Federal, ele tem que ser pautado lá no Governo do Estado, lá no Governo Municipal, que é onde estão os acampamentos ciganos. Então... Lá no Poder Legislativo Municipal, no Poder Legislativo Estadual, e, então, a sociedade brasileira precisa fazer esse debate da inclusão dos povos ciganos.

Aí eu queria agradecer, senador, a sua sensibilidade que prontamente, a partir de uma Pauta e é importante que se diga, solicitada pelas próprias lideranças ciganas, a partir de uma reunião na SEPPIR, onde nós, juntamente com Perly Cipriano e Padre Wallace, sugerimos, por que não uma audiência no Senado, porque havia essa demanda do próprio segmento cigano de fazer esse debate, de pautar esse

debate a nível nacional. E o senador prontamente, ao momento que comunicamos a ele, prontamente fez o requerimento, e estamos aqui hoje.

Então quero saudar aqui todas as lideranças ciganas que estão aqui, os homens e mulheres que representam essa pluralidade, e que é um grande desafio para nós, enquanto governo, desempenhar política pública para o povo cigano, porque nós estamos aprendendo, estamos aprendendo juntos. O governo ainda não sabe lidar com o povo cigano, nós estamos todos os dias aprendendo, e aí é fundamental a contribuição de cada um e cada uma de vocês, para que a gente possa de fato avançar nesse processo. Então muito obrigada e um grande axé a todas e todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Ivonete. Eu fico feliz em saber que, quando você me procurou, é uma demanda de todo o povo cigano e das entidades que estão trabalhando no combate a todo tipo de discriminação e na busca da inclusão.

Eu quero também registrar a presença do Roberto Cigano, Vale do Rio Uruguai, Minas Gerais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Urucunha, Vale do Rio Urucunha.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Roberto Cigano, Vale do Rio Urucunha, Minas Gerais; José Daniel Soares Rolim, Conselho Ativo e Latente da Ordem Nômade de Calon; o Gilvan Alves da Silva(F), Comunidade Cigana de Posse, Goiás; Alexsandro(F) Vieira Calon [ininteligível], Diretor dos Kalons Cattchos; Irenildo(F) Calon, Conselheiro Estadual dos Direitos Humanos de Pernambuco.

[palmas]

Agora vamos passar a palavra como último inscrito aqui para fazer uma rápida mensagem, porque, depois, eu tenho que dar para a Mesa ainda e cada um dos nossos convidados terá cinco minutos para as suas considerações finais, o Salomão de Sousa Fernandes, da UGT, que faria uma mensagem aqui em nome das centrais sindicais.

Tanto faz, se quiser vir aqui.

SR. SALOMÃO DE SOUSA FERNANDES: Bom-dia a todos! É um prazer muito grande ver a comunidade cigana, hoje, nessa Audiência Pública, aqui, no Senado, discriminado como foram, como já foi contado aqui pela Marlete e pela Mirian na história, desde a época ainda do nazismo. E quero parabenizar, porque vocês têm aqui no Senado... Eu não tenho procuração para falar isso dele, mas o Paulo Paim... Eu que sou rodoviário, sou trabalhador, sou Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores do Estado do Pará, e

dizer aqui, de público, para o Paim, que ele é um homem que, desde 1970 ou mais atrás, que eu acompanho de lá cá, se nós estamos hoje, os trabalhadores com as conquistas que temos devemos a ele, devemos ao Lula e devemos a muitos líderes que passaram.

[palmas]

Então vocês estão começando já com o pé direito nessa luta pelo reconhecimento.

E segundo, eu quero colocar para os companheiros ciganos que a UGT é uma central sindical plural no Brasil, que nasceu da união de três centrais sindicais: a CGT, que já tinha mais de uns 20 anos de fundação, a CAT, a SDS, e sentimos a necessidade de nos fortalecer, justamente para brigar por mais espaço. E é esse espaço que a Mirian está colocando que vocês têm que se organizar, que, sem organização, vocês não vão chegar a lugar nenhum.

Queria deixar um recado aqui, de uma experiência que nós temos no movimento dos trabalhadores, que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais, que, até hoje, nós nos deparamos ainda com senhores de 50, 60 anos que não têm registro, não têm documento, não têm identidade. A nossa central, desde a sua fundação, nós colocamos uma secretaria, que é a Secretaria de Direitos Humanos e das Minorias, e quero colocar aqui, em nome do nosso Presidente Nacional Ricardo Patah, que não está presente aqui porque está em um congresso nesse momento, dos comerciários na CNTC, colocar a UGT do Brasil à disposição dos ciganos [palmas]. Em todos os estados do Brasil, a UGT está presente, e eu vou deixar os nossos contatos aqui com a Mirian e com a Marlete, e dizer para vocês que a OAB Nacional, em nome do Dr. Ophir Cavalcante, é um paraense, é um homem muito sensível, o Dr. Jarbas Vasconcelos, Presidente da OAB do Pará.

Eu estou me formando também em Direito este ano, estou no último ano, mas também sofri muita discriminação, porque o meu pai é cego da vista e eu nasci em uma praia de pescadores. Se a vida foi difícil para filho de quem tem dois olhos, imagina para filho de cego, mais difícil é. Mas também, como diz a Mirian, se eu não for buscar informação, sem perder a tradição, e vou engolir mais um advogado para o ano, aí, a burguesia do Brasil. Dizer para vocês que, lá no Pará, a OAB entrou agora com pedido na Justiça do Pará, para se registrar 62 agricultores que nunca foram registrados, que a partir daí só pela Justiça que se registra.

Aí eu coloco a sugestão aqui, e coloco a UGT, todo o corpo jurídico da UGT Nacional, para a gente entrar com os ciganos que não têm documentos na Justiça, nos seus estados, para a gente, primeiro, começar a registrar, tirar os documentos e, a partir daí,

realmente, buscar os nossos direitos. Era isso que eu queria colocar e dizer que a UGT está aberta a todas as minorias negras, quilombolas, deficientes e os ciganos, agora. Eu vou deixar os contatos com a Mirian e com a Marlete, é só entrar em contato, que nós vamos botar toda a nossa estrutura da UGT nos estados à disposição do movimento cigano.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra agora à Marlete Queiroz, Cigana Calin. Aí eu peço que cada um mantenha cinco minutos, para que a gente possa terminar dentro do tempo previsto, já que, depois, tanto eu como a Senadora Rosalba Ciarlini e o companheiro da UGT que falou, nós vamos ter que ir no encerramento lá do Congresso dos Comerciários. Então começo com a Marlete Queiroz.

SRA. MARLETE QUEIROZ: Quero, mais uma vez, agradecer ao senhor, senador, por essa grande acolhida; a você, Marcos Frola, por abrilhantar essa comemoração; à Ivonete, que nós a procuramos pela nossa necessidade de não deixar passar em branco, aqui, em Brasília, o Dia do Cigano, e não poderia ser comemorado de melhor forma, uma Audiência Pública nessa Casa, que é de suma importância para esse país. E agradecer a todos os ciganos aqui presentes, de Brasília, do entorno, de todos os lugares, nós, ciganos, calons e roms, juntos nessa luta por essa igualdade, para realmente sairmos do imaginário dessa sociedade, e deixarmos de ser um povo sem pátria e uma cultura sem país. Seremos cidadãos de fato e de direito.

Então esse momento, ele é histórico, ele é verdadeiro, ele é grandioso e quero agradecer ao Nosso Senhor Jesus Cristo por essa grande oportunidade de estarmos aqui reunidos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns. Já passo, de imediato, a palavra ao Padre Wallace do Carmo Zanon. Por favor, Wallace.

SR. WALLACE DO CARMO ZANON: Então, eu queria só, em rápidas palavras, até retomar um pouquinho e falar um pouco das... A Mirian já está ali sem voz, mas a gente conhece e nós caminhamos aí muito, em quase todos os estados desse país. Ela é uma grande lutadora também pela causa cigana, uma cigana de verdade, uma cigana que luta não só pelos roms, mas também por todos os calons e todos os ciganos aí do Brasil. É uma pessoa que realmente a gente vê que os ciganos podem contar. Isso é importante, ter um cigano lá dentro do Conselho, uma pessoa que busca sempre a unidade e, muitas das vezes, foi caluniada injustamente, por não-ciganos.

Então uma coisa importante e que eu estou vendo, aqui, hoje, os ciganos, aqui, já nessa sala da comissão... Quem sabe, no próximo ano, podemos fazer lá dentro do Plenário, não é? Então, diz que toda caminhada, a grande caminhada começa com um primeiro passo, e, então, que esse primeiro passo de hoje, quem sabe, no próximo ano, nós poderíamos estar lá dentro do Plenário.

Uma coisa, assim, importante, mesmo estando aqui dentro, já nesse primeiro passo, há pouco tempo fazendo uma pesquisa, eu vi que o único decreto que existia em toda a República é do Presidente Getúlio Vargas: *“É proibido entrar no Brasil prostitutas, aleijados, pessoas de todas as formas ruins e também ciganos”*. Então esse era o único decreto e, agora, o outro decreto que nós temos é do dia 24 de maio, Dia Nacional dos Ciganos. Então que bom que nós tivemos esse primeiro passo.

E agora os ciganos têm que se organizar, desculpa aí os outros ciganos, mas eu vou falar um pouquinho só na língua dos calons, que é a que eu sei falar, e nós temos que parar de dizer só: [pronunciamento em outro idioma]. Nós temos que, agora, é pegar na frente da nossa história, pegar e sermos protagonistas verdadeiros da nossa vida. Nós temos que ficar mangueando um cadenzinho(F). Nós temos que pedir verdadeiramente políticas públicas para o nosso povo, que vai ajudar todas as pessoas que estão ao nosso redor. Então nós temos que viver essa experiência.

Agradecemos às pessoas, de não-ciganos, como eu também não sou cigano, e que ajudam o povo cigano. Pessoas que fazem concretamente essa experiência, não de aproveitar somente as coisas boas dos ciganos, mas sofrer junto com eles. Isso aqui, só para encerrar, eu estou lembrando só de um pedacinho de um poema do Benedito Sbano, que ele diz: *“Vem vindo, vem de longe, de onde não estou lembrado. Sei que vou, não sei para onde, não me interessa o passado. Nascido numa carroça, sigo seguindo o meu faro. Universo é o meu futuro, o que ficou foi passado. Me chamam de pária, de giramundo, lá vai o judeu errante, o cigano vagabundo. Com as pedras que me atiram vou construindo o rosário de dor, e todos os dias rezo o terço inteirinho pedindo força e paz ao senhor. Se querem saber quem eu sou, faço parte de uma lenda, o mundo é minha pátria e a minha casa é uma tenda”*. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos pela fala e pelo poema ao Padre Wallace. Vamos ao nosso amigo, Dr. Perly Cipriano, Subsecretário Nacional de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos, que tem sido parceiro em

inúmeras lutas. Eu só não discorri aqui sobre o currículo, senão, não é Perly, nós tínhamos que falar até da janta na casa do Moura.

[risos]

Perly, vai lá, meu amigo.

SR. PERLY CIPRIANO: Primeiro, render homenagem ao Senador Paim por esta iniciativa. É um homem de compromisso com os negros, porque é um negro, mas ele é um cidadão do mundo, as pessoas com deficiência também recorrem ao Senador Paim, a população LGBT recorre ao Senador Paim. Portanto, ele é uma fonte que alimenta as lutas, ele não esgota as lutas, porque tem pessoas que ele chega lá e já decidiu tudo. Ele continua o estatuto, esse estatuto, eu imagino da igualdade racial. Isso aqui leva anos e anos, a pessoa com deficiência, anos e anos, e tudo ele está presente. Então, eu quero render homenagem a ele, neste momento--

[palmas]

E dizer que esse é o momento histórico, que realizar uma audiência no Senado, com uma pessoa como o Paim, é um bom sinal.

Não é tarde, claro que nós temos uma dívida secular com o cigano, o mundo tem, mas realizamos, porque chegamos aqui com a caminhada do cigano, das suas lutas. Estão criando associações ciganas, tem divergência entre os ciganos ainda, mas é assim, tem que aprender a se unir. “Caititu fora da manada é comida de onça”.

Então é preciso estar sempre... É preciso que haja políticas públicas do Executivo, da União, do Estado e do Município. Lá nas prefeituras precisa ter os espaços para o cigano acampar. Na Europa, já tem; aqui, nós não temos ainda. Precisa ter o espaço, que tenha o banheiro químico, pode ser o banheiro químico, que tenha um ponto de luz, que tenha água. Isso é coisa simples de fazer. Com esse roteiro cigano que já foi... Não é completo, mas já vai permitir que a gente saiba onde é que eles estão caminhando. Também nas cidades onde eles moram, nos bairros onde eles moram também saber de como lidar com as escolas, porque levar uma criança cigana e dizer: “Essa criança fala uma outra língua além do português”, quer dizer, levar a criança como uma coisa grande, importante na sua comunidade, e capacitar também os professores, porque o professor, como disse Mandela, ninguém nasce racista, machista, autoritário, preconceituoso. O ser humano aprende a ser assim, e se aprende pode ser ensinado a ser diferente, ser solidário, ser fraterno. Então eu acho que é preciso capacitar o ambiente.

Conversando há pouquíssimo com o Eloi... Eloi é uma figura interessantíssima. Eu falo Eloi porque a amizade que eu tenho por ele é muito grande. Eu vivo

há uns anos falando o negócio de criar uma lei, até falei com o Aloizio Mercadante lá atrás, Senador Paim, para reconhecer os acampamentos ciganos como a sua residência. Eu tenho anos e anos. E eis que o Eloi em dois minutos aqui, falou: “E se a gente fizesse uma consulta no Supremo sobre o direito do acampamento?”. Eu confesso que nunca tinha pensado em fazer a consulta. Essa consulta pode ser rápida, as duas secretárias fazem, sai uma decisão sobre isso, e nós vamos levar para todos os acampamentos, assim como o *banner*, acampamento cigano, assim como a cartilha, assim como os decretos, e aí, quando chegar alguém no acampamento, falar: “Olha aqui, aqui é a minha casa e é sagrado. De noite não pode entrar aqui, não pode entrar, porque aqui tem a minha mulher, o meu filho, tem o idoso, pessoa com deficiência”. Enfim, ele fez a sugestão que eu achei fantástica, fantástica. Eu acho que...

[palmas]

Então eu quero agradecer e dizer que eu acho que nós vamos caminhar muito ainda. Hoje, temos as atividades lá no Circo Marcos Frota, Unicirco, mas nós temos que fazer o seguinte: de manhã, de tarde, de noite fazer isso, chamar essas pessoas a participar. As associações precisam ser criadas, muitas. É preciso onde tiver briga entre ciganos, nós temos que... Os ciganos têm que ir lá, nós também lá dizer assim: “Não briguem, se juntem, se somem para ajudar a mudar o mundo, para quebrar os preconceitos e fazer de fato uma nação de todos”. Muito obrigado e parabéns a todos.

[palmas]

E rendo aí também homenagem à Mirian, em nome de todos os ciganos e ciganas do Brasil, pela sua dedicação, pela sua competência, pela sua seriedade, pelo o que ela tem feito. Aí eu sei que com sacrifício, porque às pessoas, às vezes, falam... Um dia falaram: “A Mirian deve estar ganhando muito dinheiro”. Recebi uma diária de 130 reais e ainda tinha que pagar o hotel. Vocês imaginem quanto era, não é? E largava o escritório dela também e largava uma família magnífica que ela tem, fantástica. Então é uma pessoa que faz o sacrifício, e a única coisa que ela quer, junto com o povo, é reconhecer que o povo tem direito. Essa é uma luta de todos nós. Parabéns, ciganos e não-ciganos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns, Perly, para você, pelo belo trabalho e a bela exposição. Tiveram duas pessoas aqui que pediram e diz que é só uma saudação de um minuto, porque daí eu quero que a Mirian encerre aqui a nossa Audiência Pública. É a Elza Vieira da Rosa, pesquisadora da [ininteligível] Cigana, e a Vanda Sava. Então se

puderem... De Campinas. Se puderem usar um minuto cada uma, porque eu estou preocupado com o horário.

SRA. ELZA VIEIRA DA ROSA: Bom-dia a todas, todos! Olha, gente, eu não poderia passar essa manhã aqui tão interessante, tão importante para nós, sem agradecer por essa super, em todos os momentos está Paulo Renato Paim, pela questão racial, pela questão cigana, pela questão de aposentados e outras mais. Juntamente agora com o povo cigano, agradecer pela SEPPIR, o empenho que a Diretora Ivonete Carvalho está fazendo com [ininteligível], que é sua assessora técnica diretamente a essa questão. E, Marlete, nós, lá na Universidade do Rio Grande do Sul, no Museu de Antropologia, nós já estamos com uma questão, fazendo projetos, dedicação, assim, de três meses, para estar junto nessa questão nômade dos ciganos, que vocês ficam presos, às vezes 90 dias. Possam desenvolver algo mais direto na questão da educação. Como comentou Mirian, sem essa questão, agora, educacional, no Século XXI, nós não podemos mais ter ciganos analfabetos, e, para essa questão, nós estamos... Inclusive antes de o nosso Ministro Eloi sair, eu fiz esse comentário e ele: “Me escreve esse projeto e passa para a Ivonete”, que ele vai ver como é que ele vai poder acionar a universidade, para estarem esses profissionais juntos por três meses, quatro meses, aonde vocês cheguem naquele momento. Muito obrigada, obrigada também à Iracema Garcez, que foi a cigana, pessoal, que, lá no Museu de Antropologia do Rio Grande do Sul, colocou-me junto com a Maria Helena Nunes, fui para lá para fazer um trabalho com a questão afro, não, a Maria Helena disse que não era na questão afro, disse que era na questão cigana. E ela é apaixonante. A partir desse momento, eu tive ao lado, sempre em conjunto com a nossa Iracema Garcez, e agora, aqui, pela SEPPIR [palmas], a Iracema Garcez do Rio Grande do Sul. A SEPPIR aqui, Ivonete Carvalho em conjunto podem... Venham vocês, foram incansáveis, ela e toda a assessoria, o Perly também, parabéns. Marlete, nós estamos em conjunto nessa luta. Muito obrigada, gente. Bom-dia a todos nós. Obrigada, Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que te agradeço, um abraço a você. De imediato, eu passo à Vanda Sava.

SRA. VANDA SAVA: Pessoal, bom-dia. Eu gostaria de agradecer a Deus por estar aqui, e à Dra. Mirian, especialmente, um abraço especial e a todos vocês, Senador Paulo Paim. Queria justificar o meu atraso, que, quando eu cheguei, coloquei os pés aqui, eu não acreditava que eu estava sendo convidada para um evento como esse. Eu sou da comunidade--

[palmas]

Eu fiquei encantada com Brasília e disse: “Senhor, eu não acredito que eu estou aqui. Deixa eu ver, onde eu estou?”. Eu estava perguntando: “Onde eu estou? Eu estou indo para onde?”. Eu lembrava, para a convenção da comunidade cigana, mas como? Eu, graças a Deus estou aqui, eu represento Campinas, que é uma das maiores comunidades do Brasil, do grupo Kalderash Rom. E saibam os irmãos Calons, que está sendo muito mais difícil organizar esse grupo do que o de vocês. Vocês estão muito além, muito à frente de nós, que inclusive tive dificuldade de vir aqui porque eles não permitiam, os homens ciganos não aceitaram com bons olhos o convite para mulher cigana estar representando-os.

Então por isso eu estou muito emocionada, muito mais emocionada. Quero agradecer, falarei depois em outras oportunidades, assim espero. Mas eu gostaria de agradecer a todos essa oportunidade de estar aqui. Dra. Mirian, sem dúvida, é o meu exemplo, a Dra. Mirian é a minha linha de conduta, é nela que eu me espelho para poder estar aqui hoje, foi nela, nas forças que ela me passa que eu vim, e cheguei atrasada, não cheguei ontem, cheguei hoje, porque o meu povo teve dificuldades. Então eu quero agradecer muito mesmo a vocês, por estar aqui, e espero revê-los mais vezes. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fala, parceiro.

[risos]

Foto? Ah, vamos tirar. No final, vamos tirar as fotos, sem problema nenhum. Eu vou agora... Teve um senhor no Plenário, eu acho que, na hora do cartão, ele queria só fazer só uma sugestão. Eu não sei qual foi ou já saiu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. Seria como se eu tivesse deixado só um fora. Eu vi que, no cartão, dizia: “Eu queria só fazer uma sugestão”. Então, faça meu amigo. O seu nome é?

SR. DANIEL ROLIM: Daniel Rolim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Daniel Rolim.

SR. DANIEL ROLIM: Eu agradeço o eminente Senador, assim como toda, não menos eminente Mesa. Eu gostaria apenas de pedir aos senhores, como eu falei, ali, com a menina, ali do lado, que uma cópia desta reunião, ou em pauta escrita, ou em vídeo, em DVD, fosse encaminhado a cada um de nós, porque isso não é só um marco. Porque, se nós estamos aqui hoje, foi porque um cigano idealizou essa cidade inteira, não só essa sala, foi JK.

[palmas]

Se JK idealizou e nós aqui estamos, isso não é só um marco, isso não é só uma ferramenta, isso é uma cidade-cigana, irmão, isso não é só uma ferramenta, isso aqui é uma arma letal contra o preconceito. Isso tem que ser dado não só como documento, isso tem que ser dado como ferramenta para palestras, para, quando um ou outro, menos interessado em cultura, levante uma questão, a gente tenha como argumentar com ele. Porque tem uma coisa que é muito, muito, muito forte, contra fatos não existem argumentos, e isso é um fato. Então, eu só queria pedir isso ao senhor, assim como a presente Mesa, se fosse possível, uma cópia desse documento de hoje para cada um de nós.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só depois aqui, vocês... scomcas@senado.gov.br, vocês, por e-mail, pedem, e elas remetem para vocês, está bem? Se não puderem tomar nota, depois só pegar aqui, copiam aqui e recebem a cópia.

Então, para encerrarmos, vamos passar à Dra. Mirian agora. Eu dei cinco minutos para cada um. Para a Mirian, eu vou dar cinco e meio. Ela disse dez. Vai lá, Mirian. Faz o encerramento aí.

SRA. MIRIAN STANESCON: Eu, quando escrevi essa cartilha, a convite do Dr. Perly, da Secretaria de Direitos Humanos, aí teve uma crítica, que dizia o seguinte: “Mas, se nós somos analfabetos, para que a cartilha?”.
[risos]

Mas eu, quando era garota, meus pais não sabiam ler, a minha avó também não, mas pedi a vizinha para ler para ela, e foi a sugestão que eu dei a princípio. Depois eu conversando com o Dr. Perly, falei: “Dr. Perly, só tem um jeito”... Que aquele que nada faz, ele só ajuda a desconstruir. Falei: “Perly, só tem um jeito. Eles não estão muito errados, não. Vamos fazer a cartilha lida”, mas ficava muito chato, só ler, ler, ler. Aí eu tinha o disco Raízes Ciganas, que até foi um prêmio, João Torres, ele ganhou o prêmio como melhor disco do Brasil, eu doeí, mas essa eu levei. O direito é meu, o direito autoral, eu doeí para colocar de fundo, para que vocês escutem as músicas ciganas, e a minha filha leu a cartilha toda, senão teria que pagar mais produção, mais locutor, aquele negócio. E aí parece que a moçada sossegou. Agora, a crítica é que eu devia ter posto o disco todo das músicas.

[risos]

Enfim. Mas o bom do trabalho, que, pelo menos, quando você critica, é sinal ou que você gostou, ou que te incomodou, mas, de uma forma ou de outra, você tomou conhecimento.

Nessa cartilha, a luta que a gente tem, e é isso que eu quero dizer aos mais jovens, que a história do medo contra o povo cigano, quem tem que lutar contra somos nós mesmos, fazer com que as nossas crianças se orgulhem de ser cigano. Somos o único povo do mundo que nunca compactuamos com guerra, nunca lutamos pela posse da terra, somente pelo seu uso e até isso nos é negado.

[palmas]

Então, antigamente, quando os meus avós diziam: “Não vai na casa dos gajês, não vai na casa dos não-ciganos”, porque, da mesma maneira que os gajês, os não ciganos, têm medo que a gente roube as crianças deles, os ciganos também tinham medo de vocês roubarem a gente. Então eu digo nessa cartilha o seguinte: “A ignorância gera medo, que gera preconceito e alimenta a discriminação”. O que eu quero dizer com isso? Esse intercâmbio tem que haver.

Quando eu falava da Inquisição, Paim, nós sabemos o quanto o povo cigano foi discriminado. Por obra do Divino Espírito Santo, nós que fomos perseguidos e queimados pela Igreja na Inquisição, hoje um resgate de uma dívida histórica, nós temos, através da Pastoral dos Nômades, grandes parceiros. Quer melhor do que isso? Eu acho que isso é um verdadeiro milagre.

O Papa João Paulo II, em 1999, ele diz o seguinte... *“Por todas as injustiças, discriminações e preconceitos que o meu povo tem sofrido – eu falei isso -, nunca será demais lembrar das palavras do amado e finado papa João Paulo II, em seu discurso em 99”*. Diz o papa, quem tem a cartilha e está aqui... Eu acho que isso é para o mundo, não é para o Brasil, não, é para o mundo. Eu sempre brinquei com o Dr. Perly, mas brincando de uma maneira séria, que do Brasil pode sair um plano piloto para acabar com a discriminação do cigano no mundo. Nós demos o primeiro passo para que o Brasil mande para o mundo como tratar seus ciganos como cidadãos brasileiros. Na Romênia, na Itália, os ciganos estão sendo massacrados. Então o Governo Brasileiro passa a ter mais uma responsabilidade, e isso foi enxergado pelo Papa em 99, quando ele diz: “Enquanto a humanidade não resgatar a sua enorme dívida para com os nossos irmãos ciganos, nenhum de nós poderá falar em direitos humanos e cidadania”.

[palmas]

Era isso que eu tinha que dizer. Desculpe, estou quase sem voz, mas a garganta é de vocês e vou tratar. Agradecer mais uma vez, senador, a sensibilidade, dizer do meu orgulho de tê-la na Mesa, outra mulher, ao Padre Wallace, companheiro, parceiro de luta. Já fomos o quê? Mais de 19 estados juntos, sempre ali juntos, lutando. Ao Dr. Perly, que é um grande patriarca do nosso povo e é o responsável por eu não ter aban-

donado o barco, porque tem hora que a gente fraqueja também, eu não sou a mulher maravilha. Tem hora que a gente também baqueia, mas aí a gente pega força com amigos com a capacidade do Dr. Perly. O próprio Edson Santos, que não vamos deixar aqui, porque o Dr. Eloi assumiu agora, só que todo mundo sabe, na SEPPIR, que a minha gamação sempre foi o Dr. Eloi, que já era meu amigo muito antes, e, por sorte do povo cigano, ele assumiu a pasta, e tenho certeza que vai nos dar a maior guarida. A Ivonete, outra guerreira que está aqui, o Alex que quase a gente sai no braço em toda conferência, mas está aqui nos ajudando. Ao Dr. Roberto que saiu daqui, eu não sei onde ele está. O Dr. Roberto: “Manda a minha cartilha”. Falei: “Perly, quer acabar comigo? A minha coluna”. Eu levo excesso de peso, é muito peso.

Hoje eu só vim a essa solenidade por saber da importância e do trabalho que é. Eu não poderia deixar o Senador Paim, que se sensibilizou com o meu povo, porque, com o povo negro, ele já é um dos grandes líderes. Agora, nos dá uma abertura para que o senhor possa nos ajudar, uma coisa o senhor pode estar certo. Hoje, o meu povo já não está sozinho.

[palmas]

Quero agradecer a todos do governo e quero fazer uma saudação em romanês. Agora, esquece a doutora e, agora, vem a Mirian cigana, vocês podem ter certeza: [pronunciamento em outro idioma]. Eu quero para vocês o que o mundo pode oferecer de melhor, [pronunciamento em outro idioma], que vocês tenham sorte, saúde e que todos nós possamos viver em paz.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

-RS): Meus amigos, eu quero só agradecer a todos vocês que estiveram aqui com a gente, durante essa sessão histórica. Foi a primeira vez, não é, Ivonete? Eu acho que o Congresso Nacional faz uma Audiência Pública na história desta República, uma Audiência Pública discutindo a situação do povo cigano.

Então a SEPPIR está de parabéns pela iniciativa, todos que articularam essa reunião, e eu sou simplesmente uma ferramentazinha, que ajudou a aprovar o requerimento, mas fico muito, muito orgulhoso.

Quero cumprimentar aqui os painelistas, o Eloi Ferreira de Araújo, o nosso Ministro da Igualdade Racial, cumprimentar o ex-Ministro Edson Santos e hoje Deputado Federal, ambos estão fazendo um bellissimo trabalho, eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso; cumprimentar o meu amigo também Perly Cipriano, amigo de longa jornada, não é, Perly? É uma alegria te ver aqui, eu não sabia todo esse teu conhecimento da questão cigana. Hoje, para mim, você deu também um *show* aqui. Conhece tudo. O Padre Wallace, que

deu também uma aula para nós. Parabéns. E a Mirian, sem sombra de dúvida, eu vou deixar para falar dela no final. Antes, falo da Marlete aqui, que, na sua simplicidade, Marlete, você falou tudo que nós gostaríamos também de ouvir.

Mas deixa eu terminar, porque a Mirian... Por isso que ela é a Mirian, não é? Sabe o que ela pediu para mim? É esse gesto que eu acho bonito. Sabe o que a Mirian me pediu? “Senador – bem baixinho, aqui, no meu ouvido -, senador, eu posso levar essa plaquinha?”.

[risos]

Eu achei de uma beleza isso. Por que ela está pedindo a plaquinha? Porque, nesse gesto, ela diz tudo aquilo que eu acabei discursando aqui. Ela disse: “Senador, é uma sessão histórica, eu quero levar para mostrar para os meus netos, os meus bisnetos, que eu estive aqui”. Mirian, a placa é tua, já é tua, leva ela com tudo que tem direito aqui. Parabéns. Aí eu sou obrigado a dizer para os meus outros convidados: se quiserem levar a placa, levem todas às placas agora. Eu acho que até eu vou levar a minha para o meu gabinete, depois a gente acerta aí.

Mas deixa, pessoal, eu terminar com uma frase de um menino. Eu, com essa luta dos aposentados, e eu recebi uma notícia boa agora, eu sou autor de um projeto que regulamenta a situação dos vigilantes do nosso país, o pessoal que dá a sua vida na vigilância, tanto a profissão como o adicional de periculosidade, que dá 30%, como também a aposentadoria especial. Eu tinha aprovado aqui, e eu soube agora que a Câmara aprovou. Então uma boa notícia para os vigilantes do Brasil, que são milhões de pessoas que atuam nessa área, e vai para sanção do Presidente.

[palmas]

Mas por que eu contei a história do vigilante e quero contar mais aqui, com vocês? Nessa luta minha, dos aposentados, pensionistas e de todos aqueles que sofrem com o famigerado fator – eu só vou resumir -, que desconta a metade do salário deles na hora da aposentadoria, eu recebo muitas correspondências; mais ou menos dez mil, por semana, do Brasil todo. E teve uma que eu achei a mais linda de todas, claro que eu não lembro da íntegra, e eu vou tentar traduzir o que a pessoa disse nesse e-mail que me mandou. Sabe o que ela disse? E eu quero mostrar aqui para vocês esse meu entendimento, ela diz o seguinte: “Senador, você não precisa correr atrás das borboletas, você não precisa correr. Você cuida do jardim, você vai molhando, vai adubando, você tem um lindo jardim e pode saber que as borboletas virão até você”. Vocês são as borboletas.

[palmas]

Está encerrada a Audiência Pública. Muito obrigado a todos vocês.

Sessão encerrada às 11h53.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia vinte e um de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Roberto Requião, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antonio, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino e Ciro Nogueira, e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Vital do Rêgo. Justifica ausência o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011 Não Terminativo** Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa. Em 14/12/2011, a Presidência

concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Luiz Henrique, nos termos regimentais. Em 20/12/2011, foi recebido o Voto em Separado da Senadora Marta Suplicy, com voto contrário ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. Votam vencidos os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares e as Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011 Não Terminativo** Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Marta Suplicy, Inácio Arruda e Gim Argello, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 107, de 2011-CCJ, de urgência para a matéria. Votam vencidos os Senadores Roberto Requião, Aécio Neves, Demóstenes Torres e Alvaro Dias. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009 Não Terminativo** Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008 Não Terminativo** Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, com duas emendas que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, com a conseqüente declaração de prejudicialidade da emenda que lhe foi oferecida. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. Em 14/12/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, tendo sido retirada em 21/12/2011. Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Roberto Requião e Marta Suplicy, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 278, de 2009, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, e contrário ao PLS nº 119, de 2008 restando prejudicada a Emenda a ele oferecida. ITEM 4) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2002 Não Terminativo** Dispõe sobre o exercício da Medicina. **Autoria:** Câma-

ra dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, com o acatamento dos seguintes dispositivos modificados pela Câmara: – incisos V e XIV do caput do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – §§ 1º e 3º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – caput e incisos VIII e IX do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – inciso II do art. 5º do SCD nº 268, de 2002; – art. 7º do SCD nº 268, de 2002. Por conseguinte, o voto pela – rejeição dos incisos VII e VIII do caput do art. 4º e do inciso VII do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original do inciso VIII do caput do art. 4º oferecida pelo Senado; – rejeição do § 2º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original oferecida pelo Senado para esse dispositivo; – rejeição do § 8º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; e manutenção do art. 8º do projeto originalmente aprovado pelo Senado. Apresenta, ainda, o texto consolidado, com os ajustes acima determinados, conforme faculta o art. 133, § 6º, do RISF. Em 29/09/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria. A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres, Luiz Henrique e Marta Suplicy, nos termos regimentais. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 107, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011.” **Autoria:** Senador Luiz Henrique. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e sete minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta a saber: ITEM 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009, ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senhoras e senhores, bom dia. Perdoem-me a voz, estou com febre.

Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Peço silêncio às assessorias, pois hoje estou com febre e com a voz ruim. Peço também que aumentem o som.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e da aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros colegas, é com alegria, é com satisfação, é com orgulho que aproveito esta oportunidade, Senador Gim Argello, para fazermos aqui um pequeno balanço, já que estamos chegando ao final desta legislatura, deste ano de 2011.

Quero dizer ao Brasil e a todos que aqui estão e que estão nos ouvindo através da Rádio e da TV Senado que trabalhamos e produzimos muito no ano que se passou. E isso só foi possível graças ao compromisso dos Srs. Senadores que fazem parte desta Comissão, que aqui compareceram na luta para que, no debate democrático, nós pudéssemos dar uma contribuição ao Brasil nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Os debates aqui desenvolvidos exigiram de todos nós, principalmente de V. Ex^{as}, grande esforço e dedicação. Sabemos que todos os Senadores nesta Casa participam, Senador Gim Argello, como V. Ex^a, de várias comissões importantes, e muitas vezes temos que estar em um lugar e em outro ao mesmo tempo. Evidentemente que muitas discussões foram intensas, algumas até acaloradas, refletindo perspectivas diferentes entre Governo e Oposição, mas o resultado foi sempre o resultado auspicioso da harmonia, da divergência democrática e da convergência dos interesses do Brasil.

Quero destacar, entre vários temas por nós aqui discutidos: a análise do sistema eleitoral; a PEC 15, de que o Senador Aloysio foi relator; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec; a Comissão da Verdade, também presidida pelo Senador Aloysio; a Reforma Administrativa, presidida pelo Senador Suplicy e relatada pelo Senador Ricardo Ferraço; entre tantas outras matérias. A Reforma Administrativa tem hoje também como relator o Senador Benedito de Lira.

Quero agradecer a todos os Srs. Senadores e a todas as Sr^{as} Senadoras. Se eu fosse prestar contas aqui, ficaríamos o dia inteiro mostrando para o Brasil o que foi feito nesta Comissão. Só para dar uma ideia, debatemos, discutimos e aprovamos mais de 380 projetos e emendas. Fizemos 36 sabatinas. E não houve uma única sessão que não tivesse a plenitude

dos Srs. Senadores para deliberar qualquer questão a favor ou contra.

Por aqui também passaram matérias importantes, como o Código Florestal, tão bem relatado pelo Senador Luiz Henrique, num trabalho conjunto com o Senador Jorge Viana. Entregaram ao Brasil e ao mundo coisas que muitos de nós não acreditava ser possível fazer, como a harmonia entre a produção e meio ambiente, entre meio ambiente e produção.

Portanto, eu quero agradecer a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. Esta é a 67ª reunião ordinária e extraordinária desta Comissão, sem uma ausência sequer, sem uma prorrogação de reunião por falta de quórum sequer. Portanto, quero dizer seguramente que esta Comissão sai fortalecida, meu caro Senador Armando Monteiro, que relatou matérias importantes sobre a área econômica, do ponto de vista de que, embora com posições divergentes, nós sempre terminamos convergindo a favor do povo brasileiro, a favor do desenvolvimento e do crescimento deste País.

Quero agradecer, como disse no início da minha fala, aos Senadores e às Senadoras e dizer que nós estamos de consciência tranquila este ano; fizemos o que precisava ser feito e ainda temos hoje pauta extensa, já no final, perto do recesso. E o próximo ano promete temas muito importantes. O Senador Pedro Taques e Presidente da Subcomissão de Segurança Pública e tem o papel fundamental de junto com o Senador Eduardo Braga e outros companheiros que compõem a Comissão fazer o grande debate, que é o novo Código Penal Brasileiro, que precisa imediatamente ser feito e obviamente terá a participação e contribuição efetiva desta Comissão.

Aos meus companheiros eu quero desejar um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações e muito mais trabalho, se Deus quiser, para o bem do Brasil, para a democracia brasileira nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Passamos ao primeiro item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância.

Autoria: Senador Armando Monteiro, que deu uma grande contribuição a esta Comissão e a quem agradeço.

Relatoria: Senador Gim Argello, sempre atuante companheiro desta Comissão

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações: – *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.*

– *Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Luiz Henrique, nos termos regimentais.*

– *Em 20/12/2011, foi recebido voto em separado da Senadora Marta Suplicy, contrário ao projeto.*

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para leitura do voto em separado, que fez nessa primeira matéria.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2011, de autoria do Senador Armando Monteiro Neto propõe a alteração da Lei do Cadastro Positivo, com vistas a suprimir a responsabilidade objetiva do consulente, em caso de danos materiais e morais causados ao cadastrado.

Já vou para a análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada, Senadora.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Responsabilidade objetiva e solidária.

Quando uma consulta ao cadastro positivo não recomenda a concessão de crédito, quem nega o crédito é o consulente, aquele que fez a consulta ao cadastro. Se o crédito foi negado injustificadamente, com base em informações errôneas fornecidas pelo cadastro positivo, é fundamental possibilitar que o consumidor possa ingressar em juízo contra o consulente, porque é com ele que tem a relação direta. Seria injusto impor àquele que teve o seu crédito negado a obrigação de acionar o banco de dados ou a fonte, que muitas vezes são de difícil identificação.

Também quero acrescentar que o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça posicionou-se contrariamente ao projeto de lei que ora discutimos, Projeto de Lei nº 331.

Aí, argumenta todas as... Tem todos os argumentos de por que é contrário.

Eu vou resumir: no caso específico do cadastro positivo, a vulnerabilidade do consumidor acaba acentuada, ainda mais ao se considerar a sua vulnerabilidade informacional, que consiste na extrema dificuldade

de o consumidor, um cidadão normal, acompanhar de forma eficaz a complexidade e os efeitos do tratamento de informações pessoais a seu respeito, informações que estão presentes em um mecanismo tradicional de concessão de crédito, agravado pelo fato de que a ele não são disponibilizados os critérios específicos que irão fundamentar uma decisão pela concessão ou não do crédito.

A volta ao paradigma da culpa proposto no Projeto de Lei do Senado 331 representa um retrocesso e aumenta a dificuldade do consumidor para sustentar os seus direitos contra a única parte da relação de consumo com quem ele tem relação direta, que é o consulente.

Então, tornando bem mais sucinta a explicação ainda, se foi negado o meu empréstimo por um banco, eu sei a quem vou recorrer; se por uma loja, sei a quem recorrer. Se tiver de recorrer a quem fez o cadastro por esse banco, ou a quem fez o cadastro para aquela empresa, é difícilimo para um cidadão normal fazer isso. Ele pode até fazê-lo, mas a lei, do jeito que é hoje, preserva, ela ajuda o consumidor e a gente tem de estar sempre do lado do consumidor, me parece.

Bom, então, essa forma de você ter de ir atrás, você ter um negócio grande, uma empresa grande e ter um crédito negado e, realmente, depois se perceber que foi um equívoco... Bom, vai atrás de quem? Tem de ir atrás de quem negou esse empréstimo, porque se o cadastro foi errado, se ele teve um consultor errado, é um problema daquela loja, daquele comércio, daquele banco, de se entender com quem faz cadastro para ele, e não é um problema do consumidor.

Então, isso acaba... O jeito que está sendo proposto vai acabar prejudicando a confiança nas garantias legais relacionadas à tutela do crédito, causando potencial insegurança e instabilidade para todo o sistema de concessão de crédito, que é justamente o que se procurou fortalecer com a promulgação da Lei 12.414/2011.

Em relação à telefonia móvel, que foi uma emenda do Senador Gim Argello, ele acrescentou uma outra mudança na Lei do Cadastro Positivo.

Atualmente, o art. 11 da lei diz que prestadores de serviços poderão fornecer informações sobre o cadastrado, desde que autorizados por ele, sobre o cumprimento de suas obrigações. A lei excetua os serviços de telefonia móvel.

O relator pretende suprimir tal exceção, permitindo que essas informações também possam ser usadas.

Eu trago como argumento contrário à emenda do Senador Argello a própria exposição de motivos da MP 518/2010, que originou a atual Lei do Cadastro Positivo.

A exclusão das informações sobre telefonia móvel se deve a dois fatores: em primeiro lugar, a relação entre os consumidores e as operadoras é muito instável, havendo, comumente, a troca de operadora, o que será reforçado com o advento da portabilidade do número. Em segundo lugar, a grande maioria dos consumidores se utiliza da modalidade pré-paga, que, para fins de formação do histórico de crédito, não vai ter nenhuma utilidade, pois se trata de uma compra a vista.

Então, com relação a esse ponto, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor argumenta que as informações sobre os serviços de telefonia móvel também foram excluídas em razão da qualidade da informação.

De acordo com informações registradas no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, no período de 01/11/2009 a 31/10/2011, demandas de consumidores referentes a telecomunicações representam 24% de todo o cadastro. Desse percentual, cobranças indevidas figuram como o assunto mais reclamado, com 34,1% das demandas, o que coloca em dúvida o sistema de cobrança do serviço de telefonia móvel. Em razão das significativas demandas de consumidores levadas aos Procons, entende-se que informações relacionadas à telefonia pós-paga não são seguras o suficiente para caracterizar o histórico de adimplemento das obrigações financeiras dos consumidores.

Então, concluo que estou realmente de acordo com a lei anterior. Acredito que, apesar da boa intenção do Senador Argello, esse realmente não é um critério de idoneidade de pagamento, devido à confusão das próprias operadoras. A lei está funcionando muito bem e a responsabilidade, hoje, deve ser de quem presta essa informação a respeito do crédito. Se ele erra, ele tem que responder por isso. E o consumidor está muito mais protegido da forma que hoje é a lei.

Esse é o relatório, pela rejeição do PLS nº 331.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir mais uma vez às assessorias que nos deixem trabalhar. Temos uma pauta intensa e daqui a pouco haverá sessão do Congresso. Temos que ter atenção com o que estão colocando os Senadores.

O Senador Demóstenes Torres pede a palavra para a inscrição após colocar a matéria em discussão.

A Senadora Marta Suplicy apresentou voto em separado à matéria, que só será apreciado se for derrotado o voto principal.

Vou colocar a matéria em discussão.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, por ordem de inscrição.

Quem mais? (*Pausa.*)

Senador Dornelles, Senador Gim e Senador Armando Monteiro.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, respeito muito o entendimento da Senadora Marta Suplicy, mas acho que o projeto apresentado pelo Senador Armando Monteiro e muito bem relatado pelo Senador Gim Argello merece aprovação. E explico por quê. Na realidade, o cadastro positivo é um banco de dados em que só entram voluntários. A pessoa pode excluir seu nome dessa lista a qualquer tempo. E é um cadastro que existe no mundo todo. A pessoa vai comprar determinado produto, por exemplo, uma televisão, e o juro já é de 13%. O dono do estabelecimento comercial consulta um banco para que possa dar um benefício àquele que é tradicionalmente bom pagador. Ele quer baixar o juro para 7% para quem comprou a vida inteira e pagou direitinho. Isso não prejudica o consumidor que, por algum motivo, atrasou alguma coisa. Aquele que está vendendo quer dar um benefício para quem é bom pagador.

O que o inibe hoje de tomar essa atitude? O fato de ele responder solidariamente por um eventual prejuízo causado ao consumidor pela fonte, pelo banco. Então, veja só: se a informação é mal utilizada pelo consulente por culpa do banco, ele não tem que responder solidariamente; agora, se utiliza mal aquele dado, ele continua com a possibilidade de responder, não solidariamente, mas em ação civil comum. Não de forma solidária, mas, provada a culpa, o dolo é dele naquele caso, para que o consumidor efetivamente não seja lesado.

Cria-se ainda um problema, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Quem é que vai utilizar um banco desse se a pessoa pode ser responsabilizada por um erro que não é da própria pessoa, não é do consulente, o erro é do banco de dados, alguém informa erroneamente. Ora, quem informou erroneamente é que tem que pagar pelo erro causado.

De sorte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que vou votar com o Senador Gim Argello e com o Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Para discutir a matéria...

Peço para aumentar um pouco o som, porque está muito barulho aqui hoje. Muito barulho. Vou pedir a compreensão dos senhores mais uma vez, para que possamos escutar os Senadores, e peço à Mesa que aumente o som.

Senador Dornelles, V. Ex^a tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto, de autoria do Senador Armando Monteiro, tem que ser examinado dentro do contexto completo da lei.

O cadastro do contribuinte é voluntário. Somente a pessoa física e jurídica que desejar tem seu nome incluído no cadastro. E, no momento em que ele inclui no cadastro, ele pode se arrepender, ele pode sair, ele pode pedir que o nome dele seja retirado do cadastro. A qualquer momento, ele pode ter acesso às informações que sobre ele estão no cadastro e exigir sua correção. De modo que é voluntário. Ali só ficam as informações com as quais o cadastrado está de acordo.

Ora, coloque-se na situação de uma pequena empresa: ela vai ao cadastro do contribuinte e obtém os dados. Tem que partir do pressuposto de que os dados estão corretos. E, se por acaso, houver algum erro nesses dados, e se o cadastrado, nesse caso, for o responsável, porque a qualquer momento ele tem acesso a esse cadastro e pode pedir a correção e a retirada do seu nome do cadastro, o que vai ocorrer? A responsabilidade é do gestor do cadastro, do banco de dados e da fonte, e não do consulente. O consulente tem que partir do pressuposto de que o que está no cadastro é correto, porque, se não fosse, o cadastrado pediria a sua retirada.

Assim, quero dizer que não tem sentido a responsabilidade objetiva do consulente. Isso, realmente, é uma agressão; isso acaba com o cadastro.

Por esse motivo, quero dar meu apoio ao projeto apresentado pelo Senador Armando Monteiro, relatado pelo Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Dornelles.

Como autor, Senador Armando Monteiro, se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero manifestar meu respeito ao entendimento da nobre Senadora Marta Suplicy. Mas quero dizer que, se o cadastro positivo prevê a responsabilização objetiva do consulente, ele simplesmente se desfigura, não vai ser utilizado, porque a responsabilidade é da fonte primária dos dados. Não há como estabelecer a responsabilidade objetiva do consulente. Na experiência internacional, não existe essa hipótese de vincular o consulente como responsável. Portanto, é como se o Brasil estivesse querendo inventar um cadastro positivo em que o consulente tem responsabilidade objetiva sobre a fonte, sobre o banco de dados.

Ora, é preciso entender que, mesmo com essa motivação nobre de proteger o consumidor, é preciso levar em conta aspectos práticos. O consulente quer

vender. Essa é a primeira consideração. O consulente quer, em princípio, vender. Não há a posição de se colocar o consulente como interessado em não contemplar o consumidor. Ele quer vender. Agora, ele não é obrigado a conceder o crédito e nem pode ser responsável pelo banco de dados.

Então, eu quero, desde já, manifestando o meu respeito ao entendimento da Senadora Marta, dizer que isso se desfigura, isso vai comprometer a utilização desse instrumento, que é fundamental para beneficiar o consumidor brasileiro, ou seja, tratar aquele que tem boa tradição no uso do crédito de forma diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando, que é autor do projeto.

Consulto o Relator Gim Argello se quer fazer uso da palavra.

V. Ex^a tem a palavra, se o desejar.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só para agradecer a contribuição dada aqui. Acho que podemos ir ao voto. Acho que está mais do que esclarecido que o consulente não pode ser penalizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Gim Argello, pela objetividade.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para discutir a matéria.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, apenas para expressar o respeito aos Senadores que falaram antes e deles discordar. Penso que, se retirarmos a responsabilidade objetiva e solidária, estaremos ofendendo um direito constitucional do consumidor. O nosso sistema de relação entre o consumidor e o fornecedor é digno de elogios por essa responsabilidade objetiva, por esse tratamento digno e justo para com o consumidor.

Se nós retirarmos essa responsabilidade objetiva, penso, diversamente daqueles que falaram anteriormente, que nós não vamos descaracterizar o cadastro positivo de forma alguma. Isso não será prejudicado, mas, sim, nós manteremos a defesa do consumidor, o que, mais uma vez com respeito, este projeto prejudica um direito fundamental do cidadão nessa relação que é desigual entre o consumidor e aquele que fornece o bem.

Por isso vou votar contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Não havendo mais quem queira discutir, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou colocar a matéria principal em votação.

A matéria em votação é o relatório do Senador Gim Argello, de autoria do Senador Armando Monteiro. Se aprovado está prejudicado o voto em separado da Senadora Marta Suplicy.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. *(Pausa)*

Aprovado, com voto contrário do Senador Jorge Viana, do Senador Pedro Taques, da Senadora Marta Suplicy, da Senadora Ana Rita e do Senador Suplicy.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2, da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Valadares, eu não tinha visto V. Ex^a. Também há o voto contrário do Senador Valadares.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011

– Não Terminativo –

Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*

– *Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Marta Suplicy, Inácio Arruda e Gim Argello, nos termos regimentais.*

Coloco a matéria em discussão.

Para discutir a matéria, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que propõe esse projeto é aumentar em mais 400 cargos de diplomata e mais 893 cargos de oficial de chancelaria o quadro de pessoal do Ministério de Relações Exteriores com um impacto da ordem de R\$600 milhões escalonadamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso é totalmente desarrazoado. Basta lembrar que estamos ampliando em 65% os quadros do Itamaraty com o impacto, repito, de R\$600 milhões.

Vamos lembrar que agora mesmo, no mês de setembro, houve uma resposta do Itamaraty a um ofício do Senador Alvaro Dias devidamente aprovado pela Casa. E diz o seguinte a resposta dada ao Senador Alvaro Dias pelo Itamaraty.

Primeiro, quando ele indaga quantas missões diplomáticas permanentes e temporárias foram abertas no período de 2003 a 2011 e junto a quais países ou organismos internacionais, responde o Itamaraty:

A resposta oficial dada pelo governo brasileiro é de que foram criadas 52 missões diplomáticas permanentes residentes e 14 cumulativas, além da reativação das embaixadas em Kinshasa e Bagdá. E também foram criadas 22 repartições consulares.

Vamos lembrar, Sr. Presidente, que ainda agora, no último período legislativo, nós criamos mais 400 cargos para o Itamaraty, fora alguns outros comissionados.

Em que local foram criadas essas missões? Vinte se situam em países africanos: São Tomé e Príncipe, Etiópia, Camarões, Tanzânia, Guiné Equatorial, Sudão, Togo, Guiné, Zâmbia, Botsuana, Congo, Mauritânia, Burkina Faso, Mali, Benin, Serra Leoa, Libéria, Malau e República Democrática do Congo e Nigéria.

Outra pergunta feita pelo Senador Alvaro Dias: Qual a *performance* anual do comércio bilateral entre Brasil e esses países? Algumas respostas: Tanzânia: US\$18,5 milhões; Libéria: US\$13 milhões; Mali: US\$6,8 milhões; Zâmbia: US\$5 milhões; São Tomé e Príncipe: US\$600 mil de comércio bilateral.

Então, Sr. Presidente, pode-se dizer: “Mas é uma dimensão estratégica. O Brasil quer ter uma influência grande”. Mas qual a importância estratégica desses países?

E a criação de 1.293 cargos de diplomatas e oficiais de chancelaria é medida totalmente desarrazoada. Vamos lembrar o seguinte: o mundo passa por uma crise terrível. E qual é o principal problema? O equilíbrio fiscal, especialmente na zona do Euro.

Agora, no início do ano – e ontem nós tivemos uma notícia péssima: tivemos uma diminuição do número de empregos, no mesmo período do ano passado, de 69%, da abertura de novos empregos: 69% a menos. E nós temos de lembrar o seguinte: além do gasto com remuneração, tem os gastos com diária, com passagem, com aluguel, não é coisa fácil...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Gratificação no exterior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Gratificação no exterior, e assim por diante.

Lembro, inclusive, que agora, no último fim de semana, a revista *IstoÉ* publica uma matéria chama-

da: “O Trem da Alegria do Itamaraty”, mostrando que está aumentando em 65% o número de diplomadas e oficiais de chancelaria, e em 600 milhões só com a remuneração direta.

E lembramos ainda, Sr. Presidente, o que aconteceu agora no início do ano: a Presidente Dilma anunciou um corte de 50 bilhões no orçamento para enfrentar a crise econômica. E a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse o seguinte: “Que não haveria nenhum concurso em 2011”, para economizar, e que inclusive haveria revisões de novas admissões. Garantiu que os reajustes salariais estavam descartados. E nós estamos vendo aí: o Judiciário não vai ter reajuste; o Ministério Público não vai ter reajuste; a Polícia Federal não vai ter reajuste. Não tem reajuste para ninguém! Por quê? Para conter, porque nós estamos em uma crise. Então, é compreensível que as coisas se deem dessa forma.

Inclusive, agora em julho, os servidores do Itamaraty anunciaram operação tartaruga por que não tem reajuste de salário. Iniciaram operação tartaruga.

E a Ministra Miriam Belchior impediu a posse inclusive daqueles que passaram nos primeiros lugares em concursos, alegando que precisava economizar.

Então, eu quero saber o seguinte: eu acho que a Ministra Miriam Belchior e a Presidente Dilma não sabem que nós estamos votando hoje esse projeto aqui. Se soubessem teriam telefonado para a Liderança do Governo para impedir a votação. Por que ou nós temos de economizar para todo mundo, ou nós não temos de economizar para ninguém!

Se o Itamaraty pode, gradualmente, criar mais estes 1.465 cargos, como vamos justificar o corte de aumento de salário para todo mundo no ano que vem!

Então, o meu voto é contra. Eu voto contra. Nada contra o Itamaraty. Muito pelo contrário. Eu acho que nós devemos ter relação com todo mundo em todos os países, mas na medida do possível.

Nós não podemos, nesse momento, aumentar gastos, Sr. Presidente. Isso é uma loucura! É apostar no desequilíbrio fiscal. E agora, com a péssima notícia que nós tivemos ontem da diminuição do número de novos postos em 69% em relação ao mesmo período do ano passado, é óbvio que o Brasil está mergulhando numa crise. E nós temos que ter juízo.

Não dá para aprovar esse projeto.

Vou votar contra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Senadora Marta e, sem seguida, Senador Luiz Henrique, Relator do projeto.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Demóstenes, agora a gente vem se desentendendo muito ultimamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não tem problema.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o seguinte, a Miriam Belchior eu não sei se está a par. A Dilma eu tenho certeza de que está a par, pelos dados que eu tenho aqui para lhe informar.

A gente tem que ter uma cabeça Senador – desculpe-me, mas aqui eu falo de coração –, a gente tem que pensar a longo prazo. E a longo prazo, o Brasil tem uma estratégia formulada pelo Presidente Lula que já dura oito anos, que foi o nosso posicionamento e engrandecimento no exterior.

Nós sabemos das dificuldades que estão sendo enfrentadas economicamente, a Presidenta está tomando as providências, agora, existem certas ações que se pode tomar num Ministério como o da Miriam Belchior que, estrategicamente, em relação à política externa, não se pode, e não se deve, interromper. Deve-se ter uma política muito bem delineada. E é uma prerrogativa do Governo escolher o que vai priorizar.

Está muito claro que a Presidenta realmente cortou alguns gastos, aliás, muitos gastos, como V. Ex^a lembrou muito bem. Mas este não é um gasto que ela considerou pouco importante, tanto que, como V. Ex^a colocou, são quatrocentos cargos, bastantes cargos: 1.239 cargos de oficiais e assistentes de chancelaria. Se não fossem realmente importantes para o desempenho do Brasil internacionalmente, não estariam sendo pedidos aqui.

Eu gostaria de lembrar que o Governo Lula aumentou o número de embaixadas do Brasil no exterior de 96 para 131, ou seja, abriu 35 novas embaixadas. E eu lembro, não era Senadora na época, mas eu lembro a gritaria da oposição com os gastos. Aliás, anteriormente até as viagens do Lula eram criticadas: como ele viajava tanto, que absurdo, gastava dinheiro! Até puseram o nome do avião de Aerolula. Eu me lembro disso tudo. E isso tudo foi ao passado porque teve êxito, porque houve resultado, porque tinha estratégia, porque ele não teve medo de pôr o Brasil no lugar onde sempre sonhamos estar e nunca estivemos, como estamos agora.

Para isso ser mantido, nós temos, sim, que investir no Itamaraty, que é o nosso orgulho. E aqui quero continuar dizendo que a maior parte dos investimentos que Lula fez concentrou-se na África, no Caribe e no oriente Médio, regiões nas quais a nossa presença era precaríssima. Nós não existíamos nesses lugares. Tais embaixadas, em geral, são muito pequenas. Têm um custo médio de manutenção de US\$400 mil anuais.

V. Ex^a levantou o custo de algumas embaixadas, as despesas, quanto elas têm de receita, quanto vêm ao Brasil. Às vezes, são ridículos mesmo os valores. Se a gente fosse pensar assim, acabava com tudo, saía da África, saía de tudo quanto é lugar, porque o que se gasta, às vezes, não compensa. Mas não se pode pensar dessa forma em política externa.

Então eu também gostaria de lembrar que são investimentos a longo prazo e que o aumento das exportações do Brasil para essas mencionadas regiões acabou sendo muito expressivo, a saber: na África, teve incremento: de 2 bilhões, em 2001, para 11 bilhões nos primeiros onze meses de 2011; no Oriente Médio, teve um aumento: de 2 bilhões, em 2001, para 10,5 bilhões nos primeiros onze meses de 2011; e no Caribe teve um incremento: em 2001, era 1 bilhão e agora foi para 6 bilhões.

Bom, esses números, esses investimentos brasileiros também aumentaram substancialmente os investimentos nossos, das nossas empresas. Somente na África, já há cerca de 12 bilhões de empresas brasileiras investidos em projeto de mineração, construção civil, energia renovável. Então, a gente não tem que pensar no custo daquilo; tem que pensar no grande. Esses exemplos de retorno econômico compensam com muitas sobras os investimentos feitos em embaixadas. Há também, é óbvio, o retorno político diplomático. O Brasil é hoje um país de imenso prestígio internacional.

Nós devemos levar em conta que, com o grande aumento de prestígio brasileiro, o número de embaixadas estrangeiras em Brasília também apresentou um aumento drástico. Não somos só nós que vamos. Em seis anos, houve um aumento de 31% de embaixadas que vieram para Brasília. Isso também mostra o aumento do peso brasileiro. Em relação ao número de representações no exterior – aí digo embaixada, repartição consular, missões junto a organismos internacionais –, constatou-se um aumento de mais de 40% durante o Governo do Presidente Lula, passando de 150, em 2002, para 226, atualmente. Esse movimento foi acompanhado a partir de 2005 por uma alta na mesma proporção do número de diplomatas, que passaram de 1.000 para 1.400. Agora, para os analistas e para o próprio Itamaraty, esse número não dá conta. Nós crescemos muito em termos de representação internacional. Eu não quero fazer a comparação da representação brasileira com um país como os Estados Unidos, mas, só para ter a dimensão, nós temos 1.400 diplomatas, e os Estados Unidos têm 12 mil funcionários graduados, isso sem contar CIA, serviços secretos, militares, etc. Então, acredito que, se queremos continuar a ter essa expansão econômica em outros países, acompanhada, ao mesmo tempo,

de prestígio internacional, nada mais justo dar esses cargos para o Itamaraty, que é um orgulho brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o último orador inscrito é o Relator, o Senador Luiz Henrique, que, se desejar, tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero me inscrever para discutir a matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava me lembrando de uma frase célebre de Cícero: “*De minimis non curat praetor*”. Este projeto não pode ser olhado pela ótica do amanuense, pelo viés do que ele representa de despesa para o Tesouro. Este projeto tem que ser analisado pelo viés do que representa para o investimento das empresas nacionais, para a ocupação dos espaços econômicos em todas as regiões do mundo. Este projeto tem que ser olhado pelo novo papel estratégico, pelo novo papel político que o Brasil passou a desempenhar no cenário internacional.

Os demais países emergentes têm adotado a mesma expansão de sua presença diplomática no mundo. Aliás, a política que o Brasil adotou em relação à África é semelhante à que vêm adotando China, Índia, Rússia e outros países emergentes. O aumento da atividade internacional e a complexidade da agenda externa brasileira levaram a uma ampliação significativa da atuação do Itamaraty nos últimos anos. A intensificação da participação brasileira nos fóruns regionais e internacionais – Mercosul, Unasul, Ibas, Brics, G20 – nas discussões sobre reforma das instituições econômicas multilaterais e na chamada diplomacia presidencial, que multiplicou o número de compromissos internacionais do Chefe de Estado brasileiro e de visitas de seus homólogos ao Brasil, com o correspondente aumento das demandas sobre o serviço exterior brasileiro, é uma verdade incontestável, Sr. Presidente.

Houve o estabelecimento, desde 2006, de relações diplomáticas com treze novos países, completando, assim, uma rede de relações diplomáticas que abrange todos os países do sistema ONU, com exceção de Tonga.

Houve a criação, desde a última ampliação dos cargos de carreira de diplomata em 2006, de 32 novas embaixadas residentes e de 15 novas repartições consulares de carreira.

O Brasil conta, hoje, com 228 missões diplomáticas – repito, Sr. Presidente: o Brasil conta, hoje, com 228 missões diplomáticas – e repartições consulares, sendo que 149 desses postos pertencem aos Grupos C e D, o que representa 65% do total.

Lembro que os Grupos C e D são os dois últimos níveis de classificação de postos estabelecida pelo art.

13 da Lei nº 11.140, de 2006, que institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro para fins de movimentação de pessoal – segundo grau de representatividade da missão –, as condições específicas de vida na sede e a conveniência da Administração.

Atualmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 104 vagas não preenchidas na lotação de diplomatas nas embaixadas e consulados, das quais 74 em postos de Grupos C e D. Há, igualmente, vários cargos de lotação na Secretaria de Estado e em escritórios regionais do Itamaraty.

Houve a ampliação da estrutura interna da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com a criação, desde 2006, de quatro subsecretarias, de oito departamentos e de dezessete divisões, além de várias coordenadorias temáticas. Entre as novas secretarias-gerais, merece destaque a criação, em 2008, daquela que cuida das comunidades brasileiras no exterior e que responde à nova realidade e aos novos desafios representados pelo expressivo número de quatro milhões de brasileiros que vivem em todas as regiões do globo.

Também é expressivo e crescente o número de diplomatas cedidos a pedido a outros órgãos da Administração Pública Federal no âmbito dos três Poderes, para suprir, com sua *expertise*, esses órgãos da Administração e também, ocasionalmente, alguns governos estaduais e municipais.

O aumento proposto manterá a distribuição percentual dos cargos entre as classes de carreira de diplomata. A ampliação da carreira seguirá uma distribuição gradual e uniforme ao longo de quatro anos, observado o regime de promoções semestrais.

Quero destacar aqui, Sr. Presidente, que essas vagas serão preenchidas ao longo de quatro anos. Portanto, é uma previsão para o futuro, para que o Itamaraty se antecipe às demandas crescentes do futuro.

Nos concursos para a classe inicial de carreira, a de Terceiro Secretário, deve haver um aumento estimado de 22 vagas por ano, e é objetivo do Itamaraty que, somadas as vagas naturais, o concurso do Instituto Rio Branco ofereça anualmente cerca de 50 vagas para preenchimento.

Por essas razões, Sr. Presidente, olhando de forma a contemplar a grandiosidade do papel diplomático do nosso País, a presença crescente nos foros internacionais, eu peço aos meus colegas o apoio a esse projeto, que é relevante para o futuro e para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Para discutir a matéria se inscreve agora o Senador Aécio Neves, o Senador Romero e o Senador Requião.

Senador Aécio Neves, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, inscreva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques e Senador Randolfe.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha intervenção será bastante breve.

É preciso que em determinadas questões saíamos dessa camisa de força de sermos oposição ou governo, posições absolutamente efêmeras, circunstanciais e – espero eu – passageiras.

Na verdade, é importante que questões dessa relevância sejam vistas com o mínimo de sensatez e segundo o princípio da razoabilidade. Essa frase não é minha. Há muito se dizia que todos nós somos reféns das nossas circunstâncias; das circunstâncias que nos cercam.

Eu não vou aqui adentrar a discussão da política externa defendida pela ilustre Senadora, minha querida amiga Marta Suplicy. Tenho com ela discordâncias profundas. Não acho que o Brasil se afirme internacionalmente no momento em que se alia a líderes políticos como Chaves, da Venezuela, e Ahmadinejad, do Irã, ou quando patrocina episódios como de Cesare Battisti ou dos pugilistas cubanos. Não acho que dessa forma o Brasil se afirma como liderança internacional, por mais que considere meritório o esforço de buscarmos, em regiões como África ou América Central, ter uma presença um pouco mais solidária.

Sr. Presidente, o contexto no qual estamos inseridos hoje é de um duro ajuste fiscal. Todas as expectativas e cenários que se apresentam ao Brasil e ao mundo nos aconselham a ter cautela.

Não é possível, Sr. Presidente, que haja um discurso de Governo, geral, patrocinado pela Presidente da República e sustentado pela Ministra do Planejamento que tem a responsabilidade da execução orçamentária e dentro desse mesmo Governo haja outro governo que atua de forma absolutamente oposta às diretrizes gerais; pelo menos àquelas disseminadas à opinião pública.

Eu não quero entrar também no mérito dos cargos e para onde vão. Talvez em outro cenário essa discussão possa ser apropriada. Talvez um pouco mais equilibrada, diminuindo esse número. Mas nesse momento, simplesmente trazer à discussão do Congresso Nacional, no final do ano, na última reunião que teremos desta comissão, a criação de 1.300 cargos,

quando os concursos públicos e os aumentos para servidores dos demais poderes estão congelados é um acinte, Sr. Presidente. Não faz bem ao Itamaraty. Há ainda a bela reputação que o Itamaraty tem construído, não no Governo, mas desde Rio Branco, por décadas. Não faz bem ao Itamaraty, ao Governo nem a esta Casa, que não pode continuar se submetendo permanentemente às vontades do Governo.

Sr. Presidente, esta Casa discutir e votar esta matéria nesse instante, por maior que seja o meu respeito ao ilustre relator, meu colega ex-Governador e hoje Senador Luiz Henrique, não dignifica o fechamento de um ano muito positivo para a Comissão de Constituição e Justiça.

V. Ex^a aqui elencou, no início dessa reunião, inúmeros projetos extremamente importantes. Eu me permito acrescentar a eles um que está na base da relação do Poder Legislativo com o Poder Executivo, que é o novo rito de tramitação das medidas provisórias. Considero que esse assunto não pode ficar adormecido em prejuízo da própria dignidade do Parlamento e das prerrogativas que temos o dever de defender e por elas responder.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui deixar a minha palavra clara de oposição às circunstâncias, ao momento em que essa discussão chega ao Senado da República. O momento é de contenção e os exemplos têm que vir de todas as áreas. O Governo perde autoridade para cobrar ajustes, para cobrar sacrifícios de determinados setores, se permite que a presença ou que a força de uma determinada área do Governo prevaleça sobre a lógica geral ou sobre a orientação geral do Governo.

Não é o momento, Senadora Marta, permita-me dizer, de trazermos à discussão e à votação a criação de mais cargos. É hora sim de o Governo otimizar os cargos que existem, é hora de o Governo, quem sabe, abdicar dos 25 mil cargos de livre nomeação que estão aí servindo aos companheiros.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto será contrário à aprovação desse projeto, que poderia, em uma outra circunstância de crescimento econômico, voltar a ser discutido, mas com critérios, e não da forma como o projeto aqui chega.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

O próximo orador inscrito é o Senador Romero Jucá.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. A Senadora Marta Suplicy e o Senador Luiz Henrique já discorreram bem acerca dos dados e da importância

desse projeto. Mas eu gostaria de registrar que esse quantitativo é para cargos de carreira que serão concursados, que serão providos de forma gradual, porque não se forma um diplomata do dia para a noite; na verdade, precisa-se de prazo. Teremos aí a ampliação dos quadros da atuação do Brasil no cenário internacional e também a substituição de aposentadorias que efetivamente estão ocorrendo no Itamaraty.

Então, nós vamos encaminhar favoravelmente. É importante esse projeto, é importante continuar com a presença brasileira sendo ampliada internacionalmente. Isso repercute em ações políticas, em ações econômicas, em geração de emprego e em exportação. Na verdade, faz parte do processo de crescimento do Brasil para ser uma das economias mais importantes do mundo.

Portanto, nosso parecer e nosso encaminhamento de voto é favorável ao projeto, entendendo as razões aqui colocadas pela Oposição, mas registrando que o Governo está fazendo os controles de gastos, está diminuindo despesas, está efetivamente cortando onde pode cortar, mas num caso como esse, estratégico, é importante que o Itamaraty, que nossas relações internacionais sejam bem representadas e que ocupem o espaço que o País está ocupando no mundo.

Portanto, o encaminhamento é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, inicialmente, impressionou-me a revelação do Senador Demóstenes de que os funcionários do Itamaraty estariam engendrando uma operação tartaruga. A operação tartaruga pode ter uma interpretação diferenciada. Pode ser, em determinadas circunstâncias, a renúncia ao imobilismo: começaram a andar. Eu fiz contato com vários membros da nossa chancelaria, embaixadores, e há uma má vontade com esse projeto internamente. Os meus contatos consideraram desnecessário esse aumento de quadros nesta circunstância. É inoportuno o aumento. E os dados trazidos ao projeto também não são confiáveis. Se é de implantação continuada, que espécie de projeção de custo estamos fazendo? Por outro lado, existem as gratificações para postos no exterior que fazem com que um funcionário do Itamaraty tenha um salário às vezes irrisório no Brasil, mas tenha um salário extremamente consistente fora do País.

Quatrocentos embaixadores a mais. Não vejo nenhuma necessidade objetiva disso. Talvez os outros

cargos se fizessem até necessários. Nós teremos que, nesse projeto, dar o tratamento que a circunstância política e econômica exige.

Uma operação tartaruga. Vamos discutir isso posteriormente, com mais calma.

O projeto é absolutamente inoportuno, e o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Roberto Requião.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, fazendo referência à política externa nacional, nós não podemos fazer relações internacionais do quintal da nossa casa. Nós precisamos de postos avançados. Fazendo uma crítica a essa política internacional, às vezes errante, notadamente na defesa dos direitos fundamentais, na defesa dos direitos humanos, e também uma política sem qualquer preconceito, mas um tanto quanto terceiro-mundista da República Federativa do Brasil, eu penso que, em relação a esses cargos, como eles serão providos com o tempo, tendo em conta a necessidade de uma formação desses futuros diplomatas, votarei favoravelmente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é importante destacar que nós não estamos aqui falando da criação de cargos em comissão; estamos falando do fortalecimento de uma instituição que considero das mais importantes da República e que teve esse papel acentuado, em especial – e que reconhecidamente isto seja dito – nos últimos anos, que é o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores.

Ao contrário do muito que foi dito, acho que o Brasil assumiu o papel de protagonista e de independência no cenário internacional nos últimos anos. Nós nos voltamos para dialogar com a África, pátria e terra mãe da formação do povo brasileiro, de que há muito nos havíamos esquecido. Nós passamos a estabelecer relações diplomáticas e econômicas fora do antigo eixo Brasil–Estados Unidos que pautou a nossa política internacional, principalmente durante o período da ditadura militar.

Nós temos o papel de política internacional protagonista e de líder, em especial na América Latina. Nós seremos, nos próximos quatro, cinco anos, uma das cinco economias do Planeta. Fortalecer a carreira do Itamaraty, fortalecer o Ministério das Relações Exteriores é uma necessidade, no meu entender, hoje, do Estado brasileiro; é uma necessidade do papel que

o Brasil virá a exercer no cenário internacional – e já está exercendo.

Para ter o papel de protagonista no cenário internacional, para ter o papel de líder, em especial na América Latina, para ter o papel de cooperador e de irmão da África – repito, pátria mãe do povo brasileiro –, nós temos que ter uma carreira de diplomata, e a carreira no Itamaraty precisa estar fortalecida.

Por isso, nosso voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Último orador inscrito. Vou colocar a matéria em votação após a fala do Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é contraditório o que estamos verificando neste momento. A solicitação do Governo vem na contramão do discurso que pronunciou esta semana para a aprovação da DRU, a Desvinculação de Recursos da União.

O que se proclamou é a existência de uma crise que chega inevitavelmente e em relação a qual o País precisa adotar providências imediatas. E, na contramão dessa realidade, o que se vê é a necessidade de se ampliar estruturas desnecessariamente, sem se levar em conta a relação custo/benefício que deve estar presente sempre, quando se aplica o dinheiro público, quando se gasta o dinheiro do imposto, pago com tanto sacrifício pela população.

Com todo respeito àqueles que pensam de forma diferente, eu imagino que aprovar matéria dessa natureza agora só é possível porque nós não temos uma lei de responsabilidade administrativa. Certamente que, se tivéssemos uma lei de responsabilidade administrativa, essa proposta não lograria êxito, não seria nem mesmo encaminhada ao Congresso Nacional neste momento. Futuramente, nós poderemos discutir, mas este não é o momento adequado de gerar expectativas em relação às disponibilidades financeiras do Erário.

Vejam que nós ouvimos a proclamação de que houve uma estratégia fantástica na política de relações exteriores do País a partir do Governo Lula. E o que vimos foi uma estratégia megalomaniaca. Não me parece que para sermos protagonistas tenhamos que instalar embaixadas em locais como o referido pelo Senador Demóstenes, em que o resultado da balança comercial chega a 600 mil dólares ano, ou seja, nem mesmo paga o Aerolula, aqui lembrado pela Senadora Marta Suplicy. Portanto, estamos praticando uma política administrativa perdulária. Reforma administrativa? Nem pensar! Evidentemente, se o Governo trabalhasse uma reforma administrativa para eliminar estruturas ociosas desnecessárias, estruturas que estabelecem paralelismos dispensáveis com superposição de ação

que acaba aumentando despesas correntes... Quando se fala que houve corte de gastos não se fala com a realidade dos números oficiais; o que se lê é que o Governo atual, de Dilma Rousseff, aumentou os gastos em relação ao governo anterior. É verdade que gasta menos em investimentos produtivos. Em obras de infraestrutura, por exemplo, apenas 5 bilhões foram investidos este ano, obras em curso. O que se investiu foi 16 bilhões para pagar despesas do ano eleitoral, ano passado, obras realizadas em ano eleitoral. Portanto, nosso voto é o voto do Senador Demóstenes. Nós acompanhamos o voto em separado do Senador Demóstenes.

Evidentemente, nós queremos valorizar o Itamaraty, reconhecemos a importância dessa instituição que tem uma história que merece aplausos, mas neste momento não é exemplar aprovar projeto que cria mais de 1.600 cargos, na contramão de uma realidade financeira do Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Vou dar a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – As razões, Sr. Presidente, da oportunidade deste projeto já foram colocadas aqui por muitos. Compreendo as posições contrárias também, sobretudo do Senador Roberto Requião; compreendo e respeito. Mas o fato é que tivemos aumento do número de embaixadas no Brasil de 96 para 131. Portanto, 35 novas embaixadas foram criadas. E isso foi colocado aqui pela Senadora Marta Suplicy.

Isso, Sr. Presidente, exige uma estruturação mais adequada do Itamaraty, e essa estruturação mais adequada, essa carreira exige também a aprovação deste projeto. O relator Senador Luiz Henrique já disse aqui com muita propriedade que este projeto não pode ser visto apenas pelo lado da despesa; ele terá que ser visto pelo novo reflexo do Brasil, pelo novo protagonismo do Brasil na política nacional. Portanto, a minha posição, compreendendo as posições diferentes dentro da bancada é pela aprovação do projeto, com os elogios evidentes ao Senador Luiz Henrique, que relata a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan.

Não havendo mais oradores inscritos, vou colocar a matéria em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contra dos Senadores Aécio Neves, Demóstenes Torres, Roberto Requião e Alvaro Dias.

A matéria foi aprovada, e o relatório passa a constituir parecer favorável da comissão.

A matéria vai a plenário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, solicito urgência urgentíssima a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o pedido de urgência do Senador...

Vou pedir ao auditório que não se manifeste porque não é regimental a manifestação que não seja dos senhores Senadores.

O Senador Luiz Henrique solicita urgência à matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, embora um dos argumentos usados para defender o projeto tenha sido o de que é um projeto para longo prazo, nós vamos concordar com o pedido do Senador Luiz Henrique. É contraditória também essa argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o pedido de urgência do Senador Luiz Henrique.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência do Senador Luiz Henrique.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Textos disponíveis:

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, com duas emendas que apresenta, contrário ao Projeto de Lei do

Senado nº 119, de 2008, com a consequente declaração de prejudicialidade da emenda que lhe foi oferecida.

Observações: – *A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.*

– *Em 14/12/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu parecer contrário.*

– *Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Roberto Requião e Marta Suplicy, nos termos regimentais.*

Coloco a matéria em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de retirar a emenda, uma vez que a alternativa apontada pelo Relator, Gim Argello, é muito boa e preenche os requisitos da minha emenda.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fica retirada, então, a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

Para discutir a matéria, Senador Demóstenes; Senadora Ana Rita; Senadora Marta; Senador Petecão; inscrição do Senador Petecão..

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de fazer um registro. Não vou me ater à matéria. Estou pedindo a palavra para uma questão de ordem, aliás, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, eu só queria fazer aqui um registro, por sinal, um registro muito triste: recebemos agora a informação, pelo *Diário Oficial*, de que o projeto que foi discutido nesta Comissão, o projeto que tratava da volta do horário do Acre, foi vetado pela Presidente Dilma.

Eu, sinceramente, estou chocado. Acho que isso é uma afronta à decisão do povo acriano, até por que o povo acriano foi às urnas através de um referendo e, infelizmente sua decisão não foi respeitada.

Então, gostaria que isso ficasse registrado aqui nesta Comissão, até por que esse foi um projeto do Senador Pedro Taques, que se debruçou sobre a matéria, que a estudou, que se empenhou, mas infelizmente a vontade do povo acriano não foi respeitada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o próximo orador inscrito é o Senador Demóstenes Torres e, depois, a Senadora Ana Rita,

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero me solidarizar com o Senador Petecão, que tinha uma causa justíssima, sempre vota com o Governo e agora acaba de sofrer um revés grande na sua convicção.

E segundo, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: a assessoria da Casa me apontou uma série de inconstitucionalidades desta proposta, inclusive inconstitucionalidades já decididas pelo Supremo Tribunal Federal, como, por exemplo, a inviabilidade de o Estado membro impor ao Município a destinação de recursos e rendas que a esse pertence por direito próprio, ao fixar, ao dizer que o Município tem que remunerar o conselheiro tutelar e ainda pagar outros direitos trabalhistas. Aliás, o Ministro Celso de Mello proferiu isso numa decisão em 2002.

O Ministro Gilmar Mendes diz o seguinte: “A divisão de tarefas está contemplada nos parágrafos do art. 24 da Constituição, de onde se extrai que cabe à União editar normas gerais, isto é, normas não exaustivas, leis-quadro, princípios amplos, que traçam planos sem descer a pormenores”.

E também diz claramente que são inconstitucionais as mudanças feitas no art. 139. Porque também o Supremo Tribunal Federal diz, por exemplo, que suprimir a previsão prevista do exercício de competência legislativa municipal na regulação do processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar; estabelecer data unificada em todo o território nacional para todos os conselheiros; definir 10 de janeiro como data para posse dos conselheiros, prorrogar o mandato dos atuais conselheiros de modo a viabilizar a referida unificação nacional, tudo isso – aponta a consultoria – que é copiosa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo qualquer alteração ou proposta legislativa que discipline regime jurídico de servidores inclusos, seus provimentos no cargo.

Todavia, Sr. Presidente, como o Supremo Tribunal Federal já tem adotado o sistema de modulação de efeitos e, muitas vezes, tem determinado que o próprio Judiciário tome as iniciativas por omissão do Poder Legislativo e, como há uma omissão clara dos Municípios em regular todos esses temas que aqui foram tratados e, em homenagem ao trabalho que prestam os conselheiros tutelares, em homenagem ao trabalho que foi feito pela Senadora Lúcia Vânia, pelo Senador Gim Argello, e também pelo nosso querido ex-Senador Arthur Virgílio, eu vou fazer como fazem os Ministros do Supremo: vou modular ao meu parecer, apesar da copiosa jurisprudência em sentido contrário, para dizer que vou votar a favor e aí se decida lá na frente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto a favor do Senador Demóstenes Torres.

Para fazer uso da palavra, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, também quero me manifestar sobre esta importante matéria. Inicialmente, quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia que, cuidadosamente, apresentou um substitutivo que amplia e assegura aos conselhos tutelares condições de desenvolver o seu trabalho de forma unificada, visa inclusive o fortalecimento desses conselhos e assegura de fato a sua autonomia.

Conforme já foi dito pelo Senador Demóstenes, em que pese, na verdade, que uma iniciativa do Poder Legislativo viole a autonomia constitucional dos Municípios, para organizar de fato os conselhos tutelares, sabemos o quanto ainda muitos Municípios são omissos nessa questão e, muitas vezes, incapazes de resolver o funcionamento adequado dos conselhos tutelares. E como eu tive a oportunidade de acompanhar de perto o funcionamento de alguns conselhos tutelares, sabemos o quanto os conselheiros tutelares são dedicados à causa da defesa das crianças e dos adolescentes, sem, na maioria das vezes, as condições mínimas de trabalho, não só de remuneração, Sr. Presidente; mas condição mínima de trabalho... Muitas vezes, os Conselheiros Tutelares são acionados, durante a madrugada, para defender e proteger alguma criança que está em risco e não contam sequer, muitas vezes, com carro para levá-los, nem sequer com telefone celular e, muitas vezes, com condições muito precárias, de funcionamento, do próprio Conselho no que tange à sede, funcionamento e tudo o mais.

Acho que é necessário, sim, disciplinar o funcionamento dos Conselhos Tutelares, de forma que dê condição de unificar isso em nível nacional para que os Municípios possam, efetivamente, oferecer as condições necessárias para que os Conselhos funcionem. E, mais do que isso, Sr. Presidente, acho que também chama a atenção dos Municípios, dos nossos gestores municipais, para a necessidade de formação e de qualificação dos Conselhos Tutelares. Não é suficiente apenas termos Conselhos estruturados, mas termos conselheiros capazes, o suficiente, para atender e encaminhar adequadamente nossas crianças. Além disso – é pauta depois para os próximos debates –, devemos criar condições necessárias para que os Conselheiros tenham a possibilidade de fazer o encaminhamento adequado.

Então, quero manifestar minha satisfação de poder, nesta manhã de hoje, contribuir para a aprovação deste importante projeto que, com certeza, trará uma

tranquilidade para todos os Conselheiros Tutelares de nosso País.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, peço a palavra, brevemente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sr. Senador, é que temos uma lista de inscritos. Posso inscrevê-lo... É sobre este mesmo assunto?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Correto. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Nós estamos discutindo o item 3 da pauta. Projeto de Lei 278, que tramita em conjunto com o de nº 119, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy. Em seguida, Senador Humberto Costa e, logo em seguida, Senador Valadares.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de parabenizar a Senadora Lúcia Vânia e também dizer, com a experiência de ter sido Prefeita da cidade de São Paulo e ter trabalhado com o Conselho Tutela, ter acompanhado suas atividades, a importância do Conselho Tutelar na proteção de nossas crianças e adolescentes.

Eu acho importante esta proposta do aumento do mandato de três para quatro anos, porque acaba tendo de ter uma relação próxima com a Prefeitura, que é também quem deve fornecer a infraestrutura adequada para que possam bem funcionar.

Compartilho com a Senadora Ana Rita a preocupação de que os Conselhos Tutelares muitas vezes têm pessoas competentes, pessoas, às vezes, até missionárias trabalhando, em condições extremamente precárias: sem automóvel, sem telefone no posto em que trabalha e sem condições de exercer seu trabalho. Mas como este projeto vai caminhar para a Comissão de Direitos Humanos, eu acredito que nós podemos passar este projeto aqui e, depois, na Comissão de Direitos Humanos, apresentar essa visão de que é preciso ter mais infraestrutura para exercer o trabalho, não é só uma questão de anos de mandato, nem de salário e nem de representatividade nas comunidades. Acredito que nós podemos ainda dar sugestões e emendas mais para frente.

Então, vou votar favoravelmente e acredito que é uma das boas coisas, é uma das boas entidades que nós temos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Marta.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero aqui também me associar às palavras que foram aqui manifestadas no sentido da importância de podermos regulamentar de forma adequada para que possamos dar legitimidade aos conselhos tutelares.

Esses conselhos, ao longo dos últimos anos, têm cumprido um papel fundamental no sentido de trabalhar com a produção, a fiscalização, a elaboração e o acompanhamento de políticas voltadas para a juventude, atribuindo à comunidade, à sociedade, à família, a responsabilidade de garantir à nossa juventude um conjunto de direitos que são fundamentais, que são essenciais para a formação do adulto do futuro, do cidadão, de pessoas que possam, concretamente, contribuir para o desenvolvimento do país e possam expressar plenamente as suas capacidades, os seus interesses, possam ascender socialmente, possam ter acesso à cultura, à educação. Enfim, é muito importante que tenhamos a regulamentação dessa matéria. Existem alguns pontos a serem definidos, que podem ser definidos posteriormente, sobre a existência ou não de uma remuneração. Sem dúvida, esse projeto, com as emendas que foram apresentadas, cumpre um papel fundamental, que é dar aos conselheiros tutelares uma autoridade que lhes é investida pela lei e lhes dá também a criação de condições mínimas suficientes para o exercício do seu trabalho.

De modo que acompanho o Relator. Voto pela aprovação da matéria. Tenho certeza de que ela terá uma repercussão importante sobre o trabalho dos conselheiros tutelares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Agradeço-lhe a brevidade e passo a palavra agora ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, como já foi amplamente notificado por todos os oradores que me antecederam, os conselhos tutelares têm um papel preponderante a exercer nos Municípios brasileiros em apoio à criança, ao adolescente, ao fortalecimento das atividades e iniciativas da juventude. Quero dizer que não só os autores, como também o Relator, que apresentou uma emenda muito importante que veio aperfeiçoar a matéria, merecem os nossos parabéns, as nossas felicitações pelo esforço realizado.

O art. 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente passaria a vigorar estabelecendo que uma lei municipal desforasse o local do funcionamento do conselho tutelar e sobre a remuneração dos seus membros, assegurando aos membros do conselho cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remun-

neradas acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal, licença à gestante, licença-paternidade e gratificação natalina.

A Câmara de Vereadores irá aprovar anualmente no orçamento, através de proposta do Executivo municipal, a despesa referente à remuneração dos membros.

Portanto, trata-se de matéria que vem aperfeiçoar a legislação atual, que vem dar maior força aos conselhos tutelares e disponibilizar para eles instrumentos novos para o efetivo exercício de função tão nobre e tão nobilitante na sociedade contemporânea. Portanto, o meu voto, o voto do PSB, é favorável.

Sr. Presidente, é fundamental ressaltar que após 21 anos de sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente, finalmente o País contará com uma política nacional de atendimento socioeducativa coordenada e planejada pela União, com execução focada nos Estados e Municípios, e que tem como fundamento básico a recuperação do

Essa meritória política pública utiliza como paradigma um modelo de recuperação que tem interface com os sistemas de Educação, de Qualificação Profissional, de Saúde, de Assistência Social e com o Sistema de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Valadares.

Volto a repetir, é importante que saibam os que nos ouvem na Rádio Senado e na TV Senado que estamos discutindo os projetos que propõem alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente e nos conselhos tutelares, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, registrar a importância da iniciativa do então Senador Arthur Virgílio e muito especial da Senadora Lúcia Vânia, minha companheira do PSDB aqui presente.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, nos 8 anos que governei Minas Gerais, de acompanhar muito de perto a ação dos Conselhos Tutelares. Não obstante a dedicação dos conselheiros, isso é comum em todo o País, a fragilidade da estrutura dos conselhos impedia que ele atuasse de forma mais abrangente. Muitas vezes a atuação dos conselhos tutelares se deve à dedicação pessoal de inúmeros conselheiros.

Esse projeto dá um passo a diante. Permite a estruturação dos conselhos e, mais ainda, cobra uma responsabilidade maior dos municípios, dos prefeitos municipais na construção de parcerias com os conselhos tutelares, no momento em que esse projeto os consolida. Na verdade, hoje, os conselhos já estão incorporados, a meu ver, de forma definitiva àqueles

instrumentos que hoje são absolutamente necessários ao bom funcionamento das relações sociais.

Portanto, a Senadora Lúcia Vânia merece o nosso reconhecimento e o ilustre relator também tomou cuidados extremamente importantes ao adequá-lo ao comando da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é extremamente relevante.

Portanto, quero aqui, mais uma vez parabenizando os autores e o relator, dizer que nós, do PSDB, vamos votar favoravelmente a essa matéria, à regulamentação dos Conselhos Tutelares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Aécio.

Temos mais três inscritos: Senador Álvaro dias, Senador Pedro Taques e Senador Renan.

Quero só lembrar que não tem caráter terminativo essa matéria. Ela passa ainda pela Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente os cumprimentos pela iniciativa. O Senador Artur Virgílio e a Senadora Lúcia Vânia, dois Senadores do nosso Partido, tiveram a brilhante idéia de buscar aprimorar a legislação, e tiveram o apoio do Relator Gim Argello, para que possamos ter uma legislação adequada relativamente à unificação das eleições no Brasil e à função e aos direitos dos membros do Conselho Tutelar. A legislação, além de regulamentar a função do conselheiro, estabelece normas em relação ao seu mandato.

É fundamental essa regulamentação para garantir os parâmetros mínimos necessários para remuneração e o acesso aos direitos trabalhistas, como o 13º salário, férias anuais remuneradas com 1/3 constitucional, a licença gestante, a licença paternidade, a cobertura previdenciária, a gratificação natalina. É necessário fixar a remuneração dos citados conselheiros, além de garantir dedicação exclusiva. Exatamente para garantir a dedicação exclusiva, para garantir que se possa atuar em tempo integral no exercício pleno de todas as atividades que esta nobre missão exige, é preciso estabelecer uma remuneração justa.

Portanto, remuneração obrigatória, direitos sociais, unificação da data das eleições dos conselheiros, é disso que trata esse projeto, que tem o nosso apoio, o apoio do PSDB.

Ao manifestar o voto favorável do PSDB a esse projeto, o faço em homenagem a todos os conselheiros, através de um amigo ou um conselheiro da cidade de Maringá, no interior do Paraná, um dedicado conselheiro, o Vandrê Fernando. Por intermédio do Vandrê Fernando, estendo os meus cumprimentos a

todos os conselheiros tutelares, que são cerca de 30 mil em todo o país.

Portanto, busca-se oferecer a garantia de direitos, através de uma legislação mais competente, a 30 mil conselheiros tutelares.

Parabéns a esses conselheiros, que, no anonimato da sua atividade do dia a dia, cumprem uma missão muito importante, um serviço de utilidade pública indispensável, sobretudo para a população mais empobrecida do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo Senador inscrito para discutir a matéria é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para apoiar o projeto, que concretiza os direitos fundamentais previstos no art. 7º da Constituição.

Nós tínhamos uma dúvida quanto à constitucionalidade deste projeto, mas, em uma conversa com o Senador Demóstenes Torres hoje e depois de sua manifestação aqui, nós fomos convencidos pelos ensinamentos de S. Ex^a a respeito da constitucionalidade do projeto.

Voto favoravelmente ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, em primeiríssimo lugar, cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e, cumprimentando S. Ex^a, quero cumprimentar o Senador Arthur Virgílio, que não está mais presente aqui no Senado Federal pela brilhante iniciativa que é de detalhar melhor, regulamentar melhor, objetivando o fortalecimento, o aperfeiçoamento e a consolidação dos conselhos tutelares em todo o Brasil.

Portanto, no momento em que os cumprimento, expresso a posição do nosso Partido, o PMDB, que é pela aprovação do projeto.

Quero cumprimentar também o Senador Gim Argello, que tem, neste dia histórico, oportunidade aqui de relatar esta matéria. Ela é fundamental, porque ela pode, no seu desdobramento, garantir direitos a férias, a salário, a remuneração, a décimo terceiro salário, a plano de saúde. E isso tudo é muito importante para dar aos conselheiros tutelares de todo o Brasil, a esses 30 mil conselheiros tutelares de todo o Brasil, essas condições pessoais, salariais e esses direitos fundamentais para que eles possam continuar cumprindo muito bem os seus papéis na proteção da defesa dos direitos da criança e do adolescente no nosso País.

Portanto, a posição do PMDB é favorável, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Relator, Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, apenas para agradecer, de verdade, a todos os Senadores que me antecederam nos comentários sobre os direitos fundamentais dos conselheiros tutelares. E quero dizer do respeito que temos por eles, que são uns lutadores realmente, pessoas que não têm hora, trabalham diuturnamente a favor das crianças de nosso País.

Quero parabenizar o Senador Arthur Virgílio e também a nobre Senadora Lúcia Vânia, que tanto nos cobrou a relatoria deste projeto.

Agradeço a cada um dos conselheiros tutelares que se encontram aqui, principalmente a Selma, que é a referência do Conselho Tutelar do Distrito Federal.

Quero agradecer ao Senador Valadares por ter retirado a emenda, concordando com o dia de domingo, seguinte ao dia 18 de novembro, que é o dia da eleição deles. Muito obrigado, Valadares.

Quero agradecer, enfim, a todos.

E quero dar uma notícia boa.

A Senadora Ana Amélia e outros Srs. Senadores comentaram a dificuldade que é ser conselheiro tutelar, principalmente no interior do País, onde não há estrutura alguma, não há estrutura de carros, de telefone, de nada. Quer dizer, com emenda individual minha aqui para Brasília, coloquei R\$3,9 milhões para atender esse problema dos carros no Distrito Federal, para o ano que vem. Mas também quero agradecer à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, porque já foi aprovada, no Orçamento da União, de composição de todo o Senado, de todo o Congresso Nacional, uma emenda de 45 milhões para que se possam comprar carros para os conselheiros tutelares do interior do nosso País, para dar um mínimo de infraestrutura para eles.

No mais, quero agradecer a esta Comissão. Vamos continuar seguindo com este projeto, que realmente faz justiça aos conselheiros tutelares do País.

Muito obrigado.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir aos presentes que não se manifestem. Compreendo a alegria de vocês, mas não é regimental a manifestação.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu não posso deixar de fazer uma ho-

menagem, não apenas à Senadora Lúcia Vânia, mas também a minha conterrânea, ex-Deputada Federal Rita Camata, que tem e teve historicamente um papel relevante na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A figura do conselheiro tutelar vem desse tempo, desse processo e desse debate. Em bom tempo, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Arthur Virgílio fazem um aperfeiçoamento, criando um regramento, disciplinando, regulamentando o exercício dessa que é uma tarefa muito importante e que precisa, além de ser exercida com eficiência, ser exercida com muito afeto, com muito carinho, porque é um tema extremamente complexo.

Na semana passada, tivemos o prazer e o privilégio de votar o parecer do Senador Armando Monteiro, que regulamenta o funcionamento do Sinase, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que define as políticas socioeducativas para o menor e o adolescente em conflito com a lei.

Hoje estamos regulamentando, criando toda uma condição para que o conselheiro tutelar possa desempenhar o seu papel, reconhecendo a existência e a importância dessas pessoas que estão no dia a dia lidando e fazendo o enfrentamento com esse tema que é muito relevante, considerando a necessidade das conquistas sociais e das conquistas trabalhistas para que essas pessoas possam continuar desempenhando o seu papel nos nossos Municípios brasileiros.

Também cumprimento, naturalmente, o Senador Gim Argello, que relatou com grande esmero essa matéria, permitindo-nos que, ao final, possamos aqui votar esta matéria, que regulamenta e fortalece o papel do Conselho Tutelar nas cidades e nos Municípios brasileiros.

É como me manifesto, votando, naturalmente, favoravelmente a esta matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ricardo.

Próximo orador inscrito, Senadora Lúcia Vânia, que é autora desse projeto que tem muita sensibilidade.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Gim Argello por sua sensibilidade e, acima de tudo, por seu poder de articulação. Este é um projeto que exigiu de S. Ex^a um esforço muito grande para conversar com todos os Senadores e formatar, através de emendas que apresentou, um projeto que fosse de acordo com a maioria desta Casa.

Quero agradecer a todos os Senadores que aqui se manifestaram falando da importância dos conselhos tutelares.

Por fim, em nome de todos os Conselhos Tutelares do País, que se mobilizaram, que se esforçaram, que vieram até aqui para reivindicar uma posição justa, que é a regulamentação desta atividade, fundamental para proteger as nossas crianças e adolescentes, quero agradecer a todos.

É fico extremamente feliz, ressaltando inclusive o papel do Senador Demóstenes e do Senador Pedro Taques, que tiveram a sensibilidade de entender, acima de qualquer outra questão menor ou maior, e passar por cima de alguns itens que poderiam inviabilizar o projeto; entenderam a importância dos conselheiros tutelares para que pudéssemos mostrar, através desta Casa, a importância que a criança e o adolescente têm para o povo brasileiro, especialmente para o Congresso Nacional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Para discutir a matéria, último orador inscrito, Senador Magno Malta.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, trata-se de uma matéria extremamente importante. Este é um momento importante, um momento ímpar, penso até, quando temos a possibilidade de começar um processo de melhoria – e acho que o debate precisa continuar – referente aos conselhos e aos conselheiros tutelares no Brasil.

É verdade que nós avançamos, mas há muita coisa a ser feita, quem sabe ainda maior do que o que este projeto dá hoje nessa regulamentação.

Na CPI da Pedofilia, tivemos oportunidade, eu e o Senador Demóstenes, de conviver muito próximo, próximo mesmo, durante três anos, com os conselhos tutelares do Brasil, e o conselho tutelar é a caixa de primeiros socorros de todo e qualquer tipo de violência contra criança existente na comunidade, no município. São os primeiros socorros, sim.

Por isso, lembro que, mesmo depois de 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, nada é tão bom na vida que não precise de mudança, e o Estatuto da Criança e do Adolescente precisa, ainda, muito mais de mudanças do que as que já recebeu. Depois de 18 anos, nós alteramos o art. 240, que foi a criminalização da posse de material pornográfico; e, à medida que você vai mudando e vai tirando, com a lei, as possibilidades do criminoso, do abusador, do violentador, daquele que maltrata criança, o conselheiro tutelar vai ficando mais vulnerável, porque o criminoso não ameaça o promotor: ele ameaça o conselheiro tutelar,

porque o primeiro socorro a uma criança abusada é ali, e a condução para o Ministério Público, para o inquérito, sai primeiro dali.

Então, algumas coisas têm que se observar: se é responsabilidade do município dar a estrutura, nós temos uma responsabilidade além de responsabilidade fiscal. Então, penso que está na hora de nós alterarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente nesse debate que envolve o conselho tutelar, que é o primeiro socorro de qualquer criança violentada, abusada e maltratada, e criar a Lei de Responsabilidade Humana, porque o descaso com que os prefeitos tratam os conselhos tutelares neste País é uma grandeza. Eu estava ouvindo no carro a fala da Senadora Ana Rita: conselhos sem carro, sem estrutura, sem telefone celular, e os piores lugares são alugados. Não há um ambiente onde uma criança abusada possa se sentir bem para poder tratar do problema, e essa mãe ou quem levou essa criança tenha pelo menos dignidade para se assentar e tomar água.

Então, é preciso que o debate continue, Senadora Ana Rita, porque uma Lei de Responsabilidade Humana, para responsabilizar o gestor com relação aos conselhos tutelares, é uma coisa que é preciso fazer urgentemente.

Outra coisa que é preciso discutir é a eleição de conselheiro tutelar, porque, se a eleição é feita... A gente vê vereadores patrocinando eleição de conselheiros que tem até camiseta, tem panfleto. O sujeito se dispõe a ser conselheiro tutelar não por vocação, não porque tem envolvimento com essa causa, não porque tem se dado a essa causa ou porque conhece a causa e é militante dela, mas porque tem um salário. E aí ele vira um braço do conselho tutelar do vereador do bairro, que gastou dinheiro para o eleger.

Então, eu penso que nós precisamos fazer uma discussão nesse sentido, de que o conselho tutelar precisa ser formado por militantes da vida humana, por militantes da causa da criança no Brasil. Que se dividam essas indicações: que as pastorais façam indicação, que as outras confissões evangélicas façam outra indicação, que a prefeitura faça outra indicação, que o Ministério Público faça outra indicação, porque é preciso a presença do Ministério Público dentro do conselho tutelar, porque, após a CPI da Pedofilia, com a revelação desse crime nefasto de abuso no País, os criminosos, quando acusados, não correm em cima do delegado, e ninguém vai ameaçar o promotor: eles ameaçam o conselheiro tutelar. O criminoso ameaça o conselheiro tutelar e obriga a mãe ir ao cartório, desmentir o conselheiro tutelar, Senadora Ana Rita.

Então, nós temos que discutir também a formação dos conselhos tutelares. Temos que discutir a formação

dos conselheiros tutelares, porque o sujeito ganha uma eleição, e fica por isso mesmo. E você chega em muitos conselhos tutelares em que o conselheiro está cheio de boa vontade, na sua grande maioria; mas ele não tem formação, por exemplo, para fazer um depoimento sem dano, para poder ouvir a criança sem revitimizar a criança. Então, há muita coisa a ser mudada.

O que estamos votando hoje, de autoria da nossa Senadora Lúcia Vânia e do nosso querido Arthur Virgílio, bem relatado pelo Gim, é um grande avanço, Senador Renan Calheiros, mas nós precisamos avançar mais, na responsabilidade humana.

Eu quero encerrar minha fala, parabenizando o Governador do Mato Grosso. Eu fui num ato no dia 18, que foi um dia de combate a abusos, e cheguei lá e me surpreendi com ele: o governador havia trazido todos os conselhos tutelares para esse ato, e, naquele dia, entregou 158 viaturas, carros novos para os conselhos tutelares, na visão de que é preciso responsabilidade com o conselho tutelar, que faz o primeiro socorro de criança abusada, de criança violentada neste País.

Portanto, voto com muita alegria por conhecer a necessidade, e conhecer as necessidades de mudança que tem também o Conselho Tutelar, de aprimoramento do processo de depuração que se iniciou, para que ele continue, para que nós possamos ter um Conselho Tutelar, lá na frente, preparado, eficiente, sem que tenha interesses politiquieiros na eleição dos conselheiros e que tenhamos no Conselho Tutelar o que temos hoje: a confiança dos primeiros socorros daqueles que, na sua grande maioria, são abnegados, que lá não estão por interesses pessoais. Infelizmente, em todas as atividades tem gente com interesses pessoais, mas, na sua grande maioria, por serem abnegados da causa da criança e da vida humana.

Por isso, voto com muita alegria, fazendo essas colocações que acabo de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Magno Malta, último Senador inscrito. Vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

O projeto é aprovado pela unanimidade dos presentes nesta Comissão. *(Palmas.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

A matéria vai agora à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter terminativo.

Eu parabeno os conselheiros tutelares do Brasil inteiro, que nos assistem e nos ouvem, e também os que aqui vieram. Agradeço a forma educada com que se portaram durante toda a discussão da matéria.

ITEM 4

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 268, DE 2002

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da Medicina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, com o acatamento dos seguintes dispositivos modificados pela Câmara: – incisos V e XIV do caput do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – §§ 1º e 3º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – caput e incisos VIII e IX do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – inciso II do art. 5º do SCD nº 268, de 2002; – art. 7º do SCD nº 268, de 2002. Por conseguinte, o voto pela – rejeição dos incisos VII e VIII do caput do art. 4º e do inciso VII do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original do inciso VIII do caput do art. 4º oferecida pelo Senado; – rejeição do § 2º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original oferecida pelo Senado para esse dispositivo; – rejeição do § 8º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; e manutenção do art. 8º do projeto originalmente aprovado pelo Senado. Apresenta, ainda, o texto consolidado, com os ajustes acima determinados, conforme faculta o art. 133, § 6º, do RISF.

Observações: – *Em 29/09/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria.*

– *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais.*

Eu concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, reclamando que hoje, no dia do ato médico, eu me encontro presidindo esta Comissão com muita febre.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia me conceder a oportunidade de falar aí da Mesa, já que vou dar uma explicação utilizando o *power point*.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a é nosso convidado. *(Pausa.)*

Espero que a minha gripe não lhe atinja. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem a palavra como Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta matéria, o PLS 268, ingressou aqui nesta Casa no ano de 2002, por iniciativa do então Senador Viana e, em seguida, ao passar por esta Comissão (eu fui Relator), na Comissão de Assuntos Sociais. A Relatora foi a Senadora Lúcia Vânia. Portanto, no próximo ano, ela vai completar exatamente 10 anos de tramitação. É o chamado Ato Médico que tem, por objetivo, definir o campo de atuação do médico, delimitando suas atividades privativas, regulamentando, portanto, sua profissão.

É importante registrar que, das 14... Digo melhor, das 14 profissões ligadas à saúde, 13 já foram regulamentadas, a saber: Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Psicologia, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Assistência Social, Fonoaudiologia, Nutrição, Educação Física, Psicologia, Técnicos e Técnico de Radiologia. Todas essas profissões em nosso relatório estão contempladas, suas atividades estão asseguradas. Aquilo que foi regulamentado não vai ser anulado, conforme se prevê no art. 4º, § 7º, que irei mostrar adiante pelo *power point*.

O texto do substitutivo da Câmara dos Deputados, a um Projeto de Lei do Senado, foi recebido aqui nesta Casa no dia 29 de outubro de 2009. Em 02/12/2009, fui designado Relator da matéria; quer dizer, em dezembro de 2009. Durante todo esse tempo, eu não me apressei em fazer um relatório, uma vez que estavam em jogo várias perspectivas, vários interesses dos diversos segmentos da saúde.

O projeto, quando saiu daqui do Senado Federal, foi direto para a Câmara dos Deputados e lá a coisa se radicalizou, uma vez que representantes dos médicos, agindo nessa condição e não como Deputados, trabalharam no intuito, não de regulamentar o ato médico, mas também de limitar as atividades de algumas profissões, como a dos fisioterapeutas, dos biomédicos, dos farmacêuticos, dos psiquiatras, psicólogos que foram prejudicados, substancialmente, lá na Câmara dos Deputados, no parecer aprovado. Por isso que nós fizemos aqui, de forma exaustiva e necessária, várias reuniões – no dia 24 de fevereiro de 2010, no Plenário 3, da Ala Senador Alexandre Costa; no dia 06 de abril de 2010; no dia 04 de setembro de 2011; no dia 05 de outubro de 2011; no dia 8 de novembro de 2011 – e uma audiência pública proposta pelo Senador Randolfe Rodrigues, no dia 29 de setembro de 2011, nesta Comissão.

Dessas reuniões todas, participaram ou representantes ou presidentes de Conselhos dos seguintes

segmentos de saúde: Conselho Federal de Biologia; Conselho Federal de Biomedicina; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de farmácia; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Educação Física; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Fonoaudiologia; Conselho Brasileiro de Optometria; Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Federal de Nutricionistas, também; representantes do Conselho Nacional de Saúde; Movimento dos Usuários do SUS; e o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores na Área de Saúde.

Senador Demóstenes Torres, queria agradecer a V. Ex^a por ter me enviado um presente de Natal simbolizando a paz: um doce de pombinha. Eu estou mandando para o seu gabinete, simbolizando essa paz, um cachimbo da paz. (*Risos.*)

Que nos unamos em torno das grandes questões nacionais. Obrigado a V. Ex^a por esse presente que muito me emocionou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Obrigado a V. Ex^a. Eu é que agradeço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tive oportunidade de falar, por telefone, agradecendo o gesto de V. Ex^a. Devo dizer que não só sou seu amigo, mas um admirador, pela eficiência com que V. Ex^a se conduziu à frente desta Comissão, como Presidente e como membro, atuando sempre de forma competente, em benefício da melhoria da legislação brasileira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É recíproco. Parabenizo V. Ex^a, que sempre foi um grande Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, com a anuência do Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a cometeu um equívoco. Como Presidente e como membro normal, disse V. Ex^a. Não é verdade. É como membro excepcional.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quanto à competência, é verdade. Corrijo e digo que realmente é excepcional a participação de V. Ex^a nesta Comissão, Senador Demóstenes Torres.

Eu gostaria de pedir ao Presidente a devida licença para não ler o relatório, que foi distribuído e faz parte do processado, de vez que ele é bastante elucidativo e entra nos mais variados detalhes sobre a matéria.

Entretanto, como se trata de um assunto que exige um certo cuidado, quando da votação, e assume uma certa complexidade, eu resolvi fazer um resumo por meio desta transparência na tela, mostrando um quadro comparativo entre os dispositivos que foram

apresentados inicialmente pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e os dispositivos que foram aprovados pela Câmara dos Deputados.

Na audiência pública que aqui foi realizada, eu disse que era inaceitável o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e cumpri essa tarefa restaurando vários benefícios para os segmentos da saúde.

Por isso, quem sabe, o nobre Presidente tenha me colocado como Relator, só porque eu fui relator na primeira passagem dessa matéria por esta Comissão, porque eu não sou médico, quer dizer, talvez ele tenha querido dar um caráter de imparcialidade à relatoria. Assim procurei agir durante todo o tempo.

Sou amigo de todas as categorias. Devo muitas atenções e muito respeito a todos aqueles que trabalham na área de saúde. Por essa razão, eu não teria nenhum motivo para pender para um lado, beneficiando o outro lado. Os médicos querem a regulamentação de sua profissão. É justo. Assim como é justo que defendamos que a medicina seja exercida sem uma intromissão inadequada nas demais profissões.

Por favor, o próximo.

Eu não vou falar artigo por artigo, porque demora muito tempo. Vou falar sobre os principais itens.

O art. 1º diz que o exercício da medicina é regido pelas disposições desta lei. Qual é o objetivo do médico? O objetivo do médico é a saúde do ser humano e da coletividade, exercendo essa profissão com o máximo zelo e com o melhor de sua capacidade e também atuando de comum acordo com as demais profissões. O médico, sozinho, em qualquer atividade, seja no hospital, seja no posto de saúde, não pode exercer aquilo que é definido como sua atribuição sem a ajuda, sem o auxílio das demais profissões.

Parágrafo Único. O médico desenvolverá nas ações profissionais no campo da atenção à saúde, para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento dos doentes, a reabilitação dos enfermos e portadores de deficiência.

No art. 3º, diz aquilo que falei, que o médico integrante da equipe de saúde que assiste o indivíduo ou a coletividade atuará em mútua colaboração com as demais profissões de saúde que a compõem.

Aí está um artigo que simboliza a união e a harmonia em benefício do ser humano que devem coexistir entre o médico e as demais profissões.

São atividades privativas do médico (art. 4º): formalização do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica. A prescrição terapêutica todo mundo sabe que é a receita médica. Agora, o diagnóstico é saber, é examinar, é descobrir aquilo que o doente tem, porque o nosológico vem do grego *nosos*, que significa doença; e *lógos*, tratado, razão explicativa

ou estudo. Então, o diagnóstico nosológico, na realidade, significa o diagnóstico das doenças; a indicação e execução de intervenção cirúrgica; prescrição de cuidados médicos pré e pós operatórios; indicação da execução de procedimentos invasivos. Lá, na frente, vamos falar da questão dos procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluídos acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias, a entubação traquial. A entubação traquial, Sr. Presidente, para manter as vias aéreas sob controle, por exemplo, durante as cirurgias, e isso exige um conhecimento anatômico específico das vias aéreas. O paciente monitorizado – no monitor, o médico, seus assistentes e seus colaboradores, os fisioterapeutas etc vão ver a frequência cardíaca do batimento por minuto, a pressão arterial, o eletrocardiograma e o nível de oxigênio no sangue. Em qualquer alteração no monitor a equipe multidisciplinar será acionada: se é para tirar a entubação traquial, o fisioterapeuta terá habilidade suficiente para fazer isso e, se houver necessidade de fazer um exame de laboratório, então o bioquímico será acionado, será procurado para fazer o farmacêutico.

Se houver a necessidade da prescrição de uma receita para melhorar o estado do paciente, o quadro clínico é grave, lá vai o médico passar uma receita. E se, depois desse tratamento, surgir alguma sequela, por exemplo, haverá, então, o diagnóstico de que eu vou falar adiante, que é feito pelo fisioterapeuta, que é uma atribuição típica do fisioterapeuta, e um médico não vai invadir essa sua atribuição, um pós-operatório. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O pós-operatório, sim; estou falando se houver alguma sequela do ponto de vista de mobilidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quer dizer, o fisioterapeuta...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Lá na frente, vou mostrar como. Aqui tem um artigo que fala do pós-operatório.

O inciso V foi objeto de apreciação nossa porque, quando o Senado aprovou esse inciso V, dizia que a definição da estratégia ventilatória seria do médico. Nós preferimos, então, a redação que foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Em vez da definição, é:

V – coordenação da estratégia ventilatória inicial para a ventilação mecânica invasiva, bem como as mudanças necessárias diante das intercorrências clínicas, e do programa de interrupção da ventilação mecânica invasiva, incluindo a desintubação traqueal [...]

Quer dizer, o médico vai apenas coordenar, mas não vai, de maneira nenhuma, interferir. No caso, por

exemplo, da desintubação traqueal, o fisioterapeuta está devidamente habilitado para fazer esse procedimento.

Execução da sedação profunda. Quer dizer, dar um medicamento para que o paciente entre em sono profundo. É uma atividade típica do médico.

Bloqueio anestésico. É anestesia geral. Isso é indiscutível.

“Emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos”. Ora, a Câmara dos Deputados, conforme está... A Câmara dos Deputados aprovou um texto que prejudicava substancialmente os fisioterapeutas, no inciso V. E, no inciso VII, prevaleceu o texto aprovado pelo Senado, por quê? Porque ele favorece os biomédicos e os farmacêuticos, uma vez que o diagnóstico citopatológico, aquele diagnóstico de citopatologia, não é privativo do médico.

Agora, na redação que nós concedemos aí, é privativo dos farmacêuticos e dos biomédicos.

A próxima.

Indicação de órteses e próteses, exceto as de uso temporário. No Brasil, ainda não foi regulamentada essa profissão relacionada com as órteses. Nos Estados Unidos, há uma regulamentação. Quando houver a regulamentação, então, o inciso VII do art. 4º vai garantir as atividades de quem exerce essa profissão.

A órtese tem um caráter temporário, enquanto que a prótese substitui um órgão e tem um caráter permanente. Por exemplo, a substituição de um olho. É uma órtese ou uma prótese? Uma prótese. Uma perna, etc.

Passemos, então, a outro item. Determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico, indicação de internação e de alta médica dos Serviços de Atenção à Saúde, realização de perícia médica e exames médicos legais, excetuados os exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicos, genéticos e de biologia molecular. Vejam que aí outras categorias estão sendo preservadas.

Bom, atestação médica de condições de saúde e doenças e possíveis sequelas. É o Item 8º.

Prevaleceu o texto da Câmara dos Deputados, porque na Câmara dos Deputados falava em deficiência. E a Câmara dos Deputados trocou “deficiências” por “possíveis sequelas”.

Atestação do óbito. Quem dá o atestado de óbito é o médico, exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico.

No Item 8º... No Item 13... Passou já para o § 1º.

Bom, diagnóstico nosológico. Aí diz o que é. Diagnóstico nosológico é a determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão caracterizado por, no mínimo, dois dos seguin-

tes critérios: agente etiológico, quer dizer, o agente que causa a doença; grupo identificável de sinais ou sintomas psicopatológicos...

No § 2º nós temos as atribuições de outras profissões, aquilo que não é privativo do médico.

Já no § 2º, por favor.

Não são privativos do médico os diagnósticos funcional, cinesiofuncional... Esse cinesiofuncional foi um termo, a meu ver, criado justamente quando da primeira passagem dessa matéria no Senado Federal. Então, o diagnóstico cinesiofuncional o que significa? Para avaliar a capacidade do paciente de realizar determinados movimentos, como, por exemplo, subir a escada, caminhar, levantar o braço, pentear o cabelo, quando alguém tem cabelo, levar a colher até a boca.

Tudo isso é um movimento funcional. Seu tratamento, quer dizer, seu diagnóstico é chamado diagnóstico cinesiofuncional, que é realizado pelo fisioterapeuta. Na Câmara dos Deputados, eles tiraram essa atribuição do fisioterapeuta. E foi o Senador Antônio Carlos Valadares, neste relatório, que restabeleceu essa condição, dando poderes ao fisioterapeuta de fazer o diagnóstico, que não é mais do médico, conforme aprovou a Câmara dos Deputados. Esse diagnóstico é típico, é atribuição específica do fisioterapeuta.

O § 3º: as doenças, para os efeitos desta Lei, encontram-se referenciadas na versão atualizada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde. É a chamada CID. É uma classificação internacional de todas as doenças até agora descobertas. Tuberculose, tem várias espécies de tuberculose. Lá a tuberculose tem um número.

Então, essas doenças são tratadas de acordo com as prescrições médicas e naquilo que estiver relacionado na CID.

§ 4º, procedimentos invasivos. Aí define a lei o que são os procedimentos invasivos. É a invasão da epiderme e derme com o uso de produtos químicos ou abrasivos, invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo para injeção, sucção, punção, insuflação, drenagem, instalação ou enxertia, com ou sem uso de agentes químicos ou físicos e a invasão de orifícios naturais do corpo, atingindo órgãos internos.

Agora, excetuam-se do rol das atividades privativas do médico:

- aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares e intravenosas, de acordo com a prescrição médica – os médicos passam a medicação e o enfermeiro vai fazer a sua aplicação;

- aspiração nasofaringeana ou orotraqueal;

- punções venosas e arteriais periféricas, de acordo com a prescrição médica;

– realização de curativo com desbridamento até o limite do tecido subcutâneo, sem a necessidade de tratamento cirúrgico.

A realização dos exames citopatológicos, pela Câmara dos Deputados, era uma atividade concentrada nos médicos e, agora, volta para os farmacêuticos e para os biomédicos.

Vamos passar ao que é mais importante, que é a preservação das carreiras típicas da saúde. É o §4º do art. 5º... Não, onde está? É o §7º. Nós, até por sugestões obtidas durante as reuniões, adotamos o texto do Senado. A Câmara definiu como resguardadas as competências específicas das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de Educação Física, psicólogo, terapeuta ocupacional, técnico de radiologia e outras profissões correlatas. Então, isso aqui foi o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e este é o texto aprovado pelo Senado. Nós preferimos o do Senado, porque foi, durante a última reunião que fizemos com os diversos segmentos, que surgiu a ideia de aproveitar a redação específica aprovada pelo Senado Federal.

No mais, Sr. Presidente, achamos que esse texto consolidado é um texto que procura atender ao máximo às diversas categorias e aos diversos segmentos que participaram das nossas reuniões. É verdade que unanimidade não se consegue, mas, diante de dois textos, já que eu não podia fazer emendas, a não ser de redação... Emenda de mérito, eu não podia fazer nenhuma. Ou aceitava o texto aprovado pelo Senado, ou aceitava o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, ou um novo texto envolvendo dispositivos aprovados pela Câmara e pelo Senado. Foi o que eu fiz, eu fiz uma mixagem do que havia de melhor na proposta da Senadora Lúcia Vânia e na proposta que veio da Câmara dos Deputados, naturalmente, sempre procurando equilíbrio, que é fundamental numa matéria tão importante e polêmica que envolve tantos interesses como é o ato médico. O ato médico, ao ser aprovado aqui, ainda vai ser submetido a duas comissões e ao Plenário do Senado: a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais, que é a comissão de mérito. Se não houver nenhum empecilho, essas comissões poderão aprovar, mas, se houver algum empecilho, naturalmente, o relator haverá de estudar adequadamente todas as solicitações que serão encaminhadas pelos diversos segmentos da saúde.

Nós não podíamos, sob pena de cometermos um ato de irresponsabilidade, engavetar esta matéria em respeito à Câmara e em respeito ao Senado, como alguma outra categoria sugeriu. Mas eu acho que a defesa de todas as categorias manifestou-se nas reu-

niões que nós fizemos. Várias sugestões foram aceitas, foram deferidas pelo Relator, inclusive na proteção dos farmacêuticos, dos biólogos, dos fisioterapeutas. Se nós não atendemos 100%, procuramos atender, ao máximo, àquilo que era possível.

Quero dizer, finalmente, que o diagnóstico nosológico, que foi um dispositivo aprovado aqui no Senado Federal, tinha que permanecer, sob pena de não ter nenhuma validade o ato médico, porque, segundo a Organização Mundial de Saúde... Por exemplo, a dengue é uma doença causada pelo mosquito *Aedes aegypti*, que carrega o vírus da dengue. Diante do quadro clínico do paciente, quem vai identificar o tipo de dengue que o paciente contraiu? Dengue hemorrágica, dengue clássica ou, então, uma mais perigosa, que é a síndrome do choque? Quem vai identificar isso? É o biólogo? É o farmacêutico? Quem vai identificar, através dos exames e através do diagnóstico nosológico, é o médico. Então, retirar o diagnóstico nosológico desta matéria significaria não reconhecer a atividade específica do médico, que é identificar a doença através deste dispositivo.

Naturalmente, para identificar – eu falei aqui da dengue – qual é o tipo de dengue de que aquele paciente está sendo acometido, o que ele vai fazer? Ele vai buscar exames de laboratório e outros tipos de exame mais complexos para atingir o objetivo a que ele se dispõe como médico e vai usar outras atividades, outras profissões.

Como a Ordem do Dia está próxima de acontecer, eu gostaria de encerrar, enfatizando que eu fiz o máximo – não poderia fazer melhor –, porque era o projeto da Câmara e o projeto do Senado. Eu não poderia criar outro dispositivo, a não ser rejeitar algum – como o fiz – que prejudicasse alguma profissão de saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

Vou colocar a matéria em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vista também.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Vista coletiva, Senadora Marta Suplicy, Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós temos notícia – o próprio Relator mencionou o fato – de que a Ordem do Dia do Congresso iniciou. Nessas condições, com base no nosso Regimento, creio que é o momento de suspendermos os nossos trabalhos ou encerrarmos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas há confirmação? Às vezes, há abertura da sessão, mas não há Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou consultar. O nosso Regimento Interno diz que, começada...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... a Ordem do Dia ou havendo qualquer sessão deliberativa do Senado Federal, o plenário tem precedência no horário e no tempo na Casa.

Então, peço para ver se já começou a sessão do Congresso. Se começou a sessão do Congresso, sou obrigado a parar a sessão aqui, lamentando, porque temos várias matérias importantes a serem debatidas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas V. Ex^a vai continuar mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou consultar se está havendo sessão no plenário do Senado. Se estiver, vou ter que encerrar, porque é regimental.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Encerrar ou suspender? V. Ex^a tinha o compromisso de suspender, até para que nós pudéssemos concluir a pauta e votar outra PEC por sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós temos várias matérias aqui, inclusive um pedido de inclusão na pauta da PEC 97...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É até a PEC da juventude. Tem a reforma administrativa, mas somos escravos do Regimento, que determina agora, de imediato...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É só para saber se V. Ex^a vai...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em nenhuma hipótese as reuniões da comissão permanente e da temporária poderão coincidir

com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias.

Eu lamento, mas está encerrada a reunião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, não, não, Sr. Presidente!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, Sr. Presidente. Suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por que não?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Porque não há confirmação que a Ordem do Dia tenha começado. Começou a sessão. Peça para confirmar, então, por favor, até porque V. Ex^a tem o compromisso de prorrogar para mais tarde. Então, se V. Ex^a encerrar não vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Plenário do Senado... Calma! Calma! Senador Demóstenes, o Regimento da Casa determina isso. Estou pedindo a confirmação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode suspender e não encerrar. Suspender.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Não senhor. Eu posso encerrar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode. Mas pode suspender, até porque V. Ex^a deu a palavra de que não encerraria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu posso encerrar ou suspender.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A critério daqui, Senador. A critério da Mesa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A critério da Mesa.

Senador Simon.

Eu espero a confirmação do Congresso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas antes do encerramento, gostaria de dizer que peço vistas ao projeto da reforma da Casa. Eu falei com o ilustre relator e ele concorda que a matéria é muito complicada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O senhor poderá ter vistas no projeto da Casa se continuarmos a Ordem do Dia, mas vou encerrar a reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Ex^a tinha um compromisso de prorrogar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou encerrar a reunião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas V. Ex^a não tinha esse compromisso de prorrogar para mais tarde, Senador Eunício?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Eu não fiz esse compromisso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Fez, sim. Fez conosco esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, Senador. Não. Eu não fiz.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com vários Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não fiz compromisso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Até para votar a PEC 97.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a vai me deixar falar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah! Tenha paciência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a vai me deixar falar? Se V. Ex^a me deixar falar, eu vou falar.

Existe uma Ordem do Dia na Casa e eu não posso ferir o Regimento. Portanto, não ferindo o Regimento...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Ex^a pode prorrogar, como tinha dito que iria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está encerrada a reunião, Senador. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia oito de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecção, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Ran-

dolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antonio, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, e Mozarildo Cavalcanti, e das Senadoras Marta Suplicy e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Gim Argello e Magno Malta. Usam da Palavra os Senadores Paulo Davim e Wellington Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2002 Não Terminativo** Dispõe sobre o exercício da Medicina. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, com o acatamento dos seguintes dispositivos modificados pela Câmara: – incisos V e XIV do caput do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – §§ 1º e 3º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – caput e incisos VIII e IX do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – inciso II do art. 5º do SCD nº 268, de 2002; – art. 7º do SCD nº 268, de 2002. Por conseguinte, o voto pela – rejeição dos incisos VII e VIII do caput do art. 4º e do inciso VII do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original do inciso VIII do caput do art. 4º oferecida pelo Senado; – rejeição do § 2º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original oferecida pelo Senado para esse dispositivo; – rejeição do § 8º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; e manutenção do art. 8º do projeto originalmente aprovado pelo Senado, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Apresenta, ainda, o texto consolidado, com os ajustes acima determinados, conforme faculta o art. 133, § 6º, do RISF. Em 29/09/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria; Em 21/12/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres, Luiz Henrique e Marta Suplicy, nos termos regimentais; Em 07/02/2011 foi recebida a Emenda nº 1, de redação, de autoria do Senador Luiz Henrique, que recebeu parecer contrário; Em 08/02/2011 foi recebida a Emenda nº 2, de redação, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que recebeu parecer contrário; Durante a discussão foi aprovado Requerimento de Destaque à Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, com o apoio dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues; A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais. **Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Pa-**

recer da Comissão, contrário à Emenda nº 2, ressaltada a Emenda nº 1. **Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres. Durante o encaminhamento da votação o Senador Luiz Henrique retira a Emenda nº 1. ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009 Não Terminativo** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nos 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e Emendas CCJ nos 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 33, 34 e 35, na forma do substitutivo que apresenta, restando rejeitadas as demais emendas. Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. Em 20/12/2011 foram recebidas as Emendas nºs 36 a 38 de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, nº 39 de iniciativa do Senador Gim Argello, nº 40, de iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, nº 41, de iniciativa do Senador Romero Jucá e outros Senhores Senadores, nº 42, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro e 43 de iniciativa do Senador Valdir Raupp, dependendo de Relatório; Em 21/12/2011 foram recebidas as Emendas nºs 44 a 48, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, dependendo de Relatório; Em 06/02/2012 foram recebidas as Emendas nºs 49 a 52, de iniciativa do Senador Sérgio Petecão, dependendo de Relatório; Em 07/02/2012 foi recebida a Emenda nº 53, de iniciativa do Senador Gim Argello, dependendo de Relatório; Em 08/02/2012 foi recebida a Emenda nº 54, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, dependendo de relatório; A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2007 Não Terminativo** Altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta. **Autoria:** Senador Osmar Dias e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, DE 2007 Não Terminativo** Atribui ao Senado Federal competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, após análise de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.

Autoria: Senador Gerson Camata e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2007 Não Terminativo** Atribui ao Congresso Nacional competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, após análise de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual. **Autoria:** Senador Gerson Camata e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2007 Não Terminativo** Atribui à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal competência para convocar diretores de agências reguladoras para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, atribui ao Senado Federal competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes e impede o contingenciamento de repasse de recursos orçamentários às agências reguladoras. **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2007 Não Terminativo** Altera o inciso XI do art. 52 da Constituição Federal para permitir ao Senado Federal a exoneração de agentes públicos em cujos mandatos tenham sido investidos com aprovação dessa Casa. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2008 Não Terminativo** Acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal, para prever que na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, poderá obter informações relativas à movimentação bancária, às comunicações telefônicas e aos dados fiscais do investigado. **Autoria:** Senador Mário Couto e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2008 Não Terminativo** Altera o art. 58 da Constituição Federal, para prever a criação, em cada Casa do Congresso Nacional, de uma comissão permanente responsável pela realização de inquéritos parlamentares. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2008 Não Terminativo** Revoga o inciso X do art. 52 da Constituição Federal. (Suspensão e execução de lei declarada inconstitucionalidade por decisão definitiva do STF). **Autoria:** Senador Arthur Virgílio e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2008 Não Terminativo** Altera o art. 52 da Constituição Federal, a fim de outorgar competência ao Senado Federal para estabelecer limites à carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Autoria:** Senador

Adelmir Santana e outros. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Requerimento para que as Propostas de Emenda à Constituição nº 62, 63 e 71, de 2007, continuem a tramitar conjuntamente, e as demais passem a tramitar de modo autônomo. **Resultado: Aprovado o Requerimento. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 2011 Não Terminativo** Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que “dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências”, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas da União, no Senado Federal. **Autoria:** Senador Itamar Franco. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 312 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 1, de autoria do Senador Luiz Henrique, ao SCD nº 268, de 2002” **Autoria:** Senadores Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012-CCJ** “Na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, requeiro que a **Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2007**, que altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta; a **Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2007**, que altera o inciso XI do art. 52 da Constituição Federal para permitir ao Senado Federal a exoneração de agentes públicos em cujos mandatos tenham sido investidos com aprovação desta Casa; a **Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2008**, que acrescenta o § 5º ao artigo 55 da Constituição Federal, para prever que na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal poderá obter informações relativas à movimentação bancária, às comunicações telefônicas e aos dados fiscais do investigado; a **Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2008**, que altera o art. 58 da Constituição Federal, para prever a criação, em cada Casa do Congresso Nacional, de uma comissão permanente responsável pela realização de inquéritos parlamentares; a **Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2008**, que revoga o inciso X do artigo 52 da Constituição e a **Proposta de**

Emenda à Constituição nº 12, de 2008, que altera o artigo 52 da Constituição Federal, a fim de outorgar competência ao Senado Federal para estabelecer limites à carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **voltem a ter tramitação autônoma** e que a **Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2007**, que atribui ao Senado Federal competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, após análise de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual, e a **Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2007**, que atribui ao Congresso Nacional competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, após análise de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual; e a **Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2007**, que atribui à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal competência para convocar diretores de agências reguladoras para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado e atribui ao Senado Federal competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes e impede o contingenciamento de repasse de recursos orçamentários às agências reguladoras, **continuem a tramitar em conjunto.**” **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e trinta e três minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011 e ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Vou pedir aqui aos senhores e às senhoras um pouquinho de silêncio, porque hoje temos na pauta matérias importantes a serem debatidas. Vou pedir e precisar muito da colaboração de todos que aqui vieram para a abertura dos nossos trabalhos.

A segurança me consultava aqui qual seria o procedimento. O procedimento é: enquanto couber gente nesta Comissão, quero ver gente nesta Comissão, mas quero pedir aos senhores a gentileza do silêncio, porque são matérias polêmicas que precisam ser debatidas

com bastante atenção, Senador Valadares, para que possamos dar início aos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 6. Mas, antes, eu gostaria de me dirigir aos senhores e às senhoras, no momento em que retornamos aos nossos trabalhos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por ocasião do início do ano legislativo de 2012, quero aqui renovar os meus sinceros agradecimentos a todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras pela dedicação, pela cooperação assídua, respeitosa e suprapartidária e também pelo elevado espírito público de V. Ex^{as}. Foram esses os ingredientes, meus companheiros, fundamentais dos sucessos alcançados pela CCJ no ano de 2011.

Cumprimos com a nossa missão de legislar, de fiscalizar e de trabalhar pelo interesse público. Foram 67 reuniões ordinárias e extraordinárias, sempre com quórum qualificado para debatermos, discutirmos e aprovarmos ou rejeitarmos matérias. Debatermos e votamos aqui nada mais nada menos, Senador Mozarildo Cavalcanti, que 324 proposições, que incluíram PEC, PLS, PLO, PRS, recursos, requerimentos e emendas de plenário que cobriram toda uma agenda de temas importantes para o Brasil.

E cito apenas alguns:

- a reforma política, tão bem direcionada e dirigida pelo nosso decano e querido companheiro Francisco Dornelles;

- o aperfeiçoamento das medidas provisórias, tão bem debatido e tão bem relatado pelo nosso querido companheiro e Líder Aécio Neves;

- a reforma do Código Florestal, que contou com a participação de muitos dos nossos companheiros e com o brilhantismo do Senador Luiz Henrique da Silveira, que fez um belíssimo relatório, junto com o meu também companheiro da Comissão Senador Jorge Viana, numa parceria com os Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, no que resultou num Código extremamente disciplinado e que harmonizou o Brasil e o mundo que tinham uma expectativa em relação a essa matéria;

- a criação de dezenas de varas federais para agilizar a máquina do Judiciário e colocar a Justiça ao alcance de um número cada vez maior de brasileiros;

- a política nacional de mobilidade urbana, com a participação do Senador Armando Monteiro, brilhante nesta Comissão;

- aplicação efetiva de recursos arrecadados com a cobrança de multas em campanhas de educação no trânsito, entre muitas outras matérias.

Paralelamente, em numerosas audiências públicas que contaram com a presença de renomados juristas, especialistas, ministros de tribunais superiores, representantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da UNE (União Nacional dos Estudantes) e de outras entidades chave da sociedade civil, discutimos aqui tópicos urgentes e relevantes, como a epidemia do *crack* e do *oxy* entre os nossos jovens no Brasil. E ainda realizamos 36 sabatinas de autoridades, nos termos do Art. 52, III, da Constituição Federal.

Todo esse êxito me dá plena certeza de que nós, aqui, membros da CCJ, saberemos, mais uma vez, contribuir para enfrentar e vencer juntos os grandes desafios que este ano nos reserva, começando pelo debate e pela votação de matérias importantes e pendentes dessa nossa última reunião de 2011.

Já neste mês de fevereiro, depois do Carnaval, a nossa Comissão promoverá audiência pública, para a qual estão convidados o Ministro Nelson Jobim, a Corregedora do CNJ, a Ministra Eliana Calmon, e outras autoridades.

Após, o que votaremos é a proposta que deixa clara as atribuições do Conselho Nacional de Justiça.

Recordo, ainda, que além das proposições em tramitação no Senado...

Senador Valadares, vou tirar de pauta a matéria de V. Ex^a porque se

não não consigo falar aqui hoje...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – *(Fora do microfone.)* estou explicando justamente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno darei a palavra a V. Ex^a.

A Comissão está lotada e eu pediria um pouco de silêncio.

Para concluir, eu só queria dizer, aqui, aos meus colegas que tenho muito orgulho de presidir esta Comissão, pelo convívio agradável e produtivo. E em sinal da minha admiração por V. Ex^{as}, gostaria de concluir esta breve fala, homenageando nominalmente cada um dos membros da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Ao meu Vice-Presidente José Pimentel, conterrâneo e amigo, os meus agradecimentos; à energética presença feminina da Senadora Marta Suplicy; ao ambientalismo inteligente do Senador Jorge Viana; ao cavalheirismo do Senador Antonio Carlos Valadares; ao meu outro valoroso conterrâneo, Senador Inácio Arruda; ao judicioso Senador Marcelo Crivella; à experiência do Senador Pedro Simon; à diligência do Senador Romero Jucá; à fibra nordestina do Senador Vital do Rêgo; o virtuosismo político do Senador Renan Calheiros; à habilidade do Senador Luiz Henrique; ao saber e experiência feita na frase imortal de Camões, do Senador Francisco Dornelles; ao solidário Senador Sérgio Petecão; à paixão ancestral pelo bem comum do Senador Aécio Neves; ao marcante Senador Álvaro Dias, à simpatia do Senador Gim Argello; à obstinação do Senador Magno Malta; à consciência social do Senador Eduardo Suplicy; à laboriosa colaboração da Senadora Ana Rita; à sensibilidade do Senador Aníbal Diniz; à sobriedade do Senador Acyr Gurgacz; ao engajado Senador Rodrigo Rollemberg; à vibração do Senador Humberto Costa; ao indispensável Senador Roberto Requião; à cordialidade do Senador Valdir Raupp; ao idealismo do Senador Ricardo Ferraço; à serenidade do Senador Lobão Filho; à espontaneidade do Senador Waldemir Moka; à dedicação do Senador Benedito de Lira; ao companheiro do Senador Lauro Antônio; à distinção da Senadora Lúcia Vânia; à combatividade do Senador Flexa Ribeiro; à competência do Senador Cícero Lucena; à fidalguia do Senador José Agripino; o dinamismo do Senador Ciro Nogueira; ao aguerrido Senador Mozarildo Cavalcante; à capacidade de trabalho do Senador Clésio Andrade; ao incansável e brilhante Senador Pedro Taques; ao competente Senador Lindbergh Farias; ao brilhante Senador Eduardo Braga; ao exemplar homem público e Senador da República pelo Estado de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira; ao saber jurídico do Senador Demóstenes Torres; à visão estratégica do Senador Armando Monteiro; ao espírito público do jovem Senador Randolfe Rodrigues.

Os sete últimos Senadores citados aqui, Senador Pedro Taques, sob a Presidência de V. Ex^a, integram a Subcomissão de Segurança Pública, que desenvolve um diálogo de alto nível com a Comissão de juristas, para oferecer um anteprojeto de Código Penal adequado às necessidades atuais da sociedade brasileira.

Aos membros dessa Subcomissão o meu agradecimento.

Com essa proposta todos nós teremos oportunidade, Senador Pedro Taques, de contribuir, aperfeiçoando e prestando mais um inestimável serviço à Nação, nossa obrigação.

Por último, quero agradecer a todos os companheiros, aos que trabalham nesta Comissão, ao Ednaldo, que comanda aqui os nossos trabalhos.

Agora, meus amigos, começamos 2012. Mãos à obra! Vamos ao primeiro item da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes, Senador Benedito de Lira e Senador Armando Monteiro.

Vou pedir às assessorias que, por favor...

Senador Ricardo Ferraço, V. Ex^a é tão brilhante aqui nesta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que agradeço a amável de V. Ex^a a respeito da minha participação na Comissão de Constituição e Justiça, ressalto o fato de que nós não teríamos cumprido esse alentado programa de trabalho de que V. Ex^a prestou contas na sua fala inaugural não fosse o espírito de colaboração de todos, a disposição de cada um nós em abrir mão, às vezes, de suas convicções partidárias para buscar soluções que aprimorem o nosso ordenamento jurídico e sempre respeitadas da Constituição não fosse a liderança de V. Ex^a nesse processo. V. Ex^a, mais do que o Presidente que exerce as suas funções regimentais com grande competência e exatidão, também demonstra no exercício desta Presidência as qualidades de líder que todos reconhecemos.

Isso posto, Sr. Presidente, já olhando para a programação dos nossos trabalhos neste ano, eu gostaria de sugerir a V. Ex^a a inclusão na pauta de um tema que, seguramente, é polêmico, como vários desses que o senhor citou, que é a proposta de emenda constitucional de autoria do Senador Ricardo Ferraço, a PEC nº 15, que trata do sistema recursal do nosso País.

Há alguns dias, houve uma decisão histórica do Supremo Tribunal Federal que colocou em pratos limpos uma questão controvertida, o tema da competência do Conselho Nacional de Justiça, a competência disciplinar e correccional do CNJ. Todos nós acompanhamos o resultado dessa votação e, creio, todos nós saudamos a decisão do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra exatamente no espírito da emenda constitucional

que criou o Conselho Nacional de Justiça, a Emenda Constitucional nº 45.

Penso, Sr. Presidente, que é chegada a hora de se atribuir uma responsabilidade maior aos tribunais regionais do ponto de vista da eficácia das suas decisões. A PEC de autoria do Senador Ferraço visa exatamente a isso, visa a dar a esses tribunais maior poder de dirimir os conflitos resultantes da aplicação da lei, determinando que a coisa julgada ocorre após a intervenção do segundo grau de jurisdição, contribuindo com isso para desestimular a quantidade enorme de recursos que atrasam a solução dessas pendências, que retardam a solução dos conflitos, que, muitas vezes, geram impunidade por via da prescrição, gerando uma justiça que falha por tardar tanto.

Por essa razão, Sr. Presidente, sabendo que é uma questão controvertida, que vai animar os nossos debates, é que, tendo já sido realizada a audiência pública, requerida, se não me engano, pelo próprio Senador Ferraço, a respeito desse tema, eu creio que já podemos deliberar sobre o assunto, se V. Ex^a assim decidir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, uma matéria apresentada pelo dinamismo e jovialidade do Senador Ricardo Ferraço e relatada por V. Ex^a não pode ficar nas gavetas da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, V. Ex^a fique tranquilo porque, logo na sequência do Carnaval, eliminada esta pauta, nós vamos colocar a matéria de autoria do Senador Ricardo Ferraço e tão bem relatada por V. Ex^a para o debate nesta Comissão. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a pela suas manifestações e pelo relatório apresentado aos Srs. Senadores no retorno para início das atividades neste período. Em segundo lugar, agradecer também as referências que V. Ex^a me fizera.

Sr. Presidente, no dia 14 de dezembro pretérito, foi pautado por V. Ex^a para que pudéssemos discutir na Comissão de Constituição e Justiça o relatório para apreciação do projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2009, que trata da reforma administrativa do Senado Federal. Tendo em vista o início da Ordem do Dia naquela oportunidade, não foi possível apreciarmos essa matéria. Ao retornarmos, Sr. Presidente, eu me deparei com mais de 20 emendas que foram apresentadas ao projeto nesse período de recesso parlamentar. Consequentemente, ainda não tive tempo suficiente para fazer análise de cada uma das emendas, porque cada

uma mais sofisticada, complexa que a outra. Gostaria, inclusive, que V. Ex^a compreendesse que eu preciso de tempo para que possa, inclusive, conversar com cada autor. Uma média de mais de dez Senadores apresentaram novas propostas de emendas a esse projeto.

Por essas razões, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que ouça o Plenário e pediria a retirada de pauta da matéria para que pudéssemos ter o tempo suficiente para analisar as emendas que foram apresentadas após 14 de dezembro próximo passado.

Esse é o requerimento que faço a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem inscrito o Senador Armando Monteiro, Senador Vital do Rêgo, Senador Pedro Taques, Senador Demostenes, Senador Álvaro, que levantou a mão ali, e Senador Ricardo Ferraço. Eu vou dar obviamente, a palavra a todos os senhores pela ordem de inscrição aqui.

Senador Benedito de Lira, V. Ex^a pede, tendo em vista emendas apresentadas ao item 3 da pauta, mais uma semana de prazo para, obviamente, na próxima reunião...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para que pudéssemos ter o tempo suficiente, porque cada emenda que apareceu é mais complexa do que V. Ex^a pode imaginar. Gostaria não só de analisar com muita tranquilidade as emendas apresentadas, mas também logicamente, dialogar com os Senadores que foram proponentes. Garanto a V. Ex^a que, até o final deste mês, nós retornaremos à pauta essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou atender a solicitação de V. Ex^a, tendo em vista que é uma matéria extremamente polêmica e que V. Ex^a, obviamente, como relator, tem que apresentar um relatório que possa ser defendido aqui, nesta Comissão, junto aos demais Senadores, que, obviamente, irão questionar vários pontos de uma matéria polêmica como essa, mas com o compromisso desta Presidência e de V. Ex^a, como relator, de que essa matéria voltará ainda no mês de fevereiro para o debate nesta Comissão, para aprovação ou para rejeição das emendas que V. Ex^a acatar ou não.

Vou retirar de pauta o item 3 e vou dar a palavra ao Senador Armando Monteiro, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, colegas, eu queria manifestar também o reconhecimento à forma equilibrada, competente e serena

com que V. Ex^a conduziu os trabalhos desta Comissão ao longo do ano passado. Essa sua liderança foi fundamental para que esta Comissão pudesse produzir um trabalho importante no ano passado.

Agora, eu queria solicitar a V. Ex^a, quanto à pauta, que pudesse considerar um requerimento relativo ao item 6, que é um requerimento de desamparamento das PECs...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 5.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Item 5. E a justificativa, Presidente, é que, salvo as Propostas de Emenda à Constituição nºs 62, 63 e 71, que mantêm a especificidade comum de versarem sobre competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, merecendo assim o trâmite em conjunto, as demais propostas dispõem sobre temas muito diversos: da diplomacia congressual, passando pela competência de exonerar agentes que constitucionalmente têm o direito de indicar por questões de decoro parlamentar, por procedimentos de administração de inquéritos parlamentares, até a participação do Senado no controle incidental de constitucionalidade e, enfim, até mesmo a fixação de limites à carga tributária. Portanto, são matérias totalmente diversas.

Dessa forma, convém o desmembramento dos processos, a fim de que as referidas PECs possam tramitar conjuntamente e as demais, de forma autônoma. É esse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, vou dar a palavra, pela ordem, aos Senadores que se inscreveram e, em seguida, colocarei o requerimento de V. Ex^a em votação, tendo em vista ser apenas um requerimento que não atrapalhará a pauta.

O próximo orador, pela ordem, que pediu a palavra é este vibrante Senador do sertão nordestino, da Paraíba, Vital do Rêgo.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente, pedi a palavra para me pronunciar sobre três assuntos.

O primeiro é uma manifestação de apreço a V. Ex^a. Quero dizer que os colegas que me antecederam puderem bem dar, igual a mim e não melhor do que eu, o testemunho da condução, da liderança, da competência, da serenidade, do espírito de justiça que V. Ex^a demonstrou, no ano passado, na Comissão mais nervosa da Casa em seus méritos, por tudo que é encargo da Comissão de Justiça dentro da República. V. Ex^a se portou com a aclamação desta Casa. Estar nessa cadeira e hoje receber dos seus pares, dos di-

versos partidos e orientações políticas o sentimento de aclamação pelo seu trabalho é mais um galardão que V. Ex^a ostenta no seu brilhante e longínquo currículo político.

Quero também me posicionar com concordância em relação à decisão de V. Ex^a, mas entendendo a necessidade de tomarmos uma posição a respeito da PEC do Senador Ferraço, como o nobre e querido amigo Senador Aloysio colocou a necessidade de anteciparmos para uma avaliação. Hoje não seria oportuno, já que nós temos uma pauta densa, mas certamente eu encareceria a V. Ex^a que, quando marcasse esta matéria, a PEC do Senador Ferraço, desse a ela, na reunião, o caráter de exclusividade na apreciação, até porque é uma PEC que avança e que tem todos os seus méritos. Certamente, os juristas que compõem este egrégio conselho de Senadores haverão de se posicionar, e ela precisa ser tratada com a importância que tem.

Com relação à solicitação do Senador Benedito, V. Ex^a também foi muito competente quando decidiu não mexer nesse vespeiro, que é o projeto e a relatoria do Senador Benedito. É um verdadeiro vespeiro pela multiplicidade de interesses administrativos da Casa com conotações as mais diversas. Eu participei da comissão que precedeu a avaliação que está na mão do Senador Benedito. Sei que o assunto é complexo. Qualquer emenda tem um caráter de tempo e espaço, sendo necessária uma lupa para acompanhar com mais nitidez, e o Senador Benedito precisa desse tempo. Não obstante a necessidade de votar, precisamos votar bem, já que esta é uma Comissão terminativa.

Por isso, renovando o apreço a V. Ex^a, quero dizer que agora terei mais tempo para estar ao seu lado na Comissão de Justiça, porque diminuí o meu trabalho à frente da Comissão de Orçamento com a aprovação do PPA e do OGU. Estarei aonde me sinto muito bem: ao lado desses luminosos pares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vital, pelas palavras carinhosas. O retorno de V. Ex^a à Comissão com certeza nos dá muita alegria, vai nos abrilhantar e mostrar ao povo da Paraíba a sua capacidade não somente na área médica, mas também na área jurídica.

Estou preocupado com o Senador Valadares, porque toda hora chegam quatro, cinco assessores ali. Acho que ele está com dúvidas em relação ao ato médico.

Com a palavra o Senador Pedro Taques, pela ordem de inscrição.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente cumprimento V. Ex^a pela condução dos trabalhos no ano

passado. Devo dizer que a imparcialidade de V. Ex^a foi o caminho para que nós pudéssemos debater temas importantíssimos.

Agora nem tudo são flores, não é isso? Este ano nós temos assuntos importantes. Ontem, nós, da Subcomissão de Segurança Pública, debatemos a crise da Polícia Militar, que não é só uma crise da Bahia, é bom que se diga. É a crise na instituição policial na República Federativa do Brasil.

O Senador Randolfe Rodrigues fez um pedido na Subcomissão de Segurança, para que ela determinasse a ida de Senadores até a Bahia, o que não foi acatado pelos membros da Comissão. A Subcomissão de Segurança entendeu que esse tema é muito importante e nós temos que nos aprofundar no assunto.

A situação das polícias no Brasil não pode ser deixada de lado por esta Comissão. Polícia, quem usa arma não pode fazer greve, independente de ser na Bahia, no Rio de Janeiro ou no Estado de Mato Grosso. Nós temos que tirar os interesses político-partidários, mas a Constituição é expressa na vedação, na proibição de greve por parte de policiais militares. Lá está expresso isso.

Esse tema, Sr. Presidente, revela um assunto de Estado e precisa ser debatido por esta Comissão e pela Subcomissão de Segurança. Nós já reunimos os projetos que tratam disso desde o ano passado para que eles tenham andamento. Nós não estamos destinando a preocupação devida a esse tema. Tereamos acontecimentos internacionais no Brasil, eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Se houver movimentos grevistas de quem usa arma, vamos retirar a força do Direito e dar o direito à força. Não é isso que está escrito na Constituição da República. Temos que debater esse tema, e não estamos dando a ele o quilate, a amplitude devida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques. V. Ex^a tem razão e tem o apoio da Presidência para os questionamentos que faz nesse momento.

Senador Demóstenes Torres, tem a palavra V. Ex^a pela ordem de inscrição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para pedir a V. Ex^a que paute, se possível, conforme entendimento nosso, a audiência pública para a discussão da chamada PEC do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A instrução da PEC 97, de autoria de V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos expedir os convites essa semana e logo na primeira reunião pós-Carnaval... Vou combinar com V. Ex^a. Se V. Ex^a entender que seja possível na terça-feira, logo na sequência pós-Carnaval, ou na quinta-feira pela manhã... V. Ex^a prefere na terça ou na quinta?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Terça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Terça às 14 horas?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Terça-feira, às 14 horas, logo depois do Carnaval, está marcada audiência pública para instruir a PEC 97, de autoria de V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sem interromper a ordem de oradores, até porque é uma questão da dinâmica dessa reunião que V. Ex^a acabou de marcar com o Senador Demóstenes, há um requerimento de minha autoria convidando a Ministra Eliana. Solicito a V. Ex^a que apense esse requerimento exatamente para terça-feira, para que não haja um segundo convite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Ministra Eliana Calmon estará nessa audiência por requerimento de V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – OK. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – OK

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias, pela ordem de inscrição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, reitero os cumprimentos expressos pelo Líder Aloysio Nunes, do nosso Partido, em nome da nossa Bancada, a V. Ex^a pela forma democrática com que conduziu os trabalhos desta Comissão no ano passado.

Sabemos que a agenda está repleta, mas gostaria de pedir a V. Ex^a prioridade para deliberação de um requerimento apresentado no final do ano passado, que convida o Ministro Fernando Pimentel para apresentar suas explicações ao Senado Federal, especialmente a esta Comissão, em razão das denúncias que contra ele foram assacadas no final do ano de 2011.

Portanto, Sr. Presidente, fica a critério de V. Ex^a, na próxima reunião, talvez, pautar a votação desse re-

querimento que convida o Sr. Fernando Pimentel pra depor nesta Comissão.

Outra questão diz respeito ao projeto, de autoria do Senador Pedro Taques, que transforma em crime hediondo crime na administração pública.

Eu pediria a V. Ex^a que também o considerasse como prioridade por razões óbvias.

Solicito a V. Ex^a, se possível, a designação do relator. V. Ex^a já se manifestou no sentido de que eu seria o relator dessa matéria. Eu gostaria de receber o projeto para que ele pudesse ser pautado e ser alvo de deliberação desta Comissão o mais rapidamente possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atendendo a solicitação de V. Ex^a em relação ao requerimento, na próxima reunião abriremos a discussão do requerimento.

Quanto à PEC, para pautá-la preciso do relatório.

Acabo de determinar à Secretaria da Mesa que faça a devida distribuição porque havia um compromisso desta Presidência com V. Ex^a no sentido de ser o relator dessa matéria importante, oriunda da lavra do Senador Pedro Taques.

Com a palavra o último Senador inscrito pela ordem, Senador Ricardo Ferraço, para entrarmos na pauta e discutir o chamado ato médico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Ricardo Ferraço declina.

Antes de dar início ao debate do SCD nº 268, de 2002, que tem como relator o Senador Antonio Carlos Valadares – vou pedir a S. Ex^a toda a atenção para esse questionamento, pedindo inclusive às assessorias que não interrompam o Senador Antonio Carlos Valadares, a não ser por convite dele, – para que a gente possa dar prosseguimento a essa matéria.

Esse é o sentido do requerimento do Senador Armando Monteiro, que faz parte do Item 5 da pauta. O Senador pediu a inversão da pauta. Como é matéria extremamente simples, é apenas um requerimento de aprovação de apensamento e desapensamento de matéria, eu o submeto aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Armando Monteiro a respeito do Item 5.

Próximo item da pauta...

Senador Valadares, vou pedir a atenção de V. Ex^a.

Quero deixar bem claro que não estou reprimando V. Ex^a; estou apenas pedindo a atenção de V. Ex^a porque essa matéria é polêmica e, se tiver dúvida

e V. Ex^a desejar prazo, é só discutir diretamente com a Mesa. Senão, vou colocar a matéria em discussão.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 268, DE 2002

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da Medicina.

Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: *pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, com o acatamento dos seguintes dispositivos modificados pela Câmara: – incisos V e XIV do caput do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – §§ 1º e 3º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – caput e incisos VIII e IX do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; – inciso II do art. 5º do SCD nº 268, de 2002; – art. 7º do SCD nº 268, de 2002. Por conseguinte, o voto pela: – rejeição dos incisos...*

Senador Valadares, estou lendo o relatório de V. Ex^a. Pode dar atenção.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – (Fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está escutando a assessoria, não a mim.

Para ficar nos Anais nesta Casa registrado, tendo em vista que se trata de matéria polêmica.

Por conseguinte, o voto pela – rejeição dos incisos VII e VIII do caput do art. 4º e do inciso VII do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original do inciso VIII do caput do art. 4º oferecida pelo Senado; – rejeição do § 2º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original oferecida pelo Senado para esse dispositivo; – rejeição do § 8º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002; e manutenção do art. 8º do projeto originalmente aprovado pelo Senado.

Apresenta, ainda, o texto consolidado, com os ajustes acima determinados, conforme faculta o art. 133, § 6º, do RISF.

Observações: – Em 29/09/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria.

– A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais.

– Em 21/12/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres, Luiz Henrique e Marta Suplicy, nos termos regimentais.

– Em 07/02/2011 foi recebida a Emenda nº 1, de redação, de autoria do Senador Luiz Henrique.

A emenda do Senador Luiz Henrique ao ato médico é uma emenda de redação e foi recebida ontem e ainda depende de relatório.

A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Educação, Cultura e Esportes e de Assuntos Sociais.

Acaba de chegar à Mesa outra emenda de redação. Essas emendas podem ser recebidas até o encerramento da discussão.

No dia 08/02/2012, está sendo recebida a Emenda nº 2, de redação, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, também dependendo de relatório do Senador Antonio Carlos Valadares.

Antes de consultar os Senadores Demóstenes Torres, Luiz Henrique e Marta Suplicy sobre a eventual manifestação decorrente do pedido de vista, vou dar a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para exclusivamente dar parecer às duas emendas apresentadas: a emenda do Senador Luiz Henrique da Silveira e a emenda do Senador Randolfe Rodrigues.

Consulto o Senador Antonio Carlos Valadares se há condição de fazer o parecer e dar o parecer o mais sucinto possível a essas duas emendas.

V. Ex^a está pronto para dar parecer a essas duas emendas?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, concedo a palavra a V. Ex^a para manifestação exclusivamente em relação a essas duas emendas apresentadas: a emenda primeira, do Senador Luiz Henrique, para o parecer de V. Ex^a. Em seguida, a emenda do Senador Randolfe, para parecer de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – São duas emendas semelhantes, tanto a do Senador Luiz Henrique quanto a do Senador Randolfe Rodrigues. Em síntese, as duas emendas procuram juntar as redações dos arts. 6º e 7º da proposição.

Antes de entrar no parecer, gostaria de enfatizar que a matéria, o Projeto de Lei nº 268, está no Congresso Nacional desde 2002.

Na primeira tramitação – sua autoria é do Senador Tião Viana -, passou por esta Comissão, pela Comissão de Assuntos Sociais, e nesta Comissão de mérito foi amplamente discutida e debatida em todos os seus pormenores com acréscimos e subtrações de dispositivos, inclusive, tendo como Relatora a Senadora do PSDB Lúcia Vânia, que fez um estudo magnífico.

Eu era Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e ela era Relatora. Passou dois anos convocando todos os segmentos ligados à saúde para encontrar um bom termo, um denominador comum, uma solu-

ção de consenso que atendesse a todas as categorias e trouxe para a reunião três volumes alentados, de estudos alentados, de debates que foram feitos de cientistas, médicos, odontólogos, farmacêuticos, fisioterapeutas, enfim, todas as profissões manifestaram a sua opinião. E ela, depois de tantos debates, chegou a uma conclusão e apresentou à Comissão de Assuntos Sociais o seu parecer, que foi aprovado sem nenhum questionamento.

O projeto foi para a Câmara dos Deputados. Lá houve alterações, digamos, impensadas, que atingiram segmentos valorosos da saúde no Brasil, que se sentiram prejudicados, menosprezados. Ainda assim, na calada da noite, depois de várias comissões terem se manifestado sobre as distorções, o Plenário aprovou uma matéria muito polêmica.

Durante quase dois anos, permaneci estudando essa matéria, convocando lideranças dos diversos movimentos da saúde, tendo uma paciência de Jó para ouvir a todos, entender as dificuldades e compreender o acúmulo de demandas de cada um dos segmentos.

Sr. Presidente, eu não poderia fazer alterações de mérito, a não ser, aproveitando alguma redação boa feita na Câmara dos Deputados, incluí-las em nosso parecer. Eu fiz um verdadeiro trabalho de engenharia legislativa e política para conseguir este relatório e, afinal, obter um maior número de apoio.

Recebi apoio de todos os segmentos, a exceção, posso dizer, na última hora, dos fisioterapeutas, que manifestaram alguma preocupação, mas os fiz ver que todas as suas atribuições, competências definidas em lei, estavam preservadas, conforme se vê do §7º do art. 4º.

Esse §7º, Sr. Presidente, está sendo motivo de alteração, a preservação das outras categorias. Então, vejam o que está disposto no art. 4º desse projeto, no §7º:

Art. 4º

§ 7º O disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo da radiologia.

É uma preocupação, Sr. Presidente, que nós procuramos manter, fazendo com que adotássemos o texto inicialmente aprovado pelo Senado Federal, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que é conciso e diz, peremptoriamente: fisioterapeuta terá os seus direitos assegurados. As suas atividades serão mantidas. O

médico não vai invadir; o farmacêutico também não; o enfermeiro. Enfim, todas as atividades, competências, atribuições, direitos são assegurados nesta lei e nas leis que aprovaram a regulamentação das profissões.

Aqui não se trata de rejeitar, Sr. Presidente. Aqui não se trata de rejeitar, não se trata de tirar competências de qualquer profissão. Aqui é uma lei que define a regulamentação da profissão de médico. No ato de regulamentar a profissão do médico, o projeto tem a preocupação de dizer: olha, nós estamos aqui regulamentando a profissão do médico, mas vamos respeitar as demais profissões. É isso que estamos fazendo. É isso que estamos elaborando.

Os nobres Senadores Luiz Henrique e Randolfe Rodrigues estão apresentando emendas semelhantes. O que ocorre? Como são alterações que não estou autorizado a fazer, porque não foram aprovadas nem pelo Senado nem pela Câmara, a junção desses artigos pode proporcionar uma antirregimentalidade ou uma ilegalidade. A Consultoria do Senado é bem clara ao dizer que poderia ser considerada de redação.

Ressalte-se, no entanto, que uma emenda desse tipo deve ter por objetivo sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto da proposição. Todavia, não identificamos qualquer dessas três situações nos parágrafos alcançados pela emenda. Com efeito, a redação desses dispositivos foi efetuada em estrita observância – a redação nossa, ou seja, do Senado Federal – aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O parecer sobre esta emenda, Sr. Presidente, tem 14 laudas, mas eu só vou ler meia lauda, porque não há necessidade de ler as 14, uma vez que a Consultoria foi bastante precisa, exata nos termos do seu parecer.

O art. 11 dessa lei que eu citei, de 1998, diz o seguinte:

Art. 11. *As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:*

- I – para a obtenção de clareza:
 - a)
 - b) usar frases curtas e concisas;
 -
- II –
- III – para a obtenção de ordem lógica:
 - a)
 - b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;
 - c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada

no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida.

d)

A emenda em análise, do Senador Henrique Alves, propõe a junção de dois...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Henrique Alves não: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Desculpe. É a emoção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou falando do nosso Deputado Federal do Rio Grande do Norte, porque os dois são do PMDB, e eu confundi. Mas não há por que confundir, porque são dois grandes parlamentares, e Luiz Henrique foi um grande governador.

A emenda em análise propõe a junção de dois comandos legais distintos em uma única frase, contrariando a diretriz de usar períodos curtos e de não misturar assuntos diferente em um só dispositivo.

Destarte, não deve ser acatada por este Colegiado, pois não implica aprimoramento do texto normativo, uma vez...

Sr. Presidente, é como eu falei: ninguém vai bulir com as demais profissões. Ninguém vai tocar nos direitos das outras profissões. Por que, então, agir de forma antirregimental, na tentativa de dizer: “Olhe, estamos fazendo alguma coisa, porque estamos preocupados”. Eu sei que os Senadores estão preocupados, mas essa preocupação deve sair das suas mentes, porque, como eu já disse várias vezes, a regulamentação da profissão do médico não é para limitar a competência dos demais segmentos, porque, se fosse, eu não estaria aqui relatando.

De modo que o mesmo parecer eu aplico em relação à emenda do Senador Randolfe Rodrigues.

É o meu parecer, salvo melhor juízo, e qualquer explicação sobre a matéria, se alguém quiser, eu poderei, sem dúvida alguma, explicar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, V. Ex^a foi extremamente claro, está calcado com base em um relatório e em um parecer da Consultoria Jurídica. Então, só para ficar claro para o Plenário, V. Ex^a dá parecer por...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela rejeição de ambas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por impossibilidade técnica...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Por impossibilidade!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... V. Ex^a dá o parecer pela rejeição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas, mesmo assim, Presidente, eles não tiraram nenhuma palavra que eu coloquei no parecer, significando dizer que, de outra forma, nós estamos aprovando o que eles querem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k, Senador. Agradeço a V. Ex^a pela manifestação e pelo parecer.

Para discutir a matéria, como o Senador Demóstenes Torres, o Senador Luiz Henrique e a Senadora Marta Suplicy haviam feito pedido de vista nesse processo, pela ordem de inscrição e tendo em vista que temos ainda outras matérias, e matérias importantes, como o Estatuto da Juventude, e eu quero que nós concluamos essa matéria hoje ainda, vou dar a palavra... Já na ordem de inscrição, estou inscrevendo, de ofício, o Senador Demóstenes, o Senador Luiz Henrique, a Senadora Marta Suplicy, inscritos de ofício. A Senadora Lúcia Vânia tinha vindo à Mesa pedir a inscrição. Vou inscrever o Senador Vital do Rêgo, o Senador Flexa Ribeiro, que está ali... Já estão inscritos. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Para discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discussão.

Senador Humberto Costa.

Senador Mozarildo.

Senador Aloysio.

Senador Randolfe.

Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, como disse anteriormente aqui, tendo em vista pedido de vista do Senador Demóstenes, da Senadora Marta e do Senador Luiz Henrique, vou conceder a palavra, para discutir a matéria, obviamente para sua manifestação, ao Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Ex^a para debater a matéria, tendo em vista que V. Ex^a tinha pedido...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem comentários.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a abre mão da inscrição. Sem comentários.

Vou pedir às assessorias que façam como estavam até agora, o silêncio, para ouvirmos os Senadores. Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixei para este momento da minha intervenção a oportunidade de cumprimentar V. Ex^a pela condução dos trabalhos

nesta Comissão. O relatório que V. Ex^a leu é elucidativo por si só de quão intensos foram os trabalhos da nossa Comissão de Constituição, Justiça no ano passado.

Pedi vista da matéria, Sr. Presidente, devido à sua complexidade e quero cumprimentar o Relator, Senador Valadares, pela forma competente como conduziu seu relatório. Tenho apenas uma divergência, que manifestei na emenda que apresentei. E apresentei no sentido de melhorar a técnica legislativa desse projeto no que se refere aos parágrafos 6º e 7º do art. 4º.

O que diz o § 6º? “O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito de sua área de atuação”.

E o que diz o § 7º? Repete: “O disposto neste artigo será aplicado de forma a que sejam resguardadas as competências próprias de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de radiologia”.

O que nós propusemos? Propusemos a fusão desses dois parágrafos, com a seguinte redação:

Art. 4º

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito de sua área de atuação, devendo ser aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional, e técnico e tecnólogo de radiologia.

Nós sabemos que não cabe, nessa fase, nenhuma emenda que altere a natureza, o sentido da matéria.

A emenda que nós apresentamos é meramente de ordem redacional, sem alterar a *mens legis* dos dispositivos.

Entendemos ser desnecessário desdobrar uma só matéria em dois parágrafos. Por isso, fundimos os dois em um só. Este é o objetivo: melhorar a técnica legislativa, aprimorar o projeto. Não se trata de desvirtuar, de desnaturar o sentido da redação anterior.

Por isso, Sr. Presidente, respeitando a posição do nobre Relator, nós pedimos aos Pares que deem guarida a esse emenda

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a, então, vai apresentar destaque a essa matéria?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou propor destaque à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É necessário que V. Ex^a encaminhe o destaque à Mesa ainda durante a discussão.

De ofício, se desejar fazer uso da palavra, eu concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy. V. Ex^a quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Para discutir a matéria, a Senadora Marta Suplicy tem a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Eunício, aproveito também para parabenizá-lo pela forma gentil e firme com que conduziu as nossas reuniões. Tivemos uma produção extraordinária nesse ano, graças a essa condução.

Em relação ao que está sendo discutido, quero parabenizar o Senador Valadares, o trabalho citado da Senadora Lúcia Vânia. Estamos aqui meio de mãos atadas em relação ao que podemos fazer nesse momento frente ao que foi exposto.

Eu gostaria de ressaltar duas coisas que me pareceram que foram garantidas e que são importantes. Primeiro, a especificidade dos psicólogos, fonos, fisioterapeutas e outros, e eu vou retornar a essa questão. Também foi ressaltado que não são privativos do médico os serviços administrativos. Isso que foi colocado é importante também.

Mas, em relação aos psicólogos, que é minha profissão, no art. 4º, está “a formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica”. Eu diria que é complicado isso, porque o psicólogo também faz diagnóstico nosológico. Ele não administra medicação. Acredito que vai atrapalhar bastante o exercício da profissão do psicólogo a permanência desse item.

Aqui não vou fazer nenhum destaque, mas, como sou membro da CAS, certamente vou fazer outra proposição na CAS.

Outro ponto também que me pareceu complicado em relação a todos os profissionais da área de saúde é que a ciência muda. Nós temos avanços técnico-científicos específicos que são resultados das pesquisas, de avanços – eles podem ocorrer naturalmente dentro das nossas universidades –, mas, se nós ficarmos regulamentando dessa forma, nós vamos impedir essas outras profissões de fazerem uso desses avanços. Então, não cabe que a lei, com o fim específico de regulamentar uma profissão, determine ou verse sobre outra profissão pois isso acaba ferindo os princípios constitucionais.

De qualquer forma, aqui, nesta Comissão, como eu disse, não podemos fazer grandes interferências em relação ao Regimento, que não nos permite, mas, na CAS, eu vou reassumir essa questão.

Quero parabenizar o Senador Valadares pelo trabalho intenso que teve, mas esta Legislatura ainda

não pôde não dar a sua contribuição. Os Senadores aqui presentes, certamente, nós vamos conseguir dar a nossa contribuição para aprimorar o que foi feito até então com grande esforço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Próxima oradora inscrita, Senadora Lúcia Vânia, que, inclusive, foi relatora dessa matéria, agora também relatada pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de cumprimentá-lo pelos trabalhos e gostaria de falar, como já foi feito aqui por outros Senadores, da satisfação de poder participar, mesmo que como suplente, desta Comissão e de ver a forma cortês, a forma determinada, com que V. Ex^a conduz os trabalhos nesta Casa. Portanto, receba os meus cumprimentos e os meus agradecimentos por toda a gentileza em relação às matérias que foram aí solicitadas para serem colocadas em votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de merecer a atenção dos meus Pares para que a gente possa falar um pouquinho sobre esse trabalho que foi realizado aqui no Senado da República durante dois anos, na Legislatura passada. Foi um trabalho exaustivo e que contou com a participação de médicos do Brasil inteiro. Tivemos a assistência direta de profissionais de todas as áreas.

Quero aqui dizer que esse projeto foi objeto de um trabalho escrito a 14 mãos. Quatorze profissões foram envolvidas nesse projeto. Inicialmente era um projeto simples, com três artigos, de autoria do Senador Althoff. Posteriormente, houve debates realizados em todo o País. É bom que se diga que o debate foi realizado com todas as profissões e em todos os Estados da Federação. Foi feita uma videoconferência. As assembleias legislativas de todo o País convocaram as pessoas para estarem presentes.

Esse substitutivo teve critérios. Primeiro: a parte jurídica foi assistida pelo Dr. Ives Gandra, pelo jurista Nelson Jobim e por outros que participaram ativamente no que diz respeito à juridicidade e à constitucionalidade. Na questão do mérito, tivemos a presença de todos os médicos, representados por suas ações, e de todas as outras demais profissões, aqui representadas pelas pessoas que dirigiam seus conselhos.

Estabelecemos como critério, primeiro, a legislação de cada uma das profissões. É preciso deixar claro que a legislação de várias profissões que envol-

vem profissionais de saúde estão bastante defasadas, mas não nos centramos apenas na legislação dessas profissões, fomos além. Desde que aquelas profissões tivessem uma cadeira na faculdade correspondente àquela atividade, seria considerada.

Levamos em conta todas as resoluções expedidas pelos conselhos e aprovadas pelos Tribunais de Justiça. As que não foram aprovadas não foram consideradas. Levamos em conta a legislação internacional, a legislação de países mais desenvolvidos na área de saúde.

Para definição de diagnóstico nosológico, fomos buscar a definição da.... *(Pausa.)*

Fugiu aqui. Uma definição foi buscada para que a gente pudesse ter a definição exata de diagnóstico nosológico em função do que seria o diagnóstico da doença, diferenciando-o dos mais diagnósticos.

Tivemos grandes embates. Tanto os médicos quanto os demais profissionais de saúde tiveram de ceder para que pudéssemos chegar a esse substitutivo.

É importante dizer – e gostaria de pedir a atenção do Senador Luiz Henrique – que diferenciamos um odontólogo de outro profissional porque cada uma das profissões tem uma característica específica. O odontólogo tem uma formação que lhe permite fazer procedimentos invasivos, permite-lhe, também, prescrever medicamentos. Portanto, ele tem, na sua formação, ações que lhe permitem isso. As demais profissões não teriam essas mesmas condições.

Em relação aos fisioterapeutas, é preciso dizer que chegamos à conclusão de que os diagnósticos funcional e cinésio-funcional são permitidos aos fisioterapeutas, uma vez que têm toda uma formação voltada para essa área. Houve um acordo com os médicos no sentido de que seria realmente procedente a questão dos diagnósticos funcional e cinésio-funcional. No entanto, a Câmara dos Deputados entendeu que deveria colocar como privativo dos médicos os diagnósticos funcional e cinésio-funcional, o que causou uma estranheza nos fisioterapeutas, uma vez que o substitutivo votado no Senado havia sido objeto de acordos. Ao chegar aqui o projeto, o Senador Valadares entendeu que deveria suprimir todo o mérito que não fosse acordado naquele primeiro substitutivo, e assim ele o fez, voltando ao substitutivo original com as modificações de redação que não interferiram absolutamente no mérito e aprovado aqui, por unanimidade, por todos os Senadores da legislatura passada.

Portanto, quero aqui deixar claro que este substitutivo, hoje aprovado pelo Senador Valadares, com sua competência, sua paciência e, principalmente, sua compreensão de que não poderia romper um acordo feito com as quatorze profissões, com endosso do Ministério da Saúde, que acompanhou todas as

discussões durante esses dois anos, faz parte de um relatório, se não é o ideal, é o relatório possível. Este relatório, posso considerá-lo, mais ou menos, como a discussão que tivemos aqui com o Código Florestal, porque não é possível a gente fazer o ideal, mas o possível foi feito.

E é preciso deixar claro que houve aqui, por parte tanto daqueles que são a favor do ato médico quanto daqueles que são contra o ato médico, um milhão de assinaturas pedindo para que não fosse votado esse projeto. Então, é um projeto polêmico, é um projeto difícil, porque existe uma zona cinzenta entre uma profissão e outra, mas este projeto teve a preocupação de não tirar nenhum direito adquirido pelas demais profissões. Ele absolutamente não impede as profissões de exercerem plenitude naquilo que está determinado na lei e naquilo que está dando aos profissionais competência, por meio das escolas correspondentes.

Portanto, quero aqui deixar claro aos Srs. Senadores que, ao votarem esse projeto, V. Ex^{as} estão votando um projeto que foi amplamente discutido, um projeto responsável, um projeto que levou em conta a importância da consolidação do Sistema Único de Saúde, que levou em conta que a medicina hoje tem que ser multidisciplinar, que levou em conta principalmente o bem-estar do paciente.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

Agradeço V. Ex^a, cumprimentando o Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

A Senadora Lúcia Vânia, que fez um trabalho brilhante, é aplaudida pelos Pares aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao também médico e Senador Vital do Rêgo.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não se pode dizer mais nada depois de um *show* deste que a Senadora Lúcia Vânia deu com conhecimento de causa.

Primeiro, gostaria de saudar a Senadora Lúcia Vânia, que foi relatora aqui e que começou a construção nesta Casa de um projeto que está tramitando desde 2002. Ela já fez o histórico do projeto e foi mais além. Com conhecimentos técnicos da área de saúde, a Senadora Lúcia Vânia mostrou a imperiosa necessidade de vencermos uma dívida milenar que temos com quase 400 mil médicos do Brasil.

Srs. Senadores, falo com o compromisso da academia que fiz durante 8 anos e com o compromisso que tenho de representar tanto eles quanto o País inteiro, a partir do meu Estado. Hoje todas as profissões estão

regulamentadas na área de saúde. São 14: Biologia e Biomedicina, 1979; Educação Física, 1998; Enfermagem, 1986; Farmácia, 1981; Fisioterapia, 1969; Fonoaudiologia, 1981; Medicina Veterinária, 1968; Nutrição, 1991; Odontologia, 1966; Psicologia, 1962; Serviço Social, 1993; Terapia Ocupacional, 1969; Medicina, 2012. Partindo dessa primeira assertiva, eu imagino que hoje nós temos no Brasil 185 escolas médicas com 16 mil, quase 17 mil, vagas para profissionais.

Esse projeto já foi votado por unanimidade. A Senadora Lúcia Vânia colocou esse ponto. Essa unanimidade não foi construída por acaso, Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Sr. Senador Valadares. Ela foi construída por essas catorze mãos, por milhares e milhares de homens e mulheres que estavam lutando pelo resguardo dos seus espaços dentro do exercício das suas profissões na área de saúde.

Hoje nós estamos aqui votando as emendas, mas, precedendo essa votação, houve um trabalho de que me orgulho muito. Pensei que ele era médico, mas ele é advogado e químico. Foi um trabalho brilhante do advogado Antonio Carlos Valadares, porque conseguiu, não sei se foi uma alquimia que fez, mas ele conseguiu... Nesse texto que está nas mãos dos senhores, uma coluna fala sobre o texto aprovado no Senado; a outra, as modificações da Câmara; outra, o relatório consolidado do Senador Valadares. Se os senhores se ativerem a ler cada uma dessas colunas, houve uma tentativa clara de harmonizar esses ambientes profissionais, sem prejuízo do ato médico, sem prejuízo da regulamentação da Medicina. Prevaleceram mudanças de conceitos, mudanças de expressões que poderiam acarretar indefinição sobre competências funcionais desse ou daquele profissional na área de saúde. Prevaleceu o bom-senso em muitas posturas, em muitas posições, quando, por exemplo, a expressão “deficiência” foi substituída por “sequelas”.

Há uma tecnologia médica mudando rapidamente, e a grande preocupação dos outros profissionais na área de saúde é exatamente com o avanço da tecnologia a serviço da saúde. Esses profissionais precisam ter claramente as suas limitações e onde podem intervir no paciente. Isso foi feito de forma muito criteriosa pelo Senador Valadares, chegando a um ponto que eu considero fundamental. Por isso, peço licença, na condição de Vice-Líder do PMDB, para subscrever aqui a emenda do meu querido companheiro e Governador, hoje Senador, Luiz Henrique. E faço um esclarecimento adicional: o Senador Luiz Henrique e o Senador Raulo, em nenhum momento, com as suas emendas, com as suas iniciativas, tentaram diminuir o espaço do ato médico. Foi apenas uma questão meramente técnica, pois a fusão delas poderia propiciar uma economia

ou uma melhor técnica legislativa, mas a consultoria e o Relator Valadares foram muito oportunos em dizer “para resguardo, para o interesse das categorias, das demais treze categorias na área de saúde”.

O §7º diz:

Art. 4º

§ 7º O disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo da radiologia.”

Isso garante, Senador Inácio, Senador Paulo, o futuro e resguarda essas profissões de qualquer demanda jurídica. Há necessidade hoje de o ato médico ser regulamentado, porque esses 300, 400 mil profissionais estão permanentemente no fio da navalha com relação aos seus procedimentos, aos procedimentos que eles assumem como coordenador, como supervisor ou como interventor direto.

Hoje, o que estamos fazendo é regulamentar uma das profissões mais antigas da humanidade, e este País não tinha feito isso até hoje.

Sr^{as} e Srs. Senadores, graças à iniciativa dos Senadores que inicialmente fizeram, eu queria saudá-los, como fez a Senadora Lúcia Vânia; graças a essa ação de grande articulação, inicialmente, da Senadora Lúcia Vânia e, agora, do nosso Senador Antonio Carlos Valadares, isso está sendo possível.

Em nome de todos os profissionais médicos deste País, de todas as diretorias médicas, das regionais médicas deste País, quero saudar V. Ex^a e dizer que o relatório do Senador Valadares merece ser aprovado por unanimidade nesta Comissão. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador. A manifestação é saudável. As palavras do Senador Vital do Rêgo são eloquentes, mas vou pedir ao Plenário para darmos sequência, em silêncio, como vínhamos trabalhando.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, lembrando que ainda temos oito oradores inscritos e que, em seguida, vamos colocar o Estatuto da Juventude em discussão. Portanto, a palavra está ao Senador Flexa Ribeiro, para discutir a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, quero que as minhas primeiras palavras sejam para parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento de abertura dos trabalhos da CCJ nesta Sessão Legislativa. O pronunciamento de V. Ex^a demonstra bem a competência da Presidência

da Comissão ao longo do primeiro ano em que V. Ex^a conduziu os trabalhos. V. Ex^a deu demonstração de que a Comissão cumpre não só o papel que V. Ex^a tem à frente, como Presidente, mas a condução dos trabalhos desta que é, sem sombra de dúvida, a Comissão mais importante entre todas no Senado Federal.

Quero aqui dizer, como disse o Senador Vital do Rêgo, que a profissão de médico é a mais antiga profissão do mundo, e, lamentavelmente, até hoje não foi regulamentada. Senador Vital citou apenas as profissões na área da saúde, mas nós já aprovamos e regulamentamos aqui diversas profissões de forma merecida. Não podemos deixar de, neste momento, acelerar e definitivamente regulamentar o ato médico, que não deixa de ser a regulamentação da profissão do médico, e quero homenagear o trabalho desenvolvido.

Lembro de que os médicos do meu Estado nos procuraram, e eu os trouxe aqui com a Senadora Lúcia Vânia, que iniciou e fez este brilhante trabalho na Legislativa passada. Ela propiciou a aprovação do parecer inicial, que foi encaminhado à Câmara. No retorno, deu sequência com o trabalho do Senador Valadares, que estamos agora discutindo.

Acho que vamos aprovar, sim, e, como disse o Senador Vital do Rêgo, por unanimidade e sem mais delongas, porque ele ainda irá de forma terminativa à CAS, para que possamos, então, encaminhá-lo ao Plenário e darmos a todos os médicos do Brasil, efetivamente, a regulamentação dessa profissão. Irei votar, Senador Valadares, pelo parecer de V. Ex^a em homenagem a todos os que dedicam a sua vida para trabalhar pela saúde de todos os brasileiros.

Parabéns a V. Ex^a! Parabéns à Senadora Lúcia Vânia!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. *(Palmas.)*

Vou pedir ao Plenário para não fazer manifestação, embora eu compreenda o entusiasmo, para que continuemos os trabalhos da forma como estamos fazendo até agora.

O próximo orador inscrito é o Senador Humberto Costa. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Humberto Costa, que foi brilhante Ministro do Governo Lula e eu tive o prazer de ser seu companheiro como Ministro de Estado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais pessoas que compõem hoje esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça, quero inicialmente também me somar àqueles que elogiaram aqui o trabalho de V. Ex^a na condução dos trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça. Fiquei só um pouco espantado

porque, na hora em que entrei, V. Ex^a estava fazendo um discurso como se fosse de despedida. Eu pensei que o PMDB iria adotar aquela história do rodízio. Não adotem não, porque só dá confusão isso aí.

Bom, mas tirando a brincadeira, eu gostaria de dizer o seguinte. Primeiramente, sou médico; aliás, sou médico e jornalista. Hoje, no Senado, discutem essas duas profissões, com grande polêmica em torno das suas regulamentações. E, ao longo da minha vida profissional, tive oportunidade, seja na experiência clínica, no exercício direto da medicina, seja na atividade de ensino. Mas principalmente como gestor, eu reforcei cada vez mais a minha ideia de que a multisetorialidade é algo absolutamente essencial para que possamos cumprir aquilo que é a função da política pública de saúde: garantir a promoção, a proteção; garantir a própria recuperação das pessoas que são acometidas por patologias. Todos os profissionais exercem um papel fundamental nisso, na gestão do sistema de saúde também, especialmente na gestão de políticas que têm um papel fundamental no Brasil hoje, como, por exemplo, a expansão, ampliação da atenção básica.

No início, quando foi criado o chamado Programa de Saúde da Família, hoje chamado Estratégia de Saúde da Família, nós tínhamos equipes que eram tão somente limitadas, em termos de profissionais de nível superior, aos médicos e aos enfermeiros e enfermeiras. Posteriormente, isso foi ampliado para a odontologia, que é uma área fundamental. O Brasil nunca teve política de saúde bucal adequada. Eu tive oportunidade, como Ministro, de implantar o Brasil Sorridente. Posteriormente, estamos tendo o acréscimo de várias profissões, agora na condição dos núcleos de apoio, de suporte ao Saúde da Família, os NASF, incluindo todas as profissões, demonstrando que ninguém é dono do saber, ninguém monopoliza o saber. O ideal é que nós, quando vamos discutir uma política tão essencial como a da saúde, nós possamos sempre pensar e trabalhar na linha de que nenhuma profissão detém esse monopólio do saber e que temos de atuar de forma colaborativa.

Eu confesso que reconheço a necessidade da regulamentação da profissão médica. São poucos os casos em que creio deva haver regulamentação de profissão. Mas aqueles que mexem com a vida humana, sem dúvida, é preciso que haja, até para a definição das responsabilidades, quando elas não são cumpridas. Inclusive a possibilidade de apenas aqueles que descumprem essas responsabilidades. Isso cabe, sem dúvida, a todas as profissões. No entanto, me incomoda profundamente quando esse debate assume um tom de corporativismo, que acho que é exatamente a negação de toda essa necessidade, dessa visão da

multissetorialidade. Nesse aspecto, eu acho que algumas coisas vão continuar bastante nebulosas.

Vou dar um exemplo aqui de que a Senadora Marta Suplicy falou. Por exemplo, a profissão de psicólogo. O psicólogo, em seu currículo, ele estuda exatamente, na área da psicopatologia, a identificação dos sintomas; na área da saúde mental, da doença mental o seu currículo é exatamente igual ao médico que passa os seis anos na faculdade. Em muitos casos, o psicólogo pode diagnosticar, sem nenhum, problema uma neurose simples; uma depressão que hoje os estudos mostram que a chamada depressão reativa tem um fundo orgânico também. Como tal exige uma ação articulada entre o psicólogo e o médico. Mas nada impede que ele faça o diagnóstico de uma neurose simples e possa fazer uma psicoterapia.

Então, vai continuar havendo e isso vai acontecer em todas as profissões. Qual é o nosso problema aqui – o ideal é que pudéssemos deixar isso bem clarificado. O drama do Senador Valadares é o mesmo que eu vivi quando fui Relator da regulamentação da Emenda nº 29. Depois de ter passado na Câmara nós só podemos fazer duas coisas: ou restabelecer o projeto original aqui do Senado, e nós sabemos que ele é ainda mais restritivo em termos de definir o que são as ações dos profissionais da medicina; ou da Câmara dos Deputados, que, no meu ponto de vista, foi um exemplo ruim. O corporativismo já é ruim, e o que na Câmara foi feito reforçou o corporativismo ruim. Existem coisas que são inadmissíveis.

Por exemplo, o profissional de farmácia e bioquímica não poder fazer um diagnóstico anátomo-patológico é um absurdo, até para um País como o nosso que tem profissionais de saúde em uma quantidade pequena. Ainda bem que o Senador Valadares estabeleceu essa possibilidade.

Então, o que podemos fazer? Ou se restabelece o projeto original ou aprova o que veio da Câmara, ou se tenta fazer um mix, que é um pouco o que o Senador tentou.

A intenção do Senador Luiz Henrique, apresentando essa emenda acho que é a melhor possível. O problema é que não há, do ponto de vista do Regimento do Senado. Eu também tentei, na época da regulamentação da Emenda nº 29, ver se fazíamos algum malabarismo para tentar ainda fazer alguma modificação. Mas não é possível.

Então, nesse sentido, e até porque essa discussão ainda irá se reproduzir na CAS, acho que em outras Comissões. E sem dúvida esse assunto não deixará de ir ao Plenário do Senado. Quer dizer ainda teremos muitas discussões, embora as opções ainda sejam as mesmas.

Além do mais, aprovado ou não, não há impeditivo de que outros projetos possam ser apresentados aqui no Congresso no sentido de adequar a realidade do exercício profissional aos diversos avanços científicos que estão acontecendo hoje.

Por exemplo, vou pegar novamente um exemplo na minha área, a psiquiatria. A síndrome do pânico, que durante muito tempo foi tratado como um fenômeno neurótico, hoje, é provado cientificamente que tem uma base orgânica e que a administração de medicamentos faz com que as pessoas possam ter um controle absoluto dessa patologia.

Então, a presença do médico se faz necessária para ele faça a prescrição do medicamento... Então, as diversas profissões aqui não podem ver a aprovação desse relatório como uma vitória ou derrota. É o que é possível fazer nesse momento.

Eu gostaria que nós tivéssemos mais liberdade, porque, na condição de médico, entendo que se restringiu muito ao médico uma série de coisas que podem ser feitas por outras profissões, mas, como nós não podemos fazer as mudanças que muitos gostaríamos de fazer, eu vou votar pela aprovação do projeto, diria, com uma declaração de voto que é com ressalvas, entendendo que é absolutamente legítimo que essas outras categorias, seja no âmbito judicial, seja no âmbito legislativo, possam promover uma adequação do momento que nós vivemos à realidade desse exercício profissional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Próximo orador inscrito. Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, esse projeto já está aqui, entre Senado E Câmara e Senado novamente, há bastante tempo – uma década, segundo o nosso relator. E o que ouvi foi até bom, porque economiza algumas palavras que eu poderia dizer.

O que quero dizer, bem claramente, até pegando não só o que falou o relator, é que esse ato, esse projeto não limita a ação das outras áreas de saúde. E o Senador Humberto Costa foi muito feliz ao fazer uma explanação corporativamente, assim como o nosso colega, advogado e médico, Vital do Rêgo.

Eu queria só dizer, de maneira sucinta: esse projeto, ao contrário do que possam pensar alguns profissionais de outras áreas, ajuda a que haja, realmente, uma interação entre as diversas áreas da saúde e a que nós possamos, portanto, trabalhar de maneira

mais tranquila e de forma regulamentada em benefício da população.

Portanto, meu posicionamento é a favor, inclusive pedindo que nós possamos aprovar o parecer do Senador Valadares, por unanimidade mesmo, porque é digno de nota o trabalho que ele fez, e não só; também o da Senadora Lúcia Vânia, de todos os que se debruçaram sobre esse projeto, que é um projeto complexo, é verdade, mas também, como na área de saúde geralmente as coisas são complexas, o importante é que a gente decida essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, inclusive pela discussão firme e sucinta.

O próximo orador inscrito é o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu vou me pronunciar na contracorrente daqueles pronunciamentos que foram feitos até agora. Com imenso respeito pelo trabalho feito pelo Senador Valadares, com extraordinária admiração pelo trabalho beneditino da Senadora Lúcia Vânia, que se dedicou a esse tema durante dois anos e que, mais do que ninguém, conhece o assunto, eu vou me colocar na contracorrente, por algumas questões que para mim são fundamentais ao encarar o trabalho legislativo em relação às profissões, em relação ao mundo do trabalho.

Sou um crítico frequente, contumaz e quase que monótono das regulamentações de profissão, cujo número vem crescendo de uma maneira avassaladora no nosso País. Só na legislatura passada, eu me lembro da regulamentação da profissão de historiador, que baniria da condição de historiador, eliminaria da condição de historiador um Evaldo Cabral de Mello, por exemplo, porque não fez curso de História; regulamentou-se a profissão do *disc jockey*, a profissão do cabeleireiro, a profissão do *sommelier*, do despachante, do músico. Há tramitando agora a regulamentação da profissão do cuidador de idoso. Seguramente, depois, haverá a regulamentação da babá ou do babá.

Essa é a tendência do corporativismo avassalador, que leva a dividir a vida social em compartimentos estanques, cada um dirigido por uma entidade que fala em nome dos seus membros como se falasse em nome do conjunto do povo. Frequentemente dão ensejo à organização de conselhos, cuja única atividade consiste em cobrar a mensalidade de seus membros, que, depois de dois ou três anos de inscrição, frustrados nas expectativas que tinham, deixam de pagar e são acionados na Justiça em executivos fiscais, que

hoje já são responsáveis por 30% do movimento das varas da Justiça Federal de 1º Grau.

Eu falo, inclusive da minha própria profissão, a profissão de advogado. A Ordem dos Advogados do Brasil, que prima por dar lições por transparência, luta com unhas e dentes para não prestar contas do dinheiro que arrecada dos advogados do Brasil, condição para o exercício da função, para o Tribunal de Contas da União. E são fortunas!

Não sei se a profissão de médico é a mais antiga do mundo. Há controvérsias a esse respeito. *(Risos)*

No caso brasileiro, não é correto, no meu entender, essa total ausência de regulamentação. Existe inclusive em uma lei de 1941, o Código Penal Brasileiro, um tipo penal que é o exercício da profissão ilegal de medicina.

A primeira faculdade de medicina do Brasil foi fundada por D. João VI, ainda na Bahia, em 1808. Logo depois, em 10 ou 20 anos, em 1828, foi definido por lei que o exercício da profissão do médico era privativo daqueles que obtinham a licenciatura na faculdade de medicina, o que não impediu de, até o final do século XIX, os grandes cirurgiões ou cirurgiões, não grandes, mas cirurgiões, serem os barbeiros. Hoje, o cirurgião é o astro das equipes médicas. Aparecem em revistas, em programas de celebridade. Era o barbeiro. Vai continuar sendo o barbeiro? Claro que não!

Os partos eram ordinariamente – e ainda são em muitas regiões do Brasil – praticados por parteiras. É coisa do passado? Não! Alguns programas muito exitosos patrocinados pelo Ministério da Saúde de estímulo ao parto natural dão ao parteiro com formação de obstetrícia a condição de fazer o parto. Ao médico se reserva apenas a condição de observador para atuar em caso de intercorrências graves. Então, vejam, o problema da medicina não é a falta de regulamentação.

Em 1957, foi editada uma lei que substitui um decreto lei de 1945 que cria o Conselho Federal de Medicina.

O problema não é a falta de recomendação, não. É a degradação da profissão do médico. É a crise institucional por que passa essa profissão, que tem vários fatores evidentemente: a má formação do médico, as faculdades de medicina que não dispõem dos hospitais universitários, e são muitas, o que torna os exames de acesso às boas residências praticamente impossível para a grande maioria dos médicos, a própria crise das instituições que representam a profissão e, sobretudo, o assalariamento da profissão, que acaba com a ilusão que muitos tinham da profissão liberal, e não é de hoje. No início dos anos 80, uma pesquisa conduzida pela saudosa socióloga Cecília Donnangelo, da Faculdade de Saúde de São Paulo, mostrava a condição quase que impossível do exercício da profissão de medici-

na. Quatro, cinco ou seis médicos eram obrigados a compartilhar um único consultório de alta rotatividade. Há mudanças na forma de existir da profissão. O trato que o médico merece dos grandes demandadores de trabalho, que são os grupos de saúde, de medicina de grupo. Enfim, tudo isso gerou uma profunda crise na profissão que não vai ser resolvida por regulamentação. Não vai! Isso é ilusão!

Aliás, esse primeiro projeto de 2002 nasce de uma resolução, é inspirado por uma resolução do Conselho Federal de Medicina de 2001, que exatamente reclama a regulamentação do ato médico em razão do avanço do campo reservado ao médico por outras profissões que já haviam sido regulamentadas. Então, a regulamentação gera necessidade de mais regulamentação, e vamos dividindo o corpo humano em compartimentos absolutamente estanques, chegando até a exageros de meticulosidade, como esse da definição de “procedimento invasivo pelos orifícios naturais do corpo humano”, que vão-nos fazer objeto de curiosidade universal.

Sou contra esse tipo de tratamento. Eu considero que essa profissão é uma profissão extremamente dinâmica. Vejam, no início da psicanálise, havia a polêmica a respeito do psicanalista leigo, o psicanalista não médico. Os médicos queriam que a psicanálise fosse reservada a eles. Houve uma polêmica no nascimento da profissão, que foi resolvida como? Por lei? Não, pelas associações de psiquiatria, pelas sociedades de psiquiatria, e hoje é perfeitamente admissível o psicanalista leigo.

Eu vou votar contra não por desmerecer. Pelo contrário, considero o trabalho que foi feito um trabalho exemplar em matéria de ouvir, de escutar, mas eu sou contra esta lógica: a lógica da fragmentação, a lógica que vai contra a ideia da interdisciplinaridade, a lógica que vai contra boas práticas que são hoje observadas em hospitais de altíssimo nível, que estimulam, como, por exemplo, o Albert Einstein, exatamente a troca de informações e a colaboração constante entre os profissionais da saúde. Vou votar contra porque não quero cristalizar numa lei uma divisão do trabalho que é sujeito à evolução da técnica médica, da tecnologia médica, da ciência médica, o que tornará precária essa regulamentação daqui a dois ou três anos, a menos que se queira mais tarde regulamentar as especialidades médicas. Vamos ter que regulamentar a profissão do cirurgião, vamos ter que regulamentar a profissão do ortopedista, a profissão do oftalmologista, do gastroenterologista e assim por diante. Essa lógica é uma lógica perversa, é uma lógica que não se coaduna com o tema que ela visa disciplinar.

Então, com todo o respeito que tenho por minha queridíssima colega Lúcia Vânia e por nosso colega Valadares, me coloco contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito, Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, vou ser breve em relação ao tema.

Apresentei emenda, que é, inclusive, de igual teor à emenda do Senador Luiz Henrique, no sentido de contribuir no aperfeiçoamento da matéria e no sentido de, no final, ter uma redação que claramente contemple as diferentes categorias, segmentos que estão envolvidos nas atividades de saúde.

É importante – e quero aqui destacar a preocupação apresentada pelo Senador Aloysio Nunes – nós compreendermos que a regulamentação de uma atividade profissional não pode ser uma ação de limitação de outras atividades profissionais. Nesse sentido, quero aqui homenagear o relatório do Senador Valadares e todo o seu trabalho, que não tem sido um trabalho de um dia, uma semana. Desde o início do ano passado, já tinha conhecimento desse relatório do Senador Valadares. Sei que esse acordo final aqui foi o resultado de exaustivas reuniões, com todos os segmentos envolvidos. Se ele é, como já foi dito aqui, alguém do que deve ser, foi o possível de ser feito, foi o possível de ser construído.

Por isso, é importante também reconhecer a reivindicação justa dos médicos em solicitar, em exigir a regulamentação de sua atividade profissional.

Desta feita, apresentamos emenda no sentido de acatar reivindicações a nós apresentadas por terapias ocupacionais, fisioterapeutas e outras categorias que não se sentem completamente contempladas no relatório final apresentado.

Mas quero dizer que, no mérito, inclusive em homenagem a todo o esforço do Senador Valadares para construir uma mediação, para buscar a construção de um texto que, inclusive, é bem melhor que o texto que saiu da Câmara – quanto a isso não há a menor dúvida –, temos aqui que ressaltar, destacar que esse texto, graças ao esforço do Senador Valadares, é bem superior ao texto construído na Câmara, em homenagem a isso, apesar de a emenda... mesmo votando na emenda com o destaque que vai ser proposto agora pelo Senador Luiz Henrique, visto que as nossas emendas versam, basicamente, sobre a mesma matéria, votarei favoravelmente ao destaque. Mas, ao final, votarei favoravelmente ao relatório do Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na verdade, pedi a palavra para saudar a Senadora Lúcia Vânia.

Sr. Presidente, esse é um trabalho construído por quase dois anos pela Senadora Lúcia Vânia, e construiu ouvindo entidades, vários segmentos. É claro que eu, sendo médico, tenho também demandas dos médicos que pensam que não ficou bem, que uma coisa ou outro poderia ficar melhor. Existem também demandas dos psicólogos, dos fisioterapeutas. Mas, é importante registrar que a Senadora Lúcia Vânia fez um trabalho em que essas pessoas, essas entidades foram ouvidas. E o texto que se conseguiu representa o esforço e a convergência disso tudo. Tanto é verdade que o Senador Antonio Carlos Valadares, que a sucedeu na relatoria, está no mesmo caminho. S. Ex^a apresenta um relatório em que existe uma ou outra divergência, mas não difere do relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Então, eu queria chamar a atenção para o que dois Senadores, tanto a Senadora Lúcia Vânia quanto o Senador Antonio Carlos Valadares, depois de ouvirem entidades e segmentos, chegaram praticamente a um mesmo texto, é porque esse é o texto que foi possível, esse é o texto que representa a média.

Eu acho que esse texto tem que ser votado. Vamos deixar os destaques, vota-se o texto, ressaltados os destaques, e vamos discutir os destaques de *per se* para que a gente possa avaliar cada um deles.

Eu tenho simpatia, devo confessar aqui, pelo destaque apresentado pelo Senador Luiz Henrique, porque o acho importante. Mas, primeiramente, vamos votar o texto, porque esse é um projeto que já vem de há muito tempo e as entidades médicas gostariam de vê-lo votado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em tese, toda a regulamentação de profissão, de alguma maneira, limita o acesso ao trabalho, a vertente social oriunda do trabalho e poderia ser questionada.

Porém, avalio que as profissões, sobretudo aquelas que lidam com a saúde e a vida, precisam atuar dentro de regras que atribuam responsabilidades às suas ações.

A aprovação desse projeto que teve uma inestimável da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Antonio Carlos Valadares é muito importante para definir responsabilidades no exercício da Medicina.

O Relatório do Senador Valadares consolida os projetos já aprovados no Senado e na Câmara e defende as responsabilidades dos médicos, garantindo

as profissões já regulamentadas na área médica, como os biólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, profissionais de educação física, dentre outros. É importante que seja aprovada essa matéria.

Cumprimento todos que colaboraram, sobretudo Lúcia Vânia e Senador Valadares.

Avalio que é importante, agora, estudar a regulamentação das profissões ainda não regulamentadas, como, por exemplo, na área de optometria.

Quero agradecer-lhe e cumprimentá-lo pela forma com que se dirigiu à contribuição de cada um dos Senadores da Comissão de Constituição e Justiça, Presidente Eunício Oliveira. Meus cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

O próximo orador inscrito é o Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvi com atenção e li o material apresentado pelo Senador Valadares, que cumprimento pelo excelente trabalho que foi feito. Ouvi com atenção as ponderações de todos, notadamente da Senadora Lúcia Vânia, no início, e agora, por fim, do Senador Aloysio Nunes, Sr. Presidente.

Concordo, em parte, com as ponderações do Senador Aloysio Nunes. A Constituição estabelece que as profissões, trabalhos, ofícios devem ser livres – está no art. 5º, inciso XIII. No entanto, alguns casos necessariamente precisam de regulamentação.

Sou contra a regulamentação de profissões que não tratam diretamente do direito fundamental do cidadão, que é o direito à vida; que tratam da casca onde a vida se manifesta, que é o corpo.

Portanto, quanto a essa regulamentação aqui do chamado ato médico, no sentido de ponderação entre a regulamentação ou não de profissões, fico com a necessidade de que nós possamos proteger a vida, o direito de existir com dignidade. E esse trabalho feito caminha nessa direção.

É lógico que as ponderações do Senador Aloysio devem nos levar a uma preocupação e a uma reflexão. Daqui a pouco nós vamos regulamentar a profissão de ortopedistas que vão tratar da perna e dos ossos da perna esquerda e, depois, da perna direita. Nós vamos chegar... Isso não tem fim. Mas tenho absoluta compreensão de que a Constituição resolve essa situação com a chamada ponderação. Aqui existe a necessidade. E nós temos a necessidade também, como existe a regulamentação da profissão do advogado – e eu defendo essa regulamentação – e a necessidade de prestação de contas por parte da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um aparte.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não. Com todo respeito e alegria concedo a V. Ex^a um aparte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Veja, Senador Pedro Taques: o projeto de lei que nós estamos examinando não é propriamente uma regulamentação de uma profissão; é regulamentação do que seja ato médico.

Hoje, quase metade da humanidade não se trata, não trata a sua saúde utilizando-se de atos médicos, tais como os definidos nessa lei. Os atos da medicina tradicional chinesa, da qual, aliás, eu sou adepto, não estão definidos aí. Os da medicina ayurvédica também não. Aí o senhor já tem a China e a Índia para começar. Os atos praticados dentro do quadro conceitual e científico desses dois ramos da medicina não são contemplados nesse projeto.

O que eu estou querendo dizer é a precariedade fática desse tipo de regulamentação de que nós estamos cuidando. Isso muda de uma maneira vertiginosa. Hoje, as enfermeiras já estão fazendo parte – citei isso no meu discurso –; não poderão mais fazer, se aprovado esse projeto de lei.

A direção de serviços médicos. O José Serra foi um grande Ministro da Saúde – eu não tomaria uma injeção com ele – e não é médico.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, por gentileza.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me. Eu não poderia deixar de ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei, mas é que nós temos seis oradores inscritos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, eu já vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bom, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só quanto aos apartes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordando com o Senador Aloysio no tocante à China e à Índia, mas nós temos que legislar necessariamente para o Brasil. Nós estamos aqui para legislar para o Brasil. *(Palmas.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, cada vez mais, eu me trato com um médico, em Brasília, de medicina chine-

sa. E cada vez mais isso vai acontecer. Lembre-se: a acupuntura só foi regulamentada, só foi admitida como prática médica, em 2008, se não me engano, ou em 1998. É claro, evidentemente, que estou legislando para o Brasil, não estou legislando para o Sudão, obviamente. Agora, o que estou dizendo é que, no mundo de hoje, com a interpretação de culturas, e isso já se verifica no Brasil, nós estamos deixando uma parte da prática médica no Brasil, hoje, fora de qualquer regulamentação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. Eu concordo inteiramente com V. Ex^a, respeito a posição do Senador Aloysio, mas aqui vejo que a Constituição permite a regulamentação desses procedimentos, seja lá o nome que se dê, na proteção da vida. Por isso vou votar favorável ao projeto, mais uma vez, cumprimentando os Senadores Valadares e Lúcia Vânia e as argumentações do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Para discutir a matéria, Senador Romero Jucá. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar o importante trabalho realizado pela Senadora Lúcia Vânia e pelo Senador Valadares. Essa matéria tramitou no Senado em dois momentos diferentes, com total abertura de debate. Eu mesmo agendei e discuti com diversos segmentos, que colocaram suas posições. Nós ouvimos todos. O trabalho do Senador Valadares agora procura, dentro da regra que nós temos de viabilização dessa matéria, de votação no retorno dela da Câmara dos Deputados, criar um texto que, de certa forma, contemporiza, harmoniza os diversos segmentos, naquilo que é possível. Eu quero registrar o trabalho incansável de todos os setores que participaram do debate, quero aqui inclusive fazer uma homenagem ao meu suplente, o Dr. Virlande da Luz, Presidente do CRM de Roraima, que participou diretamente de todo esse debate aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, e dizer que vamos encaminhar o voto favorável, da forma como o relatório do Senador Valadares está sendo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero.

Próximo orador inscrito, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V. Ex^a pela condução deste debate e pela condução da Comissão durante todo o ano de 2011. V. Ex^a fez aqui um pronunciamento no início, exatamente para demonstrar o esforço desta Comissão e a responsabilidade que ela tem ainda no ano de 2012, sob presidência de V. Ex^a.

Quero dizer que este debate nós acompanhamos, eu e V. Ex^a, inicialmente, na Câmara dos Deputados. Éramos nós dois ainda Deputados quando o Senado começou a discutir e enviou a matéria à Câmara, e lá foi fruto de um grande debate, um bom e grande debate, produzido aqui no Senado sob a liderança da Senadora Lúcia Vânia, com respeito absoluto, tenho certeza, às teses levantadas aqui pelo Senador Aloysio. Eu acho que não houve... Pelo contrário, houve exatamente esse espírito de como acolher, dentro de uma regulamentação, uma das profissões, digamos, cabeça da área de saúde, como acolher todas as outras, não criar nenhuma dificuldade, já sendo essas outras regulamentadas. Quer dizer, nós regulamentamos as demais e deixamos a profissão de médico para ser a última, praticamente, a ser regulamentada.

Eu acho que o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, o respeito com que conduziu o debate com todas as categorias, e agora o trabalho do Senador Valadares... Quer dizer, o esforço de discussão merece o nosso apoio, merece o nosso voto, com todo respeito à ideia, que considero justa e que é uma tese que devemos discutir, do problema da regulamentação das profissões. É outra coisa. Agora, esta especificamente, a área de saúde e medicina, nós deixamos completamente em aberto, e mais ainda nos dias de hoje, onde há o problema da responsabilidade, de responder pelo seu ato. Não pode ficar em aberto, não deve ficar em aberto. Acho que nós devemos fazer a votação, acho que essa polêmica que levanta o Senador nós vamos continuar com ela. Você imagina: nós regulamentamos aqui a profissão de cabeleireiro, companheiros, uma profissão importantíssima, porque quase todos nós utilizamos nos dias de hoje, e que mexe com a área de saúde – mexe com a área de saúde. Nós a regulamentamos. Não podemos, jamais, deixar de regulamentar na área de saúde a profissão de médico, a mais importante, digamos assim, de todas as outras e acolhedora de todas as outras.

Eu quero encaminhar nosso voto favoravelmente. Vamos fazer aqui, vamos fazer também na Casa, com a Senadora Vanessa, que é uma profissional da área de saúde, da área de farmácia, que levantou questionamentos na Câmara, que fez proposições na Câmara a respeito, que foram acolhidas as suas proposições. Então, acho que não há mais o que fazer. Temos que decidir entre Câmara e Senado. Tanto que uma própria emenda do Senador Luiz Henrique que ajusta o texto tem dificuldade técnica de ser acolhida, exatamente porque temos que escolher entre esses dois caminhos da Câmara e do Senado.

Por isso, Sr. Presidente, quero registrar também meu apreço pelo trabalho da Senadora Lúcia Vânia,

dedicado, correu o Brasil, realizou assembleias das categorias, ouviu todos os conselhos, e o trabalho do Senador Antonio Carlos Valadares, metucioso, atencioso. Acho que os dois merecem, digamos assim, o nosso voto, já solicitado até por unanimidade, embora o Senador Aloysio já tenha anunciado o seu voto contrário à matéria.

É o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Senador Aécio Neves, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, faço coro com meus pares ao saudá-lo e cumprimentá-lo pela aberta e democrática gestão que imprimiu a esta Comissão durante todo o ano passado. V. Ex^a, portanto, é credor do respeito, da admiração dos seus pares, tenha absoluta certeza de que tanto na definição da pauta como na abertura de espaço de oportunidades para que os Parlamentares, sejam eles da situação ou da oposição, possam continuar tendo, como tiveram em todo o primeiro ano aqui, o mesmo tratamento, com oportunidades para discutirem ou conduzindo discussões sobre os mais variados temas.

Agradeço as palavras generosas de V. Ex^a em relação à atuação deste Senador, mas reitero que V. Ex^a conduziu com extrema eficiência, competência e, sobretudo com democracia esta Comissão.

Em relação ao tema em pauta, Sr. Presidente, eu nem pretendia fazer uso da palavra, mas o faço já ao final desta reunião, para chamar atenção para o importantíssimo alerta aqui deixado pelo Senador Aloysio Nunes. Assim nós tivemos oportunidade de, em outros fóruns, discutir esse excesso regulatório que vem em razão do corporativismo de inúmeras profissões ou atividades, tomando conta de debates nesta Casa, nesta e em outras comissões e até mesmo no Plenário.

É preciso que nós estejamos atentos e alertas pela realidade cultural e histórica do Brasil do desenvolvimento de várias profissões, para não nos amarrarmos a uma pressão avassaladora, não apenas de regulamentação, mas da Constituição a partir dessa regulamentação de conselhos e, como disse aqui o Senador Aloysio, muitos deles cobrando quase que compulsoriamente contribuição dos profissionais das mais variadas atividades.

Faço essa ressalva. Acho que essa orientação, esse alerta do Senador Aloysio deve fazer parte da preocupação principalmente dos membros desta Comissão, mas de toda ordem. Eu caminho na tese aqui defendida mais uma vez com extrema competência pelo Senador Pedro Taques. Acredito que, especificamente na área da saúde, nós devemos ter cuidados

diferenciados em relação às demais profissões liberais, vamos assim chamá-las.

No momento em que se justifica essa preocupação maior na área da saúde, em especial no ato médico, quero aqui ressaltar a profundidade e a dedicação do trabalho da Senadora Lúcia Vânia, que conversou com absolutamente todas as partes envolvidas durante um longo tempo. Não atendeu certamente ao projeto ideal dos conselhos ou dos profissionais diretamente ligados à medicina, mas ela conseguiu construir um consenso, uma proposta que se aproxima da convergência em relação a toda discussão aqui travada.

Portanto, a Senadora Lúcia Vânia nos dá tranquilidade para encaminharmos o voto favorável a esse texto. Essa tranquilidade é valorizada pela atuação séria e também, mais uma vez, responsável do Senador Valadares. Portanto, reiterando a importância de em outras atividades estarmos atentos aos alertas aqui deixados pelo Senador Aloísio, eu encaminharei votando favoravelmente, mais uma vez homenageando em especial a minha correligionária, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Aécio, inclusive pelas palavras carinhosas.

Vou dar a palavra ao último orador inscrito, para, em seguida, colocar a matéria em votação.

Senador Jorge Viana com a palavra como orador inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, eu não posso nem pensar em iniciar essa pequena intervenção sem antes fazer um brevíssimo registro de agradecimento pela acolhida que recebemos aqui na CCJ de V. Ex^a, cumprimentá-lo pela condução firme, exemplar e absolutamente democrática durante todo o ano passado e discordar do discurso de V. Ex^a de abertura com “o ambientalismo inteligente”, que V. Ex^a me pôs. Talvez eu não seja merecedor, mas queria muito agradecer e cumprimentá-lo pela condução.

Esta Comissão não pode ser tratada como a mais importante do Senado, mas é uma das mais importantes. É a de maior frequência de Senadores e Senadoras. Toda reunião aqui tem quórum quase pleno. Isso é raríssimo nesta Casa. Certamente o quórum tem se mantido pela agenda da Comissão e também pela condução de V. Ex^a.

Mas sobre a matéria em pauta, eu queria também fazer um registro.

O Brasil é testemunho, talvez, do mais importante avanço que todos estamos tendo nas nossas famílias, nas nossas vidas: a longevidade. Cada vez mais o Brasil tem sido uma referência para o mundo, pois todos nós estamos vendo que as pessoas estão

vivendo mais. Está aumentando mais o tempo de vida das pessoas neste País. Isso é fruto das mudanças que o Brasil experimenta? É verdade! Mas é também muito fruto daqueles que cuidam da saúde, daqueles que dedicam sua vida à saúde. E eu acho que se tem uma profissão que merece um tratamento diferenciado é a profissão médica.

Tenho o privilégio de ter algumas figuras na minha família que são médicos: o expoente, o Governo hoje do Acre, Tião Viana, um médico dedicado, uma pessoa que é um exemplo nessa atividade, e também um sobrinho, que é o Diego Viana, que também é dedicado. Neles e nos milhões de médicos, nós temos que nos espelhar, porque são pessoas que, quando buscam essa profissão, fazem uma entrega plena de vida para servir em toda hora, a todo o momento àquele que precisa de algum auxílio. E é inspirado nesse tipo de profissionalismo, de dedicação, que se sobrepõe a muitas outras profissões, que eu acho que o Senado, o Congresso... Quem está decidindo agora é o Congresso, pois já está na última fase desse processo, e ele tem que se orgulhar de estar fazendo um ajuste do ato médico.

É óbvio que me honra muito ouvir essa aula que nós recebemos aqui do Senador Aloísio Nunes. Foi uma aula do quanto que nós ainda temos que avançar, do quanto ainda temos que compreender esse mundo novo que nós estamos conquistando, de não ficarmos olhando só para o problema que está em torno de todos nós.

Concluo Senador Eunício, Sr. Presidente, parabenizando a Senadora Lúcia Vânia pela dedicação, pela condução que ela deu a esse tema complexo, difícil, e, por fim, ao meu colega Antonio Carlos Valadares, que tem talvez a mais difícil missão: ser relator de uma matéria com limitação de ação da própria relatoria. Ele conseguiu fazer o que muitos achavam impossível. Para os novos projetos, eu, assim como o Senador Aécio falou há pouco, incorporando aqui esse cuidado, essa atenção e todos esses ensinamentos que nós tivemos hoje aqui, como temos em toda reunião, mas, hoje, especificamente do Senador Aloísio Nunes, devo considerar sempre a reflexão que ele fez hoje aqui, uma verdadeira aula de conhecimento. Eu obviamente vou seguir essa trajetória que começou com a Senadora Lúcia Vânia, com alguns colegas e, hoje, é apresentada aqui na relatoria do meu querido Senador Antonio Carlos Valadares.

Encerro dizendo: o Brasil, o mundo inteiro, neste gesto, nós temos que fazer muito ainda por esses profissionais da saúde, especialmente os médicos, e acho que o gesto que estamos fazendo aqui, do Congresso Nacional, é uma homenagem a esses que se

dedicam a vida inteira a salvar vidas, que são os profissionais médicos.

Próximo orador inscrito ainda. Pedem a palavra ainda os Senadores Demóstenes Torres, Paulo Davim e Wellington Dias.

O Senador Demóstenes Torres tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu pensei, inclusive, em fazer um voto em separado, mas reflui dessa posição porque sempre faço voto em separado em relação a esse tipo de projeto que eu considero projeto extremamente pernicioso. Quero ressaltar o trabalho espetacular da Senadora Lúcia Vânia, trabalho maravilhoso do Senador Antonio Carlos Valadares, mas a grande maioria dos médicos no Brasil são médicos empregados, portanto, sujeitos à CLT.

Cada vez que se faz uma regulamentação de profissão, simplesmente se mutila a CLT. Se se for aplicar a norma específica, o que é correto, porque a norma específica tem prioridade sobre a norma geral, isso significa que os médicos vão perder extraordinariamente uma série de direitos. O que têm feito os tribunais? Os tribunais têm feito prevalecer a CLT, e, com isso, nenhuma dessas leis tem efeito prático, não serve para coisa alguma. São leis que servem para agradar afiliados, são leis que servem para agradar os sindicalizados, mas não têm consequência prática alguma.

O que disse o Senador Aloysio Nunes é o que venho dizendo desde 2003. Jamais votei e jamais vou votar em favor de qualquer dessas leis porque elas não têm consequência prática nenhuma, zero; ou, senão, servem para se ter uma reserva de mercado, o que não é o caso dos médicos, mas o caso dos jornalistas, o caso da profissão de historiador.

Lembro perfeitamente que, quando da regulamentação da profissão de musicoterapeuta, fui procurado pelos musicoterapeutas indignados com a minha posição, porque achavam que eu tinha alguma coisa contra os musicoterapeutas. Não tenho nada contra. Ao contrário. Eu acho que a lei aprovada diminuiu a profissão porque restringe a incidência da CLT, que é muito maior, que tem uma série muito maior de direitos.

Então, de sorte, Sr. Presidente, ressaltando o trabalho feito pelo nosso grande Senador Antonio Carlos Valadares, pela Senadora Lúcia Vânia, respeitosamente discordando da opinião da maioria dos meus colegas, como eu sempre faço nesta área desde 2003, vou seguir com a coerência que eu tenho desde então e vou votar contra, como vou votar contra qualquer outra regulamentação de profissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Davim.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu, na condição de médico, como alguns companheiros aqui, tenho acompanhado esta matéria há muitos anos. Quero parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares pelo trabalho, a Senadora Lucia Vânia, pela dedicação, pelo empenho. Quero dizer da necessidade dessa regulamentação.

O mundo inteiro hoje busca os consensos, as diretrizes científicas. O mundo inteiro hoje, o mundo científico busca a precisão, os limites, estabelecer os limites de sua atuação na área da saúde, para aumentar a segurança do paciente. Imaginem os senhores, se esse limite não for bem estabelecido, o paciente corre o risco de que outros profissionais ou os profissionais que o acompanham todos os dias mudarem as condutas por ser uma prerrogativa de cada um deles. Então, é importante que se estabeleça que para acompanhar um paciente tem que ter a segurança. Compete ao médico estabelecer determinados procedimentos, claro, e compete a outros profissionais outros procedimentos.

Eu trabalho em UTI, sou intensivista. O ambiente de UTI é multidisciplinar, e a gente lida com isso tranquilamente. Nós sabemos nossas prerrogativas, nós sabemos nossos limites, claro, bem estabelecidos. Precisamos colocar isso claramente, regulamentar a profissão médica de forma global, de forma que facilite a atividade médica e aumente a segurança do paciente. Portanto, Sr. Presidente, quero mais uma vez externar minha satisfação porque vejo no dia a dia a necessidade de regulamentação dessa atividade. Quero também parabenizar o trabalho abnegado dos dois Senadores, Senador Antonio Carlos Valadares e Senadora Lucia Vânia, por conseguirem preparar um texto o mais próximo ao que todos os profissionais da saúde desejavam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Paulo Davim.

Agora, para encerrar a discussão, concedo a palavra ao Senador Wellington Dias. E vou colocar a matéria em votação.

V. Ex^a tem a palavra como último orador, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, serei muito breve. Eu não poderia deixar de ressaltar essa iniciativa do Senador Benício Sampaio, que é do meu Estado do Piauí, ainda de 2002, de dez anos atrás, portanto, há muito tempo tramitando aqui esta matéria, ressaltando a capacidade da Senadora Lucia Vânia e de todos que partilharam aqui, as entidades dos médicos e demais profissionais nos pontos polêmicos que haviam.

Aqui no inciso sétimo, em que se fez a ressalva protegendo as atribuições próprias das demais categorias, deu-se segurança, porque havia esse conflito; quando se colocou claramente que uma coisa é a direção e a chefia dos serviços médicos; outra, da direção administrativa que era um ponto em que especialmente quem dirige unidades de saúde, hospitais, clínicas, seja no setor privado ou público, tinha essa divergência. Então, por conta desse amadurecimento, quero saudar as entidades da saúde, de forma especial os médicos que lideraram esse processo, enfim, e a forma madura como chegamos hoje aqui prontos para votar esta matéria. Então, quero aqui defender a aprovação deste projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Pela ordem, pede a palavra a Senadora Lucia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de entregar os arquivos que tenho sobre a discussão para que seja arquivado aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Será recebido com prazer o trabalho profícuo, inteligente e laborioso feito por V. Exª. (*Palmas.*)

Farão parte, obviamente, dos arquivos e da história desta Casa o trabalho brilhante feito por V. Exª e depois concluído pelo Senador Valadares.

Coloco a matéria em votação, ressalvado o requerimento de destaque. É a Emenda nº 1, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Vital do Rêgo e Senador Randolfe Rodrigues. Em votação o requerimento de destaque; não é a emenda ainda, nem o destaque; é o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de destaque queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de destaque. Portanto, a votação será da matéria principal, ressalvado o destaque apresentado pelos Senadores Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues.

Vou submeter aos Senadores agora o relatório principal.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório com o voto contrário do senador Demóstenes Torres, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passaremos...

Peço ao Plenário que não se manifeste, tendo em vista que ainda estamos no processo de votação.

Em votação a emenda destacada, de autoria do Senador Luiz Henrique e dos Senadores já menciona-

dos – Vital do Rêgo, Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues.

A emenda destacada é única, Emenda nº 1, que teve parecer contrário do Senador Antonio Carlos Valadares. Ela foi apresentada à Mesa como emenda de redação. Não sendo emenda de redação, obviamente ela voltaria à discussão na Câmara dos Deputados. Como emenda de redação...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª poderia ler a emenda para verificarmos se ela é ou não de redação? Ela não pode mais voltar para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei que não pode mais voltar.

A emenda é de redação, porém ela junta dois parágrafos, o § 6º e o § 7º, que são distintos. Então, ela pode ser considerada...

Vou colocar com clareza, com todo respeito aos Senadores que a apresentaram até por concordar com a emenda, que a decisão será do Plenário.

Senador Demóstenes, não há dúvida de que a emenda é de redação, porém, ela seria inócua, porque ela não pode juntar itens diferentes e, no caso específico, o disposto nesse artigo aplica-se ao exercício da Odontologia.

A Odontologia faz cirurgias invasivas. Portanto, o biomédico, o biólogo, o fisioterapeuta, o fonoaudiólogo e o profissional de educação física não. Então, há dúvidas da própria Consultoria em relação ao item 6º juntado ao item 7º.

A emenda é de redação. Eu a reconheço como emenda de redação, mas ela é inapropriada, lamentavelmente, na forma como foi apresentada.

Se os Senadores entenderem que essa matéria, com uma emenda inapropriada, pode ser rejeitada, ela pode ser discutida no próximo passo, onde vai ser apresentada essa emenda, pedindo que ela volte à Comissão de Constituição e Justiça para a manifestação se ela será de redação ou não, da forma como for apresentada lá. Se ela for apresentada na sequência, na outra Comissão, como emenda separada e adequada, aí, sim, ela voltará à Comissão de Constituição e Justiça por solicitação dos Senadores que a estão apresentando. De antemão já antecipo que ela é considerada emenda de redação, mas, da forma como foi apresentada, ela é inadequada.

Mesmo assim, compreendendo...

A assessoria me informa que da forma como que foi apresentada, até pela urgência, que foi apresentada

aqui hoje – destaque –, ela se torna uma emenda inadequada. Podia ter sido apresentada de outra forma. Eu quero colocar com clareza para os Senadores o destaque que vou submeter à votação, considerando emenda de redação, mas considerando também que ela pode ser uma emenda inadequada, para que cada Senador possa fazer o seu juízo de valor.

Esta é a posição da Mesa: da forma como foi apresentada, ela é inadequada. Portanto, com o devido respeito aos Senadores, eu pediria vênias aos Senadores que apresentaram essa emenda para que fizessem nova emenda, que não pode ser aqui, porque já estamos no processo de votação, já votamos a matéria principal.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, para concluir.

É uma emenda de redação, mas é uma emenda que pode ser considerada, se levantada, como inadequada. *(Pausa.)*

Então, V. Exª pode reapresentar essa emenda na CAS da forma tecnicamente adequada para que ela possa, inclusive, se solicitada, voltar; se suscitarem dúvida lá, V. Exª pode requerer que venha à Comissão de Constituição e Justiça, e eu vou assegurar que ela seja uma emenda de redação, porque entendemos assim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para encaminhar, como autor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O objetivo da nossa propositura é muito claro: é o de tratar num texto só matérias iguais. Eu não vejo por que se desdobrar a mesma matéria em dois parágrafos. E fui muito claro quando encaminhei inicialmente esta matéria. E o objetivo é aquilo que toda lei deve ter: clareza e objetividade. Esta matéria, dividida em dois parágrafos, destoa dessa função da lei de clareza e objetividade.

Por isso, eu entendo que é uma emenda de redação e não entendo como ela pode ser considerada inadequada, data vênias, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, somente para orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª deu um parecer contrário à matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já que V. Exª não quer me deixar como relator, falo como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, só um minuto. Só um minuto. Não

estou cassando a palavra de V. Exª. Estou deixando claro para o Plenário. O Plenário precisa saber o que vai votar, Senador Valadares. É preciso que fique bastante claro. Aqui falaram 30 Senadores, sem eu determinar tempo para nenhum dos Srs. Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E eu fiquei o tempo todo calado e não interrompi nenhum dos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas V. Exª falou no momento adequado. Eu quero deixar bem claro para que a gente vote a matéria consciente do que está votando. Há um parecer contrário de V. Exª. Por isso, o Senador Luiz Henrique apresentou o destaque. V. Exª poderá não encaminhar a matéria, mas V. Exª poderá agora votar a favor do destaque ou contra o destaque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu tenho um adendo a fazer, até para tentar convencer o Senador Luiz Henrique. E a sua emenda, como V. Exª falou, qual foi a palavra? Não foi inapropriada?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Inadequada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inadequada mesmo. V. Exª tem razão. Inadequada. Senão vejamos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Porém, de redação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senão vejamos o que propõe o nobre Senador Luiz Henrique: juntar no mesmo dispositivo os dois parágrafos, o sexto e o sétimo. Isso vai redundar no seguinte, vai gerar, a meu ver, uma confusão que até hoje não existe neste projeto. Futuramente as interpretações poderão ser de várias formas de vez que está alterando dizendo o seguinte “o disposto neste artigo”... Qual artigo? Quarto. “Não se aplica ao exercício da odontologia”... Isso já está escrito. “No âmbito da sua área de atuação, devendo ser aplicado de forma a que sejam resguardadas as competências próprias das profissões” etc.

Agora. São atividades privativas do médico: formação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica; indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós operatórios; indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, como diagnósticos terapêuticos, estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias; intubação traqueal.

Eu pergunto a V. Exª: no mesmo dispositivo em que está colocado que a odontologia pode fazer procedimento invasivo, pode fazer cirurgia, como nós podemos colocar as demais profissões? Algumas das

quais não têm esse direito, não têm essa competência. Isso pode gerar, no futuro, sem dúvida alguma, uma grande discordância entre as várias profissões. E não é isso que estamos buscando. Nós queremos é a integração, a boa harmonia, o trabalho multidisciplinar para beneficiar o enfermo, o doente, e não para gerar confusão, inclusive, dentro de uma sala de cirurgia, dentro de uma UTI.

Juntar esses dois dispositivos significa dizer é o seguinte: “Olha, nós queremos é que essas classes fiquem divididas, trabalhando na Justiça atrás de coisas que o Senado não aprovou”. Então, para. E para que não haja uma interpretação errônea sobre o que estamos aprovando, é que estou aconselhando o Senador Luiz Henrique, que tem a melhor das intenções, que retire isso, porque a não retirada vai proporcionar um divisionismo inaceitável entre os diversos segmentos da saúde.

Esta é a ponderação que faço. Depois não digam que não avisei. Quem avisa amigo é.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir para que não haja manifestação no plenário.

Senador Valadares, dei a palavra a V. Ex^a como relator e não como líder, para que V. Ex^a desse os esclarecimentos.

Senador Luiz Henrique pede a palavra pela ordem. Tem a palavra S. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, mantenho a minha posição de que a junção desses dois parágrafos servirá para melhoria da técnica legislativa e da clareza deste dispositivo. Como teremos oportunidade de fazê-lo na Comissão seguinte, atendo a ponderação do relator e retiro, nesta reunião o destaque. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirada a emenda de V. Ex^a para que não a votemos em destaque.

Parabéns, Senador Valadares, que, como relator, convenceu o meu líder o Governo Luiz Henrique a retirar a emenda em destaque.

Peço silêncio. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, a matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Próximo item da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011

– Não Terminativo –

Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públi-

cas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Vou pedir silêncio. Srs. Senadores, estamos no processo de trabalho, Srs. Senadores, por gentileza.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a seria o relator desta matéria, mas fizemos o entendimento para que fosse o brilhante Senador Randolfe.

Relatório: Favorável ao Projeto, com sete Emendas que apresenta, favorável às Emendas nºs 1, 5, 7 e 9 e contrário às Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8.

Vou pedir aos senhores que não são Senadores e às assessorias, por gentileza, que me permitam aqui continuar os trabalhos. Peço à Segurança para fechar a porta ali – só para Senadores e Deputados –, por gentileza, senão não teremos condições de continuar os trabalhos.

Observações: *A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

– Em 22/11/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

– Em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas nº 1 e nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 24/11/2011, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Clésio Andrade;

– Em 06/12/2011, foram recebidas as Emendas nºs 4 a 8, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 13/12/2011, foi recebida a Emenda nº 9, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

– Em 14/12/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador Demóstenes Torres, que conclui pela aprovação do Projeto com vinte e seis Emendas que apresenta.

– Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Neves e Flexa Ribeiro, nos termos regimentais;

– Em 20/12/2011, foi recebida a Emenda nº 10, de autoria do Senador Alvaro Dias;

– Em 21/12/2011 foi recebido Voto em Separado reformulado pelo Senador Demóstenes Torres, com voto favorável ao Projeto, com 32 Emendas que apresenta;

– Em 21/12/2011 foi recebido Requerimento de Destaque para a Emenda nº 6, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 21/12/2011 foram recebidas do Senador Aloysio Nunes Ferreira a Subemenda nº 1, à Emenda nº 5, de relator, e a Subemenda nº 2, à Emenda nº 2, de relator, dependendo de relatório;

– Em 08/02/2012 foi recebida a Emenda nº 11, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, dependendo de relatório;

– Em 08/02/2012 foram recebidas as Emendas nºs 12 e 13, de iniciativa do Senador Renan Calheiros, dependendo de relatório;

– A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Antes de conceder a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para que ele faça a leitura do voto em separado, vou dar a palavra ao Relator. Senador Randolfe, há ainda algumas emendas que foram apresentadas e depois de dar a palavra pela ordem ao Senador Flexa Ribeiro vou dar a palavra a V. Exª para V. Exª se manifestar, se possível, sucintamente, em relação a incorporar, aceitar ou não as emendas apresentadas para, em seguida, dar a palavra ao Senador Demóstenes Torres para fazer a leitura do voto em separado. Em seguida, abrirei a discussão da matéria.

O Senador Flexa Ribeiro pede a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, era só para perguntar se V. Exª na reunião de hoje vai fazer apenas a leitura do parecer ou vai abrir a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria é remanescente e cabe exclusivamente agora ao relator. Já foram concedidas vistas aos Senadores, cabe até um voto em separado do Senador Demóstenes Torres. Vou ouvir o voto em separado do Senador Demóstenes e em seguida vou dar a palavra ao Senador Randolfe para dar parecer às emendas e vou abrir a discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Posso fazer uma sugestão a V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O voto em separado vai consumir quase uma hora de leitura, reflexões e tudo mais. Desde dezembro estou com ele pronto, para mim não há dificuldade, mas vejo que a Comissão ficou de certa forma esvaziada e é um tema importante. Eu sugeriria a V. Exª, e depende única e exclusivamente de V. Exª, que nós discutiríamos os outros itens da pauta e colocaríamos este como o Item 1 da próxima quarta-feira. Qualquer que seja a decisão de V. Exª, eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem. Só que há um compromisso da Presidência e tenho primado aqui por honrar os compromissos. Na matéria anterior eu não limitei o tempo, também era uma matéria polêmica, nós tivemos trinta oradores inscritos e ouvimos todos, com paciência. Agora que são 13 horas eu vou dar sequência à pauta porque ela é matéria remanescente já do ano passado. A juventude brasileira já diversas vezes se movimentou e veio até aqui ao plenário. Houve até mal-entendido dizendo que a Mesa e a Comissão de Constituição e Justiça haviam proibido a entrada de jovens nesta Casa. Pelo contrário, a Mesa incentiva a participação dos jovens brasileiros na vida política para qualificar ainda mais a vida política brasileira.

Portanto, eu vou dar sequência à matéria, com o devido respeito aos Srs. Senadores. Nós temos até as 16 horas, que é a hora da Ordem do Dia, para ficarmos aqui, e eu vou dar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para que ele dê parecer nas emendas favoráveis ou contrárias.

Tem a palavra V. Exª.

Senador Vital do Rêgo, V. Exª pediu a palavra? (Pausa.)

Pela ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu ouvi o Senador Demóstenes a respeito, e até me antecipo. V. Exª sabe quanto interesse eu tenho nessa matéria, inclusive eu havia sugerido nosso nome para relatar, mas estou muito satisfeito com o voto do relator, o Senador Randolfe, que fez um trabalho extraordinário, e eu estou aqui para apoiá-lo, estou aqui para defendê-lo. Mas entendo a ideia do Senador Demóstenes. Em virtude da complexidade da matéria e do esvaziamento que a Comissão teve após a votação do ato médico, que foi o centralizador de todas as atenções – e reconheço a dinâmica que V. Exª coloca, tanto é assim que V. Exª é muito aplaudido

e aclamado nesta Comissão –, imagino que o Senador Demóstenes espere um debate com maior frequência, com maior presença. Nós vamos estar aqui em qualquer momento, e ouço o Senador Randolfe com relação ao êxito. Estou ligado ao relatório e trabalho numericamente para ver sua aprovação.

É por isso que, em nome do PMDB, estou colocando esta tese.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com todo o respeito a V. Ex^a, eu vou dar sequência à reunião, até porque agora que são 13 horas. Já ficamos aqui em sabatina até as 17 horas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, e já dou a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas eu quero manifestar a posição inclusive do nosso Partido e concordância com as alegações do Senador Demóstenes, porque é uma matéria importante, que merece o destaque que devemos oferecer a ela, em respeito à juventude. Há emendas, há voto em separado, e certamente hoje nós já estamos esvaziados para esse debate. Esvaziados e cansados, como diz o Senador Aloysio. Eu creio que seria oportuno que esse debate se travasse no início dos trabalhos da reunião de quarta-feira próxima.

De qualquer maneira, V. Ex^a é quem comanda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com todo o respeito a V. Ex^a, eu não quero contrariar jamais o Plenário; eu vou ouvir o Senador Randolfe, com as emendas; vou ouvir o Senador Demóstenes, com a leitura do relatório do voto em separado; em seguida, vou consultar o próprio relator, o Senador Randolfe, se ele acata, porque cabe a ele também – e o respeito como relator – dar a sua opinião sobre essa questão.

Eu não tenho nada a opor nessa questão. Há um compromisso de colocar a matéria, eu tinha colocado a matéria, e vou dar a palavra ao Senador Randolfe, para fazer o parecer sucinto das emendas. Em seguida, dou a palavra a V. Ex^a, para a leitura do relatório. E aí nós discutimos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em seguida, Presidente, avaliamos junto com o Plenário se continuamos ou se transferimos para quarta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por mim, não há problema. Se o Plenário achar, por maioria, que é conveniente adiarmos, e V. Ex^a concordando, tudo bem. Mas eu tenho o compromisso de colocar a matéria em votação, a não ser

que haja uma decisão contrária do Plenário, a que me submeterei.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O interesse, Sr. Presidente, é apenas a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu compreendo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É apenas a oportunidade de defender as emendas que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem, é legítimo, Senador Alvaro. Só peço a compreensão dos Srs. Senadores para um compromisso assumido. Se não for possível, não há problema algum.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Eunício, eu queria, sucintamente – acho que é fundamental tomarmos uma deliberação sobre a condição de continuação nesta quarta-feira ou colocar, como primeiro ponto de debate, na próxima quarta –, fazer três registros antes da votação desta matéria.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é a V. Ex^a que eu tenho de fazer o registro e o agradecimento pela designação para ser relator desta matéria, como também agradeço a V. Ex^a pelo modo como tem conduzido esta matéria aqui na Comissão de Constituição e Justiça, como tem conduzido diferentes outras matérias. Na minha primeira fala, na manhã/tarde de hoje, eu acabei cometendo o lapso aqui de não destacar, e acabou que foi meio conturbado o encerramento do ano passado, e eu não tive a oportunidade de cumprimentar V. Ex^a pela condução que tem dado aqui a esta Comissão de Constituição e Justiça, sempre primando por atuar como deve ser um presidente desta Comissão, uma das mais importantes, senão a mais importante do Senado da República: sempre com a altivez de magistrado.

Eu, e esse é o segundo destaque, cumprimentar a juventude brasileira. Acompanhando pelo *twitter*, eu vi que a *tag* Estatuto da Juventude, alcançou os *tts* Brasil, hoje, e isso é uma mobilização de todos os jovens brasileiros, de todas as vertentes, de todas as opções e colorações partidárias, inclusive aqueles que nem coloração partidária tem.

O terceiro destaque, Senador Eunício, é o Senador Vital do Rêgo, que, por ser do maior partido daqui, seria dele o direito de ser relator dessa matéria. V. Ex^a aquiesceu à indicação do Senador Eunício e muito honrado fico. Espero que o relatório que apresentamos tenha estado à altura, que seja tão bom quanto seria o relatório apresentado por V. Ex^a.

Então, sucintamente, Senador Eunício, do relatório, não entrarei em detalhes da leitura, que já fiz

nas reuniões anteriores. Vou diretamente ao voto e às últimas emendas.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 98, de 2011, com as emendas apresentadas a seguir, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 5, 7 e 9 e rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8.

É o voto que apresentamos.

Em relação às últimas emendas que chegaram até nós, a Emenda nº 10, do Senador Alvaro Dias, propõe que as carteiras de identificação estudantil serão expedidas por entidades estudantis, de acordo com o regulamento, este a ser feito por decreto presidencial. Como nós já expressamos no relatório que as carteiras devem ser expedidas pelas entidades estudantis, destacando União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Associação Nacional dos Estudantes da Pós-Graduação e entidades a elas filiadas, não há como acatar essa emenda.

A Subemenda nº 1, do Senador Aloysio Nunes, suprime a meia passagem interestadual, mesmo que sejam dois lugares por veículo. No nosso entender, nós já fizemos uma mediação entre o texto original que veio da Câmara e o texto em que é possível estabelecer uma quota. Então, por isso, o nosso voto é contrário à emenda, considerando que é um direito da juventude a integração com outras culturas do Brasil e que nosso País é continental, de enormes distâncias.

A Subemenda nº 12, do Senador Aloysio Nunes, propõe a desregulamentação da emissão das carteiras. Na realidade, mantém as consequências da MP nº 2208/01. A orientação também é contrária pela mesma justificativa da emenda anterior.

A Emenda nº 11, do Senador Alvaro Dias, restringe às TVs públicas e educativas programas voltados aos jovens. A orientação é contrária porque, se acatássemos a emenda, como é do conhecimento do Regimento, nós abriríamos para um novo pedido de vista e atrasaríamos mais uma vez a votação dessa importante matéria.

Acho importante o debate aqui proposto. Quero assumir o compromisso firmado inclusive com outras lideranças e com outros presidentes de Comissão de que, na condição de relator, nas comissões que virão, Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Educação, à luz do PLC nº 116, teremos o maior prazer em analisar o mérito.

Emenda nº 12, do Senador Renan Calheiros, propõe jornada integral para os jovens de 15 a 24 anos. Da mesma forma, acatar a emenda abriria para um novo pedido de vista, significaria novo adiamento. Então, encaminho essa matéria para que o mérito dela seja avaliado. Essa emenda do Senador Renan é uma emenda de mérito. Então, encaminho esse mérito para

ser analisado em especial na Comissão de Educação, por onde o Estatuto da Juventude ainda tramitará.

A Emenda nº 13, do Senador Renan Calheiros, propõe como diretriz a jornada integral na educação básica. Pelas mesmas razões que já expus, encaminho para apreciação do mérito nas comissões que virão, na Comissão de Educação e na Comissão de Direitos Humanos.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer uma observação. V. Ex^a sabe muito bem em quantos momentos estivemos prestes a votar, mas tivemos de não votá-la. Vejo até, Sr. Presidente, pelo esvaziamento da Comissão, que hoje, lamentavelmente, talvez seja mais um momento em que não vamos votar o Estatuto. Para não adiar mais, não acatei essas últimas emendas.

Durante todo esse processo, traçamos um debate com os diferentes setores da juventude brasileira. Existiam, inclusive, nesses diferentes setores, posições diversas sobre muitos aspectos da juventude. Todos estão unificados. Vários cederam em um aspecto ou outro, compreendendo a importância de se ter um diploma dessa natureza para a juventude brasileira, compreendendo que a conquista desse diploma é uma conquista histórica da juventude brasileira.

Quero saudar algumas entidades que ajudaram na construção desse processo. São: o Conselho Nacional da Juventude; a União Nacional dos Estudantes; a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; o Governo, por meio de sua Secretaria da Juventude. Temos, exaustivamente, com ele debatido, juntamente com a Secretaria da Juventude e a Secretaria de Relações Institucionais, para a construção de um texto que represente, de fato, um diploma legal importante para a juventude brasileira.

Destaco, também, a mobilização da juventude brasileira que no dia de hoje, repito, colocou, nos tts Brasil, a tag Estatuto da Juventude.

Tenho de terminar citando Gonzaguinha: “Boto fé nessa rapaziada que segue em frente e segura o rojão.”

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra, para a leitura do voto em separado, já que ouvimos o Senador dar seu parecer a todas as emendas apresentadas, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srs. Senadores, Sr. Presidente, se houver a aquiescência de V. Ex^a e dos demais Senadores, posso dar como lido e, na semana que vem, em vez de eu ler, farei um resumo. É grande. V. Ex^a me daria a palavra. Hoje já está esvaziado. Não tem ninguém para nos vaiar. Fica até chato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É brincadeira do Senador Demóstenes. Não vaiem quando não sabem o quanto custa uma vaia para um político. *(Risos.)*

Senador Demóstenes, deixe-me ordenar aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E só para citar Gonzaguinha: “Com tempo ruim todo mundo também dá bom dia!”. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, há um compromisso da Presidência em relação à sequência dessa matéria, mas há também uma manifestação do Líder Alvaro Dias, que é do PSDB, do Líder do DEM, que é V. Ex^a, do Líder em exercício, Senador Vital do Rêgo. Quero deixar claro que, como há um compromisso, só posso modificá-lo ouvindo V. Ex^a, mas não um a um.

Consulto o Plenário sobre se acatamos a posição de receber essa matéria como lida, pois V. Ex^a está com o relatório para fazê-lo, em uma hora e meia, duas horas, e depois não vai ter como dar continuidade ao debate. Só que o meu compromisso é o seguinte: se o Plenário decidir que nós vamos dar continuidade... Essa matéria não foi retirada de pauta. Ela está em continuidade ao processo com a anuência do Plenário. *(Pausa.)*

Preciso fazer isso, senão não posso tirar uma matéria de sequência e continuar com outra matéria.

Consulto o Senador Pedro Taques, antes, que é da próxima matéria da pauta, se ele concorda com a retirada da matéria da qual ele será o relator. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É para concordar, não é, Sr. Presidente? Concordo sim. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou fazendo uma consulta a V. Ex^a. V. Ex^a é um dos mais firmes Senadores desta Casa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu captei sua mensagem. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu jamais faria isso com V. Ex^a, senão seria uma grosseria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – – Eu entendi. Em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa humana, todos estamos com fome, eu peço para retirar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então eu consulto o Plenário se, em vez de debatermos e ouvirmos o Senador Demóstenes Torres, no longo relatório que ele fez, e é regimental ele fazer isso, damos continuidade a essa matéria não mais como leitura, não mais como emendas, mas como debate, discussão e aprovação da matéria. Eu consulto o Plenário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E aí V. Ex^a me dá a palavra para eu fazer um resumo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Jamais vou negar a palavra a V. Ex^a em qualquer circunstância em que esteja esta Comissão, a V. Ex^a ou a qualquer outro companheiro que faça parte ou não desta Comissão. Eu acho que essa é a nossa missão aqui.

Consulto os Srs. Senadores e o Senador Randolfe Rodrigues, se a proposta feita, se é essa a decisão do Plenário. *(Pausa.)*

Se for essa a decisão do Plenário... permaneçam como estão...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza, Presidente. Apesar de toda a animação para votar hoje, o Plenário está concordando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vamos fazer o seguinte: a matéria foi aberta, aprovada, foram negadas as emendas pelo Relator, Senador Randolfe Rodrigues. Esse é um processo para amanhã não se dizer: “Ah, tirou de pauta”. Não está sendo nada tirado de pauta. Há continuidade. Na próxima quarta-feira, o primeiro item da pauta já vai ser, obviamente, o resumo do Senador Demóstenes, o debate da matéria e a votação da matéria, nem que a gente vote apenas essa matéria.

Nada mais havendo a tratar e, com a anuência de V. Ex^{as}, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia quinze de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antonio, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Clésio

Andrade, e das Senadoras Marta Suplicy e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Gim Argello e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011 Não Terminativo** Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete Emendas que apresenta, favorável às Emendas nºs 1, 5, 7 e 9 e contrário às Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8. Em 22/11/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria; Em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas nº 1 e nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Em 24/11/2011, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Clésio Andrade; Em 06/12/2011, foram recebidas as Emendas nºs 4 a 8, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Em 13/12/2011, foi recebida a Emenda nº 9, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Neves e Flexa Ribeiro, nos termos regimentais; Em 20/12/2011, foi recebida a Emenda nº 10, de autoria do Senador Alvaro Dias; Em 21/12/2011 foi recebido Voto em Separado do Senador Demóstenes Torres, com voto favorável ao Projeto, com 32 Emendas que apresenta; Em 21/12/2011 foram recebidas do Senador Aloysio Nunes Ferreira a Subemenda nº 1, à Emenda nº 5, de relator, e a Subemenda nº 2 à Emenda nº 2, de relator, que receberam parecer contrário; Em 08/02/2012 foi recebida a Emenda nº 11, de iniciativa do Senador Alvaro Dias; Em 08/02/2012 foram recebidas as Emendas nºs 12 e 13, de iniciativa do Senador Renan Calheiros; Em reunião realizada em 08/02/2012, é adiada a discussão da matéria; Em 15/02/2012 o Senador Demóstenes Torres retira o voto em separado e apresenta as Emendas nº 14 a 45. Durante a discussão o Senador Pedro Taques apresenta as emendas nº 46 a 48, acolhidas pelo relator. A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 7-CCJ (de Relator), favorável às emendas nºs 1, 5, 7, 9, 10**

(parcialmente), 15, 18 (parcialmente), 19, 22, 24, 25 (parcialmente), 26, 35, 36, 38 (parcialmente), 39, 40, 46, 47 e 48, renumeradas como Emendas nºs 8-CCJ a 27-CCJ e contrário às Emendas nºs 2, 3, 4, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 41, 42, 43, 44 e 45 e às Subemendas nº 1 e 2. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011 Não Terminativo Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil. **Autoria:** Senador Inácio Arruda e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista ao Senador José Pimentel, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. Votam vencidos os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Pimentel e Eduardo Suplicy. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2011 Terminativo** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. Em 15/02/2012, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Ricardo Ferraço, com voto favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2011 Terminativo** Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e quarenta e três minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira)

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero agradecer aos Srs. Senadores e Srs. Senadoras desta Comissão que aqui vieram e deram o quórum, mesmo na quarta-feira pré-carnavalesca – ontem não tivemos quórum em várias comissões –, para discutirmos e debatermos matérias tão importantes como o item nº 1 da pauta, que é o Estatuto da Juventude.

Quero comunicar aos Srs. e Srs. Senadores desta Comissão, para seu conhecimento, o recebimento dos seguintes documentos: Correspondência do cidadão Gelindo Altair Rigoni, solicitando apoio ao PLS nº 372, de 2008 que “altera o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, de forma a excluir a estipulação de prazo para a formulação do requerimento a que o dispositivo se refere e dá outras providências”. Expediente conferido: enviado o Ofício nº 001/12-Presidência/CCJ, por meio do qual informo que a presente matéria já foi apreciada por esta casa e pela Câmara dos Deputados e recebeu veto integral da Presidência da República. Atualmente encontra-se no âmbito do Congresso Nacional, aguardando sessão conjunta para apreciação de veto presidencial – veto nº 31, de 2011 -, fugindo às competências das comissões desta casa.

Correspondência da Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal solicitando a apreciação do PLS nº 278, de 2009, que “altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares”. Expediente conferido: enviado o Ofício nº 002/12-Presidência/CCJ ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, encaminhando a referida correspondência em virtude de a matéria encontrar-se naquela comissão.

Correspondência do Movimento Poético Nacional que encaminha cópia de moção na qual se manifesta contrariamente ao PLS nº 501, de 2009, que “institui o Dia Nacional da Poesia.”, de autoria do senador Alvaro Dias. Expediente conferido: enviado o Ofício nº 003/12-Presidência/CCJ ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Roberto Requião, encaminhando a referida correspondência em virtude de a matéria encontrar-se em trâmite naquela comissão.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 ao nº 4.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011

– Não Terminativo –

Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto, com sete Emendas que apresenta, favorável às Emendas nºs 1, 5, 7 e 9 e contrário às Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13 e Subemendas nºs 1 e 2.

Observações: – Em 22/11/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

– Em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas nº 1 e nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 24/11/2011, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Clésio Andrade;

– Em 06/12/2011, foram recebidas as Emendas nºs 4 a 8, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 13/12/2011, foi recebida a Emenda nº 9, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

– Em 14/12/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Neves e Flexa Ribeiro, nos termos regimentais;

– Em 20/12/2011, foi recebida a Emenda nº 10, de autoria do Senador Alvaro Dias, que recebeu parecer contrário;

– Em 21/12/2011 foi recebido Voto em Separado do Senador Demóstenes Torres,

com voto favorável ao Projeto, com 32 Emendas que apresenta;

– Em 21/12/2011 foi recebido Requerimento de Destaque para a Emenda nº 6, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 21/12/2011 foram recebidas do Senador Aloysio Nunes Ferreira a Subemenda nº 1, à Emenda nº 5, de relator, e a Subemenda nº 2 à Emenda nº 2, de relator, que receberam parecer contrário;

– Em 08/02/2012 foi recebida a Emenda nº 11, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que recebeu parecer contrário;

– Em 08/02/2012 foram recebidas as Emendas nºs 12 e 13, de iniciativa do Senador Renan Calheiros, que receberam parecer contrário;

– Em 14/02/2012 foi recebida a Emenda nº 14, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, retirada na mesma data.

– A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

– Em reunião realizada em 08/12/2012, é adiada a discussão da matéria.

O Senador Randolfe Rodrigues tão brilhantemente fez o relatório, tendo a paciência de ouvir todos os segmentos.

Também quero registrar aqui a presença das entidades estudantis do Brasil inteiro, que aqui comparecem silenciosamente. *(Palmas.)*

Eu vi o movimento de ontem para hoje no Twitter. O Twitter, como diz a juventude, está bombando, como diz a minha filha mais nova, no Brasil inteiro.

Também quero fazer aqui o registro de que o Senador Vital do Rêgo, que era o Relator dessa matéria, em um acordo partidário de cavalheiros, cedeu ao brilhante e também jovem Senador Randolfe Rodrigues a relatoria, para que pudesse fazer o entendimento em torno desse projeto.

O Senador Demóstenes Torres, que apresentou voto em separado, depois, em negociação com o Líder e Relator dessa matéria, Randolfe Rodrigues, fez um entendimento para que sejam incorporadas algumas emendas. Obviamente, ele vai se pronunciar no momento oportuno em relação ao o voto em separado. O apelo que faço é que essas emendas, se possível, sejam acatadas, para que não tenhamos de fazer o debate do voto em separado do brilhante Senador Demóstenes Torres.

Antes de colocar a matéria em discussão, quero registrar a presença Wilson Filho, Deputado Federal da

Paraíba, que está nos prestigiando aqui. Também quero registrar o orgulho pela Comissão que nós criamos aqui para tratar dos assuntos da Segurança Pública, presidida pelo Senador Pedro Taques, com participação de vários Senadores desta Comissão, como o Senador Randolfe Rodrigues, Senador Renan Calheiros, Senador Demóstenes Torres e outros Senadores que a compõem.

O Senado ontem, na reunião de Líderes, meu caro Líder Renan Calheiros, decidiu que essa matéria será prioritária para o Brasil. Há também outra matéria importante sobre a qual conversava há pouco com o Senador Demóstenes Torres, de que vamos fazer o debate e distribuir a matéria, que é a questão da regulamentação do art. 37 da Constituição Federal. Regulamentamos a questão na iniciativa privada, mas o direito de greve no serviço público, até o dia de hoje, está no limbo, porque o Congresso Nacional ainda não se pronunciou.

Esta Comissão vai tomar as providências para que a gente tenha, efetivamente, uma lei de greve para definir os limites da greve no serviço público do Brasil.

Quero passar a palavra ao Senador Demóstenes Torres. Diante do acordo que fizemos na semana passada, ele já leu o voto em separado, mas, parece-me, há um entendimento entre o Senador Demóstenes Torres e o Senador Randolfe Rodrigues, e é tempo de fazer isso, é regimental e não altera a matéria para o futuro aqui na Comissão, pois não há mais abertura de prazo em função de emendas acatadas ou rejeitadas. O Senador Demóstenes Torres, gentilmente, num entendimento feito, democrático, retira o voto em separado e o substitui por algumas emendas. É isso, Senador Demóstenes Torres?

Para isso tem a palavra S. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no entendimento que fizemos na semana passada, dei como lido o voto em separado e fiquei de fazer um resumo, que faço agora. Após o resumo, eu retiro o voto em separado e o apresento como emendas os dispositivos elencados para que o Senador Randolfe Rodrigues tenha a liberdade de acolhê-las ou rejeitá-las, pois fica mais fácil para ele essa condução do que acolher totalmente ou rejeitar totalmente o voto em separado.

Sr. Presidente, o projeto trata de estabelecer princípios e diretrizes pertinentes às políticas públicas voltadas para a juventude. Atribui isso à família, à comunidade, à sociedade, ao poder público e gera uma gama de direitos mais principiológicos, já plenamente consagrados na Constituição e na lei. Esses direitos

são: direitos à cidadania, à participação social, à participação política, à representação juvenil, etc.

Não há óbice nenhum à tramitação. O PLC já foi aprovado na Câmara dos Deputados e muito bem relatado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O meu voto é favorável ao projeto com as ressalvas que faço. Reconheço a importância de favorecer, conforme manda a Constituição inclusive, favorecer e proteger os jovens, assegurando claramente condições para que haja desenvolvimento desse potencial humano. Isso é fundamental para todo o País, para que esses jovens se transformem em cidadãos, em homens de bem, em seres produtivos que vão levar a sociedade brasileira, com certeza, a uma eficácia econômica, democrática muito melhor que a de hoje.

Naturalmente que existem alguns excessos, e esses excessos, na minha opinião, devem ser coibidos. O primeiro desses excessos: não considero de forma alguma, embora a ONU estabeleça o limite de 29 anos de idade, que o jovem de 29 anos precise dessa proteção especial. Dou meu exemplo próprio. Com 25 anos de idade, eu já era promotor de Justiça, já tinha passado em outros concursos, já tinha sido advogado por três anos e assim por diante. Acho que o jovem precisa de proteção, mas efetivamente acho que aqui há um exagero que precisamos conter.

Da mesma forma, apenas para evitar confusão, o texto traz a definição do que venha a ser jovem – jovem adolescente é aquele entre quinze e dezessete anos –, embora deixe claro o §2º que os direitos assegurados aos jovens, nessa lei, não podem ser interpretados em prejuízo do disposto na Lei 8.069, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ter duas leis tratando sobre o mesmo tema vai dar problema, vai dar colisão.

A primeira sugestão que faço, em benefício da própria juventude, é que o jovem adolescente entre quinze e dezessete anos continue sendo tratado exclusivamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, retiro a proteção quanto ao Estatuto da Juventude para os jovens entre quinze e dezessete anos. Tem até jovem-jovem, entre dezoito e 24 anos, e jovem-adulto, entre 25 e 29. Passo a definir como jovem para especial proteção desse Estatuto o jovem entre 18 e 21 anos

E admito até, numa conversa, num entendimento com o Senador Randolfe, que haja uma extensão dessa idade, por exemplo, para 24 anos. Mas 25 a 29 anos é um exagero, é desarrazoado, não necessita de uma proteção especial. Vejam que nessa idade o jovem já pode ser deputado estadual, deputado federal, vereador, só não pode ser presidente da República, vice-presidente e governador de Estado, vice-governador e senador. Todas as outras representações políticas

o jovem pode desempenhar. Então, estabeleço entre 18 e 21 anos de idade.

No caso do *caput* do art. 1º, para deixar bem claro que aqui se trata apenas de Estatuto da Juventude, o art. 1º diz o seguinte:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Que outras providências são essas? Então, estou tirando a expressão “e dá outras providências”.

No art. 2º, mais especificamente no inciso VI, indico a supressão da expressão “por meio de suas representações”. Diz aqui o seguinte:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

[...]

VI – promoção e valorização da pluralidade da participação juvenil por meio de suas representações;

Ora, se o jovem quiser participar por meio de suas representações, a UNE, secundaristas, associações, ótimo, maravilha. Mas se ele quiser participar sozinho, qual o problema? Se ele quiser organizar uma manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal, que não seja por meio das suas representações, qual o problema de o jovem fazer isso? Se o jovem quiser ele mesmo fazer uma manifestação isolada, se ele quiser se associar, muito bem, se ele não quiser se associar, é um direito dele. Inclusive, considero que esse dispositivo é inconstitucional. Quer dizer, a participação do jovem pode se dar da maneira que ele bem entender, inclusive por meio das suas representações e não só por meio de suas representações.

No caso do art. 3º, menciona faixas etárias intermediárias. Diz o seguinte:

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

I –

II – *desenvolver programas setoriais e intersetoriais destinados ao atendimento das necessidades específicas do jovem, considerando a diversidade da juventude e as especificidades de suas faixas etárias intermediárias;*

Essa é uma expressão que simplesmente confunde, porque ela não quer dizer nada. O que é faixa etária intermediária? A não ser que se mantenha jovem-adolescente, jovem-jovem e jovem-adulto. E ainda assim, alguém pode entender: “Bom, isso aqui não é faixa etária intermediária, isso aqui simplesmente não quer dizer nada”.

Então, estou tirando isso, mantenho todos os direitos, mas tiro e passo para o seguinte texto: “desenvolver programas setoriais e intersetoriais destinados ao atendimento das necessidades específicas do jovem, considerando a diversidade da juventude.”

No inciso VI há a expressão “ocupação”: “Viabilizar formas de participação, ocupação e convívio do jovem com as demais gerações”. Ocupação aqui eu posso entender como uma maneira de manter o jovem trabalhando, estudando, ocupado de alguma forma. Mas há uma outra ocupação lá embaixo que fala em ocupação de espaço público. Quer dizer, uma ocupação se confunde com a outra. Não pode haver na mesma lei ou em leis diferentes ocupações ou expressões com funções díspares. Como aqui não prejudica o texto, retiro a expressão “ocupação”: “viabilizar formas de participação e convívio do jovem com as demais gerações”.

O inciso XII do mesmo artigo diz o seguinte: “divulgar e aplicar a legislação antidiscriminatória, assim como promover a revogação de normas discriminatórias na legislação infraconstitucional”

O que eu acho que aqui acontece? Restringe, diminui o que precisa ser varrido dos textos legais, constitucionais, infraconstitucionais e regulatórios, por exemplo, decretos. Se tiver alguma disposição antidiscriminatória, esses decretos também têm que ser modificados. Então, eu tiro “na legislação infraconstitucional”, por quê? Porque de qualquer que seja a norma discriminatória tem que ser varrida a discriminação.

Então, no inciso XII, eu digo: “divulgar e aplicar a legislação antidiscriminatória, assim como promover a revogação de normas discriminatórias”, quaisquer que sejam essas normas, encontrem-se elas em qualquer lugar, inclusive em regulamentos, em decretos, etc.

No caso do art. 6º, eu recomendo suprimir a parte final – “como forma de reconhecimento do direito fundamental à participação” –, porque isso redundava com o *caput* do dispositivo, redundava com outros dispositivos.

O inciso V fala o seguinte:

Art. 6º O Estado e a sociedade promoverão a participação juvenil na elaboração de políticas públicas para a juventude e na ocupação de espaços públicos de tomada de decisão como forma de reconhecimento do direito fundamental à participação.

(...)

V – a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos...

Isso é outra coisa.

Então, o que eu sugiro aqui? Que deve ficar da seguinte forma: “O Estado e a sociedade promoverão a participação juvenil na elaboração de políticas públicas

para a juventude e na ocupação de espaços públicos de tomada de decisão.”

O inciso V eu acho que precisa ser suprimido mesmo e digo por quê. Ele diz o seguinte: “a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto”. Por exemplo, aqui é um espaço público e os jovens estão participando desse espaço público. Os jovens têm direito de participar, mas não têm direito aqui de opinar nem de votar, por quê? E aqui é um espaço público. Porque os Senadores foram eleitos justamente para isso. É óbvio que o art. 6º já dá o direito de os jovens participarem em qualquer lugar, mas não é em qualquer lugar que o jovem tem direito a voz e voto. Aqui o jovem fala por seus representantes e vota através dos seus representantes. Então, eu sugiro a supressão do inciso V, porque é algo absolutamente impraticável em muitas situações.

No art. 7º, por sua vez, eu discordo aqui da expressão “subsidiar”. Está dizendo aqui:

Art. 7º A participação juvenil inclui a interlocução com o poder público por meio de suas organizações.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar, fomentar e subsidiar o associativismo juvenil.

Ora, é óbvio que nós não podemos despendar recurso público para estimular associativismo ou sindicalismo ou qualquer outra coisa. Então, incentivar, sim, mas sem subsídio, sem dinheiro público na história.

O art. 8º, para evitar inclusive a inconstitucionalidade do artigo, diz-se o seguinte: “São diretrizes da interlocução institucional juvenil: I – a criação de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude;”

O Poder Legislativo não pode criar repartição pública ou órgão público por iniciativa própria. Então, eu estou dizendo o seguinte, deve-se tirar “a criação” e colocar a palavra “a definição”. Art. 8º, inciso I: “A definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas da juventude;” Na realidade, é a mesma coisa, mas sem incorrer no vício de inconstitucionalidade, porque não cria o órgão, mas obriga o Poder Executivo a definir qual o órgão vai cuidar das políticas públicas para a juventude.

No caso do art. 9º, é só para evitar dúvidas. O art. 9º diz o seguinte:

Art. 9º Todo jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade adequada.

§ 1º Aos jovens índios e aos povos de comunidades tradicionais é assegurada, no Ensino Fundamental regular, a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios

de aprendizagem, podendo ser ampliada para o Ensino Médio.

Concordo perfeitamente. Só para evitar que algum jovem juiz tenha uma interpretação restritiva, estou colocando a expressão “também”. Por quê? Porque é óbvio que o jovem tem de ser alfabetizado em português, que é a nossa língua pátria. E aqueles que têm culturas específicas também têm o direito de serem alfabetizados nessa mesma língua. Então, incluo aí “também”, para deixar claro que o português é a língua que todos nós falamos. Então, fica:

Art. 9º

§ 1º Aos jovens índios e aos dos povos de comunidades tradicionais é assegurada, no Ensino Fundamental regular, a utilização também de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem, podendo ser ampliada para o Ensino Médio.

No art. 10, é para evitar um choque com a Lei de Diretrizes e Bases, porque lá já se faz a mesma coisa com outra linguagem.

Então, diz o seguinte o art. 10: “É dever do Estado assegurar ao jovem a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Médio, inclusive com a oferta de um ensino noturno regular, de acordo com as necessidades do educando.”

Isso já está nos incisos II e VI do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Para evitar confusão, somente com essa finalidade, estou sugerindo a supressão do art. 10.

No caso do art. 11, § 1º, que estou transformando em parágrafo único, diz-se o seguinte:

Art. 11.....

§ 1º É assegurada aos jovens com deficiência, afrodescendentes, indígenas e alunos oriundos de escola pública o acesso ao Ensino Superior por meio de políticas afirmativas, nos termos da legislação pertinente.

Eu sugiro aqui... Até admito, Senador Randolfe, que, como ficou no Estatuto da Igualdade Racial, talvez V. Exª...

É assegurado aos jovens hipossuficientes [o que já está assegurado em legislação própria], oriundos de escola pública, o acesso ao Ensino Superior por meio de políticas afirmativas, nos termos da legislação pertinente.

Aí não se restringe o universo, e se evitam outros questionamentos.

Então, se V. Exª concordasse, poderia ser uma redação similar à que já se encontra no Estatuto da Igualdade Racial.

Então, ficaria:

“É assegurado aos jovens com deficiência...” Ou melhor...

“É assegurado aos jovens hipossuficientes, oriundos de escola pública, o acesso ao Ensino...”

Concordaria com V. Exª tranquilamente.

O art. 13 diz o seguinte... O art. 13 é o mesmo problema da Lei de Diretrizes e Bases, porque o Inciso III do art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases já disciplina essa matéria. Diz que é dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência atendimento educacional gratuito, preferencialmente na rede regular de ensino. Então, já está lá disciplinado no inciso III do art. 4º da Lei 9.394, de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Base.

No art.14, o Senador Randolfe Rodrigues suprimiu os §§1º e 2º, que concediam meia passagem nos transportes intermunicipais, interestaduais aos jovens estudantes, e arrumou outra redação. Eu concordo com o Senador Randolfe. Então, mantenho a redação dada por ele no art. 14.

No caso do art. 17, alguns aspectos merecem revisão. Diz o art. 17, inciso II, alínea h:

Art. 17. A ação do poder público [vejam só: ação do poder público] na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas:

I –

II –

(...)

h) utilização da base tecnológica existente em instituições de ensino superior e centros de educação profissional;

Então, veja que isso é um caráter mandamental. Uma escola privada teria que fornecer obrigatoriamente essa base tecnológica ao governo. Então, veja a complicação que isso é. Se V. Exª modificasse a redação, por exemplo, para “incentivar a utilização de base tecnológica” ou “realizar convênios com instituições privadas para utilização de base tecnológica”, desapareceria o caráter mandamental e, portanto, inconstitucional desse dispositivo.

Da mesma forma, “acesso a crédito subsidiado”. Então, dá impressão que todo jovem, independentemente de sua condição econômica, terá direito a esse acesso de crédito subsidiado. Sugiro a V. Exª que, talvez, na mesma linha, construa uma redação que deixe claro que é para aquele que necessitar o acesso a crédito subsidiado, para também os hipossuficientes, uma coisa assim. Sugiro isso para deixar

claro e acabar com essa discriminação, favorecendo a quem não precisa.

No caso do inciso X, do *caput* do inciso X e das alíneas c e d, eu chamo atenção até dos Senadores que participaram ativamente do Código Florestal. Senador Luiz Henrique, peço a V. Ex^a que preste a atenção. O que acontece? O art. 17 diz o seguinte:

Art. 17. A ação do poder público...

(...)

X – apoio à juventude rural na organização da produção familiar e camponesa sustentável, capaz de gerar trabalho e renda por meio das seguintes ações:

(...)

c – investimento e incentivo em tecnologias alternativas apropriadas à agricultura familiar e camponesa, adequadas à realidade local e regional;

d – promoção da comercialização direta da produção da agricultura familiar e camponesa e a formação de cooperativas;

Vejam o seguinte: nós estamos criando aqui uma nova forma de agricultura no Brasil, porque agricultura camponesa é mais uma definição ideológica. O que é agricultura camponesa? É definição guevariana. Mas não existe uma definição legal do que seja agricultura camponesa. Como a lei não cria termos ociosos, passando essa redação... Acho que o que eu quis dizer, aqui... “Camponesa”, o que quis dizer é a que mora na roça. Só pode ser isso, porque está lá na... Mas, como a lei não cria expressões ociosas, o que nós estamos criando aqui? Já existe agricultura familiar. Nós estamos criando, também, a agricultura camponesa, que ninguém, aqui, creio eu, sabe o que é.

O que é agricultura camponesa, a não ser aquela que está escrita em livros de doutrina?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o maior prazer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Parece-me que a Constituição mexicana de 1918 definia essa agricultura camponesa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ótimo, então, vamos remeter isso para lá, não é? É a minha sugestão.

Então, o que estou sugerindo? Onde tem, aqui, a expressão “camponesa”, que essa expressão seja suprimida, para ficar, evidentemente, como é a legislação do Brasil: “apoio à juventude rural na organização da produção familiar sustentável”. Como é hoje. Para que criar essa expressão “camponesa” e gerar confusão? Isso não tem sentido, não tem amparo em nenhum lugar.

Então, onde é “camponesa”, eu suprimo e mantenho, apenas, “agricultura familiar rural”.

No caso do art. 18 e em outros subsequentes, é utilizada a expressão “raça”, e raça, a ciência moderna já disse que não existem raças humanas. Só existe uma raça, a raça humana. Então, um homem africano e um homem nórdico, que são os dois extremos do fenótipo humano, têm diferenças inferiores a 0,5% no genoma, o que não caracteriza raças. Inclusive, existe um geneticista brilhante em Minas Gerais, Sérgio, que fez um estudo espetacular, acolhido pelo mundo todo, participou do estudo sobre o genoma humano e escreve sobre isso.

Tanto é que, junto com a própria Secretaria da Igualdade Racial, no Brasil, nós fizemos o Estatuto da Igualdade Racial e onde tinha “raça”, nós substituímos por “etnia”. Pode ver que, no Estatuto da Igualdade Racial, onde tem “raça”, foi suprimido por “etnia”.

V. Ex^a já utiliza em muitas, aqui, a expressão. No inciso XVIII e inciso I: “etnia”, “raça”, quer dizer, então, está até repetindo.

Eu sugiro, então, que suprima a expressão “raça” e que fique “etnia”. Então, onde está “questões raciais”, que fique “questões étnicas”, e assim por diante.

Então, fica, no art. 18, no art. 20 e nos seus incisos, colocando dessa forma.

No art. 21, eu sugiro, apenas, a supressão da expressão “com olhar sobre as suas especificidades”, porque, evidentemente, não quer dizer também nada. Então, “todos os jovens têm direito a saúde pública de qualidade, com olhar sobre as suas especificidades, na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral”.

Então, eu sugiro o seguinte: retirar o “com olhar sobre as suas especificidades”, porque não quer dizer absolutamente nada, e ficar assim: “Todos os jovens têm direito a saúde pública de qualidade, na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral”.

No caso do art. 22, é uma disposição evidentemente nobre, bem-intencionada, só que implica censura, o que é vedado pela Constituição brasileira.

Diz o seguinte o art. 22, inciso IX... Antes, o *caput*:

Art. 22. A política de atenção à saúde do jovem, constituída de um conjunto articulado e contínuo de ações (...) tem as seguintes diretrizes:

(...)

IX – proibição da propaganda de bebidas com qualquer teor alcoólico, quando esta se apresentar com a participação de jovem de menor de 18 (dezoito) anos;

X – veiculação de campanhas educativas e de contrapropaganda relativas ao álcool como droga causadora de dependência;

O que eu estou colocando no inciso IX? A articulação das instâncias de saúde e da justiça no enfrentamento de abuso de drogas, de substâncias entorpecentes e de esteróides anabolizantes. Por quê? Porque o outro é uma censura explícita que a Constituição veda. E mais: há um dispositivo de autorregulamentação que já traz esse dispositivo. Os senhores notem que não há nenhuma criança participando disso. Então, o que eu sugiro? Que isso aqui seja suprimido porque configura censura e seja substituído pelo inciso IX, que é uma articulação entre todos.

No caso, sobre o art. 23 se diz o seguinte: O art. 23 é uma reprodução do texto da Constituição, que não acrescenta nada, absolutamente nada, o que é vedado pelo inciso IV do art. 7º, da Lei Complementar nº95, de 26 de fevereiro de 1998. Então, é uma reprodução da Constituição. Se já está na Constituição, não precisa ser reproduzido na lei; e inclusive é proibido pela Lei Complementar nº95, no inciso IV, que aconteça dessa forma.

Diz o seguinte o art. 24: "O jovem tem o direito à livre expressão e a produzir conhecimento individual e colaborativamente a ter acesso às tecnologias de comunicação e informação às vias de difusão". Por quê? Porque esse é um texto já garantido a todos e, no caso, restringe o que é dos demais.

A Constituição diz que é assegurada a todos a livre expressão. Então, aqui se diz o que é assegurado ao jovem e se está restringindo. Não acrescenta nada, zero, e se está restringindo o que é direito dos idosos. É claro que o texto que é inconstitucional, não a Constituição. Então, eu sugiro simplesmente que seja suprimido o art. 24.

No caso do art. 26 se estabelece uma grande confusão. Eu acho que esse texto deve ser mais cuidado. Há vários jornalistas perguntando se a carteira de estudante, a partir de agora, somente vale para jovens nessa faixa-etária? Vamos supor que seja aprovada a proposta do Senador Randolfe, de 15 a 29 anos. Então, os demais estudantes não terão a carteira de estudante com direito à meia-entrada, etc?

Primeiro, eu sugiro que deixem claro nessa redação que estarão resguardadas as competências municipais e estaduais, porque ali diz respeito à carteira de estudante para qualquer idade. Mas é preciso deixar evidentemente claro isso aí, para evitar confusão. Aqui não se está restringindo o direito de outras faixas etárias terem sua carteira de estudante e meia-entrada.

O Senador Randolfe estabelece que no caso do evento patrocinado pelo estado, o jovem terá direito à meia-entrada, a 50% de desconto; e no caso de ser patrocinado pela iniciativa privada, terá direito a 40% de desconto. No caso específico do que é do estado,

eu concordo. Uma vez que é o estado quem está pagando, ele pode dar a gratuidade, não tem problema nenhum. Mas no caso da iniciativa privada, por que somente o artista deve dar os 40% de desconto? Por que o médico não tem que dar os 40% de desconto na consulta dele? O advogado dar os 40%, etc? Ou então não tem cabimento escolher a classe artística, que está bancando com o seu bolso, para dar um desconto de 40%. Isso, inclusive, vai diminuir sensivelmente a produção de oferta cultural. Vamos lembrar: o que o Estado está pagando, 50%, está o.k.. E o que é da iniciativa privada? Dar desconto de 40% para que finalidade? Então, discordo completamente dos 40% para eventos culturais que serão tomados da iniciativa privada.

Sr. Presidente, também não vislumbro qualquer motivo para se conceder exclusividade à UNE, à Ubes e a outras entidades para expedir carteira de identidade estudantil. Isso já foi modificado pela Medida Provisória nº 2.208, de 2001, porque já dava confusão demais. Então, por que tirar de todas as entidades a oportunidade de expedir suas carteiras e dar exclusividade à UNE e a Ubes? Isso não tem cabimento, não há nada que melhore esse serviço; muito pelo contrário, isso vai burocratizar o serviço. A tendência atual, aliás, é a de fazer com que isso tudo seja descentralizado. Dessa forma, estou com o Governo Federal nesse ponto. Acho que o que o Governo fez foi muito bom. Isso seria um retrocesso na nossa legislação. Fico com o texto da Câmara dos Deputados, que mantém a Medida Provisória da forma como está, do jeito que é, sem a necessidade de dar exclusividade para a UNE e para a Ubes expedirem essas carteiras de identidade estudantil.

Quanto aos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura que seriam destinados obrigatoriamente para produtos culturais voltados aos jovens, o Senador Randolfe Rodrigues já deu sua posição, retirando esses 30%. Concordo com o Senador Randolfe Rodrigues, que encontrou uma boa solução.

No caso do art. 29, veja que, neste exato momento, acabamos de aprovar uma lei que está questionada no Supremo Tribunal Federal, uma lei que estabelece cotas em horários nobres para programação nacional etc. O art. 29 diz o seguinte:

Art. 29. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deverão destinar espaços em horários especiais voltados à realidade social do jovem, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, conforme o disposto no art. 221 da Constituição Federal.

Já foi criada por nós mesmos essa programação, e a Constituição, como bem lembra o Senador Randolfe Rodrigues, já estipula que seja assim. Então, não há

qualquer razão para que o art. 29 novamente venha a destinar espaços em horários especiais voltados à realidade do jovem, até porque já se remete, de modo ardiloso, ao que se diz na Constituição, no seu art. 221, porque determina que seja dada preferência às suas finalidades, mas não reserva cotas nem espaço para isso. Aqui, é uma espécie de reserva de cota de mercado, mais uma reserva de cota de mercado.

No caso do art. 30, na minha opinião, é um autoritarismo nacionalista. Veja o seguinte: “É dever do jovem contribuir para a defesa, a preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, conforme o disposto no art. 216 da Constituição”. Inclusive, há a questão do pluralismo. Vamos dizer que esses jovens queiram participar, por exemplo, da Marcha da Maconha. É um direito deles participar da Marcha da Maconha. E aí? Com esse texto, é dever do jovem contribuir para a defesa do patrimônio cultural brasileiro. Isso pode dar a impressão de que os jovens estão tramando contra o Brasil, o que não é minha opinião. O Supremo decidiu que eles podem participar de qualquer coisa. Nós podemos participar. É direito de expressão, de manifestação. Então, isso é um roubo nacionalista sem qualquer cabimento. O direito de manifestação tem de ser dado em qualquer lugar, em qualquer momento, com pluralidade de ideia. Tem de ter movimento de esquerda, movimento de centro, movimento conservador, liberal, movimento de toda espécie. A Constituição garante isso. O dever do jovem é se manifestar quando assim quiser, com direito de expressão ilimitado. No caso do art. 32, os incisos II e VI reproduzem aqui o mesmo mandamento e não representam, em minha opinião, a melhor técnica. O art. 32 diz o seguinte:

Art. 32. A política pública de esporte e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

- I –
- II – a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que evitem a centralização de recursos em determinadas regiões;
- III –
- IV – a aquisição de equipamentos comunitários que permitam a prática esportiva, a adoção de lei de incentivo fiscal ao esporte, com critérios que priorizem a juventude.

Vejam, então, que há uma reprodução disso aí. Então, o que estou sugerindo? “II – a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte com critérios que priorizem a juventude e evitem a centralização de recursos em determinadas regiões;” e “IV – A aquisição de equipamentos comunitários que permitam a prática esportiva.”

Então, é isso.

O art. 33 – acho que há aqui uma discriminação, e, portanto, estou mudando – diz o seguinte: “As esco-

las com mais de 200 (duzentos) alunos, ou o conjunto de escolas que agreguem esse número de alunos, deverão buscar, pelo menos, um local apropriado para a prática de atividades esportivas”. Por que acima de duzentos alunos? Estou colocando que todas as escolas deverão buscar. Por que somente as acima de duzentos alunos? Não há nenhuma regra nessa direção que deva ser acolhida, naturalmente, para excluir escolas com menos de duzentos alunos.

No caso do art. 34, já refeito pelo Senador Randolfe Rodrigues, e do art. 35, da mesma forma, e preciso lê-lo, porque, realmente, não considero que seja... O Senador retira, lá atrás, alguns dispositivos e mantém outros quanto ao transporte coletivo. Então, diz:

Art. 34. No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I – a reserva de duas vagas gratuitas por veículo para jovens com idade entre quinze e vinte e nove anos e renda igual ou inferior a dois salários-mínimos;

II – a reserva de duas vagas por veículo, com desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens para os jovens com idade entre quinze e vinte e nove anos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, a serem utilizadas após esgotadas as vagas previstas no inciso I.

Parágrafo único: Os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II serão definidos em regulamento.

Art. 35. A União envidará esforços, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para promover a oferta de transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para os jovens comprovadamente carentes, na forma do regulamento.

Então, volta aqui o sistema de, independentemente da motivação, duas vagas para jovens que tenham entre 15 e 29 anos e que ganhem menos de dois salários mínimos. Independentemente de motivação. Aqui é qualquer transporte, como avião, cruzeiro, qualquer coisa. Aqui não está dizendo qual é a finalidade. Para qualquer finalidade, o cidadão tem direito a duas vagas em transporte coletivo e mais duas com 50% de desconto. Então, parece-me que quem vai pagar isso, na realidade, é o usuário. Não tem almoço de graça, quem vai pagar é o usuário. Na medida em que dermos duas passagens de graça em aviões, em trens, em transporte interestadual, e mais duas com 50% de desconto, quem vai pagar é o cidadão comum. Às vezes, quem ganha até menos nessa situação. E veja que, de maneira que não vou dizer ardilosa, porque

não é o caso do nosso Randolfe, que é um homem explícito, o art. 35 diz que a União, junto com os Estados, vai envidar esforços para subsidiar o transporte para jovens. Quer dizer, vai criar outros mecanismos, mais uma bolsa para os jovens andarem de graça. E aí comparo com o Estatuto do Idoso. Ora, os idosos têm pelo menos 65 anos de idade e uma condição diminuta de trabalho, ao contrário dos jovens. Então, não vejo condição alguma de equiparar e voto totalmente contra esse dispositivo.

No art. 36 – já estou encerrando, Sr. Presidente –, na implementação de políticas públicas, diz: “Incorpora a dimensão ambiental, o poder público deverá considerar a criação de linhas de crédito destinadas à agricultura orgânica e agroecológica, à implementação dos compromissos internacionais...” Diga-me uma coisa: o que isso tem a ver com a juventude? Acabamos de votar o Código Florestal. Estamos criando aqui linhas de crédito destinadas à agricultura orgânica e agroecológica. Quer dizer, totalmente fora de contexto. Sou totalmente contra isto aqui. O que tem que ser discutido no local está lá. Nós já discutimos isso. Eu acho que há incentivos e deve haver incentivos para a agricultura orgânica e agroecológica, mas, no Estatuto da Juventude, qual a razão de inserir isso? Da mesma forma, a implementação dos compromissos internacionais assumidos, que tem uma dimensão muito maior do que a da juventude.

No caso do art. 37... Pulo para o 40, porque eu vou tratar do Conselho da Juventude daqui a pouco.

No caso do art. 40, eu coloco por extenso. Como a sigla não é consagrada, Sinajuv, coloco Sistema Nacional de Juventude – Sinajuv, só para massificar a situação. E assim por diante vai seguindo, até para agir de acordo com a Lei Complementar nº 95.

No caso do art. 1º e do art. 40, o Relator apresenta uma emenda dando nova redação, determinando a competência do Conselho Nacional de Juventude de implementar o disposto no art. 26, lembrando que o art. 26 trata da questão dos 50% e dos 40%. Então, como rejeitei lá, eu tenho que rejeitar aqui. E, quanto aos conselhos propriamente mencionados no texto, eu sou contra esses conselhos e digo por quê. Nós lutamos – e muito – para a instalação dos Conselhos Estaduais da Criança e do Adolescente, que foi um grande ganho no Brasil, mas até hoje nós não conseguimos criar todos esses conselhos. E mais: em dezembro do ano passado, nós tivemos que votar uma lei obrigando a remunerar esses conselhos, porque ninguém queria trabalhar de graça. Então, creio eu, primeiro, que não precisa criar um conselho em cada município. Acho que o sistema tem que ser criado, está criado, mas é preciso criar um conselho. Isso vai redundar em novas

sinecuras. Isso vai redundar em novos favorecimentos e não vai, de forma alguma, melhorar a condição de quem quer que seja. E as atribuições, conforme já criado lá em cima, serão definidas pela União, pelos Estados e pelos Municípios. Portanto, acredito que não seja preciso criar esses conselhos. A criação desses conselhos eu retiro, mas mantenho o Sistema Nacional de Juventude.

O caso dos arts. 46 e 48 também são sobre atribuições do conselho. No caso dos arts. 46, 47 e 48, diz-se o seguinte: “até que seja expedido o regulamento previsto no *caput* do art. 26, serão considerados jovens comprovadamente carentes os que sejam oriundos de famílias”... Como eu também rejeitei isso, acho que não é necessário dar essa bolsa para os jovens. Então, revogo o art. 40, não admito o art. 40.

No caso do art. 48, ele vem revogando a medida provisória. E esse art. 48, acredito que a medida provisória que mantém como está e não dá exclusividade à UNE e a outras entidades estudantis o direito de exclusividade expedirem carteiras de estudantes.

De forma que, com essas pequenas considerações, modestas, encerro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Modestas e pequenas considerações de 47 minutos. (*Risos.*)

Bom, eu vou pedir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir silêncio aos meninos ali.

O Senador Demóstenes fez uma extensa apresentação do seu voto em separado, e eu vou dar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para saber do Senador Randolfe o que é que ele acata, porque nós transformamos – se entendi, Senador Demóstenes – esse voto em separado em emendas a serem incorporadas ou não pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Então, eu vou dar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, pedindo ao Senador Randolfe Rodrigues que dê parecer favorável naquilo que ele entender acatar e dê parecer contrário às demais emendas, que considerarei aqui como emendas do Senador Demóstenes, e não um voto em separado – como emendas.

Se o Senador Randolfe Rodrigues acatar algumas das sugestões feitas em forma de emenda, elas serão incorporadas ao texto, porque é regimental e não atrapalha a votação no dia de hoje.

Se o Senador Randolfe Rodrigues entender não acatar em forma de emenda o voto em separado de V. Ex^a – mas me parece que há o entendimento de ele acatar algumas –, o voto em separado de V. Ex^a... Está retirado, então.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu já retirei o voto e já apresentei todas as emendas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, é só para constar do...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O que ele não aprovar, eu destaco...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para constar das nossas notas taquigráficas, vou dar a palavra agora ao Senador Randolfe Rodrigues, para que ele dê parecer não modificando o relatório por ele, como Relator. Mas acatando as emendas, ele pode – como forma de emenda – modificar o Relatório por meio de emendas.

Então, tem a palavra V. Ex^a para dar parecer favorável àquilo que entender favorável em forma de emenda, e rejeitar os demais itens também rejeitando em forma de emenda.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Muito obrigado, Senador Eunício, Presidente desta Comissão.

Eu queria, inicialmente, com a devida vênia, cumprimentar o Senador Demóstenes e agradecer as sugestões da lavra de S. Ex^a, inteligentes sugestões, algumas sugestões que vão demonstrar claramente posições e concepções políticas, entre nós que muito nos respeitamos, e tenho profunda admiração pelo Senador Demóstenes, mas algumas demonstrarão claramente concepções distintas de políticas, concepções distintas, compreensões claramente distintas. Outras eu faço questão de acatar, porque são importantes contribuições ao relatório de nossa autoria e que aprimoram, a meu ver, o Estatuto da Juventude.

Então, Sr. Presidente, é o relatório.

Em relação ao art. 1º, que fala sobre a faixa etária, quero reiterar que a faixa de 15 a 29 anos é uma convenção já definida pela Organização Ibero-Americana de Juventude, da qual participam os países latino-americanos, México, Espanha e Portugal; enfim, é uma convenção aceita mundialmente essa faixa entre 15 e 29 anos. Dessa forma, por isso, não acato a emenda ao parágrafo único do art. 1º.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “E dá outras providências” lá em cima?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em relação a dar outras providências, Senador Demóstenes, ocorre que há legislações correlatas, que me parecem, terão relação com o Estatuto da Juventude. E, em relação a isso, considero que o termo “dá outras providências” acabaria prejudicando as legislações correlatas que têm relação com o Estatuto da Juventude.

No Inciso VI do art. 2º: “por meio de suas representações”. Em relação a esse dispositivo, não me parece que haja incompatibilidade constitucional. Ou seja, a Constituição declara que o direito a participação, o direito individual a participação política é um direito assegurado no art. 5º a todos os cidadãos. Estou reafirmando um direito do cidadão, o direito de o cidadão se organizar em entidades de classe, em associações, em organizações juvenis.

Em relação ao Inciso VI, concordo com V. Ex^a, o termo “ocupação” aqui está de duplo sentido. Então, acato a emenda apresentada aqui por V. Ex^a, no Inciso VI do art. 3º.

No Inciso XII do art. 3º, também concordo com V. Ex^a. “Na legislação infraconstitucional” é desnecessário, no Inciso XII do art. 3º. Então, acato estas duas emendas propostas por V. Ex^a: no Inciso VI do art. 3º e no Inciso XII do art. 3º.

No art. 6º, V. Ex^a solicita a supressão do termo “como forma de reconhecimento do direito fundamental a participação”. Aqui, claramente, Senador Demóstenes, nós estamos falando de uma concepção de democracia.

Considero o direito a participação política necessário para a nossa democracia, para nós avançarmos do estágio que temos, de uma democracia representativa, para uma democracia, Senador Inácio, participativa. Então, por isso, considero fundamental que, inclusive, a legislação brasileira incentive a participação política e reconheça que é direito, que o direito a participação política é direito fundamental do cidadão e que deve ser, pelo Estado e pela sociedade, incentivado e apoiado.

Da mesma forma em relação ao Inciso V do art. 6º: “A efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão, com direito a voz e voto”.

Ora, nós estamos aqui claramente... É claro que nós não queremos substituir a democracia representativa. É claro que o meu querido Daniel Llesco, presidente da UNE aqui, que, acredito, daqui a algum tempo, será Senador, mas é lógico que, neste momento, ele não tem a prerrogativa dos Senadores que estão reunidos no recinto. Entretanto, seria possível – e esse é o objetivo da legislação –, mais adiante, garantir ao Daniel, à Manuela, presidente da Ubes, o direito a expressão, o direito a palavra, o direito a manifestação neste espaço. É, sim, no sentido que está o Inciso V do art. 6º: “Efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão, com direito a voz e com direito a voto”. Quando estamos estabelecendo aqui, estamos estabelecendo os espaços de política pública para a juventude. Aqui está caracterizada uma concepção que estamos contemplando no Estatuto da Juventude. A

concepção de avançarmos da democracia representativa para uma democracia participativa, em que os representantes de entidades de juventude, de entidades de classe, em todas as instâncias, em todos os fóruns, possam ter direito à voz, direito à expressão, direito de interferir, direito de intervenção nas políticas públicas. Por isso, não acato essa emenda.

No parágrafo único, do art. 7º: “É dever do poder público incentivar, fomentar o e subsidiar o associativismo juvenil.” Ora, lógico, nós não estamos falando aqui de associação de defesa de interesse de classe. Nós estamos falando, por exemplo, da possibilidade dos jovens montar uma cooperativa de produção de grãos e ter o apoio do Estado para essa iniciativa.

No art. 8º, sobre a primeira alteração proposta pelo Senador Demóstenes, no inciso I, sobre definição e criação, eu tenho acordo com ele. Não há necessidade do termo “criação”. Então, eu acato a emenda do Senador Demóstenes, substituindo o termo “criação” pelo termo “definição”.

Não acato no inciso II, porque um dos aspectos mais meritórios desse estatuto é claramente ampliar o espaço de participação política da juventude. Nesse sentido, o cerne dessa proposta aqui está na criação de conselhos da juventude em todos os entes federados. Esta deve ser a diretriz da política pública para a juventude: incentivar a criação de conselhos e juventude. Portanto, essa iniciativa está neste sentido: no sentido da conquista desses jovens que estão aqui reunidos, que, ao se mobilizarem pelo estatuto da juventude, estão dando cabo a uma luta geracional, uma luta que vem desde a geração de Inácio, passando pela minha até a atual, por políticas públicas para a juventude brasileira. Então, não acato a emenda ao inciso II do art. 8º.

Por outro lado, acato a emenda do § 1º do art. 9º, proposto pelo Senador Demóstenes, e faço minhas as argumentações apresentadas por ele, ou seja, incluo também o termo “também” no § 1º do art. 9º. A emenda do Senador Demóstenes melhora o texto nesse aspecto.

Em relação ao parágrafo único do art. 11: “o financiamento estudantil é devido aos alunos regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação...”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador, no art. 10, eu proponho a supressão porque reproduz a Lei de Diretrizes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, perfeito. Pulei.

O art. 10, acatado, porque já está contemplado na Lei de Diretrizes de Base da Educação.

Perfeitamente, Senador Demóstenes.

Não acato a emenda ao parágrafo único do art. 11, ou seja, não acato a alteração ao art. 11, porque os §§ 1º e 2º dizem que é assegurado direito aos jovens com deficiência afrodescendentes, indígenas e alunos oriundos de escola pública e que o financiamento estudantil é devido aos alunos regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva do Ministério da Educação. Enfim, não acato alteração. Mantenho o texto do art. 11, como está.

Também não acato a alteração, a supressão do art. 13 do texto do estatuto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O 13 é LDB também. É reprodução do inciso III, parece, do art. 4º.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Peço para a assessoria checar, “bater” o texto do art. 13 com o texto da LDB para ver se é *ipsis litteris*, se é o mesmo texto da LDB. Sendo *ipsis litteris*, acato a alteração. Não sendo, tendo distinção, eu mantenho o texto. Peço à assessoria só para me informar em relação ao art. 13 do estatuto.

Em relação à alínea h, do art. 17, acato também a alteração proposta por V. Exª: “aos jovens carentes, na forma do regulamento”. A alteração de V. Exª realmente vem aprimorar o texto.

Art. 14 está ok. A redação bateu, a minha e a do Senador Demóstenes.

Em relação à chamada juventude camponesa. Vou aqui manter o texto juventude camponesa e peço vênia, Senador Demóstenes, para trazer uma definição de juventude camponesa feita em texto do Frei Sérgio Antônio Gorgen: “Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver, é uma cultura própria de relação com a natureza, é uma forma diferenciada de vida comunitária.

De fato, eu não quero ideologizar. Parece-me que está tendo uma ideologização do termo “camponês”. Considero que camponês é uma definição daquele que vive no campo, daquele que está no campo, e existe forma de organização própria da juventude camponesa, título esse reconhecido, inclusive, pelo nosso querido Presidente, Senador Eunício. Então, mantenho a definição camponesa aqui prevista.

Em relação ao art. 19 – o Estado e a sociedade têm o dever de promover, nos meios de comunicação e de educação, a igualdade de todos –, parece-me que o texto não é redundante. É um princípio que deve ser reafirmado por parte do Estado. Acho, sim, concretamente, que os meios de comunicação têm que ter um papel concretamente cidadão. Deve ser dever dos meios de comunicação a promoção da educação e da igualdade.

Em relação ao art. 21... (Pausa.)

Perdão!

Em relação à definição de raça e etnia, não vejo óbice à definição de etnia, conforme está previsto no art. 18 e no art. 20.

No art. 21, “todos os jovens têm direito à saúde pública de qualidade, com olhar sobre suas especificidades”, eu quero manter “especificidades” porque existem, de fato, especificidades em relação às políticas de saúde pública. Existem concretamente, e existe diversidade étnica, como V. Ex^a mesmo definiu; existe diversidade de gênero; existe diversidade para atendimento dos grupos de LGBT. Existem especificidades. Existe uma diversidade de especificidades que só pode ser contemplada com a legislação, com a redação com olhar sobre as suas especificidades.

É lógico que a sociedade é plural; é lógico que a sociedade é multiétnica; é lógico que a sociedade tem suas diferentes especificidades, e isso deve ser tangente em todas as políticas públicas. Políticas para LGBT, políticas de gênero distintas, políticas para a juventude urbana e para a juventude rural são políticas públicas, em especial políticas de saúde pública que devem ser diferentes, que devem ser diferenciadas.

Eu quero manter a alteração prevista no inciso IX do art. 22, “proibição da propaganda de bebidas com qualquer teor alcoólico”. Assim como nós já avançamos, proibindo e vedando a participação de crianças em propagandas de bebida alcoólica, nós temos que avançar para o jovem menos. A bebida alcoólica e o fumo são tão nocivos quanto as drogas que são ditas ilegais, tão nocivos quanto. E nós não podemos ter restrições ao fumo, conforme tem a legislação hoje, e flexibilidade em relação à propaganda de bebidas alcoólicas. Em qualquer horário, na nossa casa, entra propaganda de bebida alcoólica, utilizando a juventude como símbolo e favorecendo e atendendo somente os interesses das empresas multinacionais de bebida alcoólica. Por isso, mantenho o texto como está.

Em relação ao art. 23 e ao art. 24, não acato a emenda de V. Ex^a.

Também, não acato a emenda do inciso IX do art. 22.

Não acato também as propostas ao art. 23 e ao art. 24, porque considero fundamental reafirmar os direitos consagrados no art. 215, da Constituição da República. Neste aspecto aqui, é fundamental, quando nós vamos entrar nos direitos específicos da juventude, é fundamental que o estatuto assim o reafirme.

Quero também esclarecer, em relação ao art. 26, o que estamos assegurando no Estatuto da Juventude. Estamos assegurando, primeiro, o direito à meia-entrada em eventos culturais e esportivos, em eventos artísticos, culturais e esportivos. Esse direito à meia-

-entrada está assegurado, em eventos privados, para 40% dos ingressos. O que chamo de eventos públicos? São eventos que têm financiamento da Lei Rouanet ou outra legislação pública. Nesses, a reserva de assentos é de 50%, os 10% a mais serão de acordo com o financiamento já previsto hoje na Lei Rouanet.

Quero afirmar que esse dispositivo está em conformidade com acordo firmado entre nós, mediado por nós, com a participação da União Nacional dos Estudantes, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e dos produtores culturais. Na verdade, esse dispositivo, como está aqui, favorece os produtores culturais. Os produtores culturais apóiam esse texto como está aqui, porque assegurará a quota que reivindicam e acabará, de vez, com aquele argumento de que o preço inteiro terá de ser reajustado por causa da meia-entrada. Esse argumento não existirá, conforme está disposto no art. 26. O art. 26 é fruto de um acordo do qual os próprios produtores culturais participaram. Estou estendendo a meia-entrada e garantindo.

Quero só argumentar em relação às entidades que expedirão a carteira. Não estou restringindo à UNE e à Ubes. Estou deixando claro no texto que são UNE, Ubes e entidades a elas associadas. A União Estadual dos Estudantes de Mato Grosso, Senador Pedro Taques, poderá, associada à União dos Estudantes, também, fazer a emissão. A União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, a União Paulista, também. Enfim, estamos estendendo.

Convenhamos que não conheço outra entidade nacional de organização dos estudantes universitários que não a União Nacional dos Estudantes, assim como não conheço outra entidade nacional de organização dos estudantes secundaristas que não a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, aliás, isso não é de hoje. A UNE é de 1937; a Ubes, de 1947. A ditadura tentou fechar as duas e fracassou, perdeu a ditadura. A UNE e a Ubes, depois, foram reconstruídas, uma em 1979 e a outra em 1981.

Não garantir que essas entidades e suas congêneres, entidades estaduais, façam a expedição da carteira é, sim, uma discriminação indevida, malconcebida e desnecessária, assim como foi a medida provisória que restringiu esse direito das duas entidades, da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Já concluirei, Sr. Presidente.

O art. 29, “a produção e a programação das emissoras de rádio”, está conforme o Projeto de Lei da Câmara, o PLC nº 119. A redação do art. 19 está contemplada conforme essa redação.

O art. 30: “É dever do jovem contribuir para a defesa...” Enfim, sobre o art. 30 quero concordar aqui

com o Senador Demóstenes. É uma afirmação nacionalista. Faço questão de fazê-la e de reafirmá-la. Acho que temos de incutir e voltar a valorizar a defesa, a preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro como um dever da juventude. A juventude deve reconhecer os valores da nossa cultura, os valores do Brasil. Não estou falando aqui de uma obrigação, não estou obrigando nenhum jovem. O jovem que quiser continuar cultuando pode. Acho de muito melhor gosto cultivar a nossa Amazônia, acho de muito melhor gosto cultivar a nossa cultura, cultivar o Marabaixo do Amapá, as manifestações artísticas da Bahia, a cultura brasileira, do que a importada, a americana. Bem, acho de bom gosto. O jovem que quiser optar por outra, tudo bem, não estou obrigando. Estou dizendo que é um dever do jovem brasileiro valorizar os valores culturais que nós temos e que, como todos sabem, não são poucos.

Acato a emenda do Senador Demóstenes no inciso II do art. 32.

Acato a emenda do Senador Demóstenes no inciso IV do art. 32.

Em relação ao transporte coletivo, quero deixar bem claro...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – No art. 33, todas as escolas, ao invés de somente as escolas com...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Todas as escolas. Acatado. O caput do art. 33 está ok.

O art. 34, quero deixar claro aqui, é em relação à meia passagem nos coletivos interestaduais. O texto que veio da Câmara estava universal e, realmente, inviável. Estabelecemos aqui uma cota, jovens comprovadamente carentes, assim como a meia entrada estendeu-se para os jovens comprovadamente carentes. Qual é o critério de carente? É o jovem estar incluso no Programa Bolsa Família, o que inclui quase 20% dos jovens do Brasil, quase 29 milhões de jovens. Aqui o critério é o mesmo. Estamos restringindo para quatro assentos, dois para pagar meia, dois para o valor integral.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Uma observação, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES (Bloco/DEM – GO) – O critério do Bolsa Família será utilizado, segundo texto de V. Ex^a, até que seja expedido o regulamento previsto no art. 26. Então, na realidade, é todo mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou adotando uma base. Qual é o critério? É o Programa Bolsa Família, que define, hoje, que 20% da juventude brasileira nele está inclusa, o que cor-

responde a 29 milhões. Quando estabeleço aqui um parâmetro, parece-me que a regulamentação inferior a essa legislação, o regulamento específico, com certeza, vai partir dessa definição, da definição do critério estabelecido no Programa Bolsa Família.

Em relação aos incisos V e VI do art. 36, quero manter a redação da criação de linhas de crédito destinadas à agricultura orgânica e agro-ecológica. Acho que é fundamental estabelecermos esse direito, em especial para os jovens trabalhadores rurais.

Também, em relação à Rede Nacional de Juventude, não acato a emenda no art. 37.

Da mesma forma, não acato a emenda no art. 38.

Pela mesma razão, acato a emenda no inciso II do art. 40 e a emenda no inciso III do art. 40, não acato a emenda no inciso IX do art. 40 e a emenda no §1º do art. 40, acato a emenda do §2º do art. 40 e não acato a emenda do §1º do art. 41, a emenda do §2º do art. 41 e não acato a emenda em relação ao capítulo dos Conselhos de Juventude.

Acho que a principal conquista desse Estatuto é a criação de um Sistema Nacional da Juventude, de uma Rede Nacional de Direitos para a Juventude, contemplando nela o ápice do aspecto de deliberação, que é o Conselho Nacional de Juventude, que é a Rede de Conselho de Juventude, que é uma Rede de Conselhos que faz a definição de políticas públicas para a juventude. Então, não acato a emenda ao art. 44.

Acato a emenda ao art. 45.

Não acato as emendas ao art. 46.

Não acato também a emenda ao art. 44.

Encerro aqui, Senador Eunício, mas, antes, cito um trecho da Carta do Apóstolo Paulo a Timóteo, que disse: “Não deixe que ninguém despreze você por ser jovem”.

Por essa razão, faço a leitura do Estatuto com algumas alterações do Senador Demóstenes acatadas, mantendo, no mais, o texto apresentado, de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Queria aqui fazer um apelo ao Senador Demóstenes antes de passarmos a matéria à discussão. V. Ex^a tinha um voto em separado, que contemplava essas 32 emendas. Aprovado o texto original, obviamente, o voto em separado de V. Ex^a sequer seria submetido ao plenário. Lembro, contudo, que o Senador Randolfe Rodrigues, um relator muito equilibrado nessa matéria, a discutiu profundamente, que esta matéria ainda vai tramitar em outras comissões em que V. Ex^a atua também e que esta matéria poderia até ser emendada em outras comissões. Entendo que V. Ex^a discorda de alguns itens do texto, mas, como esta matéria já veio

à pauta três ou quatro vezes, e há um compromisso inclusive da Presidência de encaminhar esta matéria para as outras comissões, e tendo em vista que o Senador Randolfe Rodrigues, democraticamente e até, compreendo, com alguma dificuldade, acatou várias das emendas de V. Ex^a, eu faria um apelo para que, incorporadas essas emendas ao texto, não fizéssemos vários destaques. Eu compreendo que V. Ex^a tem o direito regimental de submeter à Mesa essa questão dos destaques, mas eu não quero usar o Regimento. Quero fazer o entendimento, porque o Regimento também diz que, lida a proposição, não cabe mais destaques. Não quero criar essa dificuldade. Quero apenas fazer esse apelo ao Senador Demóstenes, que teve várias de suas emendas incorporadas. Por esse motivo, eu pediria esse esforço do Senador Demóstenes para...

O SR. DEMOSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu, em vez de apresentar destaque em todas, eu vou escolher umas três ou quatro mais importantes para discutirmos. As demais eu deixo para apresentar na outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só uma observação. Na pressa da leitura, eu havia pulado a 13. Está acatada. O termo etnia também foi acatado. Não acatada a alteração do art. 35.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou fazer o seguinte. *(Pausa.)*

O de V. Ex^a está preservado.

Vou pedir ao Senador Demóstenes que veja esses três pontos que ele está colocando como dificuldade e que converse com o Senador Randolfe, enquanto há discussão, visando saber se é possível ou não acatar, para que não tivéssemos que debater e, além do debate, depois, fazer os destaques. Então, é o apelo que faço nesse sentido.

Senador Alvaro, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, das duas emendas que apresentei, interpus destaque apenas para uma delas. A outra eu pretendo reapresentar na próxima comissão. Mas já há um encaminhamento do pedido de destaque de uma das...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está sobre a Mesa. Eu, inclusive, também faria um apelo a V. Ex^a e ao Senador Randolfe no sentido de que pudessem fazer o entendimento para o acatamento ou não. Não conheço sequer a emenda, mas também, se, durante a discussão, houver entendimento, não faremos destaque nos termos que ele acatar como emenda.

Então, estão inscritos pela ordem os Senadores Pedro Taques, Romero, Renan, para discutir a maté-

ria. Vou submetê-la à discussão sem prejuízo, Senador Randolfe, de V. Ex^a discutir o destaque do Senador Alvaro Dias e os questionamentos ainda pendentes de dois ou três itens, com o Senador Demóstenes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, inclua-me para discussão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não era exatamente para discutir a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Renan pede a palavra pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – ...mas apenas para combinar com o Relator Randolfe Rodrigues um procedimento em relação às Emendas nºs 12 e 13, que receberam pareceres contrários. Nós não vamos apresentar destaques. Talvez seja o caso de ele levá-las exatamente para a comissão de mérito. Eu não sei se é este o procedimento, se nós poderíamos combinar dessa forma, evidentemente sem pretender atrasar o calendário da apresentação desta matéria aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro que vai ficar assegurado o direito de V. Ex^a – há o entendimento com o Relator –, em não sendo acatada a emenda, de ser discutido na comissão de mérito no final. Eu faço esse apelo também ao Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Senador Eunício, há um conjunto de emendas, inclusive meritórias, inclusive de autoria do Senador Renan, do Senador Alvaro, que, por ter chegado a mim somente na última reunião, o acatamento delas implicaria adiamento novo da apreciação aqui, na CCJ. Então, Senador Renan, há esse compromisso – há um conjunto de emendas, inclusive as suas – de, posteriormente, nas Comissões de mérito, que serão a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação, ocorrer o acatamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria reforçar o apelo de V. Ex^a, fazendo alusão, inclusive, à metodologia que adotamos quando da aprovação do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tão bem relatado por V. Ex^a!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Relator, no meu caso, assumiu o compromisso de reexaminar as emendas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Assumi esse compromisso comigo, inclusive.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Assumi o compromisso de reexaminar as emendas, mesmo que elas não fossem renovadas na Comissão. Acredito que o Relator Randolfe Rodrigues fará o mesmo. Então, eu faria um apelo, até por economia processual, para que não fossem procedidos os destaques, para que pudéssemos analisá-las na Comissão mérito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É óbvio que, para isso, tenho de ouvir o Senador Randolfe Rodrigues, para saber se S. Ex^a concorda com isso, assim como V. Ex^a fez o entendimento comigo, inclusive, na questão dos apicuns. Depois, fizemos a incorporação do próprio texto dessas emendas.

É um apelo que faz o Senador Luiz Henrique, e V. Ex^a há de responder aos Senadores sobre esses questionamentos que estão sendo feitos. Apenas para uma questão de economia processual – esse assunto já está sendo bastante discutido aqui –, gostaríamos de saber se V. Ex^a tende a atender a algumas dessas emendas. Pode haver o entendimento, mesmo que V. Ex^a não as atenda hoje. Mas pode haver o entendimento na outra Comissão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou conceder a palavra a V. Ex^a.

Se houver a possibilidade de as emendas já recebidas serem atendidas e de os questionamentos já feitos serem respondidos, se V. Ex^a tiver condições de fazer isso – não é preciso que isso seja feito aqui, não é preciso que isso seja feito ao microfone –, se for feito esse compromisso com os Senadores, acho que será perfeitamente viável o entendimento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas quero fazer uma sugestão de procedimento. Em seguida, é importante que o Senador Randolfe se manifeste. Na verdade, penso que não devemos fugir à questão essencial, que é a responsabilidade desta Comissão em relação à constitucionalidade da matéria.

Todos nós queremos que esse assunto avance. O Senador Randolfe fez um trabalho extremamente detalhado. Não quero dizer que concordamos absolu-

tamente com a integralidade do seu texto, mas é um texto que traz avanços muito importantes. O Senador recebeu aqui algumas ponderações.

Solicitei a palavra porque o Senador Luiz Henrique retomou um momento que foi extremamente importante nesta Comissão: para que o Código Florestal, outra matéria emblemática, pudesse avançar, uma solicitação foi feita naquele instante pelo Relator. Eventualmente, isso pode ser feito agora pelo Senador Randolfe. Os destaques poderiam ser apresentados na Comissão de mérito, reservando-se a esta Comissão apenas a correção das inconstitucionalidades eventualmente constantes no texto. Acho que isso garantiria agilidade à tramitação. Assim, superaríamos essa primeira etapa, sem prejuízo da discussão, talvez, no foro mais adequado, nas Comissões de mérito, de alguns temas que, certamente, polarizarão as discussões.

Certamente, se pudéssemos sair daqui hoje com a base do texto aprovada e com o compromisso do Senador Randolfe de analisar o mérito das principais emendas que aqui surgem, poderíamos nos restringir hoje a aprovar o texto, com o compromisso de o mérito e os destaques serem apresentados nas Comissões seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Romero pediu a palavra pela ordem. Em seguida, pela ordem de inscrição, vou dar a palavra ao Senador Pedro Taques.

O Senador Renan já acena com a cabeça, em concordância, para a Presidência, Senador Randolfe, já que V. Ex^a fez a ressalva de que as emendas apresentadas pelo Senador Renan Calheiros são meritórias, assim como as do Senador Alvaro Dias e de outros, e se pronunciou aqui no sentido de acatá-las, se for o caso, em outras Comissões.

Vou conceder a palavra ao Senador Romero. E, depois, vou voltar a conceder a palavra pela ordem de inscrição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para, primeiro, registrar a importância do trabalho do Senador Randolfe, um trabalho detalhado, um trabalho que engrandece a juventude brasileira. Também quero registrar a colaboração do Senador Demóstenes em muitos pontos que foram agregados pelo Senador Randolfe e a posição do Governo: nós vamos acompanhar o relatório do Senador Randolfe, aprovando o Estatuto da Juventude na sua constitucionalidade; vamos discutir, no mérito, a posição de alguns pontos, ainda procurando melhorar o texto. Sem dúvida nenhuma, esse é um ponto de partida importante para a juventude brasileira.

Portanto, a posição do Governo é encaminhar favoravelmente na forma como está o relatório do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

Pela ordem de inscrição, o Senador Pedro Taques tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já vou aproveitar e discutir a matéria, Sr. Presidente, e dar minha opinião a respeito dessa sistemática que temos utilizado aqui de deixar tudo para ser debatido no mérito. Isso foi muito bem feito por ocasião do relatório do Código Florestal. Isso foi feito naquele momento pelo Senador-Relator Luiz Henrique, que cumpriu o seu compromisso que fez aqui na CCJ.

Eu só queria esboçar a preocupação de estarmos esvaziando o papel da CCJ. O que é mérito? O que é constitucionalidade? Isso me parece, com todo respeito, que alguns juristas estabelecem que as preliminares se confundem com o mérito. Isso não existe, estamos esvaziando a Comissão de Constituição e Justiça. É lógico que regimentalmente as matérias constitucionais, a qualquer momento vão voltar para a Comissão de Constituição e Justiça. Daqui a pouco, estamos jogando tudo para as Comissões de mérito, desde que aqui não seja a comissão de mérito.

Quero só esboçar essa preocupação, porque quando a Constituição fala em comissões, ela fala no controle preventivo que é feito pela Comissão de Constituição e Justiça, está lá no art. 58, § 2º, está lá estabelecido.

Eu gostaria só de esboçar essa minha preocupação, Sr. Presidente. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Que tem a concordância da Presidência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem.

Discutindo o tema, eu quero parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues, esse jovem Senador, quase um Senador inconstitucional, porque tem pouco mais de 35 anos e, pelo trabalho elaborado, o Senador Demóstenes pelos argumentos, com alguns dos quais eu concordo, que aqui foram trazidos. Mais do que de debates, eu gostaria de alguns esclarecimentos do Relator, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Alguns esclarecimentos no projeto.

No art. 1º, nós estamos falando em convenções internacionais que estabelecem esta faixa etária. Esta convenção foi internalizada na República Federativa do Brasil? Nós temos a assinatura do Presidente da

República como Chefe de Estado, depois foi aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do 49, inciso I, por meio de um decreto legislativo. Houve um decreto do Presidente da República promulgando esta convenção? Se houve, não há que se discutir a sua constitucionalidade, porque esta convenção tem sede, em não se tratando de direitos humanos, é uma lei ordinária, tem que ser obedecida.

Este é o primeiro questionamento.

Art. 2º. Aqui no art. 2º, inciso VI, Senador Randolfe: “promoção e valorização da pluralidade da participação juvenil por meio de suas representações”. Nós todos sabemos a importância das representações. Agora, essas representações podem ser representações partidárias, representações associativas, representações políticas... Existem várias espécies de representações. Nós temos que valorizar sim as representações. Agora, o cidadão tem o direito constitucional de não querer ser representado por ninguém. Daí a democracia participativa. Portanto, quem sabe aqui um pronome relativo também por meio de suas representações. Não posso obrigar ninguém a querer ser representado, Sr. Presidente. Aqui, quem sabe, esse pronome relativo é uma contribuição. Eu poderia ter feito emendas, eu sei disso, mas isso foi debatido pelo Senador Demóstenes Torres e eu fiquei em dúvida e gostaria do esclarecimento de V. Exª aqui no art. 2º: “por meio de suas representações” Já que estamos falando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.... Senador Randolfe, como o Senador Pedro Taques está indagando por item, se o Senador Pedro Taques concordar, para V. Exª não perder o raciocínio depois, poderia responder diretamente ao Senador Pedro Taques. Nos vários questionamentos que V. Exª pode fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Está no segundo? Então, em relação ao primeiro questionamento, estou checando a apreciação. Mesmo tendo sido acatada ou não no ordenamento jurídico brasileiro, quero só reiterar que essa é uma convenção estabelecida – reitero – pela Convenção Ibero-Americana de Juventude e acatada por diferentes organismos de juventude pelo mundo. É por isso que nós definimos a faixa de 15 a 29 anos. Se foi acatado no ordenamento jurídico brasileiro, careço dessa informação, que já prestarei ao senhor, Senador Pedro Taques.

Em relação ao pronome relativo, acho que resolve o questionamento feito anteriormente pelo Senador Demóstenes.

As representações de que estamos tratando são as representações da juventude. Quando a gente coloca o “também”, acho que resolve. Mesmo que não

haja emenda para acatar agora, eu assumo aqui o compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Acate em forma de emenda. Estou permitindo que acate em forma de emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, pronto! Então, perfeito!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Coloque “por meio de suas representações”, que eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acata, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa a V. Ex^a, com tempo suficiente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, suprima aí o “por meio de suas representações”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho, Senador Demóstenes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Estou acatando o pronome relativo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vai ficar como, então?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – “Também por meio de suas representações”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, Senador Randolfe, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Presidente. Deculpe-me Presidente. Eu estava mediando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A palavra está com a Mesa, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques fez, por enquanto, dois questionamentos a V. Ex^a. Por enquanto, fez dois questionamentos de esclarecimento. Quanto ao primeiro esclarecimento, V. Ex^a não tem a informação e vai passar daqui a pouco para o Senador Pedro Taques, para que ele forme juízo de valor na hora do voto. Quanto ao segundo, V. Ex^a acata o questionamento do Senador Pedro Taques, e eu vou considerar que o acatamento de V. Ex^a à frase, à palavra, ao item

será em forma de emenda que o Senador Pedro Taques encaminhará à Mesa, até o final desta reunião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Inclusive, resolve o meu problema. É a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Resolve, inclusive, a questão do Senador Demóstenes Torres. Então, resolve duas questões. Se V. Ex^a já disse que acata, estão resolvidas as duas questões.

Senador Pedro Taques tem a palavra.

Senador Inácio.

Senador Randolfe, se V. Ex^a não der atenção a cada Senador que estiver questionando V. Ex^a, autorizado pela Mesa, isso vai dificultar os trabalhos, com todo respeito que tenho por V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu estava exatamente esclarecendo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques está com a palavra, para pedir esclarecimento a V. Ex^a.

O Senador Inácio Arruda está inscrito. No momento oportuno, ele irá questionar V. Ex^a sobre outras coisas, a não ser que ele peça um aparte ao Senador Pedro Taques e a matéria seja a mesma, o mesmo questionamento.

O Senador Pedro Taques tem a palavra assegurada pela Mesa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já foi esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

V. Ex^a é sempre muito compreensivo.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Acho que ficou aqui a resposta da questão da convenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Da convenção, já tem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, existe um decreto legislativo nos termos do art. 49, I?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não existe, mas, por outro lado, o Brasil sediou a Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude, em 6 de dezembro do ano passado, na qual foi ratificada a decisão anterior sobre a definição como juventude da faixa de 15 a 29 anos. Não existe...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Que nós podemos revogar a qualquer momento, diga-se de passagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente, perfeitamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Cada país é soberano para acabar com essa bobagem. Não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, o Senador Pedro Taques está com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que a expectativa de vida está avançando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques tem a palavra assegurada pela Mesa, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu ainda fiquei em dúvida, Sr. Presidente, porque nós temos vários tipos de convenções. Há convenções que criam obrigações gravosas à República Federativa do Brasil e existem convenções que não. Então, essa dúvida ainda persiste. Vou buscar resolver isso. Estou em dúvida se houve esse decreto legislativo que, depois, foi promulgado pelo Presidente nos termos do art. 89.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador, o Congresso Nacional já aprovou.

Deixe-me só trazer a notícia.

Com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude, a Organização Ibero-Americana de Juventude realizou em Brasília a terceira reunião do comitê. (...)

Em 2010, o Congresso Nacional aprovou a adesão do Brasil à Organização Internacional da Juventude, mas a decisão ainda será efetivada por decreto presidencial.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem a palavra assegurada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A questão da representação do art. 2º e incisos também pode ser resolvida por “inclusive”. É uma sugestão de emenda que eu farei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, V. Ex^a acata?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É “também” ou “inclusive”. Dá na mesma!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Será em forma de emenda. Está acatada, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu preferiria “inclusive”.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para ficar claro: acatada em forma de emenda feita pelo Senador Pedro Taques.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem.

O art. 6º diz o seguinte: “O Estado e a sociedade promoverão participação juvenil na elaboração de políticas públicas para a juventude e na ocupação de espaços públicos e tomada de decisão.”

Aqui no inciso V, quero voltar ao tema debatido pelo Senador Demóstenes. E um esclarecimento: desculpe-me a ignorância, mas o que significa “ocupação de espaços públicos de tomada de decisões”? Aqui, no Senado da República, há um espaço público de tomada de decisões. V. Ex^a não pode proibir que os estudantes aqui estejam, a não ser no exercício de poder de polícia do Presidente da Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Qual é o dispositivo?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O art. 6º.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Inciso V?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Inciso V.

O direito a voto... Aqui teríamos de estabelecer... Sou defensor da participação do jovem, temos de fazer isso em homenagem a essa democracia participativa, dialógica. Sou absolutamente defensor disso, mas precisamos estabelecer que essa democracia... Os termos do parágrafo único do Art. 1º da Constituição são o seguinte: “[...], nos termos desta Constituição”.

A Constituição estabelece regras. A lei não pode estabelecer outras regras contrárias à Constituição. Está lá isso. O que significa? Vai votar em quê? Qual é a votação?

Aqui poderíamos estabelecer, Senador Randolfe Rodrigues e Sr. Presidente, uma especificidade: “quando couber”, “no que couber”, porque senão isso aqui vai trazer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Nos termos da Constituição”.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso aqui vai trazer várias discussões no Poder Judiciário, que serão prejudiciais à própria juventude.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “No que couber” é ótimo. “No que couber” é ótimo, porque aí se resolve também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Eu pergunto se “nos termos da Constituição”...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, “nos termos da Constituição”, porque há lei

também. Pode ser regulamento. Então, “no que couber” pega a Constituição, lei, regulamento, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Cabe ao Relator acatar em forma de emenda ou não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Acho que “no que couber” é uma bela expressão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a acata, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Eu queria fazer uma meditação...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

Vamos estabelecer um diálogo entre o Relator e o questionador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Eu queria fazer uma redação... Eu queria só fazer uma mediação desse dispositivo.

Considere adequado, nos termos da Constituição, o proposto pelo Senador Eunício. Acho que a Constituição é a lei maior, que já estabelece os espaços públicos.

Parece-me...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E se for por lei, se for por regulamento? Então, “no que couber” é tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pois é. Parece-me redundante. Acho que fica claro que alguém que não seja Senador não terá direito de voto num espaço como este.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas temos de entender que cabeça de juiz... Como se diz no meu Estado, em frente de padre e em traseira de burro ninguém pode confiar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E em vontade de procurador, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Eu queria continuar ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, e em vontade de procurador também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com todo o respeito, em vontade de procurador também, Senador Pedro Taques.

Senador Taques, eu queria, então, continuar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Taques, vamos concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Vamos tentar encontrar uma redação. Eu queria mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas a redação será em forma de emenda feita pelo Senador Pedro Taques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Eu quero encontrar uma redação. Então, quero continuar ouvindo o Senador Pedro Taques, Presidente. Aí voltamos a esse termo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.K. Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me. Aqui não se trata de um preciosismo. O Poder Legislativo não pode jogar a responsabilidade que é dele para o Poder judiciário. Nós temos de estabelecer e de afastar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro. Devemos assumir todas as nossas responsabilidades. Fomos eleitos para isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Até mesmo para evitar prejuízo para a juventude.

Aqui, no art. 11...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele vai responder. Há essa pendência, ele vai responder em forma de emenda. Senador, art. 11.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Art. 11. O § 1º diz assim:

Art. 11

§ 1º É assegurado aos jovens com deficiência, afrodescendentes, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao Ensino Superior por meio de políticas afirmativas, nos termos da legislação pertinente.

Gostaria de saber qual é essa legislação pertinente. Sr. Presidente, tenho experiência de ajuizamento de ações na defesa dos estudantes das escolas públicas e reserva de vaga nas universidades – 30%, 40%. Muito bem.

O Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu isso, ou seja, sobre as políticas de ações afirmativas, sobre a constitucionalidade, sobre se é lei estadual, se é lei... no caso do Rio de Janeiro. Então, aqui tenho uma dúvida.

Qual é essa legislação pertinente? É a LDB?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Toda legislação que versa sobre isso. A LDB pode versar. E pode haver legislações que venham a versar sobre isso. Não podemos especificar qual é a legislação ainda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu acho que, se V. Ex^a acolhesse aquela sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes... Senador Demóstenes...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador, nós estamos na mesma discussão. É

assegurado aos jovens com hipossuficiência – olha só, V. Ex^a disse que achou interessante o termo – oriundos de escola pública o acesso ao ensino superior, por meio de políticas afirmativas. Ponto. Resolve o que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não sei se o Senador Pedro Taques resolve o ... Resolve, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Resolve.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Resolve?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sabe por quê? Porque nós...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, tem uma proposta do Senador Pedro Taques? Senão vamos ficar nesse bate-boca aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. A minha dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a acata, ou V. Ex^a não acata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Em relação a essa questão, eu não sei se o termo “hipossuficiente” abrange a diversidade que está contemplada aqui no parágrafo primeiro. No meu entender, o termo “hipossuficiência” não atende.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a acata ou V. Ex^a rejeita? Tem que ser objetivo agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu quero somente que o Senador Pedro Taques retableça a redação conforme ele propõe.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, vamos lá. Aqui está escrito assim: “É assegurado aos jovens com deficiência, afrodescendentes, indígenas e alunos oriundos da escola pública, o acesso a ensino superior, por meio de políticas afirmativas”.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós todos somos favoráveis a políticas afirmativas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. A proposta de V. Ex^a é a supressão do “nos termos da legislação pertinente”? Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acatada em forma...

Senador Demóstenes, por gentileza, a palavra está com o Senador Pedro Taques.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah, tenha paciência! Nós estamos resolvendo um termo aqui. Não foi bom o que eu sugeri?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi ótimo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não acatou? Então! Não estou criando problema, não. Estou tentando resolver.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O que é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acalme-se, Senador. Calma, Senador. Calma. V. Ex^a é sempre bem-vindo nas suas afirmações. Apenas para orientar, porque estou vendo Senadores aqui reclamando que o debate está restrito. Só isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, eu vou parar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. V. Ex^a tem a palavra, Senador Pedro Taques. V. Ex^a tem quantos questionamentos V. Ex^a queira fazer. E o Senador Demóstenes pode pedir aparte a V. Ex^a e V. Ex^a conceder. Só isso.

Eu quero ordenar os trabalhos, Senador Demóstenes. Não quero cassar a palavra de V. Ex^a, não. Tenho muito respeito pela palavra de V. Ex^a.

Senador Pedro Taques, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de ouvir a argumentação do Senador Demóstenes, que é importante, por gentileza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Senador.

Generalizar em vez de especificar, porque pode haver outras situações. Tanto V. Ex^a quanto eu... O Senador Randolfe é professor de Direito Constitucional e sabe que generalizar é muito melhor do que especificar, porque ficam muitas situações de fora. Então, se é colocado “hipossuficiente”, é todo aquele que precisa de proteção do Estado, não é verdade?

Então, “é assegurado aos jovens hipossuficientes e alunos oriundos de escola pública o acesso ao ensino superior, por meio de políticas afirmativas”. Isso resolve o problema.

E se aparecer outra situação aqui? Por exemplo, pode ser mulher que esteja aqui; pode ser que a população LGBT e não sei o quê esteja aqui. Então, para que restringir se podemos colocar uma situação genérica?

“É assegurado aos jovens hipossuficientes e alunos oriundos de escola pública o acesso ao ensino superior, por meio de políticas afirmativas”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a sugestão de V. Ex^a?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques, que está com a palavra, acata a sugestão para o relator?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu quero... Respeitando a posição do Senador Demóstenes, penso que isso prejudicaria o texto. Por quê? Nessa situação, o conceito de “hipossuficiência” é aquele em que naquela relação ele é o menos dotado de algum poder. Penso que esse seja o melhor conceito. Agora, nas relações indígenas, afrodescendentes, eu penso que no Brasil nós ainda temos o dever de especificar.

Respeitando a posição do Senador Demóstenes, a minha contribuição seria nos termos da legislação pertinente. Agora, se deixarmos “hipossuficiente”, a conotação que se tem no Brasil hoje não é ainda a de abarcar os afrodescendentes e a população indígena. Penso que o texto caminha num melhor destino especificando indígenas e afrodescendentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acatada a sugestão do Senador Pedro Taques, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, só para deixar aqui bem claras as coisas. A sugestão do Senador Demóstenes não foi incorporada pelo Senador Pedro Taques, obviamente com o devido respeito ao debate, e V. Ex^a acata, em forma de emenda, que será apresentada à Mesa, a proposta do Senador Pedro Taques?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Incorporada, então, ao texto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Agora, Sr. Presidente, caminhando para o final, no art. 14, inciso X: “Organização da produção familiar e camponesa”. Eu gostaria de manifestar a minha contrariedade e concordar com o Senador Demóstenes. Esse tipo de estrangeirismo de determinados conceitos na legislação nacional, é lógico que na literatura se fala camponeses, liga de camponeses, nós conhecemos na história isso, mas não é pertinente a nossa legislação, penso, esse instituto. Só gostaria de argumentar nesse sentido.

Eu entendi a posição do Senador Randolfe, mas nós estamos no momento da discussão e gostaria de manifestar a minha posição, concordar inteiramente com o art.18, com a substituição, parabenizar o Senador Randolfe pelo art. 22, que trata da proibição de propaganda de bebidas, de drogas chamadas lícitas. Nós precisamos realmente disso.

Encaminhando para o final já, Sr. Presidente....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Ex^a, Senador, poderia se manifestar, então, sobre as observações do Senador Taques no inciso X, alínea *i* e alíneas *c* e *d* do art. 17. Eu acho que é um sentimento geral aqui, porque vamos criar uma nova

situação. O que é isso? Doutrinariamente, todo mundo sabe o que é, mas na lei brasileira não existe produção familiar e produção camponesa. Existe produção familiar rural. Quer dizer, não vou rejeitar o termo, não. É porque nós vamos criar uma confusão. Já sabemos o que é agricultura familiar, agora vamos discutir o que é agricultura camponesa?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, Senador Demóstenes, está me parecendo a discussão quando eu era relator do Dnocs. Ninguém aceitava a transposição das águas do São Francisco, e numa grande discussão encontraram a palavra “muda-se”. Então, está bom. Muda-se como? Bota “condução das águas do São Francisco.” Então está mais ou menos parecido, a área rural com área camponesa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, mas está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem razão. O termo rural é muito mais nosso do que o termo “camponesa”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ele diz aqui; “apoio à juventude rural”. Então...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Juventude rural está claro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Familiar e camponesa. Então, criou mais um. Na lei não tem palavra inútil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas rural já é camponês, do campo. Senador Randolfe.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não dá para ser camponesa sem ser rural.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente, mantenha o termo, conforme estabelecido anteriormente. Só em relação à primeira sugestão do Senador Pedro Taques, também acato a expressão “no que couber”, para resolver.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É rural e camponesa ou rural camponesa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, conforme está no texto: “apoio à juventude rural na organização da produção familiar e camponesa sustentável”. Eu falo da produção sustentável. Não ficaria bom para o vocábulo português eu repetir “rural”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.K.. V. Ex^a é o relator.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entendi o argumento dele. Eu posso continuar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Aqui no art. 26...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só destacando, Presidente. A primeira sugestão do Senador Pedro Taques eu acatei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, em forma de emenda acatada também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso, no que couber, que é em relação ao art. 26...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “No que couber”, é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “No que couber” está incorporado sob forma de emenda.

Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Aqui no art. 26, §3º, Sr. Presidente, eu só gostaria de argumentar o seguinte: “A carteira de identificação estudantil será expedida exclusivamente pela Associação Nacional de Pós-Graduados, pela União Nacional dos Estudantes, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e por entidades estudantis estaduais e municipais a ela filiadas.”

Muito bem. A Constituição da República usa várias vezes “exclusivamente” como exceção. Vamos pegar o caso assim: cabe ao Ministério Público ajuizar ação penal pública. Agora, existe exceção da ação penal de iniciativa privada. Cabe à Polícia Federal investigar com exclusividade. Está lá no art. 144, §1º, inciso I, da Constituição. Mas outras entidades podem investigar.

O que eu quero dizer com isso? Trocando em miúdos, Sr. Presidente, exclusividade, hoje, é um termo constitucional excepcional, porque nós vivemos num Estado plural. Essa exclusividade, parece-me, não encontra respaldo constitucional. Eu sou favorável ao movimento estudantil, entendo que a organização estudantil através da UNE, através da Ubes, deve ser valorizada sim, porque tem história, vem de longe, como dizia o Brizola. Agora, “exclusividade” me parece ser um termo que não se adéqua à Constituição nesse sentido que aqui está. “É a elas filiadas...”. Só uma indagação: é possível a criação de uma UNE do B, do Brasil?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É possível.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É possível. Isso poderia ser um instrumento para dividir o movimento estudantil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O argumento é: nós vamos dividir a UNE, dividir a Ubes, criar outros instrumentos de defesa da juventude, de defesa dos estudantes. Isso é possível no Brasil? Isso é possível no Brasil.

E digamos que isso exista. Nós poderíamos proibir isso? Não poderíamos proibir. A Constituição, lá no artigo 1º, fala que nós vivemos num Estado que é plural.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu acho só que nós não poderíamos incentivar isso. Se a gente faz... O que ocorre? Houve uma medida provisória, Senador Pedro Taques, que fez a restrição às entidades estudantis. Se nós insistirmos na redação dessa medida provisória, nós vamos, na verdade, estar incentivando a divisão das entidades estudantis, do movimento estudantil como hoje nós o conhecemos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso já tem onze anos e não houve a divisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...que existe há setenta e tantos anos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A medida provisória tem onze anos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para ordenar. Já dou a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Gostaria de fazer um aparte ao Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro. Gostaria apenas de deixar clara a posição: V. Ex^a mantém o texto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mantenho, óbvio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É exatamente o apelo que eu faria ao Senador Randolfe, porque a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas ele pode voltar atrás, estamos no processo de discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...a emenda apresentada com o destaque requerido... A argumentação do Senador Pedro Taques corrobora exatamente com o nosso objetivo, que é o de eliminar essa espécie de reserva de mercado em função da exclusividade, democratizando, em razão do pluralismo, País com dimensões continentais, respeito às entidades organizadas. E a emenda que estabelece esse princípio de isonomia garante que a carteira será expedida pelas entidades de representação estudantil de âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal nos

termos do regulamento. Então, não há uma anarquia, não há uma desorganização, há uma regulamentação que possibilita abrangência maior, facilidade, acesso facilitado aos estudantes para a obtenção do documento e valorização das entidades que se organizam e devem ser valorizadas, devem ser prestigiadas, e sustentadas inclusive. E, aí, um parágrafo que garante a gratuidade na expedição da carteira de identificação estudantil para estudantes comprovadamente carentes nos termos do regulamento, sempre nos termos do regulamento – neste caso, já existente no que diz respeito aos estudantes carentes.

No outro item, o Poder Executivo regulamenta para definir bem quais as entidades no âmbito nacional, estadual e municipal que podem se responsabilizar pela edição dessas carteiras.

Então, aduzindo aos argumentos do nosso Senador Pedro Taques, essas ponderações, um apelo ao Senador Randolfe Rodrigues para que acolha já, para evitar que tenhamos que continuar discutindo isso na próxima comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E há um destaque de V. Ex^a nesse sentido. É bom deixar claro que está sobre a mesa um destaque...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Se o Senador Randolfe acolher...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, perde sentido o destaque.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Perde sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, como ninguém aqui tem o dom da verdade, eu estou argumentando, porque eu quero ser convencido pelo relator. Eu quero confessar que não firmei a minha convicção a respeito disso. Eu quero que o relator me convença disso, a respeito dessa exclusividade. Já encerro, Sr. Presidente.

Como penúltimo ponto, aqui, art. 36. A Lei Complementar, parece-me, nº 95, que estabelece como se faz uma lei – nós todos a conhecemos, a que regulamenta o Art. 59 da Constituição, a Lei Complementar nº 95...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ela proíbe o contrabando legislativo. Como diz o professor Michel Temer, Vice-Presidente, a cauda legal, o rabo da lei. Aqui é um tema: esse art. 36 está sem qualquer relação de pertinência temática com o todo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Totalmente fora do tema. Criação de linha de crédito – eu disse isso – destinada à agricultura: totalmente fora de contexto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria só de ouvir qual é a pertinência temática aqui. E encerro, Sr. Presidente, agradecendo a paciência e, mais uma vez, parabenizando o Senador Randolfe Rodrigues.

Vou votar favoravelmente, mas gostaria de ser convencido desses temas que eu aqui trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques. V. Ex^a, sempre muito objetivo nas questões. Eu quero voltar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ele tem de manifestar-se.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É isso que vou fazer.

Quero só a manifestação do Senador sobre os dois itens que ficaram pendentes: o da manutenção, que aflige o Senador Demóstenes, que deixa dúvida ao Senador Pedro Taques e que aflige o Senador Alvaro Dias. Inclusive, há sobre a mesa um destaque sobre essa questão, que obviamente será submetido à apreciação depois da votação da matéria principal, se for aprovado o requerimento de destaque.

Consulto V. Ex^a, apenas para dirigir os trabalhos, sobre como se define no relatório em relação a esses dois questionamentos feitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, eu aquiesço. Entendo as argumentações do Senador Alvaro e do Senador Demóstenes e a preocupação do Senador Pedro Taques, mas quero insistir em manter a expedição das carteiras na redação na forma como está, reiterando: no momento em que os estudantes brasileiros proclamarem legitimamente que existem outras entidades de sua representação, não verei problema nenhum.

Ocorre que hoje as únicas entidades de representação dos estudantes são, em âmbito nacional, a União Nacional dos Estudantes; para os estudantes secundaristas, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas; e as suas congêneres estaduais.

Concordo, Senador Demóstenes: mesmo com a medida provisória que restringiu o direito de que essas entidades fizessem a expedição da carteira estudantil, as entidades continuaram, sem serem divididas.

Aliás, vou mais adiante: mesmo durante, mesmo com o esforço do regime autoritário de tentar banir o funcionamento das entidades da UNE e da UBES, elas continuaram, foram reconstruídas, continuam existin-

do e são as legítimas representantes dos estudantes brasileiros.

Não...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – São órgãos governamentais quase.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu queria fazer um paralelo aqui, mas para pensar alto. Estou pensando nos argumentos de V. Ex^a e dos demais Senadores.

Por exemplo, a Constituição assegura, Senador Randolfe Rodrigues, que as entidades sindicais e de trabalhadores se organizem, por exemplo, na Central Única dos Trabalhadores, na CGT, na Força Sindical, nas diversas outras entidades. Isto é algo assegurado: a pluralidade de organização, por exemplo, dos trabalhadores.

Há outra questão importante, que está por ser objeto de votação aqui e que tenho defendido, no que diz respeito às formas cooperativas de produção. A OCB, por exemplo, gostaria que ela fosse a única entidade à qual todas as entidades de cooperativas deveriam filiar-se. Entretanto a Constituição assegura a liberdade de filiação, e daí as inúmeras outras entidades.

E como tal tenho no projeto, que está por ser votado proximamente, assegurada a pluralidade de associação. Se uma cooperativa quer filiar-se não à OCB, mas a outra, pode. Esse é o ponto de vista que, aliás, está previsto na Constituição. V. Ex^a observa que a UNE e a OEE, com a qual o regime militar até tentou acabar, prosseguem e, felizmente, como instituições legítimas e representativas dos estudantes. E isso é muito positivo. Mas será que, num paralelo com as entidades sindicais, não deveria haver a liberdade de associação, de organização?

V. Ex^a acaba de afirmar que, se os estudantes um dia o fizerem, se fizerem em outras entidades, então isso deverá ser assegurado. Será que não deveria haver, então, uma redação que levasse em conta essa possibilidade? Eu estou pensando alto, querendo ajudá-lo na sua reflexão. Falo com muito carinho pelos estudantes da UNE, da Ubes e das entidades aqui presentes. Acho que é algo que interessa muito a eles assegurar a legitimidade, a organização da UNE, da Ubes e de outras instituições, mas também preservar esse espírito que, de alguma maneira, está na Constituição no que diz respeito à liberdade de organização sindical.

Fiz aqui um paralelo para ajudar a pensar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa a intervenção de V. Ex^a.

Senador Randolfe.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por favor, Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Falo na mesma linha do Senador Suplicy, mas com outro sentido. Eu acho que, diante da preocupação dele, o que restaria seria examinar qual foi o resultado do ponto de vista da ampla divisão no movimento sindical, qual foi o resultado que os trabalhadores conseguiram com essa divisão que se estabeleceu no seio deles em função de terem inúmeras entidades. Os estudantes conseguiram manter uma forte unidade e isso se dá não em função da legislação. Não foi a legalidade que trouxe a unidade dos estudantes. Ao contrário. Foi a ação fora da legalidade que fortaleceu muito essa unidade do movimento estudantil.

Eu ponderaria com V. Ex^a, em função de todo o debate que nós já realizamos, se nós não poderíamos, assim como fizemos em outros temas, deixar para a comissão de mérito, porque há um argumento do Senador Randolfe de que possivelmente nós não teríamos sustentação constitucional, mas não há impedimento constitucional para que nós aprovemos o texto. Essa é a verdade. Não há qualquer impedimento constitucional. Então, não havendo, nós podemos levar também esse debate à Comissão de Educação e à Comissão de Direitos Humanos. Acho que seria mais oportuno, porque talvez esse seja o tema, talvez seja uma das questões cruciais de mérito. E nós podemos examinar mais à frente e com um tempo maior na Comissão de Educação e na Comissão de Direitos Humanos.

É o apelo que faço a V. Ex^a e ao nosso Presidente, tendo em vista que várias questões já foram tratadas nesse caminho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Deixem-me fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como evidentemente colocar aqui a palavra “exclusivamente” é inconstitucional, pois isso não se sustenta, nós poderíamos usar até a expressão que o Senador Pedro Taques usou: “preferencialmente” – “a carteira de identificação estudantil será expedida preferencialmente” –, porque isso seria um incentivo para que todos se dirigissem às entidades do movimento estudantil, mas, ao mesmo tempo, não exclui ninguém. Quem quiser fazer do jeito como já faz, continue. Mas é uma diretriz. Aliás, o estatuto é uma diretriz.

Naturalmente, é claro, se V. Ex^a tiver compromisso com o movimento, nem há como avançar na discussão. Será melhor votar, mas se é para incentivar, coloque “preferencialmente”, porque não exclui ninguém, não é inconstitucional e fortalece o movimento, não é verdade? Restabelece inclusive a possibilidade de expedir essas carteiras.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria está bastante debatida.

Eu consulto o Senador Randolfe, na forma da sugestão do Senador Suplicy, do Senador Pedro Taques, do Senador Demóstenes e do Senador Alvaro Dias, que também tem um destaque nessa matéria, eu estou apenas consultando V. Ex^a, o Relator, se acata ou não. Não há nenhum tipo de pressão da Mesa, apenas ordenamento dos trabalhos. Eu consulto a V. Ex^a se vai manter o texto ou se vai acatar a palavra intermediária, proposta pelos Senadores, a quem acabo de me referir... Vejo ali o Senador Valadares, que já pediu a palavra faz tempo... V. Ex^a será o próximo orador inscrito... No sentido de V. Ex^a acatar ou rejeitar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se V. Ex^a me permitir, eu poderia resolver com um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro, com um aparte... Claro! Com a palavra V. Ex^a, com o aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Randolfe, minha sugestão é de que, diante da preocupação com uma possível, uma pretensa inconstitucionalidade, ao ser colocada a palavra, a expressão: exclusivamente, nós poderíamos resolver essa questão de uma forma muito simples. Primeiro, entendendo que a carteira ao ser expedida por essas entidades colocam-nas em uma situação de responsabilidade perante os produtores culturais do Brasil; que, aliás, é uma exigência dos teatros e cinemas quanto a quem são os responsáveis que expediram essas carteiras. Se houver uma fraude, quem vai responder criminalmente por essa fraude? Daí esse relacionamento, essa discriminação das entidades que deverão expedir a carteira. Quais são as entidades? A Associação Nacional de Pós-Graduandos; a União Nacional dos Estudantes; a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e por entidades estudantis estaduais e municipais a elas filiadas, isto é a preocupação do Relator de identificar, para uma possível ação de responsabilidade do poder público, as entidades que expediram a carteira profissional... A carteira do estudante... Ora, se a palavra “exclusivamente” está incomodando alguém, vamos tirar a palavra “exclusivamente” e pronto! Se é essa a palavra que está incomodando, vamos tirar a palavra “exclusivamente”

e vai ficar assim o § 3º do art. 26: “A carteira de identificação estudantil será expedida pela Associação Nacional de Pós-Graduando, pela União Nacional dos Estudantes...” São entidades acreditadas, conhecidas, não são entidades fantasmas! (Palmas.)

São entidades que vão dar o suporte legal, fático...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois é... Acato. Com essa sugestão, eu acato.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Elas dão crédito à expedição da carteira profissional dos estudantes. Por isso, vamos tirar apenas a palavra “exclusivamente”, que está incomodando os constitucionalistas desta Casa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acato.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não sou constitucionalista, eu sou regimentalista. E o Regimento permite que se exclua a palavra “exclusivamente” sem ferir a ninguém.

Este é o meu parecer, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O regimento é vinculado à Constituição.

Só para ordenar os trabalhos... Eu pergunto ao Senador Alvaro Dias: tirando a palavra “exclusivamente” e colocando...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não resolve...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não resolve?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não resolve, Presidente. Mantém o privilégio a determinadas entidades, excluindo-se as demais. Essas não são fantasmas; as demais também não são fantasmas. Elas existem e são organizadas, conceituadas, organizadas legalmente e respeitadas na sociedade – e elas não podem ser excluídas. Este é o objetivo quanto a eliminar determinados privilégios: a definição de entidades de primeira classe e entidades de segunda classe. Isso é democratizar e respeitar a pluralidade cultural. Enfim, eu creio que nós não estamos, de forma alguma...

Aliás, eu aproveito até a oportunidade para cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues. Seu trabalho foi exuberante, minucioso. Nós concordamos, praticamente, com a totalidade das suas observações, das suas inovações ao texto que veio da Câmara. Apenas queremos defender a participação isonômica de todas as entidades com esse cuidado que o texto da nossa emenda introduz nos termos do Regulamento, ou seja, não há como possibilitar que qualquer entidade vá fornecer carteira de estudante. Há, aqui, esse cuidado, o respeito à legalidade, à organização, mas, sobretudo, democratizando.

Eu creio que nessa área, nesse segmento etário, a juventude com sua irreverência, mas com sua capacidade de organização e de mobilização num país com dimensões continentais e diferenças regionais significativas, nós devemos estabelecer a pluralidade, sobretudo nessa hora em que o Estatuto da Juventude está definindo parâmetros para a atuação estudantil, nós devemos ter esse cuidado de respeitar todas as entidades, valorizando-as da forma adequada.

É esse o nosso propósito.

Sr. Presidente, se houver possibilidade do acatamento do relator, nós encerraríamos esse debate aqui. Se não houver essa possibilidade, certamente esse debate prosseguirá nas demais Comissões. Se houver o entendimento de que todos os destaques devam ser retirados para que as emendas sejam reapresentadas na Comissão de Educação, nós acompanharemos; mas se não houver esse entendimento, se não houver essa deliberação, se os destaques forem mantidos, nós também vamos manter o nosso destaque.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, existe, por parte do Senador Demóstenes, Senador Suplicy, Senador Pedro Taques e do Senador Alvaro Dias, os quatro...

Eu consulto se seria a substituição de “exclusivamente” por “preferencialmente”. É isso? Só queria que deixassem claro para a Mesa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, V. Ex^a não. Estou consultando os Senadores...

Depois vou consultá-lo em relação a V. Ex^a.

Senador Randolfe, o último questionamento que vou fazer, os dois últimos questionamentos que vou fazer a V. Ex^a, para finalizar a discussão...

Há uma proposta feita pelo Demóstenes que tem anuência também do Senador Alvaro Dias, do Senador Suplicy e do Senador Pedro Taques – está nas notas taquigráficas da Casa.

Senador Randolfe Rodrigues, indago de V. Ex^a se V. Ex^a acata a palavra “preferencialmente” em substituição a “exclusivamente”. Se V. Ex^a não acatar, ficará mantido o texto. Vou consultar se V. Ex^a acata a proposta do Senador. Vai ser mantido o destaque e nós passaremos à votação da matéria principal, mas antes vou dar a palavra a V. Ex^a e depois ao Senador Pedro Taques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Eunício, eu queria acatar a sugestão apresentada pelo Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E rejeitar a proposta dos outros quatro Senadores. É isso? É preciso deixar claro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Retira a exclusividade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Retiro a palavra “exclusividade”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirando a palavra “exclusividade” atende ao Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A palavra é “exclusivamente”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atende ao Senador Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não atende, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, Senador Randolfe, retirar a palavra “exclusivamente” não atende aos Senadores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Porque o texto define quais as entidades que poderão emitir as carteiras. Aí fica implícito que as demais estão excluídas. Então, não há alteração.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quero tentar ordenar os trabalhos. Pelo que entendi... Vou pedir um minuto de silêncio... Uma palavra pode mudar um texto inteiro... Só um minuto de silêncio...

Senador Randolfe, só para confirmar o entendimento: não tira o direito nem a preferência dessas entidades continuarem emitindo as carteiras de estudante. Quando os quatro Senadores propõem “preferencialmente”, eles estão dando preferência a essas entidades, mas não excluem, no meu entendimento, outras entidades que forem criadas e, constitucionalmente – V. Ex^a é professor de Direito Constitucional; eu não tive a honra de sê-lo –, V. Ex^a vai entender que não há como impedir... Eu fui do movimento sindical, firmei vários sindicatos, fui presidente da Federação de Comércio, conheço um pouco dos estatutos dessas entidades todas. Não havia como eu impedir que fosse criada outra entidade. Não há, constitucionalmente, como a gente impedir aqui que se crie outra entidade.

Não estou defendendo a criação de outra entidade, estou satisfeito com a UNE, com a Umes, com as entidades. Agora, é constitucional. Seria inconstitucional a Comissão de Constituição e Justiça aprovar um texto que contrariasse a Constituição, que dá o direito de liberdade de expressão e de associação depois da ditadura no Brasil.

V. Ex^a é o relator, cabe a V. Ex^a acatar ou não. No entanto, antes de V. Ex^a se pronunciar, o Senador Pedro Taques pediu a palavra...

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Eu tenho uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques pediu a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer uma sugestão de redação ao relator que talvez compatibilizasse...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, a sugestão de redação já foi feita, por V. Ex^a inclusive.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso encaminhar por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O que V. Ex^a fala está nas notas taquigráficas e vale como escrito, Senador Suplicy. V. Ex^a tem fé pública aqui.

Tem a palavra o Senador Pedro Taques e, em seguida, dou a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para concordar inteiramente com o que disse o Senador Valadares. Esse dispositivo tem um objetivo, que é o de garantir que essas carteiras que se transformam em documentos com fé, com confiança pública – parece-me que serão, inclusive, expedidas pela Casa da Moeda; não tenho essa certeza, gostaria de ouvir o relator sobre isso –, possam ter uma entidade que se responsabilize por sua expedição. É isso. Essa parte do dispositivo é absolutamente coerente com o sistema e tem de ser assim mesmo, porque, senão, vão montar uma associação que vai poder expedir essas carteiras e nós não teríamos a importância dessa associação, a segurança... Isso aqui é uma salvaguarda para aquele produtor cultural que vai aceitar as carteiras. Concordo inteiramente com isso.

Essa ideia da unidade do movimento estudantil no Brasil é uma ideia do Brasil. Agora, nós precisamos debater isso. Eu não estou aqui manifestando posição quanto a isso, porque não está em debate essa unidade. Agora, quando se fala em exclusividade – quero ressaltar isso aqui – deve-se ter em mente que essa exclusividade pode criar discussões judiciais.

Sem fazer adivinhação, futurologia, só isso...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Pedro Taques, permita-me.

Para concordar com V. Ex^a, não resolve o problema a proposta do Senador Valadares. Basta ler o art. 37: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade...”

A UNE é ou não é uma pessoa jurídica? Então, nós estamos fazendo uma lei dirigida para uma pessoa jurídica, isso fere a Constituição, não precisa nem analisar a Constituição. Então, quando se coloca “preferencialmente”, aí sim, pode ser a UNE, mas podem ser mais duzentas. Aí, então, pronto, resolveu. Agora, desse jeito, nós estamos dirigindo uma lei para bene-

ficiar uma pessoa jurídica. É respeitável, com história etc. e tal, tudo OK, mas é inconstitucional. Então, nós estamos fazendo um texto que não vai ter repercussão jurídica alguma, porque todo mundo vai questionar. Qualquer associação dessa entra no Supremo com uma representação tal e, em meia hora, derruba a proposição que nós aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, se nós queremos incentivar que a UNE tire, que as associações secundaristas..., que se escreva “preferencialmente”. “Preferencialmente”, pronto! Não quer dizer que ela tem exclusividade, mas todo mundo, ao ler isto aqui, falará: “Vou à UNE”. Então, quer incentivar nessa direção, ok. A palavra “preferencialmente” resolve. Caso contrário, é inconstitucional. Não há como sustentar o contrário. Tem razão o Senador Pedro Taques.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Suplicy pediu a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma sugestão, Sr. Presidente, quem sabe para compatibilizar e harmonizar o que está sendo expresso – agora acredito – pelos diversos Senadores.

A Carteira de Identificação Estudantil será expedida por entidades estudantis de caráter nacional e por entidades a elas filiadas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu concordo com o Senador Suplicy, só que eu estenderia: nacionais, estaduais e municipais.

Acho que a redação de V. Ex^a é perfeita.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E municipais. Muito bem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está resolvido o problema.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato. E municipais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, vou encerrar a discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É o que está na emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, vou encerrar a discussão. Preciso só do último parecer de V. Ex^a. Após

o último parecer de V. Ex^a, vou encerrar a discussão e colocar a matéria em votação. Obviamente, se não houver entendimento, vou ressaltar os destaques.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, consultando as lideranças aqui, quero fazer a ponderação primeiramente em relação à proposta apresentada pelo Senador Valadares, que, no meu entender, resolveria a questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não resolve.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não havendo um acatamento do conjunto das lideranças aqui em relação à proposta do Senador Valadares, parece-me que manter as entidades UNE, Ubes e ANPG e o termo “preferencialmente” resolveria o impasse aqui apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Ex^a acataria a proposta feita pelo Senador Alvaro Dias. Há nessa matéria um destaque, que obviamente ficaria prejudicado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. A proposta é a seguinte: retira-se o destaque, e acatamos como emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim. V. Ex^a acataria como emenda...

Senador Demóstenes, só para concluirmos aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Em relação à questão,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Randolfe, por favor, dê uma atenção ao...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... esse primeiro ponto eu creio que resolve.

Se é “preferencialmente”, está-se abrindo a perspectiva para que as demais possam se habilitar. Então, eu creio que aí contempla o objetivo da nossa proposta.

Mas há outro parágrafo sobre o qual talvez fosse interessante ponderar: “É garantida a gratuidade da expedição da Carteira de Identificação Estudantil para estudantes comprovadamente carentes nos termos do regulamento”.

Creio que, em relação a esse parágrafo, V. Ex^a concorda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Qual é o parágrafo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É o da minha emenda. V. Ex^a pode desconsiderar a emenda e acolher o texto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Isso já está acolhido, porque inclusive é esse o objetivo. Já está acolhido. Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acolhida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós estamos entendidos. Evidentemente, a análise posterior do texto final nos permitirá manter a posição ou, na próxima reunião, voltar ao assunto. Mas eu creio que não haverá nenhuma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos discutir aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu quero fazer um acordo, Senador Eunício,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir aos assessores um pouquinho de silêncio para podermos entender aqui.

Senador Randolfe.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por uma questão regimental, caberia ao Senador Randolfe, como Relator, anunciar que aceita parcialmente a Emenda 10. Essa é uma questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É claro. É exatamente por isto que estou pedindo silêncio: para concluirmos esse debate.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para corrigir também outros erros, como acolheu “preferencialmente”, resalto que o § 4º diz o seguinte: “§ 4º A Carteira de Identificação Estudantil conterà selo de segurança personalizado segundo padrão único definido pelas entidades nacionais.” Então, podemos determinar “definido ‘preferencialmente’ pelas entidades nacionais”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O termo “preferencialmente” vai entrar onde couber.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – No § 4º tem que entrar...

Só para deixar claro: No § 5º, as entidades mencionadas no § 3º deste artigo deverão “preferencialmente” tornar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ou, preferencialmente, onde couber, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Então, fica assim. Não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Onde couber.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O parecer do Relator, Senador Eunício: acato parcialmente a emenda apresentada pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pronto. Isso satisfaz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acato...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso satisfaz a resposta de V. Ex^a, acatando parcialmente as emendas propostas pelo Senador Suplicy, que têm o mesmo teor, pelo Senador Pedro Taques, pelo Senador Alvaro Dias, que retira, nesse caso, o destaque, porque foi acatado parcialmente, e o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só deixando claro que a palavra “preferencialmente” tem também que constar dos §§4º e 5º...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, onde couber a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, só destacando, até para aqueles que nos estão acompanhando, o Senador Randolfe está acatando também esse parágrafo que diz respeito à gratuidade para aqueles comprovadamente carentes, nos termos do regulamento existente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em relação a isso, ok. Só um destaque, Sr. Presidente. Eu acatei preferencialmente em relação às entidades estudantis. Nos dispositivos seguintes, ora, vou prejudicar o preferencialmente se acatar, porque, vejam só, vamos à redação.

Eu acato a seguinte redação: “A carteira de identificação estudantil será expedida preferencialmente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e por entidades estudantis estaduais e municipais a elas filiadas”.

Basta acatar nesses dispositivos. Ou seja, eu garanto a pluralidade que está sendo reivindicada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Leia os §§4º e 5º.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O §4º diz: “A carteira de identificação estudantil conterà selo de segurança personalizado segundo o padrão único, definido pelas entidades nacionais mencionadas no §3º desse artigo e será por elas distribuída”. Se, no §4º, estou dizendo que é preferencial a algumas entidades; se, no §4º, eu mantenho esse preferencialmente, o preferencialmente do primeiro não vai valer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Randolfe, a sugestão do Senador Suplicy encerra o texto um pouco antes. Não há necessidade de incluir “a elas filiadas”. As entidades, encerrando onde encerra o texto do Senador Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, mas o do Senador Suplicy mantém: “a carteira de identificação estudantil será expedida por entidades estudantis de caráter nacional e entidades a elas filiadas”. Estou mantendo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não há necessidade desse final “a elas filiadas”.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, mas, Senador Alvaro, eu não acatei a sugestão do Senador Suplicy, porque exclui Une, Ubes e Associação Nacional de Pós-Graduandos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, esqueça a do Suplicy. Eu apenas estou...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, já está nas notas taquigráficas o acatamento da proposta do Senador Avaro Dias, que foi secundado pelos outros Senadores, nos termos em que V. Ex^a acatou a emenda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...e, obviamente, prejudicou o destaque do Senador Avaro Dias.

Encerrada a discussão.

Senador Demóstenes, vou consultar V. Ex^a.

Encerrada a discussão. O Senador Avaro Dias retirou o destaque, tendo em vista que ele foi atendido parcialmente inclusive na questão dos alunos pobres oriundos do Bolsa Família.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço ao Senador Randolfe, o brilhante relator dessa matéria, e retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Espere...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação, mas, antes, consultando V. Ex^a em relação aos requerimentos de destaque feitos por V. Ex^a, porque vou colocar os requerimentos primeiro em votação – os destaques serão depois da matéria –, sobre as Emendas 20, 25, 32 e 42. Consulto V. Ex^a se retira ou mantém os requerimentos de destaque para essas emendas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, há quatro temas que quero discutir: a idade – não concordo com essa idade de 21 anos, acho absurda...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual é essa emenda?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É a Emenda 20.

Não concordo de forma alguma com a manutenção – o Senador Randolfe disse que conversou com as entidades culturais quanto a essa reserva de 40%, privadas. Então, eu vou deixar essa aí para outra comissão, para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual é a emenda, a 25?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É a 25.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Ex^a retira o requerimento da 25.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Em relação às camponesas, acho que também há um consenso aqui que não cabe. Mas eu acho que nós podemos deixar para discutir na outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a 32?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A 32.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Requerimento 32.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Em relação à passagem também gratuita e subsidiada nesses casos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Que é a Emenda 42.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, como nós já avançamos bastante, essa questão da carteira acho que foi resolvida, vou deixar esses outros quatro temas. Mesmo o da carteira eu vou estudar, para ver se não precisa de modificação nos §§ 4º e 5º.

Então, ressaltando tudo isso, vou concordar e vou votar o texto do Senador Randolfe com as alterações produzidas, e deixo isso aí para a próxima comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Ex^a retira o requerimento de emenda.

Senador Demóstenes Torres, obrigado pela contribuição, pela participação e pela compreensão de que nós buscamos aqui, durante quase três horas, o debate dessa matéria, com a participação de todos os Senadores e de V. Ex^a.

Agradeço a retirada dos requerimentos, e vou colocar a matéria neste caso sem destaques a serem votados. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, ele tirou todos os quatro requerimentos de destaque. Os quatro requerimentos... Ele tirou os quatro requerimentos de destaque.

Em votação o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, incorporadas a ele todas as sugestões que foram por ele acatadas, em forma de emendas dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

Desta forma, eu vou colocar, parabenizando o Senador Randolfe Rodrigues, antecipadamente, por ter conseguido esse debate tão intenso. E, no final, parece-me que o Senado da República tem primado pelo debate e pela convergência, assim como fez no relatório que nós demos – e continuo muito feliz com

isso – o exemplo para o mundo, no relatório do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana, quando nós votamos aqui, discutimos a matéria, Senador, sobre o Código Florestal.

Portanto, vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade dos Senadores presentes nesta Comissão. *(Palmas.)*

(Manifestação no recinto: “Eu vou à luta com atitude pelo Estatuto da Juventude!”)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado...

Eu preciso proclamar o resultado...

(Manifestação no recinto: “Eu vou à luta com atitude pelo Estatuto da Juventude!”)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não acabou a reunião.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu preciso dar o resultado. Vou dar o resultado. Eu preciso da anuência de vocês e do silêncio.

(Manifestação no recinto: “O movimento de juventude unificado pelas mudanças no Brasil!”)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – a reunião não está acabada. Temos matérias continuadas ainda.

Resultado final, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. Próximo item da pauta.

Peço às assessorias um pouquinho de silêncio, para a gente poder continuar.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 10, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à Proposta

Observações: Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista ao Senador José Pimentel, nos termos regimentais.

Eu vou pedir às assessorias... Senador Randolfe, eu compreendo o entusiasmo, mas vamos dar sequência às matérias, por favor.

Eu vou pedir à UNE... Daniel... Vocês já aprovaram o relatório de vocês, agora, permitam que aproveemos os outros.

Senador Randolfe. Senador Randolfe.

Consulto o Senador José Pimentel sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. V. Ex^a que fazer alguma manifestação, Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a.

(Manifestação no recinto: “Randolfe, unida, a juventude está contigo!”)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Por favor, por favor, vocês se comportaram tão bem aqui. Nós fizemos um esforço enorme para aprovar esse texto. Vão para as ruas.

Randolfe...

(Manifestação no recinto: “Eunício, unida, a juventude está contigo!”)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel.

Agradeço a presença de vocês e a manifestação.

Senador Pimentel, V. Ex^a tem a palavra assegurada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a matéria...

(Manifestação no recinto: “Renan, unida, a juventude está contigo!”)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Essa é a prova cabal do “bate que eu gamo”. Parabéns, Senador. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel, V. Ex^a tem a palavra assegurada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, a matéria abordada nesta Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, já foi totalmente regulamentada em lei infraconstitucional específica.

Portanto, sou daqueles que entendem que o disciplinamento deste tema, por parte do Governo Federal, já foi feito e, basicamente, a Proposta de Emenda à Constituição recupera o texto da lei federal que regulamenta esse dispositivo da Constituição Federal.

Dessa forma, sou daqueles que entendem que nós poderíamos ficar com a matéria infraconstitucional sem necessidade de constitucionalizar esse tema, até porque as regras gerais já estão incluídas na Constituição e a infraconstitucional contempla o que aqui nós pedimos.

No ritmo em que nós estamos indo, quase todos os temas infraconstitucionais estão vindo para o corpo

da Constituição brasileira, e uma Constituição que deveria ser relativamente enxuta no que diz respeito aos normativos termina sendo uma grande consolidação dos vários temas do Brasil.

Por isso, votarei contrário a esta emenda, não pelo seu conteúdo, mas por entender que ela já foi contemplada na matéria infraconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu quero concordar com o Senador Pimentel. Acho que esta matéria já foi disciplinada em lei e estamos trazendo para a nossa Constituição. A nossa Constituição já é uma bagunça, uma balbúrdia. Vou votar com o Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Luiz Henrique, como relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a emenda que nós apresentamos, nós salvamos de inconstitucionalidade o texto proposto quando estabelecemos que lei federal, estadual, distrital e municipal disporá sobre a estruturação da carreira dos agentes de defesa civil de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para a sua atuação, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Embora a Constituição não preveja um sistema nacional de defesa civil, seus arts. 21, inciso XVIII, e 22, inciso XXVIII, preveem que as ações de defesa civil e prevenção e de remediação de calamidades é tarefa da União.

Não sem razão, a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, criou o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujos objetivos, segundo seu art. 1º, são: planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional.

A criação do SINDEC por meio de lei ordinária não retira o mérito da PEC sob análise. É louvável o fato de a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, institucionalizar, por meio de previsão constitucional, um sistema nacional de defesa civil, cujo objetivo será planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil. A previsão constitucional, como bem argumenta a justificção, dará perenidade às ações de defesa civil.

Portanto, tem todo o mérito a proposição do ilustre Senador Inácio Arruda, ainda mais nessa conjuntura de tantas calamidades climáticas que reclamam uma estrutura adequada da defesa civil, que é o que propõe o ilustre Senador.

Assim, mantenho o voto pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Comunico aos Srs. Senadores que ainda temos uma outra matéria que terá votação nominal.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto dos Senadores Pimentel, Demóstenes, Suplicy, Romero e Valdir Raupp.

A matéria foi aprovada por um voto.

Aprovada a matéria, o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão é favorável ao projeto, com emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai ao plenário.

Passamos ao último item da pauta de hoje, com votação nominal.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia nas condições que especifica.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *Votação nominal.*

O Senador *ad hoc* será o ilustre Senador Demóstenes Torres, pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresentou o Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir um breve relatório e, em seguida, passaremos à discussão e votação da matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador Eunício Oliveira propõe alteração dos arts. 40 e 250 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para tornar obrigatório o acionamento dos faróis baixos dos veículos automotores durante o dia nas rodovias e nos túneis providos de iluminação. As regras permanecem inalteradas há muito tempo e as demais regras estão mantidas. Lembro que vários países utilizam desse dispositivo, há pesquisas seguras de que isso diminui o número de acidentes e já é uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito desde 1998.

O ilustre Senador Ricardo Ferraço aprimora o texto modificando o art. 40, inciso I da seguinte forma: “o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa durante a noite nas rodovias e nos túneis providos de iluminação pública, durante o dia e durante a noite”.

Então, lembrando: “o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa durante a noite e, nas rodovias e nos túneis providos de iluminação pública, durante o dia e durante a noite”.

Então, o parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para cumprimentá-lo por essa matéria que regulamenta, como bem disse o Senador Demóstenes, normas administrativas, notadamente do Contran e da Polícia Rodoviária Federal. E essas pesquisas por ele reveladas, eu também fui buscar, mostram que em quase 60% seriam diminuídos os índices de acidentes, notadamente envolvendo pedestres.

Só tenho uma dúvida: que tipo de farol será utilizado, porque existem vários tipos, e nós não resolveríamos isso através de um ofício, solicitando essa informação, porque existe o farol de rodagem diurna, denominado DRL. Isso ficaria a cargo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Acho que ficaria a cargo do próprio Contran, já que tem a resolução. Porque aí deixa claro o seguinte: nas cidades, o condutor manterá acesos os faróis do veículo, qualquer que seja o tipo do farol, utilizando luz baixa durante a noite... “O condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa durante a noite e, nas rodovias e nos túneis providos de iluminação pública, durante o dia e durante a noite”.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tem uma resolução, a 227, de 2007... Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Mais algum Senador deseja usar da palavra? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação, e a votação é nominal.

Quem vota a favor do projeto vota “sim”.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim”.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – “Sim”, parabenizando o autor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero.

Como vota o Senador Renan Calheiros, que tem audiência e ficou aqui só para votar esse projeto? Obrigado, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Luiz Henrique da Silveira?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim”, em nome do povo do Acre. Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim”.

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota “sim”.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg? (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Saiu.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Lúcia Vânia? (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia está aqui. Vota “sim”.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, parabenizando o autor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. “Sim”.

Aprovado o projeto pela unanimidade dos presentes, e a Emenda nº1 – CCJ.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tem um projeto ainda, Sr. Presidente. Avisa aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ainda tem o Item 4 da pauta, não terminativo. É terminativo também? Então, preciso da presença dos Srs. Senadores porque é terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2011

– Terminativo –

Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Votação Nominal.*

Coloco a matéria em discussão.

Desculpe, Senador Valadares para um breve relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Serei breve.

Esse projeto é da autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e determina que os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância; nos demais casos, o exame e a decisão em processos e procedimentos que se encontrem em igual fase obedecerão exclusivamente à ordem cronológica do ajuizamento.

Por outro lado, a pessoa interessada na obtenção do benefício, mediante simples afirmação da sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

É um projeto muito bom, que merece a aprovação de todos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Pedro Taques e Senador Demóstenes.

Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu discordo totalmente do projeto. O Código Civil já dá essa prioridade e diz o seguinte:

Art. 1211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade na tramitação em todas as instâncias.

Por sua vez, já há uma definição do que venha a ser doença grave:

Terão prioridade pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estado avançado de doença de Paget, osteíte deformante, contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida ou outra doença grave com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Aí vem a proposta de emenda e diz o seguinte:

Art. 1111-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, mediante simples afirmação da sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

Agora, o senhor imagine o seguinte, Sr. Presidente: o que vai facilitar em termos de fraude é... e vai criar um problema, porque quem quiser fraudar, a outra parte vai entrar com um pedido de impugnação e vai gerar um conflito.

Então, quem quer entrar com um processo em que tenha uma doença grave faz uma prova préconstituída com os exames que tem e com um atestado médico dizendo: "É incapacitante."

Há um rol de doenças incapacitantes definidas por lei e uma outra possibilidade é a pessoa demonstrar que está incapacitada.

Agora, basta a pessoa afirmar que é doente grave. O que isso vai gerar? Fraude e complicação.

Então, eu acho que já está bem definido, pela legislação anterior, esse problema. Já está resolvido, não há problema de forma alguma. O juiz, quando a pessoa alega isso, faz é facilitar e eu acho que nós estamos abrindo aqui a porta para fraude, para o debate e para a demora maior do processo.

Então, respeitando enormemente o nosso querido relator, Antonio Carlos Valadares, eu vou votar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O Senador Pedro Taques pede a palavra para discutir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Respeitando as posições do Senador Valadares que tem modificado alguns entendimentos que eu tenho aqui, e a prova disso foi hoje em um deles, eu vou votar contra, porque aqui nós vamos transformar a exceção em regra – esse é o primeiro ponto.

O que já ocorre com a questão da justiça gratuita.

O segundo ponto é que esse tema já foi debatido pela Comissão Especial presidida pelo Ministro Fux, que elaborou o projeto do Código de Processo Civil, que se encontra na Câmara dos Deputados. Esse tema, ali, foi agitado e foi recusado.

Portanto, é preciso haver um sistema aqui. Penso, com todo o respeito, que esse projeto vai trazer mais morosidade à Justiça e vai ocasionar maiores fraudes, no que concordo com o Senador Demóstenes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço vista da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fica concedida vista da matéria ao Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É melhor, é mais exequível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar a reunião, quero apenas alertar os Srs. Senadores desta Comissão que, nos termos do Requerimento nº 94, de autoria do Senador Demóstenes Torres, vamos, na terça-feira posterior ao carnaval, às 14 horas, fazer audiência pública nesta Comissão, de acordo com o disposto no Regimento Interno do Senado, art. 93, incisos I e II, para instruir a PEC nº 97, com os seguintes convidados: Dr. Nelson Jobim, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Drª Eliana Calmon, Corregedora e Ministra do Superior Tribunal de Justiça; e Dr. Paulo Schmidt, Juiz do Trabalho e Vice-Presidente da Anamatra. Com isso, vamos instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, de autoria do requerente, Senador De-

móstenes Torres. Portanto, na terça-feira posterior ao carnaval, às 14 horas, faremos aqui audiência pública na presença dessas autoridades.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo, mais uma vez, aos Srs. Senadores a presença maciça nesta Comissão em véspera de carnaval, declaro, com as bênçãos de Deus, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia oito de dezembro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Taques, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias e Demóstenes Torres. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Pedro Taques) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 01, de 2011 – SSPJ** Requeiro nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nessa Subcomissão Permanente de Segurança Pública com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, do Presidente e do Relator da Comissão de Juristas criada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Código Penal a fim de discutir os problemas atuais da segurança pública e as leis penais no país, além de buscar sugestões para contribuir com o trabalho de elaboração do anteprojeto e de iniciativas legislativas a serem tomadas pela Subcomissão de Segurança Pública. Autoria: Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reu-

nição às dez horas e quarenta e três minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Pedro Taques**, Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião tem por finalidade apresentação e apreciação do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para leitura do plano de trabalho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Presidente, Pedro Taques, vamos direto ao ponto.

Contextualização e finalidades do plano de trabalho.

A óbvia prioridade nacional com relação à questão da violência, a falta de segurança e o medo da criminalidade são graves problemas que afligem a população brasileira e que não tem recebido respostas suficientes por parte do Governo e das instituições não só nacionais como estaduais e até mesmo municipais.

Uma rápida leitura do mapa de violência de 2011, divulgado pelo Ministério da Justiça, mostra que a taxa de homicídios do Brasil é de 26,4 mortes anuais para cada 100 mil habitantes, deixando o Brasil na sexta colocação entre os países mais violentos do mundo. Mais do que isto: o patamar aproximado de 51 mil assassinatos no ano de 2008 indica o aumento de 10 mil homicídios/ano em um decênio. Pior: os inquéritos policiais investigam apenas 50% dos assassinatos, e 80% deles são arquivados, o que demonstra, inclusive, uma baixa resolutividade por parte do sistema de comando e controle na área de combate ao crime.

Paradoxalmente, a letalidade policial aumentou significativamente, e as prisões se mostram abarrotadas, com a média de 250 presos par cada 100 mil

habitantes, situação alarmante que atinge uma clientela preferencial: homens, jovens, pobres e negros. O resultado é que, apesar da segurança constituir um direito fundamental protegido pela Constituição de 1988, pesquisa CNI-Ibope, divulgada no mês de outubro de 2011, mostra que mais da metade da população a considera péssima ou ruim, sendo que 80% dos entrevistados mudaram de hábitos em razão da violência.

Esses dados, por si, justificam o trabalho deste Senado Federal e, mais especificamente, desta Subcomissão Permanente de Segurança Pública da Comissão de Constituição e Justiça no enfrentamento da problemática descrita. No entanto, é preciso romper velhos modelos. Não basta tocar na repressão e no aumento de penas. Faz-se necessário uma política pública de segurança consistente, que envolva um projeto sofisticado e profundo de integração institucional e intersectorial, gestão de informação, formação de uma cultura da paz e prevenção ao crime. Por isso são necessárias reflexões inteligentes que requerem empenho e arte para enfrentar a complexidade do problema, fazendo com que a transição democrática, determinada pela ordem constitucional de 1988, alcance também a seara da segurança pública.

Nesse contexto, a presente Subcomissão tem por finalidade analisar proposições legislativas, colher subsídios, debater com especialistas, ouvir a população e instituir um canal de comunicação entre o Senado e a sociedade, com vistas a propor inovações normativas necessárias ao combate à criminalidade, além, por certo, da devida fiscalização das ações desenvolvidas por demais Poderes da República. Mero trabalho. Para fins de organização, sugere-se que os trabalhos da Subcomissão devam ser desenvolvidos a partir dos seguintes parâmetros: um, divisão dos temas a serem abordados entre um ou mais Senadores membros com a designação de sub-relatores; dois, levantamento das proposições legislativas, documentos produzidos pelo Governo Federal e estaduais, identificação de experiências bem e malsucedidas em grupo temático; três, análise do material levantado, identificação de projetos prioritários para aprovação e preparação de novas proposições; quatro, debate das propostas com submissão a especialistas na área para discussão e exame em audiências públicas em reuniões específicas; cinco, elaboração de um relatório geral com apresentação de novas propostas legislativas e apreciação das políticas nacionais em andamento.

Temas.

Apesar da experiência de conexão e inter-relações entre os diversos temas a serem abordados, a complexidade do objeto implica a necessidade de dividi-los, garantindo-se a exequibilidade das tarefas propostas,

e, para tanto, sugere-se a seguinte divisão. Viés preventivo: federalismo no campo das políticas de segurança pública, agenda política, competência da União, Estados e Municípios; dois, integração intersectorial institucional; três, políticas de segurança pública: viés social, saúde, educação, cultura da não violência, com foco específico na questão da criminalidade; quatro, valorização do profissional e condições de trabalho do policial; cinco, combate à corrupção como política de segurança pública; seis, acesso à Justiça, prevenção social do crime e técnica de mediação; sete, análise e implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp); oito, aperfeiçoamento dos mecanismos de controles internos e externos; e, nono, gestão de informação e planejamento estratégico.

Viés repressivo: reestruturação da polícia, o problema da letalidade policial, repressão aos crimes violentos contra a pessoa – homicídio, latrocínio –, tráfico de drogas, crime organizado, lavagem de dinheiro, crime de colarinho branco, controle de fronteiras e tráfico de armas, diretrizes do sistema penitenciário, combate ao terrorismo e segurança nacional.

Resultados esperados.

Com a conclusão dos trabalhos, espera-se elaborar um relatório geral com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da política nacional de segurança pública, em seu viés preventivo e repressivo, através de sugestões de aperfeiçoamento das normas vigentes; apresentação de proposições legislativas que aprimorem a ordem jurídica e possibilite concretização plena dos direitos da cidadania, além de determinar os marcos normativos de implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Dia e horário das reuniões e atividades.

Por conveniência, aos horários agendados das demais comissões do Senado, sugere-se que a Comissão reúna-se às quintas-feiras, às 14h, para execução de seus trabalhos. As atividades específicas deverão seguir a metodologia esboçada nesse plano de trabalho e serão deliberadas em cada reunião da Comissão a partir da aprovação das propostas e requerimentos apresentados pelos seus membros.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, para o plano de trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Esse é o Senador Eduardo Braga, Relator desta Subcomissão.

Coloco em discussão o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, caros colegas, eu gostaria, antes de discutir, de exprimir uma primeira reação ao plano de trabalho.

Vejo que no plano de trabalho proposto pelo Senador Eduardo Braga, a ênfase está concentrada na avaliação de políticas de segurança pública, nos âmbitos estadual, federal e mesmo municipal, seja no campo da repressão, seja no campo da prevenção. Eu tenho o receio, que eu gostaria de exprimir, de correremos o risco, digamos assim, de introduzir fatores políticos de lealdade partidária, de relações com o Governo na avaliação desses temas, que são polêmicos e sujeitos a variações nem sempre isentas. As avaliações feitas por políticos são sempre produzidas segundo o enfoque político.

Agora mesmo, recentemente, o Presidente Fernando Henrique esteve no programa Roda Viva, da TV Cultura. E lá uma pessoa, uma convidada que não era jornalista, faz uma afirmação sobre a letalidade da Polícia Militar em São Paulo, dizendo que é a polícia que mais mata no Brasil por número de habitantes, o que é mentira, evidentemente. Ela fez aquela crítica informada pela visão do partido ao qual pertence, no caso, o PT.

E aí se poderia responder: “Mas, na Bahia... não sei o quê...”. Enfim, é claro que os parlamentares do Rio de Janeiro vão fazer a apologia do programa que está sendo desenvolvido e que tem aspectos muito positivos, mas que também tem aspectos questionáveis.

Eu, ao avaliar a política de segurança do Governo Federal, vou dizer o seguinte: cadê os VANTS, que a Presidente Dilma prometeu, durante a campanha, que estariam voando? Onde está isso? Enfim, é inevitável que se faça esse tipo de avaliação sob esse enfoque.

Isso não quer dizer, Presidente e meus caros colegas, que não devamos fazer. Até considero, na avaliação das políticas públicas, que se deveria concentrar naquilo que é da competência nossa, ou seja, na destinação – como o Governo Federal aplica as verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Fundo Penitenciário; como se dá a relação entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios, de tal forma que haja uma política integrada, que o relator chama de SUSP. Quer dizer, são coisas que estão sujeitas à nossa avaliação como congressistas, responsáveis pela aprovação do Orçamento e com uma função fiscalizadora.

Então, no que diz respeito a políticas públicas, eu evitaria colocar avaliações de políticas de Estado, porque isso vai levar necessariamente a conflitos. Isso não quer dizer que, no decorrer do nosso trabalho, não possamos fazê-lo, mas eu deixaria isso num segundo plano.

Eu daria uma ênfase maior na elaboração legislativa e procuraria coordenar, de maneira a sintonizar o ritmo dos nossos trabalhos e, mesmo, a nossa temática

com o trabalho que a Comissão de Juristas, instalada pelo Presidente Sarney, proposta pelo nosso Presidente, Pedro Taques, está levando a efeito, porque senão correremos o risco de estarmos fazendo o trabalho de um lado e de eles o estarem fazendo de outro.

Se nós pudéssemos concatenar essa elaboração, teríamos um ganho extraordinário. Além da assessoria muito competente da Consultoria do Senado, teríamos um grupo de superassessores, que são os juristas convidados pelo Presidente Sarney – magistrados, membros do Ministério Público, advogados –, para dialogarem conosco ao celular e subsidiarem o nosso trabalho naquilo que, no meu entender, deve ser – nesta fase pelo menos – o foco principal do nosso trabalho, que é a elaboração legislativa, evidentemente, do Código Penal, do Código Processo Penal e da Lei das Execuções.

É claro que, na medida em que avancemos, nós podemos e devemos, no meu entender, convidar pessoas que possam dizer-nos, dar o seu depoimento sobre a maneira como as normas jurídicas repercutem sobre a política de segurança concretamente aplicada – o que dá certo e o que não dá certo.

Por exemplo, a baixa resolubilidade das investigações policiais, um problema seriíssimo que o relator apontou. Trata-se de um problema de gestão da Polícia ou da estrutura do nosso inquérito policial? Colocar em confronto essas duas perspectivas, de modo a dar uma solução legislativa que melhor atenda aos objetivos da política pública.

Enfim, acho que a avaliação das políticas públicas poderia ser feita na medida em que avancemos na elaboração legislativa. É só uma reação ao competente relatório do nosso querido Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Se me permite, Senador Relator, passo a palavra ao Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria colocar aqui a ideia de que temos, nessa abordagem, duas dimensões. Uma é o que se pode chamar de política criminal. São as respostas oferecidas, do ponto de vista da legislação, ao fenômeno da criminalidade. A lei é fundamentalmente expressa no Código Penal, no conjunto – vamos dizer – de legislações que respondem a essa questão do fenômeno da criminalidade. Aí, o Senado e o Congresso Nacional têm um papel importante na definição do que eu chamo a política criminal.

A outra é a segurança pública propriamente dita e entendida como as ações de polícia. Aí, nosso papel é meramente o de fiscalizar e acompanhar, já que as políticas são definidas pelo Executivo.

Agora, essa preocupação que o Senador Aloysio traz e me parece própria, talvez pudéssemos tangenciar elegendo algo que é comum nessa questão da agenda da segurança e que representa hoje... por exemplo, o crime organizado, o problema das drogas, a modernização do sistema de segurança em justiça...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A tecnologia a serviço da investigação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Tecnologia, crime organizado, drogas. Isso é algo que está presente na realidade de todos os estados e nessa patologia – vamos dizer – da violência e da forma como ela se expressa. Crime organizado, drogas.

Isso é algo com que poderíamos contribuir sem necessariamente ir para essa questão do desempenho.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senadores Aloysio e Armando. Passo a palavra a S. Ex^a Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente; Senadores Aloysio Nunes e Armando Monteiro, primeiro, acho que estamos num caminho importante, porque se há uma questão que hoje é prioridade na opinião pública é segurança pública. Vejam, o Senado sequer tinha uma subcomissão permanente para discutir um tema prioritário para a população e a opinião pública, em função dos problemas de segurança. Independentemente de estado, corrente ideológica ou partidária, estamos vivendo o mesmo problema.

O Senador Aloysio Nunes colocou algo que esta subcomissão precisa discutir exatamente no dia de hoje. Vamos tratar a questão da segurança pública como técnica, de prioridade nacional, ou como uma questão partidária, eleitoral?

Sinceramente – *data venia* todo meu respeito ao Senador Aloysio – um dos nossos grandes problemas no enfrentamento da segurança pública é que não há um critério nacional para a estatística do crime. Cada estado, hoje, formula e encaminha a sua estatística sob critérios diferentes.

Não sei se o nobre Senador acompanhou uma recente publicação que saiu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, ainda ontem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ainda ontem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ainda ontem. Claro. Não se tem como acompanhar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – (Bloco/PSDB – SP) – Que mostra como não há...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não há integração entre as polícias

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu creio que uma das contribuições que esta subcomissão trará a essa questão é tratar a estatística da segurança pública como uma questão matemática e com critério único, do Rio Grande do Sul ao Amazonas. E teremos, portanto, como auferir um planejamento.

Vejam como isso é importante: ao analisar a distribuição das verbas públicas nacionais na segurança pública, vamos perceber que nem sempre o ingrediente segurança pública prevalece. Muitas vezes prevalece articulação político-partidária, o que implica numa distorção de recursos para enfrentamento de uma questão que hoje é prioridade nacional! Tanto que foi tema da última eleição presidencial.

A questão da segurança pública ganhou uma importância e relevância tamanha que, em boa parte dos discursos e dos embates na última eleição, tratou-se exatamente de demonstrar os resultados de segurança pública e que comprometimento o Governo brasileiro passaria a ter com segurança pública em cada um dos Estados, porque, via de regra, e de novo por questões políticas, partidárias, sempre se transferia a responsabilidade quase que exclusivamente para os governos estaduais, quando, na realidade, o grande impacto de algo que o nosso querido Senador Armando Monteiro acabou de colocar, a questão do crime organizado e a questão da droga, é na política da segurança pública federal, da Polícia Federal.

Um exemplo é o *crack*. Ontem, a Presidenta Dilma, em bom tempo, em boa hora, reforça um programa que, na verdade, já havia sido lançado há pelo menos dois anos pelo Presidente Lula. Ela reforça esse programa. Esse programa tem dois mil novos policiais para o plano de reforço das nossas fronteiras. Mas não tocou na questão dos VANTS, por exemplo, que é uma questão que, na minha opinião, num país que tem uma fronteira extensa como a nossa não há como resolver a não ser com a utilização do monitoramento via tecnologias modernas.

Então, eu acho que temos que tratar a questão da segurança pública como uma questão que está acima das questões partidárias, que está acima das questões políticas, ideológicas ou partidárias ou das questões individuais de cada um dos Estados, se quisermos avançar.

Eu fui Governador do Estado do Amazonas e vivenciei momentos delicadíssimos na segurança pública. E vejam, Senadores, uma coisa que é impressionante: aqueles governos que, porventura, conseguem ter bons resultados na segurança pública acabam sendo penalizados. Sabem por quê? Porque, na hora da distribuição dos recursos, em nível nacional, para a segurança pública, quem faz o seu dever de casa deixa de

receber recursos da Senasp, para serem priorizados aqueles Estados que têm maior índice de criminalidade por habitante, índices que não são homogeneizados, que não são padronizados. E o que acontece, ato seguinte? A criminalidade vira explosiva nos Estados onde o investimento não foi feito. Portanto, ficamos numa gangorra.

Eu concordo plenamente com o que o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira colocou, até porque assisti à entrevista do nosso eminente Presidente Fernando Henrique.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se me permite... Acho que estamos começando a nos sintonizar. Seria até de se estranhar que nós não nos sintonizássemos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... na linha de escolhermos temas que são temas comuns,...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Comuns.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... consensuais, que todos sabemos que são problemas que precisam ser enfrentados...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Uma coisa eu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ..., como esses sugeridos pelo Senador Armando Monteiro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Uma coisa eu garanto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... e procurarmos tratar da maneira mais isenta e...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caros Senador Aloysio Nunes Ferreira, uma coisa eu posso garantir a V. Ex^a, a todos que porventura nos assistem neste momento e ao nosso Presidente: a minha contribuição nesta Comissão é por convicção de que o Brasil precisa enfrentar essa questão da segurança pública acima de outras questões menores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E se há alguém que vai ficar absolutamente ao lado de V. Ex^a e ao lado de qualquer um que defenda que essas questões não são menores, nem questões partidárias, nem questões ideológicas e, muito menos, questões circunstanciais, porque nós estamos falando de algo que é estruturante neste País...

Não dá para pensar que vamos resolver problema de segurança pública no País apenas com polícia na

rua. E não dá para acreditar que vai ser apenas com nova legislação que vamos resolver essa questão. Há um problema grave. Nós temos outra comissão que tem uma posição invertida: o Senador Pedro Taques é Relator e o Sr. Presidente... É uma comissão que estamos encerrando agora, temporária, para acompanhamento do PAC sobre segurança pública.

Senador Aloysio e Senador Armando Monteiro, que há pouco investimento na segurança pública brasileira é do desconhecimento geral da Nação, inclusive dos Senadores da República. Inclusive dos Senadores da República. É impressionante.

Nós fizemos um levantamento nos últimos dez anos. Portanto, pega os oito anos do Presidente Lula, pega dois anos do Presidente Fernando Henrique, pega parte do primeiro ano da Presidenta Dilma. É impressionante o declínio do investimento na segurança pública neste País, por parte do Governo central, enquanto que as políticas públicas estaduais aumentam os seus recursos, mas não alcançam os resultados.

Eu tenho acompanhado o esforço do Governador Eduardo Campos em Pernambuco, que tem tido grandes desafios nessa área. Não tem a visibilidade de São Paulo e do Rio de Janeiro porque a grande mídia não está lá. Mas eu tenho acompanhado o esforço. Tenho acompanhado o desafio na minha região. A fronteira do Amazonas é extremamente animada, para não dizer outras palavras aqui que sejam diplomaticamente comprometedoras ao Senado da República. A diferença é que nós não somos mais apenas rota do *crack* e da cocaína. Passamos a ser consumidores, pela falta de política pública no combate à rota, e o Brasil passou a ser vítima da mesma situação. Nós éramos exclusivamente rota e passamos a ser grandes consumidores de *crack* e, portanto, de cocaína. Em que pese a cocaína, por dados, inclusive, do próprio FBI e do DEA, estar com sua produção em declínio no mundo, em compensação, drogas mais pesadas e mais perversas estão duplicando e triplicando sua produção no mundo.

Então, eu creio que precisamos encarar essa questão da segurança pública nesta Comissão com esse nível de maturidade. Quando fui informado de que forma seria composta esta Comissão e que membros comporiam esta Comissão, eu, sinceramente, fiquei muito animado. Primeiro, pela qualidade, segundo, pela maturidade e, terceiro, pela experiência de vida de cada um dos membros que compõe esta Comissão, porque a questão da segurança pública também passa por uma reflexão que implica em experiência e maturidade na vida pública, porque é muito fácil e tentador, Presidente, no tema "segurança pública", a ação ser meio pirotécnica, e a pirotecnia na questão da segurança pública é perversa, perversa, porque

transforma algumas situações em bode expiatório que não traz nenhuma solução para um problema que é crucial. Todos somos pais, todos nós temos uma responsabilidade com a futura geração, e a questão da segurança pública, Srs. Senadores, a meu juízo, passou a ser prioridade nacional. E se nós não encararmos isso como prioridade nacional, não terá mais diferença entre Pernambuco, Amazonas, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro. Onde estivermos, estaremos enjaulados em carros blindados ou enjaulados em portas blindadas, seja de apartamentos, seja de casas, porque nós não conseguiremos mais viver numa sociedade que possa respeitar os direitos individuais ou coletivos de uma República que se pretende democrática e federativa.

Era isto, Sr. Presidente, porque creio que, com essa maturidade, nós poderemos enfrentar com flexibilidade o plano de trabalho apresentado. E eu digo aos Srs. Senadores: há uma disposição de nossa parte e uma disposição do Ministro da Justiça em discutir esse tema nesse nível de transparência e nesse nível de responsabilidade. E a condução, obviamente, de um experiente homem da área, com largo combate nessa área, como o Senador Pedro Taques, que é, talvez, de todos nós, é quem tenha tido, na linha de frente, a maior experiência no combate ao crime organizado e ao narcotráfico neste País.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Temos um bom Relator, não é? Temos um bom Relator.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A minha preocupação é que o Presidente fique mais ou menos como um adorno, mas eu vou buscar... Permitam-me... Como Presidente, estou quase passando a presidência a V. Ex^a, como Vice-Presidente, para que eu possa... Aí está...

O senhor é Vice-Presidente, foi eleito, aclamado Vice-Presidente...

Eu só gostaria de trazer uma contribuição, Srs. Senadores: esta Subcomissão tem um papel importante, que é o de fazer com que o debate sobre segurança pública, e todos aqui já chegamos a esta conclusão, seja estruturante, independentemente de partidos políticos, independentemente de quem seja o ou a Presidente da República. Esse é um primeiro ponto.

O segundo ponto é que esta Comissão deve discutir segurança pública como política pública, como direito fundamental. Agora, nós não podemos transformar isso numa vã filosofia. Não podemos discutir segurança pública só com sociologia, antropologia e criminologia. A ideia é de que nós possamos chegar à

conclusão de que o Estado tem um dever fundamental de proteger o cidadão. Se o Estado não protege o cidadão, ele não está cumprindo seu papel, e, pelas estatísticas – confiando na estatística, que é uma das espécies de mentira, a estatística no Brasil, notadamente – confiando nas estatísticas, elas revelam, em sendo verdadeiras, que hoje o grande problema nacional é a segurança pública, como aqui já foi dito.

Então, a ideia, e eu queria propor isso aos senhores, é de, quem sabe, nós poderemos dividir a Subcomissão ao menos numa sub-relatoria, para que ela pudesse tratar de política pública voltada para a segurança pública, o que se denomina aí de uma política de segurança pública, buscando a oportunidade para que o cidadão não pratique o crime. Esse é um dado, que, necessariamente, aqui deve ser pensado.

Agora, concordo com o Senador Aloysio que muitas vezes essas questões de política de segurança pública podem ser encobertas por desvios político-partidários. Tenho absoluta certeza de que nós, os membros desta Comissão, em razão da afamada maturidade de todos aqui, bem ressaltada pelo Sr. Relator, buscaremos afastar isso.

Mas penso que a principal contribuição desta Subcomissão seja no aspecto de repressão à prática de crimes, repressão sem um conteúdo político-ideológico, repressão com respeito aos direitos fundamentais, porém, nós temos que nos recordar de que o Estado não está cumprindo seu dever – refiro-me aqui ao Estado no sentido técnico-jurídico do termo. O Estado central, regional e o Estado local não vêm cumprindo seu dever constitucional.

E concordo, Senador Aloysio, com V. Ex^a, quanto à necessidade de que nós tenhamos que fazer uma interlocução com a Comissão Especial de Juristas. Na semana passada – eu quero dar notícia a esta Subcomissão – eu participei da reunião da Comissão Especial de Juristas, dei a eles a informação de que esta Comissão teria sua primeira reunião nesta data, e aqui já redigi um requerimento vazado nos seguintes termos, que quero colocar à apreciação do Sr. Relator e dos Srs. Senadores.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Subcomissão permanente [...] [porque o Regimento Interno não dá a possibilidade de uma reunião conjunta entre esta Subcomissão e a Comissão Especial de Juristas, portanto, nós teríamos que convidá-los ou comparecermos à reunião deles] com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e ainda do Presidente e do Relator da Co-

missão [Especial] de Juristas, criada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Código Penal [...].

Isso para que eles possam nos dar informações dos trabalhos que foram realizados.

A partir daqui, Senador Aloysio, e isso está no relatório, bem elaborado por S. Ex^a o Senador Eduardo Braga, nós temos que fazer uma compilação de dois projetos de lei que tratam da matéria de direito penal material e de direito penal, processual penal, esta compilação para que possamos evitar legislação de emergência, porque nós todos temos projetos alterando o Código Penal, alterando o Código de Processo Penal, cujo projeto já passou por esta Casa e se encontra na Câmara dos Deputados, mas nós poderíamos reuni-los aqui, e regimentalmente, isso é possível, a depender do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que pode delegar isso a esta Subcomissão.

Portanto, a contribuição inicial que eu teria a trazer é esta, no sentido de que nós temos que fazer uma reunião com a Comissão Especial de Juristas, e não podemos nos esquecer que esta Subcomissão não é uma iniciativa inédita do Senado da República. Já houve, em tempos não muito recuados, uma subcomissão, e eu, como Procurador da República, tive a oportunidade de prestar esclarecimentos àquela subcomissão.

Infelizmente, de lá para cá, não por desvalor daqueles Senadores que ali estavam, não é por isso, mas por outros interesses essa subcomissão não desenvolveu seus trabalhos.

Esperamos que esta subcomissão possa efetivamente dar uma contribuição à sociedade brasileira, concretizando as discussões, porque, se ficarmos só em audiências públicas, nós vamos, ao final, elaborar um relatório muito bonito que será publicado e ficará apenas, como eu disse, na vã filosofia, que é muito bonita, mas tem as suas dificuldades de concretização.

Assim eu indago dos Srs. Senadores se estamos preparados para votar o relatório ou se algum dos senhores gostaria de fazer uma outra intervenção.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu queria aditar ao que V. Ex^a acabou de colocar alguns comentários.

Primeiro dizer que sou absolutamente favorável ao requerimento que V. Ex^a traz a lume neste momento para a nossa apreciação. Acho que começaríamos bem se tivéssemos...

Meu grande Senador Requião chegando a nossa Comissão.

Quero dizer que sou absolutamente favorável ao requerimento que V. Ex^a traz. Acho que é um bom começo e um bom passo a questão da audiência pública, conforme proposto no requerimento.

E gostaria de dizer mais. Eu acho que a experiência que acabamos de exercer nesta legislatura com relação ao Código Florestal, com audiências públicas, com uma dedicação enorme de alguns Senadores que possibilitou a construção de um texto que, se não é o ideal, foi o possível, com grandes avanços... Acho que esta Comissão poderá fazer daquela experiência algo parecido com relação à segurança pública. Acho que a segurança pública é um tema, como eu disse e repito, extremamente importante que ainda não conseguiu se encaixar dentro da gestão pública nacional com a mesma prioridade que a população estabelece na aplicação dos recursos públicos da União. E acho que nós poderemos, nessas audiências públicas, criar e compreender os mecanismos para fazer essa transversalidade envolvendo cada vez mais o Ministério da Justiça, o Governo Federal com o comprometimento público com relação à segurança pública.

Queria apenas fazer uma colocação. Sou absolutamente favorável à distribuição de metas e de serviços, só creio no seguinte: se há algo que é público neste País é segurança. E, se vamos ter uma subcomissão para tratar da política de segurança pública, nós estaremos criando, na realidade, uma comissão para tratar o tema da nossa comissão, porque todas as ações de segurança são públicas. Nós não temos no Brasil nenhuma política do setor privado que tenha impacto sobre segurança pública. Então, criar uma sub-relatoria para tratar da mesma coisa seria algo com o que eu ficaria incomodado, porque não saberia qual seria o limite da minha competência e o início da competência do outro companheiro que teria relação com isso.

Não vejo nenhum impedimento de que nós possamos distribuir tarefas, fazendo-o da forma mais irmã e equânime possível. Só temo o risco, porque lá em casa a gente tinha uma ordem hierárquica que eu aprendi com meu pai: panela em que muitos mexem... Está certo? Nós acabamos não tendo um resultado muito prático e objetivo para apresentar.

Portanto eu acho o seguinte: nós já somos uma subcomissão de uma comissão, nós já temos uma sub de uma sub para discutir e, se nós formos fatiar ainda mais, vamos chegar a uma situação pouco exequível. Mas eu acho que nós deveríamos distribuir tarefas, dentro do nosso plano de trabalho, ficando claro que cada um poderia ter uma tarefa a contribuir, num relatório que seria homogêneo, que seria único, que seria contextualizado e que seria objetivo.

Eu tenho para mim que a experiência que eu posso trazer para esta Comissão, juntamente com outros companheiros, é a experiência da objetividade de ser engenheiro cartesiano; eu sou daqueles que acha o seguinte: se quisermos enfrentar esta equação da segurança pública, temos que ter políticas claras, objetivas, metas, estatística clara, padronizada; precisamos enfrentar de uma vez por todas a questão da documentação do cidadão brasileiro.

É impressionante. O cidadão brasileiro tem, hoje, o maior número de documentos de identificação do mundo! De certidão de nascimento a carteira de trabalho; e nós não temos um cadastro único de coisa nenhuma. Não temos nada! Nós não temos nem nos Estados mais ricos um cadastro prisional que seja confiável.

Portanto, eram essas as colocações, dizendo que sou absolutamente favorável e voto com o requerimento apresentado por V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Indago aos Srs. Senadores se estamos preparados para votar o relatório. *(Pausa.)*

Alguém gostaria de discutir mais o tema? *(Pausa.)*
Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu não entendi se nós vamos, realmente, consagrar esses dois eixos, que são a idéia de política criminal, Código de Processo, legislação etc. numa dimensão; e, na outra, a questão de política de segurança propriamente dita, quer dizer, acompanhamento das ações policiais. Acho que são essas duas dimensões.

E se vamos no plano das ações voltadas para a coisa do acompanhamento da segurança propriamente, ações policiais etc., se vamos focar nesses chamados crimes federais, crime organizado, droga e sistema de segurança, que foi a idéia...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Se me permite, Senador Armando, esses dois eixos muito bem colocados aqui no relatório, eles já abrangem a questão do tráfico de entorpecentes e o crime organizado.

Agora, nós não podemos nos esquecer que esta subcomissão não pode se localizar apenas no tráfico de drogas, neste viés de política repressiva e na criminalidade organizada. Porque estes são conceitos técnicos que não abrangem todas as práticas criminosas. Este é um ponto.

Nós, também, nesta subcomissão, vamos tratar da comissão especial de juristas, assim que eles apresentarem o relatório do anteprojeto do Código Penal; e o Código Penal não tem apenas os crimes praticados por organizações criminosas.

Então, o ideal seria que nós pudéssemos tratar desses dois eixos. É lógico que nós poderíamos, den-

tro deste eixo de política repressiva, com respeito aos direitos fundamentais, dar prioridade a esses temas a que V. Ex^a fez referência.

Agora, eu gostaria de trazer, também, uma preocupação sobre os eventos internacionais que nós teremos na Copa do Mundo, Olimpíadas.

E o que isto tem a ver com esta subcomissão? Tem tudo a ver com esta subcomissão, porque nós não temos no Brasil um tipo penal para terrorismo; nós não temos discussões a respeito disto nesta Casa. A comissão especial de juristas está buscando um tipo penal para terrorismo, que será apresentado a esta subcomissão.

Nós teríamos que debater aqui a questão da unificação das polícias. Existem vários projetos de emenda à Constituição, em tramitação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, a respeito deste tema.

Portanto, penso – e por óbvio submetida à apreciação dos senhores – que esses dois eixos seriam os mais importantes e sem prejuízo; que pudéssemos dar prioridade a estes temas que V. Ex^a trouxe.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Na dimensão da legislação, não cabe restringir essa questão de droga. Aí, o espectro é o mais amplo possível, é o do Código Penal, tipificação etc. Eu falo é na forma como vamos priorizar essa questão do acompanhamento das ações de repressão, tendo em vista essa ideia de não ficar na avaliação do resultado das políticas nos Estados e contemplar um pouco algo do que está presente na realidade dos Estados, que é a questão do crime organizado, da droga, considerando que há uma maior responsabilidade da ação federal nessa questão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a me permite só um aparte?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a traz uma questão que considero central. Temos exatamente que botar o Governo Federal como corresponsável pelo que acontece nos Estados, para que ele se sinta na obrigação de colocar recursos públicos no enfrentamento da segurança pública em cada um os Estados da República.

Senadores, fui governador de Estado. Senti na pele o que foi ter tido sucesso na política de segurança pública e ser penalizado por não ter recurso federal para aplicar. Isso é um contrassenso!

Para contribuir com o que disse o Presidente Pedro Taques, em recente viagem oficial pelo Senado, tive oportunidade de passar pela Inglaterra, pela Grã Bretanha, para conversar com o Comitê Organizador das Olimpíadas, que acontecerão no ano que vem,

naquele país, e ter uma dimensão de como eles estavam organizando a questão da segurança pública.

Senador Armando Monteiro, o senhor tem ideia de quantos por cento do volume total dos recursos destinados às Olimpíadas serão para a segurança pública?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não tenho ideia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quinze por cento. Dos 10 bilhões de euros que a Inglaterra vai investir nas Olimpíadas, um bilhão e meio será para a segurança pública.

V. Ex^a tem ideia de quanto era o orçamentado no projeto básico que foi aprovado pelo Comitê Olímpico da Inglaterra? Menos de 300 milhões de euros. Se fosse no Brasil, isso já era, por si só, escândalo. Por quê? Porque mesmo um país com a tradição de segurança pública

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Teve que rever.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ... teve que rever em cinco vezes o que estava...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Quatrocentos por cento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ... 400% o que estava projetado. E, mais do que isso, eminente Senador, tomei uma dimensão absolutamente diferente na minha cabeça do que significará a segurança pública nesses dois eventos Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, só a segurança privada, dentro de cada um dos estabelecimentos onde acontecerá o evento das Olimpíadas, nenhum desses eventos, dentro, será de segurança pública; todos serão de segurança privada. Agora, todos que adentrarão em estádios, em ginásios, em arenas etc., todos, individualmente, passarão por raios-X, todos; não por amostragem, mas todos, revistados manualmente, porque eles chegaram à conclusão de que armas químicas e determinados tipos de explosivos não são mais detectados por raios-X nem por detector de metal. Portanto, eles farão revistas individuais. Fora isso, eles estão mobilizando uma padronização em quarenta e dois níveis de instituições de segurança pública e agências diferenciadas dentro da Inglaterra.

Pergunto a V. Ex^a: estamos a três anos da Copa do Mundo; qual o orçamento que o Brasil tem para a segurança pública da Copa do Mundo?

O Estado de V. Ex^a é uma das sedes. O Estado ao qual pertencço é uma das sedes. Mato Grosso também é uma das sedes. São Paulo é uma das sedes.

Digo, em nome de todos nós, nenhum desses Estados tem sequer ideia de qual é o orçamento para esse evento.

Portanto, temo que, ao limitarmos a atuação desta Comissão, não tenhamos a oportunidade de inserir, no nosso debate, temas que são extremamente importantes, porque, como pano legislativo com relação a essa discussão, está a questão do terrorismo, e nós não temos leis no Brasil para isso, mas, como plano gerencial e administrativo de gestão pública, nós não temos sequer orçamento para a segurança pública nesses eventos.

Era essa a contribuição.

Eu acho que, se os Senadores concordam, nós temos que ser, neste momento, abrangentes, com a consciência de que teremos de ser focados e objetivos no decorrer dos temas que vamos abordar e estabelecer nesta subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Indago ao Senador Randolfe se V. Ex^a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente. Só cumprimentar V. Ex^a pelo plano de trabalho – cheguei no curso da comissão –, reafirmando as preocupação apresentadas aqui pelo Senador Eduardo Braga. Eu estava percebendo aqui, em relação ao plano de trabalho montado pela comissão, que ele aponta realmente as necessidades. Eu não cheguei a ver aqui em detalhes, Sr. Presidente, e pergunto a V. Ex^a se, dentro do plano de trabalho, está inclusa – o que considero necessário – a diligência desta Subcomissão de Segurança Pública em algumas cidades do País onde temos percebido situações que necessitam de um acompanhamento mais de perto desta subcomissão.

Vou citar somente um caso, uma questão diretamente, Senador Pedro. É lógico que temos visto que, no Rio de Janeiro, têm avançado fortemente as ações de combate ao crime organizado e de recuperação, por parte do Estado, em especial nos morros cariocas. Entretanto, há um assunto em especial no Rio de Janeiro que me incomoda muito e me parece incomoda a República, que é a atuação das milícias, que foram responsáveis, ainda há pouco, pelo exílio forçado, de alguns dias, de um representante do povo do Rio de Janeiro, que foi o Deputado Marcelo Freixo. Estou citando um caso, Excelência, que é o caso do Rio de Janeiro. Eu quero perguntar isto a V. Ex^a e o faço com a ignorância daquele que chegou atrasado nesta reunião, já fazendo, então, a mea-culpa, e não tendo lido todo o plano de trabalho: nós estamos contemplando, que acredito seja necessário, o mapeamento pelo menos de cinco locais do País onde é necessária uma diligência ou um acompanhamento mais de perto desta subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Randolfe, agradeço a sua contribui-

ção, e V. Ex^a está desculpado, porque nós sabemos que, aqui no Senado, temos cinco ministros na Casa, nós todos estamos em várias comissões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Há cinco comissões ao mesmo tempo!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Cinco comissões ao mesmo tempo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E, com certeza, todos nós somos membros delas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– E olhe que hoje é uma quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Quinta-feira, 12 comissões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Fora do microfone) – Uma boa notícia: a nossa reunião será às 14 horas de quinta.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Às duas da tarde de quinta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Qual delas?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT

– MT) – Esta aqui.

Mas essa preocupação de V. Ex^a encontra-se contemplada no relatório, com a possibilidade de se fazerem audiências públicas. Mas eu gostaria de argumentar que a realização dessas audiências públicas inicialmente não contribuem para que esta comissão possa desenvolver bem os seus trabalhos. É possível que tenhamos mais uma única reunião nesta Sessão Legislativa, e, para o ano de 2012, com certeza, nós faremos essas audiências públicas, como V. Ex^a aqui trouxe a necessidade de sua realização, notadamente tendo em conta a questão das milícias no Rio, que estão contidas no que se denomina de organização criminosa, e essa é a preocupação trazida pelo Senador Armando.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e penso que podemos votar este relatório.

Em votação o plano de trabalho elaborado pelo Senador Eduardo Braga.

Aqueles Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação o requerimento por mim efetuado, da necessidade de fazermos uma interlocução com a Comissão Especial de Juristas, para que possamos marcar uma audiência pública com a Comissão Especial de Juristas, convidando estas autoridades aqui já elencadas, sem prejuízo de outras que os Senadores desejarem aditar.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir e os Senadores, como permaneceram como se encontram, o requerimento está aprovado.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Wellington Dias, Ana Rita, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Ivonete Dantas, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, Magno Malta e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Prosseguindo, o Senhor Senador Walter Pinheiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Item Extra-Pauta)**. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gastão Vieira, que “Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio”. O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é pela rejeição do projeto. É concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do

Deputado Fábio Souto, que “Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável, acatando as emendas da Senadora Lúcia Vânia e oferecendo, ainda, uma subemenda. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vital do Rêgo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de execução sonora do hino nacional brasileiro pelos órgãos públicos nas atividades que especifica”, que **tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Duque, que “Dispõe sobre o Ensino e Canto do Hino Nacional Brasileiro e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer é pela rejeição do PLC nº 160, de 2010 e do PLS nº 196, de 2010. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Institui a Semana Nacional da Doação de Leite Humano, a ser comemorada semestralmente”. O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. Logo após, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 1/2009-CE. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará”. O relator designado é o Senador Vicentinho Alves e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis, e as Subemendas nº 1-CE e 2-CE, à Emenda nº 1-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “Confere ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças”. O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 11: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 1755-TCU, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, Excelentíssimo Senhor Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo número

TC 002.852/2009-3, em 30/11/2011, juntamente com o Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, que resultou no arquivamento de tomada de contas especial instaurada contra empresa em razão da inexecução de projeto e do não recolhimento dos respectivos recursos financeiros captados na forma de patrocínio ao Fundo Nacional da Cultura – FNC. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 2445/2011–SF, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador João Ribeiro, no exercício da Primeira-Secretaria, encaminhando cópia do Ofício nº 231/2011-MEC, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em resposta ao Requerimento de Informação nº 723, de 2011, de iniciativa desta Comissão, que solicita informações sobre livros impressos e distribuídos às escolas rurais do país. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. Item Extra Pauta: Requerimento nº 1/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Roberto Requião, que requerem “... nos termos do art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloízio Mercadante, com vistas a expor as diretrizes do Ministério para os próximos anos”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2011; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010 e Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Havendo número regimental, pelo menos na

lista de presença, e embora no plenário tenhamos apenas, no momento, três Senadores, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Tenho, sobre a mesa, dois comunicados.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do Aviso nº 1.755, do TCU, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, Exmº. Sr. Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo de nº TC002.852/2009-3, de 30/11/2011, juntamente com relatório e proposta de deliberação que o fundamentam, que resultou no arquivamento de Tomada de Contas Especial instaurada contra a empresa em razão da inexecução de projeto e do não recolhimento dos respectivos recursos financeiros captados na forma de patrocínio ao Fundo Nacional de Cultura.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai para o Arquivo.

Segundo comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras o recebimento do Ofício nº 2.445/2011, SF, de autoria do Exmº Sr. Senador João Ribeiro, no exercício da 1ª Secretaria, encaminhando cópia do Ofício nº 231, 2011, do MEC, de autoria do Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, em resposta ao Requerimento de Informação nº 723, de 2011, de iniciativa desta Comissão, que solicita informações sobre livros impressos e distribuídos às escolas rurais do País.

Os Senadores e as Senadoras que desejarem uma cópia das informações poderão se dirigir à Secretaria da Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Temos uma série de matérias não terminativas, mas os relatores não estão presentes; portanto não serão lidas. E temos uma matéria terminativa cujo Relator é o Senador Paulo Bauer, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini. O relatório é favorável.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2011, que confere ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças.

Que maravilha, hein, Paulo! É como vamos ocupar nossa manhã agora.

É o seguinte o item:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2011

– Terminativo –

Confere ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprindo a tarefa que V. Exª me delegou, de relatar esta matéria, o que faço com muito prazer, uma vez que é uma matéria de autoria de um Deputado ilustre, o Deputado Federal de Santa Catarina, o Deputado Onofre Santo Agostini, apresento a V. Exª e aos demais membros da Casa o relatório que produzi.

O Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2011, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, propõe seja conferido ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças.

A cláusula de vigência do projeto estabelece que a lei proposta entre em vigor na data da sua publicação. Em sua justificação, o autor relata a história e as características regionais do Município de Maravilha e destaca a importância da participação das crianças na vida do Município, tradição que se transformou em símbolo da cidade.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado sem emendas e em caráter conclusivo pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No Senado Federal, o Projeto de Lei nº 119, de 2011, foi distribuído à apreciação exclusiva e terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, como é o caso do projeto de lei em análise.

Colonizada por gaúchos, que lhe deram o nome, influenciados pela grande beleza da região, Maravilha localiza-se no extremo oeste do Estado de Santa Catarina, a 626 km de Florianópolis. O Município tem na agropecuária a sua principal atividade econômica.

Conforme enfatiza o autor da proposição, o grande número de crianças, decorrente de uma elevada taxa de natalidade, constitui uma característica marcante de Maravilha, que já foi intitulada a “Capital das Crian-

ças". E, de fato, é inegável a importância que esses pequenos cidadãos representam na vida da cidade.

Com efeito, o Município de Maravilha, além de suas belezas naturais, também se destaca por sua numerosa população infantil e pela importância que as crianças representam para a sociedade local.

A comunidade de Maravilha preocupa-se em proporcionar à sua população infantil toda a atenção necessária. Nesse sentido, o Município mantém diversos projetos de valorização da criança, métodos educacionais, incentivo à leitura, ao teatro e às artes em geral, treinamento de professores e profissionais especializados. Inúmeras ações implementadas continuamente por décadas, que transformaram o Município de Maravilha verdadeiramente na "Cidade das Crianças".

Considerando o exemplo de respeito e atenção que tradicionalmente dedica à sua população infantil, é, sem dúvida, justa e meritória a homenagem ora proposta, no sentido de conferir ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de "Cidade das Crianças".

Tendo em vista a apreciação exclusiva pela Comissão de Educação, compete igualmente a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 119, de 2011.

VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2011.

Subscribo o relatório e o submeto à apreciação de V. Ex^{as} e dos demais integrantes desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer, a Mesa acolhe o seu relatório e abrirá a discussão, evidentemente, porque estamos sem quórum físico neste momento, para a semana que vem.

Tenho outra informação a dar ao Plenário.

A Ministra da Cultura nos solicita a confirmação ou a alteração das nossas indicações para o Conselho Nacional de Cultura. Os indicados no ano passado tinham sido a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Bauer. Já consultei o Senador Paulo Bauer. Por absoluta falta de reuniões da comissão, ele não pretende participar este ano.

Então, coloco para a deliberação da Comissão se algum dos Senadores deseja integrar esse Conselho Nacional de Cultura, como representante da Comissão de Educação do Senado.

Vamos decidir isso na próxima reunião. Provavelmente, a Senadora Lídice gostará de permanecer, mas ainda não foi consultada.

Passo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, para relatar também, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010.

Denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará.

A autoria é do Senador Flexa Ribeiro.

O Relatório do Senador Vicentinho Alves é favorável, com emenda do Senador Flexa Ribeiro, oferecendo, ainda, duas subemendas de sua autoria.

Eu queria chamar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só antes de V. Ex^a passar a palavra para o nosso nobre Senador Vicentinho, eu queria registrar a V. Ex^a, na primeira reunião desta comissão, na volta dos trabalhos, que o Ministro Aloizio Mercadante, que já fez isso inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Demonstrou o desejo de participar de uma reunião da Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E ele fez questão de me ligar ontem, pedindo que eu insistisse com V. Ex^a, e disse o seguinte: "Gostaria de ir logo no início, inclusive para apresentar não as minhas armas, mas apresentar o programa e poder compartilhar com a Comissão".

Achei boa a iniciativa dele. Ele fez isso conosco na Comissão de Ciência e Tecnologia. Foi muito interessante, até para permitir, meu caro Requião, que tenhamos verdadeiramente a possibilidade, Senador Vicentinho, de acompanhar, de participar e de agir em relação ao Ministério da Educação.

Então, portanto, era importante que pudéssemos fazer isso com o Ministro Aloizio Mercadante, que é o novo Ministro da Educação.

Era essa a ponderação que eu gostaria de trazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Essa solicitação também já me havia sido feita pelo Ministro.

Vamos olhar no calendário.

Nós poderíamos, Senador Walter Pinheiro, agendar essa reunião para quarta-feira, dia 22. O que lhe parece? E vamos consultar o Ministro se convém a ele a data, uma vez que a iniciativa, neste caso, foi dele.

Eu estou preocupado exatamente com a ausência de quórum. É carnaval? É carnaval, não dá.

Então, próximo dia 15.

Eu me preocupo com o quórum, mas vamos agendar para o próximo dia 15, quarta-feira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – 15 é tranquilo, aí também já demais, se o pessoal já estiver fazendo o carnaval desde o dia 15, aí tenha paciência, aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos fazer dia 15, quarta-feira, que é uma reunião que temos às 10 horas, essa reunião de 11 horas sempre é apertada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Já vejo com a liderança para entrarmos em contato com ele e fechar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

A Secretaria da Comissão providenciará um ofício.

Quero considerar aprovada a proposição desse convite por unanimidade do Plenário.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves, não sem antes saudar a presença do Senador Lauro, do Sergipe, que, pela primeira vez, comparece na condição de Senador a uma reunião de nossa Comissão.

Seja bem-vindo, Lauro.

É o seguinte o item:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2010

– Terminativo –

Denomina Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição que passo a relatar é de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro e propõe que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada na cidade de Tucuruí, no Estado do Pará, passe a ser denominada Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho.

A cláusula de vigência do projeto estabelece que a lei entre em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificção, o Senador Flexa Ribeiro enfatiza a história e a atuação destacada do ex-Senador paraense Gabriel Hermes Filho, em defesa da construção da barragem e das eclusas em Tucuruí.

A proposição foi distribuída para apreciação exclusiva, e em caráter terminativo, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

No prazo regimental, o Senador Flexa Ribeiro apresentou emenda modificativa, na qual altera a ementa e o art. 1º do projeto de lei, para passar a denominar Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Como justificção, o Senador alega que a referida emenda visa a manter a homenagem ao Senador Gabriel Hermes Filho, sem, contudo, alterar a deno-

minação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, já internacionalmente consagrada.

A matéria foi originalmente distribuída à relatoria da Senadora Marisa Serrano, que ofereceu parecer favorável. Contudo, tendo em vista o encerramento da legislatura, o relatório não chegou a ser apreciado. Sendo assim, reproduzimos o parecer da Senadora Marisa Serrano, cujo conteúdo ratificamos na íntegra.

Análise

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar matérias que versam sobre homenagens cívicas, como é o caso do PLS nº 153, de 2010.

Em termos de potência (8.370 megawatts), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí é a maior usina hidrelétrica 100% brasileira. Localizada no Município de Tucuruí, cerca de 400 quilômetros de Belém, no Estado do Pará, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi projetada originalmente para a geração de energia elétrica. Complementarmente, buscou-se tornar navegável um trecho do Rio Tocantins por meio da construção de eclusas.

O projeto inicial da construção de Tucuruí tinha por objetivo atender um mercado de energia elétrica concentrado em Belém, tendo em vista a implantação de empreendimentos eletrointensivos, particularmente os do complexo alumínio-alumina. Posteriormente, a linha de transmissão entre Presidente Dutra (Maranhão) e Boa Esperança (Piauí) promoveu a interligação com a Região Nordeste.

Gabriel Hermes Filho, com o currículo de quem foi Deputado Federal, Senador, fundador e presidente da Federação das Indústrias do Pará durante 40 anos seguidos, além de presidente do Banco de Crédito da Amazônia, hoje Banco da Amazônia, empenhou todo o seu prestígio em defesa da construção das eclusas de Tucuruí, de forma a vencer o desnível imposto pela barragem e permitir a navegação do rio Tocantins desde Belém até Marabá.

O Senador Flexa foi autor do projeto.

Em seu famoso discurso proferido na tribuna do Senado Federal, no dia 2 de maio de 1983, o então Senador Gabriel Hermes afirmou com ênfase que, em defesa das eclusas necessárias para a navegação do rio Tocantins, iria “à frente de grupos de estudantes do meu Estado, das Universidades do Pará. Iríamos, se preciso fosse, a Tucuruí para dentro do lago seco impedir que a água enchesse o grande reservatório antes da passagem das águas”.

Como enfatiza o autor da proposição, Senador Flexa Ribeiro, que se encontra presente, Gabriel Hermes Filho foi uma referência de dignidade e probidade. E, considerando a importante influência do ex-Senador

paraense na construção da barragem e das eclusas, é, sem dúvida, meritória a homenagem ora sugerida, Sr. Presidente.

No que se refere à alteração proposta pela emenda oferecida pelo autor do projeto, constitui, inegavelmente, um aprimoramento. Pois, além de não alterar a denominação já consagrada da UHT, a emenda passa a denominar Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da referida usina, obra pela qual o eminente Senador paraense tanto lutou. Todavia, para um melhor cumprimento do pretendido e para a adequação às normas regimentais, a emenda é acatada nos termos de duas subemendas.

Tendo em vista a apreciação exclusiva pela CE, compete igualmente a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLS nº 153, de 2010.

Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, com a emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro, nos termos das seguintes subemendas:

SUBEMENDA – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, a seguinte redação:

“Denomina Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.”

SUBEMENDA – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º – Ficam denominadas Eclusas Senador Gabriel Hermes Filho as eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará.”

Este é nosso voto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Esta matéria é terminativa. Para a votação de uma matéria terminativa, precisamos de 14 Senadores. Temos 13 Senadores no plenário, incluindo esta Presidência.

Por economia processual, sobreсто a discussão do seu relatório, Senador Vicentinho, e passo a palavra para o Senador Cyro Miranda, que vai relatar um projeto de autoria do Deputado Gastão Vieira,

Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010, que altera o art. 9º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, para atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador, com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Gostaria de solicitar ao Presidente que retirasse de pauta o Item 7, de que sou relator, tendo em vista uma solicitação do Ministério da Saúde, que vai produzir uma nota técnica sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Retirado de pauta o Item 7.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito, da mesma forma, a retirada de pauta do Item nº 4, do qual sou relator, e recebi essa solicitação. Retirada de pauta do Item nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Retirada de pauta ...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Do Item nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ... do projeto que determina a execução sonora do Hino Nacional brasileiro pelos órgãos públicos nas atividades que especifica.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A pedido do relator, está retirado de pauta.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

Já temos quórum. Em seguida, vamos passar às votações terminativas, desde que algum Senador não abandone o plenário até lá.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Causa-me preocupação a postura quase que de atitude de saída do Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro sai e volta em seguida. É o seguinte o item:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, DE 2010

– Terminativo –

Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para atribuir à União incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os conteúdos mínimos de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Deputado Gastão Vieira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Roberto Requião, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de desejar a todos, sob a presidência do Senador Requião, um ano profícuo e que cheguemos ao final deste ano com o dever cumprido.

Sr. Presidente, este Projeto do Deputado Gastão Vieira tem na sua essência atribuir à União a incumbência de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o conteúdo mínimo de cada ano letivo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Vou direto à análise deste projeto e às suas justificativas.

A redação original do inciso IV do art. 9º da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é clara no sentido de dar como incumbência da União “estabelecer competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de forma a assegurar formação básica comum”.

A responsabilidade pela formação comum a ser assegurada a todas as crianças e adolescentes é compartilhada pelos entes federados, mas se concentra nos sistemas que oferecem a escolarização e, em última análise, em cada escola, a quem compete formular o “currículo pleno”, por meio de sua proposta pedagógica – esta, sim, em consonância com a legislação educacional e as normas do Conselho Nacional de Educação, responsável pelos pareceres e resoluções em que se explicitam as competências e diretrizes para as etapas e modalidades da educação básica.

Isto posto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a volta de tal diretriz negaria tanto a gestão democrática do ensino público, princípio constitucional da educação brasileira, como a autonomia pedagógica das escolas, hoje válida tanto para as escolas públicas quanto para

as escolas privadas. Ainda induziria o risco de se reduzir a concepção de qualidade do ensino à aquisição formal de conteúdos; e a educação, à pura transmissão de conhecimentos. Seria um grande retrocesso à ditadura de Getúlio Vargas.

No momento atual em que se discute o Plano Nacional de Educação e se pretende ampliar com rapidez a oferta da escolarização básica em jornada integral, para pelo menos metade dos 50 milhões de estudantes da educação básica, não há condições de se detalhar, como quer o projeto, conteúdos mínimos obrigatórios para situações tão díspares – que tendem a ocorrer nos próximos dois decênios, em que algumas crianças e adolescentes contarão com 800 horas letivas anuais, enquanto outras já terão à sua disposição 1.400 horas anuais no currículo escolar.

O Conselho Nacional de Educação tem se esmerado em produzir documentos de altíssimo valor doutrinário e operacional, cuja aplicação orienta as nossas escolas na construção de seus projetos pedagógicos, não somente como textos de formação de educadores.

Embora, no universo dos estudantes brasileiros, os resultados da avaliação do ensino sejam desastrosos, quando se foca o desempenho dos alunos da rede Federal – onde professores têm melhores salários e condições de trabalho – somos surpreendidos por uma ótima pontual, em cotejo com países desenvolvidos.

A questão da qualidade não reside na uniformização dos conteúdos e consequente restrição da criatividade de cada sistema e de cada escola, mas em outras variáveis, sobejamente conhecidas pelos parlamentares.

Sendo assim, e a despeito do PLC nº 140, de 2010, não apresentar problemas de constitucionalidade e juridicidade que o desabone e de estar vazado em boa técnica legislativa, consideramos que, no mérito, a posição não reúne condições de prosperar.

Voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010.

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Aloysio, para discutir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, confesso que tenho simpatia – perdoe-me, meu querido Colega Cyro Miranda – pela ideia de se ter um conteúdo mínimo a ser selecionado nas escolas do Brasil, de modo

que haja um roteiro para que os professores possam ministrar as suas aulas. Do jeito que estamos hoje não há nenhum tipo de balizamento para a transmissão dos conhecimentos nas escolas do Território Nacional. O professor pode escolher entre as aulas sobre a História do Brasil ou dar aula de história do Sudão, porque isso é considerado do âmbito da sua liberdade docente. De modo que considero importante que haja um balizamento, que haja um currículo mínimo para o ensino das nossas escolas. Discordo apenas, no Projeto do nobre Deputado Gastão Vieira, quando ele coloca a União como sendo a indutora desse processo de estabelecimento de currículo mínimo.

Perguntaria ao Senador Cyro Miranda se ele examinaria a hipótese de se estudar uma forma de estabelecer essa regra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sem ferir o princípio Federativo, a autonomia dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade o Senador Cyro Miranda votou pela rejeição e V. Ex^a está tentando uma acomodação a favor da Federação?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, estou de pleno acordo. O que nos chamou a atenção e a rejeição é em função de atribuir à União a incumbência de estabelecer, porque temos disparidades, temos um regionalismo muito grande. Não podemos colocar no interior de Goiás o mesmo conteúdo que o senhor coloca numa escola do Jardim Paulista. Agora, realmente eu acho que tem que ter um conteúdo mínimo, porque senão a coisa pode descambar para um lado ruim; ou rejeitaríamos este Projeto e entraríamos com outro Projeto, a não ser que caiba uma emenda aqui. Se o senhor quiser pedir vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vou pedir vista e nós estudamos para vermos se tem uma forma de compatibilizar ...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Estudamos para vermos se tem uma fórmula de uma emenda. Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Aloysio Nunes e a Senadora Ana Rita pedem vista.

Não?

Então discutiremos na próxima reunião, porque já há pedido de vista.

Estamos com 16 Senadores no plenário. Portanto, temos quórum suficiente para as votações terminativas.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.

Autoria: Deputado Fábio Souto

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Item 8, que já foi lido, poderíamos votá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pretendemos votá-lo em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Os Itens 8 e 10 que já foram lidos.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto do Deputado Fábio Souto dispõe sobre a isenção de pagamentos de taxa para inscrição em processo seletivo de ingresso nas instituições federais de Ensino Superior.

O PLC 62, de 2011, versa sobre matéria de natureza educacional e, portanto, é de competência desta Comissão.

Este tema é recorrente nas proposições em tramitação no Congresso Nacional. Portanto, trata-se de assunto com razoável visibilidade no âmbito do Parlamento.

No que concerne ao mérito, a matéria tem irreversível relevância social. A sua adoção implica uma importante contribuição para a redução da desigualdade observada nas condições de acesso à educação, coadunando-se, desse modo, com o princípio equalizador inscrito na Constituição Federal. Da mesma forma, a proposição presta-se a imprimir validade ao disposto no art. 208, V, da mesma Carta, que impõe ao Estado brasileiro o dever de garantir acesso aos níveis mais elevados do ensino.

Quaisquer cobranças feitas aos candidatos mitigam as possibilidades de interesse e procuram pelos processos seletivos realizados pelas instituições federais. Assim, esse tipo de prática acaba se constituindo em uma etapa dos exames de acesso à educação

superior pública, responsável pela exclusão de uma parcela de potenciais candidatos a tais exames.

Sendo assim, o instituto da taxa de inscrição precisa ser equacionado, porque constitui um impedimento à concreção do mandamento constitucional da garantia de acesso segundo a capacidade acadêmica, e não econômica.

Desse modo, ao primar pela demonstração de hipossuficiência econômica da família do candidato, a proposição remove parte da barreira de acesso à educação superior pública imposta aos menos aquinhoados.

Esse foi, a propósito, o intuito do próprio Ministério da Educação ao enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7.200, de 2006, da reforma universitária, em cujo art. 46, concernente às medidas de democratização do acesso, estabelece que será gratuita a inscrição de todos os candidatos de baixa renda nesses processos seletivos.

O dispositivo transcrito se insere em capítulo do PL 7.200, de 2006, dedicado à regulação da educação superior no sistema federal de ensino, que abrange as instituições privadas e as públicas federais.

Finalmente, ao avaliar a possibilidade de aprimoramento da matéria no aspecto técnico, pareceu-nos que a sua inserção na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, seria mais adequada, tendo em conta as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis.

Todavia, considerando a circunscrição da diretriz de isenção exclusivamente às instituições federais, ponderamos que a proposição, na forma de lei extravagante, responde adequadamente às preocupações com tal aspecto da técnica legislativa.

Em relação às contribuições oferecidas ao projeto pela Senadora Lúcia Vânia, consideramos as duas emendas oportunas e meritórias. Ressalvamos, no entanto, um possível prejuízo ao alcance da proposta original se fosse acolhida a modificação do critério de renda *per capita* original (de até um salário mínimo e meio), estabelecido com esteio na realidade salarial do País. Ademais, a adoção do critério sugerido pela Senadora (na parte que limita a renda familiar total a até 3 salários mínimos) poderia ocasionar injustiças. Pessoas de família com menor número de membros poderiam levar vantagem sobre as de famílias prolífcas, que certamente enfrentam maiores dificuldades para equacionar as suas demandas por educação.

Desse modo, adotaremos as duas emendas, uma delas parcialmente, para resguardar o critério de renda familiar tal qual decidido pela douta Câmara dos Deputados.

Para facilitar a redação final do projeto, sugerimos uma subemenda aglutinadora, apresentada no final.

Nosso voto é, pois, pela aprovação do Projeto de Lei e das Emendas nº 01 e 02 da CE, nos termos da subemenda a seguir que estão transcritas aqui no Parecer que é do conhecimento de todos.

Em discussão.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto, porque foi apresentado um substitutivo e considero conveniente analisar melhor o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda? (*Pausa.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista coletivas.

Vamos, a pedido do Senador Flexa Ribeiro, ao item 08 da pauta.

O item 08 já foi relatado pelo Senador Vicentinho Alves. Denomina a Usina Hidroelétrica Senador Gabriel Hermes Filho a Usina Hidroelétrica de Tucuruí, Pará.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eclusa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Só eclusa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com uma emenda favorável. Denomina eclusa.

Há três votações nominais para o projeto, para a emenda. É terminativo na Comissão.

Para discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal.

Como vota Ângela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Wellington Dias. (*Pausa.*) Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ivonete Dantas.

A SR^a IVONETE DANTAS (PMDB/RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vincentinho Alves, voto conhecido.

Aprovado com a unanimidade dos Senadores presentes.

Os Senadores que concordam com a emenda e com a subemenda permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Era isso, Senador Flexa? (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É só para agradecer, Sr. Presidente.

É uma justiça que o Senado faz com o Senador Gabriel Hermes Filho, que lutou muito para que as eclusas de Tucuruí se tornassem uma realidade e que pudessem retornar a navegabilidade do rio Tocantins, que foi tamponado, quando se fez a barragem.

Ele lutou para que fosse feito o *stop log*, que era uma tampa de aço que foi colocada à época da barragem e que, 30 anos depois, se tornou realidade com as eclusas, como está acontecendo em Tocan-

tins, na barragem de Lajeado, ou de Estreito, melhor dizendo... Os dois.

Vão sofrer lá 20 anos – espero que não tanto – para tenham as eclusas lá também em Tocantins, em Lajeado e em Estreito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos ao item 10 da pauta.

Projeto confere ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças.

O relatório é favorável e já foi lido pelo Senador Paulo Bauer.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ivonete Dantas.

A SR^a IVONETE DANTAS (PMDB/RN) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ivonete, aperte o botão. A Senadora Ivonete Dantas com o relator.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Voto conhecido. A favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou votar “sim”, mas estava perguntando ao autor – porque me parece tão lindo uma cidade se chamar Município Maravilha – por que vai mudar para Criança. Aí ele me explicou que há muita criança na região, há muito programa para criança. Eu vou votar “sim”, mas eu ficaria mais tentada a ir a um Município Maravilha do que ao Município da Criança.

Ele é o relator, não é o autor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Fica, por via de consequência, proibido qualquer outro Município do Brasil a se chamar Município das Crianças.

Interessantíssimo esse projeto.

Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Fora do microfone.*) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos ao item 7 da nossa pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2010

– Terminativo –

Institui a Semana Nacional da Doação de Leite Humano, a ser comemorada semestralmente.

E, provavelmente, Senador Armando Monteiro, que é o relator, poderá ser bebida pelas crianças da Cidade das Crianças.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – V. Ex^a esqueceu que eu pedi para retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ah, está fora de pauta.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – V. Ex^a se esqueceu de mim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu não esqueci. Foi a assessoria que me induziu a erro.

Suspensão de três dias para a Secretaria da Comissão.

Qual é o outro?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O da Lídice da Mata...

Acho que esgotamos as matérias da nossa pauta de hoje.

Agora, eu faria um apelo aos Srs. Senadores. Temos um número enorme de relatorias que foram atribuídas aos Srs. Senadores ano passado e não voltaram à Comissão. Se os Senadores, por um motivo ou por outro, não desejarem relatar essas matérias, seria interessante que as devolvessem à Comissão para redistribuição a outros Senadores.

Amanhã não temos audiência pública. Próxima reunião na próxima terça-feira.

Agradecendo a presença de todos, encerro a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Delcídio do Amaral, João Capiberibe, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da

Mata, Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta e Ana Rita, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Neste momento, o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 4, o que é aprovado.

Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Fábio Souto, que “Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer favorável, com as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e com a Subemenda nº 1-CE às Emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 2/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer “... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater sobre a dificuldade do Brasil para cumprir as metas de educação, conforme matéria veiculada pelo Jornal Nacional, no dia 07 de fevereiro de 2012. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação; – Sra. Priscila Cruz – Diretora Executiva do Todos pela Educação; – Sr. Luis Henrique da Silva de Paiva – Secretário Nacional de Renda de Cidadania (Senarc); – Dr. Fernando Luís Schüller – doutor em filosofia, mestre em ciências políticas pela UFRGS e diretor acadêmico do Ibmecc-RJ; – Sr. Gustavo Ischope – Colunista da Revista Veja, especialista em educação”. O Requerimento é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Altera o parágrafo único do art. 25 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Cyro Miranda pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Prosseguindo, o Senhor Senador Cícero Lucena requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 1). Prosseguindo, o Senhor Senador Roberto Requião requer, oralmente, a inclu-

são extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 2). **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Clésio Andrade, que “Denomina ‘Rodovia Senador Eliseu Resende’ o trecho da BR-494 entre o Município Oliveira, no Estado de Minas Gerais e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 12: Comunicados da Presidência**: Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 3/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Vital do Rêgo, que requerem “... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater a autonomia das Universidades Públicas, com foco no impasse da lei da autonomia da Universidade Estadual da Paraíba. Deverão ser convidadas para a audiência as seguintes pessoas: Secretário de Educação do Estado da Paraíba, Sr. Afonso Celso Caldeira Scocuglia; Reitora da UEPB, Sra. Marlene Alves Sousa Luna; Presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE, Sr. Daniel Llescu; Presidente do SINTES-PB, Sr. Severino do Ramo Oliveira”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 3/12-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que requer “Nos termos do art. 58, §2º, I, da Constituição Federal, combinado com art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que ‘dispõe sobre o exercício da Medicina’, com a presença do Sr. Aloysio Campos da Paz, Cirurgião-Chefe da Rede Sarah de Hospitais”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010; Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2011; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2010; Requerimento, de autoria do Senhor Senador Armando Monteiro**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e

cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada. Aprovada, cá entre nós, irregularmente, porque não pus em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria preferência para o item 4, do qual sou relator, uma vez que o parecer já foi lido e se trata apenas de deliberar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É matéria não terminativa. Portanto, pode ser votada. Item 4.

Se o Plenário concordar, eu daria a palavra ao Senador Aloysio não para ler o seu relatório na integralidade novamente, mas para dar uma notícia clara da base em que se sustentou para fazê-lo. *(Pausa.)*

Como não há discordância, com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para eu compreender. Houve alguma alteração? A Relatora é a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Item 4. Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu entendo a preferência de V. Ex^a pela Senadora Ana Amélia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Minha também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se me coubesse escolher, eu iria pelo mesmo caminho, mas, lamentavelmente, é o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu também. Eu abriria a mão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Aloysio com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na ausência dessa possibilidade, vamos com o nosso querido Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É o seguinte o item:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2011

– Não terminativo –

Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.

Autoria: Deputado Fábio Souto

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, quem não tem cão caça com gato. Então, na ausência da Senadora Ana Amélia, vou relatar.

O fato é o seguinte, Sr. Presidente. Já apresentei o meu parecer. É um projeto de lei que se origina da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Fábio Souto, e trata de um tema bastante recorrente no Congresso Nacional, que é da isenção de taxas de inscrição nos processos seletivos nos vestibulares nos cursos das instituições federais de educação. Essa proposta vai na linha de facilitar o acesso ao ensino superior especialmente das pessoas mais pobres.

Nesse sentido, existe uma emenda, que já submeti à Comissão, no sentido de fixar exatamente os critérios para essa isenção, que são: ser membro de família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou com bolsa integral em escola da rede privada; possuir renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Esse benefício poderá ser concedido ao estudante membro de família que receba Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.

O parecer já foi lido. Creio que está em condições de ser submetido à deliberação da Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, não estou com o texto do projeto, mas para eu compreender...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Página 42, Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – 38 ao 48.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ou seja, eu quero só compreender, um esclarecimento do Relator. Na verdade, a isenção das taxas não é total. A isenção é apenas para esses casos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente, para esses segmentos de renda.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só esclarecendo: foi aberta a possibilidade regimental para emendas, de cinco dias, tradicionalmente usada conforme o Regimento. Não foi apresentada emenda alguma.

O Senador Aloysio fez o resumo do seu relatório, que já havia sido lido e está em discussão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero discutir.

Primeiro, quero apenas ressaltar uma discussão sobre a tal autonomia das universidades. E, muitas vezes, essa autonomia é considerada como algo acima de tudo e de todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Confundida com soberania.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com soberania.

Particularmente, compreendo que a autonomia se dá quando as universidades têm o seu orçamento, o seu repasse, elegem o seu reitor; enfim, cuidam da gestão, como ocorre, por exemplo, com algo até mais claro no arcabouço legal brasileiro: os municípios. Mas nenhum prefeito ainda assim tem soberania em relação ao Congresso Nacional.

Então, digo isso para me posicionar favorável. Creio que é importante compreendermos que, ao fazer um vestibular, há um custo que também diz respeito ao interesse do País, que tem interesse pela educação; mas também tem o interesse dos que participam. E é claro que somos uma sociedade desigual e há os que podem custear e os que não podem.

O meu receio anterior é que eu o vi muito abrangente. Acho que com a redação que V. Ex^a apresenta, fica mais claro exatamente quem se quer isentar. E reconheço que há uma fatia da população que, muitas vezes, por menor que seja o valor, vai nessa direção. Além do que, compreendo que boa parte das universidades vai nessa direção, ou seja, já apresenta as condições da isenção da taxa.

Quero, então, defender aqui esse formato apresentado de assegurar a isenção do pagamento das taxas para quem é membro de família inscrita no cadastro único dos programas sociais do Governo, que é

algo fácil de ser comprovado. Quem estudou em escola de rede pública normalmente também tem essa característica, bem como quem possui uma renda familiar inferior ao salário mínimo. Esses são argumentos de fácil comprovação e, por essa razão, me posiciono aqui pela aprovação, parabenizando o relator pela forma como contemplou e melhorou o texto anterior do projeto.

Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o projeto relatado pelo Senador Aloysio Nunes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, somente para corroborar com as palavras do ilustre Senador Wellington, eu gostaria de parabenizar o Senador Aloysio, porque realmente essa subemenda vem esclarecer todos os pontos. Embora as universidades e faculdades já o estejam usando, isso realmente deixa os critérios bem cristalinos e dirimem qualquer dúvida. Então, eu o parabenizo e considero esse projeto meritório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a discussão, vai à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade.

Sobre a mesa um requerimento da Senadora Ana Amélia.

Quero passar a palavra à Senadora Ana Amélia para que exponha o seu requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Senador Roberto Requião, gostaria de ter estado aqui desde o início desta reunião; porém, estou presidindo, na Comissão de Assuntos Sociais, um debate sobre as próteses de silicone que deram problema, aqueles produtos importados da França e da Holanda. Por isso, não estive aqui no início da reunião, que V. Ex^a sempre preside com tanta dedicação e competência.

O meu requerimento tem base nas informações divulgadas na semana passada mostrando um quadro desolador da situação da ausência, na escola, de crianças de 14 a 17 anos, num total de quase quatro milhões de jovens, o que seria mais ou menos equivalente à população do Uruguai.

Para debater essa questão, que foi levantada pelo Movimento Todos pela Educação, apresentei esse requerimento à Comissão, para discutirmos aqui, junto com as autoridades, com o próprio Movimento e com os segmentos da área especializada, e encontrarmos uma forma de inclusão de todo esse contingente de jovens para a educação.

Então, meu requerimento convida o Ministro Aloizio Mercadante, da Educação, ou seu representante; a Diretora Executiva do Movimento Todos pela Educação, Sr^a Priscila Cruz; o Secretário Nacional de Renda e Cidadania do Senarc, Luís Henrique da Silva de Paiva; o Dr. Fernando Luís Schuler, Diretor em Filosofia, Mestre em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor Acadêmico do Ibmec; e o Sr. Gustavo Ioschpe, que é colunista da revista *Veja* e especialista em Educação.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PP – PI) – É extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está na pauta.

Em discussão.

Item 11 da pauta, Senador.

Em discussão.

Eu me assustei um pouco, aqui, com o representante da *Veja*, mas...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Colunista.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão, o requerimento da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PP – PI) – Estou aqui com a minha pauta toda incompleta, do requerimento, Sr. Presidente, mas favorável a...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Uma pauta não manca para o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PP – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadora Ana Amélia, só uma observação. Vamos ver se conseguimos mediar uma situação, antes de pôr em votação. O Senador Aloizio Mercadante comparecerá...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – No dia 28, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PT – PI) – No dia 29.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – No dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – No dia 29, quarta-feira. Então, estaríamos pedindo a presença do Ministro, por duas vezes, na Comissão, num prazo curto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Talvez pudéssemos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu falei Ministro ou representante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Talvez pudéssemos conversar com o Ministro nessa reunião a que ele vem e posteriormente pedir um representante do Ministério.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está correto assim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. O tema será abordado com esses demais convidados, especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim, mas isso não impede que abordemos com o Ministro também, isoladamente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, sim. Sem dúvida. Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com esse adendo favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

O comandante do PT aqui, representando a sua...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com esse adendo que V. Ex^a fez, que considero importante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ... grande bancada, vota pela aprovação também. Com esse adendo. O adendo é uma forma de simplificar, por economia processual, para não trazer o Ministro duas vezes. Mas ele mandará um representante do Ministério, certamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E o Ministro estará no dia 29, aqui.

Aprovado.

Nós temos aqui o Item 2, que tem como relatora a Senadora Maria do Carmo.

É o seguinte o item:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2011

– Terminativo –

Altera o parágrafo único do art. 25 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Maria do Carmo
Alves

Com a palavra, a Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Item 2, que é um projeto de autoria do Senador Humberto Costa, visa a determinar o número de alunos de 25, na pré-escola e nos dois anos iniciais do Ensino Fundamental, e de 35 alunos para os anos de escolarização seguintes, no Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio.

Vamos à análise.

O PLS nº 504, de 2011, versa sobre matéria de natureza educacional. Desse modo, sujeita-se ao exame de mérito desta Comissão, consoante o disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

No que tange à questão da constitucionalidade, não vemos qualquer óbice à proposição.

Em relação à eventual arguição de inconstitucionalidade por suposta afronta à autonomia dos entes federativos subnacionais, uma vez que a medida tem impacto direto na atividade destes, vale lembrar os recentes arranjos de algumas normas consideradas nacionais. Entre essas, incluem-se a Lei nº 9.424, de 23 de dezembro de 1996, mediante a qual foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regula o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e a Lei nº 11.738, de 2008, que regula o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Todas essas normas surgiram de iniciativa no âmbito da União, ora no âmbito do Poder Executivo, ora no Congresso Nacional. O certo é que redundaram em obrigações para o conjunto de entes federados, tendo por suporte constitucional, pelo menos em parte, o regime de colaboração assentado no art. 211 da Carta Magna.

Cumprir registrar, ademais, que foi possivelmente a legitimidade social que permitiu a implantação das inovações associadas à aplicação dos normativos em comento. Dessa forma, a nosso juízo, estão tais normas consagradas como precedentes relevantes, a serem considerados na deliberação de proposições como a que ora se examina.

Quanto ao mérito, importa destacar, além da preocupação de Sua Excelência com o impacto nos sistemas de ensino, os supostos efeitos positivos da proposta na aprendizagem ou desempenho acadêmico dos estudantes a quem a medida atinge.

No que concerne aos possíveis reflexos da medida no desempenho escolar dos alunos, a literatura registra controvérsias a esse respeito. Por um lado,

pontua-se que tais efeitos seriam mínimos para turmas compostas por 20 a 40 alunos, mas expressivos para classes com menos de 15 estudantes. Por outro lado, quando o foco de análise são as condições de trabalho docente, a superlotação de salas é indicada como um dos problemas que mais incomoda os professores, reduzindo as suas expectativas em torno do sucesso de seus alunos.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, a proposição se mostra adequada. Nada obstante, vislumbramos a possibilidade de aprimoramento da ementa do projeto com a adoção de uma redação com menção genérica à LDB, de modo a torná-la adaptada em face de eventuais emendas que envolvam outros dispositivos da referida lei. Para tanto, apresentamos uma emenda que confere essa flexibilidade à ementa.

No mais, a proposição encontra-se harmonizada com o ordenamento constitucional e jurídico vigente, de modo que nada resta, a nosso juízo, a obstar a sua acolhida por esta Casa Legislativa.

Do Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2011, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio”.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Com a palavra, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Com a devida vênica da nobre Senadora Maria do Carmo, eu gostaria de pedir vista em função de que tenho algumas dúvidas quanto às escolas do interior. Às vezes, só há uma escola e quero saber se isso vai se viabilizar ou não. Há outras dúvidas que também gostaria de examinar com mais detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – A Mesa lhe concede vista por cinco sessões. Na verdade, depois do período de Carnaval.

Tenho sobre a mesa, para distribuir a Relator, o projeto polêmico do ato médico. Esse projeto me traz grande preocupação. Chegou à minha mão uma carta, já enviada há algum tempo para os Srs. Senadores, do Dr. Aloysio Campos da Paz, que é o Diretor do Hospital Sarah Kubitschek. Dr. Aloísio diz, por exemplo, que trabalhando no hospital Sarah Kubitschek, com

grupos interdisciplinares, não teria nenhum cabimento colocar todo o grupo interdisciplinar sob o comando de um médico em função do projeto do ato médico, que isso estaria praticamente impossibilitando o funcionamento do melhor hospital de recuperação do País. Aliás, o segundo melhor. O melhor foi o que construí no Paraná, posteriormente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já estava estranhando.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – E o melhor do Paraná porque nós mandamos nosso pessoal para o Canadá, porque o Canadá tem, reconhecidamente, o melhor hospital de recuperação física do mundo. E, junto com os arquitetos que fizeram o projeto do Canadá, nós fizemos o projeto do nosso hospital de reabilitação. Os protocolos foram estabelecidos também em comum com o hospital canadense. É um belíssimo hospital! O Sarah Kubitschek ainda é o melhor porque o nosso está sendo instalado progressivamente. Primeiro, os procedimentos básicos; depois, a complexidade média e, depois, a alta complexidade. Mas é para tornar-se um hospital magnífico.

Essa preocupação do Dr. Aloysio Campos da Paz mexeu com minha opinião sobre o ato médico. Então, estou pensando em travar um debate nesse processo na Comissão, rápido e claro. E queria colocar, como proposta da Mesa, uma audiência com o Dr. Aloysio Campos da Paz sobre o projeto. Penso, fora daquela ordem que havíamos programado aqui, de relatorias, pela sequência da composição da Mesa, de oferecer essa relatoria a um dos nossos Senadores que a discutirá em profundidade: Senador Aloysio Nunes. Se os Srs. Senadores e Senadores concordam, esse será o procedimento da Mesa.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, concordo apenas que tenhamos prazos bem definidos, porque isso já é um projeto que está há muito tempo. Mas eu concordo plenamente de que ele tem de ser melhor debatido, sim. E a ideia de V. Ex^a de fazer uma Comissão que o ouvisse irá enriquecer muito mais. Apenas que a gente dê um prazo para que não fiquemos mais a dormir nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Senador Ciro Nogueira, na verdade, as presções corporativas...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – O Senador Ciro Nogueira ainda não chegou ao Congresso, mas eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – O Ciro Nogueira me consta que seria uma espécie de irmão, de almas gêmeas, do Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Mas não é bem partidária...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Não, não é partidária. A alma está acima dos partidos políticos.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Ciro Nogueira é meu contemporâneo lá do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – A ideia é que se aprofunde este debate. E, mais do que prazo, há a pressão que se dá ou para votá-lo rapidamente ou para não o votar nunca mais e que ele saísse da pauta. Penso que nossa obrigação no Congresso não é engavetar processos. Nossa obrigação é abrir espaço suficiente para a discussão e pôr em votação. Então, minha sugestão inicial é trazer o Aloysio, pelo peso que ele tem como diretor do melhor hospital do gênero no Brasil, aliás, de uma rede excepcional de hospitais Sarah Kubitschek no País inteiro. Posteriormente nós podemos até ampliar essa oitiva.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É isso, Presidente, que eu queria sugerir: que nós ouvíssemos também outros representantes que já, inclusive, participaram desse debate, uma vez que este projeto está há muito tempo nesta Casa, foi à Câmara, retornou. Nós temos representantes até dos próprios médicos do Conselho Federal de Medicina e outros que podem contribuir, reconhecendo o peso do Dr. Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tudo vai ocorrer depois do Carnaval. Então, vamos ter tempo para pensar nas pessoas que devem ser ouvidas.

Mas eu queria trazer mais uma informação para a Comissão, algo que me preocupa e me assusta muito. O projeto, como está, dá preeminência absoluta à função do médico, mas, na realidade, quem são os médicos brasileiros hoje? Temos, claro, médicos excepcionais, mas o presidente da Associação Médica do Paraná, do sindicato, o ex-presidente do sindicato, me informava outro dia que hoje 80% dos médicos passam a clinicar sem ao menos terem feito residência, porque não existe capacidade física para que os médicos façam residência nessas escolas de Medicina que são abertas em cada município do Paraná, onde há empresários interessados no empreendimento e não no ensino da Medicina, na possibilidade dos lucros de uma escola, e jogam com o desejo da comunidade de ter uma faculdade de Medicina na esquina. Então, essa preocupação que me foi transmitida pelo presidente do sindicato, que é a favor do ato médico, se soma à preocupação do Dr. Aloysio Campos da Paz, que considera que o projeto torna inviável o funcionamento interdisciplinar de um hospital como o Sarah Kubitschek.

Penso que temos de pensar com mais seriedade nesse projeto e não trabalhar em cima da mitificação do médico, mas da realidade da estrutura brasileira,

da situação concreta. O Dr. Aloysio me deixou a preocupação de nós estarmos criando um grande problema com esse predomínio absoluto de uma equipe comandada... Ele dizia que um médico não entende das outras especialidades que o hospital Sarah Kubitschek utiliza no tratamento, na recuperação, e esse médico vai atrapalhar tudo, vai impedir o funcionamento do hospital. Então, ao lado da velocidade, Senador Cyro Miranda – não do seu irmão gêmeo, de alma, Ciro Nogueira –, nós temos de pensar na qualidade do projeto.

Estamos, então, de acordo. O Senador Aloysio, que faz oposição ao projeto, vai ser indicado como relator para que tenhamos um debate consistente na Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de colocar o seguinte: houve uma série de alterações no texto até chegarmos ao texto que foi votado. É bom lembrar que, em relação à gestão, causaria um problema dramático a qualquer gestor, público ou privado, porque ficava a competência da gestão, da administração, exclusivamente a cargo do médico. Então, alterou-se, segundo entendi, para estabelecer que é exclusiva do médico a chefia de equipes médicas. Creio que é possível clarificar no projeto, por exemplo, que, em equipes multidisciplinares, tenha-se uma diferenciação. Segundo o que compreendi da leitura do texto, a chefia é exclusivamente de um profissional médico nas equipes que são de médicos apenas. Então, penso que talvez seja um caminho. Isso fica para o debate.

O autor do projeto foi Senador do meu Estado, Benício Sampaio. Isso foi feito dentro de uma conjuntura lá atrás. Creio que também seria importante – não aconteceu na comissão anterior – ouvi-lo. Tenho conversado com ele, inclusive houve um amadurecimento de lá para cá...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Até porque, em treze anos, muita coisa mudou.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Muita coisa mudou.

E quero aqui colocar para V. Ex^a que acho que não podemos perder a oportunidade de tratar essa questão da residência.

Eu quero aqui dar um depoimento. V. Ex^a foi Governador e deve ter vivido isso: você tem dificuldade hoje de fazer funcionar o sistema de saúde por escassez de profissionais especializados e, quando a gente quer fazer isso, a gente vê que há um conjunto de amarras na legislação que impedem inclusive a ampliação. É quase impossível hoje, por exemplo, você fazer especialização na área de anestesia. Foi criado um conjunto de amarras que – vou usar um termo feio

aqui – permite, inclusive, que se boicote, em determinados Estados, a expansão de especializações em determinadas áreas profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Esse boi a que V. Ex^a se refere deve ser um boi originário do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Somos grandes produtores também de boi. Exportávamos, inclusive, para Minas Gerais, por isso que vem: “O meu boi morreu. O que será de mim? Manda buscar outro, meu bem, lá no Piauí.” E que não era cantado no Piauí, mas cantado em Minas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – É um debate que nós vamos ter de travar com tranquilidade.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas quero aqui parabenizá-lo pela escolha do Senador Aloysio, o que permitirá realmente termos um bom debate, um contraditório. Mas quero aqui reconhecer também aos que acompanham este projeto que ele já esteve bem pior, correu perigo lá atrás. Hoje já avançamos. Creio que a redação que tivemos da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Valadares, nas últimas Comissões, permitiu um avanço considerável e creio que poderemos melhorar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Peço à Secretaria da Mesa que envie uma cópia, por meio magnético, ao Ministro Padilha, que me solicitou o projeto como está agora. Quero a opinião do Ministério também.

Com a palavra, para relatar o item 10 da pauta... Não... O item 8 da pauta, o Senador João Ribeiro. O relatório da Senadora Maria do Carmo foi objeto de vista, pedida pelo Senador Cyro Miranda. Penso que somente vamos ler o relatório e sobrestar a discussão e a votação, porque não temos quórum para projetos terminativos. Encerraremos nossa reunião hoje com esta leitura. Com a palavra, Senador João Ribeiro.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Só uma questão de ordem. Já que o senhor está anunciando o encerramento, eu pediria... Tenho um requerimento extrapauta para propor. Só é um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – A Mesa vai deliberar, depois de tomar conhecimento do requerimento, sobre a possibilidade de o colocar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Questão de ordem, Presidente Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Só para fazer um registro aqui em nossa Comissão. Temos aqui a presença do Deputado Eber Machado, lá do

meu Estado, Deputado Estadual. Ele está defendendo um projeto, pois veio buscar apoio de nossa bancada federal e a quem quiser ajudá-lo. Inclusive, é seu fã e fez questão de vir a esta Comissão. Nós estamos tentando criar a Universidade Estadual em nosso Estado.

Creio que o senhor deve ter conhecimento de que hoje nossos jovens, do Estado do Acre, estão todos estudando na Bolívia. Isso para nós é muito ruim e tem prejudicado muito a qualidade do ensino em nosso Estado.

Então, é um projeto que ele tem encampado, com muita dificuldade. Ele veio fazer visita a esta Comissão e pede nosso apoio. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Sem dúvida. Embora o ideal seria que tivéssemos uma universidade federal, não é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Nós temos uma universidade federal. Mas, para que o senhor tenha uma ideia, agora no ENEM não passou um aluno do Estado do Acre. Nem um! Nem um aluno passou. Então, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Eu, como Governador do Paraná, que é o Estado que tem mais universidades estaduais e faculdades isoladas (são 17 ao todo, entre universidades e faculdades), sei o que custa para o erário mantê-las nas condições que nós as mantemos. São excepcionais as universidades do Paraná, mas são um peso que deveria ser jogado nos ombros do rico orçamento da União. Em todo caso, vamos levar à frente o projeto.

Senador Pedro Ribeiro, com a palavra. João Ribeiro. É o Ciro Miranda e o Pedro Ribeiro... (*risos*). Está havendo certa confusão aqui. Acho que é a véspera do Carnaval.

É o seguinte o item:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 602, DE 2011

– Terminativo –

Denomina “Rodovia Senador Eliseu Resende” o trecho da BR-494 entre o Município Oliveira, no Estado de Minas Gerais, e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador João Ribeiro

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em análise pretende homenagear o Senador Eliseu Resende, de saudosa memória, atribuindo seu nome ao trecho da Rodovia 494, entre Oliveira, no Estado de Minas Gerais, e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Em sua justificação, o autor subscreve à matéria a trajetória do homenageado: mineiro notável, nascido na cidade de Oliveira em 07 de fevereiro de 1929 e falecido em 02 de janeiro de 2011. Destaca sua formação acadêmica, como engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado em Matemática e doutorado em Estatística pela New York University. Aponta ainda a sua passagem por importantes cargos públicos, entre os quais cita os de Ministro de Estado dos Transportes; Presidente da Empresa Petroquímicas do Brasil S.A.; Ministro de Estado da Fazenda, Presidente da Eletrobrás e Diretor-Presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., assim como o exercício dos mandatos eletivos de Deputado Federal por três vezes (1995-2006), e de Senador da República (2007-2014).

O autor da proposição lembra também relevantes realizações do Senador Eliseu Resende, com especial destaque para a autoria do Plano Rodoviário Nacional, a construção da ponte Rio-Niterói – confesso que eu não sabia disso – e da rodovia Transamazônica, e o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília, que corta o meu Estado do Tocantins. Cita os inúmeros prêmios, homenagens, medalhas e títulos honoríficos recebidos e os vários trabalhos técnicos publicados, a maioria versando sobre o transporte e a economia do País.

No Senado, a proposição foi distribuída exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, matéria objeto do PLS nº 602, de 2011. Por ter sido a proposição distribuída unicamente à presente Comissão, a esta compete ainda o exame das questões de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O projeto trata de rodovia federal constante do Plano Nacional de Viação. Como tal, constitui matéria de competência da União, conforme estabelece o art. 22, XI, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional compete dispor sobre o assunto, nos termos do art. 48, inexistindo reserva de iniciativa para outro Poder.

A proposição é amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade. Obedece ainda aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que

dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A matéria é também adequada no que tange ao mérito, uma vez que o engenheiro Eliseu Resende, notório especialista na área de transportes, deu, com sua inteligência, seus estudos e seu descortino, relevante contribuição para a expansão da infraestrutura viária brasileira, imprescindível para o desenvolvimento do País.

Atribuir seu nome à rodovia que liga sua cidade natal a importantes polos industriais, como Volta Redonda e Angra dos Reis, e ao litoral representa uma forma justa e oportuna de homenagem ao Senador Eliseu Resende, cuja “constante dedicação e zelo com a coisa pública” constituiu “exemplo de lealdade ao Brasil e a Minas Gerais”, como bem aponta o autor da proposição.

Apenas constatamos imprecisão no texto da ementa e do art. 1º, que se referem ao trecho compreendido entre o “Município Oliveira” e “Angra dos Reis”. Dessa forma, a redação adotada não especifica se estão incluídos os percursos entre a divisa dos municípios e os núcleos urbanos de Oliveira e de Angra dos Reis, respectivamente.

Para sanar essa imprecisão, sugerimos nova redação que identifique como pontos extremos do trecho objeto da homenagem às cidades de Oliveira e de Angra dos Reis.

Voto

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 602, de 2011, com as emendas de redação que apresentamos.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2011, a seguinte redação:

“Denomina ‘Rodovia Senador Eliseu Resende’ o trecho da BR-494 compreendido entre as cidades de Oliveira, no Estado de Minas Gerais, e de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.”

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominado ‘Rodovia Senador Eliseu Resende’ o trecho da BR-494 compreendido entre as cidades de Oliveira, no Estado de Minas Gerais, e de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.”

Este é o voto, Sr. Presidente: pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A discussão e a votação, por serem terminativas, ficam sobrestadas.

Encerro esta reunião, marcando...

Ah, sim, tenho aqui a do Senador Cícero Lucena, ainda.

Senador, com a palavra para explicar seu requerimento extrapauta.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, vi a preocupação do Senador Petecão quanto ao pedido da Universidade Estadual em seu Estado.

Este requerimento aqui tem a ver exatamente com a UEPB – Universidade Estadual da Paraíba. Universidade esta criada há muitos anos e que passou a ter sua autonomia, financeira e administrativa, com a administração do Governador Cássio Cunha Lima, hoje Senador e membro também desta Comissão. Essa Universidade vem, a cada ano, desenvolvendo um papel fundamental em nosso Estado. Ela teve sua origem na cidade de Campina Grande e todos nós que temos compromisso com a educação somos reconhecedores da importância dessa entidade em nosso Estado.

Na própria administração do Governador Cássio tínhamos como estratégia, na UEPB, complementar a interiorização da Universidade Federal, já que hoje nosso Estado tem duas Universidades Federais: a da Paraíba e a de Campina Grande. A UEPB funciona como uma entidade que complementa as demandas e necessidades, quer sejam de cursos ou geograficamente falando, quanto à interiorização da universidade para dar oportunidade a um número maior possível de alunos.

Infelizmente, ao assumir o Governo do Estado da Paraíba... Para o senhor ter ideia, ela é a única Universidade Estadual que tem autonomia por lei; as demais têm por decreto, inclusive a USP e a Unicamp. A da Paraíba tem essa autonomia por lei. Infelizmente, o atual Governador, se achando no direito, mesmo descumprindo seu compromisso em programa eleitoral gravado em vídeo, tem sacrificado a universidade quebrando sua autonomia.

Então, como esse é um assunto que interessa ao Brasil como um todo, a autonomia das universidades estaduais, venho propor aqui que possamos fazer uma audiência pública para debater essa quebra da autonomia da universidade, num total desrespeito à legislação. É por isso que assino, o Senador Vital do Rêgo também disse que passaria para subscrever, e o Senador Cássio deve estar chegando, quando tratarei também desse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Próxima reunião ordinária da Comissão dia 28. Dia 29, audiência com o Ministro Aloizio Mercadante. A comissão de pauta agendará a possibilidade do dia para essa audiência pública.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia treze de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, GIM ARGELLO, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, LAURO ANTONIO, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, CLOVIS FECURY e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, JOSÉ AGRIPINO e RANDOLFE RODRIGUES**. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA**, destinada à deliberação de matérias. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 127, DE 2011**, que “Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor FERNANDO PIMENTEL, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para, em audiência nesta Comissão de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle prestar os devidos esclarecimentos sobre sua atuação como consultor entre 2009 e 2010, bem como sobre as denúncias de tráfico de influência em licitações da prefeitura de Belo Horizonte”. Autoria: Senador Álvaro Dias. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº XX, de 2011-CMA. Resultado: Rejeitado o Requerimento nº 127, de 2011-CMA por 8 favoráveis à rejeição (Senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Gim Argello, Vicentinho Alves, Ana Rita, Valdir Raupp, Romero Jucá e Lauro Antonio) contra 5 contrários à rejeição (Pedro Taques, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias e Cícero Lucena). Usam da palavra os Senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Pedro Taques, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 128, DE 2011**, que “Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento RMA 118/2011, do Senador Vicentinho Alves, e aos requerimentos RMA 119 e 122, ambos de 2011, de autoria, respectivamente, dos senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, que seja acrescentada à relação de convidados para a audiência pública que pretende discutir a mudança da cota dos reservatórios das usinas de Jirau e Santo Antônio, os senhores: 1. ALTINO VENTURA FILHO, Secretário de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; 2. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS, Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE”. Autoria: Senador Delcídio do Amaral. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 128, de 2011-CMA. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 129, DE 2011**, que “Requer a realização, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Colóquio sobre a Carta da Terra (Earth Charter), em parceria com a Comissão de Direito Ambiental da IUCN e da Earth Charter International”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 129, de 2011-CMA. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 130, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para participarem do lançamento da I CÚPULA MUNDIAL DE LEGISLADORES, como parte integrante do evento RIO+20, a realizar-se no Rio de Janeiro, em dia 16 de dezembro do corrente”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 130, de 2011-CMA. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA**

DO CONS., FISC. E CONTR Nº 131, DE 2011, que “Requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de um conjunto de audiências para tratar do controle e avaliação das políticas públicas brasileiras, abordando os seguintes temas: 1 – Tema: Política nacional de formação de estoques públicos – execução e constatações de fiscalização; 2 – Tema: Programa Bolsa Família – impactos e problemas de implementação; 3 – Tema: Aeroportos e transporte aéreo – gargalos, segurança e qualidade de serviços; 4 – Tema: Programa de construção de submarinos – gestão e problemas de implementação; 5 – Tema: Operações especiais do BNDES – capitalização para o Programa de Sustentação do Investimento e operações de capitalização da Petrobras (da Lei 12.276, de 2010) – impactos econômicos, gestão de risco e transparência nas contas fiscais; 6 – Tema: Programa de tratamento de resíduos sólidos urbanos; 7 – Tema: Programa de proteção ao depoente especial – resultados e implementação; 8 – Tema: Implantação e operacionalização da assistência farmacêutica básica no âmbito do sistema de saúde pública”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 131, de 2011-CMA. **ITEM 6) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006 – Não Terminativo**, que “Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro”. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento e pela apresentação de Requerimento de Convocação do Ministro de Estado da Fazenda e Requerimento de Informações ao Tribunal de Contas da União. Colocado em votação, a comissão aprova parcialmente o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria e pela apresentação do Requerimento de Informações nº 132, de 2011-CMA ao Tribunal de Contas da União. Em relação ao Requerimento de Convocação do Ministro de Estado da Fazenda, restou vencido o relator, sendo aprovado voto em separado do Senador Romero Jucá pela conversão da convocação em Requerimento de Informações. A Presidência designa o Senador Romero Jucá como relator do vencido, que apresenta o Requerimento de Informações nº 133, de 2011-CMA ao Ministro de Estado da Fazenda. **ITEM 7) PROJETO**

DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2007 – Não Terminativo, que “Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima”. Autoria: Senador Augusto Botelho. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela rejeição. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal”. Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do projeto com as três emendas aprovadas na CAE e uma que apresenta. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nº 1, 2 e 3-CAE/CMA e nº 4-CMA. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental”. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria “ad hoc”: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 609, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir crédito, em favor do passageiro, da franquia de bagagem não utilizada”. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela prejudicialidade. Projeto retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos. Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF)”. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda da CDR. Projeto retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010 – Não Terminativo**, que “Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR)”. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação com acolhimen-

to das emendas nº 1 e 2-CCJ e com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, foi concedida vista do projeto ao Sen. Sérgio Souza, nos termos do art. 132 do RISF. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, residente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 13/12/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg – Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Eu comunico que para amanhã, às 13 horas, na sala 7, quero convidar todos os Senadores e os que estão aqui presentes, pois haverá o lançamento da revista *Em Discussão!*, do Senado Federal, que tem como tema, nesse número, os debates sobre o Código Florestal.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº , DE 2011

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor FERNANDO PIMENTEL, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para, em audiência nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle prestar os devidos esclarecimentos sobre sua atuação como consultor entre 2009 e 2010, bem como sobre as denúncias de tráfico de influência em licitações da prefeitura de Belo Horizonte.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu considero desnecessário justificar o requerimento e peço a V. Exª que o coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg – Bloco/PSB – DF) – Consulto se alguém quer encaminhar o requerimento?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu quero me contrapor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg – Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A imprensa tem divulgado fartamente essas notícias relacionadas às consultorias do Sr. Fernando Pimentel. Acredito que todos os que têm dúvida em relação a isso devem recorrer aos organismos de Estado próprios para essa investigação. Temos Ministério Público e Polícia Federal, que podem tranquilamente receber as denúncias e proceder à apuração com muito mais técnica e elementos do que nós, Senadores.

Se todas as vezes em que uma denúncia for publicada na imprensa nós tivermos de chamar para fazer interrogatório aqui, a sensação que dá é de que a nossa comissão ou o nosso Senado Federal podem se transformar numa espécie de delegacia de polícia, para ficarmos interrogando as pessoas. Então, nesse sentido, os Senadores que estão apresentando a proposição devem levar suas denúncias formais ao Ministério Público ou aos órgãos competentes para a investigação.

No caso, eu sou contra a intimação ou o convite para que o Ministro Fernando Pimentel venha prestar esclarecimentos sobre esse caso específico, aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg – Bloco/PSB – DF) – Consulto se mais alguém deseja encaminhar o requerimento?

Com a palavra o Líder do PT, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu acredito que mais uma vez se comete, por parte da oposição, um equívoco na forma de tratar um determinado problema de relevância.

O Congresso Nacional é, entre outras coisas, o órgão de fiscalização do Poder Executivo Federal. Ele exerce o papel da fiscalização de temas que tratam da União. Nesse caso específico, nós temos várias motivações para que o Ministro Fernando Pimentel não seja convocado ou convidado para esta Comissão.

Primeiro, os fatos relatados até o presente momento, no meu entendimento, têm sido explicados de forma convincente. Todas as empresas às quais eventualmente o Ministro tenha prestado consultoria confirmam, seja pelo relato verbal de seus dirigentes, seja por documentos, notas fiscais de pagamento por esse trabalho, que essas consultorias foram realizadas. O terceiro aspecto que é relevante também é o fato de que, em nenhum momento, o Ministro, à época em que prestou essas consultorias, estava exercendo qualquer cargo público. Essa é ainda outra questão relevante. Essas empresas às quais ele prestou o trabalho de consultoria são empresas que não se relacionam com o Governo Federal. Algumas são até instituições, como a Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Então, como querer construir um elo entre algo que aconteceu lá no passado, no período em que o Ministro não exercia nenhuma função pública e vendeu sua força de trabalho para empresas que não se relacionam com o Governo Federal, não são prestadoras de serviço, não são fornecedoras? No máximo, caberia talvez à Câmara de Vereadores de Belo Horizonte convocar ou convidar o Ministro por algumas dessas empresas terem relações de prestação de serviço com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Então, acredito que não tem sentido essa convocação. É mais uma tentativa de embate político da oposição, que, me perdoem os senhores opositoristas, não tem uma proposta para o Brasil; não tem um discurso para o Brasil; não tem uma saída para os problemas que o Brasil enfrenta e que, por isso, tem que se apegar naturalmente a todo o tipo de possível irregularidade para tentar cumprir o seu papel.

Então, por essa razão, quero encaminhar contra aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar Senador Alvaro Dias, autor do requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pretendia não justificar o requerimento porque há um acordo. Celebramos um acordo de que os convites seriam prontamente acolhidos pelo Governo.

Houve um anúncio do próprio Governo que repercutiu entre lideranças da Casa de que todo requerimento ou convite seria acolhido pela maioria governista, já que o Governo entendia ser do seu dever prestar esclarecimentos à sociedade, tanto é que o Ministro Mário Negromonte, do PP, esteve no Senado em audiência pública; o Ex-Ministro Pedro Novaes, do PMDB, esteve no Senado; o Ex-Ministro Wagner Rossi, do PMDB, esteve no Senado; o Ex-Ministro Orlando Silva, do PCdoB, esteve no Senado; o Ex-Ministro Carlos Lupi, do PDT, esteve no Senado; o Ex-ministro

Antonio Pallocci, do PT, não esteve no Senado; e agora o Ministro Pimentel, do PT, não pretende vir ao Senado. Dois pesos e duas medidas. Os Ministros do PT são blindados, blindados com toda a força da maioria esmagadora do Governo nesta Casa; os demais podem ser jogados ao mar. “Que se defendam, que se expliquem, que justifiquem seus atos, não são do PT!”

Portanto, não há nenhuma razão para o rompimento de um acordo que existia a convite a Ministros denunciados. Dizer que não há explicações a oferecer é afrontar a inteligência dos brasileiros. Veja, alguns casos foram citados pela imprensa. Alguns, não todos. Para alguns dos casos, existem recibos, mas não existem os contratos; para outros, não foram apresentados os recibos de pagamento; não há também clareza em relação a que tipo de serviços foi prestado. Em relação à Convap, da qual o Ministro recebeu R\$514 mil, não há informação sobre assinatura de contrato para prestação de serviços.

Após a consultoria, a Convap assinou com a Prefeitura de Belo Horizonte dois contratos que somam R\$95,3 milhões. Seria mera coincidência? Isso não é motivo para investigação, para as explicações?

Da ETA a empresa Pimentel recebeu R\$130 mil em duas parcelas. Primeiro, os sócios negaram que tinham contratado a P-21, depois apareceu um antigo dono que confirmou a contratação. Inicialmente, nenhum dos três sócios da empresa admitiu o pagamento. Um deles, Roberto Ribeiro Dias, diz que o negócio é muito estranho; Adriano Magalhães da Silva diz não saber nada sobre o caso; Eduardo Luís Bueno afirma que é difícil a empresa ter feito uma contratação desse tamanho. Robson Andrade diz também que Pimentel fez palestras nas dez unidades da Federação, em cidades-polo da indústria mineira, justificando o pagamento da Federação. O Presidente do Conselho de Política Econômica Industrial e o gerente de economia, responsáveis por esse tipo de atividade das entidades, não se lembram da participação de Pimentel. Teria sido uma participação clandestina? Existe essa modalidade de conferência – conferência clandestina?

Enfim, dizer que a oposição não tem proposta soa ridículo, porque essa é uma das propostas da oposição, proposta que é um dever elementar: combater a oposição.

Há aqui, nitidamente, a prática do tráfico de influência, com conflito de interesses. Obviamente, logo depois que deixou a Prefeitura, o ex-prefeito passa a oferecer consultorias, e imediatamente a empresa contratada para a prestação desse serviço de consultoria ganha licitações na prefeitura é muita coincidência. Enfim, há uma proximidade do consultor, aliás, são consultorias mágicas, porque são consultorias milionárias,

os valores são significativos. Não há conhecimento de que no mercado consultorias sejam realizadas por valores tão expressivos. Não há transparência alguma, não há comprovação dos serviços prestados, enfim, há a suposição de ilícitos.

É evidente que, quando há benefícios em razão de funções públicas que se exercem, configura-se corrupção passiva. É evidente que nós não estamos aqui como magistrados, julgando, prejulgando. Estamos tentando oferecer ao Ministro que é acusado, que é duramente acusado, a oportunidade de defender-se. O Ministro comparece, é questionado, apresenta as suas explicações, e a sociedade julga. Nós não estamos para julgar o Ministro. As providências em relação ao Ministério Público foram adotadas pela oposição.

O que queremos é propor transparência na atividade pública no País. Nos últimos anos, a clandestinidade de ações tem provocado os escândalos que são noticiados pela imprensa e obrigado a oposição a agir. Não há como cobrar da oposição proposta nesse momento. A nossa proposta é combater a corrupção. Esta é uma das propostas essenciais da oposição: o combate à corrupção e à impunidade. Este País não suporta mais tantos escândalos de corrupção.

Portanto, Sr. Presidente, lamento profundamente que a maioria governista descumpra um compromisso que estava implícito. Provavelmente dirão: “Não, não existia esse compromisso”. Esse compromisso foi público, esse compromisso foi publicado. O próprio Governo disse que os Ministros denunciados deveriam comparecer ao Congresso para dar explicações. Esse foi o procedimento adotado aqui.

Ainda na última semana, quando ouvimos o Ministro das Cidades, Negro Monte, o próprio PT afirmou aqui: “Estamos cumprindo o compromisso de dar explicações. Ministro tem que vir ao Senado e dar explicações”. É isso que desejamos. Desejamos que o Ministro Pimentel venha ao Senado e ofereça suas explicações à sociedade brasileira. Não comparecendo, certamente há suposição de que as irregularidades são tão graves que o Ministro não tem como explicá-las. Não há como o Ministro apresentar justificativas para atos que foram praticados. Se houvesse, não perderia essa oportunidade. Essa seria uma bela oportunidade para o Ministro encerrar esse assunto de forma digna, apresentando justificativas convincentes. Até agora as explicações foram insuficientes e não convenceram. Ao não comparecer, fica a impressão de estar o Ministro assumindo a culpa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Para encaminhar, Senador Jorge Viana. Em seguida, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, caros Colegas Senadores, rapidamente quero também me manifestar. Penso que estamos em uma comissão que trata de fiscalização e controle. É óbvio que é prerrogativa constitucional desta Comissão, para que possamos atender o que estabelece o Regimento Interno do Senado, fiscalizarmos e procurarmos estabelecer um controle da atividade pública. Esse tema que envolve o Ministro Fernando Pimentel tem um diferencial muito importante.

O Sr. Ministro Fernando Pimentel foi prefeito. Agora, cumpre, com competência, o mandato de Ministro. E estamos aqui propondo que a Comissão perca um pouco o objetivo de fazer fiscalização e controle da atividade pública, para ir para a fiscalização e controle dos indivíduos. Se tivesse alguma justificativa vinculada à atividade pública do Sr. Pimentel, acho que ele deveria estar aqui prestando os devidos esclarecimentos. Isso é diferencial importante.

Entendo que as denúncias foram apresentadas por um veículo de comunicação importante. O Ministro apresentou os esclarecimentos devidos. O próprio jornal diz: “Sempre fica algum ruído, quando não é autoridade que toma a iniciativa de divulgar as funções que desempenhou na vida privada”. Bem, o problema é que o Ministro Pimentel apresentou a justificativa. Temos, no País, uma comissão de ética pública. O Ministro prestou contas, deu satisfação da sua atividade privada a uma comissão de ética pública que, recentemente, foi muito elogiada pela oposição, por conta de ter tomado um posicionamento contra um dos ministros do Governo da Presidente Dilma. E eu gostaria só de diferenciar. Acredito, sinceramente, e li, tenho acompanhado, não ficou nenhuma pergunta sem resposta até aqui.

É absolutamente natural esse movimento, com o qual todos nós devemos contribuir, de livrar o País da corrupção. É um avanço para a nossa sociedade. É claro que alguém que ocupa cargo público deve satisfação. O Ministro Pimentel tem procurado responder e tem respondido ao jornal a todos que estão questionando. As pessoas citadas, desde o atual presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Robson Andrade, também esclareceu... Agora, o que não podemos é uma pessoa, por ter ocupado um cargo público e ocupar um cargo público, não poder desenvolver suas atividades privadas. O Ministro Pimentel é uma pessoa capaz, competente, é uma referência de profissional e também de homem público.

Se eu tivesse encontrado... Porque também a nota do próprio Ministro, do Ministério, respondeu uma a uma as indagações. Não houve nenhuma relação do trabalho do ministro com a prefeitura quando ele

era prefeito, nem da empresa dele com a administração dele. Tudo aconteceu quando ele tinha saído, já numa outra gestão, e de maneira indireta. A empresa com a qual fazem a ilação de relação compunha um consórcio, foi desclassificada pela prefeitura em duas tentativas de estabelecer algum contrato. A outra é a Federação das Indústrias de Minas Gerais. Federações de indústrias existem em todos os Estados, elas trabalham, contratam consultores.

Vi isto no próprio Governo do Presidente Fernando Henrique: pessoas qualificadíssimas que prestaram um bom serviço ao País, saindo do governo, voltaram para a iniciativa privada e trabalham na iniciativa privada; outros voltaram para a vida pública. Desde que tenham feito a devida desvinculação dessas atividades, isso não é crime.

Então, eu só queria fazer uma ponderação no sentido de não misturar: uma das atribuições que esta Comissão tem cumprido, graças ao envolvimento dos colegas Senadores, é a de procurar fazer a fiscalização e o controle das ações públicas, daqueles que lideram espaços públicos, têm função pública e devem satisfação. Agora, eu acho que seria um equívoco nós partirmos para a fiscalização e o controle de indivíduos, de pessoas, por conta de terem desenvolvido esta ou aquela atividade privada, porque, para isso, o nosso Brasil vive um regime de absoluta tranquilidade e de plenitude democrática.

Não tenho nenhuma dúvida de que o Ministério Público de Minas e o Ministério Público Federal estão tomando as devidas providências para fazer os esclarecimentos necessários em relação ao cidadão Fernando Pimentel. Agora, quanto ao Ministro, não consegui ler em nenhum lugar qualquer ato que desabonasse sua atividade do Ministro desde o dia em que assumiu o ministério até hoje e também não vejo nenhum questionamento sobre sua gestão na prefeitura. Eu acho que, aí, nós poderíamos estar fazendo coro com algo muito ruim que acontece neste País, que é, por conta de uma denúncia, mesmo esclarecida, a pessoa já começar a receber a pecha de corrupta. Acho que isso é não é justo com uma pessoa íntegra e honrada como é o Ministro Fernando Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nós não estamos querendo colar no Ministro Pimentel a pecha de corrupto, não é esse o nosso objetivo. Nós queremos esclarecimentos, queremos que ele venha esclarecer.

O Senador Jorge Viana começa onde eu acho que poderíamos terminar esse processo de busca de esclarecimento. Diz S. Ex^a que não tem nada a ver a atividade privada do ministro com sua atividade pública. É exatamente este o objeto da nossa indagação: tem ou não tem a ver a atividade do ministro, ou as suas consultorias, com a sua atividade pública de ex-prefeito, homem importante do PT e já nomeado *in pectore* ministro do Governo Dilma, e com a expectativa de que viesse a ser, como é, uma pessoa muito forte nesse governo? Então, é exatamente para saber se essas atividades de consultoria têm ou não têm a ver com sua atividade pública que nós queremos que ele venha à nossa Comissão, exatamente para esclarecer.

Ora, parece que há dois pesos e duas medidas, como já disse o Senador Alvaro Dias. Para os ministros que não são do PT, o esclarecimento no Congresso – Alfredo Nascimento, Wagner Rossi, Lupi, Pedro Novais, Orlando Silva. E o curioso é que, a cada depoimento que esses cidadãos prestaram perante o Congresso – seja à Câmara, seja ao Senado –, notava-se um silêncio eloquente da bancada do PT. Agora, temos aqui o seguinte: o simples anúncio de que o Ministro Pimentel seria objeto desse pedido de convocação, de convite, já foi suficiente para mobilizarmos aqui uma tropa extraordinária. Todos aqui acorreram ao chamado dos líderes da maioria, acorreram pressurosos e já com os argumentos na ponta da língua: “Atividade privada é uma coisa, atividade pública...” Nós sabemos exatamente que atividade privada é uma coisa e atividade pública é outra. O nosso problema é quando essas coisas se confundem. Houve explicações? Houve. Agora, nem a velhinha de Taubaté se convenceu da solidez das explicações. Por quê? A única apresentação possível é a apresentação do resultado da consultoria. Quando alguém é contratado para uma consultoria, desde que não seja ex-Ministro ou futuro ministro poderoso, ele tem que apresentar um trabalho. Não vale dizer que foi lá para bater papo, como disse o ex-Presidente da Fiemg e atual Presidente da CNI, Robson Andrade, que conversou, foi lá ao Ministro Pimentel para conversar. O Ministro Pimentel é um homem agradável, é um homem de bom tom, é uma pessoa ilustrada. Seguramente, a conversa ali deve ser agradabilíssima. Agora, R\$1 milhão deve ter algum resultado essa conversa deve ter se materializado em algum, tipo de colaboração que pudesse ter o seu valor mensurado. Porque, afinal de contas, esse dinheiro que foi pago a ele não é o dinheiro que saiu do bolso do Sr. Robson de Andrade, saiu do bolso dos empresários de Minas Gerais que pagam a contribuição sindical que alimenta os cofres da Fiemg. Então, há sim dinheiro público nessa história e é preciso que seja esclarecido. É isso

que nós queremos. Nós queremos que ele tenha o mesmo tratamento que os demais Ministros, que venha aqui e esclareça. Nunca tive nenhum tipo de dúvida em relação à idoneidade do Ministro Pimentel, sempre tive as melhores referências dele. Agora, diante desta mobilização que estou vendo, toda base do Governo em pé de guerra, começo a ter dúvida, sinceramente, Sr. Presidente, começo a ter dúvida. Porque o normal seria que o Ministro viesse aqui tranquilamente e explicasse sem precisar de toda esta barreira.

Agora, ética pública, meu caro Jorge Viana, a Comissão de Ética Pública foi acionada, mas até agora não se manifestou. Tivemos uma manifestação do Sr. Ministro que para mim, para qualquer pessoa minimamente informada é notoriamente insuficiente. Explicação para mim de consultoria nessas condições é resultado, trabalho, quantas páginas, relatório, é o que se cobra de qualquer consultor. Conversa fiada não é consultoria, por isso que insistimos no convite ao Sr. Ministro, em benefício dele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os demais Senadores.

Quero aqui ser bem claro, sendo da base do Governo, que Ministro que tem medo de vir a uma Comissão não pode ser Ministro, independente de partido que faz parte da base da composição.

Eu só quero reforçar aqui as palavras do Senador Aloysio, ele se esqueceu de dizer que o Ministro das Cidades, Mário Negromonte, também veio aqui. Veio a convite.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem razão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu disse para o Ministro Mário Negromonte: “Se ele não estiver com vontade de ir lá, não conte comigo”. Ele falou: “Não, estou à disposição de lá”. Então, acho que não tem nada que esconder. Em primeiro lugar, esta Comissão não é um cemitério que enterra ninguém. Aqui é uma Casa em que só quer buscar para transmitir para a população o que está acontecendo em todas as áreas. Sendo da base do Governo, com certeza – a própria Presidente tem dito, todo mundo tem dito que ninguém pode se omitir a quando for convidado esclarecer as dúvidas. Não vamos deixar dúvidas. No meu ponto de vista, se votarmos aqui contrários à presença do Ministro, para não vir aqui, vamos deixar dúvida no meio da sociedade perante as denúncias que há. Se ele fez um trabalho particular, não tem nada que ter medo disso. Venha aqui, esclareça, e acabou. Eu trabalhei de forma particular, estão aqui as notas, foi fora do

meu mandato, não há tráfico de influência, e acabou. Então, quanto a isso, acho que não precisa ter medo.

Portanto, acho que seria bom vir aqui quem fez a defesa, mas é bom dar a mesma igualdade dada aos Ministros que vieram aqui.

Eu vi, da mesma maneira, o Senador Pedro Taques, falando do Ministro dele, quando esteve aqui presente, numa outra situação. Se o Ministro tem medo de vir aqui, a uma comissão, na verdade, não pode ser Ministro do Brasil, porque, infelizmente, fica ruim para nós aqui, defendê-lo em qualquer lugar.

Eu defendo qualquer Ministro da base, qualquer assessor, qualquer um, desde que não nos comprometa, porque cada um tem de responder por seu CPF.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra, o líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel; em seguida, Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as atividades exercidas pelo Ministro Pimentel, no caso concreto, ele não era mais nem prefeito, nem exercia nenhum cargo público ou função pública naquele momento. Ele prestou uma atividade privada para entidades privadas, e as entidades que prestaram serviço, todas elas, já vieram, inclusive, a confirmar que efetivamente contribuíram para aquela atividade.

É bom registrar que o PSDB, no Estado de Minas Gerais, tem outra visão diferente do PSDB nacional. Nesta semana ou na semana passada, o PSDB no Estado de Minas Gerais veio prestar solidariedade ao nosso Ministro Fernando Pimentel, deixando claro que o que ele fez no Estado de Minas Gerais, na visão do PSDB daquele Estado foi tudo correto. O prefeito, que é do PSB, lá de Belo Horizonte, também tem a mesma visão: de que as atividades desempenhadas pelo Sr. Ministro, na época o cidadão Fernando Pimentel, não trouxeram qualquer vinculação com a própria prefeitura.

Portanto, o Presidente da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais, hoje Presidente da CNI, esclarece os fatos. O Ministro, quando a matéria foi publicada, teve o cuidado de, em nota pública, deixar claro quem foram os seus clientes, o que foi feito e o valor de cada um. Portanto, sobre isso não há mais nenhuma dúvida.

É bom lembrar que a posição da Presidenta Dilma e do nosso Governo é a de que todas as vezes em que o ato de um gestor público federal tiver vinculação com o Governo Federal, ele virá a esta Casa, porque é sua obrigação e seu dever. Isso não é um favor: é obrigação de quem exerce cargo no Governo Federal.

Nesse caso concreto, não há nenhuma vinculação com o Governo Federal, não há nenhuma vinculação com governos, e, quando ele prestou atividades, não exercia nenhum emprego público, nenhum cargo público, nenhuma função pública.

Por isso, nós entendemos, Sr. Presidente, que não é necessária a sua vinda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, não conheço o Ministro Pimentel, nunca o vi pessoalmente, mas, depois que saíram essas notícias, comecei a indagar a respeito dele a algumas pessoas, a políticos, a parlamentares e a pessoas de Minas, e todos disseram que ele é uma pessoa de bem, uma pessoa sobre a qual não paira qualquer sorte de dúvidas sobre a sua idoneidade.

No entanto, nós estamos aqui, na Comissão de Fiscalização, para analisar fatos. Fatos, não pessoas. Não faço juízo de valor sobre o Ministro Pimentel, não faço nenhum juízo de valor sobre ele. Já expressei minha opinião sobre ele agora, há pouco, e sobre sua idoneidade.

Agora, nós precisamos entender que a Federação das Indústrias não é uma entidade privada, não é a mercearia do Sr. Roberto, não é a padaria do Sr. Joaquim. Ela recebe contribuições, representa dinheiro público. Se ela pagou, se existe o recibo de que ela pagou, nós precisamos saber o que foi feito, qual foi o trabalho desenvolvido. Isso eu, como Senador da República, tenho a obrigação constitucional de saber o que é, sem prejudicar o Ministro, sem prejudicá-lo.

Agora, como Senador da República, entendo que temos a atribuição constitucional de investigar e fiscalizar – “investigar” aqui como sinônimo de “fiscalizar”.

Não interessa o partido político, inclusive, quando do meu partido político, eu opinei pela vinda do Ministro aqui. Existe um adágio que pode ser transferido assim: quem não deve não teme. Qual é o prejuízo de um Ministro vir a esta Casa, para conversar com os Senadores? Qual é o prejuízo disso? Existe prejuízo? Isso vai aumentar a questão da crise internacional do Brasil? Qual o prejuízo disso?

A sociedade precisa saber através da boca dos Senadores que vão perguntar aqui, porque senão ela fica a indagar se os partidos políticos, todos eles, não passam de quadrilhas.

É só passarmos pelas bancas de revista, e a CartaCapital revela uma quadrilha dentro do PSDB; a Veja, uma quadrilha dentro do PT. Isso é fato, está ali. Se isso é verdade, se isso é mentira precisamos saber. Os fatos são graves, e não interessa o partido

político; o que interessa é que os fatos precisam ser conhecidos, sem se prejudicar. E volto a dizer: esse Ministro, ao menos ao meu juízo – não o conheço pessoalmente –, é uma pessoa de bem, mas nós precisamos, como Senadores da República, saber o que efetivamente ocorreu.

Foi pago? A nota foi expedida? Foi. Impostos foram pagos? Foram. Agora, e o trabalho foi realizado? Por que não foi realizado o trabalho? Essas perguntas precisam de resposta, porque senão a sociedade vai pensar que isto aqui é uma Casa de faz de conta. E aqui não é uma Casa de faz de conta. Aqui é uma Casa que tem atribuições que precisam ser desenvolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, serei bastante breve. Vou encaminhar contrário à votação de convite, exatamente porque o Senador Jorge Viana e o Senador Pimentel já falaram claramente. A posição do Governo é que, em qualquer denúncia a respeito de questões públicas, de transparência da ação de governo, os ministros serão convidados, vamos apoiar o convite de qualquer ministro para dar informação.

No caso do Ministro Fernando Pimentel, já foi dito aqui reiteradas vezes que essa é uma questão privada, no período em que o Ministro não fazia parte de nenhum governo, portanto não era servidor público. Qualquer esclarecimento que deve ser dado deve ser feito à Comissão de Ética e à Receita Federal. E o Ministro já prestou todas as informações.

Então, vamos encaminhar contrariamente, registrando que os ministros que vieram aqui – e nós apoiamos os convites – vieram porque qualquer denúncia, qualquer levantamento, qualquer questionamento feito pela Imprensa dizia respeito efetivamente à ação de governo. E a ação de governo é transparente, qualquer necessidade de esclarecimento será dada por qualquer ministro.

Portanto, no caso do Ministro Fernando Pimentel, não vemos o enquadramento nessa situação e vamos votar contrariamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

O requerimento foi rejeitado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Verificação concedida.

Vou fazer a chamada nominal.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A favor do requerimento, Sr. Presidente.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Contrária ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – A favor do requerimento, para vir aqui prestar esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – FORA DO MICROFONE

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Algum titular ou suplente que não foi chamado?

O requerimento foi rejeitado com oito votos NÃO e cinco votos SIM.

Solicito aos Srs. Membros desta Comissão que permaneçam em plenário, porque temos algumas matérias terminativas na pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Em relação ao item 25, que está na pauta, gostaria de solicitar vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a pode fazer o pedido de retirada de pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a será atendido.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº , DE 2011

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento RMA 118/2011, do Senador Vicentinho Alves, e aos requerimentos RMA 119 e 122, ambos de 2011, de autoria, respectivamente, dos senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, que seja acrescentada à relação de convidados para a audiência pública que pretende discutir a mudança da cota dos reservatórios das usinas de Jirau e Santo Antônio, os senhores: 1. ALTINO VENTURA FILHO, Secretário de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; 2. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS, Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº , DE 2011

Requer a realização, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Colóquio sobre a Carta da Terra (Earth Charter), em parceria com a Comissão de Direito Ambiental da IUCN e da Earth Charter International.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para participarem do lançamento da I CÚPULA MUNDIAL DE LEGISLADORES, como parte integrante do evento RIO+20, a realizar-se no Rio de Janeiro, em dia 16 de dezembro do corrente.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº , DE 2011

Requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de um conjunto de audiências para tratar do controle e avaliação das políticas públicas brasileiras, abordando os seguintes temas:

1 – Tema: Política nacional de formação de estoques públicos – execução e constatações de fiscalização;

2 – Tema: Programa Bolsa Família – impactos e problemas de implementação;

3 – Tema: Aeroportos e transporte aéreo – gargalos, segurança e qualidade de serviços;

4 – Tema: Programa de construção de submarinos – gestão e problemas de implementação;

5 – Tema: Operações especiais do BNDES – capitalização para o Programa de Sustentação do Investimento e operações de capitalização da Petrobras (da Lei 12.276, de 2010) – impactos econômicos, gestão de risco e transparência nas contas fiscais;

6 – Tema: Programa de tratamento de resíduos sólidos urbanos;

7 – Tema: Programa de proteção ao deponente especial – resultados e implementação;

8 – Tema: Implantação e operacionalização da assistência farmacêutica básica no âmbito do sistema de saúde pública.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 6

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indícia em crimes contra o sistema financeiro.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) –
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu quero registrar que o procedimento que o relator está pedindo é exatamente a convocação do Ministro da Fazenda para tratar desses inquéritos da Polícia Federal sobre instituições financeiras. Essa não é uma função do Ministro da Fazenda. O Ministro da Fazenda não vai ter informação sobre esse tipo de inquérito. Então, quero dizer que somos favoráveis à continuidade do pedido de informação, à continuidade das investigações, mas nós vamos rejeitar o requerimento de convocação do Ministro da Fazenda por entender que esse assunto não é pertinente ao Ministro Guido Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se o nobre Líder do Governo me tivesse dado a honra de ler o teor do meu requerimento, constataria que não estou propondo a convocação do Ministro da Fazenda para falar a respeito desses assuntos, que estariam cobertos pelo sigilo fiscal e também pelo segredo de justiça.

O objetivo da minha convocação é saber por que o requerimento que chegou ao Ministério da Fazenda mediante um ofício datado de setembro de 2007 demorou quatro anos para ser respondido, só isso. O que eu quero saber do Ministro é por que isso aconteceu, para que não volte acontecer novamente. Entendo que isso é um desrespeito ao Senado Federal. É desrespeito ao Senado Federal. É tratar o Senado Federal como coisa nenhuma. Essa é que é a realidade. Eu não estou pedindo para vir aqui falar; eu estou pedindo para ele dizer por que demorou tanto. Nem sei se é responsabilidade dele. Deve haver algum tipo, algum sistema lá dentro que leva a isso. Eu quero saber por quê.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só a título de esclarecimento, até por um equívoco da Mesa. Na verdade, eu deveria ter dado primeiro a palavra ao relator, para proferir o seu relatório e, só em seguida, abrir a discussão da matéria. Portanto, passo a palavra para o Senador Aloysio Nunes Ferreira para ler o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bem. Eu pensei que alguém já tivesse lido o parecer *ad hoc*, por isso eu já engatei na discussão como Líder Romero Jucá. Mas, no fundo, é isso.

Relatório.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão a Proposta de Fiscalização e Controle (PFS) nº 2, de

2006, do Senador Pedro Simon, que tem a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o Sistema Financeiro.

O Relatório Prévio, de autoria do Senador Siba Machado, pela admissibilidade da matéria foi aprovado na reunião desta Comissão de 18 de setembro de 2007. Estabeleceu-se o seguinte plano de execução:

I – solicitação de cópia dos inquéritos das 18 instituições financeiras indicadas e os respectivos relatórios administrativos realizados pelo Banco Central, Receita Federal e outros órgãos federais de controle correlatos;

II – remessa desses documentos ao Tribunal de Contas da União para o exame da matéria no que concerne ao âmbito de suas atribuições constitucionais e legais, com a remessa a esta Comissão dos resultados de seus trabalhos;

III – elaboração do relatório final da Comissão.

Na data da aprovação do Relatório Prévio, foram elaborados ofícios solicitando as informações ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal (DPF), ao Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB) e ao Presidente do Banco Central do Brasil (Bacen). Os documentos foram enviados no dia imediatamente seguinte.

Análise.

Em cumprimento ao art. 102-B, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), elabora-se este Relatório Final, cuja finalidade é emitir juízo sobre a legalidade do ato investigado e fazer avaliação política, administrativa, social e econômica de sua edição, bem assim quanto à eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Dos destinatários dos ofícios do Presidente desta Comissão, somente o Presidente do Bacen e o Ministro da Justiça, por meio de sua assessoria de assuntos parlamentares, ofereceram respostas. Quer dizer, a um requerimento de informações, apenas duas autoridades respondem; apenas duas autoridades. Isso, a rigor, conferia crime de responsabilidade.

O Banco Central, todavia, não encaminhou os dados requeridos. O chefe da autarquia informou que estaria impedido de prestar os esclarecimentos por força do sigilo bancário e das disposições da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Alegou que, para solicitações desse jaez, a norma legal exige que a demanda seja previamente aprovada pelo Plenário.

Com efeito, o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, determina que “O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais”, mas o referido § 2º do artigo exige que as solicitações relativas ao cumprimento desse comando sejam previamente aprovadas pelo Plenário das Casas.

A medida em análise não foi aprovada pelo Plenário desta Casa. Sequer foi a ele submetido. Por esse motivo, não tendo sido cumprido o devido processo legal, não há como obrigar o Bacen a prestar os esclarecimentos.

O Ministério da Justiça ofereceu informações relativas ao Departamento de Polícia Federal. Segundo informou o Ministério, tais informações acabaram sendo prestadas tão somente depois de o órgão haver tomado ciência da, de longa data, falta de resposta do Departamento de Polícia Federal ao Ofício nº 043/2007-CMA, que as demandou.

Então, o Ministério da Justiça mandou essa resposta. Demorou porque o órgão encarregado de responder, que é o Departamento de Polícia Federal, não respondeu ao Ministro da Justiça. Quer dizer, é assim que tratam o Senado. Essa é que é a realidade.

Consoante informa o Departamento de Polícia Federal, na época do Ofício nº 043/2007-CMA, os supostos 18 inquéritos policiais relacionados às instituições financeiras ainda estavam em fase de instauração. Ainda estavam sendo reunidos os documentos e se definia a estratégia de investigação.

A Polícia Federal dá conta de que, a partir do inquérito principal, houve cinco desmembramentos na Superintendência Regional do Paraná, os quais tiveram sua competência declinada para outros Estados.

E aí tem a relação dos inquéritos.

O DPF conclui suas informações alertando para a impossibilidade de fornecer maiores esclarecimentos ou cópias dos IPL's, por se tratar de investigação acobertada por segredo de justiça. Ao encerrar, aduz que eventuais requisições de acesso aos documentos devem ser encaminhadas diretamente aos fóruns judiciais competentes.

Percebe-se, Srs. Senadores, que efetivamente inexistem dados para serem tratados. Dessa forma, esta Proposta de Fiscalização e Controle – que, devemos admitir, foi inadequadamente concebida – perdeu totalmente o objeto. Não há nada a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União. Infelizmente, a mal

elaborada PFS não foi efetiva, e não há como lhe corrigir os rumos a esta altura.

Neste Relatório Final não há como deliberar acerca da comprovação da legalidade do ato, da avaliação política, administrativa, social e econômica de sua edição, ou quanto à eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme dispõe o art. 102-B, IV, do Regimento Interno.

Cumprindo ainda salientar que teria sido muito mais efetivo a Comissão apenas solicitar à Corte de Contas que realizasse auditoria sobre a matéria, com base no art. 71, IV, da Carta Política. No entanto, é inadmissível passar em branco o inescusável desrespeito da Secretaria da Receita Federal do Brasil para com esta Comissão, e, ao fim, para com o Senado e o Poder Legislativo. Esse órgão sequer se dignou a responder ao ofício que lhe foi enviado, há aproximadamente cinco anos!

Em razão do exposto, julgamos necessário convocar o atual Ministro de Estado da Fazenda para vir diante desta Comissão prestar as informações demandadas ao órgão que lhe é subordinado, bem como para prestar os devidos esclarecimentos para o descaso de sua pasta com a função fiscalizatória exercida por esta Casa. A convocação do senhor Ministro se dá com fulcro nos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição, e no dever que todos nós parlamentares temos de defender intransigentemente as prerrogativas constitucionais do Legislativo.

Por fim, visando a efetividade do controle, na busca da obtenção das informações, com arrimo no art. 71, VII, da Carta Magna, propõe-se requerer ao Tribunal de Contas da União a remessa de informações acerca do objeto desta PFS, que, eventualmente, tenham sido por ele obtidas no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial ou em auditorias e inspeções realizadas.

Voto.

À luz do exposto, concluímos pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2006, bem como pela aprovação dos dois Requerimentos a seguir:

REQUERIMENTO CMA Nº , DE 2011

Nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e dos arts. 216 e 397 do Regimento Interno do Senado Federal requer-se a convocação do Ministro de Estado da Fazenda para comparecer perante esta Comissão, a fim de:

1) explicar os motivos para o Secretário da Receita Federal do Brasil, até hoje, não haver respondido ao Ofício nº 045/2007-CMA, de

18 de setembro de 2007, do então Presidente desta Comissão, Senador Leomar Quintanilha, pelo qual lhe foi demandado remeter cópia de todas as investigações em curso naquele órgão relativas à apuração de eventuais práticas de crime de lavagem de dinheiro por parte de 18 instituições financeiras, consoante notícia publicada no Jornal Folha de São Paulo, edição de 19 de fevereiro de 2006, cujo teor estava transcrito no texto da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2006, cuja cópia foi anexada ao referido ofício;

2) prestar as informações objeto do Ofício nº 045/2007-CMA, de 18 de setembro de 2007.

Em seguida, o requerimento de teor já enunciado, ao Tribunal de Contas da União.

É isso, Sr. Presidente.

Estamos diante de um episódio de absoluto desleixo, descaso, desrespeito, e que precisa ser esclarecido para a finalidade de se corrigir. É isso. Para que, daqui para frente, esta Comissão não seja feita mais de palhaça pelo Governo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ainda sem falar sobre o mérito do pedido, só para me associar ao Senador Aloysio.

Houve total desrespeito aos pedidos de uma comissão importante como esta, de um dos Poderes da República. Ao analisar comissões temáticas ou materiais de países do mundo civilizado, nós chegamos à conclusão de que lá a sociedade respeita as comissões, respeita o parlamento. Mas aqui no Brasil o delegado de polícia do menor Município tem mais poder do que esta Comissão, que é um órgão colegiado que representa um poder da República. Um requerimento desta Comissão, um convite desta Comissão, com todo respeito, e nada é a mesma coisa hoje, porque ninguém obedece, ninguém responde, faz de conta que não é conosco.

Nós, no ano que vem, temos que pensar nisso. Se um cidadão não responde um pedido de um delegado de polícia, ele comete um crime. Se uma empresa, uma pessoa jurídica, uma pessoa física não responde uma requisição do Ministério Público, ele comete um crime. Agora, esta Comissão, o próprio Senado requer, passam três anos, quatro anos, requisita documentos, nada ocorre. Isso prova que a sociedade brasileira, e nela contidas autoridades, inclusive ministros de Estado, entende que esta Comissão e este Poder da República e nada são a mesma coisa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª permite, Sr. Presidente, apenas para complementar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É para dar conhecimento à comissão de que recebi, na qualidade de Relator, cópia do ofício que foi enviado a V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg, pelo Secretario da Receita Federal do Brasil, em que S. Sª diz o seguinte:

Em atenção ao Ofício nº 045, de 2007, CMA, por meio do qual são solicitadas a esta Secretaria da Receita Federal informações sobre as investigações a respeito da matéria do jornal Folha de São Paulo de 19 de fevereiro de 2006, envio-lhe a respeito da matéria a nota da Receita Federal nº 34, de 2011.

Veja, então isto aqui foi enviado a V. Exª no dia 7 de dezembro de 2011, quatro anos depois.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª não era Líder do Governo na época, mas... Talvez não fosse, porque, se tivesse sido, já teria tomado providência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu só quero registrar que esse documento chegou por *e-mail*. Ainda não chegou o original à comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que o Governo tem prestado todas as informações, quando necessário. É preciso ver o que houve efetivamente nesse caso.

Agora, eu acho que para saber o que houve nesse caso, não é preciso convocar o Ministro da Fazenda. Eu queria propor que nós transformássemos a convocação do Ministro num requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, porque efetivamente poderíamos esclarecer. E a partir daí tomar qualquer providência subsequente.

Quero registrar que nós concordamos com o requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União, mas, efetivamente continuamos sem concordar com o requerimento do Ministro da Fazenda, porque não seria esse, eu acho, o caminho para esclarecer esse ponto. Eu acho que o requerimento de informações supriria a necessidade de saber o que aconteceu nesse caso, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Uma questão de ordem.

Só para saber se o Regimento, dessa parte eu não me recordo... Nós vamos fazer um requerimento para

perguntar por que não respondeu. Se ele não responder a esse requerimento, existe uma consequência no Regimento Interno, ou só o do art. 58 da Constituição?

É só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não existe penalidade, mas a comissão pode convocar a qualquer momento, se não obtiver resposta. Eu gostaria de sugerir o encaminhamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Estabelece-se um prazo para uma resposta, e, se não, consequência...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Temos duas questões aqui. Os dois, tanto o Senador Aloysio Nunes, como o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, concordam com o arquivamento da proposta de fiscalização. Apenas no desdobramento há uma divergência. O Senador Aloysio Nunes propõe um requerimento de convocação e um requerimento de informações, e o Líder Romero Jucá sugere, propõe dois requerimentos de informações.

A Mesa quer sugerir o seguinte encaminhamento. Primeiro, vamos votar o arquivamento da proposição. Em seguida, votamos os encaminhamentos.

Todos concordam com esse procedimento?

Então, em votação a proposta de arquivamento da proposta de fiscalização.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Agora nós vamos votar o encaminhamento seguinte, proposto pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aqueles que concordam...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o Senador Aloysio Nunes propõe dois requerimentos de informações. Um ao Tribunal de Contas da União. Nós também concordamos. Eu acho que podemos votar essa questão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vamos usar o método salame: fatia por fatia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Exatamente. Então poderíamos votar o requerimento ao TCU e, posteriormente, a convocação do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação o requerimento ao Tribunal de Contas da União.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Agora vamos votar a convocação do Ministro, que é proposta do Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Caso ela seja derrotada, eu vou solicitar ao Senador Romero Jucá que faça o relatório do vencido, aprovando o requerimento de informações. Perfeito?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, em votação.

Aqueles que concordam com o voto do Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, permaneçam como se encontram.

Rejeitado.

Aqueles que concordam com o requerimento de informações ao Ministro da Fazenda permaneçam como se encontram.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovado.

Solicito, então, ao Senador Romero Jucá que faça o relatório do vencido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Muito bem, Sr. Presidente.

Nós somos favoráveis ao pedido de requerimento de informação. Vamos encaminhar ao Ministério da Fazenda, dando um prazo de trinta dias a partir da volta do recesso, é claro, porque nós não vamos ter reuniões durante o recesso, para que possa responder a esse ofício.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a tem que encaminhar à Mesa a proposta do requerimento de informações.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu o farei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero só esclarecer ao Senador Pedro Taques que o art. 216 do Regimento Interno diz:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

O § 1º diz que:

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Se-

nado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

O item nº 7, a pedido do Relator, ficou para o final da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Com a palavra o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto, como disse V. Ex^a, é oriundo da Câmara e o seu autor é o Deputado Mendes Thame.

O art. 1º do projeto de lei veda a importação ou o fornecimento de produto em desacordo com a Regulamentação Técnica Federal (RTF).

O art. 2º determina que os produtos sujeitos a essa Regulamentação, que são listados em regulamento, serão relacionados por classificação tarifária nas respectivas regulamentações, e sua importação obedecerá ao regime de licenciamento não automático, garantindo-se a sua conformidade.

O art. 3º, em sua redação original, faculta aos órgãos responsáveis pela Regulamentação Técnica Federal atuarem, após o despacho aduaneiro, no recinto alfandegado em que o produto esteja armazenado para comprovar o atendimento às regulamentações técnicas respectivas, na forma do regulamento.

O art. 4º, em sua redação original, estabelece a sistemática de fiscalização e as sanções a serem impostas nos casos em que o produto importado se apresente em desconformidade com a Regulamentação Técnica Federal, incluindo a aplicação de pena de perdimento do produto e, no caso de apresentação de documentação falsa ou declaração dolosa, a suspensão e o cancelamento do registro do importador.

O art. 5º estabelece que a lei resultante do PLC, caso aprovado, entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição está justificada pela multiplicação do fluxo de comércio exterior, que não comporta lacunas institucionais, não só para preservar a qualidade

dos produtos, mas, também, para evitar uma concorrência predatória e selvagem. Com efeito, verifica-se uma “invasão” de mercadorias sem os padrões técnicos minimamente aceitáveis. Além disso, como essas especificações técnicas de qualidade e segurança são exigidas para produtos nacionais, também devem ser exigidos dos produtos importados.

O projeto foi apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos com três emendas do Relator.

A Emenda nº 1 alterou o art. 3º, para estabelecer que a atuação no recinto alfandegado é facultada aos órgãos responsáveis pela Regulamentação, excluindo a expressão “após o início do despacho aduaneiro”. A razão dessa alteração decorre do fato de que a verificação do cumprimento das condições e exigências específicas, inclusive daquelas que exijam inspeção da mercadoria, conforme estabelecido por esses órgãos e agências, é realizada exclusivamente na fase do licenciamento da importação. Assim, a imputação, por lei, de que esse procedimento seja realizado “após o início do despacho aduaneiro” poderia, na prática, inviabilizar a aplicação do dispositivo.

A Emenda nº 2 aprimorou a redação do *caput* do art. 4º, excluindo ambiguidade existente, bem como estabeleceu que também os custos de eventual perdimento ou destruição da mercadoria serão suportados pelo importador.

A Emenda nº 3 substitui a suspensão e o cancelamento do “registro de importador” pela da “habilitação ou credenciamento para operar como importador”, pois é essa habilitação ou credenciamento que se opera perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa não há reparos a fazer.

No mérito, estamos totalmente de acordo com a proposição, bem como com relação às emendas da CAE, que, como já foi dito, aperfeiçoaram o projeto.

Entendo que os produtos importados devem se submeter às mesmas exigências de licenciamento a que se sujeitam os fabricados no Brasil. Esses são o cerne e a essência do projeto.

Assim, o PLC em análise impõe a observância do licenciamento não automático aos produtos sujeitos a essa regulamentação.

Aliás, quanto a esse ponto, convém lembrar que consoante ao princípio constitucional da legalidade, somente lei em sentido estrito poderá instituir vedações, punições ou obrigações, de modo que a lei de que resultar a aprovação do PLC irá dar respaldo a essas medidas.

Não é acaciano apontar que a determinação de que os produtos importados terão de se adequar ao disposto em regulamento técnico não é barreira técni-

ca ao comércio internacional, pois tais regulamentos são também aplicáveis aos produtos nacionais e têm se mostrado afinados com padrões internacionalmente aceitos e de acordo com as obrigações internacionais do Brasil.

Cabe, no entanto, fazer uma ressalva relativa ao art. III do GATT. Referido art. tem por objetivo garantir que os produtos importados recebam tratamento idêntico ao dos produtos nacionais. A questão principal consiste em definir a atuação que se espera dos órgãos responsáveis pela regulamentação nos recintos alfandegados. A inspeção sistemática todos os produtos importados importaria custos proibitivos e constituiria discriminação, na medida em que o mesmo procedimento não seria exigido do similar nacional.

Os produtos nacionais, como se sabe, são objeto de fiscalização por amostragem, e não na sua totalidade, o que não seria factível.

Ademais, em razão do Art. 5º do Acordo da Organização Mundial do Comércio sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, não se pode negar aos produtos importados o acesso a mecanismos de avaliação de conformidade aceitos para os produtos nacionais, como a certificação e as declarações de conformidade do fornecedor. No caso de produtos importados, a certificação é emitida por autoridades ou firmasificadoras estrangeiras especializadas.

Nesse sentido, entendemos que a formulação do art. 2º do PLC, ao aplicar a licença não-automática a todos os produtos sujeitos a regulamentação técnica, é bastante rígida. Assim, a fim de evitar que o Brasil fique sujeito a questionamentos na OMC por descumprimento de compromissos assumidos no plano internacional, sugerimos a Emenda de nº 4 que dá nova redação ao Art. 2º.

A redação proposta é a seguinte: “A importação de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal, listados em regulamento, poderá estar sujeita ao regime de licenciamento não-automático, com vistas a assegurar a garantia de conformidade”.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, apenas para concordar com o projeto e parabenizar o relator pelo relatório, Sr. Presidente.

Não há razoabilidade para não aplicar a legislação nacional a produtos importados.

Esse projeto, ao meu juízo, possui dois objetivos importantes para a República. O primeiro deles é proteger o consumidor contra mercadorias importadas impróprias. Esse é o primeiro. E o segundo é evitar a

chamada concorrência predatória de produtos a estrangeiros.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, em 1808, com a abertura dos portos e a possibilidade de manufaturas no Brasil – proibida em 1777 pela Dona Maria, a Louca –, a legislação que abriu os portos excluiu os produtos ingleses, porque naquele momento éramos comandados pelos ingleses, como nós sabemos. Os produtos ingleses estavam fora da fiscalização da aduana nacional. Mais ou menos o que estão querendo fazer com a Lei Geral da Copa, abrindo mão da nossa soberania em razão de uma entidade privada.

Naquele momento histórico, Sr. Presidente, 1808, existia a chamada Lei da Extraterritorialidade, em que o cidadão inglês não era julgado pelas leis brasileiras, era julgado pelas leis inglesas, pelo costume inglês e por juízes ingleses na nossa terra, mais ou menos o que estão querendo fazer com a Lei Geral da Copa.

Então, quero parabenizar o Senador Aloysio, pela manutenção do projeto e pelo relatório bem elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório e voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as três emendas aprovadas na CAE e com uma emenda apresentada pelo relator.

Item 12. Vou designar o Senador Aníbal Diniz para relator *ad hoc*.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação

Observações: 1) A matéria será analisada em decisão terminativa pela CRA. 2) A matéria constou da pauta do dia 06/12/2011.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei em pauta reveste-se de inegável relevância ao direcionar benefícios a uma classe

de produtores rurais em permanente situação de vulnerabilidade econômica – os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, como aqueles que, entre outros aspectos, não detêm área maior que quatro módulos fiscais e utilizam, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas de seus estabelecimentos ou empreendimentos.

Deve-se ressaltar, ainda, que essa lei inclui extrativistas e pequenos silvicultores nessa categoria de produtores rurais.

Cumpre enfatizar que o acesso ao crédito rural constitui uma das maiores dificuldades enfrentadas por essa classe de produtores, bem como fonte permanente de insegurança e ameaça à sua sobrevivência. Ao vincular a concessão de tratamento favorecido no crédito rural à adoção de boas práticas de conservação da natureza, mediante alteração da Lei nº 8.427, de 1992, que “dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural”, o projeto de lei em exame presta inestimável contribuição à defesa do meio ambiente em nosso País.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 396, de 2011, da Senadora Ana Rita. É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Aníbal Diniz, *ad hoc*, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a se constituir no parecer da CMA, pela aprovação do projeto, cumprimento a autora do Projeto, Senadora Ana Rita.

O item nº 13 está sendo retirado de pauta para reexame, a pedido do relator.

O item nº 14 também, pedido para ser retirado de pauta, pelo relator.

Nosso último item:

ITEM 15.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010

– Não Terminativo –

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pela aprovação com acolhimento das emendas nº 1 e 2-CCJ e com uma emenda que apresenta

Observações: 1) Matéria já apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto, com as emendas nº 1 e 2– Pauta da Reunião Ordinária da CMA, em 13 de dezembro de 2011 9 CCJ.

2) A matéria será apreciada pela CAE e, em decisão terminativa, pela CRA.

Informo que teremos ainda o último item da pauta que colocamos para o final, item nº 7.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vamos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Página 175.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

De acordo com o autor da proposição, o projeto é inspirado no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

O autor afirma, ainda, que a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural institui um conjunto normativo necessário para “a implementação de políticas integradas para o desenvolvimento rural, que passa a ser abordado em suas três dimensões simultâneas: econômica (da produção agropecuária e não-agropecuária – industrial e de serviços), ambiental (das relações com a natureza) e social (dos modos de vida, de organização social e produção cultural)”.

Cabe ainda observar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) recomenda, em Nota Técnica de 26 de abril de 2011, a aprovação do projeto, *in verbis*:... Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, com o acolhimento das Emendas nº 01 – CCJ e nº 02 – CCJ, acrescido da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA

(ao PLS nº 258, de 2010)

Acrescente-se ao caput do art. 5º do PLS nº 258, de 2010, o seguinte inciso VIII:

“Art. 5º

.....”

VIII – promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente nas atividades rurais.”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu peço vista desse projeto para que possamos estudá-lo um pouco melhor, tendo em vista a recente aprovação do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Sérgio Souza.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 201, DE 2007

– Não Terminativo –

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Branco, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Augusto Botelho.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: pela rejeição do projeto.

Com a palavra o relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 201, de 2007, de autoria do Senador Augusto Botelho. A proposição destina-se a autorizar a implantação da Usina Hidrelétrica e da Eclusa “Bem Querer”, no Rio Branco, no Estado de Roraima, bem como a implantação da hidrovía no mesmo rio.

De acordo com a justificação, o objetivo primordial do projeto é possibilitar a implantação de um aproveitamento hidrelétrico que vai aumentar a garantia de abastecimento de energia no Estado de Roraima e ainda assegurar a navegabilidade do rio Branco.

O autor sugere ao Poder Executivo a prévia oitiva das comunidades indígenas afetadas, por meio de audiências públicas acompanhadas pela Assembleia Legislativa daquele Estado; a aprovação, pelo Congresso Nacional, dos termos do acordo que se venha a firmar com tais comunidades e a adoção de medidas de proteção à integridade física, socioeconômica e cultural dos povos indígenas atingidos pelas obras e seus efeitos. Essa sugestão, no entanto, não consta do texto do projeto; apenas da justificação.

O PDS nº 201, de 2007, já foi apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

Na CCJ, a proposição mereceu manifestação pela rejeição, sob o argumento de que a matéria insere-se nas competências administrativas do Poder Executivo, uma vez que os potenciais hidráulicos são propriedade da União. Assim, a exploração, a conservação e a uti-

lização desses potenciais seriam atribuição exclusiva daquele Poder. A autorização prevista no § 3º do art. 231 da Constituição Federal estaria, nesse contexto, condicionada a pedido expresso e formal do Presidente da República. A inexistência de tal pedido tornaria sem objeto e completamente inefetiva a ação autorizativa do Congresso Nacional, já que esta autorizaria o Poder Executivo a fazer o que só ele pode fazer, mas não pensa em fazer.

Na CAS, pelo contrário, o Projeto recebeu manifestação pela aprovação para aquele Colegiado. Dado que as obras civis ainda não foram iniciadas, não haveria ainda lesão aos direitos dos índios. Não havendo, pois, ameaça concreta a esses direitos nada obstaría à aprovação da matéria.

Não foram apresentadas emendas à proposição. Da análise, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 102, a, inciso II, *alíneas a e d*, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos atinentes à defesa e ao meio ambiente, especialmente sobre a proteção do meio ambiente, bem como sobre conservação e gerenciamento do uso de recursos hídricos.

Em que pese a evidente importância da oferta segura de energia e a necessidade urgente de implantação de infraestrutura de transportes para a promoção do desenvolvimento da região, entendemos que o PLS nº 201, de 2007, não deve prosperar.

Concordamos com os argumentos apresentados à CCJ. De fato, a autorização, requerida no §3º do art. 231 da Constituição Federal, depende necessariamente expressa e formal do Poder Executivo antes da elaboração desses estudos preliminares que embase esse pedido.

Não há como o Congresso Nacional decidir autorizar ou não o aproveitamento de determinado potencial hidráulico em terras indígenas. Faltam elementos para essa construção: onde será construída a barragem, por exemplo; qual a área estimada para o reservatório; quanto será produzido de energia; quais os impactos ambientais previstos; quais efeitos sobre as populações indígenas podem ser antecipados. Tomar decisão sem os devidos fundamentos significa, na prática, abdicar de parcela substancial das competências do Poder Legislativo.

Assim, Sr. Presidente, entendemos que a autorização para o aproveitamento de potencial hidráulico em terras indígenas deve ser apreciada em concreto.

Quanto ao mérito, aprovar de modo vago e abstrato medida desta natureza é de todo desaconselhável.

Então, o meu voto é no sentido da rejeição do Projeto de Lei nº 201, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o Relatório do Senador Sérgio Souza pela rejeição do Projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Relatório, passando a constituir parecer da CMA pela rejeição do Projeto.

Não havendo mais item não terminativo e quorum para deliberação dos projetos de caráter terminativo, quero, mais uma vez, convidar a todos para, amanhã, a partir das 13 horas, o lançamento da revista *Em Discussão*, que tem como tema os debates sobre o Código Florestal.

Não tendo certeza se vai haver reunião da Comissão na próxima semana, quero agradecer a todos os Senadores e a todas as Senadoras que fazem parte desta Comissão, a todos que acompanharam o trabalho da Comissão ao longo deste ano, onde tivemos 60 reuniões, entre sessões deliberativas e audiências públicas, destacando-se os debates sobre o novo Código Florestal.

Quero agradecer a Consultoria do Senado Federal, de forma especial em nome da Secretária Leany Lemos, Habbib Fraxe, do Estevão Hagel, da Márcia Negreiros, do Hipólito Gadelha, José Mendes, Lindaura Castro, Socorro Silva, Caroline Liter, Dinei Costas e os demais funcionários da Comissão de Meio Ambiente, todo o apoio recebido ao longo desse ano.

Não posso deixar de fazer também um agradecimento especial ao José Francisco, que, durante alguns meses, durante o primeiro semestre deste ano, foi o Secretário da nossa Comissão, dando uma grande contribuição.

Teremos, sem dúvida, temas importantes a serem debatidos pela Comissão do Meio Ambiente no ano que vem. Destaco especialmente os debates preparatórios para a Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, e também a atualização do Código de Defesa do Consumidor, já que a comissão de juristas, criada pelo Presidente Sarney vai apresentar sugestões, no que se refere à regulamentação do comércio eletrônico, a proteção e o combate ao superendividamento.

Certamente, são temas importantes, além de outros que certamente surgirão. Tivemos também aprovado hoje o ciclo de debates de monitoramento das políticas públicas. Temos o trabalho das Subcomissões e destaco a Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Copa – e, neste ano, lançamos o portal *Copa*

Transparente, por esta Comissão. Certamente, aprofundaremos esses trabalhos no ano que vem.

Portanto, agradeço mais uma vez a cada Senador e a cada Senadora, que facilitaram muito o trabalho da Presidência desta Comissão e a todos os servidores do Senado Federal que contribuíram para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Aproveito para desejar a todos os membros desta Comissão um bom Natal e um bom Ano Novo. Para aqueles que tivermos a oportunidade de nos encontrar novamente, teremos ainda, até o final da semana que vem, muito trabalho aqui no Senado Federal.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Ex^a pela condução dos trabalhos neste ano. Seria interessante se todos nos comprometêssemos, no ano que vem, a repensarmos o nosso papel, como membros desta Comissão, nestas duas últimas palavras do título pomposo desta Comissão – fiscalização e controle. Poderíamos repensar o papel desta Comissão. Coloco-me como um soldado de V. Ex^a para fazer isso. Já vou apresentar, no início do ano que vem, um trabalho a respeito disso.

Também não poderíamos deixar de notar que, como em jogos de basquete, existe aquele jogador chamado só para bater a cesta, o jogador *ad hoc*, nesta Comissão, em algumas oportunidades, temos a maioria *ad hoc*, porque é a maioria para determinados requerimentos – aí todos vão embora -, mas quero ressaltar papel, a importância da condução dos trabalhos por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigada, Senador Pedro Taques. Quero registrar aqui a nossa intenção, ao projetar esse conjunto de debates sobre acompanhamento de políticas públicas, tem esse objetivo: fortalecer o papel de fiscalização e controle da Comissão de Meio Ambiente no novo enfoque de acompanhar a efetividade das políticas públicas desenvolvidas no nosso País.

Terei que encerrar a sessão, porque se iniciou a Ordem do Dia com votação nominal.

Mais uma vez, agradecendo a todos, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE

2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 2.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, LINDBERGH FARIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. O Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE** justificou a ausência, nos termos do Memo GSCB nº 02-009/2012. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA, PRIMEIRA PARTE. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA**. A Presidência da Comissão comunica aos Senadores Membros o recebimento dos documentos abaixo indicados. Todos os documentos estarão à disposição para consulta na Secretaria da Comissão: – OF. 03/2012-SF: A Primeira-Secretaria do Senado Federal encaminha cópia do Aviso nº 013-MJ. Este Aviso responde ao Requerimento nº 1.209, de 2011, de autoria da CMA, que solicita informações relativas a denúncias envolvendo servidores da FUNAI e da Polícia Federal em atividade de exploração ilegal de madeira nas terras dos índios Suruí em Rondônia. – AVISO Nº 1-SESES-TCU-PLENÁRIO: O Tribunal de Contas da União encaminha resposta ao Requerimento nº 90, de 2011-CMA, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. O Aviso contém informações sobre relatório de auditoria referente à substituição de 5.059.020 (cinco milhões, cinquenta e nove mil e vinte) doses da vacina Influenza A (H1N1) com prazo de validade vencido. – OFÍCIO Nº 4113/2011-TCU/SECEX-MA: O Tribunal de Contas da União encaminha informações sobre levantamento de auditoria no âmbito da Fiscobras/2007, relativas ao andamento das obras de dragagem do Porto do Itaqui/MA. – OFÍCIO CIRCULAR Nº 5/2011/DG/ANP: A Agência Nacional do Petróleo (ANP), Gás Natural e Biocombustíveis encaminha o balanço de gestão da ANP dos anos 2003-2011. – AVISO Nº 10/SE-C.Civil/PR: A Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, apresenta resposta ao Ofício nº 292/2011/CMA, informando que a

solicitação direcionada à Casa Civil foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por tratar de assunto de competência daquela Pasta. – OF. 631/2011-SF: A Primeira-Secretaria do Senado Federal encaminha cópia do Ofício nº 42 G/AFEPA/SGAP I/PARL PEMU OEA, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Este Ofício responde ao Requerimento de Informações nº 883, de 2010, de autoria da CMA, que trata sobre o estágio atual das negociações de uma convenção sobre direitos do consumidor, que tiveram início por ocasião da Sétima Conferência Especializada em Direito Internacional Privado (CIDIP-VII) da Organização dos Estados Americanos (OEA). – OF. 498/2011-SF: A Primeira-Secretaria do Senado Federal encaminha cópia do Ofício nº 264/2011/MMA, da Ministra de Estado do Meio Ambiente. Este Ofício responde ao Requerimento de Informações nº 511, de 2010, de autoria da CMA, que trata sobre o Relatório Anual emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro, sobre a Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável referente ao ano de 2008. – OFÍCIO EOPJ Nº 17/11: O Ministério Público do Rio de Janeiro solicita providências ao Senado Federal, dentro da respectiva esfera de atuação, atinente à extensão do embargo econômico dos Estados Unidos da América contra Cuba em território nacional, bem como comunica o ajuizamento de ação coletiva de consumo movida em desfavor de DELL COMPUTADORES DO BRASIL. NOTA INFORMATIVA Nº 2.702, 2011: Por solicitação do Senador Rodrigo Rollemberg, a Consultoria Legislativa do Senado Federal elaborou Nota Técnica sobre o assunto, concluindo pela inexistência de providências a serem tomadas pelo Poder Legislativo. **AUDIÊNCIA PÚBLICA, destinada a discutir os benefícios ambientais decorrentes da utilização da tecnologia de Rochagem na remineralização/rejuvenescimento dos solos, de forma a alterar os níveis de fertilidade, em atendimento ao Requerimento nº 75, de 2011-CMA.** Comparecem os seguintes convidados: Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; e Sr. Enir Sebastião Mendes, ambos do Ministério de Minas e Energia (MME); Sr. Rubim Almeida Gonczarovska e Sra. Mariana Coelho de Sena, Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sra. Suzi Huff Theodoro, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UNB); Sr. Éder Martins, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Sr. Carlos Augusto Posser Silveira, Coordenador do Projeto Xisto Agrícola da EMPRAPA Clima Temperado; e Sr. Rafael Curimbaba Ferreira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Curimbaba. Após a exposição dos

convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Ana Rita e Jorge Viana para tecer comentários e questionamentos. Os convidados respondem as perguntas e apresentam suas considerações finais. É suspensa a reunião às onze horas e vinte e nove minutos e reaberta às onze horas e trinta e um minutos. **SEGUNDA PARTE. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012**, que “Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 75, de 2011-CMA, que busca “a realização de Audiência Pública para discutir os benefícios ambientais decorrentes da utilização da tecnologia de Rochagem na remineralização/rejuvenescimento dos solos, de forma a alterar os níveis de fertilidade”, seja incluído como convidado da audiência pública o Sr. Rafael Curimbaba Ferreira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Curimbaba”. Aatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 01, de 2012-CMA. **ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012**, que “Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 110, de 2011-CMA, que “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marseilha – França”, sejam incluídos como convidados da audiência pública as pessoas abaixo relacionadas: 1. Profª. Drª. Vera Margarida Lessa Catalão, Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UNB; 2. Profº. Dr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, Presidente da Comissão Pró Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá; e, 3. Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Aatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 2, de 2012-CMA. **ITEM 3) REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que seja convidado o Cacique Almir Suruí, líder maior do povo Suruí, do Estado de Rondônia, conhecido mundialmente por governos e instituições que militam na preservação do meio ambiente, inclusive, considerado recentemente pela Revista Fast Company para figurar na lista das 100 pessoas mais criativas do mundo dos negócios no ano de 2010, tendo sido classificado na 53ª colocação, à frente de consagrados empresários e de notórias figuras públicas do planeta,

para expor seu ponto de vista acerca da importância da convivência do homem com a natureza, sem a necessidade de destruí-la. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos das autoridades competentes”. Aatoria: Senadores Ivo Cassol e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 3, de 2012-CMA. **ITEM 4) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública, tendo como convidado o Senhor Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para tratar do noticiado vazamento de petróleo extraído da camada pré-sal verificado por aquela empresa no último dia 31 de janeiro deste ano, na Bacia de Santos”. Aatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 4, de 2012-CMA, substituindo-se o termo “convidado o Senhor Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli” por “convidado representante da Petrobras”. **ITEM 5) REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012**, que “Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o vazamento recente de petróleo no poço da Petrobrás na Bacia de Santos, as ações promovidas em resposta ao incidente e a extensão dos danos ambientais causados. Para tanto sugiro o convite das seguintes autoridades: 1. Presidente da Petrobras; 2. Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; e 3. Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA”. Aatoria: Senador Sérgio Souza. Usam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana e Sérgio Souza. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 5, de 2012-CMA, substituindo-se o termo “Presidente da Petrobras” por “Representante da Petrobras”. **ITEM 6) REQUERIMENTO Nº 6, DE 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública, tendo como convidada a Senhora Ministra do Meio Ambiente IZABELLA TEIXEIRA, objetivando discutir a posição do Brasil no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá nos dias 20 a 22 de junho deste ano, na cidade do Rio de Janeiro. Aatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 6, de 2012-CMA. **ITEM 7) REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado, por esta

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), ciclo de audiências públicas, tendo como convidados representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, nacionais e internacionais, objetivando discutir os temas em foco no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá nos dias 20 a 22 de junho deste ano, na cidade do Rio de Janeiro". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 7, de 2012-CMA. **ITEM 8) REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012**, que "Requeiro nos termos do art. 74, inciso II e do artigo 75, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por doze Senadores, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Usa da palavra o Senhor Senador Lindbergh Farias. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 8, de 2012-CMA. É lida a seguinte matéria: **1) REQUERIMENTO Nº 9, de 2012-CMA**, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, a formulação de convite para comparecimento do Sr. José Martins, presidente da empresa WITT, para prestar depoimento acerca dos fatos apontados nos noticiários envolvendo o ex-presidente da Casa da Moeda do Brasil, Dr. Luiz Felipe Denucci". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Presidência comunica os membros da comissão que passa a adotar o seguinte entendimento: Requerimentos extrapauta somente serão aceitos se foram aprovados ou rejeitados de forma unânime. Requerimentos com conteúdo polêmico deverão ser necessariamente pautados na reunião deliberativa seguinte da comissão. Assim sendo, a Presidência determina que o Requerimento lido seja pautado na próxima reunião deliberativa da CMA. Fica adiado o **ITEM 9) REQUERIMENTO Nº , DE 2012**, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor JORGE HEREDA, presidente da Caixa Econômica Federal – CEF, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre a denúncia de comercialização de papéis da dívida pública por preços acima do mercado no período entre setembro de 2008 e agosto de 2009, quando o sistema informatizado da CEF responsável por informações relativas aos papéis, esteve fora do ar. Autoria: Senador Alvaro Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze

horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 07/02/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

Passamos à primeira parte da pauta da reunião. Comunicados da Presidência.

A Presidência da Comissão comunica aos Senadores membros o recebimento dos documentos abaixo indicados – todos os documentos estarão à disposição para consulta na Secretaria da Comissão:

– Ofício nº 03/2012-SF – A Primeira Secretaria do Senado Federal encaminha cópia do Aviso nº 013, do Ministério da Justiça. Esse aviso responde ao Requerimento nº 1.209, de 2011, de autoria da CMA, que solicita informações relativas a denúncias envolvendo servidores da Funai e da Polícia Federal em atividade de exploração ilegal de madeira nas terras dos índios Suruí, em Rondônia.

– Aviso nº 1-SESES-TCU-PLENÁRIO – O Tribunal de Contas da União encaminha resposta ao Requerimento nº 90, de 2011-CMA, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. O aviso contém informações sobre o relatório de auditoria referente à substituição de 5.059.020 (cinco milhões, cinquenta e nove mil e vinte) doses da vacina Influenza A (H1N1) com prazo de validade vencido.

– Ofício nº 4.113/2011-TCU/SECEX-MA – O Tribunal de Contas da União encaminha informações sobre levantamento de auditoria no âmbito da Fiscobras/2007, relativas ao andamento das obras de dragagem do Porto do Itaqui, Maranhão.

– Ofício Circular nº 5/2011/DG/ANP – A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), encaminha o balanço de gestão da ANP dos anos 2003-2011.

– Aviso nº 10/SE-Casa Civil/Presidência da República – A Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoff-

mann, apresenta resposta ao Ofício nº 292/2011/CMA, informando que a solicitação direcionada à Casa Civil foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por tratar de assunto de competência daquela pasta.

– Ofício nº 631/2011-SF – A Primeira Secretária do Senado Federal encaminha cópia do Ofício nº 42 G/AFEPA/SGAP I/PARL PEMU OEA, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Esse ofício responde ao Requerimento de Informações nº 883, de 2010, de autoria da CMA, que trata sobre o estágio atual das negociações de uma convenção sobre direitos do consumidor, que tiveram início por ocasião da VII Conferência Especializada em Direito Internacional Privado da Organização dos Estados Americanos.

– Ofício nº 498/2011-SF – A Primeira Secretária do Senado Federal encaminha cópia do Ofício nº 264/2011/MMA, da Ministra de Estado do Meio Ambiente. Este Ofício responde ao Requerimento de Informações nº 511, de 2010, de autoria da CMA, que trata sobre o relatório anual emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro, sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2008.

– Ofício nº 17/11: O Ministério Público do Rio de Janeiro solicita providências ao Senado Federal, dentro da respectiva esfera de atuação, atinente à extensão do embargo econômico dos Estados Unidos da América contra Cuba em território nacional, bem como comunica o ajuizamento de ação coletiva de consumo movida em desfavor de Dell Computadores do Brasil. Nota Informativa nº 2.702, de 2011: por solicitação do Senador Rodrigo Rollemberg, a Consultoria Legislativa do Senado Federal elaborou nota técnica sobre o assunto, concluindo pela inexistência de providências a serem tomadas pelo Poder Legislativo.

Audiência pública.

A presente audiência pública busca discutir os benefícios ambientais decorrentes da utilização da tecnologia de rochagem na remineralização e no rejuvenescimento dos solos, de forma a alterar os limites de fertilidade, em atendimento ao Requerimento nº 75, de 2011-CMA.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados: Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia; Sr. Rubim Almeida Gonczarowska e a Srª Mariana Coelho de Sena, Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Srª Suzi Huff Theodoro, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília; Sr. Éder Martins, pesquisador da Embrapa; Sr. Carlos Augusto Posser Silveira, Coordenador do Projeto Xisto Agrícola da Embrapa Clima Temperado,

e o Sr. Rafael Curimbaba Ferreira, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Curimbaba.

Quero registrar a importância deste debate dando as boas-vindas a todos, de forma muito especial aos servidores da Comissão de Meio Ambiente e a todos que acompanham esta Comissão.

Já no final do ano, no encerramento dos debates sobre o Código Florestal, falávamos da importância de o Brasil se debruçar, buscar alternativas quanto à dependência que tem a nossa agricultura da fórmula nitrogênio, fósforo e potássio, cuja maior parte é importada de outros países. O Brasil, com sua enorme vocação agrícola, hoje tem uma dependência enorme desses insumos agrícolas fundamentais para o desempenho da nossa agricultura.

Este debate se reveste da maior importância, no sentido de conhecer as alternativas que o Brasil vem desenvolvendo, do ponto de vista da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico acerca desse tema, ou seja, como ampliar os níveis de fertilidade do nosso solo por meio da tecnologia de rochagem na remineralização e rejuvenescimento dos solos.

Portanto, é com grande alegria que dou boas-vindas a todos os nossos palestrantes, aos nossos convidados. Tenho certeza que teremos um bom debate na manhã desta terça-feira.

Passo imediatamente a palavra ao Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia, informando que ele terá de se ausentar antes do final desta reunião, em função de viagem que terá de fazer.

Com a palavra o Dr. Cláudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Bom dia a todos, a todos os presentes neste evento. Gostaria de agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente e a todos os técnicos, os profissionais aqui presentes à mesa e no plenário.

A minha apresentação tem a ver exatamente com aquele primeiro tópico do sumário: geologia, mineração e agricultura, o que a geologia e a mineração têm a ver com agricultura; segundo tópico: benefícios socioeconômicos e ambientais da aplicação da prática de rochagem; terceiro: Plano Nacional de Mineração, 2030, que lançamos no ano passado, em fevereiro; e quarto: nossas ações no Ministério das Minas e Energia, na área da nossa Secretaria, da geologia e mineração, que é a própria Secretaria, que é o DNPM e a CPRM.

Então, por favor, o próximo. *(Pausa.)*

Geologia, mineração e agricultura.

Nós entendemos que a agricultura ocorre sobre o solo e, às vezes, há até água, existe uma aquicultura, mas, mesmo assim, de qualquer forma, as substâncias

minerais, os elementos químicos são fundamentais para o desenvolvimento das plantas.

Pensando na agricultura, do ponto de vista do território, os solos têm uma relação direta com o escopo geológico de um país. Dependendo do tipo de rochas que este país tem, ele terá determinados tipos de solos, com seus nutrientes ou não, o que é óbvio, também, dependendo do clima, onde pode ter materiais que são mais lixiviados ou não.

Desde que assumimos, em 2003, no Ministério das Minas e Energia, então com a Ministra Dilma Rousseff, no caso o Secretário Giles Carricone, e com o Presidente Lula – desde 2003, nós trouxemos para o Brasil uma ideia e um conceito que já existia em outros lugares do mundo, que é o da geodiversidade. Todos conhecem o conceito de biodiversidade. Ele se tornou um conceito comum, comum para desde o jardim de infância até os mais velhos. O conceito da geodiversidade sempre foi menos entendido e, no Brasil em particular, nós não o utilizávamos, assim como em uma grande parcela do mundo.

E em função dessa ideia da geodiversidade, pensando que as rochas e os solos, dependendo deles, podem ter adequabilidades ou limitações diferenciadas, é que a CPRM, nosso serviço geológico do Brasil, desenvolveu todo um programa que, ao lado daqueles produtos, o mapeamento geológico que tem a ver com a descoberta de jazidas, nós temos também os produtos que têm a ver com adequabilidades e limitações do solo nacional. Há solos que se adéquam melhor para determinados usos; há outros que não se adéquam ou têm limitações.

Então, esses mapas da geodiversidade – nós já temos um mapa, 2.500.000, do Brasil inteiro – e a maior parte dos Estados brasileiros já estão com 1:1.000.000 e alguns até baixando essa escala, do ponto de vista do conhecimento.

Mas, de qualquer forma, esse primeiro aspecto da geodiversidade é fundamental para mostrar quais são as melhores regiões, seja das rochas, seja dos solos, seja das águas, onde você pode melhor desenvolver a agricultura ou a pecuária ou outros tipos de usos desse solo.

Então, esse é um ponto assim extremamente importante desta contribuição nossa e, um pouco mais à frente, vou detalhar um pouco melhor essa questão, em termos das ações da CPRM.

Um segundo tópico é o aspecto do acesso e do aproveitamento de minerais e rochas usados como corretivos e fertilizantes. Então, esses locais onde você tem um acúmulo anômalo desses materiais, eles podem vir a se tornar minas. Eu gostaria, Senador, não sei se outra pessoa depois falará isso, terá isso, mas

eu gostaria – como eu já disse, esta Mesa tem um representante do grupo Curimbaba, que é um dos grupos mais tradicionais na produção mineral brasileira, que é em Poços de Caldas, rivalizando com Votorantim ali, com a CBA, mas eles são um dos grandes produtores de bauxita e de vários outros bens minerais em Minas Gerais, na região de Poços de Caldas, aquela região toda.

Mas, de qualquer forma, então, esse acesso e aproveitamento dos minerais, do ponto de vista do Ministério de Minas e Energia, é um órgão vinculado a nós, que hoje é o DNPM, e que nós queremos caminhar para que seja uma Agência Nacional de Mineração, que faça a regulação, seja para a seleção de áreas potenciais de interesse nacional, onde inclusive o serviço geológico entraria – essas áreas aqui são muito interessantes do ponto de vista de interesse nacional, e talvez, essa é uma discussão que nós vamos ter aqui, não seja simplesmente para quem chega primeiro no guichê, que se tenha procedimentos para ver a forma, qual a melhor forma de como aproveitar essas jazidas desses bens minerais, seja o controle, a fiscalização e a mediação de conflitos.

Então, isso, para o Ministério de Minas e Energia, nós temos o DNPM e a Secretaria, sem dúvida procurando trazer essas políticas públicas de Governo seja para esse conhecimento da geodiversidade como para o acesso e aproveitamentos minerais e rochas utilizados como corretivos de fertilizantes. Quanto à rochagem, é o uso desses materiais como corretivos ou como fertilizantes.

E aí, Senador, o senhor pode ter certeza de que vamos ter várias apresentações de especialistas, técnicos que vão falar muito melhor sobre a rochagem, que não está diretamente ligada ao nosso ministério. Nosso ministério repassa para eles a informação de que tais regiões, tais lugares são bons, e que eles estudem e vejam do ponto de vista da agricultura, do ponto de vista das condições.

Próximo.

Os benefícios da aplicação da rochagem são extremamente fortes e têm relação muito grande do ponto de vista nosso, seja da geologia, seja da mineração. Primeiro, é a ampla distribuição geográfica de minerais e rochas que contêm estas substâncias: cálcio, magnésio, fósforo, potássio; até a turfa, até matérias orgânicas. São materiais que se distribuem de forma muito ampla no País. Esses mapas que a CPRM desenvolve, que o serviço geológico do Brasil desenvolve demonstram isso. Temos isso disseminado pelo País, tipos de rochas que poderiam ser aproveitados como nutrientes, como corretivos de solos ou como nutrientes para a agricultura.

No segundo tópico é a questão que o senhor levantou, sem dúvida, das mais sérias. Muitas vezes, Senador, se distorce a importância da própria rochagem porque nós temos uma distorção tão grande do ponto de vista da importação para o NPK e que é um problema a se resolver. Foram mais de 2,5 bilhões de dólares no ano passado – dados que coletamos na secretaria – de potássio e de fosfato. Nós produzimos 10% do potássio de que precisamos; quanto ao fosfato, é melhor, produzimos 80%, importamos 20%. Produzimos 10% do potássio. Temos uma mina, em Vassouras, Taquari Vassouras, em Sergipe, que era da Petrobras, herança da Petromisa. Hoje há um acordo feito quando as duas eram estatais para a Vale. A Vale é que toca a mina, que faz a produção de 10%.

Esse segundo ponto, às vezes, para aqueles que têm visão macroeconômica, que é fundamental para o País, ele vê o aspecto que é tão forte da importação que está muito ligado também aos produtos de exportação, o que se poderia chamar agrobusiness, a soja, o milho, ao trigo, que também estão ligados às questões de balança comercial. Então, esse segundo ponto, seja pela importação desses bens minerais, seja a que eles servem, de certa maneira, deixa a rochagem menor, como se fosse uma coisa para a agricultura familiar, para Incra, para as cooperativas. Só que se formos a fundo, Senador, isso eles depois provavelmente vão falar, o feijão e o arroz da nossa mesa estão mais ligados a esses menores, em que a rochagem poderia ter papel extremamente importante. Além de que – estão falando algumas coisas de rochagem e aprendi deles aqui – o uso desses materiais da rochagem baixariam muito a necessidade do NPK; há cálculos impressionantes acerca do uso só do calcário na redução do NPK.

Por que não fazer já que é tão importante? Precisamos algumas políticas, Senador. A Suzi, o Helder, o pessoal conhece tudo sobre isto aqui, mas o foco no NPK tem muito a ver com a balança comercial. Realmente, importamos muito, temos que resolver e temos mesmo que resolver a produção de mais fosfato, temos de resolver a questão da produção de mais potássio.

Parabéns para a Petrobras e para o MME, que resolveram, até 2014, 2015 – não sei se a Suzi -, a questão do nitrogênio. Resolvemos com o Presidente Lula, com os nossos Ministros, o Ministro Lobão, no último momento, em seu primeiro mandato e, neste segundo, estamos dando continuidade. O N, de certa forma, está resolvido. O P é fácil resolver. De certa forma é fácil, nós temos jazidas. O potássio é um pouco mais complicado, no sentido de que temos jazidas, mas precisamos de investimentos maiores.

Não podemos apagar a importância da rochagem. Essa foi a minha preocupação de estar aqui, Sena-

dor. Não podemos colocar a rochagem, o uso desses outros materiais, que estão naturalmente nas rochas, disseminados e distribuídos em todo o País, como algo menor. Não é menor! Ele é muito importante também.

Temos de resolver o NPK, mas temos que resolver as questões.

O terceiro é a questão clássica: o aproveitamento de resíduos sólidos e rejeitos gerados em diversas minas. Nós temos uma quantidade enorme de minas de antigos garimpos que possuem uma grande quantidade de materiais que poderiam ser muito bem utilizados dentro de uma política nacional de rochagem.

Recuperação dos solos degradados, também, e o último, que tem esse aspecto extremamente importante, ao associar conhecimentos tradicionais e a pesquisa científica e tecnológica.

Não tem como não se falar da Embrapa e de outros institutos de pesquisa que têm desenvolvido trabalhos extremamente importantes para o bom uso desses materiais, para não deixar – inclusive, não sei quem é da Embrapa do Paraná – a questão do xisto, o xisto betuminoso – que não é xisto, é folhelho, e não betuminoso, porque é pirobetuminoso, mas tudo bem, só brincando.

Na Secretaria, em um trabalho do Ministério, do Ministro Lobão, em fevereiro do ano passado, lançamos este trabalho: o Plano Nacional de Mineração. Trouxe, inclusive, uma cópia. Está em minha bolsa. Pediria, depois para que lhe passem.

Para esse plano, fizemos dezenas de estudos que contratamos e chegamos a uma série de pontos extremamente importantes, do ponto de vista da mineração brasileira.

Um dos objetivos estratégicos é estabelecer diretrizes para os minerais estratégicos, dentre os quais está a questão desses fertilizantes e corretivos. Dentro de uma articulação interministerial – é uma das ações que temos -, conseguimos prever isso no PPA, no Plano Plurianual até 2015, políticas de incentivo a inovações tecnológicas, promoções do uso do calcário agrícola, aplicação de rochagem, como fonte alternativa de nutrientes, promoção de utilização do fosfogesso, que é um subproduto na produção do fósforo, nas minas de fósforo.

Então, são ações que já estamos desenvolvendo, aquelas previstas no Plano Nacional de Mineração.

Espere que eu diga, para que eu não me perca.

A quarta é a penúltima, as nossas ações do Ministério, destacando que são da Secretaria, do DNPM e do CPRM. Não estou falando das outras áreas do MME.

Dentro da Secretaria, tivemos um grupo de trabalho e temos um relatório publicado de um grupo de trabalho em 2008 que escutou tudo e todos. O Mapa

teve um papel extremamente importante junto a nós e a outros ministérios e o setor privado. Fizemos várias audiências e temos um relatório que, de certa forma, vai ser bem utilizado no nosso Plano Nacional de Mineração nas linhas, no PPA e no próprio PAC, com ações CPRM, como vamos ver.

Tivemos também o I Congresso Brasileiro de Rochagem, em parceria com a Petrobras. Leia-se Suzi e lá, no ministério, leia-se Fernando Lins, que são as pessoas que realmente tocaram esse I Congresso Brasileiro de Rochagem, que tem os Anais publicados, inclusive com algumas propostas do ponto de vista de projetos de lei, mas não se conseguiu avançar nessas propostas.

Temos ações do DNPM, que é intensificar e melhorar as vistorias e avaliações das jazidas e minas de fosfato e potássio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Estou terminando.

E as ações da CPRM, como eu já tinha levantado: inventários de cartografia dos agrominerais, mapas de rochas e mapas dos ambientes favoráveis aos agrominerais, dentro da proposta de geodiversidade.

Próximo, por favor.

Esses desenhinho é que tudo que usamos – tudo que usamos, tudo, o papel tem caulim e, para escrever, são pigmentos minerais também – vem de algumas pedrinhas de algumas minas, em algum lugar, que, às vezes, atrapalham as pessoas, mas, se não atrapalharem um, vão atrapalhar outro. Questões ambientais, nós temos de resolver, óbvio, temos de resolver, mas a mineração é necessária para o mundo atual. A rochagem é, sem dúvida, uma grande alternativa para a agricultura brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, por sua apresentação que traz informações importantes sobre o tema.

Quero registrar, com muita alegria, aqui, a presença do Senador Pedro Taques, membro muito atuante desta Comissão, aliás, do Senado como um todo.

Passo a palavra, neste momento, à Sr^a Suzi Theodoro, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Apenas dando um depoimento, como o senhor disse, Dr. Cláudio, a Dr^a Suzi é uma entusiasta desse tema. Já há muitos anos, conversamos e discutimos sobre a importância da questão da rochagem para a soberania nacional. Estamos falando de uma questão de segurança alimentar e de soberania nacional no que se refere à sustentabilidade da nossa agricultura,

dos nossos solos. Portanto, sem dúvida, ela tem uma contribuição muito grande a dar.

Antes de passar a palavra a Suzi, quero registrar, com muita alegria, a presença entre nós do Sr. Eduardo Martins, que é membro do Conselho da WWF. Alegria tê-lo aqui, Eduardo.

Passo a palavra à Professora Suzi Theodoro.

A SR^a SUZI HUFF THEODORO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Primeiramente, quero agradecer, mais uma vez, pelo seu apoio, que já é histórico, na questão da rochagem. Como o senhor falou, temos esse envolvimento, com o seu apoio sempre, há pelo menos uns dez anos. Então, ter um político do gabarito do Senador Rollemberg que apoia essa ideia e traz este debate aqui, para dentro do Senado Federal, é fundamental para que a discussão acadêmica e a discussão no meio da agricultura possam tomar outro vulto e para que, finalmente, consigamos caminhar para uma resolução da questão do uso de pós de rocha.

Eu trato a rochagem como uma questão de soberania nacional, porque, como falou o Secretário Cláudio Scliar, nós somos extremamente dependentes da importação.

Próximo, por favor.

A questão do Brasil e dos fertilizantes. Eu faço um histórico, nos últimos cinco ou seis anos, de como está a situação do Brasil no que se refere à importação. De modo geral, como falou o Secretário, nós importamos muito do que precisamos. Então, fica uma pergunta: se importamos quase tudo de que necessitamos para produzir, caso ocorra um conflito geopolítico ou por interesses outros e essas fontes deixem de ser oferecidas, como fica a questão do celeiro alimentar do mundo? O Brasil gosta tanto de dizer que é o celeiro alimentar do Planeta. Então, em 2006, o Brasil importou 21 milhões de toneladas de matérias-primas para a produção de fertilizantes. Leia-se aqui: N (nitrogênio), P (fósforo) e K (potássio). Então, ao longo desses anos, houve um aumento contínuo da importação. Em 2009, passou de 21 para 22,4 milhões de toneladas. Em 2010, para 24,5. E lembrem que, no meio desse período, houve uma crise internacional, em que tudo ficou mais difícil para todos os países, inclusive para o Brasil. Em 2011, a previsão, que não está fechada ainda, é de 26 milhões de toneladas, mas pode ser um pouco mais a quantidade de material importado. Ou seja, aumentou 6% em relação a 2010.

A produção nacional nesse período teve um crescimento de 5,6% somente do que nós necessitamos para produzir. Esses dados são da Anda.

O setor de fertilizantes no mundo, por seu turno, planeja uma implantação de empreendimentos, de 245 projetos até 2015, totalizando investimentos de 87 bi-

lhões. Isso significa que parte desses projetos poderá ser no Brasil, e isso significa mais renda para o País, uma melhoria na nossa balança comercial.

A questão da dependência está ligada a poucos países. Isso também é um agravante. No caso do nitrogênio, os principais importadores são China, Estados Unidos, Índia e Rússia. E o Brasil produz 1% e consome 2% dessa produção mundial. No caso do fósforo, os principais produtores são Estados Unidos, Marrocos, Rússia e China. O Brasil produz um pouco mais, 4%, mas consome 8% da produção mundial. Quanto ao potássio, os principais importadores são Canadá, Rússia, Alemanha e Bielorrússia. E o Brasil produz 1% e consome 13% da produção mundial.

No Brasil, os investimentos previstos são de cerca de 12,9 bilhões, sendo que: para o setor de fósforo a previsão é de 5,7; para o nitrogênio, de 5,4 bilhões; e para o potássio, 1,8 bilhões. Fonte da Anda, novamente.

Próximo, por favor.

A questão da dependência e as perspectivas.

O Brasil ocupa o quarto lugar no *ranking* mundial no consumo de fertilizantes, mas não é formador de preço porque não produzimos o suficiente para competir no mercado internacional. Participa com apenas 2% dessa produção. A Índia e a China, que fazem parte do Bric, do qual nós fazemos parte também, dos países emergentes, consomem 50% do fertilizante produzido no mundo. Então, em certa medida, a segurança de produção está mais diretamente ligada à China e à Índia.

Ainda, dados da Anda mostram que 75% do nitrogênio consumido no País foi importado nos últimos anos. No caso do fósforo, cerca de 50% é importado, mas, como disse o Secretário Scliar, a tendência é diminuir essa necessidade de importação. O Brasil é extremamente dependente no caso do potássio. Existem perspectivas, tem sido notificado que nós temos um pré-sal de potássio na Amazônia, mas não é bem assim. Há questões tecnológicas e ambientais difíceis de serem vencidas. Os fertilizantes nitrogenados têm uma tendência de melhorar em função do aumento da produção do gás natural no País e em função do aumento dos investimentos já anunciados pela Petrobras, que deve atender a demanda brasileira até 2014. Para o potássio, como eu falei, as jazidas estão na Amazônia, precisam vencer questões técnicas e ambientais. E a perspectiva para os fosfatados é de que possamos reduzir isso nos próximos cinco ou seis anos.

E quem consome mais esses produtos no Brasil, na agricultura brasileira? Arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja. Eles ocupam 85% da área agricultável do País e consomem praticamente tudo. Então, aí vem a questão que o Secretário Claudio Scliar falou. São poucas culturas que consomem muito. Mas essas cul-

turas basicamente não são as culturas que atendem à demanda interna por alimento que vai produzir ou que vai resultar na nossa segurança alimentar e nutricional.

Próximo, por favor.

Então, quais são as questões? Seria a importação de fertilizantes de poucos países – como se viu Estados Unidos, Canadá, Rússia, Marrocos – o único caminho possível para garantir a oferta desses insumos e os atuais níveis de produtividade agrícola no nosso País? A gente tanto se orgulha de mencionar que batemos um novo recorde na produção de grãos. A cada ano, novos recordes são anunciados, e a gente tem o prazer de dizer que estamos produzindo cada vez mais. Mas essa produção está totalmente dependente de importação. E o modelo agroexportador focado na produção de *commodities* em vez de alimentos seria a melhor maneira de garantir a soberania, a autossuficiência e a segurança alimentar no País? Isso é uma questão de escolha política do país.

E existem fontes alternativas para suprir as demandas pelos principais macro e micronutrientes. Leia-se aí o NPK, além de cálcio, magnésio e alguns micronutrientes, como molibdênio, vanádio, zinco, cobre e outros. Então, essas questões precisam ser debatidas.

Para contrapor esses dados, a gente vem, este grupo que está aqui na Mesa vem estudando há pelo menos quase duas décadas a questão da rochagem como uma tecnologia para um país com o Brasil ou para países de solos tropicais. O que é a rochagem, exatamente? É uma técnica ou uma prática agrícola de incorporação de rochas ou minerais ao solo, sendo a calagem, por exemplo, ou a fosfatagem natural casos particulares dessa prática. A rochagem também pode ser considerada como um tipo de remineralização dos solos, em que o pó de rocha ou a rocha moída é utilizada para rejuvenescer os solos pobres ou lixiviados, como é o caso dos solos tropicais, pela adição dos agrominerais que são aqueles minerais importantes para o desenvolvimento das plantas. Esses agrominerais são multivariados e estão presentes em vários tipos de rochas que ocorrem no País e fundamentam-se basicamente no equilíbrio da fertilidade nem mais nem menos do que o necessário, na conservação dos recursos naturais e na produtividade naturalmente sustentável.

Eu costumo dizer que a gente pode fazer uma espécie de analogia do que significa acrescentar o NPK e a rochagem ao solo. Essa analogia seria mais ou menos como tomar homeopatia para um determinado mal que o corpo humano tem ou tomar um anabolizante. Aqueles que querem obter resultados muito rápidos para um determinado objetivo podem tomar anabolizantes e ficar, como dizem aí na gíria popular,

“bombados”. E quem toma de forma homeopática esses nutrientes acaba por produzir um processo de recuperação orgânica mais longa, garantindo qualidade e sustentabilidade ao longo do tempo.

Próximo, por favor.

Então, quais são os pressupostos dessa tecnologia? A rocha utilizada deve ser rica em nutrientes e não pode possuir contaminantes. É por isso, secretário, que, quando a gente fala em aproveitamento de subprodutos das minerações, das pedreiras distribuídas por este País, a gente tem que ter o cuidado de lembrar que algumas não podem ser utilizadas justamente porque, para produzir um determinado bem mineral, eventualmente ocorre contaminação, e esse material não pode ser utilizado, porque, em vez de levar uma solução, nós estaríamos levando um problema para o solo. O material deve ser disponível na região onde vai ser utilizado ou próximo a ela. O custo do transporte, porque o nosso modelo de transporte é rodoviário, pode inviabilizar a utilização em grandes distâncias.

É importante que se faça uma análise de fertilidade do solo que vai receber o material para conhecer as características do solo – isso os agricultores já fazem, de modo geral, sejam eles pequenos ou grandes –, bem como das rochas que serão utilizadas para fertilizar. Essa medida é para conhecer o que ocorre no solo após algumas safras ou algum tempo, para ver se houve uma melhoria, que tipo de melhoria que houve no solo ao longo do tempo.

É aconselhável que se use um combinado de pó de rocha com materiais de origem orgânica advindo, por exemplo, da compostagem ou da adubação verde. A adubação verde já é uma prática bem expandida, bem utilizada tanto por grandes como por pequenos agricultores.

Mostro agora para vocês algumas experiências de rochagem que estão em andamento no Brasil. Várias são conduzidas por pessoas que estão nesta Mesa: o Éder, da Embrapa; o Augusto, da Embrapa Clima Temperado, que desenvolve um trabalho muito bonito; o pessoal da mineração Curimbaba; nós, da Universidade de Brasília, que temos feito alguns projetos. Então, pode-se ver que já temos resultados científicos e de produção em vários tipos de ecossistemas brasileiros.

Próximo, por favor.

Aqui, só para comparar, é a representação esquemática da cadeia de produção do NPK.

A matéria-prima, a fonte original é a mesma, uma rocha, como falou o Secretário, além de outros insumos. Isso no Brasil. O que acontece? Tem o custo de transporte para trazer esse material para o País. A indústria de produtos intermediários e de insumos. Outros passos, o transporte da matéria-prima para

dentro da indústria, o transporte das misturas para os misturadores e do misturador para o consumidor final e a transformação dessa matéria-prima em insumos básicos e produtos. Então, é uma cadeia longa, energeticamente dispendiosa e, ambientalmente, em alguns casos, traz problemas sérios.

Próximo.

Quando a gente olha a questão da rochagem, fica clara a forma de produção extremamente mais fácil e mais barata.

Próximo.

Vou agilizar.

Quando a gente olha o mapa geológico do Brasil, não parece que a diversidade é tão grande, mas, quando você faz um detalhe desse mapa, você vê. Cada cor dessas que aparecem no mapa em detalhe é um tipo de rocha diferenciada, é um tipo de rocha que pode ser interessante para uso dentro da tecnologia da rochagem.

Próximo.

Aqui vou mostrar para vocês umas experiências. Algumas delas, Senador, acho que o senhor conhece, porque já conversamos sobre isso.

Em Minas Gerais, em um assentamento onde fiz os meus primeiros trabalhos com rochagem, a gente mapeou um tipo de rocha de Patos de Minas, fez os estudos para conhecer as características e aptidões dessas rochas. Esse aqui é o resultado de um raio X da rocha, para simplificar. Escolhemos as partes mais interessantes.

O agricultor aqui utilizando a mistura.

Próximo.

Mais um, por favor.

Aqui a comparação do que ocorreu ao longo do tempo.

Aqui o agricultor – isso é em um assentamento – utilizou a mesma forma de produção, só que uma parcela com rochagem e adubação convencional. Isso para mandioca. Nitidamente dá para ver a diferença de desenvolvimento das plantas nos dois casos. A gente observa também que o enraizamento das plantas é bem melhor quando se utiliza o pó de rocha. Por quê? Porque, com mais nutrientes, as raízes conseguem se desenvolver mais rapidamente.

Próximo.

Aqui o que acontece no solo. Esse é um indicador muito importante em termos de fertilidade. Antes de aplicar o pó de rocha, o pH do solo era extremamente ácido, 3,6. A análise de fertilidade revelou que a presença de fósforo era zero e de potássio muito, muito baixa. Após o primeiro ano de aplicação, a gente verificou que o pH, o primeiro e segundo ano, foi drasticamente

Aqui, o pH, no primeiro e segundo anos, foi drasticamente alterado. A presença de fósforo e potássio também foi alterada positivamente e, no quinto ano, por isso que a gente diz que, cinco toneladas por hectare, que é a dosagem que recomendamos para solos brasileiros especialmente do Cerrado, elas têm um tempo de duração de até cinco anos porque o pH ainda se mantém elevado, já a presença de fósforo e potássio começa a ser reduzido, o que necessitaria de uma nova aplicação. Próximo.

Aqui, um resultado na Bahia. A gente comparou. Aqui, uma mineração adicional que produz, mas não consegue ainda comercializar o seu pó de rocha e a gente verificou que, acrescentando essa rocha, lá da Bahia, ao solo, os resultados são surpreendentes porque aqui é a testemunha: o que se produz no solo sem adição de absolutamente nenhum insumo.

Aqui, com esse pó de rocha e, aqui, fizemos uma mistura de pó de rocha com fosfato natural e composto orgânico, esterco, no caso e só com fosfato natural. Então, verificamos que a produtividade sempre é maior quando a gente tem essa aplicação do pó de rocha. Além disso, há alguns nutrientes, como mostrei na transparência anterior, têm um acréscimo significativo desde o primeiro ano, especialmente o fósforo e o potássio e, aqui, uma visão do que acontece. Aqui, é a parcela testemunha que produziu esse tipo de milho e aqui é a parcela com pó de rocha.

Então, visualmente a gente consegue ver a diferença. Em termos de fertilidade é possível garantir que houve uma diferença e, em termos de produção, assegura ao agricultor porque nenhum agricultor vai assimilar uma tecnologia se ela não der resultado produtivo. Próximo.

Essa é uma experiência no Rio Grande do Sul com rochagem e com adubação convencional. É possível ver que o milho aqui está com um aspecto bastante diferenciado: a massa verde é mais exuberante, produz uma quantidade de massa verde melhor, além de o enraizamento ser extremamente diferente e melhor no caso das plantas onde colocou o pó de rocha que, nesse caso aqui, foi um basalto já que a região Sul do Brasil até Goiás, São Paulo, a gente tem uma disponibilidade muito grande dessa rocha.

Aqui, além do milho não ter se desenvolvido de forma tão eficaz, o aspecto da produção mostra que existe deficiência nutricional nas plantas.

Próximo.

Aqui, é comparando porque um dos grandes argumentos dos não-adeptos da rochagem é que é um fertilizante de baixa dissolução. Isso é verdade, mas isso, no fundo, é um ponto positivo porque eu vou disponibilizar esses nutrientes ao longo do tempo e isso

aqui é para mostrar que rochas como o basalto ou o fonolito que, imagino, o Rafael da Mineração Curimbaba, eles têm esses componentes na sua estrutura e são disponíveis para as plantas desde um primeiro momento. Próximo.

Então, quais são os resultados, para finalizar? As plantas apresentam um melhor desempenho do que aqueles obtidos com adubação convencional. Isso de modo geral. O teor de umidade no solo é aumentado. Isso é importante, por exemplo, para a região do Cerrado em que há os veranicos; as plantas mostram maior quantidade de massa verde, um melhor perfilhamento; as raízes se desenvolvem mais, o pH é alterado e, quando a gente altera o pH do solo, uma série de outros nutrientes tornam-se disponíveis para o solo; os custos ficam até 70% menores quando a gente compara com a adubação química, além de ser um produto nacional e o efeito no solo se estende por quatro ou cinco anos, tudo isso devido ao efeito da liberação lenta dos nutrientes. Mas tem limitações.

Próximo.

A limitação que hoje considero precisa ser vencida é o aspecto da metodologia de análise dessas rochas. Os extratores que vêm sendo usados pelos laboratórios – a gente tem testado pelo menos três – eles não se mostraram ainda perfeitamente adequados. O mais importante e o motivo dessa audiência, Senador Rollemberg, é a questão da política pública e da normatização e regulamentação.

Não existe hoje uma política de incentivo ao uso desses materiais, e a normatização pode se dar de três formas: existe a lei dos fertilizantes, existe um decreto da Presidência sobre o uso desses materiais e uma instrução normativa do MAPA, cujos números eu imagino que o Rubim e a Mariana devem citar.

Esse é o grande impedimento para que, hoje, nós possamos utilizar os pós de rocha de forma a melhorar a qualidade dos nossos solos.

Outros três problemas: a inexistência de crédito, pois o agricultor não pode chegar no banco e pedir financiamento para compra desse material, justamente porque não está normatizado; o custo, que pode ser muito alto em função das distâncias; e, também, por conta do preconceito dos técnicos e dos agricultores que não acreditam nos resultados dessa prática.

Próximo. (Pausa.)

E, aqui, para finalizar, a proposta de obtenção da licença de comercialização dos pós de rocha.

É um caminho relativamente longo, mas é importante para assegurar que os agricultores, os produtores terão acesso a um material de qualidade e seguro, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista de produção. Envolve o Ministério, através do DNPM,

envolve os OEMAs, que são os órgãos ambientais estaduais, precisa dos estudos técnicos, que o que a Embrapa sistematicamente vem fazendo, bem como os institutos de pesquisas das universidades.

Então, a primeira licença seria a dos órgãos ambientais estaduais. Isso aqui é, mais ou menos, o caminho que se deve percorrer para se obter a licença.

Então, embora eu imagine que o pessoal do Ministério da Agricultura deva falar sobre isso, assim a gente consegue visualizar o ciclo de obtenção da licença para uma mineração, o que leva algo em torno de um ano e meio. É um tempo relativamente longo, mas é importante para dar essa segurança aos agricultores.

Próximo. *(Pausa.)*

Era isso.

Espero, Senador, que a sua iniciativa aqui possa render bons frutos para o País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professora Suzi Huff Theodoro, pela sua brilhante apresentação.

Registro com alegria as presenças dos Senadores Ivo Cassol, Jorge Viana e Sérgio Souza na nossa reunião.

Passo agora, de imediato, a palavra ao Dr. Rubim Almeida, representando os Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que vai dividir a sua apresentação com a Sr^a Mariana Coelho de Sena.

O SR. RUBIM ALMEIDA GONCZAROVSKA – Bom dia, Senador Rodrigo Rollemberg, bom dia a todos os presentes.

Peço que segure um pouco a apresentação para, primeiro, nós fazermos um apanhado geral. A Mariana vai, depois, para vocês se localizarem, dizer como é que está a situação hoje e o que efetivamente está pegando para, vamos dizer, a legalização desses insumos no âmbito do Ministério da Agricultura.

Particularmente, não vamos nem entrar no mérito da importância desse tipo de material, considerando exatamente o que a Professora Suzi Theodoro já colocou, mas considerando as nossas condições edafoclimáticas.

É uma alternativa viável. Obviamente, acho que o fator que mais limita isso é exatamente a questão relacionada ao transporte, que pode inviabilizar o uso, pelo menos de imediato, desse tipo de insumo. Todavia, é uma alternativa que nós temos em abundância e hoje não está sendo utilizado.

No âmbito do Ministério da Agricultura, hoje, é um insumo que teria de imediato um enquadramento com possibilidade, ou seja, passível de ser registrado e, a partir daí, obter ou ganhar os benefícios fiscais

de redução de ICMS, etc., pelo seu registro junto ao Ministério da Agricultura, que é o que os outros insumos utilizados hoje na agricultura brasileira têm, principalmente o diferimento de ICMS principalmente. Hoje a legislação está em fase de reforma. A lei começa a ser trabalhada este ano. Ela é de 1980, ou seja, anterior à Constituição, já está bastante defasada, embora ainda seja atual, considerando que foi uma lei enxuta. Na sua simplicidade, eu acho que ela abrangeu o que é importante uma norma abranger.

O decreto que veio regulamentar essa lei sofreu uma alteração em 2004. Ele era de 1982 e sofreu uma alteração em 2004, quando foi promulgado. E decorridos estes sete anos, o setor é muito dinâmico, vimos que ele já está defasado em relação ao que o setor, ao que o mercado, hoje globalizado, ao que os agricultores e ao que os produtores desses insumos hoje demandam. Ele está em fase já bem adiantada de reforma e a gente sabe que a mudança de uma lei é um procedimento um tanto quanto demorado. A alteração de um decreto, aproveitando o que a lei tem de bom, é um procedimento, vamos dizer, mais simplificado, mais imediato, que traz resultados e benefícios para a sociedade como um todo de forma mais rápida.

Nesse sentido acreditamos que estaremos encaminhando à Presidência da República essa minuta de projeto de alteração que, dentre outros aspectos, obviamente vai favorecer, contemplar e simplificar os procedimentos de registro inclusive desse tipo de material, porque, saindo a reforma do decreto, vem exatamente a questão de se trabalhar as chamadas instruções normativas, que são atos técnicos que estabelecem parâmetros e procedimentos para que esse tipo de insumo, dentre os quais os pós de rocha, sejam legalizados e parametrizados no âmbito do Ministério da Agricultura.

Alguém pode estar perguntando: por que o pó de rocha não é passível de registro hoje no Ministério da Justiça? Por uma questão muito simples: ele é um insumo que, por não ter parâmetros definidos, se situa num conceito que a gente chama de produto novo.

Um produto considerado novo, que não tem antecedentes de uso no País cientificamente comprovados, demanda que o trabalho de pesquisa comprove a viabilidade e eficiência agrônômica na agricultura. Isso vem sendo trabalhado há muito tempo e, no meu entender, já está mais do que comprovado. Contudo, são materiais, são materiais distintos.

O que a gente precisa é que esses materiais sejam devidamente identificados e, a partir daí, que os pós de rocha oriundos desses materiais possam ser devidamente registrados no Ministério da Agricultura e

receber todos esses benefícios, inclusive os relativos à questão da política agrícola.

A Mariana vai repassar para vocês para que identifiquem hoje onde os chamados pós de rocha estariam inclusos na legislação que trata da inspeção e fiscalização desses insumos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Rubim.

Passo agora a palavra à Srª Mariana Coelho de Sena.

A SRª MARIANA COELHO DE SENA – Bom-dia a todos.

Como o Rubim já bem falou, o objetivo da nossa exposição é situar os pós de rocha na legislação e expor o que a gente precisa para que esses produtos sejam legalizados.

Como ele já disse, enquadramento legal atualmente não existe. Não há enquadramento específico para esse tipo de material. Quando ele chega com o trabalho de pesquisa, a gente avalia como pode ser registrado. Acontece de ele ser registrado como fertilizante mineral, porque atende às características mínimas exigidas em normativas para esses materiais, acontece de ser registrado como corretivo de acidez, mas a maior parte das vezes, hoje em dia, é registrado como produto novo – exatamente aquilo que o Rubinho explicou –, ou seja, um produto sem antecedente de uso no país, um produto que não atende às características mínimas estabelecidas pelas normativas do Ministério, como ele bem disse, após a apresentação de um relatório técnico-científico conclusivo emitido por um órgão oficial de pesquisa brasileiro, atestando a eficiência do uso agrícola desse produto.

Hoje, como se enxerga esse produto hoje do que temos? De acordo com o Decreto nº 4954, de 2004, o condicionador de solo é um produto que promove a melhoria das propriedades físicas, físico-químicas ou da atividade biológica do solo.

Hoje, entendemos que essa seria uma definição em que melhor se enquadram os pós de rocha. Para que ele seja registrado como condicionador de solo na normativa atual, ele precisa ter as seguintes características mínimas: capacidade de retenção de água mínima de 60% e uma capacidade de troca catiônica mínima de 200 mol/m de carga por quilo.

Acredito que hoje nenhum pó de rocha atende a essas exigências mínimas.

De novo.

Então, qual é a tendência hoje? Com a mudança do decreto que está sendo trabalhada pelo Ministério da Agricultura e está prestes a ser encaminhada à Presidência, teremos de revisar todas as instruções normativas que regem os fertilizantes.

Então, na revisão da INSDA nº 35, de 2006, nós enxergamos a oportunidade de enquadrar os pós de rocha como condicionadores de solo. Para isso, precisamos estabelecer os parâmetros mínimos, algo que já vimos trabalhando com a Embrapa desde 2009, desde o Congresso de Rochagem. Desde que tenhamos esses parâmetros mínimos estabelecidos, não há mais empecilho para o registro desses produtos. Não que existam empecilhos, mas há certa dificuldade, pela necessidade de apresentação de trabalho de pesquisa. Esse é um trabalho mais demorado do que o de outros produtos, em que simplesmente se apresenta um requerimento, confere-se se tudo está dentro da legislação e há o registro. Com os pós de rocha, há a necessidade de avaliar um projeto de pesquisa, um método, para que possa fiscalizar esses produtos. Não se trata simplesmente de registrar, há a necessidade de se ter meios de fiscalizá-lo, também. Inclusive, acho que o Rafael poderá falar sobre isso, pois ele já passou por esse processo.

É basicamente isso. Desde que se consiga mudar esse decreto o mais rápido possível, estabelecendo os parâmetros mínimos, poderemos fazer a revisão da IN que trata dos condicionadores de solo, existirá a mesma facilidade para registrar os pós de rocha como qualquer outro NPQ.

É isso. Agradecemos a oportunidade dada ao Ministério da Agricultura para participar de uma audiência pública tão importante. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Mariana.

Agora, passo a palavra ao Dr. Éder Martins, pesquisador da Embrapa.

O SR. ÉDER MARTINS – Agradecemos ao Senador Rollemberg pelo convite e pela oportunidade de debatermos um tema tão importante para o Brasil, que é a rochagem, e também a presença de todos.

Temos, no Brasil, a oportunidade de utilizar recursos naturais para desenvolvermos uma agricultura sustentável.

A nossa apresentação está dividida em quatro tópicos. Vamos falar um pouco sobre contexto, repetir um pouco o que a Suzi falou, mas de uma outra forma, o que é bom para fixar o nosso entendimento.

Próximo, por favor.

Essa questão de contexto é exatamente o que a Suzi realçou. O Brasil só tem aumentado o uso de fertilizantes ao longo do tempo, porque a demanda de aumento de produtividade necessita cada vez mais do uso de fertilizantes.

Próximo.

O Brasil é um grande consumidor de fertilizantes, ao mesmo tempo em que depende dos fertilizantes, boa parte deles importado.

Próximo.

Então, a gente vê de onde vêm esses fertilizantes que a gente importa, tanto o nitrogênio, como o fósforo e o potássio. Essa dependência é um problema sério que o Brasil precisa encarar. Como a gente supera isso? A rochagem é um dos caminhos muito importantes para a gente alterar esse tipo de situação.

Próximo.

Esse é um resumo de qual é a dependência que a gente tem, e percebe-se aí que o potássio é o mais grave. O nitrogênio está sendo resolvido a partir dessas políticas e através da Petrobras, e, quanto ao fósforo, a gente tem algum tempo ainda para desenvolver as minas que estão sendo prospectadas no Brasil.

Próximo.

Aí mostra que o Brasil é um grande produtor de alimentos, mas dentre os países produtores de alimentos é o que mais depende de fertilizantes importados.

Próximo.

Então, de onde vem, mostrando que são transportes intercontinentais que são desenvolvidos. Então, você imagina... Essa é uma questão... Essas matérias-primas são *commodities*, e o Brasil precisa disso para poder fazer agricultura.

Próximo.

A mesma coisa para o fósforo. E o seguinte para o potássio.

Próximo.

Aqui há a questão econômica. Do que o agricultor está reclamando hoje? Do custo dos fertilizantes.

Então, há um custo histórico que a gente pode observar até 2007. Em 2008, os fertilizantes aumentaram drasticamente. Depois, o que aconteceu? Vamos dar o exemplo aqui do potássio. Houve uma redução a partir de 2009, mas o que aconteceu? Não voltou para o preço histórico. Então, a gente pode ter certeza de uma coisa hoje no mundo: não vai ter mais fertilizante barato daqui para frente. Isso significa maior custo para a agricultura brasileira.

Próximo.

Aqui a gente mostra a tendência de aumento progressivo do uso desses fertilizantes ao longo do tempo. Então, olhem como é a projeção de uso de fertilizantes e a tendência. Na realidade, vamos somente aumentar a necessidade de uso desses fertilizantes.

Próximo.

Há uma questão que é uma preocupação global. Nós temos que olhar, Senador, não só para uma questão regional, mas global. Se a gente observar o trabalho da *Nature*, de 2009, mostrando quais são os

nossos limites naturais de uso dos recursos naturais, a gente notará que há problemas com a perda de biodiversidade, que é uma coisa gravíssima no mundo inteiro. Existe ainda a questão da mudança climática que a gente sabe que está ocorrendo, mas, se a gente olhar as outras questões graves, elas estão todas ligadas aos fertilizantes.

A nossa forma de usar nitrogênio na agricultura é totalmente insustentável. Da mesma forma, se a gente olhar o fósforo, ele já está próximo do limite das condições naturais. Então, a gente tem que mudar essa forma de fazer agricultura, o que começa a partir do manejo dos fertilizantes: a forma de usar os fertilizantes e como usar os fertilizantes e os recursos naturais que existem nos nossos países.

Próximo.

Aí entra exatamente o papel da rochagem. A rochagem, como a Suzi definiu muito bem, é uma forma totalmente diferente de manejar e usar fertilizantes e condicionadores de solo de forma mais sustentável.

Próximo.

Aí, apesar de termos no Brasil estudos desde a década de 1940, depois, a partir da década de 1970, nós temos estudos sistemáticos, de uns 15 anos para cá, dentro das nossas instituições, várias instituições de pesquisas, nos últimos dez anos tivemos intensificados nossos estudos; entretanto, no século XIX já existiam especialistas que falavam o que era rochagem, como ela age e até hoje isso é bastante válido.

Próximo.

Temos que pensar numa mudança de paradigma; não dá para pensarmos essa questão se não for de forma diferente. Então o NPK tem elevadas concentrações, elevada solubilidade e elevada mobilidade comercial; são *commodities* de transporte intercontinental. As fontes alternativas, as rochas e os materiais orgânicos, como a Suzi realçou, têm baixas e médias concentrações, baixas e médias solubilidades e baixa mobilidade comercial. Então é totalmente diferente a forma de tratarmos essas fontes alternativas.

Próximo.

Outra coisa que é fundamental. Quando olhamos para os fertilizantes convencionais, Senador, vemos apenas poucos elementos; quando olhamos as fontes alternativas, as rochas e as fontes orgânicas, vamos pensar na Tabela Periódica como um todo. E cada vez mais a gente encontra elementos que têm importância biológica. Então, quando a gente pensa na rochagem, vamos pensar na segurança alimentar e na qualidade dos alimentos. Cada vez mais é importante focalizarmos a qualidade dos alimentos; qualidade e segurança alimentar são questões fundamentais hoje no mundo.

Próximo.

E como é a questão nossa em condições tropicais? Isto aqui é um solo que é o principal solo agrícola do mundo tropical: são justamente os latossolos. Esses latossolos estão, em boa parte deles, sendo utilizados no Brasil para a agricultura. São pobres em nutrientes, são muito intemperizados, não têm muito nutrientes, são muito ácidos e têm alumínio, que é tóxico para as plantas que cultivamos, e têm baixa capacidade de troca de cátions. Isto a gente observa no cerrado: as plantas tiveram muito tempo para se adaptarem a ambientes tão críticos, ambientes extremos, como é o caso desses solos tropicais.

A proposta da rochagem é justamente repor esses minerais a partir das rochas que deram origem aos próprios solos. Então, o conceito é muito simples e tem impacto muito positivo nos solos e nas plantas de onde vêm os alimentos.

Outro objetivo importante é também ambiental porque se pode diminuir a solubilidade dos nutrientes que se colocam e que são muito solúveis. Quando se coloca o pó de rocha, aqueles nutrientes muito solúveis podem ser retidos no solo, e as plantas podem aproveitar melhor esses nutrientes.

Próximo.

De quais rochas estamos falando? Estamos falando de materiais silicáticos, que são rochas silicáticas que têm esses nutrientes que são todos considerados importantes e também tem a Tabela Periódica junto deles.

Outra coisa importante que podemos considerar também como fontes de nutrientes são estes subprodutos de processos industriais. Temos que pensar cada vez mais em aproveitamento de resíduos, desde que eles não causem problemas, que estejam dentro da segurança alimentar. Então, escoras de siderurgia; já são bastante utilizados silicatos de cálcio; estamos estudando o uso de silicatos de magnésio também como escoras de siderurgia. Pó de rocha de brita: uma infinidade de empresas produtoras de pó de brita e também outros subprodutos de processos de beneficiamento que podem ser aproveitados.

Próximo.

Aí, como disse Dr. Cláudio Scliar e a Suzi, nós temos uma megadiversidade geológica no País; quanto mais colorido for o mapa maior é a diversidade de rochas e maior é a possibilidade de a gente aproveitar essas rochas na agricultura.

Próximo.

Então, como disse a Suzi, o calcário agrícola, cujo uso é tradicional na agricultura, também é rochagem. Calagem também é rochagem.

Vejam como somos privilegiados: temos bastante calcário muito bem distribuído pelo País. Um dos fatores

que garantem a sustentabilidade da nossa agricultura é a disponibilidade de calcário.

Próximo.

Aquele mapa que foi feito pelo esforço do Serviço Geológico do Brasil mostra esse potencial. É uma informação inicial, mas mostra a possibilidade do uso dessas rochas.

Próximo.

Aqui é um exercício que nós fizemos, a partir dos dados do Serviço Geológico do Brasil, mostrando áreas de grande agricultura, agricultura de soja e cana-de-açúcar.

Aqui mostra a distribuição de locais onde há essas rochas ricas em silicatos, especialmente silicato de potássio. Então, a gente observa que existe logística. Essas rochas estão próximas da atividade agrícola. Isso não é um problema; a gente pode viabilizar o uso dessas rochas.

Próximo.

Outra coisa importante: não adianta fazer rochagem se não fazemos um bom manejo dos sistemas agrícolas. Essa é uma questão fundamental também na agricultura. Se o solo estiver com baixa atividade biológica, a rochagem não vai funcionar. Ele precisa ter uma atividade biológica elevada. Nós precisamos aprender a fazer o manejo adequado de modo a preservar o solo e manter a matéria orgânica em atividade biológica. Aí o efeito da rochagem é visto com bastante eficiência.

Próximo.

Aqui a gente mostra alguns exemplos.

Aqui está mostrando o aumento da produtividade com o aumento da dose de rocha em um solo em que nunca foi aplicado adubo.

Próximo.

Aqui mostra um solo com adubação convencional de bastante tempo e aqui o efeito da rochagem dentro de um sistema bem manejado. Aqui a testemunha onde há a adubação convencional. As rochas – são várias –, todas elas, ou são iguais ou superiores sou do fertilizante convencional.

Próximo.

Aqui é cultura perene, que é o caso do eucalipto, mostrando como o uso da rochagem tem um efeito impressionante nas características tanto da produtividade como nas características do solo.

Próximo.

Quais são alguns dos benefícios que já foram colocados?

Uma destinação nobre de resíduos de mineração, uso de recursos naturais regionais, acumulação...

Podemos aumentar a captura de carbono no solo, nós podemos aumentar o processo de conservação

do solo, a gente pode melhorar também – outra coisa importante – o aproveitamento da água. Esse é um recurso mineral também muito importante. Com o manejo correto, o uso da rochagem aumenta.

Outra coisa é a diminuição do custo energético. Imagina o custo energético que tem o NPK, quanta energia está contida no NPK e quanta energia está contida nos nutrientes que há na rochagem. O NPK é um custo energético muito elevado.

Próximo.

Agora como fazemos isso? Quais são as políticas que a gente deve fortalecer no Brasil para poder usar a rochagem?

Uma das políticas que já existe são os arranjos produtivos locais.

Próxima.

Nesses arranjos produtivos locais, a gente tem... No caso, a gente já definiu, dentro da comissão nacional ligada aos arranjos produtivos locais, os arranjos produtivos locais de agrominerais, em que a gente tem quatro grandes componentes: o governo, a mineração, a pesquisa e a agricultura. Esse tipo de arranjo é necessário para a gente organizar regionalmente os mineradores e o uso das pesquisas, que têm que ser regionais. As rochas são apropriadas para aquela região em que elas se encontram. Então a pesquisa tem que ser voltada para cada região. E nós precisamos sempre do apoio do governo para coordenar essas ações.

Próxima.

E quais são os aspectos críticos e as soluções que a gente propõe?

Próxima.

Bem, quais são os grandes desafios?

Esses aspectos da legislação, essa questão das leis e das normas.

Como a gente já ouviu, há uma chance este ano de se aprimorar a questão dessas leis e normas ligadas ao uso de fertilizantes e condicionadores de solo.

Outra coisa importante: para a gente demonstrar e estudar a rochagem, ela precisa de longo prazo. É como mostrou a Suzi nos experimentos. Nós temos experimentos em que precisamos de no mínimo cinco anos para ver todo o ciclo do efeito residual da rochagem.

Outra coisa importante: nós precisamos de recursos contínuos para a pesquisa. Se não fizermos a formação de profissionais formadores de opinião na agricultura, nós não vamos avançar. Precisamos de recursos para a formação de profissionais, especialmente na pós-graduação.

Outra coisa importante é a organização no apoio de redes de pesquisa. Fazemos parte de redes de pesquisa que precisam ser sempre fomentadas.

E, finalmente, essa questão da política dos APLs. A gente precisa ter políticas de financiamento e de organização dos APLs. Quando fizermos isso nós vamos aumentar a possibilidade do processo de adoção dessa tecnologia na agricultura.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Éder Martins, pesquisador da Embrapa Cerrados.

Vamos ouvir agora outro representante da Embrapa, Coordenador do Projeto Xisto Agrícola, Sr. Carlos Augusto Posser Silveira.

O SR. CARLOS AUGUSTO POSSER SILVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Obrigado pelo convite. Em nome da chefia da nossa unidade agradeço e espero contribuir e dar mais informações sobre o tema.

Vou tentar ser mais técnico do que as outras apresentações, trazendo dados, só fazendo referência a dois eventos que ocorreram, um em 2009. Das pessoas que trabalharam diretamente, duas estão aqui na Mesa, a Suzi e o Éder, para viabilizar esse primeiro evento muito importante. Em termos de Brasil, foi muito importante que ele tenha ocorrido. E ocorreu aqui em Brasília. Mais recentemente, em Porto Alegre também nós fizemos um evento junto com a CPRM, trazendo pessoas do mundo inteiro para discutir o tema, o que foi muito promissor, com muita informação de interesse que nós vamos aplicar certamente em nossos estudos futuros.

Uma das preocupações no desenvolvimento de novos insumos – a Mariana e o Rubim já comentaram – diz respeito à segurança ambiental, à segurança dos alimentos e à eficiência agrônômica. Para o Ministério, obviamente interessam os nossos estudos de eficiência agrônômica, porém a experiência com a Petrobras, com o Projeto Xisto Agrícola, com as matérias-primas que eram então consideradas rejeitos de mineração, teria que passar pelo órgão ambiental. E o Instituto Ambiental do Paraná se caracteriza por ser muito exigente. Então nós precisamos, num primeiro momento, garantir que aqueles resíduos deixassem de ser considerados resíduos e passassem a ser matérias-primas, já que continham elementos, como o Éder falou – silício, cálcio, magnésio, enxofre, zinco, cobre – de interesse agrícola. Se não usássemos essa matéria-prima, teríamos de importar para usar na forma de fertilizantes, o que acontece. Bom, então, esse tripé é o que nos norteou desde 2005 nesse trabalho junto com a Petrobras e que serviu e serve ainda hoje de modelo para as outras rochas com que vimos trabalhando.

Pode passar.

Bom, o que temos de concreto desse projeto?

Obtivemos o licenciamento ambiental e o registro no Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), de produtos agrícolas da água de xisto, que é uma água intrínseca da rocha, que, no processo da Petrobras, é patenteado pela Petrobras. Então, faz-se uma vaporização. Essa água, depois, é condensada, e saem junto muitos nutrientes e compostos orgânicos. Pois bem: o órgão ambiental liberou a água, ela foi registrada no Ministério como matéria-prima para elaboração de fertilizantes foliares. Obviamente, ela não atende à legislação de fertilizantes. Então, é necessário adicionar algum elemento de interesse para atender à legislação. Porém, temos resultados de eficiência agronômica dela pura, tal qual sai da rocha. Nós adicionamos algum elemento apenas para atender à legislação.

No caso do calcário de xisto também, o calcário Irati, como também era considerado um subproduto, nós passamos pelo órgão ambiental, e ele foi aprovado em 2010.

Conversando com o Éder, aqui na região de Rio Verde, em Goiás, o calcário Irati – o calcário da formação Irati é o mesmo calcário de xisto, e é um calcário normal – não havia necessidade de passar por esse processo. Então, nós alcançamos, nessa primeira fase, as metas propostas: liberar, pelo menos, duas matérias-primas para uso agrícola.

O que nós pretendemos agora? O projeto foi renovado em 2010. Até 2015, liberar no órgão ambiental do Paraná e registrar no Ministério o finos de xisto e o xisto retornado, que são duas outras matérias-primas.

Bom, eu vou mostrar os estudos que nos levaram a isso e a metodologia adotada.

Pode passar.

Esse aqui é dado do Geobank, da CPRM. Nós mapeamos a Região Sul, na área de abrangência da nossa unidade, que é uma unidade ecorregional, assim como a Embrapa Cerrados, e fizemos uma viagem, juntamente com o Éder. Passamos por todos esses pontos até chegar aqui a São Mateus, passando por rochas extrusivas, outros tipos de rochas extrusivas, riolitos, basaltos e aqui granitos e calcários metamorfizados. Ou seja, essa ocorrência regionalizada, que foi o que a Suzi comentou, é o que nos propicia diminuir custos. Obviamente, não pretendemos usar uma rocha daqui no norte do Paraná, ou uma do norte do Paraná no sul. As ocorrências nos permitem usos regionalizados e mais baratos.

Pode passar.

Pode passar mais.

Bom, o que nós fizemos? Montamos uma rede de avaliação do Projeto Xisto Agrícola e que serve hoje de base para as outras rochas no Rio Grande do Sul,

Santa Catarina e Paraná. São em torno de 22 espécies de uso agrícola. São 22 espécies, contemplando as três famílias distintas, botânicas, que o Mapa exige quando se vai fazer um estudo para registro de um novo produto.

Essa aqui é vigente. Essa rede funciona ainda hoje, semelhante aos arranjos produtivos locais, que o Éder comentou.

Pode passar.

O que nós fizemos inicialmente?

Um processo de incubação. São seis solos diferentes, de ocorrência na Região Sul, com seis rochas de ocorrência na Região Sul e com doses. Isso aqui está em andamento ainda. Vamos acompanhá-lo durante oito meses. Ou seja, incubar significa misturar rochas com diferentes solos, mantendo umidade adequada para que ocorram as reações da rocha com os solos. Assim, mensalmente, tiramos amostras e vemos o quanto foi liberado naquele solo, porque é uma maneira de otimizarmos. É impossível montar experimentos a campo, que são muito trabalhosos – aqui é com um granodiorito da região de Pelotas. Então, a gente poupa aqui... define a dose, o mineral e o comportamento no tipo de solo representativo da região.

Bom, outra metodologia, que é complementar, são as colunas de lixiviação. Aqui são tubos de PVC, que nós montamos, que fizemos lá na Embrapa, misturamos o solo com as rochas e fizemos passar água e coletamos o lixiviado aqui. Aí nós analisamos o que solubilizou, o que é solúvel em água dos nutrientes e, também, os elementos problemáticos. Como foi comentado pelo Helder, nem tudo que é considerado resíduo vai ser matéria-prima para uso agrícola. Há coisas que são consideradas como resíduos, e sempre o destino não será a agricultura.

Então, a gente faz esses estudos, faz os testes em vaso, em condições controladas – e, aqui, no caso, é com o milho, mas a gente tem com soja, com trigo, com cana-de-açúcar –, para depois, sim, ir para o campo. Ou seja, quando nós vamos levar esse teste para o campo a gente já sabe muito bem o que esperar daqueles materiais.

Pode passar.

Bom, as variáveis que nós analisamos de produtividade, absorção de nutrientes, exportação dos nutrientes, atributos de fertilidade do solo, atividade de biomassa microbiana, como o Helder comentou, e a Suzi também, a rochagem, ou o uso dessas rochas sozinhas, tem um potencial, mas ele pode ser potencializado quando há interação com os microorganismos do solo, com a matéria orgânica. E vou mostrar fotos que dizem que a gente tem tentado levar à risca. Atividade enzimática, tanto no solo e na planta, como indicativo

se o que a gente está usando está incrementando a vida, a microbiota do solo, as atividades que vão auxiliar a planta; a micorrização, ou seja, essa simbiose que existe de fungos com plantas, se ela está sendo estimulada por algumas das rochas, ou prejudicada.

O Helder comentou, também, outra característica muito importante que é a qualidade dos alimentos, porque a ênfase que damos é geralmente na produtividade, mas estamos deixando de lado de avaliar o que estamos consumindo, os alimentos que evitam doenças, os alimentos mais saudáveis. É isso. E essa característica nós temos dado muito ênfase, avaliando vitamina, atividade antioxidante, antocionina, carotenóides. E, na maioria das rochas que a gente tem usado, isso tem acontecido. A produtividade não tem sido tão nítida quanto às melhorias na qualidade nutricional dos alimentos.

E, também, obviamente, a absorção e acúmulo de elementos-traços nos órgãos de colheita e no solo, porque como esses pedidos, no nosso caso, nesse trabalho com a Petrobras, deveriam passar pelo órgão ambiental, nós aproveitávamos esses estudos e fazíamos um trabalho completo, já dando subsídio para o órgão ambiental e também para o ministério.

Pode passar.

Bom, é isso aí. Nós tentamos sempre fazer, nesse mesmo experimento, a segurança ambiental dos alimentos e a eficiência agronômica.

Pode passar.

Nós pegamos as portarias do ministério – e o Rubinho e a Mariana falaram –, mas é difícil a gente enquadrar um novo produto nas legislações vigentes. Por quê? Porque eles são para fontes solúveis. Então, quando nós pegamos uma rocha, ela não se adequa, pois as rochas contêm elementos de menor solubilidade e que não atenderia o que a legislação quer. E são multielementares também. E a gente tentou no início contemplar as três culturas de família botânica distinta, fazer os teores totais, solúvel em água, mas, de qualquer forma, nenhum deles atenderia a legislação.

Pode passar.

Então, o que a gente acha que é importante, e vejo que está andando, é aprovar essas normas adequadas para essas fontes alternativas, ou seja, desenvolver uma normativa diferente que abarque todas as rochas, todo esse potencial, e que a gente possa dar subsídio para que o ministério possa fiscalizar adequadamente. Ao mesmo tempo, o que é um desafio? São recursos específicos para custear essas ações de pesquisa, porque são análises caras fazer elementos-traço no solo e na planta, inclusive com profundidade de 0 a 5 cm, de 5 a 10 cm, de 10 a 20 cm, para ver onde é que

está no perfil, se não está na planta, onde é que está no solo e são muito caras essas análises.

No caso dessa parceria com a Petrobras, a gente tem conseguido fazer. Mas são instrumentos caros, vai precisar de recursos para ser fazer isso. E não é com o projeto do CNPq, como nós tivemos, com R\$100 mil que a gente consegue levar a cabo, porque a gente também tenta, via outros órgãos financiadores, buscar recursos para fazer as atividades.

Bom, podemos passar.

Essa caracterização química fez parte desse projeto que nós aprovamos nesse edital de 2008. Trata-se de caracterizar quimicamente as fontes alternativas.

Pode passar.

Aqui nós fizemos uma caracterização mínima de rochas da região Sul. Então, nós vemos aqui, por exemplo, que essa aqui tem 0,44% de cálcio. Essa outra tem 17,5% de cálcio. Então, existe de tudo. Existe desde rocha que não tem cálcio até rocha que tem muito cálcio. Outras que têm magnésio desde 13,22% até 0,07%; potássio, desde 0,05% a 6%. Observem que esse rejeito aqui é da usina de Candiota, próxima da exploração de carvão e de xisto também no Rio Grande do Sul. Observe que rocha rica é essa, que não atende à legislação. Isso é hoje considerado um rejeito. Eu não botei aqui o enxofre. Mas ela tem em torno de 4% de enxofre. Então, tem enxofre, tem cálcio, tem magnésio e tem potássio. É uma rocha muito interessante e hoje ela não se enquadra em nenhuma legislação.

Pode passar. (Pausa.)

Aqui nós fizemos, juntamente com o Eder, num perfil na mina da Petrobras em São Mateus, vários tipos de calcários de ocorrência no perfil, calcários calcídicos e calcários dolomíticos. Quando a gente olha aqui, pela legislação, essa primeira lente aqui atenderia a legislação. Já a segunda lente não atenderia. Ficaria abaixo dos 38% exigido pelo Ministério. No entanto, como vou descartar uma rocha que tem esse potencial de corretivo? Não posso descartar ela. Ela tem que ter uma brecha na legislação para que seja aceita.

Da mesma forma, há outras lentes aqui que não têm nada. De fato, vai ter que se feita uma lavra seletiva para que não fique muito disseminado. Os teores vão ser diminuídos.

Pode passar.

Nós temos em andamento aqui alguns estudos com diferentes extratores, desde ácidos fortes até ácidos fracos, imitando o que a planta... Os ácidos orgânicos que as plantas... Porque está ocorrendo absorção de nutrientes pelas plantas, ainda que os métodos não identifiquem isso, mas as plantas estão conseguindo absorver e produzir. Ou seja, existem capacidades que a nossa metodologia não está conseguindo...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CARLOS AUGUSTO POSSER SILVEIRA

– Acho que não está valendo isso, né?

Bom, pode passar.

Outra questão é a adequação da granulometria.

Pode passar.

Nós temos...

Pode passar. *(Pausa.)*

Nós temos esse banco de rochas que surgiu dessa viagem, dessa prospecção na região Sul. São mais de cem tipos de rocha que a gente está avaliando, e, ao mesmo tempo, estamos tentando adequar a granulometria.

Pode passar. *(Pausa.)*

São fotos em que identificamos, dentro de perfil... Esse é o calcário de xisto, calcário da formação Irati. Identificamos as lentes de interesse.

Pode passar.

Adequamos a granulometria.

Pode passar. *(Pausa.)*

No final, chegamos aqui: que é a granulometria adotada é a mesma dos calcários. Existe uma normativa de corretivos, então usamos. O produto está pronto. Há dados de eficiência agrônômica, há uma caracterização química e há uma granulometria que vai servir de base. O mapa, quando pegar isso, vai dizer “não, ela está enquadrada e está de acordo”.

Pode passar.

Lá em Ametista do Sul, Suzi, Eder, nós britamos...

Pode ir passando. *(Pausa.)*

Vários geodos.

Pode ir passando. *(Pausa.)*

E o que aconteceu? Nesse caso desse basalto hidrotermalizado, não necessariamente eu preciso daquela granulometria muito fina, porque, depois de um ano, ele intemperiza facilmente. Então, nós chegamos a quê? Que 80% dele pode ser mais grosseiro, e apenas 20% seria menor que 0,3 milímetros para dar uma reatividade menor. Então, essa questão da granulometria vai variar muito com o tipo de mineral.

Pode passar. *(Pausa.)*

Aqui são diversas minas, pedreiras que a gente visitou e coletou material, aqui é de corte ornamental de granito e mármore, Gabriel, Rafael, tu sabes que naquele corte ali de granito tem em torno de 8% de K₂O, total, 8% de K₂O, sendo que o potássio é o que nós mais importamos. Nós estamos testando isso porque a maioria dessa rocha é usada para fazer telha de cimento, de fibra.

Pode passar.

Aqui é o Fábio e o Professor Bernardo, na viagem que nós fizemos.

Éder, pode ir passando, pode ir passando.

E aqui tem vários produtos, inclusive o fonolito, de que o Rafael vai falar, Bioland, ecoso... ou seja, existe uma produção e inclusive empresas que estão doando o produto, mas já têm a logomarca, têm os seus parceiros, para quem ela doa, embala, ou seja, na região Sul isso está acontecendo com muito frequência, tem muitas pessoas que acreditam, usam e querem transformar isso em um negócio.

Pode passar.

Em que acreditamos também? Que o passo seguinte é como inserir no sistema de produção. Então, questões *a priori*: em áreas de baixa fertilidade natural ou de fertilidade elevada, construída, se vai ser em superfície, no sulco, em complementação ao PK solúvel, em substituição total do PK solúvel, vai ser isolado ou combinado para outras fontes, para espécies melhoradas que respondem à fertilização, ou se vai ser em espécies rústicas, crioulas, que não são responsivas à adubação. São vários critérios. O tipo de equipamento ou implemento que vamos usar para aplicação, se vai ser monocultivo, para a agricultura familiar ou para a grande agricultura. São todas as questões que nesses cinco anos que a gente vem trabalhando nos chamaram a atenção.

Pode passar.

A gente acredita sim, que todas essas possibilidades são passíveis de uso de pó de rocha, todas, desde que o uso seja regionalizado, e aí vai seguir a lógica dos APLs, nós não vamos transportar rocha do Norte para o Sul, e também que proporcione algum tipo de valor agregado, menor custo de produção, melhor qualidade dos alimentos.

Pode passar.

Aqui os nossos experimentos, nós montamos naquela rede do Sul.

Pode passando.

Usamos um equipamento que já nem deve mais ser usado na região de alta agricultura, que é uma calcariadeira.

Os experimentos.

Pode passar.

Então com batata, com trigo, com pêssego.

Pode passando.

Aqui em Ametista do Sul, numa área de milho para silagem, onde nós plantamos laranja.

Pode passando.

Com feijão.

Pode passar.

E usando equipamentos que para o agricultor, fora aquela desconfiança inicial, uma vez que ele acredite, ele usaria os seus equipamentos, os que ele tem na propriedade por isso a questão da granulometria.

Pode passar.

Outra questão, combinado com outras espécies, plantas de cobertura, como a Susi falou e o Éder, isoladamente tem um potencial, mas quando combinado com as outras plantas, a ciclagem de nutrientes e o potencial aumentam muito.

Pode passar.

Aí em hortaliças, com morango, melão, alface e beterraba.

Pode passar. *(Pausa.)*

Cana de açúcar, em combinação com PK.

Pode passar.

Aqui somente a rocha.

Pode passar.

E o equipamento que é o mesmo usado na adubação convencional.

Pode passar.

Já falei sobre isso aqui.

Pode passar.

Uma outra questão. Essa eficiência na simbiose, é algo que nós temos observado muito.

Quando se usa uma adubação solúvel, geralmente os microorganismos são desestimulados, nesse caso do uso das rochas, eles são estimulados e a simbiose, a fixação biológica de nitrogênio é estimulada.

Pode passar.

Aqui é do calcário de xisto, como corretivo, comparado aos calcários convencionais. Pode dar um clique.

A questão da granometria, observe 100% menor que 0,3 mm, e aqui menor do que 0,84mm. Observe a diferença. Aqui a testemunha, não houve correção do pH.

Pode passar.

A granometria, nesse caso, importa muito.

Aqui é alumínio trocável, observe que o alumínio quase zerou, aqui na menor granometria, na maior ficou um pouquinho, e aqui na testemunha não houve neutralização.

Pode passar.

Aqui é cálcio trocável. Observe que foi disponível. Ficou abaixo o cálcio trocável. Pode passar.

E o magnésio foi semelhante às fontes convencionais. Pode passar. Essa matriz aqui, a MBR7 é uma combinação de enxofre com calcário e xisto finos, de xisto. A gente compôs uma matriz para fornecer cálcio, magnésio, silício e enxofre para a cultura do trigo.

Pode passar.

Aqui nos vemos que para cada quilo dessa matriz, que foi até 500 quilos, aumentou em torno de 1 kg a produtividade.

Pode passar. Esse aqui é com o pessegueiro. Observe que três meses depois da aplicação, três meses... Talvez essa rocha seja muito rapidamente... seus elementos solúveis. Em três meses houve resposta no

diâmetro das plantas para uma cultivar Eldorado mais do que para Chimarrita.

Pode passar. Isso aqui aos 11 meses. Observe que essa cultivar aqui não responde tão bem quanto a outra. Então, a diferença de genótipo é outra coisa que nos interessa também. Quando testamos a espécie soja, mas quis cultivares? Do ciclo precoce, médio ou tardio? Podemos impossibilitar ou tirar conclusões erradas escolhendo uma cultivar.

Pode passar.

Aqui é o granodiorito. Também da mesma forma. Observe que aqui é o Chimarrita, essa cultivar, melhorou muito a resposta em relação a esse pó de rocha do que o outro.

Pode passar. Aos 11 meses.

Pode passar.

A mesma coisa que a gente viu com o cultivar de soja. Resposta linear desse agromineral de efeito imediato, enquanto que para a outra foi uma resposta, teve um ponto de máxima próximo de mil quilos.

Pode passar.

Um ano depois do efeito residual observe que seguiu com uma resposta linear e a outra com um ponto de máxima em torno de mil quilos. Ou seja, um ano depois de aplicado e não com doses tão elevadas, até duas toneladas por hectare.

Pode passar. Isso aqui é em Paraíso do Norte, na Coopcana. Vamos nos ater aqui porque o tratamento dez é sem PK. O nitrogênio foi em todos.

Aqui é sem PK. O tratamento nove é a dose e a adubação recomendada de NPK.

Pode passar. É um ano de cana planta e são quatro anos de cana soca.

Pode dar mais um clique. Essa aqui é testemunha padrão – NPK solúvel. Aumentou 14% em relação à testemunha só com um N.

Mais um clique.

Observem como nos reduzimos a adubação e colocamos ou o composto ou a matriz. São resultados semelhantes, com menos PK. Diminuímos em 1/3 a dose de PIK, com respostas semelhantes. Pode passar.

Esse aqui também é com uma outra empresa de cana lá em Astorga, no Paraná.

Pode dar mais um clique. Essa é nossa testemunha. Trinta e nove por cento em relação à testemunha absoluta.

Mais um clique. Quando nos usamos essa matriz que é calcário de xisto, finos de xisto, com o composto que é cinza de bagaço de cana, torta de filtro, obtivemos respostas maiores do que com a adubação recomendada (44%, 41%, 56%, 41%) e aqui uma adubação toda alternativa. Fosfato Alvorada, nacional, fósforo nacional, o Bioland, fonte de potássio, composto e a

matriz. Observe que aqui não tem nenhum fertilizante solúvel, nenhum. Essa é uma questão que tem nos preocupado muito: a produção de etanol no Brasil. Até que ponto ela é renovável? Renovável ela é. Até que ponto é sustentável usando-se NPK?

Mais um e acabou.

Pode passar. *(Pausa.)*

Os microorganismos. Identificamos dois microorganismos nos folheios e temos usado combinados com rochas.

Pode passar, vamos direto para as respostas.

Testemunha: 3.750 quilos, com o finos de xisto e combinação com as bactérias. Sessenta por cento a mais na produção de grãos. O uso de bactérias identificadas em rochas. Ou seja, nós estamos otimizando o uso das rochas isoladamente. Têm o seu potencial combinado com microorganismos é muito maior.

Acho que acabou.

Muito obrigado e desculpem-me pelo tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Sr. Carlos Augusto Posse Silveira, que é Coordenador do Projeto Xisto Agrícola, da Embrapa Clima Temperado, pela sua brilhante apresentação.

Antes de passar a palavra ao Sr. Rafael Curimbaba Ferreira, consulto os Srs. Senadores se podemos colocar em votação o item para formalizar o convite – como não tinha sido aprovado ainda o nome dele para participar dessa audiência pública –, apenas para cumprir o rito de formalidade, coloco em apreciação o convite para o Sr. Rafael Cubimbaba Ferreira.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo, então, a palavra neste momento ao Sr. Rafael Curimbaba Ferreira, Diretor do Desenvolvimento de Negócio do Grupo Curimbaba.

O SR. RAFAEL CURIMBABA FERREIRA – Vou tentar não me alongar muito. Fiz alguns efeitos, é só ir clicando, que a gente vai chegar lá.

Bom dia, ainda, são quinze para as onze. Vou tentar não me alongar. Bom dia, Senador. Bom dia a todos que estão no auditório.

Pessoalmente tenho três preocupações: duas de curto prazo e uma de longo prazo. As duas de curto prazo são: se o Corinthians vai contratar o Tevez ou Gontijo ou se a gente vai ser campeão da Libertadores. Essas de curto prazo.

A de longo prazo é como a gente vai alimentar o mundo, porque, na verdade, o que a gente pensa é o seguinte: vou falar alguns números, não sei se estão certo, de cabeça. Se a gente pensar em Xangai, a Pro-

víncia de Xangai tem uma renda per capita, mais ou menos, de doze mil dólares por habitante. Xangai é a única província da China que tem 80% de urbanização, como o Brasil. Se a China inteira virar Xangai – hoje a China tem em torno de quatro mil de renda *per capita* –, e chegar a um nível de urbanização de 80%, a China tem que crescer duas vezes mais do que está hoje. Como vai alimentar esse tanto de chinês que está começando a tomar café da manhã? O Brasil. Resposta única e exclusivamente: o Brasil.

E como o Brasil vão alimentar esses chineses? Fertilizante ou novas terras, mas a gente já sabe: o Brasil não tem terra fértil, o Brasil precisa de fertilizante.

Esses números que foram comentados só tende a aumentar, cada vez mais importação.

Potássio nós não temos. A Suzi falou dos problemas na Amazônia, apesar do suposto pré-sal do potássio que tem. Inúmeros problemas. Fósforo. Quando nós falamos em fósforo, temos jazidas sim. Mas se a gente pegar o histórico, já houve jazidas com 18%, 20%, 21%, 22% de P_2O_5 , hoje está se trabalhando com 11%, 9%, 10%, 8%. Cada vez que se diminui essa quantidade, mais você tem que utilizar de rocha para poder tirar uma tonelada de adubo.

Hoje está cinco para um. A tendência é aumentar. Ou se a tendência não aumentar, é usar cada vez mais ácido sulfúrico para poder ter a mesma resposta que você precisa para um produto. Ou seja, a situação é crítica e só tende a piorar.

Como não sou Petrobras, eu tenho que falar um pouquinho do grupo. O nosso grupo são essas empresas.

Próximo.

Basicamente o grupo, hoje, está faturando em torno de um bilhão, indo para 1,2 bilhão. O principal mercado nosso é de propante, que é utilizado para faturamento hidráulico, poço de petróleo e gás. Minerais industriais um pouquinho, refrataria/abrasivo outra parte grande dentro do faturamento do grupo, logística e agronegócio, 10%.

Próximo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só um minuto. O que é propante? Desculpa a ignorância.

O SR. RAFAEL CURIMBABA FERREIRA – Propante é um pelletizado sinterizado de bauxita que você usa para manter a fratura do poço aberta, aumentando a condutividade do poço. Nós somos os únicos do Brasil que produzimos isso e competimos com mais três ou quatro empresas no mundo só. É o principal mercado, hoje, nosso. A gente estima que o que a gente tem...

Mais um clique, por favor.

Dentro do planalto de Poços de Caldas, nós temos o fonolito tinguaito, o foiaito e a rocha potássica. Esses são os teores de potássio que têm nessas fossas. Esse daqui dá um pouquinho mais. Ele chega até 14. Ele é bem heterogêneo. A gente está estimando que, entre as fossas de fonolito e as rochas potássicas, que são os nossos interesses, a gente tenha, mais ou menos, 5 bilhões de toneladas dessas fossas. Se a gente pegar o nível do planalto de 1.280 até o topo das montanhas, provavelmente pode ter mais, se tiver mais lá pro fundo, mas, como tem uma reserva muito grande, a gente não estudou a fundo qual o tamanho dessa reserva.

Próximo.

Foi falado quais são as vantagens da rochagem. Então: liberação lenta.

Pode ir passando.

Não há perda por uso de fiação; não é químico; não agride o meio ambiente, etc.

Quais são as desvantagens?

A liberação é muito lenta e tem baixos teores.

Quando a gente fala de fertilizante, esse que é o principal problema da rochagem. Mas...

Vamos para um próximo *slide*. (Pausa.)

Com o fonolito, uma daquelas desvantagens que foi colocada, que é a liberação lenta, não ocorreu. O resultado do fonolito, tanto para arroz quanto para feijão, no primeiro ciclo, foi muito próximo ao KCL, para a mesma quantidade de KCL.

Mais um clique.

Para o feijão, também foi muito próximo; para o milho, ganhou. Ou seja, um pó moído, que joga num moinho de bola, com custo barato, você vai comparar com uma fonte solúvel. Você vai jogar esse material para a mesma quantidade de K_2O , e o resultado, no primeiro ciclo, para milho, foi melhor.

Mais um clique.

Para a soja, também foi melhor.

Então, o que acontece com esse mineral que a gente chama de fonolito?

Nós acreditamos que houve uma reação térmica dentro desse mineral, foi resfriado rapidamente, conseguiu manter essa cristalização aberta e, por isso, esse produto, naturalmente, é solúvel. Ele tem 1% de solubilidade. Ele tem 8,5, mas é solúvel em 1.20%. Num ensaio que você faz em 48 horas no laboratório – você imagina 90 dias, 120 dias ali no solo –, então ele mostrou que é tão compatível quanto o KCL. Nos resultados de cultura de ciclo curto, que eu acho que é um resultado – não sei, eu acho que o pessoal da mesa pode responder melhor que eu – inédito para uma rochagem. A rochagem, quando a gente considera rochagem, são resultados excelentes, tem todos

os benefícios, mas se precisa de um tempo. E esse produto – por isso que a gente tem ideia de comercializá-lo – apresenta um resultado no curto.

Mais uma. (Pausa.)

É o que eu falei. A gente comprou a Yoorin, do grupo Mitsui, em 2010. Faz pouco tempo.

E o que é o yoorin? É um termofosfato magnésiano, tem altíssima eficiência agrônômica. É um produto fundido. Você pega a rocha fosfática e, por meio de uma fusão com outras rochas, obtém um produto cuja eficiência agrônômica é excelente, o resultado é excelente e, por isso, o preço também é mais alto que os combatíveis. Mas o que a gente está querendo fazer? Nós temos duas rochas que eu mostrei no começo: uma é o fonolito, que é só moer e pode ser utilizado; e a outra é uma rocha potássica. A rocha potássica, que tem 12 a 14% não adianta moer, ela não tem solubilidade. Mas a fusão dela é a mesma temperatura do fonolito. E um detalhe interessante, ela reduziu a quantidade de *megawatt* por tonelada que eu tenho que utilizar na minha rocha. Ou seja, a gente vai lançar um produto... Hoje o yoorin tem 18% de P_2O_5 e a gente vai lançar um produto com 18% de P_2O_5 e 4% de K_2O , reduzindo o custo de minha energia.

Ou seja, qual é a intenção do Curimbaba?

A nossa intenção é ter um moinho. A gente está acabando um moinho no final de março para 200 mil toneladas de fonolito, que vai ser aplicado em pó. Estamos fazendo testes com 100 culturas diferentes, em 100 fazendas diferentes, para mostrar a eficiência do fonolito, tudo bancado por nós, para mostrar o tanto que esse produto pode ser um produto compatível com KCL.

A gente ainda vai ter todos esses testes no primeiro semestre. Vamos lançar Yoorin K, que é esse produto com P+K, através de uma fusão. Vamos iniciar testes de flotação com as rochas no Planalto de Poços de Caldas, para ver se a gente consegue aumentar ainda mais esse teor de K_2O que existe. Acreditamos que o fonolito pode ser tal qual hoje só moído um substituto ao KCL até uma distância de 900km da fábrica de Poços de Caldas, sul de Minas Gerais, e acreditamos muito nesse próximo produto onde estamos adicionando 4%. E se o resultado da flotação der certo, a gente talvez possa até adicionar mais produto. Lembrando que a gente já tem o custo de fusão, já está lá. A surpresa nossa foi, adicionando ele, ainda reduzir o seu custo em termos de processo.

O fonolito já está licenciado como fertilizante e esse aqui já estaria licenciado também. O fonolito, nós fizemos um trabalho junto com a Unesp, que foi apresentado para a Mariana, e através desses resultados com a Unesp se criou um caminho e hoje o fonolito é considerado um fertilizante e o caminho é: tem que

ter acima de 8% e tem que ter acima de 1% de solubilidade em ácido fraco, em ácido cítrico.

Foi simples, foi rápido, desculpe pelo Corinthians. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Botafogo vai frustrar os planos do Corinthians.

Quero agradecer a contribuição de todos.

Antes de passar a palavra aos Senadores que quiserem fazer algum questionamento, alguma consideração, quero registrar a importância deste debate que traz elementos importantes para dar maior competitividade, maior independência à agricultura brasileira.

É claro que precisamos investir cada vez mais em pesquisa científica para termos maior conhecimento e maior segurança nos investimentos nessa área, mas esse é um dos grandes desafios do nosso país, reduzir a nossa dependência aos insumos agrícolas.

Quero colocar a Comissão de Meio Ambiente à disposição para aprofundarmos esse debate, para receber sugestões de aprimoramento da legislação nacional que possa estimular a utilização da rochagem na melhoria dos solos e na maior produtividade da agricultura brasileira.

Eu gostaria de fazer alguns questionamentos muito rápidos e simples. A questão ambiental foi colocada. E se coloca como uma grande vantagem comparativa a utilização da rochagem em substituição ou pelo menos reduzindo a utilização da fórmula tradicional NPK. E a gente sabe que hoje a utilização em grande escala, especialmente do nitrogênio, produz a emissão de óxido nitroso, que é um dos gases mais danosos para o efeito estufa. Eu gostaria de saber se, de fato, a utilização de rochagem, se há a comprovação de que ela evita a emissão desses gases de efeito estufa.

Mas quero fazer outro questionamento em relação à questão ambiental. A gente sabe que, se formos sustentar grande parte da agricultura brasileira em torno de pó de rochas, vamos ter também a utilização de um volume muito grande e certamente um impacto ambiental muito grande, sobretudo na paisagem, porque a gente sabe os efeitos da mineração em grande escala que se produzem, os efeitos danosos. O calcário, embora produza benefícios absolutamente reconhecidos e comprovados na melhoria dos solos e na produtividade da agricultura, também produz danos ambientais nas áreas de extração do calcário.

Eu gostaria de ouvir algumas observações a respeito dessas questões ambientais. Por outro lado, na questão do nitrogênio especificamente, um dos grandes avanços científicos que o nosso país experimentou nos últimos anos, através da descoberta de uma pesquisadora da Embrapa, Johanna Döbereiner, foi o

desenvolvimento de uma bactéria fixadora de nitrogênio, especialmente para as leguminosas.

Eu estava no Fundo Setorial do Agronegócio, no Ministério da Ciência e Tecnologia, quando o Fundo financiou pesquisas, no sentido do desenvolvimento também de uma bactéria fixadora de nitrogênio para gramíneas. Havia uma expectativa de que o sucesso dessa pesquisa poderia transformar a cana-de-açúcar brasileira ainda mais competitiva.

Eu gostaria de saber, especialmente dos representantes da Embrapa, se houve evolução nessas pesquisas e se a gente pode efetivamente ter a expectativa de termos o avanço da utilização também dessas bactérias fixadoras de nitrogênio, a partir de gramíneas.

E gostaria também de ouvir alguma observação se o *lobby* dessas grandes empresas produtoras de nitrogênio, fósforo e potássio, no entendimento de vocês, se isso tem afetado, digamos assim, a regulamentação, o avanço da legislação brasileira, no sentido de facilitar, de estimular a utilização de pó de rochas como fertilizantes para a agricultura brasileira.

Eu quero registrar que no início, há alguns anos, a gente encontrava, com muita facilidade no mercado, o fosfato natural, o fosfato de Araxá. Eu lembro que grande parte dos solos no cerrado utilizava bastante, na formação, especialmente de pastagem, o fosfato natural, o fosfato de Araxá, como era chamado. E hoje a gente não vê mais isso no mercado. Eu gostaria de alguma observação em relação a isso.

Consulto os Senadores se algum quer fazer algum tipo de questionamento.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr^a Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizar a Comissão de Meio Ambiente, pela iniciativa de trazer tão brilhantes personalidades, pessoas que conhecem a fundo essa questão no Brasil e dizer ao Éder Martins que conheço bem a questão do xisto, no Paraná, que é o meu Estado. É uma jazida que, além de ter petróleo, um petróleo, lógico, pobre, vamos dizer assim, sabemos que é muito rico em minerais. E essa descoberta no uso de fertilizantes é uma maravilha, porque é algo que tem pelo menos quarenta anos e que está lá estagnado e é subaproveitado.

Eu sou muito próximo do setor agrícola no meu Estado; também tenho uma participação ativa no Congresso Nacional, mas sempre com certa responsabilidade. Nós tivemos, no ano passado, um debate muito forte que foi o do Código Florestal e conseguimos fazer uma legislação de equilíbrio responsável, pensando sempre na produção, mas principalmente na produtividade. Então, essa foi a grande meta do Congresso Nacional, do Senado, e nós conseguimos desenhar

isso de maneira inteligente. O Brasil tem avançado a passos largos nessa questão da produtividade, mas tem pecado muito no que diz respeito às áreas degradadas e, talvez, seja uma das alternativas, o composto de rochagem para recuperar essas áreas degradadas e, talvez, possamos aumentar em escala a nossa produção agrícola e não só em produtividade.

Mas ouvi o Carlos dizer que uma das metas não é só a produtividade, mas a qualidade de alimentos. E, o mundo, cada vez mais, dependerá de alimentos e o mundo, cada vez mais, buscará alimentos com melhor qualidade e uma vez que você tem um alimento com melhor qualidade, então você tem um produto que tem um maior valor agregado a ele mesmo. Então, nem sempre a produtividade terá o aumento da competitividade porque a competitividade pode se dar também na qualidade do alimento e o ser humano vai buscar isso e ainda mais no momento em que vivemos, em que a informação chega muito rápido ao cidadão e, por vários meios.

Acho que isso será um grande avanço. Assim que o consumidor aprender que aquele produto terá um valor melhor no tempo e no espaço para a saúde do ser humano, então acredito que ele ajudará de forma direta a financiar todos esses projetos, mas o que me preocupou mais aí é um pouco dentro disso do que o Senador Rollemberg colocou: talvez haja uma pressão das grandes multinacionais no que diz respeito ao fornecimento do NPK, dos fertilizantes que é um mercado restrito a alguns países no que diz respeito à produção porque as jazidas que temos no Brasil, principalmente as de potássio que se tem notícia no Pará, ela teria um grande impacto para extrair o potássio dali e, lógico, que tecnologias estão sendo analisadas e estão sendo estudadas para que possamos, quem sabe no futuro, podermos explorar essas jazidas. Mas há busca de alternativas novas.

Eu gostei muito dessa questão do plano de regionalização porque, de repente você tem, dentro da sua região, o mineral necessário para aquele solo e para o aumento da produtividade. Vejo, aí, que podemos desenvolver e ajudarmos, Senador Rollemberg, através desta Comissão, através do Senado Federal, na formulação de uma legislação que realmente atenda os interesses do País no que diz respeito à qualidade dos alimentos e também no que diz respeito à produtividade.

Eu quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a pela iniciativa desta audiência pública e parabenizar cada um dos senhores e senhoras que compõem essa mesa pela riqueza dessa audiência pública que vai contribuir, com toda certeza, para a formação da opinião, não só de nossos Senadores, mas de todos aqueles

cidadãos que se interessam pela segurança alimentar do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui saudar os nossos Colegas Senadores, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta Comissão, também os demais Senadores, Senador Sérgio, Senador Aníbal e todas as pessoas que estão aqui, os nossos convidados, representantes dos vários órgãos do poder público, do Ministério, enfim, que estão aqui fazendo um debate sobre um tema altamente importante.

Eu quero apenas, Senador Rollemberg, fazer a minha colocação porque essa é a minha primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente deste ano. Então, é com muita disposição que assumimos os trabalhos aqui depois de um ano de muitas discussões, particularmente nesta Comissão onde se discutiu, durante todo o ano de 2011, o Código Florestal.

Foi um debate muito intenso principalmente nesta Comissão e conseguimos acumular uma discussão altamente importante. Com certeza, nesse ano de 2012, a nossa pauta estará com relação ao código da mineração. Justamente por isso estamos iniciando o ano com esse importante debate, no sentido de acumularmos também informações para que possamos aprovar aqui o melhor código possível na área da informação.

Pelas informações que tenho que ainda são poucas nessa área. Não sou da área, sou assistente social, mas tenho profundo interesse pelo tema, não só pela realidade do meu Estado, mas também por ter trabalhado na área rural durante um período. Então, é um tema que me chama muito a atenção e, pelas informações que tenho aqui, embora não tenha ouvido todos vocês porque estava em outra atividade, é debatido aqui hoje que é a questão da rochagem é uma técnica, na verdade, fertilização que pode ser definida como uma prática de rejuvenescimento dos solos com baixas taxas de fertilidade.

Para quem nos está acompanhando pela TV e que possivelmente não tem essas informações, é importante acrescentar aqui. E, com certeza, as nossas convidadas, os nossos convidados já falaram sobre isso, que é uma técnica que se baseia na adição de pó de determinados tipos de rocha como forma de melhorar as condições de fertilidade dos solos sem afetar o equilíbrio do meio ambiente. Isso é muito importante porque queremos e somos, com certeza, desafiados, cada dia, a adotarmos técnicas principalmente na agricultura, técnicas que não venham afetar o meio ambiente.

Então, pensar no equilíbrio do meio ambiente é fundamental e a rochagem é uma tecnologia que pretende reverter o uso desmedido de insumos químicos, uma prática facilmente assimilada por agricultores, especialmente os familiares e aqui faço essa colocação que, para mim, é uma questão nova e quero, com certeza, me apropriar melhor desse tema. Primeiro porque sou do Estado do Espírito Santo e o Espírito Santo é um Estado que tem um potencial muito grande na área de mineração.

A sua economia depende também da mineração do Estado do Espírito Santo e 61 Municípios do nosso Estado, num total de 78, têm a sua base econômica também na agricultura familiar. Então, são duas situações que me levam, com certeza, a compreender e a debater melhor isso aqui para poder contribuir com o código da mineração.

Faço a minha fala. Não tenho nenhum questionamento no momento até porque não tive oportunidade de ouvir todos vocês, mas quero me colocar a disposição como uma pessoa que quer aprender, mas que também quer contribuir para que possamos ter um melhor código possível nessa área para que possamos, com certeza, oferecer um importante instrumento de preservação, de manter o nosso meio ambiente mais equilibrado.

Então, é isso.

Obrigada pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigada, Senadora Ana Rita. Certamente V. Ex^a terá uma contribuição importante a dar a esse debate.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Quero cumprimentar os nossos convidados e dizer que estamos inaugurando os trabalhos deste ano da melhor maneira, pensando na sustentabilidade da produção de alimentos, no aumento da produtividade, em uma solução nacional para os desafios que nós temos e, com bem falou a nossa querida Ana Rita, vivemos, no ano passado, um ano bastante importante nesta Comissão, especialmente tentando estabelecer uma atualização da legislação ambiental do Brasil.

Estamos ainda na dependência do desfecho na Câmara dos Deputados, que vai ocorrer brevemente, para que o Brasil saia desse enfrentamento entre o setor produtivo e o setor ambiental e, a partir da busca de um equilíbrio, o Brasil seguir sendo uma referência, do ponto de vista da sua legislação ambiental, mas também não perder o grande desafio que temos, que é o de nos firmarmos como grandes produtores de alimentos no mundo.

Nós completamos, no ano passado, sete bilhões de pessoas no mundo. Vamos chegar a nove bilhões e a perspectiva, nos Estados Unidos mesmo, já foi colocada aqui a questão da China, mas nos Estados Unidos que é o maior produtor de grãos, os espaços de crescimento deles estão muito reduzidos e eles podem substituir trigo por soja, fazer uma troca de uso do solo.

No caso nosso, graças à ação de cientistas, pesquisadores, especialmente da Embrapa, universidades, e também ao pioneirismo do nosso setor produtivo, a produtividade nossa segue crescendo, mas também temos aí uma série de limitações.

Eu acho que o tema que estamos discutindo hoje aqui na Comissão é uma grande alternativa. Até onde eu sei, os pesquisadores que lidam com esse tema sofreram bastante para poder convencer da importância de ele ser trabalhado. Eu acho que a chegada da discussão da rochagem aqui no Senado, na Comissão de Meio Ambiente, é um passo importante – queria parabenizar o nosso Presidente Rodrigo –, vindo acompanhado de pesquisadores, de técnicos, seja da Universidade de Brasília, do Ministério da Agricultura, da nossa Embrapa também e do setor privado. É uma alternativa que veio em boa hora. Com essa audiência que nós tivemos aqui, com essa aula, com essa luz que veio, nós temos que fazer uma associação do setor produtivo com as instituições públicas, com o Senado, no sentido de darmos as condições necessárias para que as pesquisas possam avançar e chegar a um estágio de dar a maioria das respostas, mas especialmente de se transformar em política pública, em parte da economia do nosso País o mais rápido possível. Isso diminui a nossa dependência, faz com que sigamos no caminho da sustentabilidade. Como disse a Ana Rita, vamos fazer uma agricultura orgânica em uma modelagem absolutamente nova. Os custos, que também são importantes de serem enfrentados, certamente terão na rochagem um grande aliado, sem perder nada da qualidade dos alimentos, ao contrário.

Então, quero parabenizar a todos. Agradecer por essa exposição, pelas exposições todas e dizer que, aqui, na Comissão, eu espero que, junto com a Presidência, com a direção, nós todos levemos isso para o conjunto da Casa e, ao mesmo tempo, que comecemos a partir de hoje solicitar das instituições governamentais que tenham responsabilidade o apoio, o suporte e as condições adequadas para que o trabalho siga em frente. Espero que possamos fazer isso aqui a partir do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu vou passar a palavra aos nossos convidados para fazer as observações e responder os questionamentos que foram feitos. Vou pedir para serem objetivos porque nós daremos continuidade em seguida à reunião deliberativa da Comissão.

Vou passar a palavra da esquerda para a direita passando inicialmente a palavra para a Professora Susi Teodora.

A SR^a SUZI HUFF TEODORA – Muito obrigada, Senador.

Eu vou escolher alguma das questões. Deixo para os meus colegas aqui da Mesa responderem outras. Vou responder aquelas que são mais próximas das lutas que venho enfrentando ao longo desses anos. É a questão de levar essa possibilidade para a sociedade.

Como aconteceu sempre ao longo da vida, as pessoas têm certa dificuldade no começo de falar rochagem. Lembro que isso foi a minha primeira vitória no Doutorado, aqui, na Universidade. As pessoas chegavam para mim e diziam “Rô... o quê?” “Rochagem.” Então, a minha primeira vitória, ao final do Doutorado, foi as pessoas falarem “Suzi da rochagem”. Então, pronto, ganhei um ponto.

Voltando às questões do Senador sobre os impactos da mineração e às questões da agricultura, eu acho que essa proposta tem este fundamento importante: juntar dois setores que não se conversam, que é a mineração e agricultura. Enquanto que a quantidade de subprodutos e rejeitos da mineração se torna um fator de custo que pode inclusive impedir o setor de prosperar, a agricultura tem carência de fertilizantes. É preciso fazer esse casamento. Enquanto o problema da mineração é o armazenamento desses subprodutos, a agricultura tem a carência. Juntando isso, o problema da mineração se torna a solução da agricultura. Nesse sentido, eu acho que é bastante positivo colocar dois setores para conversar e um resolve o problema do outro.

Uma questão que eu vejo como fundamental, especialmente nessa discussão do Código de que os membros desta Comissão participaram intensamente, é que essa tecnologia favorece a recuperação de áreas degradadas, porque é extremamente barata. Então, ao longo das discussões do Código Florestal, da modificação do Código, sempre aparecia a questão de recuperação de áreas, como se dará, se será através de instrumentos econômicos, como o pagamento de serviços ambientais, de revegetação; eu vejo que é um ponto de apoio superimportante para a recuperação de áreas degradadas, que são muitas no País, porque a terra ainda era barata até há pouco tempo. Então, é uma forma de os agricultores, que têm pas-

sivos a serem recuperados, terem essa oportunidade que é ambientalmente adequada e é muito mais barata.

Por fim, Senador, para deixar outras coisas para os meus colegas aqui da mesa, a mineração, sim, causa impactos ambientais na sua extração, mas temos que lembrar que a sociedade moderna não abre mão de usar insumos que são oriundos do setor mineral, como bem frisou no início da audiência o Secretário de Mineração Cláudio Scliar. Em quase tudo o que vemos e usamos tem mineração. Então, a sociedade moderna não abre mão disso, só que gera uma quantidade grande de subprodutos e rejeitos, e esse é o ponto em que nos apoiamos para incentivar essa alternativa brasileira e que nós temos uma grande disponibilidade.

Os brasileiros são criativos. Cabe a nós, brasileiros, propor soluções criativas para os nossos problemas, sejam eles ambientais, econômicos ou de manutenção da produtividade agrícola.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigada, Professora Suzi.

Passo agora a palavra à Mariana.

A SR^a MARIANA COELHO DE SENA – É importante frisar que uma medida de controlar o impacto que esses rejeitos poderiam causar é a fiscalização desses insumos, que é o papel do Ministério da Agricultura. A gente até não citou na palestra, mas existe uma normativa em que se estabelecem os teores mínimos de metais pesados aceitos nesse tipo de produto e essa seria também mais uma forma de garantir o uso seguro da fonte alternativa desses nutrientes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradecendo mais uma vez a contribuição da Mariana, passo a palavra a Rubim Almeida Gonczarovska.

O SR. RUBIM ALMEIDA GONCZAROVSKA – Senador, acho que a grande questão aqui diz respeito exatamente ao impacto ambiental não diretamente do uso desse material depois dele pronto, acho que é exatamente na sua extração e na sua distribuição.

Nós temos que lembrar efetivamente do ponto de vista da segurança desses materiais. Acho que nós já dispomos hoje de uma série de conhecimentos que nos garantam que os produtos que vão ser ofertados para uso na agricultura atendam, do ponto de vista de segurança, ao que a legislação hoje minimamente estabelece para qualquer outro tipo de insumo. Acho que nós temos informações, nós temos como filtrar isso. No que se refere a quem vai explorar, as empresas ou as que exploram esse tipo de insumo, a legislação de fertilizante hoje recepciona a questão da necessidade e obrigatoriedade de apresentação de licença ambiental, e aí é onde falo que a questão da fiscalização

integrada é de suma importância para que não haja, por conta de desvios de um ou de outro, maiores prejuízos à questão do meio ambiente. E, se você fizer um balanço, acho que é mais positiva essa alternativa como um insumo para ser usado na agricultura do que propriamente os danos ambientais. Hoje, a tecnologia é farta em termos de que essas áreas, que esses danos sejam reparados, sejam diminuídos e que seus impactos não venham causar maiores problemas para o meio ambiente e para a saúde do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito Dr. Rubinho.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Augusto Posser Silveira.

O SR. CARLOS AUGUSTO POSSER SILVEIRA

– Em relação ao impacto, e o senhor tinha perguntado sobre o nitrogênio, a princípio, o que nós temos visto nos dados é que há uma melhor absorção do nitrogênio. Então, por si só, isso já configura um menor impacto ambiental. Nós podemos usar menos nitrogênio em combinação com o nitrogênio mesmo, com a ureia solúvel, em combinação com esses pós de rocha e isso propicia uma melhor absorção pelas plantas. Obviamente que as bactérias fixadoras de nitrogênio têm o seu papel, e elas podem ser incrementadas também. No caso da cana-de-açúcar, a Embrapa Agrobiologia vem trabalhando muito pesado na fixação biológica de nitrogênio por gramíneas, e as respostas são muito boas.

Outra questão que o senhor comentou é a respeito da mineração em si. Os resíduos já existem. O que hoje são chamados resíduos, eles já existem. A nossa proposta é de reaproveitamento, uma vez que tenha segurança, que seja caracterizado quimicamente, que seja seguro para produzir os alimentos, ou seja, não vai haver uma mineração em paralelo para isso. Vai haver, sim, um trabalho nessa matéria prima: moer um pouco melhor, peneirar, adequar a agronomia. Isso, sim, mas não vai haver a necessidade de explorar de outra forma.

A questão das grandes empresas, isso já vem acontecendo. O Rafael comentou. A exploração de fósforo pela Vale, o rejeito da Vale hoje, o ponto de corte é de 7% de P_2O_5 , ou seja, ainda fica muita rocha rica em fósforo. O nosso maior problema é fósforo não é potássio. Os nossos solos são muito pobres em fósforo, e o rejeito de mineração da Vale tem 7% como ponto de corte. Então, eles têm passivos ambientais muito ricos em fósforo que poderiam ser disponibilizados, sim, na região do entorno dessas minas. Por isso, não se encontra mais fosfato natural de Araxá. Fomos em Tapira e vimos as pilhas de fósforo que existem atualmente esperando o momento oportuno, porque o fósforo vai

terminar, e certamente os 7% hoje não são viáveis economicamente, mas serão no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito bem.

Com a palavra o Dr. Éder Martins, da Embrapa.

O SR. ÉDER MARTINS – Os fertilizantes convencionais têm vários problemas no uso em solos agrícolas. Temos perdas muito grande de nitrogênio da forma como é utilizado, tanto é que existem até tecnologias para a gente proteger o nitrogênio, para poder melhorar a eficiência desse nitrogênio no solo. Por outro lado, com a rochagem aumentam a fixação de carbono e nitrogênio no solo. Esses são os resultados mais importantes que a gente tem obtido. Desde que a gente faça um bom manejo comparado com o manejo convencional, o nitrogênio e o carbono vão ser mais fixados no solo. Realmente vai diminuir a emissão de óxido nitroso e também de CO_2 . A gente vai aumentar a captura de carbono e nitrogênio no solo e melhorar a eficiência dos sistemas agrícolas. Isso também, principalmente, por causa da atividade microbiológica, porque ela aumenta a rizosfera, e a atividade microbiológica geral dos microorganismos que são benéficos para o solo e para as plantas aumenta exponencialmente com a rochagem. Então, eu acho que essa é uma das coisas principais do ponto de vista ambiental que a rochagem traz.

Além disso, desenvolver a mineração tem outro aspecto ambiental importante. A mineração é pontual na paisagem, especialmente a mineração de rochas para esse fim. Esse tipo de impacto é pequeno diante do benefício que ele causa para a agricultura, e, ao mesmo tempo, diminui a necessidade de a gente importar essas fontes que, do ponto de vista global, têm um custo energético muito elevado e não têm a eficiência desejada para os solos tropicais.

Acho que esse é o grande benefício que a gente tem que levar em consideração que a rochagem pode trazer para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Éder.

Com a palavra o Dr. Rafael Curimbaba Ferreira.

O SR. RAFAEL CURIMBABA FERREIRA – Respondendo a sua pergunta e adicionando ao que o Carlos falou sobre antigamente se ver fosfato natural, eu acho que hoje o principal problema para o agricultor em si é a aplicação. Quando você diz rochagem, são percentuais pequenos. Para um agricultor é muito fácil pegar uma bolinha com o que ele precisa, 4-14-8, 20-20-20, independentemente do que seja. Qual o desafio que eu vejo à indústria de rochagem? Provar ao agricultor, primeiro, que a rochagem funciona; segundo, que ele vai ter que modificar aquela aplicação dele.

Por exemplo, no nosso caso, a gente está fazendo cem experimentos, e, a partir do momento que dá certo e que mostra que o nosso produto pode substituir o KCL, ele vai ter que comprar uma formulação com N e P e adicionar o nosso produto. É complicado? É, mas tem que se testar primeiro porque o negócio dá resultado. Agora, a aplicação é um problema muito grande para a introdução da rochagem num primeiro momento.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos os nossos convidados, tivemos um debate extremamente rico, profícuo e esclarecedor na manhã de hoje. E mais uma vez quero colocar a Comissão de Meio Ambiente à disposição para aprofundarmos esse debate e darmos sequência prática do ponto de vista do que o Congresso pode fazer no sentido de aperfeiçoar a Legislação, de garantir recursos para pesquisa científica nessa área.

Muito obrigado a todos.

Suspendo a reunião por dois minutos para retormos em seguida.

(Suspensa às 11 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está reaberta a presente reunião. Nós estamos na segunda parte da nossa reunião.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Sérgio Sousa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, antes de começarmos a votação dos requerimentos, a segunda parte da reunião, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a uma audiência pública, conforme o requerimento que já foi aprovado nesta Comissão no final do primeiro semestre do ano passado, para que convocássemos a Secretaria da Aviação Civil, a Agência Nacional da Aviação Civil, a empresa brasileira, a Infraero, e outros órgãos já constantes dos requerimentos, para debatemos essa questão não só aeroportuária, mas a questão da aviação civil como um todo no nosso País, que, cada vez mais, está caótica. Os problemas não se restringem à infraestrutura aeroportuária, mas também à prestação de serviço, cuja qualidade está cada vez menor.

Vi recentemente um depoimento do Senador Jorge Viana, dizendo do absurdo da cobrança de uma passagem, em cima da hora, na última hora, de Brasília a Rio Branco. Isso não é exceção, Senador Jorge Viana. Isso é regra no Brasil como um todo. É comum haver trechos de poucas centenas de quilômetros, em que a passagem ultrapassa a casa dos mil reais.

Então, Senador Rodrigo, faço uma solicitação especial à Mesa, para que nós possamos convocar, ainda no início deste ano, essa audiência que é de importância para o Congresso e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza, quero informar a V. Ex^a que, já na primeira reunião administrativa que fizemos no âmbito desta Comissão com a Assessoria, nós deferimos que esse será um dos primeiros temas a serem abordados. Além do requerimento de autoria de V. Ex^a, requerimento aprovado no primeiro semestre do ano passado, aprovamos ainda o Ciclo de Debates sobre Avaliação de Políticas Públicas, e um dos temas é Aeroportos, Segurança, Qualidade e Gargalos.

Com a proximidade da Copa, temos diversos temas para tratar quanto aos aeroportos, sobre como está a reforma dos aeroportos, como estão os investimentos nos aeroportos, e, sem dúvida, esse será um dos primeiros temas a serem abordados no âmbito desta Comissão. Posteriormente, a Secretaria da Comissão entrará em contato com V. Ex^a para informar a data, provavelmente nas primeiras semanas após o carnaval.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria falar algo na mesma linha do Senador Sérgio Souza e também cumprimentar V. Ex^a por ter tomado a iniciativa de já pôr no nosso plano de trabalho o interesse de discutirmos o serviço da aviação no Brasil, que acho da maior importância. A repercussão de uma fala que fiz no plenário do Senado foi enorme, tenho recebido correspondência, posicionamentos. Ainda ontem, o próprio presidente da Gol me ligou.

O mercado brasileiro é extraordinário. Tínhamos um transporte de passageiros em torno de 50 milhões de passageiros em 2009, passou para 65 milhões em 2010, e para 80 milhões em 2011. Um crescimento de 30 milhões de passageiros em dois anos. É o mercado mais cobçado hoje no mundo.

Para se ter uma ideia, são transportados de ônibus por ano, no nosso País, 250 milhões, em 80 milhões de viagens, e o serviço deixa muito a desejar. No caso de um País continental como o nosso, em muitas regiões, no Norte, no Nordeste, especialmente na Amazônia, é um serviço de primeira necessidade. E hoje nós temos uma série de problemas. Há um crescimento da renda do povo brasileiro, o que é uma conquista do nosso projeto de Governo, que vem desde o Presidente Lula e agora com a Presidente Dilma, a população necessita desse serviço, e há uma precariedade, porque todo o aparato está voltado para duas empresas. É quase um duopólio, agora se ampliou um pouco mais, mas a população paga um absurdo.

Eu vivenciei isso, Sr. Presidente. Fui solicitar uma passagem de Brasília para o Acre, para a semana seguinte não havia, e me foi oferecida, por um guichê da Tam, uma passagem de R\$6,7 mil de ida a volta para Rio Branco. Seis mil e setecentos reais! Passagens de Brasília para Rio Branco de R\$4 mil, R\$5 mil, ida e volta, é fato corriqueiro, diário!

Então, não temos tempo a perder. Temos que chamar aqui representantes da Agência Nacional da Aviação Civil – e eu queria que a Presidência dos trabalhos, que nós fizéssemos, porque isso não é uma questão para a Copa do Mundo, não é uma questão para as Olimpíadas, é uma questão presente, o aumento foi de 30 milhões de passageiros nos últimos dois anos.

Então, nós temos problemas em pistas de pouso, nos terminais. Ontem, acho que um passo importante foi dado, buscar uma parceria para parte dos serviços que o setor privado pode fazer, e foi um sucesso o leilão, mas nós temos um problema que é de regulação. E nas normas da Anac está escrito que ela tem que zelar pelo usuário, ela tem que zelar pelo bom serviço.

E gostaria, associando-me ao Senador Sérgio Souza, que nós pudéssemos trazer num primeiro momento, quem sabe, representantes da Anac ou da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República, ou ambos, para que eles pudessem expor, e trazermos também os representantes das empresas, porque a situação é gravíssimo para o passageiro, para o usuário desse serviço, que é uma conquista. Nós conquistamos um avanço econômico, mas agora não temos um serviço, num mercado muito complicado, atrativo e que as empresas alegam que estão tendo prejuízo.

Então, acho que a Comissão de Fiscalização pode ser a condutora desse debate aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana, eu quero dizer a V. Ex^a que estou absolutamente estarecido com os dados que V. Ex^a traz a respeito do preço da passagem aérea Brasília – Rio Branco.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Dá para dar uma volta ao Mundo. Eu consultei também, você pode escolher Austrália, China, qualquer lugar dá para ir com esse preço. Isso é corriqueiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero somente reiterar que com mais esse contribuição do Senador Jorge Viana, que nós vamos fazer essa audiência pública o mais rápido possível. Inclusive, na nossa proposta original do ciclo de debates está prevista também a participação do Tribunal de Contas da União, que já tem relatórios, avaliações e auditorias a respeito de todo o sistema nacional.

Passamos, então, à apreciação dos requerimentos.

Item nº 2...

Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou nessa corrida de uma Comissão para a outra, estou relatando um projeto de lei na Comissão de Assuntos Econômicos e tenho um requerimento que gostaria de submeter à Comissão. Se V. Ex^a me permitir lê-lo nessa ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a pode ler o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, requeiro nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno, a formulação de convite para o comparecimento do Sr. José Martins, Presidente da empresa WITT, para prestar depoimento acerca dos fatos apontados no noticiário envolvendo o Presidente da Casa da Moeda do Brasil, o Dr. Luiz Felipe Denucci Martins. A imprensa tem denunciado que a causa da demissão do ex-Presidente da Casa da Moeda teria relação com comissões pagas por fornecedores por meio de depósito em contas bancárias no exterior.

Ao mesmo tempo, o Sr. José Martins, presidente desta empresa WITT, responsável pelos relatórios sobre as movimentações financeiras da *offshore* do ex-Presidente, afirma que dispõe de todos esses dados em sua contabilidade. [Informação que a imprensa publicou].

Então, creio que pelo fato de nós não podemos permitir que uma instituição secular como a Casa da Moeda possa ter o seu nome envolvido em questões desse jaez e por ter essa pessoa declarado que possui os dados que comprovam o envio de recursos para uma conta *offshore* a título de propina, eu creio que a Comissão deveria ouvi-lo.

Esse é o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto se V. Ex^a está solicitando a inclusão extrapauta ou a inclusão na próxima reunião da Comissão?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Inclusão extrapauta, se a Comissão concordar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou submeter ao plenário desta Comissão, inicialmente, a inclusão extrapauta. Se assim a Comissão decidir, posteriormente a apreciação, ainda nesta reunião, do mérito do requerimento.

Eu quero apenas registrar o seguinte: nós já tivemos outros casos em que requerimentos foram

colocados extrapauta. Quando tivermos um quórum maior, na próxima reunião da Comissão, deliberativa, eu vou submeter aos membros da Comissão um critério para requerimentos extrapauta. A minha sugestão vai ser de que, quando houver consenso, colocaremos os requerimentos extrapauta. Isso servirá para evitar que requerimentos polêmicos sejam incluídos como extrapauta ou em momentos de quórum pequeno. Como já houve precedente, a Comissão vai adotar esse procedimento: nós vamos submeter ao plenário a inclusão extrapauta desse requerimento. Caso seja aprovado, nós apreciaremos em seguida.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Penso que a sugestão que V. Exª está apresentando de que extrapauta realmente fique sempre para a reunião seguinte, eu acho poderíamos começar a adotar desta primeira reunião. Vamos criar uma dinâmica de trabalho já a partir desta primeira reunião.

Então sugiro que o requerimento de extrapauta entre, mas seja votado na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Veja bem, nesse caso, não precisaria ser extrapauta, porque esta Presidência tem adotado o procedimento de que todos os requerimentos que chegam a esta Comissão sejam colocados na pauta. Nenhum requerimento até hoje deixou de entrar na pauta da reunião seguinte. O requerimento é extrapauta exatamente quando é apresentado após a divulgação da agenda da reunião.

Como nós já adotamos esse procedimento em vezes anteriores, a menos que o Senador Aloysio Nunes compreenda e peça para colocar na próxima reunião, eu vou submeter a esta Comissão a inclusão extrapauta do requerimento e definiremos posteriormente o procedimento a ser adotado a partir de agora com requerimentos extrapauta. A minha proposta, a proposta que apresentarei à Comissão será adotarmos requerimentos extrapauta apenas no caso de serem aprovados por unanimidade, requerimentos que não sejam objeto de polêmica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vejo que a Senadora Ana Rita tem objeção à inclusão extrapauta desse requerimento. É isso, Senadora? Se a senhora tiver objeção, tudo bem, fica lido hoje e vota-se na próxima. Se a senhora objetar agora vai objetar no mérito também, e nós perderia-

mos tempo. Se a senhora tiver objeção, botamos na próxima. Para mim não é problema.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, Senador Aloysio, eu acho que o requerimento de V. Exª pode causar talvez um questionamento por parte de alguns Senadores, por isso acho que o critério adotado pelo Presidente procede. É um requerimento que pode gerar polêmica. De minha parte, não, mas pode gerar polêmica. Então, se gera polêmica, pode ser votado na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo concordância do autor, há o compromisso desta Presidência de colocar o requerimento em apreciação na próxima reunião da Comissão. Agradeço a compreensão do Senador Aloysio Nunes.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 110, de 2011-CMA, que “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha – França”, sejam incluídos como convidados da audiência pública as pessoas abaixo relacionadas: 1. Profª. Drª. Vera Margarida Lessa Catalão, Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UNB; 2. Profº. Dr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, Presidente da Comissão Pró Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá; e, 3. Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Antes de colocar o requerimento em votação, informo aos Srs. Senadores que fiz uma alteração no requerimento, substituindo o nome do Dr. Franklin de Paula Júnior por um representante do Ministério do Meio Ambiente.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento com a alteração proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que seja convidado o Cacique Almir Suruí, líder maior do povo Suruí, do Estado de Rondônia, conhecido mundialmente por governos e instituições que militam na preservação do meio ambiente, inclusive, considerado recentemente pela Revista Fast Company para figurar na lista das 100 pessoas mais criativas do mundo dos negócios no ano de 2010, tendo sido classificado na 53ª colocação, à frente de consagrados empresários e de notórias figuras públicas do planeta, para expor seu ponto de vista acerca da importância da convivência do homem com a natureza, sem a necessidade de destruí-la. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos das autoridades competentes.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Subscrito por mim.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública, tendo como convidado o Senhor Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para tratar do noticiado vazamento de petróleo extraído da camada pré-sal verificado por aquela empresa no último dia 31 de janeiro deste ano, na Bacia de Santos.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Vou colocar em conjunto com o item nº 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta comissão, audi-

ência pública com a finalidade de discutir o vazamento recente de petróleo no poço da Petrobrás na Bacia de Santos, as ações promovidas em resposta ao incidente e a extensão dos danos ambientais causados. Para tanto sugiro o convite das seguintes autoridades: 1. Presidente da Petrobras; 2. Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; e 3. Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria só que não ficássemos dependendo exclusivamente do Presidente da Petrobras, por exemplo. Acho que é um tema importante. A nossa Comissão deve ouvir os responsáveis, até porque o Presidente da Petrobras já está saindo. Então, poderíamos fazer a condução para que as pessoas responsáveis por essas áreas pudessem estar aqui na Comissão, dando os devidos esclarecimentos à Comissão, para que não ficássemos refém de uma data do Presidente Gabrielli, por exemplo, e, assim, não acompanharmos.

Era só um reparo que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, eu sugiro, consulto o Senador Sérgio Souza se podemos trocar “Presidente da Petrobras” por “representante da Petrobras”.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu concordo, Sr. Presidente. Essa é uma questão de interesse nacional. Inclusive, não é o primeiro vazamento. Ano passado, já tivemos a questão da Chevron. Mas se tem notícia de que esse é o primeiro vazamento no pré-sal, e, aí, causa uma grande preocupação de nível nacional, porque nós não conhecemos, principalmente, como é o solo nessas profundidades, porque está se tornando comum esse tipo de incidente. E a Comissão de Meio Ambiente realmente deve tomar as suas providências.

Se não for possível a presença do Presidente, dos gestores dessas instituições, é claro que concordamos com a sugestão do Senador Jorge Viana: que venha, então, aquele que possa melhor esclarecer esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom, então, adotando a sugestão do Senador Jorge Viana, trocando “Presidente da Petrobras” por “representante da Petrobras”, coloco em votação conjunta os itens nºs 4 e 5 da pauta.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), audiência pública, tendo como convidada a Senhora Ministra do Meio Ambiente IZABELLA TEIXEIRA, objetivando discutir a posição do Brasil no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá nos dias 20 a 22 de junho deste ano, na cidade do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), ciclo de audiências públicas, tendo como convidados representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, nacionais e internacionais, objetivando discutir os temas em foco no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá nos dias 20 a 22 de junho deste ano, na cidade do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro nos termos do art. 74, inciso II e do artigo 75, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Externa, composta por doze Senadores, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Eu quero elogiar a iniciativa, Senador Rollemberg, e já me ofereci para fazer parte dessa comissão, pois este é um tema deste semestre. Já estou falando para V. Ex^a aqui. Estou fazendo parte também da Comissão de Relações Exteriores. Quero aqui trazer o meu abraço a V. Ex^a, que eu não via desde o ano passado, cumprimentar e elogiar por essa decisão e mostrar o interesse em participar da Comissão Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a presença de V. Ex^a nesta reunião. É também uma alegria poder revê-lo neste ano e registrar a importância da presença de V. Ex^a nesta Comissão como digno representante do Rio de Janeiro, um Senador envolvido com as questões do futuro que serão debatidas na Rio+20.

Esse requerimento deverá ser aprovado pelo Plenário e caberá ao Presidente do Senado fazer a indicação do seu nome. É claro que V. Ex^a tem toda a legitimidade, representará muito bem o Senado Federal nesta Comissão.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

O Item 9 é um requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias, que não está presente. Portanto, retirado de pauta.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 2.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN, LAURO ANTONIO, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO**

BRAGA, IVO CASSOL, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES. O Senhor Senador **LOBÃO FILHO** justificou a sua ausência. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, visando conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá nos dias 12 a 17 de março de 2012, em Marselha/França, em atendimento aos Requerimentos nº 110, de 2011-CMA e nº 2, de 2012-CMA. Comparecem os seguintes convidados: Prof. Dr. Benedito Braga, Presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água; Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); Dr. Paulo Varela, Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA); Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Dr. Júlio Thadeu Kettelhut, Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Dr. Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA); Prof. Dr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, Presidente da Comissão Pró Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e Rio Paranoá. A Dra. Vera Margarida Lessa Catalão, Pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), justificou sua ausência. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana e Pedro Taques para tecer comentários e questionamentos. Os convidados respondem as perguntas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 14/02/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a audiência pública com o objetivo de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá nos dias 12 a 17 de março de 2012, em Marselha/França, em atendimento aos Requerimentos nº 110, de 2011-CMA, e nº 2, de 2012-CMA.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa.

Nós vamos iniciar, embora alguns dos nossos convidados ainda não tenham chegado.

Convido o Sr. Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; o Dr. Júlio Thadeu Kettelhut, Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente.

Convido, também, o Dr. Vinicius Benevides, Presidente da Adasa, em substituição a Vera Margarida Lessa Catalão, Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, que justificou sua ausência em razão de um imprevisto. Informada ela, ontem, para assumir a suplência em uma banca de conclusão de mestrado, devido à ausência de um dos titulares, a Profª Vera Catalão agradece a deferência do convite e deseja a todos os participantes desta audiência pública um significativo debate, capaz de contribuir como evento preparatório ao 6º Fórum Mundial da Água.

Registro, aqui, com muita alegria, a presença entre nós da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, do Senador Blairo Maggi, e quero registrar a importância deste tema.

O Brasil vai sediar, neste ano, a Rio+20, a conferência de desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo construir novos paradigmas para o desenvolvimento mundial.

Há uma expectativa muito grande em relação a esse evento, especialmente porque, há 20 anos, o Brasil sediou a Rio 92, a Eco 92, que foi uma conferência com resultados muito expressivos, com a convenção sobre mudanças do clima, a convenção sobre biodiversidade, a convenção sobre desertificação, além da construção da Agenda 21.

Participaremos, agora, e teremos uma representação do Senado Federal – o Brasil participará –, do 6º Fórum Mundial da Água, com uma participação bastante expressiva, já que o presidente do 6º Fórum Mundial da Água é um brasileiro, nosso convidado,

que estará, daqui a alguns minutos, aqui: o Dr. Benedito Braga, que preside o 6º Fórum Mundial da Água.

Ao conversar, recentemente, com o Presidente José Sarney, juntamente com o Senador Jorge Viana, sobre esse evento, o Presidente Sarney afirmou, com muita correção, que esse, sem dúvida, é o tema mais importante do século.

Eu diria que tem três questões muito importantes para o futuro da Humanidade, que, certamente, Senador Aloysio, estarão presentes nos debates acerca do futuro da Humanidade. São: a questão da água, a questão dos alimentos e a questão da energia.

A água é um bem absolutamente essencial para as três questões. Não existem alimentos sem água, nós temos a água como uma grande fonte também de energia, além de ser um bem indispensável para a vida e a qualidade de vida de todas as populações do mundo.

Temos um enorme desafio, porque grande parte da população mundial ainda não tem acesso à água de qualidade, à água na quantidade e qualidade necessárias. Um estudo recente da Agência Nacional de Águas alerta para o fato de que um número grande de cidades brasileiras enfrentará problemas de abastecimento de água até 2015. Portanto, esse é um tema estratégico para o mundo. É um tema estratégico para o Brasil.

O Brasil avançou muito nos últimos anos com a aprovação da Lei nº 9433, a Lei de Recursos Hídricos, inovando especialmente na constituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas e incorporando a sociedade civil na gestão dos recursos hídricos, colocando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, o que é extremamente importante e inovador. Estamos em um processo de implantação de comitês de bacias hidrográficas em todo o País. O Estado que V. Ex^a representa, Senador Aloysio, tem um número grande de comitês extremamente organizados, mas ainda temos muito que avançar.

Esse debate, ouvindo representantes do Governo, representantes da comunidade científica e da sociedade civil, tem o objetivo de dar conhecimento ao Senado do que o Governo brasileiro, quais são as expectativas do Brasil em relação ao 6º Fórum Mundial, o que o Brasil levará de experiências bem sucedidas, tanto do ponto de vista de legislação, como de políticas públicas, mas, sobretudo, também identificar os grandes desafios que temos pela frente em relação à questão da água, tanto no plano nacional quanto no plano internacional.

Portanto, esse debate se reveste da maior importância.

Vamos, imediatamente, ouvir os nossos convidados. Vamos iniciar ouvindo o Dr. Júlio Thadeu Kettelhut, Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias

Hidrográficas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também convido o Presidente da ANA, o Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) para fazer parte da Mesa.

Aproveitando a presença do Presidente da ANA, o Dr. Vicente Andreu, vamos iniciar com a sua apresentação.

Com a palavra o Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Srs. Senadores Rodrigo Rollemberg, Aloysio Nunes, companheiros de mesa, bom dia, desculpem a correria.

Eu estava me preparando para o evento do 6º Fórum, mas principalmente para a Rio+20, nas minhas aulinhas de inglês. Eu não podia perdê-las. Então, peço desculpas pelo atraso.

O senhor, com certeza, é um experto na língua francesa. É um poliglota.

Agradeço a oportunidade, Senador, de falar do 6º Fórum Mundial e gostaria que parte do meu tempo seja utilizada pelo nosso Diretor aqui presente, Dr. Paulo Varella, porque o Paulo é um dos integrantes do Conselho Mundial da Água.

O Conselho Mundial da Água é o organismo responsável pela realização do Fórum Mundial da Água, e o Brasil possui uma representação no Conselho de dois Governadores. Um é o Dr. Benedito Braga, que é, inclusive, o brasileiro responsável pela organização. Ele foi escolhido pelos franceses para ser o responsável pela organização do 6º Fórum Mundial da Água e também é um forte candidato, inclusive, a presidir o Conselho Mundial da Água. Também temos como Governador o Dr. Paulo Varella, que tem feito um trabalho muito intenso em torno do que chamamos de Seção Brasil do Conselho Mundial, e é uma representação junto aos países da América Latina, preparatória do 6º Fórum.

Então, mais do que uma fala minha, acredito que a fala do Dr. Paulo Varella, se o senhor me permitir, poderá contribuir para uma maior elucidação e detalhamento a respeito do evento e das questões importantes a serem tratadas.

Eu gostaria de rapidamente mencionar que para nós o Fórum Mundial da Água hoje é, sem dúvida nenhuma, o evento mais importante em termos de água que acontece no mundo. Ele congrega organizações da universidade, da sociedade civil, usuários, prestadores de serviços de água e saneamento e congrega também representantes de governos. Esses representantes, por intermédio de Ministros, vêm, a partir dos últimos fóruns, apostando de maneira muito forte na representação parlamentar dos países também. Há eventos parlamentares muito significativos que acontecem no Fórum Mundial que têm o sentido de fazer com que nos países possa haver, por meio da

representação dos parlamentares, uma continuidade naquelas deliberações que o Fórum apresenta.

Então, sem dúvida nenhuma, é um evento extremamente importante. O último que aconteceu em Istambul reuniu cerca de 30 a 35 mil pessoas. Em Marselha, o número estimado é de 25 mil participantes nesse evento. Uma representação, como mencionei, em que quase 180 países estarão presentes neste evento e a delegação brasileira deverá ser presidida, inclusive, pela Ministra do Meio Ambiente se a votação do Código Florestal assim o permitir, porque há uma preocupação com relação à data, mas, com certeza, a Ministra já confirmou sua presença também chefiando a delegação brasileira, que estará no VI Fórum Mundial das Águas. Penso que o Dr. Paulo pode discorrer sobre isso com mais propriedade.

Eu queria apenas mencionar a questão estratégica para o País de um novo posicionamento do Brasil em relação a essa temática e falar rapidamente sobre alguns dos temas que nós gostaríamos de estar apresentando no VI Fórum Mundial, que tem como temática gerar o fórum de soluções e que também vai buscar uma relação muito forte das suas conclusões para influenciar – ou buscar influenciar, orientar – as decisões da Rio+20. O Fórum acontece agora em março e a Rio+20 acontece em julho aqui no nosso País.

Do ponto de vista estratégico, o que enxergamos é que há uma grande expectativa em relação ao Brasil em diversas áreas. Isso é percebido do ponto de vista da nova inserção do Brasil na questão econômica, da inserção do Brasil, inclusive, como uma potência política também, ocupando importantes postos, como recentemente o Secretário Executivo da Biodiversidade, o nosso companheiro Bráulio, do Ministério do Meio Ambiente. Então, existe uma expectativa muito grande em relação ao Brasil, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político, mas existe também do ponto de vista ambiental. O Brasil acumulou ao longo dos anos um importante patrimônio no conhecimento, nas suas práticas e na gestão em relação à temática ambiental e, particularmente, em relação à temática da água. O Brasil tem sido, por meio da Agência Nacional de Águas e da Secretaria de Recursos Hídricos também, procurado por diversos países, particularmente da América do Sul, para buscar difundir, para buscar aprender com o que o Brasil acumulou ao longo desses tempos. Nós encontramos essa oportunidade no Fórum Mundial da Água de apresentar o Brasil para o mundo diante dessa nova situação que o Brasil hoje felizmente ostenta.

Em relação às temáticas, nós gostaríamos também de apresentar no Fórum Mundial para debate diversas sessões já organizadas, nas quais o Brasil vai

apresentar diversas soluções em relação, por exemplo, ao Atlas de Saneamento Básico. O Brasil tem hoje, por meio de um intenso trabalho da Agência Nacional de Águas, um detalhamento das demandas de infraestrutura para produção de água e da situação dos mananciais brasileiros, de cada um dos 5.565 Municípios. Então, é um trabalho de fôlego, é um trabalho de planejamento extremamente importante que vai ser apresentado.

O Brasil tem também, sem dúvida nenhuma, um dos maiores planos, talvez o maior plano de recursos hídricos já feito no mundo, que é o Plano da Margem Direita do Rio Amazonas, com cerca 2.500 milhões quilômetros quadrados de área de planejamento, tendo como foco a gestão de recursos hídricos.

Então, trabalhos desse porte serão apresentados – sempre acontece isso – no 6º Fórum Mundial da Água. Passo rapidamente por esse sistema, mas, como mencionei, para aproveitar a fala do Dr. Paulo, gostaríamos de tratar de algumas questões que julgamos relevantes.

A primeira delas é a de tentar estimular os países a voltar a discutir – porque isso não é uma resolução nova, é uma resolução que já apareceu na Rio+10, em Johannesburgo –, a tentativa de construir uma nova governança global da água.

Acontece que, no âmbito da ONU, a água, segundo alguns especialistas, tem uma representação em 54 organismos, porém, em nenhum dos 54 organismos, a água é o tema preponderante daquele organismo. Então, há a questão relativa ao meio ambiente, em que a água faz parte, mas não está incluída. Na FAO, que trata da alimentação, a água, sem dúvida nenhuma, é importante, mas ela não é a preponderante. Quando se trata da questão meteorológica na OMM, a água faz parte, mas não é a preponderante. Ou seja, não há um organismo global exclusivo para tratar da questão da água.

Então, estamos defendendo que a água assuma essa maioria e alcance a importância de um tema que ganhe, através da Organização das Nações Unidas, um *status* mais relevante. Para isso, vamos procurar também, junto com outros países que também têm essa tese, criar um movimento para que a Rio+20 possa indicar uma solução mais concreta em direção a esse tema.

Evidentemente, existe uma rediscussão sobre o PNUMA, o Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente. Isso passa a ser um elemento estratégico dificultador, do meu ponto de vista, mas não impede que continuemos com essa discussão. A água precisa ter um status relevante junto a ONU, com um tema preponderante em torno da água.

Um segundo tema, também muito sintonizado com a questão brasileira e, particularmente, com o que está em discussão no próprio Congresso Nacional, é a discussão a respeito do pagamento por serviços ambientais.

Acreditamos que o pagamento por serviços ambientais pode ser e é uma fonte virtuosa entre a produção e a preservação. No âmbito de recursos hídricos, temos programas que vão nessa direção, como o produtor de água, que paga ao proprietário rural um determinado valor, para que ele mantenha a sua propriedade ambientalmente adequada para a produção e preservação da água.

Também temos outro programa já exitoso, chamado Prodes, Programa de Despoluição de Bacia Hidrográfica, que não financia uma obra física em si, no caso, uma estação de tratamento de esgoto, mas remunera o investidor, o operador, caso essa estação produza adequadamente o resultado que a sociedade espera. A sociedade não deseja uma estação de tratamento de esgoto por ser uma estação de tratamento de esgoto. A sociedade espera resultados, serviços prestados pela estação de tratamento de esgoto, qual seja, o tratamento adequado desses efluentes.

Então, queremos levar essas propostas brasileiras, como mencionei, mas também tentar criar condições para investigação, em nível global, de com estão políticas nessa direção, de pagamento por serviços ambientais.

Por último, queremos fazer uma discussão, em nível global, a respeito dos efeitos da mudança climática e da necessidade de adaptação. Nesse sentido, em termos de gestão de recursos hídricos, o que se apresenta é que, diante de uma situação climática de incertezas, de grande variabilidade, de presença de eventos extremos, seja de secas extremas, seja de eventos críticos de inundações ou de frio, por exemplo, que hoje se apresenta em grande parte da Europa...

Eu até brinco. Imaginar um cidadão da Europa hoje e você falar de aquecimento global pelas notícias que a gente vem recebendo. Mas, evidentemente, dentro do conceito da variabilidade climática, esses eventos estão incluídos nesses cenários.

Então, estamos preocupados em relação à gestão de recursos hídricos. Numa situação de incerteza, qual é a medida de adaptação em termos de recursos hídricos? Do nosso ponto de vista, há necessidade de, para fazer frente a essa situação de incertezas, aumentar o nível de reservação de água doce, seja no Brasil, seja no mundo.

Se você tem uma situação na qual a variabilidade é muito grande, qual é o melhor mecanismo para que você possa regularizar essa variação? É criando

reservatórios. Na maior parte das vezes, os grandes reservatórios – no caso, os brasileiros – estarão associados à produção de energia elétrica. Mas a discussão não é sobre produção de energia elétrica, é sobre produção de energia elétrica também, mas é essencialmente a constituição de reservatórios, do aumento de reservação brasileira no sentido de fazer frente a essas alterações, a essa incerteza em relação às questões do clima.

Ontem, inclusive, tivemos um consultor contratado pela Agência, ex-Ministro, Presidente da Eletrobrás, o Dr. Francisco Gomide, que apresenta alguns dados em relação ao Brasil que nós pretendemos apresentar inicialmente junto ao Fórum Mundial da Água, que também apontam que o Brasil nas últimas décadas deixou de investir em reservação e torna essa condição uma fragilidade do Brasil quando falamos em segurança hídrica.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Então, são esses alguns dos temas que nós pretendemos apresentar no VI Fórum.

Eu queria aqui encerrar e tentar pelo menos dar alguns minutos ao Dr. Paulo, reiterando, ao final, a importância, Senador e Senadores aqui presentes, da participação de uma vibrante delegação de parlamentares junto ao VI Fórum Mundial. Como mencionei, há uma grande expectativa, por ser um fórum de soluções, de que a partir, principalmente – essa é a grande novidade do Fórum – a partir de uma forte participação parlamentar de todo o planeta, possamos ter dos países essas conclusões reverberadas, implementadas de forma efetiva, como se espera de um fórum com essa magnitude.

Então, agradeço essa oportunidade, cumprimento a Comissão pela realização desse evento. Esperamos que haja uma forte representação parlamentar brasileira junto ao Fórum.

Deixo aqui um abraço a todos.

Só pediria, se possível e se for necessário em algum momento, que o Dr. Paulo, talvez até em substituição ao Dr. Benedito Braga, que não conseguiu chegar até o momento, que o Dr. Paulo Varella pudesse fazer um detalhamento dessa participação da Seção Brasil que envolve grandes e importantes empresas, como também essa articulação no continente latino-americano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Vicente, Presidente da ANA. Agradeço as suas colocações.

Convido o Dr. Paulo Varella, com muita alegria. Vamos ouvi-lo, trazendo mais detalhes acerca do evento do VI Fórum Mundial da Água.

Também convido para compor a Mesa o Prof. Dr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, Presidente da Comissão Pró Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e da Comissão Pró Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

Com apalavra o Dr. Paulo Varella.

O SR. PAULO VARELLA – Um bom-dia a todos.

Quero saudar a Mesa na pessoa do Senador Rollemberg. Esclareço que o Dr. Benedito Braga, que é o Presidente do VI Fórum, já se encontra em Brasília e em breves minutos estará chegando ao Senado, quando fará, então, as suas colocações.

Ele falará sobre o Conselho e sobre o Fórum especificamente. Portanto, não vou entrar nesse detalhe e muito rapidamente, o Vicente já fez aí, de certa forma, uma cobertura grande da participação dos assuntos que veremos lá. Nós vamos tentar aqui, em poucos minutos, colocar um pouquinho da participação brasileira no VI Fórum.

Eu pediria aqui o apoio de uma pequena apresentação que fizemos, por favor.

O Conselho Mundial, do qual o Braga falará, hoje, é talvez... Talvez, não, é a maior voz no mundo, no tema água, inclusive porque agrega todos os atores que estão envolvidos nessa gestão de água. Não apenas governos, mas empresas, mas sociedade civil, mas academia, enfim, toda a gama de atores envolvidos na gestão da água.

Por favor, aí.

O que nós fizemos?

Como o Vicente colocou, tinha o Braga e eu como governadores para toda a América do Sul, inclusive, porque só temos representantes de dois governadores na América do Sul, e o que nós fizemos foi, ao invés de ficarmos falando, simplesmente, sobre a ANA em si, que nós pudéssemos ser porta-vozes de toda a gama de setores envolvidos na gestão de água no Brasil.

Criamos, aqui, a Seção Brasil do Conselho Mundial, que, hoje, já conta com 24 representantes no Conselho e com 40 membros que, muito em breve, também farão parte do Conselho. Já somos o terceiro colégio e, ao chegarmos aos 40, deveremos já assumir a segunda posição.

Então, dentro de dois anos e meio, nós conseguimos fazer uma agregação, que os senhores podem ver aí, em que está presente governo, está presente academia, estão presentes instituições financeiras, enfim, estão presentes desde Itaipu e Petrobras, mas também Codevasf, ANA, enfim.

Eu não vou ler, aqui, para não ser cansativo, mas os senhores podem ver que nós já temos, na Seção Brasil, realmente, uma representatividade efetiva daqueles que fazem a gestão de água no Brasil.

Ainda precisamos avançar, tanto geograficamente, como vamos cobrir, realmente, a gama de todos os envolvidos. Temos, aí, a Confederação Nacional da Agricultura, da Indústria, enfim, temos uma representação muito boa.

Em relação ao Fórum, nós tínhamos duas grandes dimensões para atacar.

Foi criado o Fórum das Américas, em que nós deveríamos construir um documento que falasse das preocupações em torno desse tema, no que diz respeito às Américas, e em que nós tínhamos de enfrentar temas específicos.

Próxima.

Água e saneamento; água e adaptação às mudanças climáticas; gestão integrada de recursos hídricos; água para alimento; água para energia; qualidade de recursos hídricos; e ecossistema – isso foi o que ficou escolhido depois de muitas reuniões, onde as Américas deveriam trabalhar na construção desse documento.

Nós criamos grupos-espelhos, a partir daquela composição que os senhores viram do próprio Conselho – próxima –, para cada um desses temas, dentro daqueles membros que estavam ali, o que não quer dizer que são apenas eles, mas que liderariam, no País, o envolvimento dos atores envolvidos na gestão, em relação a cada um desses temas.

Por exemplo, para água e saneamento ficou, então, no regional, o BID; aqui, no nacional, o Abdib.

Em relação à adaptação a mudanças climáticas, no regional, o Conágua; no nacional, a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

Gestão integrada de recursos hídricos, a OEA, regional, em que nós escolhemos a própria ANA.

Água para alimentos, foi a Universidade de Nebraska, no regional, e, aqui, o ICA e o DNOCS.

Água para energia, aqui, a WRA, regional, e a Odebrecht e a Itaipu em nível de Brasil.

Para a qualidade de recursos hídricos e ecossistemas, WWF Brasil e TNC.

Isso, apenas, eles ficaram encarregados de agregar e liderar, e a gente percorreu este País, do Oiapoque ao Chuí, de leste a oeste, procurando trazer as instituições que já estavam envolvidas, para que nós pudéssemos nos inserir dentro desse documento das Américas. Esse documento está sendo finalizado.

O Dr. Bruno, que aqui está presente, foi fundamental e, agora, no fechamento disso, estive na Costa Rica, com os países envolvidos, e esse documento está fechado.

Então, a missão foi cumprida e, realmente, nós conseguimos envolver o País no que foi possível.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dr. Paulo.

O SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vou interrompê-lo, Presidente.

O SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Por favor, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse documento vai ser levado ao Fórum Mundial, é uma contribuição das Américas ao Fórum Mundial? Qual é a relação entre ele e o Fórum Mundial?

O SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Ele foi feito, especificamente... Nós estamos falando, aqui, exatamente no âmbito da constituição do Fórum, não é?

Os senhores vão entender melhor esse processo depois que o Dr. Braga falar. Talvez, se ele tivesse falado primeiro... Ele vai falar do Conselho e do Fórum.

Então, o Fórum é específico em relação aos outros, porque é um fórum de soluções, portanto, levando soluções dos países, e, na organização dele, o Braga vai mostrar, ele foi organizado pelo mundo todo. Nas Américas, foi criado o Fórum das Américas, especificamente para o Fórum, e esse documento diz respeito, simplesmente, ao Fórum. Não é um documento de Governos. É um documento desses atores todos e será levado ao fórum. Ele é especificamente para isso, está no âmbito do Conselho e terá uma seção específica para isso. Ele não é deliberativo. Se você olhar todos os países, foram pinçados, digamos, assuntos específicos.

Próximo, por favor.

Essa tela eu não pretendo que os senhores leiam. É só para mostrar. Nós tínhamos também que apresentar, dentro do fórum, além dessa dimensão do documento, as soluções. O Brasil está presente. Está levando uma série de soluções no que diz respeito, como o Vicente falou, à experiência brasileira no sistema integrado de gestão de recursos hídricos.

O Dr. Benedito Braga, nosso Presidente e Vice-Presidente do Conselho, acaba de chegar.

Nós vamos falar, como eu dizia, sobre a experiência brasileira na gestão de recursos hídricos, nos comitês de bacia, nesse modelo integrado. Nós vamos levar experiências de planos, nós vamos levar experiências de pagamento de processo ambiental, nós vamos levar experiências de reuso, enfim, vários temas. Na próxima vez vocês vão ver, pois são muitas sessões.

Aqui eu queria só que vocês vissem que, além dessas sessões específicas, técnicas, haverá painéis de alto nível. O Vicente estará representando o Brasil

na discussão, por exemplo, da questão da governança da água, mas nós também estaremos discutindo, como ele falou, reservação e, enfim, outros grandes temas que aí estão.

Queria chamar a atenção aqui para o fato de que nós teremos, na sexta-feira, a Conferência dos Parlamentares, dias 15 e 16.

Mais abaixo vocês podem ver o triálogo da região das Américas. Nesse triálogo você tem dimensões diferentes de ministros, autoridades locais, parlamentares, portanto, os parlamentares aí estão envolvidos.

O Vicente já chamou a atenção, e eu queria reforçar um pouco isto: um fórum dessa natureza, que não é deliberativo, mas é uma voz forte, só vai ter eco se realmente os nossos Parlamentares e os parlamentares do mundo puxarem isso para si e a gente puder, a partir de cada um desses grandes temas que serão discutidos, fazer isso reverberar.

É importante levar as nossas experiências, mas eu diria que tão importante quanto isso é que a gente possa, durante esses dias, observar as experiências que há no mundo. Nós temos experiências no semiárido que podem ser interessantes para o nosso semiárido brasileiro, vamos levar a nossa experiência na Amazônia, enfim, podemos também ter experiências ambientais em outros países. E eu acho que essa troca será muito saudável.

Próxima.

Isso aqui é só para vocês verem a quantidade de sessões técnicas que aí estarão envolvendo todos esses assuntos de que eu falei.

Próxima.

Encaminhando para o fim, informo que o evento será no Parc Chanot e essa organização que eu mostrava antes, chamada sessão Brasil, unida por um tema que nos agregava, mas também por uma confiança mútua muito forte, se juntou e resolveu patrocinar o nosso Pavilhão Brasil lá. A Ana contribuiu alugando o espaço e todos aqueles sócios contribuíram financeiramente para que a gente pudesse ter um estande bonito e agradável.

Próxima.

Aí é a distribuição. Eu chamo a atenção: o Brasil está na linha de baixo, ali no meio. É um estande grande, de 350 metros quadrados. Está muito bem colocado. Estamos próximos da França, dos Estados Unidos, do México.

Próximo.

Esse é o nosso estande, a nossa casa. Era isso que, na verdade, eu queria trazer para vocês. Nós vamos ter uma grade forte no próprio estande. Temos um auditório para quarenta pessoas. A grade já está totalmente tomada. Todos aqueles sócios estarão

apresentando aí. Também teremos a participação das delegações da América do Sul e o fórum dos comitês das Américas vai estar presente fazendo apresentações. Estaremos discutindo questões da Amazônia. Enfim, temos uma grade forte durante todo o tempo. E a grade está totalmente tomada. Estaremos reunidos hoje à tarde justamente para tentar aparar as últimas arestas, porque já não estamos dando conta. E também teremos eventos paralelos.

Estou chegando ao final, eu não quero tomar mais tempo, mas queria chamar aqui a atenção para o fato de que a delegação brasileira é grande. Nós estamos fazendo um esforço adicional para mapear todos os brasileiros que estarão presentes. A gente está em contato com todas as instituições. Esse pavilhão é muito moderno. A ideia é que seja um pavilhão que estamos chamando de *zero paper*, quer dizer, não vamos levar papel. Ali naquela ponta de lá, vocês podem ver, há alguns painéis. É tudo *touch screen*. Você vai lá, vê todas as empresas que estão apresentando. A pessoa recebe um *pen drive*, que será fornecido por nós, copia o que achar interessante, a experiência que quiser, e sai com tudo pronto.

Pretendemos orientar os brasileiros todos os dias, mostrando a grade dos assuntos que o Brasil está apresentando, mas também os assuntos que são importantes. E como eu digo, estamos mapeando todos esses brasileiros presentes, e a gente gostaria que realmente isso aqui fosse a nossa casa lá em Maceió, e todos que estivessem assim, nossos parlamentares, nossos apresentadores, nossos técnicos, e certamente será também um pouco a casa da América do Sul. Estamos com um problema agora e infelizmente não vamos atender. Vários países que não estão podendo levar queriam também fazer parte desse pavilhão. Estamos dizendo que serão muito bem vindos. Teremos várias reuniões paralelas, mas na própria grade em si já não cabe, mas certamente também agregará muitos amigos e muitos parceiros das Américas, e também estarão satelizando o nosso pavilhão.

Próxima, por favor.

Só para dar uma ideia, de cima, temos o nosso auditório, temos uma sala vip onde teremos algumas reuniões paralelas com os países. Aquela ponta de lá é um bar, o Bar Brasil. No final das tardes a CNA já está oferecendo caipirinha, café, etc. Pretendemos ter algumas apresentações culturais, quem sabe um violão brasileiro, para atrair e relaxar no final do dia.

Era essa a mensagem. Quando o Dr. Benedito Braga falar certamente ele vai explicar direitinho. Vocês vão poder fazer a conexão do conselho, do fórum e da participação brasileira.

Por fim de tudo, a própria Ana, o Vicente já falou, vai também com uma delegação vigorosa, com muitos técnicos, apresentando essas experiências e eu não tenho dúvida de que esse fórum das soluções marcará definitivamente uma presença brasileira diferenciada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Paulo Varella.

O senhor foi tão citado aqui, Dr. Benedito Braga, que eu já quero convidar o professor Benedito Braga, Presidente do Comitê Internacional do VI Fórum Mundial da Água, e já passar para V. S^a imediatamente a palavra. Porque V. S^a aqui foi citado muitas vezes como a maior autoridade no assunto. Sem dúvida na condição de presidente deste sexto fórum não poderia ser diferente.

Com muita alegria, passo a palavra ao Dr. Benedito Braga.

O SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg. Gostaria aqui de cumprimentar os Srs. Senadores presentes, em particular o Senador Aloysio, quem conheço de longuíssima data, quando Brasília não tinha os congestionamentos que tem hoje – daí a razão de eu chegar atrasado, e peço desculpas. Agora paulista tem desculpa até em Brasília.

Vou ser bastante breve. Em primeiro lugar dizer da nossa satisfação de ter essa acolhida na casa do Brasil, o Senado Federal, para discutir o tema da água.

O VI Fórum Mundial da Água é uma iniciativa do Conselho Mundial da Água.

Próximo, por favor.

Só para os senhores terem uma ideia, o Conselho Foi Criado em 1996 com a perspectiva então de analisar os problemas mundiais da água e fazer uma interação entre os profissionais e a classe política. Naquela ocasião, nós das associações profissionais observamos que fazíamos os nossos congressos e simpósios e falávamos para nós mesmos. Então tínhamos ideias interessantes, propostas interessantes, mas essas propostas, para que elas tivessem consequência, nós teríamos que falar para quem toma a decisão. Foi daí que surgiu a ideia de criar esse conselho, que é um conselho de múltiplos atores, temos governos, temos a sociedade civil organizada, temos academia, temos empresas públicas, privadas. Todos aqueles que estão envolvidos no tema da água são bem-vindos neste Conselho.

Eu acho que o Dr. Varella já deve ter dado uma noção geral e eu não vou aqui mais me alongar.

Próximo, por favor.

Muito bem, o 6º Fórum – o Conselho Mundial da Água e a França, representada pelo Ministério de Relações Exteriores e pelo Ministério da Ecologia.

A França, em Marselha, organiza esse fórum com grande comprometimento político.

Próximo, por favor.

Aí está. O lançamento do nosso fórum foi no Palácio do Eliseu, na presença do Presidente Sarkozy e do Prefeito Gaudin, da cidade de Marselha.

Próximo, por favor.

Então, a ideia neste fórum é que nós vamos focar em soluções. É um fórum de otimismo. É um fórum que vai procurar enfocar muito bem... Nós temos aqui um conjunto de problemas que já levantamos ao longo de todos os outros fóruns. O que fazemos agora? O que é possível fazer? Quais são as soluções que nós podemos trazer para não só a classe política ela própria, mas também para a sociedade civil, para a indústria, para a academia, e assim por diante.

Próximo, por favor.

Então, vejam, nós temos quatro processos que trabalham em torno de metas. A lógica nossa foi, no processo temático, estabelecer prioridades, quer dizer, quais são os problemas reais que nós temos. Aí foi quando o Presidente Sarkozy esteve presente no lançamento, onde nós tivemos 400 instituições discutindo quais são esses temas, quais são as prioridades. Ou seja, foi um processo de baixo para cima, não foi meia dúzia de pessoas que imaginou como seria esse fórum, quais seriam as prioridades.

Daí, a partir dessas prioridades, esse processo temático tem uma comissão que trabalhou elaborando metas que nós chamamos de SMART – específicas, mensuráveis, alcançáveis, realistas e tempestivas. Ou seja, nós temos que colocar metas que, muitas vezes, não são tão gloriosas, mas são viáveis do ponto de vista técnico, do ponto de vista econômico-financeiro, do ponto de vista ambiental. E como atingir essas metas? Através do processo que nós chamamos de WISE, quer dizer, uma ampla participação e troca de conhecimento entre todos. A partir dessas metas, nós procuramos, então, soluções para atingir essas metas. E daí vêm os compromissos.

Quer dizer, muito bem, eu tenho aqui uma solução interessante. Dois ou três governos têm interesse nessa solução e se comprometem a implementá-la. Por exemplo, a ANA lançou um projeto Prodes, que todos aqui conhecem, uma ideia extremamente inteligente, para resolver problema de poluição de água através do financiamento de sistema de tratamento de esgotos. É uma solução muito interessante, que o Brasil está usando. A ideia é ver se algum outro país gostaria de usar essa solução para resolver um problema especí-

fico que nós resolvemos aqui. Então, aí nós teríamos esse compromisso.

O último dia do fórum será o dia dos compromissos – os compromissos dos governos, dos parlamentares, dos prefeitos. Por quê? Nós vamos ver em seguida que é uma plêiade de atores que vão estar nesse fórum.

Próximo, por favor.

Aí está o processo regional. Nós temos processos acontecendo nas Américas, na Ásia pacífica, na Europa, na África, no Mediterrâneo e nos países árabes, que contribuirão também para o fórum.

Próximo.

É um processo de participação cidadã. Nós queremos trazer a população da região para participar do fórum, também.

Próximo, por favor.

Pronto, cheguei aonde eu queria: o processo político. Então, esse fórum é essencialmente político. Ele traz soluções técnicas. Os técnicos preparam soluções que são SMART, como nós falamos lá. Entretanto, queremos trazer os ministros, porque há assuntos que são de pertinência do Executivo. Nós queremos trazer as autoridades locais, os prefeitos, porque há problemas que são de natureza local, como a água e o saneamento na maior parte do mundo. E há problemas que são de natureza legislativa.

O que diferencia esse nosso fórum dos fóruns mais conhecidos das Nações Unidas internacionais é que, enquanto os fóruns das Nações Unidas trabalham basicamente no âmbito ministerial e dos chefes de Estado, nós estamos trabalhando diretamente com os parlamentares e com os prefeitos, porque entendemos que o problema da água não pode ser resolvido, se não tivermos essa tríade trabalhando em conjunto.

Daí a razão de termos criado os triálogos. Os triálogos são ministros, parlamentares e prefeitos numa mesa, num painel, trocando ideias sobre políticas nos diferentes níveis e sobre os seus papéis. E esses triálogos são regionais. Nós vamos ter o triálogo para as Américas, um para a Ásia e Pacífico, um para a África e um para a Europa.

E queria já, aqui, publicamente, convidar o Senador para fazer parte do triálogo das Américas, como representante nosso, Presidente desta Comissão, para trazer a palavra brasileira nesse evento dos triálogos.

Vai haver um encontro presidencial de alto nível. A nossa Presidente Dilma Rousseff foi convidada pelo Presidente Sarkozy, não sabemos ainda se ela vai poder participar ou não. Esperamos que ela possa ter aceito esse convite. Nós temos já a confirmação do rei do Marrocos, do príncipe do Japão, do príncipe da Holanda, e outros chefes de Estado estarão presentes.

Além disso personalidades do mundo artístico, esportivo, etc. farão parte desse grupo, junto ao Presidente Sarcozy. E teremos mesas-redondas ministeriais sobre temas de interesse de diferentes governos.

Próximo, por favor.

Então, no processo parlamentar, queremos enfatizar a importância do Parlamento. Sem lei não se faz nada; sem lei não podemos ter boa governança da água. O exemplo está aqui, no nosso País: em 1997 tivemos uma lei de águas, em 2000 tivemos a criação da Agência Nacional de Águas, e hoje o Brasil é exemplo para o mundo de gerenciamento de recursos hídricos, graças ao trabalho que aconteceu principalmente aqui, nesta Casa.

Além disso, os parlamentares são responsáveis pela aprovação do Orçamento, e é aí que mora o perigo, digamos assim. Se água é prioridade, então temos de ter orçamento para executar aquilo que é necessário para resolver o problema da água.

Se achamos que saneamento é de fato um problema; que saneamento é de fato uma questão de saúde pública, então temos de colocar recursos para resolver o problema do saneamento. E o Parlamento é que aprova. O Governo pode ter a iniciativa, mas cabe a esta Casa e à Casa dos Deputados trabalharem, então, a aprovação desse orçamento.

Próximo, por favor.

Os triálogos. É uma ideia inovadora, que veio nesse fórum da França, de trazer os diferentes níveis de intervenção política juntos, e serão regionais.

O próximo.

Aí, o Dr. Varella. Eu percebi que ele já mostrou o Parc Chanot. Só queria destacar ali, bem no centro da vila, bem no centro do parque, a Vila das Soluções. Nós criamos dessa vez... Nós recebemos mil soluções pela Internet. Quer dizer, esse é um fórum que atingiu o mundo todo. Soluções vindas de todas as partes do mundo. Nós fizemos uma seleção dessas soluções, que serão apresentadas na Vila.

Então, na Vila teremos o banco, a prefeitura, a indústria, a fazenda. Na fazenda, por exemplo, a CNA vai apresentar o Projeto Bioma, um projeto muito interessante que lançaram. As soluções serão mostradas para um público leigo, digamos assim, de uma forma um pouco mais lúdica, mais midiática, para levar a atenção das pessoas às soluções.

Próximo, por favor.

Sobre esse o Dr. Varella já falou. É o Hall 2, onde os países têm seus pavilhões; e os membros do comitê internacional do Fórum, que eu tenho a honra de presidir.

Próximo.

O Dr. Varella já comentou. Aí, são as sessões de alto nível, onde estão os triálogos, a reunião ministerial, a conferência parlamentar, a reunião das autoridades locais, os painéis de alto nível. O Dr. Vicente Andreu fará parte de um deles, que tratará sobre governança global da água, juntamente com o Ministro da Holanda, que temos confirmado. Agora, não me recordo de outros participantes.

Temos ali uma questão que interessa muito ao Brasil, um painel sobre água, alimento e energia, o *nexus* desses três conceitos para o que precisamos ficar muito atentos, em função da importância que o biocombustível tem para o nosso País. Então, acho que esse é um ponto importante.

Eu gostaria de destacar, também, os debates sobre água, *water debates*, que teremos com um entrevistador da BBC se não me engano – ou outra estação de televisão dessas –, em que dois assuntos serão discutidos: na terça-feira a questão público-privada nos serviços de água e saneamento e na sexta-feira a questão da reservação: a mudança climática, a resiliência à mudança climática e a importância da reservação. Esse é um debate que será coordenado pelo professor John Briscoe, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Próximo.

Bom, são as sessões temáticas.

Próximo.

Muito bem. Eu queria finalizar, Senador, perguntando. São dois ideogramas chineses. Rio mais dique. Um ideograma conjunto o que seria? Muito bem. Dá um clique aí. Significa ordem política. Então, a sabedoria chinesa diz que gestão da água é essencialmente um processo político. Por isso, estou muito feliz, Senador, por estar aqui hoje, na Casa do Senado, para apresentar o 6º Fórum Mundial da Água.

Próximo.

Estão todos convidados a estarem lá conosco, no pavilhão brasileiro.

Eu gostaria, antes de finalizar, de dizer que essa será, certamente, a maior e mais qualificada participação brasileira nesse fórum. O trabalho da ANA eu queria aqui cumprimentar. Não somente da ANA, mas obviamente de todos os outros parceiros. O Dr. Varella deve ter aqui mostrado um conjunto enorme de parceiros que tivemos.

Será uma participação de muita qualidade em número bastante grande e esperamos que, assim, comuniquemos, para o resto do mundo, aquilo que estamos fazendo e também aprendamos um pouquinho com aquilo que os outros estão fazendo.

Muito obrigado. Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. Dr. Benedito Braga. Sem dúvida, a participação brasileira deve ser expressiva nesse fórum, a começar pela presidência do fórum. Realmente, é um tema da maior importância e V. S^a traz uma contribuição muito significativa para esse debate.

Eu passo, neste momento, a palavra a mais um representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Júlio Thadeu.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT – Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar, na pessoa do Senador Rodrigo Rollemberg, todos os presentes e agradecer o convite feito, por esta comissão, ao Ministério e para a nossa participação nesse tema que reputamos de imensa importância para o desenvolvimento de cada um dos países.

Não vou entrar em detalhes, Senador, das partes operacionais, sobre o que tão bem o Paulo Varela e o Benedito Braga já falaram aqui. Vou tecer alguns comentários breves acerca da contribuição que o Brasil pode dar, principalmente em termos de parceria, diante da experiência que hoje o Brasil detém na questão dos recursos hídricos.

Historicamente, desde o primeiro fórum, o Brasil tem participado, através principalmente da representação do Ministério das Relações Exteriores e também do Ministério do Meio Ambiente. Então, sempre o Brasil, como o Dr. Vicente mencionou, nessa questão dos recursos hídricos, está em posição confortável e respeitada no mundo inteiro com relação às nossas providências. Um comentário inicial que eu gostaria de fazer, enaltecendo ainda mais a importância da gestão de recursos hídricos e da água, é que, no senso comum, sempre imaginamos a água como – e ela é – fator preponderante para a vida, tanto animal quanto vegetal. Isso circula em volta de todas as ações, logo, isso é muito importante. Mas a água é isso, e é fator importantíssimo na produção nacional. Tudo o que estamos vendo aqui presente, desde mesas, microfones, nossas roupas, tudo isso contou com a água, que teve participação como insumo no processo produtivo de todo o material. E, em geral, esses processos produtivos necessitam de água de boa qualidade. Não é de qualquer água que necessitamos. Então, a água não é importante somente para a vida, mas para a sua sustentabilidade. Logo, a distribuição da água entre todos os atores é que chamamos de gestão de recursos hídricos.

Eu gostaria de expor outros temas: o Brasil tem um aparato legal muito bom. Ele é respeitado no mundo inteiro, é conhecido. Um dos itens que vai ser discutido sobre governança – mas não a governança global que o Dr. Vicente mencionou, mas a governança de cada

país – é a questão da descentralização, a questão da participação social. A lei brasileira, a Lei nº 9477, prevê isso através de comitês de bacias. Hoje o Brasil tem mais de cento e sessenta comitês de bacias. Estamos, então, em uma posição muito confortável em relação a isso. E são poucos os países que têm isso, são poucos países que têm uma legislação como a nossa e têm uma participação social de forma decisiva; quer dizer, nossos comitês de bacias são deliberativos, não são comitês só consultivos, e creio que não chegam a cinco ou dez no mundo inteiro. É uma forma muito interessante, e poderemos levar essa experiência ao fórum, ou seja, podemos levar a participação social através dos comitês de bacia. É claro que isso é um processo. Nós estamos evoluindo. É sempre um processo porque há mudanças de paradigmas muito fortes, como a questão da descentralização, descentralização de poder, participação social de uma forma deliberativa. Enfim, estamos progredindo de uma forma muito interessante aqui no Brasil.

Outro ponto é a experiência que tivemos na elaboração do plano nacional de recursos hídricos. O Brasil foi um dos primeiros a ter um plano nacional de recursos hídricos, cumprindo inclusive as metas estabelecidas entre as Metas do Milênio, uma delas, e o Plano Nacional de Recursos Hídricos foi criado de baixo para cima, o que é muito comum. Quaisquer dos planos que vemos são reuniões de técnicos que elaboram os planos e, depois, isso pode até ser discutido com a sociedade. Não, esse veio de baixo para cima.

Já estamos iniciando uma segunda revisão – terminamos a primeira revisão no ano passado – do plano, que prevê revisões a cada quatro anos. Em geral, essa revisão termina um pouco antes da elaboração do novo PPA, para que as ações ali previstas possam ser incluídas pelos atores nos diferentes PPAs – diferentes porque, todos os senhores sabem, a legislação brasileira prevê rios de domínio federal e rios de domínio dos Estados, e todas as águas subterrâneas são de domínio dos Estados. Então, para os diferentes PPAs, inclusive para os Estados.

Isso nós já fizemos. Foram aprovadas no final do ano no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, uma série de ações que seriam incluídas no PPA – e o foram – principalmente no que se refere à responsabilidade do Governo Federal. Essas foram incluídas nas propostas de PPA dos diferentes ministérios que ali participam.

Outro comentário que gostaria de fazer é sobre a questão da mudança climática e a influência da mudança climática com relação a recursos hídricos. É óbvio que, ocorrendo as mudanças climáticas, ou a variabilidade climática, a parte que mais poderá ser

influenciada é a questão da disponibilidade de água. Foi criado e aprovado o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, onde se discute essa questão também. Além disso, dentro do Plano Nacional de Recursos Hídricos, nós temos um subprograma específico para a questão da mudança climática com relação às influências em recursos hídricos. Nessa revisão que terminou no ano passado, inclusive, foram previstas algumas ações com relação a esse tema.

Um dos temas principais desse evento vai ser a questão de saneamento e a disponibilidade de água à sociedade através, claro, dos serviços. A gente deixa bem claro o que é a gestão de recursos hídricos no Brasil, o que é serviço. Gestão de recursos hídricos no Brasil está diretamente relacionado ao que chamamos de gestão com água bruta e também à sua disponibilidade, reservação, se for o caso, adutoras. E a questão de levar essa água bruta, tratar e disponibilizá-la à sociedade é um serviço de saneamento. Então, na questão da água bruta, da gestão de recursos hídricos no Brasil, ela está relacionada a essa questão da gestão da água bruta no País.

Um tema que também reputamos de grande importância, um dos temas que vai ser discutido durante o fórum, é o tema relacionado a direitos humanos, que foi aprovado no ano passado – nosso colega, Ministro Paulino, com certeza vai dissertar sobre isso. É a questão de direitos humanos para abastecimento de água e saneamento. O Brasil apoiou na ONU essa resolução. No último fórum, há três anos, essa discussão foi trazida, antes, portanto, da aprovação na ONU. E uma grande discussão que se colocou, e nos colocamos a favor dessa discussão, foi que esse assunto é tão importante, mas também é necessário sejam previstas formas de financiamento e doação, para que alguns países africanos e outros países que não têm condições, que não sejam depois, no futuro, tachados de não respeitar direitos humanos porque não têm condições financeiras por diferentes motivos que possam ter dentro das especificidades de cada país. Então, é muito importante que sejam discutidas formas de financiamento ou de apoio a países onde há necessidade de que sejam instalados esses serviços e que não têm as condições orçamentárias necessárias. Esse ponto foi levado no passado e creio que, se isso voltar, talvez fosse interessante. É um ponto um pouco delicado porque, é claro, os países ricos não gostam muito dessa ideia, mas acho que é um ponto que tem que ser levantado – e com certeza vai ser discutido –, dentro das possibilidades de isso se tornar um pouco mais viável aos países.

Finalmente – só um comentário –, muito se diz de água. Alguns dizem que água pode ser o fator pri-

meiro de guerras no futuro, que a ausência de águas, enfim, pode ocasionar guerras. Tenho uma opinião pessoal – não só minha, mas outras pessoas partilham; inclusive, dentro do fórum há uma sessão que discute sob esse ponto de vista também – de que a água, ao contrário de ser um fator que pode causar guerra, é um fator que pode causar paz. Nós temos, com raríssimas exceções... E, se formos buscar essas exceções, podemos perceber que desavenças entre países, às vezes, estão relacionadas à água, mas existem outros fatores por trás, talvez mais fortes do que a disputa, mas a água, o que vai ser discutido no fórum, e compartilhamos com isso, por meio de acordos, co-operação e outras formas de discussão, pode e deve ser um fator de paz entre países. São discussões, às vezes, acirradas. Nós já participamos de discussões, mas nunca tivemos alguma coisa que seja impossível de ser resolvida.

Esses são alguns pensamentos que trago aqui com relação a alguns pontos que serão levantados durante o fórum, principalmente deixar esse conceito de que a água é um fator que pode induzir a paz. Quando se fala de tirar água para levar para outro país, a gente pode facilmente perceber que esse argumento não tem sentido. É mais fácil comprar água para abastecimento que fazer guerra para obter água, abastecimento humano. Sessenta por cento da utilização da água é em agricultura. Não tem sentido pensarmos em navios-tanques levando água para se plantar em outros países, para produzir. É mais fácil – o que ocorre hoje – que o país plante no seu próprio, e essas *commodities* sejam vendidas. Então, a água para a agricultura está diretamente relacionada com o solo. Então, onde tem água e solo, aí sim, tem interesse. Agora, a água sozinha não tem certo sentido prático econômico, e, antes de tudo, uma guerra sempre tem um fator econômico muito forte.

Essas são as minhas palavras, os meus pensamentos com relação ao fórum. Nós temos apoiado a Agência Nacional de Águas. O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Agência Nacional de Águas, tem participado bastante da elaboração desse fórum. Contamos com a presença.

Como o Dr. Braga mencionou, talvez o maior ponto positivo da realização dos fóruns é exatamente este: que possibilite a participação de diversos segmentos, como parlamentares, presidentes, diretores de águas, sociedade civil, pessoas que vendem serviços, entidades que vendem serviços, prefeitos, numa escala mundial em que tenham oportunidade de discutir todos esses assuntos de importância incrível.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Júlio Thadeu.

Vamos ouvir agora o Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO

– Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais presentes nesta reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Tendo como premissa que a explicação, inclusive de caráter didático, já foi dada sobre a sexta edição do Fórum Mundial da Água, que ocorrerá na cidade de Marselha, na França, de 12 a 17 de março, vou me ater aos aspectos estritamente, digamos, do chamado segmento ministerial desse Fórum.

Retomando um pouco o que foi dito pelo Dr. Benedito Braga, o Fórum Mundial da Água, rigorosamente falando, é uma iniciativa que não é intergovernamental, ou seja, é uma iniciativa da qual participam representantes governamentais, inclusive a título individual, senhores, enfim, parlamentares, empresas do setor privado, de um modo geral, com interesses econômicos na área de águas, de recursos hídricos. Enfim, é um foro – isso posso dizer – ecumênico. Ele recolhe representantes de interesses às vezes conflitantes, o que torna muito interessante justamente esse foro.

Do ponto de vista governamental *stricto sensu* do Poder Executivo, teremos, como foi mencionado pelo Dr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, está prevista a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que neste semestre, naturalmente, está com uma agenda bastante carregada por conta a Rio+20, mas a intenção dela, segundo me foi informado, é que ela possa participar do segmento ministerial, justamente, que ocorrerá no dia 13 de março, se não me engano, que é uma terça-feira.

O segmento ministerial vai produzir uma declaração ministerial, cuja minuta já está negociada. O Ministério das Relações Exteriores participou dessas ações. Tivemos duas reuniões, uma no ano passado, em novembro, se não me engano e a outra foi agora, no início do mês de fevereiro e conseguimos fechar uma declaração que seja do interesse do Governo brasileiro. Nesse sentido, as premissas que usamos para que essa declaração atendesse aos nossos interesses são as seguintes, vou mencionar aqui.

Bom, como todos sabemos – isso também já foi dito – o tema água no Brasil tem uma importância fundamental, até porque somos um país com grande quantidade de recursos hídricos, temos uma riqueza ambiental e somos ainda um país em desenvolvimento, com diferenças regionais bastante acentuadas.

A nossa participação, de um modo geral, nos debates e reuniões internacionais sobre a questão ambiental – desenvolvimento sustentável, como preferimos utilizar – baseia-se em alguns parâmetros que vêm desde a Rio 92, da primeira reunião que tivemos no Rio de Janeiro, em caráter multilateral, sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Nessa reunião de 92, justamente, um dos princípios basilares da chamada Declaração do Rio, é de que é reconhecido aos países o direito soberano de utilizar e de gerenciar os seus recursos naturais, o que inclui a água. Ainda que seja de difícil mobilidade, é um bem que tem uma importância estratégica óbvia. Por isso eu me permito não discordar, mas chamar a atenção para a expressão governança global da água. Se deixarmos de lado algumas cautelas, nós poderemos levar no limite – talvez eu esteja sendo aqui exagerado, hiperbólico – a transferência dos poderes de gestão, inclusive de elaboração de leis sobre esses recursos naturais, incluindo a água, para outras instâncias que não as nacionais, o que não me parece apropriado. Mas é só uma nota de cautela. Não se trata de um terrorismo político, mas, enfim, parece-me apropriado mencionar isso.

A nossa participação nesse processo preparatório do segmento ministerial, como eu disse, foi guiada por essas premissas. Nós procuramos aperfeiçoar o texto da declaração ministerial ressaltando a importância da cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, menção essa que não estava no texto inicial, que foi preparado pela anfitriã do evento, que é a França. E nós conseguimos que essa menção fosse incluída. Esse é um aspecto importante.

Outro aspecto que eu queria salientar – e não pretendo me alongar, porque aquilo que gostaríamos de dizer já foi dito – é que essa reunião se insere justamente no contexto dos debates prévios da Rio+20, que, como as senhoras e os senhores sabem, ocorrerá no mês de junho, no Rio de Janeiro, nos dias 20 a 22. São três dias de reuniões oficiais propriamente ditas, onde se espera a presença de um grande número de chefes de Estado e de governo, mas também haverá reuniões preparatórias. Inclusive, no que diz respeito à água, haverá, nos quatro dias que antecedem a Rio+20, nos dias 20, 21 e 22, debates em torno de seis ou oito grandes temas, sendo um deles justamente a água.

A ideia é que sejam convidados representantes eminentes e especialistas em água, sejam da academia, sejam do setor privado, sejam de governos, para que haja uma discussão em torno do assunto águas no contexto de desenvolvimento sustentável e que essa discussão leve a um conjunto de recomendações que será encaminhado aos chefes de Estado para eles,

naturalmente, decidirem a respeito. Então me parece importante mencionar também aqui, nesta reunião.

Outro aspecto que foi mencionado pelo colega do Ministério do Meio Ambiente foi o direito humano à água.

Tivemos aprovadas, tanto na Assembleia-Geral das Nações Unidas quanto no Conselho de Direitos Humanos sediado em Genebra, resoluções em torno do direito à água, que pressupõe meios para que possa ser exercido. E esse direito só pode ser exercido com recursos humanos, com recursos financeiros, com capacitação das pessoas. Então o nosso pleito, o que nós temos dito enfaticamente nesses foros que tratam de temas ambientais lato senso, de água especificamente, é que não basta simplesmente declararmos direitos se não há meios de implementá-los. E o Foro Mundial da Água tem essa grande característica ecumênica, como eu disse, de reunir diversas partes interessadas, os *stakeholders* para usar a expressão em inglês, para que haja uma discussão de pontos de vista, de percepções sobre a questão.

Modéstia à parte, nós temos no Brasil, com todos os defeitos que ainda possam, na prática, existir, uma estrutura de governança na área de água bastante sofisticada. Poucos países têm essa estrutura de políticas públicas como a brasileira, que envolve desde o Poder Executivo, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional de Águas. A estrutura normativa legal de que dispomos pode servir como exemplo a outros países.

Outro aspecto, ampliando um pouco e não necessariamente em torno do foro mundial de águas, pela nossa configuração geográfica, compartilhamos recursos hídricos com muitos países vizinhos, seja ao norte do Brasil, seja ao sul. É preciso uma inteligência política diplomática para que esses recursos possam ser bem aproveitados e o meio ambiente possa ser preservado.

Essa também é uma das, digamos, prioridades que temos no Ministério das Relações Exteriores, no nosso relacionamento político diplomático com os países que nos fazem fronteira.

Sr. Presidente, acho que, de modo bastante sucinto, são essas as ponderações que eu gostaria de fazer nesta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, pela contribuição que V. S^a traz a este debate. O Ministério das Relações Exteriores tem um papel fundamental, não apenas no fórum, mas também, e sou testemunha disso, na organização da Rio+20, que será um

grande momento para que as decisões tomadas no Fórum Mundial da Água contribuam, também, para as decisões a serem tomadas no ambiente já maior, com um número expressivo de chefes de Estado, quando da realização da Rio+20.

Passo, neste momento, a palavra ao Prof. Dr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e da Comissão Pró Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

O SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Bom dia a todos, bom dia aos membros da Mesa. Saúdo, aqui, o nosso Senador Presidente desta Comissão e as demais autoridades aqui presentes.

Eu gostaria de agradecer muito a oportunidade de estar aqui, hoje, representando uma parte importante, digamos, deste debate sobre água, que é a do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Eu queria apenas fazer uma ressalva a respeito do Comitê do Rio Paranoá, que já está instalado e que é parte, digamos, da nossa vida aqui, em Brasília, parte muito marcante da nossa vida, aproveitar para agradecer ao Senador Rollemberg, mais uma vez, pela iniciativa desta reunião e lembrar também a longa trajetória dele na questão dos recursos hídricos, particularmente, aqui, no Distrito Federal.

Temos um tempo curto, mas acho mais que suficiente para contextualizar a nossa legislação, falar dos problemas relacionados aos Comitês de Bacia e de alguns desafios que ainda temos para que eles sejam, efetivamente, institucionalizados e, depois, chegar a algumas conclusões.

Começo falando das origens desta nossa lei na França. Claro que vou falar muito brevemente, mas acho que é muito importante que retomemos esse exemplo que não só nos serve, mas serve também à própria União Europeia, hoje em dia, para poder fazer a análise do que poderíamos ainda fazer, do que ainda precisa ser feito.

Bem, a história da gestão da água na França foi muito marcada por este homem que ali está, Louis Pasteur, que foi uma pessoa que mostrou com toda clareza para o mundo que a água era veículo de muitas doenças. Então, antes de a água ser reconhecida como, hoje, parte importante do processo econômico e do meio ambiente, foi uma coisa eminentemente prática que motivou os franceses a prestar atenção na questão da água, que foi a identificação de doenças. Ora, se qualquer país pretende melhorar sua qualidade de vida, tratar da água é essencial. Uma coisa que marcou ao longo do tempo, então, essa discussão, foi a necessidade da organização da sociedade em torno da gestão da água na França. Em 16 de dezembro

de 1964, o único instrumento legal, foram criados seis comitês de bacia hidrográfica, seis bacias de água e foi estabelecida a cobrança pelo uso da água.

Isso eu acho muito marcante, porque, como nós vamos ver, nós temos muitas coisas da legislação francesa, mas não tivemos essas coisas que mencionei aqui: comitês, agências e cobranças, estabelecidas no mesmo instrumento legal e efetivamente implantadas juntas.

As características do sistema francês foram herdadas por nós e são características muito interessantes. Primeiro, a gestão por bacia hidrográfica, que é realmente um achado, já que esse é o caminho natural da água. Depois, a participação da sociedade na gestão, mas participação organizada e efetiva. A garantia dos usos múltiplos. A solidariedade entre os atores – e aqui eu me refiro novamente à fala do Júlio Thadeu, que mencionou a questão da paz, que, para mim, também é uma questão importante a ser lembrada sempre. E alguns princípios que nós também nós adotamos, que são: do poluidor pagador, do usuário pagador, e um princípio que é muito importante e que também faz parte da nossa legislação é que a água paga pela água.

Eu tive oportunidade de fazer uma visita à França, inclusive acompanhando o Dr. Vinicius e uma delegação da Adasa, a convite da Unesco e da Adasa, para conhecer a experiência francesa, e fomos a duas agências de águas grandes – não vou mencionar isso agora –, e me chamou muito a atenção que, não só lá, mas em outras reuniões também, um dos primeiros eslaides que nos foram apresentados era assim: o sistema francês funciona e a existência das agências de água mostra aqui o seu efeito. Está aí: investimentos e qualidade da água andando *pari passu*.

A França, até a década de 60, não tinha uma qualidade de água brilhante, mas, nesses cinquenta anos, digamos, a França avançou muito, e muito desse avanço naturalmente foi obtido por meio de investimentos e principalmente pela ação de um sistema de gestão que nos inspira.

Bom, as agências de água são órgãos eminentemente técnicos, e eles não são instâncias políticas de decisão, são órgãos técnicos. Cabe a elas fazer um papel de secretaria de um comitê, ser o braço executivo de um comitê, e também fazer a gestão financeira dos recursos arrecadados pela cobrança de água. Então, uma questão importante é a cobrança vista como uma taxa ambiental, na França, pela emissão de poluentes e pela abstração de água, e o papel das agências como assistência financeira, redistribuindo recursos obtidos junto aos usuários, para apoio a estudos diversos e investimentos de diversas naturezas também.

Eu trouxe aqui um exemplo da Agência da Água Rhône Mar Mediterrâneo e Córsega, a respeito dos números envolvidos nisso.

Os comitês teriam, de modo geral, nesse período de 2007 a 2012, um total de mais de 12 bilhões de euros para gastar com água, água paga água. E esse comitê apenas, que tem uma área de 130 mil quilômetros, mas é muito importante dentro da economia francesa, muitas indústrias e muito turismo também, vai ter um investimento de mais de três bilhões de euros, como a gente vai falar. E esses recursos em parte vêm da arrecadação feita na bacia, nas bacias e sub-bacias. Então, como vocês veem, a poluição doméstica, quer dizer, o usuário doméstico, que também é um poluidor, não deixa de ser, vai ser responsável por 1,6 bilhão de euros pagos ao sistema, nesse período de cinco anos; poluição industrial, 153; agrícola, 45; abstração de água para fins diversos, 512; irrigação, 14 milhões; e outros usos gastos, na ordem de 10 milhões de euros.

Em que esses recursos serão gastos? E aqui quero chamar bastante a atenção de vocês, porque ele acaba sendo um tratamento que interessa a todos que precisam de água, ou seja, todo mundo. Então, a luta contra a poluição de todos os tipos, particularmente a poluição por esgotos, vai consumir quase dois bilhões de euros; a gestão dos recursos e dos ecossistemas, quase 700 milhões; estudos, a informação, a comunicação com o público, que é visto como uma coisa extremamente importante, cerca de 150 milhões; outros gastos, incluindo gastos de pessoal da própria agência, coisa da ordem de 325 milhões e as contribuições a ações conjuntas com outras agências, 165.

Chamou-me muito a atenção, aqui... Duas coisas me chamaram muito a atenção nessa visita. A primeira, o tamanho dessa agência. É uma agência que tem 400 funcionários, técnicos de praticamente todas as especialidades.

Essas agências trabalham diretamente em contato com institutos de pesquisa, com os órgãos de governo, com Ministérios, etc.

Na conversa que tivemos, então, eu perguntei sobre a necessidade de uma agência como aquela ir buscar inteligência, digamos, e meios para fazer isso tudo fora da própria agência. Olharam-me com um tanto de espanto, dizendo que, não, aquilo era função da própria agência, a agência tinha isso também.

Então, essa foi uma coisa muito marcante, porque, enfim, nós todos sabemos da importância dessa interação entre saberes, para que a gestão possa ser feita.

Bem, eu trouxe aqui, agora, alguns elementos da Política Nacional de Recursos Hídricos para a gente, rapidamente, pensar em alguns problemas que nós temos na implantação.

Primeiro, nós não tivemos a implantação dos comitês, das agências e da cobrança ao mesmo tempo. Nós tivemos alguns comitês que foram sendo implantados, vou voltar a esse ponto, e temos uma discussão sobre agências em andamento, e a cobrança também vai sendo instalada, ao longo do tempo, no Brasil.

Bem, algumas coisas que nos preocupam: por exemplo, a água é vista como um bem de domínio público. Ótimo, foi um grande avanço, no País, o fim de qualquer propriedade privada da água. Agora, esse bem é, efetivamente, público?

A gente vê, aqui em Brasília, por exemplo, que, na beira do lago, a água é mais ou menos apropriada por uma parte da população. Isso se repete, de maneiras diferentes, em outras partes do País.

Então, é um bem público, sem dúvida. Há um respeito grande por esse princípio, mas as pessoas, e isso é um dos tópicos a serem discutidos também, o acesso das populações mais pobres à água... A gente sabe que o Brasil é muito rico em água, mas a água não está igualmente distribuída. Então, no semiárido, é preciso uma grande ação para que seja levada a água àquela população.

A outra coisa que chama a atenção nessa discussão, e é fruto de vários momentos de tensão ou de desentendimento, é a questão da gestão por bacia num País que tem a tradição de uma gestão por Municípios e outras unidades da Federação – Estados, basicamente.

Então, nós temos, aí, vários conflitos, porque a mesma bacia pode ser dividida por diversos Municípios, muitas vezes por Estados diferentes, e as legislações adotadas nessas unidades são, muitas vezes, conflitantes.

Nós temos um caso ocorrendo agora, neste momento, na bacia do Paranaíba, de cujo comitê eu faço parte. Há uma discussão que envolve Minas Gerais, Goiás e um rio nacional. Há conflito na interpretação e na forma de medir as coisas, de medir, por exemplo, a vazão que pode ser outorgada, nas três instâncias. Isso, certamente, dificulta e é um desafio, para o sistema legislativo deste País, regularizar essa situação.

Nós estamos falando também, aqui, numa gestão descentralizada e participativa, que inclui o poder político, os usuários e a sociedade civil, e ela tem sido cada vez mais participativa. É enorme a participação da sociedade, hoje, em relação ao que era, mas ainda nós não chegamos aonde deveríamos e gostaríamos.

A gente tem algumas descontinuidades, por exemplo, do setor público, que está representado. Muitas vezes, a substituição de membros do poder público em comitês atrapalha o andamento dos trabalhos, porque

se perde a continuidade, perde-se a memória e várias coisas desse tipo.

Nas diretrizes de ação, a 9433 fala na integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, com o uso do solo, e na articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários e outras instâncias governamentais.

Essa aqui, sem dúvida, é, talvez, uma das questões mais relevantes e mais difíceis de serem abordadas na atualidade. A gestão das águas é feita de uma maneira, eu não diria totalmente, mas muito isolada da gestão dos demais elementos naturais.

A gestão do solo em áreas urbanas ou aqui no Distrito Federal, que conhecemos melhor, a gestão, aqui, é fortemente influenciada pelo uso do solo e os instrumentos de gestão do uso do solo dificilmente conversam com os instrumentos de gestão do uso da água.

Então, mais um item para nossa agenda parlamentar, não só para ela, mas para a agenda dos próprios governos: fazer com que esses instrumentos de gestão, efetivamente, conversem, porque a gestão tem de ser completa.

Os Comitês de Bacias são parlamentos de água, digamos assim, com representantes da sociedade civil; dos governos, das instâncias governamentais; e dos setores econômicos que fazem uso da água – praticamente todos.

As competências são diversas: promover o debate sobre questões; articular entidades; resolver conflitos, que é uma coisa importantíssima, cada vez mais; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; acompanhar a execução desse plano; estabelecer os mecanismos de cobrança e sugerir valores, embora a cobrança não seja feita pelo próprio Comitê; estabelecer critérios para uso do dinheiro e critérios para isenção de obrigatoriedades e da outorga.

São funções extremamente importantes, para a qual nós, de modo geral, não estamos ainda bem preparados; estamos preparando-nos, estamos aprendendo em todo o País. Em todas as instâncias, representantes dos órgãos governamentais também estão aprendendo; os empresários também estão aprendendo, e a sociedade civil, também.

Nós temos aqui dois mapas. Um mapa do Brasil mostra os Comitês Estaduais instalados – pelas cores vocês veem; são aproximadamente 160 comitês – e os Comitês Federais, de bacias interestaduais – os instalados em número de oito, dois em fase de instalação. Isso tudo, no caso nacional, fruto de um grande esforço que a Agência Nacional de Águas vem fazendo. E a nossa bacia do Paranaíba está ali.

O sistema começou, de modo geral, em São Paulo. Em 1991, os primeiros comitês; depois, os comitês

lá da Agência... da área do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, Ceivap, que foi uma grande iniciativa também, que foi institucionalizando-se. E a coisa foi estendendo-se para o resto do País.

Mas notem que eles se resumem às regiões costeiras do País, basicamente. Nós temos ali um mapa claramente dividido. E se pode entender isso por várias razões: uma delas, não a única, é a questão dos conflitos. Os Comitês funcionam onde existem conflitos, por isso essas regiões são aquelas que têm uma demanda maior por esse tipo de atuação.

A questão que se coloca, então, como mencionei desde o início, é a importância desse braço executivo do Comitê. Hoje o Comitê, muitas vezes, em muitas ocasiões, em muitas situações não passa de um grupo de pessoas bem-intencionadas, que ficam discutindo temas relacionados à gestão da água, mas que não conseguem dar nenhuma continuidade àquilo, nenhuma implantação efetiva nas suas áreas de atuação, nas bacias hidrográficas. Por quê? Porque lhes falta muita coisa: primeiro, recursos.

Então, a ideia é a de que os Comitês dependem dos recursos da cobrança. Mas, para a cobrança ser feita, os Comitês precisam de uma agência de águas, e essa também depende da cobrança. Então, cria-se um círculo que é difícil de ser quebrado. Não posso fazer a cobrança, sem a qual não posso sobreviver, nem manter as agências de água. Essa é uma questão que também precisa ser resolvida de alguma forma.

E alguns passos importantes foram dados. O nosso Vicente Andreu está aqui, com uma participação junto à ANA e a outros órgãos, no sentido de promover uma distribuição dos recursos do setor elétrico, o que já era feito em favor dos Comitês, de uma maneira mais efetiva: vistos, do ponto de vista legal, como recursos de cobrança também.

As agências de água, lá na França, são órgãos públicos, são instituições públicas. E aqui? Elas seriam instituições públicas também? Todos nós sabemos que a legislação que rege o uso de dinheiro público no Brasil, em muitos aspectos, é uma legislação que precisa ser discutida e alterada.

Nós temos a Lei nº 8.666, que rege tudo, como se todos os gastos e todas as instituições fossem iguais. Então, uma agência de água, que precisa ter desenvoltura, agilidade, flexibilidade para contratações – para contratar serviços temporários, para fazer compras urgentes e coisas desse tipo –, teria de ficar amarrada à legislação que conhecemos. Isso, sem dúvida, é uma coisa que desestimula a criação de agências de água como órgãos públicos.

Então, outras soluções têm sido discutidas: Ocip, Organização Civil de Interesse Público? Fundações?

Ou outras formas que ainda precisam ser criadas? O fato é que até hoje não temos nenhuma agência de águas criada. A lei é de 1997, e não há uma agência de águas, de bacia, funcionando, no sentido que essa lei traz, nesse sentido restrito que estou falando. O que temos hoje são entidades delegatárias das funções de agência; ou seja, não são agências, mas são entidades que recebem autorização do Conselho Nacional para funcionar, usando recursos muitas vezes obtidos por contratos de gestão firmados com a ANA, e, assim, elas vão começando a funcionar.

Agora, como essas agências devem agir?

Na França, elas têm uma noção muito clara da questão da escala. Escala é aquela da bacia. No nosso caso, nós temos muitas bacias de tamanhos diferentes e um sistema muito mais diversificado. Então, há uma grande discussão: para que uma agência funcione, ela precisa de recursos vultosos. Para chegarmos a ter 400 funcionários trabalhando em todos os setores, precisamos muito dinheiro, e a legislação estabelece que 7,5%, mais ou menos, dos recursos arrecadados na bacia, pela cobrança, seriam destinados ao financiamento da Agência. Uma agência pequena, como a do Araguari, por exemplo, consegue ter meia dúzia de funcionários. Mal faz o papel de secretaria executiva porque os recursos são absolutamente insuficientes.

Quando se trata de financiar outras atividades também, problemas sérios são colocados, porque essas agências podem financiar algumas coisas. Se pegarmos a Ceivap, por exemplo, da região do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, Paraíba do Sul, vemos que é uma agência que está fazendo um trabalho, mas os recursos arrecadados são muito menores do que o necessário. Então, claro, não vamos pensar na gestão feita exclusivamente na cobrança. Tem que continuar havendo uma sinergia entre outras fontes de financiamento público, como tem ocorrido até hoje, e outras fontes de financiamento público, saneamento e outras ações relacionadas à preservação do meio ambiente, à garantia da água por meio das fontes naturais.

Enfim, todas essas coisas requerem vultosos recursos que, dificilmente, a cobrança feita pelas agências poderá resolver sozinha. Então, sem dúvida, mais um grande desafio para nós institucionalizarmos a cobrança, o comitê e as agências.

Mais uma coisa é muito relevante mencionar e que não ocorre apenas no âmbito dos recursos hídricos: pelo depoimento das agências que estão em funcionamento, do pessoal que está lá, às vezes há recursos, mas faltam projetos, porque as prefeituras, de modo geral, não estão capacitadas para fazer projetos adequados, com qualidade, cobrindo todos os

elementos necessários, e fazer o acompanhamento desses projetos.

Então, tivemos uma apresentação do diretor da Agevap, agência de Paraíba do Sul, que disse: "Olha, resolvemos pegar uma parte dos recursos que temos para ir às prefeituras ajudá-las a fazer os projetos", porque, senão, elas não seriam capazes de fazer os projetos e ter acesso aos recursos disponíveis.

Bom, olhando rapidamente a questão da política nacional, vamos falar aqui dos instrumentos. Então, temos ali os planos, o enquadramento, a outorga, a cobrança e o sistema de informações. Os planos são instrumentos fundamentais, porque são planos diretores de modo geral. Têm diagnóstico, têm programas a serem desenvolvidos, as grandes decisões. Está certo?

Agora, para que têm servido esses planos? Nós estamos, neste momento, elaborando um plano no Paranaíba, que tem custos da ordem de R\$4 milhões. Temos a ANA fazendo um grande trabalho, mas não conseguimos ainda trazer a população, os prefeitos e todos para fazer essa discussão e fazer esse plano ser realmente da bacia. Está certo?

Depois que o plano fica pronto, que garantia temos de que o plano será efetivamente usado pela prefeitura? Nenhuma. Não há uma imposição legal para que o plano esteja realmente presente nas decisões dos órgãos de governo municipal, estadual. Então, ocorre um descolamento aí. Estamos fazendo um trabalho importante, mas não temos garantia de que aquilo vá ser absorvido depois pelo sistema.

A questão do enquadramento é muito importante para nós, porque se refere à gestão pela qualidade da água e para a qualidade da água. Temos muitos problemas conceituais a serem resolvidos porque vamos tratar aqui, essencialmente, de ecossistemas relacionados à água, e não sabemos praticamente nada sobre ecossistemas. Então, tradicionalmente, o que se faz é imaginar uma vazão, calcular com base em dados indiretos o que seria uma vazão mínima para um rio, mas precisamos guardar a biodiversidade que está no rio também. Isso é essencial para o País. E, para que isso aconteça, precisamos de muito mais conhecimento.

Quais os custos para fazer isso? Que metodologias adotar? São grandes desafios que nós todos temos de enfrentar. Já mencionei rapidamente problemas de outorga, os critérios que são diferentes para Estados diferentes, a questão da metodologia também, que deveria ter uma visão melhor do ambiente onde a água é produzida e mantida, do ecossistema, porque isso ainda não é disponível, e a questão da cobrança, que é crucial, ou seja, quem vai pagar, quanto vai pagar e como os recursos serão usados.

Na França, a gente viu um monte de dinheiro sendo pego e muito dinheiro sendo aplicado no combate à poluição. Aqui existem empecilhos para o dinheiro público ser aplicado nas empresas que poderiam fazer, ou nas próprias indústrias que estão causando a poluição. Como é que a gente vai transferir dinheiro para uma indústria para ela fazer uma coisa que a lei diz que ela deveria fazer, ou seja, para ter controle da sua poluição?

Na França, isso se resolve de diversas maneiras. Uma agência pode emprestar dinheiro para uma empresa fazer isso, pode emprestar dinheiro a juro zero, muitas vezes, para que isso aconteça. Então, nós temos que resolver esse problema também.

Levando ao final, tentando fazer uma conclusão, nós vamos ao Fórum, como aqui foi dito em diversas ocasiões, para ver e para sermos vistos. Nós vamos ser vistos por muitas coisas que foram mencionadas, pelas soluções que temos aqui; por uma grande diversidade de situações; pelas boas práticas e bons exemplos, como marco legal e normativo, a própria criação da ANA, que é uma referência mundial; o envolvimento do setor produtivo, cada vez mais; a participação da sociedade; comitês; problemas de financiamento; alguns programas que trazem a noção de serviços ambientais; pagamento de serviços ambientais; como produtor de águas, como também vai ser apresentado lá, que é uma iniciativa muito importante, porque visa remunerar aqueles que estão protegendo a água que, afinal, é de interesse de todos. Mas nós vamos lá também para ver. E, nessa hora, é importante que a gente perceba outras experiências, para encontrar outras soluções.

Eu acho que seria essencial a gente pensar mesmo na institucionalização dos comitês. Os comitês são essenciais para fazer a participação da sociedade de uma maneira organizada e, cada vez mais, essa visão se consolida. São um instrumento de pacificação antes de mais nada, porque as decisões ali têm que ser tomadas por consenso. A gente não pode imaginar que um grupo perca uma votação e tenha que engolir soluções que vão envolver tantas coisas referentes à água. Então, o consenso é sempre a melhor maneira de a gente decidir as coisas no âmbito de um comitê. E não só isso, mas a questão da solidariedade que se estabelece, porque, num momento de falta d'água, todo mundo tem que ter solidariedade. A articulação harmoniosa dos instrumentos de gestão ambiental diversos, de ambiente urbano com a gestão da água; a articulação das unidades, digamos, administrativas do país e a gestão por bacia; a articulação de níveis de planejamento, enfim, fazer com que o sistema tenha uma grande visibilidade política e um reconhecimento

to do sistema, um reconhecimento da sociedade para que ele possa ter continuidade.

Muito obrigado e peço desculpa pelo tempo excedido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Prof. Dr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles, a contribuição que V. S^a traz a este debate, a visão da sociedade civil, especialmente a visão dos comitês de bacias hidrográficas.

Quero submeter rapidamente ao Plenário, pois não estava entre os convidados iniciais, a participação do Presidente da Adasa. Fui informado, ao longo da semana, que o Brasil pleiteia sediar o Fórum Mundial no ano de 2018, e Brasília especialmente estaria pleiteando sediar esse Fórum. Em função disso, convidei o Prof. Vinicius Benevides e gostaria de submeter a participação de S. S^a à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com muita alegria, passo, neste momento, a palavra para o Dr. Vinicius Benevides, Presidente da Adasa, que é a Agência de Águas do Distrito Federal.

O SR. VINICIUS BENEVIDES – Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg e agradecer a oportunidade que nos está dando. Cumprimento também os Senadores aqui presentes. Queria cumprimentar aqui o amigo de longa data, Benedito Braga, Presidente do Fórum Mundial da Água, que, com certeza, será o próximo Presidente do Conselho Mundial da Água. O nosso voto já está dado aqui, voto aberto, como os senhores aqui chamam.

Eu queria explicar que, na verdade, nós estamos representando a Adasa, que é uma agência reguladora estadual. Nós estamos aqui representando os órgãos estaduais de gestão da água. Como os senhores sabem, nós temos águas de domínio da União, muito bem administradas pelo amigo Vicente Andreu e sua equipe, e águas de domínio dos Estados. Para os senhores terem ideia, a maior quantidade de águas que temos, que são as águas subterrâneas, é administrada hoje pelos Estados. Como todos já falaram algumas coisas que estavam previstas aqui para falarmos, quero só dar uma noção...

Tenho participado nos últimos 20 anos, vim da área federal, tive a oportunidade de dirigir a parte de águas do antigo Departamento Nacional de Energia Elétrica, que deu origem à ANA e à Aneel, onde tivemos a oportunidade de participar vivamente do *upgrade*, principalmente na área legislativa, que teve o setor de água no Brasil. Em 1991, nós estávamos no antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e

tínhamos um Código de Águas muito bem feito, de 10 de julho de 1934, que já tinha algumas visões modernas sobre a questão de águas, mas precisávamos ter uma coisa mais atualizada. Nós íamos sediar a Rio 92 e, de repente, o Governo acordou que não tínhamos uma legislação atualizada. Fomos, então, preparar um projeto de lei. A primeira coisa que descobrimos é que havia 12 Ministérios envolvidos com a questão da água, cada um com sua visão: Ministério de Minas e Energia, olhando a água como um produtor de energia; o Ministério, por exemplo, do Transporte, como uma via, uma estrada; o Ministério da Agricultura, como produção de alimentos; a piscicultura também, como produção de peixe; e assim por diante. Cada um tinha a sua visão diferente. O Ministério das Relações Exteriores, aqui presente, com essas questões estratégicas da bacia do Prata, o Tratado de Cooperação Amazônica. Então, tínhamos 12 Ministérios envolvidos e não tínhamos como conversar, cada um fazendo o seu planejamento próprio. Fomos, então, procurar o que fazer. No primeiro momento, fizemos um projeto de lei, porque íamos sediar a Rio 92, o qual foi mandado para o Congresso no final de 1991. Então, pelo menos, tivemos o conforto de participar do evento mundial com um projeto de lei já em discussão.

Um fato interessante é que começamos a buscar, em alguns países – tive a oportunidade de ir a mais de 20 países –, onde estaria, vamos dizer, o estado da arte na questão de água e descobrimos que não se pode traduzir legislação nenhuma. Nós temos condições econômicas, políticas, sociais e administrativas diferenciadas de todos os países, mas podemos aprender com outros países. Nós tínhamos recém-iniciado um projeto de cooperação com a França, de que o professor Paulo Salles tanto falou. Nós montamos na bacia do Paraíba do Sul um projeto de cooperação francesa com o Brasil, onde dezenas de técnicos franceses, durante sete anos, trabalharam conosco. Montamos um projeto de cooperação francesa na bacia do Rio Doce, com dezenas de técnicos franceses, e aprendemos muito. Temos algumas dificuldades com a França – o professor Paulo Salles falou – porque a França é um país unitário, e nós não somos. Então, eles puderam criar, em 1964, de uma tacada só os seus comitês bacia e as suas agências de água. O Governo deu recursos para eles funcionarem durante três anos para fazerem os seus estudos técnicos. Aí eles começaram a fazer a cobrança pelo uso da água, que é a sustentabilidade dos comitês, que têm essa fortuna, que é empregada e que há uma parceria muito grande entre as agências e a indústria, o setor privado, prefeituras e assim por diante para resolver a questão de água.

Tínhamos essa nossa experiência de participação com a França, mas estudamos outros países também. Colocamos aqui na nossa lei alguns princípios moderníssimos, que é o princípio de que a água é um bem econômico. Lembrem-se de que o Brasil hoje tem 12% da produção de água. E, quando estamos falando de produção de água, entra em tudo. Essa xicarazinha de café que estamos tomando gasta para ser produzida 140 litros de água; um quilo de frango, cinco mil litros de água; um quilo de carne, dez mil litros de água; uma tonelada de aço, 100 mil litros de água. Com a quantidade de água que nós temos, nós temos uma riqueza oculta, que não está mais tão oculta assim, porque a gente vê a pujança, especialmente na área da agricultura, onde se consome 60%, 70%. Hoje nós temos notícia de que é mais do que isso na agricultura. Temos inclusive que colocar tecnologia, e está-se colocando. Sabemos que os grandes produtores brasileiros estão colocando, mas temos que utilizar intensivamente.

Eu queria colocar também uma questão importante: a participação desta Casa. Foram dois os relatores do projeto de lei: o então Deputado Fábio Feldmann e, posteriormente, o Deputado Aroldo Cedraz, hoje Ministro do Tribunal de Contas.

Eu me lembro que, quando o Deputado Aroldo Cedraz chegou, ele nos procurou, e o Ministro então da época, de Minas e Energia, o Raimundo de Brito, pediu que nós dêssemos todo o apoio, e nos perguntou: “O que vocês acham do projeto de lei?” O projeto de lei tinha sido conduzido até aquele momento, muito bem conduzido, pelo então Deputado Fábio Feldmann. E nós falamos: “Olha, aí tem uma experiência grande, mas o mais aconselhável é que o Congresso, o Parlamento tenha a oportunidade de conhecer outros países, conhecer a legislação, conhecer os problemas.” E fizemos. Na época fomos a alguns países. Fomos à França, fomos ao México, fomos aos Estados Unidos, fomos à Argentina, um conjunto de especialistas, na época o Secretário de Recursos Hídricos do Brasil, que era o Paulo Romano, hoje Secretário Adjunto de Agricultura de Minas Gerais. Em menos de um ano, nós estávamos com o projeto aprovado.

É um projeto adiantadíssimo. Há algumas coisas aqui que o Professor Paulo Salles bem colocou, alguns conceitos importantíssimos, por exemplo, a bacia como unidade de gestão. Como o senhor sabe, o rio não conhece fronteiras. E, ao contrário do otimismo aqui do meu amigo de longa data, Júlio Thadeu – e dizem, e esta é uma brincadeira que a gente faz, que todas as grandes guerras que houveram e que vão haver no mundo dão-se por três barras: barra de saia, apesar de que hoje a briga não está tão intensa assim; barra de ouro (o poder) e barra de córrego –, existem no

mundo uma série de conflitos potenciais entre alguns países, na Europa e etc. Então, esse é um problema dessa integração, não só dentro do País, mas principalmente com outros países que temos que fazer. Fala-se em petróleo branco.

Nós estamos aqui. A Adasa é o único órgão estadual que é um órgão de Estado. Nós não somos órgão de Governo. Temos recursos próprios e funcionamos à semelhança da Ana. Por quê? Porque nós, dessa forma, nos sentimos mais habilitados a tentar harmonizar esses conflitos que existem entre órgãos do próprio Governo, com o setor privado, de usuário com usuário.

Eu queria só colocar mais alguns pontos.

Tivemos oportunidades em outros fóruns internacionais. O Brasil tem o peso de 12% da produção de água, mas foi colocado aqui na Mesa que nós não temos ainda a inserção devida na comunidade internacional, à exceção de alguns casos. O Benedito Braga é um exemplo. A gente sabe a dedicação, eu diria, de mais de quarenta anos, e eu o conheço já há uns trinta, nesse campo. O Brasil precisa se inserir. Isso tem importância vital. Água, a gente sabe, é vida, mas a água é riqueza econômica para o País.

Nós temos no Brasil uma agência nacional de águas funcionando muito bem. Ela está de parabéns. Inclusive eu posso afirmar, com certeza, pois fui a outros fóruns desses, que nós nunca fomos representados tão bem e de forma tão organizada.

Eu queria, basicamente, encerrar falando duas coisas. É importante para o Brasil, é vital para o Brasil que o próximo fórum, que ainda não está alocado, que é o fórum de 2017, seja, que o Governo brasileiro tenha interesse, e eu sei que terá, como o Governo francês teve, o próprio Presidente Sarkozy participou dessa força para ir para a França, o nosso fórum mundial. E a segunda coisa importante é que a inserção nacional do Brasil nessa área se torne mais forte. Para isso, é importante a participação dos Srs. Parlamentares no campo deles; nós, no nosso campo, que conhecemos. Houve a colocação do nome de um brasileiro, que é o nosso Professor Benedito Braga, dentro desse Fórum. E, no caso específico, sobre a oportunidade de se trazer esse Fórum para o Brasil, para a capital de todos, Brasília, já conversamos com o Governo. Independentemente de qual será o Governo em 2017, ou melhor, em 2018, tenho a certeza de será dado apoio a isso. Trabalharemos intensamente nisso.

Para fechar, eu queria somente falar de duas questões.

No Brasil, há situações diversas. Há diversos brasis não só na área econômica, mas também na questão referente à água. Nas regiões Sul e Sudeste, onde está localizada grande parte da base econômica do Brasil,

há problemas relacionados à questão de poluição. Isso tem um custo altíssimo. Fizemos um estudo, na época, em Paraíba do Sul, um estudo antigo, para resolver o problema de uma das bacias brasileiras, envolvendo um montante de quase US\$3 bilhões. Fizemos um estudo também para a bacia do Rio Doce na área em que há todo aquele quadrilátero de mineradores, envolvendo algo em torno de US\$2 bilhões. Se somarmos isso no Brasil todo, veremos que é uma fortuna.

Há problemas seriíssimos também em outras bacias não só de administração federal ou estadual. É importantíssimo o que o Professor Paulo Salles disse: completar a formação dos comitês de bacias. A gente já viu que ele está localizado numa parte do Brasil. Precisamos interiorizar isso. É preciso completar os comitês federais e gerar recursos. Temos de encontrar, com o apoio dos Srs. Parlamentares, uma maneira de essas agências de água funcionar, pois elas são o braço técnico dos comitês de bacias, que são o parlamento da água. Isso é importante. A fala do Professor foi mais do que suficiente para a gente entender isso.

Finalmente, eu queria agradecer a oportunidade. Como o Senador falou, não estava prevista a nossa fala aqui.

Quero dizer que, em Brasília, há dois tipos de problema. Na região Nordeste, há o problema de falta de água em algumas áreas. No semiárido nordestino, há trinta milhões de brasileiros enfrentando o problema, que, agora, está sendo resolvido com a transposição do São Francisco. Na região Norte, não há grandes problemas. Se pudéssemos virar o mapa do Brasil um pouquinho, resolveríamos o problema, mas, como não é possível fazê-lo, temos de atuar de forma integrada.

Em Brasília, capital de todos os brasileiros, há uma característica: há problemas quantitativos e qualitativos. Aqui, juntamos esses dois problemas. Há três bacias nacionais importantes que nascem aqui. E temos tentado estudar isso de forma bastante profunda. Hoje, uma coisa importantíssima que a Agência Nacional faz é a administração de informações, pois nela há uma rede hidrológica nacional, que dá todas essas informações. Mas os Estados estão carentes de informações, das suas redes. Estamos montando – terminaremos dentro de três meses – o Centro de Operação de Água do Distrito Federal, medindo a parte superficial e a parte subterrânea, porque, sem informações, não podemos administrar bem.

Portanto, digo para os Srs. Parlamentares que estão em seus Estados e para os técnicos que é importante o apoio para a montagem dos órgãos estaduais, dos seus sistemas de informação, o que há no Brasil no âmbito nacional. Mas, no âmbito estadual, os recursos para administrar ainda estão parcos.

É isso aí, gente!

Agradeço ao Senador a oportunidade que nos deu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Vinicius Benevides, Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

Quero agradecer a todos a colaboração. É um debate extremamente rico.

Antes de passar a palavra aos Senadores, quero fazer algumas observações muito rápidas.

Em primeiro lugar, quero solicitar o apoio das bancadas de Mato Grosso, do Acre, de São Paulo e do Rio Grande do Norte para a realização do Fórum Mundial das Águas em Brasília. Tenho a certeza de que, como capital de todos os brasileiros, contaremos com o apoio de todos os Estados.

Aqui, quero fazer alguns comentários.

Agradeço, mais uma vez, a participação e a colaboração de todos os nossos expositores.

Entendo que este Fórum é importante pelas consequências em relação ao posicionamento mundial a respeito desse bem fundamental, que é a água. E o Brasil tem um papel fundamental não apenas na participação em si no Fórum Mundial da Água como também nos desdobramentos que as decisões neste Fórum terão na Rio+20, já que, certamente, na discussão de uma economia verde, de novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável da humanidade, a questão da água passa a ser central. Portanto, este Fórum é da maior importância.

Pelo que percebi a partir das apresentações do Dr. Benedito Braga e do Dr. Paulo Varella, será um Fórum voltado para as soluções, não apenas soluções tecnológicas a respeito do uso da água, mas também soluções legislativas, ou seja, uma troca de conhecimento a respeito dos marcos legais dos diversos países no enfrentamento da questão da água e também das políticas públicas a serem desenvolvidas pelos países.

Entendo a magnitude desse evento, daí a importância da Comissão de Meio Ambiente estar fazendo esta reunião, e já quero convidar os representantes, especialmente os que estarão presentes neste Fórum Mundial da Água, para, após este Fórum, retornarmos a esta Comissão e fazermos uma avaliação da participação brasileira e das decisões tomadas no âmbito do Fórum Mundial.

Entendo também que essa questão da água será fundamental no âmbito da Comissão de Meio Ambiente ao longo de todo este ano. Precisamos definir qual a participação do Brasil nessa agenda internacional e saber quais são as consequências na agenda local. A

partir deste Fórum Mundial, o que o Brasil precisa e precisará fazer para se adaptar, digamos, às novas diretrizes definidas pelo Fórum Mundial da Água, dentro da perspectiva de autonomia, respeitando a soberania e a autonomia de cada país na definição das suas legislações?

Quero aqui já adiantar que dois temas farão parte da agenda da Comissão de Meio Ambiente no que se refere à questão da água. Aqui se falou, e será um tema do Fórum Mundial, sobre o pagamento por serviços ambientais. Este debate esteve presente fortemente, foi iniciado anteriormente nas discussões do novo Código Florestal, e nós temos uma data que será importante para essa reflexão a respeito do financiamento de um grande programa de pagamento por serviços ambientais, que é o fim das concessões de um número significativo de empresas geradoras de energia elétrica, concessionárias de energia elétrica, no nosso País.

Penso que, até por essas empresas utilizarem a água como bem fundamental para geração de energia e terem interesse de manter a quantidade e a qualidade da água, nessa perspectiva de renovação dessas concessões, devemos ter um olhar para o financiamento de um grande programa por pagamento de serviços ambientais. E a Comissão de Meio Ambiente quer se antecipar a este debate e aprofundá-lo, apresentando sugestões para o Governo e apresentando proposições legislativas.

A outra questão, colocada aqui pelo Professor Paulo Salles, é a atualização, digamos assim. Todos reconhecemos o avanço que significou a aprovação da Lei nº 9.433, por definir o território da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, a instituição dos comitês de bacias hidrográficas como instrumento de gestão dessas bacias, a garantia da utilização múltipla dos recursos hídricos, priorizando o abastecimento humano e animal, como também garantindo o uso para a agricultura, para a energia, para a indústria, para a mobilidade, para o esporte e lazer.

Enfim, os conceitos trazidos pela Lei nº 9.433 são conceitos modernos, mas nós precisamos construir duas pautas em relação à Lei nº 9.433: a sua atualização – o que precisa, com as experiências já de alguns anos de aprovação, ser modificado, ser aperfeiçoado – e, ao mesmo tempo, a sua implementação – como implementar efetivamente os comitês de bacias hidrográficas em todo o País e não apenas em uma determinada região do País, como implementar as agências de água, como financiar, como rever as formas de financiamento desses comitês de bacias hidrográficas. São temas que estarão presentes também na Comissão de Meio Ambiente.

Mas a gente fica muito feliz de ver como o Brasil está mobilizado, como o Governo brasileiro está mobilizado para participar desse Fórum Mundial da Água. A nossa responsabilidade vem aumentando a cada ano pelo protagonismo que o Brasil vem exercendo, cada vez mais, no cenário internacional, pela participação de um brasileiro na presidência do Fórum Mundial das Águas e, ao mesmo tempo, por sediarmos ainda este ano a Rio+20, em que certamente o tema água será fundamental na elaboração de uma agenda de desenvolvimento sustentável para o futuro.

Portanto, eu agradeço a participação de todos e passo agora a palavra aos colegas Senadores.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Srs. convidados, tive a oportunidade de já este ano conversar com a Ministra Izabella, Ministra do Meio Ambiente, e é uma decisão do Governo brasileiro dar a maior atenção possível a esse evento que ocorre do dia 12 até o dia 17. Aqui, no Senado, também já temos um envolvimento direto do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e, certamente, vamos estar representados.

Queria também agradecer ao Dr. Vicente, da ANA, pela iniciativa, também, de nos alertar e de nos colocar a importância desse evento. É claro, há uma articulação do nosso País visando dirigir esse fórum. Sendo o Brasil o país que é, com os recursos naturais de que dispõe, com as políticas que vem implementando há algum tempo, com a atividade na produção de alimentos sendo uma referência no mundo, e, ao mesmo tempo, um país que tem mais de 10% da água doce do planeta, um país que tem uma Amazônia, nós temos, de fato, que avançar ainda muito nesse trabalho.

Devo ressaltar que também tem virado uma referência para o País a criação dos comitês de bacia. É óbvio que ainda é algo restrito ao Centro-Sul, mas é um espaço muito importante. Fui relator do Código Florestal. O Senador Aloysio Nunes, que está aqui, tem também uma aproximação importante com esse tema. Penso que a candidatura brasileira já nos impõe uma responsabilidade um pouco maior, tanto para animar a sociedade civil a se envolver nos comitês de bacias, como também, do ponto de vista institucional, para estabelecer um diálogo com os governos estaduais e municipais para que esse tema possa fazer parte das prioridades.

É claro que, como um país que segue aumentando a sua produtividade, nós temos feito debates aqui importantes, nesta Comissão inclusive, mas também em outras do Senado. A questão da água é central, já que o problema da fome no mundo está diante de todos. A própria ONU estabeleceu como meta um au-

mento de 40% da oferta de alimentos. Não tem como ter uma oferta sem um bom manejo de água.

Eu, como engenheiro florestal, durante algum tempo atuando na Amazônia, fiquei sempre muito preocupado com o manejo de florestas, mas hoje está evidenciada a relação, a interdependência de floresta e água, água e floresta. Criou-se uma relação, e cientificamente está se provando, de absoluta interdependência, um não vive sem o outro. A floresta também cumpre um papel importante, e a água é alimentadora da floresta.

Penso que o Brasil ainda está longe de alcançar algo que é possível, que é a ideia de se trabalhar o manejo dessa água, sob as diferentes formas que se apresenta. Quem sabe não é agora que vamos avançar mais ainda, com a candidatura brasileira, com a candidatura para sediarmos um próximo evento. Eu ficaria em dúvida: segundo estou informado, o evento é a cada três anos. Então, se estamos em 2012, o próximo seria em 2015, 2018. Então, seria no segundo evento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – É, 2015 será a Coreia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria concluir dizendo que, de uns tempos para cá, comecei sempre a colocar o debate acerca da necessidade de se manejar melhor a água, inclusive vinculando isso na Amazônia à piscicultura, à criação de peixes, enfim, à produção de alimentos. E é só copiar, é só copiar a natureza. A água está aí. Mas não temos uma conexão que possa aproximar o conhecimento científico acumulado com as políticas públicas e também com o conhecimento tradicional daqueles que já manejam a água.

Então, cumprimento o Rodrigo, o nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, e a todos os nossos convidados. Acho da maior importância que estejamos, já no começo de 2012, fazendo esse debate aqui. Fiquei muito feliz em ver a decisão, mesmo a agenda da Rio+20 consumindo o tempo tanto do Ministro Patriota quanto da Ministra Isabella, de ela estar na abertura, na parte governamental do fórum. Acredito que uma boa participação do Brasil em Marseille vai nos ajudar a buscar o sucesso na Rio+20 com um tema que é tão importante quando se fala em desenvolvimento sustentável. Não há nenhuma possibilidade de tratar de desenvolvimento sustentável sem colocarmos a questão da água como central.

E, aí, encerro fazendo aqui um apelo ao Vicente para que comente um pouco sobre um tema relevante. Em todas as falas a questão econômica entra. Água é de primeira necessidade. Sem ela não há vida, mas a questão econômica para lidar com água é um tanto quanto precária no Brasil até mesmo diante da socie-

dade. Na maioria dos espaços que conheço, espaços institucionais que trabalham com saneamento (água, esgoto), há muito mais dificuldade de se arrecadar, de se ter melhor receita nessa área do que na de energia elétrica, por exemplo. Obviamente, sem energia elétrica se passa, ainda que com seriíssimos problemas, mas, sem água, não. No entanto, na hora de pagar as contas, a população paga primeiro e prontamente a de energia, deixando a de água para depois.

Vamos ter agora o fim das concessões, que está na ordem do dia para 2014. Gostaria de pedir ao Presidente da ANA comentários sobre como o Brasil poderia aproveitar melhor esses recursos, que somam, salvo melhor juízo, perto de R\$30 bilhões por ano, que é uma soma extraordinária. O Brasil pode, dentro da agenda que estamos começando a discutir, debater a forma de trabalhar esses recursos para que o Brasil possa ser uma referência também nesse tema do manejo da água para, obviamente, ajudar. É claro, não sei se concordo muito com o Júlio Thadeu. Fico contente com a posição otimista dele, mas vimos a cidade de Barcelona, por exemplo, comprando navios de água para suprir a escassez de água já há alguns anos. E é óbvio que, se temos uma demanda de aumentar em 40% a oferta de alimentos no mundo e temos perto de 2 bilhões de pessoas em situação precária do ponto de vista alimentar, isso tem uma série de nuances no meio do caminho. Tomara que não leve a uma guerra, mas, certamente, tem interesse econômico no meio e, quando isso acontece, o ambiente fica belicoso.

Era isso. Eu gostaria mais de trazer um tema: o Brasil, talvez, seja um dos países do mundo que tem uma possibilidade enorme de ter uma boa receita para criar uma mínima condição de financiamento de recursos para que se possa avançar neste tema tão fundamental, que é a questão da água.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Consulto os demais Senadores se querem fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira fazer uso da palavra, vou passar novamente aos membros da Mesa, caso queiram fazer algum comentário. No momento, ao chegar a vez do Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Andreu, ele responderá ao questionamento do Senador Jorge Viana.

Ouço, da esquerda para a direita, o Prof. Paulo Salles.

O SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Sr. Senador Jorge Viana, o senhor tem toda razão quando fala da importância de colocar a água no centro das agendas políticas brasileiras. De fato, a água precisa ser muito mais presente nas de-

cisões, na elaboração do orçamento... Naturalmente, essa questão econômica associada precisa ser muito bem trabalhada.

Como eu disse aqui, a legislação prevê a cobrança. Agora, nós não podemos esperar que a cobrança resolva todos os problemas.

É muito difícil dar um preço para a água; ela vai variar por várias razões, inclusive pela falta, e o que a gente tem visto é que todos os setores, naturalmente visando legitimamente manter os seus lucros e os seus negócios, objetivam reduzir seus custos, particularmente aqueles que ainda estão sendo debatidos, discutidos.

Então, de fato, temos vários exemplos. O senhor mencionou a importância de se pagar primeiro a conta da luz e, depois, a conta de água. De fato, a gente não vive sem água, mas sem luz tem muita gente que vive até hoje. E a gente convive com algumas coisas que chamam muito a atenção, por exemplo, quanto nós pagamos por um litro de gasolina e quanto nós pagamos por um litro de água. A diferença é imensa. Isso se deve, claro, em grande parte, à oferta muito maior de água do que de gasolina que nós temos aqui hoje, mas, se fôssemos tomar como escala os valores que esses bens têm para a nossa vida, certamente essa relação teria outra razão.

Acho que o que precisamos fazer é olhar a questão econômica em diversas formas. Primeiro, não só pensar em valor econômico, que é o que é mais imediato, mas, principalmente, o valor e a maneira como a gente lida com ela na questão do dia a dia tanto da população quanto das atividades econômicas. Então, a gente pode aumentar a nossa oferta e, teoricamente, diminuir o preço se a gente fizer uma economia funcionar com muito menos água, evitando o desperdício, favorecendo tecnologias que reduzam o consumo da água, evitando a poluição – a poluição aumenta o preço da água enormemente. Então, são várias medidas que podem contribuir para essa economia se tornar mais tolerável para todos os setores econômicos e para a própria população se nós tivermos essa questão de como tratar a água disponível vista de outra forma.

Para encerrar, eu faria apenas um comentário. É impossível pensar em tudo isso que a gente está falando aqui, sobre desenvolvimento sustentável e esse desequilíbrio todo, se a gente não trouxer para o centro do debate também a questão da educação, educação em todos os níveis, inclusive a educação para a água.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero registrar que teremos reunião deliberativa da Comissão em seguida. Aqueles que não assinaram a lista de presença da reunião deliberativa, por favor, o façam.

Com a palavra o Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto. (*Pausa.*)

Com a palavra o Dr. Vicente Andreu, Presidente da ANA.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bem, em primeiro lugar, destacar o nível e a preocupação com a temática da água e vejo que reuniões como esta, Senador Rodrigo Rollemberg e Senadores aqui presentes, podem fazer com que a agência da água passe a ter realmente uma importância mais visível pelos tomadores de decisão e, a partir dessa visibilidade, você melhorar o sistema de gestão de água no nosso País.

Sem dúvida nenhuma, a questão política e a questão econômica se relacionam diretamente, e aí a questão levantada pelo Senador Jorge Viana tem um reflexo de natureza muito importante.

O sistema de água, quando a gente fala em cobrança pelo uso da água, em geral, há uma preocupação de que a cobrança pelo uso da água se transforme apenas em um imposto, em mais um imposto e que ele não tenha nenhum tipo de benefício concreto para a sociedade brasileira. Essa é uma questão-chave.

A cobrança pelo uso da água é o único instrumento econômico que o País dispõe onde o Estado – seja Estado Nacional, Estado Federal ou Estado Estado, a unidade federativa – permite que a sociedade cobre em seu nome, defina o valor e aplique em seu nome. Então, ele é, acima de tudo, um instrumento econômico primoroso, porque ele permite que o comitê cobre em nome do Estado, a água é um bem público, ele não deixa... Quando você constitui um comitê, às vezes tem esse pequeno desvio, você não está delegando a água para o comitê, você está delegando a gestão da água para o comitê, porque a água é um bem público. Então, quando, dentro do comitê, é possível o estabelecimento da cobrança, você está fazendo com que o Estado delegue ao comitê, à sociedade, a definição do valor, a cobrança do valor e a aplicação do recurso em nome do Estado brasileiro. Então, o instrumento da cobrança é um instrumento virtuoso, porém, evidentemente por uma série de razões, ele acaba sendo visto como mais um imposto. E é importante deixar claro também que todos os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água são revertidos, aplicados exclusivamente na bacia hidrográfica de onde esses recursos são auferidos.

Então, a questão econômica tem um escopo muito amplo, desde a questão da produção, mas eu queria dar um enfoque, em particular, a essa questão da cobrança pelo uso da água e certa desmistificação negativa da cobrança, porque, quando a gente fala em cobrança, sempre vem essa menção. Eu me recordo uma vez em que fui ao Pará para discutir questão relativa a um contrato sobre saneamento, eu estava no

Ministério do Meio Ambiente, e ali, no momento, conversando o repórter, aqueles jornais matutinos, falando sobre saneamento e tudo mais, e, no primeiro, na hora em que entrou no ar, o repórter perguntou: o senhor está vindo ao Pará para cobrar água?

Então, acho que esse desvio de conceituação em relação à cobrança é uma questão fundamental a ser feita. Os setores muitas vezes resistem ao pagamento pelo uso da água, porque não veem nele um instrumento virtuoso como nós queremos aqui apresentar.

Outra questão também relevante sobre a questão econômica, e eu só vou fazer menção, é a água no sistema produtivo. Nesse sentido, Senador, nós estamos com dois trabalhos extremamente importantes. O primeiro é do IBGE, para o desenvolvimento das contas econômicas ambientais da água no Brasil. Nós estamos iniciando, e o Brasil precisa definir, conhecer quanto cada processo produtivo tem de valor da água dentro desse processo. E o segundo, também muito interessante, é juntamente com o Instituto Edson, para que os relatórios ambientais das empresas no Brasil passem a considerar o elemento água também como um elemento que passe a constar dos seus relatórios ambientais.

Então, a esses dois estudos, só faço aqui a menção, mas os quais nós acreditamos que possa haver uma grande contribuição.

Mas a preocupação principal, no nosso ponto de vista, é de que a água ganha uma dimensão política para que haja um reconhecimento. No sentido que você mencionou, os planos de recursos hídricos quando você faz um plano de recursos hídricos e nele aponta uma série de intervenções, ações, programas e obras, muitas vezes se imagina que o recurso oriundo da própria cobrança é que vai dar consequência àquele conjunto de ações previstas no plano de recursos hídricos. Obviamente, isso necessita daquilo que nós estamos chamando de efetividade dos planos de recursos hídricos, que haja uma intersecção entre o plano de recursos hídricos e os diversos orçamentos. E nós estamos fazendo algumas experiências, mas, na verdade, isso ainda é bastante incipiente no caso brasileiro.

Por último, a questão que considero chave também, mencionada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, pelo Senador Jorge Viana, em torno do pagamento de serviços ambientais. Diferentemente do sistema de meio ambiente, que tem no seu foco principal – e é natural que seja assim – a questão da preservação, no sistema de recursos hídricos, o foco principal – está definido pela legislação – é o uso e o uso múltiplo d'água. Então, nós sempre temos uma preocupação no nosso sistema com a garantia do uso sustentável da água. Nesse sentido, nós acreditamos que a água pode ser

também – por ter essa natureza na nossa legislação, foi definida assim na nossa Constituição – uma ponte positiva entre a produção agrícola e a questão da preservação ambiental, que muitas vezes tem sido ainda polêmica no Brasil.

De que maneira nós acreditamos que isso possa acontecer? De tal forma que você garanta a produção em quantidade e qualidade de água através da preservação das suas matas ciliares e, com isso, prestando também um importante serviço ambiental ao Brasil. E a oportunidade do vencimento das concessões, no nosso ponto de vista, não pode ser perdida.

Eu queria aqui rapidamente separar o vencimento das concessões em duas grandes vertentes. A primeira vertente é que se essas concessões deverão ser prorrogadas ou licitadas. Nós não entramos no mérito dessa questão e, sem dúvida, aí há um elenco muito forte de argumentos, seja pelas relicitações, seja pela prorrogação das concessões. Mas nós gostaríamos de fomentar um debate junto à sociedade pela alocação dos recursos derivados dos vencimentos das concessões, no caso brasileiro. Nesse sentido, nós temos apresentado, coerente com esses princípios da preservação da água e da questão ambiental, uma proposta de que parte dos recursos advindos do vencimento da concessão do setor elétrico seja destinada à preservação, à garantia hídrica nas bacias onde existem usinas hidrelétricas no País. Ou seja, garantir água em quantidade e qualidade significa também aumentar a vida útil dos reservatórios, significa garantia à produção hidrelétrica, que nós tanto defendemos neste País. E é fundamental, então, que parte desses recursos seja destinada à preservação das matas ciliares e das bacias que compõem as grandes usinas hidrelétricas brasileiras.

Nós trouxemos um pequeno dado, de que recursos da ordem de R\$100 milhões/ano, que são recursos muito pequenos diante dos recursos apontados, por exemplo, da Fiesp, de cerca de R\$30 bilhões/ano, apenas R\$100 milhões/ano poderiam garantir a viabilidade de um amplíssimo programa de pagamento por serviços ambientais em matas ciliares, que cobriria cerca de 100 mil quilômetros de margem de rios no Brasil. Sem dúvida nenhuma, seria o maior programa de natureza ambiental e de segurança hídrica já realizado no Planeta em torno dessa possibilidade. Isso não significaria, de maneira nenhuma, onerar o contribuinte, porque nós estaríamos combinando a aplicação desses recursos com, evidentemente, a necessidade de modicidade tarifária, que pode advir também do vencimento das concessões.

Eu só queria encerrar dizendo o seguinte: no caso do setor elétrico, vão vencer concessões de geração

– 20% da geração brasileira, vão vencer concessões da transmissão – 80% da transmissão brasileira, e vão vencer concessões de distribuição – 40% da distribuição brasileira.

Quando se fala que a tarifa de energia elétrica no Brasil é cara, eu queria remeter ao aspecto da geração dizendo o seguinte: do ponto de vista da geração no Brasil, a geração elétrica no Brasil, a geração hidrelétrica no Brasil tem padrão internacional. Ou seja, a geração não é cara. O que acaba encarecendo o custo da energia é a sequência, a cadeia da energia elétrica para que ela chegue lá na ponta, ao consumidor. Mas a geração hidrelétrica no Brasil não é cara. Portanto, se houvesse uma destinação de parte dos recursos oriundos do vencimento das concessões para programa de natureza ambiental, para programa de natureza de fundos destinados à manutenção e à criação de financiamento para a expansão de energias renováveis em nosso País, nós acreditamos que seria um círculo muito virtuoso e que o País se aproveitaria em demasia da aplicação desses recursos, muito mais do que destiná-los exclusivamente – muito embora deva ser feito – à questão da modicidade tarifária.

Então, muito rapidamente, pelo tempo, eu queria aqui cumprimentar o Senador Rollemberg, o Senador Jorge Viana e todos os Senadores presentes, mas nós da Agência Nacional de Águas, em parceria com o Senado e os Senadores que assim desejarem, vamos manter o debate junto à sociedade brasileira de como destinar parte dos recursos oriundos do vencimento das concessões para programas que possam possibilitar essa ponte virtuosa entre a necessária preservação ambiental e a justa remuneração da propriedade e da produção agrícola no Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade e esperamos encontrar os Senadores em Marseille e, no retorno do evento do VI Fórum Mundial, as resoluções sejam positivas para o Brasil, mas que possam influenciar também as decisões da Rio+20, conferência sobre a qual o Planeta guarda grandes expectativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Vicente, Presidente da Agência Nacional de Águas.

E passo a palavra ao Dr. Benedito Braga.

O SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui nesta Casa. E aproveito a oportunidade para dizer da grande satisfação que tive em ouvir a confirmação do Itamaraty de que vamos ter uma reunião sobre água que vai influenciar o *summit* subsequente.

Essa era uma questão que pairava no ar e a oportunidade é excelente porque no Fórum de Marseille nós vamos ter uma concentração de esforços em torno do tema da água. E o reconhecimento de que água participa do processo de crescimento verde e de redução da pobreza eu acho que é um avanço muito grande. Como o Senador Jorge Viana disse, não há desenvolvimento sustentável sem boa gestão da água. Isso é uma verdade muito grande. Eu gostaria só de adicionar que também no caso de investimentos em infraestrutura hídrica, nós vamos poder gerar emprego e renda para trabalhadores menos qualificados; por exemplo, a área de saneamento é uma área em que posso empregar muito mão de obra sem grande qualificação. Então, na questão da redução da pobreza, o desenvolvimento de melhor saneamento traz uma possibilidade muito grande.

Acho também que sobre o aperfeiçoamento da nossa lei das águas, Senador, como o senhor mencionou, está na hora de fazer uma reflexão. Eu comecei no ano 2000 como diretor da Agência Nacional de Águas e nós éramos extremamente entusiasmados em implementar esse sistema, mas as Leis nºs 9.433 e a 9.984 têm que ser compatibilizadas. Nós criamos a Lei nº 9.984 e mantivemos na Lei nº 9.433 uma série de coisas que hoje a ANA faz e que há algumas superposições de funções importantes.

Eu gostaria de poder colaborar nesse debate. Acho que há, sim, a oportunidade, do ponto de vista conceitual somente, nessas duas leis e, do ponto de vista prático, a experiência que nós temos tido é a de tentar colocar um modelo de agência de bacia num país federativo, que tem um órgão gestor estadual de recursos hídricos encarregado de fazer a gestão e uma agência. Como é que o órgão estadual interage com a agência? Quem tem a responsabilidade do quê?

Na França, a agência de água é como a Adasa, como a ANA, porque aquele é um país unitário. Dividiram as regiões, e quem nomeia o Presidente da agência de águas é o Ministro, ou seja, é como algo, vamos dizer assim, da competência do Executivo.

O ponto que quero trazer é o seguinte: há dificuldade na implantação desse sistema, porque a autonomia dos Estados e dos Municípios leva a um processo de articulação que, às vezes, é complicado. Já vi iniciativas da ANA de trabalhar um pouco na linha da diretiva-quadro europeia, o que me parece um caminho interessante, pois aquilo que emana do governo central é mandatário para os Estados federados do ponto de vista da gestão de recursos hídricos.

Finalmente, eu queria dizer que, no caso brasileiro, na Amazônia, há uma questão importantíssima hoje, que é a compatibilização da geração hidroelétrica e da

navegação. A navegação é um tema central, que não tem merecido a atenção devida do Brasil. Os custos de transporte da nossa soja fazem com que nossos produtos cheguem a mercados externos muito mais caros. Caminhões são utilizados para transportar soja do Mato Grosso até o porto de Paranoá, com riscos nas estradas, com gastos excessivos, com geração de gases de efeito estufa, assim sucessivamente. A navegação é uma opção muito mais sustentável ambientalmente do que a que existe hoje. Na Amazônia, com a construção das hidroelétricas, temos de pensar no uso múltiplo.

Eu gostaria de finalizar dessa forma. Agradeço-lhes a oportunidade.

Quero dizer da honra que tive por estar presente nesta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra, agora, ao Dr. Júlio Thadeu.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT– Sr. Presidente, eu queria só fazer um comentário muito breve, esclarecendo um pouco o meu otimismo com relação à não guerra sobre a questão da água, que é uma posição não só minha. Há diversos estudos relativos a isso em escala global. Talvez, a equação não seja simples, mas é uma questão mais ou menos óbvia.

A guerra pressupõe, antes de tudo, condições econômicas. Volto à questão econômica. Nenhum país entra em guerra se sua economia não puder sustentar a guerra. Falamos em água, e o exemplo que o Senador Jorge Viana deu de Barcelona abrange algo maior do que o carro-pipa, pois a novidade seria um navio-pipa trazendo água. Isso é referente à questão da água para abastecimento. Eu tinha mencionado que a quantidade de água para abastecimento humano e animal é relativamente pouca dentro da gestão de recursos hídricos. O fator pesado no uso de água na gestão de recursos hídricos é a agricultura. Exportar água para outro país ou trazer água de outro país por meio de navios-tanques torna o produto agrícola inviável economicamente, pela quantidade de água que é utilizada.

Meu otimismo se dá porque, diante dessas condições econômicas, é muito mais fácil – aí entra a parte teórica dessa questão de não haver guerra – haver uma negociação – e muito mais barato em termos econômicos, em termos pessoais e humanos –, haver um comércio, no caso da agricultura, de *commodities*,

do que um país entrar em guerra com outro para tirar água dele e levar para outro canto.

Então, este é que é o otimismo, ou seja, que é muito mais fácil ter essa negociação, muito mais óbvio. Isso não significa que não existam conflitos localizados. A nossa lei inclusive prevê aqui, no Brasil. Temos diversos conflitos localizados internamente e existem alguns conflitos internacionais localizados, mas todos eles, de certa maneira, estão resolvidos. Aqueles que ainda têm alguma coisa em relação à água – dizem que há conflitos em relação à água – se formos nos aprofundar um pouco mais na razão de esses países estarem em conflito, vamos ver que existem outras razões (razões ideológicas, razões econômicas, razões de petróleo) que estão por trás que talvez sejam preponderantes em relação a essa da água. Então, estou dando aqui um esclarecimento em relação a isso.

Quero agradecer aqui, Sr. Presidente, mais uma vez. Senti-me honrado de estar aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos a V. S^a, Dr. Júlio Thadeu, a participação do Ministério do Meio Ambiente nesta reunião, e passo a palavra ao Presidente da Adasa, Dr. Vinícius Benevides.

O SR. VINICIUS BENEVIDES – Aproveitando aqui a presença do representante do Ministério das Relações Exteriores, sabemos – tenho uma opinião firmada mais ou menos sobre esse assunto – que a água não conhece fronteiras. Um rio, quando passa de um Estado para outro, não sabe que está passando, não conhece fronteiras entre países. Estivemos em diversos eventos, em alguns deles representando o nosso País, e, por diversas vezes, ouvimos falar em águas internacionais. Supõe-se então um arbitramento internacional e essas consequências todas. Hoje, usam-se outros termos tais como compartilhados ou transfronteiriços, mas temos que nos lembrar que a água hoje tem um peso econômico muito grande. É importante falar, apesar de não ser na escala em que estamos comentando, mas, de certa forma, quando estamos exportando alguma coisa, estamos exportando, dentro, água, ainda que se trate de exportação de aço ou de qualquer outra coisa.

Quero terminar dizendo que o único substituto da água é a água. Por isso, essa questão é estratégica. Pode-se substituir uma fonte energética por outra, um tipo de material por outro, mas não se pode substituir a água por outro elemento. Então, falamos muito na questão econômica, mas lembro que, de certa forma, como o Professor Benedito colocou, há a questão do saneamento. Nós lidamos aqui com a questão do saneamento. Estamos até vendo seu reposicionamento

tarifário durante esta semana aqui. Um dólar – isso é valor internacional – aplicado no saneamento e saúde dá uma economia de quatro dólares na parte de saúde. Então, quando falamos de água, falamos de saneamento. A grande doença que mata gente no mundo tem, em sua maioria, veiculação hídrica. Então, quando falarmos de água, temos que falar de saúde e de saneamento. É só isso. Muito obrigado. Agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg pela oportunidade de estar aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quero concordar com o Professor Doutor Benedito Braga no tocante ao transporte hidroviário. Sou representante do Estado de Mato Grosso e tive oportunidade de trabalhar neste tema ainda como Procurador da República, antes de ser Senador da República. Mato Grosso é cortado por grandes possibilidades de hidrovias. A hidrovia Pargauai-Paraná nasce em Cáceres e vai, ultrapassa o a foz do rio Apa, divisa do Brasil com a Bolívia, chegando até Nova Palmeira no Uruguai. Tive oportunidade de participar do comitê intergovernamental da hidrovia, o CDIH, junto como o Ministério das Relações Exteriores, e infelizmente, em relação a essa hidrovia, tentaram fazer o licenciamento ambiental através de órgãos ambientais estaduais, e estamos a tratar de um rio internacional.

A mesma situação ocorreu na Teles-Pires-Tapajós. Ali também tentaram fazer estudo de impacto ambiental por órgãos ambientais estaduais e estamos num rio que é federal. E a necessidade dessa hidrovia com respeito aos direitos fundamentais das populações tradicionais, notadamente os índios Munduruku, ali, em Jacareacanga, já no Estado do Pará. E a necessidade desse múltiplo uso, através da edificação declusas, porque, depois, vamos ter que gastar um alto valor para a edificação. A mesma situação na hidrovia Araguaia-Tocantins, onde precisamos respeitar as leis ambientais, e é possível hoje com a tecnologia existente. Então, falta interesse aqui em relação ao respeito.

Só quero concordar inteiramente com o senhor sobre a necessidade do múltiplo uso dessas hidrovias e lembrar que os Estados do Centro-Oeste chegaram a esse desenvolvimento através das hidrovias. Eu me recordo de Senadores na época do Império – o Visconde do Rio Branco, por exemplo, foi Senador pelo Estado de Mato Grosso e ele descia de navio até o Uruguai, Nova Palmira, para chegar à capital do Império, que era o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo, agora, a palavra ao Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu só queria aproveitar a oportunidade final para agradecer o convite em nome do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Patriota, e também de meu chefe direto, que é o Subsecretário de Meio Ambiente e Energia, Embaixador Figueiredo, pela oportunidade de poder esclarecer e informar a respeito do segmento ministerial do Fórum Mundial da Água.

Eu me permito só, aproveitando a observação do Senador Taques e também do colega da Mesa, do Governo do DF, sobre o uso da expressão “rios internacionais”, que, se me permite, Senador, é uma expressão que também exige certa cautela, porque, rigorosamente falando, não há rios internacionais; a área dos rios é dividida quando os rios são fronteiriços. Mas a noção de rios internacionais não é, digamos, acolhida no âmbito das negociações em que o Brasil está envolvido, até porque ela pode no limite sugerir que os rios não são de soberania de país algum.

É só essa observação que eu gostaria de fazer, se os senhores me permitem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente, mas a expressão que usei eu a fiz com fundamento no Tratado da Jamaica e na Lei nº 9.617, que regulamenta esse tratado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mais uma vez, quero agradecer a contribuição que todos os nossos convidados e expositores trouxeram a este debate, lembrando que vamos retomar esse tema, voltando a ele no Fórum Mundial da Água, para analisar os resultados da participação brasileira e as decisões tomadas naquele fórum, bem como faremos o debate sobre a atualização e revisão da Lei nº 9.433 e iniciaremos o debate sobre como utilizar os recursos das renovações de concessões de energia elétrica para um programa de pagamento de serviços ambientais.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, encerro a reunião, antes convocando reunião deliberativa para as 11h50, daqui a cinco minutos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 12:56 HORAS.

Às doze horas e cinquenta e seis minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **MARINA SILVA, JEFFERSON PRAIA, FLEXA RIBEIRO** e **RENATO CASAGRANDE**. Deixam de comparecer os Senadores **VALTER PEREIRA, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, FÁTIMA CLEIDE, VALDIR RAUPP, ADELMIR SANTANA** e **SÉRGIO ZAMBIASI**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à leitura do Relatório Preliminar da Subcomissão, pelo Relator, Senador **JEFFERSON PRAIA**. Após a leitura, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório. Usam da palavra o Presidente e o Senador **FLEXA RIBEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotípiat informatizada.

Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Subcomissão Permanente da Água, em exercício.

**REGISTRO DE ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 14/12/2010**

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª (sic) Reunião da Subcomissão Permanente da Água, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A reunião destina-se à apreciação do relatório preliminar elaborado pelo relator da subcomissão, o Senador Jeferson Praia, a quem eu passo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente, apresento o primeiro relatório parcial da Subcomissão Permanente da Água. Esta subcomissão é presidida pela nobre Senadora Marisa Serrano.

Passo à conclusão e já destaco, Sr. Presidente, que gostaria que esse relatório fosse considerado na íntegra.

Conclusão. “As atividades da Subcomissão Permanente da Água devem concentrar-se na implementação da política nacional de recursos hídricos por meio do fortalecimento institucional dos estados federados na sua execução, assim como da efetiva participação integrada em gestões descentralizadas pela atuação dos comitês de bacias hidrográficas.

É fundamental, ainda, que a subcomissão articule seus trabalhos com a Agência Nacional das Águas e com os próprios estados, já que o Senador Federal é o seu representante no Congresso Nacional. De fato, as graves desigualdades regionais no acesso à água e aos serviços de saneamento básico são problemas que merecem especial atenção nesse sentido. Da mesma maneira a efetiva implementação pelo Executivo Federal da política nacional de resíduos sólidos e da Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, deverá ser monitorada e fiscalizada em atividades de controle externo de modo a garantir a melhoria dos níveis de qualidade hídrica, assim como para assegurar sua sustentabilidade às presentes e futuras gerações.

No que se refere a impactos de alterações climáticas sobre recursos hídricos e as potenciais conflitos na gestão e uso compartilhado entre países, as atividades da Subcomissão Permanente da Água devem pautar-se pela continuidade da participação em fóruns internacionais considerando o seu potencial na orientação de legisladores em formulação de políticas públicas baseadas nas experiências e no diálogo com outras nações.

É de se destacar o início das atividades de preparação para o 6º Fórum Mundial da Água a realizar-se em Marselha, na França, em 2012.

Dessa maneira, aqui relatamos o contexto atual da Subcomissão Permanente da Água, bem como sugerimos as ações para o próximo ano”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e ressalto a importância de consideramos este relatório na íntegra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jeferson Praia.

Em discussão o relatório do Senador Jeferson Praia. O Senador Flecha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para parabenizar o relator e a Presidente Senadora Marisa Serrano pelo trabalho que ela fez a frente da Subcomissão das Águas. É importante porque é um bem que entende-se que no futuro será... Já é escasso hoje e será mais escasso ainda à frente e que todos nós temos que preservá-lo e dar aos habitantes da

Terra condição de ter água potável em condições de garantir a qualidade de vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa. E também parabeno o Senador Jefferson Praia Senadora Marisa Serrano pelo trabalho feito na subcomissão.

E não havendo quem mais queira discutir, em votação. Os senadores que forem favoráveis ao relatório do Senador Jeferson Praia permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório.

Não havendo mais nada a tratar com relação à subcomissão, encerro a presente reunião e convido para a continuidade da Reunião Ordinária da Comissão para as 3 horas da tarde, aqui nesse Plenário.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13 horas.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 12h, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às doze horas e dezoito minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador FLEXA RIBEIRO, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, RENATO CASAGRANDE e DELCÍDIO AMARAL. Deixam de comparecer os Senhores Senadores ROMERO JUCÁ e JEFFERSON PRAIA. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é realizada audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2010 – CMABMONTE, que “requer, nos termos do art. 58, §2, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir as notícias vinculadas na mídia sobre problemas na obtenção das licenças necessárias para permitir o início da construção da hidrelétrica de Belo Monte”. Comparecem os

seguintes convidados: Carlos Nascimento, Presidente do Consórcio Norte Energia; Ubiratan Cazetta, Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Estado do Pará; e Thomaz Miazak de Toledo, Coordenador de Energia Hidrelétrica de Transposições da Diretoria de Licenciamento do IBAMA, representando o Presidente do IBAMA, Abelardo Bayma Azevedo. O Senador FLEXA RIBEIRO comunica que o Ministro das Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, justificou sua ausência. Após a explanação dos convidados, o Senhor Senador FLEXA RIBEIRO usa da palavra e convida o Sr. Francisco Sérgio Belich de Souza Leão, Coordenador do Governo de Transição do Estado do Pará, a fazer sua exposição sobre o tema. A seguir, o Senador FLEXA RIBEIRO apresenta seus questionamentos aos convidados. Os convidados respondem às perguntas e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 07/12/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para discutir as notícias vinculadas na mídia sobre problemas na obtenção das licenças necessárias à construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

O nosso Presidente da CMA é o vice-Presidente da Subcomissão também de Acompanhamento das Obras de Implantação de Usina de Belo Monte. Quero agradecer a presença de V. Exa., que, como já disse, vai assumir o governo do Espírito Santo, mas espero que continue, como governador, apoiando a implantação desse importante projeto para o Brasil.

O objetivo da audiência de hoje é que a mídia tem divulgado, com bastante insistência, de que está havendo algum retardamento na questão da licença

ambiental, de início, da implantação do projeto. Foi dada uma licença provisória, e a licença de instalação, que é a que permite iniciar as obras, ainda não foi liberada. Na Amazônia, nós temos um clima muito peculiar, eu sempre digo que lá nós temos duas estações: uma que chove todo dia e a outra que chove o dia todo, que define bem a forma de se poder trabalhar. Então, durante o inverno, não há como se fazer obras de engenharia que não sejam com dificuldade e com gastos desnecessários de recursos. Então o que se pretende, pelo que nós estamos sendo informados, e nós vamos, hoje, com a presença dos nossos convidados, é discutir exatamente essa liberação para a instalação do canteiro, não é para a liberação da obra. A obra ainda tem algumas condições a serem atendidas pelo consórcio e que só irá iniciar no verão de 2011. Mas, se não houver liberação para a instalação do canteiro de obras, nós vamos perder o ano de 2011 com o início efetivo da instalação da barragem. Então a ideia é verificar quais as dificuldades, saber se o Senado Federal tem como intermediar ou tentar uma solução, para que se possa fazer essa instalação do canteiro, de tal forma que não se perca 2011 e só se possa começar a barragem realmente em 2012.

Eu convido à Mesa, e peço que possam tomar assento, os nossos convidados de hoje: Dr. Ubiratan Cazetta, Procurador Chefe da Procuradoria da República do Pará; Dr. Carlos Nascimento, Presidente do Consórcio Norte Energia; Dr. Thomaz Miazak de Toledo, Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições da Diretoria de Licenciamento do IBAMA; Sr. Antônio Raimundo Coimbra, do Consórcio Norte Energia. Eu queria, com licença dos Srs. Senadores e dos nossos convidados, convidar para participar da Audiência Pública o Dr. Sérgio Leão, que é o Coordenador da Transição do Governo no Estado do Pará, terá um papel preponderante no próximo governo e já está se inteirando das necessidades de apoiar o projeto, a execução do projeto de Belo Monte. Eu convido também o Sr. Sérgio Leão para que ele possa tomar assento.

Nós estamos aguardando o Dr. Ubiratan Cazetta, está em Brasília, veio no mesmo avião que eu de Belém, deve estar chegando para a audiência.

Também convidamos para a audiência de hoje o Ministério das Minas e Energia, O Ministro Márcio Zimmermann, e recebemos um Ofício nº 070/2010, justificando a ausência do ministro na audiência, que eu gostaria de dar conhecimento aos Srs. Senadores.

Ofício 070/2010: "Assunto: Audiência Pública – Licença ambiental para a Hidrelétrica de Belo Monte.

Sr. Secretário, de ordem do Sr. Ministro de Estado, faço menção ao Ofício nº. 210/2010 – CMA Belo Monte, datado de 24 de novembro de 2010, por meio

do qual S. Exa., o Senador Flexa Ribeiro, comunica que a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte promoverá Audiência Pública, destinada a discutir problemas na obtenção da licença ambiental para início da construção daquele empreendimento, e convida o Ministro Márcio Zimmermann para participar da referida reunião, a ser realizada no próximo dia 30 de novembro, terça-feira. O tema que a subcomissão pretende discutir está afeto à área ambiental, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, e ao Consórcio Norte Energia, responsável pela implantação do projeto, não havendo ação a ser implementada pelo Ministério das Minas e Energia sobre esse assunto".

Então o Ministro deixa de comparecer à audiência, eu diria, dando uma de Pôncio Pilatos, não é? Dizendo que, como o assunto está sendo desenvolvido entre o Ministério de Meio Ambiente e o IBAMA, que aqui está presente, e o Consórcio Norte Energia também se faz presente, eu quero agradecer a presença de V. Sas., ele tira o Ministério das Minas e Energia da lide, que é a parte mais interessada na questão da implantação do projeto, me parece, e coloca como sendo algo que tenha que ser resolvido entre o Ministério do Meio Ambiente e o Consórcio. Eu não comungo, lamentavelmente, do pensamento do Ministro, eu acredito que o Ministério de Minas e Energia tem um papel preponderante, até como o executor do empreendimento, e qualquer assunto que trate sobre Belo Monte, essa Subcomissão de Acompanhamento, que se estenderá até a colocação em operação da usina, ou seja, ela terá uma vida longa, pelo tempo em que a usina estiver em execução, nós, em todas as reuniões, estaremos chamando o Ministério das Minas e Energia, porque eu acho que é importante que o Ministério se faça, ou diretamente ou através da Eletrobras ou da Eletronorte, mas que, através de um representante, não necessariamente a S. Exa. Sr. Ministro, mas alguém que possa falar pelo Ministério das Minas e Energia com relação à questão de Belo Monte.

Então, eu vou fazer um contato pessoal com o Ministro Zimmermann, para que possamos definir que, nas próximas audiências, da impossibilidade da presença do ministro, que ele mande um representante do seu Ministério, para que possamos avançar na discussão sobre Belo Monte.

Eu dou início à Audiência Pública de hoje. Já fiz referência, Dr. Carlos Nascimento, Dr. Thomaz Toledo, que essa audiência nós gostaríamos, aqui do Senado, dessa subcomissão, ter de V. Sas. conhecimento a respeito das dificuldades que ainda persistem na liberação da licença de instalação, porque, para nós da Amazônia e do Pará, em especial, onde o projeto será

implantado, eu dizia que nós temos uma questão climática muito importante, nós só podemos trabalhar por seis meses, que é o tempo do verão; no inverno, não há possibilidade. E o que me parece que está sendo solicitado pelo consórcio é apenas a licença de instalação do canteiro de obras para que, a partir do verão de 2011, se possa efetivamente iniciar a implantação do projeto. Então pelo noticiário da imprensa, me parece que o Consórcio Norte Energia ainda não atendeu algumas exigências da licença provisória, exigências essas que seriam para a implantação da barragem. Como nós... Como o Consórcio solicita apenas que se faça a instalação do canteiro para que não se perca o ano de 2011, essa audiência tem por objeto exatamente tentar esclarecer essas dúvidas e ver de que forma os senadores, o Senado Federal e a Comissão de Meio Ambiente pode ajudar no sentido de resolver essas dificuldades que estão existindo.

Então eu passarei a palavra ao representante do IBAMA, Dr. Thomaz Miazak de Toledo, Coordenador de Energia Elétrica e Transposições da Diretoria de Licenciamento do IBAMA, que ele possa fazer, na sua exposição, os esclarecimentos sobre a questão.

SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO: Boa tarde a todos, S. Exa. Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão Temporária de Belo Monte, Exmos. Senadores, aqui presentes nessa sessão, Diretor Dr. Carlos Nascimento, Presidente do Consórcio Norte Energia, com quem o IBAMA, nos últimos meses, tem cumprido agenda de trabalho intensa para avançar no processo de licenciamento desse grande projeto de reaproveitamento hidrelétrico, projeto de Belo Monte.

Pois bem, estamos aqui, hoje, para trazer os esclarecimentos do IBAMA em relação ao estado do processo, após a emissão da licença prévia em 1º de fevereiro pelo IBAMA, inclusive registrar aqui, agradecer a presença do Exmo. Senador Flexa Ribeiro nas Audiências Públicas do empreendimento, na oportunidade antes da licença prévia, e dizer que, em relação às notícias do andamento do processo, que noticiaram dois pareceres técnicos emitidos pelo IBAMA, os pareceres técnicos do IBAMA relatam o estado do processo até aquele momento, foram um parecer emitido no início do mês de outubro e outro mais para o final do mês de outubro, fazendo análise da documentação apresentada pela Norte Energia, referente a essa solicitação então de instalações iniciais. A empresa deseja realmente, como bem atentou o Senador Flexa Ribeiro, adiantar algumas obras, em função do regime hídrico lá da região.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com licença, Dr. Thomaz. Convido o nos-

so Procurador-Geral, Dr. Ubiratan Cazetta, para tomar assento à Mesa.

SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO: Pois bem, retomando. Em função do regime hídrico, a empresa deseja fazer a instalação, preparar a região para as instalações de fato do empreendimento e apresentou, perante o IBAMA, solicitação para que ela possa realizar essas atividades. Parte das condicionantes estabelecidas pela licença prévia... A licença prévia foi emitida no dia 01 de fevereiro de 2010, estabelecendo cerca de 40 condicionantes, e parte dessas condicionantes, de fato, não se aplicam a esse momento, tendo em vista que elas somente se incidiriam ou no momento da operação mesmo do reservatório, da usina de geração de energia, ou mesmo na fase de instalação do empreendimento propriamente dito. Mas parte das condicionantes já se aplicariam a esse momento.

Então essa agenda de trabalhos, aí, no qual a Norte Energia tem protocolado uma série de documentos no IBAMA... O IBAMA, junto à Norte Energia, realizou também diversas reuniões técnicas para esclarecimento de entendimentos técnicos, mesmo, sobre o conteúdo dos documentos, frente às exigências da condicionante da licença prévia; o IBAMA realizou também vistoria técnica na região, a fim de avaliar algumas medidas que o IBAMA entende que a empresa responsável pelo empreendimento já deveria implementar para esse momento, e nessa oportunidade dessa vistoria, que foi realizada entre os dias 15 e 20 de outubro, também realizamos reuniões com lideranças locais, prefeituras, inclusive com representantes do Ministério Público Federal presentes, representantes das organizações civis, de forma que, hoje, o IBAMA já tem encaminhado bem a instrução técnica desse processo.

Então, assim, referente àqueles dois pareceres que foram firmados um no dia 5 outubro e outro no dia 20 de outubro, hoje, o processo já caminhou bastante, em termos da gente chegar a um entendimento tanto de definição de programas de controle, que o IBAMA entende como necessários para essa etapa de instalações iniciais, quanto para ações que o IBAMA entende... foram chamadas como ações antecipatórias, que o IBAMA entende que tem que ser implementadas mesmo para essa etapa solicitada pela empresa.

Então acho que, de uma forma geral, são esses esclarecimentos e me coloco aqui à disposição para responder questionamentos específicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Thomaz, V. Exa. poderia dizer quais são essas etapas, essas exigências que ainda não foram cumpridas por parte do Consórcio para início da instalação do canteiro? Teria listado essas exigências que ainda não permitem essa emissão da licença?

SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO: Como eu disse, Sr. Senador, o que a gente tem documentado no processo é um estado no dia 20 de outubro. No dia 20 de outubro, o IBAMA registrou o Parecer Técnico 95, de 2010, e ali ele colocou algumas medidas que ainda precisariam ser atendidas.

Eu trouxe algumas anotações aqui, talvez eu tenha... Bom, nesse parecer, ficou registrado algumas ações que a... essas ações antecipatórias que a empresa deveria dar início à implementação já para essa etapa, que a equipe técnica do IBAMA se pronunciou no sentido de que a empresa deveria ao menos iniciar a reforma dos equipamentos de saúde e educação em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, são localidades próximas, ali, ao eixo do barramento e próximas a essas instalações de interesse da empresa para esse momento; iniciar a contratação de equipe profissional de saúde para Altamira; a questão de entendimentos junto às prefeituras para a saúde, em relação aos municípios dessas duas localidades, Vitória do Xingu e Anapu; iniciar a implantação de estrutura de saneamento básico nessas duas localidades, Belo Monte e Belo Monte do Pontal, e aí, já não antecipadamente, mas concomitantemente às instalações iniciais, a equipe apontou a necessidade de se iniciar as obras de saneamento básico, aí já no Município de Altamira e Vitória do Xingu. Então foram esses os pontos principais destacados pela equipe para essas ações antecipatórias que a empresa precisaria comprovar o início das atividades, para que o IBAMA, então, possa emitir uma licença de instalações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Thomaz e passo a palavra ao Dr. Ubiratan Cazetta, Procurador Chefe da República no Estado do Pará.

SR. UBIRATAN CAZETTA: Uma boa tarde a todos, uma boa tarde ao Senador Flexa Ribeiro; queria inicialmente agradecer essa oportunidade de estar aqui, no Senado, para discutir esse tema. Eu acho que o Thomaz foi bastante preciso, nós estamos agora num momento em que é necessário muito cuidado na discussão desse tema.

Belo Monte é ainda um objeto de uma intensa discussão judicial, nós temos algo em torno de sete ou oito ações propostas, em momentos distintos, não julgadas, e isso é algo que preocupa a todos nós, porque há pelo menos em tese a possibilidade de alguma dessas ações vir a ser julgada procedente e afetar uma obra que já vai ter iniciado. Então eu acho que o primeiro ponto que a gente queria deixar claro é que, embora do ponto de vista concreto, não haja nada que impeça a realização, o início das obras, há ainda pendências sérias que, em tese, ao menos, poderiam levar a uma

situação bastante inadequada de em algum momento vir uma decisão judicial, por exemplo, parando as obras ou tendo como efeito uma discussão, ou a necessidade da realização de um estudo que não foi feito lá atrás, o que afetaria muito negativamente um investimento, e com todo o impacto, quer no próprio cronograma de obras, quer na própria noção do custo dessa obra.

É evidente que nós não estamos dizendo aqui que, olha, é inadequada iniciá-la; nós estamos apenas alertando claramente que há ainda em relação à obra de Belo Monte uma quantidade de controvérsias muito grande, que, pelo padrão de andamento dos processos judiciais, pode, em algum momento, criar uma situação bastante complicada de ser resolvida, como nós tivemos e temos até hoje situações como o Porto da Cargill, que o senhor bem conhece, lá em Santarém, que, depois de inaugurado, houve a determinação de realização de um estudo prévio de impacto ambiental e toda uma discussão em torno dessa questão. Então é bom pontuar que, do ponto de vista do Ministério Público, há ainda uma série de ações que precisam ser decididas, e decididas o quanto antes, para que nós saíamos desse momento de indefinição.

Em relação a esse ponto específico, que é o objeto do nosso encontro de hoje, que é a possibilidade de uma licença fracionada da licença de instalação, há aqui duas ponderações bastante importantes também do ponto de vista do Ministério Público. Uma delas não diz respeito expressamente a Belo Monte, é uma posição institucional do Ministério Público, que não entende existente no nosso ordenamento jurídico a possibilidade dessas licenças provisórias. Nós sabemos que isso foi concedido nos outros empreendimentos hidrelétricos, em alguns deles não foi objeto de discussão, em outros foi, mas há uma posição institucional do Ministério Público Federal contrária à noção dessas licenças fracionadas; são licenças para instalação exclusivamente do canteiro, quando ainda não cumpridas aquelas condicionantes, estabelecidas pelo próprio órgão ambiental, em relação à licença de instalação.

Então o primeiro ponto é independente de Belo Monte, é um ponto da própria ideia de licenciamento ambiental, que acho, inclusive, que, em algum momento, vai ter que ser enfrentada no âmbito da normatização, no âmbito da legislação, para se definir se é possível, se não é possível, e quais são as condicionantes. Hoje, a visão é: como não há essa figura jurídica... Na nossa visão, para nós, o licenciamento, ele tem as fases muito bem marcadas: a licença prévia, a licença de instalação e licença de operação, e não cumpridas as condicionantes para a licença de instalação, qualquer licença que venha a ser concedida seria prematura,

exatamente porque não há previsão. Então, essa é uma visão institucional que independe da atuação do Ministério Público Federal no Pará.

Especificamente em relação ao Ministério Público Federal do Pará, que sustenta essa posição da impropriedade de uma licença provisória, há preocupações bastante fortes em relação a identificar, dentre as 41 condicionantes, talvez – Thomaz me corrija, se estiver errado o número -, quais efetivamente são aquelas que se antecipou a um momento, que vai ser um momento quase de operação, condicionantes que foram colocadas já para um momento muito lá na frente, e quais são aquelas que não são para frente, que são prévias mesmo. O Thomaz colocou aqui duas questões, muito rapidamente; a questão de educação dos dois sítios de Belo Monte, digamos assim, que são aqueles que vão ser afetados imediatamente pela simples criação do canteiro. Essas obviamente são imprescindíveis. Mas nós temos uma visão talvez um pouco mais rigorosa desse ponto em relação aos impactos que serão sentidos, desde já, pelo Município de Altamira. Eu não sei até que ponto falar em início de obra de saneamento é suficiente para o impacto que se espera. E aí a criação da instalação do canteiro de obras, embora eu entenda... E aí ressaltar muito claramente que o Ministério Público não desconhece a realidade da Amazônia, sabemos claramente que há determinados momentos de obra que são marcados pelo aumento de chuva, isso é algo que nós entendemos, mas nós entendemos também que a simples instalação do canteiro, ela traz um impacto muito forte.

Eu vou dar um exemplo muito concreto da minha visão, não como membro do Ministério Público, mas como administrador. Na situação de Procurador Chefe, eu sou administrador do Ministério Público Federal, no Pará, e me vi, hoje, coisa de duas semanas atrás, obrigado... Para renovar o contrato de locação do prédio que nós ocupamos, que está longe de ser uma instalação nababesca, um prédio absolutamente comum, nós passamos de um aluguel de pouco mais de três mil para nove mil reais. Então, em um período muito curto de tempo, nós já sofremos, como locatários de um imóvel, a pressão do que significa o anúncio da obra de Belo Monte. Como administrador, me vi diante de uma situação de reconhecer, inclusive, de certa forma, me posicionar contrário ou não propriamente contrário, mas, enfim, de ampliar a avaliação que foi feita pelo SPU, reconhecendo que o impacto imobiliário sobre Altamira, hoje, em decorrência da instalação das empresas que vão trabalhar para o Consórcio Norte Energia, fez com que os poucos imóveis, minimamente em condições de serem aproveitados, sofressem um processo de especulação imobiliária, que praticamente

triplicou o custo de locação. Então eu cito esse exemplo, um exemplo muito típico, facilmente resolvido, de certa forma, como administrador, por reconhecer que já se investiu muito naquele prédio, que não há outro prédio em condição de ser utilizado, para dizer que, enfim, se nós, do Ministério Público Federal, tivemos condições de passar de 3300 para 9 mil reais, essa realidade não é a realidade geral da população. O impacto sobre Altamira já existe. Existe um impacto imobiliário, existe um impacto forte e crescente sobre as demandas de saúde, existe um impacto forte e crescente sobre as demandas de segurança, só... Forte e crescente sobre as questões de educação. O novo governo do Estado do Pará, vejo aqui o futuro Secretário Sérgio Leão, já sente isso; a realidade de Altamira, de Vitória do Xingu, de Anapu, daquelas cidades que estão no entorno, hoje, não é a realidade de seis meses atrás, e ela vai ficar ainda mais impactada com a instalação pura e simplesmente do canteiro, porque o canteiro trará já um início de obra, obviamente que nem se aproxima da obra em si de Belo Monte, mas vai trazer, sim, impacto, vai trazer um deslocamento de mão de obra vinculada ao Consórcio, mas, mais do que isso, vai, aí, sim, despertar de vez a corrida por uma expectativa do que virá a ser aquela região a partir do início das obras.

E aí a nossa preocupação muito forte de que as condicionantes que foram colocadas e que, em alguns momentos, por nós mesmos, foram consideradas insuficientes, porque não trazem a solução, elas trazem quase que uma frase de efeito – é necessário articular os municípios -, elas precisam ser implementadas antes de eu ter um efeito concreto.

Então, se eu falo que eu preciso articular os municípios na questão da saúde, não adianta eu dizer: “Ah, nós marcamos duas ou três reuniões para articular os municípios”, sem ter uma visão clara do que isso significa em termos de investimento, no que isso vai impactar o volume de recursos para esses municípios, de onde virá esse volume de recursos, porque nenhum desses três municípios tem a mínima capacidade financeira de reagir a esse volume de pessoas que vai para lá, o consórcio já tem isso previsto, não tem isso previsto, qual é a fonte, em que momento vai surgir o investimento nessa área saúde, em que momento esse investimento vai ocorrer... Porque é muito fácil dizer: “Olha, nós vamos projetar a construção de um hospital para Vitória do Xingu”. Sim, projetar e executar em quanto tempo? Em dois anos? E nesses dois anos, o que é feito com a população que vai demandar saúde em Vitória do Xingu? O que é feito com a população que vai demandar educação em Vitória do Xingu? Então a nossa preocupação – estou sendo bastante resumido, Senador Flexa Ribeiro – diz res-

peito a identificar com muita clareza, dentre aquelas condicionantes, quais são absolutamente imprescindíveis de serem implantadas efetivamente, antes que o impacto ocorra. E algumas dessas condicionantes, elas ainda estão num grau de subjetivismo tão grande que é difícil imaginar que elas tenham um efeito concreto, com prazo mínimo inferior a dois anos, enquanto que os efeitos concretos da implantação do canteiro de obras vai ser um efeito imediato.

Então a nossa preocupação transcende às críticas que nós temos ao projeto, às questões que nós temos em relação a falhas procedimentais. A nossa preocupação, hoje, é com os olhos muito postos na realidade. O impacto já está presente em Altamira, será potencializado em um valor muito grande, a partir do momento da autorização para que o canteiro seja instalado, porque o canteiro transmite, para quem não é diretamente ligado à obra, uma ideia de que a obra começou. Não adianta dizer: "Ah, não, mas é só o canteiro". Para mim é fácil dizer que é só o canteiro, para o Presidente do Consórcio é fácil dizer que é só o canteiro, mas, para quem tem uma expectativa de uma redenção de toda uma região, uma expectativa às vezes muito fora da realidade projetada pelo próprio consórcio e projetada por quem está ali, que vai se deslocar para aquela região e que vai jogar para o Executivo Municipal, para o Executivo Estadual e para o próprio Governo Federal, uma pressão que pode colocar, não em risco, mas em xeque toda a ideia das condicionantes, porque, se o dano ocorre antes da condicionante ser implementada, nós vamos passar dois ou três anos, sendo bastante otimista, sem uma atividade de saneamento básico em Altamira, com a cidade sofrendo uma explosão demográfica. Alguém pode me dizer: "Mas Altamira nunca teve saneamento básico". Ok, mas nunca teve também uma pressão externa que jogue o tamanho da cidade para três vezes.

Enfim, o que nós temos... E aí é uma ponderação muito clara do Ministério Público Federal. Nós não podemos ser, neste momento, minimalistas em relação aos efeitos que já ocorrem e aos efeitos que serão potencializados pela simples implantação do canteiro. Então, por mais que haja uma justificativa de engenharia, uma justificativa de construção para esse canteiro, a existência desse canteiro sinaliza para o aumento dos problemas e sinaliza para a necessidade de medidas preventivas, para que nós não tenhamos daqui a um ano uma discussão, e aí o senhor bem assistiu isso, na questão de Juruti. Juruti também, num primeiro momento, quando se implantou a Alcoa, empreendimento privado, o primeiro ano, um ano e meio, a cidade não tinha condição de atender a demanda provocada. É culpa do empreendedor? Não, ele disse que ia levar

tantos e tantos trabalhadores da construção civil e construiu os alojamentos para eles; só que o que esse movimento trouxe agregado, o município não estava preparado. Então, para se fazer uma simples visita a Juruti, ou se pedia autorização prévia às empresas que tinham reservado todos os espaços em hotéis, ou não se podia ir a Juruti porque não tinha onde se estabelecer. E isso, insisto, estou falando em coisas mais visíveis, porque as invisíveis, que são os impactos na população, elas dificilmente são mensuradas. Elas são mensuradas no aumento da violência, no aumento de prostituição, no aumento de todas aquelas mazelas que nós entendemos que não há possibilidade do estado brasileiro repetir em relação a Belo Monte.

Belo Monte é um projeto que vem sendo discutido desde 1985, um projeto eivado de críticas de todas as ordens e tem sobre ele e sobre aqueles que autorizam a sua realização, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista de empreendedor, a obrigação de fazer de Belo Monte um projeto-modelo, um projeto-modelo que não repita e que faça calar as críticas, que nós mesmos, do Ministério Público, sempre fizemos. Então, se nós vamos fazer Belo Monte, porque tudo aquilo que o Ministério Público e os movimentos sociais criticaram é exagero, há obrigação de que o Consórcio Norte Energia, que os órgãos ambientais e que todos aqueles envolvidos tenham essa visão. Não se pode reproduzir em Belo Monte todos os erros do passado, e alguns deles estão anunciados, se nós anteciparmos a implantação do canteiro, sem a adoção efetiva de medidas que deem respostas; é preparar a estrada antes de botar o caminhão na rua. Depois de colocado o caminhão, para fazer estrada em cima do buraco, vai ser muito pior. A princípio, essa é a visão muito simplista do Ministério Público em relação a essa situação, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Ubiratan Cazetta e concordamos, Dr. Ubiratan Cazetta, inclusive tenho repetido aqui, todas as vezes, que a intenção do Senado Federal, da Comissão de Meio Ambiente e da Subcomissão de Acompanhamento de Implantação da Hidrelétrica de Belo Monte, é exatamente nesse intuito, de que se possa fazer a implantação do projeto e que ele sirva de modelo para que... A demonstração de que é possível, atendendo não só à necessidade de geração de energia, não só à questão econômica da viabilidade do projeto, mas também à questão ambiental e social, não do município, eu diria, mas da área que será impactada por esse projeto, que é uma área bem maior do que o sítio onde a barragem vai estar instalada.

Então nós concordamos com essa preocupação do Ministério Público, acho correto, acho correto. Acho que Belo Monte não pode ser feita, que ela não seja exemplo, até porque, até porque ela será seguida de outros projetos, e que, se nós encontrarmos o meio de fazê-lo sem que haja essas questões todas que são reais, são reais, facilitará o início e a implementação dos próximos. V. Exa. tem toda a razão, quando se refere ao impacto só pela... Eu não diria nem pelo início da instalação do canteiro. Só pela notícia de que Belo Monte será implantada, já há um clima de atração para aquela área, que eleva todos os custos.

Eu me preocupo, mas vamos falar isso após o Dr. Carlos Nascimento, como Presidente do Consórcio, poder colocar aqui a sua posição também, como é que nós vamos poder equacionar os dois lados, de tal forma que o país que necessita da energia não possa vir a ter dificuldade no seu desenvolvimento.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Nascimento, Presidente do Consórcio Norte Energia.

SR. CARLOS NASCIMENTO: Boa tarde a todos, boa tarde, Senador Flexa Ribeiro, Sr. Procurador Ubiratan Cazetta, Thomaz, IBAMA, Adriano, [ininteligível], Coimbra, que são diretores da Norte Energia, senhoras e senhores.

O que nós estamos vendo, com esses problemas de Belo Monte, na realidade, nós estamos tratando do desenvolvimento do nosso país. É disso que nós estamos falando. O que nós queremos no futuro e quanto mais rápido nós queremos chegar nesse futuro? Há alguns anos, quando eu era o Presidente da Eletro-norte, nós recebemos uma missão do governo para construir, concluir as eclusas do Tucuruí. Essas obras das eclusas do Tucuruí, recém-inauguradas pelo Presidente Lula, passaram 30 anos para serem concluídas. Foram 30 anos que o país desperdiçou de desenvolvimento para aquela região. Mas nos últimos anos ela foi concluída, e hoje nós podemos dizer que o país tem a maior eclusa do planeta. É um orgulho para a engenharia, para os órgãos ambientais, mas não foi fácil construir a eclusa de Tucuruí. Nós tivemos que remover pessoas. Eu lembro, vendo aqui o Dr. Sérgio Leão, quando, na década de 80, o atual governador eleito do Pará, junto comigo e mais um membro do Ministério da Justiça, integramos uma comissão para melhorar as condições de vida da região de Tucuruí, do empreendimento UHE Tucuruí. As dificuldades foram muitas, e agora, na inauguração da eclusa, nós tivemos a alegria de ver o Presidente da República, em nome da Norte Energia, contratar 37 alunos, formandos em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, formados na Universidade do Pará em Tucuruí. Isso, em alguns anos, não se podia nem pensar, e o melhor ainda é

que, dentro desses 39, tem 16 moças; quase 41% dos 39 formandos são moças. Então isso, há alguns anos, era difícil de se imaginar.

Nós temos que acreditar que o nosso país precisa dar passos importantes para se desenvolver, e nós temos uma legislação ambiental que é uma das melhores legislações do planeta. Temos um Ministério Público muito atuante; o que todos nós queremos é, de forma harmônica, acharmos os caminhos do desenvolvimento no país. Nós precisamos, beirando aí entre 4000 e 4500 MW, agregar isso ao sistema brasileiro todos os anos. E existem várias formas de se fazer isso. Uma das formas é usarmos os recursos endógenos, os recursos que temos no nosso país. Nós temos os rios, nós temos a tecnologia das várias empresas, que estão no Brasil, nós sabemos construir, já demos prova disso, com grandes empreendimentos: Itaipu, Tucuruí e outros, e mesmo no trato com a Amazônia.

Muito se fala de Balbina. Os senhores não encontram, na literatura, nada, nenhum malefício que Balbina tenha criado. Nós, na época de 80, na Eletro-norte, ajudamos a demarcar uma reserva modelo, que é a dos Waimiri Atroari, a população cresce, os índios têm os dentes bem tratados, num programa de longo prazo que fizemos. E eu me orgulho de ter participado desses eventos, me orgulho. Como me orgulho também de ter contribuído também na área ambiental no meu estado. Eu coordenei, no meu Estado do Pará, o zoneamento ecológico e econômico do Estado do Pará e coordenei um projeto que, na serra, onde houve a guerrilha do Araguaia, em São Geraldo do Araguaia, hoje nós temos uma área de proteção ambiental e temos o Parque Estadual da Serra das Andorinhas e Martírios, que eu tive a honra de coordenar também esses projetos. Então a gente tem bastante sensibilidade, quer seja com a questão indígena, quer seja com a questão ambiental.

E tenho que olhar também o futuro do nosso país. Porque que alternativas temos para atender o crescimento do nosso país? Existe uma figura, que é o custo do não atendimento da energia pelo nosso país. Na época que se construiu, em 11 meses, uma linha de transmissão de Tucuruí para atender o Nordeste brasileiro, na década de 2001, desculpe, em 1988, 87, o custo do megawatt, naquele momento, era em torno de 750 unidades monetárias daquela época, porque tínhamos as moedas, tivemos uma mutação grande monetária no país. Atualmente, esse número definido pela empresa de pesquisa energética é de 2900 reais por megawatt/hora não atendido.

O grande problema nosso é que nós temos que encontrar algo que concilie os vários interesses com o desenvolvimento do nosso país. O setor elétrico brasi-

leiro, as nossas construtoras nunca causaram desastres ecológicos no nosso país. Nós sabemos que tem impactos, quando uma grande obra dessas é executada, nós sabemos, do mesmo modo que uma estrada, qualquer coisa que interfira com o meio ambiente, isso causa perturbações. E eu posso falar, de certa forma, de [ininteligível], porque eu vivi um problema que não era ligado diretamente ao empreendimento de Tucuruí. Nós tínhamos um número grande de pessoas assentadas em Tucuruí e nós doamos as terras, 50 hectares para cada pessoa, só que essas pessoas começaram a derrubar as madeiras e negociar as madeiras com os madeireiros. O sistema... O nosso sistema ecológico, ele é uma coisa que a gente ainda vai levar muito tempo para entender precisamente, mas tem umas coisas que são básicas. Tem as árvores, vem um passarinho, pega uma semente, come a semente, se alimenta também de alguns insetos, o pássaro voa mais rápido e o inseto mais lento, e à medida que as árvores foram derrubadas, os pássaros voaram para mais longe para ter o seu alimento, já que não tinham as árvores, e houve uma proliferação dos insetos menores, de menor velocidade, e isso causou um problema muito sério na região.

Mas vejam bem, é um problema decorrente e da situação econômica do nosso país. Naquela época, as mutações, eu diria, as migrações de pessoas de várias regiões do Brasil para a região do empreendimento de porte como o Tucuruí, eram de certa forma mais fáceis, porque nós tínhamos problema de desemprego no Brasil, nós não tínhamos feito as grandes reformas bancárias que fizemos, o país não tinha avançado em vários setores que avançou ao longo dos últimos 20 anos. Então isso, hoje... Nós estamos vendo, os aeroportos estão lotados. Se isso fosse há 20 anos atrás, o problema em Altamira era muito sério hoje, porque já teria um contingente populacional extraordinário. O problema hoje é que o Brasil está numa efervescência e com várias obras, Copa do Mundo, Olimpíada, não é? E construção civil está com um boom em várias áreas que não é fácil deslocar espontaneamente um contingente de pessoas porque se anunciou um empreendimento. Concorro integralmente, as nossas equipes estão sentindo isso, já tem um efeito em Altamira.

Altamira, aquela região é uma região pobre, os diagnósticos que foram feitos indicam que a aproximadamente 50% vivem em uma linha de extrema pobreza, com menos de meio salário mínimo. Esse projeto vai trazer uma redenção para aquela região, vai trazer uma redenção para o estado. A única coisa que se precisa conciliar são os interesses. Voltando no tempo, quando eu falei que o custo déficit, hoje, na ordem de 2900 reais por megawatt/hora, a produção

média anual de Belo Monte deve ser da ordem aí de uns 40 bilhões de megawatt/horas. Isso significa que isso vai dar... Se Belo Monte não entrar, isso tem um custo social para o Brasil da ordem de uns 116 bilhões de reais. Esse é o custo que a gente tem de um empreendimento desse não entrar na época devida. Por que? O que vai acontecer com um empreendimento desse? Quando um empreendimento desse não entra, uma série de situações vão ocorrendo ao longo do tempo. O que vai acontecer? Isso eu estou falando com todos os empreendimentos de porte. E o Estado do Pará é um dos estados privilegiados em relação a essas fontes hídricas. O que se procurou fazer? Se procurou otimizar um projeto que antes alagava uma área de quase 8mil Km² para chegar numa área de aproximadamente 516, onde cerca de 40% disso já é a calha natural do rio. Ou seja, se procurou... Não se atinge diretamente nenhuma terra indígena. Ou seja, se procurou fazer um projeto... Eu diria para os senhores, como engenheiro, a configuração desse projeto, nós temos que nos perguntar se nós temos o direito de privar as gerações futuras do suprimento de energia, de uma fonte renovável, com economia no seu custo, e que pode trazer uma grande vantagem competitiva para o nosso país. Nós somos um país – o último censo está mostrando os números – com 190 milhões de habitantes. Prover serviços, prover infraestrutura, em uma magnitude dessa, é um desafio muito grande. Todos os senhores têm noção disso.

O Dr. Ubiratan falou a respeito do custo, o que é a gestão. Ele, como gestor, que todo dia tem que lidar com diferentes tipos de problemas. Esses problemas macro do país, eles também são problemas que devem nos preocupar a todos, porque eles... Eu já tenho três netos, muitos dos senhores, que são jovens, mas vão ter seus netos também, e vão querer que eles tenham uma condição muito melhor do que cada um de nós está tendo hoje. O que nós temos feito, nesses últimos cinco meses, quando fomos honrados para presidir o Consórcio Norte Energia? Temos feito interações muito grandes com órgão ambiental, temos respondido todas as demandas, aquelas que temos a informação para o Ministério Público, e procuramos, nas reuniões com órgão ambiental, levar esses problemas e ver como que é possível nós iniciarmos a construção desse empreendimento. Nós não estamos falando de um empreendimento simples. É a terceira maior hidrelétrica do planeta; tudo lá é grande. As eclusas de Tucuruí têm um canal intermediário com 5,5 km, é a maior eclusa do mundo, nós vamos ter um canal lá que vai ter 20km escavado em rocha. Nenhum país do mundo tem uma obra desse porte e também não tem os recursos naturais para fazer uma obra desse porte; só

o Brasil dispõe dessas condições para construir esse empreendimento em favor do seu povo.

Então não existe, em primeiro lugar, uma briga de órgãos, não existe isso. Na minha maneira de ver, isso nunca existiu e, no que depender de mim, jamais existirá. O que precisa é que nós todos, dentro da área de competência de cada um, procuremos as soluções de compromisso. Nós todos somos brasileiros e nós queremos é o desenvolvimento do nosso país, e é isso que nós devemos buscar, agora, de uma maneira que nós possamos cumprir com o que estabelece a Constituição, as leis do nosso país e as várias visões que têm os vários órgãos, que têm os técnicos dos vários órgãos, como nós também temos a nossa visão. Então é dentro desse espírito que nós estamos buscando um entendimento para que possamos ter esse empreendimento em detrimento de espalharmos pelo país centrais térmicas, com as suas poluições nos mais diferentes níveis, e que nós sabemos que uma hidrelétrica não vai propiciar.

Na época, ainda no gênese, quando eu era o Presidente da Eletronorte e nós estávamos discutindo essas questões, sempre conversamos com o governo do Estado do Pará para que se pudesse ter uma estrutura que desse apoio para esses grandes projetos de desenvolvimento. Nós vivemos grande parte a questão de Tucuruí e temos na pele... Várias e várias vezes, eu fiz reuniões lá, onde a própria diretoria achava que era uma temeridade, fizemos reuniões com 1500 pessoas. Eu já tive oportunidade de me envolver em situações, como em 2007, onde, por problemas não ligados diretamente à Eletronorte, duas linhas de transmissão foram derrubadas, e eu fui sozinho numa reserva indígena, e, no mesmo dia, os índios autorizaram a reconstrução das duas linhas de transmissão.

Então, vejam bem, é difícil a gente desenvolver o país, e se a gente atentar também um pouco, quando... Tudo que... Desde que o mundo é mundo, se fala em comércio, e o comércio alguém tem que fabricar, vender alguma coisa e alguém tem que comprar. Mas, quando se faz isso, a gente sempre desloca alguém. O grande problema nosso é o que nós queremos para o nosso país. Essa questão é uma questão que é muito pouco discutida no país. Nós não temos no país um planejamento de longo prazo, nós não sabemos quais são as nossas linhas mestras daqui a 20, 30, 40 anos, nós não temos isso no nosso país. Até, Senador Flexa Ribeiro, Presidente dessa subcomissão, isso eu acho que é um tema que esta Casa, representando os estados brasileiros, a Federação, poderia avançar para que nós pudéssemos construir uma linha... Como que é que nós sabemos o que é que vai ser o futuro da biotecnologia? Como é que nós sabemos o que é

que vai ser o futuro do desenvolvimento dos chips? Ou seja, em vários setores, nós precisamos ter uma linha para orientar, não só os governos, mas também as empresas. Nós precisamos ter uma linha dessas, e essa linha nós não temos.

Então, procurando encerrar, eu diria que temos tido do IBAMA e de todos os órgãos, da FUNAI, e mesmo do Ministério Público, com as respostas que temos dado, uma compreensão, e que aquilo que precisamos é ter algo que esses órgãos entendam que foram satisfeitas as condições iniciais para que se possa dar início e restaurar uma região, uma região que é muito pobre, tem muitas dificuldades, muitas dificuldades, e que, quiçá, daqui a alguns anos, nós possamos, com um Presidente, no futuro, que vai inaugurar essas obras, ele possa também convidar alguns brasileiros para trabalharem em outros empreendimentos que o país vai desenvolver, como esse que recentemente o Presidente Lula pôde fazer na inauguração das eclusas de Tucuruí.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Carlos Nascimento, e acho que nós estamos num impasse muito sério, porque... E eu, com uma missão difícil de entender. Eu confesso que eu estou mais confuso do que quando iniciei a audiência, porque a minha intenção aqui era de tentar equacionar ou procurar um caminho para uma solução. E eu vejo que muito se falou e nada se disse, com respeito aos nossos convidados, porque o Ministério Público pede saber quais as fontes, quando serão feitas, os investimentos que antecipem; o IBAMA diz que existem algumas pré-condições necessárias à instalação, definiu aqui algumas na área da saúde, na área da educação, e o nosso Presidente fez uma exposição sobre a necessidade de o Brasil avançar e não respondeu nem ao IBAMA e nem ao Ministério Público. Mas, nas perguntas, eu espero que o Presidente e amigo, Carlos Nascimento, que possa avançar para que a gente encontre um meio.

Eu vou pedir permissão aos Srs. Senadores. Já fiz o convite ao Dr. Sérgio Leão. O Dr. Sérgio Leão foi, no governo, nos governos, três governos do Estado do Pará, Secretário de várias pastas, inclusive de Meio Ambiente e de Produção, então ele tem uma visão bastante aberta em relação a essa busca que nós encontramos, que nós buscamos. O que nós queremos é realmente conciliar isso, fazer o empreendimento de forma correta, tanto ambientalmente quanto socialmente. Essa que é a preocupação, me parece, do Ministério Público, me parece do IBAMA, me parece do Consórcio e de todos nós do Senado Federal.

Então eu passaria ao Dr. Sérgio Leão, como coordenador do governo próximo, coordenador da transição do atual governo para o próximo governo do Estado do Pará, porque esse projeto é importante para o Brasil. Não há dúvida que o país não tem condições de crescer sem que tenha energia. E se nós não implantarmos a... E todos nós damos preferência à energia limpa. A energia hídrica é uma fonte de energia renovável e limpa, energia eólica, energia solar, que ainda estão em desenvolvimento, com custos que não comportam ainda o mercado; e a outra foi a solução que o Carlos colocou aqui, de energia térmica com poluição, e a solução é a curto e médio prazo mais rápida para que o país não pare. Nós estamos pagando, a sociedade brasileira paga milhares de megawatts de energia, de usinas térmicas, que só são utilizadas no momento em que há o risco da deficiência de geração, mas o custo delas está sendo bancado pelos brasileiros, que são os usuários da energia na tarifa. Quando nós pensamos que elas estão lá e que não estão sendo remuneradas, não é isso, não; os investidores dessas usinas estão recebendo como se elas estivessem gerando, talvez, uma tarifa reduzida, porque não há gasto de combustível, que é o maior insumo, mas está tendo repercussão na energia paga por todos os brasileiros. Nós precisamos realmente fazer.

Da forma como o Dr. Cazetta colocou, eu acho que nós temos que pensar isso, e aí o Ministério das Minas e Energia tem que ter uma ação. Para que nós possamos fazer uma hidrelétrica, nós temos que começar, alguns anos antes, a resolver as questões de impacto na região para, depois, pensar na barragem. Ou seja, aquilo que já é de longo prazo vai ter que avançar mais. Então, temos várias hidrelétricas sendo discutidas a EIA/RIMA, a licença ambiental; oito no Pará, e que vão ter esse mesmo impasse, porque, quando se chegar a aprovar a licença prévia, nós não temos ainda iniciada as questões que vão impactar as áreas... Eu... Realmente, depois, nós vamos ter que procurar um meio de ou colocar no orçamento da União, ou fazer... tomar algumas ações que precedam, inclusive, o estudo da própria execução da barragem. Dr. Sérgio Leão.

SR. SÉRGIO LEÃO: Bem, eu gostaria de agradecer inicialmente ao convite para nós participarmos, nós somos de um governo que está começando agora e a gente precisa acompanhar fatos importantes que acontecem dentro do estado. Eu teria pouco a contribuir, até pelo não conhecimento, eu diria, dessa documentação mais específica em relação às exigências da área ambiental. Mas eu confesso o seguinte, senador: eu acho muito difícil a comissão ser uma espécie de despachante dos problemas que vão acontecer em

torno dessa obra. O nível dela é de uma complexidade muito alta, e eu acho que essa é mais uma oportunidade de se discutir e de se conseguir encaminhamentos que sejam equilibrados, diante das várias visões e dos vários interesses que envolvem o projeto. Por si só isso já é uma grande contribuição que essa comissão pode ter com esse projeto.

Eu temo que a minha posição seja a marcada pela experiência que a gente tem no Estado do Pará dos grandes projetos. A gente tem uma visão muito negativa deles, e é muito difícil, eu diria, não ter uma visão diferenciada em função dessa realidade que a gente vive. Quer dizer, são projetos da área de energia, são projetos da área mineral, são projetos que envolvem investimentos às vezes superiores à capacidade do estado investir. Quer dizer, um investimento como esse de Belo Monte, são... provavelmente é a capacidade de investimento de uns seis ou sete governos do Estado do Pará, e isso é mais de uma vez e meia o orçamento anual do Estado do Pará. Um projeto como a Vale implanta no estado são orçamentos de dimensão do orçamento anual do estado. Então são orçamentos que ficam distantes de uma realidade do estado e que as suas ações, seus investimentos, na realidade, desequilibram social e economicamente regiões.

Quando você tem um projeto de natureza privada se implantando, eu diria que a capacidade de argumentação e de negociação dos governos diminui. Mas, quando a obra tem um sentido federal, quando o sentido é de desenvolvimento do Brasil, quando, na realidade, a ação que vai ser feita no estado, ela repercute no território, eu acho que a gente teria que discutir isso com todas as possibilidades de se errar e de se errar menos. Então, os erros cometidos nos grandes projetos no estado são muito grandes, e muitos deles, já passado 20 anos, 25 anos, eles continuam ainda apresentando feridas e esparadrapos soltando de coisas não feitas corretamente, de medidas não adotadas de forma que as correções fossem feitas no sentido direito, principalmente da proteção do cidadão.

Então, como governo, eu tenho uma visão de que, infelizmente, a obra é discutida há muito tempo, mas a decisão dela é rápida. E isso é um erro que nós cometemos no Brasil de uma maneira generalizada. Nós discutimos muito tempo uma obra, mas, quando a gente decide, a obra é para ser feita ontem. E aí a gente vai ter um envolvimento sempre de problemas dessa natureza. Eu acho que a condição dessa obra pode ser diferenciada, ela pode realmente trazer uma redenção, para usar a palavra que o Dr. Carlos Nascimento utilizou, para a região, mas se ela for utilizada de forma correta.

Uma coisa que eu me preocupo, e aí eu falo como estado, são os investimentos que vão ser feitos para que você possa melhorar a condição da infraestrutura em função, da obra em função do aumento da população. A outra coisa é a manutenção disso. Quer dizer, uma coisa é você conseguir um investimento, e você consegue um investimento porque você tem uma obra de um valor alto que você consegue absorver, a outra coisa é você fazer com que essas coisas passem a funcionar de forma correta, depois que a obra acabar, depois que a prefeitura deixar de receber o ISS dela, que vai ser absurdamente alto, durante o processo de implantação, mas, depois, você vai ter sistemas de saneamentos, sistema de saúde, sistemas de educação, todos eles acrescidos durante o período da obra, e, depois, provavelmente, você vai ter uma redução dramática da arrecadação municipal, que é só você olhar o que aconteceu com os chamados municípios mineiradores, durante o processo da obra, e depois você ver o que fica realmente de receita para o município.

E aí a gente tem que lembrar alguma outra coisa. Como estado, eu não posso deixar de mencionar. Nós vamos, mais uma vez, fazer uma hidrelétrica, vamos mandar energia para todo Brasil, e nós não vamos ganhar nada sobre ela. Cadê a tributação sobre a energia elétrica, que é um bem que é produzido dentro do Estado do Pará e que o ICMS é cobrado na outra ponta do consumo, ao contrário de tudo que se faz nesse país? Então seria a cobrança do ICMS uma motivação e uma estruturação financeira para que você pudesse manter o que foi feito lá, para que você conseguisse manter as demandas que foram criadas, para você conseguir dar uma condição de sobrevivência aos municípios, porque os royalties de energia a gente sabe o que acontece; é só você pegar os municípios do Pará... Claro que eles têm uma arrecadação diferenciada dos municípios que não têm o royalty de energia, como também aqueles que não têm o royalty de minério. Mas, em compensação, as demandas sociais que foram colocadas em cima dele são, eu diria, diametralmente opostas ao crescimento da arrecadação em função dos royalties.

Então essas coisas também deveriam, senador, ser discutidas e serem envolvidas num processo de discussão tão grande quanto esse. Então nós estamos... O novo governo vai acompanhar, nós não estamos... Não temos nenhuma posição prévia a respeito do projeto, nós conhecemos pouco o projeto, nós estamos dispostos a ajudar naquilo que for possível, para que o projeto dê certo, se corrijam os erros, e nós vamos acompanhar de perto, para que nós não cometamos os erros que nós cometemos nos grandes projetos que

se implantaram e que ficaram as marcas e os problemas para que o estado pudesse depois fazer a gestão.

Era isso que eu tinha que colocar agora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Sérgio Leão, e a preocupação é a mesma. Nós sabemos da necessidade de implantar o projeto, sabemos do impacto, ele é importante para o Brasil, Dr. Ubiratan, mas ele está posicionado no Pará. Então o impacto que virá é em cima da área de influência no Estado do Pará.

Como disse o Dr. Sérgio, a experiência nossa em relação a esses grandes projetos implantados no estado não é boa de memória, de recordação. Tem avançado, nós temos que ser... Nós temos que também concordar que, à medida que novos projetos chegam, em função da evolução do próprio setor, seja ele mineral ou seja de geração energética, tem avançado no atendimento das necessidades. Mas o avanço ainda não foi suficiente, porque aqueles projetos que são mais antigos, eles, ainda hoje, demandam do estado um atendimento nessas áreas, principalmente de saúde, segurança, educação e infraestrutura, que não tem a contrapartida de receita. Você cria a demanda, porque as pessoas, o contingente humano se desloca para a instalação, grande parte dele não retorna, ele fica no local, buscando uma outra oportunidade ou outra forma de ganhar a vida.

Então, eu acho que a gente deve ter essa... A preocupação da subcomissão é exatamente essa: discutir e buscar um meio de atender essas quatro vertentes. Antigamente se fazia o grande projeto só olhando a parte econômica e a parte de engenharia, o restante não se olhava; está aí o exemplo da eclusa que o Dr. Carlos decantou aqui em prosa e verso, são 20, quase 30 anos que nós esperamos para ter eclusa, um dia tinha que sair. Eu já fui à Tribuna parabenizar o Presidente Lula por ter feito a inauguração, porque ela começou, e agora, apesar de não ter a hidrovia ainda, porque é muito mais um... Foi muito mais o efeito midiático do que... E lamentavelmente, para alguns, não foi feito antes do processo eleitoral como estava previsto, mas a engenharia tem os prazos que não acompanham. Então, é necessário ainda obras de derrocagem, a montante da usina, para que permita a navegação plena nos 12 meses, o que não é possível ainda hoje. E mais que isso, é preciso que se tenha uma vontade política de implantar no Brasil, e em especial na Amazônia, o sistema hidroviário, ou seja, as hidrovias precisam ser implementadas, e eu espero que a presidenta eleita, a Presidenta Dilma, possa ficar na história do Brasil como sendo a Presidenta que implantou o sistema hidroviário, e lá, na Amazônia, as

nossas ruas são os rios, nós precisamos usá-los de tal forma que dê competitividade ao produto brasileiro.

Mas eu queria fazer aqui algumas perguntas aos nossos convidados. Primeiro ao Dr. Ubiratan. Eu farei, depois, se quiserem comentar também, inclusive Dr. Sérgio, se quiser comentar, poderá fazê-lo. É verdade que nem todas as exigências da licença prévia foram atendidas ainda. É verdade também, como disse o Dr. Thomaz, de que algumas dessas exigências, elas são já na fase de colocação em funcionamento da usina, ou seja, elas têm um prazo para serem atendidas. É verdade também que outras não, elas precedem essas ações que possam vir, iniciar efetivamente a obra. É verdade também que não existe licença fracionada, mas o Dr. Ubiratan já disse que a prática anterior já utilizou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, do Madeira... Ele está me auxiliando aqui. Quer dizer, as usinas do Madeira tiveram licença fracionada para que pudessem atender o cronograma também da necessidade.

Então, já tendo esse caso inicial, eu perguntaria ao Dr. Cazetta se não é possível haver um entendimento entre o governo, através do Ministério e do Consórcio, através da área de Meio Ambiente e o Ministério Público, de se fazer, para que essa licença fracionada possa ocorrer, um termo de ajuste de conduta, em que ali ficariam definidos, não só... Porque me parece que, na exigência, se diz o que precisa ser feito, mas me parece que não está detalhado como fazer, quem vai fazer ou quanto vai custar. Então, esse... E qual o tempo de execução. Então, esse detalhamento que o Ministério Público está preocupado eu acho necessário. Então, se isso talvez pudesse ser num termo de ajuste de conduta.

Com relação ao IBAMA, existe, Dr. Thomaz, existe uma... A Rádio Peão, no Estado do Pará, é uma rádio que tem uma audiência no estado todo, tem 0 KW de potência, mas ela, ela cobre o estado inteiro. Então, a Rádio Peão, lá, informa de que... Várias, várias notícias, tem da BR-163, mas eu vou me ater à questão da Usina de Belo Monte. A Rádio Peão diz que o Ministério de Meio Ambiente, para liberar a licença prévia, ele condicionou essa licença a um outro problema sério que o Ministério Público acompanha, também, no Pará, que é a questão da área de Apyterewa, que é uma reserva indígena, que foi homologada enquanto estava se discutindo. Ou seja, ela foi homologada pelas costas do Senado Federal. Nós estávamos em entendimento com o Ministério da Energia, o Ministério da Justiça, a FUNAI, e o... Quando, sem que fosse dito por que, foi homologada pelo Presidente essa área indígena, que

existem lá, se não me engano, alguma coisa com três mil ocupantes dessa área e se tentou, Dr. Ubiratan, algum tempo, e eu participei dessa discussão, fazer um acordo entre os índios e os não índios. Era uma área 750 mil hectares... Ou 750 mil km², e que os não índios--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Hein? É, 750 mil hectares, tem razão. É, 750 mil hectares, e que os não índios ocupavam alguma coisa em torno de 200 mil hectares. Então haveria um acordo, eles ficariam com essa área e a reserva seria nos 550 mil hectares que restavam. Era isso que nós estávamos tentando acordar com o Ministério da Justiça, quando foi homologada a coisa que criou esse impasse. E diz a Rádio Peão que a condição de Belo Monte foi que se fizesse efetivamente a retirada daqueles ocupantes da hoje reserva indígena de Apyterewa. Quero saber se a Rádio Peão tem razão ou não, ou se isso é apenas um boato que está correndo no estado.

E uma outra pergunta. Eu gostaria de ter, se não for possível agora, mas que fosse encaminhado à subcomissão as condicionantes que o IBAMA define como sendo necessárias para o atendimento desta fase. Eu pediria também ao Ministério Público que pudesse encaminhar à comissão, também, quais seriam as condicionantes mínimas para que se fizesse a implantação do canteiro; não da usina, mas do canteiro.

E do Dr. Carlos Nascimento, eu não sei se V. Exa. terá condições de responder, mas, dentro dessas condicionantes necessárias, qual a fonte de financiamento, de recursos, e qual é o tempo que seria necessário para que atendesse essas exigências tanto do Ministério Público quanto do IBAMA para a liberação fracionada da licença de instalação de Belo Monte?

Eram essas as perguntas que eu gostaria de esclarecer um pouco as enormes dúvidas que...

Dr. Ubiratan.

SR. UBIRATAN CAZETTA: Senador, eu fico em uma posição bastante simples de um lado e complicada de outro. Primeiro, como eu frisei, há uma posição institucional do Ministério Público, que transcende Belo Monte, em relação à preocupação com essas licenças fracionadas. Então qualquer discussão, se é que ela é possível, e eu tenho realmente muita dúvida, porque a falta de uma autorização expressa dessa licença fracionada faz com que o termo de ajustamento de conduta que eventualmente venha a ser cogitado, ele ingresse numa área que nós, do Ministério Público, temos fugido por uma questão muito clara: o termo de ajustamento de conduta, ele permite, na nossa visão, alguma maleabilidade no cumprimento de regras preestabelecidas. Nós podemos discutir, diante de uma

situação concreta em que seja impossível a solução imediata, quais são as medidas possíveis para um diferimento nos cumprimentos dessas obrigações. Essa tradicionalmente tem sido feita, mas sempre dentro de uma visão, de um objeto possível, ou seja, de uma licença que exista tal como prevista.

No caso específico, a dificuldade seria que não há, no entendimento do Ministério Público, a possibilidade dessa licença fracionada. Então há aí uma visão prévia de que o que ocorreu no Madeira não poderia ter ocorrido e que há uma posição da instituição de que não deve voltar a ocorrer. E aí isso gera uma situação, reconheço, difícil de avançar porque nós partimos de um pressuposto de que nós não podemos caminhar para uma concessão de uma licença provisória, uma licença para o canteiro. Há uma questão institucional que transcende, inclusive, a vontade dos membros do Estado do Pará porque, só para que os senhores entendam, um termo de ajustamento de conduta, ele é proposto, ele é discutido pelos procuradores da República de um determinado local, mas, para que ele tenha efetivamente uma validade interna no Ministério Público, ele passa por uma instância de revisão, uma instância interna. Nós temos seis dessas câmaras, como nós chamamos, e, no caso específico, seria atuação de uma 4ª Câmara, cuida de questão ambiental, e a 4ª Câmara já vem há muito tempo sinalizando que ela não homologa termo de ajustamento de conduta nesses termos, porque ela entende que a licença fracionada não existe; não existindo, ela não teria como aceitar a existência disso.

Então há um problema sério inicial, da própria aceitação do termo. Mas vamos supor, aí, meramente como exercício de diálogo, digamos assim, de argumentação, que isso fosse possível. O nosso segundo embate seria na discussão sobre o que nós consideramos como medidas necessárias. Me comprometo a me remeter àquelas condicionantes que nós entendemos como absolutamente imprescindíveis, de aplicação imediata, e temos muita preocupação em relação a isso. Acho que o Sérgio Leão foi muito feliz, quando diz que a nossa visão também seja deturpada pelo que nós vimos no passado. Eu confesso ao senhor que não consigo comemorar as eclusas do Tucuruí. Não consigo comemorar, porque, para mim, é um dos exemplos mais gritantes de falta do licenciamento ambiental. Tucuruí veio no momento que não existia licenciamento ambiental, mas as eclusas são evidentemente uma medida compensadora de um problema causado pela hidrelétrica. E esse custo dessa medida compensadora não coube ao empreendedor, esse custo foi repassado à sociedade brasileira, que arcou com ele no seu orçamento. E aí nós entramos numa

discussão, de comemorar hoje, o retrato do descaso, porque nós passamos, durante 30 anos, com, teoricamente, a obra entrando no orçamento e saindo do orçamento, entrando no orçamento e saindo do orçamento. Nesse ponto, talvez, eu divirja do Sérgio, em relação ao que é mais difícil, se é mais difícil cobrar o empreendedor privado ou cobrar o empreendedor público. O empreendedor público, ele ainda tem, infelizmente, a possibilidade de lançar ficticiamente no orçamento aquela despesa e não implementá-la. E esse é um risco que nós não podemos correr em hipótese alguma em Belo Monte.

Nós temos, por exemplo várias discussões. Eu poupei os senhores, acho que não é o momento de renascer todas as discussões que nós temos. Mas algumas discussões, para nós, elas são muito vivas. Eu não consigo ouvir e ficar calado uma informação de que não há atingimento na área indígena. Eu vou sair da questão indígena. Vamos supor que nós fôssemos donos de fazendas vizinhas, que o rio passa pela minha fazenda e depois chega na do senador, e eu resolvo fazer--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. UBIRATAN CAZETTA: Nem eu, graças a Deus, desse mal não soffro.

E eu resolva fazer um desvio no rio que corta a minha fazenda para construir um reservatório em outro local. Não vou secar a sua, vou reduzir a 80%, vou deixar-lhe ainda 20% do fluxo que tinha, vou falar: "O senhor não foi afetado pela minha barragem". Isso, sinceramente, chega a me deixar constrangido com esse tipo de argumento. Os índios serão sim atingidos, não pelo alagamento, mas pelo esvaziamento, se é que esse termo existe, daquele trecho. Então há questões para serem discutidas muito sérias e há questões que precisam ser discutidas muito sérias para evitar o problema posterior. Nós estamos agora diante de alguns dados técnicos sendo levantados, discutindo, por exemplo, qual é efetivamente a quantidade de alagamento no Município de Altamira. Será que aparentemente... Eu digo aparentemente porque os estudos não estão encerrados, a projeção inicial, feita pelo estudo de impacto ambiental, que implicava o alagamento de sete ruas, praticamente um bairro, dois bairros de Altamira, ficou muito conservadora, segundo critérios da Universidade Federal do Pará.

Então o que eu quero dizer é o seguinte: nós não podemos conviver com medidas compensatórias ou mitigadoras que sejam compostas de uma frase. Se tem uma frase: "Vamos implantar medidas de saúde", o que nós queremos, e eu tenho certeza que o Consórcio tem capacidade de fazer isso, é dizer assim:

“Qual é essa medida?”. É a construção de um hospital, é construção disso, daquilo outro, é contratação de pessoal? Ótimo, identificamos aqui, nós vamos construir, trabalhando hipoteticamente, um hospital em Altamira, um hospital em Vitória do Xingu, um hospital em Anapu. É um exemplo bem grosseiro. Ok. Qual o tamanho? Quando? Quanto? De onde vem o recurso? Em que... Qual é o fluxo de caixa desse recurso? Porque senão nós vamos entrar de novo nas eclusas de Tucuruí. As eclusas sempre tiveram orçamento, previstas elas estavam lá, contratada a empresa estava, não foi o deslocamento de pessoas que fez com que a obra ficasse parada. Na realidade, nós tivemos até um impacto posterior, porque as pessoas tinham sido deslocadas e acabaram se voltando para aquele local, criando um bairro em Tucuruí, que depois viria a ser a área alagada pelo canal.

Para nós, muito objetivamente, não há a mínima condição de aceitar meras frases. Nós queremos coisas concretas. “Olha, está aqui, vou demorar dois anos para construir esse hospital”. Esse hospital vai ser construído por quem? Vai ser o consórcio que licitar? Vai ser o município que vai licitar? Eu vou passar o recurso? Enfim, isso tem que estar definido. E onde que isso nasce? Isso nasce do detalhamento das 41 condicionantes colocadas pelo IBAMA. Sim, algumas são... A medição, o acompanhamento do que vai acontecer, uma das medidas que me lembro de cabeça, toda vez que falamos nessa questão do impacto sobre a área indígena: a qualidade da água do que sobrar na volta grande do Xingu e o fluxo de água do que voltar, sobrar na volta grande do Xingu, que nós temos questões técnicas não respondidas, para nós pelo menos, é óbvio que isso é um monitoramento que só faz depois que criou o desvio, isso não... Enfim, não há discussão. Agora, há muitas outras questões que precisam ser detalhadas, mas detalhadas mesmo, nós não podemos ficar nessa história de ‘vamos articular com prefeitura’; a prefeitura muda daqui a dois anos. O estado mudou agora, o Governo Federal muda daqui a quatro anos. É algo muito mais concreto. De onde vem o recurso? Como ele vai ser aplicado? Construiu, lindo, maravilhoso. Quem vai pagar os médicos? De onde eles serão capitados? Porque esse é um problema sério de todo interior do Brasil, mas ele é gritante no interior do Estado do Pará. Como eu vou colocar médico em Vitória de Xingu, a que custo? Porque hoje, pelo menos, você vê pessoas ganhando muito mal na capital, mas que se recusam terminantemente a morar no interior. Então, para nós, não basta dizer: “O hospital vai ter 30 leitos, 25 médicos”, se isso não tiver dentro de um plano muito claro, objetivo, concreto, sem discursos de propaganda, sem... Não é propaganda mais,

nós estamos tratando com pessoas, estamos tratando com prazos. Para nós, apresentado uma planilha muito clara de compromissos... E aí, infelizmente, nós não temos como dizer que é compromisso o orçamento público, por exemplo; o orçamento público é promessa. Ele é promessa no ano em que ele é votado, porque ele não é vinculante. Ele é promessa esvoaçante para os orçamentos futuros, eclusas do Tucuruí são a prova concreta disso.

Então, infelizmente, o empreendedor pode dizer: “Mas eu não sou responsável pelas políticas públicas”, eu concordo. Eu até acho que não é mesmo; agora, ele criou o problema, o problema está posto, e eu não posso simplesmente dizer que eu vou construir independente da realidade. Então nós queremos uma demonstração muito clara em relação a cada uma das condicionantes, de como elas serão executadas, qual a fonte de recurso, como essa fonte de recurso está no fluxo de caixa do financiamento. Não é uma obra qualquer, 75% desse valor vem do BNDES, teve que ser capitalizado para poder aprovar o empreendimento, não vai liberar esse dinheiro de uma vez só, vai liberar em parcelas, dentro de um contexto. Então, para nós, é muito difícil qualquer possibilidade de conversa sem algo palpável, sem algo... E aí, nesse ponto, eu sou bastante pessimista. Eu acho que nós temos que ter um cronograma quase que... usando uma expressão da engenharia, quase que um projeto executivo mesmo, não é a planta base, não, é projeto executivo. “Olha, vai ser assim e assado...”. “Ah, mas não dá para fazer agora”. Eu não consigo também ouvir e ficar calado com o discurso do... Nós estamos perdendo oportunidades. De quem é a responsabilidade por isso? Nós podemos simplesmente criar... Eu vou derrubar o muro do meu vizinho e falar: “Olha, agora você tem que construir outro muro”. “Não, espera aí, você derubou o muro”. No fundo, nós estamos discutindo isso. Precisamos de energia? Precisamos de energia. Não acho, sinceramente, que a primeira fonte alternativa de energia seja a térmica, acho que esse discurso também precisa ser melhorado.

Nós temos postos na mesa uma série de outras discussões, que não são para ser travadas aqui, provavelmente, mas a questão da perda nas transmissões, a questão da repotenciação, a questão das outras alternativas, ela precisa deixar de ser discurso e passar a ser analisada do ponto de vista concreto. Não posso... “Ah, mas isso não é suficiente”. Não é suficiente por quê? Qual é o dado concreto para que não seja suficiente? Mas esse não é o ponto aqui, o ponto aqui é: nós temos dificuldade objetiva de ter um termo de ajustamento de conduta, por uma questão institucional contrária às licenças fracionadas, e, ainda que tivesse-

mos vencido esse problema, nós teríamos que ter um dado muito concreto, muito palpável, de como serão implementadas essas atividades, fonte de recurso, fluxo, datas, para que a gente tenha essas medidas como medidas passíveis de implementação, num prazo certo e efetivamente cobrável do empreendedor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Dr. Ubiratan.

Dr. Thomaz, para responder os questionamentos.

SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO: Obrigado, Sr. Senador. Queria começar aqui... Vou fazer a resposta para a questão da terra indígena de Apytereua que foi feita, mas queria começar aqui a minha explanação pegando um gancho na fala do Procurador Dr. Ubiratan. Bom, eu acho que dá para a gente perceber que há uma convergência aqui em todas as instituições aqui representadas, de que há uma preocupação e um esforço conjunto para que a gente garanta uma obra controlada. E é disso que estamos falando, garantir que Belo Monte seja realizada de uma forma controlada, ambientalmente controlada.

Aí, dentro desse contexto, o licenciamento ambiental tem um papel, e eu gostaria de pegar como exemplo a questão da saúde, que foi aqui tratada, para a gente aproveitar aqui o espaço e discutir qual é o papel, contribuição do licenciamento, para que a gente alcance essa construção controlada do empreendimento. Então, por exemplo, para a questão de saúde, a discussão que eu digo que a gente vem fazendo há cerca de dois meses, é uma agenda intensa de discussões junto aos consultores da Norte Energia e também os representantes da própria Norte Energia, e as discussões passaram primeiro por um momento de caracterização desse impacto, para esse momento de... dessas obras que a Norte Energia deseja fazer nesse momento inicial, vão caracterizar esse impacto sobre, por exemplo, o componente saúde. Então, houve uma discussão intensa para a gente chegar... até a gente chegar num consenso, entre os técnicos do IBAMA e os consultores da Norte Energia, sobre o afluxo populacional que virá para a região em função do início dessas atividades, porque, relacionado a esse afluxo populacional, haverá, então, uma sobrecarga, um aumento na demanda do serviço de saúde. Então, primeiro, a gente passa por esse momento de caracterização do impacto, para, depois, o IBAMA solicitar que a empresa apresente uma proposta de medidas para enfrentar esses impactos que ficaram caracterizados, e em cima dessa proposta, o IBAMA faz uma avaliação de suficiência, se essas medidas são ou não suficientes para aquele impacto que ficou caracterizado.

Como aqui também foi destacado pelo Sr. Sérgio Leão, Secretário de Transição do Governo, esse mo-

mento de transição que passa o governo do Estado do Pará, também para o IBAMA é fundamental, conforme também destacado pelo Dr. Ubiratan, que haja um entendimento entre as municipalidades, o Consórcio e também o Governo do Estado. Porque, por exemplo, nas questões de segurança pública, saúde e educação, não são questões que o empreendedor consegue atender, em termos tanto de investimento, como infraestrutura, e quanto à manutenção, que foi a preocupação destacada pelo Dr. Sérgio Leão, para esses componentes que envolvem aí uma atuação do poder público. Então o IBAMA exige também que haja um entendimento entre as municipalidades, ali, da região, com o empreendedor, e também um entendimento com o estado, nas medidas em que for competência de estado, por exemplo, segurança pública.

Eu acho que... Assim, agradeço até o espaço aqui, criado pela comissão, para a gente trazer a complexidade do licenciamento ambiental e a forma com que o processo está sendo instruído, seguindo aí as balizas técnicas.

Em relação à posição institucional do Ministério Público Federal, que entende que não é aceito pelo ordenamento jurídico brasileiro o fracionamento de licença. Bom, essa é uma questão que foi enfrentada, o posicionamento divergente entre o IBAMA e o Ministério Público Federal, foi levado inclusive à apreciação do Poder Judiciário em relação às usinas da Madeira, e eu acho que a posição do Ministério Público... Inclusive o Ministério Público Federal encaminhou uma recomendação para o IBAMA muito bem fundamentada do ponto de vista jurídico, e aí, claro, o IBAMA precisa, como órgão administrativo, precisa instruir devidamente qualquer ato que ele vá tomar. Então, tendo em vista que há uma solicitação da empresa para um pedido de licença de instalação que não contempla a obra como um todo, passa pela devida instrução da análise desse pedido uma avaliação jurídica sobre essa recomendação do Ministério Público. E isso nós, lá da área técnica, encaminhamos, então, para apreciação do setor jurídico lá da Advocacia-Geral da União, por meio da Procuradoria Federal especializada do IBAMA, para que faça uma avaliação sobre as alegações do Ministério Público.

Mas é importante também acho que a gente fazer uma avaliação, em cima do exemplo de Jirau, do ponto de vista técnico, a gente que está na coordenação de licenciamento de hidrelétricas, a gente vê que não houve prejuízo justamente para que a construção do empreendimento se dê de forma controlada. Então a gente não teve prejuízo em termos de controle do empreendimento. Essa é uma avaliação técnica que a gente faz, claro que a gente respeita a posição jurídica

do Ministério Público e encaminhamos para que seja devidamente tratada.

Por fim, quanto à pergunta da terra indígena Apytereua, eu destaco que, no licenciamento ambiental, a gente conta com algumas instituições parceiras. O IBAMA cuida do... Como os impactos ambientais é uma questão multidisciplinar, a gente cuida, a gente trata com instituições parceiras que se pronunciam sobre alguns impactos específicos. Por exemplo, sobre unidades de conservação, o IBAMA conta com o apoio... Quando se trata de unidades de conservação federal, o IBAMA conta com o apoio do Instituto Chico Mendes, que avalia, lá na forma da lei, de acordo com o art. 36, do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, se eles se pronunciam sobre aqueles possíveis impactos que o empreendimento pode trazer sobre unidades de conservação federal.

Em relação ao componente indígena, também é solicitado um estudo específico, basicamente um capítulo do estudo de impacto ambiental, que trata dos possíveis impactos sobre as comunidades indígenas da região. E no caso de Belo Monte, e também em outros empreendimentos que nós temos possíveis impactos em terras indígenas, a gente tem a colaboração da FUNAI, do órgão indigenista oficial, que tanto define qual o conteúdo desses estudos ambientais e depois realiza algumas consultas junto às comunidades. Inclusive, sobre Belo Monte, eu fui o técnico do IBAMA que acompanhei essas reuniões e fizemos uma reunião inclusive na terra indígena Apytereua, e, em cima dessas reuniões, a FUNAI emitiu um parecer técnico que ele está integrado no processo administrativo do IBAMA como vinculante para a empresa. Então, lá naquele parecer técnico da FUNAI, existe uma série de condições que a FUNAI entendeu como imprescindíveis para que, caso o empreendimento fosse adiante, elas fossem tratadas ao longo do processo. E aí... Agora eu não me lembro especificamente qual foi o tratamento dado pela FUNAI para essa terra indígena Apytereua, mas, sem dúvida, houve ali uma consideração da FUNAI sobre essa questão específica e acho que... Aí não sei se... A gente poderia, também, lá, pelo IBAMA, assim como foi solicitado que nós encaminhássemos o posicionamento técnico do IBAMA em relação às pendências enfrentadas para uma autorização, já de imediato, para a instalação de qualquer intervenção ali na região, a gente encaminhar também esse parecer técnico da FUNAI, que provavelmente consta, desse parecer, essas condicionantes relacionadas à terra indígena Apytereua. E isso é, de fato, que há vinculante no processo... O IBAMA não faz nenhuma exigência adicional, nem retira qualquer exigência estabelecida pela FUNAI. Então é o que vale no licenciamento, é

o parecer técnico da FUNAI. Acho que são esses os esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Thomaz. Depois eu gostaria que o senhor pudesse esclarecer qual é o impacto de Belo Monte sobre Apytereua, porque, pelo mapa do estado, eles estão bastante distantes um do outro. Então, não entendo – talvez o Dr. Ubiratan também tenha conhecimento – por que a liberação da licença foi condicionada à reserva indígena Apytereua. Eu acho que nós estamos colocando mais dificuldade naquilo que já é difícil de ser resolvido.

Dr. Carlos Nascimento.

SR. CARLOS NASCIMENTO: Dentro do formalismo que exige a análise ambiental de um empreendimento, existe uns termos de referência para se analisar cada um dos locais. Por exemplo, nós tratamos a área onde vai ser feita a intervenção direta, existe um termo técnico que a gente chama área diretamente afetada. Uma área que está no limite, a gente chama que ela é uma área de influência direta, e aquela que está mais distante, a gente chama que é uma área de influência indireta. Isso para efeito de quantificar os efeitos em cada um desses locais e assim é que elas são tratadas.

Quando a gente olha [ininteligível]. Então isso... São feitos estudos para procurar quantificar aquilo que os especialistas de cada um dos órgãos do governo envolvidos entendem que são fundamentais para o licenciamento. Todos esses chamados condicionantes o empreendedor procura atender aquilo que são as exigências dos órgãos.

Um problema que nós enfrentamos, e todos os grandes projetos desse porte vão enfrentar, é o seguinte: só para os senhores terem uma ideia, dentro do que o Sr. Procurador falou, na parte de saúde e saneamento, o empreendedor tem um orçamento de 582 milhões. É claro que um empreendimento dessa ordem, ele só pode ser desenvolvido quando se obtém os respectivos financiamentos do empreendimento. Esse empreendimento são quase 24 bilhões de reais. Então as intervenções... Altamira é o maior município, é maior que o Estado do Rio de Janeiro, Altamira. Então as intervenções são todas de grande escala. Você colocar, por exemplo, um saneamento básico que vai colocar Altamira no patamar das melhores cidades do mundo, isso não se faz da noite para o dia, isso requer um estudo muito sério devido à topografia, e a...

É o seguinte: nós temos a nossa legislação ambiental e nós temos a legislação do setor elétrico. Como o setor elétrico atua? Existe uma lei que diz que tem que ser feito o leilão e esses leilões são feitos para atender o mercado futuro. Quando é feito um leilão, a energia desse empreendimento, ela é vendida... No

caso de Belo Monte, 70% foi para as distribuidoras de todo o país, 20% vai para aquilo que a gente chama mercado livre e 10% para os autoprodutores. Então, vejam bem, 70% da energia de Belo Monte vai abastecer as distribuidoras de energia de todo o país, que estão no sistema interligado nacional. Vai atender a CEB, vai atender a Eletropaulo, vai atender, lá no Rio Grande do Sul, a CEEE, vai atender a Cemig, e todas elas compraram determinados montantes de energia antes desse leilão. Vejam o que ocorre: os empreendedores... Isso é porque vão precisar de um aperfeiçoamento na nossa legislação, vão precisar de um aperfeiçoamento para casar essas necessidades todas. Quando eu falei que a gente tem que encontrar uma solução de compromisso, é porque todos nós estamos envolvidos no mesmo objetivo. Nós queremos atender o país, obedecida às leis que o país tem e, às vezes, a interpretação das leis que são dadas. Todos nós somos humanos e cada um pensa de uma maneira. E então, nesse caso, você tem...

Como é que foi feita, nesse caso, esse leilão de Belo Monte? Foi constituído um consórcio, e esse consórcio foi fazer parte de um leilão, em abril deste ano. A partir do momento que o consórcio ganha o leilão, ele tem que constituir uma empresa, que a gente chama uma empresa de propósito específico, ela só pode fazer aquilo, só pode construir o empreendimento, operar... Isso que ela tem que fazer. Essa sociedade já existe hoje. Existe uma empresa, não é mais consórcio; é uma empresa chamada Norte Energia S.A., que tem obrigação de desenvolver esse empreendimento. Mas os sócios desse empreendimento, pelo vultoso do empreendimento, eles precisam de um financiamento para tocar esse empreendimento todo. Então é claro que aí vamos ter que fazer projetos... Isso tudo os senhores conseguem imaginar a soma extraordinária de recursos para um projeto dessa magnitude. Só nessa questão socioambiental, o orçamento vai a 2 bilhões e 100, e são recursos fantásticos. Agora, para fazer aquilo tudo que está... A nossa legislação emite três tipos de licença: uma licença prévia, que é necessária para que seja feita um leilão, onde, nessa licença prévia, o órgão ambiental examina todas as informações que lhe são passadas, de acordo com a legislação, e ele solicita informações adicionais que ele julga que não foram devidamente preenchidas. O que ele julga que vão no interesse maior da sociedade, do entorno do empreendimento, ele classifica como condicionantes. Muitas dessas condicionantes, elas ultrapassam o segundo estágio, que é o da licença de instalação, que é onde propriamente começa a construção do empreendimento. E tem uma terceira, que o órgão ambiental somente dará início à operação daquele empreendi-

mento, se, nessa cadeia toda, todos os condicionantes forem considerados satisfatórios pelo órgão ambiental. Então existe uma cadeia lógica e, muitas vezes, o órgão ambiental... Usinas que estão... Só autoriza a encher o reservatório se uma série de condicionantes da LI forem satisfeitas. Não adianta construir lá, tem que satisfazer todas essas condicionantes.

Vejam bem, ninguém quer ser contra as condicionantes estabelecidas. O grande problema é que, pela magnitude dos recursos envolvidos, os empreendedores não têm como desenvolver aquela gama, sem que tenham financiamento do empreendimento. E esse é que é um problema que nós vamos ter que encontrar na legislação um meio termo, porque, isso não acontecendo, o que vai ocorrer? Essas condicionantes, que são necessárias, dependendo do estágio em que empreendimento está, elas atrasam completamente a entrada desse empreendimento. Aí imaginem o que vai ocorrer daqui a cinco anos na frente, quando todas essas empresas distribuidoras que compraram energia de Belo Monte... Isso acontece com todos os empreendimentos, o que significa que o planejamento elétrico do país, de eletricidade, ele se torna muito complexo. E vejam bem, quando esses planos... Existem planos para 10 anos, planos para 15 anos e planos para 20 anos. Mas acontece que o atendimento num determinado momento das demandas energéticas do país... O que acontece? Faltou gasolina; é um problema, é um problema para a população. Faltou energia elétrica, não tem energia para atender as casas; isso é um problema.

Então, vejam bem, tudo que eu falei aqui, eu não falei num tom dramático, nada disso, eu procurei mostrar a situação real em que o país vive hoje. Então, nós precisamos encontrar uma solução, precisamos encontrar uma solução para esses problemas; não existe nenhum órgão que seja contra o desenvolvimento, não existe nenhuma instituição que seja contra o desenvolvimento. O que todos querem é que aquelas necessidades básicas sejam atendidas. E isso é o compromisso do empreendedor, todos os acionistas da Norte Energia estão imbuídos desse espírito. Agora, se nós não tivermos os meios para fazê-lo, isso é um problema sério no desenvolvimento do país, e eu diria que, no momento, como já foi falado pelo Dr. Thomaz, nós nos comprometemos com o órgão ambiental em cumprir determinadas etapas. Essas etapas todas estão passando por uma análise, e a palavra final vai ser do órgão ambiental. Se o órgão ambiental entender que as etapas que nós propusemos, elas são coerentes, nós vamos ter os licenciamentos; se o órgão ambiental não entender, que não estão satisfatórios, eles vão nos fazer mais demandas, como têm feito ao longo desses

últimos meses, desses últimos cinco meses, que nós estamos à frente da Presidência da Norte Energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Dr. Carlos.

Dr. Cazetta pede a palavra.

SR. UBIRATAN CAZETTA: Queria só fazer uma pergunta, Dr. Carlos. O senhor me desculpe, mas a minha interpretação pode estar equivocada, mas eu extraí da sua resposta que a Norte Energia, que, enfim, nada mais é que é 75% ou mais de recurso de capital público. Então entidades que estão trabalhando, Eletronorte, Furnas, não são novatas em relação a Belo Monte, elas conhecem Belo Monte há muito tempo e conhecem a dimensão do problema. Mas fiquei, de certa forma, estupefato, de outro lado, infelizmente confirmando uma impressão, de que não há plano. Não há plano, não há dimensão de custos, não há... Ninguém se lança num empreendimento desse tamanho, sem ter um plano muito claro sobre seus custos e sobre como vai gastar esse dinheiro. Qualquer sociedade anônima faz esse cálculo. "Vou gastar, no primeiro ano, tanto; no segundo ano, tanto; no terceiro ano, tanto, para começar a ter retorno. Eu busquei as fontes de recurso onde eu pude obter". Mas o que me assusta é que me parece que esse cálculo está todo feito como sempre em cima da obra, mas colocando as condicionantes como algo, uma meta a ser, alguma vez, talvez, algum dia, atingida. E aí é a minha preocupação, porque reforça o efeito eclusas, porque vai se fazer a obra, vai se iniciar a obra, vai se criar o problema, e aí... "Ah, mas, olha, faltou recurso para isso, nós não planejamos aquilo". Que há complexidade, o senhor me desculpe, isso é dizer o que nós estamos dizendo há muito tempo. Se não fosse uma obra complexa, ela não estaria sendo discutida desde 85. Agora, o que é necessário é ter clareza e dizer isso para a sociedade brasileira. Se não há recurso ou se não há mensuração dos recursos, tem que ser dito, e a sociedade brasileira descobre se é o necessário, se é o momento de começar a obra ou não. Mas o que eu entendi – posso ter entendido errado – é que, hoje, não há nem fonte de recurso, nem planejamento para fazer frente às condicionantes, e isso é absolutamente inaceitável para uma obra desse porte. Ela tem que ter esse planejamento para toda... desde o momento inicial até o momento do descomissionamento, que vai ser feito no dia que todos os empregados saírem de lá, óbvio que com maior grau de detalhamento das coisas mais imediatas, mas o que eu entendi – posso ter entendido errado, é isso que lhe pergunto – é: há um planejamento claro e há um equacionamento claro sobre o fluxo de caixa para fazer frente às condicionantes e aquelas que são imediatas ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes de passar a palavra para o Dr. Carlos Nascimento, eu queria [ininteligível] aqui algumas... nessa dúvida do nosso Procurador Chefe. Essas condicionantes que vão atender o impacto nos municípios, elas fazem parte do custo do projeto, elas estão incluídas no custo total, ou seja, o empreendedor vai ter a obrigação de bancá-las, ou elas são uma nova eclusa, que vai estar no orçamento da União e nós não saberemos quando e quando isso irá acontecer? Essa dúvida agora, realmente, precisa ser esclarecida, Dr. Carlos.

SR. CARLOS NASCIMENTO: Esses recursos fazem parte do orçamento do empreendimento. Com muitos estudos, nós, de agosto para cá, já dispendemos cerca de cem milhões em estudos, em contratação de estudos. O financiamento desse empreendimento, como o grosso dos empreendimentos de porte, eles têm uma gradação, você faz um percentual em torno de 25% a 30% com o capital próprio e o restante você faz financiado. É assim que os grandes empreendimentos, não só no Brasil, mas em qualquer parte do mundo, eles são implantados. Ninguém implanta um empreendimento totalmente com recursos próprios, ninguém faz isso. E é por isso que, lá nos balanços das empresas, você vê, ano a ano, o que tem que ser quitado, etc., etc..

Do ponto de vista financeiro, Belo Monte vai ser um empreendimento rentável. Ele é um empreendimento rentável. E agora, o problema são as fases iniciais. São as fases iniciais. Por quê? Todos os empreendedores... O que se luta é para obter o financiamento para o empreendimento, precisa ter um contrato, porque os valores são muito grandes. Imaginem os senhores: um contrato de equipamentos para um empreendimento desses, ele beira a seus quatro e trocados bilhões. Quando se fala trocados, são milhões. Um contrato dessas obras civis vai da ordem de 14 bilhões. Então os senhores imaginam o seguinte: num empreendimento desse porte, existem aquelas parcelas iniciais que devem ser pagas a esses contratados, para que eles comprem os equipamentos adequados para fazer parte da construção do empreendimento, para que os fabricantes de equipamentos comprem aço, cobre, para fazer os geradores, fazer... Então, vejam bem, são montantes extraordinários. Não quer dizer que, em um empreendimento desses, o setor público, ele tem 40,98% do empreendimento, e a parte privada... Porque ele é um empreendimento privado. É, tem a diferença. É majoritária, ele é um empreendimento privado, a Norte Energia é uma empresa privada.

Agora, o que precisa ser analisado é que, dada a dimensão desse empreendimento, os números são

grandiosos. Não quer dizer que a empresa não tenha um planejamento. Agora, aqui vai um parêntese, Dr. Ubiratan, é que, quando se entra num leilão, vários empreendedores, eles entram num leilão, e nenhum deles, eles têm... Cada um tem uma estratégia. Ele conversou com alguns fabricantes, ele conversou com alguns construtores, mas ele muitas vezes não tem um vínculo muito sólido com aquilo, porque ele vai para um leilão. A partir do momento que ele ganha um leilão, aí começa uma corrida contra o tempo. E por exemplo, a maioria desses projetos, principalmente esses projetos ligados à infraestrutura das localidades, isso é um custo adicional que nenhum empreendedor vai tomar antes. E a legislação do país, a legislação do país diz o seguinte: você tem um rio e você quer estudar aquele rio, então você vai, tem as normas legais, você entra na Agência Nacional de Energia Elétrica, pede para estudar aquele rio e faz-se um primeiro estudo, que é chamado de inventário. Esse inventário, obedecido às regras, os manuais, eles são submetidos à ANEEL, e a ANEEL diz: "Ok. Nesse rio aqui, você pode construir o empreendimento A, B e C", ou "Só pode construir um". O que ocorre? Os empreendedores pedem autorização para fazer o que a gente chama estudo de viabilidade técnica e econômica e que inclui o planejamento ambiental, socioambiental desse empreendimento. Isso não tem projeto executivo, não existe projeto executivo. A posteriori é que vão ser gasto dinheiro com projeto executivo, porque a legislação do país diz o seguinte: que esses custos que foram gastos inicialmente, o empreendedor que ganhar o leilão, ele é ressarcido desses custos. A Norte Energia tem que ressarcir cerca de 150 milhões de reais de custos que foram feitos por uma série de empreendedores, incluindo a Eletrobras, incluindo os privados, que, ao longo de quase 30 anos, estudaram esse empreendimento. Outros que estudaram não o fizeram nessa profundidade, porque, se tivessem feito em uma profundidade tal, o empreendimento, a ANEEL, o próprio Ministério de Minas e Energia, não teria dado para esses que fizeram esses estudos que vão ser indenizados.

Então, o que nós temos é um encadeamento de fases que, às vezes, são muito difíceis de serem cumpridas, principalmente num empreendimento dessa natureza, que é um empreendimento que, pelas exigências do mercado, você tem que construir praticamente duas casas de força, uma casa de força quase do tamanho de Itaipu. Itaipu tem 14 mil megawatts hoje; a de Belo Monte, a principal, vai ter 11 mil. Você vai ter que construir essa casa de força em cinco anos. E isso, há alguns anos, era praticamente impossível se dizer que vai construir uma casa de força dessas em cinco anos. Então, vejam bem, nesses cinco anos, o

que significa? Que não só que as obras da usina têm que ser aceleradas, mas como as obras, também, para melhorar essa cidade. Mas são números muito grandes, muito grandes, e é por isso que há necessidade do aporte de recurso dessas fontes. Se não tiver um financiamento, não sai um empreendimento dessa magnitude. Então, esses esclarecimentos que eu queria deixar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Carlos.

Eu confesso que eu estou com mais dúvida do que estava há uma hora e meia atrás. Pelo que eu pude depreender, quer dizer, não há financiamento seguro para o empreendimento?

SR. CARLOS NASCIMENTO: Não, há financiamento seguro para o empreendimento. O empreendimento já passou a consulta prévia do BNDES. O BNDES usa quatro fases, uma fase de consulta prévia, onde ele enquadra o empreendimento; a segunda, de análise da documentação dos sócios; a terceira fase é a contratação do empreendimento; e a última é a liberação do empreendimento. Então nós estamos em entendimentos bastante avançados com o BNDES, eles não estão completamente fechados, mas eu diria que não há nenhuma dificuldade, nenhuma dificuldade, para o financiamento por parte do BNDES. Nenhuma dificuldade. Hoje nós não temos dificuldade para esse financiamento.

O caminho crítico, o caminho crítico para a concessão de um financiamento pelo BNDES é sempre a licença de instalação. Porque como... O BNDES vai dar o dinheiro para quê? É para a construção do empreendimento, e ele tem normas, ele não pode botar um volume de recursos na mão de um empresário, ele não pode fazer isso. Isso tudo tem que ser atrelado a um cronograma, e esses contratos todos são repassados para o BNDES, que analisa juridicamente tudo isso, verificando as respectivas curvas de pagamento. Então é um controle realmente muito grande que o país tem.

SR. UBIRATAN CAZETTA: Desculpe, Dr. Carlos--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ubiratan.

SR. UBIRATAN CAZETTA: Insisto. O senhor acaba de dizer que o BNDES depende da licença de instalação. A licença de instalação depende de uma série de aplicações, dentre elas algumas vinculadas, por exemplo, à questão do saneamento. A minha pergunta persiste. Há ou não há recurso para a questão das condicionantes? Porque, na realidade, me parece muito claro, muito preciso, todos os custos da obra. Quanto vai custar a turbina, quanto vai custar isso... Toda parte de engenharia está avançada. Toda a parte social me parece que continua sem financiamento,

porque, se o senhor disse que precisa da licença de instalação, o BNDES não liberará sem a licença de instalação, se a licença de instalação envolve, como o senhor frisou inúmeras vezes, uma vultosa quantia de recursos, nós estamos com um problema de fluxo de caixa seriíssimo. E aí me parece que o quê? Me parece, como é natural na nossa vida, que se jogue algumas despesas para o futuro, e o que me parece, com muito temor, é que o que esteja sendo jogado para o futuro seja exatamente aquilo que diz respeito à compensação social de um dano que tem que ser compensado antes de ocorrer. Então, insisto, me parece que não há clareza, para mim, pelo menos, sobre se há recurso para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda complementando a dúvida, eu gostaria que o senhor pudesse esclarecer para nós qual a diferença entre o Consórcio Norte Energia e o Consórcio Construtor. Norte Energia são os investidores, são os que ganharam o leilão e o Construtor é agregado de outras empresas que irá executar a obra? Esclarecer, inclusive, para o Brasil inteiro isso.

SR. CARLOS NASCIMENTO: A nossa legislação estabelece que, para participar dos leilões públicos, pode aparecer uma empresa individual ou pode aparecer um conjunto de empresas na forma de consórcio, todas elas solidárias. A partir do momento que adjudicado a uma empresa o resultado do leilão, ela tem um prazo muito exíguo, se não me engano de 60 dias, para constituir uma sociedade de propósito específico; ou seja, ela tem que constituir uma empresa, e essa empresa é que vai ser responsável pela construção do empreendimento, que hoje é a Norte Energia, para construir o empreendimento. A Norte Energia, então, terá que contratar terceiros para realizar essa tarefa. A responsável, quem recebe a outorga do empreendimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com licença. Então, existe uma terceira empresa, que é a que ganhou o consórcio?

SR. CARLOS NASCIMENTO: Não, é o seguinte: quem ganhou o consórcio, quem ganhou o leilão foi o Consórcio Norte Energia, e pela legislação, ela tem um prazo, após ganhar o leilão, para transformar esse consórcio em uma empresa, que é a Norte--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, sim, já entendi. Então os acionistas do Consórcio Norte Energia são os mesmos que ganharam o leilão, exclusivamente?

SR. CARLOS NASCIMENTO: Sim, exclusivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Consórcio Construtor é que tem agregação de outras empresas?

SR. CARLOS NASCIMENTO: É. Aí a legislação faculta que, nesse prazo até a constituição da nova empresa, possam surgir sócios estratégicos. Isso é a legislação do país. Nós não temos um número muito grande de empresas, são empreendimentos de grande vulto, o país... as necessidades do país são muito grande. Então, a nossa legislação é flexível. Quando o Consórcio Norte Energia foi vencedor, a empresa líder era a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a CHESF, que atua no Nordeste. Depois entraram como sócios estratégicos, já com o percentual de 49,98% do empreendimento. A posteriori entraram mais dois sócios estratégicos, entrou a Eletrobras e entrou a Eletronorte. Acredito eu que, ao longo de várias décadas, como esse empreendimento foi estudado pela Eletronorte, a maior fatia do empreendimento 19,98 coube para Eletronorte, 19,98 coube à Eletronorte, 15% coube à Eletrobras e 15% coube à CHESFE.

Agora, quando se vai para um leilão, especificamente nos documentos do leilão, já consta uma descrição dos equipamentos elétricos e vai um projeto básico das obras civis. Não é necessário que o projeto das questões socioambientais, ele vá junto com o edital do leilão. Isso não é uma exigência da nossa legislação. Então isso é algo que se faz a posteriori, e nesse caso... Isso não é um caso específico para o Belo Monte, isso ocorre em todos os empreendimentos hidrelétricos do país. O que precisa ter é um entendimento entre os diferentes órgãos, sabendo que essas obras vão ser realizadas, elas nunca deixaram de ser realizadas. E aqui vai um adendo: a obra que o Presidente inaugurou, lá em Tucuruí, não é uma obra integrante do setor elétrico. Uma eclusa é uma obra do setor de transporte. Inicialmente ela pertencia a PORTOBRAS; e com a evolução da nossa legislação, e por um entendimento entre o Ministério dos Transportes e a Eletronorte, a Eletronorte atua na Amazônia, foi criada para atuar na Amazônia, tem um conhecimento grande das questões amazônicas. Então tem a expertise técnica, construiu Tucuruí, as maiores usinas na Amazônia ela construiu. Então foi delegada a ela para construir essa eclusa. Mas ela não é uma obra integrante do setor elétrico, ela é uma obra de transporte. Isso tem que ficar bem claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, Dr. Carlos. Mas eu participei, inclusive, dessa transferência, que foi a solução que viabilizou as eclusas de Tucuruí, foi transferir orçamentariamente a responsabilidade para a Eletronorte, para que a União pagasse pelo orçamento a nível de anos

seguintes. E eu lamento, eu lamento que o Legislativo, o Congresso Brasileiro ainda não tenha aprovado. Eu, quando cheguei aqui, seis anos atrás, primeira coisa que me preocupei saber se existiam projetos que impedissem construção de barragem, que vedassem a navegação do rio que não tivesse eclusas, e tem inúmeros. Quando cheguei, me espantei, tem uma dezena de projetos, e nenhum deles anda, porque o governo não deixa. Estamos aqui com Lajeado, com o mesmo problema, está Estreito com novo problema. Quer dizer, estamos repetindo Tucuruí. Quando eu acredito que, se uma obra é do Ministério do Transporte e outra do Ministério de Minas e Energia, o governo deveria conversar entre eles e fazer uma antecipação de venda de energia a futuro, para que possa bancar a eclusa, que foi isso que foi feito, me parece, com a Eletronorte, agora, no final, depois de vinte e tantos anos. Então, quer dizer, já tem a solução, acho que a solução tem que sair do início da obra já definido. Nós vamos fazer eclusa, o recurso é do orçamento da União, não é impositivo. Quer dizer, o governo coloca no orçamento e depois executa ou não. Então é preciso que haja, numa obra desse porte... Principalmente na ordem de energia, você tem que ter início, meio e fim, não tem como postergar, e aí a eclusa tem que ir junto. Como também essas ações mitigadoras, que são as exigências, também têm que acontecer. Então tem que estar dentro do fluxo normal do empreendimento, não vai esperar orçamento da União, porque realmente elas não irão acontecer.

Eu quero agradecer a presença dos nossos convidados, quero deixar franquida a palavra, se alguém quiser ainda fazer um comentário final. Dr. Ubiratan.

SR. UBIRATAN CAZETTA: Só realmente agradecer a oportunidade, senador, e dizer que, enfim, acho que um dos grandes proveitos dessa audiência foi deixar claro que nós temos sérios problemas de definição. E, nesses sérios problemas de definição, me assusta a possibilidade que a parte operacional seja privilegiada, deixando o preço do custo social para todos nós, para os municípios, para os estados, para uma pretensa possibilidade de voltar a se recuperar isso no futuro. Eu acho que nós não podemos conviver mais com essa visão de empreendimentos que antecipam os lucros, antecipam os prejuízos e jogam os possíveis lucros para um futuro incerto e num prazo indeterminado.

Nenhum dos problemas, colocados pelo Dr. Carlos Nascimento, aqui, de custo, de valores, era desconhecido dos empreendedores. Eles sabiam, quando lançaram-se na obra, que tinham que ressarcir 150 milhões, que a que a obra custaria, há uma dúvida ou havia, pelo menos, uma dúvida nos valores finais, e

isso é objeto de um empreendimento. Empreendimento tem que ter esses custos. Não há empreendedor que não faça cenários pessimistas, otimistas, cenários conservadores e cenários de investimento. O que nós não podemos é que esses cenários deixem de lado ou posterguem para o futuro os impactos sociais que precisam ser remediados e precisam ser compensados, e muitas vezes precisam ser preventivamente evitados, e é essa preocupação que me parece que não foi solucionada pelas informações aqui dadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Thomaz, suas considerações finais.

SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO: Também gostaria de agradecer, em nome do IBAMA, a oportunidade de fazer essa discussão no âmbito da comissão temporária. Acredito que a questão do planejamento orçamentário, frente às responsabilidades socioambientais do projeto, foi colocada de uma forma muito responsável, aqui, pelo Ministério Público Federal, é uma questão... Acho que já é uma contribuição que a comissão traz para esse processo, porque é uma discussão que a gente não consegue fazer no licenciamento, extrapola o âmbito do licenciamento, na forma que o licenciamento já estabeleceu, na licença prévia, as regras... o regulamento do IBAMA para controle dos riscos ambientais, não riscos orçamentários, em termos de planejamento desses custos, mas acredito que já é uma contribuição que a comissão traz para a discussão desse projeto. E encaminharemos os documentos que foram solicitados pela comissão e agradeço a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Dr. Thomaz.

Dr. Carlos.

SR. CARLOS NASCIMENTO: Queria também parabenizar o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da subcomissão, sempre atuante, envolvido com os problemas do estado, e eu queria dizer que muitas dessas condicionantes, elas precisam ter um início. A gente não constrói... A gente, para construir um hospital, a gente primeiro faz os projetos e, depois desses projetos, se faz as bases, as fundações, depois se ergue o prédio, depois se coloca os equipamentos, que foram antes planejados, a equipe médica, etc., etc.. É assim que se faz. Mesmo com as tecnologias modernas que nós temos, é muito difícil, excetuando em alguns casos, você, em diferentes pontos do território, você imediatamente fazer essas intervenções.

Essa região onde vai se realizar o projeto foi, durante anos, uma região de conflitos muito grandes. Os senhores lembram que existia uma lei que, a cada cem quilômetros das rodovias federais... Isso eram terras da União. Recentemente, o Ministro Gilson Dipp, acho

que do Conselho Nacional de Justiça, Corregedor, o Conselho Nacional de Justiça cancelou quase seis mil títulos de terra, muitos desses títulos envolviam aquela região. Isso tudo exige uma articulação muito grande com vários órgãos de governo, muito dos quais o Dr. Thomaz solicitou aqui, para regularização fundiária dessas terras. Nós temos convênios feitos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Ministério do Planejamento para o desenvolvimento de todas essas ações.

Uma coisa eu posso afirmar aos senhores: que as ações que estão sendo tomadas pela Norte Energia são ações responsáveis, dentro dos limites da magnitude do empreendimento, e que o que se busca é que haja uma gradação, um entendimento, porque, da noite para o dia, é impossível planificar toda Altamira. É impossível. Nós planejamos, por exemplo, 4571 residências para tirar as pessoas de uma área lá, que são verdadeiras... vivem em condições muito precárias, sub-humanas. Nós estamos estimando que isso vai chegar a umas seis mil casas. Os senhores imaginem, tudo lá é grandioso, o problema é quanto tempo vai ser necessário para tirar aquela região de uma situação de pobreza extrema, e nós temos que acreditar, nós temos que acreditar, que as coisas vão melhorar. Isso que o Dr. Sérgio falou é uma das coisas mais importantes no campo da administração, não é só construir, é o manter, é o operar depois. Porque você fazer as coisas... Fez, está lá e depois? Então isso é uma preocupação que... O que se acredita? O sistema tributário do país vai crescer, o estado, a União, os municípios vão ter uma receita maior e vão procurar fazer face... É assim o que é o desenvolvimento. Eu agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradecendo ao Dr. Carlos, Dr. Ubiratan, Dr. Thomaz. Eu, antes de encerrar, eu fiz uma solicitação ao Ministério Público e ao IBAMA que encaminhasse as condicionantes para essa possível instalação, e eu pediria que encaminhasse também... Já deve ser do conhecimento do Consórcio e que o Consórcio encaminhasse à subcomissão quais as ações e quais as soluções que ele propõe para essas... para o atendimento das condicionantes, em termos objetivos, ou seja, qual é a fonte de financiamento, em quanto tempo vai ser feito, para que a gente possa retomar essa discussão.

Eu agradeço a presença de todos, nós vamos ter várias audiências, não são poucas, não. Eu tenho dito que, quando propus a criação dessa subcomissão, todos nós nos preocupamos com o Brasil, com o cidadão brasileiro, e, no caso da minha obrigação de representação do Estado do Pará, me preocupa exatamente o impacto que o projeto... Que ninguém

é contra, eu acho que todos nós somos favoráveis à implantação da usina, mas, repito, ela precisa ser feita de tal forma que ela sirva de modelo para o mundo, mostrando que, na Amazônia, é possível se fazer a implantação de projetos dessa magnitude, atendendo todas as condições, não só econômicas como sociais e ambientais. Eu acho que esse é o propósito nosso, nós estamos aqui para ajudar, para... O Senado Federal, no sentido de que se faça. E pelo Pará, que o Pará realmente não receba um novo impacto e depois não tenha como arcar com o seu orçamento.

Todos nós sabemos que o Pará, ele sofre, por parte da União, um atendimento que eu diria indevido, porque a União utiliza as riquezas que são exportadas para fazer saldo da sua balança comercial. O estado não é permitido, como não deve ser, que não se deve exportar impostos, fazer cobrança dos seus tributos estaduais, mas a União que teria que ressarcir, e não é só o Pará... Hoje são 21(F) estados da Federação Brasileira, fazer o ressarcimento da perda de receita que esses estados têm, e não o faz. Não o faz e, repetidamente, não regulamenta a tal famosa Lei Kandir, a ponto de que, só no Estado do Pará, hoje, deixe de ser ressarcido ao estado algo em torno de 1 bilhão e 300 ou 1 bilhão e 400 milhões por ano em perda de receita do estado. Então é essa condição que eu acho que nós temos que ter uma visão global, uma visão maior dessa questão, que não é só Belo Monte, ela perpassa por outras condicionantes que também precisam ser discutidas.

Não havendo mais nada a tratar na audiência de hoje, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a nossa reunião da Subcomissão de Implantação de Belo Monte.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA; REUNIÃO REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dez, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: Paulo Paim, José Nery e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. 1ª Parte. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 35, de 2010 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 24/11/10, para debater: “A Relação com o Trabalhador na Indús-

tria de Alimentação – Frigorífico Aviário”. Convidados que comparecem: Neusa Barbosa de Lima, Diretora da CNTA e FETIASP em representação a Melquíades de Araújo, Diretor da CNTA; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação – CNTA; Sandro Eduardo Sarda, Procurador do Trabalho de Florianópolis – SC; Remigio Todeschini, Diretor do Departamento de Política na Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social – MPS; Valéria Cristina da Silva Aguiar, Assistente Técnica da saúde do Trabalhador em representação a Roque Manoel Perusso Veiga, Assessor da Coordenação Geral da Saúde do Trabalhador no Ministério da Saúde – MS; Edvardo Pereira de Souza, Presidente da FTIA dos Estados de GO/TO em representação a Gerardo Iglesias, Presidente da União Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação – UITA. O Senhor Presidente chama à mesa os senhores convidados e, em seguida, faz suas considerações iniciais. Em ato contínuo, dá a palavra aos senhores convidados. Após as considerações dos senhores convidados o Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, franqueia a palavra a líderes sindicais presentes no plenário da Comissão.

2ª Parte. Deliberativa. Item 1 – Não Terminativo – Sugestão Nº 4, de 2006, que sugere seja criada lei com a finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita. Autoria: ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: adiado.

Item 2 – Terminativo – Projeto de Lei da Câmara Nº 33, de 2009, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado.

Item 3 – Terminativo – Projeto de Lei da Câmara Nº 298, de 2009, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com a emenda aprova pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Adiado.

Item 4 – Terminativo – Projeto de Lei da Câmara Nº 112, de 2009, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senadora

Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas propostas pela CAS. Resultado: Adiado.

Item 5 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 333, de 2009, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: Adiado.

Item 6 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 216, de 2004, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 – Substitutivo – que apresenta. Resultado: Adiado.

Item 7 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado.

Item 8. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008, que modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado.

Item 9. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 123, de 2006, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE que apresenta. Resultado: Adiado.

Item 10. Terminativo. Projeto de Lei

do Senado Nº 24, DE 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CAS e a Emenda nº 02 que apresenta. Resultado: Adiado. Item 11. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01-CE/2008 e aprovação da Emenda nº 02-CE/2008. E inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 12. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 118, de 2007, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 13. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 241, de 2008, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, e nº 02 que apresenta. Resultado: Adiado. Item 14. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 412, de 2008, que altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 15. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 97, de 2009, que altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Adiado. Item 16. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 456, de 2009, que autoriza

a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04 que apresenta. Resultado: Adiado. Item 17. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 305, de 2008, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 18. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 338, DE 2009, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. Item 19. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 154, de 2008, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 20. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 478, de 2009, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas acolhidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Adiado. Item 21. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2009, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Adiado. Item 22 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 105, de 2008, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência,

para prever incentivo ao empreendedorismo. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: Adiado. Item 23 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 142, de 2010, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: Adiado. Item 24 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 27, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 25 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 415, de 2009, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com (02) duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 26 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 249, de 2009, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as emendas 01-CAS, 03-CAS, rejeição da emenda nº 02-CAS e acréscimo de uma emenda. Resultado: Adiado. Item 27 – Terminativo – Projeto de Lei do Senado Nº 578, de 2009, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Gerson Camata. Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda 01-CI/CDH. Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento Nº 36-CDH, de 2010, que adita o Requerimento nº 35/2010-CDH, aprovado no dia 24 de novembro de 2010, e solicita a substituição dos convidados, inicialmente apresentados para participarem da Audiência Pública com finalidade de discutir “A Relação com o Trabalhador na Indústria de Alimentação – Frigorífico Aviário” por: Roque Manoel

Perusso Veiga, Assessor do Coordenador Geral da Saúde do trabalhador, Ministério da Saúde–MS; Remígio Todeschini, Diretor do Departamento de Política na Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social – MPS; Junia Maria de Almeida Barreto, Diretora do departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação CNTA; Melquíades de Araújo, Diretor da CNTA; Sandro Eduardo Sarda, Procurador do Trabalho de Florianópolis-SC; Robson Braga de Andrade, Presidente da Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Edmundo Klotz, Presidente da Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA; e Gerardo Iglesias, Presidente da Presidente da União Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação – UITA. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às dez horas e cinquenta minutos o Senhor Presidente passa a presidência da reunião ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Lavro, eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada sem revisão, desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia, bom dia a cada uma e a cada um. Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam permanecem como estão. Estão aprovadas.

Faço um comunicado. Informamos aos Srs. e Sras. Senadoras e Senadores que em razão do que dispõe o art. 332, do Regimento Interno do Senado, e conforme cronograma definido em reunião com a Secretaria-Geral da Mesa, todas as proposições em matéria que se encontram sob análise de V. Exas. de-

verão ser devolvidas à secretaria desta comissão até o segundo dia útil após a última reunião desta comissão. Ficou claro? Está meio enrolado, vou repetir.

Informamos que conforme cronograma definido pela Secretaria-Geral da Mesa, todas as proposições em matéria que se encontram sob análise dos senadores e senadoras deverão ser devolvidas à secretaria desta comissão até o segundo dia útil após a última reunião desta comissão. Será que dia a última reunião? Dia 15, então é até o dia 17.

Nós temos, hoje, uma Audiência Pública e, depois, uma Sessão Ordinária. Vamos fazer a Audiência Pública.

Nos termos do Requerimento nº 35, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que foi aprovada em 24/11/2010, para debater: “A Relação com o Trabalhador na Indústria de Alimentação – Frigorífico Aviário”.

Para levar adiante, eu quero que os senadores aprovem um aditamento a esse Requerimento 35, para que sejam substituídos os convidados que foram, inicialmente, apresentados. Do Ministério da Saúde o nome indicado é o de Roque Manoel Viegas. Eu vou ler todos, depois aprovamos em bloco; do Ministério da Previdência Social é o Remigio Todeschini; do Ministério do Trabalho e Emprego é Junia Maria de Almeida Barreto; da CNTA é Artur Bueno de Camargo; Melquíades de Araújo, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação e Diretor da CNTA; Sandro Eduardo Sardá, Procurador do Trabalho de Florianópolis; Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI; Edmundo Klotz, Presidente da ABIA; Gerardo Iglesias, Presidente da UITA.

Eu consulto os Srs. Senadores se aprovam a substituição dos nomes anteriores por outros. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Nós vamos ter que dividir em duas mesas, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, duas ou mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou chamando...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os convidados são esses?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, porque eles, às vezes, mandam representantes, aí a gente já...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E esses?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esses são os convidados oficiais, e aí eles mandaram representantes. Essa lista aqui já...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos oito convidados e eu vou propor, então, a divisão em duas mesas de qua-

tro, se todos estiverem presentes. Se na medida que eu for chamando, alguns não estiverem presentes, e tivermos até seis, fazemos só uma Mesa. Está bem assim, Senador Paim? Então já convido aqui o Remigio Todeschini para vir à Mesa.

SR. REMIGIO TODESCHINI: Posso ir na segunda?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quer vir na segunda? Muito bem. Então a Rosemary Dutra Leão, que é Coordenadora-Geral de Normatização e Projeto e representa a Dra. Junia Maria de Almeida; Artur Bueno de Camargo; Melquíades de Araújo; Sandro Eduardo Sardá. Não veio. Está faltando um, eu já chamei quatro. Eu chamei quatro. Quantos temos aqui? Três. Quem é que está faltando? A Rosemary está aqui, o Artur Bueno de Camargo está aqui, Melquíades de Araújo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está sendo substituído pela Neuza [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu chamo a Neuza Barbosa, que substitui o Melquíades de Araújo, e o Sandro Sardá. Temos os quatro, fazemos então essa Mesa de quatro.

Eu gostaria de convidar o Senador Paim para presidir a audiência. Pode ser, senador? O senhor é o dono dessa... Eu vou ficar aí, não é por nenhuma outra [ininteligível].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço questão que o senhor continue e eu fico aqui com eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está bom. Eu vou passar na ordem das chamadas. A Dra. Rosemary seria a primeira, então.

Passo a palavra à Dra. Rosemary Dutra Leão por dez minutos, está bem, já que temos muitos.

SRA. ROSEMARY DUTRA LEÃO: Bom dia a todos. Estão me ouvindo bem? Eu acho que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço a atenção, vamos ver se o som está funcionando, por favor. Dra. Rosemary, por favor.

SRA. ROSEMARY DUTRA LEÃO: Bom dia a todos. O meu nome é Rosemary Dutra Leão, eu sou Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, estou atualmente no Ministério do Trabalho, no Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, na Coordenação de Normatização e Programas do Departamento.

Eu não trouxe nenhuma apresentação para os senhores, mas a questão do Projeto de Lei que é enfocado nesse momento pelo senador é um problema que já está sendo trabalhado pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego. O Departamento de Segurança e

Saúde no Trabalho possui a Coordenação de Normatização e Programas, onde nós fazemos as normas de segurança e saúde no trabalho, as NRs. E desde desse ano ou do final do ano passado, mais principalmente nesse ano, o Ministério do Trabalho está trabalhando com uma comissão ainda não oficial, mas que deverá ser oficializada esse final de ano, para fazer uma norma específica para os frigoríficos. O objetivo é justamente tentar melhorar as condições de trabalho que já foram verificadas pelo Ministério do Trabalho junto com o Ministério Público do Trabalho, que trazem uma série de doenças e de problemas de segurança para os trabalhadores.

Os principais problemas nesses locais de trabalho, que até inclusive foram listados aqui na justificativa ou justificação do Senado, é a questão de um processo produtivo que tem por si só uma característica que pode levar a doenças. É um processo produtivo conhecido no mundo inteiro como um tipo de processo que leva ao adoecimento por ser um processo onde as pessoas trabalham dentro de uma imposição da produção, que é uma alta produção, e da máquina. As pessoas têm pouca liberdade de fazer o que bem entendem, elas são sujeitas e vivem em função do processo, ou seja, há uma grande repetitividade, há uma fragmentação das tarefas que levam a ciclos de trabalho muito curto e, conseqüentemente, esse trabalho vai levar a um adoecimento, porque não é um tipo de atividade que seja saudável, digamos assim, para o ser humano. O ser humano não é feito para trabalhar como uma máquina e nesse trabalho ele acaba sendo uma resposta da máquina, ele trabalha respondendo a uma máquina, então ele trabalha de uma forma que não é saudável. E, obviamente, isso traz com a grande produtividade, com a repetitividade, com outros riscos inerentes ao trabalho em função do produto, que é um alimento, necessita um clima, uma temperatura fria nesses ambientes, que dificilmente pode ser retirado esse tipo de temperatura em função da necessidade do produto, agrava-se o problema da repetitividade com o frio, agrava-se o problema com o ruído, agrava-se com a falta de interrupção que as pessoas possam ter para repousar.

Então juntando todas as características desse processo produtivo, nós temos, obviamente, o adoecimento. Esse adoecimento se dá principalmente por lesões osteomusculares, sobretudo nos membros superiores (punhos e ombros) e, também, por processos às vezes depressivos, porque as pessoas trabalham num ambiente onde elas não têm uma certa realização e o ser humano necessita de ter realização. Ele trabalha como uma peça, então tudo isso acaba trazendo problemas mentais, que já foram diagnosticados em

vários setores, além de outros como acidentes, como cortes, porque o uso de faca é constante nos frigoríficos.

Então, devido a todo esse complexo de trabalho que é difícil de ser resolvido, que não dá para ser feito pontualmente e necessita um conjunto de medidas que devem ser tomadas todas ao mesmo tempo, a dificuldade de se melhorar esse processo é muito grande. Além de ter que se melhorar condições de postos, mobiliário, de facas e outras que existem no local, ruído, que é o excessivo, necessitaria também melhorar a questão da exposição, tendo em vista que todas as melhorias que se possam fazer em termos de mobiliário, em termos de equipamento, em termos de redução das condições físicas nocivas, como o ruído, frio, umidade, etc., nós não vamos de qualquer forma resolver o problema das lesões e das doenças nesse local de trabalho.

Então há necessidade de se trabalhar com a redução da exposição com um tempo menor de exposição, tendo em vista que quando se trata de risco nós temos a intensidade, o tempo de exposição e a probabilidade do dano é função da intensidade e do tempo de exposição. Como a intensidade é muito grande, o ritmo é muito alto e as condições nocivas são variadas, o tempo de exposição pode ser uma solução para minimizar o problema. Não vamos dizer que vá reduzir e nem eliminar. Vai minimizar, pode reduzir, mas não vai eliminar. Então a necessidade da mudança da exposição, da redução através de pausa, através de redução de jornada, se for possível, ou através mesmo da diminuição do ritmo, que é mais complicado ainda para se ter, poderá realmente trazer algum benefício.

O Ministério do Trabalho está trabalhando também numa norma referente a isso conforme o que legisla, não pode alterar, evidentemente, a CLT, como a proposta aqui, mas vai trabalhar no sentido de pausas e redução do tempo de exposição. Isso já está sendo estudado, ainda não recebeu-se oficialmente esse projeto de lei lá no Ministério do Trabalho para que seja analisado, e estou aqui à disposição para qualquer questionamento que queiram fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço à Dra. Rosemary, e passo a palavra agora ao Artur Bueno de Camargo.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Bom dia a todos e a todas. Quero aqui cumprimentar o Presidente Senador Cristovam Buarque, cumprimentar o Senador Paulo Paim, o José Lira, cumprimentar aqui a todos os componentes da mesa, autoridades.

Para nós que representamos os trabalhadores da alimentação em geral, hoje, Presidente, é um dia especial. É um dia especial porque estamos trazendo aqui um projeto aonde nós pretendemos buscar uma

condição humana de trabalho para esses trabalhadores que trabalham no setor de frigoríficos, avícolas em geral.

Como foi dito aqui, a grande verdade é de que esse setor é um setor que as atividades, todas elas na produção, têm uma condição penosa, seja por esforço repetitivo, seja pelo ambiente, o grau realmente que esses trabalhadores precisam devolver as suas atividades e os riscos de acidente do trabalho.

É importante dizer que este projeto do qual nós estamos apresentando, nós elaboramos baseado numa pesquisa feita diretamente com os trabalhadores do setor, além de várias audiências públicas que nós realizamos em vários estados do nosso país.

É preciso que se diga que todas as tentativas para buscarmos realmente melhorar essas condições nesse setor, junto ao setor empresarial, nós não medimos esforços para que pudéssemos realmente resolver essa questão na discussão entre capital e trabalho. Infelizmente, essa sensibilidade até aqui não foi demonstrada. É esta a razão e que nós entendemos que é, somente através de um projeto de lei, através desta Casa, é que nós poderemos realmente pelo menos buscar uma condição mais humana de trabalho a esses trabalhadores desse setor.

É importante dizer de que hoje nós temos, sem nenhuma sem sobra de dúvida, pesquisa que fizemos junto aos trabalhadores e até apresentado pelo próprio INSS, de que nós temos 25% desses trabalhadores doentes. Desses 25% desses trabalhadores doentes, 10% se encontram afastados e 15% trabalhando doentes. Isso significa também um custo elevadíssimo para o país. Tanto isso é verdade que esses frigoríficos no setor de bovino e suínos e também avícolas, eles têm procurado contratar trabalhadores jovens, porque esses trabalhadores têm mais resistência e demoram um pouquinho mais para que realmente adquiram doenças ocupacionais nesse setor. E cada vez que nós procuramos falar com os empresários para que houvesse uma condição mais humana de trabalho, não temos tido realmente êxito. É esta a razão que estamos trazendo este projeto para que possamos realmente viabilizar dentro desta Casa, que nós entendemos que é este o caminho que temos que buscar.

Por outro lado, eu quero aqui finalizar a minha fala dizendo do que nós ouvimos de trabalhadores durante essa pesquisa e de familiares de trabalhadores. Trabalhadores que adquiriram a doença, a LER/DORT, que ele não só, ele não só perdeu o emprego e suas condições para trabalhar como também ele perdeu realmente também as condições dentro da sua própria família, porque é uma doença que atinge o trabalhador e que, muitas vezes, ela não é enxergada, não tem visibilidade. Você olha para o trabalhador, parece que

ele está saudável, mas muitas vezes ele não consegue sequer fazer os movimentos com os seus membros. Por outro lado, nós conversamos com esses familiares e eles disseram realmente da mudança desta pessoa que adquiriu essa doença, porque ela se torna uma pessoa que não tem realmente nenhuma expectativa mais dentro do seu mundo social.

É por isso que nós entendemos, senadores, da importância que tem de nós viabilizarmos um projeto dessa natureza. Nós vamos não só proporcionar melhores condições de trabalho para esses trabalhadores, mas também vamos estar proporcionando a integração social desses trabalhadores, o que entendemos que é de suma importância.

E quando nós pedimos que seja reduzida a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas semanais, é porque nós entendemos que é impossível, é impossível um trabalhador ter uma carga de horário de 44 horas semanais nesse tipo de trabalho, que tem um esforço repetitivo e trabalha sob pressão.

Com isso, eu quero contar com o empenho e – sei que podemos contar – dos senadores para que nós possamos viabilizar esse projeto e dar para esses trabalhadores e familiares uma condição mais humana de vida. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado ao Dr. Artur Bueno de Camargo. Eu passo a palavra à Neuza Barbosa de Lima.

SRA. NEUZA BARBOSA DE LIMA: Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, cumprimentar muito especialmente o nosso querido Senador Paulo Paim, os demais senadores e senadoras aqui presentes, os companheiros e as companheiras, dirigentes sindicais, as entidades dos vários estados aqui presentes.

Para mim, senadores, que em 1996, sou da cidade de Sorocaba, começamos um trabalho de investigação sobre a saúde dos trabalhadores numa avícola pertencente à base do nosso sindicato. E de lá para cá nós seguimos nessa trajetória, seguimos nas nossas pautas tentando de todas as formas sentar capital e trabalho para avançar nessas condições de melhoria desses ambientes de trabalho. Infelizmente, a gente viu cada vez mais frustradas as nossas intenções. Mas vimos o capital se fortalecendo, vimos os grupos empresariais cada vez crescendo, as empresas, as grandes fusões, e os ritmos de trabalho cada vez mais sendo aumentados.

Nós, enquanto dirigentes sindicais representando os nossos trabalhadores, queremos que as empresas cresçam, queremos realmente que tenhamos mais postos de trabalho. Mas nós queremos, dentro da nos-

sa agenda pelo trabalho decente, nós queremos que esse setor tenha de fato uma agenda de trabalho decente, porque nós vemos dentro desse setor o recorte de gênero, o número de mulheres que nós temos trabalhando nesses setores, e é difícil para um dirigente sindical, você ficar ali vendo o sofrimento desses trabalhadores e trabalhadoras, não só a doença física, mas a doença mental se agravando, a depressão, o stress, o nível de stress que esses trabalhadores e trabalhadoras são submetidos.

Eu faço parte da nossa internacional e estamos levando com grande expectativa, estive recentemente na Argentina e estive na Europa, e estamos com grande expectativa realmente de tratarmos esse setor com a dignidade que esse setor merece, os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras merecem. Porque também o setor patronal tem que estar atento, porque as cobranças para onde se exporta vão cada vez ser aumentadas, as cobranças do ritmo de trabalho. Eles não querem só comprar os nossos produtos, mas querem saber os ambientes de trabalho, onde estão sendo produzidos o que está sendo exportado do Brasil.

Então, nós, enquanto trabalhadores, também estamos olhando com preocupação, de repente um país dizer: "Não vou comprar mais o produto de tal empresa ou de tal grupo pelas condições de trabalho". Nós não queremos chegar a esse ponto. Então, nós, enquanto cidadãos e cidadãs brasileiras, temos que ter essa responsabilidade e essa preocupação.

Eu vejo com grande expectativa e muita esperança esse Projeto de Lei. Nós sabemos que não é fácil a tramitação de um Projeto de Lei, estamos cientes disso, mas esperamos que nesse momento a bancada patronal se sensibilize, que nós não estamos contra o capital, queremos estar lado a lado, mas dizendo e mostrando que os nossos trabalhadores têm condições dignas de trabalho, eles têm uma jornada compatível com a sua resistência física, porque nós não podemos continuar expor o ser humano ao ritmo que as máquinas estão tendo, ao ritmo que a exportação está cobrando dos trabalhadores e trabalhadoras para ter o produto no mercado. Então nós temos que ter essa sensibilidade.

A gente vê com grande preocupação que a gente fala tanto da Previdência está quebrada e tudo. Nós vemos com preocupação que não têm condições de continuar fazendo um amontoado de seres humanos jogando para a Previdência cuidar. Nós, a sociedade, e aqueles que produzem essas lesões, têm que ser responsabilizados, mas também não adianta serem responsabilizados pelo que está feito, mas vamos fazer algo para que não se continue produzindo esse tipo de adoecimento.

Nós vemos que o Ministério do Trabalho, ao procurar discutir a NR, entendemos, entendemos que é o caminho viável, mas que a gente tem que ser mais abrangente. Uma NR, ele está restrita, me desculpem se eu vou dizer alguma coisa, se eu estiver falando alguma inverdade, a NR está direcionada só para o setor de avícola. Nós precisamos trabalhar no projeto na amplitude os setores de frigorífico, onde tem o abate bovino e o abate suíno. Todo esse setor de frigorífico tem que estar envolvido, nós não podemos tratar fatiadamente pequenas porções: "Ah, vamos tratar de avícola agora, o frigorífico depois". O adoecimento está se agravando em todas essas áreas.

Então eu espero aqui que nessa primeira jornada que nós estamos iniciando aqui na Comissão de Direitos Humanos, a gente realmente saia daqui e tenho certeza, senadores, que nós vamos sair daqui esperançosos de que a gente vai buscar e ter uma acolhida necessária para a tramitação desse projeto. E chamando os empresários, que se juntem, não tenham medo, vamos fazer as mudanças necessárias que o nosso país precisa para que a gente tenha de fato orgulho de sair lá fora e dizer para os outros países: "Nós temos condições dignas de trabalho", e defender os nossos produtos e defender que os países comprem os nossos produtos, que nós, enquanto trabalhadores, vamos ter orgulho de dizer que temos condições de trabalho digna e trabalho decente nesse país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou seguir na ordem, depois podemos abrir para algumas explicações que sejam necessárias entre os que estão na mesa. Eu passo a palavra agora ao Sandro Sardá e, com isso, terminamos essa Mesa, fora uma certa explicação que seja necessária entre os que aqui estão. Com a palavra, por dez minutos.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todos têm respeitado bem os dez minutos até aqui. Parabéns.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Bom dia a todos e a todas, é uma honra estar participando da Audiência Pública. Eu queria saudar e parabenizar os proponentes da Audiência Pública, Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, não só por esse ato, mas pela história de defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, das crianças, o que muito nos alegra, verdadeiros senadores da *Res Publica*.

Senador, eu queria fazer um requerimento. Eu fiz uma apresentação, eu trago muita informação aqui, e eu preparei uma apresentação para 20 minutos. Então, o senhor avalie o meu pedido e, se não for pos-

sível acolhê-lo, então eu limitarei, obviamente, minha apresentação a dez minutos, mas é muita informação, inclusive balanços financeiros das empresas, os--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se necessário, ampliamos um pouco esse tempo.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Tá bom, obrigado. Bom, o Ministério Público do Trabalho, em Santa Catarina, está há três anos investigando as condições de trabalho em frigoríficos e concluímos que as atuais condições de trabalho são absolutamente incompatíveis com a saúde física e mental dos trabalhadores.

Esse é um protesto organizado em 2005 pela confederação. Observem ali, ele não aguentou o ritmo. O grande problema é o ritmo de trabalho. Há uma verdadeira legião de lesionados, sobretudo jovens, sobretudo jovens, e, portanto, estamos a consumir produtos fruto de sofrimento humano.

Esses aqui são alguns depoimentos dos trabalhadores colhidos nos inquéritos civis instaurados pelo Ministério Público do Trabalho, que eu passo a transcrever e a ler:

"Temos que reduzir o ritmo de trabalho porque nós não somos robôs, somos seres humanos";

"Estou baixo de remédio, já estou dopado de tanto tomar remédio para dor. Me ajudem";

"Os trabalhadores é que estão sendo desossados, não os frangos";

"A nória não gira, ela voa";

"Nós trabalhamos dobrado, por isso têm pessoas com dores e doentes e eles não querem nem saber, eles querem produção".

Isso aqui é o painel epidemiológico do Nexo Técnico Epidemiológico baseado na lei. São estimativas, informações epidemiológicas sobre o adoecimento em frigoríficos.

Então o quadro nº 1: transtornos de humor. De cada cem mil trabalhadores que não atuam em frigorífico, 225 serão acometidos de transtornos mentais. Esses dados são todos os benefícios do INSS concedidos de 2000 a 2007, são milhões e milhões de benefícios. De cada cem mil, se não trabalhar em frigorífico, 225 serão acometidos de transtornos mentais. Se trabalhar em frigorífico, serão 888 trabalhadores a cada 100 mil, uma prevalência de 400% superior de transtornos mental em frigorífico; para a síndrome do túnel do carpo, por exemplo, uma prevalência superior de 820%; para dorsopatias, problemas de coluna, por exemplo, o dobro, 226%; e para transtornos dos tecidos moles, as bursites, por exemplo, 500% superior de prevalência.

Isso aqui é a Valdirene, acho que Valdirene é um pouco do símbolo da nossa atuação, 35 anos, aposen-

tada por invalidez após onze anos de trabalho. Nas palavras do médico, agora a dor é constante, aplacada apenas com morfina.

Esses aqui são riscos inerentes ao processo produtivo. Depois teríamos o agravamento desses riscos pela não adoção de medidas adequadas pelas empresas e, por fim, o agravamento ainda dos riscos pela não observância da legislação trabalhista.

Essencialmente essas são as características do ritmo do trabalho em frigorífico: ritmo intenso, atividades fragmentadas sem nenhum tipo de prazer, como colocou a Dra. Rosemary, alta repetitividade, atividades fixas e pouco variáveis, monotonia, a limitação absoluta dos contatos humanos, a utilização de EPIs, que limitam ainda mais as atividades, o trabalho permanente em ambiente frio, que é fator de risco, segundo a Instrução Normativa 98, do próprio INSS, a cadência elevada e imposta pelas máquinas. O trabalhador não tem como determinar o seu ritmo de trabalho, o modo de execução.

Desculpem-me por quebrar o copo aqui. Pressão de tempo. Eu prossigo aqui. Desculpa, Rose. Tudo bem? Desculpem.

Pressão de tempo e posturas inadequadas, trabalho estático dos membros superiores e inferiores, exigência de força no manuseio dos produtos, já que os produtos estão numa média de temperatura de dois a três graus... E aqui deu problema na minha apresentação, que ela travou. Se alguém pode aqui me... Opa, estamos de volta, eu volto aqui à atividade.

E aí eu trago, rapidamente, um breve filme sobre o trabalho em frigoríficos. Basicamente trabalhar em frigoríficos é, mais ou menos, dessa forma. Não só em frigoríficos, mas em frigoríficos de aves, de bovinos, de suínos, o trabalho em frigorífico hoje em dia é feito exatamente como ele é feito no filme do Chaplin, Tempos Modernos, de 1936. Estamos nós, em 2010, a produzir exatamente como em 1936, de modo que podemos denominar essas condições de trabalho como a pré-modernidade das relações de trabalho. Esse é o filme que todos nós conhecemos e que ele trabalha em linha, o ritmo dado pela esteira e, no final do nosso querido personagem, ele é acometido de transtornos mentais e ele é internado.

Então nesse aqui, voltamos para as características aqui do processo produtivo. Essa aqui é uma informação muito interessante, importante, que é sobre o atual ritmo de trabalho que vem sendo... Está travando aqui a minha apresentação, então eu vou continuar aqui.

O ritmo de trabalho. Essa aqui foi a apuração feita pelos fiscais do trabalho em frigoríficos de aves. Então, para cortar uma sobrecoxa, por exemplo, ele realiza 68 movimentos por minuto, quatro mil movimentos por

hora, 35 mil movimentos por dia. Imagina você realizar mais de um movimento por segundo. Para retirar coxa e sobrecoxa, ele chega a realizar 75 movimentos por minuto, 4.500 movimentos por hora, 40 mil movimentos por dia. Para atividade de desossa de sobrecoxa, 80 movimentos por minuto, 4.800 movimentos por hora, 42 mil movimentos por dia. É Charles Chaplin. Para separar coxa e sobrecoxa, ele realiza 120 movimentos por minuto, 7.200 movimentos por hora, 63 mil movimentos por dia. É até difícil de imaginar como que um trabalhador consegue realizar dois movimentos por segundo.

Kilbom, uma australiana, fez uma metapesquisa, são estudos de todos os estudos existentes, e concluiu que o número de 25 a 33 movimentos por minuto não deveria ser excedido quando se deseja evitar transtornos para os tendões. Estamos a falar que a 120, isso está excedendo até em quatro vezes este número. Para os frigoríficos de bovino e suíno o ritmo é um pouco melhor, mas deve estar em torno de 60 a 80 movimentos, o que também é muito superior a esse limite.

Um estudo com empacotadores de cigarro concluiu que acima de 30 a 40 movimentos por minuto eram acompanhados de tenossinovites. E o Couto(F) concluiu que acima de 15 movimentos por jornada é considerado incompatível com a possibilidade de se ter qualquer mecanismo de recuperação eficiente [soa a campainha]. Eu solicito a prorrogação por mais cinco minutos, senador. Obrigado.

Essa aqui é uma diretriz da Comissão de Saúde de Vitória, na Austrália, estabelecendo que não se deve considerar como aceitável períodos de trabalho com movimentos repetitivos que se prolonguem sem períodos de recuperação por mais de 60 minutos. Por isso, a fundamentalidade do projeto de lei, em que se propõe a pausa de dez minutos a cada 50 trabalhado, baseado em recomendações de normas de saúde, inclusive internacionais.

Indicação similar é a fornecida pela autoridade sanitária americana quando limita também a interrupções de dez minutos a cada hora em trabalhos repetitivos.

Então esses são os riscos inerentes ao trabalho e essas aqui são as atuais condições de trabalho: jornada exaustivas, no Rio Grande do Sul, constatado 15 horas; em Santa Catarina, 15 horas nessas atividades; em alguns frigoríficos o descanso semanal não é observado, a ponto de prestar serviço durante 41 dias consecutivo; condutas médicas inadequadas a ponto dos empregados denominarem os setores de saúde, os profissionais, em "Drs. Diclofenaco", porque toda a prática médica é baseada aí na mera prescrição de medicamentos; bancadas com problemas; CIPA não atuante; não emissão de Comunicações de Acidente

de Trabalho. Enfim, não há uma antecipação na avaliação e redução de riscos, não há uma postura prevencionista. Isto vem sendo acompanhado de despedidas discriminatórias baseadas nas condições de saúde, ou seja, você lesiona o trabalhador, despede e remete ao sistema social essa proteção.

Esse aqui é o levantamento feita na Sadia de Chapecó, que demonstra a evolução dos adoecimentos, dos benefícios previdenciários ao longo dos anos. Então, no ano de 2007, 73 empregados foram afastados; depois, no ano seguinte, houve um aumento de 34%; para 2006, um aumento de 76%; para 2007, um aumento de 8%; e nos últimos anos, um aumento superior a 40%. Ou seja, não há então a implementação de medidas adequadas.

Essa daqui é uma situação absolutamente preocupante, foi um levantamento que o Ministério Público do Trabalho fez em relação à Sadia de Uberlândia. Em 2005, a Sadia de Uberlândia afastou 43 empregados com o diagnóstico de CID 'M' (distúrbios osteomusculares); em 2006, 39; em 2007, 53; de 2007 para 2008 foram afastados 292 empregados, um aumento de 450% do número de empregados adoentados, afastados pelo INSS. É absolutamente inadmissível que uma empresa aumente em 450% o número de afastamentos pelo INSS de um período de um ano para o outro. E lá segue esse nesse patamar para 32% e 18%.

Então, Senador Paulo Paim, nesse ato o Ministério Público solicita que a Comissão de Direitos Humanos do Senado oficie ao Ministério do Trabalho e ao próprio Ministério Público do Trabalho informando esses dados absurdos em relação à Sadia de Uberlândia e solicitando a adoção aí das medidas cabíveis, porque não é possível o Estado acompanhar isso e não tomar uma atitude. Obviamente que o Ministério Público do Trabalho também pode requisitar as fiscalizações, mas eu acho que um ofício da Comissão de Direitos do Senado ou do próprio Senador Paulo Paim é muito importante.

Então transtornos mentais na Sadia de Chapecó um aumento expressivo. Um estudo relatando que 75% dos sintomas de doenças em frigoríficos ocorrem com menos de um ano de atividade, ou seja, comprova a absoluta inadequação das condições de trabalho.

Aqui é um estudo do INSS comprovando lesão de jovens trabalhadores: empregado com 23 anos de idade acometido de bursite; com 25 anos de idade lesões no ombro; 27 anos de idade sinovite. Por isso que eu afirmo que há uma verdadeira legião de empregados lesionados.

Pesquisa realizada pela própria empresa, pela BR Foods, em Videira, concluiu que 68,1% dos pesquisados manifestaram sentimento de dor causado

pelo trabalho na área de aves. Já na área de suínos, foram 65%. 10,95% continuam com as dores fora da atividade do trabalho, já há uma incapacitação para as atividades da vida diária [soa a campainha]. Senador, mais cinco minutinhos para encerrar.

Doze por cento manifestou que alguma vez pensou em acabar com a sua vida no setor de aves e 13,46% no setor de suínos. 34% manifestaram o sentido de tristeza. Esses são dados produzidos pela própria empresa, pelo setor técnico, pela empresa.

Uma perícia realizada em frigorífico, por força de uma ação judicial, concluiu que 56% das atividades são de alto risco a distúrbios osteomusculares. Nas salas de cortes, 75% das atividades são de elevado risco. Esse frigorífico tinha mil empregados e a perícia concluiu que cerca de 600 empregados estão expostos a riscos levados. De 46 atividades, em 26 delas a perícia concluiu que mais de 21% dos trabalhadores serão acometidos de doenças ocupacionais. E esse padrão está em todo o país, todo o país. Podemos estimar que cerca de 20% de toda essa mão de obra será acometida de distúrbios osteomusculares.

Quanto que isso custa para o INSS? Levantamento feito pelo INSS concluiu que no período de 2003 a 2007 a Sadia pagou em contribuições previdenciárias R\$ 40 milhões. No mesmo período, o INSS pagou em benefícios previdenciários cerca de R\$ 170 milhões. Há um prejuízo de cerca de R\$ 130 milhões aos cofres públicos. O SUS não tem nenhum estudo comprovando quanto que a saúde do trabalhador custa para o sistema. A Organização Mundial da Saúde estima que 4% do Produto Interno Bruto é gasto com doenças ocupacionais no Brasil. As empresas nem sabem quanto que custa esses adoecimentos. O setor emprega 800 mil trabalhadores, então nós estamos a falar aqui de cerca de 160 mil trabalhadores lesionados.

As soluções que o Ministério Público tem pensado. Primeiro, adequação do ritmo de trabalho. Não é possível trabalhar dessa forma; pausas de recuperação de fadiga, e aí a fundamentalidade do projeto de lei que estabelece as pausas; tempo de redução da exposição. Não é recomendável que nessas atividades haja trabalho superior a 36 horas; adequação dos postos de trabalho; adequação de condutas médicas; enfim, uma normatização que abranja todas todo o setor e não somente os frigoríficos de aves, tendo em vista a semelhança desses processos produtivos.

Para encerrar, quanto que custa estabelecer pausas de recuperação de fadiga e quanto que custa reduzir jornada de trabalho? Levantamento feito pelo DIEESE do Rio Grande do Sul, e aí eu queria agradecer publicamente Cássio Calvete pelo material remetido ao Ministério Público, somente com a introdução de

pausas de 50 por 10 estima-se uma elevação do custo de 1,6% dos custos da folha de pagamento. É muito pouco, é muito pouco. E aí com a geração de 65 mil novos postos de empregos, o que cumpre dois preceitos constitucionais: da geração de emprego, do pleno emprego e da saúde, da proteção à saúde dos trabalhadores. Com pausa de 50 por 10, com uma jornada de 40 horas, teríamos um custo de 2,8%, custo quase irrisório, comparado com os benefícios, com a contratação de 110 mil novos empregos. Com uma pausa de 50 por 10, com jornada de 36 horas [soa a campainha], o custo é de 4,19%, do aumento do custo da mão de obra desse setor, que não é o custo geral, é só o custo da mão de obra, ou seja, é um valor reduzido.

E aqui, as medidas representarão uma grande economia às empresas e ao sistema social.

Esse aqui, o mesmo levantamento do DIEESE, apresentou aí os lucros do setor.

JBS-Friboi, o maior frigorífico de carne bovina do mundo, em 2008, a receita líquida passou de 14 bilhões em 2007 para 30 bilhões no ano seguinte, um acréscimo de 114%; de 2009 para 2010, um balanço divulgado no primeiro semestre, crescimento da receita líquida, que foi de 12 bilhões, 13 bilhões no primeiro semestre de 2009... Opa, no primeiro semestre de 2008, para 18 bilhões nos seis primeiros meses de 2009, um aumento de 42% do crescimento da receita líquida.

A MARFRIG, desempenho muito bom no ano de 2008, a receita líquida atingiu 6,2 bilhões, 86% superior aos 3,3 bilhões registrados em 2007; no terceiro trimestre de 2009 a receita líquida da MARFRIG foi de 2,5 bilhões, um acréscimo de 54% em relação ao terceiro trimestre.

BR Foods, a receita líquida passou de 6 bilhões, em 2007, para 11 bilhões em 2008, um incremento de 72%.

E aqui, para encerrar, a política do BNDES para o setor. A JBS e a MARFRIG receberam 18,5 bilhões [soa a campainha] do BNDES, segundo jornal de 25/10, 25% de tudo que o banco investiu na compra de participações em empresas nos últimos quatro anos. A instituição tem 21%... o BNDES é acionário de 21% do capital da JBS. Nós temos que pensar talvez em privatizar a JBS, porque atualmente é praticamente uma estatal. Então, a sugestão é que a Comissão de Direitos humanos do Senado promova debates sobre a contrapartida social nos empréstimos. Ninguém é contra empréstimo, que essas empresas cresçam, mas, por favor, o façam a custo de contrapartidas sociais.

Para encerrar, o Ministro Maurício Godinho Delgado, atual ministro do TST, doutrina que a jornada hoje em dia já é norma de saúde e em algumas atividades a redução de jornada se faz medida essencial. Não

é possível assegurar a saúde dos trabalhadores em frigoríficos sem a redução da jornada, lembrando que a redução dos riscos inerentes ao trabalho é preceito constitucional, assim como a vida e o trabalho decente, e que dos onze títulos da Constituição Federal, que é dividida em título, quatro deles estabelecem que o trabalho decente é valor fundante da sociedade brasileira.

E eu encerro citando uma decisão do Supremo Tribunal Federal que estabelece bem esse debate: entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde, que se qualifica como direito inalienável, assegurado a todos pela própria Constituição, ou fazer prevalecer um interesse financeiro e secundário, uma vez configurado esse dilema, razões de ordem [soa a campainha] ético-jurídica impõe ao julgador uma só e possível opção, e não só ao julgador, ao legislador e a todos nós, aquele que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humana.

Para encerrar, hoje, aniversário da morte de John Lennon, dia 8 de dezembro, eu cito o nosso famoso cantor: *“Vocês podem me chamar de sonhador, mas eu não sou o único”*.

Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

-RS): Nós vamos entrar na segunda Mesa. No fim, o Dr. Sandro usou em torno de trinta minutos, Dr. Sandro, dez a mais do solicitado [risos]. Não, é porque a sua exposição foi muito clara e a gente foi deixando, não é nenhuma crítica, não. Só para dizer que a Mesa atendeu ao pedido de V. Exa.

A Dra. Rosemary gostaria de fazer um pequeno esclarecimento.

SRA. ROSEMARY DUTRA LEÃO: Obrigada. Com respeito à norma do Ministério do Trabalho que foi aludido duas vezes que é sobre aves, na verdade ela não vai ser só sobre aves, porque o Ministério do Trabalho não vai fazer uma norma de segurança apenas para um setor, senão depois a gente vai ter uma norma para avícola, para bovino, para suíno, etc. O debate iniciou-se com aves por uma procura ao Ministério do Trabalho do setor e começou com aves. No entanto, nós estamos publicando uma Portaria já de instalação de um grupo de estudo tripartite para tratar do assunto de uma forma global, para todos os setores de processamento, abate e processamento de carnes.

Era esse o esclarecimento que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

-RS): A Presidência agradece ao Dr. Sandro, à Dra. Rosemary, à Dra. Neuza, ao Dr. Artur. Todos são doutores e eu também, daqui um pouco [risos].

Convidamos Valéria Cristina Silva Aguiar, Assistente Técnica da Saúde do Trabalhador, em representação a Roque Manoel Perusso Viegas, Assessor do Coordenador-Geral da Saúde do Trabalhador – Ministério da Saúde; convidamos também o Sr. Remigio Todeschini, Diretor do Departamento de Política na Saúde e Segurança Ocupacional – Ministério da Previdência social; também Róbson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação; e o Sr. Edvard Pereira de Souza, Presidente da FTIA dos Estados de Goiás e Tocantins, em representação a Gerardo Iglesias. Todos os convidados estão na Mesa.

Passamos de imediato a palavra ao Dr. Remigio Todeschini.

SR. REMIGIO TODESCHINI: Bom dia a todos e todas participantes desse evento. A convocação do Senado, feita pelo Senador Cristovam Buarque e também corroborada pelo nosso Senador Paulo Paim, é obrigação institucional aqui dos Ministérios de estar aqui respondendo a esse chamado para uma discussão tão importante no ponto de vista de saúde dos trabalhadores e, principalmente aqui, que é do setor da alimentação, conforme foi colocado aqui de viva-voz os problemas tanto pelo Artur como pela Neuza e complementados aqui pela Rosemary e pelo Dr. Sandro.

Eu vou fazer uma exposição um pouco curta, passando alguns slides aqui, até para mostrar o grave problema, principalmente da questão de LER/DORT. Passando, passando, passando.

Esses são os dados nacionais da acidentalidade de hoje, no Brasil, os dados consolidados. Então nós temos, depois da implementação do NTEP e da notificação compulsória da lista das doenças profissionais e do trabalho, nós tivemos, nos últimos dois anos, cerca de 755 mil acidentes registrados. No ano passado houve um decréscimo pequeno de menos 4,3%. Porém, vejam a coluna amarela, que são as notificações sem CAT em função tanto do NTEP como das doenças profissionais e do trabalho. Passando.

O setor da indústria, junto com os serviços, detém basicamente 80% da acidentalidade hoje no Brasil. Passando.

Dos números de afastamento com mais de quinze dias, até com a nova metodologia do nexo e da notificação compulsória pela Instrução Normativa 31 do INSS, nós dobramos nos últimos dois anos. Então vocês veem aí coluna verde, coluna amarela, coluna azul, dos últimos três anos, em comparação com notificação que era feita tão somente pela comunicação empresarial. Então hoje há um posicionamento mais

independente do próprio Ministério da Previdência com o INSS. Passando.

E aí, talvez a Rosemary aqui colocou uma questão muito importante do Ministério do Trabalho, que o problema da LER/DORT, apesar de ser acentuado no setor da alimentação, é um problema de âmbito nacional. Estamos frente a uma epidemia nacional de LER/DORT em todos os setores econômicos, que não é um problema só do Brasil, mas é um problema mundial em função da intensificação do trabalho aqui e no mundo todo. Agora recordando que essas colunas do meio, continuam ativos todos os acidentes decorrentes de trauma, sem proteção de máquina, enfim, todas aquelas atividades que são perda de mão, quer dizer, perda de dedo, traumatismo de mão e dedo; 30% hoje da acidentalidade de cortes traumatismos, elas estão em mãos e dedos, concentradas num dos primeiros motivos de afastamento, que é o Capítulo 19, da CID. Passando.

E aí vem uma outra questão aqui já levantada anteriormente na mesa que me precedeu, o problema do meio, que é a questão dos transtornos mentais e comportamentais. Cresce. Isso tem crescido 1.000%, essa questão. Também afeta muito fortemente na questão da alimentação, que a gente vai ver no final com os dados da Previdência. Passando.

E aí vem, talvez, uma questão central, objeto dessa mesa, reforçando a redução da jornada de trabalho, que deve ser um caminho permanente dos trabalhadores segurados da Previdência para atender, à esquerda, um dos primeiros objetivos que a própria Previdência tem, que a Previdência não é feita só para pagar benefício em função da acidentalidade. Ela tem de pagar um benefício busto no final da vida de um trabalhador, uma aposentadoria robusta, mas ele deve permanecer no local de trabalho com a qualidade de vida e trabalho, que eu acho que no contexto de redução da jornada isso vem em primeiro lugar. Passando.

E aí só recordando. Passando.

Há uma série de diretrizes comuns entre o trabalho, a previdência e saúde na Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, harmonização da legislação, adoção de medidas. Passando.

A estruturação de uma rede integrada, cada vez mais integrada, reconhecendo direitos. Formação, aprofundamento de estudos e pesquisas também é essencial. Passando.

E aí vem a questão do NTEP, só recordando o que está na legislação. Passando.

E aí vem uma questão muito importante, que é a famosa notificação compulsória com o NTEP e também a lista de doenças profissionais e as doenças do trabalho, que enquanto antes da metodologia

do NTEP nós tínhamos 12 mil casos de afastamento ao ano, com mais de quinze dias, de natureza acidentária, hoje temos 30 mil, três vezes mais. Então isso aqui, dependendo da sazonalidade, final do ano cai um pouquinho, mas se mantém nessa faixa de 28 a 30 mil afastamentos. Passando.

A conta do seguro acidente de trabalho continua deficitária, ou seja, a cobertura tanto dos benefícios acidentários, direto, como das aposentadorias insalubres penosas e perigosas, elas não cobram essa conta do art. 22 da Lei 8.212. Aí vem o FAP. Passando.

É a questão da flexibilização por empresa, eu vou colocar os resultados do setor de alimentação aqui também. Passando.

Os resultados para aplicação do FAP, nós já estamos no segundo ano de aplicação do Fator Acidentário de Prevenção. Aumentou o número de empresas com malus, ou seja, empresas que vão pagar mais do que um, são 78.264 empresas. Passando.

O setor de alimentação, compreendido na indústria de transformação, mostra que o malus está mais elevado na correlação com os demais setores. Nós temos 78% de bônus, 22% de malus, aqui incluído também as empresas que pagam 1%. Passando.

Construção. Também é clássico, são clássicos dos problemas da acidentalidade. Passando.

E aí todo o setor da alimentação, que essa aqui é a divisão da fabricação de produtos alimentícios, onde tem 8.062 empresas que devem pagar FAP. 75% estão bonificadas e 35%, ou melhor, 25% estão com malus. Vê-se que é uma proporção, até pelos problemas aqui apresentados, maior do que os demais setores econômicos. Passando.

E aqui, esse aqui é um quadro geral, esse aqui é o diagnóstico de todos os trabalhadores segurados afastados com mais de quinze dias, 2008 e 2009, dos 21 motivos de afastamento. Diga-se de passagem aqui, Senador Paim, primeiro lugar, na indústria de transformação, são os famosos acidentes típicos por falta de proteção de máquinas em geral. Esse problema continua, diminuiu um pouquinho, mas continua. Segundo, em todo setor da indústria de transformação é a questão de LER/DORT. Então essa é uma epidemia que atinge todos os setores que, claro, as principais causas decorrem principalmente da organização do trabalho. Passando.

Vamos agora ver [soa a campainha] especificamente, mais cinco minutinhos, a distribuição do FAP no CNAE relativo ao abate de ave. Das 201 empresas, 64%, portanto, mais baixa é a bonificação do que em relação ao setor da indústria, e 35% de malus, ou seja, são 69 empresas que têm maior do que 1 e 3% que chega de 1,75 a 2,0. E aí vêm os problemas. Passando.

E aqui é diferente: ao invés de ser na indústria de transformação, que é acidente típico traumático em primeiro lugar, no setor de abatimento de aves é que se agrava ainda mais a questão de LER/DORT, referente aos dados de 2008 e 2009: são 46% dos motivos de afastamento com mais de 15 dias, sendo que, em quarto lugar, transtornos mentais e comportamentais. Aí eu quero só fazer uma referência importante, passando.

É preciso debelar todos os riscos existentes hoje na indústria no Brasil para diminuir a questão da acidentalidade, quer sejam riscos físicos, riscos químicos e biológicos. Passando.

E aí vem a questão central: para debelar a epidemia no setor de abate em todo o Brasil tem atuar para mudar a questão ergonômica e da organização do trabalho que passa, necessariamente, pela redução da jornada e mais fatores organizacionais, fatores psicossociais.

Então eu só quero concluir aqui no último *slide*, Senador Paulo Paim, o último *slide* agora, que, primeiro, as empresas não podem esconder os problemas do adoecimento. Então tem de fazer o PCMSO de forma correta, não simplesmente entregar para o Ministério do Trabalho para cumprir a obrigação para o auditor fiscal. Segundo, estudar os riscos e alterá-los. Eu acho que dentro da questão dos riscos está dizendo: jornada de trabalho menor. Terceiro, ter de fato uma gestão na área de SST: formação em formação permanente e o diálogo constante e permanente com os trabalhadores e todos os atores sociais envolvidos. Obrigado pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra à Sra. Valéria Cristina da Silva Aguiar, Assistente Técnica da Saúde do Trabalhador.

SRA. VALÉRIA CRISTINA DA SILVA AGUIAR: Bom dia a todas e a todos. Cumprimento as autoridades da Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim. O Ministério da Saúde se sente bastante honrado pelo convite em participar desse evento.

A Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador, hoje, está dentro da Secretaria de Vigilância em Saúde. Nós, desde 2005, com a 3ª Conferência de Saúde do Trabalhador, Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, tentamos trabalhar com o processo de integralidade junto com o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência. Por quê? Porque a gente entende que fazer a saúde do trabalhador, não há possibilidade de se trabalhar sozinho. Você tem que ter um mundo abarcado junto com o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência e não só com estes. Hoje, a gente conta com outros parceiros: o Ministério

da Justiça, o Ministério Público. Porque, na verdade, existe hoje uma fragmentação muito grande quando se fala em saúde do trabalhador, uma fragmentação das políticas que geram a saúde do trabalhador junto das políticas que causam o adoecimento do trabalhador. E dentro dessa fragmentação, o trabalhador está ali perdendo. Então quando a gente fala dessa fragmentação, a gente tem que unir essas forças, o Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social.

Quando a gente faz uma política, quando a gente tenta estabelecer uma política nova, todos têm que sentar, conversar e saber em que é que aquilo vai impactar na saúde do trabalhador, de que forma que aquilo vai impactar. Se o Ministério da Indústria, o Ministério da Agricultura, estabelece uma nova política na agroindústria, por exemplo, no crescimento dos seus trabalhos, em que é que aquilo está impactando quando ele usa um agrotóxico? Em que é que isso impacta na saúde do trabalhador? Ninguém pensa, ninguém para para pensar.

Com o assunto que nós estamos estabelecendo hoje, com a temática que nós estamos estabelecendo hoje, é a mesma coisa. Num processo de grande produtividade, eu acelero a produção, em que é que isso está impactando na saúde do homem que está ali e da mulher que está ali? Ninguém pensa.

Hoje, nós temos um grande problema dentro da saúde do trabalhador, visivelmente, e o Ministério da Saúde tenta estabelecer um processo de atuação, que é a subnotificação. O que não aparece, a sociedade não vê, ninguém se preocupa. Está subnotificado, hoje, os acidentes, está subnotificado hoje o aparecimento dos agravos relacionados ao trabalho. Ninguém vê. Por quê? Não há interesse. Então nós temos hoje, no Ministério da Saúde, esse grande problema: é trabalhar a subnotificação, é estabelecer onde que está a real notificação desses agravos relacionados ao trabalho, da doença, do acidente no trabalho. E o Ministério do Trabalho, a Previdência Social, eles são nossos parceiros nesse processo, a gente tem tentado estabelecer trabalhos em parceria em relação a isso.

Outra coisa que a gente também sabe e tem tentado trabalhar dentro do Ministério da Saúde, não só com a SVS, é a integralidade, porque o trabalhador é o homem, é a mulher, é o idoso, é o adolescente, é a pessoa com deficiência física. Então existe um universo muito grande e a gente precisa pensar em tudo isso.

De todas as políticas têm que se falar, de todos os processos de atuação têm que se falar. A nossa Política Nacional de Saúde do Trabalhador, ela estabelece, dentre suas diretrizes, uma rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador. Nós temos, hoje, 181

centros de referência em saúde do trabalhador, eles estão colocados estrategicamente em todo o território nacional. Esses centros de referências, eles estão prontos para fazer promoção, prevenção, reabilitação, na verdade, vigilância em saúde, e nós damos apoio então ao trabalhador. Nós não temos poder de polícia, nós não vamos nas empresas fazer atuação(sic). A gente pode entrar junto do Ministério do Trabalho, a gente não pode fazer fiscalização. A gente vai junto deles. Mas nós damos todo o apoio, temos programas, programas de prevenção, programas de promoção para o trabalhador, voltado para o trabalhador. Temos também Rede Sentinela, Comunidades Sentinela, em torno de 1.800 unidades Sentinelas também, estrategicamente colocadas em todo o território nacional, com profissionais treinados para atender pessoas que cheguem com esses agravos ou acidentes relacionados ao trabalho.

Em 2005, no dia 28 de abril de 2005, estrategicamente também assinada a Portaria 777, ela estabelecia 11 agravos relacionados ao trabalho e desses 11 agravos foram retirados os protocolos de atenção à saúde do trabalhador justamente para trabalhar a notificação dos agravos. O Ministério da Saúde, preocupado com a subnotificação, vem trabalhando em cima do processo da notificação. Então, a gente entende que esse é o caminho: melhorar a notificação dos agravos e dos acidentes para que a gente melhore também a vida do trabalhador e da trabalhadora. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Edvard Pereira de Souza, Presidente da FTIA dos Estados de Goiás e Tocantins, em representação ao Sr. Gerardo Iglesias, Presidente da União Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação – UITA.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer que diante da riqueza de tudo que foi apresentado aqui pela primeira turma e agora pelo Dr. Remigio e a Dra. Valéria, só me resta, para não ser repetitivo e para o bem de todos, que o Dr. Sandro e o Dr. Remigio aqui passaram do tempo, que foi tão importante, mais do que a minha fala, eu estou só aqui representando o Iglesias, mas é só na composição da mesa, não no tema.

Então só me resta aqui fazer agradecimentos e eu não poderia deixar de agradecer ao Dr. Sandro, ao Dr. Remigio, à Dra. Valéria, ao Artur, da CNTA, e a todos os companheiros, que eu não vou dizer nome por nome porque não tem como, são muitos, a todos os companheiros sindicalistas, presidentes de sindicato, diretores de sindicato, federações, que contribuíram

para a elaboração desse projeto, tão importante para os trabalhadores da área de frigorífico.

Nós fizemos várias reuniões em vários estados, audiências públicas, e esses valorosos companheiros, não medindo esforços, foram em todas as cidades participar das reuniões. Alguns, que eu estou vendo aqui, fizeram um esforço maior, senador, e foram até para outros países para verificar como é que funcionava lá. Eu estou vendo aqui companheiros que estiveram em outros países e vieram nos trazendo grandes colaborações para que nós formássemos esse projeto.

Como disse aqui a Dra. Rosemary, frigorífico não tem jeito, frigorífico vai ser sempre penoso, sempre insalubre. Eu entrei em frigorífico com 15 anos de idade, então já estou lá há 50 anos quase de frigorífico. E esse projeto, esses estudos que os companheiros fizeram, essas reuniões que os companheiros fizeram, só vieram me enriquecer mais, que eu sempre pensei no que eu vou dizer agora, e eu estava certo: não existe maneira de nós mudarmos frigorífico, ele vai ser penoso sempre. Eu até brinco com o pessoal, eu não sei se algum de vocês já deixou acabar a gasolina no veículo, carregou ele dentro do carro e deixou dar um pingão lá. É insuportável o cheiro. Ou você não deixa acabar a gasolina ou empurra o carro, porque se você deixar cair lá dentro um pingão de gasolina, você não suporta. Nunca ouvi falar que alguém conseguiu acabar com esse cheiro da gasolina, que é forte, que nós usamos todos. A mesma coisa é frigorífico. Nós não queremos acabar com o emprego. Em momento nenhum, durante a elaboração desse projeto, eu vi em companheiro nenhum aquela vontade que se prejudicasse empresas. Não, nós não queremos prejudicar as empresas, nós só queremos ver o que podemos melhorar para os trabalhadores, sem prejudicar as empresas. E aí chegamos à conclusão de que esse projeto não vai prejudicar. Como disse o Dr. Sandro, é um em 60%, 67, de custos na folha de pagamento. E aí nós elaboramos o projeto e chegou, o que eu disse antes, é o que eu sempre pensei, não tem maneira. Já que não podemos acabar com o frigorífico, e nem queremos, temos que trabalhar, temos que manter os nossos empregos, a única maneira que tem, além das pausas normais, será diminuir a jornada de trabalho. Daí, senador, é que nós chegamos à conclusão das 36 horas, não foi para que o trabalhador trabalhe menos do que ele está trabalhando, querendo ficar é à toa, não. De jeito nenhum. O trabalhador não tem lazer. O senhor imagina o seguinte: durante uma negociação agora recente, eu chamei um rapaz pelo nome de Fernando e ele disse lá muito educadamente, o pessoal das empresas até elogiaram a postura dele, é um rapaz, ele disse o seguinte: "Olha, têm 25 anos que eu

trabalho em frigorífico, têm 25 anos que eu levanto três e meia, quatro da manhã. Eu gosto de futebol. Eu não posso assistir o futebol que passa aí hoje, que é tudo depois da novela. Eu não posso ir num casamento, eu não posso ir num aniversário, porque se eu for no aniversário e chegar em casa 11 horas, não vou dizer meia-noite, não, e dormir, como que eu acordo três e meia e vou trabalhar? Aí que pode proporcionar mais acidente ainda". E muitos desses acidentes pode ser isso, alguns trabalhadores que por uma emergência, um casamento de um parente tem que ir e ele não tem direito a esse lazer. E nós sabemos que o lazer é fundamental, a convivência com a família.

Nós temos lá em Goiás um frigorífico que está buscando trabalhadores a cem quilômetros de distância, uma cidade da outra. Ora, se ele começa o abate seis da manhã, o trabalhador normal que trabalha na cidade levanta às quatro da manhã, e esse que está a cem quilômetros? Ele vai andar a estrada tudo cheia de buraco, que está muito ruim a estrada, esse trabalhador fica quase duas horas para ir trabalhar, para começar seis da manhã, para fazer as horas extras, que quase todos estão fazendo excesso de horas extras. Então não é só às oito horas, fazem mais de oito horas, e aí eles voltam, mais duas horas para chegar na cidade de origem. Agora eu pergunto, até eu brinco: que hora que ele deita lá com a mulher dele, que hora que ele namora, se ele não for casado? Quer dizer, ele não tem não é nem lazer fora, ele não tem é dentro de casa, não tem como viver com a família dele, porque quando ele sai os filhos estão dormindo, ele chega e os filhos estão dormindo. Então ele não convive nem com a família e nós sabemos que a falta dessa convivência prejudica, a pessoa trabalha... Não tem coisa pior, não tem coisa pior do que você conviver com uma pessoa, até no amor que você não dá certo com ela, quanto mais trabalhando. Então a pessoa trabalhar contrariada, ela não produz igual.

Então quando nós fizemos esse projeto, nós pensamos nas empresas também. Nós queremos que o trabalhador tenha condição de estar saudável e aí ele vai produzir na empresa com 36 horas, mas vai produzir melhor, às vezes, do que ele está fazendo hoje.

Então, senador, mais uma vez aqui eu disse, eu não vou mais me exceder, porque os meus companheiros já fizeram tudo, foi muito rico e eu parabeno a todos, que foi rico em detalhes aqui, coisas que nem eu, que estou esse tempo todinho em frigorífico, tinha esses detalhes aqui, essa estatística, quer dizer, isso vai enriquecer mais para mim e para os meus companheiros.

Então muito obrigado e eu peço ao senhor realmente, nem precisa pedir, que o senhor é nosso eterno

defensor, mas a seus companheiros, aos seus pares, que realmente intercedam para que esse projeto nos seja aprovado.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu vou convidar o Artur a sentar aqui na Mesa, Artur, e convidaria os outros painelistas a sentarem na primeira fila, se estão aqui presentes ainda, a sentar na primeira fila aqui os outros painelistas.

Eu pergunto se o projeto já está pronto. Nós vamos encaminhar da seguinte forma o encerramento da nossa Audiência Pública no dia de hoje: a intenção do Presidente Artur, ele pode me ajudar se for diferente, é que esse projeto fosse apresentado em nome da entidade, porque eu já sou relator de um tema semelhante a esse. Apresenta em nome da entidade, eu avoco para a minha relatoria. Avoco, não. Eu vou pedir para o Senador Cristovam que encaminhe para a minha relatoria.

Eu acho que nesse momento nós poderíamos, Artur, você como presidente da entidade, você sintetizar ou se quiser fazer a leitura do projeto, você estaria simbolicamente me entregando o projeto. Eu consultava aqui à secretaria-geral da comissão porque a entidade vai ter que, para registrar o projeto aqui na comissão e depois ele vir para a minha relatoria, eu pedir a relação de todos os documentos que precisam. Já tem a relação de todos aí no papel?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Estatuto Social...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os documentos que precisam especificamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Praticamente é um manual, senador, que podemos se orientar. É grande, a gente estava separando ele, não deu tempo, mas é praticamente o manual—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O manual, tudo bem, mas quais os documentos que eles--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estatuto Social--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Estatuto Social da entidade...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A última Ata...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A última Ata.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto já está aqui. Só com isso você pode...

Então, Artur, se você quiser, simbolicamente, comentar o projeto e me entregar, simbolicamente, e daí, durante a semana que vem ou essa semana, você registra oficialmente, de posse dos documentos

que o Secretário aqui recomendou. Ele vai te passar uma cópia.

Então o Artur com a palavra.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Obrigado, senador. Eu prefiro ler, são oito páginas. Não, eu estou brincando, senador [risos]. Claro, eu não vou ler, eu vou aqui colocar os principais pontos, sintetizando aqui o projeto.

Esse projeto, basicamente, ele se trata da questão da redução da jornada de trabalho, da questão da regulamentação das condições de trabalho e ele trata realmente da questão da profissionalização dos trabalhadores. Esse é o tripé desse projeto.

Com relação à justificativa, fazendo assim um breve relato, por que nós estamos fazendo esse projeto, por que é que elaboramos esse projeto e estamos tentando buscar, nessa Casa aqui, viabilizar esse projeto, a justificativa, eu acredito que aqueles que já fizeram as suas intervenções aqui colocaram claramente a necessidade de estarmos viabilizando este projeto.

Evidentemente que nós sabemos das dificuldades que nós vamos encontrar aqui no Senado Federal e, depois, na Câmara, para podermos estar aprovando esse projeto, mas o nosso objetivo é fazermos esta parceria com os órgãos públicos, com o Ministério da Saúde, com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Previdência Social, porque nós entendemos que é nesse conjunto e nessas ações integradas que nós podemos realmente sensibilizar o setor empresarial para mostrarmos a necessidade de estarmos melhorando essas condições dos trabalhadores desse setor.

E aí, senador, só para a gente justificar aqui, que eu já ouvi aí alguns empresários dizendo o seguinte: “Não, mas como, o setor de frigorífico também tem o trabalhador que trabalha lá no escritório, o trabalhador que trabalha ali no ar-condicionado. Esse realmente não teria necessidade”.

Então é preciso dizer que o nosso projeto é para as atividades penosas dentro do setor de frigorífico. Ele não é realmente, ele não inclui todos os trabalhadores, só para que aqueles que tenham atividade realmente penosa dentro do setor de frigorífico.

Então eu acho que com essas justificativas, eu acredito que nós podemos fazer aqui a simbolização da entrega desse projeto, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, com essa entrega simbólica do projeto a Audiência Pública cumpriu os seus objetivos. Nós vamos encerrar a Audiência Pública.

Eu só vou esclarecer que a minha intenção, Artur e todos os meus convidados aqui, nossos convidados, Renato, por exemplo, parceiro meu lá de longas jornadas, só simbolicamente me dirigindo ao Plenário, que a

minha intenção, já que eu estou com a relatoria desse tema e vocês vão registrar aqui, vai ser naturalmente ouvir também o setor empresarial. Eu marquei uma Audiência Pública e, se for necessário também, vou me deslocar, quer seja para São Paulo, para Santa Catarina, para ouvir o setor empresarial. Mas fica aqui de pronto, com muita transparência colocada a todos vocês, que eu não tomarei nenhuma decisão sem que a gente passe por uma Audiência Pública aqui. Oxalá a gente consiga, em muitos casos a gente tem conseguido aqui. De posse do projeto faz uma reunião, não é uma Audiência Pública, chamando as partes interessadas e tenta construir o acordo. Se construirmos o acordo em matéria da redação final, melhor. Se não conseguirmos, tudo bem, aí vai a voto o projeto na visão, naturalmente, do relator, que não tenho nenhuma dúvida, eu já conhecia o tema, conheço a área, já visitei dezenas de vezes tanto os frigoríficos que tratam desta questão, não só de aves, como de gado, de bovinos, ovinos, suínos, enfim, conheço e sei muito bem como funciona.

Então quanto a isso fiquem tranquilos, mas como relator da matéria, naturalmente, eu ouvirei a todos e tentarei construir uma proposta que seja negociada com todas as partes. Oxalá eu consiga esse objetivo. Já conseguimos em outras vezes o acordo. Foi assim com o Estatuto do Idoso, foi assim com o Estatuto da Igualdade Racional e Social, foi assim na política de salário mínimo, com as centrais, que acabamos aprovando, embora eu queria que fosse a inflação e mais o dobro do PIB, mas foi um avanço quando passou a inflação mais o PIB. Foi assim nos aposentados no ano passado, que chegamos a 7,72%. Eu queria, naturalmente, que fosse 9,6%, mas chegamos a 7,72% mediante um acordo. E foi assim com dezenas de outros projetos que nós aprovamos aqui na casa. Ainda na semana passada, acabei mediando dois acordos entre empresários e trabalhadores metalúrgicos do Rio Grande do Sul em duas grandes empresas, mediante a participação também com a Delegacia Regional do Trabalho e as empresas voltaram a funcionar, atendendo o interesse lá do Milton, da Federação dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores, e também do Sindicato de Metalúrgicos de Porto Alegre.

Buscar o acordo, o entendimento, a conciliação, é uma obrigação de todos nós. Vocês, que são sindicalistas, sabem disso, e nós aqui no Parlamento a mesma coisa. Quem achar que vai levar tudo não leva nada e quem achar que nós não vamos levar nada pode se enganar, a gente pode ganhar no voto e eles poder em perder. Então o equilíbrio e buscar o melhor para o trabalhador claro que é o nosso objetivo.

Então fiquem tranquilos nesse sentido, nós vamos tentar fazer essa mediação, mas percebi que no mínimo dois companheiros do Plenário me parecem que se dirigiram ao microfone para usar a palavra. Eu, normalmente, faço isso. Então eu vou encaminhar ao Plenário, se quiserem fazer duas considerações, porque nós temos que encerrar essa reunião, porque o Cristovam já foi para a Comissão de Assuntos Sociais, estão na Pauta 12 projetos de minha autoria lá, se eu não estiver lá eles não serão votados e está na última semana. Eu não sei, eu abriria para dois companheiros do Plenário se quiserem fazer alguma consideração, daí a gente vai encerrar esta Audiência Pública. Algum companheiro gostaria de fazer alguma consideração? O Renato quer fazer também? Então se identifica, por favor.

SR. LUIZ CARLOS ANASTÁCIO: Eu quero cumprimentar a Mesa, eu sou da cidade de Barretos, aonde tem a unidade do JBS e o Minerva. O meu nome é Luiz Anastácio, sou Presidente do Sindicato de Alimentação.

Eu estou acreditando muito no avanço. Eu fiquei atento às palavras de todos da mesa e a observação minha é que há um grande interesse dos senhores de tomar providência, que demorou, mas chegou a hora. Eu acho que é numa hora boa, viu, Artur, numa hora que os trabalhadores passam, principalmente o trabalhador de frigorífico, por sérios problemas. Eu observei o companheiro de Goiás dizendo, é idêntico à minha cidade, é idêntico a outras cidades o sofrimento dos trabalhadores. Então esse avanço que está acontecendo aqui hoje já é um ganho muito grande para a categoria de trabalhadores em frigorífico. Quando eu falo em frigorífico de abate bovino é porque eu vivo o dia a dia desses companheiros.

Vocês podem ter certeza, Senador Paim, que foi uma das vitórias dos trabalhadores hoje isso que está acontecendo aqui, porque quando acontece esse movimento, o interesse de autoridades, interesse político, interesse sindical, quem ganha são os trabalhadores. Por isso, eu quero parabenizá-los e acredito que isso vai acontecer, até se for necessário, mobilizar a categoria em frigoríficos para que isso seja votado o quanto mais rápido possível.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. RENATO BORGES: O meu nome é Renato Borges, eu sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Porto Alegre e Diretor da Confederação da CNTA.

Senador, em nome dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul, com certeza, como nós

conversamos anteriormente, estamos bem representados pela sua pessoa e nesse projeto o qual o Artur lhe entrega em suas mãos para o senhor dar continuidade.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Você tinha pegado o microfone antes, se quiser fazer uma saudação, daí a gente encerra. São dois que viraram três, nós estamos multiplicando aqui para o bem do trabalhador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para mim é um prazer mais uma vez estar aqui nessa Casa e, mais uma vez, estar com o senador. Nós estivemos fazendo uma discussão e um debate em Porto Alegre, na qual o senhor participou.

Para mim é muito importante que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível, até porque tudo que já foi discutido aqui, tudo que foi colocado aqui, nós somos sabedores da relação que se dá entre o capital e o trabalho desse setor de frigorífico aqui no nosso país.

Então, para aprofundar um pouco mais, senador, nós fomos até outros países para ver de perto como que se dá ou se dava a relação entre capital e trabalho naqueles outros países. E nos surpreendeu muito a forma com que é discutida a relação em outros países. E, assim, só para dar um exemplo, nos Estados Unidos, um trabalhador que trabalha no setor de frigorífico, ele tem uma carga horária de 36 horas. Já na Austrália, é de 35 horas. Quando você fala em salário, um piso normativo dos Estados Unidos, se fala em US\$ 3 mil. Já na Austrália, nós temos um piso normativo de quatro mil dólares. E comparando com o Brasil, aqui nós temos um piso de US\$ 400,00. Então é uma diferença muito grande, porque essas empresas estão buscando esse mercado internacional. Então quando se fala na relação capital e trabalho, lá eles valorizam muito, mesmo sendo empresas nacionais que buscam esse mercado internacional. E quando chega aqui, eles não valorizam. Aí nós temos que vir sempre pedir o apoio de vocês para que ajude nós, porque quando você vai fazer uma greve ou vai fazer uma discussão com eles, com esse setor, eles simplesmente nos ignoram porque eles têm uma Carta Magna na mão, que privilegia eles nas 44 horas semanais. Então fica difícil.

Então, eu tenho certeza que esse projeto, com a sua atuação, que você é um excelente senador que luta na transferência dos trabalhadores, dos aposentados, vai ter continuidade e nós vamos ter êxito.

Então muito obrigado, eu quero agradecer a todos os companheiros que estão aqui, aos companheiros que vieram de vários estados, um abraço carinhoso a todos vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem. Muito bem, meus amigos, assim nós vamos encerrar essa Audiência Pública, mas ficou já aqui a minuta me entregue e ela será oficialmente entregue aqui na comissão e passará a tramitar em nome da Confederação. E eu solicitarei ao Senador Cristovam que me indique como relator para fazer essa mediação e colocar em votação, esse ano claro que não dá mais, vocês sabem disso, mas com certeza no primeiro semestre do ano que vem.

[palmas]

Muito obrigado aos convidados da Mesa e do Plenário, bom Natal, bom início de ano.

Está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 11h57.

ATA DA 99ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, na sala 15, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora (**Lídice da Mata**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lídice da Mata, Lauro Antônio, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, Vicentinho Alves e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA: 1ª PARTE, **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 156, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 08/12/11, **“com a finalidade de debater a vinculação horária da Classificação Indicativa e a proteção de crianças e adolescentes”**. Convidados: Davi Ulisses – Diretor Adjunto do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Carmen Silveira de Oliveira – Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos; Guilherme Canela – Coordenador do Setor de Comunicação e informação da UNESCO; e André Cyrino – Consultor da Associação Brasileira das Emisoras de rádio e Televisão – ABERT. Às dez horas e vinte e dois minutos a Senhora Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Rita. Às dez horas e

vinte e sete minutos a Senhora Presidente, Senadora Ana Rita, devolve a presidência para a Senadora Lídice da Mata. 2ª PARTE, **Deliberativa. Item 1.** Terminativo na Comissão (Turno suplementar). **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009**, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Adotado o Substitutivo. Item 2.** Terminativo na Comissão (Turno suplementar). **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2010**, que obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal. Autoria: Deputado Dr. Nechar. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CI, Substitutiva. Resultado: **Adotado o Substitutivo. Item 3.** Terminativo na Comissão (Turno suplementar). **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, e com a Subemenda que apresenta. Resultado: **Adotado o Substitutivo e a Subemenda. Item 4.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009**, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 aprovada na CAE, e com uma Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 5.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011**, que altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Mozarildo Cavalcanti. Resultado: **Adiado. Item 6.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas de nº1 a nº6 da CCJ. Resultado: **Adiado. Item 7.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008**, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar

a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado.**

Item 8. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, incorporando nela a Emenda nº 01-CE. Resultado: **Adiado.**

EXTRAPAUTA. Item único. Não terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2011**, que assegura validade nacional à declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. Autoria: Poder Executivo. Relatoria: Senadora Ana Rita. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra as seguintes Senhoras Senadoras: Lídice da Mata e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e treze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 99ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 156, de 2011, de minha própria autoria, aprovado em 08/12/11, “com a finalidade de debater a vinculação horária da classificação indicativa e a proteção de crianças e adolescentes”.

Nós realizaremos esta reunião tendo como convidados o Senador Wellington Dias, que quero também convidar para a mesa e saudar sua presença, pois S. Exª tem grande interesse no tema e vai poder nos ajudar muito na discussão; o Sr. Davi Ulisses, Diretor Adjunto do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; a Srª Carmen Silveira de

Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos; o Sr. Guilherme Canela, Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Unesco; e o Sr. André Cyrino, Consultor da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – Abert.

Esta audiência foi suscitada justamente porque, há duas semanas aproximadamente, atendendo a uma Adin provocada pelo PTB, o Supremo iniciou a discussão e votação dessa matéria. E já no processo de votação, o Ministro Joaquim Barbosa solicitou vista da matéria. Por isso, aqueles que defendem o Estatuto da Criança e do Adolescente nesses anos todos no Brasil se mobilizaram no sentido de que pudéssemos abrir um debate maior no Congresso Nacional a respeito da questão, com a intenção mesmo de levar essa opinião até o Supremo Tribunal.

Como não havíamos combinado quem inicia, vou propor que seja pela ordem em que foram chamados. Portanto, vou chamar, em primeiro lugar, o Dr. Davi Ulisses, do Ministério da Justiça.

O SR. DAVI ULISSES – Bom dia. Bom dia a todos.

Obrigado, Senadora, pelo convite e pela oportunidade de o Ministério da Justiça estar aqui representado.

Vou esclarecer um pouco a situação com relação à classificação indicativa e a vinculação horária da classificação indicativa.

Eu tenho uma apresentação.

Pode passar. Mais uma.

Bem, vou começar efetivamente pelo cerne da questão, que é a questão da constitucionalidade não da classificação indicativa, mas da sua vinculação horária. De qualquer forma, para fazer isso, eu tenho que esclarecer, acho que é importante esclarecer, e colocar o que efetivamente está em jogo nessa Adin. Em primeiro lugar, a base constitucional, ou seja, a base de defesa em que se sustenta a classificação indicativa é no art. 220 da Constituição Federal. Mas existem outras coisas envolvidas. E é importante que se estabeleça esse panorama geral, ainda que de forma resumida, dos direitos constitucionais que defendem a classificação indicativa, para que não se faça como parece que está sendo a tendência no Supremo Tribunal Federal, uma interpretação em tiras, ou seja, uma interpretação feita pontualmente sobre determinados aspectos. Aqui, nós devemos fazer uma interpretação sistemática, uma interpretação global, uma interpretação de toda a Constituição.

Em primeiro lugar, a mesma Constituição que trata do fim da censura cria também a classificação indicativa. Um dos direitos envolvidos em tudo isso é o direito à infância, que está no art. 6º da Constituição Federal. O art. 21 estabelece a competência da União

para “exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão”.

Bem, agora vamos ao cerne da questão. O art. 220 da Constituição Federal “assegura a liberdade de expressão” – que coloquei entre aspas – “observado o disposto nesta Constituição”. O que significa isso? Que o direito à liberdade de expressão, embora seja um dos mais importantes direitos constitucionais estabelecidos, está limitado ao que dispõe a Constituição, efetivamente. Vejam que, até como técnica legislativa, é interessante observar que os parágrafos do art. 220 já fazem menção a que tipo de liberdade ou até onde vai essa liberdade de expressão.

O § 1º estabelece a liberdade de informação jornalística. Não se pode criar qualquer óbice à informação jornalística. O § 2º veda a censura política, ideológica ou artística. Observem: veda a censura política, ideológica ou artística. O § 3º estabelece uma outra limitação, ou seja, sempre que se precisar limitar a liberdade de expressão, deverá ser feito mediante lei federal. Essa é uma limitação. E os incisos do § 3º já apontam essas limitações possíveis, mediante lei federal, como: regular diversões e espetáculos públicos, natureza, faixas etárias não recomendadas, locais e horários. Então, isso deve estar presente na legislação federal. Efetivamente, está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, como veremos em seguida.

Outro aspecto que também pode limitar a liberdade de expressão é a questão de estabelecer... Ou seja, a lei federal deve estabelecer meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem. Observem, é isto mesmo que diz a Constituição: de se defenderem de programas que contrariam o art. 221 e possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. Aqui, saúde globalmente falando, saúde intelectual e saúde física também.

Pode passar.

Bem, vimos que o art. 220 faz menção específica ao art. 221. O art. 221, já disse um jurista brasileiro muito afamado, é o artigo mais desrespeitado da Constituição Federal. A única moção de uma regulamentação mais específica está mesmo no ECA, no art. 76 do ECA, como veremos logo em seguida. Mas o art. 221 diz exatamente:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão [específica para rádio e televisão] atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência de finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas [o art. 76 do ECA repete isso];

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei [isso nós não temos ainda muito claramente estabelecido em lei];

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Eu fico com o primeiro e o quarto parágrafos. Quer dizer, pensem mais neles do que nos demais, porque são os que efetivamente dizem respeito à questão da classificação indicativa.

É importante destacar também o art. 227, que aponta como dever da família, da sociedade e do Estado... Observem, é um dever que compete à sociedade, à família e ao Estado. Quer dizer, deve haver uma ação conjunta desses três entes, enfim, para assegurar, com prioridade absoluta – é exatamente isso também que fala a Constituição Federal –, os direitos da criança e do adolescente, para “colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O art. 227 ainda é mais longo porque define mais claramente todas as defesas que devem ser feitas em favor da salvaguarda dos direitos da criança e do adolescente.

Pode passar, por favor.

Bem, aí então nós entramos no Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito à regulamentação dessa matéria.

O art. 74 trata efetivamente da classificação.

Art. 74. O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

Observem: “as faixas etárias a que não se recomendem”. Aí há, claro, uma disposição de atender o dispositivo constitucional de que a classificação indicativa seja uma recomendação. Mas ela é uma recomendação aos pais, é uma recomendação aos pais, e também deve se estabelecer quais são os horários recomendados.

Art. 76. As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

O art. 76 é muito importante também.

Pode passar.

No art. 254, já não é mais a questão dispositiva da classificação indicativa, é a penalidade que pode incorrer a quem desrespeitá-la. Observem: a Adin nº 2.404, de que tratamos aqui e que está no Supremo Tribunal Federal, apenas busca a impugnação da expressão que está sublinhada. Ela ataca o art. 254

nesta expressão: “em horário diverso do autorizado”. O que é isso?

Art. 254. Transmitir, por meio de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação...

Há dois aspectos aqui: um é transmitir a programação sem aviso de classificação, é passível de penalidade; e a outra, em horário diverso do autorizado. “Em horário diverso do autorizado”, é possível observar que a Adin não se insurge contra a parte dispositiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, não é com o art. 74 e seguintes, não é com o art. 76 especificamente. Não. É quanto à punição. Ou seja, parece que a Adin claramente coloca que a classificação é legítima, que ela deve existir, que ela pode existir, mas que não pode punir o desrespeito. Quer dizer, isso eu acho que cria uma situação um tanto peculiar no nosso direito, especialmente depois de trilhar um longo caminho, até chegar a essa mínima punição – eu digo mínima punição – às empresas, porque, até de acordo com as portarias do Ministério da Justiça, isso não é uma multa administrativa, é bom que se frise. Sempre que houver algum desrespeito ao art. 254, o Ministério da Justiça comunica ao Ministério Público, e o Ministério Público decide, como autor da ação, se ingressa ou não com a ação. Então, essa ação tramitará no Poder Judiciário. E, após o trâmite no Poder Judiciário, efetivamente é que vai se aplicar ou não a multa, conforme a decisão, a sentença judicial que tramitou, evidentemente, com o processo judicial, com direito de ampla defesa, de contraditório, enfim.

Bem, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, socorre também a participação do Brasil nas Nações Unidas e a assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança.

Pode passar, por favor.

Bem, havendo a regulamentação por lei, como determina a Constituição Federal, após a regulamentação no Estatuto da Criança e do Adolescente, nós temos então, hoje em dia, cinco portarias válidas do Ministério da Justiça que tratam do assunto.

A Portaria nº 8 trata do Manual da Classificação Indicativa. O Manual da Classificação Indicativa foi amplamente discutido com a sociedade durante dois ou três anos. Foram realizadas diversas assembleias, diversas reuniões pelo Brasil afora, até se chegar a esse texto. Participaram da discussão, além de diversas entidades de proteção dos direitos da criança e do adolescente, pedagogos e o Conselho Federal de Psicologia, que participou ativamente, sugerindo e apontando caminhos para esse manual, para os critérios da classificação indicativa. Tivemos também a importante participação do Conselho Federal de Pediatria.

Depois, temos a Portaria nº 1.100, de 2006, que trata de cinema e de jogos, que classificamos como jogos de computador e também os de RPG; a Portaria nº 1.220 trata exclusivamente da televisão; a Portaria nº 14, de 2009, da Secretaria Nacional de Justiça, trata de obras seriadas, especificamente a reexibição de algumas obras de TV com que tivemos algum problema, na prática, em alguns casos; a Portaria nº 3.203 trata exclusivamente de mostras e festivais, criando uma rotina especial para essas mostras que são tão importantes para a formação de público.

Pode passar.

Resumidamente, o que é classificação indicativa? É uma informação à família, uma informação sobre a faixa etária e sobre o conteúdo da obra. As obras audiovisuais que nós classificamos são: programação de TV, os filmes que vão ao cinema, todos os DVDs e vídeos comercializados no Brasil, jogos eletrônicos e jogos de interpretação. É importante essa informação, que trata das faixas etárias a que não se recomendam e do conteúdo.

O que é classificado? Bom, eu já falei, programas de TV, filmes, etc.

O que não é classificado? Isso está muito claro na Portaria nº 1.220, especialmente. Os programas jornalísticos não são classificados. Não se cria qualquer embaraço à livre informação. Tanto os programas jornalísticos como os noticiosos. E isso talvez gere um pouco de polêmica, principalmente na sociedade. O Ministério Público já tem reclamado um pouco disso, pois alguns programas jornalísticos são muito sensacionalistas, acabam por expor muita violência em horário não apropriado, mas nós não temos ingerência sobre isso. Os programas esportivos também não são classificados, assim como os programas eleitorais e a publicidade em geral.

Basicamente, quais são os critérios dessa classificação? Os critérios são a incidência de cenas de sexo, cenas com uso de drogas e cenas de violência. Tudo isso está previsto no Manual da Classificação Indicativa e também no guia prático. Tanto o Manual da Classificação Indicativa como o Guia Prático da Classificação Indicativa, que é o guia que nos orienta a fazer a classificação, estão expostos no site do Ministério da Justiça, são critérios absolutamente públicos, democraticamente estabelecidos e discutidos.

Pode passar, por favor.

Bem, na televisão especificamente – que é do que tratamos aqui, porque essa Adin diz respeito à programação de TV –, as obras são classificadas pelas próprias emissoras. Ou seja, existe uma autoclassificação. São as próprias emissoras que classificam suas obras. Depois da publicação dessa autoclassificação,

nós do Ministério da Justiça só acompanhamos a partir do momento em que a obra vai ao ar. Ou seja, nós monitoramos durante 60 dias e deferimos ou indeferimos essa autoclassificação. No Ministério da Justiça, cada obra é assistida por mais de um profissional. Se eles chegarem a um acordo, nós temos a classificação do Ministério da Justiça: o deferimento ou o indeferimento. Se não chegarem a um consenso, esse grupo é ampliado. Só para exemplificar rapidamente que não se trata de censura. Trata-se de uma decisão coletiva, uma decisão embasada em critérios claros, definidos democraticamente. A questão da vinculação horária. Na tevê aberta, a classificação indicativa, cada faixa de classificação vincula um horário. Na TV por assinatura, por haver dispositivos de bloqueio que não existem na tevê aberta, não existe a vinculação horária. Na TV por assinatura, os pais têm condições de bloquear determinados programas, por sua classificação, ou determinar horários de canal ou mesmo bloquear o canal todo. Tudo isso é possível por ferramentas de bloqueio.

A classificação indicativa, é importante dizer isto, ela é indicativa, informativa para a família, mas deve ser vinculante para as emissoras, ou seja, deve ser obrigatória – e é assim até que se mude essa situação, espero que não aconteça, que efetivamente os ministros que ainda faltam votar revertam essa tendência que está se colocando.

Pode passar, por favor.

Bem essas são as faixas de classificação, são símbolos da classificação indicativa, padronizados, devem ser usados em todos os meios em todas as obras classificadas. No caso da tevê aberta, existe essa vinculação horária. As classificações “Livre” e “Não recomendadas para menores de 10 anos” podem ser exibidas em qualquer horário, mas com o indicativo de qual é a classificação daquela obra. “Doze” só pode ser exibida a partir das 20h, “Classificação não recomendada para 14 anos” somente a partir das 21h; “Não recomendada para 16 anos” só deve ser exibida a partir das 22h. E a exibição das obras classificadas como “Não recomendáveis para menores de 18 anos” somente a partir das 23h. Observem que o interessante nessa vinculação horária é que ela estabelece um horário de proteção à criança e ao adolescente, e flexível, de certa forma, porque não veda a exibição, mas veda a exibição em determinadas faixas etárias.

Continuando. Esta ação, a Adin 2404, como eu falei antes, questiona exclusivamente essa expressão do art. 254. O que está em jogo com isso? O que está em perigo com essa Ação Direta de Inconstitucionalidade? Bem, como me referi há pouco, a existência desse horário de proteção, ou seja, se não houver a penalização, podemos ter a certeza de que haverá

cumprimento? É o questionamento que faço. Eu duvido! E duvido infelizmente, geralmente sou uma pessoa que acredita em muitas coisas, mas, nesse caso, eu duvido que aconteça, porque a disputa empresarial é efetivamente por audiência, por patrocinadores, e isso às vezes coloca essa disputa não na faixa da melhor qualidade da programação, e sim no limiar do mais apelativo. Então é um questionamento... A tendência é que se perca essa faixa de proteção às crianças e adolescentes.

Outra questão: a possibilidade dessa penalização, do 254, tem garantido, a partir de 2007, que é o ano da Portaria 1.220, 100% de respeito das emissoras a essa vinculação horária. Ou seja, durante este período de 2007 até hoje, nós não tivemos nenhum caso de processamento de multa especificamente com relação ao descumprimento do art. 254. Inclusive, a partir de 2009, houve uma certa dificuldade de implementação, mas a partir daí, nós também verificamos o respeito da vinculação horária nos Estados com fuso horário ou hora diferente de Brasília. Então tanto o fuso horário como o horário de verão passaram também a respeitar a vinculação horária. Isso é muito importante porque não cria diferença entre as crianças e adolescentes do Sul e as crianças e adolescentes do Norte e do Nordeste.

Eu já me referi que, a partir de 2007, não houve processo de penalização com relação ao 254 e também outro aspecto interessante é a questão de restringir a classificação indicativa. Ou seja, se nós restringirmos a classificação indicativa a uma mera recomendação, isso, para nós, parece-nos que estaríamos retirando a eficácia de toda a classificação indicativa. Eu acho que é algo de se observar, como também esta questão: como há 100% de respeito, é provável que esses 100% de respeito à vinculação horária tenha a ver com o temor da punição.

Outra coisa que eu acho interessante e que está em jogo aqui é que retirar essa possibilidade de punição não significa que as emissoras não sejam punidas ou não possam ser punidas, que não exista punição para o não atendimento à recomendação da classificação indicativa. Digamos que, se for o caso, espero que não seja, se cair essa penalização pelo 254, existirão outros mecanismos para cobrar judicialmente evidentemente e penalizar as emissoras. Inclusive, claro, é possível, pelo menos teoricamente, que possa haver uma consideração sobre isso no momento da renovação da concessão.

Mas o que acontece? Se retirarmos, inverte-se a lógica preventiva da classificação indicativa; ou seja, nós temos um horário de proteção no qual, bem ou mal, tem-se uma certa qualidade, tem-se uma certa restrição. E passamos a não ter isso e vamos buscar

lá futuramente a punição da emissora ou mesmo a não renovação da concessão.

Para vocês terem uma ideia, essa Ação Direta de Inconstitucionalidade, a 2404, é de 2001. Ou seja, se uma ação para penalização da emissora tiver que demorar dez anos, é provável que, ao fim desses dez anos, nós já tenhamos prejuízos causados à criança e ao adolescente irrecuperáveis. Já teremos adolescentes engravidando cada vez mais cedo, teremos uma população jovem mais violenta e provavelmente também um consumo de drogas maior.

Adiante.

Bom, coloquei aqui algumas razões para a manutenção da vinculação, pontualmente só. Para escolher o melhor para o seu filho, é preciso ter informação. Ninguém pode escolher sem informação. A vinculação também é um tipo de informação. O pai sabe que, deixando a criança quatro horas vendo televisão, ele pode não estar presente porque não vai ter nada tão escandaloso, a menos que seja no jornalismo. *(Risos.)* Desculpem!

A classificação indicativa não é censura – isso deve ficar muito claro. Por quê? Porque ela tem os critérios muito objetivos, os critérios são públicos e estão muito presentes. Nós temos inclusive feito um grande esforço de ministrarmos oficinas da classificação indicativa em todas as universidades em que somos convidados. Essa oficina da classificação indicativa começou com as próprias emissoras. Nós levamos nosso manual de classificação e apresentamos às emissoras a forma, o nosso método e efetivamente quais são os critérios. Portanto, essa classificação que o Ministério da Justiça faz não pode ser surpresa para ninguém. Qualquer um que observar aqueles critérios que são definidos democraticamente, qualquer um que utilizar aqueles critérios deve chegar à mesma interpretação que nós chegamos. Claro que devem existir algumas pequenas variações porque se trata de obras culturais e cada um tem uma forma subjetiva de ver aqueles dados objetivos que a gente coloca.

Mas efetivamente nós temos um nível de aproximação muito grande, em torno de 90% a autoclassificação com relação à classificação deferida pelo Ministério da Justiça. Então observem que não há grandes dificuldades. É algo muito distante mesmo da censura, e a gente se empenha ao máximo para divulgar e ter a participação das emissoras nisso.

Outra coisa importante, algo que se distingue muito claramente da censura, é que não há proibição de nenhum assunto; não há proibição de corte algum. Recentemente tivemos um filme no cinema, e não na TV, bastante grave, eu não gosto de fazer esse tipo de consideração, mas com algumas cenas de mau gosto. Um filme que, em países que são historicamente libe-

rais, foi proibido, na França foi proibido, na Inglaterra houve um corte de cinco minutos. Nós não temos essa possibilidade de fazer. Nós classificamos o filme e o Ministério Público entrou com uma ação, com um pedido liminar, para que nós proibíssemos o filme. Nós não temos condição de fazer e evidentemente a sentença acabou fazendo isso, mas uma sentença judicial e não uma decisão administrativa, volto a frisar.

Bem, a vinculação horária existe em outros instrumentos legais. É importante dizer que isso não é uma invenção da classificação indicativa. Ela existe em outros casos e é aceita, é assimilada. Por exemplo, a lei eleitoral limita o horário de divulgação das pesquisas boca de urna; limita o fim da eleição no Estado que fecha por último a eleição no País. Então existe essa limitação, e observem que isso é uma limitação à informação, ao direito de informação, não é uma ofensa, não se considera uma ofensa, mas uma limitação ao direito de informação e não ao direito de livre expressão.

Adiante.

Bem, ainda como razão para essa manutenção. A gente tem condições de observar que a vinculação, de certa forma, melhorou a televisão aberta. Pode isso soar, para alguns, um pouco pretensioso, mas efetivamente a gente consegue observar. Nós tínhamos, assim, algumas coisas que eram – talvez a expressão seja forte – grotescas, nós tínhamos certames de concorrência entre crianças dançando músicas muito erotizadas, como a tal Boquinha da Garrafa. Isso não existe mais. Isso diminuiu, não acontece ou acontece em horários posteriores. Há uma certa definição com relação... Isso, acredito, está mesmo muito relacionado à vinculação horária.

Horário de proteção para todo o País. Isso é uma coisa importante, sem distinção, ou seja, não temos a diferenciação entre as crianças e adolescentes do Sul e do Norte. Todos devem estar protegidos por essa vinculação horária.

Já me estendi bastante. Tínhamos ainda mais uma argumentação com relação a como efetivamente a exposição à mídia e a cenas inadequadas podem efetivamente influenciar crianças e adolescentes, mas acho que o cerne desta reunião efetivamente era a questão da Ação Direta de Inconstitucionalidade e a questão da vinculação horária. Acredito que seja suficiente.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Dr. Davi.

Antes de passar a palavra para os demais, quero esclarecer a vocês que estamos tendo toda esta audiência gravada e transmitida pela TV Senado, portanto, pode depois ser vista e servir ao debate que passaremos a fazer em todo o Brasil. Também, estou sendo lembrada aqui pela Secretaria da Mesa, vou

estabelecer um tempo para que cada um possa fazer sua intervenção, claro que sendo flexível. Na minha ideia, vamos propor dez minutos, com flexibilidade para quinze ou até para mais se for necessário, se for considerado indispensável.

Agora vou passar a palavra à Sr^a Carmen Silveira de Oliveira, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos.

A SR^a CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos. Saúdo a iniciativa desta Comissão, em especial agradecendo o convite feito pela Senadora Lídice para a Secretaria de Direitos Humanos se fazer presente neste debate.

No voto do Relator Toffoli, na discussão que está sendo feito no âmbito do Supremo Tribunal Federal, há uma instigante pergunta inicial que norteia todo o encadeamento de argumentos colocados.

Segundo também o IBGE, cerca de 43% da população brasileira dedicam mais de três horas diárias a assistir à televisão e esse número, esse percentual é bem maior entre crianças e adolescentes, na medida em que aumenta para 58% as que “consomem” televisão por mais de três horas diárias.

Temos também outro cenário diferente, 21 anos depois do Estatuto, que diz respeito às novas tecnologias de informação e de comunicação. Avanços tecnológicos hoje permitem cada vez mais acoplar a programação televisiva à Internet, o que aumenta significativamente esses números de crianças e adolescentes, considerando o interesse crescente das novas gerações à Internet. Sem sombra de dúvida, são os mais plugados hoje, são mais conectados à Internet que os adultos.

No entanto, nós temos hoje possibilitado, através desse acesso à Internet, acesso a conteúdos fora dos horários recomendados na classificação indicativa. Você pode assistir a um capítulo da novela que teria uma restrição, uma recomendação de faixa etária e de horário às 9h da manhã pela Internet. Então temos hoje um risco potencial de violação de direito de criança e adolescente colocado.

Bom, é importante assegurar, nessa discussão sobre o sentido da classificação indicativa, a condição de pessoas e informação. É isto que está posto na convenção sobre os direitos da criança e reassegurado no Estatuto: a condição peculiar de desenvolvimento. Isso significa que uma criança tem um desenvolvimento cognitivo, intelectual e afetivo diferente de um adolescente e ambos diferentes de um adulto.

Não nos cabe aqui fazer uma análise dos efeitos prejudiciais da exposição indevida ou excessiva à televisão, por exemplo. Eu venho de uma geração, talvez tenha sido a minha geração que iniciou com a

televisão, nos anos 60, e havia uma máxima: a tevê emburrecia, nos tornava mais burros, isso foi cantado inclusive nos Titãs, mas nós temos hoje estudos muito consequentes, inclusive longitudinais, demonstrando os efeitos prejudiciais dessa exposição excessiva, como por exemplo e escassa atividade física que leva ao sobrepeso e à obesidade de crianças e adolescentes, o desinteresse pela escola, as falhas na sociabilidade, além, é claro, da exposição excessiva a cenas de violação de direitos, como por exemplo, relativas a sexo explícito, drogas, violência e até mesmo consumismo.

No entanto, o que estamos defendendo aqui é que os meios de comunicação constituem, sim, um inegável potencial para a promoção dos direitos de criança e adolescente. É em busca deste argumento, da salvaguarda do direito à informação que a criança e o adolescente possa ter através da televisão, que defendemos aqui a classificação indicativa.

Por outro lado, nós já temos assegurada, no art. 221, a preferência que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deem a finalidades educativas. Queria reiterar aqui que o art. 76, do ECA, é mais incisivo ainda. Ele não fala que essa programação tenha que dar preferência. Fala mais incisivamente: que somente serão exibidos programas com essa finalidade educativa, artística, cultural e informativa a crianças e adolescentes. São mais incisivos, no parágrafo único, ao dizer que nenhum espetáculo será dirigido à criança e adolescente sem aviso prévio dessa classificação.

É importante lembrar também algo que está posto constitucionalmente na Convenção e no Estatuto: o dever da proteção integral é da família, é da sociedade e é do Estado. E não é dito nem por ordem de preferência nem hierárquica, mas de forma complementar, em relação a esses três âmbitos. No caso brasileiro, é importante também reiterar, a Secretaria de Direitos Humanos quer fazer este destaque, que o modelo de classificação público optado no Brasil, embora congestão pública, foi construído através de amplo debate, do qual a Secretaria de Direitos Humanos fez parte, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda, fez parte, inclusive foi aprovado em plenária no âmbito do Conanda.

Para nós também é importante dizer que trabalhamos com a necessidade do fortalecimento da competências familiares para uma nova cultura em direitos humanos. Nesse sentido, a classificação indicativa busca assegurar a liberdade de escolha consciente das famílias, propondo uma relação independente em relação à mídia. Já que estamos falando em liberdade de expressão, é importante que as famílias estejam preparadas para essa formação de opinião independente não só da opinião do Estado, mas também da

própria mídia. Isso não significa ter uma ideia paternalista da função dos pais ou dos seus responsáveis, como afirmado no voto do Ministro Toffoli.

Infelizmente nós temos uma legislação, que foi aprovada em 2001 nesta Casa, a Lei nº 10.359, que obriga os fabricantes de tevê a introduzirem dispositivos eletrônicos que permitem o bloqueio de recepção de programação indevida. Dez anos depois, essa lei é praticamente ignorada no Brasil. Portanto nós temos como único recurso atual, extensivo a todas as famílias, esta medida protetiva, cujo caráter preventivo estamos reiterando, a classificação indicativa.

Lembro também que a radiodifusão é uma concessão pública. Ou seja, o Estado cede às emissoras de rádio e televisão, por um período finito e renovável, e, portanto, há limites sim no uso dessa concessão pública. Assim como há limites a ação dos adultos em favor de direitos de criança e adolescente. Por exemplo, quando o Estado proíbe o trabalho infantil, quando o Estado proíbe – assim esperamos, ontem foi aprovado nesta casa – os castigos físicos, o tratamento humilhante de crianças e adolescentes.

Gostaria de lembrar também que não vimos nenhuma polêmica entre violação à liberdade de imprensa e a classificação indicativa ou o direito à informação de crianças e adolescentes. Uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, em 1978, ou seja, há mais de 30 anos, estabeleceu não haver conflitos entre medidas que definem horários e a Primeira Emenda constitucional, que trata justamente da liberdade de expressão nos Estados Unidos.

Gostaria de citar também aqui, a respeito do papel das emissoras, a declaração do diretor de programação da MTV, Zico Goes, em 2007. Ele diz assim: “Achamos um absurdo toda essa gritaria. É uma grande cortina de fumaça chamar de ditadura e de censura. O governo é péssimo, mas foi a sociedade que decidiu isso na Constituição. É para defender o direito da criança e do adolescente ou não”. Então o que estamos defendendo aqui na radicalidade é o direito da criança e do adolescente acima dessas questões que possam ser colocadas como restritivas pelas emissoras.

Por outro lado, é importante sinalizar que uma pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça, em 2008, demonstrou que a classificação indicativa é uma política desejada pelas famílias, pelos usuários da televisão. Dois terços se manifestaram reconhecendo que existem conteúdos que não podem ser assistidos e que é necessária essa preocupação com a classificação indicativa.

Por último, gostaria de contra-argumentar no sentido de que a autorregulamentação é suficiente. Bom, se fosse suficiente, nós não teríamos essa condição, que tivemos em maio de 2010, quando o canal infan-

til Discovery Kids iniciou um concurso em que cada criança deveria assistir à programação da emissora das 12h às 18h para anotar as palavras-chave divulgadas diariamente, porque isso significaria acumular pontos, e o prêmio seria a possibilidade de participar da escalação do elenco do canal – ou seja, um estímulo para que a criança ficasse grudada 6 horas na televisão.

Se a autorregulamentação fosse suficiente, nós não teríamos, como tivemos no início deste segundo semestre, uma emissora de televisão no Nordeste anunciando durante toda a manhã um vídeo de estupro de adolescente que seria veiculado no noticiário do meio-dia. E esse vídeo foi veiculado no horário do meio-dia com a hipócrita argumentação, ou sugestão, do apresentador, que dizia aos pais: “Tirem seus filhos da sala neste momento”. Ou seja, o interesse publicitário e de audiência em nítido detrimento dos deveres em relação à proteção integral da criança e do adolescente.

Por último, gostaríamos de salientar quais são as consequências diretas se mantivermos essa ação de inconstitucionalidade. Como já referido, no Norte e no Nordeste brasileiro, que é onde se concentram as crianças e os adolescentes de maior vulnerabilidade deste País, onde há maior desigualdade de renda e também uma rede de proteção mais precária, isso significa que às 6h da tarde essas crianças estarão assistindo à novela das 9h, que, como todo mundo já sabe, tem cenas de nudez, cenas de sexo explícito, de violência e até de estímulo ao uso de drogas.

Gostaríamos também de lembrar que nas classes sociais mais pobres há menor acesso à educação infantil, o que significa que essas crianças estão fora do cuidado dos pais de forma mais permanente e mais próximas, portanto, mais sujeitas a essa exposição indevida. Não se tem mais nem o recurso de um horário recomendado, de um horário restrito.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada. Foi pontualíssima!

Vocês não se assustem quando tocar a campanha; é porque ela está marcando o tempo. Vocês podem prosseguir que não serão interrompidos.

Vou dar continuidade, convidando o Sr. Guilherme Canela, Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Unesco.

O SR. GUILHERME CANELA – Primeiro, eu gostaria de dar muito bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer o convite do Senador Paulo Paim, da Senadora Lídice para estar aqui, apresentando algumas contribuições dos organismos multilaterais, particularmente da Unesco, sobre essa agenda.

Evidentemente que não cabe aos organismos multilaterais comentar decisões que estão em tramitação nas cortes superiores de nenhum dos nossos países membros. Então, a minha impressão é que a contribuição que a Unesco pode dar a este debate é ofertar aos senhores e às senhoras elementos de como esse tema é regulamentado em outras nações, em outros Estados membros da organização que são regimes democráticos consolidados e que estão em linha com a legislação internacional aprovada de proteção e promoção dos direitos humanos.

Dada à limitação de tempo, vou falar dessa ideia de regulação de mídia para a proteção de crianças e adolescentes.

Como a Secretária Carmem já lembrou, a legislação internacional não está ocupada somente da regulação de mídia para proteger direitos de crianças e adolescentes, mas também para promover direitos de crianças e adolescentes.

Num reconhecimento perene, os meios de comunicação social, nas suas diferentes plataformas, podem estabelecer uma relação com a infância, com a adolescência e com outros segmentos da sociedade. É uma relação que pode ser – este “pode”, de novo, a Secretária também fez menção a isso, é uma relação potencial; não quer dizer que necessariamente vai ser assim, porque depende dos contextos e das histórias de cada um – nociva, pode ser uma relação neutra ou pode ser uma relação positiva. A história de regulação de mídia nesse sentido, ou seja, para proteger ou para promover os direitos de crianças e adolescentes é uma história que coloca os Estados nacionais em uma posição de criar elementos e marcos legais que tentem diminuir os efeitos potenciais nocivos e aumentar os efeitos potenciais positivos para o desenvolvimento peculiar de crianças e adolescentes.

Pode passar, por favor.

Repito que, em função da limitação do tempo, vou me concentrar apenas na etapa de proteção. Estarei à disposição para falar das outras agendas.

Coincidentemente, neste ano, comemoram-se 100 anos da primeira regulação feita no cenário internacional para proteção de crianças e adolescentes. O Estado sueco, em 1911, estabeleceu a primeira restrição à então indústria nascente do cinema, no sentido de proteger os direitos de crianças e adolescentes. E a restrição era exatamente de que, naquela época, em 1911, os adultos com menos de 15 anos não poderiam ter acesso a determinados conteúdos, enfim, altamente pornográficos e altamente violentos.

Eu quis começar com essa menção ao caso sueco para demonstrar que essa não é uma questão que vem de agora. Os Estados democráticos têm regulado os meios de comunicação no sentido de proteger crian-

ças e adolescentes há pelo menos 100 anos, como é o caso mais conhecido, que é o caso sueco.

Adiante, por favor.

Evidentemente que essa regulamentação ou essas regulamentações – elas são de diversas ordens – estão relacionadas a um conjunto de premissas que os Estados nacionais levam em conta; e são premissas vinculadas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, às potenciais influências positivas e negativas e aos potenciais impactos positivos e negativos na saúde física, psíquica, moral, espiritual etc. de crianças e adolescentes.

No final das contas, o que se busca responder é: que crianças queremos formar? Essa não é uma pergunta de fácil resposta. Cada sociedade tem formas diferentes de detalhar a resposta a essa pergunta, mas, do ponto de vista do sistema das Nações Unidas, o receituário para se responder a essa pergunta está dado na Convenção sobre os Direitos da Criança e nos demais instrumentos internacionais que se colocam.

Adiante, por favor.

Muito bem, então, onde é que a questão é mais sublinhada no cenário internacional?

Essa epígrafe que está nesse *slide* é fruto de uma metanálise de mais de 3 mil estudos sobre impacto da televisão e do conteúdo audiovisual violento na saúde de crianças e adolescentes. Vocês vejam que isso é uma constatação razoavelmente forte. A força da correlação entre violência na mídia e comportamento agressivo é maior do que a relação entre o consumo de cálcio e a massa óssea, a ingestão de chumbo e baixo QI, a negligência no uso de preservativos e a infecção por HIV ou o consumo ambiental de tabaco e o câncer de pulmão. Associações aceitas pela comunidade médica e nas quais a medicina preventiva se fundamenta sem questionamentos – e essa é uma declaração da comissão de educação pública da Academia Americana de Pediatria.

Então, vejam, na verdade, do ponto de vista dos Estados nacionais, diante de constatações dessa envergadura, é muito difícil não tomar decisões; é muito difícil não tentar contrabalancear um mercado altamente desregulamentado na área das concessões públicas de rádio e televisão e, por outro lado, a proteção de crianças e adolescentes.

Adiante, por favor.

Vocês vejam que o Estado democrático, que tem, talvez, a posição mais liberal ou mais desregulamentada com relação ao mercado de radiodifusão são os Estados Unidos; e vejam que essa é uma declaração de um dos ex-comissários do órgão regulador independente daquele país; portanto, não de autorregulamentação, mas de regulação, inclusive com poder de

multar, de cassar concessões etc., mostrando que é uma preocupação constante do órgão regulador que haja um olhar específico sobre a proteção de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, em função dessas características, há diversos elementos que são comuns na regulação do mercado de mídia nos diferentes Estados democráticos: regulação de propriedade, alocação de espectro etc..

Uma das questões que são razoavelmente consensuais no cenário internacional é a regulação da mídia para proteger o direito de crianças e adolescentes.

Adiante, por favor.

Próximo!

Essa regulação, em linhas gerais, tem um grande objetivo, que é o de empoderar as famílias. Frequentemente, há a contra-argumentação de que o Estado estaria cruzando um certo sinal vermelho no sentido de interferir na decisão das famílias em relação àquilo que seus filhos podem ou não assistir. Na verdade, o tipo de regulação em que se estabelecem faixas horárias de proteção à criança tem exatamente o sentido inverso dessa contra-argumentação. Há o reconhecimento empírico de que as famílias não estão em casa entre 6 horas e 22 horas, no caso dos Estados Unidos, ou entre 5h30 e 21 horas, no caso do britânico, e assim sucessivamente. Portanto, quando os Estados nacionais colocam o elemento de que se empurra a programação potencialmente nociva para um período que vai das 22 horas às 6 horas, eles estão empoderando as famílias, para que tomem essa decisão.

Veja que não haverá e não há, nos Estados membros da Unesco que seguem regulamentação horária, nenhuma força policial dentro do lar de cada um, felizmente, dizendo para os pais: "Seu filho pode ver isso, seu filho não pode ver aquilo!". O que acontece é que, a partir das 22 horas, qualquer conteúdo está exposto, e cabe às famílias decidirem. Mas é um tanto quanto ingênuo supor que, às 15 horas, quando os pais ou responsáveis não estão em casa, eles possam exercer esse pátrio poder de forma plena.

Então, veja que a regulação tem de sempre buscar o empoderamento das famílias, não o contrário. Mas esse empoderamento precisa ser real, não eivado de certa ingenuidade sobre como isso vai acontecer.

Outro elemento importante é que a recomendação das Nações Unidas, preferencialmente, é exatamente – nesse sentido, talvez, o modelo brasileiro siga isso mais do que o de outros países democráticos – para que se tente não proibir nenhum tipo de conteúdo, mesmo depois do horário de proteção. Ou seja, a partir de determinado horário, não se deve proibir conteúdo. Mas lembro que várias nações democráticas vão além e proíbem conteúdos mesmo depois das 22 ho-

ras. Por exemplo, nos Estados Unidos, a programação conhecida como obscena não pode ser transmitida em nenhum horário na programação da televisão aberta norte-americana.

Adiante, por favor!

É importante a gente fazer uma distinção. Coloquei ali os componentes da classificação indicativa entre aspas, porque esse não é um conceito que existe internacionalmente. Essa é uma expressão criada pelo legislador brasileiro. Se vocês traduzirem a classificação indicativa para o inglês, para o francês, para o espanhol, vocês não vão encontrar isso na legislação dos outros países, porque essa expressão foi criada pelo ordenamento jurídico brasileiro. Em linhas gerais, o que acontece é que, internacionalmente, esse elemento que o Brasil chama de classificação indicativa se resume em cinco grandes questões, e uma delas é a regulação de horários, que é a mais pacífica. A legislação internacional de direitos humanos não considera uma infração à liberdade de expressão regulamentar horários. Não por outra razão, a maior parte das democracias faz isso.

Outra questão é a regulamentação de faixas etárias. O caso brasileiro é único na ideia de se estabelecerem várias faixas etárias; não existe isso em muitas outras democracias dessa forma. Mas isso se deve ao fato de que cada Estado é soberano para decidir exatamente como vai implementar as recomendações da legislação internacional em relação a essa matéria. Mas não podemos colocar tudo no mesmo bolo, porque são elementos diferentes de uma mesma política.

Outra questão é a informação sobre conteúdos. Isso também é razoavelmente pacífico no cenário internacional. A maioria das democracias considera sexo, violência, discriminação, drogas e discurso do ódio como os grandes elementos de regulamentação.

Outra questão são os símbolos. Cada país tem seus símbolos, e, em muitos casos, esses elementos são autorregulamentados. Ou seja, são as próprias emissoras – não cada uma do seu jeito, mas o *pool* das emissoras – que propõem à sociedade um conjunto de símbolos. Mas é importante não misturar as coisas. Na maior parte das democracias consolidadas, os horários não são autorregulamentados, mas são regulamentados pelo Estado. Já as faixas etárias, os conteúdos, os símbolos acabam sendo autorregulamentados pela indústria em boa parte desses lugares.

Por fim, há três grandes modelos para algumas dessas coisas, exceto para os horários, que, como eu disse, via de regra, são regulamentados pelo poder estatal: a autorregulamentação completa, em que as empresas decidem tudo; a correção, como é o caso australiano, em que as empresas decidem, mas, se elas não cumprirem, o órgão regulador entra; e a

regulação, como é o caso, na questão dos horários, dos Estados Unidos, da Inglaterra etc.

Adiante, por favor!

Meu tempo está se esgotando. Vou repassar rapidamente a legislação internacional sobre esse assunto.

O art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos é o que cuida da liberdade de expressão dos indivíduos e, por extensão, das empresas. É importante lembrar os três verbos que estão grifados ali. O art. 19 fala, sim, do direito de transmitir informações, mas também fala do direito do indivíduo de procurar e receber informações. Então, é importante perceber que a Declaração das Nações Unidas não está olhando só para o lado da transmissão, mas também está olhando para o lado da recepção, ou seja, para o direito à informação de qualidade.

Adiante, por favor!

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do qual o Brasil é signatário, é o que regulamenta a matéria, é o que regulamenta o art. 19 da Declaração. Vejam, no § 3º, que o exercício do direito à liberdade de expressão suporta restrições no âmbito das Nações Unidas, e essas restrições, no item *b*, são exatamente as restrições que dão validade à regulamentação horária para proteção de crianças e adolescentes, que são restrições na área de saúde física, moral e psicológica de crianças, de adolescentes e de outros atores.

Adiante, por favor!

O art. 17 da Convenção sobre os Direitos da Criança, que já foi mencionado aqui, suscita os Estados-membros a regulamentarem a matéria.

O Pacto de San José, da mesma forma, autoriza, no art. 13, a regulamentação explícita da classificação de programas audiovisuais.

Adiante!

A diretriz da União Europeia Audiovisual sem Fronteiras diz explicitamente que os Estados-membros da União Europeia deverão adotar medidas adequadas para garantir que as transmissões televisivas em suas jurisdições não incluam qualquer programa que possa prejudicar seriamente o desenvolvimento físico, mental ou moral dos menores, especialmente programas que envolvam pornografia e violência gratuita. Vejam que estamos falando da União Europeia, não de uma ditadura da esquina.

Adiante, por favor!

Esse é o caso britânico. Aí estão todas as referências para as Sras Senadoras e para os Srs. Senadores. Desculpem-me por apresentar isso em inglês. É que fui avisado recentemente desta audiência. A Ofcom, que é o órgão regulador, tem o poder de garantir que a vulnerabilidade das crianças seja contemplada na regulamentação da mídia.

Adiante, por favor!

Essa é uma matéria deste ano, do segundo semestre, do *Financial Times*, comentando que a OFCOM acabou de fazer novo pedido às empresas, estabelecendo as penalidades, caso não sejam cumpridas as determinações, para que o horário das 21 horas seja seguido em relação aos conteúdos previstos na legislação.

Adiante, por favor!

Esse é o caso norte-americano. Também aí, está toda a referência da legislação. Mostra-se que o horário de proteção da criança vai de 6 horas às 22 horas; nesse período, a programação indecente e profana não pode ser transmitida. E a programação obscena não pode ser transmitida em horário nenhum.

Adiante, por favor!

Esse é o caso chileno. Eu quis pegar um exemplo europeu, um exemplo norte-americano e um exemplo latino-americano.

O Conselho Nacional de Televisão, que é um órgão estatal, não de autorregulamentação, estabelece que, entre 22 horas e 6 horas, algumas coisas podem ser transmitidas; o restante é horário de proteção da criança.

Adiante, por favor!

Desculpem-me por ter passado dois minutos do meu horário. É que eu queria apenas fazer essa panorâmica do sistema internacional e dizer que, do ponto de vista da legislação internacional de direitos humanos e de liberdade de expressão, do ponto de vista do ordenamento jurídico internacional, desde que alguns conteúdos possam ser exibidos a partir de determinado horário, o estabelecimento de uma faixa horária, inclusive com penalização em caso de descumprimento de proteção das crianças, é perfeitamente possível.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada por sua exposição, Dr. Guilherme.

Quero passar, imediatamente, a palavra ao Dr. André Cirino, consultor da Abert.

O SR. ANDRÉ CYRINO – Muito obrigado, Exma Senadora.

Agradeço a esta Comissão e a seus ilustres membros por este convite e esta oportunidade de a Abert expor seus argumentos e sua convicção sobre qual deve ser o sentido da classificação indicativa, que é a pergunta com que todos estamos lidando, a pergunta com que está lidando o nosso Supremo Tribunal Federal neste momento.

Eu aprendi, desde a faculdade, quando se estuda sobre liberdade de expressão, que toda forma de censura, ao menos nos regimes democráticos, nunca se afirma e se autointitula como censura. Ela sempre terá o cuidado de utilizar outros termos ou de tentar desviar o foco do seu verdadeiro sentido.

Com a devida vênia, é o que, na verdade, acontece com o caso da classificação indicativa – na verdade, com a interpretação que se tem feito, no âmbito do Ministério da Justiça, sobre classificação indicativa –, que deixou de ser indicativa e, por aplicação do art. 254 da Lei nº 8.069, o ECA, tem não um caráter informativo e indicativo, como deveria ter por imposição constitucional, mas um caráter impositivo e sancionatório. É esse caráter impositivo e sancionatório que é questionado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. É esse caráter impositivo e sancionatório que é incompatível com a Constituição, que é incompatível com a decisão que foi feita em 1988 neste País, consolidando a nossa democracia.

E essa conclusão, utilizando aqui a expressão do Dr. Davi, de que ela adviria de uma leitura em tiras da Constituição... Aliás, essa expressão, leitura em tiras, é do ex-Ministro Eros Grau, que é o signatário da petição inicial da ADI 2404, não é real, e vou tentar demonstrar por quê, por que a Constituição impõe essa interpretação de que a classificação, para ser verdadeiramente indicativa e informativa, e não impositiva e sancionatória, é incompatível com o trecho do art. 254 do ECA, que estabelece a alocação em horário diverso do autorizado. É essa a impugnação e o questionamento da Abert.

Vejam: a Abert, em momento algum, é contra a classificação indicativa. A Abert concorda que exista a classificação indicativa, mas concorda que exista como classificação verdadeiramente indicativa. Isso decorre da Constituição, em primeiro lugar, pela sua literalidade. Vejam: a primeira forma de interpretação do direito é a letra da lei, é o seu texto. E a Constituição, no art. 21, estabeleceu claramente que é competência exclusiva da União exercer a classificação para efeito indicativo de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão. A palavra utilizada foi “indicativo”, e o verbo indicar, os senhores podem consultar qualquer dicionário, tem uma conotação de apontar, de recomendar, de informar, e não de substituir essa decisão, que é substituída, sim, pela atuação do Ministério da Justiça, que tem poderes para reclassificar e, para utilizar verbos também utilizados pelo Ministério da Justiça, de deferir e estabelecer um temor às emissoras, reclassificar, deferir e efetivamente ter poderes para colocar num gueto da programação eventuais conteúdos que eles entendam indevidos.

Repetindo: a Abert não é contra a classificação indicativa, mas ela entende que a classificação deve ser informativa, para que se proteja a família e os valores dessa família, porque, diferentemente do que entende o Ministério, nós, da Abert, entendemos, com base na Constituição, que, na verdade, o Constituinte se preo-

cupou em resguardar que cada família faça suas escolhas devidamente informada e que possa escolher os tipos de conteúdo a serem veiculados.

Não só o verbo indicar é utilizado, mas a Constituição também, no seu art. 220, inciso I do § 3º, utiliza os verbos informar e recomendar, verbos que nitidamente não apontam para uma categorização autorizativa, como consta do art. 254 do ECA. Mais do que isso, também com interpretação literal, o art. 220, § 3º, II, estabelece que compete à lei estabelecer os meios para que a família se defenda, e não para que o Estado a defenda, afinal, segundo essa mesma Constituição, é a família a base da sociedade, e não o Estado, segundo o art. 226.

Essa interpretação é corroborada também pela história da nossa Constituição, uma interpretação que, no Direito, se chama de interpretação histórica. O que inspirou essa norma? E o que inspirou essa norma foi uma ruptura vitoriosa contra uma época de que nenhum de nós tem boas recordações, uma época em que a censura era verdadeiramente institucionalizada, e houve a preocupação, portanto, de banir qualquer forma de caráter autorizativo à veiculação de conteúdos.

E vejam: durante os debates da Constituinte, houve a iniciativa do então Deputado Constituinte José Genoíno de que se incluísse no então inciso XV, hoje XVI, do art. 21, a alocação para fins indicativos, e, segundo o próprio Deputado Constituinte àquela época, quando foi aprovada, o objetivo era “romper com a mentalidade tutelar e preconceituosa da censura”. Vejam, o objetivo de utilização do verbo indicar era romper com a censura.

Essa interpretação histórica também é corroborada pelo sistema e pela finalidade da Constituição, afinal, como já afirmei, é a própria Constituição que estabelece ser a família, no seu sistema – portanto, não é uma interpretação em tiras, é uma interpretação sistemática – a base da sociedade.

É a Constituição que, desde o seu preâmbulo, estabelece ser o Estado brasileiro uma sociedade pluralista, o que é repetido no art. 1º, inciso V. É a Constituição que estabelece com veemência a liberdade de expressão artística, dando maior espaço de liberdade para a produção artística, ao mesmo tempo compatibilizando outros valores, como a proteção da criança e do adolescente, o que é preocupação da Abert em todo momento, e era preocupação do Constituinte: garantir meios para que a família se defenda, e não que o Estado, de acordo com seus próprios valores, imponha certas defesas. Esse é o *telos*, essa é a finalidade da Constituição.

De modo que, repetindo, não se contraria a classificação indicativa, mas se buscam outros meios para o seu funcionamento.

Também tentando contrapor a ideia de que deve haver uma ação conjunta, o entendimento de que deve haver uma ação conjunta na classificação indicativa, a Abert está de acordo que deve haver uma ação conjunta, todos devem se preocupar com o que as nossas crianças estão vendo, mas a proposta do Ministério da Justiça não é de uma ação conjunta, mas de uma substituição do poder familiar sobre quais valores deverão nortear a família. De modo que a interpretação de que a classificação indicativa deve ser uma recomendação para a família e uma determinação para os meios de comunicação é absolutamente equivocada, em primeiro lugar porque a Constituição não diferenciou as duas hipóteses, e é uma regra básica de Direito que, quando o legislador não diferencia, não cabe ao intérprete fazê-lo. Em segundo lugar, porque é irreal, é incorreto se dizer que uma determinação para os meios de comunicação significará uma liberdade para os pais. Muito pelo contrário, já vai haver uma decisão, *a priori*, sobre o que aqueles pais poderão entender sobre quais seriam os valores daquela família.

É censura. É uma guetização de certos conteúdos. É uma deturpação da liberdade de programação, e, segundo ressaltado no brilhante voto do Ministro Dias Toffoli, liberdade de programação que é inerente à liberdade de produção artística, como foi ressaltado em diversas Cortes constitucionais.

Há também uma afirmação corrente de que a declaração de inconstitucionalidade do trecho “no horário diferente do autorizado” do art. 254 tornaria sem efeito a classificação indicativa. A afirmação não condiz com a realidade. Na verdade, o que se vai fazer não é tornar sem efeito, mas atribuir o efeito correto, que é o efeito do consenso constituinte, nas palavras do proponente da inclusão da locução, de afastar qualquer caráter paternalista da censura.

Em segundo lugar, porque a vinculação de horários nada mais faz do que impor, conformar, esvaziar possibilidades de criação, e, ao mesmo tempo, ela não esvazia, a declaração de inconstitucionalidade não esvaziará a classificação indicativa porque sempre haverá a possibilidade de controle *a posteriori*, e essa, Exm^{os} Srs. Senadores e senhores presentes, é exatamente a tônica de uma nação democrática, de que haja possibilidade *a posteriori*, e não *a priori*.

Não temos dúvidas de que, sem uma vinculação horária, permanecerão presentes os mecanismos de punição, inclusive porque existem ações do Ministério Público em curso, cobrando multas milionárias pela sim-

ples não exibição de aviso de classificação, ainda que essa não exibição tenha ocorrido por razões técnicas.

São essas as ponderações que mostram o quão equivocada é essa conclusão. E mais, com relação ao empoderamento dos familiares, é exatamente essa a preocupação que se quer, essa é a preocupação da Constituição, não tenho a menor dúvida: que se tenham mecanismos de empoderamento dos familiares, o poder familiar, para que eles possam tomar suas decisões, repetindo, porque é a família a base da sociedade.

E um desses mecanismos, que é poderosíssimo, existe no Direito brasileiro, como ressaltado pela ilustre representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança, e foi criado pela Lei nº 10.359, que é o chamado V-chip, um mecanismo eletrônico que deve ser instalado, segundo o nosso direito, em todos os aparelhos de televisão no Brasil, desde 2004, e até hoje isso não foi regulamentado pelo Poder Executivo, de modo que, em vez de ficarmos aqui discutindo com muita energia... É importante esse debate sobre vinculação horária para que se entenda, efetivamente, qual o interesse a ser tutelado, mas acho que seria, talvez, mais produtivo que escolêssemos meios de empoderamento verdadeiramente informativos e que permitam ao pai tomar a decisão, aos pais, no poder familiar, como se diz hoje no Direito de Família.

E esse empoderamento seria de grande possibilidade por meio dessa lei, que não foi regulamentada por inércia do Poder Executivo.

Eram essas as considerações da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Agradeço. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada também pela contribuição do Dr. André Cyrino.

Eu gostaria de registrar a presença da Agência de Notícias da Infância, Veet, e da Vice-Presidência do Conanda (Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente), Miriam Santos.

Nossa audiência certamente traz à tona imensa polêmica que estamos ouvindo e travando no seio da sociedade brasileira a respeito dessa questão, a partir do início da discussão e decisão do Supremo Tribunal, que ainda não se efetivou.

Certamente, as opiniões todas foram enfáticas, inclusive da Abert, mostrando e justificando as razões de cada um. Pela natureza dessa discussão e pela paixão que ela provoca, gostaríamos de passar aqui a manhã inteira debatendo, porque se confrontaram opiniões filosóficas, eu diria, a respeito da condução dessa questão, e creio que a fala da Unesco, que não se posicionou a respeito da nossa legislação, mas, sim, trouxe à baila a legislação internacional, não deixa dú-

vida de que há uma tradição democrática na busca de regulação dessa questão no mundo inteiro.

Além disso, da mesma forma, eu, como não sou advogada, nem jurista, embora tenha sido Constituinte e participado intensamente da discussão dessas questões, sei que o Constituinte, motivado por um período de ditadura militar intensa no Brasil e de censura, referiu-se sempre à liberdade de expressão, e a nossa Constituição é uma Constituição cidadã buscando principalmente romper com a censura política existente no Brasil.

Ao mesmo tempo, esse mesmo Constituinte tanto garantiu essa possibilidade de regulação quanto estabeleceu que, através de lei, isso pudesse se realizar. Aliás, o Constituinte estabeleceu muita coisa para se realizar depois, como a democratização dos meios de comunicação, que nunca conseguimos regulamentar. Eu própria fui autora de um projeto de lei, como mais 10 Constituintes à época, e nunca conseguimos regulamentar, por força desse embate com os meios de comunicação do nosso País. E os juristas, geralmente, um quando acusa o outro, estão falando um pouco da mesma coisa, porque se é verdade que nunca se diz que quer mudar ou conter a liberdade de expressão, nunca se quer fazer censura dizendo que quer fazer censura, eu nunca vi também nenhuma empresa defendendo seus interesses dizer que está se contrapondo ao direito da sociedade. É sempre um jogo de palavras que é usado pelo jurista, faz parte da sua profissão.

Portanto, obviamente que ninguém vai chegar aqui e dizer que quer conter a qualificação indicativa, a limitação de horários e etc. porque defende o interesse das empresas que estão atuando nessa área empresarial, mas sim em função de outros e grandes direitos do conjunto da sociedade.

Creio que nós estamos dando partida nesse debate. Ele não se esgota aqui. Independentemente da posição do Supremo, lutaremos para que seja revertida, apelamos para que seja revertida a tendência que se anunciou. A sociedade brasileira e as entidades que lutam em defesa da criança e do adolescente em nosso País não se sentem intimidadas por essa posição e continuarão sua luta, que cada dia se mostra mais necessária, numa compreensão de que nossas crianças e adolescentes, submetidas às dificuldades da vida moderna, estão cada vez mais sendo obrigadas a uma precoce atitude diante da vida, sendo obrigadas a amadurecer com carbureto, seja na obrigação de trabalhar para sustentar as suas famílias, terminando sendo defendidas por alguns, como uma necessidade da família que a criança trabalhe e a sustente, o inverso dos valores contidos na Constituição; a erotização precoce, com uma submissão de uma programação

estimulante a esse tipo de comportamento e assim por diante.

As nossas crianças se tornam jovens estressados, agressivos e violentos, certamente como consequência de uma série dessas “necessidades” que a vida lhes impõe.

Assim, quero agradecer a vida de todos aqui que deram uma enorme contribuição. Não vamos poder alongar esse debate hoje, em função de ser esta a última sessão desta Comissão, e temos uma pauta que precisa ser imediatamente tratada.

Então, agradeço a participação, de todo coração, de todos vocês. Podem permanecer, se quiserem, na Mesa, ou se dirigirem à Bancada do Plenário. Vou passar a ler a nossa pauta.

Entramos na segunda parte da reunião, que é uma audiência deliberativa.

Em turno suplementar ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009, terminativo na Comissão

Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes, em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.

Autoria, Deputado Luiz Bittencourt.

Relatoria, Senador Paulo Davim.

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar.

Portanto, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno, este é dado como definitivamente adotado sem votação.

Item nº 02

Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.

Autoria, Deputado Dr. Nechar.

Relatoria, Senador Marcelo Crivella.

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar.

Portanto, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno, este é dado como definitivamente adotado sem votação.

Item nº 03

Turno Suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, na Comissão

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais, em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

Autoria, Senador Alvaro Dias.

Relatoria, Senador Eduardo Amorim.

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar.

Portanto, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno, este é dado como definitivamente adotado sem votação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de solicitar a inclusão, como extrapauta, do PLC nº 120 de 2011, para que possamos ter a oportunidade de votar, nesta Comissão, porque ele seguirá posteriormente para a Comissão de Constituição e Justiça

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Coloco em discussão a inclusão extrapauta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, aprovado.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, para ler o seu Relatório de forma sintética.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Para proferir Relatório. Sem revisor do orador.) – De forma breve, Srª Presidenta, o PLC nº 120, de 2011, de autoria do Poder Executivo, assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo (DNV), regula sua expedição e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.

O PLC nº 120, de 2011, determina que a Declaração de Nascido Vivo tem validade em todo o território nacional até que seja lavrado o assento do registro do nascimento e, quanto à expedição, o projeto estabelece que a Declaração de Nascido Vivo deve ser emitida para todos os nascimentos com vida ocorridos no País e será válida exclusivamente para fins de elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento. Ademais, a Declaração deverá ser emitida por profissional de saúde responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou do recém-nascido,

inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e no respectivo Conselho profissional.

Passo à análise, Srª Presidenta, porque ele foi distribuído, aqui no Senado, a este Colegiado, que tem a responsabilidade de examiná-lo sob a ótica dos direitos humanos, e, após, seguirá para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

O Projeto de Lei nº 120, de 2011, veicula matéria de competência do Congresso Nacional e não contraria qualquer princípio constitucional, seja do ponto de vista material, seja do ponto de vista formal. Portanto, a proposição é considerada constitucional e jurídica.

No Senado Federal, tendo em vista que a proposição ora analisada trata de matéria afeta aos direitos humanos, cabe à Comissão de Direitos Humanos deliberar sobre o assunto. De fato, conforme dispõe o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Quanto ao mérito, a proposição objeto deste relatório é oportuna e conveniente. Afinal, visa a reduzir o índice de sub-registros, problema que afeta principalmente as regiões Norte e Nordeste. Ademais, estamos de acordo com o que defende a mensagem do Poder Executivo: “com o emprego da Declaração de Nascido Vivo, como documento dotado de fé pública, que identifica o cidadão, tem-se um grande avanço do ponto de vista da cidadania, pois, com ela, o número de pessoas ignoradas pelo Estado será bastante reduzido”. A proposta, portanto, é digna de acolhimento por este colegiado.

Por fim, importa observar que a análise da constitucionalidade e juridicidade da proposta caberá à CCJ.

Nosso voto, Srª Presidente: em face do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2011.

É este o nosso parecer.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Em discussão o parecer da Relatora. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer da Relatora. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação desfavorável, considero aprovado.

Os demais itens da pauta são terminativos, e os Srs. Relatores não se encontram presentes, de forma que não poderemos votá-los.

Declaro, portanto, encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

ATA DA 1ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO) DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia 18 de maio de dois mil e onze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Wellington Dias, Cyro Miranda e Gleisi Hoffman** e comparece o não membro Senador João Pedro. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como objetivo a **Instalação da Subcomissão, Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão**. Os Senhores Senadores são convidados a votar, em cédulas, rubricadas pelo Presidente, e depois depositá-las na urna. Após a votação o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Cyro Miranda para proceder a escrutinação. O Senhor Presidente proclama o resultado: é eleito, por unanimidade, os Senhores Senadores Wellington Dias, como Presidente e Sérgio Petecão, como Vice-Presidente. Às onze horas e dois minutos o Senhor Presidente passa a Presidência ao Senador Wellington Dias que faz seu pronunciamento de posse. O Senhor Presidente convida para tomar lugar à mesa o Senhor João Carlos Pizzoloto de Oliveira, representante nacional do 17º Grito da Terra Brasil, da CONTAG, Senhora Raimunda Celestina Mascina, representante do Estado do Ceará no 17º Grito da Terra Brasil e o Senhor Domingos, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras - BA. O Senhor Presidente eleito concede a Palavra ao Senhor João Carlos Pizzoloto de Oliveira e a Senhora Raimunda Celestina Mascina. O Senhor Presidente recebe o documento “Pauta para o Congresso Nacional, Por um Brasil Sustentável, sem fome e sem Pobreza, do 17º Grito da Terra Brasil”, da CONTAG, das mãos do Senhor João Carlos Pizzoloto de Oliveira. O Senhor Presidente eleito faz o encaminhamento para que o documento recebido seja entregue ao Presidente do Senado Federal Senador José Sarney, ao Presidente da Câmara dos Deputados Deputado Federal Marco Maia e ao Relator do Código Florestal Deputado Federal Aldo Rebelo. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Wellington Dias, João Pedro e Ana Rita. Conclusa a instalação da comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Wellington Dias**
Presidente da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 3

18/05/2011

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem como pauta a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012, a qual possui os seguintes membros. Pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PCdoB e PRB), Titulares: Senadora Ana Rita, Senador Wellington Dias, que provavelmente vai ser eleito Presidente, permita que eu diga isso; suplentes: Senadora Ângela Portela, Senadora Gleisi Hoffmann. Do Bloco Parlamentar (PV, PMDB, PP, PMN, PSC), Titulares: Senador Sérgio Petecão, Senador Paulo Davim; Suplentes: Senador Eduardo Amorim e Senador Ricardo Ferraço. Pelo Bloco da Minoria (PSDB e DEM), Titulares: Senador Cyro Miranda, aqui presente na Mesa; Suplente: vago.

Foi apresentada, até o presente momento, somente a seguinte chapa: Para Presidente, Senador Wellington Dias; Vice-Presidente, Senador Sérgio Petecão.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Como há consenso entre os nomes dos candidatos, podemos proceder à votação em escrutínio secreto.

A Presidência esclarece que, sendo a votação secreta, não haverá encaminhamento de voto nem declaração de voto, nos termos do *caput* do art. 310, e do parágrafo único do art. 316 do Regimento Interno.

Será procedida, a partir de agora, a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias para que exerçam o seu direito de voto.

Depois de encerrada a votação, daremos então a apuração final. Vou rubricar e já encaminhar para os dois presentes para que façam a devida votação. Lembrando que é chapa única, para Presidente, Wellington Dias, e para Vice-Presidente, Senador Sérgio Petecão.

Eu aproveito para cumprimentar todos aqui, companheiros e companheiras que estão participando do Grito da Terra, certo? Então, uma salva de palmas para o Grito da Terra presente aqui. (*Palmas.*)

Sei que uma delegação será recebida hoje pela Presidenta Dilma, onde vai apresentar as reivindicações dos companheiros lutadores em todo o nosso território e também, com certeza, deve encaminhar uma pauta de reivindicação aqui, para o Presidente do Senado e, também, para o Presidente da Câmara. Sei que ambos vão receber o documento e nós aqui, Senadores e Senadoras, vamos fazer naturalmente toda mobilização para o apoio das propostas encaminhadas pelos senhores e senhoras.

A Senadora Ana Rita já está presente.

Eu quero, de imediato, passar aqui a coordenação dos trabalhos ao nosso querido Wellington Dias, que vai ser eleito Presidente – e já podemos fazer a apuração dos votos. Chamo o Senador Cyro para fazer a apuração dos votos. (*Pausa.*)

(Procede-se à apuração da votação)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos anunciar. Os nossos queridos Wellington Dias e Sérgio Petecão foram, a partir deste momento, eleitos. Eu vou empossá-los. Eles foram eleitos por unanimidade. Parabéns a ambos. (*Palmas.*) Eles vão coordenar a Subcomissão de Combate à Miséria e à Pobreza.

Eu queria convidar simbolicamente para a Mesa o companheiro do Rio Grande do Sul, José Carlos. O José Carlos está presente? José Carlos, você fica simbolicamente aqui na Mesa. Se nós quisermos combater a miséria e a pobreza, temos que atender a demanda de vocês, não é? Que é de lá que vêm os alimentos para o nosso povo. (*Palmas.*)

Então, a partir deste momento, eu já passo a Presidência para o Presidente eleito, Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecendo aqui ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim, que faz um brilhante trabalho nesta Casa pelo Brasil, sempre na defesa dos trabalhadores do Brasil inteiro, de todas as áreas. Sabemos da sua luta, é claro, sempre com carinho especial pelo Rio Grande do Sul, mas um carinho e um trabalho especial em todo o Brasil, tanto na área vinculada aos rurais, como aos trabalhadores da área urbana; na defesa dos direitos humanos, na defesa dos aposentados. Ou seja, o Paulo Paim é a cara dos trabalhadores do Brasil. Nós agradecemos a S. Ex^a. Agradecemos também ao Senador Cyro, à Senadora Ana Rita e aos demais Membros da Comissão e dos Partidos pela confiança de presidir esse importante trabalho.

Devo aqui apenas dizer que estamos tomando posse, hoje, Comissão. Esta Comissão tem a tarefa, – e é esse o nosso plano de trabalho – de um lado, acompanhar e contribuir com o Programa Brasil sem Miséria, agora considerado uma segunda etapa nesse compromisso de erradicar a pobreza no Brasil, iniciado de modo planejado no Governo do Presidente Lula e, agora, há uma nova etapa no Governo da Presidente Dilma.

Para nós é uma alegria contarmos aqui hoje no momento em que vivenciamos o Grito da Terra Brasil. Estivemos ontem lá rapidamente, aqui é um corre-corre danado, a gente vai e volta. Encontrei-me com algumas lideranças do meu Estado, do Estado do Piauí e lideranças de vários lugares do Brasil. É uma luta que consideramos importante, todo ano temos essa pauta. Como disse o Senador Paulo Paim, saber que é exatamente no campo onde temos aí a maior responsabilidade para esse compromisso de erradicar a miséria e reduzir a pobreza.

Então eu passaria aqui, meu querido Paulo Paim, se me permite, ao Zé Carlos, para que ele possa entregar aqui formalmente a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e a mim, pela Comissão de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, um documento que, creio, expressa a pauta do campo em relação a esta área.

O SR. JOSÉ CARLOS PIZZOLOTTO – Eu entrego a V. Ex^a, Senador Paim, e também ao nosso Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quer fazer uma fala aqui?

Presidente Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pessoal, só agradecendo a vocês por ter recebido a pauta do Grito da Terra, 17º Grito da Terra do Brasil. Podem ter certeza de que nós vamos levar com muito carinho. Faremos, com certeza, todos aqui uma fala, inclusive no plenário, e faremos tudo que for possível para que os pontos aqui levantados, que levam por um Brasil sustentável, sem fome e sem pobreza, é o título aqui, que vai exatamente na linha da Comissão que hoje o Wellington Dias assume.

Vou ter que me retirar, porque o Ministro da Previdência está na outra Comissão e é hora de eu falar agora sobre a importância da Previdência Pública, principalmente que não toquem no nosso direito à Previdência rural, se for tocar, é para

ampliar, diminuir nunca! (*Palmas.*)

Um abraço a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Obrigado, Paim.

Passo a palavra aqui à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui saudar todas as companheiras e os companheiros que estão aqui no Grito da Terra Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já vi aí muita gente do Espírito Santo, viu?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pois é isso que eu queria saber. Quem do Espírito Santo está aí? (*Pausa.*) Ah, beleza, muito bem. Colombo, não é? Colombo está aí, que bom! É um prazer recebê-los aqui, receber todas as companheiras e os companheiros.

Quero referendar e ratificar as palavras do Senador Paim.

Na verdade, é bastante oportuna a presença de vocês aqui, no momento em que se instala esta Comissão que tem como objetivo discutir a questão da pobreza no País. O Senador Wellington Dias irá presidir esta Comissão, juntamente com o Senador Petecão, que será o Vice-Presidente da Comissão. E com certeza os pontos de pauta que vocês trazem, que é a pauta do Grito da Terra Brasil, que faz parte do 17º Grito, serão apreciados por esta Subcomissão. Todos nós, Senadores, faremos hoje, no Plenário, pronunciamento sobre o tema.

Podem contar conosco. Estamos aqui na Casa sempre com o olhar direcionado para a maioria do nosso povo brasileiro, senão não teria sentido estarmos aqui. Então, o nosso papel é justamente defender os interesses da maioria da nossa população, trabalhadores e trabalhadoras de todo o nosso País, e, de uma maneira muito especial, também as mulheres.

Vejo aqui muitas mulheres. Hoje estamos participando de várias Comissões, inclusive relatando alguns projetos. E, na Comissão em que hoje recebemos a presença do Ministro da Previdência, a Comissão de Assuntos Sociais, iremos também relatar um projeto de lei de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que trata da aposentadoria para as mulheres donas de casa. Isso é importante também. Eu sou Relatora do projeto e espero contar com o apoio dos demais Senadores, assim como a Senadora Gleisi, para que o projeto de lei seja aprovado. Com certeza isso trará um benefício muito grande para as nossas companheiras donas de casa que trabalham muito e ficam na invisibilidade. Muitas vezes, não há o reconhecimento adequado, devido a todas as mulheres que trabalham diariamente nas suas próprias casas.

Então, a gente espera que o projeto de lei também seja apreciado e aprovado pela Comissão.

No mais, coloco-me à disposição e parabeno vocês. Estou me organizando para estar presente também em algum momento do Grito. As demandas aqui no Senado são muito grandes, então não dá para estarmos o tempo todo nas atividades, mas em algum momento estarei presente também.

Quero manifestar todo o meu apoio, a minha solidariedade e dizer: força na luta e coragem para todos vocês que estão aqui.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Raimundinha? Queríamos convidá-la para termos a presença de mulheres aqui também. Está certo?

A Subcomissão funciona como um grupo de trabalho dentro de uma Comissão. Nós temos a Comissão de Direitos Humanos e, dentro desta Comissão, temos os grupos de trabalho que acompanham diferentes áreas: um, cuida do trabalho escravo; outro, cuida dessa área da criança, enfim... A nossa função aqui é cuidar especificamente desta área voltada para o Brasil sem miséria, voltada para a erradicação da pobreza no Brasil.

Então eu quero, inicialmente, passar a palavra ao José Carlos, para que ele trouxesse a mensagem do Grito da Terra Brasil para o Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ CARLOS – Em primeiro lugar, bom-dia às autoridades que compõem a Mesa, que já foram citadas no protocolo.

Fui escolhido para representar a nossa categoria em todos os Estados do Brasil – estamos aqui com o mesmo objetivo – e dizer que não estamos aqui passeando e nem viemos aqui obrigados. Se fosse pela vontade da gente, estaríamos lá nas nossas propriedades, nos diversos Estados do Brasil e Municípios, cuidando dos nossos afazeres. Mas, se a gente não fizer essa mobilização no Brasil inteiro, nos Estados, porque a nível de Municípios já temos feito, a gente, com certeza, continuará esquecido, como muitas vezes a gente está sendo esquecido por alguns órgãos governamentais.

Então, viemos para este grande Grito da Terra Brasil trazendo vários itens de reivindicações. Acho que essa é a maneira que temos para tentar sensibilizar os poderes para que agilizem alguma coisa, como essa lei ambiental que a gente está batendo tanto para que seja votada, para que o agricultor possa se legalizar o mais breve possível, além de vários outros itens que estão na pauta de reivindicações.

O meu muito obrigado por ter sido escolhido para representar a nossa categoria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Da Região Sul do Brasil, levanta a mão quem é da Região Sul. (*Pausa.*) Da Região Sudeste. (*Pausa.*) Da Região Norte. (*Pausa.*) A Região Norte está bem. Da Região Centro-Oeste. (*Pausa.*) Da Região Nordeste. (*Pausa.*) Boa...Tem alguém do Piauí por aí? (*Pausa.*) Há quatro aqui. Então, vou chamar um para a Mesa aqui. O companheiro aqui... Qual é o nome? (*Pausa.*) Domingos, bem-vindo! Que bom, Domingos, que prazer.

Passaremos a palavra, para ouvir também a voz das mulheres, à nossa querida Raimundinha.

A SRª RAIMUNDINHA – Bom-dia a todos e a todas! Aos nossos companheiros e companheiras do Grito. Desejo saudar, em especial, nossos Senadores, a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias, e dizer que somos de pertinho, lá do Ceará. Estivemos juntas na marcha.

A nossa tarefa, nesses dois, três dias em Brasília, estamos pontuando, no Grito deste ano, por um Brasil sustentável, sem fome, sem pobreza, por entendermos que o tema que a nossa Presidenta Dilma traz, e com evidência, é a questão da pobreza. Queremos discutir juntos, porque entendemos que grande parte da pobreza neste País está no meio rural.

Por isso, no Grito da Terra deste ano, estamos com mais de cinco mil companheiros e companheiras. Estamos aqui nesta delegação e há outra saindo para a audiência com a nossa Presidenta Dilma. Queremos conversar bem, porque no Brasil inteiro tem pobreza. Essa pobreza tem nome, tem cor, tem região e tem sexo; por isso, estamos nessa grande jornada.

Começamos agora neste Grito e pretendemos nos alongar até o dia 17 de agosto, quando acontece a grande marcha das mulheres, que também estará aqui em Brasília. Na marcha, sempre viemos com um pouco mais. Este ano, estamos no Grito com cinco mil trabalhadores e trabalhadoras. Na marcha, queremos ter um pouco mais; queremos chegar a Brasília com cem mil mulheres deste Brasil inteiro. (*Palmas.*)

Para ajudar, a nossa intenção, a do conjunto dos camponeses e camponesas do Brasil inteiro, é ajudar a governar este País. Entendemos que ajudar a governar este País, Senador, Senadora e os demais, é desta forma: com muita luta, trazendo as reivindicações do campo, trazendo as reivindicações dos homens, das mulheres, dos negros, dos índios e assim sucessivamente.

O nosso Senador é do Piauí e sabe que essa pobreza, grande parte dela, está

localizada na Região Nordeste. Também é importante para nós, nordestinos e nordestinas, ter as demais Regiões do Brasil solidárias, mas queremos conversar muito, porque é no Brasil que se localiza essa quantidade de pobres. Desses, cinco milhões desses pobres estão na área rural. Então, é uma tarefa grande para nós, é uma tarefa grande para a Contag e o seu conjunto de federações e de todas as organizações e mobilizações do povo, unidos no campo.

Então, a gente agradece e quer oferecer a nossa pauta. Queremos a partir daqui estabelecer – não é, Adriana? – um processo constante de diálogo com esta Casa sobre as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, aqui presentes neste momento. Estamos com uma delegação pequena porque nos foi permitido entrar só quatro por Estado, mas tem muito mais aí fora torcendo. Mas, os que aqui estamos, estamos em nome de todos os outros e outras que ali fora ficaram fazendo as nossas atividades, as nossas reivindicações, publicando na rua.

Muito obrigada e um abraço a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos.

Eu queria me comprometer aqui com a Senadora Ana Rita, pela Subcomissão e pela Comissão de Direitos Humanos, de encaminharmos esta pauta ainda hoje ao Presidente do Senado, José Sarney. Hoje à tarde, vamos dar conhecimento ao Plenário da Casa, vamos fazer uma comunicação à Casa da pauta que vocês estão apresentando. Também me comprometo a encaminhar à Câmara Federal, ao Deputado Marcos Maia, Presidente da Câmara dos Deputados.

Aqui, eu vi que vocês estão apresentando algumas prioridades de projetos que já tramitam na Casa. Então, também quero tomar a liberdade de encaminhar ao Presidente das Comissões onde estão localizados esses projetos, e aos Relatores, fazendo um apelo para priorizar o que tem que ser priorizado. Do outro lado, por exemplo, a Comissão que está tratando, na Câmara, do Código Florestal – ainda não chegou ao Senado, mas nós já estamos acompanhando –, também com os pontos que são considerados importantes e destacados aqui pelo Grito da Terra Brasil. Ou seja, pelos trabalhadores do Brasil inteiro, aqui presentes hoje. Com isso, fazer com que possamos fazer valer aqui esta luta, este trabalho de vocês. E da nossa parte acompanhar, é claro, com todo zelo, com todo carinho, todas essas atividades. Combinado assim? Pode ser assim? Há mais alguma outra ideia? (*Palmas.*)

Então, ao parabenizar aqui a Contag e os movimentos sociais, quero agradecer também pela presença. Saibam que estaremos juntos aqui.

Antes de encerrar, eu quero apenas que vocês tenham uma ideia. A Presidente Dilma deve estar agora, nos próximos dias, lançando... Ela já tratou de alguns dos temas sobre o Brasil sem Miséria. Por isso é importante a luta de vocês. Ela fez um levantamento, através da sua equipe, e detectou que o Brasil tem cerca de 16,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, de homens e mulheres de diferentes idades que vivem em famílias e que têm uma renda abaixo de 70 reais por pessoa. É claro que o número ainda na pobreza, que é mais ou menos de 140 reais por pessoa, é ainda maior. De qualquer modo, a preocupação dela, como diz, é cuidar, de modo...

Está chegando aqui o Senador João Pedro, da Região Norte. As lideranças do Norte dando um abraço, uma salva de palmas para o nosso Senador João Pedro. (*Palmas.*) Eu pediria uma cadeira para que ele pudesse sentar-se conosco à Mesa. Bem-vindo, meu querido!

Então, a proposta que eu queria aqui colocar vai trabalhar a renda, ou seja, a ideia de ter um conjunto de projetos que possa viabilizar, principalmente no campo, que é onde está concentrada a maior pobreza, como foi lembrado aqui pelas lideranças do Grito da Terra Brasil; e trabalhar a geração, incentivo ao empreendedorismo. Ela está criando

uma área específica para tratar do micro e do pequeno negócio, do empreendedorismo. Ela quer trabalhar o programa Água Para Todos no mesmo modelo do Luz Para Todos, ou seja, todas as comunidades que não têm água, mesmo onde já tenha um poço ali, mas onde esse poço não chega com a água encanada nas casas, a ideia é tratar para poder chegar, assim com a luz chega a cada casa, e a meta é chegar até o final deste ano, no máximo metade do próximo ano. A água também, e a meta é que, até 2014, possamos ter condições desse atendimento.

Trabalhar a educação. Ela está criando um programa novo, que é o Pronatec. Hoje há o curso de nível superior e pós-graduação, cursos de nível médio, inclusive técnico, mas ela está criando esse programa para uma faixa da população que precisa de curso de curta duração. Alguém que tenha que lidar com criação de ovelha, que tem que lidar com carpintaria, que tem que trabalhar com manutenção de equipamentos... Enfim, esses cursos de mais curta duração serão centralizados agora num programa só, que é o Programa Nacional de Ensino Técnico, de curta e de média duração: é o Pronatec.

Então, há um conjunto de programas que a nossa Presidente está anunciando. E o que nós vamos querer? É aí que é importante a Contag. Vocês têm uma experiência muito importante no campo e muitas delas bem sucedidas, nas cooperativas, nas associações, nos centros comunitários, em diversas formas de organização; ou experiências individuais também. Então, o que nós queremos aqui é contribuir para que o Governo possa receber essas boas experiências.

Então, as boas experiências que a Contag acompanha também, se puderem repassar aqui, serão muito importantes para a gente espalhar pelo Brasil.

Vou citar um exemplo aqui do meu Piauí. Essa semana, a gente encaminhou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário uma experiência das Centrais de Cooperativas, que é uma experiência ali da região de Picos, no Piauí, na área da apicultura e da cajucultura, com grande êxito, e que tem uma base industrial que pertence a um conjunto grande de trabalhadores. De outro lado... E temos agora a presença aqui da nossa Senadora Gleisi, do Paraná. Uma salva de palmas para a nossa Senadora Gleisi. *(Palmas.)*

O que a gente aqui deseja é exatamente poder contribuir na direção de que essas boas experiências possam se espalhar pelo Brasil. E, com certeza, os sindicatos, as associações, as cooperativas, a nossa Contag, as organizações dos trabalhadores têm muito a contribuir. Combinado?

Então, eu acho que a gente poderia ouvir aqui rapidamente o nosso Senador João Pedro dar uma palavrinha aos nossos trabalhadores, e a nossa Senadora Gleisi. Está certo?

A Gleisi tem uma reunião da Petrobras, mas deixa aqui o seu abraço.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Rapidinho. João Pedro, desculpe-me.

Primeiro, quero dar bom-dia a todos os companheiros e companheiras. Muito legal ver os nossos agricultores nesta Casa, no Senado da República. Não sei se o pessoal do Paraná está aqui também. *(Pausa.)* Aí, muito bem.

Quero deixar aqui minha saudação. Tenho outro compromisso, sou suplente aqui na CDH, então a gente acaba se dividindo muito aqui. Vêm os companheiros que são titulares e a gente acaba dando conta de outros compromissos. Então, para hoje de manhã, eu tinha outro compromisso, mas o Senador Wellington me ligou e me disse que vocês estavam aqui, e eu queria passar para dar um abraço e deixar aqui meu apoio e minha disposição, e tudo aquilo que vocês decidirem aqui estaremos juntos, com os nossos companheiros, para encaminhar, viu gente?

Deus abençoe a estada e um bom trabalho aí para vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senadora Gleisi, os companheiros do Paraná vão entregar a você agora a Carta do Grito da Terra Brasil.

(*Palmas.*)

Da Região Norte, quem é que pode entregar aqui para o Senador João Pedro? Lá do Amazonas. Os companheiros do Norte para também entregar ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Fora do microfone.) – Mandei chamar minha jornalista aqui também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós temos fotografos aqui? Registra aí e passa para o gabinete do Senador João Pedro. (*Risos.*) Senador, o pessoal vai fazer o seu retrato.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Fora do microfone.) – Estou fazendo uma foto aqui, recebendo uma carta...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Muito bem. A companheirada aqui do Norte...

(*Intervenções fora do microfone.*)

Mostra a Carta aí, João. (*Pausa.*)

Chegou aqui, a sua retratista chegou agora, João. (*Palmas.*)

Agora, vamos chamar o pessoal do Piauí para me entregar também, senão vão ficar com ciúmes. A companheirada do Piauí.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Quero convidar aqui o pessoal do Espírito Santo também para entregar aqui. Rio Grande do Sul.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Bom, eu queria então passar a palavra aqui ao Senador João Pedro. (*Pausa.*)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Companheiros e companheiras... é uma sessão de fotos. Ali que Estado é? Qual? Bahia.

Senador Wellington, a Bahia está presente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Vamos combinar o seguinte: nós vamos tirar fotos da Bahia, depois vamos ouvir o Senador João Pedro, está certo? Em seguida, nós faremos as fotos necessárias. Está combinado? (*Pausa.*)

Pelo que entendi, nós temos pelo menos quatro de cada Estado, não é isso?

Então vamos combinar que depois das fotos da Bahia nós vamos ouvir o Senador João Pedro; em seguida, passamos da parte formal para a parte das fotografias. Está combinado?

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Bom-dia, meus companheiros, minhas companheiras! Companheira Senadora Ana Rita, companheiro Wellington. Quero fazer um registro nesta grata satisfação de conviver com o companheiro Wellington. Além de Senador, é um ex-governador, mas ele continua com tudo isto, com toda uma história, continua um homem simples, um homem militante, um ser humano sem essa aura distante do povo, dos de baixo.

Eu estava no gabinete em uma reunião com companheiros da Amazônia, cuidando dos interesses da região, e estava com o computador ligado, e vi o evento aqui. Reparei nessas cabeças verde e branco da Contag e pensei: que maravilha, deixe-me ir para ali.

Eu sou suplente nesta Comissão. Sou do Amazonas, sou Presidente do PT lá no Estado de Amazonas e estou aqui no mandato do Senado, mas eu considero, meus companheiros, importante esta presença no Congresso Nacional de Deputados, Senadores comprometidos com este setor do Brasil tão importante para o nosso país, tão importante do ponto de vista da produção, mas tão importante do ponto de vista de nós corrigirmos as injustiças que a sociedade brasileira tem para com esse setor. Olha que o Lula foi criticado aqui no Senado, aqui na tribuna por conta da sua política econômica, por conta do Pronaf...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Até porque botou o boné.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Porque botou o boné. Tentaram fazer uma CPI porque ele colocou um boné do MST. Isso está no Brasil, isso é a sociedade brasileira, isso se reflete aqui no Congresso. Divisões, olhares diferentes... fiquem para lá... Pobre, fica para lá... Região Norte, fica lá para o Norte, lá para o Norte do Brasil, como se isso não fosse Brasil. Nós somos brasileiros, nós temos que – tem quem não queira – defender e representar os trabalhadores.

Então nós temos esse compromisso. Então quando vejo um ato aqui dentro do Congresso e vejo Parlamentares, eu constato isto: defender bandeiras da igualdade, da superação, das desigualdades sociais, das diferenças. Isso é a luta por um Brasil melhor e diferente – mais humano, mais igual, mais democrático.

Então, quero aplaudir essa iniciativa da Subcomissão, quero aplaudir esse compromisso sem... É compromisso de vida. É mais do que política; é compromisso de vida defender os interesses populares, os interesses sociais de setores que precisam.

Eu estava dizendo: o Lula fez muito. Precisamos fazer mais ainda. Nós ainda temos... O Brasil é a sétima economia do mundo. É o maior exportador de carne. É o maior exportador de ferro. É o maior exportador de frango. É o sexto exportador de leite. Exporta aviões. Na minha região, em Manaus, temos um parque industrial que faz moto, que faz relógio, que faz televisão, *tablet*. É um monte de coisa com nome em Inglês que se produz lá, mas precisamos lutar muito para dividir essa riqueza, porque lá, no Norte há o maior índice de pobreza do Brasil. É lá na nossa região. Está lá: pobreza. E no Nordeste também.

Então nós precisamos fazer muito. O Lula fez muito. A Dilma chega e diz assim: “A principal tarefa do nosso governo é erradicar a miséria, a pobreza”. Isso é importante. Isso é diferente. É novidade no Brasil um Presidente da República dizer isso. Muitos que passaram pela história da República esqueceram isso. Não fazem nem um discurso. Na época de eleição todo mundo é igual; depois esquecem.

Meus companheiros, essa é uma caminhada política, dura. Os trabalhadores precisam ter essa consciência. Nós avançamos, mas precisamos da organização, precisamos dos sindicatos fortes, precisamos das federações, precisamos de uma Contag representativa, forte. Os temas continuam importantes. Os trabalhadores não precisam se iludir; precisam ter sua estratégia de luta, sua tática, saber quem está com os trabalhadores e continuar politizando. Nós temos que fazer política, companheiros. Temos de fazer política, temos de entender da política.

Política é definir taxa de juros. Política é definir crédito. Política é definir assistência técnica. Política é definir o assentamento. Política é “meter o bedelho”, é manifestar a opinião de vocês no Código Florestal. Isso é política. Isso é consciência. Vocês precisam ter isso. Eu me coloco aqui como um companheiro nessa caminhada. O meu mandato é comprometido com esse projeto de apoiar a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Quero parabenizar a Contag, os companheiros do Amazonas, de vários sindicatos, de Manaus, do interior. Há Municípios do interior do meu Estado em que continua atual a bandeira de vocês.

Quero parabenizar o 17º Grito. E o Grito continua. Nós temos avanços importantes, temos de cuidar dos avanços e avançar mais. Não deixar retroceder. A luta política é permanente, é diária, principalmente para os trabalhadores. Os trabalhadores conquistam. Daqui a pouco, se você não olharem... A luta do Código Florestal... Acho que temos de garantir os direitos da economia familiar e procurar avançar na luta para fazer o Código, para aprovar o Código.

Há setores que querem pegar carona na economia familiar. Cuidado! Querem carona naquilo que é uma conquista de vocês. São setores diferentes, setores

importantes, mas nós temos de cuidar da economia familiar e dos quatro módulos. Quatro módulos é uma conquista. Economia familiar é uma conquista. Não é a mesma coisa; eles se parecerem, mas temos de ter muita atenção no que é economia familiar e no que é quatro módulos.

Lá na Amazônia eu posso... Por exemplo, eu não sou trabalhador rural, mas daqui a pouco, dez anos depois, o título definitivo do Incra, aquela cláusula resolutive que diz que, depois de dez anos, você pode passar a terra, tem gente que passa até antes, com o aval do cartório, com o aval do cartório. Então, eu compro um lote de quatro módulos, eu não sou trabalhador rural, mas aí eu vou cuidar de quatro módulos; mas eu não sou agricultura familiar.

Temos que entender: garantir a agricultura familiar, garantir quatro módulos, mas saber diferenciar, porque nem sempre quem tem quatro módulos é agricultura familiar, porque já temos uma lei.

É muito importante este debate. A Reforma Agrária continua como bandeira. Quero parabenizar aqui o Wellington. Já estou abusando do tempo.

Dar um abraço muito especial pela luta dos trabalhadores. Parabenizar a Contag, os sindicatos, enfim, a CUT, que está aqui. Meus parabéns!

Coloco-me à disposição dos companheiros e companheiras. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

Quero agradecer, reafirmando todo esse compromisso, pois o nosso objetivo aqui é este: trabalhar para que, cada vez mais no campo, tenhamos condições de qualidade de vida na área de habitação. Tem programa de habitação agora na luta dessa bancada dos trabalhadores. Ampliou-se o número de recursos tanto para as cidades com menos de 50 mil habitantes, que praticamente era muito reduzido, como para a habitação rural, inclusive queremos ampliar as parcerias com as organizações dos trabalhadores, para citar um exemplo.

Assim é nas mais diferentes áreas. Estaremos acompanhando com carinho essa pauta, que nos entregaram aqui; eu pedi mais cópias, tanto para a Comissão que está tratando do Código Florestal, lá na Câmara, como para o Presidente da Câmara; e hoje à tarde para o Presidente José Sarney, Presidente do Senado. E vamos ao plenário, todos nós, registrar esse encontro com vocês, o nosso compromisso é a pauta de vocês.

Falo aqui como Presidente eleito.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerra a presente reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONALSUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 15:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para discutir a situação conjuntural dos estados do Tocantins, de Roraima e do Amapá, em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2010-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado em 10/06/2010, com a presença dos Senhores Senadores, **Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Augusto Botelho e Fernando Collor**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra-se a presença do Senador **Eduardo Azeredo** e do Deputado **Almir Sá**. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, convida o Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, Deputado **Júnior Coimbra** e o Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Deputado **Antonio Mecias Pereira de Jesus** para compor a Mesa. O Deputado **Antonio Mecias Pereira de Jesus** faz sua exposição. Em seguida, o Deputado **Júnior Coimbra** faz sua exposição. Fazem uso da palavra os senadores **Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho e Geraldo Mesquita Júnior**. O Presidente comunica a ausência justificada do Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, Deputado **Jorge Amanajás**. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 15 HORAS E 37 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovada.

Passamos agora à apreciação da pauta.

Eu quero convidar para compor a Mesa o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, Deputado Júnior Coimbra, e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Mecias de Jesus.

Quero, antes de passar a palavra aos Presidentes das Assembleias Legislativas, esclarecer que essa Subcomissão, Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, está promovendo uma série de audiências, que nós temos como objetivo ouvir tanto as instituições de pesquisa, de ensino, como os administradores e os políticos da região. Em outras palavras, tentar fazer um diagnóstico da região amazônica por pessoas e instituições da Amazônia e da faixa de fronteira, porque o que nós temos até aqui, ou não temos, é nenhum plano nacional de desenvolvimento para a região que seja feito a partir da inteligência e da sensibilidade daqueles que realmente vivem na Amazônia e na faixa de fronteira do Brasil.

Então, nesse sentido, nós já ouvimos algumas instituições, o Senador Flexa inclusive teve a oportunidade de trazer aqui não só a representante do Instituto Evandro Chagas, lá de Belém, como o Museu Emílio Goeldi, que, embora tenha o nome de museu, é um instituto de pesquisa, também ouvimos o Presidente Nacional da EMBRAPA, já ouvimos o representante do Ministério das Relações Exteriores, também o Ministério da Defesa, vamos ouvir a Polícia Federal e, hoje, abrimos uma parte em que vamos ouvir os Presidentes das Assembleias Legislativas, que são justamente os representantes do povo daqueles estados.

Então, vamos ouvir deles uma explanação sobre cada um dos estados e as suas sugestões, para que a gente possa justamente, possamos, portanto, compor esse plano que nós pretendemos apresentar já no ano que vem.

Eu quero, inicialmente, dar a palavra—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Deputado Júnior Coimbra, Presidente da Assembleia Legislativa Tocantins, Deputado Antonio de Jesus, Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima.

Eu quero apenas registrar e parabenizar V. Exa. pela condução a frente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. E V. Exa., ao abrir esta audiência, V. Exa. foi bastante pontual, cirúrgico, eu diria, como médico que é, ao fazer o comentário com respeito à necessidade de que o Governo da República tenha, efetivamente, uma ação voltada para a nossa região.

O que acontece... Está aqui o Senador Valdir Raupp, de Rondônia, eu represento o Pará, V. Exa., Roraima. O que acontece é que, lamentavelmente, a Amazônia, hoje, ela ainda não está integrada ao território brasileiro. Considerada como uma área... Talvez uma reserva para os próximos milênios, quando, na realidade, lá habitam quase 24 milhões de brasileiros que têm também o direito à qualidade de vida que existe em outras regiões do nosso país.

Eu tenho o costume de dizer, Senador Mozarildo, que o governo brasileiro, corretamente, tem a sua atenção voltada para tornar o nosso país uma grande potência mundial. Mas, se... Lamentavelmente se descuida do olhar para dentro, para que possamos e vamos, com certeza, ocupar essa posição de destaque no cenário globalizado, nós precisamos primeiro corrigir as distorções existentes internamente no nosso país.

Por aqui já se... Por esta comissão já aprovamos várias operações de apoio humanitário ou logístico para vários países que precisavam de uma ajuda emergencial do nosso país. Nada contra. Agora, não é possível que, quando se diz respeito a nós, brasileiros, amazônidas, nunca se tem uma atenção nessas ocasiões.

Às vezes, e eu gostaria que não ocorresse nunca, Senador Valdir Raupp, às vezes, nós temos, na Amazônia, casos de emergências, casos de necessidade de atendimento tão grave quanto esses que são atendidos em outros países pelo Governo Brasileiro. E quando faz referência à Amazônia, não há recurso, não há vontade política, não há necessidade, não há ação do Governo imediata.

Eu queria propor a V. Exa.... Não teremos tempo para fazer isto nesta Legislatura, mas eu gostaria, e V. Exa. vai estar conosco, com o Senador Raupp, a partir de 2011, que nós pudéssemos, Senador Raupp, atra-

vés do Congresso Nacional e da Subcomissão Permanente da Amazônia, fazer uma bancada da Amazônia, que, lamentavelmente, quando é necessário que essa bancada se faça presente nas votações, nos projetos que digam respeito aos interesses da nação, elas são compelidas a votarem por outros interesses partidários, ou ideológicos, qualquer outro que seja, deixando de ter prioridade, pela representação que nos foi concedida pelo povo de cada estado no Congresso Nacional. E juntar nesta bancada os Governadores.

O Nordeste brasileiro, ele tem essa característica, Senador Valdir Raupp, de ter uma bancada unida e um... Os Governadores, quando se quer fazer algo contra, se posicionam junto com a bancada, não deixando aprovar. Ou a favor, se posicionam junto com a bancada para aprovar.

Então, todas as vezes que se trata de renegociar a dívida dos... Vou dar um exemplo, algo que é... Algo que é correto pela fatalidade, que o produtor não tinha como entender, mas... “Vamos renegociar as dívidas dos produtores do Nordeste”; os da Amazônia ficam sempre de fora. E isso se faz... Vamos... Outro dia eu participei de uma reunião pra discutir a cultura... o problema da cultura cacauera na Bahia. O Estado do Pará hoje é o maior produtor de cacau do Brasil. Aí eu disse: “Mas como é que vamos discutir na Bahia e não vamos discutir no Pará?”. É a bancada do Nordeste.

Então, eu queria deixar como sugestão, Presidente Mozarildo, que V. Exa. lance, ainda nessa Legislatura, para que nós possamos já iniciar trabalhando na próxima, esse... Fazer uma grande reunião com a bancada, tanto do Senado quanto da Câmara, da Amazônia, para que a gente possa começar a nova legislatura com sentimento amazônida, realmente, que seja superior à questão partidária, aos interesses do governo de plantão.

E juntar a essa bancada os Governadores. V. Exa., como Presidente da Subcomissão, eu peço que tenha a ação de provocar, ainda nessa Legislatura, uma grande reunião, uma grande reunião e cada um de nós poderíamos também ajudá-lo no sentido de trazer os nossos companheiros de bancada na Câmara e os governadores eleitos ou reeleitos, para que a gente possa começar 2011 tendo uma visão e uma ação, principalmente, diferenciada para a nossa região.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. tem toda razão. Eu acho que um dos pontos que há muito tempo a gente vem discutindo é que falta, tanto na questão em relação aos governadores quanto aos parlamentares federais, sejam deputados ou senadores, na Amazônia, é a mesma ação que tem os do Nordeste, talvez porque o Nordeste tem uma cultura política

muito mais anterior à nossa, talvez porque o Nordeste seja bem menor do que a Amazônia toda. Então, nós somos 61% do território nacional. Mas é aquela história: não é porque não conseguimos até agora que não vamos tentar daqui para frente. Acho muito importante que nós possamos, nesse novo momento que o país vive, tentar fazer essa união da bancada no Senado e na Câmara, para que nós possamos, como disse V. Exa., independente do viés ideológico, pensar que nós pretendemos, possamos formar, senão um partido, um grande bloco da Amazônia. E eu acho que por aí nós podemos realmente mudar esse perfil de sempre as coisas da Amazônia são relegadas ao segundo plano.

Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão da Amazônia, Srs. Convidados, Presidente da Assembleia Legislativa de Tocantins, Deputado Júnior Coimbra, Deputado Antônio Mecias, Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, e da nossa satisfação de estar aqui.

E é uma pena que a nossa união, Senador Flexa, não se dá nem mesmo nas comissões da Amazônia [risos]. Tanto na Câmara quanto no Senado [risos]. Estava aqui o Flexa sozinho no Plenário, agora eu chego e fico sozinho aqui [risos].

É uma pena e realmente isso é um fato concreto. Eu, quando fui Governador de Rondônia, isso há 12 anos atrás, eu tentei organizar, fiz um convite para todos os parlamentares e Governadores da Amazônia, num grande encontro em Porto Velho, depois fizemos outros em Macapá, e também não passou disso, uma tentativa de formar um bloco da Amazônia.

Acho que está faltando talvez seja uma liderança, uma liderança que possa aglutinar os políticos, os parlamentares e Governadores.

Eu confesso que esperava isso do Governador Eduardo Braga, quando ele assumiu o Governo da Amazonas, ficou oito anos frente ao Governo do Amazonas, está vindo aqui para o Senado agora, é um grande homem público, um grande político, mas também não fez esse movimento pra liderar um bloco de políticos da Amazônia.

E a Amazônia é tão grande, como falou o Senador Mozarildo, que deve dar, sei lá, quatro, cinco Nordestes juntos, ou mais, dois terços do território brasileiro, mas que vivem lá mais de 22 milhões de habitantes, 22 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia.

Eu até propus a criação de um Ministério da Amazônia, por entender que a Amazônia sempre ficou desprotegida. Então, esse Ministério poderia ter uma pessoa voltada para os interesses da Amazônia, para a proteção da Amazônia.

Eu confesso que estou muito preocupado, estava rapidamente dando uma olhada aqui, não deu pra ler, mas dando uma olhada nesse relatório que V. Exa. produziu, falando do Programa Amazônia Sustentável, dos projetos do Mangabeira, que é um grande idealista e, pra minha satisfação, ele está disposto a assumir a Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia. Falou para o Governador eleito, Confúcio Moura, nosso irmão Confúcio, que estaria disposto a ir para Rondônia assumir a Secretaria de Planejamento de Rondônia. Olha só. Um homem da envergadura de Mangabeira, eu digo: "Mas meu Deus do céu, será que ele vai...". Pois ele se propôs a isso. Confúcio, conversando com ele, ele se propôs, já que não teve muito espaço a nível nacional, estaria pronto pra fazer, talvez, de Rondônia um piloto nesse projeto de estratégia de planejamento da Amazônia brasileira.

Então, o Mangabeira é um grande pensador, acho que as ideias dele deveriam ser melhor aproveitadas, ele desenvolveu um grande relatório sobre a Amazônia, o pouco tempo que ficou à frente daquele Ministério, com pouca estrutura, ele desenvolveu um trabalho fantástico. E eu vi recentemente, Senador Mozarildo, podia até pedir cópia para a Subcomissão da Amazônia, um trabalho que a Confederação Nacional da Indústria fez sobre a Amazônia, sobre... Um plano de infraestrutura e logística para a Amazônia Legal, para todos os estados da Amazônia, para os nove estados da Amazônia Legal.

Eu nunca tinha visto um trabalho igual aquele. Assisti uma apresentação em Porto Velho, por um técnico da CNI, que apresentou para nós, lá em Rondônia, para a Federação das Indústrias, para os políticos, parlamentares e governador de Rondônia, tanto para o governo que sai como para o governo que entra, a partir de janeiro, e eu vi naquele projeto talvez um projeto completo, completo, que, se o Governo Federal e os governos estaduais seguir a risca esse projeto, feito pela CNI, de logística e infraestrutura para a Amazônia, estaria completo todo trabalho de infraestrutura dos estados, ferrovias, hidrovias, rodovias, portos e aeroportos, enfim, tudo que é preciso para a nossa Amazônia.

Então, queria me colocar à disposição, ansioso que surja esse bloco, como tem no Nordeste, como falou o Senador Flexa Ribeiro, de defesa da nossa região e que os políticos possam se unir sempre em defesa dos interesses comuns da... Porque é uma luta, toda vez que a gente precisa de um projeto para aquela região, a não ser por milagre, porque o Brasil precisa muito dela, da energia, que aconteceram duas grandes obras no meu estado, que são as usinas do Rio Madeira, obras que estão empregando 29 mil trabalhadores diretos,

talvez mais uns 30 ou 40 mil indiretos, investimentos de mais de 20 bilhões, talvez chegue a 30 bilhões de reais, por quê? Não porque Rondônia precisa da energia. Se dependesse de Rondônia, essas usinas não sairiam nunca. Se fosse só para gerar energia para Rondônia, estaria queimando óleo diesel, um milhão e meio de litro de diesel por dia, como queimava até pouco tempo, com um esforço muito grande foi interligado ao sistema nacional.

Mas essas obras grandes da Amazônia só saem, Belo Monte, Tucuruí e... E agora a usina do Madeira, porque o Brasil, o centro produtor, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outros precisam dessa energia, senão não sairia essas obras com esses investimentos vultosos que estão saindo lá.

Então, para a gente conseguir mais, nós temos que nos unir para brigar pela nossa Amazônia brasileira.

E outra preocupação minha que eu deixaria aqui é quanto ao desmatamento. Eu acho que nós temos que nos preocupar, eu já lancei projeto aqui do desmatamento zero na Amazônia, eu sei que é um pouco forte, mas eu tive coragem... Quando lancei esse projeto, que está inclusive na CCJ do Senado, fui até premiado por três institutos legislativos do Brasil, por esse projeto, me chamaram de louco que eu estava... Ia perder voto em defender o desmatamento zero na Amazônia, ia perder voto lá no meu estado. E foi o contrário. Defendi, fiz muitos pronunciamentos defendendo o desmatamento zero e, na eleição, agora, fui o senador mais votado da história de Rondônia. Fui mais votado que o governador, que ganhou a eleição no segundo turno, não chegou à votação que eu tive, defendendo, tendo tido a coragem de defender o desmatamento zero para a Amazônia Legal, porque acho que o que nós temos já desmatado é suficiente pra gente, com novas tecnologias, com investimentos, com crédito, com financiamento, a gente possa dar melhor qualidade de vida para a nossa população, preservando as nossas florestas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Valdir Raupp, o testemunho de V. Exa. é muito importante. E acho que V. Exa. agora, como disse, reeleito com uma votação expressiva e significativa, pode nos ajudar muito na mobilização, pelo menos dos parlamentares, para que nós possamos realmente ter essa união em torno dos ideais da Amazônia.

Eu quero registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, cuja comissão pertence essa Subcomissão que eu presido e, por-

tanto, convidá-lo para participar da nossa Mesa, caso deseje, nos dar essa honra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente Mozarildo, eu quero apenas agradecer e registrar aqui o nosso cumprimento aos Presidentes da Assembleia de Tocantins, da Assembleia de Roraima.

É importante essa discussão sobre as questões ligadas à Amazônia permanentemente. Essa subcomissão da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem uma importância muito grande, eu estava, ainda agora, numa reunião com uma senhora que é das Nações Unidas e me perguntava quais os desafios do Brasil, eu dizia: "O principal difícil é desigualdade regional." Desigualdade regional é que leva à desigualdade social e com isso é que nós temos aí a desigualdade racial, e todas aquelas outras são oriundas, na verdade, dessa desigualdade de Brasil que nós temos. De maneira que é importante, o Senador Valdir Raupp, também como oriundo da região, nós fomos colegas na época de governadores, sabe bem as dificuldades que são enfrentadas. Eu realmente... Como eu sou de Minas Gerais, Minas Gerais é um estado que entende muito essa dificuldade. Acho que porque Minas tem realmente regiões diferentes, entendemos bem a necessidade de uma equalização do Brasil. Assim feito lá em Minas, precisamos de equalizar a região mais pobre com a região mais rica do Estado.

Eu queria só saudar, então, a minha presença aqui, saudar V. Exa. e saudar os presidentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Realmente é muito importante que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tenha uma Subcomissão que se preocupe com a Amazônia e com a Faixa de Fronteira, que só aí a Amazônia sozinha já é 61% do território nacional. E a Faixa de Fronteira toda, até o Rio Grande do Sul, portanto, nós ultrapassamos aí, com certeza, 70% do território nacional, o que é preciso, portanto, que nós nos debruçemos mais sobre isso.

Eu quero, agora, com muita honra, passar a palavra ao Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado de Roraima, Deputado Mecias de Jesus, que acabou de ser reeleito como o deputado estadual mais votado do Estado, o que, portanto, mostra o trabalho brilhante que ele prestou como Presidente da Assembleia e como deputado.

Com muita honra, passo a palavra ao Deputado Mecias.

DEPUTADO MECIAS DE JESUS (PR-RR): Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, presidente dessa subcomissão, quero cumprimentar o meu colega Júnior

Coimbra, Presidente da Assembleia do Tocantins, cumprimentar os Senadores Valdir Raupp e Eduardo Azeredo, cumprimentar os servidores do Senado Federal, os amigos da imprensa. E dizer que é uma satisfação grande, senador, estar aqui, no Senado da República, pra falar da situação conjuntural do Estado de Roraima e um pouco da Amazônia.

Nós fomos convidados, eu preparei aqui algumas linhas, espero ser breve pra não cansá-los, mas é um pouco do pensamento e a situação que vivemos hoje, em Roraima e na Amazônia.

No próximo dia primeiro de janeiro de 2011, Roraima completará os seus primeiros 20 anos de efetiva implantação, que se deu com a posse do saudoso Governador Ottomar Pinto, em 1991. Nesse período, não tivemos a tranquilidade política necessária para consolidarmos um estado forte e pujante, e isso se deu por algumas razões básicas, pois atravessamos turbulências políticas, e, a exemplo do que ocorre com os demais estados da Amazônia brasileira, não recebemos o tratamento adequado por parte do Governo Federal.

Para que todos tenham noção de minhas palavras, somente 19 anos depois foi que o Governo Federal começou a fazer aquilo que deveria ter feito ainda em 1991, transferir as terras que, de fato, pertencem ao nosso estado e que herdamos do ex-território federal de Roraima, conforme prevê a Constituição Federal.

Hoje, dois anos depois de ter iniciado esse processo, Roraima não recebeu ainda 20% das áreas que deve receber. Apesar do primeiro passo, não houve a transferência nos moldes em que a lei determina e o Governo Federal, através de órgãos como o INCRA, mantém esse controle excessivamente burocrático, não titula e não transfere. E não estou aqui criticando a postura dos servidores do INCRA em Roraima, mas sim afirmando aos Srs. Senadores que existe uma forma bem superior que age de modo oculto, impedindo que os problemas de Roraima se resolvam.

Depois de ficarmos 20 anos esperando um simples ato legal, administrativo do Presidente da República, quando esse ato foi efetivado, ainda veio a conta-gotas. Assim, Roraima não tem toda sua língua patrimonial, enquanto a União e os demais órgãos federais possuem a tranquilidade para cumprir com suas funções. Até mesmo as comunidades indígenas que enfrentaram uma dura luta para obter suas terras já estão tranquilas.

A questão fundiária de Roraima resultou numa luta antiga e, já em 1993, a Assembleia Legislativa de Roraima fazia um completo relatório sobre a situação fundiária do estado e apontou como principal problema a ser resolvido o repasse das terras que pertenciam ao extinto território federal para o Estado de Roraima.

Anos depois, em 2001, uma ilustre representante de Roraima nessa Casa, Senadora Marluce Pinto, conseguiu aprovar a Lei 10.304, em mais um esforço para que o Presidente da República da época fizesse a transferência das terras para nosso povo. Mas, infelizmente, as forças ocultas e poderosas agiram contrariamente ao nosso estado mais uma vez.

Finalmente, 2009 e 2010, com quase duas décadas de atraso, o Presidente Lula cumpriu a Constituição de 88, iniciando o processo de transferência.

De qualquer modo, deixo aqui o registro de todos que colaboraram com este processo, em especial ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é um fiel e vigilante defensor de Roraima e da Amazônia. Assim, ilustres senadores, Roraima terá, a partir de 2011, a oportunidade de dar seus efetivos passos rumo ao desenvolvimento, uma vez que a sua antes complexa questão fundiária já está tendo uma solução encaminhada.

Além da questão fundiária, ainda não temos totalmente solucionada a questão energética. Em 2000 e 2001, graças ao excelente trabalho do então Governador Neudo Campos, passamos a consumir energia da Venezuela. Mas dez anos depois precisamos de uma alternativa própria, pois embora pouco mais de 60% da energia da Venezuela seja consumida, para um planejamento a médio e longo prazo, vamos precisar de uma outra fonte de energia.

Tenho relatos de grandes investidores de outros estados e até países que desistem de gerar empregos em Roraima em função destes dois problemas: a questão fundiária e a questão energética.

Nos últimos anos, a atual política da Venezuela tem sido um fator preocupante, já que nenhum empresário correria o risco de montar uma grande fábrica em Roraima, contando com a energia da Venezuela e de repente ter essa energia cortada.

Isso reforça a tese de que só mesmo a construção de usinas hidrelétricas em solo roraimense resolveria esse problema. Para isso, temos três boas alternativas viáveis: Cotingo, Bem-Querer e Paredão.

Para nossa tristeza, assistimos, em 2010, o Presidente Lula oferecer dinheiro para a construção de uma grande hidrelétrica no vizinho país da República Cooperativista da Guiana, antiga Guiana Inglesa. Não temos nada contra a colaboração com a Guiana, afinal são nossos irmãos e parceiros, mas a usina pode ser construída em Roraima e com o posterior oferecimento de energia para o povo guianense.

A conjuntura atual de Roraima não implica apenas na busca pela solução desses dois problemas. Uma vez concluído o processo de demarcação de terras indígenas, asseguradas a preservação ambiental e para os militares, Roraima ainda se debruça sobre os

outros pontos que podem resultar, ou não, em conquistas para nosso estado e para o Brasil.

Trato aqui da criação das áreas de livre comércio de Bonfim e de Boa Vista. Apesar dos esforços de todos os segmentos políticos locais e das promessas de todas aquelas autoridades sobre as quais residem todas as condições para essas iniciativas saírem do papel, nada, absolutamente nada, foi feito para que isso realmente acontecesse.

Nesse mesmo nível de espera, temos criado a zona de processamento de exportação de Boa Vista, criada na forma da lei e com o apoio de toda a sociedade e de suas lideranças políticas, mas que ainda se trata de um mero sonho.

Informamos aos caros senadores e senadoras que o governo do estado, prefeituras afetadas e principalmente os deputados estaduais, ofereceram todas as condições para que as ALCs e ZPEs saíssem do papel, aprovando leis e autorizando incentivos, mas esbarrando as expectativas de êxito na falta de vontade política... Na falta de vontade política dos órgãos do Governo Federal, a quem cabe solucionar os problemas e remover os entraves e obstáculos.

Quero saudar o Senador Augusto Botelho, do nosso estado, que se faz presente.

Na prática, para a LC de Boa Vista funcionar falta o Governo Federal construir um chamado porto seco, local onde as mercadorias serão desembarçadas e entrarão no comércio.

Prefeitura e Governo do Estado aguardam ainda posicionamentos de órgão do Governo Federal para colocar em prática os projetos que irão consolidar as LCs de Boa Vista e de Bonfim. Situação parecida vive a ZPE, Zona de Processamento de Exportação, que, uma vez funcionando, poderá se transformar num eficaz instrumento para desenvolver Roraima.

O terreno para a implantação da ZPE já foi destinado pela Prefeitura de Boa Vista, mas falta a implantação dos projetos de infraestrutura para colocá-los em funcionamento. Esperamos que os funcionamentos das LCs e ZPE possa gerar empregos, renda e implementar a nossa receita. Esses dois instrumentos garantem boas oportunidades de negócios, investimentos internos e externos, mas é necessário sair do papel.

Apesar desse quadro, temos a esperança e a convicção de que agora, com dois parlamentares roraimenses como membros dessa Casa, o Senador Mozarildo Cavalcanti e a jovem senadora eleita do PT, Angela Portela, além de deputados federais comprometidos com o futuro e o povo de Roraima, esses projetos possam deixar de ser sonhos ou promessas de várias campanhas passadas e se tornem realidade.

Internamente convivemos com a figura híbrida de um estado de apenas 20 anos, que ainda não se livrou das amarras da burocracia e do pouco interesse do Governo Federal em ver nosso desenvolvimento. Para que tenhamos uma ideia, somente no começo desse ano, os terrenos onde estão as sedes do Poder Legislativo e Executivo foram repassados para o patrimônio do estado.

Da mesma forma, apesar do repasse de parte das terras e até do esforço da atual direção do INCRA em Roraima, o ex-Deputado Titonho Bezerra, as propriedades rurais de Roraima estão sendo tituladas lentamente, o que tira a segurança jurídica para aqueles que pensam em investir em nosso estado. Como resultado disso, a partir de 2006, a febre do etanol também chegou em Roraima e, no auge desse otimismo, ficou constatado que pelo menos três usinas de produção de etanol teriam todas as condições de serem implantadas em Roraima, mas, pelos problemas já expostos, nenhuma das propostas prosperou.

Em Roraima, temos 32 projetos de assentamentos no estado, embora, segundo o próprio Governo Federal, a área a ser transferida deveria ser cinco milhões de hectares, o que, mesmo assim, seria menos de 20% das terras do Estado.

Hoje, cerca de 60% das terras de Roraima, conforme é do conhecimento de V. Exas, de uma maneira ou de outra, estão sob o domínio do Governo Federal em caráter definitivo. Assim, Roraima se configura, hoje, com problemas já resolvidos nas esferas municipal e estadual, mas com uma vasta lista de pendências cuja autoridade para removê-la cabe apenas à União.

Assim, apesar das barreiras, entendemos, Srs. Senadores, que Roraima é um estado promissor e que, apesar das dificuldades, está pronto para crescer e por isso compartilho com V. Exas alguns motivos para esse otimismo.

Já temos terras para produzir, temos duas áreas de livre comércio e uma ZPE. Temos um mercado local de 400 mil habitantes de consumidores, mas com esforço de outros milhões de consumidores da Guiana, da Venezuela e do Amazonas, cuja capital, Manaus, com vocação industrial, permite uma abertura para uma infinita lista de produtos. Temos um povo trabalhador e alvissareiro por mudanças positivas.

Mas o ponto que quero destacar aqui é a transformação pela qual Roraima está passando, se tornando o maior polo educacional da região Norte. Temos hoje, em Roraima, duas grandes universidades públicas, três grandes instituições de ensino superior particulares, dois institutos federais de educação e várias outras faculdades particulares, que permitem estarem cur-

sando o ensino superior, hoje, cerca de 30 mil jovens no Estado de Roraima.

Em termos proporcionais, esses números certamente são os melhores do Brasil para um estado onde a população é de pouco mais de 400 mil habitantes. Se é sabido que o futuro de uma nação passa pela educação, temos certeza de que Roraima está no caminho certo.

Se o quadro acima reflete nossas características locais, no plano regional e nacional não será surpresa para os senhores o que vou explanar aqui, pois, como parte da Amazônia, Roraima padece pelos mesmos problemas e tem sido castigada pela mesma falta de vontade política de alguns órgãos federais.

Mas, até neste aspecto, por uma questão de justiça, embora de maneira atabalhoada, e fico feliz de acabar de ver o Senador Valdir Raupp falar aqui das ideias do Ministro Mangabeira Unger, que falo aqui algumas de suas ideias também, embora de maneira atabalhoada, nesse final do Governo Lula, acompanhemos uma tentativa de tratar do tema Amazônia com pouco mais de sobriedade.

Alguns riram, outros contestaram as ideias do Ministro Mangabeira Unger e de suas propostas para a Amazônia, mas, para nós, que vivemos naquela região, vimos em cada uma delas a possibilidade, após uma discussão e de um aperfeiçoamento de tais ideias, passarmos a vislumbrar algo mais concreto, mas novamente esbarramos na falta da tal vontade política das autoridades federais.

Mangabeira Unger voltou para os Estados Unidos, onde é professor universitário e, pelo que me consta, algumas de suas ideias voltaram para as gavetas de Brasília. Temos a certeza de que o primeiro passo para o avanço econômico da região amazônica, sintonizando com a preservação ambiental e a inclusão social, é a regulamentação fundiária e ninguém que conhece a Amazônia duvida disso.

Temos no Brasil um cipoal de leis e decretos que regulamentam a questão fundiária na Amazônia e que torna impossível a regularização das terras na região, mas o Congresso Nacional discute algumas propostas para amenizar este verdadeiro sofrimento do povo amazônico.

As propostas, apresentadas por Mangabeira Unger, aliás, não trazem nenhuma novidade. Todas são discutidas há anos em encontros, seminários e todos os demais debates sobre esse tema. A novidade foi que, no período que ele estava como Ministro, era uma autoridade do Governo Federal que defendia.

Não existe nenhum mistério desenvolver a Amazônia sem agressões ao meio ambiente e com respeito às comunidades indígenas, implica numa mudança

de postura em relação a nossa região. Significa ouvir mais os amazônidas e principalmente sair do discurso para a prática.

Assim, entendemos que, adotando alguns passos, Roraima e os demais estados da Amazônia encontrarão o caminho do desenvolvimento.

Na Amazônia, menos de 4% das terras particulares estão em situação jurídica irregular e caberia ao Governo Federal modificar esse panorama. Cheguei em Roraima com 12 anos, há 30 anos, e, nessa época, o desmatamento era considerado imprescindível para que as pessoas adquirissem crédito e terra e, hoje, as mudanças nas leis a colocam na ilegalidade.

Os pequenos produtores extrativistas e agrícolas ocupam áreas de transição entre a floresta e o Cerrado e, por falta de condições financeiras, acabam vendendo madeira ilegal ou deixando os bois entrarem nas propriedades e funcionam como uma linha involuntária de expansão da devastação. Não basta oferecer terras, não basta oferecer pequenos recursos, precisamos implantar uma nova forma de ocupação racional da Amazônia.

É possível aumentar a área cultivada e, consequentemente, a produção agrícola, sem derrubar árvores. Mas, para isso, o Ibama e órgãos estaduais de meio ambiente precisam baixar as armas e partir para a busca de soluções sensatas e que beneficiem o Brasil e a Amazônia.

Na Amazônia, não existe só ribeirinhos, pescadores e indígenas. Temos grandes metrópoles e grandes parques industriais. Então, é necessário separar a mata virgem da cidade grande; poderemos produzir algo mais ligado aos recursos naturais, como cosméticos e medicamentos, e não ficar apenas nos extremos entre matérias primas *in natura* e motocicletas, televisores e celulares de outro lado.

Muito se fala nas dificuldades que vivem o povo da Amazônia, quando o assunto é transportes. Mas, novamente, a solução é básica e está na própria região, onde for melhor o Governo construir vias para caminhões, trens ou barcos. Assim, podemos superar o isolamento da região e a obsessão por rodovias.

Em resumo, em vez apenas de caras rodovias, precisamos de mais aeroportos, ferrovias e principalmente de hidrovias.

Podemos também aproveitar o fascínio da Amazônia, que exerce em todos e em todas as partes do mundo, para atrair investimento na área científica mundial.

Além disso, precisamos deslocar o eixo do conhecimento do Sul e Sudeste para o Norte. Os grandes brasileiros não querem deixar a praia e o trânsito das grandes cidades para morar na Amazônia, mas isso é necessário, é imprescindível para que possamos valo-

rizar o homem, cuidar melhor da vida selvagem e da vida humana, dando as condições para que a Amazônia deixe de ser um estorvo e uma vitrine exótica e se transforme num instrumento para fazer do Brasil uma grande potência mundial.

Por fim, Srs. e Sras. Senadores, amigos da imprensa, acreditamos que, além do potencial de Roraima, focado na agricultura em escala familiar, e do agronegócio, da já mais que provada agropecuária, da vocação para o comércio exterior com a Guiana e com a Venezuela, e ainda com o esforço do mercado interno com o Amazonas, da esperança que temos do funcionamento definitivo das áreas de livre comércio e das ZPE, e da possibilidade de Roraima, em breve, produzir etanol e biodiesel, além de outras ideias que podem ser transformadas em algo concreto, temos um enorme e ainda intocável potencial turístico.

Somos um estado pequeno, é verdade, que temos somente 15 municípios, mas um deles, o Município do Uiramutã, existe mais de 70 cachoeiras catalogadas, uma próxima da outra, e que transforma essa região em algo inédito no Brasil e que precisa ser conhecido pelos brasileiros.

Temos ainda como região turística a lendária Serra do Tepequém, o Monte Roraima, conhecido em todo mundo, o sítio arqueológico da Pedra Pintada, centenas de comunidades indígenas, que precisam ser inseridas em todos os planos de desenvolvimento do nosso estado, especialmente quando o assunto for turismo.

Enfim, temos a certeza de que Roraima poderá, em breve, ser um grande estado. Isso depende do que for feito nos próximos meses e nos próximos anos pelo Governo Federal, por nossas autoridades estaduais e municipais e, sem sombra de dúvidas, por nós, deputados estaduais de Roraima, papel que desempenhamos com muito orgulho e afinho.

Esse desafio está sendo novamente plantado aqui, neste momento, no Senado da República, desafio é para V. Exas., senadores do Brasil e da Amazônia. Afinal, aqueles que já conhecem Roraima ou algum estado da Amazônia sabem dos problemas e da viabilidade de algumas das soluções aqui ensaiadas. Mas esse quadro só será melhor compreendido quando o Brasil inteiro conhecer a Amazônia. Afinal, quando se conhece, fica mais fácil amar e defender.

Quero louvar a ideia, antes de concluir, do Senador Valdir Raupp e do Senador Flexa Ribeiro, de construir um parlamento definitivo, um bloco de defesa da Amazônia, onde, sem dúvida nenhuma, poderia ser ocupado pelos senadores da República da Amazônia, pelos deputados federais da Amazônia, pelos governadores da Amazônia, mas que possa ter um fórum permanente da Amazônia de interesse e defesa da

Amazônia, porque a Amazônia é nossa, é patrimônio dos brasileiros.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, eu quero agradecer a brilhante explanação do Deputado Mecias de Jesus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e passar agora a palavra ao Deputado Júnior Coimbra, Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, e que, a partir de 2011, vai estar aqui, na bancada federal da Amazônia, na nossa Câmara Federal, como deputado federal.

Com a palavra o Deputado Júnior Coimbra.

DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO): Boa tarde, Senador Mozarildo, boa tarde ao Senador Augusto Botelho, cumprimentar os senadores que passaram por aqui, o Senador Raupp, Senador Eduardo Azeredo, que acabara de sair, Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

Para nós é um prazer enorme em poder estar participando deste momento, aqui, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Gostaria de agradecer a V. Exa., Senador Mozarildo, pelo convite, para poder estarmos aqui, hoje, discutindo os assuntos nossos da Amazônia.

Nós que temos uma entidade de classe, que é a União Nacional do Legislativo, a UNALE, e, na UNALE, nós já temos a nossa bancada, o nosso bloco que estuda a região amazônica. Inclusive, no próximo dia 3, hoje acabei de receber o convite do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Presidente Juvenil, que inclusive foi candidato a governador daquele estado, pelo PMDB, para que, no próximo dia 03, a gente esteja lá na cidade de Belém, não sei se você já foi convidado, para que a gente possa estar discutindo os problemas amazônicos.

E eu gostaria de parabenizar o Senador Flexa pela iniciativa, pela ideia de estarmos fazendo também a bancada, aqui, no Congresso Nacional, da Amazônia. Eu vou estar aqui, na próxima Legislatura, fui eleito deputado federal pelo meu estado, inclusive o deputado federal mais votado do Estado do Tocantins, com quase 10% dos votos do meu estado, e, a partir de 1º de fevereiro, vou estar também aqui e quero ser um dos integrantes, um dos entusiastas das questões amazônicas.

Gostaria de cumprimentar o meu colega, o Deputado Mecias, somos... Já há algum tempo a gente participa juntos das reuniões da UNALE, em vários estados brasileiros, a gente sempre tem a oportunidade de estar juntos, e é um prazer muito grande estar aqui ao seu lado, que é um conterrâneo meu, nascido no Estado do Tocantins, e hoje é o Presidente da

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Tocantins que esse ano também elegeu um governador, o governador de Rondônia, o nosso Confúcio Moura, que também é tocanthinense. Inclusive, essa semana, nós apresentamos um título lá pra homenageá-lo lá no nosso estado.

Bem, gente, o Deputado Mecias catalogou vários dos problemas do Estado de Roraima, relacionou, e eu não tive esse mesmo cuidado, e vou tentar aqui, de improviso, sintetizar alguns problemas e algumas características, algumas virtudes do nosso Estado do Tocantins.

Está ali no mapa, é um estado central, nós fomos criados pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o estado foi implantado no dia 1º de janeiro de 1989, com um governo tampão de dois anos, que foi administrado pelo hoje governador eleito, Governador Siqueira Campos. É um estado de 570 mil quilômetros quadrados, representa aí pouco mais de 5% do território brasileiro. É um estado... Para o tamanho da população, é um estado muito grande. Nós temos lá, pelo Censo de 2010, 1 milhão e 350 mil habitantes, cerca de 970 mil eleitores. Então, somos um estado de uma dimensão demográfica muito pequena. Nós temos apenas 1 milhão e 350 mil habitantes, uma característica dos estados da região amazônica.

Nós desmembramos do Estado de Goiás, nós éramos politicamente vinculados... geopoliticamente vinculados à região Centro-Oeste, o Estado de Goiás pertence ainda à região Centro-Oeste, apesar de que a faixa que fica para o Estado do Tocantins está a partir da linha do Paralelo 13 e que é a linha que já pega os estados amazônicos.

Nós somos um estado que, apesar de poucas características da Amazônia brasileira, nosso território é 70% com cobertura florística de região de Cerrado e apenas 30% do nosso estado que tem características que se aproximam das características da região amazônica, que na sua maioria são... É região de floresta.

Inclusive esse é um dos principais problemas que nós estamos enfrentando no Estado do Tocantins nos dias de hoje, é justamente em função da Portaria 96, de março de 2008, portaria do Ministério do Meio Ambiente, que coloca 31 municípios do Estado do Tocantins, que são municípios já na divisa com o Estado do Pará, que vão se aproximando do bioma amazônico, que colocou, no mesmo bioma amazônico, colocando esses municípios na reserva de 80%, na reserva legal de 80%.

Hoje, no Estado do Tocantins, a reserva legal é de 35% e está causando um problema muito grave para o nosso estado essa questão da colocação desses municípios no bioma amazônico. São talvez os principais

municípios produtores de gado no nosso estado, que é a principal atividade econômica do Estado do Tocantins. Nós temos, hoje, um rebanho de cerca de oito milhões de cabeças de gado bovino no nosso estado, e esses municípios estão enfrentando essa dificuldade e é um problema sério para o desenvolvimento do nosso estado, que esses municípios estão todos adequados dentro da reserva legal de 35% e agora, para ter que se ajustar na reserva legal de 80%.

Então, é um problema sério que nós estamos enfrentando, Senador Mozarildo, inclusive gostaria de pedir aí o apoio da Subcomissão da Amazônia para que a gente possa estar revertendo essa situação, dessa portaria do Ministério do Meio Ambiente, que é do ano de 2008 e que está causando um grave problema econômico para o Estado de Tocantins.

Nós precisamos desenvolver o nosso estado com o nosso potencial, que é o potencial da agricultura e da pecuária. Nós temos uma grande vocação também para a agricultura nas nossas partes de Cerrado, nas nossas terras de Cerrado. Hoje o Tocantins é um dos celeiros brasileiros, na questão da produção da soja, na questão da produção do milho, da produção do arroz.

Nós temos, na região de Pedro Afonso, que é atendida pelo PRODECER II e III, temos a região de Formoso do Araguaia, que nós temos o Projeto Rio Formoso, que é um projeto já de cerca de 30 anos e que tem um potencial econômico muito grande na área da agricultura.

E nós precisamos da solução desse problema, dessa portaria, do Ministério do Meio Ambiente, para que a gente possa voltar a sorrir e a continuar desenvolvendo o nosso Estado do Tocantins.

Nós somos um estado, como vocês veem aí, um estado de... Muito comprido, de uma dimensão muito grande, inclusive nós... A Ferrovia Norte-Sul corta o nosso estado de ponta a ponta, nós temos mais de 800 quilômetros de Ferrovia Norte-Sul que está sendo concluída, já está em fase de conclusão, tanto no Estado do Tocantins como no Estado de Goiás. Era a pretensão do Presidente Lula de inaugurar essa obra ainda na sua gestão, eu acredito que ele não vai conseguir, em função da demora na conclusão da obra, ainda faltam alguns trechos para serem colocados os trilhos, mas a parte de abertura da ferrovia já está toda pronta. E nós que somos aí o portal de entrada da Amazônia, porque todo o alimento, toda a produção que sai de Manaus, através da Zona Franca de Manaus, passa pelo Tocantins, através da Rodovia Belém-Brasília, e, com a chegada da Ferrovia Norte-Sul, nós vamos fazer um modal de transporte com boa condição de escoar a produção do Pará, a produção do Amazonas e para

levar as riquezas do Sul para o Norte, do Norte para o Sul e poder estar ajudando a desenvolver o nosso país.

Nós temos também o Porto de Praia Norte, uma cidade à margem do Rio Tocantins, vizinha da cidade de Carrasco Bonito, que é a cidade do Mecias, e lá nós temos uma condição boa de navegabilidade pelo Rio Tocantins, descendo, passando pela eclusa de Tucuruí, podendo trazer as riquezas da Zona Franca de Manaus de barco ou de navio até a cidade de Praia Norte. É uma obra com grande possibilidade de ser concluída, de ser realizada. Nós estamos trabalhando, a iniciativa privada tem muito interesse nessa obra, e nós, agora, a partir do ano de 2011, como congressista, nós iremos trabalhar muito para que essa obra possa estar sendo concluída, que é o Porto de Praia Norte, que eu acredito que vai ser a redenção econômica do nosso Estado do Tocantins.

Na área do turismo, nós temos um grande potencial turístico, nós temos a região do Jalapão, que hoje é conhecida mundialmente através do *Survival*, um programa americano que foi gravado lá no nosso estado, e é um atrativo muito grande. Inclusive gostaria de convidar o Senador Mozarildo, Senador Augusto, para que possa estar, os demais, para que possa estar conhecendo o nosso Estado do Tocantins e conhecendo as belezas do nosso Jalapão, das nossas cachoeiras e todos nossos atrativos, atrativos turísticos.

Nós temos... Somos uma localização muito boa para a questão da pesca esportiva... Então é uma... É um lugar muito bom para o turismo, especialmente nessa área do turismo da aventura, do turismo na área rural.

Portanto, essas são as minhas colocações, estou aqui disposto a fazer qualquer esclarecimento que seja do interesse dos senhores ou das senhoras, e gostaria de me colocar à disposição do Senador Mozarildo e dos demais membros desta comissão.

E a partir do ano que vem vou estar aqui, no Congresso, e vou estar sempre visitando o senhor por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Bom, eu fico feliz, Deputado Júnior Coimbra, que nós vamos estar juntos aqui, no Congresso, a partir do ano que vem, com a experiência e a visão que V. Exa. tem da região.

E não é surpresa quando V. Exa. fala que o seu estado tem poucas características da Amazônia. Roraima também tem uma parte imensa, mais ou menos metade do Estado de Roraima, é o que nós chamamos de... Aqui, no Centro-Oeste, chama de Cerrado, nós chamamos de lavrados.

Mas, realmente, a Amazônia é muito desconhecida do Brasil, por isso que existem essas discrepâncias. Quando se fala em Amazônia, todo mundo pensa que

só é mata, um tipo de vegetação só. E é isso que nós temos que fazer, um trabalho, e é esse... Talvez seja um dos principais escopos desse nosso trabalho aqui, é de fazer um diagnóstico, uma proposta que mostre ao Brasil que nós não somos isso que está estereotipado que é só mata, bicho e índio, com todo respeito que nós temos à mata, aos índios e aos bichos.

Mas eu quero fazer aqui um registro, até estava comentando com o Deputado Mecias. O Deputado Mecias, na verdade, nasceu no Maranhão. Depois passou pelo Tocantins, mas ele já vendeu a parte dele de maranhense e tocantinense e hoje é roraimense para todos os efeitos.

[risos]

Eu quero passar a palavra ao Senador Augusto, se quiser fazer alguma observação aos nossos expositores, nosso Presidente da Assembleia de Roraima e do Tocantins, e quero aqui, antes de passar a palavra ao Senador Augusto, justificar que o Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá foi convidado, mas justificou que não podia comparecer hoje por problemas superiores, e dizer que o nosso convite aos três presidentes da Assembleia dos estados que foram criados no mesmo tempo, na Constituição... pela Constituição de 88, e que eu tive o prazer de ser constituinte, trabalhar junto inclusive com o então Deputado Siqueira Campos, com o então Deputado Ottomar Pinto, para que nós brigamos para transformar os territórios de Roraima e Amapá em estado e desmembrar a parte de Tocantins de Goiás.

DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO):

Só pra fazer uma alusão, aqui, ao nosso estado, com relação à questão econômica.

O Mecias, na abordagem dele, citou as dificuldades econômicas que já passaram o Estado de Roraima. E o nosso Estado do Tocantins, graças a Deus, nós somos um estado que já foi governado por poucos homens. O atual governador eleito já foi governador três vezes, está indo para o quarto mandato, aí tivemos mais o Deputado Federal Moisés Avelino, governador, e Marcelo Miranda, por sete anos, governador.

Nós tivemos a felicidade de ter pessoas responsáveis no comando do nosso estado. Nós somos uma economia organizada, o Estado do Tocantins está trabalhando esse ano com orçamento em torno de seis bilhões de... É bi? É bi. Seis bilhões de reais, e está fechando o ano, apesar de ter tido uma interrupção no mandato do Governador Marcelo Miranda, que fora cassado, hoje estamos concluindo um mandato de governador tampão, governador de um ano e dois meses, mas o estado continua com suas finanças saneadas, continua com seus servidores bem valoriza-

dos, servidores recebendo seus vencimentos em dia, um estado organizado.

Nós ainda temos um potencial de endividamento bom, o Estado do Tocantins está com sua capacidade de endividamento muito grande ainda. É um estado de conceito bom no Banco Central, é um estado de conceito bom no Tesouro Nacional. E isso nos deixa muito feliz em saber que o nosso Estado do Tocantins é um estado economicamente organizado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Augusto Botelho, com a palavra para...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, primeiro gostaria de poder dizer isso também do meu estado, mas eu não posso dizer ainda, infelizmente.

Realmente, ele tocou no assunto dessa Portaria do Ibama que pune as pessoas. Quando o pessoal ia para lá, tinha que... Só podia regularizar a terra se tivesse desmatada. A nossa região era assim. Agora fica... Isso é insanidade essa coisa. É uma coisa insana que acontece no Brasil, que nós temos que lutar pra derrubar isso aqui.

A reforma do Código Florestal, que o Aldo Rebelo está relatando lá na Câmara, é uma coisa que pode tentar corrigir essa injustiça que está sendo feita com as pessoas que foram para lá, que morreram de malária, que morreram de mordida de cobra, dificuldade para ocupar, e agora estão sendo considerados como bandidos.

Outra coisa que prejudica nossa região, às vezes dá vontade de até excluir o nosso lavrado da Amazônia, dar um jeito de excluir aquilo de lá. Vocês... Está mais fácil de excluir porque vocês estão mais fora, só tem problema de transição. Nós temos pouca transição, já estamos na Amazônia, a nossa.

Agora, uma coisa que nós temos que lutar também na Amazônia é sobre esse negócio de álcool, de não poder produzir álcool na Amazônia. Derrubar a mata para produzir álcool acho que é insanidade. Mas no lavrado, por que não pode produzir? No Cerrado, terra que já está... que a cobertura florestal não chega à altura da metade dessa mesa nossa aqui.

Então, nós temos que lutar para conseguir fazer isso aqui, que eu espero que essa coisa mude, porque nós temos que achar uma forma de melhorar. Nós pagamos o álcool... Lá em Roraima, o álcool é a coisa mais cara que tem no Brasil, é o álcool mais caro do Brasil é o de Roraima, porque vai daqui. A terra do companheiro aqui tem usina de álcool. Por que a nossa não pode ter, lá do Acre? Por que, lá em Roraima, não pode ter? Tocantins tem usina de álcool? Acho

que não tem também, não. Então... Vocês têm usina em Tocantins?

DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA (PMDB-TO): [pronunciamento fora do microfone].

Implantação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E eu creio que esse é o caminho. O Mecias tocou num assunto que eu acho que é importante para Roraima, nós em relação aos outros. Nós estamos com... Nós só perdemos em proporção de pessoas na universidade para Brasília, até de São Paulo nós estamos na frente, proporcionalmente à população.

E nós, se Deus quiser, vamos nos tornar um centro de produção de conhecimento. Estamos caminhando para isso. Estamos engatinhando, mas estamos andando nesse sentido.

E quando a gente vê o mapa ali, a gente vê que Roraima, aquela área de lavrado se estende para Guiana também. Se for fazer a conta total, vai dar quase 5 milhões de Cerrado, de lavrado, que é economicamente viável.

Nós estamos apenas a 400 quilômetros. A capital de Roraima está... Melhorou essa imagem aí. Está a 400 quilômetros do mar. De Boa Vista, que está bem ali, até o mar, são 500 quilômetros.

Então, o que a gente produzir aí está pertinho do mar. É só fazer uma ferrovia que é viável... É viável economicamente fazer uma ferrovia de Manaus até Georgetown, pelo número de carga que tem pra transportar. As cargas que saem de Manaus dão uma volta de nove dias, entre ir e voltar, para chegar no Canal de Panamá. Passam aqui na frente Diminui a imagem. Não. Aí.

A produção de Manaus, Manaus produz quase 400 mil contêineres, por ano, de carga. Vinte por cento entra no navio, sai, dá uma volta e passa ali, desce o Rio Amazonas, sai lá pertinho do Amapá, aí passa em Georgetown. Fazendo a conta, dá nove dias de diferença disso aí. Se fizer uma ferrovia de Georgetown até Manaus, em 24 horas, a carga chega pertinho do Canal do Panamá. Nove dias de navio é um custo muito alto e quem paga somos nós, os vendedores de produto.

Então, são coisas que tem na Amazônia que tem que ser resolvidas. E aí, Tocantins já tem 800 quilômetros de ferrovia. A gente, com 1.200 quilômetros, chega no mar. Manaus chega no mar com 1200 quilômetros de ferrovia, o Amazonas. Que eu tenho certeza que vai sair.

E em Cachoeiras, acho que nós somos campeões. Eu não conheço o Jalapão lá, de vocês. Vou conhecer. Mas eu conheço o Uiramutã. Eu quero ir justamente para comparar uma coisa com outra. O Uiramutã é uma coisa linda, só que é difícil de chegar lá, isolado, nós

estamos engatinhando, virou área indígena tudo, botaram... Só deixaram a capital do município fora da área indígena. Mas eu confio no meu estado e sei que nós vamos chegar... Nós estamos lutando pra chegar em 2 milhões de cabeças de gado. Vocês já estão com oito.

E o campo é um lugar pra criar gado sem estar derrubando mata. Essa propaganda de dizer que quem está comendo boi da Amazônia está comendo floresta é uma forma de bloquear a nossa produção, mas ninguém segura o Brasil na produção de proteína de carne de gado. Esse ano, a gente vai passar, provavelmente, a ser o maior produtor de carne de frango do mundo.

Então, parabéns aos dois presidentes que vieram aqui, os senhores são muito bem vindos e vamos trabalhar juntos para a gente conseguir mudar a fisionomia dessa nossa Amazônia, que o pessoal quer deixar pra virar um museu, com nós, os amazônidas, lá dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero dizer que o depoimento dos dois presidentes são realmente uma contribuição muito importante para essa comissão. Portanto, nós vamos analisar as exposições dos dois, as sugestões... E vamos, inclusive, pedir a eles que se quiserem complementar com algum documento adicional, com alguma sugestão adicional, que mandem para essa subcomissão, porque, como falei, espero que ano que vem nós possamos, no primeiro semestre, concluir essas audiências e sair com um projeto realmente de desenvolvimento nacional; não um projeto que fique dependendo, digamos, de boa vontade de Ministérios ou de boa vontade de eventuais circunstâncias políticas, mas, sim, um plano que tem que ser seguido por qualquer que seja o presidente, por algumas décadas. Não pode ser um plano de curto prazo, tem que ser um plano de curto, médio e longo prazo, porque a Amazônia é muito grande para ser tratada de maneira pontual.

Aliás, eu sempre costumo dizer que, se tem uma razão pela qual eu votei no Presidente Lula, no segundo turno da primeira eleição dele, foi porque eu li, no plano que ele tinha para a Amazônia, uma frase que dizia o seguinte: que era chegado o momento de acabar com a história de só proibir o que se fazer na Amazônia, mas que era chegado o momento de se dizer o que se pode e como fazer na Amazônia. Mas eu não vi isso, lamentavelmente, durante o Governo dele, a não ser agora, no final, realmente, com as usinas lá de Rondônia, com algumas coisas pontuais em Roraima... Muito pouco para o contexto da Amazônia e para os oito anos de governo dele.

Mas eu espero que, daqui pra frente, nós possamos realmente mudar essa realidade e ter a Amazônia olhada de maneira diferente. E isso é uma responsabili-

dade nossa, de produzir esse plano, porque, se formos esperar por ministérios que deveriam ter a obrigação de produzir esse plano, como, por exemplo, Ministério da Integração Nacional, o nome que está dizendo, da Integração Nacional. Mas eu não vejo nenhum projeto, de fato, consistente, que tenha uma interligação permanente com relação a desenvolvimento da Amazônia.

Então, eu quero agradecer e perguntar ao Senador Geraldo se quer fazer alguma consideração, terei muita honra em ouvi-lo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, eu queria apenas pedir desculpas pelo atraso da presença.

Eu estava ali, aguardando na fila, a oportunidade de me manifestar sobre a comemoração, a sessão que comemora os 80 anos da Ordem do Brasil. Eu, como advogado, não poderia deixar de dar uma palavrinha e, por conta disso, acabei perdendo a nossa audiência, que o Senador Mozarildo... Que, aliás, aqui, é de se destacar: essa subcomissão que já ouviu algumas autoridades, assim como V. Exas., ela conseguiu atravessar um ano de muito trabalho, pela persistência e pela insistência do Senador Mozarildo de se voltar e nos atrair para procurarmos compreender melhor a complexidade da Amazônia, para refletirmos mais sobre aquela realidade. Enfim, eu queria aproveitar a oportunidade, inclusive, pra registrar isso. "O Geraldo está jogando flores no Mozarildo". Não estou, não. Ele não precisa disso, inclusive. Ele não precisa. Mas eu acho que é a face que a gente precisa registrar. Foi a persistência dele, a insistência e o compromisso que ele tem, como parlamentar da Amazônia, de fazer com que essa comissão funcionasse e, funcionando como está, gerando a coleta de muita informação, que foi o que nós fizemos.

Eu lastimo não ter tido a oportunidade, inclusive, de ouvi-los. Tinha muito interesse nisso. Senador Mozarildo, desde ontem, que nos chama: "Vamos lá, que nós vamos ouvir os presidentes de duas assembleias". Importante. Mas eu perdi essa oportunidade. Mas eu espero que possa colher toda essa informação, nos registros, aí, que serão elaborados, e que isso me ajude, como eu disse, a compreender melhor a nossa realidade, a nossa tão vasta região e tão bonita.

Portanto, mais uma vez, eu peço desculpas, aí, pela ausência, mas louvo e saúdo a presença de V. Exas., nessa tarefa, que não é só nossa, aqui, no Senado, é dos senhores, é do povo da Amazônia, é desse companheiro aqui, batalhador, emérito também, e de outros colegas que têm o mesmo propósito, a mesma intenção, de tudo fazer para que, na Amazônia, as coisas possam se encaminhar para soluções boas que digam respeito aos interesses da população. Porque

há soluções boas que dizem... que refletem o interesse de pequenos grupos e grupamentos na Amazônia. O que importa é que a gente direcione as coisas, principalmente as ações públicas, para que os interesses da coletividade, enfim, sejam compreendidos e atendidos na plenitude.

Portanto, meus parabéns pelo fato de os senhores estarem aqui. Isso demonstra compromisso, demonstra compromisso. Porque eu já vi manifestações aqui de descaso, de negligência, de pessoas que, por ora, por vezes, são convidadas a vir aqui e oferecer um pouco do seu conhecimento e da sua compreensão da realidade da Amazônia e se furtarem sobre as desculpas menos admissíveis.

Portanto, é de se louvar o compromisso de V. Exas., Presidentes de Assembleias de estados tão queridos, que certamente oferecerão aí a contribuição expressiva ao conjunto desse trabalho tão bem presidido pelo Senador Mozarildo.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero registrar a presença aqui, no nosso Plenário, do Deputado Almir Sá, de Roraima, e agradecer as palavras do Senador Geraldo Mesquita, dizer que realmente... Estava até falando para os presidentes: eu mesmo cheguei atrasado aqui, ao início da reunião, porque queria também prestar uma homenagem à OAB, e, quinta-feira à tarde, tanto na Câmara quanto no Senado é complicado de se reunir em qualquer coisa. Mas, de qualquer forma, isso demonstra que, pelo número de senadores que passaram... Mas expliquei para eles: o mais importante dessa reunião é o depoimento dos dois, que vai ficar nos anais da comissão, que nós vamos pegar e, junto com os demais, encaminhar para nossa assessoria, de forma que possamos elaborar esse plano que nós pretendemos aprovar no primeiro semestre de 2011.

Eu quero... Já que não... A não ser que os palestrantes queiram fazer alguma consideração final, eu quero agradecer a presença e dar por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 16h48.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia dois de dezembro de dois mil e dez, no Plenário da Comissão,

sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora e dos Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, SERYS SLHESARENKO, VALDIR RAUPP, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARCONI PERILLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES e LEOMAR QUINTANILHA**. Compareceram ainda os Senhores Senadores não-membros **EDUARDO AZEREDO e ALFREDO NASCIMENTO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da última reunião, que é dada como aprovada. O Senador **Fernando Collor** procede à leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida passa-se ao item único da **PARTE 1, REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010-CI**, que *requer nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, e o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, para discorrerem, perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre os preparativos, expectativas e previsões acerca do atendimento das malhas rodoviária e ferroviária de transporte em função dos grandes eventos que serão realizados no Brasil, mais precisamente em 2012 (Rio + 20, a Conferência da ONU sobre meio ambiente), em 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Jogos Olímpicos)*. **Autoria:** Senador **Fernando Collor**. **Resultado: Aprovado.** Passa-se à **PARTE 2** da Pauta, Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, para debater sobre os preparativos, expectativas e previsões acerca do atendimento das malhas rodoviária e ferroviária de transporte em função dos grandes eventos que serão realizados no Brasil, mais precisamente em 2012 (Rio + 20, a Conferência da ONU sobre o meio ambiente), em 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Jogos Olímpicos), com a presença do seguinte convidado: **Dr. Paulo Sérgio Passos** – Ministro dos Transportes. O Presidente inicialmente concede a palavra ao convidado, por 40 minutos, passando a seguir para a fase das interpelações. Usaram da palavra durante a reunião os Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO RIBEIRO, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, LEOMAR QUINTANILHA, EDUARDO AZEREDO e ALFREDO NASCIMENTO**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente agradecendo a presença de todos declara encerrada a reu-

não às 11 horas e 49 minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Comunico aos Srs. e Sras. Senadoras o recebimento de convite da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para participar de Audiência Pública sobre proposta de alteração do regulamento do serviço móvel pessoal, com o objetivo de explicitar a possibilidade de envio gratuito de mensagens de texto para os serviços públicos de emergência.

O objetivo da audiência é ouvir a sociedade e obter contribuições para consulta pública, e acontecerá dia 3 de dezembro. Portanto, amanhã, às 10 horas, no escritório na ANATEL, em São Paulo. O endereço do escritório, em São Paulo, da ANATEL, é Rua Vergueiro, 3.073, em Vila Mariana.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, informa que realizará Audiência Pública com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para estabelecimento de Resolução Normativa acerca dos requisitos mínimos para os medidores eletrônicos em unidades consumidoras, em baixa tensão, incluindo unidades consumidoras residenciais.

A referida Audiência Pública será realizada dia 9 de dezembro de 2010, das 14h às 18h, no auditório da Agência Nacional de Energia Elétrica, que fica localizado aqui, em Brasília; as iniciais do local, da localidade é SGAN 603, módulo H, Brasília – DF.

A Presidência informa o recebimento do Ofício 366/2010, SGM/MME, de 26 de novembro de 2010, do Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Dr. Claudio Scliar. Encaminhando documento base do Plano Nacional de Mineração 2030, que se encontra em consulta pública até o dia 9 de dezembro deste ano.

Esse documento submete à análise preliminar da Comissão de Infraestrutura e também se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos, bem como para o recebimento de sugestões que visem o aprimoramento do documento, que deverá nortear a política mineral nos próximos 20 anos.

Comunicado da Presidência. Diante da oportunidade do tema pautado para Audiência Pública de hoje, com o Ministro dos Transportes, gostaria de trazer ao conhecimento das Sras. e Srs. Senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura algumas informações e artigos sobre a questão dos transportes da infraestrutura do país.

Recente matéria de um periódico paulista traz um importante estudo que afirma que o principal projeto de infraestrutura do governo não elimina os gargalos de logística, mais especificamente no setor de transportes na região Amazônica. Trata-se do estudo encomendado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, e pelas federações das indústrias de nove estados da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que compõem a ação pró-Amazônia. O levantamento é assinado pela consultoria macrologística dentro do projeto Norte Competitivo, e servirá de base para discussão de investimentos do PAC 2.

De acordo com a matéria e a conclusão do estudo, parte dos investimentos alocados pelo PAC 1, com despesa estimada em R\$ 17 bilhões por ano, não vai reduzir o custo do transporte na Amazônia Legal. Essa redução teria efeito estratégico para uma região que cobre 5,2 milhões quilômetros quadrados e representa cerca de 60% do território nacional. O efeito da redução poderia, também, ser de ampliar a renda local e melhorar o desempenho dos 16 circuitos produtivos mais importantes da região. O diagnóstico e as orientações sugeridas no trabalho da consultoria serão usados para mobilização política da região, com a meta de tentar redefinir as escolhas de investimento, incluindo aquelas elencadas no PAC 2.

Segundo a matéria do referido periódico, o estudo aponta na direção das hidrelétricas a grande solução para a Amazônia. O principal projeto apontado na pesquisa é capaz, sozinho, de gerar uma economia de R\$ 1,8 bilhão no custo do transporte, com a criação de uma saída para grãos da região norte do Mato Grosso até o rio Amazonas. Isso só será possível com a implantação da hidrovía Juruena/Tapajós.

Apesar de relevante, o projeto está fora do PAC e tem ameaça de jamais existir se a construção das hidrelétricas no rio Tapajós não considerar as eclusas que o tornam navegável.

Para o Professor Olivier Girard, esta é a grande batalha que será travada agora. A infraestrutura ener-

gética é importante, mas ela não pode condenar o transporte de uma região.

Para esses mesmos autores do documento da CNI, não oferece ao país apenas um volume de informações sobre quanto custa produzir na Amazônia brasileira. O outro mérito desse documento, e de acordo com eles, é a afirmação de que o direcionamento da primeira parte do PAC para o Norte não reduz os custos de transportes. O trabalho mostra que é possível avaliar custos das hidrovias e defende que nenhum corredor logístico que cruze países sul-americanos é competitivo.

Por fim, argumenta que a solução para o transporte na Amazônia pode ser obtida ali mesmo.

Dentre as obras apontadas como prioritárias no projeto Norte Competitivo vale destacar, como exemplo de redução de custos, a citada hidrovia Juruena/Tapajós. Se ela estivesse pronta, geraria uma economia, hoje, de R\$ 920 milhões ao ano. Em 2020, essa economia chegaria a R\$1,85 bilhão.

Outra conclusão do estudo mostra que a integração física entre o Brasil e os países sul-americanos pode estreitar laços de amizade, mas não vai assegurar competitividade no transporte da exportação da Amazônia Legal. O trabalho avaliou o trânsito de produtos por sete países da América do Sul, sendo eles: a Guiana, Guiana Francesa, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e Chile. E nenhum deles o custo é menor do que nas opções existentes na Amazônia. Apenas a Colômbia foi desconsiderada, pois segundo o Professor Olivier Girard, o problema político representado pelas FARC inviabilizam qualquer avaliação logística.

De acordo com o jornal, sua equipe já cruzou o trecho peruano do chamado corredor bioceânico, estrada que liga o Acre a Nasca, e de lá ao litoral. A dificuldade está em cruzar a tortuosa estrada pelos Andes. São trechos favoráveis para o turismo, mas inviável para o escoamento de carga em alta escala.

Como visto, esse é um tema extremamente significativo quando pensamos nos gargalos da infraestrutura brasileira, a começar pelo segmento dos transportes, em especial o hidroviário e a sua vinculação com a matriz energética, e mais especificamente com o setor hidroelétrico.

Um dos pontos de inflexão dessa questão é que aqui, na comissão, nós temos debatido e deliberado bastante, referindo-nos à construção das eclusas, que, via de regra, gera contradições dentro da própria gestão administrativa do governo no tocante à definição das responsabilidades e competência das respectivas pastas ministeriais.

Outro ponto que se deve destacar é a referência dos autores do estudo sobre a questão da falta de

visão econômica e de planejamento nas escolhas e definições dos projetos. Este é um tema que também foi trazido ao debate, nesta comissão, durante os nossos ciclos de palestras realizados em 2009 e 2010. Ou seja, o tratamento dos projetos de forma isolada, sem a devida visão sistêmica e integrada dos investimentos e as suas consequências econômicas. É o que eles chamam da necessidade de um vínculo dos projetos a um sistema logístico.

Para tanto, impõe-se sempre o planejamento que, historicamente, a meu ver, é uma das principais deficiências que encontramos no país em praticamente todos os setores, notadamente quando se trata da atuação do estado.

Acredito ser este um ponto crucial que merece atenção por parte do governo ao definir sua política de enfrentamento dos gargalos da infraestrutura, a começar pelo enfoque a ser dado na celeridade da execução dos projetos. Recentes dados do Banco Mundial, do governo federal e da ONG Contas Abertas, trazidas por outra ao conhecimento de todos nós, por outra publicação, apontam um quadro de verdadeira calamidade quando se fala no tempo gasto entre a decisão de iniciar um projeto e o efetivo começo da obra.

A título de demonstração, cabe reproduzir os números de cada fase de elaboração dos projetos e da contratação das obras.

A primeira fase. Definição da obra. Para se definir a obra, o tempo gasto é de um mês.

Segunda fase. Contratação do projeto. Incluindo, na contratação do projeto: a) Preparação de documentos da licitação pública: dois meses; b) Tramitação interna: mais dois meses; c) Processo licitatório: três meses; d) Análise das propostas: dois meses; e) Contratação da obra: três meses; e f) Início dos trabalhos: um mês. Tempo gasto para esta segunda fase: 13 meses. Com mais um mês gasto na primeira fase, da definição da obra, já vão aí 14 meses.

Terceira fase. Elaboração e aprovação do projeto. Tempo gasto: dez meses.

Quarta fase. Contratação da obra, incluindo: a) Preparação de documentos de licitação, tramitação interna, processo licitatório, mais ou menos os mesmos itens da contratação do projeto, que são aqueles da contratação da obra. Só que demoram um pouco mais porque para o início da obra demanda um período de três meses.

No total dessas quatro fases, a primeira, definição da obra; segunda fase, contratação do projeto; terceira fase, elaboração e aprovação do projeto; e, quarta fase, contratação da obra, nessas quatro fases são gastos 40 meses. Ou seja, do momento em que se define que será realizada aquela obra até o momento em que esta

obra venha ser realizada, se gasta 40 meses. Ou seja, três anos e quatro meses. Isso representa quase um mandato inteiro do Presidente da República, somente entre decidir e iniciar a obra.

Nesses números chama atenção também o tempo de burocracia necessária somente com a contratação, elaboração e aprovação do projeto, que é de 23 meses. Ou seja, quase dois anos dedicados apenas ao projeto. Esses dados trazem a média de tempo despendido com os chamados projetos prioritários. Vale dizer, ou imaginar, então, que para os projetos não prioritários ou comuns o tempo deve ser bem mais elástico.

Acredito que a centralização na execução e na coordenação de projetos prioritários, como daqueles que permitem uma grande escala de repetição em estados e municípios, além de reduzir o tempo gasto, queimando por exemplo a fase de contratação que desperdiça 13 meses, facilitaria a visão sistêmica. Ou seja, a visão planejada dos investimentos como um todo, pois o que temos hoje é a pulverização e a segmentação das decisões isoladamente em cada pasta ministerial. Isso dificulta o planejamento integrado, que permite considerar a correlação entre os projetos e os efeitos econômicos dos investimentos, ainda que de setores distintos. É o caso, por exemplo, a que se refere o estudo, aqui relatado, entre a construção das hidrelétricas integrantes do setor energético e das eclusas, integrantes do setor de transportes, tema também aqui já tantas vezes debatido pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores desta comissão.

E é exatamente pelo fato de o PAC 1 e o PAC 2 estarem recuperando o tempo perdido em relação às grandes obras da infraestrutura, essa questão do planejamento integrado, aliada à previsão de forte crescimento econômico para os próximos anos, tornam-se assim ainda mais necessárias.

Aqui fica a proposta ao novo governo ao qual a Comissão de Serviços de Infraestrutura mantém-se aberta para ajudar no aprofundamento do debate desse importante tema para o desenvolvimento brasileiro.

Sras. e Srs. Senadores, a presente reunião, em sua parte 2, destina-se à realização de Audiência Pública sobre os preparativos, expectativas e previsões acerca do atendimento das malhas rodoviária e ferroviária de transporte em função dos grandes eventos que serão realizados no Brasil, mais precisamente em 2012, Rio +20, a Conferência da ONU sobre meio ambiente; em 2014, a Copa do Mundo, e, em 2016, jogos olímpicos, além de assuntos correlatos às atividades e às atribuições do Ministério dos Transportes.

Em cumprimento ao Requerimento nº. 13/2000, desta comissão, que convido o Sr. Ministro de Estado

dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, convido... Convido-o, portanto, para que ocupe o seu lugar à Mesa.

Mas, antes, eu gostaria colocar a deliberação e a votação o Requerimento nº. 13/2010, que requer exatamente nos... Conforme foi lido na reunião anterior desta comissão e obedecendo aos Atos e Normas nº. 1, que pautam os nossos trabalhos, gostaria de colocar em votação esse Item Único da Pauta, que é o Requerimento nº. 13, *“que requer nos termos do art. 58, § 2º inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 incisos II e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos e o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para discorrerem, perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre os preparativos, expectativas e previsões acerca do atendimento das malhas rodoviária e ferroviária de transportes em função dos eventos que serão realizados”*, conforme aqui já relatados.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu apenas gostaria de acrescentar que para o bom andamento dessa Audiência Pública, ou seja, deste... Dessa reunião de esclarecimentos, como... Que eu julgo importante, por iniciativa de V. Exa., cumprimento V. Exa. por isso, por essa iniciativa, e está presente também o Diretor-Geral do DNIT que... Dr. Luiz Antonio Pagot, que está acompanhando o Ministro, que eu acredito ser de fundamental importância a participação dele, já que essa questão das estradas é muito ligada ao DNIT. E também o diretor da área ferroviária, Dr. Geraldo Lourenço Neto, que também se faz presente.

Então, não sei se V. Exa. acha importante convidá-los também para compor a Mesa, para em caso de algum questionamento por parte de algum dos Srs. Senadores, eles poderão auxiliar o Ministro e até melhorar e ampliar os esclarecimentos.

Era essa a indagação que faço de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Senador João Ribeiro. Os senhores assessores e secretários e o Diretor-Geral do DNIT acompanham S. Exa., o Ministro dos Transportes, para esta Audiência Pública.

O Ministro terá o assento garantido à Mesa e os seus assessores terão, naturalmente, assento ga-

rantido aqui, também, no Plenário dessa comissão, e na medida, atendendo a solicitação do Senador João Ribeiro, na medida em que no decorrer dos trabalhos for necessária a participação de um dos senhores auxiliares do Sr. Ministro, ele próprio assim informará, ou a pedido de um dos Srs. ou Sras. Senadoras que esse assessor ou esses assessores poderão usar da palavra; será facultada a eles a palavra para alguma explanação mais específica que S. Exa., o Ministro, ou qualquer um dos Srs. Senadores membros dessa comissão, achem por bem ouvir. Se isso atende ao Senador João Ribeiro, podemos agir desta forma.

Acompanham o Sr. Ministro de Estado dos Transportes, o Secretário de Política Nacional, Dr. Marcelo Perrupato e Silva; o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Luiz Antonio Pagot; o Diretor de Infraestrutura Ferroviária – ANTT, Geraldo Lourenço de Souza Neto; o Dr. Jorge Bastos, Diretor da ANTT; o Professor Ivo Borges de Lima, Diretor da ANTT; o Dr. Edson Viana, Coordenador-Geral do Departamento de Programas de Transportes Aquaviários; e a Dra. Maria do Perpétuo Socorro Alves de Sousa, Gerente de Projeto do Departamento de Programas de Transportes Terrestres, Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes.

Em função do número elevado de assessores que acompanham S. Exa., o Ministro de Estado dos Transportes, e por não haver lugar à Mesa para todos é que eu pediria que eles se acomodassem aqui na... No Plenário. E também quero destacar que o fato de S. Exa., o Sr. Ministro, vir a esta comissão acompanhado de uma equipe de tamanho relevo, demonstra a sua preocupação de participar dessa Audiência Pública e esclarecer a todos os Sr. e Sras. Senadoras integrantes desta comissão as dúvidas e as preocupações que, porventura, tenham. E em nome de todos aqueles que compõem esta comissão eu quero agradecer essa gentileza e esse gesto de atenção que tem o Sr. Ministro com o Parlamento brasileiro.

Convido, portanto, S. Exa.—

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, desculpe a insistência, mas eu acho que... Eu sei que não é possível que todos estejam à Mesa, mas eu acredito que pelo menos o Dr. Luiz Antonio Pagot, que é o Diretor-Geral do DNIT, e eu julgo que a presença dele é extremamente importante na Mesa. Então, gostaria que V. Exa... Os outros diretores eu concordo, sei que não é possível que todos estejam sentados à Mesa, mas acredito que a presença do Dr. Luiz Antonio Pagot é muito importante que ele esteja aqui na Mesa para que a gente possa também interpellar, se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De minha parte, eu não vejo ne-

nhum problema de chamar qualquer um dos assessores do Sr. Ministro à Mesa. Mas o convite foi feito, a Audiência Pública foi feita para o Sr. Presidente... Para o Sr. Ministro de Estado e para o Sr. Presidente do... Diretor-Geral – não sei qual o título que se dá, da ANTT, que teve um problema de uma... De uma síncope nervosa, se não me engano, e não pode comparecer. Então, fora esses dois, pelo requerimento, não teria assento à Mesa aqui nenhum outro, por mais honrosa que seja a presença dos senhores.

Então, eu pediria a compreensão do Senador João Ribeiro, e o Diretor-Geral do DNIT, ele tão logo julgue ao Sr. Ministro conveniente a sua participação, ele dará a sua participação a esta comissão.

Eu peço a compreensão do Senador João Ribeiro para este fato, porque o requerimento reza que à Mesa devem comparecer somente aqueles que foram aprovados por requerimento.

Convido, portanto, para que ocupe seu lugar à Mesa, o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

Eu gostaria de dar as boas-vindas a S. Exa., o Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, bem como a toda equipe que o acompanha, o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Pagot, aos... Ao Dr. Geraldo Lourenço Souza Neto, Diretor de Infraestrutura Ferroviária; Dr. Jorge Bastos, Diretor da ANTT; Professor Ivo Borges de Lima, também Diretor da ANTT; ao Dr. Edson Viana, Coordenador-Geral do Departamento de Programas de Transportes Aquaviários, e a Dra. Maria do Perpétuo Socorro Alves de Sousa, Gerente de Projeto do Departamento de Programas de Transportes Terrestres, Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes.

A Presidência informa que o tempo destinado à exposição inicial do Sr. Ministro de Estado terá duração de 30 minutos, quando abrir-se-á a fase de interpellação pelos senadores inscritos, dispondo o interpellante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado.

Após o que este poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para tréplica. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa.

Sr. Ministro, muito bom dia, V. Exa. dispõe de 30 minutos para a sua explanação, com mais cinco minutos de tolerância, caso seja necessário.

Antes de passar a palavra a V. Exa., pela ordem, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu só gostaria de... Com a aquiescência de V. Exa., também em nome da minha bancada, do PR, fazer uma saudação rápida, não sei se é permitido pelo Regimento, ao Ministro dos Transportes, que aqui está...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, senador.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E que veio gentilmente, atendendo a um convite desta comissão para aqui prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, sobretudo em função dos grandes eventos que ocorrerão em 2012, 2014, Copa do Mundo, e, 2016, das Olimpíadas, e o que motivou, na verdade, o Requerimento de V. Exa., do qual eu já... Pelo qual já cumprimentei. E também os diretores aqui já citados por V. Exa., o Dr. Luiz Antonio Pagot, Dr. Geraldo Lourenço, os diretores da ANTT, já que o Dr. Bernardo não pôde aqui estar presente, vieram outros diretores. E dizer, Sr. Presidente, que ontem eu... Ontem, permanentemente eu tenho acompanhado isso, eu conversava com algumas pessoas e, sobretudo, com o Superintendente do DNIT, o Dr. Amauri, que aqui também se faz presente, falava a respeito do que houve da revolução que houve no Brasil, sobretudo nesse último mandato do Presidente Lula, com referência à questão rodoviária no Brasil. No meu Estado do Tocantins, se V. Exa... Eu sei que será difícil V. Exa. ir por lá e dar uma volta de carro por lá. Andar mil quilômetros, 800km, a gente não tem tempo, lamentavelmente, o tempo não nos permite a isso, e estou fazendo esse convite a V. Exa., já que eu, todo ano, vou passar normalmente o mês de janeiro, os primeiros dez dias de janeiro na terra de V. Exa., lá na... Na capital de Alagoas, Maceió, e um estado que tem realmente as praias mais bonitas do Brasil... Nós não temos aquelas praias, temos o rio Araguaia, mas para dizer a V. Exa... Estou dizendo isso para dizer o seguinte, que eu dizia agora, sobretudo durante a campanha eleitoral, que o Ministério dos Transportes, Sr. Presidente, e aqui sem querer puxar a sardinha para o nosso lado, o Ministério dos Transportes foi, até oito anos atrás ou pelo menos até oito anos atrás, quando o Ministro Alfredo Nascimento assumiu pela primeira vez, era, na verdade, uma grande vidraça que o governo tinha. E, hoje, eu digo isso com muito orgulho porque tenho acompanhado o trabalho tanto do ex-Ministro Alfredo Nascimento, senador, como do Ministro Paulo Sérgio, que é homem de carreira que começou sua vida ainda muito jovem no Ministério dos Transportes, um servidor altamente dedicado ao país e que tem uma competência e atende todo mundo com o mesmo sorriso, da mesma maneira, e tem procurado resolver os problemas do Brasil.

Por que eu digo isso? Porque o que era vidraça, virou vitrine. Hoje, o Presidente Lula pode se orgulhar, e nós brasileiros, de dizer que as rodovias, a sua grande maioria, estão muito boas. O programa do Creminha, que é a restaura inicial das rodovias federais, sobretudo as do Tocantins, 1.304km de rodovias

federais, lá estive na época, acho até para ilustrar essa nossa reunião é importante que eu diga isso, o Dr. Luiz Antonio Pagot esteve ao Estado do Tocantins e foi lá lançar 1.304km de rodovias federais. E essas rodovias, hoje, estão praticamente todas restauradas e recuperadas. Agora inicia um novo programa, que eu sei que o Ministro, com muito mais propriedade vai falar sobre isso, que é o chamado Cremão, que é uma restaura mais pesada, com acompanhamento e manutenção para cinco anos.

Então, vejo que... Estou dizendo isso para dizer que vejo que o Brasil está indo na direção certa, com referência a essa questão rodoviária. Nós temos a ferroviária que tem avançado muito, não vou, para não me prolongar mais, falar sobre ela, porque nós temos as ferrovias Norte-Sul no Tocantins, que é também extremamente importante. E aguardo para num próximo momento, se for o caso, voltar a falar. Mas para dizer, cumprimentar o Ministro Paulo Sérgio pelo alto espírito público dele, pelo trabalho, pela sua equipe, e, realmente, o Ministério dos Transportes mudou, mudou para melhor, o DNIT mudou, mudou para melhor no Brasil inteiro.

Então é essa saudação que faço, desejo um bom... Um bom... Uma boa fala de V. Exa., para que a gente possa, realmente, esclarecer e, quem sabe, a gente poder garantir que 2012, 2014 e 2016, sobretudo no que depender do Ministério dos Transportes, o Brasil seja realmente bem-observado pelo mundo lá fora, com bons olhos observar que o Brasil avançou e avançou bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador João Ribeiro. E eu também gostaria de transmitir a S. Exa., o Ministro dos Transportes, a mensagem que acabo de receber do Senador Ministro Eliseu Resende, que por motivo de força maior não pôde, hoje, estar aqui presente. Ele é o vice-Presidente, como V. Exa. sabe, desta comissão, e tem trazido uma grande contribuição aos nossos trabalhos. E ele pede-me que transmita a V. Exa. o seu respeito, o abraço e os votos de uma... De uma boa exposição na Comissão de Infraestrutura.

V. Exa. tem a palavra por 30 minutos.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Senado Federal, é um prazer muito grande estar aqui presente nesta manhã, em atendimento ao seu convite.

Eu gostaria de cumprimentar a todos os senadores aqui presentes, agradecer ao Senador João Ribeiro pelas palavras que aqui proferiu, aquelas generosamente direcionadas a minha pessoa, mas acho

que isso é resultado de um trabalho de equipe, é um trabalho que eu vejo mais no seu cunho institucional, para fazer mudar as coisas no ambiente de transportes da nossa nação.

Eu, inicialmente, gostaria de contextualizar um pouco o quadro que afetou o setor de transportes nos últimos anos, para dizer que nós levamos um período... Um período relativamente grande de grande contração nos investimentos em transportes, e esse baixo nível de investimentos, ele teve diversas razões, como fim de vinculação de recursos destinados à área, as próprias políticas no plano fiscal foram políticas severas, políticas de ajuste que o país precisava, mas que por outro lado impunham ao setor restrições de grande proporção na sua capacidade de resposta, o próprio... A própria mudança nas responsabilidades da União, a partir da Constituição Federal vigente, quando na sua promulgação, criando compromissos no campo social, conquistas importantes, mas que de certa forma, também, por outro lado, estreitaram as possibilidades do país, a fragilidade do ponto de vista macroeconômico do nosso país, ainda não estabilizado do ponto de vista monetário. E tudo isso fez com que nós, por longo do tempo, deixássemos de responder tempestivamente aos grandes desafios, e mesmo quando algumas iniciativas importantes foram tomadas, como por exemplo a aprovação da Lei dos Portos, estimulando o setor privado a atuar nas operações portuárias e retirando o setor público desse tipo de atividade, mesmo quando nós partimos para fazer e buscar a atração da iniciativa privada nas concessões, na área rodoviária, e mesmo na área ferroviária, todo esse... Esse aporte, esse novo fluxo de recursos que abriram novas possibilidades, eles foram importantes, relevantes, mas insuficientes para enfrentar a grande tarefa que é da construção da infraestrutura do país, onde, naturalmente, ocorrerão e ocorrem todas as operações logísticas quais quer que sejam os seus propósitos, quais quer que sejam seu ponto de origem e ponto de destino.

Quer dizer, o resultado desse quadro que perdurou, diria, por mais de duas décadas, capacidade para atendimento de demandas, de necessidades e até mesmo de uma adequada cobertura geográfica da infraestrutura de transportes... E este subsequente de limitações só veio a se resolver a partir do momento em que o país começou a encontrar, na estabilidade econômica, os alicerces para começar a crescer e a partir daí gerar espaços na capacidade da União em relação a investimentos necessários, muitos dos quais represados durante muitos anos.

E o primeiro passo dado nessa direção, nós podemos assim dizer, foi quando ainda tínhamos um grau de relacionamento com o Fundo Monetário In-

ternacional e tínhamos algumas condições no que diz respeito a nossa política de... no plano fiscal, foi quando se estruturou o chamado... O programa, o piloto de investimentos que representou um primeiro patamar de possibilidades em termos de investimentos em transportes. Isso a partir do pressuposto de que esses investimentos mereceriam um tratamento na contabilização fiscal, um tratamento diferenciado que investimentos bem-selecionados, eles eram importantes na geração, como elementos indutores para o crescimento econômico, por consequência produziram mais tributos e teriam em si boas justificativas do ponto de vista da sua sustentabilidade fiscal.

Foi colocado em prática o chamado PPI, o Plano Piloto de Investimentos, e o que nós podemos dizer é que este primeiro passo, ainda tímido, ele veio a ser sucedido, aí, sim, por um programa de governo vigoroso, ambicioso, envolvendo as diversas áreas como energia, transportes, recursos hídricos, habitação, saneamento, que foi o PAC.

É claro que quando nós pensamos em organizar o PAC, senador, uma das nossas preocupações era exatamente de que ele pudesse estar apoiado em estudos, apoiado em levantamentos que pudessem configurar necessidades reais do país, mas não necessidades olhadas apenas para uma região mais desenvolvida, por exemplo. Que ele pudesse traduzir um conjunto de obras necessárias, mas que foram retiradas dos estudos que já vínhamos fazendo, nós que passamos cerca de 21 anos sem ter um plano na área de transportes, e isso foi uma coisa que me incomodou logo que cheguei à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes e determinei que fosse feito um plano indicativo, um plano que pudesse, com uma visão federativa, consultando os diversos estados da Federação, as secretarias de Planejamento, as federações de indústria, de comércio. E este plano que já estava em estado avançado de desenvolvimento foi o repositório de onde se retiraram os projetos que vieram a caracterizar a programação do PAC em termos de investimento de transportes.

Isso foi uma decisão, eu diria, marcante, porque ela significou exatamente um salto de patamar, começar a trabalhar numa nova escala, mas não sem as dificuldades inerentes ao fato de que vivíamos num país que investia muito pouco, que deixou de fazer projeto em engenharia, que deixou de fazer estudos no plano ambiental, e quando nós estruturamos o projeto do PAC muitos daqueles que já estavam em andamento puderam receber o fluxo de recursos capaz de lhes dar a tranquilidade para que fossem executados rapidamente. Outros, que ainda não tinham concluído toda etapa preparatória, precisaram ser trabalhados,

no que diz respeito à conclusão de projetos de engenharia, conclusão dos estudos ambientais, a obtenção dos correspondentes licenciamentos; e alguns projetos estavam ainda verdes do ponto de vista dessas providências e isso significou muito trabalho, muito esforço da nossa equipe, para que pudéssemos fazê-lo sair do papel e se converterem em ações executivas de fato.

É importante assinalar que como resultado desse esforço, hoje nós temos a tranquilidade de dizer o seguinte: nós, naquilo que o Ministério faz hoje, quando comparado lá no passado, final da década de 90, os primeiros anos da década dos anos 2000, nós que estávamos gastando algo na faixa de 1,5 bilhão, coisa desse tipo, a nossa meta, este ano, em termos de obra e serviços de engenharia, é realizarmos e pagarmos R\$ 16 bilhões. Isto significa, praticamente, decuplicar aquilo que era feito. Não sem muito esforço, muito trabalho, sem a superação de muitos problemas, projetos que até muitos deles estavam com pendências graves no Tribunal de Contas, alguns que tiveram que ensejar a necessidade de rescisão contratual; projetos que nós tivemos que fazer a sua adequação, porque já estavam superados tantos anos em que foram executados e elaborados, e o país mudou e, evidentemente, com isso, é importante mudar o escopo desse projeto.

E, hoje, o que nós podemos dizer é que no campo rodoviário nós vivemos uma situação onde a manutenção e conservação das rodovias brasileiras verificou uma alteração(F). Nós mudamos para melhor a qualidade da rodovia brasileiras, a condição operacional. E isso aconteceu porque ao invés de ficarmos investindo recursos na faixa de R\$ 500, 700 milhões, passamos a investir mais de R\$ 3 bilhões por ano em rodovias.

Podemos, hoje, assegurar, e as próprias pesquisas da CNI atestam, em termos de manutenção das rodovias e qualidade dos pavimentos das rodovias brasileiras, mais de 80% está, falando aqui de pavimento das rodovias, em condição regular, em bom estado ou ótimo estado. Nós temos problemas ainda de geometria, de traçado, mas isso tem sido objeto de atenção do governo e nós vamos, gradualmente, corrigindo quando há algum ponto crítico, alguma deficiência, alguma curva, algum problema de superelevação, alguma constatação de problemas de rodovias. Nos investimentos que fazemos em manutenção, nós estamos cuidando também de fazer as correspondentes retificações. E a tendência nossa é melhorar. É melhorar esse estado geral das rodovias, se perseverarmos nessa política que estamos fazendo. Mas, ainda, estou seguro disso quando digo que nós, que trabalhamos com contrato de dois anos, queremos e já estamos desenvolvendo projetos, muitos dos quais concluídos, de 32 mil quilômetros dos 60 mil quilômetros de rodovias federais

para fazermos contratos de cinco anos. Porque esses contratos, contratos de longo prazo, garantem a estabilidade no padrão de manutenção e no padrão das rodovias brasileiras.

No que diz respeito à política de investimentos em rodovias, ainda, é importante consignar aqui que nós tivemos uma preocupação em relação a promover a ampliação de capacidade das rodovias em áreas produtivas consolidadas, as regiões mais ricas, mais pujantes do país, em áreas onde já se apresentam sinais de saturação. A expansão da cobertura da malha rodoviária em zonas de desenvolvimento do agronegócio e exploração mineral. O que nós estamos fazendo, hoje, no Estado do Mato Grosso é uma coisa sem precedentes do ponto de vista de investimento. Esta que é uma região que contribui tanto para o país e que levou tantos anos desassistida do ponto de vista de investimentos.

Nós falamos aqui, também, da realização de investimentos com o propósito de reduzir desigualdades regionais, aqui entendendo a rodovia como elemento indutor, e todos nós sabemos, o senhor sabe muito bem o que significa pavimentar uma estrada numa região mais pobre, mais deprimida. A rodovia tem um poder transformador. Ela atrai investimentos, ela muda a fisionomia das regiões. Uma preocupação nossa em relação a projetos ligados a integração continental do Brasil, e nós temos uma agenda importante de projetos nessa direção. Assim como, e aí muito importante, dada a vocação inequívoca do nosso país, como um país que tenderá para o nosso... Para o nosso bem-estar, bem-estar do nosso povo, para o nosso crescimento, para o nosso desenvolvimento, o Brasil é um país que tenderá a crescer a nossa corrente de comércio em relação ao resto do mundo. Nós temos um país que tem vocação para o intercâmbio comercial, tamanho é o nosso potencial, seja na variedade daquilo que a gente pode colocar em relação aos países com os quais mantemos relações, seja pelo volume daquilo que nós somos capazes de exportar.

Então, uma preocupação nossa muito grande em relação aos corredores de transportes, aqueles corredores que vão na direção dos portos brasileiros, para que eles possam ser alimentados adequadamente, nós possamos cumprir, do ponto de vista da infraestrutura, aquilo que dela se espera para que o país possa crescer com dinamismo e com sustentabilidade.

Eu gostaria de aqui dizer que no que diz respeito à ampliação da capacidade rodoviária, as obras de adequação, de duplicação, nós temos já contabilizados coisas importantes que nós já conseguimos concluir e coisas importantíssimas que estão hoje na Ordem do Dia, que são objeto da nossa preocupação e do nos-

so trabalho. Eu citaria, em termos de duplicação, por exemplo, a duplicação da BR-153, de Aparecida de Goiânia até o trevão. Estamos fazendo a duplicação da BR-365, do trevão até Uberlândia, e de tal forma que daqui a pouco será possível sair de Brasília e ir até Porto Alegre em rodovia duplicada. A duplicação em Minas, o trecho Betim-Nova Serrana, que o Presidente vai inaugurar agora; a conclusão da BR-060, Brasília-Anápolis; a BR-230, João Pessoa com Campina Grande, que nós concluímos.

Hoje, como coisas importantes que estamos fazendo nessa área, eu destacaria a BR-050, nós fizemos a duplicação entre Uberaba e Uberlândia, concluímos, e já estamos avançando na duplicação entre Uberlândia e a divisa Minas-Goiás, dois projetos fundamentais para o país do ponto de vista desse esforço de aumento de capacidade; a duplicação da BR-101-Sul, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Presidente vai inaugurar integralmente aí, com exceção da duplicação de uma ponte que ficará pronta logo no começo do ano; a duplicação no Rio Grande do Sul da BR-101; a duplicação da BR-101, em Santa Catarina, grande parte dela o Presidente já inaugurou alguns segmentos; a duplicação da BR-101, no Nordeste, nós estamos concluindo essa duplicação nos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, e, hoje, estamos trabalhando, eu relatava aqui para o Presidente da comissão, Senador Fernando Collor, e o nosso ânimo, a nossa alegria de ver com que velocidade, com que celeridade estamos trabalhando em Alagoas, em Sergipe. Já vamos fazer, concluir a licitação para até o mês de abril, fazermos a duplicação, chegando a próximo de Feira de Santana, de tal forma que vamos ter uma rodovia duplicada de Salvador até Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Tivemos um papel importante, importantíssimo apoiando o Estado de São Paulo na construção do Tramo Sul do ferroanel de São Paulo, nós comparecemos com R\$ 1,2 bilhão para permitir que aquela obra pudesse ser realizada na velocidade em que foi feita, demos todo suporte. Já temos, e os senhores estão apreciando, está consignado no orçamento da União, para 2011, cerca de 430 milhões e já é o nosso compromisso em relação ao Tramo Norte do rodoanel de São Paulo, compreendendo essa obra como obra importante para a cidade de São Paulo, para o Estado de São Paulo e para o Brasil. Já estamos lá consignando recursos nessa direção.

Em relação à pavimentação de rodovias, nós podemos citar, e aqui é muito importante consignar isso, senador, a pavimentação da BR-163, a complementação dela no Estado do Mato Grosso e no Estado do Pará. Hoje, nós já estamos com 900km de obra contra-

tada, o que vai significar, realmente, já está ocorrendo nesse ano, no próximo ano, uma grande mobilização em termos de execução. Para a minha alegria, nós já temos, lá no Estado do Pará, aquilo que era objeto todo ano de reportagens no Jornal Nacional, pelos atoleiros, nós já temos cerca de 50km pavimentados lá no Estado do Pará, naquela região próxima de Cachimbo/Novo Progresso. Nós estamos investindo, pavimentando, no Estado do Mato Grosso, a BR-364. Nós estamos duplicando a BR-163, no Mato Grosso. Nós estamos fazendo a pavimentação da BR-242, no Estado do Mato Grosso. Nós estamos trabalhando na pavimentação da BR-156, no Estado do Pará. A Transamazônica já estamos, hoje, com cerca de 500km contratados para obras de pavimentação, essa tanto quanto a 163, rodovias que tem um histórico relatado pela população, pelo usuário, um histórico de lama no período chuvoso e poeira no período seco. Nós vamos mudar esse quadro e estamos trabalhando nesses investimentos.

Além disso, eu cito aqui também a BR-135, nos estados do Piauí, da Bahia, do Maranhão... Perdão, Minas Gerais, essa que vai ser uma rodovia que tanto quanto a Transbrasiliana vai ter uma importância fundamental como elo de ligação do Sul e Sudeste do país com o Nordeste.

Nós temos investimentos focados, hoje, na melhoria da condição de acessibilidade aos portos. Fizemos duplicações em acesso a Itaquí, estamos fazendo obras de acesso ao porto de Pecém, de acesso ao porto de Salvador, de acesso ao porto de Itaguaí, daqui a pouco vou até falar sobre algumas dessas obras. Nós estamos trabalhando, também, naquilo que diz respeito à parte rodoviária concedida à iniciativa privada. Nós que já passamos a exploração do setor privado, entendendo a importância dessa parceria, cerca de quase 3.300km de rodovias, e já temos algumas rodovias, como a 040, no Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, a 116, em Minas, e a própria BR-101, no Estado do Espírito Santo, estamos aguardando a finalização do pronunciamento do Tribunal de Contas para que possamos fazer a concessão.

No âmbito ferroviário, nós cuidamos de fazer e apresentar, e contamos aqui com a participação decisiva do Congresso Nacional, aprovando a reestruturação da malha ferroviária brasileira, com um redesenho do sistema de bitola larga do país, entendendo que tanto quanto o aumento de capacidade nas ferrovias existentes, com a construção de contornos, viadutos, equacionando áreas de travessia urbana, nós temos que tratar urgentemente da expansão da malha ferroviária, porque não é possível um país com essa dimensão, com o potencial, com a vocação que tem o nosso país,

não é possível ficarmos com a proporção do transporte de cargas que hoje repousa sobre o transporte rodoviário. O transporte rodoviário tem o seu papel, tem o seu lugar, vai crescer, mas nós temos que evoluir. E é exatamente por isso que já temos, hoje, na Ordem do Dia, três grandes ferrovias brasileiras que vão... Já estão em execução e vão entrar num ritmo ainda mais ampliado de execução, que é a ferrovia Transnordestina, onde, hoje, nós temos mais de 11 mil homens trabalhando, na ferrovia Transnordestina.

A ferrovia Norte-Sul, que nós estamos executando e vamos chegar a Anápolis, aquela ferrovia que foi pensada há tantos anos, 30 anos atrás; nós vamos chegar a Anápolis, se o Presidente da República, provavelmente não vai conseguir inaugurar ela toda, mas até o primeiro semestre do próximo ano nós vamos estar com ela concluída, até Anápolis. Mais do que isso, já fizemos licitação e vamos ter obras de Anápolis até Estrela d'Oeste. O que é que isso significa? Estrela d'Oeste, onde passa a linha da Ferronorte, em São Paulo. Aí, Senador Fernando Collor, meus caros senadores, vai significar a possibilidade de sair de bitola larga, em ferrovia de bitola larga de Santos até Itaquí.

Nós estamos, já para dar ordem de serviço ainda este mês, na... Início da construção da ferrovia que sai do interior da Bahia, da região produtora de grãos, passando pela área produtora de minério, de Caetité, chegando até o litoral sul da Bahia. Nós já estamos concluindo o projeto executivo para, no começo desse ano, nós termos condição de fazermos o início das obras da ferrovia de integração do Centro-Oeste, que avançará da ferrovia Norte-Sul até o centro da área produtora de grãos do Estado do Mato Grosso, que é Lucas do Rio Verde.

Então, é isto que vai fazer, é isto que vai mudar o panorama do país do ponto de vista do que se passa hoje nas operações logísticas. Nós temos que caminhar para uma direção de eficiência maior. Eficiência do ponto de vista econômico, eu estou falando de redução de fretes; eficiência do ponto de vista energético, eu estou falando formas mais competentes de transportar cada unidade de tonelada comparativamente a unidade de combustível gasta. E estamos falando de transportarmos dentro de condições ambientalmente sustentáveis, ambientalmente mais adequadas.

Agora, nessa semana, eu tive oportunidade de, junto ao Presidente Lula, ir e inaugurarmos as eclusas de Tucuruí; 31 anos que se arrastava uma obra importante e fundamental, e que com a sua conclusão abre a perspectiva de, no Tocantins, com alguns melhoramentos que vamos fazer, mas coisas de menor expressão do ponto de vista econômico, garantir já chegarmos de Belém até Marabá e, muito possivelmente, com alguns

melhoramentos, como disse, chegarmos até Imperatriz/Aguiarnópolis. Isso abre uma perspectiva diferente para o escoamento de grão de toda região do centro-norte brasileiro, para o deslocamento das cargas da própria Zona Franca de Manaus, que do ponto de vista logístico passa a contar com outra perspectiva, inclusive uma perspectiva que vai dar mais economicidade. E é óbvio que nessas obras todas, nas quais estamos trabalhando, há uma correlação direta com aspectos relacionados à motivação da minha convocação aqui, do convite que recebi, que são os eventos da Copa do Mundo, os eventos... O evento da Olimpíada, e até o Rio+20, conforme foi solicitado.

E eu gostaria, aqui, de passar rapidamente, dar uma visão do que nos parece que tem relação, em relação a esses eventos. E aqui eu gostaria de iniciar... Podemos... Com considerações acerca da ligação entre as cidades-sedes, no suposto de que nem todas... O grande fluxo de pessoas que estará aqui, na Copa do Mundo, parte se deslocará por avião, mas, naturalmente, haverá deslocamentos por terra, isso é inevitável.

Então aqui é um mapa que faz uma configuração do que nós entendemos a partir das 12 sedes regionais do que seria o impacto, as rodovias importantes entre essas sedes. Podemos seguir.

Os principais desafios nós colocamos aqui. Na região Nordeste do Brasil, está aí. Eu falei, a BR-101. Ela é fundamental, porque as pessoas vem para assistir o jogo, mas vem para fazer turismo também. E nós temos uma oportunidade extraordinária, no Nordeste brasileiro, de vender o potencial que tem essa região, que é incomparável. Dizia aqui o Senador João Ribeiro, e eu subscrevo e assino embaixo, as mais belas praias do Brasil, e, vamos dizer, nós estamos falando das mais belas praias do mundo. São incomparáveis, as melhores praias, as mais bonitas do mundo.

Então temos aqui, senador, começamos aqui com Alagoas, nós já estamos aí, como disse, nós estamos trabalhando; a BR-101 em Alagoas. Por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, eu acho que é para agradar o [ininteligível].

[risos]

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Também... [risos]. Por favor.

A duplicação da 101, no Estado de Sergipe. A 101 no Estado da Bahia. A BR-324, isso aqui é a via expressa de Salvador, embora atenda uma necessidade de equacionamento da relação da rodovia com o porto, do ponto de vista urbanístico e olhando do ponto de vista da mobilidade urbana, ela produz efeito muito positivo na área urbana, na capital, Salvador. A duplicação do contorno de Fortaleza, aqui é mais focado na mobilidade urbana, isso nós já começamos. Já demos

ordem de início. A BR-135, aqui estamos colocando Jerumenha e a Eliseu Martins porque ela fecha uma pavimentação que faz a relação direta, por exemplo, de Fortaleza a Brasília. Próximo.

Na região Sudeste. A construção do arco rodoviário do Rio de Janeiro. Essa é uma obra importante, esse arco articula diversas rodovias que estão ali nas proximidades da capital. Nós aqui, no Sudeste, o trem de alta velocidade que não... Não vai estar pronto para a Copa do Mundo, mas para as Olimpíadas nós trabalhamos com a perspectiva de que esse projeto possa estar pronto e possa estar disponível até a Copa do Mundo.

Na região Sul. A duplicação da BR-101, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na região Centro-Oeste a duplicação da BR-364, entre Rondonópolis e Posto Gil, passando por Cuiabá. Temos aqui a terceira etapa do programa de concessões rodoviárias, eu digo a terceira parte e já mencionei a 040, a 116, por exemplo. Porque associado a essas concessões há todo um programa de investimentos que tem que ser levado a cabo pelos concessionários.

Aqui a 116, eu já mencionei. Temos as chamadas obras do PAC 2, e aqui nós destacamos... Pode seguir.

A duplicação, nós que já fizemos a duplicação da BR-101, no Rio de Janeiro, entre Santa Cruz e Mangaratiba, vamos duplicá-la, de Mangaratiba, senador, até a divisa entre Rio de Janeiro e São Paulo. Nós vamos fazer uma obra da maior importância, em plena área urbana do Rio de Janeiro, que é a adequação de capacidade do caju até Santa Cruz. É o que, comumente, nós chamamos de Av. Brasil, nós vamos mudar aquilo ali. É preciso fazer um investimento de fôlego naquela região, o Rio merece e precisa desse tipo de investimento. É claro que... Volta um pouco, por favor. Aqui mesmo.

É claro que o investimento total desejável para isso aí é maior que esses 540 milhões que nós estamos assinalando, mas nós vamos nos compor com o governo municipal, com o governo estadual, e estou convencido que é possível fazer investimento de grande monta e de grandes resultados. Por favor.

Nós falamos do Rodoanel de São Paulo e estaremos juntos com o governo do Estado de São Paulo. A perspectiva nossa de apoio ao Rodoanel de São Paulo, Tramo Norte, já que o Tramo Leste foi recentemente concessionado junto com o Tramo Sul, e aí com o Tramo Norte nós fechamos o Rodoanel de São Paulo; nós participaremos, e o Presidente sinalizou claramente nesse sentido, 1,72 bilhão. Nós estamos trabalhando lá na duplicação da dívida Rio-São Paulo na... Aquela região de Ubatuba, ali é a travessia urbana lá de Ubatuba.

E gostaria de destacar, também, as obras que vamos fazer no anel rodoviário de Belo Horizonte, esse é um projeto de grande dimensão, com a solução de muitas áreas de interferência, vamos investir, cerca, próximo a R\$ 1 bilhão. Isto vai igualmente do ponto de vista da mobilidade produzir um efeito muito grande na Grande Belo Horizonte.

Eu gostaria aqui, para finalizar minhas palavras e me colocar à disposição dos senhores para quaisquer perguntas e para que possamos tirar até melhor proveito e debatermos aqui o que for do interesse da comissão, senador, eu gostaria de dizer o seguinte: tudo isso é possível porque não tenho a menor dúvida, nós tivemos um governante que teve um olhar e uma atenção muito grande e muito clara para a área social, que foi o Presidente Lula. Mas nós tivemos um governante que se apercebeu de que vivendo como nós estamos vivendo, uma outra quadra da história econômica do nosso país, com possibilidades maiores, soube atribuir prioridade às obras de infraestrutura. Não é à toa que nós estamos, hoje, construindo três hidrelétricas, não é à toa que eu estou falando aqui em construção de grandes ferrovias, para mudar a matriz de cargas do país, não é à toa que nós estamos fazendo diversos investimentos, muitos deles como esse que eu aqui rapidamente apresentei, correlacionados com essas necessidades que o país tem e que vão favorecer a... na realização desses eventos de grande repercussão internacional como a Copa do Mundo, como as Olimpíadas. Mas eu diria, são investimentos que o país em si, até independentemente desses eventos, precisaria que fossem realizados. E cabe a nós estarmos tocando. Estarmos fazendo isso.

Hoje, nós trabalhamos com elevado grau de ocupação no setor de construção do país, nós temos a satisfação de ver que a PETROBRAS, hoje, importa, em alguns momentos, importa material asfáltico, os profissionais engenheiros, rodoviários, ferroviários, técnicos de laboratório, topógrafos, operadores de equipamento estão, hoje, ocupados porque há emprego, há uma geração de emprego muito grande a partir desses investimentos. E eu queria dizer, senador, no que diz respeito ao nosso grande desafio, ele não se encerra naquilo que nós fizemos, naquilo que nós estamos fazendo do PAC 1. Eu tenho absoluta convicção em dizer que o PAC, o PAC 1 foi um primeiro passo. O PAC 2, um segundo passo. Nós temos aí uma imensa tarefa pela frente. O país levou muitos anos sem investir e, hoje, nós podemos ter a satisfação de dizer que estamos resgatando parte daquilo que já devia até estar pronto, estar feito no passado, mas que, infelizmente, nós não conseguimos realizar.

Temos já um acervo grande de obras, ativamos o setor de construção, geramos emprego, estamos dando resposta ao país, mas temos um horizonte grande e desafios imensos ainda pela frente. Para que se tenha uma ideia, nós, quando elaboramos o PNL, identificamos uma necessidade de investimentos da ordem de cerca R\$ 320, 330 bilhões. Hoje, a revisão desses estudos, levando até 2035, eleva esses investimentos a algo na faixa de R\$ 420 bilhões. Daqui a pouco, nós vamos chegar a meio trilhão de reais. O país precisa investir, o país precisa perseverar com tenacidade, com vontade, e na sucessão de seus governantes ter muito claramente colocado o fato de que transportes é um setor essencial, sem uma boa infraestrutura de transportes nós não vamos para lugar nenhum. Nós temos que ser catalisadores do desenvolvimento. Nós temos que ser agentes do desenvolvimento. E só seremos na medida em que continuarmos avançando e investindo tanto quanto ou muito mais do que nós investimos hoje.

Eram essas as minhas palavras e me coloco à inteira disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a S. Exa., o Sr. Ministro, pela sua exposição. E o que nós acabamos de ouvir de S. Exa. demonstra muito bem a capacidade que tem o atual governo de, em primeiro lugar, vislumbrar a necessidade desse investimento em infraestrutura ferroviária, rodoferroviária e também hidroviária, que tem aí a questão das eclusas que, sem dúvida, será debatido mais aprofundadamente pelos Srs. Senadores nos questionamentos que serão feitos a seguir.

Mas eu gostaria de cumprimentar V. Exa. e o governo do Presidente Lula pelas iniciativas que vem tomando, com competência, com eficiência para que nós, hoje, possamos apresentar isso aqui, aquilo que acabamos de ver pelas transparências do número de quilômetros que vêm sendo construídos, recapeados, duplicação. Eu gostaria, inclusive, de lembrar a questão da federalização da L-101-Norte, em Alagoas, continuação da PE-060, que é uma obra fundamental e, em função da sobrecarga que já existe na BR-101, que já está sendo duplicada, e as obras estão caminhando muito bem, sou testemunha disso, porque parte dessas obras, elas estão circunscritas ao Estado de Alagoas, e está indo muito bem, estão indo muito bem, em bom ritmo e acelerado. E eu tenho certeza que com a federalização da L-101-Norte e PE-060 nós também haveremos de dar uma grande contribuição para o escoamento da nossa safra, dos nossos produtos agrícolas, para o eixo turístico daquela região e também para os... Os polos que ali estão sendo instalados, sejam os estaleiros, tem dois estaleiros em Pernambuco, um... Uma produção muito importante, como também

a refinaria de petróleo, lá em Pernambuco, que é uma refinaria das mais moderna do Brasil e do mundo, melhor dizendo, uma refinaria com baixíssimo índice de poluição e que demandará, também, um aumento grande no trânsito não somente rodoviário, mas também na questão dos portos.

É muito importante nós salientarmos que a atuação do Ministério dos Transportes vem sendo acompanhada muito de perto, porque é claro que não foi possível realizar, em oito anos, tudo aquilo que foi deixado de realizar em anos precedentes, é como V. Exa. muito bem colocou, o senhor, a sua equipe e o governo federal vem correndo atrás, vamos dizer, do prejuízo, entre aspas, que aconteceu no setor, pela falta de investimentos e pela falta de recursos, em função de não termos uma economia estabilizada e de estarmos sempre às voltas com problemas macroeconômicos de muita gravidade. Mas atingida essa estabilidade e com a visão e a competência do governo do Presidente Lula, isso desaguou no Ministério dos Transportes e encontrou uma equipe extremamente competente, comandada por V. Exa., como foi comandada anteriormente pelo Ministro Alfredo Nascimento, o nosso Senador e companheiro aqui do Senado, e de toda equipe que está aqui presente.

Portanto, meus cumprimentos a V. Exa. e passaremos, agora, à fase das perguntas, e o primeiro Senador inscrito para dirigir uma pergunta a V. Exa. é o Senador Valdir Raupp.

V. Exa. tem cinco minutos, senador, para fazer o seu questionamento.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado, Presidente. Sr. Presidente dessa comissão, Presidente Fernando Collor, Sr. Ministro Público dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, Sras. e Srs. Senadores, lhe cumprimentar em nome do Dr. Luis Pagot, Diretor-Geral do DNIT, e toda equipe do Ministério dos Transportes aqui presentes, dizer da nossa satisfação, Ministro, recebê-lo aqui nesta comissão, e dizer que V. Exa. tem se revelado um grande Ministro. Eu falava com o João Ribeiro, agora há pouco, sei que há aí uma meia disputa que é natural, no meio político, pela indicação do Ministério dos Transportes. Eu queria sugerir ao Presidente Lula, à Ministra Dilma que mantivesse V. Exa. nos próximos quatro anos. V. Exa. está se saindo muito bem na Pasta do Ministério dos Transportes. Um grande técnico e já ocupou esse Ministério por várias vezes, e todas as vezes tem dado conta do recado. E aí está o grande volume de obras, de empreendimentos espalhados por todo o Brasil.

E eu quero agradecer aqui publicamente, mais uma vez, o grande trabalho que o Ministério dos Transportes está fazendo na minha região. A região Norte do

Brasil, em Rondônia, várias obras neste momento em andamento, como a BR-429, V. Exa. esteve lá algumas vezes inaugurando trechos, lançando outras frentes de obras. Hoje, toda aquela BR, uma BR, no passado, uma região isolada, hoje está em obras, em franco desenvolvimento e concordo plenamente quando V. Exa. diz que as rodovias são indutoras de desenvolvimento de progresso. Eu lembro que Rondônia, antes da BR-364, era apenas um território isolado do nosso país. Depois que Juscelino Kubitschek abriu, ainda com estrada de chão a BR-364, começou o desenvolvimento de Rondônia, do Acre, e até mesmo do Estado do Amazonas e Mato Grosso. Depois, veio, na época do Presidente Figueiredo, do Presidente Sarney, do Presidente Collor, pela... Uma passagem pela... Que esteve em Rondônia também, estivemos juntos lá no interior de Rondônia quando V. Exa. estava na Presidência da República, então outros presidentes concluíram a obra de asfaltamento da BR-364, e que agora se estende até o Peru, até o Pacífico. O Brasil ajudando, e é orgulho para nós brasileiros poder ver o Brasil ajudando o país vizinho com recursos e empresas brasileiras trabalhando em grande escala na rodovia chamada rodovia do Pacífico, que até eu queria já estendendo minha fala com uma pergunta, de quando será feita a inauguração da rodovia, chamada rodovia do Pacífico, ligando o Brasil aos portos peruanos do Chile. Estava previsto para agora, acho que dezembro, e acho que deve estar sendo já adiada em função de que a ponte do rio Madre de Dios, lá em porto Maldonado, ainda não está totalmente concluída. Pelo menos foi a informação que eu tive recentemente. Mas é um grande corredor, um grande eixo de integração que vai beneficiar a nossa região e todo o país.

E eu pude ver aqui na explanação todos os nossos eixos de integração sendo construídos. E as duplicações também. Eu quero aqui sonhar, e sonhar nunca é demais, de que como a BR-101 está sendo toda duplicada praticamente, desde o Rio Grande do Sul até o Nordeste, que um dia as nossas BRs lá do Norte pudesse ser duplicada também. Mas começasse a pensar, já que tem um porto de escoamento, lá em Porto Velho, o movimento já está muito grande ali, Mato Grosso, Rondônia, que a gente pudesse começar a desenvolver um projeto, mesmo que seja para daqui a 10, 15, 20 anos, mas um projeto para duplicação da nossa BR-364, Mato Grosso-Rondônia. Quem sabe a gente pudesse sair daqui de Brasília para Rondônia também, para o Norte, em rodovias duplicadas, como vão sair para o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Nordeste, daqui alguns meses. Isso é muito importante. Acho que a duplicação das rodovias dimi-

nui acidentes. Com certeza absoluta, a duplicação de rodovias diminui muito, muito o número de acidentes.

Meu tempo já esgotado, cobrar também os projetos das ferrovias. Nós estamos avançando rapidamente na infraestrutura rodoviária, melhorando as nossas BRs, nossas rodovias. Precisamos, agora, avançar com a mesma velocidade na área das ferrovias. Acho que o Brasil ainda padece de atraso nessa questão das ferrovias brasileiras. E cobrar também o projeto da nossa ferrovia, já que está sendo concluída no PAC, de Lucas do Rio Verde a Vilhena, na entrada do meu estado, a gente pudesse começar o projeto também de Vilhena até, pelo menos, Porto Velho. Eu fui relator do Plano Ferroviário Nacional, aqui no Senado, e estendermos a ferrovia até a divisa do Peru, até a pedido do Ministro dos Transportes do Peru para fazer, futuramente, uma interligação do Brasil com o Peru, também, na área ferroviária.

Mas num primeiro momento, pelo menos, até Porto Velho, onde temos o porto, estender esse projeto também rapidamente porque para nós não interessa levar ferrovia apenas até Vilhena, aí vai inverter o fluxo dos produtos do Mato Grosso e Rondônia, que hoje que estão indo para o porto de Porto Velho, voltariam a sair de volta para os portos de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, e não para o porto de Porto Velho. E se a ferrovia for até Porto Velho, aí sim os produtos do Mato Grosso e Rondônia continuarão indo para o porto de Porto Velho.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Raupp. Ministro, V. Exa. tem a palavra.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: De fato, Senador Raupp, e Senador Fernando Collor, Presidente dessa comissão, nós tivemos uma atenção importante em relação à integração do Brasil com os países vizinhos no suposto de que a integração física é o estabelecimento de um elo fundamental que potencializa outros tipos de integração. E é dessa forma que nós estamos trabalhando aí com a BR... Na BR-156, no Amapá, fazendo a ponte que nos liga a Guiana. Nós concluímos a ponte sobre o rio Tacutu, em Roraima, fazendo a nossa ligação com a Guiana Inglesa. Chegamos até a fronteira do Peru... Chegamos até a fronteira do Peru, e estamos aguardando e a expectativa é de que esse ano pudesse ser concluído o esforço que o governo peruano está fazendo para pavimentar as rodovias que integram a sua malha com a BR-317, que é a BR que faz conexão conosco na altura da cidade fronteiriça do Peru, chamada Iñapari. Isso estabelecerá um corredor rodoviário importante.

Nós estamos fazendo investimentos significativos, também, inclusive, com o [ininteligível] de Corumbá, melhoria na 262, porque daqui a pouco vamos nós já vamos ter o segundo corredor rodoviário com a Bolívia. Além disso, nós já estamos trabalhando no projeto e vamos licitar a duplicação da... A construção da segunda ponte rodoviária em Foz do Iguaçu. Estamos já discutindo com os argentinos para fazer, no oeste do Estado do Rio Grande do Sul, uma ponte, temos três pontos a serem definidos, mas logo estaremos com isso ajustado em comum acordo. E mais ao sul, uma construção de uma ponte e recuperação da ponte Barão de Mauá. Essa é a nossa agenda e em relação a sua pergunta, a expectativa é de que eles pudessem, esse ano, concluir.

No que diz respeito a parte das ferrovias, nós vamos, no primeiro momento, chegar a Lucas do Rio Verde, temos limitações em termos de possibilidade, mas sem dúvida há visão estratégica de que possamos ir a Vilhena e de lá a Porto Velho. E, evidentemente, isso construído propicia condição de, futuramente, se pensar na interligação a depender do esforço que os peruanos façam para se ligar conosco.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Satisfeito, senador, com a resposta?

O próximo senador inscrito, Senador Leomar Quintanilha. V. Exa. tem a palavra. Depois, o Senador João Ribeiro e, em seguida, o Senador Jayme Campos.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, ilustre Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, Srs. Diretores, Luiz Antonio Pagot, Geraldo Lourenço de Sousa Neto, Jorge Bastos, Ivo Borges de Lima, Sr. Coordenador, Edson Viana, Sra. Gerente de Projeto, Maria Perpétuo Socorro Alves de Sousa, Sr. Secretário de Política Nacional de Transporte, Marcelo Perrupato e Silva, e nosso Superintendente Amauri, que abrilhantam com suas honrosas presenças esta importante reunião que a Comissão de Infraestrutura promove.

Queria dizer, Sr. Presidente, Sr. Ministro, que como brasileiro me sinto gratificado com as informações que V. Exa. traz e com a constatação pessoal que tenho feito, também, em determinada área de... Área de influência do Ministério dos Transportes, particularmente no meu estado do Tocantins. Eu sou um usuário, quanto mais da rodovia. Eu gosto de dirigir, gosto de viajar de automóvel. E vejo, com muita alegria, a condição de conforto e segurança que a BR-153, seguramente uma das maiores e das mais importantes rodovias do Brasil, que ela vai do Pará ao Rio Grande do Sul, eu

não tive a oportunidade de viajar os outros trechos, mas os trechos que integram Goiás, Tocantins e um trecho do Pará, eu tenho conhecido recentemente e tenho tido uma satisfação muito grande com a qualidade do serviço de conservação dessa rodovia.

Eu comentava com o nosso Diretor Pagot, com quem eu discuti e levei a sugestão, e não acredito que tenha sido só a minha sugestão, certamente já estava nos planos tanto do DNIT quanto do Ministério dos Transportes na questão da rodovia BR-153, no trecho do Tocantins, onde o tráfego se intensifica a cada ano e o volume de caminhões pesados, de grande porte, acabam dificultando o fluxo de veículos naquela rodovia, e nós entendemos que a duplicação, talvez, seja a situação ideal, mas a ação momentânea que foi prontamente realizada pelo DNIT e pelo Ministério dos Transportes que foi a de construção da terceira faixa nas elevações. Olha, o que isso facilitou o fluxo na rodovia foi algo assim sensacional e eu fiquei muito feliz com isso.

Nós estamos reunidos, hoje, aqui, para discutir as questões de infraestrutura relacionadas com os grandes eventos que o Brasil vai abrigar. A Conferência Nacional da ONU sobre o meio ambiente, em 2012, a Copa do Mundo de futebol, em 2014, e os jogos olímpicos, em 2016. É claro que estamos muito felizes com esses eventos que serão realizados, mas muito mais com o que se faz no Brasil em termos de infraestrutura, não só preparando o país para esses grandes eventos, mas é um legado que fica para o país, que vai facilitar, dar comodidade, dar conforto, dar fluidez ao transporte de bens e de pessoas no nosso país. Creio que o Brasil está, realmente, se preparando para ocupar um lugar de destaque no cenário internacional como uma das grandes e mais importantes nações. E, seguramente, sem infraestrutura nós dificilmente conseguiríamos isso. Chamávamos a atenção, chamava a nossa atenção recentemente, nosso Presidente Fernando Collor, em observar que a China, que vem há quase duas décadas crescendo a mais de 10% ao ano ainda prioriza, nas suas ações, como forma de manter o seu ritmo de crescimento e desenvolvimento, as obras de infraestrutura. Então, um país como o nosso que tem dimensões continentais também não poderia deixar à parte ou como prioridade secundária as obras de infraestrutura.

Meu tempo está esgotado, mas eu gostaria de mencionar um aspecto que V. Exa. mencionou, ainda que rapidamente, e que traz um interesse muito grande para o centro do Brasil, particularmente alcançando o Estado do Tocantins, que é o uso, hoje de... da modal aquaviária. Nós observamos que um dos mais importantes parques industriais do país é o polo industrial

de Manaus, que desova suas mercadorias via rio até Belém, e dali faz um transbordo e utiliza principalmente a BR-153, para demandar as demais regiões do país. Com a construção... Com a conclusão das obras da eclusa de Tucuruí, a possibilidade do aproveitamento de navegabilidade do rio Tocantins, amplia, com a economicidade desejada, em mais de 600km a... A vantagem de se utilizar um transporte de carga pesada a longa distância a um custo mais baixo, que é o sistema aquaviário. E o que eu vejo até agora é uma iniciativa privada em colocar lá no norte do Tocantins um porto fluvial, que vai permitir exatamente essa ampliação do uso da navegabilidade do rio Tocantins, e eu não vi qualquer comentário mais incisivo a respeito disso. Só com essa conclusão da eclusa e a utilização do porto serão mais de 600km que, em via dupla, para ir e voltar, fizeram mais de 1.200km que nós teremos de economia. E isso é significativo para o país e significativo, inclusive, para os estados do Centro-Oeste brasileiro que eu gostaria de ouvir mais algum comentário a respeito.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Antes de passar a palavra a S. Exa., o Sr. Ministro, gostaria de registrar a presença e dar as boas-vindas ao Senador Ministro Alfredo Nascimento, que hoje comparece aqui à reunião da Comissão de Infraestrutura, ele que foi... O grande iniciador desse avanço dado no setor de transportes no governo Lula, auxiliado, em todos os momentos, pelo Ministro Passos, que aqui está, hoje, fazendo parte da Audiência Pública, na Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra S. Exa., o Sr. Ministro, para responder a indagação do Senador Leomar Quintanilha.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Me permita, Senador Fernando Collor, eu queria cumprimentar o Senador Alfredo Nascimento, amigo com quem tive a oportunidade e a satisfação trabalhar em dois momentos no Ministério dos Transportes, e é, temos que reconhecer, o Ministro responsável por impulsionar o setor no que diz respeito ao volume de recursos de... Para investimentos necessários, ele que claramente, quando chegou no Ministério dos Transportes, se apercebeu dessa dificuldade e do tamanho das restrições que vivíamos para dar as respostas que o país pediu.

Em relação à adequação de capacidade e aquilo que o senador falou, de fato nós melhoramos muito a condição das rodovias. A Transbrasiliana, nós fizemos um trabalho enorme em toda sua extensão, a BR-153. E nós começamos a fazer os investimentos exatamente

assim, para ampliar capacidade, fazendo terceira faixa, resolvendo problemas de contornos em cidades, e, evidentemente, a partir do dimensionamento dos fluxos, é que nós partimos para fazer uma duplicação em termos integrais. Nós estamos, agora, encomendando, inclusive, um levantamento que o Exército Brasileiro vai fazer a partir de abril, que é exatamente o levantamento de fluxo em rodovias brasileiras com cerca de 140 postos localizados nas matrizes diversas regiões do país, porque isso baliza muito o tipo de intervenção que se faz necessário nas rodovias. E iremos, naturalmente, melhorando, criando condições de que as... De que a operação possa se fazer de forma melhor.

No que diz respeito ao aproveitamento hidroviário, eu concordo com que diz V. Exa. No PAC 2, nós já prevemos fazer investimentos, investimentos na estruturação de corredores hidroviários, inclusive construção de terminais. Independentemente da iniciativa privada, nós temos interesse em construir terminais que possam ser terminais de uso público, para que os diversos usuários possam se beneficiar deles, porque essa é a forma de estimular o desenvolvimento da atividade nas hidrovias. Não temos a menor dúvida a importância das hidrovias nesse contexto de repartição modal de cargas, e precisamos investir e investir muito ainda no setor hidroviário. Por conta disso é que já encomendamos e estamos fazendo, com o apoio do Banco Mundial, já o *short list* das empresas foi para o Banco Mundial, um... O que chamamos de plano hidroviário estratégico, que é um estudo profundo, abrangente em relação às principais hidrovias brasileiras, para que nós possamos trabalhar de forma sistemática e de maneira bem-priorizada fazendo os investimentos que são necessários.

Não tenho a menor dúvida, o Brasil tinha atividade econômica numa área e os rios navegáveis, os grandes rios navegáveis no outro. A geoeconomia brasileira se modificou. E, hoje, é fundamental que a gente possa ter, de fato, e crescentemente uma atenção, seja fazendo serviços de dragagem, sinalização, derrocagem, remoção de rochas para aumentar os estirões navegáveis, obras de transposição de desníveis para que, de fato, possamos nos apropriar das vantagens que são reconhecidas em relação ao transporte hidroviário.

Gostaria aqui, senador, apenas para ser mais preciso em relação a uma resposta anterior que dei, a expectativa é de que os peruanos no que diz respeito ao corredor rodoviário bioceânico possam estar com ele concluído, na sua parte, na parte do Peru, no final do primeiro semestre de 2011. E que a via bioceânica, naquilo que diz respeito à responsabilidade da Bolívia, possa estar concluída em setembro de 2011. Faltam 36km na Bolívia.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Bolívia está realizando... Com licença. Ela está realizando, com recursos próprios, ou com algum tipo de financiamento do...?

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Com financiamentos e com empréstimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Do Brasil?

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Empresas brasileiras, diversas, estão trabalhando lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: As grandes empresas brasileiras estão trabalhando.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Desculpa interromper, que eu sou disciplinado nessas coisas, mas o pessoal está me chamando lá na bancada. Tem reunião da bancada do PT. O PT reúne... Bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a sua permissão, Senador Delcídio, registrar também a presença honrosa para nós do Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aqui assistindo a Audiência Pública do Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos. Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu vou ter que me retirar, sei que há uma lista de inscrição, eu ia me inscrever, mas agora a pressão lá é grande para eu descer. Então, eu só queria fazer um registro, e não poderia deixar de fazer esse registro em nome da bancada de Mato Grosso do Sul e em nome da população do meu estado.

Nós nunca tivemos um Ministério dos Transportes tão efetivo no nosso estado como o Ministério dos Transportes do Presidente Lula, com o Ministro Alfredo Nascimento e com o Ministro Paulo Sérgio. O que o DNIT, em Mato Grosso do Sul, tem feito é absolutamente louvável. Nós temos vias de extrema relevância, de extrema importância não só para o estado mas para a região Centro-Oeste. O caso da BR-163, que tem uma ligação com o Mato Grosso, e é uma rodovia de vital para o país e vital para a nossa região, para a região Centro-Oeste. A 262 é um verdadeiro modelo que está sendo feito, na 262, importante, Senador Jayme Campos, V. Exa. que é também conterrâneo, a 262 é a primeira obra do DNIT que olha a questão... O Dr. Pagot e toda equipe do Ministério também, equipe competente, nós estamos fazendo, Sr. Presidente, uma rodovia com passagem por baixo da estrada para bi-

cho, para evitar atropelamento de animais. Uma rodovia com o cuidado excepcional na sinalização, exatamente porque é uma área de preservação que a 262 cruza, com um acostamento invejável.

Portanto, eu não poderia deixar de registrar isso e eu ia perguntar isso para o Ministro Paulo Sérgio, e ele já respondeu, que é a questão da bioceânica, que V. Exa. começou essa reunião falando da bioceânica, lá pelo Peru, mas tem uma bioceânica que sai primeiro, embaixo, que é pela minha cidade, lá, por Corumbá, e que vai a Santa Cruz e, hoje, já concluído o anel viário de Corumbá, que o Ministro Paulo Sérgio teve lá, o Ministro Alfredo Nascimento também, fundamental para essas trocas comerciais entre o Atlântico e o Pacífico e entre o Brasil, a Bolívia, o Chile e assim por diante. Essa obra é de tamanha relevância que ontem eu estive na Receita Federal, já se estuda, já se faz um estudo de viabilidade técnica e econômica pelo trânsito que vai existir ali de um porto seco. Então, o impacto que isso vai trazer pra toda a região Centro-Oeste, especialmente pra minha Corumbá e para o Mato Grosso do Sul.

Nós, este ano, também, já encaminhamos, já apresentamos emendas de bancada, olhando outras BRs, que são vitais também, importantíssimas, e eu não tenho dúvida, o trabalho é exemplar, é exemplar. É inquestionável o que o DNIT e o Ministério dos Transportes, o que os dois fizeram, principalmente na malha rodoviária. E eu só queria registrar... Também não é só elogio, não é, Ministro? V. Exa. sabe que a gente precisa vender o nosso peixe também. Duas coisas importantes: as hidrovias, que é um tema muito debatido aqui, Pagot, e você é um cara que está sempre acompanhando isso de perto, as hidrovias, e nós estamos... Mato Grosso do Sul é um estado mesopotâmico; de um lado, o rio Paraná e, do outro lado, o rio Paraguai, que são vias navegáveis e de extrema importância para o nosso estado. Então, essa atenção com relação às hidrovias, como o Mato Grosso também, como o Amazonas, como Rondônia, enfim, tem, nesse modal de transporte, uma preocupação intensa. E pra concluir, que eu já atravessei o sinal aqui, única coisa, Sr. Ministro, que não caminha, e eu já fui várias vezes conversar lá com o Bernardo, na ANTT. É a vergonha que é aquela ferrovia, que é um arrendamento que está na mão da América Latina Logística e que, no meu ponto de vista, pela não solução dessa questão, tem que cassar a concessão da LL. É uma vergonha o que fizeram com aquela ferrovia, a ferrovia está canibalizada e inacreditável. Nós estamos com saudade da antiga Noroeste. Vê como é que esse pessoal foi mal. Foi uma privatização equivocada, talvez a pior privatização do Brasil, era um arrenda-

mento com um grupo chamado Noel Group, quebrado; depois, aquilo passou para controle de fundações e, agora, está na mão da América Latina Logística. Um horror! Um horror! Aquilo é um péssimo exemplo. E eu acho que, como há um termo de ajustamento de conduta, a ANTT tem que tomar providência, porque não cumprem nada e quem sofre com isso é a população. É uma vergonha, Presidente Collor, o estado dessa ferrovia. É lamentável. As velocidades envolvidas, o número de acidentes... É uma lastima. E nós, agora, a bancada toda de Mato Grosso do Sul vai se mobilizar para resolver essa questão de vez, a despeito do esforço da ANTT, que já está estudando o ramal que sai da Norte-Sul, que vai a Dourados, que vai a Porto Murtinho, lá faz o transbordo do minério de Corumbá pela hidroviária... Tudo a ver conosco. Mas a antiga Noroeste e a atual ALL não pode continuar desse jeito, lamentavelmente, Ministro. É uma vergonha para o Brasil essa ferrovia, o estado em que ela se encontra. Abandonaram o Mato Grosso do Sul. Canibalizaram, e, diga-se de passagem, é um arrendamento, não é uma privatização *lato sensu*. É um arrendamento. Tiraram dormente, tiraram o trilho, os ramais todos para Ponta Porã, para outras regiões... A ferrovia não existe. Ainda fizeram o trem do Pantanal lá, o Presidente Lula foi, leva... De Campo Grande a Aquidauana leva, mais ou menos, umas seis horas, sete horas, dá menos de 200km. Portanto, a velocidade é ínfima, nós estamos deixando de aproveitar, inclusive, não só sob o ponto de vista de carga, mas sob o ponto de vista de turismo, o trem do Pantanal, que chega a Aquidauana, mas ele não consegue chegar a Miranda e em Corumbá, que é onde está o Pantanal. O Presidente Collor já foi duas vezes a Corumbá e sabe disso.

Então é pedir aos senhores... Eu sei das dificuldades, eu compreendo isso, mas não dá mais, porque já está passando uma impressão para a população do meu estado que a bancada federal pouco se preocupa com esse tema. É lamentável o estado dessa ferrovia, e a ANTT tem que tomar alguma providência, porque já deu, a paciência já se esgotou, com relação a especificamente essa ferrovia da ALL, mas volto a registrar: a atuação competente do Ministério dos Transportes é inegável e inquestionável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio. Eu pediria licença ao próximo inscrito, Senador João Ribeiro, porque o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que aqui está, hoje, presente, vai ter que presidir a reunião da CRE e gostaria de fazer uma consideração ao Ministro Paulo Sérgio.

Com a permissão do Senador João Ribeiro, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu só queria fazer a seguinte observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): O Senador Jayme Campos havia me pedido que também tem que sair, e eu terei que relatar um item importante lá na comissão. Então só peço ao nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores que, eu não chegando à comissão, ele peça a alguém pra ler o meu relatório lá, porque, pelo que percebo, vou ter que, também, por... Não vou deixar de atender o Senador Jayme Campos, até pela consideração que tenho a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador João Ribeiro. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Fernando Collor, eu quero saudar o Ministro Paulo Passos aqui, também o Ministro Alfredo Nascimento.

Na verdade, eu fiquei um pouco com ciúme, aí, do Delcídio, porque, lá em Minas Gerais, não está tão bem assim a situação, não, sabe, Ministro? A gente tem algumas obras em andamento, sim, mas, como se sabe, Minas Gerais, pela localização central, ela tem um maior volume de estradas federais do Brasil, pela passagem de rodovias no estado. Então nós temos algumas obras realmente em conclusão, são cerca de 50km da duplicação de Sete Lagoas ao trevo de Curvelo, no sentido Belo Horizonte/Brasília, temos também no sentido Belo Horizonte, a 262, sentido Belo Horizonte/Triângulo, também em andamento. Mas eu tenho duas estradas que me preocupam e eu gostaria de ter alguma notícia adicional. Uma é a antiga Belo Horizonte/Rio de Janeiro. A Belo Horizonte/ Rio, apesar de constar nos mapas como duplicada, ela não é totalmente duplicada. Quer dizer, foi feito o sistema de multivias. Então nós temos entre o trevo de Ouro Preto e a cidade de Barbacena até Juiz de Fora uma situação de terceira pista, quarta pista, mas não é duplicada. Quer dizer, quando que finalmente nós vamos ter—

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: A 040.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A 040. Porque teve um... Nós tínhamos uma notícia de que poderia haver, aí, o sistema de concessão e que a concessionária faria essa duplicação. A outra é a que a gente chama de... é chamada de 'Rodovia da Morte', que é Belo Horizonte/[ininteligível]; Belo Horizonte/Vitória. Essa também passou oito anos sem uma definição se fazia pela iniciativa privada, com pedágio, ou se fazia pelo próprio governo. Então as últimas notícias são de que está em projeto para finalmente fazer pelo governo. No princípio do governo, do governo

Lula, houve a aprovação, pelo Senado, aqui, da PPP. E a PPP não foi usada, a Parceria Público-Privada. Naquele momento, faltava dinheiro, a situação econômica não estava tão cômoda e, então, o governo deu apoio à PPP. Depois nunca mais usou essa Parceria Público-Privada, que é importante. E a terceira questão é a Ferrovia Unaí-Pirapora. Aí vai entrar na área de ferrovias, se tem alguma notícia delas. Só isso aí. Muito obrigado, Ministro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu vou ter que sair rapidamente da comissão agora, pra ir ao meu gabinete, porque o governador do meu estado está lá, me aguardando, pra tratar da questão do orçamento. Como eu sou o coordenador da bancada, tenho que ir lá rapidamente.

Então, queria aproveitar para... só pra dizer o seguinte, deixar perguntas... Em um minuto ou dois eu faço isso. A questão do trem-bala, o trem de alta velocidade, porque isso tem a ver com a Copa do Mundo. Eu sei que possivelmente não acontecerá para a Copa do Mundo, mas acho que, pra 2016, talvez sim. A eclusa do Lajeado, Ministro, a eclusa de Estreito, o derrocamento do rio Tocantins. V. Exa. acho que até citou, que é extremamente importante para atender essa questão que o Senador Leomar Quintanilha colocou, que é a questão do Porto de Praia Norte, pra atender à demanda reprimida, diria até reprimida, o grande volume de produtos que vêm de Manaus para distribuir pra região Norte e Nordeste do Brasil, que seria através desse Porto de Praia Norte, que está sendo feito investimentos pesados lá.

Portanto, são pontos importantes que eu quero deixar aqui registrado. A ferrovia Norte-Sul, que é muito importante, a duplicação da BR-153, no trecho do Tocantins, que são mais ou menos 900km, porque nós já estamos preparando... Depois do "cremão", vem o projeto de duplicação, e a nossa bancada vai brigar por isso, e eu quero aqui, Sr. Presidente, aproveitar para registrar a presença do deputado federal eleito agora, o mais votado do estado, estreia em grande estilo em Brasília, o Deputado Júnior Coimbra, que é o atual Presidente da Assembleia e está ali no fundo. Com a mão, Júnior, para o pessoal lhe conhecer. Foi o deputado mais votado nessas eleições e, com certeza, vai nos ajudar muito nessas questões. Minha saudação a ele e as boas-vindas ao Congresso Nacional.

Queria, por último, deixar registrado aquilo que eu já falei, Sr. Presidente, que é a atuação firme do Ministério dos Transportes, em que pese algumas demandas que ainda tem e vão surgir. Não vamos aqui imaginar... Que, por mais competência que tem o Ministro Paulo Sérgio e o Ministro Alfredo Nascimento, e eu aqui citei na minha saudação, no início da minha

fala, de que o Ministério dos Transportes, antes, era vidraça e, hoje, é vitrine, incluindo o DNIT e as outras diretorias... A Ferroviária ainda precisa caminhar. Está aqui o Diretor, sabe disso, a Aquaviária precisa... Até porque a eclusa do Lajeado, ela vai proporcionar, assim que tiver pronta, e a de Estreito, e com esse derrocamento, uma navegação de 800km para a gente transportar nossos produtos mais barato ainda. Só que, um dia, eu fui cobrar do Presidente Lula, e cobre algumas vezes, ele disse assim: "Senador, o que você quer? O que vocês do Tocantins querem agora: a ferrovia Norte-Sul ou a eclusa do Lajeado ou a eclusa do Tocantins e do rio Araguaia...". Do Araguaia, os ambientalistas penso que não vão deixar construir. Disse: "Presidente, nós queremos as duas". Ele disse: "Mas as duas nós não temos dinheiro pra fazer agora". Eu digo: "Então a ferrovia". Daí a gente tem que ter o entendimento de que as coisas serão feitas ao seu tempo, não adianta a gente querer antecipar muito, porque realmente não tem jeito. Então, para não...

Peço desculpas ao Senador Jayme Campos, que eu até disse que deixaria ele falar primeiro, só que, como o governador está lá, me esperando, Sr. Presidente... E, mais uma vez, cumprimentar V. Exa. por essa audiência. Uma pena que a gente não tenha o dia todo, o Ministro também vai ter que sair, que eu sei que ele tem compromisso lá no Palácio, mas a gente pode até combinar para ele voltar aqui outro dia, ou em um próximo momento, porque a gente sabe que muitas coisas acontecerão, né, Ministro? Eu sei da importância... Porque essa é realmente uma área que a gente tem que discutir muito, Ministro. Nós temos que tratar das eclusas aqui. Nós não falamos sobre isso hoje, não vai ter tempo. E dizia alguém pra mim, agora há pouco, que a questão da eclusa não é do Ministério dos Transportes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Minas e Energia.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Minas e Energia, né, Presidente? E a gente tem que resolver essa pendência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas há uma disputa, aí, pra saber quem é responsável pelo o quê.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Quem é responsável, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Exatamente. Obrigado e desculpa pelo... Vou ter que me retirar um pouquinho, mas volto pra cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Eu pediria, então, a

S. Exa., o Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos, para iniciar as respostas às perguntas, às indagações feitas pelo Senador Delcídio, pelo Senador Eduardo Azeredo, pelo Senador João Ribeiro, talvez iniciando pelo Senador... A resposta ao Senador Eduardo Azeredo, que terá que presidir a Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Gostaria de ver... Diante de que o Ministro vai responder às indagações e às observações, feitas pelos senadores, aí, Delcídio, João Ribeiro e Eduardo, e, na mesma linha, naturalmente, quase será a minha fala e as minhas indagações, aí já aproveitava, de uma vez por todas, e já responderia também a todos nós, senadores, aqui; com isso, facilitaria sobremaneira até o horário aqui das... Com certeza, já íamos—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se os Srs. Senadores concordarem... Senador Eduardo Azeredo... Apenas eu diria que--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nem sou membro aqui e estou dando palpite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --a resposta do Senador Eduardo Azeredo, com a permissão do Senador Jayme Campos, fosse logo dada, para que ele pudesse presidir a sessão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas ele... Acho que o Senador Jayme pode fazer, eu aguardo um pouquinho. Eu já pedi pra abrir lá... V. Exa. está sendo tão benevolente, que nem membro da comissão eu sou aqui, mas é porque o assunto interessa muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então muito bem. Então, a solicitação do Senador Jayme Campos foi aprovada pelos Srs. Senadores e senadoras presentes. Então eu passo a palavra ao Senador Jayme Campos, Sr. Ministro, para que, ao final, V. Exa. possa ter o apanhado de todas as perguntas e assim oferecer as respostas às perguntas feitas.

Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Fernando Collor, Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos, que nos honra com a sua presença, Srs. Diretores do DNIT, que eu cumprimento e saúdo aqui, na pessoa do Dr. Luiz Antonio Pagot, demais colegas senadores.

Mas, Sr. Ministro, eu devo reconhecer, de fato, que houve avanço significativo na questão de investimento, sobretudo na área rodoviária brasileira. Todavia, eu entendo de que o Brasil ainda está muito carente de investimento em transporte intermodal. Ninguém pode desconhecer que, lamentavelmente, hoje, não só as próprias rodovias federais, em que pese melhorou sobremaneira, nós ainda temos uma série de dificuldades, não só, naturalmente, das duplicações, e sobretudo na questão até da melhoria dos pavimentos, na medida em que foi feito o CREMA 1, CREMA 2, etc., etc.. Melhorou? Melhorou. Mas ainda temos estradas precárias? Temos estradas precárias. Até os próprios dados estatísticos da própria ANTT e da Confederação Nacional do Transporte têm apontado algumas deficiências.

Na verdade, Sr. Ministro, essa audiência, ela foi motivada diante de que a nossa preocupação com a questão do transporte intermodal, não só rodoviário, mas sobretudo ferroviário, e o transporte aquaviário. Particularmente, eu posso falar, com conhecimento de causa, pelo meu Estado do Mato Grosso, até porque eu tive a primazia de ser Governador daquele estado, nasci, criei, fui prefeito por três mandatos e, hoje, senador da República. Eu tenho até o dever de naturalmente lutar pela melhoria, não só da infraestrutura, mas, sobretudo, pela melhoria da qualidade de vida daquela população. É um estado de dimensão continental, que V. Exa. o conhece, com novecentos e tantos mil quilômetros quadrados, e, infelizmente, em que pese os investimentos, não só por parte do governo federal, governo estadual e das Prefeituras Municipais, nós estamos aquém, naturalmente, de um estado que evidentemente precisa ter uma qualidade de vida decente, sobretudo compatível com países de primeiro mundo.

Mas, Ministro, aqui, V. Exa., hoje, pode ter certeza, saiu coroadado de êxito, manifestação de aplauso, de carinho, de respeito, pelo trabalho operoso que V. Exa. está fazendo, pelo ex-Ministro Alfredo Nascimento e, por conseguinte, toda Diretoria do DNIT. Todavia, quando se fala de transporte intermodal, o Brasil precisa tomar providências drásticas. [ininteligível] melhoria das estradas, mas eu imagino que, com o crescimento da nossa economia, o Brasil pode ter, daqui poucos dias, um apagão aéreo, tendo em vista que os nossos aeroportos, ainda, lamentavelmente, não estão suportando a demanda no aumento daqueles que usam o transporte aéreo no Brasil. E os nossos portos, por conseguinte, a atividade econômica, com a economia aumentando, haja vista a previsão do PIB na ordem de 6 a 7%... Eu espero que chegue a esses números, e o governo tem que preocupar também na competitivi-

dade. E eu imagino, eu tinha dito ao Presidente Collor, aqui, como nosso Presidente, de que nós temos que investir num transporte intermodal. Exemplificando: o senhor imagina nós trazermos a nossa produção, que está ali, concentrada, uma grande produção, ao longo da BR-364, ao longo da BR-163, da 070, etc., andarmos 1.600km para atingirmos os portos, que é da nossa produção agrícola, do agronegócio, sair pelos Portos de Paranaguá, Porto de Santos. Eu acho que quem produz no Mato Grosso são verdadeiras celebridades, competentes, que não dá nem pra mensurar essa competência, diante das dificuldades que nós temos de logística lá. E desta feita, o governo federal está se propondo, aí, através do seu Ministério, nós fazermos a ferrovia Centro-Leste, demandando Goiás, saindo lá de Lucas do Rio Verde, depois com uma variante em direção ao Estado de Rondônia. Se fala também da chegada da ferrovia até Rondonópolis e, por conseguinte, para um futuro, lá até Cuiabá, que é o nosso sonho, tendo em vista que eu imagino que nós vamos melhorar, não só a questão logística, mas sobretudo diminuir o preço, naturalmente, do que hoje se consome, se gasta com o transporte rodoviário.

Mas o mais importante, eu particularmente defendo, na medida que o transporte do Brasil, a maioria absoluta, quase 70%, é feita a transporte rodoviário; 13 ou 14%, hidroviário; 12 ou 13%, ferroviário. E nós temos deixado de aproveitar naturalmente as nossas potencialidades hidráulicas, que existe, nosso potencial, na questão do transporte aquaviário, na medida em que é o transporte mais barato do planeta. Todos nós sabemos perfeitamente. E [ininteligível] alguns anos atrás, se é da competência do Ministério dos Transportes, do Ministério de Minas e Energia... Discute-se quando se fala... Quando se vai construir uma eclusa dentro de uma usina hidrelétrica que está sendo construída, isso poderá aumentar a questão tarifária. Eu acho que nós temos que ser muito mais racional. O governo tem que ser racional de uma maneira que permitamos que naturalmente, quando se vai construir uma usina hidrelétrica, se faz eclusa. Vou dar um exemplo para o senhor. No nosso rio Juruena, Teles Pires-Tapajós, que, demandando(F), saiu lá embaixo, está se propondo agora construir cinco hidrelétricas de grande capacidade de potencial. Há poucos dias atrás, um Juiz Federal deu uma liminar contrário até à realização da Audiência Pública, diante de que não há nenhum estudo de viabilidade da construção dessa eclusa. O que eu consulto V. Exa., como mestre na matéria, professor, homem de longa trajetória no setor? O senhor não acha que tem que haver um relacionamento, entrosamento, entre o Ministério de Minas e Energia, Ministério dos Transportes, ANA, ANTAQ, para que nós

possamos ter investimentos que certamente possam dar resultado positivo, não só na geração da energia, mas sobretudo da questão de transportes? Porque é inadmissível... Tucuruí, por exemplo, que já foi construída quase 20 anos atrás, agora que está sendo concluída as obras da eclusa. Naquela oportunidade, essa obra podia ter, eu imagino, 70% mais barato, Presidente Collor. Depois de concluída a obra, você vai ver que naturalmente os investimentos são triplicados. O que ocorreu? As obras da eclusa de Tucuruí, hoje, custam quase dois bilhões de reais para o erário público brasileiro, um país ainda carente de investimentos, com pouca receita para enfrentar a demanda naturalmente dos investimentos que nós temos que fazer, não só nessa área, mas sobretudo na questão de educação, da saúde, etc., etc., e não está sendo feito.

Então, o que eu gostaria? Eu disse ao Presidente Collor que a Comissão de Infraestrutura tem um papel preponderante, sobretudo capitaneado por ele, que também é um conhecedor das problemáticas nacionais, sobretudo que, como ex-Presidente da República, com certeza conseguiu dar um avanço significativo na modernidade deste país, e nós tínhamos a obrigação de cobrar, naturalmente, das autoridades competentes, nós, como órgão fiscalizador, normativo e promovedor, aqui, naturalmente, das leis para este país, de fazer com que os investimentos, por parte do governo federal, sobretudo nessa área de energia, quando vai se construir as usinas hidrelétricas, obrigatoriamente tem que ser feita as eclusas, onde é factível, óbvio. Não aonde não tem capacidade de fazer um transporte hidroviário. E, nesse caso, eu quero fazer um apelo ao senhor: que oriente a sua direção, ou seja, os diretores lá da área, sobretudo da... Lá tem uma Diretoria especificamente... Quem tem que [ininteligível] lá nesse transporte aquaviário, que faça alguma coisa. O senhor imagina construir cinco usinas, Ministro Alfredo, naquela região do Mato Grosso, e não está previsto início ou pelo menos um estudo de viabilidade da eclusa lá. Eu acho que é um desrespeito com aquele cidadão que está ali, na perspectiva... Lembrando o saudoso, querido Rui Barbosa, que dizia: "Ai de nós, se não tivessem os sonhadores". Nós somos os sonhadores, e ali são milhares de brasileiros que acreditaram nas potencialidades das nossas terras, que acreditaram, com certeza, na indução do próprio governo federal, que fosse ocupar a Amazônia... E foram lá. E, hoje, lamentavelmente, o transporte que há desde a década de 1973, 74, quando foi aberta a BR-163, do governo do Presidente Médici, naquela oportunidade, na década de 70, ali chegaram e hoje não tem perspectiva. Está se pavimentando a BR 163? Tá. É uma saída? É uma saída. Mas, se nós temos ali o rio Juruena, Teles

Pires, ali, por que não, Ministro Alfredo, nós fazermos, com certeza, os estudos já, pelo menos os estudos, pra acompanhar as usinas? Usina, daqui três, quatro anos, estão todas elas concluídas, Ministro Paulo. São grupos pesados, consórcios pesados, é de Andrade Gutierrez pra frente... E como é que nós ficamos? Vamos continuar vindo lá daquela região, aqui para o Porto Paranaguá, para o Porto de Santos? Ora, aqui nós precisamos ter o mínimo de racionalidade nesse caso, sobretudo de uma boa aplicação do dinheiro público, sobretudo... Não é só na questão da logística, mas principalmente para o bem-estar, para aumentar a rentabilidade da produção, ou seja, se vamos botar mais dinheiro no bolso... Infelizmente, por mais competente que seja, [ininteligível] a nossa agricultura e decerto a nossa pecuária, mas infelizmente a nossa rentabilidade é muito pouco.

De tal maneira, pra concluir, eu quero, nessa oportunidade, dizer que esse é um apelo nosso. Me deram 500 telefonemas, depois daquela audiência que nós tivemos aqui, aquela reunião aqui, de gente do Norte. Todos: "Ô, senador, faça um apelo lá para que essa hidrovía...". Fizeram um movimento, está um movimento lá, o Juiz Federal deu, mas já foi cassado pelo TRF, aqui, a liminar, que eu acho que até não era... Era um momento oportuno, porque são [ininteligível] importantes, também, para o Brasil e, sobretudo, para o Mato Grosso; entretanto, há um desejo até para viabilizar aquela região, diante, naturalmente, sobretudo da questão das políticas ambientais, que têm sido muito perversas, têm deixado muita gente à margem da inclusão social, sobretudo que é uma região de madeira ali, fechou mais de 300, 400 madeiras, e lamentavelmente o governo não reciclou, não... Não procurou aproveitar essa mão de obra desempregada... Tem região, ali, por exemplo, a região de [ininteligível], ali, virou bolsão de miséria e vive de sacolão, vive de Bolsa-Família, e não é o que o pessoal quer. Tendo uma hidrovía dessa, dá uma nova perspectiva, Ministro Paulo. Não tenho dúvida alguma que o Mato Grosso será um novo estado, com esse transporte intermodal, que nós temos que ter a consciência da importância que representa, não só para Mato Grosso, mas sobretudo para o Brasil.

De tal forma eu cumprimento V. Exa., homem de espírito público que nós admiramos, zeloso na condução da coisa pública; todavia, em nome do povo do Mato Grosso, da minha região, eu faço um apelo. Sei perfeitamente, Dr. Pagot é conhecedor profundo do assunto; todavia, algo tem que ser de forma concreta. Poucos dias, aqui, o senador manifestou, dizendo que tinha trezentos e poucos milhões de reais para estudos de hidrovias no Brasil e me parece que não sei quanto

foi aplicado até agora. Até agora não sei se foi aplicado um volume razoável. Inclusive eu propus ao Presidente Collor que nós fizéssemos aqui uma emenda de Comissão para estudos desse serviço, que é fundamental para nosso estado e para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Ministro Paulo Sérgio Passos.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Vou responder inicialmente aos questionamentos feitos pelo Senador Eduardo Azeredo, para informar o seguinte: no que diz respeito à BR-040, nós estamos finalizando, senador, os entendimentos com o Tribunal de Contas, porque ela está prevista no lote de concessões de rodovias, cujos estudos foram realizados e submetidos ao Tribunal de Contas. Nós estamos finalizando isso, e óbvio que, uma vez obtido o sinal verde do Tribunal de Contas, vamos fazer o leilão dessa concessão, e, evidentemente, atrelado ao contrato de concessão, está um conjunto de investimentos, investimentos pesados, que o concessionário terá que fazer para garantir um padrão operacional à rodovia que seja um padrão de nível elevado, como todos nós desejamos. Na eventualidade do Tribunal ter um entendimento de que não deve prosperar aquilo que nós apresentamos, quer dizer, fica aí remetido ao governo fazer como obra pública aquilo que eventualmente sejam as necessidades de ampliação de capacidade da rodovia. Mas nós estamos confiantes, até pelo curso dessas negociações, desses entendimentos, de que logo estaremos com esse tema resolvido e feita a licitação.

Relativamente à BR-381, o senhor tem inteira razão no sentido da preocupação, que também é nossa, em relação à rodovia Belo Horizonte/Governador Valadares, sobretudo o trecho de maior tráfego, que é o que vai de Belo Horizonte até a Cenibra, não é verdade? Nós já estamos promovendo o desenvolvimento dos projetos executivos, já estaremos agora, primeiro semestre de 2011, fazendo as licitações, né, Pagot? As licitações de obra, com o que nós esperamos dar uma solução definitiva, fazendo a duplicação desse trecho. O assunto tem sido trabalhado pelo governo, e o trabalho é exatamente desenvolver os projetos, independentemente da cogitação se faz concessão, se não faz concessão. De fato chegou-se a pensar em fazer uma concessão, mas houve uma decisão, ainda à época do Ministro Alfredo, uma decisão prudente, eu assim considero, no sentido de que devêssemos continuar fazendo os projetos, porque, se alguma coisa no meio do caminho não desse... não desse certo, nós faríamos a execução como obra pública. Como o governo veio a tomar decisão de fazê-la como obra

pública, nós não perdemos o tempo. Então, pode estar certo de que, em 2011, nós vamos ter obra lá.

Relativamente à ferrovia Unaí-Pirapora, o que eu queria dizer é o seguinte: também à época do Ministro Alfredo, nós tivemos a oportunidade de mandar à Presidência da República um Projeto de Lei que foi encaminhado ao Congresso Nacional, esse projeto se converteu na Lei 11.772, que reorganiza o sistema de [ininteligível] e veja que nós temos esta ferrovia, que vai do entroncamento da ferrovia Norte-Sul, em Campinorte, até Lucas do Rio Verde, depois seguirá no sentido oeste brasileiro – é a mesma que descerá do Planalto Central na direção do norte do Rio de Janeiro -, com que eu acho que estaria respondida a sua pergunta em relação a essa ferrovia, porque o desenho e o potencial de cargas, o potencial econômico dessa ferrovia, que nós fatalmente teremos que buscar já a forma de equacionar a sua viabilidade, ela vai ter um efeito extraordinário para o Brasil e pra Minas Gerais. Concorde? Eram essas as minhas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com licença... O Senador Eduardo Azeredo está satisfeito com as respostas?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Esperançoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Desculpe, Ministro. Por favor.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Eu gostaria de rapidamente fazer menção, aqui, ao comentário feito pelo Senador... Eu gostaria de fazer aqui o nosso esclarecimento em relação ao comentário feito pelo Senador Delcídio Amaral, quando falou da malha ferroviária no seu estado e da desatenção da concessionária em relação à ferrovia. Eu gostaria de, em primeiro lugar, dizer o seguinte: a agência tem os instrumentos para agir com a sua força regulatória e, em nome do estado, tomar as suas atitudes cabíveis em relação a esse tema. Agora, também é importante, aqui, assinalar que havia um Termo de Ajuste de Conduta, celebrado no passado, que me parece que não previa investimentos para adequação e recuperação, e, hoje, a agência, ao que estou informado, está atuando exatamente em relação àquele TAC, anteriormente celebrado, para rever esse quadro. Independentemente disso, nós estamos, hoje, no âmbito do governo, discutindo um novo marco regulatório para o setor rodoviário, onde, por um lado, se estabelece a possibilidade de uma nova modelagem de exploração de novos segmentos ferroviários, que venham ser incorporados à malha ferroviária brasileira, e esse novo modelo, ele concebe uma possibilidade onde não se cristalize a figura do monopólio, onde os próprios produtores possam

se organizar, se consorciar para fazerem a exploração da ferrovia... É uma coisa como acontece na Europa hoje, senador, na exploração do transporte de carga. Na Alemanha, por exemplo, nós temos, além do governo, que opera, nós temos mais de 300 operadores privados convivendo nas linhas existentes. Isso é uma forma inclusive de dar maior eficiência operacional, de quebrar esse privilégio, que se faz onerando, muitas vezes, o produtor, e entendemos que esse novo marco, por um lado, ele tenta disciplinar isso, por outro lado, ele estabelece, ou por outra, define, com mais clareza e com mais precisão, uma série de aspectos que estão relacionados às concessões atuais, evidentemente sem nenhuma quebra de contrato, mas assegurando que efetivamente... Pontos importantes, como a questão de tarifa, a questão de abandono de linhas ou segmentos que não tenham interesse econômico, seja muito bem disciplinado para que o estado e quem, em nome do estado, no caso a agência, possa agir de maneira muito firme e muito clara.

Eu gostaria de responder, aqui, ao comentário do Senador João Ribeiro, às perguntas dele. Em relação ao trem de alta velocidade, nós não temos a expectativa de que ele possa estar pronto para a Copa de 2014, mas para as Olimpíadas de 2016 há uma expectativa positiva de nossa parte. Esse é um projeto grande, é um projeto complexo, é um projeto que vai exigir detalhamento, em termos de engenharia, muito grande, antes da sua execução, uma grande mobilização de homens, máquinas e equipamentos, e, portanto, não é razoável imaginar que, para a Copa do Mundo, ele esteja... Nós estávamos prevendo o recebimento das propostas no dia 29, que se encerrou, e... 29 agora, de novembro, com o leilão previsto para dia 16 e 17 de dezembro, na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Leilão por menor tarifa. O que ocorre? Nós, que estamos trabalhando nesse assunto há cerca de dois anos, com o apoio inclusive muito forte do BNDES, fizemos diversas reuniões, nos apercebemos de que, se levássemos o leilão adiante nessa data, nós teríamos... nós teríamos concorrente e teríamos vencedor para tocar essa obra. No entanto, tanto dos grupos internacionais, que detêm a tecnologia, quanto das construtoras brasileiras, sobretudo os grandes grupos, que têm realmente uma grande capacidade de trabalho, verificou-se que todos eles pediram mais tempo ao governo, inclusive pelo fato de que hoje estão trabalhando, fazendo e encomendando estudos de demanda, estudos geológicos, para se certificarem e terem mais convicção em relação tanto às possibilidades de receita quanto aos investimentos que serão necessários, uma vez que o governo, apesar de ter, no que diz respeito aos investimentos, disponibilizado

um mapeamento geológico de muito boa qualidade, feito pela CPRM, não fez os estudos geológicos com características de projeto básico ou mesmo de projeto executivo, entendendo que a construção estava estimada com base em valores referenciais e que o risco de construção é do empreendedor. Então, por essa razão, foi conveniente ser sensível e acolher essas demandas, de tal forma que nós passamos para meados de abril, demos pouco mais de 120 dias, o prazo para a entrega de propostas, e, ao final de abril, o leilão. Essa é a expectativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Chegou ao conhecimento da comissão que o Dr. Ives Gandra teria entrado com um pedido de... não sei se de anulação ou de revisão dessa licitação. V. Exa. tem conhecimento disso?

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Ao Ministério e ao meu conhecimento, não chegou nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E a Agência Nacional de...

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Houve uma recomendação do Ministério Público, no sentido de que era conveniente adiar o leilão, pelo fato de que não se tinha os estudos aprofundados adequados. Eu acho que aí, no caso... Talvez isso mostre, assim, uma... Não haver uma compreensão adequada do que é que nós estamos falando. Nós estamos contratando é um serviço. Nós não estamos contratando uma obra pública. Se estivéssemos contratando uma obra pública, teríamos o dever e a responsabilidade de fazer um projeto detalhado. O que nós estamos contratando é um serviço e estamos dando todos os parâmetros, todos os referenciais para que os eventuais proponentes analisem, estudem, se definam e vejam se há atratividade ou não.

Em relação às eclusas de Estreito e Lajeado, nós que acabamos de fazer as eclusas de Tucuruí, é natural imaginar que a incorporação de quilômetros, que é desejável, de novas quilometragens, em termos de leito ou em termos de navegação continuada, é do nosso interesse e evidentemente nós vamos ter que, oportunamente, tratar da continuidade dessas obras.

É claro... E aí eu concordo com o que disse o Senador Jayme Campos. Se é possível fazer um investimento onde se casam a construção das usinas, fazendo barramento para a geração de energia, com os sistemas de transposição, tanto é melhor, isso sai mais barato. Agora, o que eu queria dizer é o seguinte: podemos até não fazer conjuntamente, mas, inevitavelmente, em algum momento, por imposição econômica, o país será obrigado a fazer essas transposições onde, evidentemente, esteja identificada a viabilidade econômica, a identificação de fluxos de grandes

proporções, porque nós sabemos... Além do aspecto ambiental que falamos, além do aspecto energético, o transporte hidroviário, ele tem uma dimensão de economicidade que é acachapante em relação aos outros modos. Então, o senhor veja: Tucuruí está preparada, vão entrar lá comboios com capacidade de 19.100 toneladas, cada comboio. Imagina quantos caminhões correspondem a um comboio desse. É uma diferença, uma coisa expressiva, em termos de ganho de escala. E como... E eu estou absolutamente seguro disso, porque falam os especialistas na área de agricultura... Quando nós falamos, hoje, do Brasil, do desenvolvimento na produção de agrícola, na área de grãos, eles falam numa sigla – talvez os senhores já tenham ouvido falar -, no chamado MaToPiBA. Sabe o que é o MaToPiBA? MaToPiBA é Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Fora o Centro-Oeste brasileiro, que já produz, hoje, grãos e está numa escala crescente, e será ainda maior, na medida em que seja bem servido em termos de infraestrutura de transporte, essa região vive, hoje, um fenômeno de transformação que é um negócio notável no país e que vai demandar uma estrutura de transportes extraordinária. Então, nós vamos ter que estruturar. Além do sistema ferroviário, que dá, por exemplo, agora, com os investimentos que eu relatei, a opção da carga do Mato Grosso sair pela ferrovia e ir pra Itaqui ou ir para o Porto de Santos; futuramente, quando conectar a Oeste/Leste, pode ir até para o sul da Bahia ou pode ir para os portos de Pecém ou Suape, mas nós temos que inevitavelmente trabalhar na realização dos investimentos na área hidroviária.

É claro, todos nós falamos assim... Seria muito bom... Quando nós mencionamos a Teles Pires-Tapajós, são cerca de dez investimentos de grande envergadura, mas são investimentos pesadíssimos que nós temos que fazer para viabilizar a navegação em toda extensão, chegando aqui bem no meio do... na região central do país.

No caso do Tocantins, nós temos uma opção que envolve uma quantidade menor. Aqui foi citado Lajeado, Estreito... Nós podemos chegar com maior facilidade. Mas eu gostaria de mencionar o fato de que nós temos que trabalhar... De certa forma já participamos de uma comissão coordenada pela Agência Nacional de Águas, que tem por responsabilidade examinar e estar atenta ao aproveitamento das águas, não só para fins do seu uso energético, mas também para a navegação, dentro do conceito moderno e do conceito correto, que é o de usos múltiplos, nós temos trabalhado em relação a isso aí. É claro que o país tem premências no que diz respeito à área energética, principalmente se crescer a taxas como nós já estamos assistindo e desejamos que continue, mas esteja certo, senador,

nós, no Ministério dos Transportes, temos a convicção em relação ao transporte hidroviário. E é por essa razão que nós estamos desenvolvendo agora, já... O *short list* das empresas já está no Banco Mundial, para dar o sinal verde, o chamado PHE, que é o Plano Hidroviário Estratégico. Este é um caminho que nós vamos ter que trilhar da mesma forma que se colocou em uma posição de relevo, nesse momento, o transporte ferroviário, o hidroviário também. Isso é incontornável. O país vai ter que trabalhar com isso, principalmente pelo fato – e nós temos que levar isso muito em conta – de que o ambiente internacional, que já tem um nível de competição acirrada, vai ter esse nível de competição ainda mais acirrada no futuro, e nós temos que usar e ganhar aonde a gente pode obter reduções efetivas de custos, e uma delas, pra mim, é a logística de transportes. O senhor não tenha dúvida, senador.

Eu gostaria de mencionar aqui também, Senador Jayme Campos, o senhor tem inteira razão, quando fala da intermodalidade. Esta, eu diria assim, uma das questões... É a bola da vez em relação ao país, ao que nós queremos fazer, sabendo, como nós sabemos, que os países no mundo que se desenvolveram e que deram certo investiram, e investiram muito, em infraestrutura, investiram percentuais do PIB elevados, em termos de infraestrutura, e é claro que aí está pressuposto a integração entre modalidades. Hoje, por exemplo, quando a gente fala na Norte-Sul, quando a gente fala na ferrovia de interligação Oeste-Leste, nós estamos falando de já fazer isso pensando em agregar centros de integração logística. É óbvio. Porque esses são elementos de articulação, de alimentação que vão fazer a diferença. É claro, o governo não vai estruturar centros de operação logística para operar, mas ele tem que criar as condições para que... Criar infraestrutura para que a iniciativa privada se mobilize, vá e, de fato, faça com que esses investimentos pesados, que nós estamos fazendo, repercutam e repercutam da melhor forma.

Apenas para mencionar, nós temos identificado... Óbvio que essas coisas não se imagina que possam ser tratadas simultaneamente, segundo... Até o Marcelo me coloca aqui, Marcelo, o nosso secretário de Política Nacional, a identificação de 62 pontos declusagem identificados e previstos. Precisamos fazer essas coisas todas? Não. Nós temos limitações do ponto de vista fiscal, do ponto de vista de orçamento. Obras declusa a iniciativa privada não vai fazer. Quem tem que fazer é o governo, quem tem que bancar é o governo, porque o grande ganho não é nem na cobrança de um eventual pedágio por utilização dessasclusas, nem aqui e nem em lugar nenhum do mundo elas se pagam. O grande ganho é para a economia brasileira,

para a estrutura produtiva, para a estrutura de preços, que é beneficiada, e nós não podemos, absolutamente, deixar isso passar sem a nossa atenção. Então, nós, no Ministério dos Transportes, estamos fazendo o nosso dever de casa e pode estar certo que essa é uma tecla na qual nós vamos estar, digamos assim, muito empenhados, que é exatamente a atenção em relação ao transporte hidroviário.

Ainda, Senador Collor, em relação ao transporte hidroviário, já no PAC, embora lá não esteja, até o momento, considerados outros grandes investimentos em termos declusagem, estão previstos investimentos de grande monta. Por exemplo, para duplicar a capacidade da hidrovia do Madeira. Nós estamos prevenindo investimentos no Tocantins, fazendo derrocagem, para garantir perenidade nas operações de transporte, construção, tanto no Madeira como no Tocantins, de terminais hidroviários, principalmente nos pontos estratégicos. Eu diria que nós estamos dando alguns passos iniciais que são importantes, e esses passos, eles têm que ser encorpados e têm que ser encorpados, na minha visão, também já considerando tanto a continuidade declusas que, hoje, estão a meio caminho, como novasclusas, e, gradualmente, a gente indo, preparando o país para ter uma estrutura hidroviária que responda, de fato, àquilo que é o nosso potencial e àquilo que a gente pode efetivamente ganhar com uma modalidade de transporte que, como eu falei aqui, é muito mais barata.

Eu queria... Aqui, Senador Collor, eu gostaria de esclarecimento... O Advogado Ives Gandra entrou – estou tomando conhecimento aqui – com um pedido de suspensão do leilão, por falta de ressarcimento à Interglobal quanto a estudos anteriormente realizados que teriam sido utilizados. Não é verdade isso. De fato... Nós sabemos, né, Ministro Alfredo? O que ocorreu? O trem de alta velocidade no país é uma coisa que já foi pensada há bastante tempo. Até a década de 90, o estudo mais sério que foi feito em relação ao trem de alta velocidade foi feito em uma cooperação entre o governo alemão e o governo brasileiro, o GEIPOT é que estava, da parte brasileira, cuidando desse assunto, e, no fundo, o que se estudou foi o chamado corredor Rio de Janeiro/São Paulo/Campinas, tanto olhando o aspecto de carga quanto olhando a alta velocidade. Naquela ocasião, se entendeu que haveria a possibilidade e viabilidade de se fazer um trem de alta velocidade, mas ele teria que contar com subsídio pesado de parte do Poder Público para que o projeto fosse adiante. Nós vivíamos numa situação de limitação de recursos e de possibilidade, e era impertinente imaginar, naquela ocasião, se fazer um investimento dessa proporção, o que é muito diferente da condição

do Brasil hoje. Posteriormente foram feitas atualizações e estudos, e isso aí foi um estudo que foi realizado... Me parece que eles atualizaram, fizeram esse estudo junto com os [ininteligível], um grupo que se organizou para atualizar esses estudos, e vieram, depois, para cobrar pelo fato de que investiram dinheiro e, portanto, é cabível que a União faça esse ressarcimento. O estudo que a União tomou por base não é esse estudo utilizado, é o estudo anterior, feito às expensas dos governos dos dois países que bancaram esse estudo. Então, eu fico muito tranquilo em relação a isso aqui e oportunamente faremos, incisivamente, clara e objetivamente, a nossa defesa, na hora em que a demanda for apresentada.

Gostaria de mencionar, ainda... Acho que... Deixa eu ver aqui. Acho que cumpri aqui em relação às perguntas que me foram... Do João Ribeiro, o TAV, as eclusas de Lajeado e Estreito... Ele falou de... Praia Norte e a duplicação da BR-153. Como disse, em relação à BR-153, o que é que nós fazemos, como em qualquer outra rodovia? Na medida em que o tráfego vai aumentando, alguns sinais vão se apresentando, nós começamos a fazer intervenções de adequação de capacidade e, depois, até fazemos duplicação. Muitas vezes não é nem a rodovia inteira a duplicação, mas segmentos que são importantes. Senador, se me permitir, eu gostaria de me valer, nesse caso específico, aqui, da 153 até... Em nome de uma resposta mais precisa e mais clara, me apoiar aqui, no nosso Diretor-Geral do DNIT, Luiz Pagot, e, se permitir, ele podia...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Luiz Pagot, por gentileza, com a palavra.

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM): Presidente, eu poderia... Eu não me inscrevi para perguntas, mas eu queria fazer um... Se o senhor me permitisse...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Alfredo Nascimento.

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM): Eu ouvi atentamente às perguntas que foram formuladas pelos meus colegas e eu voltei um pouco no tempo para lembrar o que eu enfrentei, quando assumi o Ministério dos Transportes pela primeira vez. Com toda essa equipe que aqui está, praticamente, nós chegamos ao Ministério dos Transportes e encontramos um diagnóstico, diagnóstico técnico do que vivia a infraestrutura de transporte brasileiro, e esse diagnóstico estabelecia muito claramente que nós, ao longo de décadas, fizemos os investimentos errados. Nós estávamos na contramão dos países que acertaram nos investimentos em infraestrutura. Nós priorizamos os

investimentos em rodovias e esquecemos ferrovias e hidrovias que são transportes que interligam mais, que são modais de transportes muito mais baratos, o que ocasionava ao país um custo muito alto em sua produção. Mas nós não tínhamos opção, porque, além dos investimentos no modal errado, nós tínhamos esses modais totalmente destruídos, as ferrovias com uma privatização mal sucedida, as ferrovias sucateadas, entregues à iniciativa privada, e as rodovias, à época, mais de 70% das rodovias existentes do país ou mais de 60 mil quilômetros de rodovias asfaltadas, mais de 70% delas não tinham nenhuma condição de trafegabilidade. E eu lembro que vim aqui a primeira vez ao Senado, eu ainda não era senador, eu saí da prefeitura de Manaus, onde eu era prefeito, e vim assumir o Ministério, e fui muito questionado sobre o estado das rodovias... O estado era tão ruim que não se falava tanto em ferrovias e hidrovias e só se falava em recuperação de rodovias, em tapar buraco de rodovias. E o primeiro plano que nós traçamos, que nós lançamos, foi exatamente recuperar essas rodovias com operações rápidas de tapa-buracos. Isso foi criticado no país inteiro, mas a nossa ação era no sentido de nós ganharmos tempo para prepararmos os projetos, para nós fazermos a recuperação definitiva dessas rodovias, rodovias construídas há mais de 50, 60 anos, sem a capacidade necessária para receber, hoje, o peso que elas recebem, estavam destruídas. E nós passamos aquele primeiro momento com muita dificuldade e, em paralelo, desenvolvemos um projeto para o Ministério dos Transportes para recuperar essas rodovias. E saio daqui muito feliz porque tive o Dr. Paulo Sérgio como meu Secretário-Executivo, pessoa que eu não conhecia, mas tem uma história de vida de mais de 30 anos no Ministério dos Transportes e mais uma equipe, e a grande maioria identificada por ele, no próprio Ministério dos Transportes... Eu não trouxe assessores para trabalhar comigo, utilizei a própria estrutura do Ministério dos Transportes, porque acreditava nessa estrutura, e nós desenvolvemos um trabalho para a recuperação dessas rodovias.

E ouvi aqui duas coisas que me chamaram atenção. A primeira delas dita pelo Senador João Ribeiro, que disse que o Ministério dos Transportes deixou de ser vitrine e passou a ser vitrine. E isso me deixa muito feliz, porque eu tive participação nisso. O Ministério dos Transportes era notícia, era pauta, sempre que faltava pauta nos jornais para assuntos pouco republicanos. E a gente conseguiu dar uma organizada, conseguiu dar uma certa confiabilidade àquilo que se fazia com a participação de toda essa equipe do Ministério dos Transportes. E nós passamos a ser vitrine porque, hoje, essas rodovias, esse modal rodoviário,

constatado pelo que disse aqui o senador... O senador... O de Minas Gerais... O Eduardo Azeredo. Antes da pergunta que ele formulou, eu disse para o Paulo Sérgio: "Ele vai falar da 040 e da 381". E nós estamos falando de um estado que tem mais de 11 mil quilômetros de rodovias federais. E passado esse período do governo do Presidente Lula, duas rodovias que são do nosso conhecimento e nós estamos agindo nelas, estamos trabalhando, já fizemos um trabalho na 040, a recuperação toda da 381, e, antes de sair do Ministério dos Transportes, nós entendemos que era necessário se preparar para que, em 2011, nós tivéssemos a construção dessas duas rodovias, independente da decisão que tomasse o governo. Depois da minha saída, o governo resolveu que vai construir com recursos próprios essa rodovia.

Então, esse quadro, hoje, é alentador. Agora, a gente tem que fazer os investimentos para a interligação desses modais. É fundamental essa interligação. E o Dr. Paulo Sérgio citou a Norte-Sul, citou a Bahia Oeste, e eu não ouvi a citação da Transnordestina, que é outra ferrovia extremamente importante para o Nordeste, que liga Eliseu Martins ao porto de Pecém, em Suape, 1.800km de ferrovia sendo construídas e que a previsão é que, em 2012, a gente tenha essa obra inteiramente concluída, com a ligação dessa Transnordestina, com o ramal ligando também a Norte-Sul. Essa interligação ferroviária que se projetou com um Projeto de Lei que se enviou para o Congresso Nacional e aprovado pelo governo, nós vamos criar essa interligação entre os modais rodoviário e ferroviário. E agora nós temos que concentrar a atenção, o Brasil tem que concentrar a atenção, em função da necessidade do país, da economia do país, no transporte hidroviário. E eu sou favorável inteiramente ao que disse o Senador Jayme Campos. Toda hidrovia navegável, antes da construção de ferrovias, tem que ser regra, lei, e essa comissão pode fazer isso, Presidente, pra ajudar o país. Se nós vamos construir uma usina hidrelétrica e o rio é navegável, obrigatoriamente, a construção das eclusas tem que estar no projeto de construção da hidrovia. Claro que, como essa é uma atividade do governo, o governo não tem dinheiro pra tudo, mas a gente não pode interromper o fluxo hidroviário que hoje existe no país – é pequeno, mas já existe – com a construção de novas hidrelétricas. Então, fica a minha sugestão a essa comissão para que essa comissão inicie esse encaminhamento, no sentido de que se tenha, ao se construir uma hidrelétrica e um rio antes navegável, que a eclusa obrigatoriamente esteja prevista no projeto de construção dessa hidrovia, mesmo o governo tendo que assumir a responsabilidade pela construção dessa eclusa. Então eram essas as observações, e eu

quero parabenizar toda equipe, Paulo, parabenizar pelo trabalho que você está fazendo, é a demonstração da competência que você tem da sua equipe, pelos resultados que nós conseguimos para o Ministério dos Transportes e para o Brasil.

Era isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Alfredo Nascimento. Eu passo a palavra ao Dr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do DNIT.

SR. LUIZ ANTONIO PAGOT: Senador Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Ministro Paulo Sérgio Passos e Ministro Senador Alfredo Nascimento, meus cumprimentos especiais e também ao senador do meu estado, Senador Jayme Campos.

Com referência, Ministro, à rodovia BR-153, nós temos... Existe a previsão, para o ano 2011, da licitação do projeto de duplicação... Melhor dizendo, de adequação de capacidade. Ela envolve o Estado do Pará e o Estado do Tocantins. E com referência à questão do sistema hidroviário, só para ajudar na sua resposta, Ministro, na questão específica do rio Tocantins, além das eclusas de Tucuruí, que já estão prontas, e também, agora, do derrocamento do pedral do Lourenço, que é uma obra de mais de 500 milhões que nós vamos executar em 2011 e 2012, vem também as dragagens, a jusante e a montante, permitindo a navegabilidade de Marabá até Vila do Conde, um trecho de 600km, aproximadamente. E existem... No PAC 2, já está contemplado recursos para os estudos do derrocamento do pedral do Funil, que ele fica já... a montante de Marabá, do pedral do Funil, e, aí, agora, vem a ANEEL com uma posição, que ela está discutindo, a nível de governo, a construção de uma hidrelétrica no Funil. Então, não se consegue navegar rio acima, se você não resolver o problema do pedral do Funil. Pode ser resolvido através de um derrocamento, nesse momento, ou da construção de uma hidrelétrica com eclusa, que aí daria navegação acima do pedral do Funil, e aí nos permitiria chegar a Estreito, onde a hidrelétrica está pronta, e precisamos fazer a eclusa de Estreito. E, no caso de Lajeado, também, nós já temos... Nós já estamos construindo a eclusa de Lajeado, foi determinada a paralisação, porque não tem sentido fazer eclusa de Lajeado, se não fizermos de Estreito e do Funil. Então, esse é um projeto que está previsto os estudos entre 2011 e 2014. Não está previsto recurso nenhum pra obra. Estudos.

No caso específico, Senador Jayme Campos, o senhor tem absoluta razão: o Mato Grosso é muito bem servido de enormes rios, o Paraguai é um grande exemplo, e, se o senhor for, por exemplo, pra Corumbá, o senhor vai ver a navegação de alto fluxo que se faz

de Corumbá até os portos da Argentina e os portos do Uruguai, ou Nova Palmira, ou Santa Fé e outros tantos. E exatamente se dá porque já temos um [ininteligível] de uma hidrovia internacional funcionando e, ao longo do tempo, já resolvemos muitos problemas de derrocamento e dragagem. E lá operam comboios de mais de 25 mil toneladas, o que pode acontecer também com o Mato Grosso, desde que a gente consiga desobstruir a última... o último procedimento jurídico institucional, que impede de se fazer o projeto de navegação de Corumbá até Cáceres ou até próximo de Cáceres. Esse é um ponto. Existe o recurso para se fazer os estudos, mas existe essa obstrução jurídica.

No caso específico do Teles Pires-Tapajós, que o Ministério dos Transportes já vem estudando algum tempo, nós... Está contemplado, no PAC 2... E aí seria esse apoio, Ministro. Já está contemplado, no PAC 2, os recursos necessários e suficientes para se fazer o estudo. Foi uma preocupação do Ministro Alfredo Nascimento, junto com o Ministro da Agricultura. Em fevereiro do ano passado, inclusive, eles discutiram esse assunto, foi apresentado um termo de referência, os recursos para os estudos não são recursos pequenos, porque envolvem muitos aspectos esse estudo, inclusive a parte de sondagem, a parte de linimetria(F) do rio, dos rios Teles Pires-Tapajós, e nós temos agora, a partir de 2011, a possibilidade de fazer os estudos para se fazer as intervenções(F) necessárias. Só que, no caso específico do Tapajós-Teles Pires, Ministro, é completamente... A metodologia será completamente diferente, porque, no caso do Tocantins, as hidrelétricas são com barramento, que cria um lago. Então você navega a jusante e a montante dentro dos lagos. No caso específico do Teles Pires e do Tapajós, as hidrelétricas aprovadas são a fio d'água. Então, vão exigir um canal lateral com eclusa. E nos pedrais rio acima, também outras eclusas. Pra se ter ideia, pra navegar de Nova Canaã do Norte até Santarém, nós vamos precisar fazer 14 eclusas. Então, isso vai estar qualificado, quantificado. Se fala em valores de nove bilhões, dez bilhões, onze bilhões, mas tem que fazer todos os estudos para se fazer quais são os valores. Agora, o rio tem um fluxo bom de água, tem água o ano inteiro e é só uma questão de economicidade, custo/benefício e enquadrar. Agora, o senador está completamente... É um transporte que revolucionaria a região Norte e Médio Norte do Mato Grosso.

Obrigado.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Posso complementar aqui uma informação, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Com a palavra, o Ministro Paulo Sérgio Passos.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Eu queria complementar aqui, senador: no PAC 2 – isso interessa ao Estado do Mato Grosso, tanto quanto os investimentos que nós vamos fazer na duplicação da capacidade da hidrovia do Madeira -, nós estamos prevendo gastar, nesses próximos quatro anos, mais de cem milhões de reais na hidrovia do Paraguai. É claro, e o senhor sabe muito bem disso, essa é uma hidrovia que envolve interesse de cinco estados nacionais: Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. E evidentemente a otimização do seu aproveitamento depende de uma boa coordenação, uma boa compatibilização das ações de parte de cada um desse governo, no nosso... Nós participamos, inclusive, do Comitê Internacional, que cuida do planejamento, das definições em relação a essas intervenções ao longo da hidrovia, mas a nossa expectativa é de que nós, fazendo a nossa parte naquilo que interessa e diz respeito à responsabilidade do Brasil, estaremos estimulando aos outros países, também, a que façam, naquilo que é de suas responsabilidades, os investimentos necessários, para que possamos ter, nessa hidrovia, também, um grande corredor a serviço do Centro-Oeste brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro Paulo Sérgio Passos. Algumas informações.

O Senador Jayme Campos... Na antepenúltima reunião desta comissão, foi aprovado, Senador Jayme, o... Foram aprovados 237 milhões de reais, conforme V. Exa. sabe, para estudos e projetos de infraestrutura de transportes nacional. Quer dizer, pode ser aplicado em qualquer tipo de estudo no campo dos transportes. Foi uma das emendas aprovadas por esta comissão ao orçamento da União do ano que vem.

Também a colocação feita pelo Senador Alfredo Nascimento, Senador Ministro Alfredo Nascimento, nós iremos disso tratar, no sentido de colocar a questão das eclusas. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta e seria ao Ministro, mas, depois, se houvesse alguma dúvida, também ouvir os senhores, aqui presentes.

A grande questão que sempre nos trazem aqui, nos debates que são travados na Comissão de Infraestrutura, quando o tema é eclusas *versus* hidrelétricas, primeiro, há um questionamento de quem é responsável pelas eclusas: o Ministério de Minas e Energia ou o Ministério dos Transportes, via DNIT? Dizem... Nessas audiências públicas, já disseram que o Ministério de Minas e Energia, ele não inclui, não pode incluir as eclusas porque isso encareceria o valor da obra, e o encarecimento do valor da obra seria fatalmente repassado ao consumidor final. E há um entendimento de que as eclusas, portanto, teriam que ser obra do Estado, e não repassado isso ao consumidor

final. Depois, há, também, uma dúvida: quem ficaria responsável pelas cabeceiras das eclusas e quem terminaria as eclusas? Enfim, aproveitando a sugestão que foi feita pelo Senador Ministro Alfredo Nascimento, eu gostaria de saber do Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, a resposta a essas perguntas, se é que existam respostas objetivas a respeito delas.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Eu vou aqui, senador, em relação ao questionamento que V. Exa. levanta, colocar meu posicionamento pessoal em relação ao tema, como eu enxergo isso aí. Quer dizer, o Brasil tem convivido aí com uma preocupação muito grande, no que diz respeito à geração de energia. Nós tivemos um episódio, algum tempo atrás, que não desejamos repetir, e isso, de certa forma, leva a uma preocupação onde prevalece o interesse na geração de energia e, às vezes, a prevalência desse interesse coloca num segundo plano os investimentos em relação a hidrovias.

É claro que, quando nós falamos em eclusas, e aqui tomando por base o que o Diretor-Geral Pagot mencionou, nós podemos ter duas situações, aquela eclusa que por, razões técnicas, idealmente deve ser construída junto e projetada junto com o corpo de barramento que é feito – exemplo, Tucuruí – ou aquela eclusa que, até tecnicamente, é recomendável que eu tenha um canal para assegurar a navegação, quando nós estamos falando aí de barramentos a fio d'água e, portanto, fazem um represamento, um remanso menor.

Bem, quando se discute a questão dos investimentos nas eclusas, vem sempre o argumento de que não se pode encarecer a energia que é disponibilizada para o usuário na ponta, como consumidor final. Nem nós imaginamos que isso deva estar embutido na conta de energia, não, absolutamente. Agora, é inquestionável que essa é uma responsabilidade e um dever da União. Portanto, é perfeitamente possível se fazer os contratos de concessão com o aporte paralelo da União bancando, cobrindo aquilo que corresponda aos investimentos necessários para fazer as eclusas. Vejamos: quando nós fazemos coordenadamente um investimento numa hidrelétrica e, no corpo da usina, já se projeta a eclusa, isso não quer dizer, primeiro lugar, que se deva fazer a construção da eclusa integralmente e simultaneamente com a hidrelétrica; pode-se fazer o cabeça de montante, que é a garantia de que, no corpo, ali tem uma porta de entrada que vai assegurar a eclusa, se não há fluxo justificável no primeiro momento. Por que estou falando isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe, Ministro. Em Tucuruí, havia já isso?

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Havia o cabeça de montante. É um exemplo, é exatamente um exemplo. E por que nós devemos pensar dessa forma? Porque, quando se fala de eclusa, não se pode raciocinar em termos de um ano, dois anos, cinco anos. Não. A gente tem que raciocinar em 50 anos. Nós temos que raciocinar em um horizonte de tempo que é muito amplo. O país vai se transformando e, se perdemos a oportunidade de fazer dessa forma, otimizada, que poderia ser feita ou o cabeça de montante, quando não há um grande fluxo, ou fazê-la integralmente, quando há um fluxo justificável, o que é que nós estamos dizendo? Nós estamos dizendo que as gerações futuras pagarão mais caro, porque aí nós vamos ter que fazer um sistema de eclusagem que corre à parte, com um canal navegável, necessariamente, e isso faz com que o custo de uma eclusa que, nas condições normais, pode ir de cinco, sete, dez, 12% no valor de uma barragem, e ele pode chegar a 20%, até 30% a depender das circunstâncias. Então, aí é uma questão, em primeiro lugar, de lógica, aritmética; em segundo lugar, de visão estratégica, olhar prospectivamente, compreender o país, não apenas olhando aqui para a ponta do nariz, olhar no horizonte, como eu disse, de 40, 50 anos, ou coisa desse tipo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Uma outra pergunta, Sr. Ministro. Em relação a essa falta, ausência de um melhor entendimento entre os ambientalistas e os desenvolvimentistas, o que é que poderia ser feito para, por exemplo, haver uma melhor coordenação entre esses dois setores, e os conservacionistas não vissem nos desenvolvimentistas adversários ou inimigos e vice-versa? Quer dizer, que trabalho poderia ser feito, no seu entender, no âmbito do governo, para evitar esses enfrentamentos sempre muito custosos à população brasileira? Porque, no final de tudo, é ela que irá pagar a mais, pela demora na conclusão de uma obra, aí tem a questão de Belo Monte, que está 11 anos e sempre aquela briga porque tem um peixe, tem uma determinado espécie que não pode ser extinta... Enfim, alguma coisa assim. E o que poderia ser feito e também com a participação do Ministério Público, para que essas obras não fossem, de tempos em tempos, paralisadas, com um sério e grave prejuízo para o desenvolvimento do país? Na sua concepção, o que poderia ser feito para melhor coordenar essas atividades?

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Senador, eu gostaria de... Em relação à área de transportes, e portanto falando aqui do sistema de transposição e desnível para garantir a navegabilidade, eu gostaria de dizer o seguinte: o mundo inteiro reconhece que usar o transporte hidroviário é uma solução moderna.

E eu vou... Me permita aqui citar um exemplo de um fato que aconteceu com um Ministro belga... Todos nós sabemos, Bélgica, Holanda têm grande tradição na utilização das águas. E um Ministro belga – acho que é Transportes, Energia e Meio Ambiente também – veio ao Brasil para o encerramento de um seminário que estava sendo promovido aqui e, em determinado momento, ele fez uma exposição e foi questionado por um dos presentes na plateia, perguntando para ele como é que se resolviam os problemas de meio ambiente associados a essa questão de utilização dos rios pra fins de navegação. No primeiro momento, ele parou... Ele não compreendeu bem a pergunta. A pergunta foi repetida. E ele começou a sua resposta dizendo o seguinte: que ele não entendia por que se falava em problemas de meio ambiente associados na navegação. Por quê? Porque a navegação era parte da solução para os problemas de meio ambiente. Ele foi incisivo, foi direto. E é essa a concepção que todos nós temos que ter. É óbvio, quando nós comparamos o Brasil com esses outros países que têm, do ponto de vista de tecnologia, o melhor, mas não têm a dimensão, não têm rios caudalosos, não têm a generosidade da natureza que nós temos aqui com os nossos rios, é claro que sempre que pensamos, até pra garantir uma navegação continuada, navegação todos os meses do ano, ao fazermos as intervenções, nós temos que submetê-las aos melhores princípios, às melhores regras do ponto de vista da preservação ambiental. E até se alguma coisa nós provocamos, do ponto de vista dos investimentos, das obras que fazemos, temos que mitigar, temos que compensar, e é perfeitamente possível fazer isso.

Eu acho que, na área ambiental, até no que diz respeito a transportes, mas também e, sobretudo, no que diz respeito à área de energia, existe hoje uma cultura que é muito mais uma coisa externa do que algo que esteja amparado numa lógica, em bons fundamentos, há um certo emocionalismo, quando se cuida ou quando se fala dessas questões relacionadas diria até muito mais à área energética, mas isso se deve ao fato de que, no passado e até quando não tínhamos regras, leis ambientais mais rigorosas, quando o mundo ainda não se colocava com esse foco, com esse grau de preocupação em relação à área ambiental, e quando algumas hidrelétricas foram construídas e elas tiveram um efeito devastador muito grande. Cito aqui o exemplo de Balbina; uma de menor proporção, mas que também causou um grande impacto, de Samuel. Não é isso que se passa hoje. Hoje, quando nós estamos falando de Santo Antônio, de Jirau, usinas encaixadas, usinas que têm uma proporção de geração de quilowatts muito mais alta em relação às áreas de

alagamento; a própria construção da hidrelétrica de Estreito, em relação a qual houve tanta polemização... Eu acho que há um certo trauma daquele período e um aproveitamento até por organizações de cunho privado, que eu não sei exatamente a que propósito elas servem, e que dramatizam, colocam essas coisas de uma maneira, na minha forma de ver, exacerbada. Quando os argumentos, quando as coisas são colocadas de maneira consequente, de maneira ponderada, cabe a nós, cabe ao governo, seja na área de navegação, seja na área de energia, estudar, ver um bom caminho. Agora, o que a gente não pode é imaginar que um país como o nosso, que tem uma matriz energética fantástica, nós, quando comparados com o mundo, quarenta e tantos por cento da energia, quase 50% da energia que nós produzimos é energia renovável. O mundo, em média, vai ficar aí na faixa de 17, 18%. É invejável a nossa condição. E vamos nós negligenciar, deixar de utilizar fontes limpas, fontes perenes, que nós podemos, com inteligência, com capacidade, com o uso do melhor da engenhosidade, da engenharia brasileira, até em alguns casos fazendo algumas hidrelétricas a fio d'água, não com grande represamento? Claro que se perde um pouco aí, no que diz respeito à geração, mas também a engenharia encontra boas soluções pra minimizar isso. Vamos nós deixar de utilizar, de fazer esses investimentos? Não. O país tem que fazer. Agora, tem que fazer com responsabilidade. Agora, me adianto a dizer aqui, naquilo que diz respeito a essas obrigações, essas coisas, em relação a fazer hidrelétrica e fazer eclusa, eu acho... Concordo com o Senador Alfredo Nascimento, que tem autoridade pra dizer aqui, tanto quanto eu, é disciplinar legalmente o que é que tem que ser feito, para que realmente isso não seja conduzido em descompasso.

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM):

Presidente Collor, eu gostaria de fazer uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Alfredo Nascimento.

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM):

O governo Brasileiro e o Congresso Nacional têm que ter a coragem de fazer o enfrentamento em relação a uma legislação mais moderna para a relação do desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. O Congresso Nacional tem que tomar pra si essa responsabilidade de estabelecer regras, porque é muito bonito nós falarmos sobre isso, mas eu tive a oportunidade de ser Ministro por duas vezes e discuti, de forma cansativa, com órgãos do Meio Ambiente, a liberação de determinadas obras. E quando um técnico de menor importância da área de Meio Ambiente entende que aquela obra não deve ser liberada, ele

encontra os piores argumentos ou os piores caminhos para inviabilizar a realização de determinada obra, ou porque descobriram uma perereca nova que não era do conhecimento público, ou porque descobriram um novo peixe, ou porque descobriram que corre o risco, sem nenhum fundamento legal, de que a recuperação ou a construção de uma nova rodovia pode provocar o desmatamento, em função desse estado de coisas que se criou no país a respeito da preservação do meio ambiente. É necessário preservar, eu entendo que nós temos que preservar, eu sou de uma região, e posso falar sobre isso, porque o meu estado, o Estado do Amazonas, tem 98% da sua área preservada e ninguém nos ensinou a fazer isso. Foi por convicção e pelo surgimento de um projeto pensado ainda pelos militares, chamado Zona Franca de Manaus, órgão que, quando V. Exa. foi Presidente da República, eu tive a honra de ser superintendente da Zona Franca de Manaus, conheço, portanto, o que ela representou para a preservação do meio ambiente lá no meu estado, e a gente precisa, de uma vez por todas, acabar com esse gargalo que representa a relação do meio ambiente dentro do próprio governo, com os órgãos que querem construir, que querem desenvolver, que querem transformar o país em um país melhor. É preciso estabelecer regras para as pessoas que estão lá, no Meio Ambiente. Eu tenho prazos pra executar as coisas, o Ministério dos Transportes tem prazo pra executar as coisas; tudo tem prazo. Mas, no Meio Ambiente, um técnico pode levar dois, três, quatro, cinco anos dizendo que tem que se fazer, mais uma vez, levantamentos de fauna e flora porque ele não se convenceu daquilo, independente dos estudos que existam, do trabalho que seja feito por especialistas e por pessoas que conhecem.

Então, em resumo, o que nós precisamos fazer urgentemente, pensando no país, no desenvolvimento e no crescimento do país, é estabelecer uma legislação ambiental que faça com que os órgãos que representam o meio ambiente no governo respeitem e entendam que aqueles órgãos que querem desenvolver... Como citou bem o Ministro Paulo Sérgio, aí, hoje, não se constrói mais hidrelétrica como se construíam hidrelétricas antigamente. O meu estado é um exemplo disso. Fizeram uma hidrelétrica lá em Balbina que é uma vergonha, é uma vergonha, um desastre para o meio ambiente. Hoje não se faz mais nada dessa forma. Então, o conservadorismo, a crença que essas pessoas têm em relação à devastação que se pode provocar no meio ambiente é que tem causado essa impossibilidade de um crescimento maior do país. Então a minha sugestão é que essa comissão, Presidente, a minha sugestão é que ela traga para si a responsabilidade

de... Ouvindo o governo, ouvindo o Meio Ambiente, os órgãos que também executam obras, traga para si a responsabilidade de encaminhar uma solução para esse problema da relação que existe entre os órgãos de Meio Ambiente dentro do próprio governo. Era essa a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Ministro Alfredo Nascimento. Ministro Paulo Sérgio Passos.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Queria só complementar, aqui. Ao fazer a última intervenção, um ponto que não ficou esclarecido, eu não pude informar, que é de quem – o senhor havia perguntado – a responsabilidade em relação às eclusas. Do ponto de vista da sua construção, ela pode ser da responsabilidade do DNIT, pode ser da responsabilidade até do órgão do governo que supervisiona – no caso, se é uma eclusa, uma hidrelétrica do Norte, da própria Eletronorte -, desde que a sua construção se dê obedecendo requisitos técnicos e tenha todo um escopo técnico compatível com o que deve ter uma obra dessa de transposição, e, nesse caso, quem conhece bem isso somos nós.

No caso, é exemplar o caso de Tucuruí, esse término de construção agora... E até nos prevalecendo aí da vantagem comparativa que eles tinham, quem conduziu executivamente, no final, em convênio com o DNIT, até a conclusão, agora, das eclusas, foi a Eletronorte. A operação pode ser feita por nós, evidentemente provendo pessoal adequado para fazer isso e pode ser feita, como será, no caso de Tucuruí, pela Eletronorte. O que nós faremos? Nós pagaremos a Eletronorte pela realização do serviço de operação e manutenção da eclusa. Então, ficando claro que a União é responsável tanto por uma coisa quanto pela outra, o arranjo administrativo pra fazer pode ser de uma maneira, pode ser de outra. Melhor que seja conduzido pelo órgão responsável pela supervisão das obras de geração energética, quando a eclusa ou o cabeça de montante dela estiver encaixado no próprio corpo da barragem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Bom, duas sugestões foram feitas pelo Senador Ministro Alfredo Nascimento, pelo próprio Ministro Paulo Sérgio Passos, e eu pediria à equipe, à assessoria técnica da comissão que providenciasse estudos, com vistas à elaboração de um Projeto de Lei, sugestão do Ministro Alfredo Nascimento, tratando da questão de delimitar com clareza a responsabilidade na construção das eclusas – se Ministério dos Transportes, via DNIT; se Ministério de Minas e Energia -, especificando aí as diversas condições onde essa eclusa eventualmente venha a ser

construída, e também tentar elaborar... Isso é um pouco mais difícil, mas também uma lei que diminua um pouco esses prazos que existem, que fazem com que as obras se delonguem, que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não tem prazo. Então estabelecer prazos... Estabelecer prazos para que órgãos do Meio Ambiente possam realizar os seus estudos e oferecer as suas conclusões, de modo que não... obras fiquem indefinidamente sem conclusão, em função de não haver exatamente esses prazos. E, depois, oferecermos aqui a deliberação da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Uma... Uma última questão, Ministro Paulo Sérgio Passos, que eu gostaria de fazer a V. Exa., é em relação à federalização da rodovia AL 101-Norte, que eu toquei aqui, no início da nossa reunião de hoje, e da PE-060. Eu gostaria de saber de V. Exa. se já foram realizados estudos técnicos, na órbita do Ministério dos Transportes, para se verificar da sua viabilidade técnica e se há já uma definição quanto a isso na órbita do próprio Ministério.

SR. MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS: Pois não, senador. Em relação às rodovias PE-060 e AL-101, o Ministério dos Transportes, instado até por determinação do Sr. Presidente da República, acolhendo demanda nesse sentido, apresentado por V. Exa., pelos governadores dos dois estados, já fez os estudos necessários em relação ao tema. O ritual normal é que esses estudos sejam realizados no DNIT, o DNIT os encaminha ao Ministério dos Transportes, à Secretaria de Política Nacional de Transportes, que aprova; aprovando, submete ao Ministro, e o Ministro dá o 'de acordo'. E nós estamos inteiramente ajustados em relação à viabilidade da federalização, nós temos a noção e a consciência de que, em que pese a BR-101 e a BR-101 que está sendo duplicada, essas duas rodovias cumprem um papel de absoluta importância para os dois estados, Alagoas e Pernambuco, seja naquilo que concerne ao aspecto turístico, seja naquilo que diz respeito a empreendimentos importantes, que estão localizados na área de influência dessas duas rodovias, e... Aí, o que desejamos é já levar o Sr. Presidente da República a proposição, para que elas possam ser federalizadas. Para serem federalizadas, dependem de lei ou instrumento equivalente. Talvez – já chegamos a conversar um pouco sobre isso – o instrumento mais ágil, se assim concordar o Sr. Presidente, é colocar essa federalização numa Medida Provisória. O DNIT já está preparado para... Tão logo isso seja realizado, e aí os procedimentos normais de doação do patrimônio, tanto do Estado de Alagoas quanto do Estado

de Pernambuco para a União, e aí o DNIT estará em condições de avançar no desenvolvimento dos estudos de ampliação de capacidade que essas rodovias vão requerer, de modo que, de nossa parte, as notícias que eu tenho a lhe trazer são notícias positivas e afirmativas em relação à nossa disposição em nos colocarmos de acordo com a federalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Fico muito feliz e satisfeito com a resposta do Ministro Paulo Sérgio Passos a respeito da federalização da AL-101 e da PE-060, porque é uma obra de importância vital para os dois estados, seja do ponto de vista do escoamento de produção, do tráfego de produtos industriais, seja pela questão turística, sobretudo, como disse... Acho que foi o Senador João Ribeiro, em relação a Alagoas, se referindo a Alagoas como estado que possui as mais belas praias do Brasil, e isso é verdade, como alguns dos senhores já puderam atestar.

Eu queria finalizar a nossa reunião, agradecer a presença do Ministro Paulo Sérgio Passos, agradecer a presença de toda sua equipe. Eu acho que todos nós, senadores, ficamos muito bem impressionados com a qualidade da equipe que o acompanha, Sr. Ministro, porque estão aqui representadas diversas áreas do seu Ministério, Diretor-Geral do DNIT, Dr. Luiz Antonio Pagot, Presidente... A relação dos nomes que eu gostaria de voltar a citar... Dr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, Diretor de Infraestrutura Ferroviária da ANTT; Dr. Jorge Bastos, Diretor da ANTT; Professor Ivo Borges de Lima, Diretor da ANTT; Dr. Edison Vianna, Coordenador-Geral do Departamento de Programas de Transportes Aquaviários; Dra. Maria do Perpétuo Socorro Alves de Sousa, Gerente de Projeto do Departamento de Programas de Transportes Terrestres, Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes; o Dr. Marcelo Perrupato e Silva, Secretário de Política Nacional de Transportes; e o Dr. Amauri Souza Lima, Superintendente Regional do DNIT no Estado de Tocantins.

Eu tenho certeza, Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos, que todos senadores que hoje compareceram a esta Audiência Pública saíram ou estão saindo daqui plenamente satisfeitos com todas as respostas que foram oferecidas por V. Exa., nessa parte final da nossa Audiência Pública, auxiliados que fomos, todos nós, pelo depoimento do Senador Ministro Alfredo Nascimento, que, como aqui já foi citado, fez com, que desde o início da sua gestão, o Ministério dos Transportes passasse de vidraça à vitrine. E realmente é, hoje, uma vitrine para todos aqueles que querem admirar, querem se acostumar a admirar o que um serviço público, de boa qualidade, possa ser oferecido à população brasileira,

como faz o Ministério dos Transportes, sob a batuta de V. Exa., Ministro Paulo Sérgio Passos, que foi antecedido pelo Senador Ministro Alfredo Nascimento.

Portanto, muito obrigado a V. Exa. pela presença, muito obrigado pela sua gentileza, toda sua equipe, nossos cumprimentos em nome dos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Antes de encerrar a presente reunião, gostaria de convocar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, no dia 09 de dezembro, quinta-feira, às 8h30 da manhã, e pediria uma especial atenção de todos os integrantes desta comissão para a importância desta reunião, que será a última ou a penúltima do ano. Nós teremos cerca de 50 projetos, coincidentemente todos eles relacionados com o setor de transporte, de modo geral, porque nós sobrestamos, como já havia informado ao Sr. Ministro, a tramitação desses processos na Comissão de Infraestrutura até que o Sistema Nacional de Viação fosse aprovado pela Câmara dos Deputados. E nós temos razões para acreditar que, já na próxima semana, o SNV estará sendo aprovado pela Câmara dos Deputados, de acordo com o que nos informou o Presidente daquela Casa, Presidente Michel Temer.

Então, nós iremos desobstruir inteiramente a nossa pauta, aqui, na Comissão de Infraestrutura, e para isso eu contaria com a presença e com a colaboração de todos os senhores membros desta comissão.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h50.

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente em Exercício da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Cyro Miranda, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Lauro Antonio e João Vicente Claudino**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 60ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica

nos termos do artigo 89, inciso IV, a designação como membros da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, criada pelo Requerimento nº 68, de 2011 – CI, os seguintes Senadores: Bloco de Apoio ao Governo: Titulares – Senadores José Pimentel e Vicentinho Alves, Suplente – Senador Delcídio do Amaral; Bloco Parlamentar da Maioria: Titulares – Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga, Suplentes – Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp; Bloco Parlamentar Minoria: Titular – Senador Flexa Ribeiro, Suplente – Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 151, DE 2011**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Lindbergh Farias, para fazer a leitura do Relatório. Usam da palavra os Senadores Roberto Requião e Waldemir Moka. A Senadora Lúcia Vânia assumiu a Presidência às onze horas e cinco minutos. A Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **EXTRA PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011 – CI**, de autoria do Senador Roberto Requião, que “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para subsidiar esta Comissão na apreciação da Mensagem n. 151. Desde logo, requer sejam convidados para audiência pública o Deputado Mauro Bragatto, relator da CPI do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo; O Ministério Público Federal, através dos signatários da Representação da Procuradoria Geral da República n. 16848-2011-1 contra a ANTT e outros, quais seja, os procuradores federais Thiago Lacerda Nobre, Lara Marina Zanella Martinez Caro, Harold Hoppe, Osmar Veronese, Carlos Bruno Ferreira da Silva e o Subprocurador Geral da República Antonio Fonseca. Solicito seja convidado também o engenheiro civil Paulo Sidnei Ferraz.” Aprovado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011**, de autoria do Senador Ivo Cassol, que “Acrésceta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)”. A Presidente concede a palavra ao Relator “Ad hoc” Senador Sérgio Souza, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CI (Substitutiva). **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2011**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006,

que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.”Adiado.

ITEM 4 – PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL)”. Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos”. Adiado. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011**, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que “Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores”. Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 60ª Reunião e a sua aprovação.

As Srs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

COMUNICADO:

Nos termos do Art. 89, IV, designo, como membros da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, criada pelo Requerimento nº 68, de 2011, os seguintes Senadores:

Bloco de Apoio do Governo: titulares – Senador José Pimentel e Senador Vicentinho Alves; suplente – Senador Delcídio do Amaral.

Bloco Parlamentar da Maioria: titulares – Senador Vital do Rêgo e Senador Eduardo Braga; suplente – Senador Ivo Cassol.

Bloco Parlamentar da Minoria: titular – Senador Flexa Ribeiro; suplente – Senador Lúcia Vânia.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal da designação dos membros da referida Subcomissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 151, DE 2011

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só quero requerer a V. Exª a oportunidade de apresentar um relatório paralelo ao relatório do Senador Lindbergh logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – V. Exª terá oportunidade logo em seguida.

Observação: será concedida, automaticamente, vista coletiva, após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lindbergh, para proferir seu Relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, farei uma breve leitura do Relatório, até porque há pedido de vista coletiva.

O Senador Requião já vai fazer a discussão, mas nós vamos o debate na primeira reunião de fevereiro.

Por intermédio da Mensagem nº 151, de 2011, e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com os artigos 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Excelentíssima Senhora Presidente da República submete à considera-

ção do Senado Federal o nome do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para ser reconduzido ao cargo Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A ANTT, entidade da Administração Pública Federal Indireta, submetida a regime autárquico especial, é vinculada ao Ministério dos Transportes e foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2011.

A análise do Currículo evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho do cargo para o qual foi indicado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Em vista do exposto e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, *f*, combinado com os artigos 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submetemos à apreciação e ao julgamento desta Comissão a indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, constante da referida mensagem presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Vicentinho Alves, é meu dever trazer fatos ao conhecimento do Senado a respeito do Sr. Bernardo Figueiredo, os quais, se seriamente considerados à época de sua sabatina, deverão levar à rejeição de sua indicação para importante função pública de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

À época, eu não era Senador, eu era Governador do Paraná e, como Governador, levei os fatos a conhecimento da Casa Civil da Presidência da República, mas foi como se não tivesse levado. O Sr. Bernardo Figueiredo, então assessor da Casa Civil, foi logo depois indicado para dirigir a ANTT. Seu mandato como Diretor-Geral da ANTT não tinha como dar certo, como, de fato, não deu, ao menos para o Brasil. Deu certo, como se temia, para as concessionárias privadas, das quais o Sr. Bernardo Figueiredo se origina e as quais ele representava diretamente quando era personagem privado e que continuou beneficiando como agente público. É um típico caso de agente público privado. Eu já apresentei alguns desses fatos na tribuna do Senado por duas ocasiões neste ano, mas, ao que parece, não provocaram a devida reflexão no Governo, tanto é que estamos aqui diante da possibilidade concreta de termos o Sr. Bernardo Figueiredo reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da ANTT.

Pois bem, Presidente. Acrescento agora outros fatos e dados levantados pela Procuradoria-Geral da República. Vejamos se, com esses novos dados, o

Senado se sensibiliza e atua na defesa da sociedade, impedindo que o Sr. Bernardo Figueiredo seja reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da ANTT. O Senado não pode deixar de considerar a Representação da Procuradoria-Geral da República contra a ANTT ao Tribunal de Contas da União nº 16848/2011/1, que, neste ato, entrego à Presidência desta Comissão, para as devidas diligências. Estou pedindo, desde logo, a juntada desta representação para ser discutida e divulgada aos demais membros da Comissão. Observem que não se trata de uma iniciativa isolada e açodada de um Procurador da República, mas de uma medida tomada pela Procuradoria-Geral da República, por meio de sua 3ª Câmara de Coordenação e Revisão. A representação em questão consolida anos de investigação do Ministério Público Federal em todo o País, realização de seminários, audiências públicas, intervenções em processos judiciais. Ela é assinada pelo Subprocurador-Geral da República, Antonio Fonseca, e por quatro outros Procuradores Federais de diversas unidades da Federação integrantes do grupo de trabalho Transportes da Procuradoria-Geral da República. A representação retrata a ação concertada entre as concessionárias privadas e o Sr. Bernardo Figueiredo contra os interesses dos usuários, da sociedade e da Nação brasileira.

Vejamos o que diz, Presidente, a Procuradoria-Geral da República:

1 – Introdução

As irregularidades do transporte ferroviário de carga.

Dilapidação do patrimônio da extinta RFFSA. São inúmeros e recorrentes os casos de dilapidação do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal pelas concessionárias do serviço público do transporte ferroviário de cargas. A dilapidação é de toda ordem e repete-se em vários Estados da Federação em inúmeros trechos ferroviários, seja em relação aos bens móveis ou imóveis arrendados, seja em relação a materiais rodantes ou estruturas e superestruturas, utilizados pelas concessionárias para exploração do serviço público concedido.

Descumprimento de contratos de concessão. Os contratos de concessão/arrendamento são sistematicamente descumpridos pelas concessionárias. Elas não cumprem as cláusulas contratuais a que se obrigam há mais de uma década. Prestam serviço público de transporte ferroviário em absoluta dissonância com as regras pactuadas com o Estado, constituindo flagrante violação à Lei de Concessões e à Constituição Federal.

O Poder Concedente silencia e omite-se de forma inaceitável. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não se tem desincumbido a contento de sua tarefa de regulação e fiscalização.

Na falta de efetivo controle, as concessionárias como que se apropriam do negócio do transporte ferroviário de carga como se fosse próprio; fazem suas escolhas livremente, segundo os seus interesses econômicos. O quadro é de genuína captura, em que o interesse privado predomina sobre o interesse público.

Escopo da representação

É esse o cenário, em rápidas palavras, que motiva a presente representação a essa Corte de Contas. As irregularidades são descritas a seguir. Ao Representação TCU-Transporte Ferroviário final, roga-se a devida análise técnica dos graves desvios de finalidade demonstrados.

O escopo desta representação é obter desse Tribunal as providências adequadas à correção de rumo, dirigidas ao Ministério dos Transportes e à Agência

Nacional de Transportes Terrestres. Mais do que isso, o Ministério Público Federal busca compartilhar as suas preocupações e produzir título que reforce a sua compreensão dos problemas e, assim, possa tornar mais consistente eventual pretensão jurídica, em juízo ou extrajudicialmente, no âmbito das suas atribuições.

Escopo da representação

É esse o cenário, em rápidas palavras, que motiva a presente representação a essa Corte de Contas. [Estou lendo o trecho da representação do Ministério Público Federal em relação à ANTT, que tem como Diretor-Geral o Sr. Bernardo Figueiredo]

As irregularidades são descritas a seguir. Ao final, roga-se a devida análise técnica dos graves desvios de finalidade demonstrados.

O escopo desta representação é obter desse Tribunal as providências adequadas à correção de rumo, dirigidas ao Ministério dos Transportes e à Agência Nacional de Transportes Terrestres. Mais do que isso, o Ministério Público Federal busca compartilhar as suas preocupações e produzir título que reforce a sua compreensão dos problemas e, assim, possa tornar mais consistente eventual pretensão jurídica, em juízo ou extrajudicialmente, no âmbito das suas atribuições.

Mais adiante, Presidente Vicentinho, a Procuradoria-Geral da República relata o acúmulo do Sr. Bernardo Figueiredo com a empresa da qual foi sócio.

Pois bem, se a concessionária dilapida – ela própria – ou abandona bens públicos arrendados, descumprindo durante mais de uma década cláusulas de contrato administrativo, por certo a Agência Reguladora tomou providências e exigiu soluções?

Não. Nada fez até agora. Não aplicou multas, não denunciou o contrato, não exigiu investimentos quaisquer para a restauração ou reposição da estrutura e superestrutura, bem como dos bens móveis e imóveis afetos ao transporte ferroviário.

O descumprimento contratual era e é manifesto. O abandono é tamanho que não só está comprovado pelas inspeções e fiscalizações, mas também pela própria sociedade da região, sendo fato notório o desmonte da ferrovia e a perda de milhões de reais de patrimônio público em face da desídia da concessionária e da omissão da concedente. Os Executivos Municipais (Prefeituras) e os representantes locais, regionais e federais da região (Vereadores, Deputados Estaduais do Estado do Rio Grande do Sul e Deputados Federais) têm conhecimento do malbaratamento e destruição praticados com a conivência do Poder Público Federal (ANTT e Ministério dos Transportes).

A Procuradoria-Geral da República obteve prova documental dos malfeitos do Sr. Bernardo Figueiredo e da maneira aberta como afronta a lei e as próprias resoluções da ANTT para favorecer a ALL, empresa de que era sócio, o que levou a necessidade de representar contra a ANTT no Tribunal de Contas da União. Segue a Procuradoria.

A Carta/Ofício encaminhada pela ALL à ANTT merece transcrição literal:

“Em continuidade ao acordado nas reuniões realizadas entre essa Agência e esta Concessionária em 13/03/06, 30/03/06, 22/05/06, bem como demais entendimentos, vimos por meio desta, em atendimento à Resolução nº 44, de 04 de julho de 2002, Título VI, artigo 2º, inciso VI, requerer a desativação definitiva do trecho ferroviário Santiago-São Borja”.

O acordo prévio – reconhecido pela própria concessionária – é sinal claro de que o requerimento foi a mera formalização de decisão conjunta tomada anteriormente e reve-

la a política de total convivência e omissão da ANTT com relação ao abandono, destruição, invasão e malbaratamento dos bens públicos e, conseqüentemente, do transporte ferroviário como alavanca do desenvolvimento regional e nacional. Acrescente-se que essa política da ANTT revela os motivos pelos quais a União Federal e a própria concedente não têm interesse em executar a astreintes milionárias (multa diária) aplicada pela Justiça Federal, ou, pelo menos, em envidar esforços para que a ré a cumpra [grifo no original do Ministério Público].

Como se vê, para defender a ALL, o Sr. Bernardo Figueiredo desrespeita até mesmo a Justiça Federal. E, para que não reste qualquer sombra de dúvida aos Srs. Senadores e Senadoras quanto à responsabilidade do Sr. Bernardo Figueiredo pela dilapidação do patrimônio público através de sua descarada cumplidade com a poderosa concessionária privada ALL.

De novo, o Ministério Público Federal:

Desse modo, a ANTT é responsável, além de outras determinações, pela fiscalização direta do cumprimento das cláusulas contratuais de prestação de serviços ferroviários e de manutenção e reposição dos ativos arrendados (inc. IV), além de contribuir para a preservação do patrimônio histórico e da memória das ferrovias, orientando e estimulando a participação dos concessionários do setor (inc. VII).

E disso não se tem desincumbido o ente regulador.

Dispõe o art. 77 da Resolução nº 3.192/2009 que aprovou o Regimento 31 Representação TCU-Transporte Ferroviário Interno e a Estrutura Organizacional da ANTT, que cabe à Gerência de Fiscalização, vinculada à Superintendência de Fiscalização, como atividade central "(...) fiscalizar as áreas sob a responsabilidade da Superintendência, emitindo os respectivos Autos de Infração – AI".

Frise-se que anteriormente à alteração proporcionada pela Resolução nº 3.192/2009, a responsabilidade pela aplicação das penalidades de multa e advertência era da Superintendência Serviços de Transporte de Carga – SUCAR (Resolução nº 001/2002).

A responsabilidade é da Diretoria, sobretudo do Diretor-Geral a quem cabe a representação da ANTT e o comando hierárquico sobre pessoal e serviços (art. 26, da Resolução nº 001/2002). [Grifamos]

É realmente grave a situação. Se fosse somente omisso, ou como diz o Ministério Público Federal,

apenas leniente, já seria motivo suficientemente grave para que o Sr. Bernardo Figueiredo fosse substituído no comando da ANTT. Mas a situação é ainda mais grave, Sr^{as} e Srs. Senadores.

É mais grave. A Procuradoria-Geral da República constatou que o Sr. Bernardo Figueiredo impede deliberadamente que os funcionários da ANTT multem a ALL. Isso mesmo, os servidores públicos da ANTT foram proibidos expressamente de multar a ALL, diz o Ministério Público Federal.

A ANTT não autoriza seus agentes a emitirem diretamente Autos de Infração. (...)

É flagrante a irregularidade/ilegalidade (...) que proíbe a emissão de Autos de Infração por Especialistas em Regulação da ANTT em desfavor das concessionárias ferroviárias, em descompasso com a legislação vigente que autoriza os Especialistas em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Técnicos em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres (Lei nº 10.871/2004) a lavrarem tal infração.

Ou seja, o Sr. Bernardo Figueiredo, que a Presidente da República quer reconduzir ao comando da ANTT, com aceite do Senado, age como um xerife, mas não o xerife dos usuários, dos agentes econômicos, da sociedade e, sim, um xerife do capital privado, controlando com rédea curta e chicote na mão a agência do Estado brasileiro para submetê-lo passivamente aos interesses das concessionárias privadas, em especial da ALL, empresa da qual era, até pouco tempo, sócio. É o cabrito cuidando da horta.

E, para concluir esse aspecto, vejam os Srs. Senadores e Senadoras, o que quer a Procuradoria-Geral da República na representação que fez ao Tribunal de Contas da União no que se refere à ANTT:

"a) apuração da ausência de fiscalização e sobretudo de atuação/aplicação de penalidades pela ANTT às concessionárias, inclusive no que tange às determinações administrativas que contrariavam as próprias resoluções da Agência, tudo consoante o Item 7 da presente representação."

Eu mesmo, Sr. Presidente, fui testemunha da atuação do Sr. Bernardo Figueiredo em favor da ALL. Em 2007, quando eu era Governador do Paraná, recebi na residência oficial do Estado o então Ministro do Planejamento Paulo Bernardo e o Sr. Bernardo Figueiredo Gonçalves de Oliveira, que, à época, era assessor da Casa Civil da Presidência da República. Os fatos relativos àquela visita e às consequências que dela derivaram foram por mim relatados em representação que

fiz ao Procurador-Geral da República. Trata-se de outra representação, anterior àquela a que fiz referência há pouco com respeito a fatos diferentes.

Para não me alongar, entrego a essa Presidência e aos Srs. Senadores cópia da representação e peço que seja reproduzida e, igualmente à anterior, entregue ao Srs. Senadores da Comissão.

Na representação que fiz ao Ministério Público Federal, anexe informações biográficas e informações das atividades públicas e privadas do Sr. Bernardo Figueiredo, acompanhante do Ministro Paulo Bernardo na referida visita. Há uma simbiose entre as atividades públicas e privadas do Sr. Bernardo Figueiredo. As informações que aqui relato foram colhidas do *curriculum vitae* que o Sr. Figueiredo apresentou a este Senado em outubro de 2008, quando sabatinado para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Em 1994, Sr. Presidente, ele era chefe de gabinete do Presidente da Rede Ferroviária Federal e participou dos estudos preliminares para a privatização da ferrovia, ou seja, participou da formação da privatização das ferrovias brasileiras no Governo Fernando Henrique. Como formatou a privatização de maneira interessante, viu sua obra e achou que ela estava tão boa, que deveria ele próprio participar da privatização para ganhar um bom dinheiro, e foi o que fez.

Em 1995, ocupa a Presidência da Interférrea Serviços Ferroviários e Intermodais. Primeiro, formatou a privatização e, depois, ocupou a Presidência de uma empresa ferroviária privatizada, a Interférrea Serviços Ferroviários e Intermodais, uma empresa privada responsável por serviços auxiliares do transporte rodoviário que participou dos leilões de privatização e que, talvez, graças à eficiência do Sr. Bernardo Figueiredo ou às informações privilegiadas de ele que dispunha, venceu dois leilões.

Em um ano, como funcionário público, ele arquiteta a privatização da Rede Ferroviária Federal. No ano seguinte, torna-se sócio de uma das empresas beneficiadas pela privatização por ele planejada.

Dos principais trabalhos para a Interférrea, destaca-se a sua participação na estruturação das concessionárias Ferrovia Centro-Atlântica e Ferrovia Sul-Atlântica, que, depois, transformou-se na ALL, de cujo conselho administrativo, posteriormente, o Sr. Figueiredo vem a ser membro. Ou seja, estruturou a privatização no Estado e, em seguida, estruturou empresas para ganhar os leilões da privatização que ele próprio havia estruturado.

Em 1966, a Ferrovia Sul-Atlântica, depois ALL, com a participação da Interférrea, presidida pelo Sr. Figueiredo, empresa da qual era sócio, arremata toda

a malha ferroviária do sul do País e, na sequência, participa da privatização de outros trechos ferroviários.

O resultado todos sabemos pela mídia e, especialmente, pelos levantamentos feitos pelos Municípios, pelos Estados, pelo Ministério Público, pela Justiça Federal: dilapidação do patrimônio público, prejuízo de bilhões aos cofres públicos, abandono de regiões inteiras ao atraso e à penúria. Tudo isso foi feito com a cumplicidade da ANTT, chefiada por quem? Bernardo Figueiredo. Ou seja, estruturou a privatização como agente público segundo os interesses do capital, participou dos leilões como empresário privado e fiscaliza os contratos como diretor-geral da ANTT. O resultado é o quadro catastrófico que a representação da Procuradoria Geral da República ao TCU, Tribunal de Contas da União, descreve. É este ser híbrido que a Presidência quer que o Senado da República reconduza ao cargo de diretor-geral da agência.

Entre 1999 e 2003, o Sr. Bernardo Figueiredo ocupa – vejam os senhores! – a direção da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. O *lobby*, Senador Lindbergh, das concessionárias privadas. Era o lobista das concessionárias privadas. Como diretor da ANTF, Figueiredo ganhou assento na COFER – Comissão Federal de Ferrovias do Ministério dos Transportes, precursora da Agência Nacional dos Transportes – ANTT. Ou seja, ele que estruturou a privatização como agente público e participação da privatização como agente privado agora volta ao Estado, agora para estruturar o órgão de fiscalização dos contratos que ele criou como agente público e assinou como agente privado.

Em 2004, mais uma vez, Bernardo Figueiredo transita do privado para o público, depois de transitar do público para o privado. Ele assume a Diretoria Administrativa Financeira da VALEC – ah, a famosa VALEC –, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, responsável pela construção de ferrovias federais. Lá fez parte da equipe do famoso Dr. Juquinha, recentemente defenestrado pela Presidente Dilma por seus inúmeros malfeitos.

Na VALEC, Figueiredo elabora o Plano de Revitalização das Ferrovias, centrado nas tais Parcerias Público Privadas, as PPPs, onde o governo entra com tudo e o empresário colhe os lucros.

Foi com esse plano que ele, na companhia do Ministro Paulo Bernardo, quis que eu assentisse, na famosa visita dominical na residência oficial do Governo do Paraná. Trabalhou como assessor do Ministro Paulo Bernardo sempre buscando envolver o Estado brasileiro no seu plano.

De 2005 a 2007 – e com o mesmo propósito –, Bernardo Figueiredo atua como assessor especial da

Casa Civil – e é nessa condição que o recebo na casa oficial do Governo do Paraná, em 2007. Incrivelmente, mesmo depois de eu ter relatado ao Governo Federal uma parte dos fatos, que agora trago ao conhecimento do Senado, o Sr. Bernardo Figueiredo foi indicado, em 2008, para o cargo de diretor-geral a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O resultado de sua gestão é aquele descrito pela Procuradoria Geral da República ao TCU, na representação que ora trago ao conhecimento de Vossas Excelências.

Esses são os fatos, para não me alongar.

Trago também ao conhecimento do Senado o Relatório da CPI instituída na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para apurar a atual situação do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo, que conclui pela leniência da ANTT em relação ao seu dever de fiscalizar a ALL e sugere a extinção do contrato de concessão.

O relatório de lavra do Deputado Mauro Bragato, do PSDB, não teve qualquer resultado prático. O Sr. Bernardo Figueiredo recebeu o relatório da CPI e fez o que sempre faz quando se trata de exercer o seu dever, poder de diretor-geral em relação a ALL, empresa da qual era sócio: não fez absolutamente nada.

Trago também ao conhecimento de Vossas Excelências o contrato de concessão da ALL firmado pelo Sr. Bernardo Figueiredo como um dos seus sócios, quando ele participou como representante de um grupo na privatização, um grupo privado – sempre, de um lado ou do outro lado, resolvendo problemas de grupos privados.

Esses são os fatos, para não me alongar.

Espero que o Senado da República não fique genuflexo diante de tanta barbaridade. Seria uma desonra para o Senado e para nós todos.

Eu quero ainda requerer, Presidente Vicentinho, a audiência do Deputado Mauro Bragato, que foi o presidente da CPI em São Paulo, e que a comissão, antes de debater a indicação do Sr. Bernardo Figueiredo, convide também os cinco Procuradores da República que assinaram a representação ao TCU que envolve o Sr. Bernardo Figueiredo, para que tenhamos uma ideia mais clara de tudo que está acontecendo.

Os documentos estão aqui: representação do Ministério Público Federal contra a ANTT, em que é abundantemente citado o Sr. Bernardo Figueiredo; contrato de concessão da ALL, em que o Sr. Bernardo Figueiredo assina como interveniente do grupo privado que ele agora quer fiscalizar como diretor-geral de uma empresa pública; a minha representação ao Ministério Público em relação à pressão que sofri para fazer uma PPP, aumentando o preço de uma obra de

R\$150 milhões para R\$550 milhões; o relatório da CPI do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo; e um documento em que vemos que a Interférrea tinha participação numa série de paraísos fiscais. Posteriormente, o Sr. Bernardo Figueiredo deixou de ter ações da Interférrea. Mas apresento aqui uma questão: se vendeu para um paraíso fiscal, pode ter vendido para ele mesmo, porque uma das coisas que se fazem na corrupção, na lavagem de dinheiro, é colocar dinheiro num fundo de um paraíso fiscal e fazer revertê-lo para a própria empresa, fazendo desaparecer o seu nome. Essa é uma abordagem que deve e pode ser aprofundada com a presença dos Procuradores da República que assinaram a representação ao TCU.

Então, peço a juntada de todos esses documentos, a distribuição deles aos membros da Comissão, a audiência do Deputado da CPI de São Paulo e o convite aos Procuradores da República citados, autores da representação ao TCU que envolve o Sr. Bernardo Figueiredo.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer. Faço isso com espírito republicano. Eu não podia me silenciar diante do absurdo da recondução desse cidadão à Diretoria-Geral da ANTT.

Quero passar à assessoria da Mesa esses documentos. E peço que esses documentos sejam fotocopiados, porque preciso de uma cópia deles.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Estando presente aqui a Presidenta desta Comissão, a Senadora Lúcia Vânia, passo a Presidência desta reunião a S. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento todas e todos!

Cumprimento-o, Senador Vicentinho. Agradeço a V. Ex^a a gentileza de abrir esta reunião.

Comunico ao Senador Requião que os documentos serão fotocopiados e encaminhados a todos os Senadores desta Comissão.

Solicito a V. Ex^a que formalize o convite a essas autoridades citadas por V. Ex^a, para que sejam ouvidas nesta Comissão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Perfeitamente. Peço à minha assessoria que providencie essa cópia. Na verdade, estou pedindo que esta Comissão transforme esse processo numa diligência para a ouvida do Deputado da CPI em São Paulo e do Ministério Público Federal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr^a Presidente, o Senador Roberto Requião faz pon-

derações que, na minha avaliação, são muito sérias. Sei que V. Exª vai tomar as devidas providências, e, da minha parte, haveremos de apurar – tenho certeza disto – todas essas questões aqui documentadas e apresentadas a esta Comissão. Não sei se haverá, no caso, a sabatina para essa recondução. Não sei como funciona isso regimentalmente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Hoje, lemos o relatório. Os Srs. Senadores terão até a próxima reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que será realizada em fevereiro, para analisar o currículo e os documentos que serão distribuídos. Posteriormente, vamos marcar a sabatina.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sem dúvida alguma, essa questão é da maior gravidade. Todas essas providências deveriam ser tomadas. Evidentemente, devem ser contatadas as pessoas que o Senador Roberto Requião citou, antes que possamos opinar a respeito dessa recondução.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª pode ter a certeza de que tomaremos todas as atitudes necessárias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, vou formalizar o requerimento. Já pedi à assessoria para datilografar isso. É o que lhe peço, por favor, Samuel.

E eu gostaria que V. Exª pusesse em votação o meu requerimento numa audiência com os procuradores do Ministério Público Federal e o relator da CPI no Estado de São Paulo...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – ...para que a gente seja ouvido antes da audiência pública. É uma diligência que deve anteceder a audiência pública com o Sr. Bernardo Figueiredo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou colocar o requerimento de V. Exª em votação, mas gostaria de V. Exª formalizasse posteriormente o documento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Requião permaneçam como se acham.(Pausa)

Aprovado.

Em discussão o relatório. Continua em discussão.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Nos termos do art. 89, inciso IV, já foram designados por esta Comissão para a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, criada pelo Requerimento

nº 68, de 2011, os seguintes Senadores que já foram aqui nominados.

Eu solicitaria aos Srs. Senadores que apenas referendassem o nome de Valdir Raupp, que vai compor a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil como suplente do Senador Ivo Cassol.(Pausa)

Comunico então a presença do Senador Valdir Raupp na Subcomissão como suplente do Senador Ivo Cassol.

Vamos colocar em votação o Item 2 da pauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

1– A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

2– A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 24/11 e 01 e 20/12/2011.

Solicito ao Senador Sérgio Souza que relate este projeto como relator *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2011, de autoria do Senador Ivo Cassol, que acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

O projeto foi despachado a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e depois segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde será analisada em decisão terminativa.

O objetivo do projeto é o de obrigar os estabelecimentos revendedores varejistas, por meio da página eletrônica da ANP, a informar o preço atualizado e efetivamente cobrado de cada tipo de combustível ofertado. Para os que descumprirem a exigência, impõe-se a multa prevista no art. 3º, inciso XV, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a

fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

Passo à análise, Sr^a Presidente.

II – Análise

Segundo o autor da proposição, os gastos com combustíveis correspondem a uma parcela significativa do orçamento familiar e, portanto, é importante que os consumidores contem com informações precisas e atualizadas sobre os preços mais favoráveis.

Atualmente, a ANP já informa, na sua página eletrônica, os preços de combustíveis em todo o País. Essa informação é proveniente de pesquisa de preços semanal, denominada Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis – LPMCC. Implementado em agosto de 2000, o LPMCC abrange gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel não aditivado, gás natural veicular e gás liquefeito de petróleo.

A pesquisa é feita em 555 localidades, ou seja, cerca de 10% dos Municípios brasileiros, de acordo com procedimentos estabelecidos pela

Portaria ANP nº 202, de 15 de agosto de 2000. A pesquisa é realizada por meio de visita pessoal a cada um dos agentes econômicos determinados na amostra. É importante ressaltar que a pesquisa não é realizada na totalidade dos postos revendedores existentes nos Municípios integrantes da amostra.

O projeto do Senador Ivo Cassol, ao exigir que cada estabelecimento revendedor varejista informe o preço atualizado dos combustíveis vendidos, importará num salto de qualidade das informações disponibilizadas ao consumidor. O objetivo é excelente e está perfeitamente alinhado com as competências da ANP, que incluem a proteção dos interesses do consumidor.

Ocorre que os custos e os desafios de implantação são muito maiores do que os imaginados pelo autor. Será preciso desenvolver um sistema de recepção e divulgação dos dados de cada um dos milhares de postos revendedores. A ANP estima, em nota técnica sobre a matéria, que tal desenvolvimento levará no mínimo quatro meses, se forem usados servidores atuais (o que causará impacto em outras atividades da agência) ou então, no mínimo, catorze meses, se houver contratação específica de pessoal.

O custo desse novo procedimento será muito superior ao atualmente pago à empresa que faz a pesquisa de preços, pois envolverá, entre outras coisas, a manutenção do sítio eletrônico da ANP na forma 24 horas por dia, nos sete dias da semana, a organização de um site *backup* sincronizado em tempo real, a cria-

ção de um sistema de autenticação segura de senhas dos postos, e o desenvolvimento de uma metodologia de auditoria da informação.

Além disso, a ANP imagina que a nova sistemática importará grandes desafios para os postos revendedores de combustíveis, que terão de mudar toda uma cultura e, entre outras coisas, dispor de Internet, endereço válido de e-mail, e pessoal treinado para operar com o sistema.

A ANP considera que, não obstante as dificuldades operacionais, a proposta é conveniente e oportuna para o cumprimento das suas atribuições legais. Chama a atenção, contudo, em nota técnica sobre o PLS nº 353, de 2011, dirigida ao Ministério de Minas e Energia, para o fato de que será “necessário (i) que a implementação da proposta desfrute de tempo compatível com o detalhamento a ser feito; e (ii) que haja recursos orçamentários e financeiros necessários à proposta

Nessas circunstâncias, Sr^a Presidente, eu gostaria de propor substitutivo que flexibilizasse a implementação da proposta, de modo a dar tempo à ANP de fazer o detalhamento operacional e conseguir os recursos orçamentários necessários.

Do voto, Sr^a Presidente.

Por acreditar que a proposição é conveniente e oportuna para o cumprimento das atribuições legais da ANP, no âmbito da política energética nacional, então, o Relator da matéria vota no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2011, com o seguinte Substitutivo:

Projeto de Lei do Senado nº 353 (Substitutivo), de 2011

O Congresso Nacional decreta:

Altera o art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços atualizados na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Art. 1º Dê-se ao parágrafo único do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a seguinte redação e acrescente-se o seguinte inciso III:

“Art. 8º

Parágrafo único. No exercício das atribuições de que trata este artigo, com ênfase na garantia do abastecimento nacional de combustíveis e na defesa dos interesses dos consumidores, desde que em bases econômicas sustentáveis, a ANP poderá exigir dos agentes regulados, conforme disposto em regulamento:

.....

III – a informação, por meio da página eletrônica da ANP, o preço atualizado e efeti-

vamente cobrado de cada tipo de combustível ofertado, líquido ou gasoso derivado de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis renováveis, automotivos”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Como os demais itens da pauta são mais complexos e temos um quórum baixo, eu não vou colocá-los em votação: itens 3, 4, 5 e 6.

Eu gostaria de comunicar aos senhores que foi distribuído um aviso do TCU aos Srs. Senadores sobre um acórdão que diz respeito à questão das agências reguladoras. Essa matéria é interessante e foi lida aqui, na reunião passada, tendo sido determinado o seu arquivamento. Mesmo sendo arquivada, eu achei por bem solicitar à secretaria da Comissão que encaminhasse aos Srs. Senadores todo esse acórdão, para que pudéssemos ler, porque há algumas observações que terão de ser feitas às comissões encarregadas de analisar as agências reguladoras e que precisam ser observadas. Essas observações dizem respeito principalmente à questão das sabatinas. Então, eu gostaria que os Srs. Senadores tivessem a oportunidade de ler essa recomendação do TCU que foi encaminhada ao gabinete dos senhores membros desta Comissão.

Não havendo nada...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Tendo em vista que esta é a nossa última reunião desta Sessão Legislativa, eu gostaria de externar a V. Exª meus parabéns pela condução dos trabalhos desta Comissão. Eu, que vim recentemente a esta Comissão, ainda que na condição de suplente, tenho procurado participar ativamente dos trabalhos desta Comissão e quero dizer que esta é uma das comissões de importância e relevância para todo o Brasil. V. Exª, na condução dos trabalhos tem feito à altura do Senado Federal. Meus parabéns. Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senado Sérgio Souza.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na mesma linha, manifesto a alegria de ter participado

aqui dos trabalhos. V. Exª os tem conduzido com muito equilíbrio, muita habilidade e com muita responsabilidade. Basta dizer que acho que hoje esta é a única Comissão que teve quórum e que funcionou normalmente, com a presença da maioria da Comissão aqui, no plenário.

Parabenizo V. Exª e digo que o ano que vem, sob o comando de V. Exª, estaremos aqui. Agradeço mais uma vez pela distinção, pela qualidade dos debates aqui produzidos. Parabéns a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Sérgio e ao Senador Moka as referências elogiosas à Presidência desta Comissão. Quero dizer aos Srs. Senadores que, se pudemos desenvolver um bom trabalho, isso se deve naturalmente à qualidade dos Senadores que compõem esta Comissão. Portanto, aproveito esta oportunidade para agradecer a todos os Srs. Senadores, a toda equipe comandada aqui pelo Alexandre, que é o nosso Secretário, e a todos os assessores que se fizeram presentes durante todo esse período, sempre subsidiando os Senadores a respeito do quem tem sido discutido.

Portanto, agradeço a todos. Desejo a todos que aqui estão um feliz Natal, um próspero Ano Novo e que o próximo ano seja tão operoso quanto foi este.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2012, APÓS A 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e doze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Walter Pinheiro**, **Inácio Arruda**, **Waldemir Moka**, **Ricardo Ferraço**, **Eduardo Braga**, **Ciro Nogueira**, **Francisco Dornelles**, **Flexa Ribeiro**, **Cyro Miranda**, **Blairo Maggi**, **Humberto Cosa**, **José Pimentel**, **Marcelo Crivella**, **Rodrigo Rollemberg**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Roberto Requião**, **Lauro Antonio**, **Ivo Cassol** e **Vicentinho Alves**. Justifica a ausência o Senhor Senador **Lobão Filho**. Deixam de comparecer

os demais Senadores. Registra-se a presença do Senador, não-membro desta Comissão, **Renan Calheiros**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 61ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1) **Aviso nº 1949/2011**, do Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 025.829/2010-6, sobre levantamento realizado pela 8ª Seces com vistas a avaliar, *a posteriori*, o processo de licenciamento ambiental em obras de infraestrutura especificamente nas obras da rodovia BR 101 – trecho Florianópolis/Osório e da Ferrovia Transnordestina – trecho Salgueiro/Missão Velha; 2) **Aviso nº 16/2012**, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando informações, em mídia digital, concernentes aos novos indícios de irregularidades graves na obra BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques (processo nº TC-005.736/2011-0); 3) **Ofício Circular nº 01/2012**, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Bernardo Figueiredo, comunicando a realização da Audiência Pública nº 121/2011, destina ao recebimento de contribuições acerca das Minutas de Edital de Licitação e Contrato de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário. As sessões presenciais serão realizadas nas cidades de Porto Alegre, dia 31/01/2012; Belo Horizonte, dia 02/02/2012; Recife, dia 09/02/2012; São Paulo, dia 16/02/2012; Salvador, dia 01/03/2012; e Brasília, dia 08/03/2012;); e 4) **Carta 059/2012**, do Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, Marcelo Moraes, referente à nova gestão do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico – FMASE – biênio 2012-2013. A Presidente, nos termos do artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, informa a seguinte alteração na composição da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, criada pelo Requerimento nº 68, de 2011 – CI: Bloco de Apoio ao Governo, Titulares – Senadores Walter Pinheiro e Vicentinho Alves; e Suplentes – Senadores Delcídio do Amaral e José Pimentel. E que foi feita comunicação ao Presidente do Senado Federal da designação dos membros da referida Subcomissão. Usa da palavra para agradecer a eleição como Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, o Senador Vicentinho Alves. Usam da palavra, sobre a sabatina referente à indicação do Senhor Bernardo Figueiredo para recondução ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Roberto Requião, Lin-

dborgh Farias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Renan Calheiros, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Ricardo Ferraço e Marcelo Crivella. Foi colocada em votação a proposta do Senador Walter Pinheiro de marcação de sabatina do Senhor Bernardo Figueiredo para a próxima reunião desta Comissão, quarta-feira, quinze de fevereiro de dois mil e doze. A proposta do Senador Walter Pinheiro é aprovada, com o voto contrário do Senador Roberto Requião. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011**, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que “Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.” Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).” Rejeitado o Projeto. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.” Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto e a emenda a ele oferecida. A matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2011**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.” Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012**, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que expressa: “Nos termos do art. 93, §2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa da audiência pública convocada por intermédio do Requerimento (RQI) nº 70, de 22 de dezembro 2011, de autoria do Senador Ro-

berto Requião.” Rejeitado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que expressa: “Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar da estratégia da concessão de 77 terminais portuários brasileiros a operadores privados, com vencimento previsto até 2013. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos – Ministro dos Transportes; Senhor José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro-Chefe da Secretaria de Portos; Senhor Fernando Antonio Brito Fialho – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Senhor Luís Inácio Lucena Adams – Advogado Geral da União; e Senhor Wilen Manteli – Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).” Usa da palavra o Senador Ricardo Ferraço. Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que expressa: “Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater sobre a situação da malha ferroviária – dimensões, características e regulação – e o risco de apagão logístico no Brasil. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para discutir e debater sobre o assunto: Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos – Ministro dos Transportes; Senhor Bernardo Figueiredo – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Senhor José Baldez – Presidente da Associação dos Usuários de Trens de Carga (ANUT); Senhor Rodrigo Vilaça – Presidente Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Senhor José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).” Usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012**, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Acir Gurgacz, que expressa: “Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura de acordo com o artigo 90, para discussão sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – “PROPASS” no período de 08 a 17 de março de 2012, convocando as seguintes entidades: ABERT, ANTT, MINISTÉRIO DO TRANSPORTE, CNTT, CONUTI.” Usa da palavra os Senadores Ivo Cas-

sol e Ricardo Ferraço. Aprovado. **EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012**, de autoria do Senador Francisco Dorneles, que expressa: “Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Presidente da INFRAERO, o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil para que compareçam à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos leilões dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília.” Usa da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Braga, Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi e Marcelo Crivella. Aprovado. É registrada a Presença do ex – Senador Almeida Lima. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa, a leitura e a aprovação da Ata da 61ª reunião da Sessão Legislativa anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunicados.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1949, de 2011, do Presidente em Exercício do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreira, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº 025829/2010, sobre o levantamento realizado pela 8ª sessão, com vista a avaliar, *a posteriori*, o processo de licenciamento ambiental em obras de infraestrutura, especificamente nas obras da Rodovia BR-101, trecho Florianópolis–Osório, e da Ferrovia Transnordestina, trecho Salgueiro–Missão Velha.

Comunico também o recebimento do Aviso nº 16, de 2002, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando informações, em mídia digital, concernentes aos novos indícios de irregularidades graves na obra 429, Rondônia, construção do Presidente Médici, Costa Marcos, processo TC-005736/2011-0.

Registro também o recebimento do Ofício Circular nº 1, de 2012, do Diretor-Geral da Agência Nacional

de Transporte Terrestre, Bernardo Figueiredo, comunicando a realização de Audiência Pública nº 121, de 2011. Destina ao recebimento de contribuições acerca das minutas do edital de licitação e contrato de permissão dos serviços de transporte rodoviário e interestadual de passageiros operados por ônibus do tipo rodoviário. As sessões presenciais serão realizadas na cidade de Porto Alegre, no dia 31/01/2012; em Belo Horizonte, dia 02/02/2012; Recife, 09/02/2012; São Paulo, dia 16/02/2012; Salvador, dia 01/03/2012; Brasília, 08/03/2012.

Participo ainda o recebimento...

Solicitaria aos Srs. Senadores, senhores assessores, que permanecessem em silêncio.

Participo ainda o recebimento da Carta nº 059, de 2012, do Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, Marcelo Moraes, referente à nova gestão do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico, biênio 2012/2013.

Os referidos documentos encontram-se à disposição dos Srs. Senadores na secretaria desta Comissão.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a seguinte alteração na composição da Subcomissão Temporária sobre Aviação civil, criada pelo Regimento nº 68, de 2011, Comissão de Infraestrutura. Bloco de apoio ao governo. Titulares: Senadores Walter Pinheiro e Vicentinho Alves. Suplentes: Senadores Delcídio Amaral e José Pimentel.

Foi feita comunicação do Presidente do Senado Federal da designação dos membros da referida Subcomissão.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, eu estava conversando com o meu Líder, Blairo Maggi, eu, na condição de Vice-Líder aqui, tratando de assuntos internos. Peço até desculpa pela desatenção, mas foi proclamado o resultado na reunião que antecedeu a esta, e eu não poderia deixar de registrar os nossos agradecimentos aos colegas Senadores e Senadoras que nos delegaram a confiança na missão de presidir esta Comissão.

Portanto, quero registrar aqui os nossos agradecimentos, como também a presença do Dr. Ricardo, Diretor de Regulação Econômica da Anac, que se encontra na Secretaria da Comissão de Infraestrutura – que também seja bem-vindo à nossa Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Item 1 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria solicitar a V. Exª, acho que isso foi motivo de debate – Senador Requião –, eu pediria que nós déssemos prioridade, Senador Requião, à discussão acerca da questão da sabatina que envolve a recondução do dirigente da ANTT, e há sobre a Mesa, ou melhor, já discutidos por esta Comissão requerimentos tratando dessa matéria.

Então, eu diria que é importante que começássemos a discutir essa matéria para que a gente pudesse inclusive tirar o encaminhamento, qual vai ser o posicionamento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O Ricardo está propondo que se discuta o que tem convergência. Vamos convergir logo para essa questão que acredito que é importante, e a gente já segue com o encaminhamento.

Eu só queria reafirmar aqui uma série de tratativas que nós buscamos fazer com o Senador Requião, conversei com S. Exª inclusive durante e até antes do início dos trabalhos – eu estive aqui na última Sessão Legislativa – e eu queria insistir na própria questão do procedimento.

O Senador Requião havia feito um requerimento de audiências públicas, havia aquiescido, eu entendi assim – pode ser que eu esteja enganado, Senador Requião, V. Exª me corrija ou ratifique essa posição. O Senador, em conversa conosco, aquiesceu na questão da diligência, para que esta Comissão pudesse promover a diligência, e acho que, a partir dessa questão, nós poderíamos decidir aqui essa diligência, ou seja, a busca de informações, de documentações, e, ao mesmo tempo, marcar exatamente a data para que esses resultados sejam apresentados e promovermos aqui a sabatina do dirigente da ANTT.

Então, eu gostaria que esse assunto fosse pautado para que a gente pudesse ter esse encaminhamento em relação a essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu recebi a respeito desse personagem, Bernardo Figueiredo, da ANTT, denúncias extremamente sérias, inclusive por parte do Ministério Público Federal, do segundo do Ministério Público Federal, depois do Gurgel.

A Assembleia de São Paulo fez uma CPI extremamente séria, responsabilizando o Sr. Bernardo Figueiredo por uma série de comportamentos, como diria a nossa Presidenta Dilma, inadequados, ou de malfeitos, para ser mais preciso. E eu requeri, na última reunião da Comissão de Infraestrutura, que fosse sustada a audiência do Sr. Bernardo Figueiredo até que algumas diligências fossem feitas a respeito das denúncias que eu expus na reunião.

Do ponto de vista do Regimento, só nos resta fazer a diligência. Por uma questão de um erro formal em um requerimento, a Secretaria da Comissão deixou de fazer a diligência durante esse mês, poderia ter feito – um erro formal da minha assessoria. Mas o requerimento votado foi um requerimento de diligência, conforme está, com extraordinária precisão, transcrito na Ata da última reunião.

Então, acho que nos resta cumprir o Regimento do Senado e não me tirar o direito que decorre da minha responsabilidade diante do País e dos meus eleitores de ver essa diligência realizada.

Qualquer antecipação de sabatina que se sobrepusse à diligência seria o mesmo de fazer a sabatina antes do interrogatório, ou seja, fazer a votação antes da sabatina.

Eu acho que é um interesse nacional, um interesse público, e eu, neste momento, estou me somando à Presidenta Dilma nessa necessidade absoluta de transparência, de faxina, de esclarecimento. E não vejo como nem por que deveríamos inverter esse processo.

Eu assumo um compromisso com a Mesa, com a Comissão: de instar, junto aos procuradores do Ministério Público e do Deputado da CPI, em São Paulo, para que rapidamente eles mandem suas respostas às acusações que eu elenquei na Comissão, por escrito. Depois disso, sim, podemos marcar a audiência pública, em que o indicado será sabatinado. Qualquer outra forma seria uma violência brutal contra o Regimento Interno do Senado e contra o meu mandato. E eu suporto isso na minha responsabilidade e nos compromissos que assumi com o meu Estado e com o País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, Senador Requião, de dizer a V. Exª que esta Presidência tomou toda a iniciativa que competia à Mesa, fizemos aqui, imediatamente após a solicitação de V. Exª, a votação do requerimento formal de audiência pública. Houve um equívoco por parte da assessoria de V. Exª, que gostaria que fosse feita uma diligência, mas o requerimento aprovado aqui foi de uma audiência pública. Essa audiência foi aprovada. Portanto, ela permanece, uma vez que foi feita a aprovação. Mas, ao lado disso, tomamos a iniciativa de promover as diligências pleiteadas por V. Exª.

Essas diligências foram feitas através de ofício desta Presidência. Estamos aguardando as respostas aos pedidos que foram solicitados. Esta Presidência tomou toda precaução no sentido de resguardar o mandato de V. Exª, assim como o de outros tantos Senadores que aqui sempre tiveram a sua voz respeitada e o seu mandato, acima de tudo, respeitado. Portanto, V. Exª pode ter certeza de que esta Presidência vai conduzir esse processo da melhor forma possível, respeitando o Regimento da Casa e respeitando, acima de tudo, o mandato de V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora, eu peço a palavra.

Eu só queria ler a minha intervenção, conforme está transcrita na Ata: “O Sr. Roberto Requião (...) para que esse pessoal possa ser ouvido antes da audiência pública”. É uma diligência que deve anteceder a audiência pública com o Sr. Bernardo Figueiredo. Ato contínuo a essa minha última fala, V. Exª colocou o requerimento em votação, requerendo apenas que o mesmo fosse formalizado, *verbis*, sua palavra: “Vou colocar o requerimento de V. Exª em votação, mas gostaria que V. Exª formalizasse posteriormente o documento”. Qual foi o meu requerimento? Diligência que antecederesse a audiência pública. Se não, nós estaríamos invertendo o processo. É o mesmo que votar antes da sabatina. Eu acho extremamente importante, para mim, para o Brasil, para a intenção da Presidenta Dilma de esclarecer tudo que possa existir mal esclarecido sobre o Governo Federal, sobre assessores de primeiro, segundo e terceiro escalão, que seja feita a diligência e, se necessário, que sejam ouvidos os membros do Ministério Público, o Deputado de São Paulo e os técnicos que eu convoquei nesse requerimento aprovado pelo Plenário da Comissão. Então, não vejo por que essa antecipação. Não vejo necessidade na antecipação. Pelo contrário, eu vejo necessidade absoluta de que essa indicação seja esclarecida.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª... Eu não estou entendendo. Não tem antecipação nenhuma.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Foi feita a aprovação do requerimento de V. Exª, o requerimento é claro...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Da sua parte, Presidenta,... Perdoe-me a interrupção. Da sua parte, não tenho nenhuma objeção. É que o Senador Walter Pinheiro está pedindo que se marque a audiência antes da diligência...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ele não falou, ainda. Ele não falou, ainda!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª não está sendo... Então, quero pegar as notas taquigráficas, como V. Exª leu. Espera aí, V. Exª não está sendo justo ou... Não sei em que V. Exª se centrou...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas, então não temos problema. Vamos fazer a diligência...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Temos problema sim, Senador Requião. Até por conta disso... Deixe-me somente concluir, Senador Lindbergh.

V. Exª, inclusive, me procurou; queria a diligência. Eu cheguei aqui, abri e disse: Tudo bem. Nós estamos solicitando a diligência.

A Senadora Lúcia Vânia apresentou a os resultados da diligência; independente, inclusive, da diferença entre o que constava das notas taquigráficas e o requerimento, a Senadora Lúcia Vânia providenciou a diligência.

O processo de sabatina é um processo que não tem nenhuma antecipação, Senador Requião. Há um processo marcado, houve uma reunião desta Comissão; esta Comissão faz o procedimento todas as vezes, em todos os casos, tenha ou não qualquer tipo de ponderação, diligência ou coisa do gênero. Em todos os casos, historicamente, a Comissão tem cumprido rigidamente o Regimento desta Casa.

Então, obviamente, é regimental e legal que cada Senador ou que cada interessado apresente, inclusive na reunião de sabatina, porque ela é uma reunião de audiência, em que o sabatinado é, inclusive, por nós completamente levado à apresentar tudo sobre a sua vida, até com relação a essas questões externas que V. Exª levanta.

Simplesmente, o que nós estamos propondo é que, feito esse pedido de diligência, encaminhadas essas questões, que nós marquemos a reunião em que o resultado dessa diligência, onde a sabatina se processe. Nós não podemos ficar aqui até o ano dois mil e não sei quanto, Senador Requião, aguardando para fazer.

Então, na realidade, é diferente. Concorro com V. Exª na diligência, mas não concordo com V. Exª quando diz que não tem que marcar a data da sabatina em nome da diligência. Então, a data da sabatina pode ser marcada, mas a apresentação da diligência não interfere uma coisa na outra. O que nós estamos solicitando à Comissão é o cumprimento daquilo que V. Exª solicitou: a diligência, a coleta de documentos, tudo o que V. Exª levantou acerca do Sr. Bernardo Figueiredo, que está sendo indicado para a recondução

e que esse material possa estar aqui exatamente na sabatinada.

Portanto, marquemos a data da sabatina e nessa sabatina, na data dessa sabatina apresentar-se-á todo o resultado, inclusive da diligência, Senador Requião. Então, não há nenhum pedido de antecipação; nós não estamos propondo nem a antecipação... E quero reafirmar aqui a condução corretíssima da Senadora Lúcia Vânia no que diz respeito a esse processo. O que estamos pleiteando, aqui e agora, é isso: completa-se a diligência, vê-se o resultado da diligência e marca-se a data da sabatina em que teremos a oportunidade de receber o material da diligência e fazermos aqui a apreciação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, há um problema aqui que preocupa o Governo, que preocupa a nós, como também a alguns Senadores da base aliada. O mandato do Presidente da ANTT se encerra no próximo dia 18. Nós aqui, e o Senador Requião terá toda a oportunidade, durante a sabatina, de colocar todos os problemas que ele já expressou na reunião passada, que toda a semana ele vem levantando nesta Comissão de Infraestrutura. Essa vai ser a hora em que o Senador Requião terá a oportunidade de se confrontar, de se colocar diretamente com o Presidente da ANTT.

Agora, o mandato se encerra no dia 18. É importante dizer que, se não aprovarmos na próxima semana o nome de Bernardo Figueiredo, a ANTT não vai poder se reunir. Só tem dois diretores, não tem nem condições de se reunir. Nós estamos em um momento em que para o Brasil é fundamental acelerarmos os investimentos; nós temos que crescer, pois estamos em meio a uma crise econômica internacional.

Então, concretamente, aqui, o Senador Roberto Requião tem todo o direito, a diligência já foi pedida. Mas, o que queremos, aqui, é marcarmos a data da sabatina para a próxima semana, porque nós não podemos paralisar os trabalhos da ANTT, e esse fato acontece a partir do dia 18. A ANTT não pode se reunir com menos de três diretores. Então, sem rodeios, o que nós queremos concretamente aqui, sem prejuízo de nenhum debate, de nada, é marcar a data da sabatina para a próxima semana, porque nós não podemos deixar o prazo do dia 18 passar.

Estou sendo completamente direto e franco aqui nas minhas afirmações, Senador Roberto Requião. Precisamos marcar a data dessa sabatina para a próxima semana.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senadora, eu fui citado. Mais direta ainda e extraordinariamente franca vai ser a minha fala neste momento.

As informações que tenho são de que o Sr. Bernardo Figueiredo foi quem assinou como preposto do setor privado a privatização no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A informação que tenho e quero verificar na diligência é de que o Sr. Bernardo Figueiredo era Presidente do Conselho da LL.

A informação que tenho é de que o Sr. Bernardo Figueiredo tinha ações de quatro empresas privatizadas.

A informação que tenho é de que o Sr. Bernardo Figueiredo era Presidente da Associação das Empresas Ferroviárias Privadas do Brasil.

Desta forma, além de outras abordagens que foram feitas pelo Ministério Público Federal, o Sr. Bernardo Figueiredo não pode ser o cabrito cuidando da horta. Ele não pode ser o fiscal das suas empresas.

A informação que tenho é de que as suas ações foram vendidas para uma *offshore*.

A informação que tenho é de que essa *offshore* pode ter a participação também do Sr. Bernardo Figueiredo.

Coisas a verificar.

A informação que tenho é de que hoje a Valec, por exemplo, tem 370 funcionários; 250 são comissionados. E a informação que tenho a ser verificada é de que esses 250 funcionários que constroem o preço das obras ferroviárias no Brasil são indicados pelas empresas ferroviárias privatizadas. Portanto, a serviço das suas próprias empresas.

E isso tem que ser esclarecido antes da votação.

Que se me dá se dia 18 acaba o mandato do Sr. Bernardo Figueiredo. Temos que saber se o Sr. Bernardo Figueiredo tem condição de representar o interesse público dentro das empresas, dentro da ANTT, da Agência. Isso tem que ser verificado antes. Porque a sabatina só poderá ser conduzida no momento em que tivermos essas informações aqui no plenário do Senado. Não é possível que a urgência da nomeação seja superior à idoneidade do nomeado.

Isso não pode se transformar numa brincadeira. E perdoem-me a franqueza que V. Ex^a mesmo me pediu, não é possível que seja atropelada esta sabatina e imposta, na mão grande, a nomeação antes de uma investigação séria.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr^a Presidente, eu peço a palavra para dizer que eu fui um dos Senadores, na reunião, que aprovou um requerimento do Senador Roberto Requião, até em função da gravidade dos fatos levantados pelo Senador Requião que a mim merece toda a credibilidade, e é um membro do Senado da República.

Agora me parece que o Senador Walter Pinheiro e o próprio Senador é que estão propondo que daqui para semana que vem, ou seja, na quarta-feira, a gente pudesse fazer a sabatina e essas informações... A sabatina não será logo de imediato. Acho que isso seria importante. Faz-se a sabatina. Nessa sabatina vai ser inquirido e trazido aqui todo o tipo de informação e, logo em seguida, não no mesmo dia, a data da votação. Porque a sabatina é exatamente para isso, para que a pessoa possa se defender e para que possamos trazer aqui à luz as argumentações.

Então sou favorável, e fui favorável ao requerimento do Senador Roberto Requião, mas neste momento tenho que concordar com o Senador Walter Pinheiro que precisamos marcar a data da sabatina. Aliás, a sabatina no Senado existe para isso mesmo, para que todas essas dúvidas sejam dirimidas.

Eu sou um daqueles, Senador Roberto Requião, pode ter certeza V. Ex^a, se pairar alguma dúvida, se alguma coisa disso for provada, sou um daqueles que vou acompanhá-lo nesta votação. Pode ter certeza V. Ex^a de que nós não vamos ser coniventes com isso.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Uma questão de esclarecimento. Como nós podemos proporcionar ao Sr. Bernardo Figueiredo a defesa antes da acusação?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Requião, o Sr. Bernardo Figueiredo...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, vamos ouvir a Vanessa. Depois eu volto a palavra.

V. Ex^a já está inscrito, Senador Renan.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho que o clima que paira aqui na Comissão, Senador Requião, é exatamente o que acaba de ser expresso pelo Senador Moka. Ninguém quer aqui, eu pelo menos não tenho qualquer desejo de que isso aconteça, que os questionamentos feitos pelo Senador Roberto Requião fiquem sem resposta. Nenhum de nós, nenhum de nós quer isso. É exatamente para isso que a legislação determina que todos os indicadores para a agência sejam ouvidos.

Eu acho que a esse próprio Bernardo Figueiredo, que sequer conheço, mais do que a qualquer um de nós, interessa que as respostas sejam dadas, penso eu, mais do que qualquer um de nós. Ele já é diretor de uma agência importante e está sendo indicado à recondução.

Então quero aqui fazer uma proposta: vamos manter, Senador Requião, a sabatina marcada, porque nós não podemos, em nome de uma questão, paralisar o trabalho de toda uma agência, o que pode trazer prejuízos gravíssimos.

Agora, vamos fazer o seguinte, Senador Requião, só um segundinho, ainda não fiz a minha proposta...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– A Senadora me permite um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Um momento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Nós não estamos paralisando nada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não. V. Exª fez questionamentos objetivos, sintéticos, claros. Quem responderia esses questionamentos, eu perguntaria, Senadora Lúcia Vânia? O Ministério Público, o Poder Judiciário? Quem responderia? Por que não encaminhar ao Dr. Bernardo Figueiredo para que dê as respostas? Vamos encaminhar a ele. Ele que responda: sim, não e, se sim, por que, quando, como, aonde. Vamos encaminhar a ele, Senador Requião, essa é a sugestão que eu faço à Senadora Lúcia Vânia. O senhor redija todos esses seus questionamentos, encaminhamos hoje ainda e vamos manter. Ele virá e trará as respostas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Permite-me, Senadora, falar da impossibilidade da sua proposta?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Como eu posso encaminhar ao Sr. Bernardo Figueiredo um questionário antes de o Ministério Público chegar aqui e esclarecer quais são as suas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Será que ele vai mentir nas respostas? Não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– E eu posso mentir nas perguntas? Eu elenquei algumas delas. O Ministério Público vai trazer o elenco de dúvidas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim, mas enquanto o Ministério Público não traz, vamos encaminhar esses seus questionamentos. Não é o senhor que vai encaminhar, é a Presidenta da nossa Comissão, cumprindo algo que já foi aprovado: diligência. Quem pode responder diligência? Vários.

Não apenas um ente, não só o Ministério Público, mas também o Poder Público. Até a ANTT pode responder e o próprio Sr. Bernardo Figueiredo, que é, penso, a quem mais interessa.

Então fica a minha sugestão, Presidenta Lúcia Vânia.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu passo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Srª Presidenta, eu estou tentando fazer um esforço aqui exatamente para colaborar com o melhor entendimento. O Parlamento, aliás, caminha pelo consenso e não pelo dissenso. Se nós sairmos daqui com um acordo mínimo que seja de procedimento, com um cronograma, com um calendário, eu acho que nós estaremos fazendo muito bem. A sabatina não se esgota em si só, não se completa em si mesma. Nós temos que fazer a sabatina, ouvir os indicados, discutir com eles e, ao final, ao cabo, fazer o processo de votação. Eu acho que se nós sairmos daqui com esse calendário posto e pudermos avançar com relação a isso – claro que não está fácil, faço até um apelo para que isso aconteça e como puder eu vou colaborar –, acho que estaremos fazendo muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral. Logo em seguida, Flexa Ribeiro e José Pimentel.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Srª Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, eu acompanho atentamente aqui as preocupações de vários companheiros Senadores e companheiras. O Senador Requião, há muito tempo, vem se manifestando com relação ao Dr. Bernardo Figueiredo na ANTT de forma absolutamente legítima, porque foi Governador e é Senador da República de um Estado importantíssimo da Federação. Mas, eu queria ponderar. Acho que estamos encaminhando essa discussão para uma coisa mais sensata e dentro do regimento das comissões.

Vai ser elaborado o relatório de recondução do Bernardo Figueiredo e a sabatina, como foi dito aqui por vários Senadores que me antecederam e pela Senadora Vanessa, é para isso, para discutirmos, verificarmos se o indicado tem conhecimento da área à qual está sendo sabatinado. E, na minha leitura, o Dr. Bernardo Figueiredo conhece muito bem a área, trabalha nisso desde a Casa Civil e acompanha os principais projetos. A sabatina é feita para isso.

Vamos fazer os questionamentos, como disse o Senador Renan Calheiros; se, efetivamente, as respostas não forem consequentes, pode-se dar um tempo; os Senadores de Senadoras vão estudar as justificativas. Os documentos, provavelmente, vão ser apresentados

pelo Dr. Bernardo Figueiredo. Tenho absoluta convicção de que muitas coisas que estão sendo levantadas aqui o Dr. Bernardo Figueiredo já vem preparando inclusive resposta, já tem a documentação necessária para fazer o contraponto, até porque muitos assuntos que foram aqui colocados já são públicos há algum tempo.

Portanto, se partirmos do pressuposto de que, antes da sabatina, temos que fazer a condenação, então não sei o que estamos fazendo aqui, especialmente por que o Senado sabatina membros da ANTT, das demais agências reguladoras e do Dnit.

Assim, apelo para uma decisão sensata: marcar a sabatina e, se os Senadores não se sentirem confortáveis para deliberar sobre o nome do Dr. Bernardo Figueiredo, dar-se um tempo para que se analisem os documentos, se avaliem as respostas todas e, depois, votar, numa outra data aprazada, mas seguindo a liturgia, seguindo o que o Regimento determina.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senador, permita-me um aparte?

V. Ex^a é presidente de uma Comissão e eu sou também. O Regimento Interno determina que a sabatina é feita no dia da eleição. Portanto, estou caindo numa armadilha: faz-se a audiência pública e, em seguida, o Regimento determina a eleição, sem que as diligências sejam feitas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Não, Senador.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Não precisa. Necessariamente, não.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Senador, só vou dar um exemplo prático somente.

Ontem, aprovamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, o nome do novo conselheiro do Cade e ele foi sabatinado ano passado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – A votação, Senador Requião, não tem que ser necessariamente no dia da sabatina.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta Lúcia Vânia, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vou apresentar uma proposta para conciliar.

Acho que é importante não deixar a ANTT sem condições de funcionar.

Senador Lindbergh, ao chegar ao plenário, dizia que, com dois conselheiros, não poderia estar em pleno funcionamento.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de falar aos Srs. Senadores que suspendo, após a fala dos Senadores, por cinco minutos a reunião, para que V. Ex^{as} conversem, se acharem necessário.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Requião propõe que não seja feita a sabatina antes da diligência.

A minha proposta é que ao invés de se fazer diligência se faça uma audiência entre a sabatina e a reunião de votação, porque não ocorrerá, como diz o Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A sabatina já é uma audiência, excelência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não; entre a reunião de sabatina e a reunião de votação, que não é única, como diz o Senador Requião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Nós vamos abrir um grave precedente. Eu quero ter oportunidade de conhecer e questionar o Sr. Bernardo Figueiredo, até porque fizemos aqui um debate muito duro em relação ao trem-bala. Nós temos que dar oportunidade a ele de ele se defender e, aos Senadores, a oportunidade de fazerem o questionamento e firmarem o seu juízo de valor. É um direito que nós temos de exercer a prerrogativa, ou seja, fazermos a sabatina...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Mas nós faremos a sabatina. Nós faremos a sabatina.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB –

GO) – Senador Ferraço, a proposta dele é a seguinte...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O

Senador Requião... Nós aprovamos uma diligência. Faremos a sabatina.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB –

GO) – Face à sabatina e entre a sabatina e a votação, depois da sabatina...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É,

depois da sabatina.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas se eu me convencer, no dia da sabatina, que ele é bom ou que ele é ruim? Eu preciso votar. Nós vamos criar um precedente aqui que não é regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Não, não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –

ES) – Porque a sabatina já é uma audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Nós aprovamos uma audiência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O

voto é para você aprovar ou desaprovar. A sabatina é que convence o voto. A sabatina é que determina o encaminhamento. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Quer dizer... Então, nós não faremos... Não é diligência, é audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Não. Foi feita uma diligência...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já foi feita?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Já foi encaminhada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, aprovada, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Já foi encaminhada a diligência solicitando a resposta a todas as perguntas do Sr. Senador Roberto Requião. Foi encaminhado a todos os Senadores a leitura das denúncias que ele fez aqui na última reunião. Então, todo o procedimento foi feito de acordo com a solicitação do Sr. Senador Roberto Requião.

Agora, o que estamos discutindo aqui é a data da sabatina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A sabatina já foi agendada.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Senadora, só um esclarecimento: a diligência é para ouvir quem: o Sr. Bernardo Figueiredo ou...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Um minutinho.

A palavra está com o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A diligência, nós vamos aguardar a resposta do Ministério Público, é isso?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, nós estamos aguardando a resposta e hoje, a gente está discutindo aqui nesta reunião a data da sabatina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, então vamos marcar para a semana que vem, não tem como esperar, Senador Requião. Não tem como. Aí nós temos que marcar efetivamente a reunião da sabatina.

Eu estava imaginando, Presidenta, que nós iríamos fazer uma audiência aqui no plenário da Comissão. Se fosse assim, nós poderíamos fazer a audiência entre a sabatina e a reunião de votação, seria mais lógico.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa, o Senador Requião já esclareceu que o requerimento que fez e que foi aprovado aqui não era para uma audiência pública, e sim para uma diligência. Então, nós reconsideramos o requerimento, fizemos a diligência e foi anulada inteiramente a ideia da audiência pública, que não é o que ele quer. O que ele quer é a resposta das perguntas que foram feitas por ele ao Ministério Público.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, isso não tem prazo definido. Nós não podemos parar os trabalhos da Comissão e nem da agência. Nós temos que marcar efetivamente a audiência, a sabatina

para a próxima semana. E eu fico com o Relator, para que possamos fazer o mais breve possível na próxima terça-feira, se for o caso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta, pela ordem.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidenta, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Pimentel e, logo em seguida, pela ordem, o Senador Delcídio.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta, os entendimentos caminham para que nós possamos marcar a sabatina nesse sentido, Senador Renan Calheiros. Foi muito claro na importância o nosso Senador Flexa Ribeiro. Conclui também nesse sentido.

Nós tivemos também, na Comissão de Constituição e Justiça, no segundo semestre de 2011, quando estávamos indicando os nomes para o Conselho Nacional de Justiça, uma grande dúvida com relação à recondução de um conselheiro da OAB que tinha como sede Santa Catarina. Boa parte dos nossos Senadores tinha muitas dúvidas, parecidas com essas, muitas indagações. Fizemos a sabatina, ao término, foi esclarecido, e o Senador que tinha mais dúvidas, que era o Senador Demóstenes Torres, ao término, disse: vou votar favorável, porque minhas preocupações, minhas dúvidas, as denúncias que eu havia recebido aqui foram esclarecidas, e não tenho mais por que ter dúvidas sobre aquelas preocupações que eu tinha.

Portanto, eu acredito que vamos ouvir o Sr. Bernardo Figueiredo pela segunda vez. Ele já foi sabatinado nesta Comissão e está sendo reconduzido. Ao término da sabatina, faremos um juízo de valor sobre a deliberação, e cada um delibera de acordo com a sua consciência.

Portanto...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora, eu tenho uma proposta conciliadora.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instantinho. Pela ordem, foi o Senador Delcídio; logo em seguida, passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito rapidamente, Senadora Lúcia Vânia, só para fazer uma observação: eu nunca vi – é evidente que há muitos Senadores e Senadoras que têm muito mais tempo de Senado do que eu aqui – essa história de fazer entremear sabatina com audiência pública, para depois votar. Nós temos de tomar muito cuidado, porque vamos abrir um precedente aqui, e quero ver as próximas sabinas no Senado Federal como é que vão ocorrer.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esse assunto já é vencido.

Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora, eu acho que nós podemos resolver isso, a bem da transparência absoluta.

O art. 142 do Regimento Interno, que se refere a diligências, diz o seguinte: “A diligência pode ser feita por escrito ou oralmente.”

Se há tanta urgência na oitiva do Sr. Bernardo Figueiredo – e, da forma como está colocado, estou vendo já que ignoraram completamente as objeções que eu levantei; eles estão dizendo que têm que colocar dia 18; então, pretendem nomeá-lo, chova ou faça sol –, a minha proposta é a seguinte: fazemos a sabatina do Sr. Bernardo Figueiredo na quinta-feira; e, na quarta-feira, convocamos as pessoas que eu arrolei no meu requerimento para deporem na Comissão. Nós convocamos o Ministério Público na quarta-feira, convocamos o Deputado Mauro Bragato, de São Paulo, na quarta-feira, e o técnico que eu arrolei.

Então, na quarta-feira, teremos a diligência feita por escrito e oralmente, com a presença aqui, segundo o art. 142, e, na quinta-feira, para satisfazer os nossos companheiros da Liderança do PT, fazemos a audiência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não pode ser assim, como uma questão de nos satisfazer. Quero uma questão de ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Requião, nós temos tratado V. Ex^a com todo o respeito. Não é satisfazer aqui, ali e acolá. Inclusive procurei V. Ex^a e quero de novo insistir: a sabatina é o local onde quem quiser trazer o que quiser...

Então, não se trata aqui, com data marcada, para reconduzir ninguém. Sabatina é o foro...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não! Na sabatina, só fala o sabatinado e os Senadores. Não fala mais ninguém. E eu estou requerendo uma diligência para ouvir o Ministério Público, o Deputado Mauro Bragato e um técnico que arrolei.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, quero apresentar uma proposta...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu só quero concluir!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Posso assegurar a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estou propondo que nós marquemos a sabatina para quarta-feira. V. Ex^a apresenta aqui o resultado da diligência que foi pedida a esta Comissão, os Senado-

res vão tomar conhecimento de todos os dados, de Ministério Público, de CPI, e nós, Senadores, vamos ter oportunidade de, em conhecendo todo o material, arguir o sabatinado e aqui fazermos um juízo de valor em relação ao sabatinado.

Portanto, estamos propondo marcar a data da sabatina para quarta-feira, com a apreciação de todo o resultado da diligência, que já havia sido pedida a esta Comissão, e a Comissão havia encaminhado.

É isso que gostaríamos de propor no nosso encaminhamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Como é que nós podemos analisar a documentação entregue no dia da sabatina, a documentação entregue pelo Ministério Público, pelo Mauro Bragato e pelo Ferraz? No dia da sabatina, vamos analisar a documentação?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou colocar em...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vamos tentar esclarecer isso aí, de uma vez por todas! Vamos ouvir essa gente! Quem sabe se não me convencem de que todas as informações que eu recebi não são corretas, que ele nunca foi presidente da LL, que ele nunca foi dono de quatro empresas, que ele nunca foi presidente da associação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós já recebemos, todos os Senadores já receberam, Senador Requião, a representação do Ministério Público, o resultado da CPI de São Paulo...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou colocar em votação a proposta do Senador Walter Pinheiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Simplesmente uma informação: os Deputados receberam o que eu coloquei previamente. Não foi uma comprovação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou colocar em votação a proposta do Senador Walter Pinheiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Qual é a proposta?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acabou de dizer, Senador Requião!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sem diligência? Quer dizer, *capitis diminutio* no meu mandato de Senador? Eu não tenho o direito de me informar para poder votar na sabatina do Sr. Bernardo

Figueiredo? Porque vamos fazer a sabatina antes de eu receber as informações que solicitei.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Por que não mandam, então? Por que não mandam até quarta-feira?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eles não mandam até quarta-feira porque a Comissão só contactou – e não sei se efetivamente ainda tenta contactar – a partir de ontem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em função do erro da assessoria de V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas aqui é o resultado da CPI de São Paulo. Temos a representação do Ministério Público, as informações estão com os Senadores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Bom, isso para mim, Senador Lindbergh, seria o suficiente para nós nem falarmos em Bernardo Figueiredo mais. Mas parece que não é suficiente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação a proposta do Senador Walter Pinheiro.

Se V. Ex^a também quiser que coloque a proposta de V. Ex^a em votação...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu quero encaminhar contra.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu quero que o Regimento Interno do Senado seja cumprido. Eu requeri diligência, a diligência foi aprovada por unanimidade na Comissão, e eu quero ouvir essas pessoas arroladas, através do material escrito ou segundo o desejo de cada um deles, oralmente, com presença no plenário da Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Para encaminhar, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para encaminhar, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Em cumprimento ao Regimento inclusive, já que diligência foi solicitada, esta Comissão tomou as providências, nós precisamos marcar exatamente a data da sabatina, recebendo todo esse material da diligência, e, portanto, dar sequência à sabatina do Sr. Bernardo Figueiredo. Portanto, nós estamos propondo que, já na próxima semana, seja marcada a data da sabatina com o Sr. Bernardo Figueiredo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Contra a proposta, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu aceito a proposta do Senador Walter Pinheiro se a Comissão concordar em marcar uma audiência pública dos arrolados na diligência para a quinta antes da votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não sei se vai ter votação na quinta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A sabatina na quarta; na quinta, a audiência do Ministério Público...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, o contrário.
Sr^a Presidente, vamos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Antes da votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vamos marcar a sabatina. E depois da sabatina vamos ver que procedimento vai ocorrer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, nós já vimos. Houve uma votação nesta Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Várias comissões já votaram, Senador Requião, depois de sabatina. Várias, não foi só uma não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não, mas tem uma votação determinando que a sabatina só seria feita depois da diligência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas a diligência já foi encaminhada. Então, nós estamos marcando agora...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas não foi completada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, nós estamos marcando a data da sabatina, completando a diligência e, portanto, dando sequência.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou colocar em votação. Nós vamos marcar a data... Nós vamos marcar a data da sabatina e, posteriormente,...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Por que não na quinta-feira?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ...se na sabatina o Senador Requião não se sentir à vontade, nós prosseguiremos a votação em outra ocasião. Mas a sabatina será feita na quarta-feira. Vou colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma observação.

Sr^a Presidente, a senhora está dizendo que se o Senador Requião, na quarta-feira, depois da sabatina, não se sentir ainda satisfeito, nós podemos não votar.

Não estou dizendo que não vamos. Podemos não votar na quarta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Será...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Se essa for a decisão da maioria. Se essa for a decisão da maioria, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu quero dizer o seguinte: após a sabatina...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Isso me parece de bom senso, me parece de bom senso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Após a sabatina...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Se essa for a decisão da Comissão, da maioria...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Após a sabatina...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Certamente, Senador. Certamente que a maioria. Nós não estamos garantindo aqui que não terá a votação. Mas a Presidente, salvo melhor juízo, disse que o Senador Roberto Requião, na quarta-feira, não se sentindo à vontade, pode pedir que não votemos no mesmo dia. E a maioria pode decidir por atender o Senador Roberto Requião porque entende que precisa de mais informações. É essa a proposta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É exatamente isto: se ele não se sentir contemplado com a sabatina, ele pode pedir, e o Plenário vai decidir o que for melhor.

Em votação a proposta da sabatina na quarta-feira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o meu protesto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A sabatina será feita na quarta-feira,...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o meu voto contrário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ...com o protesto e o voto contrário do Senador Requião.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A senhora já encerrou o encaminhamento, mas só para não haver dúvidas sobre o posicionamento do Senador Moka e da senhora. Para não haver dúvidas. O Senador Requião

não terá direito a veto, não é? Quer dizer, vai colocar aqui para o Plenário, e o Plenário vai decidir. Porque ficou meio mal entendida essa posição...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na verdade, a sabatina ... Eu disse Senador Requião porque ele coloca essa situação. Agora, pode ser que outros Senadores não se sintam contemplados. Vamos colocar então em votação. Se o Plenário achar que não deva votar naquele dia, não será votado. Mas, é preciso que haja clareza nisso aí.

Se os Senadores não se sentirem contemplados... Todos os Senadores sabem e receberam as denúncias aqui feitas pelo Senador Requião. Os Senadores estão de posse de todo questionamento que poderá ser feito. Se algum outro sentir que não foi contemplado com as respostas aqui dadas, nós decidiremos se vamos votar naquele dia ou não. Isso fica determinado assim e, na quarta-feira, faremos às 10 horas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, com a sabatina definida para a próxima quarta-feira, por que não fazemos a audiência pública para ouvir as autoridades que o Senador Requião deseja na terça-feira? Podemos fazer aqui uma audiência na terça-feira com a sabatina definida, para que esses elementos trazidos ao Plenário pelo Senador Requião possam estar disponibilizados, sem prejuízo da sabatina. Isso pode enriquecer inclusive a sabatina.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu acredito, Senador Ferraço, que fica muita coisa, muitas sessões ao mesmo tempo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas é uma forma de nós enriquecermos o debate com a sabatina.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acredito que a sabatina vai nos dar o norte. Se os Senadores sentirem que não foram contemplados, eu me proponho a fazer uma audiência pública em seguida. Mas, é preciso que se dê oportunidade de fazer a sabatina e de se cumprirem os procedimentos que são normais aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou propondo que seja sem prejuízo da sabatina. O Plenário da Comissão já definiu fazermos a sabatina na quarta-feira. Muito bem. Temos segunda e terça-feira para fazermos essa audiência pública e trazermos, eventualmente, esses depoimentos, essas autoridades que deseja o Senador Requião, para enriquecimento da sabatina que será quarta-feira.

Os Senadores que tiverem interesse... E eu tenho interesse e estarei aqui na segunda e na terça, e o Senador Requião poderá assegurar, segunda ou terça-feira, a presença aqui das autoridades. Temos segunda e terça para fazer essa audiência para ouvir

mos o Ministério Público, para ouvirmos o Deputado de São Paulo, para ouvirmos a Comissão Parlamentar de Inquérito que foi feita em São Paulo, mas isso não prejudica a sabatina quarta-feira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Senador Ferraço...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, nós já terminamos de deliberar sobre essa matéria, de que vamos fazer a sabatina na quarta-feira. Qualquer medida diferente vai dificultar ainda mais a condução entre os nossos pares. Portanto, vamos fazer a sabatina na quarta-feira. É uma grande audiência sobre isso.

Quero registrar que aprendemos a respeitar o Regimento e a todos os Parlamentares. Aqueles que acham que é uma vergonha, é melhor ver a votação que tivemos há pouco, que não foi por unanimidade por apenas um voto. Portanto, sou daqueles que entendo que todos nós chegarmos aqui pela porta larga da eleição direta. Temos o mesmo valor, o mesmo respeito, e vamos cumprir o que deliberamos, como muito bem V. Exª tem feito nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Presidenta, acho que, marcada a audiência, marcada a nossa sabatina, V. Exª falou para quarta – não será quinta?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quarta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Não é dia da nossa reunião da Comissão?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não, porque nós precisamos garantir o quórum. Quinta-feira é sempre muito difícil garantir quórum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Srª Presidente, quarta-feira, às 10 horas, temos reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que me parece ter preferência sobre as demais. É preciso que se observe essa questão regimental.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Temos aí um problema de calendário. Mas, se V. Exª confirmar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A preferência não é regimental, é só na tevê. Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Pois é, Presidenta, eu gostaria de corroborar, aqui, e dar apoio a essa proposta do Ferraço. Se nós pudéssemos, para prestigiar o companheiro Requião, fazer

essa audiência e ouvir essas pessoas que ele propõe antes da sabatina nós esclareceríamos tudo e poderíamos com tranquilidade deliberar sobre a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Crivella, já foi decidido isso em votação. Agora, eu já disse aqui: se os Srs. Senadores não se sentirem contemplados com a sabatina nós não faremos a votação nesse dia e tomaremos a atitude que for necessária.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Pela ordem, Senadora, para uma questão de esclarecimento, só para ficar bem claro para mim.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Então, a conclusão é a de que a maioria da Comissão não me deu o direito de ouvir o Ministério Público Federal, o Deputado Mauro Bragatto e o Ferraço, nem na segunda, nem na terça, nem nunca!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– A minha proposta é que na segunda ou terça-feira, independente da sabatina marcada para quarta-feira, nós pudéssemos reunir a Comissão...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– E eu apoio essa proposta. Eu quero apoiar!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– ...e pudéssemos trazer as autoridades e os depoimentos que propõe o Senador Requião, como forma de enriquecer o debate e a sabatina na quarta-feira.

Acho que neste sentido nós poderíamos fazer um esforço para prestigiar o trabalho do Senador Requião, sem prejuízo da sabatina que já está marcada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Foi a proposta que eu fiz, mas eles não querem ouvir ninguém.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Aí a deliberação é da Presidente. Acho que nós poderíamos, segunda ou terça, marcar. Aqui, os Senadores que tiverem interesse que se façam presentes, como é o meu caso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ferraço, eu tenho a maior atenção com o Senador Requião, fiz tudo o que foi solicitado. Agora, foi votado que a sabatina será feita na quarta-feira e decidi que se os Senadores não se sentirem contemplados com a resposta que será dada aqui na quarta-feira não será colocado em votação.

Então, essa é a deliberação que foi feita e essa que vai permanecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Manda quem pode, obedece quem tem juízo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente! V. Exª me desculpe, mas é assim mesmo! *(Risos.)*

Eu pediria aos Srs. Senadores que me ajudassem aqui, agora, para fazer a votação de três matérias que precisam de quórum qualificado.

Eu já escutei demais vocês hoje. Flexa...

Está suspensa por 5 minutos até vocês se acalmarem.

Senador Flexa, vamos votar esse projetinho terminativo aqui, para ajudar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nós temos importantes requerimentos a serem votados, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois é, então vamos lá. Vê se vocês acalmam um pouquinho.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011

– Terminativo –

Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 – Em 20/12/2011, foi lido o Relatório e adiadas a discussão e votação da matéria.

2 – A matéria constou da pauta da Reunião dos dias 01, 20 e 22/12/2011.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, apenas para fazer um esclarecimento sobre o projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, nosso parecer foi fundamentado em uma nota técnica que a Marinha nos encaminhou.

No entanto, nós tivemos no final do ano toda uma discussão pela imprensa brasileira, sobre uma série de irregularidades que são praticadas nesse setor de aviação, no alto-mar ou na costa brasileira. E ali, o Comando da Marinha teve também uma posição totalmente diferente da que mandou na nota técnica.

Em face disso, estou solicitando a retirada desse projeto para reavaliar meu parecer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A matéria será retirada por solicitação do Relator.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005

– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves (substituído por *ad hoc*)

Relatoria Ad Hoc : Senador Walter Pinheiro.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1 – Em 27/10/11, sendo designado Relator “*ad hoc*” o Senador Walter Pinheiro, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria.

2 – A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 10, 17 e 24/11/2011 e 01, 20 e 22/12/2011.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005.

Quero lembrar aos Srs. Senadores que aqueles que acompanham o Relator votam “não”.

Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – “Não”.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*
Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Conforme o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Voto conhecido.

Senador Inácio Arruda? *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vanessa... Senador Waldemir Moka? *(Pausa.)*
Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eduardo Braga? Com o Relator? (Pausa.)
Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O projeto foi rejeitado, acompanhando o voto do Relator, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Relatoria : Senador Antonio Carlos Valadares (substituído por *ad hoc*).

Relatoria Ad Hoc : Senador Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1 – Em 06/07/2010, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresentou parecer favorável ao projeto.

2 – Em 20/10/2011, sendo designado Relator “ad hoc” o Senador Inácio Arruda, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria.

3 – A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 22 e 29/09, 27/10, 10, 17 e 24/11/2011 e 01, 20 e 22/12/2011.

Em votação a matéria. (Pausa.)

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto com o relator, nobre Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Waldemir Moka .

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acompanhando o Senador Moka, com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ciro Nogueira.

CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno.

A matéria vai ao turno suplementar (art. 282 combinado com o art. 92 . do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1– *A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle em decisão terminativa.*

2 – *A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 20 e 22/12/2011.*

O Item 4 foi retirado de pauta a pedido do Relator.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do art. 93, §2º do Regimento Interno do Senado Federal, requero a dispensa da audiência pública convocada por intermédio do Requerimento (RQI) nº 70, de 22 de dezembro 2011, de autoria do Senador Roberto Requião.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(Pausa.)

Já foi aqui deliberado pela sua rejeição.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar da estratégia da concessão de 77 terminais portuários brasileiros a operadores privados, com vencimento previsto até 2013. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: – Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos – Ministro dos Transportes; – Senhor José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro-Chefe da Secretaria de Portos; – Senhor Fernando Antonio Brito Fialho – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); – Senhor Luís Inácio Lucena Adams – Advogado Geral da União; – Senhor Wilen Manteli – Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP);

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Rapidamente, Srª Presidente, apenas para evidenciar. Na prática, contratos de concessão de 77 terminais portuários operados pelo setor privado do Brasil, concessões feitas anteriormente a 1993, vencem até o final de 2013. E há, de fato, a necessidade de uma diligência muito grande por parte do Governo para que esses procedimentos possam ser adotados. O que não se pretende é que, na última hora, se diga que não houve tempo, não houve capacidade, não houve viabilidade. E, aí, se caminhe para o aditamento desses contratos. Parece-me que há um debate interno no Governo em relação a esse conflito: se vamos fazer concorrência ou se vamos aditar.

Portanto, eu acho que esta Comissão teria a tarefa de contribuir para este debate, trazendo, enfim, as autoridades para que nós pudéssemos debater este tema que é de absoluta relevância para o interesse do País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater sobre a situação da malha ferroviária – dimensões, características e regulação – e o risco de apagão logístico no Brasil. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para discorrer e debater sobre o assunto: – Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos – Ministro dos Transportes; – Senhor Bernardo Figueiredo – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); – Senhor José Baldez – Presidente da Associação dos Usuários de Trens de Carga (ANUT); – Senhor Rodrigo Vilça – Presidente Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); – Senhor José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, Sr^a Presidente, é só para...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É só para ajustar um pouco esta questão. Eu acho que é importante esse debate, até por que nós saímos, Senador Ferraço, de um processo de aprovação, por parte desta Casa e até diria do Congresso Nacional, do PPA 2012/2015. E, na oportunidade, eu funcionei, nesse PPA, como relator, e esse é um dos temas sobejamente bem contemplado no PPA. Mas é importante que discutamos até pelas faces hoje apresentadas nessa questão da malha ferroviária, nós temos operadores privados, parte da nossa malha está em concessão, tem um grande investimento, tem obras em curso. E é fundamental, até para a própria questão anterior levantada pelo Senador Ricardo Ferraço.

Então não tem como discutir a questão, por exemplo, dos portos sem antes discutir a questão da malha ferroviária. Então, é fundamental que tenhamos oportunidade, inclusive, de discutir aqui com o setor públi-

co e o setor privado a requalificação da nossa malha ferroviária, até eu diria isso antes de um processo inclusive de ampliação, que é extremamente necessário.

Então é oportuno, sim, e fundamental nesse quadrante de desenvolvimento e necessidade de investimentos internos face à própria crise internacional, que nós repaginemos essa nossa malha ferroviária brasileira

É muito importante esse debate, eu diria até que é, na minha opinião, nesse momento, nessa área de infraestrutura, o debate mais importante a ser feito. O Senador Blairo Maggi sabe disso, sobejamente bem como a gente já tinha afirmado a questão, por conta exatamente do setor de exportação, os corredores de exportações e, até a movimentação de carga no oeste brasileiro, que é o nosso celeiro assim, como também, a resolução para diversas outras áreas do Brasil.

Nós estamos falando, Senadora Lúcia Vânia, da saída do oeste, mas ao mesmo tempo se analisarmos essa discussão envolvendo a ferrovia, ela é em todos os lugares desse Brasil, todos, todos, no Norte, a experiência que se discute hoje no Nordeste, com a Transnordestina, a Fiol, que dialoga com o oeste e o leste, as dificuldades enfrentadas no Sudeste brasileira, a malha aí no Centro-Oeste, envolvendo Mato Grosso do Sul, por exemplo, Goiás e Mato Grosso, e a importância de uma discussão ali no Sul.

Esses projetos, todos eles, entraram no PPA, Senadora Lúcia Vânia, como fundamentais até 2015, no que diz respeito à reestruturação do setor de logística para o desenvolvimento do País. Então eu diria que o Senador Ferraço foi muito feliz ao propor esta audiência. E eu queria até aditar, ou até ajudar, eu acho que nós deveríamos transformar esta audiência ou até ajudar.

Acho que deveríamos transformar essa audiência em um grande seminário desta Comissão. Na minha opinião, esse é o tema mais importante para a gente abrir esse debate sobre a infraestrutura no Brasil, em 2012. Seria importante que a gente pudesse abraçar essa sugestão do Senador Ricardo Ferraço e dar uma consequência muito interessante a ela para que a gente contribua com o Governo Federal, mas principalmente com o nosso País, reestruturando sua malha ferroviária e, ao mesmo tempo, as potencialidades e a logística para o desenvolvimento e a exportação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de dizer ao Senador Walter Pinheiro que vamos promover. Então, gostaria de solicitar ao Senador Ferraço e ao Senador Walter Pinheiro que providenciassem um pequeno seminário – não precisa ser uma coisa grande –, mas que a gente possa discutir o assunto de forma mais ampla. Poderíamos fazê-lo logo após o Carnaval.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Ou, durante o Carnaval.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Durante o carnaval, não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Para mim não tem problema. Sou o único baiano que, literalmente, pula o Carnaval, pula fora do carnaval. Estou tranquilamente à disposição para essa discussão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Vamos fazê-la após o Carnaval. Vou procurar V. Ex^{as} para a gente promover essa audiência pública.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Há mais dois requerimentos.

Requeiro, nos termos regimentais, realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços e de Infraestrutura, de acordo com o art. 90, para a discussão sobre licitação de sistemas internacional, intermunicipais de passageiros – ProPass, no período de 8 a 16 de março de 2012, convocando as seguintes entidades: Abert, ANTT, Ministério dos Transportes, CNTT e Conut. Autoria: Senador Acir Gurgacz e Ricardo Ferraço.

É o mesmo assunto. Poderemos fazer isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Não, são assuntos diferentes.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Gostaria, se a senhora me permitir, de incluir o interestadual. Uma vez que vamos discutir o sistema de licitação internacional e intermunicipal, tem também de ser incluído o interestadual. O requerimento está mal redigido. Não é justo deixarmos o interestadual separado, fora, quando temos problemas como os que enfrentei como ex-Governador do Estado de Rondônia. Então, tem de ser incluído.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol. Vamos acrescentar a sugestão de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na verdade, há um equívoco aqui. O Senador Cassol está correto. É interestadual e intermunicipal. Na prática, a ANTT estará licitando, nos próximos meses, toda a rede da malha rodoviária nacional. Temos conflitos estabelecidos com relação ao modelo, com relação ao conceito. Julgo absolutamente necessário e pertinente

que esta Comissão possa ouvir os técnicos da ANTT, a Fundação Getúlio Vargas, enfim, temos um conjunto de entidades que poderão estar disponíveis para fazer esse debate, que é da maior importância para o dia a dia das pessoas e dos trabalhadores do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Infraero para que compareça à Comissão de Serviços e de Infraestrutura desta Casa a fim de prestar esclarecimentos acerca do leilão dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília.

O leilão dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília constitui um fato extremamente relevante que propiciou uma arrecadação de R\$24 bilhões.

Autoria: Senador Francisco Dornelles.

Para discutir está com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os leilões dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília constituíram um fato extremamente relevante que propiciou uma arrecadação de cerca de R\$24 bilhões. Entretanto, Srª Presidente, o procedimento licitatório não exigiu do consórcio a apresentação de nenhum tipo de documentação que comprovasse capacidade financeira, patrimônio líquido, ou qualquer tipo de procedimento para suportar os avais e garantias necessárias.

Algumas situações, a concessionária de Guarulhos, por exemplo, pagará ao Governo 97% de sua receita líquida, a de Brasília, 94%. Ora, eu gostaria de saber como eles poderão, com o montante que sobrar, conduzir os investimentos necessários.

Por esse motivo, considero importante que esses esclarecimentos sejam prestados, encaminhei requerimento convocando o presidente da Infraero para apresentar essas reclamações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, para apoiar o requerimento do nosso Senador, que traz um tema extremamente importante para a nossa Comissão. Acho que, um dos temas mais relevantes na área de infraestrutura para o ano de 2012, é exatamente o que o nosso Senador Dornelles traz para debate nesta Casa, com implicações inclusive na decisão da aviação regional.

Sabemos que esta Comissão, diante de tantos debates sobre a aviação regional, criou uma subcomissão sobre o tema, subcomissão esta extremamente importante para tratar esta questão. Os aeródromos da aviação regional estão absolutamente inadequados. E este fluxo de investimento e de caixa na concessão dos aeroportos mencionados pelo Senador Dornelles serão fundamentais com relação a essa matéria.

Quero, portanto, colocar para V. Ex^a a importância desse debate, dessa audiência pública, até para que possamos, na subcomissão já instalada nesta Comissão com relação à aviação regional, ter elementos para dar prosseguimento a esse debate, que reputo de importância para a população brasileira, seja dos grandes aeroportos, seja dos pequenos.

Portanto, apoio o requerimento do Senador Dornelles.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Walter Pinheiro e, em seguida, Ricardo Ferraço.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, quero me somar aqui às preocupações levantadas pelo nosso Ministro Dornelles e pelo Senador Eduardo Braga e dizer da importância dessa vinculação muito bem levantada pelo Senador Eduardo Braga. Inclusive, no dia da sabatina do Sr. Marcelo Guarany – o que mostra que a sabatina tem um fator preponderante –, levantamos essa preocupação. Foi a partir disso, Senador Eduardo Braga, que o Deputado Vicentinho Alves veio insistentemente na direção da montagem dessa Subcomissão de Aviação Regional.

Inclusive insisti com ele, hoje, pela manhã, que V. Ex^a cumpriria um papel com uma capacidade maior nesta questão de ser o relator do que a minha participação, até pela experiência mais difícil da Amazônia, de toda aquela região amazônica, e também pelo fato de V. Ex^a ser uma pessoa até mais aplicada neste setor do que eu.

Acho importante que a gente pudesse aditar a esse requerimento do Senador Dornelles a vinda do dirigente da Anac.

Se o Senador Dornelles me permite, eu gostaria que o diretor do presidente da Anac pudesse participar dessa audiência, até porque precisamos ampliar isso. Estou, por exemplo, fazendo essa discussão, Senador Dornelles, em relação ao aeroporto de Feira de Santana. Feira de Santana é a segunda cidade da Bahia e não tinha nem um aeroporto, Senador Ciro Nogueira. Estava completamente pela Anac proibido de pouso e decolagem. Agora, no dia 29 de fevereiro, nós vamos abrir o edital de licitação para a iniciativa privada, para transformá-lo num segundo aeroporto. Então, gostaríamos muito que situações como essa da aviação

regional pudessem entrar no cenário nacional dessa reestruturação de aeroportos, até pela reestruturação que ocorreu na economia.

Uma brincadeira que tenho feito, Senador Dornelles, com diversas pessoas é a seguinte: viajar era um fato tão inusitado que, quando um parente ia da Bahia para São Paulo, a família toda ia para o aeroporto. Para o exterior, então, era a família, o vizinho, parente, amigo. Todo mundo ia levar o cidadão que pela primeira vez ia pegar o avião para o outro lado. E já imaginou para o Japão, então?

Eu estou lhe dizendo isso até porque, quando criança, quando um tio meu foi viajar a serviço da Marinha para a Holanda, a maior coisa foi ir para o aeroporto para ver meu tio que ia viajar. A família toda foi. Nós somos 8. Meu pai levou a “renca” de 8 filhos, parecendo caranguejo, um dando a mão para o outro, para ver o tio nosso que ia viajar para o exterior. Hoje, nos aeroportos, não tem mais isso. A classe c, a classe d, está todo mundo viajando. Você já chega ao aeroporto na hora de embarcar e tal. E isso está dando confusão.

Nós precisamos agora é fazer o seguinte: é desconcentrar isso e permitir que a aviação regional cumpra um papel importante, levando para as áreas remotas, levando para o interior do País a mesma oportunidade. E V. Ex^a faz essa vinculação com essa concessão agora muito exitosa do ponto de vista até do ágio apresentado, mas é preciso que ela seja exitosa do ponto de vista da qualidade dessa intervenção nos investimentos para além desses 3 aeroportos. Então, acho que é importante que a gente conduza nessa direção.

Parabéns a V. Ex^a! Eu queria aí contribuir com essa vinda do Sr. Marcelo Guarany para que nós pudessemos discutir plenamente esse assunto.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, eu fico a me perguntar, e evidentemente me parece oportuno que talvez nós pudessemos também associar a esse esforço... Porque nós já temos alguns aeroportos de porte médio no Brasil que operam com concessão, não são muitos, mas alguns importantes aeroportos, como, por exemplo, o aeroporto de Porto Seguro. Talvez fosse importante associarmos a essa audiência pública, ou a esse esforço, algum operador privado que já esteja operando em aeroporto de porte médio para que ele pudesse falar, para que ele pudesse expressar os gargalos que estão relacionados a esse tipo de concessão.

É a contribuição que trago.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de perguntar ao Senador Dornel-

les se a sugestão do Senador Ferraço é aceita nesse requerimento de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Além da Anac, nós já temos no Brasil alguns aeroportos que são operados sob o sistema de concessão pelo setor privado. São aeroportos de porte pequeno e porte médio. E a impressão que se tem é de que esses aeroportos estão operando com algumas dificuldades. Então, seria importante que nós pudéssemos associar esse esforço a algum operador privado que esteja operando para nos ajudar nessa reflexão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Com a palavra, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Eu achava que foi criada aqui uma subcomissão para tratar do problema de aviação. Eu acho que esse tema apresentado por V. Ex^a está mais concentrado nessa subcomissão.

E vamos botar aqui as linhas gerais. O problema é o seguinte: no momento em que se estabeleceu que 97% da receita líquida vai pagar para o Governo, como é que a empresa que ganhou a licitação vai administrar esse aeroporto? Principalmente, eu gostaria de saber...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Senador Dornelles, o Secretário de Aviação Civil foi o responsável pela formatação do projeto. Não seria importante a presença dele?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Não tenho objeção nenhuma.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Eu acho que ele é o responsável pela formatação do projeto, o Secretário de Aviação Civil.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Concordo plenamente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente,

pela ordem, por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP –

RJ) – Plena concordância.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Pois não! Pela ordem, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para contri-

buir com o debate, o que nós vimos acontecer, Senador Dornelles, agora, nessa privatização dos aeroportos é o seguinte, e concordo plenamente que a União, o Estado é um péssimo gestor das coisas que se deve fazer – o senhor está chamando atenção para um ponto importante: quando se privatiza, nós queremos melhorar o serviço para a população ou queremos melhorar o caixa do governo?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Exatamente. Esse é o problema!

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esse é o problema. Aqui, resolveu-se ou ajudou-se a melhorar

o caixa do governo. Agora, quanto é a capacidade e qual será a capacidade desse pessoal de fazer os investimentos para fazer as mudanças?

Eu gostaria de chamar a atenção da nossa Comissão de Infraestrutura porque nós vamos para um debate, e já fizemos isso aqui com o Senador Walter Pinheiro dias atrás, da renovação das concessões ou de colocar novamente em licitação a questão da energia elétrica. E esse ponto das geradoras é um ponto importante. Acho que o Senado teria que balizar o governo e dizer o que nós queremos, porque, se o governo quiser melhorar o caixa dele novamente, colocar mais dinheiro no caixa, vai colocar a energia em concessão, vai colocar em leilão novamente; mas, se ele quiser fazer com que o preço da energia caia, não pode querer arrecadar.

Então, há neste momento um duplo sentido para o Governo. Tenho certeza de que uma briga interna no Governo. O pessoal da fazenda e o pessoal que tem que arrecadar fala em colocar alguns bilhões a mais no caixa do Governo, mas, na realidade, o que o Governo tem que olhar é para a população, tem que olhar custos mais baixos e capacidade de empreendimentos e capacidade de fazer novos investimentos nas áreas que estão se propondo a privatizar.

Eu acho que esse ponto que V. Ex^a trouxe aqui hoje é de extrema importância e urgência para discutir, porque outras coisas virão pela frente.

Cito exemplo no Estado do Mato Grosso. Quando Governador, criei postos rodoviários e fiz parceira com produtores rurais. Vejam bem, além de pagar os impostos, os produtores ajudaram a construir as estradas. O Estado colocou 50% e os produtores colocaram 50%. Ao terminar essa estrada, Presidente Lúcia Vânia, o Estado entregou a concessão para esses contribuintes. O pedágio da estrada, que não é nem perto do que passa por uma rodovia importante do Brasil, uma rodovia de carga do interior, é pequeno. As pessoas que pegaram para administrar isso, porque não tiveram de pagar o Estado novamente, fixaram um pedágio pequeno, mas não têm buracos nas estradas. Eles juntam o lixo gerado nas estradas, roçam a beira das estradas e fazem todo o controle de placas e sinalizações. Então, dá para fazer as duas coisas. Agora não dá para querer encher os cofres do Estado e querer fazer coisa barata do outro lado.

Então, quero cumprimentá-lo por sua proposição.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Senador, posso fazer um aparte? *(Pausa.)*

O que me preocupa também, Senadora Lúcia Vânia, é que essas propostas, que a nosso ver foram muito generosas, foram feitas pela iniciativa privada. Essa iniciativa privada vive pelo lucro. Será que eles

não tiveram a atenção de verificar todos os encargos que terão pela frente e garantir que o negócio seria rentável ou será que eles estão confiando em 80% dos recursos vindos do BNDES para depois entrar na Justiça com aquele princípio constitucional do equilíbrio sócio-econômico dos contratos? Nesse caso, vamos para uma negociação que muda completamente as premissas pelas quais foi feita a concessão e se concede novos benefícios?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Senador Blairo Maggi abordou um aspecto muito positivo. A grande expectativa dessa privatização é a melhoria do atendimento do nível de serviço: ganho de eficiência com a participação da iniciativa privada. Pois bem, eu queria, entretanto, que a Infraero explicasse como vai haver a melhoria do atendimento desses serviços quando 97% da sua receita vai ser entregue ao Governo e 94%, ao Governo também, no caso de Guarulhos. É uma mágica extremamente importante. Faço esse questionamento para não acontecer o que o Senador Crivella falou: primeiro, vamos ganhar, vamos pensar em caixa e, depois de receber o dinheiro do BNDES, vamos pedir os aditivos. É uma situação que eu não estou dizendo que vai acontecer, mas acho que seria importante recebermos uma explicação de como essa mágica poderá ser feita.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a presente reunião.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, eu só queria chamar a atenção de uma coisa. O Brasil, Senador Walter Pinheiro, é bivolt. O Brasil tem tensões de 110 a 220, depois vai a 13 mil. Eu queria chamar a atenção dos meus colegas, porque temos milhares de brasileiros, Marinha, Exército e Aeronáutica, que são transferidos de um lado para o outro, pastores de todas as igrejas, funcionários federais, municipais, estaduais, e que perdem, cada vez que se mudam, o ar condicionado, a geladeira, o micro-ondas, o liquidificador, o aspirador de pó, porque os nossos equipamentos não são bivolts. O que eu estou pretendendo aqui na nossa Comissão é discutir uma maneira de redimir o povo brasileiro de perder todos os seus eletrodomésticos quando fazem uma mudança. É claro que a Aneel gosta de ter a iniciativa...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Crivella, só um instantinho.

Quero registrar a presença do ex-Senador Almeida Lima, que nos honra com a sua presença na nossa comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Seja bem-vindo, Senador. Um grande abraço ao povo de Sergipe.

Nós já colocamos em pauta várias vezes. A Aneel procurou e pediu para retirar de pauta. Por quê? O argumento da Aneel é que vai ficar caro para o consumidor. Meu Deus do céu, o que fica caro? Pagar um pouquinho mais para ter biovolt perder o equipamento quando mudar de casa? Então, dê a opção.

Na verdade, Senador Blairo, é assim: as agências não fazem regulamentação, mas, quando nós tomamos a iniciativa, eles ficam zangados. “Nós que temos de tomar a iniciativa. Isso é problema nosso.” Assim, eles não deixam a gente trazer o benefício. Mas nós recebemos o voto para isto, para trazer benefício para o povo. Eles ficam tolhendo e nós não podemos votar.

Eu faço aqui apenas esse clamor, esse pedido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação o requerimento do Senador Dornelles.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Dornelles, eu gostaria de perguntar se V. Exª gostaria dessa audiência pública antes do Carnaval ou depois do Carnaval.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Acredito que todas essas audiências, da minha parte, poderiam ser depois do Carnaval, mesmo porque, se ele vier para Brasília na semana que vem, daqui não sai. Então, é mais seguro. *(Risos.)*

Quem vier para Brasília na semana que vem daqui não vai sair, de modo que é necessário muita cautela. Posteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está Ok. Vamos marcar para logo depois do Carnaval.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2012, ÀS 9:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e doze, no Plenário da

Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Humberto Costa, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Lauro Antonio, Ivo Cassol, Jayme Campos, Armando Monteiro e Vicentinho Alves**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **Lobão Filho e Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assinam a lista de presença os Senadores não-membros **Alfredo Nascimento, Eduardo Suplicy, João Durval, Ana Amélia, Renan Calheiros e Clésio Andrade**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 1ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A seguir, o Senador Roberto Requião solicitou a verificação de quórum, sendo apoiado pelos Senadores Eduardo Braga e Ricardo Ferraço. Não prosperando o pleito pela falta de mais um apoio, nos termos do inciso IV do art 293 do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, dá-se início à deliberação da matéria constante da pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 151, DE 2011**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”. A Presidente convida o indicado para tomar assento à Mesa. A Presidente concede a palavra ao Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves De Oliveira para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Sérgio Souza, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Jorge Viana. O Senador Blairo Maggi assume a Presidência às doze horas e trinta e seis minutos, sendo reassumida às doze horas e quarenta minutos pela Senadora Lúcia Vânia. A Presidente declara aberto o processo de votação. A Presidente declara encerrado o processo de votação. A Presidente convida os Senadores Rodrigo Rollemberg e Walter Pinheiro para serem os escrutinadores. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo aprovada a indicação do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves De Oliveira para cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT por dezesseis votos Sim, nenhum voto Não e uma abstenção. Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da primeira reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Baseado no Regimento Interno, peço verificação de quórum no plenário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Eu gostaria que V. Exª citasse o artigo do Regimento para pedir a verificação de quórum.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Art. 108 do Regimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Apoio de três Senadores. *(Pausa.)*

Temos dois. Falta o terceiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Comigo são três.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Três além do senhor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Está faltando, para verificação de quórum, o apoio de mais um Senador? Qual é o artigo, Senadora, para que eu me esclareça?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Art. 293, inciso IV: “o requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três Senadores”.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Então, são três: eu, o Senador Braga e o Senador Ferraço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É o Senador autor da solicitação e mais três Senadores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Absolutamente não, Senadora. São três Senadores

que apoiam o requerimento. É apoiado pelo Senador, por mim e pelo Senador Ferraço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Requião, é como é feito no plenário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Apoio de três Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então: o autor do requerimento mais três Senadores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não. São três Senadores que fazem o requerimento. É o autor e mais dois.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, Srª Presidente. Pelo Regimento, um pede verificação e três apoiam. Na verdade, quando fala que o pleito precisa ter o apoio de três Senadores, é o autor e mais três Senadores fazendo o apoio, que é o que acontece regimentalmente no plenário do Senado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, que se registre em Ata o meu protesto para um posterior pedido judicial de impugnação da reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Será registrado o protesto de V. Exª.

Srªs e Srs. Senadores, hoje realizamos mais uma reunião de extrema relevância para a sociedade brasileira, em cumprimento ao comando constitucional que fortalece o princípio da harmonia entre os Poderes republicanos. Daremos início à apreciação da Mensagem nº 151, de 2011, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A sabatina que ora realizaremos é considerada uma das mais nobres funções do Senado Federal, por meio da qual se promove a apreciação, por escrutínio secreto, da indicação de cidadão brasileiro para exercício de elevada missão perante a Administração Pública Federal.

Nesta oportunidade, as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão terão a oportunidade ímpar de analisar o extenso currículo pessoal e profissional do candidato, assim como obter as respostas às questões diretas ou indiretamente relacionadas à sua vida profissional e ao exercício do cargo que pretende assumir.

Toda e qualquer questão relacionada que possa ser de interesse da Nação deve ser trazida a lume para que dúvida não paira sobre o compromisso desta Comissão para apreciação do sabatinado.

Esperamos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras aqui presentes possam explorar ao máximo o candidato, que certamente estará aqui à disposição

para esclarecer, responder e manifestar-se acerca das questões que lhe forem colocadas, as quais deverão ser também de interesse nacional.

Eu gostaria de ler aqui uma observação quanto aos procedimentos que foram adotados por esta Comissão.

Em 22/12/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Reunida a Comissão em 22/12/2012, o Sr. Senador Roberto Requião apresentou cinco documentos: representação do Ministério Público Federal; relatório da CPI do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo; representação do Senador Roberto Requião ao Procurador Geral da República; contrato da ALL Logística; contrato da Ferrovia Sul Atlântico.

Todos os documentos assim como o discurso do Senador Roberto Requião foram enviados aos Srs. Membros da Comissão e respectivos chefes de gabinete por meio de correio eletrônico e também anexado ao processo da mensagem no mesmo dia em que foram apresentados.

Nessa reunião, é aprovado o Requerimento nº 70, de 2011, Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Roberto Requião, que solicita realização de audiência pública para subsidiar esta Comissão na apreciação da Mensagem nº 151, de 2011.

Em 08/02/2011, esta presidência determinou que fossem enviados ofícios para o cumprimento de diligências aos procuradores federais responsáveis pelas investigações, ao Deputado Mauro Bragato, relator da CPI do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo, ao Engenheiro Civil Paulo Sidnei Ferraz, para que esses encaminhassem à Comissão de Serviços de Infraestrutura informações complementares referentes às investigações feitas pelo Ministério Público e sobre as investigações realizadas pela CPI do Estado de São Paulo.

Em reunião no dia 09/02/2012, a Presidente da Comissão submeteu ao Plenário sugestão do Senador Walter Pinheiro, de acordo com o Regimento Interno desta Comissão, para que a sabatina do Sr. Bernardo Figueiredo ocorresse no dia 15/02/2012. A solicitação foi aprovada pela maioria da Comissão, com exceção do Senador Roberto Requião.

Em 14/02/2012, a Comissão recebeu Ofício nº 078, de 2012, do Subprocurador Geral da República, Antonio Fonseca, em resposta ao Ofício nº 08, de 2012, desta Comissão, referente à representação da Procuradoria Geral da República ao TCU, sobre transporte ferroviário. O referido documento foi encaminhado aos Srs. Senadores da Comissão por meio de correio eletrônico e será distribuído aos Srs. Senadores nesta reunião.

Em 14/02/2012, a Comissão recebeu do Sr. Paulo Sidnei Ferraz mensagem eletrônica com documento em anexo referente à indicação do Sr. Bernardo Figueiredo à ANTT. Esse documento foi encaminhado aos Srs. Senadores da Comissão por meio de correio eletrônico e será distribuído aos Srs. Senadores nesta reunião.

Em 14/02/2012, a Comissão recebeu o Ofício nº 593, de 2012, Ministério Público Federal, do Procurador da República Carlos Bruno Ferreira da Silva, em resposta ao Ofício 07, de 2012, desta Comissão, referente à representação da Procuradoria Geral da República ao TCU sobre transporte ferroviário. O referido documento foi encaminhado aos Srs. Senadores da Comissão por meio de correio eletrônico e será distribuído para os Srs. Senadores nesta reunião.

Passemos à pauta. Antes, convido o Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para que tome assento à mesa.

Cumprimento o Sr. Bernardo Figueiredo.

É um prazer recebê-lo nesta Comissão.

Passo a palavra a V. S^a para que possa fazer a apresentação.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, eu queria, primeiro, agradecer à Comissão de Transportes pela oportunidade de estar aqui para discutir as questões de regulação que envolvem a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Já estive aqui e passei pelo processo de sabatina na primeira vez em que fui conduzido e estou agora discutindo a minha recondução à direção-geral da Agência.

Acho que o Senado e o Congresso, de uma forma geral, são o lugar adequado para discutir as questões relativas à regulação, especialmente porque das questões afetas à ANTT, a maior parte delas, quase todas elas se referem a serviços prestados ao conjunto da sociedade, ao cidadão difuso, que não possui organização nem tem representações legítimas que possam se manifestar em nome dele. Então, acho que o Congresso, o Senado e a Câmara são as instâncias importantes para que a gente possa discutir as questões que afetam a sociedade como um todo.

Os assuntos afetos à Agência de Transportes são os relativos ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; a questão de concessão de rodovias; as questões ligadas ao transporte ferroviário de cargas; algumas questões ligadas ao transporte rodoviário e multimodal de cargas; e em vias de ser incorporado dentro do escopo de trabalho da agência, nós temos agora o trem de alta velocidade.

Na maior parte desses assuntos que estão afetos à Agência, nós temos enfrentado os problemas

históricos que gravitam em torno deles. Quando eu assumi a Agência, em junho de 2008, nós encontramos um quadro, na maior parte desses segmentos, de problemas graves que precisavam ser resolvidos. E nós entendemos, para que a gente consiga assegurar à sociedade a prestação de serviços adequados, nós precisamos ter uma compreensão adequada dos problemas, nós temos que trabalhar para construir soluções e a Agência tem que ser o ente que garanta a efetividade da implementação dessas soluções. E é isso que tem orientado o trabalho que a Agência tem feito, onde eu participo como Diretor-Geral, mas é um trabalho conduzido pelo conjunto da casa.

Até porque nós estamos tratando de uma recondução, eu queria solicitar aos senhores a oportunidade de passar rapidamente sobre todas essas questões, elencando os problemas que a gente identificou e apresentando o trabalho que foi feito para tentar construir soluções para esses problemas.

Eu começo pelo transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. No momento em que assumi a Agência, em 15 de julho de 2008, esse processo vivia uma situação absolutamente conturbada na sociedade. Nós tínhamos uma ação contundente do Ministério Público, questionando na Justiça a necessidade da Agência se movimentar no sentido de fazer a licitação das permissões do transporte rodoviário de passageiros. Existia um ambiente de desconfiância em relação à Agência; existia um processo de reuniões intensas com a Terceira Câmara do Ministério Público, onde essas questões eram discutidas. E, no momento em que eu assumi, existia um processo de audiência pública em curso e uma proposta de iniciar essa licitação. Tive uma reunião de cinco horas com a equipe técnica da ANTT e com o Ministério Público, em que discutíamos a forma de fazer a licitação. Embora houvesse discussões a respeito da necessidade ou não de se fazer a licitação, existiam ações judiciais que defendiam que não deveria haver a licitação do ônibus. Nós, alinhados com o mesmo pensamento do Ministério Público, discutimos como fazer. Nós não questionávamos a obrigação de fazer, nem questionávamos a impossibilidade que havia de continuar no quadro de insegurança jurídica que se avizinhava, porque todas as concessões de transporte rodoviário de passageiros venceriam em setembro de 2008 – portanto, daí a três meses.

Conseguimos, dentro de um processo de discussão orientada para encaminhar o melhor interesse público, construirmos um pacto inicial com o Ministério Público, que queria, inicialmente, que nós realizássemos a licitação até o mês de setembro, antes de vencer as concessões, as permissões outorgadas em 1993. E

nós demonstramos ao Ministério Público a impossibilidade de fazer isso nos padrões de responsabilidade e de qualidade que esse processo exigia. O sistema de transporte rodoviário de passageiros atende a mais de 120 milhões de pessoas por ano. Foi um sistema construído com uma baixa regulação. Foi construído no esforço dos empresários que operam o sistema, mas nunca passou por um processo de racionalização, de estudo. Não existia uma base de informações confiáveis para fazer o processo. Então, nós demonstramos ao Ministério Público que era impossível fazer a licitação daquela forma, mas, para que não houvesse dúvidas com relação à determinação da Agência de fazer a estação dos serviços, nós pactuamos com o Ministério Público um prazo de nove meses, em que a Agência envidaria todos os esforços para preparar o processo licitatório. E assim foi feito, à custa do sacrifício pessoal de uma equipe bem preparada, dedicada, consciente e honesta que a Agência tem nos seus quadros.

Trabalhamos nesses nove meses, e, no final dos nove meses, apresentamos ao Ministério Público o resultado desse trabalho, e alertamos ao Ministério Público e ao TCU que nós, como técnicos da área de transportes, como responsáveis pela boa condução desse assunto, não recomendávamos que esse processo seguisse adiante da forma como estava, porque ele continha imprecisões que poderiam comprometer o resultado do serviço apresentado à sociedade.

Pactuamos com o Ministério Público fazer uma ampla pesquisa junto aos usuários do sistema, para que construíssemos uma base de informações mais adequada e mais confiável, para que nós pudéssemos fazer esse processo de licitação.

De novo, contamos com a compreensão do Ministério Público, e foi-nos concedido um prazo adicional suficiente para que fizéssemos a pesquisa e reavaliássemos os estudos que tinham sido feitos.

Fizemos a pesquisa, reavaliamos o estudo. Identificamos na pesquisa que havia um erro de 43% na estimativa de demanda com que trabalhávamos, o que implicou a necessidade de refazer todos os estudos técnicos.

Refizemos os estudos técnicos, estruturamos uma rede. O transporte rodoviário de passageiros tem uma característica: eu não posso licitá-lo linha a linha, porque nós temos serviços que são rentáveis e serviços que não são rentáveis. Não podemos jogar no mercado esses serviços individualmente, porque, fatalmente, o mercado escolheria os rentáveis e deixaria nas mãos do Governo aqueles serviços que não se sustentam economicamente.

Fomos obrigados a organizar duas mil linhas de transporte rodoviário de passageiros, numa rede ra-

cional, equilibrada e que atendia aos interesses dos usuários.

O resultado desse trabalho é que nós temos hoje uma rede de transporte público de passageiros, que foi colocado em audiência pública, que sofreu debates ao longo de quatro meses, para que se construísse uma rede mais adequada possível, com a participação de usuários, operadores, empresas permissionárias e trabalhadores do setor; de forma que eu possa chegar, no final da minha gestão, e dizer que hoje não só temos uma rede de transporte desenhada segundo critérios técnicos, validada num processo de audiência pública, com o seu plano de outorga aprovado pelo Ministério dos Transportes, com o edital e o contrato em processo de audiência pública, e com a licitação marcada para abril de 2012.

Então, essa parte do nosso trabalho era uma parte na qual as pessoas não acreditavam que a Agência teria forças, teria capacidade e teria determinação de realizar pela complexidade que ele tem, pelas dificuldades que existem, pelo descontrole em que foi gerenciado ao longo dos anos. E que nós cumprimos os objetivos pactuados com o Ministério Público. Nós surpreendemos todos os agentes com a determinação de fazer. E, apesar de o Ministério Público não abstrair do fato de ser uma licitação que está em curso, eles acompanharam esse processo durante três meses. E tenho certeza de que eles respeitam e engrandecem o trabalho que a Agência fez.

Então, não há dúvidas mais de que esse sistema será licitado. E, mais do que isso, ele está sendo licitado.

Gostaria de falar, também, sobre transporte ferroviário de cargas.

Quando eu assumi a Agência, nós tínhamos um quadro – aliás, apresentado com cores fortes e exemplos contundentes na ação que o Ministério Público encaminhou ao TCU –, nós tínhamos um sistema de transporte ferroviário em que, praticamente, dois terços da malha ferroviária brasileira ou não era explorada ou era subexplorada ou era subutilizada. Nós tínhamos uma realidade no mercado em que as ferrovias praticavam tarifas elevadas, olhando o transporte rodoviário concorrente e não olhando os seus custos de transporte. E recebemos inúmeras manifestações unânimes de todos os segmentos usuários da ferrovia no Brasil, no sentido da revolta, com relação ao patamar de tarifas que estavam sendo cobrados pelas concessionárias.

Além de ter tarifas altas, nós tínhamos uma situação em que o transporte ferroviário fazia também um atendimento muito ruim à sociedade, aos seus clientes: não existia confiabilidade na prestação de serviços, não existia qualidade na prestação de serviços. E essas duas coisas eram respaldadas no entendimento que

existia, tanto do poder concedente quanto dos operadores, de que eles tinham o monopólio do mercado e a percepção e a aceitação do fato de que as ferrovias tinham o monopólio do mercado, o que inclusive também consta como denúncia na ação do Ministério Público. E é uma verdade, era isso que acontecia naquela época.

Nós tínhamos ainda outra questão, que era o abandono dos ativos ferroviários. Havia longos trechos sem condições de trafegabilidade e um grande número de bens públicos que estavam em processo de dilapidação. Nem todos afetados pela concessão. Alguns estavam dentro do contrato de arrendamento da concessão e alguns ainda sob gestão do Estado. Esse estado de coisas gerou diversas ações do Ministério Público na Justiça, por um período que vai desde a época da Rede Ferroviária até aquele momento em que eu estava assumindo a direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Eu concordo 100% com esse diagnóstico. Era esse o quadro que a Agência assumiu. Seguindo a linha de atuação da Agência, nós procuramos nos preparar para resolver esses problemas, identificando o que os causava, quais seriam as soluções possíveis para que não ocorressem mais e o que precisaríamos fazer para garantir que as soluções se sustentariam ao longo do tempo.

A par da atuação que deve ser rotina na Agência Nacional de Transportes, que é manter uma fiscalização e exigir o contrato de concessão, nós tínhamos também consciência de que essa ação, por si só, não seria suficiente para garantir à sociedade que ela teria serviço de transporte condizente com a sua necessidade e condizente com a realidade econômica que vivemos no Brasil de hoje. Não bastava a ação fiscalizatória, não bastava o cumprimento do contrato. Não resolve o problema de nenhum segmento de usuário da ferrovia você pegar um trecho ferroviário construído no começo do século XX, obrigar a concessionária a manter as condições de trafegabilidade desse trecho e achar que isso resolveu o problema. Não resolveu. Porque uma ferrovia construída com a tecnologia do começo do século XIX não pode ser considerada uma infraestrutura adequada para atender os padrões de competitividade, para atender a economia que vivemos, do século XXI. Precisamos ir além. Não adianta tentarmos construir...

Entendo que o Ministério Público faça isso, porque a solução do transporte ferroviário passa pela judicialização do processo de deterioração que teve ao longo do tempo. É importante a responsabilização dos agentes públicos, é importante a judicialização das questões contratuais, mas, para que possamos

garantir à sociedade que ela terá um serviço de transporte ferroviário de qualidade, precisamos de muito mais que isso.

Então, a par de manter, de aperfeiçoar, de intensificar e de estressar a atuação da ANTT na cobrança do cumprimento dos contratos, na fiscalização do cumprimento dos contratos, nós começamos a discutir com a sociedade as questões que encaminhariam a solução sustentável dos problemas ferroviários. Eu não vou falar aqui de promessas, eu não vou falar de intenções, eu não vou falar de propostas; eu vou falar de ações concretas que, nos três anos e meio em que estou à frente da direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres, nós fizemos para encaminhar a solução do transporte ferroviário de passageiros.

A primeira coisa é recorrente em todas as manifestações das pessoas que se revoltam com a questão da ferrovia. Todos reconhecem que é um problema que não é da privatização das ferrovias, é um problema que antecede as privatizações das ferrovias, é um problema que já existia quando a ferrovia era gerida pela Rede Ferroviária, que era uma estatal. Então, todos reconhecem que é um problema que vem de longo prazo, que é um processo de deterioração que já vem ocorrendo e que nós precisamos reverter. Todos concordam que um dos fatores principais para que isso ocorra é o fato de nós termos, na operação ferroviária, um ambiente monopolista e pouco competitivo. Então, a primeira ação efetiva, concreta e que já está em vigor que a Agência tomou foi soltar duas resoluções que tiravam a sociedade da condição de refém das concessionárias ferroviárias, que criavam mecanismos para que a sociedade pudesse encaminhar solução aos problemas ferroviários do País sem depender das concessionárias. Essas resoluções foram a resolução do direito de passagem, que permite a concorrência entre concessionárias em qualquer malha, que permite que as concessionárias peçam, em serviço, que extrapolem a área de atuação a elas concedidas, que possam disputar carga no mercado em áreas concedidas a outras concessionárias, tirando o usuário do jugo de um único concessionário. Nós criamos regras para o exercício do direito de passagem que vão além de anunciar a obrigação, porque isso já estava anunciado no contrato. Criamos regras que são instrumentos que permitem que nós possamos assegurar aos usuários que isso vai ser exercido, que os problemas decorrentes do direito de passagem têm soluções equacionadas dentro desse marco regulatório.

Mas nós não fizemos só isso para melhorar o ambiente competitivo. Nós também fizemos uma resolução que já está em vigor – então, não estou falando de projetos, de proposta, de intenção; estou falando de

ações concretas – que é a obrigação da concessionária de definir uma meta de transportes para todos os trechos ferroviários sob a sua concessão. Nós tínhamos um quadro em que a concessionária escolhia – e o Ministério Público também aponta este fato com muita precisão – os trechos que ela queria explorar e cumpria a meta de uma forma segregada e seletiva. Era essa a regra que estava em vigor há 15 anos, era essa a regra que foi construída quando se passou do Poder Público para o setor privado. De certa forma, era essa a regra que era seguida quando a gestão da ferrovia era pública também. Então, fizemos uma mudança fundamental no paradigma, usando o espaço de um contrato que o Ministério Público reconhece como um contrato malconstruído, que não encaminha soluções, que não estabelece obrigações claras, um contrato que não é um instrumento adequado que nos permite, por si só, garantir a prestação adequada de serviço.

Nós temos, através da ação regulatória da agência, condições de aperfeiçoar esse contrato, de estabelecer dispositivos que são acessórios ao contrato, mas que criam instrumentos que nos permitem resolver os problemas que um contrato ruim gera e estava gerando no sistema ferroviário.

Mas nós não fizemos só essas duas resoluções, não. De novo, não estou falando de propostas, de intenções ou de desejos. Nós estamos falando de coisas concretas.

Durante um ano e meio, uma equipe dedicou-se a fazer uma análise profunda de uma questão que é fundamental. O contrato de concessão fixa tarifas-teto muito elevadas para a cobrança de tarifas dos usuários, e essas tarifas-teto não têm nenhuma aderência aos custos de transporte das ferrovias. Isso permitia às ferrovias cobrar dos usuários – está aqui o Senador Blairo Maggi, que, além de Senador, é um grande usuário e pode testemunhar isso –, permitia às concessionárias cobrar do usuário uma tarifa próxima à do rodoviário. Isso significava que o Governo faz um esforço para construir uma ferrovia, para gerar um ganho de redução de custo logístico do setor produtivo e faz um contrato de concessão em que permite que o concessionário se aproprie desse ganho de produtividade, não repasse para o setor produtivo e não cumpra os objetivos do esforço público de construir uma ferrovia.

Mas nós fizemos a revisão do teto tarifário. Nós estamos num processo de consulta pública, que se encerra agora, em que estamos dando a oportunidade de os clientes, de os concessionários, de a sociedade, de uma forma geral, contribuir para o aperfeiçoamento disso e, eventualmente, apontar falhas no trabalho que nós fizemos. Isso vai entrar em vigor a partir de março e vai reduzir o teto tarifário, em alguns casos, em até

70%. Isso é um fato, isso é um caso concreto. Eu não estou falando de possibilidades.

Também não paramos por aí. Havia uma situação que era objeto de uma CPI em São Paulo e que, ao contrário do que se procura dizer, não se referia à minha gestão, não se referia a fatos que estiveram sob minha responsabilidade, mas eram questões concretas que precisavam ser tratadas e que estão sendo tratadas, como a questão dos ativos ferroviários.

Nós temos um processo de passagem do Estado para o privado absolutamente desprovido de elementos concretos, bem construídos, consistentes que esclarecem definitivamente qual é o bem que está sendo arrendado e qual é o bem que permanece nas mãos do Poder Público. E, nesse processo, que gerou uma CPI em São Paulo, ficou muito claro que o que se atribuía integralmente às concessionárias não era atribuível integralmente às concessionários. Grande parte daqueles bens que estavam sendo sucateados era responsabilidade da União, do Dnit, da Rede Ferroviária, da inventariança da Rede Ferroviária. Era um processo que vinha de longe e que é consequência da falta de controle que o Estado sempre teve sobre os ativos ferroviários.

Mas nós encaramos o problema e encaminhamos a solução. Em dezembro de 2008, firmamos um acordo de cooperação técnica com o Exército brasileiro, para que nós construíssemos um sistema de controle de ativos ferroviários que evitasse esses problemas que vinham ocorrendo desde a época da Rede Ferroviária, mais intensivamente depois da privatização, quando o Governo não tinha elemento algum para ter um controle eficiente sobre esses bens.

Nós desenvolvemos um sistema com o Exército, de georreferenciamento de todos os ativos ferroviários. E esse sistema estará em pleno funcionamento até o final de 2012. Então estamos criando instrumentos que permitam à Agência ter um controle eficiente daquilo que lhe está atribuído.

Mas não foi só isso que fizemos na ferrovia. Desenvolvemos um novo modelo de concessão ferroviária, um modelo que eliminasse do processo de concessão os vícios que observamos no modelo adotado de 96 a 98, um modelo de concessão cujas obrigações são transparentes para a sociedade, com uma ferrovia aberta ao uso de qualquer cidadão que tenha necessidade de receber o serviço ferroviário, um modelo que torna claras as relações entre a ferrovia e a prestação do serviço, que foi amplamente discutido com a sociedade e que é amplamente aceito pela sociedade.

As maiores manifestações de apoio a essas ações concretas que adotamos na Agência e o reconhecimento de que essas ações concretas encaminham

uma solução sustentável e definitiva para os problemas que se arrastaram durante 20 anos sem que ninguém tomasse uma atitude concreta para resolver são dos usuários, são daqueles a quem se destina o serviço.

Recebi inúmeras manifestações e moções de confederações da agricultura e da indústria, de associações de usuários, de produtores agrícolas e de produtores de bens industriais apoiando firmemente não só o que a gente fez, mas temerosas de que o que a gente fez possa ser desmanchado se não houver um processo de continuidade, porque a gente criou os instrumentos. É preciso agora fazer com que esses instrumentos tenham efetividade no mercado.

Criamos um novo modelo de concessão e uma resolução fundamental, relativa a uma das principais razões de queixa dos usuários perante a ANTT. É a resolução que garante a defesa do usuário, que garante ao usuário mecanismos para se defender na negociação com a concessionária. E, mais do que isso, se a concessionária não oferecer para ele um serviço condizente, a tarifas módicas e que o atenda plenamente, ele poderá recorrer a terceiros para prestar esse serviço e poderá também ele próprio organizar esse serviço.

É isso que hoje faz com que todos os grandes usuários atuais e potenciais apoiem de forma veemente e contundente o trabalho que a ANTT está fazendo para resgatar a concessão ferroviária, a ferrovia como uma alternativa de transporte que vai propiciar ao mercado e ao setor produtivo a competição no mercado nacional e internacional.

Mas nós temos também sob a nossa responsabilidade a questão da concessão de rodovias, na qual havia um quadro de muitos problemas. Há treze anos foi feito um conjunto de concessões cujo programa de investimento foi esgotado sem que esses investimentos gerassem para a sociedade um serviço adequado. Essas concessões tinham realizado os seus investimentos, e praticavam serviços com avaliação abaixo de regular: ruim e péssimo. Então, não basta que o contrato seja cumprido, não basta que os investimentos tenham sido realizados, não basta que não haja nenhuma ilegalidade na administração do contrato. O que é importante é que o contrato não está encaminhando à sociedade um serviço adequado, e isso, para a Agência, se torna um problema que ela tem de enfrentar e tentar resolver.

Tivemos, ainda, num processo de licitação feito em 2007, vários problemas, porque a Agência, na época, não tomou o cuidado de atualizar um programa de exploração de rodovias que tinha sido construído há mais de sete anos e que estava descolado da realidade da economia naquela época. Foi feito assim e assim foi assinado o contrato de concessão. Temos

enfrentado diversos problemas e estamos construindo solução para esses problemas. Estamos construindo isso, discutindo com quem representa a sociedade: prefeitos, governadores, Câmara dos Deputados, Senado.

Criamos, para isso, a partir de uma longa discussão com o TCU, um instrumento que nos dá conforto, nos dá tranquilidade para resolver esses problemas em bases adequadas, em bases corretas, em bases justas, que não privilegiem o capital e não prejudiquem o usuário. Esse mecanismo chama-se fluxo de caixa marginal.

Eu vou dar um exemplo, o da rodovia Dutra. Para que ela forneça a seus usuários um serviço de qualidade, ela precisa receber investimentos que superem R\$1,5 bilhão. Mas a Agência não vai fazer como fazia e como já fez, de simplesmente acrescentar esse investimento no contrato de concessão, remunerado nas mesmas bases em que tinha sido acordado o contrato. A remuneração implícita no contrato das concessões feitas na segunda metade do anos 90 remunera os investimentos à taxa interna de retorno de 18%, 20%, 23%. Essa é uma realidade absolutamente incompatível com a realidade que a gente vive hoje. Então, a Agência criou um mecanismo, discutiu esse mecanismo com o TCU. O TCU fez um acórdão, recentemente, em que ele reconhece e recomenda que esse instrumento criado pela Agência nessa gestão seja um instrumento usado daqui para a frente sempre para resolver esses problemas. E nós estamos resolvendo. Estamos discutindo com o Governo propostas que já discutimos com os Estados, com os Municípios e com o Congresso, de soluções. Então nós temos a proposta de soluções e os instrumentos. Esse foi o trabalho que nós fizemos.

Fizemos, ainda, um projeto de implantação de um sistema de rodovias inteligentes. Não adianta querer achar que você vai, da Agência, controlar a rodovia, se você não tem controle de tráfego da rodovia, se você não tem acompanhamento das obras da rodovia, se você não consegue medir o nível de congestionamento das rodovias, se você não consegue medir a velocidade média nas rodovias. E nós estamos implantando, já existe um em operação e estão todas as concessionárias já encarregadas de implantar um sistema de controle de tráfego e de controle de desempenho das rodovias, que nós vamos centralizar numa central de operações.

Senador Lindbergh, nós vamos criar aqui em Brasília, na ANTT, uma central de operações em que nós, qualquer cidadão e qualquer parlamentar podem acompanhar *on line* o que está acontecendo com qualquer rodovia, com qualquer trecho rodoviário e com qualquer obra que esteja sob encargo das rodovias.

Então, também no setor rodoviário a ANTT teve uma atuação contundente, séria, que criou mecanismos, que criou soluções e que está em processo de implantação.

Mas também não é só este assunto que afeta a ANTT. Nós temos também a questão do transporte rodoviário de cargas, que, embora seja uma regulação mais branda, seja uma regulação mais leve, seja uma regulação que nos dá menos instrumentos para intervir nessa atividade, é uma atividade fundamental para a logística do País, porque a logística do País hoje, por mais que a gente faça ferrovia, por mais que a gente desenvolva ferrovia, a economia brasileira é ancorada, é dependente – e vai continuar assim durante os próximos anos – do transporte rodoviário de cargas. É o transporte rodoviário de cargas que viabiliza a movimentação de bens e pessoas deste País, na sua grande maioria.

E o que é o transporte rodoviário de cargas? É um sistema que foi desregulamentado nos anos 80 e 90 e que entrou num processo de concorrência predatória que levou o nosso parque de caminhões, a nossa frota de caminhões a ter hoje uma idade média de 18 anos. Então, o segmento mais importante na movimentação de mercadorias no País é um segmento que opera com caminhões de 18 anos de idade média.

O que a Agência fez? Nós fizemos uma proposta, encaminhamos ao Congresso, e o Congresso aprovou uma proposta que vai tirar de uma condição de semi-escravidão, de servidão o principal segmento que presta o serviço ferroviário, que é o transportador autônomo, que não recebia remuneração, que não conseguia acessar uma linha de crédito porque não tinha como comprovar a renda, porque o que ele recebia do embarcador era uma carta que lhe permitia descontar em combustível nos postos que o embarcador determinava. Então, ele não tinha renda. Ele vivia num escambo. Ele trocava o transporte por combustível e descontava o restante que não gastava em combustível com deságio no posto.

Nós fizemos uma lei, e hoje é obrigado a ser pago ao transportador autônomo o frete, por depósito bancário ou por meio eletrônico. Isso já está em vigor, está regulamentado. Nós já estamos fiscalizando, estamos aperfeiçoando isso numa discussão com os embarcadores, e isso vai mudar o perfil do transporte rodoviário de cargas no País.

Temos um desafio novo que estamos enfrentando também com muita determinação, que é a implantação do trem de alta velocidade, sobre o qual já tive oportunidade de debater nesta Comissão. Como o tempo está-se esgotando, eu só vou colocar a situação atual: nós tivemos um primeiro modelo, que foi rejeitado pelo

mercado. O mercado se organizou para impedir que fizéssemos aquele modelo. Nós mudamos o modelo. Construímos um novo modelo, que vai ser competitivo e que vai ser implantado a partir deste ano.

Mas eu queria falar também, Senadores, uma coisa que é muito importante: porque não é só você fazer resoluções, não é só você ter alguém que concebe uma resolução ou faz uma resolução que implanta e cria situações novas.

O que nós fizemos na Agência, nestes três anos e meio, foi implantar o sistema de gestão. E, ancorado nessa gestão, nós temos hoje segurança de, qualquer que seja a orientação que venha a ser encaminhada para a Agência, ter a Agência preparada para continuar o seu trabalho de aperfeiçoamento na sua atuação junto aos entes regulados. E esse sistema de gestão começa com alguma coisa que é muito importante: o fato de a gente ter clareza de qual é a missão da agência reguladora.

Nós tínhamos enunciado, Senado Lindbergh, como missão da agência reguladora harmonizar os interesses dos agentes do setor. Nós fizemos uma reflexão sobre qual seria, verdadeiramente, a missão da agência e fizemos um novo enunciado. A missão da agência não é harmonizar interesses que gravitam em torno dos serviços regulados; a missão da agência é assegurar aos usuários adequada prestação de serviço, é assegurar a adequada exploração da infraestrutura de transportes.

Eu me permitiria apresentar a vocês, porque isso é uma coisa muito cara à agência e é uma ação fundamental para que tudo isso não só resultasse no que resultou porque essas ações que resultaram, que geraram e que são reconhecidas como ações transformadoras da situação caótica que a gente vivia não têm sustentação se não estiverem amparadas num processo de gestão que garanta a adequada atuação da agência do setor público nessa área.

Nós fizemos um projeto estratégico que, alinhado à missão de assegurar aos usuários adequada prestação de serviço, alinha programas estruturantes que passaram pelo aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, pelo aperfeiçoamento operacional da agência, pela criação de uma relação amigável da agência com a sociedade, pela melhoria da gestão da agência e pela determinação da agência na implantação dos projetos de grande impacto, que eram o programa de licitação das linhas de ônibus, o novo modelo ferroviário, o trem de alta velocidade e as novas concessões rodoviárias.

Nós criamos mecanismos para aumentar a transparência da agência em relação à sociedade. Nós temos um ambiente na Internet que chama: gesantt. antt.gov.br, que qualquer um pode acessar e ver os

projetos, a programação e o trabalho que a agência está fazendo e acompanhar o desenvolvimento desse trabalho. Nós não estamos fazendo projeto em caixa-preta; nós estamos fazendo projetos abertos e discutidos com a sociedade. Nós fizemos um trabalho profissional. Contratamos consultorias competentes para reorganizar a agência, para criar processos que gerem resultados dentro da agência. Esse processo também está concluído.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Bernardo, já esgotou o tempo.

Eu gostaria que V. Sª deixasse o acréscimo para os debates, uma vez que vários Senadores gostariam de fazer questionamento.

Quer concluir?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Só para concluir, eu queria ter a oportunidade de detalhar essa questão da gestão, que considero importante.

Eu queria também, Senadora, dizer o seguinte: eu fico muito tranquilo quanto ao trabalho que estamos fazendo na agência pelo apoio que tenho recebido, de forma muito contundente, de grande parte dos parlamentares, de quase a unanimidade dos usuários. As manifestações que os usuários fizeram com relação à minha administração e com relação à perspectiva de continuidade dessa administração são estimulantes. Aceitar o desafio, aceitar essa missão...

Nós estamos desenvolvendo mais mecanismos que tornem a agência cada vez mais transparente e adequada.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Bernardo.

Passo a ler a Mensagem encaminhada ao Senado Federal nº 151, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para ser reconduzido ao cargo de diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt).

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador Lindbergh Farias.

Passo a palavra o relator da matéria para que ele possa fazer suas considerações.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu abro mão, Srª Presidente. Quero falar depois, no decorrer da sabatina.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para que possa fazer os seus questionamentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, antes dos meus questionamentos, eu queria solicitar que V. Exª pudesse definir quais são

os critérios e os procedimentos com relação a tempo que deverá seguir essa audiência, para que as regras fiquem previamente estabelecidas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou estabelecer um tempo que acho razoável para que os senhores possam fazer os questionamentos: 05 minutos para cada. Não sei se seria suficiente 05 minutos para cada Senador, com direito a replica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho absolutamente insuficiente, mas a Senhora é a Presidente e a Senhora é quem define.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, estendo esse prazo para 10 minutos para que V. Exª possa ter a liberdade de fazer os seus questionamentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – As sabatinas que acontecem na Comissão de Constituição e Justiça, quando nós sabatinamos Ministros do Supremo Tribunal Federal, eventualmente, leva uma tarde, uma noite, leva um dia. O tempo aqui não deve ser uma predeterminação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ferraço, nós vamos dar o tempo que V. Exª desejar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acho que é importante não apenas para os Senadores que têm essa responsabilidade, mas também para o Dr. Bernardo Figueiredo, que esse debate, que esses questionamentos possam ser feitos e que eventuais dúvidas possam ser suscitadas, possam ser evidentemente elucidadas pela responsabilidade e pela complexidade do tema.

Dr. Bernardo Figueiredo, a razão de ser de uma agência reguladora com a responsabilidade da ANTT, mesmo da ANEEL ou da ANTAC e tantas outras é fixar e dar efetividade às regras sobre quais empresas privadas vão construir, reformar e operar serviços de concessão de direito público.

Existem diferentes tipos de modelagem de leilões. Os leilões pela maior outorga, leilões pela menor tarifa, leilões com envelopes fechados, leilões por lance em viva voz, leilões em que se dão lances simultâneos, por vários serviços diferentes, etc. Além do pagamento definido em leilão há compromissos contratuais assumidos pelos vencedores: investimentos em construção, reformas e ampliação da infraestrutura, padrões mínimos de serviços oferecidos, regras de reajuste de tarifas e assim por diante.

Uma vez efetuado o leilão e assumido o serviço pelo concessionário, cabe à agência reguladora fiscalizar se a empresa está cumprindo as obrigações assumidas. Costumo dizer que um bom projeto de concessão pode ser estragado por uma modelagem

ruim e um projeto ruim não pode ser salvo por uma boa modelagem por vício, a meu juízo, de origem.

Quero tratar primeiro do caso de um bom projeto que foi estragado, a meu juízo, por uma modelagem ruim, a concessão de rodovias federais a partir de 2007, e, em seguida, de um projeto ruim, ainda em gestão, que não poderá ser salvo pela melhor modelagem que se possa inventar, e eu me refiro ao trem de alta velocidade – já fizemos aqui um debate a respeito desse tema e o contraditório foi muito bem enfrentado.

Faço registro aqui da edição de 16 de novembro de 2011, em que a revista *Veja* publicou uma matéria com o título “O golpe do pedágio barato”. Ressalto um trecho da revista *Veja*:

As obras para melhoria das rodovias federais brasileiras viraram um jogo de faz de conta: as empresas responsáveis por elas fazem de conta que estão tocando os trabalhos e o governo finge que acredita. [...] [os] índices de acidentes [...] aumentaram mais de 50% nos últimos cinco anos. A reportagem de *Veja* esteve nas sete estradas federais concedidas à iniciativa privada a partir de 2007. [...] Pelo edital de privatização, as empresas que ganharam o direito de explorá-las deveriam ampliar o seu número de faixas e construir contornos e ramais com vistas a desatar os nós que as asfixiam. [...] Quatro anos depois da privatização “baratinha”, nenhuma das grandes obras previstas saiu do papel.

[...] Segundo o modelo de licitação adotado [...], as empresas vencedoras foram aquelas que se dispuseram a tocar as obras consideradas prioritárias cobrando a mais baixa tarifa de pedágio. [...] apareceram empresas dispostas a arrematar as concessões, fazer as obras e cobrar um pedágio quase simbólico.

Aqui interrompo a citação da reportagem para lembrar aos ilustres pares Senadores a efusiva comemoração quando viu o resultado desses leilões: grande disputa, tarifas baratas e compromisso das empresas vencedoras com um vultoso cronograma de obras. Estava se operando o milagre da multiplicação dos recursos públicos. Muitas obras, a um custo baixo, para os usuários das rodovias. Parecia eficiência e capacidade de gestão pública levados ao limite em benefício dos usuários brasileiros.

Mas prossegue a reportagem da revista *Veja*:

Até hoje, nem a OHL, nem as outras duas concessionárias vitoriosas na licitação, BRVias e Acciona, entregaram sequer uma das principais obras prometidas. [...] elas já deveriam ter investido mais de 3,2 bilhões de reais nas rodovias. No entanto, a arrecadação de pedágio que obtiveram até agora mal chega a 2 bilhões de reais.

Parece claro que os valores de pedágio resultantes das licitações não geram receita suficiente para financiar as obras. E por que empresas privadas se dispõem a oferecer tarifas tão baixas? Onde estaria a oportunidade de lucro? Estaria justamente em não fazer as obras e embolsar o dinheiro público sem gastar com obras para ter lucro, mesmo cobrando um pedágio baratinho. É a afirmação que faz a revista.

E quem deveria impedir o comportamento oportunista das empresas concessionárias? A ANTT, obviamente. E aí vale a pena citar mais um trecho da revista *Veja*:

A obrigação de fiscalizar o andamento das obras e multar as concessionárias que descumprem os contratos é da ANTT. Ocorre que a ANTT tem sido uma mãe para as empresas. Com a sua autorização, todas as grandes obras que já deveriam ter tido a faixa de inauguração cortada [...] tiveram o prazo para sua conclusão dilatado – em alguns casos, para 2019.

A ANTT, naturalmente, é um órgão colegiado, de ações coletivas, mas V. S^a é o Diretor-Geral da ANTT e está sabatinado para uma eventual recondução. Logo, é V. S^a que deve responder, naturalmente, por essas ações da ANTT.

“A ANTT também concordou que as empresas reajustassem o valor cobrado nos pedágios acima da inflação nos últimos anos. Isso, sim, é uma agência compreensiva”.

Diz ainda a revista *Veja*:

Na Fernão dias, a OHL não realizou a principal obra que se comprometeu a fazer, o contorno rodoviário de Betim [que deveria estar pronto desde fevereiro do ano passado] [...].

Na Régis Bittencourt, [...] a obra crucial, a duplicação do trecho da Serra do Cafezal, está longe de ser concluída na data estipulada, fevereiro próximo. [...]

Na rodovia do Aço, no Rio, a obra principal seriam as variantes para desviar o tráfego de dentro de quatro localidades. A de Sapucaia já deveria estar pronta. [...] os atropelamentos são constantes. Na Autopista Fluminense, diversos trechos deveriam ter sido duplicados. Como o trabalho não foi feito, multiplicam-se os choques frontais durante tentativas de ultrapassagem. O índice anual de acidentes saltou de 1900, em 2007, para 3100.

São dados da revista *Veja*.

A ANTT, certamente, além de sua função fiscalizadora, teve participação nos trabalhos governamentais de modelagem dos leilões de rodovia. Um bom projeto com viabilidade econômica garantida foi estragado, a meu juízo e a juízo dessa reportagem da revista *Veja*,

por uma modelagem ruim e, pelo que estamos vendo, por uma fiscalização no mínimo leniente.

Acrescento a essa observação, até porque, nos últimos dias, nós tivemos, finalmente, a concessão da Rodovia BR-101, dos nossos 479 quilômetros, sendo 460 quilômetros que cortam o Estado que tenho o prazer e a honra de representar nesta Casa, o Espírito Santo, que me chamou de novo a atenção o fato de a ganhadora ter ganhado oferecendo um deságio de aproximadamente 46% do preço de face apresentado pela ANTT, ou seja, os questionamentos e as dúvidas, que também essas obras que foram e estão comprometidas num plano de trabalho, possam não ser cumpridas no prazo e no tempo, o que leva um extraordinário prejuízo para o usuário do meu Estado.

Não posso e não devo prejudicar – não seria honesto de minha parte –, mas estou me valendo de precedentes de outras concessões, em que concessionárias não cumpriram os prazos previamente assumidos e determinados.

Pergunto a V. S^a: por que a ANTT está concedendo seguidos adiamentos em obras tão relevantes e com as quais as concessionárias se comprometeram em contrato?

Quais são os critérios técnicos que embasam tais adiamentos?

Em alguns serviços concedidos, como os das distribuidoras de energia elétrica, por exemplo, quando uma empresa não cumpre a meta de investimento ela é penalizada no índice de reajuste de sua tarifa. Como é que pode uma empresa que não faz as obras com as quais se comprometeu obter reajustes tarifários acima da inflação?

Que ações a ANTT está tomando ou pretende tomar para que efetivamente essas rodovias recebam as obras necessárias com a devida qualidade e no tempo acertado e contratualmente acordado?

Quando ficarão prontos a duplicação da Serra do Cafezal, na Régis Bittencourt, o Contorno Rodoviário de Betim, o Contorno Rodoviário de Florianópolis, o Contorno Ferroviário de Campos dos Goytacazes e os contornos urbanos da Ferrovia do Aço?

A segunda questão que quero suscitar para debate ao Dr. Bernardo Figueiredo tem a ver com o trem de alta velocidade, já tendo inquirido e feito o debate com o convidado acerca desse projeto aqui na Comissão de Infraestrutura. Infelizmente, tivemos muito pouco tempo para debater esse projeto aqui no Senado, projeto que considero bilionário. Tivemos o debate interrompido por uma medida provisória que autorizou o financiamento do BNDES para a obra – atropelou os debates, a meu juízo. De qualquer forma, tivemos aqui, na Comissão de Infraestrutura, um rico debate técnico, que, poste-

riormente, se estendeu para um debate político que entrou madrugada adentro no plenário do Senado.

Aquele debate, embora curto, mas bastante informativo acerca das características desse projeto do trem de alta velocidade, conhecido popularmente como trem-bala, deixou claro que o trem-bala só vai funcionar se receber pesadíssimos subsídios públicos tanto para a construção quanto para a operação. O custo para o contribuinte pode superar a casa dos R\$50 bilhões. O trem-bala, portanto, é um projeto muito caro; vai consumir dinheiro público que poderia ser investido em áreas de absoluta prioridade, muito mais relevantes, como a redução de congestionamentos urbanos, de saneamento básico, prevenção de desastres decorrentes de enchentes; transporte de cargas; melhoria de portos; e investimentos inadiáveis na malha ferroviária.

Para reduzir o custo e salvar a nossa indústria do sucateamento pela concorrência internacional, nós precisamos de melhores estradas, melhores portos, menos perda de tempo nos congestionamentos urbanos. Estão aí os nossos metrô do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Recife, de Salvador, necessitando de intervenções para que nós possamos ampliar as alternativas de transportes coletivos nas médias e grandes metrópoles do nosso País.

Todas essas incertezas se traduziram em seguidos adiamentos do leilão de concessão do trem-bala. Quando, finalmente, se revolveu fazer um leilão em julho do ano passado, e não apareceram ofertas, se revelou um mercado não atrativo.

O Governo, em especial a ANTT, passou a se esmerar em busca de uma nova modelagem de leilão; uma modelagem para salvar esse projeto. Este novo modelo ainda não foi anunciado. Apesar disso, o senhor tem dado declarações à Imprensa em que afirma que o novo desenho do leilão será de tal forma que haverá uma licitação para obras de infraestrutura e outra para o fornecimento de trens e da sua operação. Pelo menos essa foi a compreensão a que cheguei, pelas entrevistas que li.

Muito bem. A princípio faz sentido. Você não tem no mercado nenhuma empresa que seja, ao mesmo tempo, capaz de fazer as obras de infraestrutura, de fornecer os equipamentos – no caso os trens –, de operá-los. Então, o mais eficiente seria, de fato, dividir o leilão em dois: contrata-se, em tese, uma eficiente empreiteira para fazer as obras, e um eficiente construtor e operador de trem-bala para fornecer equipamentos e operá-los.

Porém, como eu já disse anteriormente, não há modelagem milagrosa que salve um projeto ruim. Se a ANTT não consegue sequer obrigar as concessionárias de rodovias a entregar obras simples nas quais

não há mistério de técnicas de engenharia, como será a relação da ANTT com dois grupos construtores e operadores diferentes, lidando com obras e operação de alta densidade tecnológica, naturalmente sendo V. S^a, eventualmente, reconduzido à condição de Diretor da ANTT se esse projeto chegar a sua conclusão?

Imaginemos que, depois de concluído e tendo entrado em operação, o trem-bala comece a apresentar algum defeito técnico, a ANTT vai pedir explicações ao consórcio operador? Esse, por sua vez, poderá jogar a responsabilidade sobre o consórcio construtor, dizendo que está cumprindo as metas operacionais porque as ferrovias foram construídas fora da especificação técnica. Ou ainda, o consórcio operador poderá exigir benefícios adicionais se o consórcio construtor atrasar eventualmente as obras, tendo em vista o desafio dessa ferrovia, considerando o percentual de túneis, viadutos, que evidentemente acontecerá nesse percurso do Rio para São Paulo pela Serra do Mar.

Ou seja, ao passar a operar com dois consórcios distintos, o Governo e a ANTT correm o risco de ficar no meio de um jogo de empurra. Sempre que forem exigir o cumprimento do contrato por um concessionário poderão receber como resposta que o não cumprimento é por culpa do outro concessionário.

Faço aqui aspas porque na realidade nós precisamos aguardar, evidentemente, o anúncio do detalhamento deste projeto, desta construção que não foi anunciado. Evidentemente, estou explorando cenários possíveis e, a meu juízo, previsíveis.

Se separamos a empresa construtora da empresa operadora, a construtora, que apenas participará da obra, receberá o dinheiro pelo que fez, pelo que executou, e não mais terá obrigações com o projeto. Terá incentivos a reduzir seus custos, e nenhum interesse em caprichar na qualidade da obra. Já a empresa operadora receberá uma infraestrutura que provavelmente poderá ser não tão boa quanto desejaria o operador, e isso abriria espaço para todo o tipo de descumprimento de contrato e renegociação de tarifas, e termos de cooperação.

Pelo exposto, pergunto a V. S^a: quando poderemos conhecer o novo modelo proposto do trem de alta velocidade, para que possamos fazer um debate a respeito desse tema?

Qual será o custo para o contribuinte brasileiro, aí incluídos os riscos que a União está assumindo – os subsídios creditícios, as garantias de complementação de receita dos operadores?

Que garantias o senhor nos dá de que a ANTT será capaz de obrigar os concessionários da construção e da operação do trem a cumprirem os contratos e a honrarem os prazos de investimento?

Por que motivos a ANTT seria mais capaz de impor o cumprimento de contratos a concessionários de trem-bala do que ela tem sido com relação aos concessionários de rodovias?

O que o senhor faria, na condição de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no dia em que um consórcio operador de trem-bala lhe dissesse não ser possível operar com a frequência, a velocidade e a segurança combinadas, devido às falhas na construção de infraestrutura das vias?

Portanto, oportuno e tempestivo julgo o momento em que esta Casa cumpre uma de suas mais importantes prerrogativas, qual seja, sabatar as autoridades públicas, os agentes administrativos públicos que têm a responsabilidade de coordenar e gerenciar as nossas agências reguladoras.

São esses os questionamentos que faço a V. S^a.

Muito obrigado, Sr^a Presidente. Muito obrigado a V. S^a. Muito obrigado aos Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Ferraço.

Passo a palavra ao Dr. Bernardo Figueiredo.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Senador Ferraço, eu agradeço as questões que o senhor coloca, porque acho que isso nos abre a oportunidade de esclarecer alguns pontos que o senhor cita da revista *Veja*, e nós não fomos ouvidos. Geralmente se publica a matéria, e fica aquilo como se fosse a verdade absoluta. Então, é sempre importante... O que não quer dizer que, eventualmente, não existam ações que precisam ser aperfeiçoadas e que devam ser e que serão.

Com relação à concessão feita em 2007, a principal mudança... Se você fala em modelo de concessão, na verdade, não existem vários modelos. Há algumas concessões que cobram outorgas, e outras que não cobram outorgas.

Essa questão do valor do pedágio é orientada por duas variáveis: os investimentos, os encargos que a concessionária vai ter, e a disputa por aquela concessão e a percepção do mercado de custos de investimento.

Quando foi feita a concessão pela ANTT, em 2007 – eu não estava lá –, foi feita uma longa discussão com o TCU e com o Governo, e, naquela época, concentrou-se muito em dois objetivos: de se ter um processo que fosse competitivo, porque, até então, nós tínhamos processos que privilegiavam a participação dos grandes grupos, e isso criava um universo muito pequeno de grupos habilitados a disputar. E, naquela ocasião, foram criados critérios que permitiram ampliar a competitividade na disputa por leilão. E a principal razão pela qual os pedágios sofreram deságios impor-

tantes foi exatamente pelo fato de ter sido um processo disputado e competitivo.

Quais foram os grandes problemas que enfrentamos nessa etapa de concessão? Nós temos em todas. Por exemplo, São Paulo está discutindo hoje a concessão dele – nós temos interagido muito na discussão lá com a Agência Reguladora de São Paulo; o Governo do Paraná tem dificuldade de concessão; o Rio Grande do Sul tem dificuldade de concessão. Então era um mecanismo novo que nós fizemos e temos que aperfeiçoar ao longo do tempo – e acho esse um caminho natural.

No caso específico da 207, nós tivemos alguns problemas graves, mas muito gerado pelo fato de que, quando se fez a concessão em 2007, se licitou um programa de investimentos que foi construído em 2009. E o senhor teve a oportunidade de liderar e de participar intensamente do processo de discussão da BR-101, no Espírito Santo. E o senhor teve a oportunidade de ver o que é que muda num projeto quando se abre o projeto para discussão com a sociedade, com o poder político local, com as representações legítimas da sociedade.

O senhor se lembra como era o projeto, quando o técnico formulou a proposta, e o que virou o projeto quando passamos a debatê-lo. E o senhor foi uma das pessoas que contribuíram fortemente para o aperfeiçoamento do projeto.

Em 2007 não teve isso. Logo que eu assumi fui chamado para uma reunião na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e uma das coisas – e não sei se isso é verdade, mas foi o que me falaram lá – é que o projeto foi discutido numa audiência pública realizada na quarta-feira de cinzas, pela manhã. Quer dizer, não é possível imaginar que isso seja um processo adequado de consulta à sociedade.

O que isso gerou de problema?

O contorno de Campos, quando saiu a concessão, e a sociedade tomou conhecimento do que estava previsto em Campos, a Prefeita de Campos, o Clube de Diretores Lojistas de Campos, a Bancada do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, todas as lideranças políticas da região me procuraram e me falaram que nós tínhamos que tirar aquele projeto da concessão, porque ele estava errado. E mais do que isso, que nós deveríamos substituí-lo pela antecipação da duplicação da BR-101, no trecho de Rio Bonito até Campos.

E nós fizemos isso.

Ou seja, é um caso de obra postergada, exatamente de Campos. Nós vamos ter que repensar Campos, nós teremos que discutir, que fazer o porto do açúcar, que é uma realidade; a sociedade local, as

pessoas querem fazer o contorno pelo outro lado, e nós vamos ter que discutir isso.

Então nós fizemos de comum acordo com todos os atores, com os prefeitos. E tiramos o contorno de Campos, como primeira obra, e jogamos para depois. E demos a ordem de serviço de antecipar a obra de duplicação, que já começou num trecho, o outro trecho já está todo pronto. E o Senador Lindbergh atuou muito, porque o Ibama, para ajudar na agilização dessa obra, delegou parte para os Municípios fazerem, e os Municípios foram proativos; trouxeram demandas de novas obras, porque no projeto de duplicação não estavam previstos os trevos de acesso aos Municípios, o que impunha aos usuários longos percursos para fazerem o retorno.

Então nós discutimos o projeto, que foi ampliado em relação ao que era a ideia original; fizemos o processo de licenciamento, monitoramos todo o licenciamento, e a obra começou, e a outra está em vias de começar; falta o “de acordo” do Instituto Chico Mendes.

Talvez este seja um caso clássico em que você tinha uma obra que não foi feita, que foi postergada, que foi trocada por outra, que atrasou e que, finalmente, está em execução.

Ainda sobre essa obra, temos o contorno de Niterói, que também é uma obra fundamental, que também é uma obra que está prevista no contrato para ser feita imediatamente. E que também nós recebemos do Governo do Rio, da Prefeitura de Niterói, da Bancada de Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Estaleiros, de todos os agentes envolvidos, nós recebemos uma demanda para não deixar a obra sair conforme ela estava concebida. Por quê? Porque na época em que foi concebido aquele projeto os estaleiros não tinham o programa que têm hoje de construção naval. Naquela época, o projeto previa a desapropriação de uma área pertencente aos estaleiros, e não tinha problema. Como eles não estavam produzindo, não tinha problema desapropriar. Só que hoje eles estão produzindo. Então, nós não poderíamos autorizar uma obra que confronta com uma atividade, confronta com um governo de Estado, confronta com um Município e confronta com uma atividade econômica que hoje é fundamental para o País, já que é um dos setores dinâmicos que foi resgatado com muito esforço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Isso não revela uma extraordinária improvisação?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Não. Isso revela uma extraordinária predisposição de harmonizar as intervenções, como fizemos no Espírito Santo, Senador. É de harmonizar. As intervenções serão feitas pelas concessionárias, com as expectativas da sociedade. Houve um

erro, eu reconheço. O primeiro passo é reconhecer o erro. Houve um erro. A ANTT licitou um projeto com um programa de investimentos não discutido com a sociedade e defasado oito anos. O que nos resta fazer? Recuperar isso. Voltar à discussão, reconstruir esse pé. Mas isso não gera ganho para a concessionária, e esse é um ponto importante. Quando você posterga uma obra, você revê o impacto na tarifa. Quando a concessionária não executa uma obra prevista, ela, além de ser penalizada com a revisão tarifária, é multada. Então, é muito melhor você reconstruir, pagar o preço de reconstrução de um projeto de concessão para que ele seja adequado ao que a sociedade espera dele, do que simplesmente cumprir uma coisa que você sabe que está errada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas o que deveria ser exceção não está virando regra geral? Que garantia podemos ter...

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Não está virando regra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...ou dar aos capixabas de que, uma vez harmonizado tudo isso, não estaremos convivendo de novo com os mesmos problemas nessa nova concessão que a ANTT acabou de fazer agora?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Eu concordo com o senhor. Não estou confrontando. Eu acho que precisamos construir, acho que temos que criar garantias. E o que vai garantir isso é termos uma ANTT aparelhada, é termos bons contratos, é termos uma agência que está aparelhada e preparada para fazer seu trabalho e termos um processo que seja transparente para a sociedade.

Eu fui ao Espírito Santo – o senhor não pôde comparecer. Acho que temos que criar lá agora o Conselho dos Usuários, para acompanhar. Nós estamos trabalhando, estamos criando um novo portal em que esse cronograma e as obrigações das concessionárias estarão transparentes para a sociedade. A sociedade vai poder fiscalizar a fiscalização que a ANTT está fazendo, vai poder compreender por que as coisas estão feitas. O que não podemos é, em nome disso, para que a ANTT mostre que eu estou fiscalizando, que eu estou fazendo, fazer uma coisa que a sociedade está rejeitando. Eu tenho, necessariamente... O senhor acompanhou bem isso no Espírito Santo. A primeira proposta de programa de exploração de rodovia no Espírito Santo foi rejeitada unanimemente pela sociedade. E foi reconstruído. E foi reconstruído.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É, porque a proposta não contemplava o conjunto dos interesses da comunidade, da sociedade.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Perfeito, perfeito.

Respondendo sua pergunta, o que a ANTT deve fazer é seguir o exemplo do que fizemos no Espírito Santo. Fazer sempre. É isso. Só que esse processo não foi feito nessa gestão. Foi feito antes. Nós estamos resgatando. Como quando o senhor pega a Dutra, que também tem problemas. Nós temos que refazer, nós temos que rediscutir. Nós não podemos é ter medo dessa discussão, é não reconhecer que existem problemas e não construir soluções. É isso que não podemos fazer. E estamos fazendo isso de forma transparente. Todas as revisões tarifárias estão publicadas no site da ANTT. Não existe essa coisa de ser mãe de concessionária.

Agora, nós temos que ter compreensão. O Dnit demorou seis meses para transferir as rodovias para as concessões. E uma coisa temos que reconhecer também, Senador: na última pesquisa que a CNT fez, as melhores concessões foram as baratinhas. As três concessões que receberam “ótimo” foram a Fernão Dias, a Litoral Sul, em Santa Catarina, e a Autopista Fluminense.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quanto custa o pedágio da Fernão Dias? O pedágio da Fernão Dias?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – R\$1,00 ou R\$1,40.

Então, assim, não é o fato de ser caro que está errado, nem o fato de ser barato que está... O que nós temos de ter é que a agência tem de estar aparelhada para ter uma boa gestão dos contratos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Ela está se aparelhando.

A agência tem 10 anos, Senador. Ela está passando por um processo de modernização administrativa, de incorporação de tecnologia de informação de à sua gestão.

Eu lhe garanto que ela está, hoje, muito, mas muitas vezes – e nós temos, aqui, vários servidores da ANTT que o senhor pode convocar para depor –, muito mais aparelhada, nos três anos, do que ela foi nos sete.

Nós temos projeto de que ela, em curto prazo, estará absolutamente aparelhada. Nós vamos ter implantado, até o final deste ano, um centro de controle de operação em que qualquer um vai poder ver todos os aspectos da concessão. Isso é que vai fazer a concessão... Agora, nós precisamos ser compreensivos, sim.

Em Betim, que é uma das obras que solicitou, que é uma das concessões que solicitou, a obra está em andamento. Estivemos, lá, com a prefeitura. A prefeitura está satisfeita, está acompanhando. Ela chamou a si a questão do licenciamento para acelerar a obra.

Então, a Régis Bittencourt ficou 10 anos parada na justiça – impediram o licenciamento ambiental – e já estão 2/3 dela em andamento. Agora, nós estamos discutindo com o Ibama o licenciamento do trecho do miolo da Régis Bittencourt.

Chamamos a Casa Civil, o planejamento, o grupo gestor do PAC, para que a gente evite haver uma enganação em torno de licenciamento ambiental, em que, muitas vezes, se culpa o Ibama, mas não se faz o estudo adequado.

Nós estamos criando uma sala de situação, com a participação de todos os entes do Governo, da ANTT, da concessionária e do Ibama, para que a gente possa desmascarar arrimos malfeitos para que atrase a licença e não comece a obra, mas também para exigir, quando é bem feito, que o Ibama cumpra os seus prazos.

Então, temos problemas? Temos. Sabemos quais são os problemas? Sabemos. Estamos trabalhando para resolvê-los? Estamos. Estamos trabalhando através de uma interação intensiva com a sociedade? Estamos.

Em Curitiba, nós estávamos com a obra prevista. A prefeitura de Curitiba pediu que nós revíssemos o projeto, de forma a permitir e contemplar a implantação de um sistema de transporte urbano que usaria parte dessa obra.

Nós fizemos a revisão e estamos fazendo a obra. Já começou a obra.

No contorno de Feira de Santana, já começou a obra.

Agora, achar... Eu chegar aqui e falar assim: “Nunca teve problema, não teve problema, não vai ter problema”... Eu não sou irresponsável para falar isso, Senador.

O que eu posso falar é que nós estamos nos aparelhando para ter capacidade de enfrentar e resolver todos os problemas, que nós não transigimos com as obrigações contratuais e que, a cada ano que passar, isso vai ser uma coisa mais efetiva, até que a gente tenha... A nossa palavra de ordem, nossa, da ANTT, independentemente do Bernardo, é que nós precisamos, agora... Nós passamos de uma fase de construção de uma agência, que tem 10 anos, e nós, agora, precisamos legitimar essa agência na sociedade. Nós precisamos fazer com que a sociedade respeite a agência, entenda a agência e tenha segurança de que a agência é um órgão protetor da sociedade. É nisso que nós estamos trabalhando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Os questionamentos em relação ao trem de alta velocidade...

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Ah, desculpe, o trem de alta velocidade.

Com o trem de alta velocidade, o que aconteceu? Tem uma polêmica... Quanto ao trem de alta velocidade, nós temos de responder três perguntas fundamentais: dá para a gente imaginar o eixo Rio – São Paulo, sob qualquer ponto de vista – da sustentabilidade econômica, da sustentabilidade social, da sustentabilidade urbana –, dá para imaginar que nós podemos passar sem criar nenhuma solução de transporte de passageiros nesse eixo, que une dois aglomerados urbanos com mais de 40 milhões de pessoas, com o nível de saturação da infraestrutura que existe lá, hoje?

Participei de reuniões, de debates sobre isso, aqui, no Clube de Engenharia, em todos os fóruns. Não existe alternativa de não fazer nada. Então, a segunda pergunta a ser respondida é quais as soluções alternativas que temos para fazer ali?

Nós podemos fazer mais aeroportos? As cidades, os centros urbanos suportam o uso da malha aérea e a convivência com aeroportos nos centros urbanos? Quantos aeroportos mais nós precisamos fazer, nos próximos quarenta anos, quando se prevê que é grande a demanda? Então, podemos fazer mais rodovias? Isso gera o sustentável? Ou temos de fazer ferrovias?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A questão que se coloca é a da escolha, da prioridade.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – É isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nós temos problemas de congestionamento das médias e grandes metrópoles brasileiras. Nós estamos com um conjunto de intervenções num campo da mobilidade urbana que não estão andando com a velocidade adequada.

Por que não atacar o metrô de Recife, o metrô de Salvador, o metrô de Belo Horizonte, o BRT da grande Vitória e tantos outros projetos? Por que definir esse como prioridade, se temos um conjunto de outros desafios no campo da mobilidade, que atenderiam muito mais a um conjunto ainda maior de brasileiros e trabalhadores, que precisam sair de suas casas e chegar ao seu trabalho com conforto, continuidade, segurança e qualidade?

A mobilidade virou um caos no Brasil e nós não estamos vendo esse mesmo tipo de atenção para com as questões ligadas à mobilidade urbana. Essa é questão de escolha, de prioridade. Por que um em detrimento de tantos outros?

Com R\$50 bilhões nós poderíamos fazer um conjunto extraordinário de intervenção em mobilidade urbana, em todo País. Esse é o questionamento.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Eu só queria ter a oportunidade de responder, Senador. Compreendi qual é a sua dúvida.

A questão que se está levantando é que não são coisas contrapostas. Eu não tenho que escolher entre beber água e comer para sobreviver, devo fazer as duas coisas, para viver. Não existe essa possibilidade de falar assim: “Eu não vou tratar da questão do Rio e São Paulo, porque tenho outras questões a tratar”. Então, em nome de tratar das outras questões, nós vamos abandonar essa questão? Não. Precisamos tratar das duas. E estamos tratando.

Estivemos em São Paulo, agora, discutindo exaustivamente, porque estamos trabalhando para liberar as linhas que hoje são usadas por carga, dentro de São Paulo, para a intensificação do transporte de passageiros, até 2015.

O PAC Mobilidade tem 18 bilhões de investimentos em mobilidade, porque são projetos que devem nascer e ser implementados no ambiente municipal, estadual, que têm apoio. E estão sendo feitos. Uma coisa não está negligenciando outra.

Nós estamos construindo cinco mil quilômetros de novas ferrovias. Estamos estudando mais dez mil quilômetros de novas ferrovias. Então, não se está fazendo o trem em detrimento de outro. O que estamos discutindo é se existe a possibilidade de não fazer o trem. Não existe!

Não dá para achar que teremos a Dutra e os aeroportos em São Paulo capazes de sustentar o atendimento da demanda nos próximos vinte ou trinta anos. Não existe essa possibilidade. Precisamos equacionar o conjunto.

Agora, qual solução melhor encaminha a questão no eixo Rio-São Paulo? É a ferrovia. Unanimemente. E foi estudada pelo Governo Fernando Henrique, em 1999...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas tem que ser a de alta velocidade, em função dos seus custos e do elevado subsídio público?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Se o senhor me permitir, vou discutir também isso.

A ferrovia foi resgatada no mundo, na China, na Europa, em qualquer lugar do mundo, nos Estados Unidos, porque ganhou velocidade. Ela perdeu competitividade, inclusive no setor produtivo, porque o caminhão, o ônibus, o avião eram muito mais rápidos e a ferrovia foi relegada. O que fez com que a ferrovia fosse resgatada como alternativa de transporte foi o fato de ela...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas com elevados subsídios.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Posso responder, Senador?

Então, o atributo da velocidade é o que gera a capacidade da ferrovia de absorver essa demanda que precisa ser atendida.

Eu tenho hoje uma ferrovia capaz de circular trens com uma velocidade razoável? Não tenho. Eu tenho de construir uma infraestrutura nova de ferrovia. Isso está diagnosticado desde o ano 2000, quando se observou que é necessária uma ferrovia nova. O senhor acha que pode ter sentido eu fazer uma ferrovia nova no eixo Rio-São Paulo e limitar a velocidade dos trens em circulação nela? O custo adicional que eu tenho, para fazer uma ferrovia que vai poder circular um trem a 350 km/por hora em relação a uma ferrovia que vai poder circular um trem a 180 km/por hora, não justifica nós optarmos, no século XXI, por uma tecnologia do século XX e condenarmos o País a conviver com isso até o século XXII.

Nós temos que fazer hoje, temos que dar uma solução que seja sustentável. A solução que está se propondo é a solução mais barata e a solução que vai se sustentar ao longo dos próximos 40 anos.

Quanto ao subsídio público, a dificuldade que o Governo está tendo de implementar é exatamente porque nós estamos buscando a modelagem que exige menor subsídio público. Só para se ter uma ideia, o pior cálculo de subsídio público que foi feito – e foi um assessor do Senado que se opunha ao projeto e que comparou o investimento do trem de alta velocidade a aplicar na especulação financeira, no mercado financeiro –, o subsídio embutido no financiamento, é de R\$5 bilhões e, se calcular mais o capital que vai botar, de R\$8 bilhões. Nós não estamos falando de um investimento público de R\$50 bilhões. Não são R\$50 bilhões que estão no cofre e que eu posso aplicar em qualquer lugar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Então, eu me disponho, acho que a gente tem que fazer, tem que ter uma compreensão mais qualificada dessa questão do trem de alta velocidade, porque, em relação a outras experiências no mundo, não tem nenhuma que exige menos esforço público do Governo do que essa que estamos adotando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu encerro, Sr^a Presidente, mantendo as minhas posições, mantendo os meus questionamentos. Vamos aguardar que a ANTT possa apresentar a nova modelagem do trem de alta velocidade para que possamos aprofundar os debates aqui, porque o Dr. Bernardo fala

como se o País estivesse nadando em dinheiro, como se nós não tivéssemos restrição de investimento, como se o Governo Federal não estivesse investindo menos de 1% do seu PIB com os recursos da União, como se nós fossemos um país, repito, que não tivéssemos restrição de investimento, como se pudéssemos fazer tudo ao mesmo tempo, porque temos enorme capacidade de investimento, e a poupança pública no Brasil é de fato uma referência internacional, essa é a ironia que nós estamos tendo que enfrentar.

Mas agradeço V. S^a.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Ferraço.

Quero dizer, Senador Ferraço, que V. Ex^a tem sido um grande colaborador desta Comissão e as perguntas de V. Ex^a são procedentes. Essa discussão nós já abrimos aqui e vamos continuar tendo futuramente.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A minha participação nesta reunião é republicana como Senador da República Brasileira.

República, minha Presidenta, *res pública*, o Estado que é de todos os cidadãos, conceito ao qual se opõe o conceito da *res privada*, a coisa que é de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Nesse sentido eu quero contextualizar a minha intervenção.

O Sr. Bernardo Figueiredo foi assessor da Rede Ferroviária Federal. Nessa condição, foi um dos formatadores do processo de privatização das ferrovias brasileiras no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, depois de ter formatado, conforme explicita a sua própria biografia anexada à sua sabatina anterior da sua primeira condução à ANTT, ele assinou como representante do setor privado a privatização das ferrovias brasileira. Ainda foi diretor presidente da Interférrea, uma empresa privada de ferrovia. Como presidente da Interférrea, tinha participação em quatro outras ferrovias privatizadas. Posteriormente, foi presidente da associação das ferrovias privadas do País, uma atuação fortíssima no setor privado. Na sequência, veio a ser diretor da Valec.

Valec é uma empresa estranhíssima. Ela tem 370 funcionários, 250 dos quais – nas atividades fins, precípuas, e não de assessoria para o seu funcionamento – são comissionados. É um desequilíbrio absoluto. E dizem que indicados pelo setor privado, de onde se origina o Sr. Bernardo Figueiredo, indicado pelas consultorias e pelas empresas de ferrovia.

Pois bem, eu inicio, então, uma série de perguntas dentro desse contexto, que acredito ter exposto com clareza.

Por que, no seu segundo dia de mandato como Diretor-Geral da ANTT, em 16 de julho de 2008, o se-

nhor entregou à América Latina Logística S.A. uma nova concessão ferroviária – Novoeste?

Ah sim, a Interférrea, da qual o Sr. Bernardo Figueiredo foi presidente, transformou-se na ALL, e o Sr. Bernardo Figueiredo era membro do Conselho de Administração da ALL, também dirigente da empresa.

Por que o senhor entregou à ALL uma nova concessão ferroviária, a Ferrovia Novoeste S.A., entregue através da Deliberação nº 258/08, e, poucos dias depois, em 6 de agosto, a Ferronorte S.A. (Ferrovia Norte Brasil), entregue através da Deliberação nº 289/08, e, poucos dias depois, em 9 de setembro, a Ferroban (Ferrovia Bandeirantes S.A.), em São Paulo, através da Deliberação nº 359/08?

Com esses seus três atos relâmpagos dois dias depois de ter assumido o seu primeiro mandato na ANTT, além dos 7.304 quilômetros de malha ferroviária, entregou 478 locomotivas, 14.371 vagões à ALL – da qual, através da Interférrea, o senhor foi presidente e depois membro do Conselho de Administração –, que já explorava a Malha Sul em decorrência do leilão de privatização. A ALL recebeu, não pelos bons serviços prestados, mais 4.446 quilômetros de ferrovias, 456 locomotivas, 13.548 vagões, o que representou colocar 11.750 quilômetros de linha, 934 locomotivas e 27.919 vagões nas mãos de um único operador logístico, ou seja, mais de 40% de todo o parque ferroviário nacional na empresa da qual anteriormente o senhor fazia parte como presidente da Interférrea e como membro do Conselho de Administração da ALL.

Diz o seu currículo que a ALL é a empresa que o senhor estruturou – o seu currículo diz, não sou eu que estou dizendo –, em representação da qual assinou o contrato de concessão, que hoje fiscaliza, dela foi alto dirigente e depois seguiu representando-a quando criou e dirigiu a Associação Nacional de Transportes Ferroviários, a cada vez mais poderosa ANTF.

Essa concentração absurda de poder econômico, esse monopólio da ALL sobre 40% do parque ferroviário nacional nas regiões em que se concentra a maior parte do PIB brasileiro, ocorrida sob a sua gestão na ANTT, na minha opinião, é um escândalo. É um escândalo ainda maior porque cometido logo em seguida ao senhor ter sido sabatinado pelo Senado. Um escândalo inominável porque praticado nos primeiros dias...

Companheiro, se você me permitir, eu continuo a sabatina.

É um escândalo ainda maior porque cometido logo em seguida ao senhor ter sido sabatinado pelo Senado. Um escândalo inominável porque praticado nos primeiros dias de mandato como Diretor-Geral, numa flagrante quebra de compromissos que assumiu aqui perante esta Comissão de Infraestrutura do Se-

nado da República, à qual o senhor, na minha visão, incrivelmente está de volta para os mesmos propósitos de 2008 – ser aprovado como Diretor-Geral da ANTT.

É meu dever perguntar: o senhor considera ético que, durante a sua gestão na Diretoria Geral da ANTT e através de atos firmados pelo senhor, a ALL, empresa que o senhor estruturou, representou na concessão e dirigiu, cresça de modo incrível e ganhe essa dimensão gigantesca que hoje apresenta?

Mais uma pergunta: Que consequências para a economia nacional decorrem, na sua opinião, dessa absurda concentração de poder econômico nas mãos da empresa que o senhor constituiu, representou e dirigiu, a América Latina Logística, verificada durante a sua gestão na ANTT?

Eu considero que o negócio entre a ANTT e a ALL foi o que o Lula chamaria de uma maracutaia. Perdoe-me a franqueza, mas é uma franqueza lulista, que eu trago aqui para a nossa Comissão. Ela foi travada na Justiça Federal de Piracicaba, em São Paulo, em 19/12/2002.

Sr. Bernardo Figueiredo, tratemos de um tema atualíssimo.

No dia 19/12/2011, quando o seu nome tramitava no Senado para a recondução ao cargo de diretor-geral da ANTT, o Ministério Público Federal de Piracicaba, São Paulo, obtinha liminar que proíbe a ANTT de levar adiante termo aditivo ao contrato de concessão assumido pela ALL, através do qual 2.375 vagões de titularidade do Dnit, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, seriam substituídos por 1.116 vagões da concessionária. Para realizar o negócio do interesse da ALL, o senhor peitou o Dnit e peitou o Ministério Público Federal, que lhe recomendou não fazê-lo. Só a Justiça Federal fez com que o senhor parasse esse negócio que envolveria uma cifra, à época, da ordem de R\$ 600 milhões.

Pergunto ainda, Sr. Bernardo Figueiredo, por que o senhor desconsiderou as manifestações escritas e incisivas do Dnit e desconsiderou a recomendação do Ministério Público para não realizar um negócio que era nocivo ao Dnit, ao patrimônio público, e que favorecia apenas aos interesses da ALL? É demasiado repetir que é a sua ex-empresa.

Sr. Bernardo Figueiredo, o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.987/95, a Lei de Concessões, estabelece que o serviço público adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

A Resolução da ANTT de nº 44, de 4 de julho de 2002, estabelece diversos procedimentos relativos às solicitações de suspensão e supressão de serviços de

transporte ferroviário e de desativação de trechos pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário, com fundamento no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nos arts. 3º e 4º do Regulamento dos Transportes Ferroviários, Decreto nº 1.832, de 1996, e nos contratos de concessão.

Pois bem, é meu dever republicano lhe perguntar: Por que a ANTT permitiu, sem nenhuma penalização, que as concessionárias desativassem, no todo ou em parte, o serviço de transporte ferroviário em 2/3 da malha concedida, sem realizar os diversos procedimentos relativos às solicitações de suspensão e supressão de serviços de transporte ferroviário e desativação de trechos previstos na Resolução da ANTT nº 44, de 4 de julho de 2002?

Sétimo item. Que ações o senhor tomou para reverter essa situação, já que, em março de 2009, concedeu entrevista à *Revista Ferroviária*, admitindo, na ocasião, que 2/3 da malha ferroviária concedida a empresas privadas já estavam subutilizadas? Ou seja, o serviço público concedido de transporte ferroviário de cargas já não estava sendo prestado pelas concessionárias, de forma adequada, pois era irregular e descontínuo.

Em 6 de julho de 2011, já no fim do seu mandato, através da Deliberação da ANTT nº124, embora não tenha providenciado a penalização das infrações contratuais, a ANTT reconheceu o dever contratual das concessionárias de zelar pelos bens vinculados à concessão e determinou prazos para regularizar a situação de milhares de quilômetros de trechos de ramais ferroviários abandonados. Por que a ANTT permitiu que as concessionárias se desonerassem do ônus contratual da manutenção e conservação de aproximadamente 2/3 da malha ferroviária brasileira em detrimento e prejuízo do patrimônio público e de desenvolvimento nacional e, sobretudo, do desenvolvimento regional? É o caso do meu Estado.

Como gestor público dos contratos de concessão, pergunto a V. S^a, diante desta situação, se a ANTT calculou, para efeitos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão:

- a) o custo do prejuízo em obras de engenharia que o abandono da malha causou?;
- b) o custo em construções?;
- c) o custo para recuperação do patrimônio histórico arruinado, estações, etc?;
- d) qual o custo social do aniquilamento, sufocamento, de regiões por falta de infraestrutura?;
- e) qual o custo de dinheiro público gasto na manutenção do aumento da demanda do transporte ferroviário?; e

f) quantas vidas foram ceifadas pelo excesso de caminhões sem rodovias, com a supressão do trabalho do sistema ferroviário no Brasil?

Segundo a representação, não minha, da Procuradoria-Geral da República contra a ANTT, no Tribunal de Contas da União, nº16.848, de 2011, este quadro de verdadeiro crime contra a economia nacional que representa o abandono de praticamente 2/3 terços da malha ferroviária brasileira tem o senhor como responsável. Não sou eu que digo. É a Procuradoria.

Diz a Procuradoria,

Na falta de efetivo controle, as concessionárias como que se apropriam do negócio do transporte ferroviário de carga como se fosse próprio. Fazem suas escolhas livremente, segundo seus interesses econômicos. O quadro é de genuína captura, em que o interesse privado predomina sobre o interesse público.

Sobre suas relações com a concessionária ALL, diz a Procuradoria-Geral da República. Não sou eu. É novamente a Procuradoria-Geral da República:

Pois bem, se a concessionária dilapida, ela própria, ou abandona bens públicos arrendados, descumprindo, durante mais de uma década, cláusulas de contrato administrativo, por certo, a Agência Reguladora tomou providências e exigiu soluções?

É uma pergunta. Segue a Procuradoria-Geral da República:

Não, nada fez até agora. Não aplicou multas. Não denunciou o contrato. Não exigiu investimentos quaisquer para a restauração ou reposição da estrutura e superestrutura, bem como dos bens móveis e imóveis afetos ao transporte ferroviário.

Pergunto eu: isso é verdade ou a Procuradoria-Geral da República mente a seu respeito?

Sr. Bernardo Figueiredo, o regulamento da ANTT diz que compete à ANTT fiscalizar o transporte ferroviário prestado pelas concessionárias privadas e a manutenção dos ativos arrendados por elas e que essa fiscalização deve ser exercida diretamente, com o apoio de suas unidades regionais.

A Lei nº10.871, de 20 de maio de 2004, que diz que as carreiras de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes são compostas de cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, afirma que é atribuição comum aos dois cargos a fiscalização do cumprimento das regras pelos agentes do mercado regulado.

A ANTT credenciou, por portaria de 2011, 769 servidores dela própria para o exercício das atividades

de fiscalização, inspeção e controle de prestação de serviços das concessionárias.

Assim pergunto, Sr. Bernardo Figueiredo: por que, nas Regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil e Estado de São Paulo, quase dominadas essas regiões pela ALL, que já contou com sua conhecida participação na privatização, na estruturação e na direção, estão lotados, desses 769 servidores, apenas 4 fiscais, sendo dois no Rio Grande do Sul e dois no Estado de São Paulo? Como o Senhor imagina que seria possível esses quatro fiscais protegerem a sociedade fiscalizando o serviço prestado pelas concessionárias privadas? O Sr. não está sendo duro demais com a ALL colocando quatro bravos fiscais para 11.750 km de linha, 934 locomotivas e 27.919 vagões? Quatro fiscais para 40% de todo o parque ferroviário brasileiro?

Como o Senhor responde à afirmação, não minha, mas da Procuradoria-Geral da República, de que é flagrante a irregularidade e a ilegalidade na determinação da SUCAR que proíbe a emissão de autos de infração por especialistas em regulação da ANTT em desfavor das concessionárias ferroviárias, em descompasso com a legislação vigente, que autoriza os Especialistas em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Técnicos em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres a lavrarem tal infração?

Por que a ANTT não cumpre o disposto na cláusula 10ª, que trata das infrações e penalidades do contrato de concessão a ALL (Mato Grosso do Sul, em 27.02.97), bem como os arts. 21 e 22 da Resolução ANTT nº442/04, que determinam, Sr. Bernardo Figueiredo, que, quando verificada na fiscalização das concessionárias ferroviárias, qualquer infração cometida pela concessionária às cláusulas do contrato, será lavrado auto de infração no local em que verificada a falta, conforme prova o documento apresentado pela ANTT ao Ministério Público Federal?

Por que a ANTT adota, na fiscalização das concessionárias ferroviárias somente o procedimento que recomendou o Memorando-Circular nº18 da SUCAR? O Memorando dá a seguinte orientação – e vejam os Srs. Senadores que maravilhosa orientação: “Em caso de problema grave em que haja a proposta de aplicação de penalidade à concessionária, deverá ser elaborada não a multa, mas uma nota técnica.”?

O que a ANTT faz com essas notas técnicas emitidas pelos fiscais propondo a aplicação de penalidade à concessionária ferroviária? Por que a ANTT não providenciou os talonários de multa para a fiscalização ferroviária, já que a ANTT dispõe de talonários específicos para registrar autos de infração das concessões rodoviárias do transporte de cargas? Por quê?

O Senhor considera que a Procuradoria-Geral da República mente quando afirma que tais fatos confirmam que o poder concedente permite que as concessionárias literalmente abandonem trechos ferroviários, permitindo o sucateamento e a destruição de bens públicos sem tomar as providências que determina a legislação e proibindo que os técnicos em regulação assim o façam? Eles estão proibidos de tomar as providências legais.

Pergunto: o que o Senhor fez e faz para evitar o abandono de trechos concedidos às concessionárias?

Por que, Sr. Bernardo Figueiredo, o Senhor não fiscaliza e nem deixa fiscalizar?

Sr. Bernardo Figueiredo, a cláusula 12^a do contrato de concessão da ALL e o art. 6º da Resolução nº044/2002 dizem que cabe à ANTT nomear anualmente uma comissão de fiscalização para cada concessionária ferroviária composta por representantes da agência, da concessionária a ser fiscalizada e dos usuários dos seus serviços, dos usuários dos seus serviços. Pergunto: Por que o Senhor, nos anos em que está à frente da direção geral da ANTT, nunca nomeou, em tempo algum, a referida comissão de fiscalização prevista no contrato de concessão e nas próprias normas da agência?

No período de 2007 a 2011, o Governo Federal gastou pelo menos, Sr. Bernardo Figueiredo, R\$623 milhões com obras em ferrovias que foram concedidas ou arrendadas. Não foram os concessionários. Foi o Governo Federal. São obras que o Dnit faz com os seus próprios meios na malha ferroviária que está entregue à exploração direta, em regime de monopólio, das empresas privadas concessionárias. Essas obras, custeadas com recursos federais, melhoram significativamente as condições de operação e lucratividade dessas empresas privadas. No entanto, não consta ter havido qualquer devolução à União de nenhum centavo dos lucros provenientes dessa melhoria das condições de exploração, que foi causada com obras pagas pelo dinheiro da União. Além disso, a realização de investimentos pela União altera as condições contratuais da concessão, depois da licitação respectiva, sem que as vantagens desses investimentos pudessem constar das propostas dos licitantes, que os desconheciam à época da licitação. É evidente a necessidade de alteração do equilíbrio econômico-financeiro desses contratos de concessão em função de obras já realizadas pela União. Inclusive, essa situação é reconhecida formalmente pelo Tribunal de Contas da União em várias ocasiões. Cito, Sr. Bernardo Figueiredo, em particular, o Acórdão 2006/2007, plenário, e Decisão 657, de 2002, do Tribunal de Contas da União.

Foi realizado pela ANTT durante a sua gestão qualquer procedimento de revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ou arrendamento das ferrovias beneficiadas por obras federais no período em razão dessas mesmas obras? Se foi, em caso positivo, eu lhe pergunto: quais as obras que deram ensejo a alguma revisão dessa natureza? Quais os efeitos financeiros sobre os contratos alcançados por essas revisões? Quais os processos administrativos nos quais foram feitas a revisão e a repactuação do equilíbrio econômico-financeiro e quando foi publicada a formalização do respectivo aditivo contratual no Diário Oficial da União? Porque, não havendo publicação, não existe repactuação nem mesmo aditivo.

O ilustre Senador Delcídio Amaral, relator da área de transporte do Orçamento Federal, anunciou que o seu relatório pedia a rejeição de emendas que somavam R\$ 494 milhões para trechos administrados pela América Latina Logística com o argumento de que a aplicação de recursos públicos em concessões afronta o Ordenamento Jurídico Nacional. Dias depois, o Senador Delcídio anunciou que mudaria o seu parecer, como de fato mudou, para acolher as emendas para as ferrovias sob concessão. Segundo o jornal *O Valor*, de 12/12/2011, o parlamentar, que é o nosso Senador Delcídio, reconhece que seu posicionamento gerou reações entre as partes afetadas. Aí vem pressão de tudo que é lado, de parlamentar, de todo mundo.

Fomos trabalhar o texto para achar uma saída, revelou o Senador Delcídio. A imprensa especializada, revelou ainda, que o Senador Delcídio, que pode nos confirmar isso, tomou a decisão após reuniões com o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Bernardo Figueiredo.

De fato, em 8 de dezembro de 2011, V. S^a enviou ao relator da área de transportes do Orçamento Federal, que fez constar do seu relatório o Ofício nº 918, de 2011, no qual afirma que a ANTT se compromete a quantificar o proveito para as concessionárias decorrente de todas as obras realizadas pela União ou suas empresas em trechos de ferrovias concedidos ou arrendados a empresas privadas, bem como verificar e formalizar, mediante aditivos contratuais, a recomposição do equilíbrio financeiro da respectiva concessão em função das melhorias operacionais trazidas pelas obras, atividade desenvolvida pela concessionária.

Devo, então, perguntar, porque me autoriza a fazê-lo a sua longa folha corrida de excelentes serviços prestados ao setor privado, às ferrovias brasileiras: o Senhor fez pressão sobre o Congresso Nacional em favor da liberação de dinheiro público para favorecer empreiteiras e três concessionárias ferroviárias privadas, duas das quais, a FCA e a ALL, que foram estruturadas

pelo senhor, representadas pelo senhor na assinatura dos contratos de privatização e das quais o senhor foi autodirigente e, depois, representante associativo através da ANTF? Como o senhor qualifica, do ponto de vista ético, este seu comportamento? Inominável? Inqualificável? Ou apenas não republicano?

Se a ANTT agora se compromete a realizar esta revisão – e deve mesmo fazer, e deveria tê-la feito desde sempre –, por que não fez antes, durante todo o prazo de gestão de V. Ex^a à frente da ANTT? Os R\$623 milhões de dinheiro público, que as concessionárias ferroviárias privadas se apropriaram, apenas entre 2007 e 2011, também serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o passado é o passado, e vamos ter uma vida nova daqui para frente? E o dinheiro do Orçamento abocanhado em exercícios anteriores a 2007? Como esse reequilíbrio será obtido? O que o senhor fez até agora para que o equilíbrio seja realizado?

O art. 36, Sr. Bernardo Figueiredo, da Lei das Concessões, estabelece:

Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Resolução nº 1.318, do Conselho Federal de Contabilidade, Item 55 (k), orienta no seguinte sentido: 55.....

(k)os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, se declarados reversíveis pelo poder concedente por serem necessários à continuidade da prestação de serviço concedido, serão indenizados pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da concessionária, depois de deduzidas as depreciações e quaisquer acréscimos decorrentes de reavaliação. Tal custo estará sujeito à avaliação técnica e financeira por parte do poder concedente. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não é considerada investimento.

Na privatização, que o senhor modelou, as concessionárias não investem na infraestrutura da via permanente, porque desobrigadas contratualmente. Logo, do ponto de vista dela, seria dinheiro perdido. Melhor é colocar dormentes de eucaliptos não tratados, abandonar quilômetros de linhas para poder canibalizá-las. Mas as concessionárias ferroviárias não perdem uma oportunidade sequer para trombetear que têm investido somas vultosas nas ferrovias depois da privatização.

Segundo a ANTF e CNT (Confederação Nacional dos Transportes), entre 1997 e 2010, as conces-

sionárias privadas teriam investido 24 bilhões no setor ferroviário, enquanto o valor aplicado pela União foi de 1,3 bilhão, dezoito vezes menor. Não dizem, contudo, o que o estudo do IPEA revela: que próximo de 80% dos valores investidos pelas concessionárias privadas são oriundos do velho BNDES.

Há uma forte preocupação, inclusive no Tribunal de Contas da União, de que a indefinição sobre quais sejam os bens que, ao termo das concessões, serão declarados reversíveis gere uma dívida monumental para a União. A responsabilidade ou irresponsabilidade aqui é, sem nenhuma sobra de dúvida, da ANTT, porque, preocupado, o Tribunal de Contas da União realiza uma auditoria na ANTT acerca do controle e fiscalização dos investimentos realizados nas ferrovias concedidas. A auditoria está processada sob o número 0087992011/3 e está na pauta para julgamento hoje. Logo este furor trombeteiro da ANTF, que o senhor criou e dirigiu, obra sua, criatura sua, sobre os supostos milionários investimentos das concessionárias privadas e que são reproduzidos amplamente pela mídia, seria a preparação da opinião pública para as concessionárias privadas apresentarem mais tarde a fatura de bilhões e bilhões ao Estado brasileiro, uma vez que não estariam claramente definidas as regras e condições para a definição do que sejam os investimentos reversíveis e não reversíveis. Tarefa que cabe mais uma vez a quem? A mim? Não. À ANTT.

Pergunto: O que o senhor tem a dizer sobre isso? Quais as responsabilidades que o senhor cumpriu e descumpriu nesse particular? Que riscos o Estado brasileiro corre nesse assunto?

Pergunto: O que a ANTT tem feito para evitar o anunciado assalto aos cofres públicos pelas concessionárias ao final das concessões? A ANTT separa o valor dos investimentos do valor gasto em manutenção da concessão ou aceita o saco de gatos que o palavrório da ANTF martela na mídia? Se positivo, vamos quantificar.

Sr. Bernardo Figueiredo, por que a ANTT se recusa a cobrar as multas aplicadas pela RFFS/A às concessionárias privadas? Quantas são as multas não cobradas? Qual o valor global delas? Queira nos explicar a destruição do patrimônio público investigado pela Operação Fora dos Trilhos, iniciada pela Polícia Federal, em Piracicaba, São Paulo, e quais as responsabilidades da ANTT?

Os 2.375 vagões que o senhor queria entregar para destruição, canibalização, para a ALL, do que foi impedido pela Polícia Federal, fazem parte da prova material dos crimes que são investigados pela Polícia Federal pela Operação Fora dos Trilhos. Se positivo, a negociata da ANTT com a ALL poderia resultar na

destruição das provas materiais de crimes praticados pela ALL, empresa criada pelo senhor, crimes que teriam sido praticados com a conivência da ANTT, dirigida pelo senhor.

O senhor estruturou a privatização das ferrovias brasileiras, como agente público, e participou da privatização, como agente privado, voltou ao Estado, na Cofer, para estruturar a ANTT, órgão de fiscalização dos contratos que o senhor criou como agente público e assinou como agente privado. Como o senhor da conta de tantas contradições?

Sr. Bernardo Figueiredo, como o senhor explica o art 3º, §3º da Resolução da ANTT nº 3.695, de 2011? Não se trata de uma disposição que praticamente torna letra morta o tráfego mútuo e o direito de passagem, a propalada concorrência entre prestadores, uma vez que uma empresa como sua empresa estruturada, a ALL, especialmente no sul do Brasil, terá, na maior parte de suas cargas, origem e destino na sua malha?

Quero concluir com algumas considerações sobre essa medida supostamente inovadora e modernizadora da passagem livre pelos trilhos.

Quando a concessão foi feita, o contrato impunha às empresas concessionárias a obrigação de pôr o sistema brasileiro para andar. Agora, de repente, essa obrigação é suprimida por essa mágica supostamente beneficiadora do interesse público. Eles não precisam operar mais. Não tem que se responsabilizar por vagões e rodovias. Eles cobram pedágio e qualquer um pode utilizar a estrutura. Ao invés do investimento, ganham uma estrutura para cobrar pedágio. É como funcionam os pedágios nas rodovias. O concessionário mantém os trilhos e os outros empresários ou iniciativas privadas colocam os seus trens, os seus vagões e as suas locomotivas a transitar sobre isso tudo.

Sr. Bernardo Figueiredo, eu, pelas informações que tenho, não desconheço a sua capacidade técnica. Mas, por tudo o que expus, pelo que eu lhe perguntei, o senhor estaria, para o Brasil, para o interesse público, muito melhor cuidando dos interesses privados, que foi o que senhor fez até agora, sem vínculo com o Estado, sem participação na diretoria-geral da ANTT, porque eu prevejo que, no futuro, nós vamos ter uma complicação com o meu discurso, com os dados e com os documentos, que vai concorrer com a Amaury Júnior, vai se chamar privataria dois.

Eu quero passar à Mesa, Senadora Lúcia Vânia, para orientação do nosso entrevistado, uma cópia das perguntas que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)
– Agradeço o Senador Requião.

Vamos passar a cópia para o Sr. Bernardo Figueiredo.

Passo a palavra ao Sr. Bernardo para responder as questões.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – São inúmeras as questões. Vou respondê-las no que se refere às ações da ANTT. As avaliações quanto a minha pessoa, eu respeito a opinião do Senador e não acho que seja o caso de debatê-las aqui.

Li, detalhadamente, a peça do Ministério Público, em que o Senador se baseia na maior parte dos seus questionamentos, mas tenho uma questão que antecede a isso: o papel que eu tive no processo de privatização.

Eu era da Siderbrás e sai quando o Governo resolveu adotar a política de Estado mínimo e acabou com a Siderbrás. Tive que trabalhar na iniciativa privada. Fiquei dez anos na iniciativa privada. Fui convidado, no Governo Itamar, para fazer parte da Rede Ferroviária, em 1994, de onde tive que sair em novembro de 1994 pelo fato de ter participado de um evento aqui em Brasília de apoio à candidatura Lula. Nesse período em que estive na rede ferroviária – e existem centenas de funcionários da Rede Ferroviária que podem testemunhar isso –, nós trabalhávamos com dois cenários, nós tínhamos claramente que...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Permita-me um aparte só para esclarecer. O Senhor participou de ato de apoio e, por isso, foi defenestrado da Rede Ferroviária ou foi uma iniciativa sua? É uma suposição ou o Presidente Itamar Franco lhe...

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – O Presidente me chamou e falou que gostaria eu sáísse.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Isso pessoalmente?

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – É.

A questão da privatização era uma questão que era debatida, e nós trabalhamos, em 1994, período em que eu estive lá, preparando a rede para qualquer que fosse o cenário. Existia uma expectativa de que, se o Presidente Lula ganhasse, não teria sido feito e, se o Fernando Henrique ganhasse, seria feito. Achávamos que de qualquer forma a Rede Ferroviária estava num processo de deterioração que precisava ser preparada para qualquer que fosse o cenário, e foi esse o trabalho que coordenei dentro da Rede, com os técnicos da Rede. Sai da Rede.

Foi tomada a decisão de desestatizar o serviço de transporte ferroviário no País, e eu não tenho o mérito de ter formulado esse processo, até porque discordo de vários conteúdos que ele tem. Fui convidado por um grupo empresarial, de pequenas empresas, de

médias empresas, empresas de logísticas que tinham interesse em mudar a logística, para estruturar uma empresa e assumir as funções executivas dessa empresa com o projeto de participar da privatização não com o objetivo de ser um grande investidor de ferrovia, porque isso extrapolava, e muito, a capacidade de investimento deles, mas de ocupar o espaço e tentar encaminhar nessas concessões ferroviárias um conceito diferente do que elas tinham anteriormente, que era concentração a atendimento a grandes grupos econômicos e a cargas muito bem definidas. Fizemos esse trabalho de participação e entramos na composição. A empresa foi acionista de duas concessionárias, a Ferrovia Centro Atlântico e a Ferrovia Sul Atlântico, que depois virou a ALL. Como executivo da empresa, assinei os contratos de concessão. Foi como executivo da empresa: não como sócio, mas como executivo numa empresa de que era sócio. Eu era suplente do Conselho de Administração dessas duas empresas. Os titulares eram sócios da empresa, a Interférrea. Eu funcionava como suplente. É óbvio que, pelo meu conhecimento técnico, pela minha experiência, eu frequentava as reuniões do Conselho.

A partir de 1998, ficou claro para os sócios da Interférrea que a filosofia de trabalho dos grupos que eram sócios nas ferrovias não se alinhava com a que a Interférrea propunha. E a Interférrea foi extinta no final de 1999, e eu saí, como executivo da empresa, no começo de 1999.

Não tenho nenhuma responsabilidade pela estruturação da ALL nem de nenhuma outra ferrovia. Funcionei como executivo e porque eu tenho...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Permita-me só uma observação. O currículo que o senhor apresentou na sua primeira condução, currículo de sua responsabilidade, evidentemente, diz o contrário do que o senhor está dizendo agora; o senhor se atribui a formatação disso tudo.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Eu fui sócio... Eu fui do Conselho – é isso que consta do meu currículo – e saí do Conselho antes de 1999. Fui convidado para assumir a ANTF, que, na época, segundo o modelo definido de privatização da ferrovia, devia ter uma função no Brasil muito parecida com a da AAR, que existe nos Estados Unidos – é uma associação de operadores privados – e que faz uma parte da regulação – regula o tráfego mútuo, faz compensação tarifária, faz desenvolvimento tecnológico, faz teste de equipamentos. Nós, hoje, no Brasil, adotamos a certificação das rodas de trem da AAR, que é essa associação americana. E o Governo, quando fez a privatização, achou que deveria ter uma associação parecida no Brasil, e eu fui convidado para

estruturar essa associação, fiquei lá dois anos. Quando a ALL e Vale do Rio Doce assumiram o controle da associação, foi pedido que eu saísse, e eu saí, no final do ano 2000, da ANTF, por decisão dos concessionários.

Senador, eu respeito todas as leituras que qualquer pessoa faça do meu currículo, mas eu tenho muito orgulho do meu currículo e o meu currículo só me qualifica. Então, eu não tenho nenhum problema com o meu currículo.

As pessoas que tiveram oportunidade, e aqui há diversas delas, de me conhecer profissionalmente e eticamente ao longo desse período de 40 anos que trabalho com transportes é que são testemunhas e que me interessam, porque me conhecem e conhecem o meu trabalho.

Com relação às questões ligadas à ANTT, eu não fiz outorga de concessão a nenhuma concessionária. Esses atos iniciais, eu precisaria relembra-los. O que houve foi que, antes de eu entrar, houve uma mudança societária. A Brasil Ferrovias, que operava a Malha Oeste e operava a Ferrovia de São Paulo, vendeu essas concessões, com autorização da ANTT, para a ALL, e ela assumiu essas concessões. Eu nunca outorguei nenhuma concessão à ALL.

Quanto a essas... Nós fizemos... Esse é o estilo que eu adoto sempre nos lugares em que trabalho, de fazer os processos de uma forma muito transparente, muito discutida, especialmente com os técnicos que estão envolvidos. Todas essas ações regulatórias – o senhor me desculpe, eu respeito as avaliações diferentes – foram debatidas com o TCU, internamente, com a CGU, com os clientes, com todo mundo, e todos são unânimes.

O Dr. Eliezer Batista – e ele há de me perdoar a inconfidência de relatar uma conversa que ele teve comigo, mas eu acho que é simbólico, porque o Dr. Eliezer Batista é uma figura reconhecida como a pessoa que conhece a área de transporte, a ferrovia, foi responsável pelos grandes avanços ferroviários que houve no País – me falou uma vez uma frase que me marcou muito. Ele disse: “Ô Bernardo, o que a ANTT está fazendo hoje na ferrovia é uma revolução. A ANTT está fazendo tudo que todo mundo teve vontade de fazer e ninguém teve coragem.” São palavras dele, que está aí lúcido, vivo e ativo e pode confirmar se o que estou falando é verdade ou não.

Mas existe na questão principalmente dos questionamentos do Ministério Público, e eu não diria que isso é proposital, mas, se você tem uma história, um período histórico em que vários fatos aconteceram – e eu estou aqui –, e, de repente, se abstrai do momento em que essas coisas aconteceram e junta tudo como se tudo... Quer dizer, o Bernardo Figueiredo passou a

ser o responsável por todo o descalabro que ocorreu na ferrovia de 1970 até 2008. Isso não é verdade! Isso não é verdade, simplesmente pelos fatos terem ocorrido antes. Não tem nenhum fato apontado pelo Ministério Público que tenha ocorrido na minha gestão, exceto o fato de eu ter revogado uma decisão da ANTT, por solicitação deles, anterior à minha gestão, certo? Eles procuram desqualificar dizendo que eu revoguei depois de três resoluções, mas isso não anula a ilegalidade do que foi feito. Não foi revogado para anular ilegalidade. Ilegalidade não se anula. Foi revogado porque eles pediram. Eu sou contra, eu era contra revogar. Eu achava que era um erro revogar, porque eu acho que é melhor que o trecho seja retirado da concessão, que seja feita uma nova concessão, com outro tipo de contrato, com um contrato que seja realmente um contrato que encaminhe a solução dos problemas, que tenha outro operador, que a gente amplie a possibilidade da oferta de serviço. Então, eu tenho outro encaminhamento.

O senhor fala da questão da multa. O Ministério Público fala isso. Não vou atribuir ao senhor uma coisa que foi o Ministério que falou. O MP fala que a ANTT foi leniente e omissa em relação à fiscalização das concessões. Eu queria apresentar um dado que eu acho que é simbólico. Nos dez anos de existência da ANTT, ela multou as concessionárias, o conjunto das concessionárias, em R\$60 milhões, em dez anos. Nos três anos em que eu estou lá, a ANTT multou as concessionárias em R\$45 milhões, 2/3 desses R\$45 milhões foram para a ALL. O valor da multa anual que a ANTT fazia às concessionárias, antes da minha gestão, era R\$2,4 milhões por ano. Durante a minha gestão foi R\$15 milhões. Dez milhões só para a ALL.

Quem me conhece, Senador, e é possível, qualquer um faz qualquer juízo sobre qualquer pessoa, sabe dos padrões éticos que eu sigo no meu trabalho. Os meus funcionários sabem disso, porque, na ANTT, não têm decisões isoladas do diretor que concebe alguma coisa e manda todo mundo seguir. Lá as decisões são discutidas, são construídas em conjunto, são debatidas. Qualquer técnico que o senhor chamar aqui, qualquer pessoa isenta, competente, honesta, que conhece ferrovia, seja usuário, seja uma universidade, seja o pessoal da indústria, eu tenho absoluta segurança de que o que eles vão dizer para o senhor é que o que a ANTT fez, durante a minha gestão, foi criar as condições para que saíssemos do quadro trágico em que vivíamos e construíssemos um quadro novo e edificante para a ANTT no futuro; todos, unanimemente. Nesse ponto, eu não recebo nenhuma crítica.

As concessionárias contrataram dois dos maiores juristas do País para tentar derrubar, na audiência pública e na Justiça, as resoluções que a gente fez.

Isso não é uma evidência de que eu estou atendendo aos interesses deles. Isso é uma evidência de que eu estou fazendo o contrário. E eles perderam. As resoluções estão em vigor, e os usuários estão se preparando para usufruir delas.

A Senadora Lúcia Vânia e vários Senadores devem ter recebido inúmeras cartas de associações de pessoas que têm interesse direto, que precisam da ferrovia, manifestando o que elas pensam da gestão que eu tive na ANTT, e todas elas são unânimes em afirmar que eu fiz um trabalho que nunca tinha sido feito, que eu fiz um trabalho que resolve o problema da ANTT e que essas condições que foram criadas criam as condições para que a gente possa ter uma ferrovia melhor no futuro. É isso o que me guia.

O que me faz estar aqui passando por esse processo, na perspectiva de continuar na ANTT, não é a minha vaidade pessoal de ser diretor da ANTT, não é o meu conforto de ser diretor da ANTT. Os meus servidores da ANTT me conhecem, discutem isso comigo e sabem disso. Eu estou aqui, porque eu comecei uma missão na ANTT que é da maior importância, Senador, e que vai mudar o quadro da ferrovia no Brasil. Nós temos trabalhos que estão em andamento e que vão criar uma nova realidade na logística do Brasil. Os usuários, de quem o senhor está legitimamente assumindo a posição de defesa, compreendem e concordam comigo. O que me faz aceitar a missão que a Presidenta Dilma me convidou para exercer é a certeza absoluta de que, nos próximos quatro anos, nós vamos ter condição de consolidar não só as ações que estamos fazendo, mas consolidar a ANTT de forma que ela não esteja sujeita à ação de quem venha dirigi-la e que ela possa andar com seus próprios métodos. Não é qualquer pessoa que vai chegar lá e virar a ANTT para cá e para lá. Ela vai saber andar.

Eu estou trabalhando fundamentalmente com servidores públicos. Eu estou formando servidores públicos para assumir posições de responsabilidade dentro da agência, para assumir cargos gerenciais. Eles sabem disso, e grande parte deles já estava fazendo isso.

Essa situação vai-se agravar agora. Nesta próxima gestão, nós vamos cada vez mais ter servidores públicos na condução dos assuntos da ANTT. Esse é o desafio que me motiva. Essa é a motivação que tenho de continuar na ANTT.

Quanto às questões ligadas a avaliar impacto econômico-financeiro, nós fizemos o de Barra Mansa, teve uma discussão com o TCU, tem uma decisão do TCU que nós seguimos. A questão é que esse valor todo de investimento público na malha concedida não é primeiro realizado, não tem um caso que já está pronto e que precisa ser avaliado. Nenhum. E tem um erro que

se está cometendo, desde o passado, que é de fazer sem acertar primeiro. Eu primeiro faço o investimento e, depois, vou avaliar o impacto. E aí chego e falo assim: a funcionária está ganhando 100. E se ela não topar? E se ela não concordar? Eu já fiz. Essa discussão tem que preceder, e é isso que eu estou discutindo. E estou discutindo mais. Nós devemos discutir muito, antes de fazer investimento público na malha concedida, se aquilo, de verdade, não é atribuição dela.

E, quanto ao novo modelo que o senhor citou, eu garanto ao senhor que a grande maioria das pessoas que têm o interesse de ver o serviço público de transporte ferroviário se desenvolver e ser adequado no País estão com a ANTT, estão a favor do que a ANTT está fazendo.

Muito obrigado!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Perguntaria ao Senador Requião se está satisfeito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Para os Srs. Senadores terem uma ideia, hoje, o transporte ferroviário, e eu me suporto nos cálculos do Sul do Brasil, custa 103% o valor do transporte rodoviário. 103%. Normalmente ficaria 30% abaixo desse preço.

Eu acho que o Sr. Bernardo Figueiredo está fazendo um trabalho. Eu não concordo é com a orientação do trabalho dele.

Eu vou expor para vocês uma proposta que a ANTT fez e que repetiu à exaustão em audiências públicas no Paraná.

A ANTT queria realizar um trecho entre Guarapuava e Ipiranga. E de que forma faria esse trecho? Ela pretendia que esse trecho fosse feito através de uma PPP. Seria a primeira PPP federal no Brasil.

Como é que essa PPP se daria? A ALL, evidentemente, tinha interesse no trecho porque fica nas intersecções da sua malha. Ninguém mais poderia fazer a linha da ALL. O trecho seria feito por uma empreiteira financiada pelo BNDES. Bacana! O custo e o pagamento seriam da ALL. Isso foi anunciado, debatido, repetidamente no Paraná. Mas, o Governo Federal, nessa sua intenção de estimular – na visão do Sr. Bernardo Figueiredo, que não é a minha, que fique bem claro esse fato – abriria mão do valor da concessão que, à época, Sr. Bernardo Figueiredo, era da ordem de R\$52,00 ou R\$54,00 milhões por ano. Não sei qual é o fator de correção. Então, o BNDES emprestava o dinheiro, a empresa pagava com aquilo que não pagaria mais pela concessão da trama sul. Ficaria proprietária do trecho e se remuneraria porque ficava numa intersecção da Ferroeste, que é concessão do Estado do Paraná. Se remuneraria, além dos R\$ 52 milhões que deixava de pagar, cobrando pedágio.

Logo depois, surge essa maravilha de que elas podem alugar suas estradas e cobrar pedágio sobre elas, perdendo as obrigações. É evidente, Sr. Bernardo Figueiredo, que é uma visão que não é a minha, que não é a visão republicana. É a tentativa de criar uma estrutura ferroviária associando benesses públicas a empresas privadas. Não digo nem que a longo prazo não chegue a dar certo, mas é uma expropriação do poder público em benefício da empresa privada. Imaginem os Srs: o Estado, a União, abre mão do pagamento da concessão, o BNDES financia, a empresa escolhe a empreiteira que quer fazer – daí ela que ganhou a concessão, a obra -, estabelece o preço. O BNDES paga, ela ressarcir o BNDES com o dinheiro da concessão e fica dona dos trilhos. Esse é tipo de comportamento que o Sr. Bernardo Figueiredo imprime à agência. É a visão dele. Não estou fazendo uma condenação, não o estou agredindo com hipóteses de corrupção. Estou simplesmente dizendo que a República não aceita esse tipo de visão do desenvolvimento do processo ferroviário que, aliás, não está acontecendo. Na verdade, não respondeu às minhas perguntas, fez uma autolouvação. Lembro-me do meu pai me dizendo que elogio em boca própria é vitupério. O senhor se elogiou muito, mas não respondeu às ações, não respondeu aos questionamento que fiz.

Faço aqui a minha declaração de voto, se eu vier votar. Vou votar contra a recondução do Sr. Bernardo Figueiredo porque acho que não tem a visão republicana do sistema. Ele tem uma visão privatista. Foi ele que formatou isso. Não sou eu que estou dizendo, é ele mesmo, no seu currículo anterior. Ele se afirma e se credencia como especialista na formatação, na época de Fernando Henrique e tudo o mais. Essa visão não é a minha. Acho que não é a visão que interessa à República, Sr. Bernardo, à *res publica*, ao Estado, à coisa que é de todos nós cidadãos. Interessa à res privada, que é o desenvolvimento favorecendo alguns grupos econômicos. Acho que a sua postura, nesse processo tudo, é um erro, e o prejudicado nisso é o Brasil, que está vendo as ferrovias desaparecerem. Ao mesmo tempo em que o transporte não recebe o apoio que seria de se esperar para o escoamento da nossa produção, estamos em aventuras espetaculares de trem-bala. Começou, Sr. Bernardo Figueiredo, na Valec, por R\$10 bilhões. Depois pulou para R\$19 bilhões. Daí foi para a ANTT e virou R\$36 bilhões. Assim, como aquele trecho de Ipiranga que foi avaliado pelo Governo do Estado em 150, pelo Presidente da ALL, que queria fazê-lo, em 220 e depois na mão do Governo Federal e do Orçamento, por meio da ANTT, salta para 540. E foi anunciado, posteriormente, pelo Ministro Paulo Bernardo, por 750. Não entendo e não

aceito essas variações; não entendo e não aceito a sua visão comportamental e a sua ação que não interessa, a meu ver, à República.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Perguntaria ao Dr. Bernardo se tem algum comentário a fazer.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem, art. 14.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Requião e passo, pela ordem, a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vou ser muito breve, porque sei que tem várias Senadoras e Senadores inscritos.

Eu estava numa audiência agora e retornaria, naturalmente, para a Comissão de Infraestrutura. Fui relator setorial de infraestrutura no Orçamento Geral da União de 2012, que aprovamos no final do ano passado, e gostaria de fazer alguns registros. Isso foi bastante noticiado, houve um debate grande na mídia em função até das avaliações que fizemos.

Primeiro, registrar o respeito que temos pelo Dr. Bernardo Figueiredo, que, no nosso ponto de vista, tem feito um trabalho profícuo, competente. Sempre deixei claro ao Dr. Bernardo Figueiredo as minhas dúvidas com relação ao trem-bala, sempre explicitei isso a ele, que sempre tratou das questões ligadas à ANTT com espírito republicano. Não podia deixar de destacar e registrar a competência do Bernardo, que é um dos especialistas nessa área de ferrovia, que é um modal de transporte absolutamente fundamental para o desenvolvimento do país, especialmente da Região Centro-Oeste. V. Ex^a, que é a legítima representante do Estado de Goiás aqui no Senado.

Feito esse registro, só gostaria de esclarecer o questionamento que apresentei quando discutimos a questão das obras adicionais ou das obras acessórias nas ferrovias que hoje estão sob concessão. O que observamos? E a Consultoria Jurídica do Senado também me ajudou muito nisso. O que observávamos? Que as ferrovias tinham um traçado. No meio do caminho as cidades vão crescendo e as ferrovias, normalmente, trazem problemas, não só o nível de ruído como uma série de transtornos para a mobilidade urbana nos municípios. Então, o que a gente começou a observar? A existência de várias emendas que visavam especialmente garantir os contornos ferroviários em vários municípios ou também, em muitas situações, viadutos, obras essas de que as ferrovias viriam a se utilizar e que trazem, naturalmente, benefícios para as populações que vive nesses municípios.

Nós, evidentemente, quando discutimos isso, tivemos um primeiro questionamento: se vamos colo-

car no Orçamento Geral da União esses recursos, de alguma maneira o concessionário da ferrovia vai ser beneficiado, porque em muitas cidades brasileiras a composição precisa esperar em função das dificuldades inerentes às grandes cidades brasileiras. Não vou citar aqui as cidades que passam por isso, mas são sabidamente conhecidas. E, efetivamente, nós fizemos uma grande discussão a respeito disso.

Tive oportunidade de trabalhar com a Consultoria do Senado, com a Consultoria do Orçamento e também com o Governo Federal, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Nós dirimimos, de uma vez por todas, essas dúvidas. Por quê? Fruto de várias reuniões com o corpo técnico da ANTT, recebemos um ofício do Dr. Bernardo Figueiredo, datado de 8 de dezembro de 2011, dia de Nossa Senhora da Conceição, que dizia assim:

Sr. Senador,

Cumprimentando Vossa Excelência, informamos que a ANTT se compromete a quantificar o proveito para as concessionárias, decorrente de todas as obras realizadas pela União ou suas empresas, em trechos de ferrovias concedidos ou arrendados a empresas privadas, bem como verificar e formalizar, mediante aditivos contratuais, a recomposição do equilíbrio financeiro da respectiva concessão em função das melhorias operacionais trazidas pelas obras à atividade desenvolvida pela concessionária...

E diz mais: “a exemplo do determinado pelo Acórdão 2.066 do Plenário do TCU e pela Decisão 657, de 2002, também do Plenário do TCU”.

Essa carta inclusive faz parte, e o próprio relatório de infraestrutura agrega esse compromisso assumido pela ANTT, e eu não poderia deixar de registrar esse ofício, que tira qualquer dúvida com relação ao rebaatimento de investimentos da União com relação aos contratos das concessionárias.

Eu não quero me estender, mas gostaria de fazer esse registro. E mais uma vez gostaria de consignar o meu voto, o voto SIM pela recondução do Dr. Bernardo Figueiredo, que tem feito um grande trabalho e, principalmente, tem olhado o Mato Grosso do Sul e a região Centro-Oeste com extrema atenção.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Senador Delcídio.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para suas considerações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só queria fazer uma proposta aqui, pelo seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Na primeira intervenção, eu fiz questão de anotar aqui, eram 10 horas e 25 minutos, já estamos há duas horas.

Eu proporia que os próximos oradores...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Serei muito breve.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, não, eu estou... Acho que V. Ex^a tem todo o direito de pedir isonomia de tempo. Mas proporia que a gente fizesse, agora, as intervenções pelo menos num bloco de três Senadores porque, senão, vamos entrar num problema de...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Consulto o Plenário se estão de acordo, a cada três Senadores, o Sr. Bernardo Figueiredo faz uma resposta. *(Pausa.)*

Aprovado. E lembrar também que a Senadora Lúcia Vânia estabeleceu 10 minutos para cada um dos Senadores e Senadoras. Enquanto eu estiver aqui na Presidência, vou colocar o dedo na campainha.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a não precisará usar a campainha comigo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pelo ordem, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu consulto à Mesa se não é possível, nos termos regimentais, abrir o processo de votação, porque nós estamos aqui com um quórum bastante formado e, daqui a pouco, alguns dos Srs. Senadores têm compromisso e acabam se ausentando.

Eu consulto se, regimentalmente, isso é possível. Eu proporia isso à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Perfeitamente. É possível, mas não é decisão de vice. Vamos esperar a Presidente chegar de volta aqui.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar o convidado sabatinado Dr. Bernardo Figueiredo e dizer, Sr. Presidente, que V. Ex^a não vai precisar de usar a campainha comigo.

Eu apenas quero fazer um registro e dois questionamentos:

Conheço o Dr. Bernardo Figueiredo há muitos anos, conheço seu espírito público e conheço a sua competência técnica e, portanto, não tenho dúvida alguma, que, na Agência Nacional de Transporte Terrestre, continuará prestando grandes serviços ao Brasil.

Quero apenas fazer dois questionamentos: sua opinião, como representante da ANTT e, como se sabe, temos a construção de uma ferrovia importante

para o Brasil, que é a Ferrovia Norte-Sul. No entanto, o princípio dessa ferrovia está na cidade de Anápolis, não vem até Brasília. E Brasília está implementando o seu porto seco. Gostaria de saber sua opinião e se há algum estudo da ANTT a respeito da ligação do Distrito Federal com a Ferrovia Norte-Sul.

Por outro lado, com a recriação da Sudeco, o Diretor Superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado, tem colocado com bastante entusiasmo – entusiasmo compartilhado pelo governador de Goiás, pela bancada de Senadores de Goiás e, claro, também com o apoio do Governo do Distrito Federal e da bancada do Distrito Federal. Eu, particularmente, entendo que seria uma grande alternativa para melhorar o fluxo de ligação do Distrito Federal com o Entorno sul. Nós já temos uma ferrovia construída que é apenas utilizada para cargas. Se há estudos, qual a opinião da ANTT sobre a viabilidade econômica de, efetivamente, transformar o trecho Brasília/Luziânia, por onde passam mais de 300 mil pessoas todos os dias, numa ferrovia de passageiros?

São esses os questionamentos, deixando também registrada a minha posição favorável à recondução do Dr. Bernardo Figueiredo à ANTT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Rollemberg. Passo a palavra ao Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro. Desculpe, Senador Walter Pinheiro. Primeiro, é a Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr^a Presidenta, eu quero cumprimentar todas as Sr^{as} e Srs. Senadores e ao Dr. Bernardo Figueiredo.

Eu tive que me ausentar a maior parte da reunião que nós estamos realizando e declinaria de falar. Entretanto, o questionamento do Senador Rollemberg incentivou-me a fazer um semelhante, mas que diz respeito ao meu Estado. Estamos aqui eu e o Senador Eduardo Braga. Ele já governou o Estado do Amazonas por dois mandatos. E há muito tempo nós lutamos pela ligação do nosso Estado do Amazonas com as outras regiões do Brasil, mediante rodovias. E nós temos uma BR, a BR-319, que foi construída ainda nos idos da ditadura militar e, por não ter sofrido manutenção adequada, uma boa parte dela foi-se desfazendo. E nós lutamos. Continuamos teimosamente, Dr. Bernardo, a lutar por essa BR, porque é muito mais fácil um amazonense chegar à Venezuela do que a outros Estados brasileiros, a Porto Velho, a Brasília. Então é uma BR necessária.

Preocupações ambientais há inclusive de nossa parte. Então, eu gostaria de questionar, perguntar a V.

S^a qual o papel da ANTT, se a ANTT tem estudo sobre essa questão, ao mesmo tempo em que solicito apoio da agência. Afinal de contas, a agência não é só para fiscalizar concessões. A agência é para ajudar no estabelecimento de uma política de desenvolvimento, de integração nacional. E essa BR, para todos nós, Dr. Bernardo Figueiredo, é muito importante. Então, eu gostaria de ouvi-lo a respeito disso. Obrigado, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Passo a palavra ao Senador Valter Pinheiro. Após a fala do Senador Valter Pinheiro, eu vou declarar aberta a votação, uma vez que falta apenas o Relator da matéria para falar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT –RJ) – Fale pouco, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – PA) – É muita ousadia. O Senador Lindberg comete aqui dois equívocos: primeiro, ele é mais jovem do que eu.

Meu pai dizia três coisas: não maltrate criança, não bata em idoso, nem fale mal de morto. Então, ele, como bom menino, eu não posso batê-lo por desobedecer a meu pai. E outra, como meu liderado na Bancada, devia ter um pouquinho mais de obediência porque posso, a qualquer momento, inclusive destituí-lo da condição de relator desse processo. É automático. Se ele sair da comissão, ele tem que deixar de ser relator. Então, eu peço ao Senador Lindberg que se comporte direitinho porque, até o final da reunião, eu não quero cometer esse ato.

Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria tocar em quatro pontos deste debate que eu acho que são importantes. Tenho completa convergência com o que suscitou aqui o meu companheiro de Senado pelo Espírito Santo, o Senador Ferraço, no que diz respeito aos modais, às prioridades, ao momento. Inclusive por esse acúmulo, Sr. Bernardo Figueiredo, que a da malha ferroviária e, principalmente, a partir desse acúmulo, contribuir para a gente devolver uma das coisas mais importantes, que no Brasil mesmo com dificuldades tivemos a oportunidade de desfrutar, que é a questão do transporte de passageiros sobre trilhos.

[Há uma separação entre o que é urbano, hoje até mais conduzido pela CBTU, por alguns organismos estaduais e até alguns exageros, como é o caso de Salvador, onde se criou um CTS para cuidar de metrô e estamos lá há dez anos e o metrô não consegue, sequer – no bom baianês – rodar, portanto há essas dificuldades. Então eu acho que esse é o aspecto primeiro que eu queria chamar a atenção, acho que ausência de contribuição por parte da agência nesse aspecto, tanto é que no PPA desse ano tivemos a oportunidade de discutir inclusive o Ministério do Planejamento

a volta de alguns trechos de trem de passageiro e um nível maior de relação.

E, aí, eu quero fazer essa separação, por isso fiz questão aqui de citar a minha concordância com o Senador Ricardo Ferraço, mas tem uma coisa que a gente tem que aprender a separar nesse debate de agência. Agência não pode ter o papel de elaboração, essa é uma coisa que eu continuo, desde os primórdios aqui do surgimento de Agência, fui um dos Deputados, há época, que mais lutou com essa questão de agência, até pelo fato do meu setor, setor de telecomunicações. Acompanhei o surgimento da ANEEL, da Anatel, da ANP e todas elas nasceram cheias de vício, distorções e complicações. A maior delas é essa, na medida em que há essa confusão de papéis – por isso eu acho que não cabe cobrar aqui de V. S^a determinadas coisas em relação ao programa, porque na minha opinião isso é tarefa de Governo, não tarefa de agência. Agora cabe ao Senado e Câmara, inclusive a gente botar o dedo na ferida sobre essa coisa dos papéis de regulação e fiscalização das agências do Brasil porque há um processo natural.

É natural que uma agência com poucos servidores enfrente estruturas que são muito mais poderosas do que a Agência. O risco da captura é muito grande, o risco, às vezes – não vou falar de forma como se fosse uma espécie de corrupção –, pelo chamado despreparo e até de certa maneira o baixo nível de investimento, que nós somos responsáveis. Na hora que discutimos aqui os orçamentos para a Agência há uma série de restrições. Então, essa incapacidade da Agência em enfrentar conglomerados leva, exatamente, a esse problema do descumprimento das suas funções, e aí alguns lêem isso como captura, outros lêem isso como falta de estrutura. Portanto, precisamos separar esse debate.

Eu, particularmente sou uma das pessoas que defendo, permanentemente aqui, Sr. Bernardo Figueiredo: a Agência não foi feita para multar. Agência tem que multar. A Agência foi criada para garantir que o serviço funcione; essa é a finalidade. Óbvio que se na ponta não executa, meu caro Blairo, nós temos que multar. Mas, aí, eu lhe pergunto, o senhor deu um dado aqui interessante, num período o senhor aplicou muito mais multa do que no período de 2001 até 2008. Muito mais, muito mais. Aí eu pergunto: alguém que deixou de ter o serviço patrocinado por essa Rede Ferroviária conseguiu ter de volta o prejuízo que ele teve por aquele serviço não funcionar?

Ainda tem outro detalhe, que às empresas é permitido um recurso natural. Vão para justiça. Arrasta-se, às vezes, anos a fio com essa batalha para que os cofres públicos vejam um centavo dessa multa. Então, na

realidade é importante agir duramente, mas é importante agir antecipadamente para que a gente tenha o funcionamento. Esse é o papel, o senhor não é uma caixa registradora, o senhor é uma agência reguladora, é bem diferente. Eu acho que esse é o primeiro ponto que a gente tem que cravar aqui nessa audiência, para a gente ter claro como é que isso se processa.

Segundo aspecto, o fato da gente ter a participação – o senhor vem do setor...Na Agência Nacional de Telecomunicações por acaso eu tinha alguém que não era do setor, mas tenho agora. Guerreiro foi presidente da Agência, comandou todo o processo de privatização, que, aliás, até em memória, uma das figuras...

Fui companheiro de trabalho dele no sistema Telebrás, um grande dirigente da Agência. Discordei peremptoriamente dele durante todo o período. Conduziu o processo de privatização e depois virou o dirigente da Agência, um grande dirigente, por um período enorme no Brasil, numa das maiores empresas que participou do sistema de privatização do setor de telecomunicações, que é do Paraná, dirigiu a Telebrás durante muitos anos; participou da elaboração da privatização e, logo em seguida à privatização, ele foi exatamente presidir um grande grupo mundial que opera hoje aqui no Brasil e na América Latina. Então há esse risco e essas coisas nessas áreas.

Quais são os dirigentes da Aneel, meu caro Delcídio do Amaral, vem de onde? Vêm do setor de energia, majoritariamente. E, aliás, no Senado eu participei de várias sabatinas aqui, Senadora Lúcia Vânia, sendo Deputado, já que a sabatina não ia para lá, é aqui. Eu vinha para participar aqui. Uma das cobranças que os Senadores faziam aos indicados era exatamente esse atributo técnico, para se evitar o atributo político e para se colocar nas agências quem tinha pelo menos a capacidade técnica acumulada no segmento.

Portanto, eu não vejo como grande trauma o fato de se dizer que foi da ALL, que daqui, foi de acolá. É importante que na Agência nós tenhamos gente do setor. O que nós precisamos ter é essa coisa que eu disse aqui antes. Qual é a força que uma agência ganha, e nós precisamos modificar. Por exemplo, nós precisamos modificar... Há um projeto, inclusive de minha autoria aqui, para permitir inclusive que eu possa convocar o senhor. Eu convoco um ministro de Estado, mas não convoco o senhor para vir depor aqui.

Hoje nós estamos fazendo uma sabatina com o senhor. Amanhã o senhor vem aqui se quiser. Não, o senhor pode vir, mas eu vou convidá-lo, não vou convocá-lo. Hoje nós estamos fazendo isto aqui e o senhor é obrigado a vir aqui, mas amanhã o senhor não estará obrigado. Por quê? Porque a legislação, aprovada por nós, não permite, Senador Blairo Maggi, que a gente

pegue depois aqui...No transcorrer do seu mandato, eu não tenho como argui-lo aqui pelos seus erros ou pelos seus acertos.

Eu estou cobrando que a gente tenha duas coisas: que os sabatinados voltem anualmente para prestação de contas e que os sabatinados possam ser convocados da mesma forma que ministro de Estado. Eu tenho a oportunidade de fazer isso, de ter a oportunidade de fazer isso não só uma vez na vida. Vinte e quatro horas depois da votação, da votação pelo Plenário, o senhor vai simplesmente tocar o seu mandato e dizer aos Senadores: olha, meu amigo, eu tenho quatro anos, um abraço e *tchau* para vocês.

Então, por exemplo, esse é um pressuposto que eu acho importante para a gente dar a garantia de que nós vamos fazer um acompanhamento e não é só um processo pessoal em relação ao Sr. Bernardo Figueiredo, ao senhor fulano de tal na Agência. Como é que o Senado pode fazer esse acompanhamento, essa cobrança que meu amigo Ferraço fez aqui muito bem, de conteúdo, de regulação, de fiscalização do seu papel, o monitoramento? Então eu acho que essa é a questão que é importante.

E aí eu quero encerrar, Senador Lindbergh, tocando em uma das coisas eu acho que aqui é importante para que a gente tenha a clareza do que este momento vale para nós, que é exatamente a oportunidade de, aqui no Senado da República, a gente interferir em vários modelos.

Aqui o senhor citou, quando foi arguido, vários processos de concessão, com diferenças de um passado para um presente, de valores para obrigações, para uma série de áreas, tanto na ferrovia quanto nas rodovias. Seria importante que a gente pudesse continuar este debate e não personalizar este debate, não personalizar. Se tem erro nesse processo, é erro do papel da ANTT. Não é erro do Sr. Bernardo Figueiredo. Eu já tive inclusive com o senhor diversas querelas ou pontos de vista. Há pouco mais de trinta dias atrás, eu entrei na Justiça contra o senhor, contra a sua Agência, mesmo sendo da base do Governo, junto com o Senador João Durval Carneiro e a Senador Lídice, para resolvermos exatamente um problema que nós achávamos que não estava bem resolvido pela Agência. E ganhamos essa ação.

Portanto, não é num processo de personalização. E aí eu quero concluir deixando isso bem claro.

O senhor recebeu aqui diversas acusações, foram colocadas diversas coisas de favorecimento. Em todas elas que eu procurei ver aqui, CPI de São Paulo, o senhor, no final, não é citado, as coisas que aparecem do Ministério Público. As pessoas poderiam, inclusive, quantificar isso. Não tem nenhum problema. Se essas

coisas tivessem, eu diria até, a consistência, o correto seria essas ações judiciais não permitirem sequer que o senhor pudesse ser indicado, sequer que o senhor pudesse ser sabatinado. Então, portanto, era importante que a gente pudesse tratar dessa forma isso aqui. Então, eu não quero tratar com o Sr. Bernardo Figueiredo, mas com o indicado para Diretor-Geral da Agência, que tem que assumir um compromisso com este Senado de continuar fazendo o que o senhor disse aí que está fazendo, essa reestruturação.

Nós precisamos ter uma agência que monitore. Nesse novo tempo, não é possível mais uma agência não poder olhar toda a malha que ela cobre, com tantas ferramentas disponíveis. A Presidenta Dilma tocou nesse assunto, ontem, na reunião com todos os líderes e presidentes partidários, porque ela quer, inclusive, o monitoramento amplo dos serviços públicos. A forma de a gente garantir que um concessionário atue numa estrada ou numa ferrovia é a nossa capacidade, inclusive, de ficá-lo olhando 24 horas. Isso vale mais até do que a gente avaliar que nós vamos ampliar o número de fiscais da agência.

Acho que é importante esse comprometimento de sua parte para que a gente tenha a oportunidade, a partir daqui, do relator, do setorial, de relatores gerais, mas que a gente tenha, principalmente, o compromisso de garantir os serviços na ponta para que a gente tenha, uma vez por todas, a volta dessa malha, aliás, num período agora diferente, porque as ferrovias que estão em construção não são feitas a partir de investimento privado, estão sendo feitas com investimento público. E, mesmo nesse caso, por exemplo, no cruzamento da Fiol com malhas que são operadas pela FCA, nós partimos para cima da Vale (VLI). Não há nenhum sentido mais em você não fazer investimento aqui de melhoria, de ampliação ou até de modificação de parte do seu trecho.

Então, eu acho que esse é o papel que nós temos que fazer enquanto Ministério do Transporte, elaborando essas políticas, e da Agência, que não pode nem ser capturada pelo setor e, muito menos, ficar submissa ao Ministério do Transporte. Este é um aspecto importante: ter a parceria, trabalhar em conjunto e em consonância com o projeto da estrutura tocada pelo Ministério do Transporte, é correto, mas a Agência não é um departamento do Ministério do Transporte; não é uma secretaria do Ministério do Transporte. Ela é uma agência reguladora, e o senhor e os servidores da Agência têm esse compromisso com o Brasil: transformar essa instituição verdadeiramente numa instituição capaz de garantir ao cidadão que os trens estejam nos trilhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço ao Senador Walter Pinheiro.

E, antes de passar a palavra ao Dr. Bernardo Figueiredo, eu declaro aberto o processo de votação, informando aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação, devidamente rubricadas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu faria uma sugestão: que o Sr. Bernardo Figueiredo falasse ao final e que os outros que estão inscritos agora, já com o processo de votação aberto, falassem...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas só estão inscritos V. Exª e o Senador Delcídio. O Senador Delcídio já falou, então só V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então eu só quero parabenizar V. Exª pela condução, só vou cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos.

De início aqui, o jornalista Aparício Torelly se autotitulou Barão de Itararé, porque, na Revolução de 30, havia uma batalha, que era a Batalha de Itararé e que estava marcada, mas que não houve. Eu sinto esse sentimento hoje aqui, porque acho que as questões colocadas pelo Senador Requião foram questões de discordância quanto à modelagem. Aqui, ninguém pode... Não é nenhum ilícito o Sr. Bernardo Figueiredo ter vindo da iniciativa privada. Disse aqui que não outorgou novas concessões à ALL.

Então eu quero parabenizar V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, pela condução dos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Lindbergh.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi e, em seguida, ao Senador Sérgio Souza.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Bernardo Figueiredo, nosso convidado. Temos a oportunidade de fazer aqui as indagações a respeito da recondução para o cargo de Diretor-Geral da ANTT. Também cumprimento os demais Senadores e as demais Senadoras aqui presentes.

Só para registrar, Sr. Bernardo Cabral... Desculpem-me, estou me lembrando do nosso Ministro da Justiça. O Amazonas agradece.

Ouvi atentamente as colocações feitas pelos colegas que me antecederam, principalmente os Senadores Requião e Ferraço, e gostaria de ajudar nesse pensamento.

Quando se diz e se cobra de V. S^a o abandono das ferrovias do Brasil, de uma grande parte da malha ferroviária brasileira, temos de nos lembrar que essa malha ferroviária existente – com o pouco que estamos construindo neste momento, do Governo do Presidente Lula para cá – foi construída há muitos anos, na década de 40 até 60, ainda no Século XIX. Naquele momento em que as ferrovias foram definidas, os seus traçados estavam indo em direção às cargas, à economia daquele momento que pedia aquele tipo de transporte. Passadas várias décadas, 30, 40, 50 anos, aproximadamente, boa parte daquilo que era necessário, na década de 40, de 30, não é mais viável economicamente nesse período. Portanto, se nós privatizamos e tomamos a decisão, lá atrás, de fazer privatizações dessas ferrovias, alguém tem de pagar a conta. Não é possível a iniciativa privada simplesmente ficar amargando os prejuízos daquelas ferrovias que hoje já não têm mais cargas. Se tivéssemos feito, lá naquele período – e aqui não é demérito nenhum a Mato Grosso do Sul –, se lá atrás o Governo Federal tivesse feito a opção de fazer a ferrovia para Cuiabá em vez de para Corumbá, para aquela região do Pantanal, até hoje essa ferrovia para Cuiabá estaria funcionando e teria sido modernizada. Tenho certeza de que seria de alta lucratividade para qualquer um que fosse operar essa ferrovia.

Então, quero aqui colaborar com sua defesa, com a defesa da ANTT, dizendo que não podemos olhar, neste momento, o que nós temos como se fora verdade para o tempo inteiro. Já foi lá atrás, mas não é mais neste momento.

Então, fica aqui uma sugestão. Devemos ter – e com certeza temos, no País – algumas ferrovias que não têm capacidade de geração de carga para que se mantenham sozinhas, mas, se for uma decisão política se fazer e manter essas ferrovias, vamos fazê-las com recursos públicos. Não vejo outra alternativa, outra saída, para esse tipo de situação. Então, temos de ter a coragem política de dizer o que nós queremos e como devemos fazer essas concessões. Podemos pensar em fazer como se faz em algumas linhas de ônibus, como V. S^a aqui mencionou. Alguém que leva a melhor linha tem de levar a pior. É a velha história: se você vai levar o filé mignon, vai ter de levar um pedaço da carne de pescoço também. Em linhas de ônibus se faz isso, caso contrário, teríamos somente as linhas de alta rentabilidade funcionando e as de pouco fluxo não iriam funcionar. As pessoas não iriam ter o serviço aqui mencionado.

Então, Sr. Bernardo, fica aqui o meu registro nesse sentido.

Quero dizer também que não vejo qualquer tipo de conflito de interesse por V. S^a já ter militado, trabalhado em empresas ligadas a ferrovias. Se fosse assim, um profissional que já passou por qualquer outro tipo de atividade profissional jamais poderia exercer um cargo público ou ser presidente de uma companhia, porque já teve outros compromissos. Ainda bem que temos aqui a possibilidade de reconduzi-lo à Direção-Geral da ANTT, de reconduzir alguém que tem a experiência que V. S^a tem, a vivência que V. S^a tem nesse setor, porque são mais de quarenta anos de história, e não se pode jogar fora quarenta anos de história.

V. Ex^a rebate as questões do MPF. Eu também li todo o processo que foi encaminhado por esta Comissão, li a CPI de São Paulo, li as manifestações do Ministério Público, da Procuradoria. Só para mostrar, o MPF mandou um documento que tem dez ações contra a ANTT. Das dez, do seu período são quatro. E se nós – e aí digo nós todos, políticos que já passamos por cargos executivos – não entendermos o papel do Ministério Público, simplesmente vamos votar para acabar com eles, porque não conheço ninguém que tenha passado por um cargo executivo e não tenha de responder a algum processo ou a alguma investigação no Ministério Público Estadual ou Federal, porque a nossa lei é extremamente rígida, uma lei minuciosa, e quem está na direção de um cargo público no Executivo dificilmente – não quer dizer que não tenha – vai sair sem responder a algum tipo de questionamento pelo não cumprimento de alguma coisa.

Então, quero aqui parabenizar V. S^a pela participação na nossa Comissão. Não tenho dúvida nenhuma da aprovação e da recondução ao cargo. Desejo que, nos próximos quatro anos, efetivamente, o Senhor consiga consolidar aqui aquilo que disse na questão da gestão. Tenho acompanhado de perto o serviço da ANTT não só na ferrovia. Hoje, a gente se baseou muito na questão das ferrovias, mas a questão das rodovias é importante.

Sou muito mais adepto à privatização, ou melhor, à concessão dos serviços públicos. O Estado não abre mão do que é dele, ele abre mão de fazer o serviço e, em troca, ainda recebe alguma coisa. Nós podemos acelerar esse processo. Tem várias rodovias no Brasil, principalmente no meu Estado, Mato Grosso, que são um caos geral. De Cuiabá a Rondonópolis você gasta de cinco a seis horas para fazer duzentos quilômetros. É um caminhão atrás do outro, é um trem de caminhão. Ou você tem de fazer a ferrovia de Rondonópolis para Cuiabá ou você tem de duplicar. A capacidade que o País tem de duplicar e de colocar recursos é limitada, mas tenho certeza de que, se a ANTT abrir ali um processo de concessão daquela rodovia, não tenho

dúvida nenhuma, absolutamente nenhuma, será uma grande disputa para implantar ali, pela iniciativa privada, essa rodovia de duzentos quilômetros, porque ela é de fato muito rentável.

Então, eu gostaria de, para finalizar, pedir que o Senhor olhasse, que pedisse a sua equipe da ANTT que ajudasse o Governo Federal ou que criasse um pequeno grupo dentro da ANTT para identificar esses trechos, às vezes longe do poder central – estamos longe do Sul e do Sudeste, estamos no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste –, com rodovias que podem ser concessionadas. Podemos desafogar o caixa do Governo e melhorar a vida daqueles que trabalham, produzem e vivem nessas regiões.

Então, Dr. Bernardo, que o Senhor tenha quatro anos muito profícuos pela frente e que de fato possa implementar as mudanças, ou melhor, a continuidade dos trabalhos que V. S^a vem fazendo na ANTT.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Antes de passar a palavra ao Dr. Bernardo, concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza para suas considerações. *(Pausa.)*

Jorge Viana também? *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr. Bernardo Figueiredo, são duas as questões que me fazem indagá-lo. Primeiro, o Brasil, hoje, é a 6^a economia mundial e cresce a passos largos, de maneira consistente. Tem tudo para ser um dos maiores países no que diz respeito ao escoamento de seus produtos minerais e, principalmente, das safras agrícolas e pecuárias, mas o Brasil, como lembrado pelo Senador Blairo Maggi, está realmente estagnado, principalmente no que diz respeito às rodovias. Ultimamente temos visto que o Governo brasileiro tem pensado, tem planejado o aumento das ferrovias, inclusive uma das minhas indagações é com relação à ferrovia que vai de Maracaju até Paranaguá. O que o Governo brasileiro tem pensado sobre isso? Esse é um grande corredor de exportação e de desenvolvimento daquela região do País, ligando a Ferrovia Norte-Sul, que vai cruzar o Estado do Paraná.

Preocupa-me muito essa questão da velocidade com que as coisas estão acontecendo, como a duplicação da BR, citada aqui pelo Senador Blairo Maggi. Arrumaram uma solução para isso, porque está havendo um estrangulamento do crescimento da economia deste País por conta dos modais de transportes, principalmente ferroviários e rodoviários. O modelo que foi colocado, principalmente nos anos 1990, 1996, 1997, 1998, das privatizações, existe um abismo entre ele e aquilo colocado no final de 2009, no que diz respeito às concessões das rodovias. Por exemplo, no

Estado do Paraná, uma rodovia pedagiada, na década de 1990, final dos anos 1990, chega, em média, por praça de pedágio, a um veículo, e uma praça está a uma média de 80 quilômetros de concessão. Uma praça de pedágio está, em média, R\$8,00 a R\$10,00, e isso em uma rodovia simples, inclusive lá na região de seus familiares, Senador Blairo Maggi. Já uma rodovia privatizada no final de 2009, por exemplo, a BR-101, que liga Paraná a Santa Catarina, pegando um trecho da BR-376, que é uma rodovia dupla, ou seja, a manutenção dessa rodovia é o dobro do custo, está na casa de R\$1,30. A mesma concessão foi feita de São Paulo ao Paraná, na BR-116.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Em respeito à grande Presidente Lúcia Vânia, que conduziu tão bem este trabalho de hoje, eu não quis colocar esse debate hoje aqui. Peço até desculpas à Senadora Lúcia Vânia, mas, veja, o preço do pedágio da Fernão Dias é R\$1,40. A concessão dos tucanos, em São Paulo, Imigrantes e Anhanguera, Senador Flexa Ribeiro, é R\$20,40...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não podia deixar, não é?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas, Senadora Lúcia Vânia, deixei para falar no final...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas, Senador Lindbergh, na verdade, são modelos que foram colocados num momento econômico até mesmo diferente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Um foi outorga, o outro foi o modelo que beneficiava a tarifa, mirava a tarifa, o preço do pedágio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Concordo com V. Ex^a plenamente.

Na verdade, a minha preocupação é daqui para frente, é com o que o Brasil vai fazer para não criarmos um gargalo de modais. Um exemplo é o porto de Paranaguá, no Paraná, que ficou estagnado nestes últimos anos, como ficaram outros portos. São problemas de trechos fluviais, principalmente no Mato Grosso, no norte do Brasil, que, realmente, acho que merecem um investimento muito maior, como aquele que está se discutindo e que vai de Foz do Iguaçu até o interior de São Paulo e Minas Gerais, pegando pelo rio Paraná.

Então, a minha preocupação está centrada nestes dois pontos: qual é o modelo do Brasil, do Governo brasileiro, para nós desestagnarmos esses modais de transportes, e o modelo deve atender realmente a população brasileira e garantir o crescimento econômico

do Brasil, e por que realmente essa grande diferença entre as concessões das rodovias ocorridas nos anos 1990 e, agora, no final de 2009.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, último orador inscrito.

Pergunto ao Senador Flexa se quer falar. *(Pausa.)*

Quer responder ao Lindbergh, Senador Flexa? *(Pausa.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, está bem resolvido o problema entre o PSDB e o PT aqui do meu lado, Senadora.

Mas gostaria, primeiramente, de cumprimentar V. Ex^a pela condução de uma reunião que atraiu a atenção obviamente dos companheiros da imprensa, de funcionários, de profissionais ligados a essa área de transporte.

Antes de tudo, ao cumprimentar os meus colegas, quero dizer que ouvi atentamente, especificamente a intervenção do Senador Requião, que foi muito contundente, como é próprio dele, muito firme. Ouvi também as respostas do Sr. Bernardo Figueiredo e queria parabenizá-lo pela maneira tranquila e, ao mesmo tempo, esclarecedora com que V. S^a se posicionou aqui, nesta reunião. V. S^a mostrou aqui, hoje porque tem 40 anos dedicados a essa área. Como ex-Prefeito, ex-Governador, sei das dificuldades que todos nós temos quando temos a missão de executar e de formular políticas.

Nessa área em que V. S^a atua e que tenta estruturar, e V. S^a muito bem disse que as mudanças que estão acontecendo nos últimos três anos são bastante significativas, mas nada parecidas com as que virão – e esse foi um compromisso que V. S^a assumiu aqui –, é fato que, especificamente em ferrovias, o Brasil tem uma dívida com o povo brasileiro e com a sua própria história, e não por desconhecimento, porque o conhecimento e o uso de ferrovias no Brasil é muito antigo. Ontem, fiz um discurso dizendo que, em 1917, tínhamos bonde numa cidade do interior do Acre. Lamentavelmente, depois, a opção de ocupação na Amazônia foi com rodovias, o que cria mais danos ambientais e sociais. Abandonou-se completamente as ferrovias. Tenho muita esperança de que consigamos chegar ao Boqueirão da Esperança, começando por etapas, indo a Vilhena, depois ao Acre, e fazer a conexão com o Peru, por Pucallpa.

Mas queria, então, parabenizando V. S^a, dizer que também nós temos que tomar um pouco de cuidado, porque eu acho que aqui os questionamentos foram feitos baseados em questionamentos do Ministério Público e V. S^a os esclareceu com muita eficiência, com

muita tranquilidade. Lamentavelmente, no Brasil, questionamento, pergunta vira acusação e condenação. Vou repetir, no Brasil... Já aconteceu com o Senador Blairo Maggi, que foi governador também e é empresário, comigo e com muitos de nós todos. Um questionamento do Ministério Público, um questionamento de um Tribunal de Contas, por exemplo, vira acusação, pior, vira condenação. E o Senado, que tem o papel de fiscalizar e buscar esclarecer questões das mais sérias, como são os questionamentos a que V. S^a foi submetido, está cumprindo bem esse papel nesta Comissão, tão bem conduzida pela Senadora Lúcia Vânia.

Então, encerro minhas palavras só deixando bem claro: o Brasil está vivendo um momento muito especial. Temos atraso, por exemplo, na área de transporte metroviário, na área dos metrô nas cidades, nos centros urbanos. Temos defasagem de tecnologia no transporte ferroviário, e isso é gravíssimo! Estamos entrando agora num processo moderno de concessão. Com todo respeito aos colegas que aqui representam o PSDB, não vou negar que alguns aspectos da privatização feita pelo PSDB foram importantes, mas é completamente diferente o modelo de concessão que estamos implementando no nosso governo, seja dos aeroportos, seja das rodovias, e isso será objeto certamente de outros debates aqui. Esse debate não é o de hoje.

Queria só dizer que, como Senador, tenho a obrigação de cumprir o papel de fiscalizar e me sinto atendido plenamente com os esclarecimentos de V. S^a, apesar da dureza dos questionamentos que, em muitos momentos, passaram a ser sentença. Foram além da acusação. Mas, dessa maneira, tenho confiança de que, passando por esta Comissão e pelas outras instâncias do Senado, nós e V. S^a, sendo levado a seguir conduzindo a ANTT, vamos ter tirado boas lições deste enfrentamento de hoje e certamente ânimo novo para fazer ainda mais e recuperar esse terreno perdido que o Brasil tem que recuperar na área de transporte terrestre.

Muito obrigado. Parabéns!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para registrar, V. Ex^a tinha definido, há mais de meia hora, o encaminhamento segundo o qual três Senadores fariam e, em seguida, o Dr. Bernardo Figueiredo faria suas considerações. A partir daquele momento, mais de seis já fizeram uso da palavra, e ele

ainda não teve oportunidade de comentar os questionamentos colocados. Era só essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim. Eu quero dizer a V. Exª que os Senadores querem se manifestar, e eu não gosto de cortar essa manifestação. Acho que assim como eu dei espaço para as críticas todas, eu tenho que dar espaço àqueles que querem se manifestar favoravelmente.

Declaro encerrada a votação e convido o Senador Rodrigo Rollemberg e o Senador Walter Pinheiro para proceder à contagem dos votos.

Passo a palavra ao Senador Raupp para as considerações finais e depois ao Dr. Bernardo Figueiredo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu sei que já está fora de hora. Todo mundo está com fome, mas eu queria, na mesma linha do Senador Jorge Viana, que defende aqui a Rodovia Transcontinental...

Nós já tratamos disso algumas vezes com o Dr. Bernardo Figueiredo. Acho que o modelo que o Dr. Bernardo está desenvolvendo para o setor ferroviário brasileiro vai dar certo. Até hoje o Brasil ainda não se encontrou com o modelo ferroviário. Acho que, a exemplo da energia elétrica, da construção das usinas, até que enfim o Ministério das Minas e Energia encontrou o modelo de parcerias com a iniciativa privada de modo que uma usina de 3, 4 quatro mil megawatts pode ser construída em dois ou três anos, enquanto que no passado uma usina de 220 mega demorou 14 anos para ser construída no meu Estado, que é a Usina de Samuel. É preciso acelerar; o Brasil tem pressa.

O Brasil é a sexta economia do mundo e com infraestrutura de país muito atrasado. Nós precisamos avançar na questão rodoviária, com a duplicação das nossas BRs, na questão das ferrovias, com mais agilidade, que esse processo seja um pouco mais acelerado, porque o Brasil, com essa economia e crescendo...

Ontem eu ouvi uma explanação do Ministro Guido Mantega no Conselho Político, com a Presidente Dilma e com outros Ministros e com os presidentes dos partidos da base e Líderes, no sentido de que o Brasil vai crescer 4,5% este ano, 5% no ano que vem e 6% em 2014, e a nossa infraestrutura não suporta isso. Nós ainda não estamos a 7%, 8%, 9%, como a China, porque não temos infraestrutura; não temos portos adequados, ferrovias, rodovias. Acho que a construção dos aeroportos também vai ser acelerada.

Esse é o apelo que quero fazer ao Dr. Bernardo, que prossiga, mas com celeridade nesse modelo de construção ferrovias em nosso país. O Brasil precisa urgentemente desse modelo, desse modal de transporte, para acelerar a nossa economia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Raupp.

Antes de passar a palavra ao Dr. Bernardo, quero apresentar o resultado da votação, que é o seguinte: votaram 17 Srs. Senadores. Foi aprovado o nome do Sr. Bernardo Figueiredo com 16 votos favoráveis e 1 contra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com uma abstenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Aliás, uma abstenção.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Peço urgência ao Plenário, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu solicitaria a V. Exª que formalizasse o pedido de urgência. Assim nós o encaminharíamos ainda hoje a mensagem ao Plenário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, pela ordem.

Lindbergh, eu só queria chamar a atenção para uma coisa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A gente avalia lá na hora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Devia avaliar no Plenário, porque há uma tendência natural de não termos número no plenário para votação. Obviamente, no painel vamos encontrar mais de 70 presenças, mas não sei se, necessariamente, às 16h30min, às 17 horas, nós teríamos quórum.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A gente faz a avaliação lá, na hora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Lembro que essa votação é nominal. Portanto, o mais prudente seria esperar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A gente pode fazer uma avaliação na hora. Se não der, não coloca em votação.

Com a palavra o Dr. Bernardo Figueiredo.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Meu querido amigo Rodrigo Rollemberg, nós nos conhecemos há longa data e há longa data que você briga por essa chegada da ferrovia de carga a Brasília. Já tivemos oportunidade de discutir isso diversas vezes. Eu queria dizer-lhe que a Valec já foi autorizada a fazer o estudo. Acho que é importante. Acho que é importante. Acho que a ferrovia tem de ser construída na lógica da carga, mas temos de olhá-la como oportunidade de implantar um trem de passageiros eficiente, a média velocidade, ligando Brasília, Anápolis e Goiânia. A Valec está fazendo o projeto disso. Já está autorizada pela ANTT. Nós vamos, brevemente, poder apresentar esse projeto aqui.

Quanto ao trecho Luziânia, estive com o Marcelo Dourado. Estamos trabalhando. O nosso Diretor Ivo

Borges está “tocando fogo” no grupo técnico. Acho que esse é um dos projetos mais óbvios de aproveitamento da ferrovia para transporte de passageiros que nós temos no País. Não tenho a menor dúvida de que é viável e de que nós vamos implementar, e vamos ter condição de fazer isso a partir do ano que vem.

A Senadora Vanessa não está aqui. A BR-419 não é afeta à ANTT, mas vou levantar as informações e vou passar para ela.

Presidenta, para encerrar, são importantes as questões levantadas pelo Senador Blairo e pelo Senador Viana. Acho que nós precisamos fazer um debate qualificado das questões relativas ao transporte no País. Eu me coloco completamente à disposição da Comissão de Infraestrutura para marcar uma agenda. Vamos fazer algo temático, porque, quando se misturam muitos temas, se perde.

Senador Blairo, nós estamos com um projeto de uma quarta etapa de concessão de rodovias. Nós poderíamos vir aqui apresentar, fazer um debate em torno disso. Tem o Plano Ferroviário Nacional. Tem a questão do ônibus.

Acho que é da maior importância e me coloco à disposição da Comissão para vir aqui e fazer sistematicamente esse debate. Para mim, o Senado, o Congresso, é onde eu posso buscar a validação e a legitimação das ações que estamos fazendo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Sr. Bernardo Figueiredo.

Quero agradecer a colaboração do Vice-Presidente Blairo Maggi e de todos os Srs. Senadores que estiveram aqui presentes e debateram.

Quero também dizer da minha satisfação de poder ter conduzido uma audiência dessa envergadura. Os Srs. Senadores tiveram toda a liberdade para expressar as suas opiniões. Portanto, acredito que obtivemos um resultado altamente positivo, porque o nosso sabatinado pôde dar as explicações a contento. O resultado foi altamente positivo: dezesseis votos favoráveis e uma abstenção.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Vou passar às mãos da Senadora Lúcia Vânia, e depois vou mandar para os demais membros da Comissão, um livro que nós estamos lançando e que registra esse programa de gestão por resultados que estamos implantando na Agência. Eu acho que ele pode ajudar aos senhores a compreender melhor o trabalho que nós estamos fazendo. Então, passo as suas mãos e depois distribuirei para os demais Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a todos os senhores. Agradeço à imprensa e aos convidados.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e oito minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e onze na sala de reuniões número 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Lauro Antonio, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, José Pimentel e Ivonete Dantas. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011**, “Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Fazem o uso da palavra os Senadores Lídice da Mata, Wellington Dias e Ana Rita. **Resultado:** Após leitura e discussão foi concedida Vista, nos termos regimentais, aos Senadores Lídice da Mata, Ana Rita e Wellington Dias. **ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010**, “Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional

de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.” **Autoria:** Deputado Aelton Freitas. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Após leitura e discussão foi rejeitado o Projeto. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011**, “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.”

Autoria: Senador

Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Senador Benedito de Lira deixa a Presidência para fazer a leitura. Após leitura e discussão foi aprovado o Projeto. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2011**, “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.” **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa a Senadora Lídice da Mata Relatora *Ad Hoc*. Após leitura e discussão foi aprovado o Projeto e a Emenda nº 01– CDR. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011**, “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.” **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Após leitura e discussão foi aprovado o Substitutivo. Nos termos do art. 282 do R.I.S.F, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da Ata.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em discussão a Ata. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a Ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, a Ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Em reunião realizada por este colegiado em 6/12/2011, a Senadora Lídice da Mata (PSB – BA) mencionou a realização por parte da revista *Carta Capital* de O Seminário Nordeste do Século XXI – Desenvolvimento com Igualdade Social – na cidade de Salvador no Estado da Bahia.

Determinei que a Secretaria da Comissão entrasse em contacto com a referida revista e solicitasse o material exibido naquela oportunidade.

Informo que será encaminhado a cada um dos Srs. Senadores, individualmente, ainda esta semana, a cópia do material recebido referente ao Seminário e cópia do relatório especial produzido pelo periódico sobre a região do nordeste.

Conforme pauta previamente distribuída, essa reunião destina-se à deliberação de proposições. Aproveitando o quórum...

Não tem nada aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu ia aproveitar para fazer logo a votação dos projetos terminativos, mas não há quórum.

Como não há quórum qualificado para votar a matéria terminativa, vamos passar ao

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: fFlexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Ex^a para a leitura do seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para emitir o relatório) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou dispensar a leitura do relatório porque são considerandos sobre a parte regimental e constitucional. Vou diretamente à análise: nos termos do inciso I do art. 104, “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

Preliminarmente, consideramos que o PLS 626, de 2011, se coaduna com os ditames da Constituição Federal e em especial com o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais.

A proposição não fere a ordem jurídica vigente. O projeto também atende às normas para elaboração e alteração de leis previstas na Lei Complementar nº 95, de 27 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, o autor, Senador Flexa Ribeiro, apresenta argumentos convincentes e coerentes com a realidade da região que seria afetada pela aprovação do projeto. A existência na Amazônia de amplas áreas já exploradas com pecuária e lavouras ou com lavouras e que possuem alta aptidão para a produção de cana-de-açúcar, que estão impossibilitadas de participar da produção nacional de álcool, configuram uma situação inconsistente com as necessidades de produção da energia renovável no nosso país.

O estudo mencionado na Justificação do PLS traz informações de grande relevância: o Estado do Pará possui, considerando apenas a região hoje ocupada pela atividade agropastoril, predominantemente pecuária extensiva, nove milhões de hectares com aptidão para produzir cana-de-açúcar, o que supera em muito o que o Brasil planta hoje, cerca de 6,6 milhões de hectares. Trata-se de potencial produtivo que não pode ser desprezado.

O autor redigiu a sua proposição com os cuidados necessários para evitar que ocorra uma expansão desenfreada da lavoura de cana-de-açúcar na região ao explicitar, no §5º, que *“regulamento estabelecerá também as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal”*.

A ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais, possibilitaria a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocu-

padadas, predominantemente, por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos.

Quero aqui aduzir, como uma análise minha, que muitas das terras na Amazônia já, como dizem os técnicos, antropizadas, isto é, já desmatadas, estão hoje improdutivas, e são, realmente, áreas que poderiam, perfeitamente, ser aproveitadas para a produção da cana-de-açúcar.

No meu Estado, por exemplo, – aqui falou o Senador Flexa do Estado do Pará – existem áreas imensas de regiões chamadas de lavrados que, perfeitamente, respeitadas as regras que ele mesmo prevê no Projeto, podem ser aproveitadas para a produção da cana-de-açúcar.

Portanto, quanto ao mérito, somos favoráveis ao Projeto em análise.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apesar de ter muita confiança no Senador Mozarildo diante de seu relatório, eu não me sinto segura de votar uma questão dessa natureza sem um conhecimento e um estudo maior, principalmente depois de termos aprovado, tão recentemente, o Código Florestal.

Então, nesse sentido, eu, como não temos mais tempo e, se pedirmos vista agora, o Projeto não será votado, eu me abstenho nesta votação. Não votarei contra ou a favor porque preciso dar uma estudada nesse Projeto que diz respeito à Amazônia Legal, uma área de grande importância para a sustentabilidade do País, e eu gostaria de poder analisar o Projeto melhor.

Como o Projeto não é terminativo nesta Comissão, vai para a Comissão de Meio Ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vai para a Comissão de Agricultura.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ..., eu vou apenas me abster ao Projeto...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Meio Ambiente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ..., para que ele possa prosseguir na sua...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Era esse...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Relator.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ... esclarecimento que eu queria dar, Senadora Lídice. Não é um Projeto terminativo.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – E quanto a eu ter me referido aqui ao estudo que o Senador Flexa anexou ao Projeto, que, portanto, pode ser ainda bastante analisado, esse é o primeiro passo desse Projeto. Portanto, eu queria apelar para que nós pudéssemos aprovar...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – e discutir melhor no ano que vem, nas outras Comissões.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro. Por isso mesmo que não vou pedir vista, mas vou me reservar e me abster, dando oportunidade de o Projeto prosseguir na sua tramitação normal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu queria só compreender... Na verdade, hoje é a última reunião. Ou vota hoje, ou ele sai da pauta no próximo ano?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ou vota hoje, ou só em fevereiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria só entender aqui...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ele ainda vai passar na Comissão de Agricultura. Aliás, de Meio Ambiente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Qual é o problema de pedir vista, para eu entender?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O problema de pedir vista, pelos argumentos da Senadora Lídice da Mata, é que retarda a apreciação da matéria, que já deveria estar na outra Comissão e permanecerá aqui na Comissão...

Agora, o Senador tem livre arbítrio para pedir vista se achar que deve.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, com todo o carinho que tenho pelo Senador Mozarildo e pelo Flexa Ribeiro, eu realmente gostaria de pedir vista porque também confesso que não examinei aqui a matéria, como a...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O que o senhor tem contra a cana-de-açúcar?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nada. Muito pelo contrário, tenho a a favor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nada. Muito pelo contrário. Sou a favor em Alagoas e em outras adjacências.

Aliás, o meu Estado também trabalha com a cana, e quero até aprender aqui, porque estamos com um problema lá. Fizeram um mapa, e a nossa área estaria fora das condições de produção onde já existe, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, é regimental.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Considerando os argumentos também apresentados pelo Senador Wellington Dias e pela Senadora Lídice da Mata, embora reconhecendo a preocupação do Senador autor do projeto de lei e também do Senador que relatou a matéria, talvez fosse interessante termos um tempo maior, justamente considerando o Código Florestal.

Acho que seria talvez de bom tamanho pedirmos vistas coletivas. O projeto retornará para a pauta já no início do próximo período e, depois, com certeza, ele será avaliado na Comissão de Reforma Agrária e também na Comissão de Meio Ambiente.

Vamos pedir vista coletivas. Eu acho que não vai ficar muito tempo. Assim que os trabalhos da Comissão foram retomados no ano que vem, o projeto estará logo no início da pauta. Pode ser assim, Senador? Podemos trabalhar dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, vista coletiva a pedido da Senadora Ana Rita e do Wellington Dias. A matéria sai da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010

– Terminativo –

Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.

Autoria: Deputado Aelton Freitas

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto

Eu queria fazer agora um apelo, considerando que nós já temos número qualificado para votar as matérias terminativas.

Peço um pouquinho de paciência à Senadora Lídice, porque só há três matérias aí.

Eu queria propor o seguinte: que nós pudéssemos fazer a leitura dos relatórios e votá-los em bloco.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria de convidar o Senador Lauro para assumir a Presidência, porque eu vou ser Relator do próximo processo. Já foi feita a leitura do item 2 e vou passar agora à leitura do item 3.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vote o item 2 logo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria votar em bloco, votar em globo, porque aproveitaríamos o tempo, ganharíamos tempo. Combinado?

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para fazer a leitura do seu relatório.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Benedito de Lira

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 27, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.

A proposição não tem nada que contrarie a sua disposição regimental. Realmente, ela é de fundamental importância para atendimento dos Municípios com esse Programa Minha Casa Minha Vida. Nessas circunstâncias, faço uma análise muito rápida.

Nos termos do art. 104-A, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre proposições pertinentes a assuntos referentes às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios.

Por se tratar de parecer com decisão em caráter terminativo, além do exame do mérito, compete a esta Comissão analisar a proposição sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2011, está de acordo com os parâmetros constitucionais aplicáveis, seja com relação à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal), ou quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 23, IX, e 48, IV da Constituição).

Com relação à juridicidade, entendemos não haver reparos a fazer.

Portanto, a proposição não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Também são observados os preceitos da técnica legislativa consolidados na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, a proposição é louvável por corrigir uma impropriedade normativa e, assim, assegurar aos Municípios a possibilidade de direcionar integralmente o PMCMV para o atendimento a famílias desabrigadas ou ocupantes de áreas de risco. A atual limitação quanto à utilização dos recursos do PMCMV termina por restringir a capacidade de resposta dos Municípios a situações de emergência, como a ocorrida na região serrana do Estado do Rio de Janeiro no início de 2011.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2011.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Então, em votação o projeto.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, com os cumprimentos pelo relatório apresentado e também ao autor.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Senador Wellington Dias. (Pausa.) OK.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com

o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Senadora Ivonete.

A SR^a IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN)

– Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– O projeto é aprovado.

A decisão da Comissão será encaminhada ao Presidente do Senado Federal.

Passo a palavra agora para o Presidente Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP

– AL) – Agradeço ao companheiro Lauro a gentileza.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.

Tomarei a iniciativa de indicar a Senadora Lídice da Mata como relatora *ad hoc* para proferir a leitura do parecer.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, chega à Comissão de Desenvolvimento Regional, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.

Disposto em três artigos, o projeto altera, em seu art. 1º, a Lei dos Parcelamentos (nº 6.766, de 1979), de

modo a (a) determinar que o plano diretor municipal estipule também os índices de impermeabilização do solo e do percentual de água precipitada que pode ser carreado para a rede pública de drenagem; e (b) ampliar o conceito das “faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais” para incluir medidas de retenção – não apenas escoamento – das águas pluviais.

O segundo artigo, por seu turno, trata de alterar a Lei do Saneamento Básico (nº 11.445, de 2007), de forma a determinar (a) que o responsável pelo serviço de manejo das águas pluviais seja responsável por “disciplinar a implantação obrigatória de sistemas de captação e retenção de águas pluviais em cada lote urbano”, de forma a minorar o volume e a velocidade com que essas águas são despejadas nas redes de drenagem; e (b) que, caso o item (a) não tenha sido cumprido, cada lote deverá ser capaz de reter a água ali precipitada por no mínimo uma hora antes de despejá-las nas redes públicas.

Por fim, o terceiro artigo é a cláusula de vigência da lei a que o projeto der origem, que será imediata.

Na justificativa, a autora argumenta que o objetivo do projeto é o de contribuir “para evitar tragédias decorrentes de deslizamentos de terras e alagamentos, cada vez mais frequentes em nosso País”, uma vez que o manejo das águas pluviais, “é uma das políticas públicas mais negligenciadas” no Brasil.

Para isso, o projeto visa estimular Estados e Municípios a adotarem “medidas voltadas para a retenção e o amortecimento das águas pluviais”.

A proposição foi distribuída com exclusividade à Comissão de Desenvolvimento Regional, à qual compete decidir terminativamente sobre a matéria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

O projeto, Sr. Presidente, é, sem dúvida alguma, de enorme mérito. De acordo com a técnica legislativa, ele se encontra muito bem elaborado.

Quanto ao mérito, é absolutamente justo e correto. A preocupação da autora chega em muito boa hora, no momento em que nós, Parlamentares, podemos fazer essa modificação, o que melhorará, sem dúvida alguma, contribuirá para que nós possamos diminuir as questões relacionadas às tragédias urbanas em função da força das águas pluviais e principalmente em função do descuido dos administradores com o escoamento das águas pluviais em cada uma das cidades brasileiras. Cuida especialmente desta questão: com a verticalização excessiva das grandes cidades, e a minha é um exemplo disso, nós vamos impermeabilizando os terrenos existentes nos Municípios sem que a fiscalização dos órgãos responsáveis pelo uso do solo tenha ação, seja capaz de impedir. Portanto, é essa a situação que vivem as grandes e médias cidades brasileiras.

Portanto, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2011, quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, com as alterações decorrentes da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDR

Dê-se ao art. 59-A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, conforme proposto pelo art. 2º do PLS nº 432, de 2011, a seguinte redação:

Art. 59-A. Na ausência de disciplina do disposto no inciso VIII do art. 9º desta Lei pelo titular do serviço de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, cada lote deverá ser capaz de reter pelo menos 50% das águas pluviais que nele se precipitarem, por período não inferior a uma hora, até que possam ser despejadas na rede pública de drenagem.

Sala das Comissões. Sr. Presidente.

Portanto, peço a aprovação do projeto com a modificação muito bem vinda, a emenda do Relator, Senador Vital do Rêgo e que incorporo, portanto, na minha saudação a nossa autora do projeto, que faz, realmente, um projeto muito importante para as cidades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer.

Encerrada a discussão. *(Pausa.)*

Em votação nominal.

Senador Wellington Dias, como vota? *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador, pela aprovação, agradecendo, também, o parecer dado pela nossa relatora, que muito nos honra com a sua fala e com o reconhecimento da importância do projeto para todas as nossas cidades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Lídice da Mata, voto conhecido. Senadora Ana Amélia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Apesar de relatora *ad hoc*, mas aprovando integralmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria cumprimentar a Senadora Lídice pela colaboração que deu a V. Exª; ao Senador Vital do Rêgo, envolvido, certamente, na questão do Orçamento, e à autora, Senadora Ana Rita, pelo atendimento de uma demanda que, como disse a Senadora Lídice, é comum à maioria das cidades brasileiras hoje.

Então, voto com louvor pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Lauro.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Maria do Carmo. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com a relatora e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Ivonete Dantas. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se posso fazer o mesmo posicionamento com relação à emenda apresentada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Repete o voto. O meu é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, repetindo o voto, o projeto foi aprovado e a matéria será encaminhada ao Presidente do Senado Federal.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de, em breves palavras, agradecer a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão. Este projeto, com certeza, trará um grande benefício para todas as nossas cidades brasileiras, porque define, com muita clareza, como Estados e Municípios deverão proceder no que se refere ao parcelamento do solo urbano. Nós sabemos o quanto, nesse período, principalmente, de chuvas, as nossas cidades sofrem por causa da impermeabilização do solo. Com isso, disciplinaremos melhor. Caberá agora, claro, aos Estados e Municípios se adequarem a essa legislação, para que não tenhamos tantos problemas de inundação, deslizamentos.

Acredito muito que poderemos, num futuro muito próximo, evitar tantas tragédias, como temos presenciado ao longo desses últimos anos.

Então, quero aqui agradecer a todos os companheiros e companheiras que compõem esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro

de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.

Tem a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia para a leitura do seu parecer.

A SR^a ANA^a AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, vou direto à análise deste projeto.

A matéria, por tratar de turismo, conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A nosso ver, a proposta é extremamente louvável, mas necessita de algumas poucas alterações, de forma a deixar mais claro quais os municípios que poderiam ter essa representação. O critério estabelecido no projeto – “daqueles municípios escolhidos como prioritários para a política de desenvolvimento turístico do respectivo Estado” – é elástico e passível de distorções. Sugerimos, então, aqueles constantes do rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (MTur), que é amplo o bastante, porém estabelecido sobre critérios específicos.

Entendemos, também, que o prazo de sessenta dias para vigência da lei é desnecessário, pois, afinal, já existem os municípios definidos e o que o projeto traz é a possibilidade de os representantes municipais integrarem o Sistema Nacional de Turismo.

Por fim, não vemos problemas de técnica legislativa. Tampouco há vícios de legalidade e constitucionalidade. Entretanto, consideramos conveniente submeter à apreciação desta Comissão uma emenda substitutiva cuja finalidade é adequar a proposição às idéias sugeridas.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 521, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDR

Artigo 1º:

O parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

Inciso IV: (...)

os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das regiões turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Esse é o meu voto e o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado à Senadora Ana Amélia.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação nominal.

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Senadora Ana Rita.

A SR^a. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o voto do relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora, Sr. Presidente, saudando a sua concisão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Ana Amélia, voto conhecido, mas...

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Maria do Carmo.

A SR^a. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador José Pimentel. (Pausa.)

Senadora Ivonete Dantas.

A SR^a. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aprovado o substitutivo ao projeto de lei, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Será submetido a turno suplementar na discussão da próxima reunião deliberativa da Comissão.

Item 2. Relator: Senador José Pimentel. Já foi lido e discutido o relatório, faltando apenas a votação porque, na oportunidade, não havia quórum regimental para aprovarmos.

Senador Wellington dias, como vota?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator.

Senadora Ana Rita.

A SR^a. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Ana Amélia.

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Maria do Carmo.

A SR^a. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Ivonete Dantas.

A SR^a. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aprovado o projeto de lei.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, Sr. Presidente. Foi rejeitado. O parecer do Relator é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Desculpe. Rejeitado o Projeto de Lei, conforme o parecer de S. Ex^a o Relator.

Gostaria, antes de encerrar a reunião, de fazer a indicação de S. Ex^a o Senador Lauro para compor, como titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no lugar do Senador Eduardo Amorim, aliás, Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, que tem como Presidente o Exm^o Sr. Senador Wellington Dias.

Sr^{as} e Srs Senadores, antes de encerrar esta reunião, eu gostaria de me manifestar sobre esse período que passamos juntos, tratando dos mais diversos assuntos que passaram por esta Comissão.

A Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo teve um papel fundamental no primeiro ano desta Legislatura: com mais de 76 Comissões...

Senadora Vanessa, eu gostaria que V. Ex^a, pelo menos, terminasse.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC DO B – AM) – Eu vou sentar ali. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Houve mais de 76 reuniões, em que se deliberou sobre mais de 170 projetos, proposições.

Fizemos um processo de peregrinação sob a Presidência de S. Ex^a o Senador Wellington Dias; da Senadora Lídice da Mata, que é representante legítima desta Comissão na Comissão da Copa; da Senadora Ana Amélia, que é Vice-Presidente da Subcomissão do Desenvolvimento do Sul; e da Senadora Vanessa, que é Presidente da Subcomissão da Amazônia.

Eu me sinto muito feliz e queria agradecer aos companheiros e companheiras pela prestimosa colaboração e contribuição que deram ao Brasil no dia a dia das atividades desta Comissão.

O Senado Federal e o País vão dever muito a esta Comissão porque nós tratamos aqui dos mais diversos assuntos, e assuntos relevantes. No que diz respeito, por exemplo, ao Pré-Sal, quando a distribuição dos *royalties* estava em estado de inércia, foi através da Comissão sob a batuta do Senador Wellington Dias que, andando pelos Estados, fizemos uma convocação de Governadores e das Bancadas na Câmara e no Senado para que fosse viabilizada a aprovação do projeto dos *royalties*, que hoje se encontra na Câmara dos Deputados. Acredito que não será votado esse ano, porque a 48 ou 72 horas as duas Casas do Congresso Nacional entrarão de recesso, mas foi um avanço. A matéria já está em discussão na Câmara dos Deputados e acredito que até o primeiro trimestre do próximo ano esse projeto será aprovado e encaminhado à Presidência da República para sanção.

Além desse projeto, tratamos de outras matérias importantes. Há um assunto de fundamental importância que esta Comissão examinou a fundo, que é exatamente a aviação regional, um dos assuntos que vamos continuar perseguindo. Aqui fizemos algumas audiências públicas, inclusive uma dessas sob a responsabilidade e a reivindicação da Senadora Maria do Carmo, trazendo aqui o pessoal responsável pelo tráfego aéreo, pela Anac, enfim, pelos órgãos responsáveis pela aviação comercial em nosso país.

Eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer, mais uma vez, a todos pelo trabalho, pela eficiência, pelo dia a dia, pelo corre-corre. Não está fácil a agenda de cada Senadora, de cada Senador, por causa das diversas reuniões de que terão de participar, relatando processo.

A Comissão teve um resultado absolutamente positivo.

Nós estamos fazendo o relatório, faremos encaminhamento a cada um dos Senadores individualmente.

Ao ensejar este término de legislatura no ano de 2011, quero agradecer a todo o pessoal de apoio

à comissão, agradecer a todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente das nossas reuniões, e com especialidade agradecer o empenho, a dedicação, o compromisso, a responsabilidade e o trabalho que cada um de V. Ex^{as} tiveram no decorrer do ano de 2011. Estou muito feliz, agradecido. Tenham a certeza de que no próximo ano nós teremos muito mais tarefas que serão da maior importância para o desenvolvimento regional do Brasil e para o desenvolvimento do turismo nacional, especialmente no aguardo dos dois grandes eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Tenho dito sempre, a Copa vem e vai, e nós precisamos ficar com o legado em benefício da população brasileira.

A Comissão está propondo – e eu quero comunicar que faremos logo no começo do ano que vem, no reinício da legislatura – uma audiência pública com todo o sistema de comunicação, rádio e televisão, para que a gente possa discutir o projeto de lei que cria espaço próprio para divulgar o turismo interno do nosso País.

Só assim alavancaremos o maior número possível de empregos, porque é uma indústria o turismo nacional, e nós precisamos tratar o turismo brasileiro como se fosse uma indústria, levar isso para o Governo. Ao mesmo tempo, cobrar no próximo período da Presidente Dilma, que já determinou ao Ministro que saiu. Pedro Novaes, que monte um projeto de turismo sustentável para o Nordeste. E nós vamos cobrar do Governo, porque é exatamente por meio desse segmento, que nós poderemos, Senador Wellington, minimizar a dificuldade de empregos para que a nossa população de jovens com especialidade possa ter essa oportunidade. Além disso, trabalhamos no projeto de qualificação para o turismo nacional. Então, mais uma vez, eu quero agradecer à Vanessa pela sua presteza, pela sua disposição, pela figura extraordinária que é esta menina da região Norte do meu País.

Estou dizendo menina porque ela é jovem, entusiasmada. Então, quero agradecer à Vanessa por esse incentivo que tem dado à Comissão. Agradeço ao companheiro Mozarildo Cavalcanti, que é da mesma região, por tudo quanto fez em benefício desse segmento produtivo do meu País.

Agradeço, sem dúvida nenhuma, a minha colega de região, a minha colega Maria do Carmo, do vizinho Estado de Sergipe, um Estado que é amável, uma maravilha, que é separado apenas de nós, Alagoas, por uma ponte, e o rio São Francisco, que é essa maravilha brasileira. Então, Senadora, muito obrigado por sua permanente presença nesta reunião.

Agradeço também ao eminente Senador Wellington Dias, que é um dos timoneiros, incansável batalhador, incentivador, e, ao mesmo tempo, convida a todos nós para qualquer tipo de enfrentamento.

Wellington, que Deus lhe pague e o proteja. O Brasil ficará lhe devendo muito, principalmente o turismo nacional. Você, que vem da experiência de governador de um Estado sofrido do Nordeste; você, que transformou o Piauí. Hoje, o Piauí é um dos Estados que mais produzem grãos no Nordeste brasileiro e é um dos Estados que têm a maior produção de mel de abelhas também graças aos incentivos promovidos pelo governador Wellington Dias.

Além de mais uma coisa, Senadora Maria do Carmo: fiquei abismado! Eu imaginava que o Estado do Ceará era – e se dizia – o maior produtor de castanha de caju do Brasil. Hoje é o Piauí. E cumprimento o Senador Wellington porque foi no seu governo que ele incentivou os pequenos e médios produtores rurais da agricultura familiar a enveredarem o seu caminho pela fruticultura.

Agradeço, sem dúvida nenhuma, a esta gaúcha extraordinária que chegou aqui para brilhar, chegou aqui para dizer aos gaúchos que aqui nós temos três grandes Senadores: Paim, Pedro Simon, e a agradabilíssima surpresa, esta extraordinária senhora jornalista e uma grande Senadora Ana Amélia.

E, para alegria de todos nós, estamos recebendo aqui, do Estado do Rio Grande do Norte, essa jovem senhora, Senadora Ivonete. Eu queria cumprimentá-la. Apesar de novata na Comissão, sintam-se como se tivesse o mesmo tempo que todos nós temos aqui. É uma alegria muito grande termos essa convivência.

Também cumprimento meu querido amigo, conterrâneo – porque o que nos separa é o rio São Francisco e a ponte – do Estado de Sergipe, Lauro Antonio, que substitui o nosso querido amigo, que está ausente, o Vice-Presidente Eduardo Amorim. Lauro vem com o brilho da sua inteligência, da sua capacidade, da sua determinação, ajudar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Tenho certeza absoluta, Wellington e companheiros, que, ao término da nossa gestão, não a gestão do Benedito de Lira, mas a gestão da Comissão, porque aqui ninguém é individualista, todos nós primamos pelo coletivo, tenho certeza de que, ao terminarmos nosso período à frente da Comissão, o turismo nacional vai ganhar muito com isso, e haveremos de ser reconhecidos, não nós, mas haveremos de nos sentir muito felizes porque demos nossa parcela de contribuição para desenvolver o País e desenvolver esse segmento produtivo do nosso País.

Eu queria, aproveitando o encerramento, embora possivelmente nos vejamos, mas não em conjunto, desejar a todos um feliz Natal! Que Deus derrame sobre cada um de nós suas bênçãos nessa festa da família mundial. Eu dizia hoje que o Natal contamina

todos nós. Todos falamos a mesma linguagem, temos o mesmo sentimento de alegria e de esperança, sem distinção alguma, porque todos pensamos no Natal. Então, eu queria desejar a todos os companheiros individualmente e aos seus familiares, para este País, que o ano de 2012 traga muitas coisas boas, que todos nós tenhamos muita saúde para continuarmos lutando, brigando pelas coisas maravilhosas, porque este País, na minha observação... Eu, às vezes, digo que o meu Estado, sem nenhum demérito para o Estado de cada um dos companheiros, é o melhor pedaço de terra do Nordeste. Este País é o maior e o melhor País do mundo! Ninguém é igual a nós. Eu não sei por que às vezes as pessoas saem tanto daqui para ir para outros países e não visitam internamente o nosso, que é maravilhoso, tem coisas extraordinárias! Eu, por exemplo, durante toda a minha vida, talvez tenha feito duas ou três viagens, e não tenho desejo de fazer mais, porque eu gosto é desse pedaço de terra em que a gente vive.

Então, cumprimento a todos, desejando mais uma vez muitas felicidades, não só a todos os companheiros, mas a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, participam das nossas reuniões, quer como assessor, quer como jornalista, quer como integrante do *trade* turístico nacional. Um grande abraço, e meus cumprimentos a minha equipe de trabalho da Comissão.

Que Deus dê força a você, Selma, e a todos que fazem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para assessorar a Comissão com muito mais vigor, com muito mais entusiasmo, com muito mais vontade do que vocês fizeram em 2011.

Um grande abraço, e que Deus proteja a todos! Muito obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, ninguém precisa falar mais nada, acho o senhor falou por todos nós. Parabéns! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pensei que a Senadora Vanessa ainda quisesse falar, não encerrei. Farei isso agora.

Está encerrada esta reunião. Até a próxima reunião, se Deus quiser, em 2012.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia quatorze de fevereiro do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Lauro Antônio, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência a Senadora Ana Rita. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011**, que “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505 de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.” **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 521, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF (sem emendas).** **ITEM 2 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2006**, que “Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para tornar obrigatória a individualização das tarifas de saneamento básico nos condomínios edilícios.” **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2011**, que “Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.” **Autoria:** Senador

Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2006, ficando prejudicado o PLS nº 444, de 2011. **Resultado: Adiado. ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2009**, que “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Lucena, no Estado da Paraíba.” **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado: Adiado. ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2010**, que “Cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará.” **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado: Adiado. ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, DE 2011**, que “Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.” **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação. Após a leitura do Relatório, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. **Resultado: Aprovado. ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2011**, que “Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).” **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Zezé Perrella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas de nºs 1 a 6 que apresenta. **Resultado: Matéria retirada de pauta a pedido do Relator, para reexame. ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 1, DE 2012**, “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater a questão da segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos no Brasil. A repercussão do acidente ocorrido no dia 13/01/2012 na costa italiana, com o navio Costa Concordia, trouxe à tona a discussão sobre os direitos que os passageiros de cruzeiros marítimos possuem, no caso de incidentes como esse, e dos sistemas de segurança nessa área. Com o aumento dessas atividades de turismo no mercado brasileiro, torna-se necessário verificar a qualidade do serviço que tem sido prestado aos consumidores, no que diz respeito, principalmente à segurança das operações, além de esclarecer quais as competências das autoridades, brasileiras, nesse setor.” **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Após o encaminhamento do Requerimen-

to feito pela autora, usa da palavra a Senadora Lídice da Mata. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Lauro Antônio**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior da Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. Item 1. Terminativo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Lauro Antonio.

As matérias terminativas exigem um quórum especial. (*Pausa.*) Esse é só turno suplementar? Fui a Relatora, casualmente. Eu ia apenas sugerir... Mas vamos pela ordem, porque é matéria de que fui Relatora. Para mim, ele já foi aprovado. Está faltando o segundo turno da votação. Eu ia pedir uma inversão por causa do requerimento final do item 7, mas vamos pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) –

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, de-

envolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.

Autoria do Projeto: Senador Eduardo Amorim

Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações: – *Em reunião realizada em 20.12.11, foi aprovado Substitutivo ao PLS nº 521, de 2011, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.*

Em discussão o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

O substitutivo está definitivamente adotado sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, pela ordem, Presidente Lauro Antonio para as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Pode ser.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria de uma inversão de pauta e penso que as Senadoras presentes não negarão apoio, dada a relevância da matéria, especialmente no caso de duas representantes de Estado, no caso especialmente a Bahia, da Senadora Lídice da Mata, que recebe cruzeiros marítimos. É o Requerimento de minha autoria, de nº1, 2012, que trata de cruzeiros marítimos.

Peço a V. Exª que acolha a inversão de pauta, que deverá ser submetida à votação.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Atendendo ao pedido da Senadora, submetido à Comissão o

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 1, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater a questão da segurança dos consumidores de cruzeiros marítimos no Brasil. A repercussão do acidente ocorrido no dia 13/01/2012 na costa italiana, com o navio Costa Concordia, trouxe à tona a discussão sobre os direitos que os passageiros de cruzeiros marítimos possuem, no caso de incidentes como esse, e dos sistemas de segurança nessa área. Com o aumento dessas atividades de turismo no mercado brasileiro, torna-se necessário verificar a qualidade do serviço que tem sido prestado aos consumidores, no que diz respeito, principalmente à segurança das operações, além de esclarecer quais as competências das autoridades, brasileiras, nesse setor.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Lauro Antonio, que preside a reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Srªs Senadoras, o Brasil está se tornando hoje um mercado altamente promissor nos cruzeiros marítimos. Primeiro, pela costa que tem, pela infraestrutura no receptivo desse novo sistema de turismo e pelo mercado interno brasileiro, que cada vez mais busca esses serviços como alternativa para essa atividade tão importante da economia brasileira e internacional.

Esse acidente ocorrido na costa italiana mostrou claramente muitas deficiências não só no caso da costa italiana, embora o comandante da operação de atracamento do navio tivesse sido exemplar, o comandante do navio falhou enormemente pela omissão, resultando em dezenas de vítimas fatais, com alguns corpos ainda não encontrados até agora.

Penso que é preciso definir-se claramente quais autoridades no Brasil são responsáveis pelo atracamento de navios. Eu, por exemplo, tenho grande desconhecimento disso. São da Marinha? Da Antaq? De que áreas são? Que áreas respondem por esse serviço de segurança?

Isso apenas do ponto de vista do atracamento, da logística da chegada desses navios à costa brasileira.

De outro modo, também, qual o direito do consumidor brasileiro quando há um problema desses ou um cancelamento de uma viagem, como ele fica com relação ao ressarcimento dos danos pela compra de um pacote para uma viagem em cruzeiro marítimo, seja na costa brasileira, seja em outros lugares.

O objetivo desse requerimento é para que esta Comissão, que é própria, desenvolvimento regional e turismo, discuta a matéria.

As minhas sugestões de convite são: do Ministro do Turismo, Gastão Dias Viera; do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira Santos, ou seu representante; do Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (ABREMAR), Sr. Ricardo Amaral; e da Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC-MJ), Dr^a Juliana Pereira da Silva.

Essa é a minha proposição, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras,

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, me inscrevo para discutir, na verdade, para fortalecer a proposição de que nós possamos vir a discutir essa questão aqui na nossa Comissão.

Já tive a oportunidade de debater essa questão dos cruzeiros marítimos no Brasil, tanto na Câmara dos Deputados quanto aqui no Senado; creio que nós poderemos estender essa discussão para um âmbito mais geral, sobre a importância da presença dos cruzeiros marítimos na área do turismo brasileiro, o seu crescimento e mesmo as dificuldades, as contradições existentes.

Existe no Ministério do Turismo um grupo de trabalho voltado para esse assunto. Quando fui presidente da Comissão de Turismo da Câmara empreendemos um debate com o setor dos *resorts* e da hotelaria, que vive em conflito e tem tudo a ver também com a preparação do Brasil para a Copa do Mundo e para receber os turistas e especialmente, também, os cruzeiros turísticos como complemento ao nosso parque hoteleiro.

Então, acho que vem em boa hora, tanto pelas razões que a Senadora Ana Amélia aqui destacou, quanto pela possibilidade que teremos de estender este debate.

Portanto, eu agradeço a oportunidade de falar e dou o meu voto favorável à aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Em votação o requerimento.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sugiro o item 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras... Aliás, quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, pela representatividade das mulheres nesta Comissão, pois estão em maioria. Isso em breve será comum a todo o Parlamento brasileiro, e não apenas a esta Comissão.

Parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011, do Senador Humberto Costa, que altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 650, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que objetiva alargar as possibilidades de atendimento, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), aos requisitos de acessibilidade necessários aos adquirentes idosos ou com deficiência.

Nos termos da lei proposta, sem prejuízo do referencial mínimo de 3% do total de unidades produzidas, já destinado pela norma vigente ao uso por pessoas com deficiência, deverão os construtores promover, nas demais unidades, sempre que houver demanda por parte de beneficiário idoso ou com deficiência, “as adaptações necessárias à garantia de condições de acessibilidade”.

Considera o autor da iniciativa que a regra em vigor “aborda o problema, mas não o soluciona da

melhor maneira". Com base no argumento de que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas com deficiência representam mais de 10% da população, o autor do projeto sustenta a necessidade de aprimoramento da lei de regência do PMCMV.

A solução proposta, em síntese, mantém a obrigatoriedade da construção de ao menos 3% das moradias com base em critérios de acessibilidade ao tempo em que assegura o mesmo benefício àquelas pessoas com deficiência que busquem a aquisição de um imóvel quando a fração originária de 3% já houver sido comercializada.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CDR opinar sobre a matéria em pauta, cabendo-lhe, no caso presente, o exame de mérito. Assiste razão ao autor do projeto. Embora a lei vigente já assegure a destinação mínima de 3% dos imóveis produzidos no âmbito do PMCMV para as pessoas com deficiência – e até preveja a imposição de maior exigência por parte dos Estados ou dos Municípios –, não parece justo que, uma vez comercializadas as unidades acessíveis, os adquirentes idosos ou com deficiência tenham que arcar pessoalmente com os custos das adaptações necessárias das moradias produzidas em desconformidade com os requisitos de acessibilidade.

A par de justa, a regra proposta parece razoável. Produzidas as unidades acessíveis no limite legal de 3%, apenas nos casos em que ainda haja beneficiários idosos ou com deficiência deverão os empreendedores assumir os ônus das adaptações necessárias. Trata-se, portanto, de critério que aprimora a execução do PMCMV no sentido de torná-lo mais consentâneo com os dados estatísticos oficiais, que retratam um contingente de pessoas com deficiência bastante superior ao percentual fixado na lei vigente.

Voto

Em face do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 650, de 2011.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Rodrigo

Rollemborg pelo relatório, mas cumprimentá-lo, sobretudo, pelo que ele disse sobre as mulheres antes de começar a apresentação do relatório. Não fosse o meu título ser no Rio Grande do Sul, até estaria garantindo, em 2014, o voto para o Senador Rodrigo Rollemborg.

Queria cumprimentar o relator e o autor, Senador Humberto Costa, pela providência tomada em relação a um projeto ambicioso do Governo na área habitacional, que também tem a ver com mobilidade das pessoas, por ter incluído aí também esse equipamento para as pessoas descapacitadas.

Então, eu queria cumprimentar o relator e também o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado, que conclui pela aprovação do projeto.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para as providências cabíveis.

Quero passar ao item 6.

O Relator, Senador Zezé Perrela, solicitou a retirada do projeto para reexame.

Tendo em vista a falta de quórum, quero aqui encerrar os trabalhos e desejar um bom final de tarde a todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – CDRDN

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE “TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRINTA E UM DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove e quarenta e seis minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado

Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Vital do Rêgo, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Maria do Carmo Alves, José Pimentel e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a ausência do Senador Wellington Dias se dá por motivo de saúde em sua família. Conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à realização de Reunião de Trabalho em sua primeira parte, onde o Sr. Presidente Eventual convida todos os para presentes para a próxima visita técnica a ser realizada em Campina Grande/PB. Dando início à segunda parte da reunião, o Presidente submete à aprovação de Requerimentos. **REQUERIMENTO Nº 08/2011-CDRDN**, “Requer, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que aos parlamentares membros desta Subcomissão que desejarem participar das Diligências, em forma de Visitas Técnicas aos Estados de abrangência da SUDENE, conforme Requerimento nº 01-CDRDN aprovado em 05/04/2011, em anexo, sejam autorizadas as suas participações com ônus para o Senado.” **Autoria:** Senadores Wellington Dias e Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 09/2011-CDRDN**, “Requer, nos termos do disposto no art. 104-A, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, para debater os seguintes temas: Pré-Sal, FPE, FPM, Reforma Tributária, Per Capita FUNDEB, Per Capita SUS, Indexadores da Dívida, Salário Educação e Investimentos dos Bancos Públicos na Região Nordeste, tendo como convidados: – Governadores dos Estados de abrangência da SUDENE; – Bancada do Nordeste (da Câmara dos Deputados e do Senado Federal); – Bancada do Norte (da Câmara dos Deputados e do Senado Federal); – Bancada do Centro-Oeste; e, – Confederação Nacional dos Municípios – CNM. **Autoria:** Senadores Wellington Dias e Vital do Rêgo. **Resultado:** Após o uso da palavra pelo Senador José Pimentel, é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital Do Rêgo**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos. Senadora Maria do Carmo, bom dia, é um prazer muito grande vê-la.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, justifico a ausência do nosso Presidente, Senador Wellington Dias, que estava a caminho desta Comissão quando recebeu a notícia de um desconforto familiar, com uma de suas filhas, mas que já está procedendo aos tratamentos médicos adequados. Por isso, assumo esta Presidência e devo subscrever e encaminhar os requerimentos postos pelo Senador Presidente.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª reunião desta Subcomissão.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Esta Subcomissão realizará, no próximo dia 6 de junho de 2011, na próxima segunda-feira, a partir das 8 horas da manhã, a sua segunda visita técnica à cidade de Campina Grande, na Paraíba, no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, situado à Avenida Manuel Guimarães, 195, José Pinheiro, Ed. Augustinho Veloso da Silveira.

Em nome do Presidente Wellington Dias, em meu nome pessoal, em nome dos Senadores Cícero Lucena e Wilson Santiago, formulo, por extensão, este convite de forma oficial a todos os membros da Comissão, como decerto a secretaria já comunicou, dizendo que é uma honra muito grande poder receber cada um e a todos no Estado da Paraíba, quando vamos tratar, dentre outros assuntos, na forma das escalas de visitas técnicas ordinárias previstas, o que se refere à infraestrutura do Nordeste brasileiro.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Nós temos dois requerimentos em pauta, ambos do Senador Wellington Dias e do Senador Vital do Rêgo, que passo a ler.

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº 08/2011-CDRDN

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que

aos parlamentares membros desta Subcomissão que desejarem participar das Diligências, em forma de Visitas Técnicas aos Estados de abrangência da SUDENE, conforme Requerimento nº 01-CDRDN aprovado em 05/04/2011, em anexo, sejam autorizadas as suas participações com ônus para o Senado.

Autoria: Senadores Wellington Dias e Vital do Rêgo

Em votação.

É um requerimento técnico que viabiliza a presença dos Srs. Senadores às visitas técnicas que realizamos em todos os Estados de abrangência da Sudene.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprimento o Senador Roberto Cavalcanti. Saúdo o querido Senador Roberto Cavalcanti.

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 09/2011-CDRDN

Requeiro, nos termos do disposto no art. 104-A, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, para debater os seguintes temas: Pré-Sal, FPE, FPM, Reforma Tributária, Per Capita FUNDEB, Per Capita SUS, Indexadores da Dívida, Salário Educação e Investimentos dos Bancos Públicos na Região Nordeste, tendo como convidados: – Governadores dos Estados de abrangência da SUDENE; – Bancada do Nordeste (da Câmara dos Deputados e do Senado Federal); – Bancada do Norte (da Câmara dos Deputados e do Senado Federal); – Bancada do Centro-Oeste; – Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

Autoria: Senadores Wellington Dias e Vital do Rêgo

Em discussão. *(Pausa.)*

Em atenção ao Senador Pimentel, gostaria de passar à sua apreciação, como também da Senadora Maria do Carmo, o requerimento do Senador Wellington Dias, com a nossa subscrição, que pede a realização

de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para tratar de temas de extrema relevância no aspecto econômico e social da nossa Região, tais quais o Pré-sal, o FPE, o FPM, a Reforma Tributária, o *Per Capita* Fundeb, o *Per Capita* SUS, indexadores de dívida pública, Salário-Educação, investimentos dos bancos públicos na Região Nordeste.

São vários temas elencados pelo Senador Wellington Dias, com a nossa subscrição, chamando como convidados os governadores da abrangência da Sudene, da bancada do Nordeste, tanto Câmara quanto Senado. Da mesma forma, a bancada do Norte e a bancada do Centro-Oeste, além da diretoria da Confederação Nacional dos Municípios.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, esta Comissão inicia a realização das audiências públicas nos Estados. Acredito que este requerimento venha a ajudar nesse debate, até porque vamos ter um banco de dados muito mais consistente e atualizado sobre esses vários temas, principalmente sobre o Pré-sal, que é uma riqueza nacional e que termina ficando na mão de alguns Estados, de alguns Municípios, e nós precisamos ter uma democratização na partilha do Pré-sal.

Portanto, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos proceder ao calendário, à fixação das datas, em comunhão com os Srs. Senadores e Senadoras. Cada um desses temas terá, efetivamente, uma audiência pública, dentro desse critério de separação por assuntos.

No calendário aprovado, reitero o convite para, dia 6 de junho, em meu nome e em nome do Senador Cícero Lucena, do Senador Wilson Santiago, discutir na Paraíba, na cidade de Campina Grande, infraestrutura, ZPEs e Zona Franca. O convite já foi encaminhado aos gabinetes dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, e espero contar com a presença de todos.

Não há mais requerimentos sobre a mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 07 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**ATA DA 59ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Às nove horas e oito minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ivo Cassol e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino, Gim Argello e Alfredo Nascimento. Comparecem à reunião os Senadores Eduardo Suplicy e Jorge Viana, não membros da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 19 de 2011-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Braga e Gim Argello que requer “... com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) no período de 2007 a 2010, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante”. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Luiz Henrique, Sérgio Souza e Eduardo Suplicy, não membro da Comissão. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli**

Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores, presentes, declaro aberta 59ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Senhoras e senhores, Sr. Ministro, esta é a última reunião da CCT no ano de 2011, encerrando a 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Ontem, apresentamos um breve balanço das atividades da Comissão em 2011 e destacamos vários pontos de extrema relevância, a exemplo, a tramitação e contribuições da CCT ao projeto de alteração do Código Florestal e ao debate envolvendo o tema inovação.

Por isso mesmo, temos a satisfação de fechar as nossas atividades trazendo a esta audiência pública o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovação, o Exmº Sr. Ministro Aloizio Mercadante, a quem, obviamente, não necessito mais convidar a tomar assento à mesa, tendo em vista que já está aqui ao meu lado.

Sr. Ministro, esta Comissão, naturalmente, possui uma relação de relação mútua com a sua Pasta, pois os assuntos lá tratados enriquecem os nossos trabalhos e guiam parte das ações desta Comissão. Por isso mesmo, torna-se emblemático o encerramento das atividades do ano com a sua presença.

O ano de 2011 foi rico para os debates sobre ciência e tecnologia, em especial sobre o tema inovação e não à toa que o Ministério da Ciência e Tecnologia passou a ser denominado como Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Governo Federal tem em curso várias iniciativas de programas voltados para a atuação do MCTI, tal como o programa de Ciência sem Fronteiras, cujo regulamento foi lançado na última terça-feira, na mesma oportunidade em que foram anunciadas as suas chamadas públicas. A formação de novos institutos federais de ciência e tecnologia e a criação da Embrapii

também serão marcos históricos nesse processo de estruturação e consolidação da grande capacidade inovativa do Brasil.

Porém, um fato que devemos destacar sobremaneira é justamente o estabelecimento da estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, que servirá como uma cadeia de ligação entre as diversas ações e iniciativas do Governo nessa área, proporcionando uma visão política e complementar entre todos os projetos, naturalmente, potencializando os resultados.

Aqui no Senado Federal, além dos debates realizados sobre esses temas, ao longo do ano, também registramos o marco do projeto de lei que cria o Código Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse, certamente, será o pilar do arcabouço legal de sustentação para toda estrutura da ciência e inovação, colocando o Brasil justamente no patamar do qual é merecedor, que é um exportador de valor agregado de tecnologia.

Em todas as apresentações feitas sobre o tema, sempre se destacam as diferenças obtidas, na medida em que é agregado valor e tecnologia aos nossos produtos.

É nesse sentido que queremos alavancar o potencial produtivo brasileiro, não somente em termos quantitativos, mas, principalmente, qualitativos. Para isso, precisamos consolidar e fixar no Brasil as nossas cabeças pensantes, os nossos inovadores e pesquisadores.

Sr. Ministro, aproveito para lhe entregar o nosso balanço de atividades para o ano de 2011 e deixo registrado aqui que, para 2012, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado continuará a ser o palco ideal para os debates sobre as questões ligadas ao tema e empreenderemos todas as parcerias possíveis com o MCTI nesse sentido.

Dando seguimento à nossa audiência pública, passarei, então, a palavra ao Exm^o Sr. Ministro Aloizio Mercadante, que terá o tempo necessário para sua exposição. Em seguida, abriremos ao Plenário oportunidade das manifestações, Sr^{as} e Srs. Senadores, na ordem de inscrição e, na medida do desenvolvimento dos trabalhos, terá o Sr. Ministro tempo também para suas respostas e questionamentos apresentados.

Somos sabedores de que haverá, hoje, uma solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do Ministro Mercadante, da premiação do FINEP. Portanto, agradecemos, desde já, a atenção do nosso Ministro por poder estar aqui encerrando o nosso ano legislativo, como ainda há pouco mencionei.

Passo a palavra ao querido companheiro e Senador desta Casa, durante muitos anos, o nosso Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, é um prazer e uma honra muito grande voltar a esta Casa, em especial a este plenário. Durante oito anos aqui tivemos importantes embates e uma contribuição à formulação de tudo o que diz respeito à Constituição e Justiça, e, hoje, para esta audiência de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Teremos agora, às 11h30min, o Prêmio Finep, em uma cerimônia no Palácio do Planalto, e queria convidar os Srs. Senadores para estarem presentes. Está aqui também o nosso Presidente da Finep, Glauco Arbix, e teremos lá as empresas inovadoras, que se destacaram neste ano e serão premiadas pela Presidenta da República, que presidirá essa reunião.

Logo a seguir, à tarde, teremos a reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, para discutir a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Apresentamos uma proposta para os próximos quatro anos e, logo após essa reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, encaminharei a esta Comissão e a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores a Estratégia Nacional, para que possamos, ao longo do ano que vem, aprofundar esse debate que, seguramente, é de interesse desta Casa e considero que daremos uma importante contribuição na definição de uma Estratégia Nacional abrangente, estabelecendo as prioridades, os eixos estratégicos.

Vou dar início à nossa apresentação.

Eu queria começar falando um pouco da situação econômica, porque acredito que incidirá sobre tudo o que diz respeito à nossa Pasta e à vida da sociedade brasileira.

Estes são os dados do crescimento econômico. O azul é a média do crescimento, em 2007, e o vermelho é a média, em 2008/2010. O que vimos é que, no início dessa década passada, a economia americana crescia 2,6%; a zona do euro, 2,2%; os emergentes, 6,6%. Depois da crise de 2008, os Estados Unidos cresceram 0,3%; a zona do euro, 0,7%; e os emergentes, 5,4%.

O que fica claro com esses dados? Que fomos capazes, os principais países da economia mundial, de estancar aquele quadro de depressão econômica, de uma crise bancária de graves proporções, a partir da quebra do Lehman Brothers, mas não houve condições de retomar um crescimento sustentado nas principais economias do mundo e os emergentes sustentaram o crescimento esses três anos, mas, evidentemente, estão sendo impactados por esse cenário que tende a se agravar, como vou buscar demonstrar.

Próximo.

Esse aqui é o dado da dívida soberana dos países. O Japão tinha uma dívida, pré-crise, de 187% do PIB; hoje é de 233% e ainda tem pela frente toda a

recomposição do cenário pós-Fukushima. Estão sem matriz energética para sustentar suas atividades econômicas, problemas de infraestrutura, enfim, todo esse caos. É um país que já vinha em um quadro de baixo crescimento econômico.

Na Grécia, houve uma deterioração inadmissível da dívida pública, eles perderam condições de rolagem da dívida, o governo já caiu e terão uma queda do PIB da ordem de 5%, este ano, e um ajuste fiscal de grandes proporções.

A Itália não teve um endividamento muito acentuado, mas já tinha um patamar muito alto, 121%. Também já caiu o governo, medidas duras sociais, grande tensão política, social. Entre outras coisas, aumentaram em quatro anos a idade para aposentadoria, dentro de um forte programa de ajuste fiscal, e vão privatizar 1/3 do patrimônio público.

A Irlanda entrou em um colapso econômico, inclusive já é um pouco mais antigo que essa situação de crise.

Portugal, com um crescimento muito forte também da dívida pública, já privatizou a Galp e a EDP, que são as empresas de energia, está privatizando a TAP, Correios, aeroportos e as principais infraestruturas do País. Aumentou em 30 minutos por dia a jornada de trabalho, sem aumento do salário, cortou o 13º, cortou o seguro-desemprego, portanto, vive também uma situação muito difícil e terá uma queda do PIB da ordem de 3% esse ano.

Nos Estados Unidos, a dívida pública chegou a 100%, o déficit público está em 9%, o que mostra que há restrições muito severas para a política fiscal anticíclica da economia americana. A França e a Alemanha são os países melhor posicionados, apesar do forte crescimento da dívida pública. O Reino Unido dobrou a dívida pública nesse período. Agora, esses três países estão totalmente expostos pela crise da dívida soberana e pela crise bancária do conjunto da zona do euro, porque o sistema financeiro – especialmente da França, da Alemanha e da Inglaterra – está muito exposto na rolagem, no financiamento dessas dívidas. Por exemplo, a Itália, nos próximos cinco meses, tem de rolar €200 bilhões de dívida pública e vai ter dificuldades muito grandes, com risco país aumentando, rebaixamento de agência de risco. Na Espanha, em que a dívida pública dobrou nesses três anos, a dívida pública ainda é pequena, mas a dívida privada é muito alta e o sistema financeiro está muito exposto.

Então, eu chamo atenção, porque as economias emergentes, especialmente os BRICS, são responsáveis pelo crescimento da economia mundial hoje. Os BRICS representam 25% do PIB mundial. Portanto,

com esse quadro, nós teremos um cenário difícil nesse próximo período.

Essa crise não é só mais uma crise financeira; é uma crise financeira e é uma crise de dívida soberana. Seguramente, teremos severas restrições no crédito, com impacto no nível de atividade.

O Brasil conseguiu, nesses três anos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É estrutural. Eu diria que é uma crise longa, especialmente na zona do euro. Eu acho que os Estados Unidos têm melhores condições de se recuperar pelo nível de competitividade da sua economia, porque o dólar se desvalorizou fortemente.

Agora, as restrições... Em 2008, tinha-se espaço na política fiscal, que foi utilizado, e se tinha espaço na política monetária. Hoje, já não se tem mais espaço na política monetária, a taxa de juros está no chão – em muitos países, é taxa de juros zero, por exemplo –, e não se tem espaço na política fiscal para continuar o endividamento na velocidade com que ele vinha acontecendo. Portanto, seguramente, teremos uma forte recessão econômica, especialmente na zona do euro.

O Brasil conseguiu reduzir a dívida bruta nesses três anos de 58% para 56%. A Presidenta Dilma fez um ajuste fiscal importante. A dívida líquida caiu de 45% para 38%. Então, diferentemente do resto do mundo, nós nos desendividamos na crise. Isso é muito importante, porque aumenta a margem de manobra do Brasil para fazer uma política anticíclica.

Essas são as reservas cambiais do País. Nós aumentamos em US\$140 bilhões as reservas. Nós temos uma linha de defesa muito mais forte do que tínhamos em 2008, no início da crise. Essa margem de manobra é muito importante. O que está acontecendo? Os principais bancos, empresas e multinacionais que operam no Brasil estão empenhando fortes remessas de lucro para poder defender as suas matrizes, expostas na crise.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – A nossa previsão é a dívida... O que está acontecendo? Eu vou voltar a este assunto posteriormente. Um dos componentes mais importantes da dívida pública é a taxa Selic. Como se reduziu em 1,5% a taxa Selic, isso significa menos R\$17 bilhões no orçamento do ano que vem em pagamento de juros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Cada meio ponto é da ordem de R\$7 bilhões a menos. Então, isso vai aliviar a política fiscal.

Nós melhoramos muito as reservas cambiais. No ano que vem, eu tenho dito que a vaca vai mamar no bezerro: as matrizes vão mamar nas suas subsidiárias. Então, por exemplo, o Santander Brasil está muito bem posicionado, mas exposto lá à situação de risco, à agência de risco com avaliação negativa. No Brasil, ele está muito bem posicionado. Isso vale para quase todo setor privado industrial. A Fiat Brasil hoje é muito maior que a Fiat Itália e assim por diante. Então, houve uma alteração nessa relação. É muito importante esse acúmulo de reservas, porque teremos uma forte contração de crédito.

Próximo.

Isso aqui é o nosso colchão em reais. Tínhamos R\$246 bilhões e temos R\$432 bilhões em depósitos compulsórios. Esse colchão é muito importante, porque é o que pode dar liquidez ao sistema financeiro, ou seja, nós temos como prover o nosso sistema financeiro de crédito, que vai ser sobrecarregado, porque já há restrições de crédito na economia internacional. Então, tem de se suprir pelo crédito interno privado e público. Nossos bancos públicos estão muito bem posicionados, rentáveis, capitalizados, para nós novamente darmos liquidez ao mercado interno, às empresas brasileiras, em um quadro de restrição internacional de crédito.

Próximo.

Esse aqui é o investimento direto. Tivemos US\$29 bilhões em investimentos entre janeiro e outubro de 2010 e tivemos US\$56 bilhões entre janeiro e outubro. Então, o Brasil, apesar da forte remessa, tem dito investimentos diretos. E a gente sente a cada dia, nesse quadro internacional, o Brasil é uma das economias que mais atraem investimentos pela estabilidade macroeconômica, política, social, enfim, por ter um mercado interno forte de massas. E isso é muito importante para a gente poder modernizar a estrutura produtiva.

Próximo.

No entanto, esse aqui é o crescimento do PIB. Nós tivemos uma forte desaceleração do crescimento do PIB em função desse quadro internacional de forte recessão. De outro lado, por causa da taxa de câmbio, especialmente no primeiro semestre, nós chegamos a ter o câmbio a R\$1,53 em junho e julho, felizmente hoje está aí em torno de R\$1,86 – houve já um ajuste na taxa de câmbio. E também o Banco Central tomou medidas prudenciais: vocês lembram que, no primeiro semestre, toda a preocupação dos analistas, da imprensa era com a inflação quando na realidade o Banco Central estava correto, pois a questão central não era a inflação, mas a recessão, a desaceleração da economia? Ele se antecipou na redução da taxa Selic, mas as medidas macroprudenciais de crédito também contiveram um pouco o crescimento.

Agora, o fator fundamental para o qual nós temos que estar muito atentos, na minha visão, é que, como não há mercado disponível no mundo, os produtos vão buscar disputar o mercado brasileiro da forma que puderem – 40% do PIB da China é exportação –, não há como sustentar 40% do PIB nesse cenário internacional.

Então, nós vamos ter que ter defesas comerciais mais rápidas e uma política industrial de nova qualidade. O Brasil Maior começou a sinalizar nessa direção. Quando nós aumentamos o IPI para carros importados, houve uma crítica muito forte na imprensa brasileira. Nós estávamos exigindo que a desoneração de automóvel estivesse associada a 65% de conteúdo local no valor de venda. Ora, 65% do conteúdo local no valor de venda, na China é de 90% a exigência. Diziam que nós estávamos prejudicando as empresas asiáticas: China e Índia têm um valor muito maior do que o Brasil tem hoje. E quando a gente olha ferro sob ferro, quer dizer, autopeças na produção de automóvel, o nosso índice é menor que o Nafta.

Então, o Governo vai aprofundar essas medidas, a exemplo do que fez agora na linha branca, desoneração, estimular a produção nacional e mais firmeza na defesa comercial. Se nós analisarmos as medidas de defesa comercial da OMC, e são muitas – os países têm lá uma série de relatórios, o Brasil não lidera – nós estamos abaixo da Alemanha, nós estamos abaixo da China em termos de defesa comercial; portanto, estamos bem acompanhados. Nós temos espaço e temos que trabalhar, especialmente quando houve um desequilíbrio entre câmbio e comércio exterior.

Próximo.

Esse aqui é o mapa da nossa estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, que nós vamos começar a discutir hoje no âmbito do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Então, a primeira grande preocupação foi colocar ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento do Brasil, que está hoje como uma das macrometas do PPA relatado pelo Senador Walter Pinheiro. E eu acho que foi uma conquista muito importante para o Brasil eleger isso como uma das grandes prioridades.

Quais são os grandes desafios que nós estamos estabelecendo? Primeiro, reduzir a defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas – nós temos ainda um hiato tecnológico; expandir a consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento natural – agricultura, mineração, gás de petróleo. O Brasil é o segundo produtor de alimentos; o Brasil tem a segunda mineradora do mundo; o Brasil é o nono produtor de gás de petróleo. É avançar nessa liderança.

Terceiro, ampliar as bases para sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento na economia de baixo carbono. Essa agenda vai crescer, Durban demonstra isso e nós temos que ter foco na inovação, olhando uma economia verde. Depois, consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil. O Brasil está olhando mais as relações Sul – Sul, uma inserção mais soberana buscando novas parcerias.

Depois, superação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais. E ciência, tecnologia e inovação são absolutamente para isso.

Se a gente olhar o Nordeste brasileiro, há 27% da população e 13% do PIB. O PIB *per capita* é metade do PIB *per capita* do PIB brasileiro. Como é que você vai enfrentar a questão regional hoje? É fundamentalmente focando, no meu ponto de vista, em ciência, tecnologia e inovação. É isso que vai dar o salto de qualidade, especialmente na região Norte e na região Sul.

Fortalecimento da base de sustentação da política de ciência, tecnologia e inovação. Então, é promoção da inovação, formação e capacitação dos recursos humanos, fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica. Então, inovação, recursos humanos, pesquisa e infraestrutura, ciência e tecnologia.

O que é que nós precisamos aperfeiçoar? O marco regulatório de fomento à inovação. Temos aqui o Código, que prevê uma nova estrutura legal para tudo que diz respeito à ciência, tecnologia e inovação. Precisamos aprimorar a Lei do Bem e todo acesso a material genético. Há uma medida provisória preparada para ser editada, falta só o Ministério da Agricultura se posicionar. Nós trabalhamos intensamente para melhorar esse marco e é fundamental para atrair o investimento privado à inovação.

Um novo padrão de financiamento de desenvolvimento científico e tecnológico. Chamaria a atenção aqui para a votação dos *royalties* do petróleo. Acho que é um tema que eu gostaria, ao final, de voltar a ele. Para mim é decisivo como é que vamos enfrentar essa questão. E fortalecer o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Próximo.

Quando a gente olha o investimento de P&D, o Brasil – o Governo é azul, o vermelho são as empresas está muito acima da América do Sul, está muito próximo dos países dos BRICS, só abaixo da Rússia, mas à frente da China e da Índia, no que se refere à participação do Estado, e muito à frente à África do Sul, muito próximo aos países da OCDE. Mas o setor privado é muito aquém do que a OCDE aponta. Então, o grande desafio é como vamos fomentar o investimento privado. Aqui é porcentagem do PIB. Japão é 2,7% do PIB de P&D. O Brasil é 0,7 do setor privado. Então,

nós precisamos fomentar o setor privado a fazer mais inovação. Todo o foco do Ministério foi incorporar inovação como nome e uma política que estimule o setor privado a investir em P&D.

Próximo.

Quais são os setores que nós estamos elegendo como portadores de futuro, os setores mais importantes para a política de inovação? O primeiro é o setor de TICs, tecnologia de informação e comunicação. Nós somos o terceiro mercado mundial de computadores hoje, o quinto em celulares. Somos o sétimo mercado mundial. A América latina é 8%, puxada pelo Brasil, mas o maior crescimento da economia mundial está se dando aqui: 8,8%. No total, são US\$165 bilhões nesse mercado no Brasil, com déficit de US\$19 bilhões.

Todo o nosso esforço é tentar diminuir esse déficit e gerar valor agregado e capacitação tecnológica o Brasil

Quais são as ações prioritárias de TICs? Primeiro, fomentar hardware e sistemas. Fizemos aí uma política de *tablets* exitosa. Temos já sete empresas já produzindo no Brasil, algumas deslocando essa planta para produção no País. Por exemplo, a Apple não produzia um parafuso no Brasil, já tem duas linhas de produção em processo de acabamento, em Jundiaí. Já tem 1.300 funcionários no Brasil, para dar o exemplo de uma das empresas, entre tantas outras, que fizeram – Motorola, Samsung. Semp Toshiba, Positivo, BlackBerry, Bravox, enfim, são várias empresas que avançaram.

Depois, software e serviços. Inauguramos uma nova fábrica da Microsoft lá na Zona Franca para produzir *games*. *Games*, hoje, é um mercado de US\$65 bilhões no mundo, é duas vezes o mercado cinematográfico. E o Brasil está produzindo mais ou menos US\$600 milhões, tem mais ou menos 1% desse mercado. Nós temos um potencial incrível em *games*.

E o Brasil, com essa juventude criativa, ágil, tem grande chance de entrar nesse mercado se focarmos *design*, treinarmos, especializarmos e trouxermos investimento para fazer parcerias. Da mesma forma, *softwares*. Nós desoneramos a folha de pagamentos e, como isso, estimulamos o mercado, que já cria seiscentos mil empregos. Mudamos a forma de tributação para organizar o mercado, que é uma área bastante importante.

Em termos de infraestrutura avançada de tecnologia de informação para P&D, eu quero tratar de dois temas aqui. Primeiro, computação em nuvem. Nós recebemos a doação de uma empresa chinesa *highway* de dois *data centers* para computação em nuvem, doamos um para Pernambuco, onde tem um grande centro de TI. Ali, o porto digital e a Universidade Federal de Pernambuco são nível 6 da CAPES. E, para a Zona Franca,

o segundo *data center*. O que nós pretendemos com esses dois *data centers*? Desenvolver serviços públicos com computação em nuvem. Por exemplo, saúde e educação. Se nós desenvolvermos essa metodologia com segurança – tem que definir o marco regulatório –, nós podemos ter terminais burros na ponta, reduzindo muito o custo da inclusão digital, usando toda a memória, *software* de seta, o computador central, *data center* e computação em nuvem. Então, você barateia o custo dos serviços e agiliza o processo de informatização dos serviços públicos. Então, essas duas linhas de pesquisa vão ser feitas no âmbito da RNP, da Rede Nacional de Pesquisa, um centro no Nordeste e outro na região Norte, exatamente para estimular o desenvolvimento regional em áreas de ponta.

Em termos de semicondutores, é o Ceitec. Essa é a foto da fábrica. Ela já está pronta. Já está autorizada a contratação das pessoas, para a gente iniciar a rodagem dessa fábrica. Nós tínhamos um consórcio, que era o Racional Delta, que fez a construção da fábrica. Tivemos muitos aditivos de contrato. É uma fábrica bastante complexa. O Brasil nunca produziu.

E no aceite, nós queremos uma comissão para aceitar o contrato, a obra, e uma auditoria internacional para verificar as condições. Nós temos dois problemas não resolvidos: água ultrapura, que é fundamental para a produção, e também alguns sistemas de proteção adicional, porque são dezessete gases altamente poluentes e você precisa de um sistema de redundância nas tubulações, e o consórcio alega que o padrão que eles entregaram é o padrão internacional. E de fato é o padrão internacional.

No entanto, o Cylon, nosso físico, a direção da empresa, que foi quem construiu o Síncrotron em Campinas, quem está à frente é o Ceitec, nós queremos mais proteção em algumas áreas críticas. E havia isso no contrato original. Então, em função, como a empresa não terminou esse serviço, nós não queríamos fazer nenhum aditivo, eu não fiz nenhum aditivo de contrato, nós vamos terminar o que tem que fazer e vamos à Justiça cobrar, eventualmente, os gastos que nós tivemos.

Agora, o Ceitec, nós vamos começar como a Embraer começou. A Embraer começou com o Xingu, começou com o Brasília, começou com o Bandeirante, não começou com o Legacy. Aqui são *chips* dedicados. O *chip* do boi para rastreabilidade do gado já está pronto, temos um *chip* de logística, que também é uma *design house*, que já está pronto, temos um *chip* para hemocentros, para acompanhar toda a parte de sangue do Sistema Único de Saúde, que já está pronto, temos um *chip* para rastreabilidade de automóveis... Então, nós vamos desenvolver esses *chips* dedicados.

Agora, por que é fundamental aprender a fazer o *chip*? Porque você só desenvolve a *design house* se você sabe fazer. Muda a qualidade. E os países que dominaram essa tecnologia deram um salto quântico em termos de Ti, em termos de indústria eletroeletrônica. É fundamental que o Brasil entre.

Nós temos tido novos investimentos em encapsuladores de *chips* e *design houses*. A Semp Toshiba, lá no vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, tem uma nova fábrica de encapsuladores de *chips*. Mas nós precisamos desenvolver... E essa vai ser uma fábrica para formar recursos humanos. É uma fábrica laboratório. Fizemos também uma boa parceria com a Casa da Moeda.

Agora, tem um tema, estou apresentando uma proposta ao Governo de mudar o marco jurídico. Você não consegue administrar uma fábrica com essa complexidade com a 8.666. Não tem agilidade. É incompatível você administrar uma fábrica de ponta de tecnologia com regras como as que nós temos hoje na Administração Pública.

Então, nós queremos criar ou uma empresa pública de capital aberto, como é o IPT, em São Paulo, ou regras semelhantes às da Petrobras. Quer dizer, tem que ter uma flexibilização para ter uma gestão eficiente.

Próximo.

O segundo é o Complexo Industrial da Saúde.

Aqui é o setor onde tem mais pesquisa em desenvolvimento no mundo. E nós temos um déficit de US\$10 bilhões no ano passado. Seguramente, este ano deverá ser maior.

Então, as compras governamentais aqui têm um papel decisivo, porque 25% da compra de remédios no Brasil é SUS. O SUS é o maior comprador de remédios no Planeta. Então, se nós usarmos o poder de compra, nós podemos ir muito além com a nossa indústria de fármacos, de medicamentos e de equipamentos de saúde.

A grande fronteira são os biológicos. Nós tínhamos os remédios fitoterápicos, que foram substituídos pela síntese química. A síntese química hoje tem 90% do mercado de medicamentos. A nova geração será dos biológicos. As moléculas são maiores, são mais complexas, e todas as doenças complexas só poderão ser resolvidas com as novas moléculas, que são os remédios biológicos.

O marco regulatório está em discussão em nível internacional. Dependendo de como o Brasil fizer, nós estamos fora desse mercado, e nós precisamos entrar nesse mercado. Então, é um grande tema para a Anvisa, para o Ministério da Saúde, para o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, quais são as regras para o desenvolvimento de biológicos no Brasil. E nós

temos condições. Como é uma área de fronteira... E essa crise internacional, é só olhar para a história do Brasil: nós demos grandes saltos em algumas crises, como foi com a crise de 1873, quando nós abolimos a escravidão, decretamos a República, o Brasil deu um salto impressionante, e como foi a crise de 29. Quer dizer, o Brasil pode crescer na crise e pode sair mais forte na crise. E essa crise, como nós estamos bem posicionados, nós podemos avançar muito na área de ciência, tecnologia e inovação. Essa é uma das áreas mais importantes para nós darmos um salto.

Próximo.

Energia Limpa.

Nós aumentamos sete vezes o parque eólico brasileiro até 2014. Na área fotovoltaica, nós temos deficiência. Temos já um polo em Pernambuco, temos várias pesquisas, algumas produções nacionais, mas ainda não há custo competitivo com as outras formas de energia. A eólica já tem.

Etanol.

Nós vamos dar o exemplo do PAS, da Finep. Nós colocamos R\$4 bilhões no PAS – é isso, não é, Glauco? R\$4 bilhões, não é? E a demanda é de R\$14 bilhões de crédito para segunda, terceira e quarta geração de etanol, lembrando que o Brasil está importando etanol. Nós precisamos evoluir, em termos tecnológicos, para mais produtividade e mais eficiência na utilização do etanol para a geração de energia. E o Smart Grid, que vai trazer uma rede digitalizada de distribuição de energia, que é muito importante para a gente aumentar a eficiência energética e ter uma rede inteligente que vai estimular a eólica e a solar.

Próximo.

Esse é nosso Programa Espacial.

Nós estamos lançando, no ano que vem, o CBERS-3, que vai reduzir de 250 metros para cinco metros a observação do solo. Vocês viram que nós tivemos o menor desmatamento da história do Brasil documentada, desde 1988 para cá, para este ano. E é esse monitoramento do Satélite CBERS-2 que orienta o Ibama, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal sobre o que é necessário para a gente conter o desmatamento. Agora nós vamos fotografar cinco metros com esse CBERS-3. Vai aumentar muito mais a capacidade de observação da Amazônia, do Cerrado, para planejamento territorial.

Em 2014, nossa prioridade é o geoestacionário, um satélite de grande porte para a comunicação das Forças Armadas, porque, com a privatização da Telebras, nós privatizamos o satélite. E hoje as Forças Armadas brasileiras pagam R\$63 milhões a satélites privados, o que não faz qualquer sentido. Então, nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim, satélite da Embratel.

Então, a Banda-X nós vamos desenvolver e vamos aumentar em cem vezes a capacidade de fazer telecomunicações por satélite, o que é fundamental para as áreas remotas, especialmente para a Amazônia poder ter acesso à banda larga. Esse satélite deve ficar pronto em meados de 2014.

Só que nós estamos mudando a forma de trabalhar: nós estamos colocando a Embraer como empresa integradora, trazendo o setor privado para a política de satélites em parceria com o Inpe, com a Telebras, com o Ministério da Defesa e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, o geoestacionário é um satélite muito importante e decisivo. Estamos fazendo um pequeno satélite de pesquisa com o Ibas, África do Sul e Índia, para analisar as anomalias do campo magnético do Atlântico Sul, um satélite de pesquisa para um tema importante das comunicações. E esse satélite tem um impacto estruturante fundamental.

Próximo.

Estes são nossos foguetes: o VLM, nós estamos desenvolvendo com a Alemanha. É um veículo para lançar 140kg, que pretendemos esteja pronto em 2014.

Esse é o VLS-1. Teremos seu lançamento no ano que vem, 2013/2014. Esse é o VLS Alfa, que é para 500kg. Esse é o VLS Beta, 800kg. Esses foguetes são a combustível sólido. O novo estágio será a combustível líquido.

Esse é o Cyclone-4, que estamos construindo com a Ucrânia, 1.600kg, a combustível líquido. A Ucrânia era o grande polo de tecnologia de defesa espacial. Eles faziam aquele míssil SS-18, de 12 mil quilômetros, dez ogivas atômicas, que alcançariam Washington, e faziam ali 1,5 mil foguetes e mísseis na fábrica, onde não podia entrar nenhum estrangeiro durante toda a ex-União Soviética.

E esse parque tecnológico é muito importante para o Brasil, porque eles têm muita tecnologia e nos ajudam a acelerar o processo de termos um veículo, em parceria com a Ucrânia, lançador de foguetes.

Próximo.

Esses são a evolução do Cyclone-4. O Cyclone-2 e o Cyclone-3 eles lançaram: no Cyclone-2, 106 lançamentos exitosos e, no Cyclone-3, dos 122 lançamentos, 116 exitosos. Eles lançaram, essa fábrica, mais de 400 foguetes, com êxito, na indústria civil. O Cyclone-4, nós estamos desenvolvendo um novo estágio para aumentar a capacidade de carga e o tamanho da carga para poder entrar no nicho do mercado internacional de satélite.

Há uma questão importante aqui, para a Comissão de Ciência e Tecnologia, que é a salvaguarda, um acordo de salvaguarda com os Estados Unidos. Nós temos um acordo de salvaguarda com a Rússia e precisamos de um acordo de salvaguarda com os Estados Unidos. E a nossa proposta é nos mesmos termos do que assinamos com a Rússia. Para quê? Para que esse foguete possa lançar satélites com peças americanas. Nós temos a base mais competitiva do mundo, a Base de Alcântara, e nós poderemos dar uma grande alavancagem na Base de Alcântara, de modo que é muito importante que haja esse acordo de salvaguardas.

Próximo, por favor.

Esse é o corpo do Cyclone-4, que já está pronto. Nós fizemos a visita à fábrica. Eu não trouxe aqui todas as imagens que apresentei na Câmara, mas os motores estão praticamente prontos. Cerca de 70% do foguete está pronto, bem como as peças de lançamento. Então, nós precisamos acelerar as obras em Alcântara. Estamos mandando técnicos agora, que já estão acompanhando todas as fases de construção do foguete de forma permanente na Ucrânia. Mandamos também dez jovens graduados aqui em engenharia espacial na UnB, para fazerem mestrado e acompanharem todo esse processo; e queremos incrementar também fortemente a nossa relação estratégica na área de ciência e tecnologia com a Ucrânia.

Próximo, por favor.

Esse é o VSB-30. É o sétimo lançamento que nós fizemos agora no final do ano. E o VSB-30 é um foguete que acabamos de vender 21 unidades agora para a Alemanha. Está indo já em fase industrial. Foi desenvolvido pelo DCTA, pela Aeronáutica.

Próximo, por favor.

A outra área estratégica é a de gás e petróleo, que envolve uma grande cadeia de inovação e é um grande desafio. Nós temos muita tecnologia aqui no *topside*, essa tecnologia de navios, sondas. O Brasil acumulou conhecimento e é o maior produtor em *off-shore*. Contudo, há muita coisa que a gente tem de desenvolver. A Petrobras vai contratar 64 sondas, e os nossos estaleiros ainda têm dificuldades em produzir navios e sondas. Mas essas dificuldades fazem parte do custo de aprendizado. O pior para o Brasil é não percorrer esse caminho mais difícil e achar que o caminho mais fácil é importar coisas prontas. Nós precisamos desenvolver tecnologia, gerar emprego e ir dominando e, portanto, ter autonomia tecnológica em uma área que nós temos quase um terço dos investimentos do mundo – um terço dos investimentos *off-shore* estão no Brasil, estão no pré-sal.

No *subsea*, nós temos muito pouca tecnologia para desenvolver nesse foco, nessa área de trabalho, que são as árvores de natal submersas e todas essas redes submarinas, que são de alta tecnologia. O foco da Finep, hoje, é exatamente desenvolver essas tecnologias: concretamento de poços, os *risers* e toda a tecnologia necessária no *subsea* e no *downhole*. Essa é a grande prioridade da política da Finep. E nós fizemos uma parceria Finep/Petrobras para usar o poder de compra da Petrobras; estamos trazendo o BNDES também para essa parceira (Finep/Petrobras/BNDES) para que possamos financiar – e a Petrobras vai inclusive alocar recursos – empresas nacionais para desenvolver tecnologia na cadeia de gás e petróleo. Nós não podemos aqui... As grandes empresas de tecnologia nessa área estão no Brasil, na Ilha do Fundão especialmente, mas nós queremos desenvolver tecnologia do Brasil no Brasil e para o Brasil. Por isso, usar o poder de compra da Petrobras e o financiamento Finep/BNDES. Nós já alocamos aqui 1,250 bilhão. O BNDES está entrando, e nós vamos fortalecer muito essa linha de financiamento.

Próximo, por favor.

Este ano recuperamos os navios Cruzeiro do Sul e Maximiano, que são dois navios de pesquisa. Este aqui é o dia em que ele foi relançado ao mar. Eu nem pude estar presente porque estava viajando com a Presidenta Dilma.

Nós, agora, contratamos um novo navio, que vai estar entre os cinco melhores navios de pesquisa do mundo. Ele está sendo comprado numa parceria Vale/Petrobras/Marinha e MCTI. Portanto, é um navio de alta tecnologia; tem até o ROV, aquele submarino que faz pesquisa minerária, que foi utilizado por ocasião daquele acidente com o avião da Air France. O navio tem inclusive aquele equipamento. Tem os melhores equipamentos do mundo; tem capacidade para 150 tripulantes. E nós vamos, com esse navio, fazer um laboratório multifuncional para todas as escolas de oceanografia.

Nós temos 4,5 milhões de km² na Amazônia Azul, na Plataforma Continental. É outra Amazônia! É fundamental que o Brasil tenha uma presença estratégica nessa área; e uma das formas de nós termos uma presença estratégica é ter pesquisa, é conhecer, é viajar, é ter a nossa oceanografia saindo da costa e indo para alto mar, porque nós não temos pesquisa em alto mar, piscicultura em alto mar, de grandes peixes, nós não temos nada, toda a parte de mineração marinha.

Por exemplo: a Nature mostra que nós não vamos ter fosfato para a agricultura nos próximos anos. Não tem mais reserva de fosfato no planeta. Então qual é a alternativa? Pesquisar reservas estratégicas marinhas.

A Vale está entrando fortemente nessa pesquisa, assim como a Petrobras. E nós precisamos aumentar o nosso conhecimento da plataforma continental.

Próximo.

Essa é a Embrapii. A ideia foi desenvolver uma Embrapa para a indústria. E qual é a concepção da Embrapii? É uma empresa que não tem nenhum funcionário público. A única função dela é analisar os melhores laboratórios do Brasil e apoiá-los com foco em atender à demanda de inovação da indústria. O que nos interessa é: qual é a empresa que foi atendida, qual é o serviço que foi feito, qual é a inovação que foi criada. E nesse foco – estamos catalogando o tipo de impacto da inovação – é que nós vamos pagar os serviços feitos. É um modelo *fraunhofer*.

Começamos com três institutos: o IPT cuja área de especialização é bionanotecnologia; o INT, no Rio de Janeiro, são duas instituições centenárias: energia e saúde, e o Cimatec/SENAI, na Bahia, um excelente centro de automação e manufaturas.

Já estamos com sete centros: o Certi, de Santa Catarina, que o ex-Ministro, Senador e Governador Luiz Henrique apoiou muito e sabe da qualidade da pesquisa, um centro que tem parceria com a MIT, com a Fundação Fraunhofer; temos já no Rio Grande do Sul; na Região Norte também temos um centro e temos a Coppe, no Rio de Janeiro.

E hoje a indústria têxtil quer definir um laboratório, a indústria de fármacos quer um laboratório, quer dizer, os setores produtivos da indústria querem um laboratório Embrapii para atender à demanda de inovação.

Esse é um modelo que eu acho que pode mudar a qualidade da inovação no Brasil, sair da visão ofertista. Ou seja, nós temos pesquisa na universidade, um dia a empresa vai lá. Não. Nós temos que ter instituições que cuidem só de atender à demanda da indústria e isso vai trazer a inovação do setor privado e mais investimento na indústria, que do que o Brasil precisa.

Próximo.

Esse é o programa Ciência sem Fronteira. Nós lançamos os editais nesta semana, na terça-feira, conseguimos 26 mil bolsas e vamos aumentar isso no setor privado, já estamos em 101 mil bolsas e estamos começando o programa de bolsa de estudos.

Estamos colocando 18 mil bolsas para os Estados Unidos, contratadas, 10 mil para a Inglaterra, 10.200 para a Alemanha, 10 mil para a França e 6 mil para a Itália. Esse é o primeiro edital que estamos lançando. Dessas 18 mil, 1.500 jovens já vão agora, a partir de janeiro, e em setembro vamos ter mais 3 mil jovens para os Estados Unidos. Essas são as bolsas para os próximos três anos.

Para o que eu chamaria a atenção?

Além desses países, estamos fechando agora, para fevereiro, com a China, Coréia, Rússia, Suécia, Holanda, Canadá – o Canadá tem 200 vagas agora, mas vai ampliar, Bélgica, enfim. Nós estamos fazendo com as principais economias do mundo, os principais centros, as melhores universidades do mundo.

São alunos com mais de 600 pontos no Enem, que ganharam medalha de ouro nas Olimpíadas, que estão nos programas de iniciação científica e com bom desempenho acadêmico. Então são os melhores alunos do Brasil nas melhores universidades do mundo.

E estamos dando de oito a seis meses de curso de línguas lá. Para as línguas mais difíceis, como o alemão e outras, oito meses de curso. Estamos criando cursos de férias nas universidades federais e curso à distância. Então estamos motivando os alunos a estudar línguas. Eles vão ter línguas à distância, vamos aumentar a oferta dos cursos de línguas, porque vai aumentar a demanda com esse programa, três meses nas férias estudando línguas – a língua que ele vai falar – e ainda têm de seis a oito meses para fazer um mergulho no país, para dominar a cultura e criar uma relação de longo prazo nas bolsas-sanduíche de um ano. Então ele ficaria seis meses estudando a língua e um ano estudando as disciplinas.

As áreas são tecnológicas, de engenharia e as áreas de ciências básicas.

Próximo.

Esse é o Cemaden.

O que nós fizemos em termos de sistema de alerta? E é muito importante essa discussão, porque eu sinto às vezes que seria muito bom se a imprensa ajudasse a divulgar algumas questões, porque eu acho que ela cumpre um papel muito importante.

O próprio Ciência sem Fronteira praticamente não tem matéria nos jornais, agora o site do CNPq teve cinco milhões de acessos. Então é notícia. Há interesse dos jovens em entender o que está acontecendo. Os editais foram lançados. O edital só tem um mês. Então os alunos precisam saber que é nesse mês, ainda mais porque é um mês de férias, que eles têm que se inscrever. É importante divulgar algumas questões.

Do sistema de alerta, eu quero falar com toda a transparência.

O que nós temos em termos de sistema de alerta?

Nós temos um grande centro de excelência, que é o CPTEC/INPE, do Ministério, que faz a previsão meteorológica, satélites, radares, pluviômetros e hidrômetros.

Nós trouxemos junto ao INPE o Inmet, da Agricultura, que tem radares e pluviômetros espalhados pelo Brasil inteiro. Nós integramos esses dois sistemas. Essa integração aumenta a qualidade e a abrangência da

previsão. Em vez de o Inmet fazer a previsão só para a Agricultura, as informações dele servem para fazer previsão de alerta.

E trouxemos 21 radares da Aeronáutica, que estavam só administrando os voos, a situação climática para a Aeronáutica, também para a previsão de chuvas e alerta de desastres. Então nós aumentamos a capacidade.

Além disso, nós estamos inaugurando, lançando e contratando novos radares meteorológicos. Por exemplo: inauguramos um há um mês no Ceará, de 400 quilômetros de abrangência, que pega cinco Estados do Nordeste, um radar de última geração para a previsão meteorológica.

Montado esse sistema, nós temos o Cemaden. O que é o Cemaden?

O Cemaden é um reforço dentro do CPTEC/INPE lá dentro, no coração do CPTEC. Está lá em Cachoeira Paulista o CPTEC/INPE.

O Cemaden é uma estrutura que fortalece o INPE. Então nós contratamos por concurso 75 especialistas mais sete DAS, cargos de gestão de alto nível, todos especialistas de alto nível, mais 20 bolsistas que nós já tínhamos contratado para melhorar o alerta.

O que nós temos feito? Por exemplo, ontem nós disparamos dois alertas: um para o Vale do Itajaí, Santa Catarina, outro para a serra do Rio de Janeiro, que felizmente se dissipou depois de algumas horas. Nós estávamos muito preocupados, especialmente com Petrópolis e Teresópolis.

O que nós temos feito é alertar... Eu tenho feito às vezes pessoalmente ao governador, como aconteceu em Santa Catarina, por exemplo. Nós tivemos um alerta e tivemos inundações em Vila Velha e na grande Vitória, mas foram avisados com antecedência, as providências foram tomadas. E a melhor experiência foi em Santa Catarina este ano: 200 mil pessoas foram desalojadas, 900 mil pessoas foram atingidas, e não morreu ninguém, diferente de 2008, quando morreram 187 pessoas.

Vou repetir o que eu tenho dito: morrerão pessoas neste verão e nos próximos. Nós não vamos ter um sistema incapaz de impedir vítimas. O que nós estamos fazendo é diminuir o impacto dos extremos climáticos que estão se agravando.

O Brasil não tinha um sistema de alerta, a Índia criou um sistema de alerta esse ano, a Colômbia criou esse ano, e nós precisamos de um sistema de alerta.

Onde estão as nossas maiores dificuldades? Seguramente não estarão na capacidade de previsão meteorológica, porque ela está sendo aprimorada. Precisamos de novos equipamentos? Precisamos. Nós precisamos de novos radares, estamos contratando. Por

exemplo: a Bahia precisa de um novo radar, algumas regiões do Brasil. Nós estamos contratando junto com os governos de Estado e também colocamos na rede os radares estaduais: Alagoas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará. Estão todos integrados.

Precisamos de mais pluviômetro. Estamos fazendo um piloto com uma empresa de telecomunicações, a Vivo. Esses pluviômetros estão nas torres de transmissão e estão totalmente automatizados, mandam informação *on line*. No futuro, nós achamos que vamos ter que trabalhar também com a rede de celulares da região. Você dá o alerta direto para a pessoa. Ela já sabe o que está acontecendo na região. Estamos tentando construir essa tecnologia.

Onde está o maior desafio do sistema de alerta? Está no levantamento geotécnico das áreas de risco dos Municípios. Nós não temos esse levantamento no Brasil.

Fizemos um *software* que também não existe... Não existe nenhum *software* no mundo sobre chuva e deslizamento de terra. Nós estamos desenvolvendo um *software* no qual estamos colocando as cidades que têm o levantamento geotécnico. Ou seja, se eu sei o quanto vai ter de chuva, quanto já choveu, quanto pode chover e quanto de chuva leva ao deslizamento, eu consigo fazer o alerta na mosca. E hoje nós não temos essa informação.

Então nós temos 35 Municípios que já estão nesse *software*, que têm um bom levantamento geotécnico da área de risco. E qual é a dificuldade? Não tem geólogos. Nós fizemos um concurso. Não apareceu um geólogo com doutorado, por exemplo, para participar do Cemaden. Nós vamos ter que contratar geólogos fora do Brasil. Os geólogos estão todos na mineração e na Petrobras. O mercado é muito melhor, paga mais. Imaginem subir morro para ver pobre, área de deslizamento. Não tem como competir com mineração e petróleo. Não há como o Estado competir. Então vamos ter que abrir um edital internacional para ampliar a capacidade na área de geologia.

O DPRM está nos apoiando fortemente nesse trabalho com os geólogos que eles têm, mas estamos muito atrasados em Municípios críticos em termos de levantamento geotécnico.

E, por último, a defesa civil.

Santa Catarina montou uma excelente defesa civil. A tragédia do passado serviu para a experiência deste ano: 200 mil pessoas desalojadas. Das três mortes que nós tivemos, nenhuma foi diretamente ligada à inundações, diferente do que acontecia. Então houve um salto de qualidade.

Mas é muito heterogênea a situação da defesa civil. O Brasil precisa entender que o clima mudou.

Nós vamos ter inundações, deslizamentos e mortes. E quanto mais cedo nós nos prevenirmos, quanto mais importância nós dermos a esse desafio, melhores as chances que nós teremos de mudar essa situação.

Estamos fazendo parceria com a China, com os Estados Unidos, com a União Europeia, tecnológica, para trocar tudo o que tem de mais avançado para o nosso sistema de alerta. Agora, nós teremos vítimas este ano. Não queremos criar nenhum tipo de ilusão. Não há como impedir, especialmente os deslizamentos, porque temos entre duas e seis horas para tirar uma comunidade, às vezes uma favela inteira, um bairro inteiro, e não temos tradição, não temos mobilidade, não temos estrutura para fazer isso.

Então, estamos buscando criar essa consciência. Quero parabenizar o Senado. O Senador Jorge Viana tem tratado deste tema, ontem mesmo tiveram uma audiência tratando dessa discussão. Então é muito importante que o Congresso se dedique a este tema, discuta com a defesa civil dos Municípios e dos Estados, para que a gente consiga realmente avançar. Esse é um grande desafio.

Próximo.

Esse é o Viver sem Limites.

Nós começamos um programa de tecnologia assistiva que virou um grande programa do Governo Federal. Na educação, nós vamos buscar mais de 300 mil crianças em casas pobres e deficientes que não vão à aula porque não têm mobilidade. Sabemos onde elas estão e vamos buscar uma por uma.

Melhoramos os programas de benefício continuado para a população com deficiência, temos um centro de reabilitação e distribuição de próteses e órteses e, no nosso Ministério, nós fizemos um portal com os Estados Unidos e nove países europeus, tudo o que existe de tecnologia assistiva. Todos os equipamentos mais modernos do mundo estão lá nesse portal.

Abrimos uma linha de financiamento da Finep para desenvolver empresas no Brasil para equipamentos para pessoas com deficiência. Estamos criando um centro nacional de referência em tecnologia assistiva e 20 centros com universidades para desenvolver tecnologia nessa área no Brasil.

Abrimos um crédito de até R\$25 mil para as pessoas comprarem equipamentos de tecnologia assistiva subsidiados pelo Banco do Brasil.

Desoneramos R\$160 milhões de equipamentos em tecnologia assistiva e o crédito, como mencionei.

É muito difícil ser deficiente num país como o Brasil. Não há mobilidade. Agora, sendo deficiente e pobre é quase impossível ter uma vida com cidadania, no mercado de trabalho, com inclusão. Então o Brasil precisa assumir essa agenda como agenda estratégi-

ca. E o melhor instrumento para a gente dar um salto é a tecnologia.

Estamos colocando no PPA e no orçamento do ano que vem o projeto do Professor Nicolelis, de Neurociência. Os recursos já estão alocados. Nós estamos trazendo esse projeto Andar de Novo para o Brasil. É um projeto fantástico, acho que devem ter discutido. É a fronteira máquina/cérebro, quer dizer, tentar até a Copa do Mundo um jovem paraplégico entrar andando e chutar a bola na Copa, o que seria um feito extraordinário. É um capacete, tem um pequeno chip que você implanta no couro cabeludo e, com isso, você conecta o cérebro a uma veste com motores que permite a mobilidade. As pesquisas estão muito avançadas. Estão sendo feitas com a Duke University na Suíça, na Alemanha, e o centro do processo seria o Brasil. Acho que é um projeto de ampla... mas tem equipamentos muito mais simples já disponíveis pelos quais as pessoas mudam a vida para ler, para usar o computador, para tudo. Braile, enfim, tem muita coisa aí para melhorar a qualidade de vida.

Próximo.

Essa foi a expansão dos campus universitários. Passamos de 43 para 230. Nós tínhamos, por exemplo, 1,4% da pós-graduação no Nordeste; hoje temos 10%.

O esforço do Ministério é apoiar essa desconcentração. Estamos lançando hoje o edital Proinfra, 400 milhões para equipamentos para as universidades, exatamente para dar suporte a esses investimentos que estão sendo feitos e modernizar a estrutura de desconcentração das universidades.

Próximo.

Esses são os nossos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. São redes de pesquisa temática em áreas estratégicas que nós temos apoiado fortemente. Temos 126 INCTs.

Próximo.

Essa é a RNP. Nós aumentamos em 280% a capacidade agregada, 24 Estados estão conectados em até 10 gigabytes, incluímos na Amazônia: Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará, que não estavam na rede pública. Esse é o instituto do Ministério. Então nós estamos expandindo toda a rede de pesquisa para universidades e centros de pesquisa. Temos 320 instituições conectadas a partir de um gigabyte, 27.500 grupos de pesquisa, 3,5 milhões de usuários. Então estamos montando uma grande rede de fibra ótica e de apoio à pesquisa em universidades e centros de pesquisa. Investimos este ano R\$186 milhões na RNP.

Próximo.

Qual é o projeto para criar a ciberinfraestrutura até 2014?

Nós queremos atingir 900 Municípios com universidades e hospitais universitários com a velocidade mínima de 100 megabytes e um gigabyte, acordo com a Telebrás e com o Plano Nacional de Banda Larga para dar suporte, criar centro de dados, como eu disse, centros de armazenamento de dados e coleções científicas e tecnológicas na “nuvem”, que é o centro que estamos montando na Zona Franca e em Recife. Os equipamentos do datacenter já estão sendo instalados. A RNP vai coordenar. Com isso, além da rede, nós vamos oferecer serviços aos centros de pesquisa e às universidades e fazer uma grande integração internacional. Nós estamos fazendo com a rede Claro no Mercosul, cabos submarinos na Europa e África e assinamos com todos os Ministros de Comunicação da América do Sul a ampliação dessa rede, o Ministério das Comunicações, Ministro Paulo Bernardo, e a saída para os continentes está sendo feita através da RNP. O que é vermelho corresponde a 10 gigabytes, o que é cinza equivale a 3 *gigabytes* e o vermelho pequeno significa um *gigabyte*. Então nós estamos num esforço muito grande para ampliar a nossa rede de pesquisa.

Próximo.

Essa é a rede universitária que está na RNP, a Rute. São todos os hospitais universitários que já estão em rede para estimular a telemedicina e a pesquisa na área da saúde.

Próximo.

Esse é o orçamento do Ministério. Nós tivemos um corte. Vocês podem ver que aqui tivemos um corte no orçamento, mas se incluirmos crédito nós tivemos um salto importante, porque houve um grande fortalecimento da Finep este ano. Com o crédito, nós estamos dando um salto importante em 2011 e em 2012 teremos um salto extraordinário. Conseguimos repor o orçamento e agradeço ao Congresso Espero que até a votação final consigamos de fato melhorar a nossa posição orçamentária, porque é como...

O Obama falou uma coisa importante naquele discurso Estado da Nação. Ele estava anunciando os cortes orçamentários e as prioridades vão ser energia limpa, complexo industrial da saúde e tecnologia da informação. Estas áreas estão preservadas: educação, ciência e tecnologia, especialmente esses dois setores. E ele disse o seguinte: educação, ciência, tecnologia e inovação são que nem a turbina de um avião. Se temos um problema de carga, se temos que jogar carga fora, cortar o orçamento, eu não posso jogar a turbina fora. Isso alivia o avião, mas ele não chega.

Então, em médio e longo prazo, nós precisamos de competitividade. Nessa crise nós temos que dar um salto em termos de inovação, ciência e tecnologia se o Brasil quiser ser eficiente e competitivo no médio e

longo prazo. Não é só com defesa comercial que nós vamos resolver os nossos problemas, não é só câmbio. Tem um problema de fundo. E não é só com logística e infraestrutura que nós temos problema. Problema de custo/capital, carga tributária, tudo isso é verdade, mas há um problema de competitividade lá, de inovação tecnológica, de novos produtos, de novos processos. E enfrentar a China e outros países não será uma tarefa fácil. Portanto nós precisamos de muito foco e preservar essas áreas.

Apesar desse corte este ano, com o Ciência sem Fronteira, com o Cemaden, que foi uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente, com navio oceanográfico – fizemos uma parceria com a Vale e com a Petrobras –, nós conseguimos superar as restrições orçamentárias e apresentar novos processos, novos produtos, novos caminhos para a ciência, tecnologia e inovação.

Então temos grandes expectativas em relação a 2012 e vamos ter um salto qualitativo se o orçamento for preservado e mantido. Espero que o seja.

Próximo.

Essa é a Finep. Nós aumentamos em 52,7% as liberações da Finep este ano, em 52,7% as contratações, e reduzimos em 58% o tempo de análise dos processos na Finep. Então é um aumento de eficiência espetacular tanto em termos – e sem contratar nenhum funcionário. Aumentamos muito a eficiência para poder dar conta desses desafios e estamos aumentando o crédito da ponta para inovação.

Agora, a Finep fez um estudo que vale à pena, no ano que vem, a Comissão discutir, com a Ernst & Young, para tentar repensar o seu modelo. Está informatizando todos os processos e nós precisamos re-discutir o papel da Finep. Nós defendemos que a Finep tenha uma FinepPar, ou seja, que ela possa participar do capital-semente dos pequenos empreendimentos. Porque não adianta só dar crédito. Por exemplo, um pesquisador que tem uma bela inovação, ele não tem acesso ao crédito, não tem garantia, não tem patrimônio, não tem conhecimento, não tem como entrar no mercado. Se nós tivermos uma FinepPar, você participa do capital dos bons empreendimentos e corre o risco de, se der certo, você ganha junto e, se perder, valeu à pena você estimular a inovação. No crédito também tem o mesmo risco. Só que é um risco em que o Estado ganha, porque, se der certo, ele ganha junto. E para o pequeno negócio é a grande alternativa.

Então, nós precisamos fomentar o capital-semente no Brasil, privado e público; nós queremos re-discutir um pouco o papel e as condições da Finep.

Agradeço também à Presidenta e ao Congresso pois felizmente tivemos a aprovação da reposição de pessoal nos institutos de pesquisa do Ministério. É só

repor o que já não tínhamos, porque não há pesquisa se não houver recursos humanos. O técnico que vai embora leva a memória. Se não se der tempo de substituir, se perde uma parte daquilo que se construiu. Então, nós vamos começar os concursos para repor os técnicos nos institutos, nas áreas chaves do Ministério a partir de agora. Mas já está autorizado.

Próximo.

Está aí a evolução do crédito, o que estamos fazendo. Isso aqui são os recursos que estão alocados para o ano que vem.

Próximo.

Está aqui o FNDCT, o corte que nós tivemos de contingenciamento este ano e a reposição para o ano que vem – é muito importante manter essa trajetória. Acho que esse ajuste fiscal, como eu disse no início da palestra, fazia todo sentido, fazer mais com menos e reduzir a dívida pública, para podermos enfrentar essa crise. Mas nós temos que manter os investimentos nos fundos setoriais para 2012.

Próximo.

Esse aqui é o Projeto Aquarius. Estamos informatizando todo o Ministério, com parceria com a CGU e o TCU, vamos governar por indicadores e todas as informações vão ser abertas na Internet. Nós queremos uma governança compartilhada, qualquer um pode entrar, nós já temos a política de dados abertos, mas os dados abertos são dados passados, nós estamos fazendo uma política de dados abertos em tempo real. Isso vai aumentar muito a eficiência, a transparência e o controle social sobre o gasto público. Acho que é um programa que vai dar um salto de qualidade e sair dessa agenda que nós temos vivido aqui na administração pública brasileira.

Esse é um projeto muito inovador e que trouxemos do pessoal que fez a Plataforma Lattes no passado.

Essa é a nossa contribuição, o balanço que queremos apresentar a vocês e o desenho básico das novas prioridades para o próximo período.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria, em primeiro lugar, Ministro Aloizio Mercadante, parabenizá-lo pela apresentação. Acho que estava absolutamente certa a Comissão, Srs. Senadores, quando estabelecemos uma estratégia de, na abertura dos nossos trabalhos, podermos ter as diretrizes para o ano de 2011 e para o quadriênio 2011/2014 dos Ministérios que estão sob a responsabilidade e a competência da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Estabelecemos, nessa estratégia, ao cabo do exercício, um balanço, Sr. Ministro, para que pudéssemos analisar, no âmbito da Comissão, e planejar o

nosso ano de 2011 em cima do balanço *versus* diretrizes e estratégias estabelecidas.

A apresentação que V. Ex^a acaba de fazer a esta Comissão, encerrando o nosso ano legislativo de 2011, demonstra o esforço que o Governo da Presidenta Dilma e do Ministério conduzido por V. Ex^a vêm fazendo num planejamento estratégico e em ações estratégicas de recuperação e ampliação da ciência, tecnologia e inovação.

Nós vamos aos oradores inscritos, mas gostaria, Sr. Ministro, de deixar aqui duas indagações a V. Ex^a:

1) No âmbito dos centros tecnológicos, é indiscutível que o Brasil tem um grande potencial na biodiversidade. E é indiscutível – e V. Ex^a tocou no ponto da biotecnologia de medicamentos – a fase de transição entre fitoterápicos, síntese química e, agora, a biotecnologia na área do desenvolvimento de medicamentos e a Amazônia, obviamente, tem um grande potencial nessa área.

V. Ex^a colocou e aqui eu quero registrar, louvar, não estive presente no anúncio que foi realizado aqui em Brasília da questão do centro de pesquisas de computação em nuvem no Amazonas e em Pernambuco – gostaria, inclusive, de recomendar ao Ministério que talvez deveria ser estabelecido um ato no Amazonas e talvez um em Pernambuco para dar exatamente essa visibilidade que V. Ex^a ainda há pouco mencionou, que acho absolutamente justa, de que muitas vezes a imprensa prefere a manchete de uma catástrofe e de um ponto do extremo climático com perdas de vida, etc, do que a construção de um anúncio como por exemplo desse do centro de pesquisa de computação em nuvem no Amazonas.

No entanto, o CBA, que é um centro de pesquisa extremamente importante e estratégico dentro desse plano de fortalecimento na biodiversidade continua ainda com um impasse na sua estruturação. O ano de 2011 finda e o CBA continua com essa situação. Gostaria de ouvir talvez um posicionamento do Ministério de Ciência e Tecnologia com relação ao ano de 2012 para o CBA.

O segundo ponto que eu queria colocar a V. Ex^a, também nessa direção de formação de recursos humanos, porque acho que é um dos pontos estratégicos colocados por V. Ex^a, há uma carência, Ministro, muito forte na formação de recursos humanos e especialistas em residência médica de determinadas especialidades; destaque, por exemplo, a oftalmologia. O Brasil tem grandes problemas em oftalmologia, principalmente para a população mais carente, mais pobre e o número de vagas em residência médica em oftalmologia no Brasil é vergonhoso, comparado com o tamanho da demanda no Brasil nessa área.

Na dermatologia é o mesmo problema. Temos graves e sérios problemas nessa área. Na área de pediatria, nós temos também carências. Portanto, há uma estratégia que precisa ser analisada com relação a essas questões de formação de recursos humanos na área de saúde, que é também uma área, tal qual a engenharia, que o Brasil tem ainda carências. E V. Ex^a colocou muito bem o esforço que o Governo da Presidente Dilma e o Ministério de Ciência e Tecnologia vêm fazendo no Brasil Sem Fronteiras com relação à formação de jovens. E eu tenho acompanhado, Ministro, e quero parabenizar, porque há efetivamente uma movimento muito grande dentro das universidades, das boas universidades, de milhares de jovens brasileiros, que se movimentam nessa direção.

Feitos esses dois comentários, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, sei que V. Ex^a tem que sair antes das 11 horas; então, passarei a palavra ao Senador Luiz Henrique e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy, para fazerem as suas indagações ao Ministro Aloizio Mercadante e, depois, o Ministro terá a palavra para que possa responder.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Eduardo Braga, nosso Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu já disse numa sessão da CAE que o Ministro Aloizio Mercadante é um ponto forte do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Eu quero salientar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a visão sistêmica que o nosso ex-colega Aloizio Mercadante levou para o Ministério de Ciência e Tecnologia.

O MCT deixou de ser, digamos assim, um ministério-parte para ser um ministério-todo da política do Governo Federal. Deixou de ser, digamos assim, um ministério-espécie para ser um ministério-gênero. As políticas que o Ministro Aloizio Mercadante está implantando, levando adiante no seu Ministério não se restringem à área restrita da ciência e da tecnologia, mas fazem com que a área da ciência e da tecnologia alavanque políticas governamentais que abarcam praticamente todos os setores da vida nacional, desde a educação até sua visão sobre a economia, sobre a política industrial, sobre as defesas comerciais do País, sobre defesa civil, sobre inclusão social, sobre os processos de conectividade, que são fundamentais, a serem desenvolvidos neste País em áreas críticas, como saúde e segurança pública.

Quero salientar isso, essa sua visão macro, que levou ao Ministério, e vou fazer duas perguntas. Vou ser breve nas formulações, tendo em vista que todos temos um compromisso às 11h30, no Palácio do Planalto.

Recentemente, foi publicada uma pesquisa, elencando as 200 principais universidades do mundo. O

Brasil apresentou-se apenas e exclusivamente com a Universidade de São Paulo, em, se não me engano, 173º lugar. O que é alentador para nós, o que é consolador para nós é que, naquele elenco das 200 melhores universidades do mundo, não figura nenhuma indiana e nenhuma russa, e a única latino-americana é a brasileira, a universidade federal.

Há muito tempo se discute a questão da vinculação das universidades, se elas devem integrar o sistema de ciência e tecnologia, como acontece no Estado de São Paulo, ou se devem integrar o sistema de educação. Parece-me que pelo menos aquele conjunto dos centros de excelência, dos centros de pesquisa, deveria ter uma vinculação muito mais direta, muito mais forte com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu gostaria de perguntar ao Ministro qual é a sua visão a respeito desse assunto.

Por outro lado, tive de me retirar para participar de uma votação na Comissão de Agricultura e não sei se o Ministro abordou a questão da política de parques tecnológicos, que entendo como fundamentais para ampliar essa parcela, que é muito pequena, do setor privado na pesquisa científica e tecnológica. Como o Ministro vê essa política de parques tecnológicos, tendo em vista, por exemplo – e vou fazer uma menção ao meu Estado – que nós só temos um *cluster* muito forte nas engenharias mecânicas e na microeletrônica em Santa Catarina porque implantamos alguns parques tecnológicos? Como o Ministro vê essa política de parques tecnológicos com as incubadoras industriais e com, digamos assim, a capacidade de fazer nascer novos empreendimentos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Senador Luiz Henrique, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para sua participação e indagações ao Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Senador Eduardo Braga, meus cumprimentos pela iniciativa de aqui termos o prezado Senador Aloizio Mercadante, nosso colega e Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, para um balanço tão significativo do seu empenho e iniciativas em fazer do seu Ministério um ponto chave em promover o desenvolvimento sustentável no Brasil, com equidade, em colaboração com os propósitos da Presidenta Dilma Rousseff.

Agradeço se o Ministro Mercadante puder nos informar um pouco melhor sobre a produção de satélites e foguetes. Estava conversando com o Senador Luiz Henrique, mas agradeceria se puder nos informar, dada a relevância da produção destes produtos para o desenvolvimento da tecnologia, da inovação. Parte,

salvo engano, está sendo produzida no Brasil e parte no exterior, em cooperação, então, agradeceria se puder nos dar um breve informe a respeito disso.

V. Ex^a também destacou hoje o desenvolvimento das oportunidades de bolsas, e como esta sessão está sendo transmitida para o Brasil, agradeço se puder ressaltar aqui para os estudantes que potencialmente gostariam de se inscrever – e V. Ex^a mencionou que o prazo é neste mês – o que devem eles fazer para se inscrever nessas diversas bolsas que agora o Governo brasileiro, em especial o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, está proporcionando, e como fazer para se candidatar. E, se puder, também nos informar qual é a responsabilidade desses estudantes, uma vez completado o seu ciclo de estudos no exterior, com respeito à contribuição a ser dada no Brasil, se há alguma diretriz nesse sentido.

Por acaso, ontem, na confraternização de Natal que o Senador Eunício de Oliveira nos proporcionou, ali tive um diálogo muito interessante com o Ministro do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz de Oliveira, que tem desenvolvido estudos muito aprofundados sobre as questões de informatização e sustentabilidade. Ele menciona como, por exemplo, nós hoje temos as informações que V. Ex^a mencionou com respeito a evitar as queimadas nas florestas, sobretudo na Amazônia, mas que deveria haver, e é sobre isso que ele está desenvolvendo seu trabalho, uma melhor condição para efetivamente prevenir e se evitar o estrago ainda maior de nossas florestas. Então, até gostaria de recomendar a V. Ex^a um bom diálogo com o Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira.

Ainda relacionado à questão dos objetivos de inovação, competitividade, erradicação da pobreza, equidade, quero encaminhar a V. Ex^a um artigo que publiquei em outubro último, na *Conjuntura Econômica*, relativamente aos programas de transferência de renda e esses objetivos de equidade e sustentabilidade, para que possa conhecer. Gostaria de também registrar que encaminhei, há poucos dias, a V. Ex^a, uma solicitação do ex-Embaixador do Brasil, Celso Marcos Vieira de Souza, de que gostaria de ajudar na visita que o Presidente da 3M no Brasil quer fazer a V. Ex^a com vistas a simplesmente informar quais são os investimentos que a 3M irá realizar, expandindo suas atividades no Brasil.

Então, encaminho a V. Ex^a esses documentos.

Vou pedir licença, Sr. Presidente. Tenho de estar na Comissão de Relações Exteriores para votação ali.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Esse é nosso grande dilema no Senado hoje em dia.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pela participação, reconhecendo o esforço que todos estamos fazendo nesta quinta-feira.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza para a sua participação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro Aloizio Mercadante, não tive oportunidade de ouvir toda a sua explanação por conta de nossas atribuições em outras comissões e também tenho de me retirar logo para a Comissão de Relações Exteriores, mas tenho acompanhado muito o trabalho do Ministério e fiz questão de vir a esta Comissão para discutirmos um pouco mais no que diz respeito à ciência e tecnologia no Brasil.

Acho que a educação, a educação de nível superior é um caminho que o Brasil tem que tomar e no qual tem que avançar ainda muito. Já avançamos, principalmente no Governo do Presidente Lula e agora no Governo da Presidente Dilma, com a implantação de mais alguns centros universitários e universidades, mas, principalmente, com o lançamento do Brasil Maior e também, dentro do programa, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial. Acho que isso foi muito inteligente por parte do Governo e merece meu registro.

Eu gostaria de salientar, Ministro, a iniciativa do Governo de encaminhar ao exterior 75 mil estudantes bolsistas nos próximos quatro anos para que possam trazer conhecimentos de ciência e tecnologia para o Brasil. Esse programa foi um pouco criticado no início, afirmando-se que muitos ficariam por lá, sequer voltariam, mas a resposta veio de imediato, por parte até mesmo da própria sociedade, da imprensa, mostrando que no Brasil milhares e milhares de estrangeiros adentram o território brasileiro para buscar altos cargos, porque o salário hoje no Brasil compensa para esses que são mais capacitados.

Recentemente, li um livro sobre Chu En-Lai, e vi que, no início do séc. XVIII, a China já mandava, para a França principalmente, milhares de estudantes para aprender a tecnologia, os ensinamentos necessários do mundo ocidental para serem aplicados no mundo oriental. E, nos anos 50, Mao Tsé-Tung implantou um programa de industrialização, mas já com os ensinamentos vindos do continente velho, do continente europeu. Essas sacadas que esses governos tiveram há 70, 80, 90 anos é o que faz hoje da China o país que é.

Realmente, acho que o Brasil tem que tomar iniciativas como essa. Estou aqui enaltecendo e aplaudindo essa iniciativa de capacitarmos os brasileiros, porque acho que, se nós trouxermos 75 mil brasileiros, com mais 25 mil – que é o compromisso da CNI de

complemento desses bolsistas –, 100 mil brasileiros espalhados por todo o território nacional, em diversas áreas, nós teremos, daqui a 10, daqui a 20, 30 anos, uma população muito mais preparada para enfrentar eventuais crises, mas, principalmente, para descobriremos que caminhos queremos seguir.

Se queremos ser um país de primeiro mundo, uma grande economia mundial, temos que começar em algum momento, e não é diferente o fato de que tem que ser no ensino – e o ensino aí na questão da tecnologia e da inovação.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

Também quero parabenizar V. Ex^a, Sr. Presidente, pela iniciativa de trazer aqui o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação para que colocasse os programas e as execuções do Ministério no ano de 2011.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo agora a palavra ao nosso Ministro Aloizio Mercadante, para as suas considerações e as respostas aos Srs. Senadores.

Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Presidente Eduardo Braga, sobre a questão dos parques tecnológicos, especialmente da biodiversidade, dos dez setores prioritários que definimos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, um deles é a biodiversidade. Citei tecnologia de informação, a parte do Complexo Industrial da Saúde, o Complexo Espacial, enfim, mas biodiversidade é uma das áreas prioritárias, especialmente porque o Brasil é o G1 da biodiversidade: entre os 17 países megadiversos, somos o primeiro. Temos uma responsabilidade de liderança nessa agenda estratégica.

Um dos caminhos para nós podermos, de fato, exercer essa condição e usufruirmos desse potencial são os parques tecnológicos que agreguem valor à biodiversidade da Amazônia. Tivemos, este ano, o apoio da Finep a 16 parques tecnológicos no Brasil, o que é uma grande prioridade do Ministério. E entre os parques tecnológicos, a Amazônia é a prioridade da prioridade.

Em relação ao CBA, e compartilho integralmente da preocupação de V. Ex^a, que, não é de hoje, destaca essa questão, criamos uma comissão tripartite – o Ministério da Indústria e Comércio, a qual está vinculada institucionalmente a Suframa, a Embrapa e o MCTI –, para a remodelagem do CBA, a reestruturação institucional. Pelo nosso Ministério, o pesquisador Carlos Nobre é o responsável. Eu pediria, depois, se V. Ex^a tivesse um tempo para sentar com a Comissão – se quiser convidar mais alguns Senadores da região Norte,

especialmente da Amazônia, seria oportuno –, V. Ex^a poderia coordenar essa interface, pois tem uma longa vivência lá com o Governador, com o CBA, sobre o que estamos pensando, como nós estamos pensando a evolução do CBA.

Então, nós juntaríamos o MCTI – nós temos o Inpa, o Museu Goeldi, o Instituto Mamirauá, que já tem um acúmulo importante – a Embrapa, que tem uma presença importante na região Norte, e o MDIC, para, juntos, reestruturarmos aquele espaço fantástico que é o CBA, que pode dar um grande salto de qualidade.

Na outra ponta, estamos disputando, no programa mundial da ONU sobre biodiversidade, é um programa que deverá ser criado, um centro de formação de recursos humanos. Nossa expectativa é a de que o CBA possa ser isso, se conseguirmos. É uma decisão complexa, são 170 países, e não é uma coisa que a gente consiga com facilidade. Então, não está definida essa possibilidade. Agora, para a reestruturação do CBA, para o seu fortalecimento, há uma comissão tripartite e o Carlos Nobre poderia ser a interface para essa discussão.

Na área de especialidades, o Ciência Sem Fronteiras está exatamente focando aquelas áreas, como ciências médicas, para que a gente possa estimular, focar e incrementar as engenharias, as áreas tecnológicas.

Outro lado do Ciência Sem Fronteiras ao qual precisa ser dado destaque é que nós traremos 860 jovens doutores do exterior para o Brasil e 360 pesquisadores de alto nível. Já temos, inclusive, Prêmios Nobel que virão, a partir do ano de 2012, pesquisar no Brasil durante três anos. Então, não é só mandar jovens da graduação, doutorado e pós-doutorado, mas atrair pesquisadores do exterior para virem ao Brasil, brasileiros ou não.

Vamos lançar esse edital na *Nature*, na *Science*, nas principais revistas especializadas, convidando. O edital já está aberto. E é um edital de fluxo contínuo, ou seja, vai estar sempre aberto. A cada três meses, a comissão diretora do Ciência Sem Fronteiras se reúne, analisa as propostas e define quais são os pesquisadores que nos interessam. Estamos estimulando todos os centros nível 7 e 6 da Capes a definir qual é o pesquisador do mundo que querem trazer e vamos atrás.

Há outra coisa muito importante. Estive agora no Fórum Mundial das Ciências, na Hungria. Estamos trazendo o Fórum Mundial de Ciência para o Brasil em 2003. Pela primeira vez, ele vai sair da Europa. Ele se realiza a cada dois anos. Vai ser no Brasil, em 2013. Estamos defendendo, inclusive, que o ano de 2013 se transforme no ano da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Acho que o Congresso poderia pensar nis-

so, o Senado, a Comissão poderia, quem sabe, propor uma resolução. Faríamos o lançamento do foguete, do Cyclone-4, teríamos o congresso, teríamos o lançamento de um VLS.

Vamos tentar acelerar dois projetos: o síncrotron de terceira geração, o Sirius. Nós temos o síncrotron de 2ª geração, que o Prof. Rogério de Cerqueira Leite e o Cylon, que hoje está no Ceitec, coordenaram. E queremos fazer, agora, o síncrotron de 3ª geração. O projeto já está todo pronto, e é uma questão de financiamento e prioridade. E o reator multipropósito. Nós precisamos produzir radiofármacos. Temos 3 milhões de usuários no Brasil, e é uma área de muita tecnologia na área nuclear para fins da Medicina.

Então, queríamos priorizar esses dois projetos, entre outros, para lançarmos em 2013, transformando 2013 em um ano de ciência, tecnologia e inovação, o que também daria mais visibilidade, na Copa, do que o Brasil tem em áreas tecnológicas de ponta. Usar todo esse calendário que nós vamos ter – Copa, Olimpíada – para projetar a ciência e a tecnologia brasileiras.

Então, essa pesquisadora da Nasa, a Rosaly, estava dizendo... Ela também vai participar do Ciência sem Fronteiras, vai ficar três anos pesquisando no Inpe. Ela é diretora da política de satélites da NASA – de satélites não, de planetas, das missões planetárias, Marte, Júpiter. E o ex-marido dela coordena, dirige o programa Kepler, em que eles estão olhando os planetas onde há possibilidade de vida no espaço. Ela estava dizendo que os cortes na Nasa foram violentíssimos. Só no departamento dela, eram 300 cientistas de alto nível. Ela estimava mais ou menos 4 mil técnicos e pesquisadores que foram demitidos.

Então, o Ciência sem Fronteiras também pode olhar esses pesquisadores na Europa, Estados Unidos, Japão, nesse quadro de crise fiscal, em que não há recursos para pesquisa, para trazer para o Brasil esses talentos e nós ganharmos em termos de formação de recursos humanos.

Ex-Ministro Luiz Henrique, eu quero dizer que V. Exª criou uma equipe de alto nível quando esteve no Ministério, junto com o saudoso Renato Archer. Foi um momento de criação e de afirmação do Ministério. Vou citar só alguns nomes. Nós só não fomos atrás, porque já estão muito bem-sucedidos: Luciano Coutinho, que foi da sua gestão; Fábio Erber, que faleceu recentemente, um grande economista na área de política industrial; Marco Antonio Raupp, que era Presidente da SBPC, quando eu cheguei ao Ministério, e nós o trouxemos de volta para o programa espacial, porque foi ali que fizemos um acordo com a China.

E o CBERS-1, 2, e, agora, o 3, que vamos lançar em novembro. Estamos com 30 técnicos na China,

trabalhando 24 horas por dia, inclusive aos sábados. São três turnos. É bom, porque esse ritmo de trabalho eu sei que vai motivar muito nossos pesquisadores aqui: três turnos, inclusive aos sábados, trabalhando intensamente para concluir o satélite até novembro do ano que vem.

E é muito interessante a qualidade da equipe que nós tínhamos naquela época. E foi um pouco esse critério que buscamos preservar na nossa equipe. Quem é o melhor em cada área, independentemente de motivação político-partidária. Foi sempre assim que nós escolhemos os nossos quadros, e isto eu acho que ajuda a dar uma visão articulada: a qualidade da equipe que nós montamos.

Eu compartilho da preocupação de V. Exª de que nós precisamos de mais universidades de classe mundial. É verdade que os dois *rankings* predominantes são *rankings* com uma grande influência anglo-saxônica, porque o critério de escolha são cientistas que são convidados a opinar. E eles têm certa inclinação. Por exemplo, nós não tivemos, na questão dos BRICS, nenhum destaque. O índice chinês, por exemplo, coloca o Brasil em outro patamar.

Então, existe aí uma questão metodológica. Mas, de qualquer forma, nós não podemos aceitar isso como justificativa. Nós temos é que melhorar a qualidade das nossas universidades.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É lógico.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu observei que 145 das melhores universidades ali elencadas são de países com origem anglo-saxônica: são as americanas, as inglesas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Exatamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Há uma ou duas da Austrália, uma da Nova Zelândia. Das chinesas, quatro são de Hong Kong; logo, com uma forte influência da Inglaterra, e talvez isso realmente dê uma deturpação na metodologia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Há uma inclinação. Inclusive, há um cientista brasileiro que escreveu um artigo falando disto: quando ele recebeu a lista das universidades, ela sequer continha, para ele opinar, uma universidade brasileira. Ele colocou e o sistema rejeitou, depois ele teve que discutir.

Então, pode existir, mas isso não nos deve... Temos que disputar todos os *rankings*, inclusive esses, que são *rankings* reconhecidamente de excelência.

O Brasil realmente precisa trabalhar para colocar nossas universidades em classe mundial. As nossas universidades são recentes, têm um século. Nós estamos trabalhando com universidades que têm séculos

e séculos de existência, mas esse salto o Ciência sem Fronteiras pode ajudar.

O Brasil hoje tem um reconhecimento muito maior do que tinha no passado, e nós precisamos criar parcerias estratégicas com grandes centros de excelência para darmos esse salto de qualidade. Imagino que a gente esteja trabalhando fortemente nessa direção. Isso, também, é mais uma motivação para a nossa comunidade acadêmico-científica trabalhar intensamente para melhorar o nosso posicionamento.

Eu queria dizer ao Senador Sérgio que eu gostaria muito que, no Paraná, a gente fizesse um esforço especial com a comunidade ucraniana. Temos 450 mil descendentes da Ucrânia e temos o problema da língua.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em Santa Catarina, também temos uma grande comunidade ucraniana.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Também.

Senador Luiz Henrique, V. Ex^a poderia ajudar muito nessa questão.

Esse centro tecnológico ucraniano era totalmente impermeável a qualquer tipo, nenhum estrangeiro podia entrar. Então, o domínio de outras línguas é muito restrito: é russo e ucraniano. Mas temos o interesse de mandar jovens, especialmente na área das Engenharias, nas quais eles são muito fortes – alguma coisa na área de Química, Física, na parte espacial. Estamos mandando dez jovens, agora.

Estamos acompanhando toda a construção do foguete. Temos a oportunidade de aprofundar muito essa relação com a Ucrânia. Seria muito importante que essa comunidade – os jovens talentosos, os estudantes – fosse motivada para essa parceria estratégica, que eu acho que é possível.

Conversei com o reitor da Universidade do Paraná para a gente articular na universidade federal. Poderíamos conversar, também, com a nova reitora da Universidade Federal de Santa Catarina ou conversar com o próprio Prata, o ex-reitor, que tem grande afinidade com a agenda de ciência e tecnologia. Poderíamos fazer essa passagem.

E Santa Catarina é o Estado que está mais focado em inovação, ciência e tecnologia do Brasil, o Estado que mais atenção tem dado a essa agenda. Por exemplo, Florianópolis se autodenominou a capital da inovação. Fez uma legislação municipal de fomento à ciência, tecnologia e inovação. E que eu acho que os outros prefeitos do Brasil deveriam analisar essas experiências de cidades que estão criando fundos próprios, comissões e uma estratégia de incentivo à ciência, tecnologia e inovação.

Por último, o Senador Sérgio falou da China. A China tinha 80 mil doutorandos nos Estados Unidos.

Eles fizeram um programa que se chama Tartaruga Marinha, para trazer de volta os pesquisadores que se foram. Eles dão lá um enxoval e os atraem. No nosso programa, estamos chegando às 101 mil bolsas nos últimos quatro anos, já que o edital de 2014 engloba 2015. As empresas entraram fortemente; já temos 26 mil bolsas cedidas pelas empresas. Estamos exatamente também criando um programa de volta, que é o Jovens Talentos: são os doutores que podem vir e os pesquisadores seniores, brasileiros ou não. Mas, de qualquer forma, abre-se uma porta de retorno. Os jovens assinam um compromisso. Se eles não voltarem para o Brasil, têm de indenizar os recursos que foram investidos.

De qualquer forma, é positivo que jovens fiquem também e façam redes, no futuro, com o Brasil. Mas são bolsas de um ano na graduação. Portanto, o reconhecimento do crédito tem de voltar. Para o doutorado, temos o doutorado pleno e o doutorado de um ano, dependendo do curso e do interesse do País.

Em relação aos foguetes e satélites. Com a China, é metade, metade: o custo e a tecnologia. Fizemos uma parte do satélite aqui e estamos concluindo lá. Nossos técnicos do Inpe estão em tempo integral lá trabalhando até novembro. Com a Ucrânia o foguete é construído lá. Há uma parte que é operada aqui – toda a estrutura da base de lançamento. O que nós abrimos com a Ucrânia é que nossos técnicos estão acompanhando toda a construção do foguete, tendo acesso a todas as informações. Portanto, abre-se aí um processo de formação de recursos humanos, além desses mestrandos que foram designados.

Sobre o novo satélite, o geoestacionário, a Embraer vai entrar como empresa integradora, junto com o INPE, e vai ser todo construído e desenvolvido no Brasil. Os outros satélites também, como o Amazônia 1, estão sendo feitos no Brasil.

Como os jovens podem ter acesso ao Ciência Sem Fronteira? Pelo endereço www.cienciasemfronteira.gov.br ou no portal da Capes e do CNPq. Os editais estão todos lá: como eles devem se inscrever, quais são os critérios. Na hora, aparecerem as recomendações todas. Uma coisa que não foi publicada, mas é importante: todos os jovens, quando forem, vão levar um *laptop*. Os cursos usam muito acervo digital e sem isso eles não têm um instrumento de trabalho. E é uma forma, também, de a gente motivá-los a estudar, a crescer, a integrá-los, para que também usem o *Skype* para falar com a família, porque barateia bem e eles podem ver os pais, as mães.

Estamos negociando montar uma rede social específica para o Ciência Sem Fronteiras, para que eles tenham relações ao longo da vida, sempre trocando,

interagindo, dialogando, no âmbito daqueles que foram para países com campos específicos. Então, estamos aí construindo um instrumento.

Quanto ao Ministro Aroldo Cedraz, nós vamos entrar em contato para verificar as sugestões que ele tem na área de sustentabilidade.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O Senador Eduardo Braga participou do diálogo ontem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É muito interessante, vamos entrar em contato e vamos ver. E vou olhar com muita atenção, como sempre fiz, esse artigo de V. Ex^a, que, seguramente, trará contribuições importantes para inclusão social e distribuição de renda.

E fico feliz que V. Ex^a tenha tocado nesse assunto porque, se eu estivesse aqui e V. Ex^a não tivesse tocado, não era o Senador Eduardo Supply, sempre atento!

Eu vou só pedir licença porque nós temos agora ...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Ministro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a pode também estar de parabéns porque, como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, vem transmitindo uma energia muito positiva aos inovadores que ontem, no Japão, fizeram o Santos ganhar de 3 a 1!

E V. Ex^a também tem mérito porque os gols produzidos pela trinca de artilheiros foram simplesmente fantásticos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O Neymar é o próprio símbolo da inovação. Inovação o que é? Fazer diferente para fazer melhor. E ali está o talento do Brasil. Agora, o que nós queremos é que esse talento futebolístico do Brasil se expresse também na ciência, na tecnologia e na inovação.

Nós precisamos criar na juventude uma aspiração que vá além do futebol, do BBB, da bailarina; que vá para o laboratório, para a mesa de trabalho, para a ciência e para a tecnologia. Acho que esse é o grande desafio das comunicações no Brasil.

Quero agradecer a vocês todos, à nossa equipe, que trabalhou intensamente este ano para apresentarmos esses resultados. E quero colocar o Ministério inteiramente à disposição do Senado, para tudo aquilo que estiver ao nosso alcance.

Muito obrigado e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer ao Ministro Aloizio Mercadante, agradecendo a todos os Senadores pelo apoio no ano de 2011.

E esperamos que 2012 seja um ano também abençoado e cheio de conquistas.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 09 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

Edição de hoje: 516 páginas
(OS: 10515/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

